ÍNDICE

INTRODUÇÃO 15
Campo de análise e objecto de estudo 15
Construção da matriz conceptual 17
Problemática e metodologia 30
Roteiro da escrita 36

I PARTE 39
CONTEXTO COLONIAL: ANTAGONISMOS, ASSIMILAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL 39
1. CABO VERDE, UM TRABALHO DE SÍSIFO 40
1.1. A geração da ambiguidade (1910-1926) 41
1.2. A redescoberta da própria terra (1927-1960) 57
1.3. Da anti-evasão à independência (1961-1975) 82
2. PADRÕES INSTITUCIONAIS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES 95
2.1. A educação republicana 96
2. 2. A política educativa do Estado Novo 104
2.3. Breve reconstituição do sistema educativo 120
2.3.1. A organização (1917-1926) 120
2.3.2. O mito do cabo-verdiano instruído (1927-1960) 130
2.3.3. A hesitante modernização (1961-1974) 137

II PARTE 145
A EDIFICAÇÃO DO LICEU: UM IMPERATIVO DE CIDADANIA 145
1. HESITAÇÕES, AUTORIDADE E AUTONOMIA 146
1.1. Antecedentes e alternativas 147
1.2. O liceu em Mindelo: um projecto de cidadania 165
1.3. A edificação tardia do liceu na capital 182
1.4. A natureza dual do ensino secundário 201
2. CULTURA ESCOLAR 212
2.1. Espaços, tempos e práticas curriculares 213
2.2. Dirigir, ensinar e aprender 234
2.2.1. O poder dos reitores 234
2.2.2. Professores: educadores e funcionários 248
2.2.3. Registos identitários dos alunos 263

III PARTE 287
PERCURSOS DE SUBMISSÃO E DE AUTONOMIA 287

1. EDUCAÇÃO, PODER E JUVENTUDE 288
1. 1. Deus, pátria e família 289
1. 2. Os Falcões Portugueses de Cabo Verde 313
1. 3. A Mocidade Portuguesa 332
2. O PARADIGMA CELEBRADO: AUTONOMIA CULTURAL 353
2.1. Con(textos) culturais 354
2.2. Questão linguística: imperialismo ou síntese de culturas? 385
2.3. A imprensa académica e juvenil 399
2. 4. O liceu: *locus* de cultura 422

CONCLUSÃO 439

FONTES E BIBLIOGRAFIA 451
1. Fontes 451
1.1. Arquivos 451
1.2. Livros, jornais, revistas e artigos 456
1.3. Legislação e outras disposições oficiais 475
2. Bibliografia 482

ANEXOS 493

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – *Representações do sujeito colonizado, 1912* 50
Quadro 2 – *Análise do discurso colonial* 67
Quadro 3 – *Curso geral do liceu (Decreto, de 29/8/1905)* 98
Quadro 4 – *Curso complementar de Letras e de Ciências (Decreto, de 29/8/1905)* 99
Quadro 5 – *Cursos geral e complementar do ensino secundário (Decreto 3.091, de 17/4/1917)* 99
Quadro 6 – *Curso geral do liceu (Decreto 4.650, de 14/7/1918)* 100
Quadro 7 – *Curso complementar do liceu (Decreto 4.650, de 14/7/1918)* 100
Quadro 8 – *Curso geral do ensino liceal (Lei 701, de 13/6/1917)* 101
Quadro 9 – *Horário do Liceu Provincial de Cabo Verde, ano lectivo 1917-18* 102
Quadro 10 – *Curso dos liceus (Decreto 12.425, de 2/10/1926)* 105
Quadro 11 – *Curso preparatório de Letras (Decreto 12.425, de 2/10/1926)* 105
Quadro 12 – *Curso preparatório de Ciências (Decreto 12.425, de 2/10/1926)* 105
Quadro 13 – *Curso liceal da 1ª à 5ª classe (Decreto 13.056, de 22/1/1927)* 106
Quadro 14 – *Curso de preparação para a instrução superior (Decreto 13.056, de 22/1/1927)* 107
Quadro 15 – *Ensino secundário, 1º e 2º ciclos (Decreto 27.084, de 14/10/1936)* 110
Quadro 16 – *Ensino secundário, 3º ciclo (Decreto 27.084, de 14/10/1936)* 111
Quadro 17 – *Ensino secundário, curso especial de educação familiar (Decreto 27.084, de 14/10/1936)* 111
Quadro 18 – *Ensino liceal, 1º, 2º e 3º ciclo (Decreto 36.507, de 17/9/1947)* 114
Quadro 19 – *Plano de estudos do ciclo preparatório do ensino secundário (Decreto 48.572, de 9/9/1968)* 117
Quadro 20 – *Níveis, graus e unidades de ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917)* 121
Quadro 21 – *Gestão e administração do ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917)* 121
Quadro 22 – *Níveis, graus e unidades de ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, de 27/12/1918)* 122
Quadro 23 – *Gestão e administração do ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, 27/12/1918)* 122
Quadro 24 – *Evolução dos indicadores de alfabetização, 1918-1920* 124
Quadro 25 – *Evolução das matrículas de alunos e alunas no ensino primário elementar* 127
Quadro 26 – *Número de alunos matriculados no ensino pré-primário e primário, 196-/1971* 141
Quadro 27 – *Alunos internos e externos matriculados no Instituto Cabo-verdiano de Instrução, 1925-1928* 162
Quadro 28 – *Alunos e alunas do Instituto Cabo-verdiano de Instrução, 1925-1928* 162
Quadro 29 – *População escolar de Barlavento e Sotavento* 193
Quadro 30 – *Campos de interdição e de reconhecimento dos alunos, segundo os regulamentos escolares* 224
Quadro 31 – *Relação dos relatórios e anuários dos reitores dos liceus* 234
Quadro 32 – *Indicadores do cumprimento do calendário escolar* 241
Quadro 33 – *Número e percentagem de alunos aprovados nos exames de admissão ao liceu, década de 50* 243
Quadro 34 – *Visitas de estudo dos alunos do liceu de Mindelo* 245
Quadro 35 – *Quadro dos professores do Liceu Nacional e seus vencimentos* 249
Quadro 36 – *As qualidades do bom profissional de ensino* 251
Quadro 37 – *Evolução do número e percentagem de professores efectivos e interinos (1930/31-1938/39)* 252
Quadro 38 – *Perfil do professor nacionalista* 257
Quadro 39 – *Distribuição dos professores dos liceus de Mindelo e da Praia por habilitações, 1971* 260
Quadro 40 – *Atributos do professor notável* 263
Quadro 41 – *Registos identitários dos alunos* 268
Quadro 42 – *Castigos aplicados aos alunos do Liceu Infante D. Henrique, 1936/37 a 1939/40* 271
Quadro 43 – *Evolução das taxas de transição para o ensino médio e superior* 280
Quadro 44 – *Número de bolsas de estudo para a frequência de cursos médios e superiores na metrópole, 1969/70-1972/73* 283
Quadro 45 – *Número e percentagem de estudantes do sexo feminino no ensino médio e superior, 1959/60-1967/68* 284
Quadro 46 – *Deveres e práticas dos Falcões Portugueses de Cabo Verde* 328
Quadro 47 – *Centro e alas da Mocidade Portuguesa em Cabo Verde* 347
Quadro 48 – *Relação de prelecções proferidas nos liceus, 1950-1970* 425
Quadro 49 – *Categorias e subcategorias conceptuais* 495
Quadro 50 – *Análise da imprensa periódica (excerto de folha de cálculo)* 496
Quadro 51 – *Número e percentagem de leis e outras disposições (Boletim Oficial)* 499
Quadro 52 – *Número e percentagem de leis e outras disposições, segundo a temática (Boletim Oficial)* 499

Quadro 53 – *Análise da legislação e outras disposições coloniais no Boletim Oficial (excerto de folha de cálculo)* 499
Quadro 54 – Número *e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Cabo Verde)* 501
Quadro 55 – Número *e percentagem de artigos, segundo a temática (Cabo Verde)* 501
Quadro 56 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (A Voz de Cabo Verde)* 502
Quadro 57 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (A Voz de Cabo Verde)* 503
Quadro 58 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (A Voz d' África)* 504
Quadro 59 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (A Voz d' África)* 504
Quadro 60 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Popular)* 505
Quadro 61 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Popular)* 505
Quadro 62 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Caboverdeano)* 506
Quadro 63 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Caboverdeano)* 506
Quadro 64 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Correio d' África)* 507
Quadro 65 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Correio d' África)* 507
Quadro 66 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Manduco)* 508
Quadro 67 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Manduco)* 508
Quadro 68 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Gazeta das Colónias)* 510
Quadro 69 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Gazeta das Colónias)* 510
Quadro 70 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Boletim da Agência Geral das Colónias)* 511
Quadro 71 – Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Boletim da Agência Geral das Colónias) 511
Quadro 72 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (A Mocidade Africana)* 512
Quadro 73 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (A Mocidade Africana)* 512
Quadro 74 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Tribuna de África)* 514
Quadro 75 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Tribuna de África)* 514
Quadro 76 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Notícias de Cabo Verde)* 516
Quadro 77 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Notícias de Cabo Verde)* 517
Quadro 78 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (África)* 518
Quadro 79 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (África)* 518
Quadro 80 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Alma Nova)* 519
Quadro 81 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Alma Nova)* 519
Quadro 82 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Eco de Cabo Verde)* 520
Quadro 83 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Eco de Cabo Verde)* 520
Quadro 84 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Defesa)* 521
Quadro 85 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Defesa)* 521
Quadro 86 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Ressurgimento)* 522
Quadro 87 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Ressurgimento)* 522
Quadro 88 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Mocidade Caboverdeana)* 523
Quadro 89 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Mocidade Caboverdeana)* 523
Quadro 90 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Boletim dos Falcões de Cabo Verde)* 525
Quadro 91 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Boletim dos Falcões de Cabo Verde)* 525
Quadro 92 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Juventude)* 526
Quadro 93 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Juventude)* 526
Quadro 94 – *Número e percentagem de textos consultados (Claridade)* 528
Quadro 95 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Claridade)* 528
Quadro 96 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Certeza)* 530
Quadro 97 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Certeza)* 530
Quadro 98 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação)* 532
Quadro 99 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação)* 532
Quadro 100 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Mocidade)* 533
Quadro 101 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Mocidade)* 533
Quadro 102 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes)* 534

Quadro 103 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes)*.....534
Quadro 104 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Arquipélago)*.....535
Quadro 105 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Arquipélago)*.....536
Quadro 106 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Alvorada Técnica)*.....537
Quadro 107 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Alvorada Técnica)*.....537
Quadro 108 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Mais Além…)*.....538
Quadro 109 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Mais Além…)*.....538
Quadro 110 – *Número e percentagem de peças consultadas no IAHN*.....539
Quadro 111 – *Número e percentagem de peças consultadas no IAHN, segundo a temática*.....539
Quadro 112 – *Análise de documentos do fundo arquivístico do IAHN (excerto da folha de cálculo)*.....540
Quadro 113 – *Caracterização formal dos relatórios dos reitores do liceu*.....551
Quadro 114 – *O edifício do liceu e suas dependências (relatórios dos reitores)*.....552
Quadro 115 – *Órgãos de direcção do liceu (relatórios dos reitores)*.....553
Quadro 116 – *Corpo docente do liceu (relatórios dos reitores)*.....554
Quadro 117 – *Corpo discente do liceu (relatórios dos reitores)*.....555
Quadro 118 – *Aulas previstas / aulas realizadas e coordenação do ensino (relatórios dos reitores)*.....556
Quadro 119 – *Conferências e palestras (relatórios dos reitores)*.....557
Quadro 120 – *Actividades circum-escolares (relatórios dos reitores)*.....558
Quadro 121 – *Relação dos professores do Liceu Infante D. Henrique, 1932*.....565
Quadro 122 – *Resultado da frequência escolar, 1936-37*.....566
Quadro 123 – *Número e percentagem de aprovações, 1932-1937*.....566
Quadro 124 – *Despesas orçamentadas para o Liceu Infante D. Henrique, 1931 e 1937*.....569
Quadro 125 – *Despesas orçamentadas para o Liceu Gil Eanes, 1940, 1951, 1961 e 1970*.....576
Quadro 126 – *Número de alunos e alunas matriculados na Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, 1955/56 a 1957/58*.....581
Quadro 127 – *Percentagem de alunos aprovados na Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, 1955/56 a 1957/58*.....581
Quadro 128 – *Despesas orçamentadas para o Liceu da Praia, 1961, 1966, 1969 e 1973*.....591

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – *Notícia da primeira Grande Guerra* 47
Figura 2 – *Desembarque de emigrantes cabo-verdianos em New Bedford* 53
Figura 3 – *Oficiais e membros do clube cabo-verdiano de Bridgport, Connecticut, EUA* 60
Figura 4 – *Cabo-verdianos na Exposição Colonial* 68
Figura 5 – *Abertura do capítulo "Cabo Verde" no, catálogo da Exposição Colonial Portuguesa* 68
Figura 6 – *Cortejo fúnebre que acompanhou Eugénio Tavares à última morada, Vila Nova Sintra, Brava.* . 70
Figura 7 – *O luso-tropicalismo apresentado por Gilberto Freyre em Cabo Verde* 74
Figura 8 – *Gilberto Freyre em Cabo Verde* 75
Figura 9 – *Chegada de Adriano Moreira à cidade da Praia, 1962* 87
Figura 10 – *Baltasar Lopes da Silva, em Mindelo, no dia 1 de Maio de 1974* 91
Figura 11 – *Assinatura dos Acordos de Argel* 92
Figura 12 – *A proclamação da independência de Cabo Verde* 94
Figura 13 – *Excerto do regulamento do Liceu Nacional da Província de Cabo Verde* 147
Figura 14 – *Situação de um professor do Liceu Nacional da Província de Cabo Verde, 1861* 148
Figura 15 – *O edifício do Seminário-Liceu* 151
Figura 16 – *Alunos internos do Seminário depois de uma ascensão ao Monte Gordo* 152
Figura 17 – *Anúncio de um curso do comércio, curso dos liceus e línguas, 1911* 158
Figura 18 – *Excerto de carta do professor José Lopes da Silva* 159
Figura 19 – *Alunos matriculados no Instituto Caboverdeano de Instrução, 1925/1926* 162
Figura 20 – *Casa do Senador Vera Cruz onde o liceu foi instalado, 1917* 166
Figura 21 – *Capitania dos Portos, Mindelo, S. Vicente* 168
Figura 22 – *Alunos, alunas e professores do Liceu Infante D. Henrique* 172
Figura 23 – *Notícia da extinção do Liceu Central Infante D. Henrique* 177
Figura 24 – *Pedido de prosseguimento das aulas no liceu de Mindelo, 1937* 178
Figura 25 – *Autorização da reabertura do liceu de Mindelo, 1937* 179
Figura 26 – *Praça Alexandre Albuquerque, Praia, cerca de 1958* 182
Figura 27 – *Criação do Liceu Nacional da Província de Cabo Verde* 183
Figura 28 – *Paços do Concelho da, Praia, cerca de 1910* 184
Figura 29 – *Edifício das escolas da Praia, 1877* 185
Figura 30 – *Pedido de professores para preparação do exame do 5º ano* 186
Figura 31 – *Anúncio do Colégio-liceu Serpa Pinto* 187
Figura 32 – *Alunos e professores do Colégio-Liceu Serpa Pinto*, *1932/1933* 188
Figura 33 – *Sessão inaugural da Secção do Liceu Gil Eanes na Praia* 195
Figura 34 – *Entrada do edifício onde funcionou a Secção do Liceu Gil Eanes na Praia* 196
Figura 35 – *Perspectiva do edifício do Liceu da Praia* 198
Figura 36 – *Inauguração do edifício do Liceu da Praia, 1960* 199
Figura 37 – *Anúncio de curso profissional, 1950* 206
Figura 38 – *Edifício da Escola Técnica Elementar de Mindelo* 207
Figura 39 – *Alunos do curso de serralheiro-mecânico, Escola Industrial e Comercial de Mindelo* 209
Figura 40 – *Edifício do liceu em Mindelo, 1921 a 1968* 215
Figura 41 – *Os espaços escolares consagram figuras ilustres* 216
Figura 42 – *Sala de aula do liceu de Mindelo* 217
Figura 43 – *Edifício do Liceu Gil Eanes, em Chã do Cemitério, 1968* 217
Figura 44 – *Edifício do Liceu Adriano Moreira, na Praia.* 218
Figura 45 – *O relógio da torre do liceu* 219
Figura 46 – *Prática laboratorial no liceu de Mindelo* 222
Figura 47 – *Plano de passeio escolar à Baía de S. Pedro, S. Vicente* 226
Figura 48 – *Visita de estudos dos alunos do Liceu Adriano Moreira* 227
Figura 49 – *Reitor, professores e funcionário do Liceu Infante D. Henrique* 256
Figura 50 – *Declaração de fidelidade à ordem social estabelecida* 258
Figura 51 – *O educador e intelectual, Baltasar Lopes da Silva* 261
Figura 52 – *Alunos do 2º ano do Liceu Nacional de Cabo Verde, 1918/1919* 264
Figura 53 – *Uma sala de aula no Liceu de Mindelo* 265
Figura 54 – *Mapa do movimento dos alunos do Instituto Cabo-verdiano de Instrução* 276
Figura 55 – *Alunas à entrada do liceu de Mindelo* 278
Figura 56 – *Portugal não é um país pequeno* 289

Figura 57 – *Encontro entre Vasco da Gama e o Samorim de Calcutá, painel em azulejos, Liceu da Praia* 292
Figura 58 – *Pormenor cimeiro de um painel em azulejos que representa a restauração de Portugal em 1640, Liceu da Praia*....293
Figura 59 – A *restauração de Portugal em 1640 representada num painel em azulejos, Liceu da Praia*....293
Figura 60 – *Um documento encapado com um impresso "para a afixação dos pensamentos adequados"* .298
Figura 61 – *Recepção no Liceu Gil Eanes ao Presidente da República Craveiro Lopes, 1955*....299
Figura 62 – *Assistência a uma sessão solene durante a visita do Presidente da República, 1955* 300
Figura 63 – *Aula de Canto Coral no liceu de Mindelo*....302
Figura 64 – *Aula de Educação Física masculina, Liceu de Mindelo* 304
Figura 65 – *Aula de Educação Física feminina, Liceu de Mindelo*....304
Figura 66 – *Comandante geral dos Falcões Portugueses de Cabo Verde, Júlio Bento de Oliveira* 316
Figura 67 – *Exibição de ginastas da Associação dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*....317
Figura 68 – *Membros associados dos Sokols, ilha do Fogo*....318
Figura 69 – *Formação de Falconinas* 319
Figura 70 – *Desportos náuticos praticados pelos Falcões Portugueses de Cabo Verde* 320
Figura 71 – *Cadetes dos Falcões Portugueses de Cabo Verde* 323
Figura 72 – *Falcões Portugueses de Cabo Verde em prova de ginástica rítmica*....325
Figura 73 – *Marcha dos Falcões Portugueses de Cabo Verde em frente à Câmara Municipal de Mindelo* 326
Figura 74 – *O governador Amadeu Gomes de Figueiredo passa revista aos Falcões de Cabo Verde*....327
Figura 75 – *Exibição de ginástica dos Falcões Portugueses de Cabo Verde* 330
Figura 76 – *Organização dos primeiros filiados da Mocidade Portuguesa no liceu de Mindelo, 1936* 333
Figura 77 – *Guarda de honra ao Governador por um grupo de Castelo da Mocidade Portuguesa*....336
Figura 78 – *Modelo da farda da Mocidade Portuguesa Feminina* 338
Figura 79 – *Delegação da Mocidade Portuguesa Feminina de Cabo Verde que participou num cruzeiro*..341
Figura 80 – *Centro «Sarmento Rodrigues» do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa*....342
Figura 81 – *Filiado da Mocidade Portuguesa*....343
Figura 82 – *Aluno do liceu da Praia filiado na Mocidade Portuguesa.*....350
Figura 83 – *Anúncio de discos de "Mornas de Cabo Verde"* 357
Figura 84 – *Anúncio do cinematógrafo, Teatro Africano*....358
Figura 85 – *Cartaz do primeiro filme sonoro projectado no Éden Park, 1936*....359
Figura 86 – *Capa do primeiro número da Claridade, revista de arte e letras* 368
Figura 87 – *Capa do segundo número da Claridade, revista de arte e letras*....372
Figura 88 – *Capa do quinto número da Claridade, revista de arte e letras*....375
Figura 89 – "Carregadeiras" de Abílio Duarte. Capa do último número da Claridade 377
Figura 90 – *Primeiro e único número do Suplemento Cultural* 378
Figura 91 – *Desenho de Pedro Gregório, Suplemento Cultural* 380
Figura 92 – *Primeiro número do Seló: Páginas dos novíssimos, de 25 de Maio de 1962* 383
Figura 93 – *Primeiro número do jornal Alma Nova, Liceu infante D. Henrique, 1933*....399
Figura 94 – *Primeiro número da Mocidade Caboverdeana, 1935*....401
Figura 95 – *Primeiro número do Boletim dos Falcões de Cabo Verde, 1936*....402
Figura 96 – *Primeiro número da folha literária Juventude, 1936*....403
Figura 97 – *Programa de récita académica em benefício da Caixa Escolar do Liceu* 404
Figura 98 – *Capa do primeiro número da Certeza, 1944*....406
Figura 99 – *Capa do terceiro número da Certeza, proibido pela censura, 1945*....409
Figura 100 – *Jornal Mocidade, órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa, 1956*....410
Figura 101 – *O primeiro e único número do Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes, 1959*....412
Figura 102 – *O grupo cultural do terceiro ciclo e Baltasar Lopes* 413
Figura 103 – *Fanha, desenho e linóleo de Abílio Duarte*....414
Figura 104 – *Bar da Salina, desenho e linóleo de Abílio Duarte*....414
Figura 105 – *O menino e o coqueiro, desenho e linóleo de Amílcar Duarte* 414
Figura 106 – *Oli leite, desenho e linóleo de Aristides Hugo* 414
Figura 107 – *Boletim de Actividades da Escola Industrial e Comercial de Mindelo*....416
Figura 108 – *Primeiro número do Mais Além…, 1965/66* 417
Figura 109 – *Contracapa da revista Estudos Psicopedagógicos, Maio de 1966* 419
Figura 110 – *Programa de récita académica em benefício da Caixa Escolar do Liceu* 427
Figura 111 – *Programa de um sarau no liceu da Praia*....429
Figura 112 – *Conjunto Os Caites, Mindelo*....430
Figura 113 – *Baile de finalistas animado pelo conjunto Pop Académico, Liceu Adriano Moreira* 430
Figura 114 – *Edifício do Liceu Gil Eanes, Mindelo* 559
Figura 115 – *Excerto do ofício do reitor, de 19/11/1917* 560

Figura 116 – *Quartel de S. Vicente* 562
Figura 117 – *Instalação do liceu no quartel* 562
Figura 118 – *Anexo à Lei 701, de 13/6/1917* 563
Figura 119 – *Projecto de estandarte para o Liceu Nacional, de 30/1/1923* 563
Figura 120 – *Nota do reitor sobre os vencimentos dos professores* 565
Figura 121 – *Professor Adriano Duarte Silva* 565
Figura 122 – *Alunos e alunas do liceu de Mindelo* 567
Figura 123 – *Armário do museu de Ciências Naturais* 568
Figura 124 – – Antero de Barros a discursar numa cerimónia 571
Figura 125 – Professores e alunas do Liceu 572
Figura 126 – *Edifício do Liceu Gil Eanes inaugurado em 1967.* 574
Figura 127 – *Quadro do pessoal docente* 576
Figura 128 – *Liceu da Praia* 577
Figura 129 – *Exposição de trabalhadores-estudantes da Praia, 1955* 578
Figura 130 – *Assinaturas dos requerentes da realização dos exames do 2º ciclo na Praia, 1955* 578
Figura 131 – *Despacho do Encarregado do Governo de Cabo Verde sobre a criação de um liceu na Praia, 1953* 579
Figura 132 – *Casa de Sérgio Barbosa onde foi instalada a Secção do Liceu Gil Eanes na Praia* 582
Figura 133 – *Professora Fernanda Marques rodeada de alunas* 585
Figura 134 – *Alunos e alunas do Liceu Adriano Moreira* 586
Figura 135 – *Painel de Pedro Gregório Lopes, Salão do liceu* 587
Figura 136 – *Projector de opacos* 588
Figura 137 – *Projector de diapositivos* 588
Figura 138 – *Microscópio* 588
Figura 139 – *Opticart* 588
Figura 140 – *Coluna do jornal Mais Além…* 590
Figura 141 – *Temas da revista Estudos Psicopedagógicos* 590
Figura 142 – *Quadro do pessoal docente, 1969* 591
Figura 143 – *Quadro do pessoal docente, 1973* 591

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – *Evolução da frequência escolar do Liceu Nacional de Cabo Verde, 1917/18 a 1923/24*.....128
Gráfico 2 – *Evolução da frequência escolar no ensino técnico, 1956/57 a 1961/62*.....210
Gráfico 3 – *Repartição percentual de professores e professoras nos liceus, 1971*.....254
Gráfico 4 – *Evolução dos efectivos escolares no ensino liceal, 1917/18 a 1965/66*.....275
Gráfico 5 – *Evolução da taxa de estudantes do sexo feminino, nos primeiros anos do liceu*.....277
Gráfico 6 – *Evolução da taxa de estudantes do sexo feminino do Liceu Gil Eanes, 1931/31 a 1957/58*.....277
Gráfico 7 – *Evolução do percentual dos alunos do liceu com idade tardia, 1932/33 a 1939/40*.....279
Gráfico 8 – *Repartição percentual das matrículas no ensino médio e superior de alunos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Índia, Macau e Timor, 1965/66*.....281
Gráfico 9 – *Índices de frequência no ensino médio e superior de alunos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Índia, Macau e Timor, 1965/66*.....281
Gráfico 10 – *Número de estudantes cabo-verdianos matriculados no ensino médio e superior na metrópole, 1959/60 a 1967/68*.....284

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Caracterização da imprensa periódica 495
Anexo 2: Fichas de apresentação da imprensa consultada 498
Anexo 3: Documentação consultada no IAHN 539
Anexo 4 Notas biográficas de educadores 541
Anexo 5: Síntese das reformas do ensino liceal (1905-1973) 548
Anexo 6: Relação dos reitores dos liceus de Cabo Verde (1917-1974) 549
Anexo 7: Informações dos relatórios dos reitores do Liceu Gil Eanes 551
Anexo 8: Memórias do Liceu de Mindelo 559
Anexo 9: Memórias do Liceu da Praia 577
Anexo 10: Documentos importantes para o ensino em Cabo Verde 595

SIGLAS

ACIAB – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento

ANI – Agência Noticiosa de Informação

BN – Biblioteca Nacional de Lisboa

BO – Boletim Oficial de Cabo Verde

CEI – Casa dos Estudantes do Império

DG – Diário do Governo de Portugal

DGS – Direcção Geral de Segurança

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IAHN – Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MP – Mocidade Portuguesa

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAN – Organização Política e Administrativa da Nação

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde

PIDE – Polícia de Intervenção e Defesa do Estado

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma investigação sobre a génese e a formação do liceu cabo-verdiano, no arco temporal iniciado no ano de 1917 e que se prolonga até ao ano da independência nacional, 1975. Pela natureza do objecto de estudo – os discursos produzidos em torno do liceu e das manifestações internas e externas da cultura escolar – situamo-nos no campo da investigação qualitativa e recorremos a técnicas documentais que integram fontes primárias e secundárias produzidas por escritores, jornalistas, políticos, autoridades educativas, professores, alunos e cidadãos comuns num espaço colonizado. Mais do que o sentido manifesto na documentação de arquivo, intentámos desvendar os sentidos implícitos nos textos, num processo orientado por dispositivos teóricos de inteligibilidade e de validação do percurso investigativo no campo da História Social da Educação.

A intenção deste trabalho é compreender a educação colonial a partir da confrontação entre o universo colonial lusitano e o universo cultural crioulo. A partir deste contexto integrador e conflitual, analisámos o discurso educativo português adaptado e transfigurado no laboratório existencial das ilhas. A história do liceu começa a ser contada na descrição das origens do liceu laico, na história atribulada do ensino liceal em Mindelo e na edificação tardia do liceu na capital da colónia. No interior do liceu apercebemo-nos da organização curricular, dos dispositivos de disciplina, da transgressão cultural, das trajectórias de submissão e de autonomia dos actores educativos, que aspiravam a uma cidadania plena. O questionamento sistemático do material empírico, à luz da (re)interpretação do pensamento crítico, permitiu-nos comprovar a centralidade da cidadania na construção do liceu, espaço de cultura e de oportunidades de mobilidade social.

PALAVRAS-CHAVE

Liceu, Educação, Ensino, História da Educação Colonial, Cabo Verde, Colónia, Colonialismo, Poder, Submissão, Autonomia, Cidadania, Cultura, Cultura Escolar, Discurso, Imprensa, Juventude.

ABSTRACT

The present work is the result of an investigation on the genesis and formation of the Capeverdian high school system, covering a chronological arc that stretches from 1917 to the year of the national independence, 1975. Due to the nature of its subject - the discourses generated about high school and the internal and external manifestations of the school culture - we chose to place the study within the field of the qualitative research and made use of documentation techniques which included primary and secondary sources produced by writers, journalists, politicians, educational authorities, teachers, students and common citizens in a colonized space. More than the literal meaning of the archival documents, we have attempted to unveil the implied meaning of the texts, through a process guided by theoretical devices of intelligibility and validation of the direction of research in the field of Social History of Education.

The aim of this work is to understand colonial education based on the confrontation between the Portuguese and the Creole cultural universe. In this context of integration and conflict, we analyzed how the colonial educational discourse was adapted and transfigured in the existential laboratory of the islands. The history of the high school begins with the description of the origins secular high school, in the troubled history of secondary education in Mindelo and in the late construction of a secondary school in Praia, the capital of the colony. Within the high-school we became aware of the curricular organization, the disciplinary devices, the cultural transgression, and the submission and autonomy trajectories of the educational actors who aspired to a conscious and full citizenship. The systematic questioning of the empirical material, according to the (re)interpretation of the critical thought, allowed us to corroborate the centrality of citizenship in the construction of the high school as a space of culture and opportunity for social mobility.

KEYWORDS

High School, Education, Teaching, History of Colonial Education, Cape Verde, Colony, Colonialism, Power, Submission, Autonomy, Citizenship, Culture, School Culture, Discourse, Press, Youth.

INTRODUÇÃO

> "Não sei se será a misteriosa chama da rainha Loana que está a arder nos meus lobos ressequidos, se algum elixir estará a tentar lavar as folhas escurecidas da minha memória de papel, ainda afectada por muitas manchas que tornam ilegível aquela parte do texto que ainda me escapa, ou se serei eu que procuro empurrar os meus nervos para um esforço insuportável. Se nesse estado pudesse tremer, tremeria, no meu interior sinto-me agitado como se flutuasse lá fora num mar tempestuoso." (Umberto Eco, 2005 [2004], p. 423)

Campo de análise e objecto de estudo

Nas provas de Mestrado em Ciências da Educação (História da Educação), na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Lisboa, no ano de 2004, apresentámos a dissertação *A construção social do discurso educativo em Cabo Verde (1911-1926)*, que teve como objecto as representações e as práticas educativas na colónia durante a primeira república portuguesa. No referido trabalho considerámos que o emergente ensino liceal laico correspondeu a um imperativo de cidadania protagonizado pela elite local. Porém, a confrontação da hipótese explicativa com a "memória de papel" (num tempo mediado entre 1917 e 1926)[1] não permitiu sustentar, de forma fundamentada, a proposição. A possível explicação – "encher um buraco, descobrir uma ruptura" (Veyne, 1983 [1971], p. 180) – para a institucionalização do liceu, em Cabo Verde, continuou a seduzir-nos. Transformou-se numa das perguntas de investigação do presente estudo.

O desenvolvimento do pensamento crítico sobre a educação, inerente à nossa condição de docente no ensino superior em Cabo Verde, constituiu forte motivação para continuar a estudar a educação colonial. Como disse Antoine Prost "ter tomado partido nas políticas escolares e ter estado próximo dos lugares onde elas se definem parece-me mesmo uma vantagem para o historiador" (1992, p. 11).

O objecto de estudo do trabalho final de Doutoramento centra-se na génese e na formação do liceu, na colónia de Cabo Verde, dos tempos republicanos ao advento da independência nacional (1975). Pretendemos reconstruir os discursos produzidos em torno da educação colonial, adaptados e transformados no universo cultural crioulo, numa

[1]Na tese *A construção social do discurso educativo em Cabo Verde (1911-1926)*, a análise do ensino liceal delimitou-se a um segmento temporal iniciado em 1917, ano da criação do liceu na colónia e, concluído em 1926, fim do regime republicano.

colónia flagelada (pela seca e má governação) e periférica num imaginado império colonial. A análise dos processos de produção, de circulação e de transferência do saber, no itinerário *metrópole–colónia*, facultou-nos o acesso às práticas de apropriação dos modelos educacionais impostos e à sua reelaboração em capital cultural endógeno. É nosso propósito aceder ao "conhecimento documental, lacunar e retrodictivo, que se reconstrói pelo mesmo vaivém de inferência pelo qual uma criança constrói pouco a pouco a sua visão do mundo que a cerca" (Veyne, 1983, [1971], p. 193). Este conhecimento permitiu-nos reconstruir o processo de edificação do liceu em S. Nicolau, em S. Vicente e na cidade da Praia (Santiago). Visamos aceder à inteligibilidade dos enunciados da cultura do e no liceu, potenciadores da projecção das peculiaridades intelectuais do homem crioulo no confronto simbólico com a metrópole.

O título da dissertação *O liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania* tem a pretensão de um micro-texto que condense a tese que ambicionamos defender, num tempo simultâneo "da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, da dispersão" (Nóvoa, 2000, pp. 124/125), mediado pelas datas-limite de 1917 (criação do liceu laico na colónia) e de 1975 (termo do discurso ideológico colonizador). A análise do material empírico permitiu-nos representar contextos distintos e conduziu a uma periodização no interior do texto[2].

Trata-se de um estudo sócio-histórico aberto à interdisciplinaridade, "que busca superar uma lógica objectual e discursiva, assumidamente convergente ou divergente com outras dimensões da história social e da história total, construindo um sentido no conhecimento e através do discurso que ela própria «produz»" (Magalhães, 1996, p. 18). Situamo-nos no domínio, ainda secundarizado pela comunidade científica, da História da Educação Colonial. Temos fundadas razões para acreditar que "the study of the basic social and educational inequalities so dramatically exemplified by the various aspects of the colonial relationship is crucial to our understanding of contemporary education" (Altbach & Kelly, 1978, p. 45). O projecto delineado ambiciona, ainda, inserir-se numa "historiografía nueva, que incluya las relaciones culturales y educativas, exenta de integristas sentimientos de culpa, que estudie el pasado y prepare para el futuro" (Lozano Seijas, 1993, p. 226). Com este trabalho esperamos aderir ao desafio lançado por António Nóvoa, "de expansão e de renovação das práticas [da historiografia da educação],

[2] Na I Parte intitulada "Contexto colonial: antagonismos, assimilação e mobilidade social", a narrativa foi organizada em três fases recortadas por conjunturas que particularizam unidades temporais: de 1917 a 1926, entre a data da criação do liceu e o fim do regime republicano; de 1927 a 1960, da conjuntura sequencial ao movimento militar de 28 de Maio ao tempo de consagração pela ONU do princípio de autodeterminação dos povos e, de 1961 a 1975, época de resistência ao colonialismo que culminou com a independência de Cabo Verde.

nomeadamente por via de uma referência ao espaço europeu, de uma cooperação no espaço latino americano e de uma ligação às realidades dos países africanos de expressão portuguesa" (1993, p. 18).

António Nóvoa, em *On history, history of education, and history of colonial education* (1995), orientou-nos para os estudos pós-coloniais, "essential to educational history because they allow a new attention to be paid not only to living experience but also to the way people elaborate it from the inside" (1995, p. 20). O texto de Nóvoa situou-nos no centro "of the «new» historiographical modes that focus not only on the organization of discourses over time but mainly on the education of how discourses have constructed and reconstructed people's lives and social realities" (*ibidem*, p. 5). Colocou-nos face a uma nova atitude intelectual:

> "Historians of education must deal, at the same time, with skepticism and utopia. Nowadays, it is impossible to be naïve. I will never forget Zygmunt Bauman's statement: «racism is unthinkable without the advancement of modern science» (1989, p. 60). But to denounce the illusion is not the same as to renounce utopia. And as Vitorino M. Godinho (1977) proclaims, there is never too much history because it is not history that takes us away from our responsibilities in the present and in the future." (*Ibidem*, p. 34)

A obra de Rogério Fernandes – compilada por Margarida Felgueiras e Maria Cristina Menezes[3] – foi a referência fundamental. Ensinou-nos pelo exemplo do "percurso historiográfico de um investigador que se move no terreno revelador de um processo histórico, naquele sentido thompsoniano no qual está presente o agir relacional dos actores, que originando transformações sociais, constituem-se para o pesquisador em objecto de investigação racional" (Felgueiras & Menezes, 2004, pp. 13/14). Mostrou-nos o caminho de "um historiador arduamente preparado, fundamentado por rigorosa pesquisa documental, onde exerce plenamente o papel crítico e questionador advindo de preocupações com o presente, com uma história real" (*ibidem*, p. 14).

Construção da matriz conceptual

> "L'histoire reste un discours, un récit plus exactement, dont la qualité tient à la capacité à mettre en oeuvre un arsenal hétéroclite de concepts, de lectures, d'expériences personnelles, sans sacrifier pour autant à une rationalité de caractère scientifique. Aucun exposé de méthode ne saurait donc épuiser l'ingéniosité de l'historien: la bonne histoire finit toujours pour échapper aux critères et aux définitions." (Compère, 1995, p. 106).

[3] As organizadoras de *Questionar a sociedade, interrogar a História, (re)pensar a educação* reuniram textos de Rogério Fernandes em edições esgotadas ou publicados em periódicos diversos (Felgueira & Menezes, 2004, p. 13).

No percurso de aprendizagem das Ciências Sociais e, em particular, da História da Educação, nos últimos quatro/cinco anos, removemos certezas e ideias feitas num campo historiográfico tradicionalista, muito ligado à construção do sistema escolar e à legitimação política e ideológica dos factos educativos. Fomos confrontados com aparatos conceptuais inovadores e desafiantes, com uma abordagem multidimensional do objecto crítico e uma viragem linguística (*linguistic turn*) que privilegia as fontes discursivas. A abertura à (inter)disciplinaridade convergiu para o desenvolvimento do processo heurístico e metodológico, do arquivo à narrativa historiográfica.

Neste sentido, optámos por uma investigação de âmbito histórico e por uma reflexão sociológica no campo epistémico da História Social da Educação, "que tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (Chartier, 1988, p. 17). Tivemos em conta "a necessidade de a História da Educação evoluir de uma abordagem *contextual* para uma análise *textual* (Jay, 1993), fornecendo novas preocupações das práticas discursivas no interior do espaço social ocupado pelos actores educativos, ou, dito de outro modo, a necessidade de uma evolução paradigmática, por integração e não por rejeição, da história social para a «nova» história cultural" (Nóvoa, 1996a, p. 38). Em suma, ensaiámos os itinerários da história social que, na definição de Rogério Fernandes, "em última instância, é movimento das mulheres e dos homens, nas suas curvas de nascimento, vida e morte, de produção/reprodução de valores, normas, aspirações e sonhos" (2004, p. 804).

Iniciámos a investigação histórica com a leitura de obras de referência. Procurámos isolar e relacionar princípios especulativos e propostas teóricas diversificadas, perspectivas e tensões que confluíram nas áreas principais em que este trabalho estabelece o seu terreno teórico.

O liceu enquanto objecto epistémico

Não pretendendo fazer uma revisão exaustiva dos trabalhos de investigação que, nas últimas décadas, têm analisado a génese e a evolução dos liceus em Portugal, destacamos aqueles que marcaram o nosso processo de formação. Assinalamos os contributos determinantes da obra de Rogério Fernandes, de António Nóvoa e de João Barroso. Constituíram, ainda, referência as teses de Jorge do Ó (2003) e de Ana Isabel Madeira (2007).

O pensamento crítico de Rogério Fernandes sobre os percursos da educação – dos tempos de "renovada esperança" da 1ª República ao Estado Novo, que transfigurou a escola "de instância libertadora […] ao molde onde se produziam as almas obedientes e conformistas" (2004c, p. 597) – influenciou a nossa reflexão sobre os *padrões institucionais, reformas e adaptações* e conferiu uma visão holística ao processo de *edificação do liceu: um projecto de cidadania* e aos *percursos de submissão e de autonomia.* Na vasta obra de Rogério Fernandes destacamos a clarificação epistémica da *docência como profissão*, a análise dos *itinerários doutrinais de educadores* e os seus contributos para a modernização educativa. Em texto recente, Rogério Fernandes (coordenou com Ana Crystina Mignot uma antologia sobre o *tempo escolar*[4]) reflectiu sobre "o tempo prescrito, o tempo vivido, o tempo a ser seguido e o tempo burlado, o tempo livre e o tempo recordado, o tempo medido e o tempo subjectivo, o tempo objecto de registo e o tempo que se esvai e não cabe no escrito" (2008, pp. 7/8). As pluridimensões temporais ajudaram-nos a contornar a linearidade cronológica e a percepcionar o tempo social como constructo cultural e pedagógico. Para Rogério Fernandes o tempo foi, desde sempre, dimensão indissociável da vida escolar:

> "Em primeiro lugar, porque a sua estruturação global era estabelecida segundo um conjunto de finalidades propostas na grelha curricular. Em segundo lugar, porque na sua espessura, ele definia a vigência do cenário quotidiano da troca/aquisição de saberes. Por fim, porque o tempo subjectivo poderia ser nulo se o interesse impregnasse a gesta da aprendizagem, ou, pelo contrário, denso e imóvel, se o aprender se limitasse a repetir indefinidamente o aprendível.
> […] Impregnado pelo sagrado ou liberto em plena laicidade, de todos os modos o tempo escolar implicou sempre uma regulamentação severa, exigindo um controlo não menos firme." (2008, pp. 17/18)

António Nóvoa, que nos alertou para a "amnésia no debate educativo […]: a amnésia do excesso e a amnésia da ausência" (prefácio ao *Governo de si mesmo*, de Jorge do Ó, 2003), situa-nos no processo de edificação do liceu moderno, "a mais importante instituição especializada na formação dos alunos entre a infância e a vida adulta" (2005a, p. 71), que serviu de paradigma ao liceu cabo-verdiano. Ajudou-nos a compreender o fascínio exercido pelo liceu na *intelligentsia* crioula e as memórias nostálgicas dos alunos que o frequentaram.

Lemos, atentamente, o estudo de João Barroso (1995) intitulado *Os liceus: organização pedagógica e administrativa (1836-1960).* Para além de nos introduzir

[4] *O tempo na escola* (2008).

na dimensão organizacional e no funcionamento interno – as estruturas formais da administração, nos níveis central e local – ensinou-nos como explorar, com rigor metodológico, um *corpus* documental constituído por um conjunto de relatórios de reitores. A metodologia utilizada ajudou-nos a compreender a (in)formalidade organizativa do liceu cabo-verdiano, dando-nos conta de múltiplos exemplos de desvios à produção legislativa oficial.

Foi desafiante a leitura, nem sempre fácil, da tese de Jorge do Ó centrada na figura do aluno do liceu e no *governo de si mesmo*. A articulação *teoria-história* – na opinião de Nóvoa, a maior ousadia assumida pelo autor – evidenciou "uma interpretação nova sobre factos conhecidos" (p. XXIV) e elucidou-nos como interrogar criticamente, como reelaborar as fontes e reinterpretar os processos de construção da instituição liceal.

A análise histórica e comparada dos *discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique* (2007), da autoria de Ana Isabel Madeira, foi essencial para a inteligibilidade da educação em contexto colonial e da circulação dos discursos educativos nos espaços metrópole-colónia e centro-periferia.

Incursão por modelos e conceitos

O levantamento bibliográfico inicial foi ampliado ao longo da investigação. Neste processo de captação do pensamento crítico sobre questões ligadas ao objecto de estudo, seleccionámos a utensilagem teórica a operacionalizar e os conceitos[5] que constituem pontos de referência no processo de reconstituição do liceu cabo-verdiano.

Para a construção da matriz teórica e do campo histórico-discursivo, assimilámos a linguagem conceptual de Pierre Bourdieu sobre os "**sistemas simbólicos** (arte, religião, língua) como estruturas estruturantes" (2001 [1989], pp. 8-16). Enquanto instrumentos de comunicação e de conhecimento, "os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) […] para a «domesticação dos dominados»" (2001 [1989], p. 11). Estes referenciais analíticos estão presentes na descrição do c*ontexto colonial: antagonismos, assimilação e mobilidade social*. Para a inteligibilidade do contexto histórico, "num estado de campo onde se vê o

[5] Os conceitos operatórios seleccionados para a construção da narrativa são assinalados a negrito.

poder por toda a parte" (Bourdieu, (2001) [1989], p. 7), foi decisiva a descoberta da face do poder, "onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: o **poder simbólico** é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (*ibidem*, pp. 7/8).

As relações de dominação colonial foram analisadas à luz da epistemologia *foucaultiana*. Num texto sobre a *governamentalidade*, Michel Foucault defende que "beaucoup de gens gouvernent: le père de famille, le supérieur d'un convent, le pédagogue et le maître par rapport à l'enfant ou au disciple; il y a donc beaucoup de gouvernements par rapport auxquels celui du Prince gouvernant son État n'est que l'une des modalités" (1978, p. 640). Como explica Tomaz Tadeu da Silva, no texto "Depois das teorias críticas do currículo", Foucault concebe o poder não como algo que se possuiu, nem como algo fixo, nem tampouco como partindo de um centro, mas como uma relação, como móvel e fluído, como capilar e estando em toda a parte", concluindo que "não existe saber que não seja a expressão de uma vontade do poder" (2000, p. 97). O carácter simbólico e difuso do poder, que contraria a concepção burocrática tradicional, emerge nos enunciados discursivos sobre o sistema de ensino cabo-verdiano. Está evidenciado nos constructos ideológicos da elite letrada, da "geração da ambiguidade"[6] na sua inflexão anti-evasionista e emancipatória.

Nesta problemática emerge o conceito **liberdade**, omnipresente na formação histórica da cultura crioula. "Ce sont des individus libres qui essaient de contrôler, de déterminer, de délimiter la liberté des autres et, pour ce faire, ils disposent de certains instruments pour gouverner les autres. Cela repose donc bien sur la liberté, sur le rapport de soi à soi et le rapport à l'autre" (Foucault 1984, pp. 728/729). Segundo Jorge do Ó, o facto de o poder[7] governamental assumir a existência de um sujeito livre, "não significa que este circule no espaço essencial da liberdade, mas que os mecanismos de submissão ética – olhar normativo dos outros, o trabalho disciplinar de uma variedade de *agências* estatais ou não, a introspecção, etc. – o deixam livremente fazer escolhas e, dessa forma, conduzir a sua existência, a sua conduta" (2003, p. 68).

Como defende Isabel Castro Henrique, "é urgente uma revisão dos conceitos utilizados pela historiografia, já que eles continuam a orientar, em geral, o estudo da

[6] Consultar I Parte, 1.1. "A geração da ambiguidade (1910-1926)".
[7] Segundo Jorge do Ó, "o poder moderno já não se caracteriza por impor constrangimentos, mas pela criação de cidadãos capazes de agir num contexto de liberdade regulada" (2003, p. 68).
.

relação com o Outro" (2004, p. 36). A autora de *Os pilares da diferença* considera que "não se trata de «actualizar» os conceitos, mas de eliminar a maior parte, substituindo-os por outros despidos do europocentrismo do passado e elaborados para explicar as diversidades do mundo" (*idem, ibidem*).

A incursão nos conceitos de **colonização, colonialismo** e **assimilação** foi possível graças à leitura de Frantz Fanon (1952; 1961) e de Aimé Césaire (1978). Na interessante expressão de Jean-Paul Sartre, Fanon dá-nos um espectáculo inesperado, "le strip-tease de notre humanisme" (2002 [1961], p. 31): "votre humanisme qui nous prétends universels et vos pratiques racistes nous particularisent" (*ibidem*, p. 18). O autor de *Peau noir, masques blancs*, coloca-nos perante o "senso do não senso":

> "Le Noir veut être Blanc. Le Blanc s'acharne à réaliser un essai de compréhension du rapport Noir- Blanc.
> Le Blanc est enfermé dans sa blancheur.
> Le Noir dans sa Noirceur.
> Nous essaierons de déterminer les tendances de double narcissisme et les motivations auxquelles il renvoie.
> Au début de nos réflexions, il nous avait paru inopportun d'expliciter les conclusions qu'on va lire.
> Le souci de mettre fin à un cercle vicieux a seul guidé nos efforts." (Fanon, 1971 [1952], p. 7).

Aimé Césaire, após afirmar que "consorciar mundos diferentes é excelente […] e que a grande sorte da Europa é ter sido uma encruzilhada, […] o lugar geométrico de todas as ideias, o receptáculo de todas as filosofias", considera que "da *colonização à civilização* a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano" (1977 [1955], pp. 15/16). Estes enunciados foram recuperados pelos estudos pós coloniais, que põem em causa "o «conceito-Europa» como *referente silencioso* de todas as histórias" (Nóvoa, 2000, p. 131). Homi Bhabha relecte sobre "o pós-colonial e o pós-moderno"[8]:

> "Postcolonial perspectives emerge from the colonial testimony of Third World countries and the discourses of 'minorities' within divisions in the geopolitical divisions of East and West, North and South. They intervene in those ideological discourses of modernity that attempt to give a hegemonic 'normality' to the uneven development and the differential, often disadvantage, histories of nations, races, communities, peoples. They formulate their critical revision around issues of cultural difference, social authority, and political discrimination in order to reveal the antagonistic and ambivalent moments within the 'rationalizations' of modernity." (2005 [1994], pp. 245/246).

[8] Título do capítulo nove da obra *The location of culture* (primeira edição em 1994).

As teorias críticas coloniais (Edward Said, 1978; Homi Bhabha, 1994) representam uma viragem na análise do discurso histórico. Said apresenta a construção do oriente como um produto do imaginário europeu, estereotipado e reducionista. Para o autor do *Orientalismo*, nem o termo Oriente nem o conceito de Ocidente têm "qualquer estabilidade ontológica; um e outro são feitos de esforço humano, em parte afirmação, em parte identificação do Outro" (2004 [1978], pp. XII/XIII).

Com a leitura da obra de Homi Bhabha adquirimos instrumentos teóricos de trabalho e um vocabulário crítico em torno da relação colonial. Para compreendermos as relações *poder-saber*, que atravessam a narrativa sobre *o ensino liceal em Cabo Verde*, foi de crucial importância a percepção de uma das categorias de subjectivação do discurso colonial, o **estereótipo**. Enquanto modo ambivalente de conhecimento e de poder, "the stereotype is not a simplification because it is a false representation of a given reality; it is a simplification because it is an arrested, fixated form of representation that, in denying the play of difference (which the negation through the Other permits), constitutes a problem for the *representation* of the subject in significations of psychic and social relations" (Bhabha, 2005 [1994], p. 107). Edward Said, a propósito "do corpo de ideias, crenças, clichés ou conhecimentos sobre o Oriente […] – sensualidade, tendência para o despotismo, mentalidade aberrante, hábitos de imprecisão, atraso", sustenta que este corpo específico de informações adquiriu "um estatuto epistemológico igual ao da cronologia histórica ou da localização geográfica" (2004 [1978], p. 240). O discurso colonial, que percorre a história que pretendemos contar, é pautado por amplas generalizações (culturalmente legitimadas), através das quais a realidade é dividida em vários colectivos: "linguagens, raças, tipos, cores, mentalidades, cada categoria sendo mais uma interpretação judicativa do que uma designação neutra" (*ibidem*, p. 267). A oposição rigidamente dual do "nosso" e do "deles" (corrente na linguagem comum, ontem como hoje) foi "reforçada não apenas pela antropologia, pela linguística e pela história, como também, claro está, pelas teses darwinianas sobre a sobrevivência e sobre a selecção natural e – de forma não menos decisiva – pela retórica do alto humanismo cultural" (*idem, ibidem*). A validação "científica" e "humanista" dava aos intelectuais[9] o direito de fazerem generalizações:

[9] Edward Said refere-se a Ernest Renan e a Matthew Arnold (2004 [1978], p. 267).

> "Os «nossos» valores eram (digamos) liberais, humanitários, correctos; eram sustentados pela tradição das *belles-lettres*, pela erudição bem informada, pela investigação racional; como europeus (e homens brancos), «nós», sempre que as virtudes eram enaltecidas, comungávamos desses valores. Mas as sociedades humanas formadas pelos valores culturais reiterados excluíam tanto quanto incluíam." (Said, 2004 [1978], p. 240)

O súbdito colonial, "motivo de escárnio ou um átomo num vasto colectivo designado" é tido, no discurso ordinário ou culto, "como um tipo indiferenciado que tem o nome de oriental, africano, amarelo, moreno ou muçulmano" (Said, 2004 [1978], p. 296). Procura um *alter ego* pelo **mimetismo** cultural, "the desire for a reformed, recognizable Other, *as a subject of a difference that is almost the same, but not quite*" (Bhabha, 2005 [1994], p. 122). Na interpretação de Homi Bhabha, o discurso do *mimetismo* (mimicry) constrói-se em torno de uma *ambivalência* e representa "the sign of the inappropriate, however, a difference or recalcitrance which coheres the dominant strategic function of colonial power, intensifies surveillance, and poses an immanent threat to both 'normalized' knowledge and disciplinary powers" (2005 [1994], pp. 122/123). No livro *The location of culture*, Bhabha explica:

> "What I have called mimicry is not a familiar exercise of *depend* colonial relations through narcissistic identification so that, as Fanon has observed[10], the black man stops being an actional person for only the white man can represent his self-esteem. Mimicry conceals no presence or identity behind its mask: it is not what Césaire describes as 'colonization-thingfication'[11] behind which there stands the essence of the *présence Africaine*. The menace of mimicry is its *double* vision which in disclosing the ambivalence of colonial discourse also disrupts its authority. And it is a *double* vision that is a result of what I've described as the partial representation/ recognition of the colonial object." (*Ibidem*, p. 126)

Para a construção do aparelho conceptual da tese foi determinante a leitura da obra de Philip G. Altbach e Gail P. Kelly (1978, 1984), de Antoine Léon (1991), de Malika Belkaïd (1995) e de Nikolas Rose (1999). Nos estudos sobre o colonialismo português, lemos Valentim Alexandre (1993), João Carlos Paulo (1992, 1995) e António Nóvoa (1993, 1995, 2000, 2005).

Altbach e Kelly analisaram as relações do colonialismo com a educação e defenderam que "schools which emerge in colonies reflect the power and the educational needs of the colonizers" (1978, p. 2). Léon, na mesma linha de análise, recuperou a noção de **altruísmo egoísta**[12] do colonizador, "qui a pris en charge […] de la formation, à son image, des populations exotiques qui s'élèveraient dans

[10] Frantz Fanon, *Black skin, white mask.* London: Paladin, 1970, p. 109.
[11] Aimé Césaire, *Discourse on colonialism.* New York: Monthly Review Press, 1972, p. 21.
[12] Segundo Antoine Léon, a noção de altruísmo egoísta foi proposta por Charles-André Julien para sublinhar a ambivalência das funções conferidas ao ensino colonial (1991, p. 23).

l'échelle sociale à proportion qu'elles adopteraient ses techniques et ses mœurs[13]" (1991, p. 23). Através da noção de *pacto de associação*, "l'«altruisme egoïste» met en balance les intérêts immédiats du colonisé et les profits escomptés par le colonisateur" (*idem, ibidem*). A universalidade (logo, superioridade) dos valores europeus validou o conceito de *assimilação*:

> "La portée d'un tel concept est, comme la notion de conquête morale, de mission civilisatrice ou de l'occidentalisation, inséparable des exigences de la domination coloniale. L'assimilation implique contradictoirement l'existence, entre l'assimilateur e l'assimilé, de similitudes et de différences, celles-ci étant le plus souvent exprimées en termes de hiérarchie ou de retard. Les similitudes rendent possible l'action éducatif dont l'objectif est précisément de réduire les différences ou de combler le retard." (Léon, 1991, p. 34)

Na mundividência colonial, segundo Belkaïd, a **assimilação**[14] implicava "une similarité, voire une similitude qui absorbe, incorpore, intègre – avec, pour le candidat à l'assimilation, le spectre d'un fin probable de quelque chose dans une sorte d'annihilation et une ressemblance qui se contente de rapprocher ou d'imprégner en vue d'un rapprochement" (1995, p. 214).

Nikolas Rose, que estudou as questões do poder, da soberania e da disciplina, analisou a emergência das identidades trans-individuais de classe, de género e de origem, ou seja, "the formation of identifications througt the inscription of particular ethical formation, vocabularies of self-description and self-mastery forms of conduct and body techniques" (1998, p. 47). Segundo o autor de *Powers of freedom* (1999) "the school was a very important locus for the elaboration of the norms of freedom". Nikolas Rose acrescenta "but the child was to be disciplined not merely by supervision, punishment and the learning of the catechism, but through an apparatus that simultaneously individualized and normalized" (*ibidem*, p. 76).

Por influência de António Nóvoa (1996), de Agustín Escolano Benito (2000), de André Chervel (1998) e de Dominique Julia (1995) acedemos à categoria conceptual **cultura escolar**. "Historicamente, a escola foi sempre vista como um «lugar cultural»: primeiro numa acepção idealizada de aquisição dos conhecimentos e das normas «universais», mais tarde, numa perspectiva crítica de inculcação

[13] Declaração da "Commission de l'Enseignement d'Outre-Mer, Compte rendu de la réunion du 12 juillet 1951, p. 2 (Léon, 1991, p. 23).
[14] Malïika Belkaid recorda a origem da palavra *assimilar*: "du latin *similis*, évoque la métaphore de la nutrition, de la digestion, c'est-à-dire l'opération d'absorption" (1995, p. 244).

ideológica e de reprodução social". António Nóvoa, autor da citação, acrescenta que "num e noutro caso, ignorou-se o trabalho interno de produção de uma cultura escolar, em relação com o conjunto das culturas em conflito numa dada sociedade, mas com especificidades próprias que não podem ser olhadas apenas pelo prisma das sobredeterminações do mundo exterior" (1996a, p. 46). É este sentido de cultura escolar que pretendemos captar na memória do liceu cabo-verdiano, na tri-dimensionalidade definida por Escolano Benito:

> "Uno estaría construido por la cultura empírico-práctica que han construido los enseñantes en el ejercicio de su profesión y que se transmite por diversos mecanismos en las relaciones que se dan dentro de la vida cotidiana de las instituciones. La escuela es un lugar de cultura y el oficio de maestro se configura en torno a la memoria corporativa de los docentes.
> Otro se organizaría entorno a los saberes que genera la especulación y la investigación. Esta cultura escolar, ligada al desarrollo del conocimiento experto, sobre todo a partir de la instalación académica en las instituciones de educación superior, desde finales del XIX, del movimiento positivista, sería la cultura propiamente científica.
> Un tercer sector de la cultura de la escuela vendría asociado al discurso y a las prácticas de orden político-institucional que se configuran en torno a los sistemas educativos, y se expresaría en el lenguaje normativo que sirve de soporte a la organización institucional de la educación. La escuela como organización instituye en este sentido también una determinada cultura." (2000, pp. 202/203)

Para André Chervel a noção de cultura escolar "comporta uma ambiguidade de princípio: trata-se da cultura que se adquire na escola, ou da cultura que só se pode adquirir na escola? Dito de outro modo, por «cultura escolar» queremos significar a parte da cultura global que é difundida pela escola às novas gerações, ou, pelo contrário, uma cultura especificamente escolar, não só no seu modo de difusão, mas também na sua origem, na sua génese e na sua constituição?" (1998, p. 5). Ao "entrar" no liceu cabo-verdiano sentimos a ambiguidade da cultura da e na escola.

Para a construção dos *percursos de submissão e de autonomia dos* estudantes retivemos as considerações de Pierre Bourdieu sobre a cultura dominante/dominada no universo colonial:

> "A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções." (2001 [1989], p. 10)

Neste contexto de "integração fictícia da sociedade no seu conjunto" e de "falsa consciência das classes dominadas" sentimos a omnipresença cultural da Igreja no Estado Novo (com especial incidência nas considerações sobre e*ducação, poder e juventude*),

fundada no exercício do "monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação, [sendo], a esse título, investida de um poder propriamente espiritual, exercendo *ex-officio*, na base de uma transacção permanente com as expectativas dos leigos" (Bourdieu, 2001 [1994], p. 149). As *diferenças culturais* – cerne da relação colonial – são explicadas pelas teorias críticas pós coloniais. Homi Bhabha delimita as fronteiras entre os conceitos de **diferença** e de **diversidade cultural**:

> "Cultural diversity is an epistemological object – culture as an object of empirical knowledge – whereas cultural difference is the process of the *enunciation* of culture as 'knowledgeable', authoritative, adequate to the construction of systems of cultural identification. If cultural diversity is a category of comparative ethics, aesthetic or ethnology, cultural difference is a process of signification through which statements *of* culture or *on* culture differentiate, discriminate and authorize the production of fields of force, reference, applicability and capacity. Cultural diversity is the recognition of pre-given cultural contents and customs; held in a time-frame of relativism it gives rise to liberal notions of multiculturalism, cultural exchange or the culture of humanity. Cultural diversity is also the representation of a radical rhetoric of the separation of totalized cultures that live unsullied by the intertextuality of their historical locations, safe in the Utopianism of a mythic memory of a unique collective identity. Cultural diversity may even emerge as a system of the articulation and exchange of cultural signs in certain early structuralist accounts of anthropology." (2005 [1994], pp. 49/50)

As ambiguidades do poder colonial ancoradas nas diferenças culturais são perceptíveis nas lutas simbólicas da elite crioula, "a fracção dominada (letrados ou «intelectuais» e «artistas», segundo a época) [que] tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização" (Bourdieu, 2001 [1994], p. 12). Este foi o objectivo das lutas pela manutenção e valorização do liceu, enquanto capital simbólico de prestígio e de utilidade social. O liceu cumpriu a "finalidade de transmitir os princípios de uma «cultura geral» duma geração para outra, através de um processo de aculturação específica que permite passar de uma cultura familiar e de grupo, para uma cultura global e social" (Barroso, 2005, p. 43). Porém, o liceu cabo-verdiano não se circunscreveu a este papel de simples transmissão de uma «cultura» definida exteriormente, produziu uma cultura própria, por vezes em oposição à dominante.

Na formulação hipotética – o liceu, *locus de cultura* e *imperativo de cidadania* – adoptamos o conceito de cultura *animi* (cultivo do espírito), exercida pela educação no sentido da realização plena das capacidades humanas. A (contra)cultura liceal aspirava a "una educación que asegura las buenas maneras, la grandeza de espíritu, el valor, la resistencia, que inculca en los jóvenes la afición por los ejercicios, por las victorias y los

honores, etcétera[15]" (Foucault, 2005 [1982], p. 47). A interpelação da cultura da escola, suas representações e significados perpassam ao longo da dissertação.

Na tese *Em busca da nação*, Gabriel Fernandes renovou o Cabo Verde "manifesto"[16], um campo do conhecimento e da erudição com uma identidade corporativa ligada a personalidades e a instituições marcantes na sociedade contemporânea. Recentrou o conceito de **cidadania,** historicamente ligado ao "direito a ter direitos, […] como função da pertença a uma comunidade nacional, expressa formalmente no vínculo jurídico da nacionalidade" (Pureza, 2007, p. 75). Na esteira de Alain Dieckhoff[17], Fernandes esclarece que "as tipologias nacionalistas foram, desde o início, binárias, oscilando entre um modelo político (nação contratual, electiva e cívica) e um modelo étnico (nação orgânica, herdada e étnica)". Questiona: "qual desses modelos seria válido e qual terá sido exportado para a África e apropriado pelos africanos?" (2006, p. 29). A identificação do cidadão com uma comunidade imaginária surge como corolário da tomada de consciência de que pertence "a um conjunto cujas fronteiras são claramente mais importantes que aquelas que limitam seus horizontes de vida quotidiana" (*ibidem*, p. 17). Neste sentido,

> "As relações entre o poder colonial português e seus colonizados africanos são o exemplo de como as nações podem emergir dentro da colónia, a partir das «práticas deslizantes» do nacionalismo central. Trata-se de um importante jogo em que o colonialismo sufoca e exaure o nacionalismo. Existe uma tendência à bifurcação da estrutura do poder com implicações contraditórias sobre um mesmo segmento populacional, a um tempo nacionalizado e colonizado e, por consequência, tido por parceiro e súbdito." (Fernandes, 2006, p. 32)

As "práticas deslizantes" do nacionalismo central facilitaram as lutas simbólicas do "segmento populacional, a um tempo nacionalizado e colonizado, tido por parceiro e súbdito". Por um lado, a educação do sujeito colonizado identificava-se com a nação colonizadora, por outro lado, lutava contra as contradições de um "sistema que, instigando as pessoas a serem nacionais, faz questão de lhes fazer sentir no quotidiano que não passavam de colonizados, os outros ou os duplos da nação" (*ibidem*, pp. 27/28). Assim se forjou a convicção social do valor da educação – simbolizada pelo liceu – potenciadora de cidadania plena e de bem-estar social.

[15] Michel Foucault refere-se à educação espartana, apresentada não como modelo, mas como referência de qualidade (2005 [1982], p. 47).
[16] Edward Said distinguia "uma positividade quase inconsciente (e por vezes intocável), que designarei de orientalismo *latente*, e as várias visões expressas sobre a sociedade, as línguas, a literatura, a história e a sociologia e por aí fora, que designarei de orientalismo *manifesto"* (2004 [1978], pp. 240/241).
[17] *A nação em todos os seus estados: as identidades nacionais em movimento.* Lisboa: Instituto Piaget, 1980.

José Manuel Sobral, no texto *Cidadania, nacionalidade, imigração*, demarcou o campo da cidadania social[18] que integra o direito a "participar do património comum da sociedade e a levar uma vida civilizada de acordo com os padrões prevalecentes nessa sociedade" (2007, p. 239). Ao longo deste trabalho defendemos a ideia que as elites letradas do arquipélago, excluídas da cidadania civil e política, pugnaram pela cidadania social e pelas oportunidades que a educação deixava antever. A exclusão dos direitos políticos atribuídos ao cidadão metropolitano – porque súbditos e não cidadãos activos – não impediu (poderá, mesmo, ter instigado) a apropriação de uma identidade cultural nacionalista, perceptível nos discursos inclusivos que circulavam no espaço-liceu (literatura, imprensa académica) a par com os discursos exclusivos dominantes. Como diz Gabriel Fernandes,

> "se é verdade que as escolas colonias/nacionais desempenham um papel muito importante na emergência da consciência nacionalista (quanto mais não seja porque puseram as pessoas em contacto com a nação do colonizador e seus discursos inclusivos), também não se pode negar que é na interface da nação e da colónia – com as práticas colonialistas a negarem os discursos proselitistas da nação – que uma nova consciência nacionalista, ou anticolonialista, encontrou plenas condições de engendramento." (2006, p. 37).

A saga da descolonização[19], protagonizada por franjas sociais ilustradas, deu razão aos críticos da política de assimilação que temiam os efeitos da educação "moral" e intelectual dos indígenas, que podia provocar o efeito de *emancipação-boomerang*, efeito secundário e perverso, de "envenenamento moral" para os seus detractores. A propósito da colonização francesa, Malika Belkaïd assegura que "l´école, quand on peut la fréquenter suffisamment longtemps, est un lieu propice pour entrer en contact avec les idées «subversives», glanées dans le sillage des livres et des enseignants européennes" (1995, p. 247). Para Marc Ferro "la escuela laica ha nutrido de ideas a las élites, formado emancipados que se convirtieron en emancipadores – lo que, en realidad no era su finalidad" (2005, p. 19). Na óptica de Belkaïd, o impasse é evidente, "pour légitimer l'impérialisme, il faut civiliser, donc instruire, mais pour continuer à dominer, il faut des soumis donc des ignorants" (*ibidem*, p. 245). Interroga:

> "L'assimilation peut-elle éviter l'émancipation? Peut-on dire que l'assimilation, objet d'une vigilance draconienne, ait été rejetée au profit de l'émancipation? Serait-il plus juste

[18] José Manuel Sobral, com base nas teorias de Thomas Humphrey Marshall (1950), identificou três elementos da cidadania: 1) civil (liberdades individuais de pensamento, opinião, religião, direito à propriedade e a entrar em contratos válidos, directo à justiça); 2) político (direito a participar no exercício do poder político, como eleitor e elegível); 3) social (uma gama de direitos que incluíam o direito a um certo nível de bem-estar e a uma segurança garantida, a participar do património comum da sociedade e a levar uma vida civilizada de acordo com os padrões prevalecentes nessa sociedade" (2007, p. 739).

[19] Termo infeliz e eurocêntrico (Ferro, 2005, p. 12).

> de dire qu'à vouloir assimiler, même avec précaution, par le biais d'une telle école, on aboutirait inexorablement à une émancipation? Il semble que plus le message se veut assimilateur, plus il émancipe, et que plus il émancipe, plus il permet l'assimilation de la culture ou à la culture dans une exaltation sans cesse renouvelée." (*Ibidem*, p. 240)

Através da assimilação a metrópole fornece à colónia recursos simbólicos, "abrindo o caminho para o seu questionamento, uma vez que não só explicita como possibilita a autoconsciência colonial daqueles *Outros* acobertados ou tornados *nacionai*s, ao longo do processo de afirmação da nação defensiva do Centro" (Fernandes, 2006, pp. 40/41). Em nosso entender, o liceu foi a instância que melhor geriu esses recursos simbólicos, com a cumplicidade da cidadania envolvente (pais, munícipes, intelectuais, comerciantes, pequenos proprietários), através da construção de um *corpus* de conhecimento (trans)local e de uma imagem cultural legitimadora das pretensões de Cabo Verde a ser uma colónia diferente (sem indígenas, sem confrontação militar). As peculiaridades de natureza cultural e étnica (crioulidade) foram usadas como argumentos contra o colonialismo, primeiro, pela inclusão cívica (nativistas e claridosos)[20], mais tarde, pela luta política contra o sistema colonial (geração de Cabral)[21].

Problemática e metodologia

A necessidade sentida de compreender o presente nas suas diferenças com o passado, "mas também o modo como o passado foi trazido até ao presente influenciando as nossas maneiras de pensar e de falar da educação" (Nóvoa, 1996b, pp. 429/430) conduziu a um questionamento, que constitui o ponto de partida do presente trabalho:

– Que influência teve a elite da colónia no processo de criação e de valorização do liceu?

– Como se explica a centralidade do liceu no sistema de ensino do arquipélago?

– Qual a projecção da cultura liceal na formação da identidade cultural crioula?

As respostas a estas três questões são orientadas por hipóteses explicativas, cuja formulação foi burilada ao longo da investigação:

[20] Consultar I *Parte*: 1.1. "A geração da ambiguidade (1910-1926) " e 1.2. "A redescoberta da própria terra (1927-1960) ".

[21] Consultar I *Parte*: 1.3. "Da anti-evasão à independência (1961-1975) ".

(i) No percurso da elite crioula (colonizada) pela plenitude dos direitos cívicos (como cidadãos portugueses) convergiram sentimentos de lealdade à nação lusa e de afirmação da identidade cultural crioula.

(ii) A emigração livre dos ilhéus, confrontados com a seca e a má governação colonial, traduziu-se em oportunidades de valorização social e cultural.

(iii) A estratégia de aproximação cultural entre dominados e dominantes (atenuação de diferenças e de estereótipos) minou o equilíbrio das relações coloniais.

(iv) A reconstituição da génese e da evolução do sistema escolar cabo-verdiano revela a acção determinante da elite letrada na criação de condições para a existência de um ensino prestigiado socialmente.

(v) O liceu foi um espaço de dominação (o *eu* colonizador, o *outro* colonizado) e de divisão social da população (em função da origem étnica, do género e da classe).

(vi) O ensino secundário, nível de escolaridade mais elevado em Cabo Verde, inseria-se no paradigma da educação colonial marcado por lógicas de conformação social (cada um no seu lugar).

(vii) No imaginário social, o ensino técnico e profissional formava os estratos sociais mais baixos, enquanto o ensino liceal preparava para o desempenho de papéis profissionais correspondentes às posições das classes dominantes.

(viii) A produção do saber científico e humanista no liceu transformou-o na mais prestigiada instituição educativa e cultural da colónia.

(ix) O estudante liceal, modelado num campo científico-disciplinador (autoritário), projecta o ideal do cidadão cumpridor, reflexivo e atento à sociedade envolvente.

(x) A cultura do carácter, promovida por um movimento associativo de inspiração não lusitana (proveniente da Checoslováquia), foi decisiva para a formação de uma consciência cívica.

(xi) A organização paramilitar juvenil lusitana (Mocidade Portuguesa), com dificuldades de inserção no universo escolar cabo-verdiano, construiu um projecto de educação centrado na ideologia colonial.

(xii) A circulação de revistas académicas e culturais contribuiu para a produção de marcas identitárias diferenciadoras (da matriz colonial) e de atitudes de (in)conformismo e de autonomia.

(xiii) O liceu constitui-se num *locus* de cultura geral, humanista e crioula.

(xiv) A construção social do liceu correspondeu a um imperativo de cidadania activa e plena.

Considerações metodológicas

Como se infere da apresentação do marco teórico, da problemática e da formulação das hipóteses, o estudo que desenvolvemos utiliza o método histórico e insere-se no campo da investigação qualitativa, orientada para a compreensão, em profundidade, dos fenómenos educativos e sociais na colónia de Cabo Verde, no arco temporal de 1917 a 1975. Numa perspectiva de abertura a mudanças e a redefinições, após uma fase exploratória (identificação do problema, questões de investigação e construção do marco teórico), procedemos à recolha e análise das fontes. O arquivo desvendou uma diversidade de textos históricos, que foram selectados, agrupados e relacionados. Privilegiámos os documentos escritos, mas recorremos a outros vestígios disponíveis (materiais e imateriais) da memória do liceu cabo-verdiano. Como disse Lucien Febvre (1949),

> "L'histoire se fait avec des documents écrits, sans doute. Quand il y en a. Mais elle peut se faire, elle doit se faire, sans documents écrits s'il n'en existe point. Avec tout ce que l'ingéniosité de l'historien peut lui permettre d'utiliser pour fabriquer son miel, à défaut des fleurs usuelles. Donc, avec des mots. Des signes. Des paysages et des tuiles. Des formes de champ et de mauvaises herbes. Des éclipses de lune et des colliers d'attelage. Des expertises de pierres par des géologues et des analyses d'épées en métal par des chimistes. D'un mot, avec tout ce qui, étant à l'homme, dépend de l'homme, sert à l'homme, exprime l'homme, signifie la présence, l'activité, les goûts et les façons d'être de l'homme." (1953, p. 428)

O *corpus* documental é constituído por fontes primárias e secundárias existentes no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN), no Arquivo do Liceu Ludgero Lima (Mindelo, S. Vicente), na Biblioteca Nacional de Lisboa (BN) e em acervos documentais privados. Analisámos documentos escritos (impressos e manuscritos), iconográficos, orais e imagens:

1. Documentos escritos

1.1. Fontes impressas

1.1.1. No campo da documentação oficial (arquivo)[22] consultámos (a) a produção jurídica, publicada no *Diário do Governo de Portugal*[23], referente às reformas do ensino gizadas na metrópole; (b) um vasto *corpus* normativo, publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde* (1842-1975)[24], que desvendou a retórica oficial sobre o ensino colonial e o contexto da aplicação da legislação no sistema escolar cabo-verdiano, num contraponto normas-*praxis* e prescrições-realidades; (c) documentação avulsa da Secretaria Geral do Governo (1917-1926) e do acervo dos Serviços da Administração do Concelho da Praia (1917-1975)[25], que condensam a produção legislativa do governo colonial, das autoridades educativas (reitores, inspectores e professores) e testemunhos do quotidiano escolar (pareceres, relatórios, regulamentos, ofícios), bem como (d) as estatísticas correntes e as análises dos indicadores editadas pelos Serviços de Estatística da Colónia e pelo Instituto Nacional de Estatística de Lisboa.

1.1.2. No domínio da produção social dos protagonistas do acto educativo (*fontes não oficiais*) destacamos: (a) a imprensa periódica[26], editada no arquipélago, com "leitores cabo-verdianos, interessados na metrópole mas também interessados na sua terra e na defesa dos seus interesses, mesmo que fossem contrários aos da metrópole" (Oliveira, 1998, p. 115); (b) a imprensa africana[27], publicada em Lisboa, que contou com a colaboração de intelectuais cabo-verdianos; (c) jornais académicos[28] editados nos liceus de Mindelo e da Praia e revistas literárias e culturais[29], excelentes observatórios das inovações pedagógicas, das práticas educativas quotidianas e do ambiente cultural; (d) livros e opúsculos coetâneos sobre temática cabo-verdiana; (e) literatura –

[22] Consideramos fontes oficiais, "os documentos que são *emitidos* por uma autoridade pública, ou *recebidos* por essa autoridade, em virtude das responsabilidades que lhe são conferidas por lei". Neste sentido, "o termo *arquivo* designa geralmente […] os documentos oficiais públicos" (Albarello *et alii,* 2005 [1995], p. 22). Neste trabalho utilizámos o conceito mais amplo de arquivo, "um conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa ou organização no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação" (Vieira, 2003, p. 806).
[23] Consultar Bibliografia Geral, 1. Fontes, 1.3. "Legislação e outras disposições oficiais".
[24] *Idem*. Consultar o anexo 3, "Caracterização da imprensa consultada no IAHN".
[25] Consultar Bibliografia Geral, 1. Fontes, 1.1. "Arquivos".
[26] Consultar o anexo 1. "Caracterização da imprensa periódica" e o anexo 2. "Fichas de apresentação da imprensa periódica!".
[27] *Idem.*
[28] *Idem.*
[29] *Idem.*

com destaque para os romances *Capitão de mar e terra,* de Teixeira de Sousa (médico e autor de reflexões pedagógicas) e *Capitania*, de Joaquim Saial (memórias de um aluno do liceu de S. Vicente) –, que nos conduziu a campos de significação que oscilam entre o mítico, o ficcional e o vivenciado.

1. 2. Fontes manuscritas

Nos fundos arquivísticos da Secretaria Geral do Governo, dos Serviços da Administração do Concelho da Praia e no arquivo do Liceu Ludgero Lima[30], compulsamos *manuscritos* inéditos que revelam as manifestações internas e externas da cultura escolar: (a) a produção pedagógica de professores e de alunos (livros de sumários, programas de ensino, ensaios, artigos, relatos de visitas de estudo); (b) os normativos dos reitores e de outras autoridades educativas (requerimentos; averbamento de castigos; listas de alunos, professores e directores de ciclo; actas; ordens; papéis avulsos) e (c) os testemunhos de alunos, pais e outros cidadãos (cartas, apontamentos, petições, rascunhos de documentos, poesias, hinos, etc.).

2. Fontes não escritas

Recorremos a *imagens* (fotografias de edifícios escolares, de alunos, professores e de paisagens), a *fontes iconográficas* (desenhos, plantas arquitectónicas) e a *fontes orais*, testemunhos vivos que complementaram as informações textuais.

Procedemos à compilação, organização e ordenação dos documentos em categorias – *contexto político, social e cultural; sistema escolar; ensino secundário; edificação do liceu; liceu, local de cultura* e *memórias do liceu* – que se dividem em subcategorias conceptuais. Seguiu-se a informatização dos documentos consultados (base de dados em formato *excel*), que possibilitou, de forma simples, a pesquisa e a interrogação aos campos previamente seleccionados[31].

Para a interpretação e o tratamento dos dados recorremos à análise textual, de modo a verificar "o que está presente e o que está ausente no próprio conteúdo, que estruturas fornecem os parâmetros para as suas possíveis leituras, que dissonâncias e contradições no seu interior podem propiciar leituras alternativas e, finalmente, as interacções entre os conteúdos e a cultura vivida do leitor" (Apple, 1989, p. 172).

[30] Consultar Bibliografia Geral, 1. Fontes, 1.1. "Arquivos". Consultar o anexo 3 "Caracterização da documentação consultada no IAHN".

[31] Consultar o anexo 1. "Caracterização da imprensa periódica".

Jacques Le Goff chama a atenção para "as perdas, as escolhas das compilações de documentos, a qualidade da documentação […] limitativas do ofício do historiador" (1982 [1977], que recorre a documentos conscientes, "qui constituent un fonds d'archives, sont conformes à la logique de l' institution qui les a produits" (Compère, 1995, p. 94) e a documentos inconscientes, produzidos sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade. A observância destas cautelas é acrescida pelo facto de utilizarmos fontes submetidas a censura prévia. Rui Grácio chama a atenção para o problema das fontes em regime censório:

> "Quer isto dizer que a análise da documentação escrita, para além das cautelas críticas especialmente reclamadas por textos, alguns caracterizadamente propagandísticos, fortemente marcados por funções ideológicas de dissimulação, legitimação, etc., tal análise tem ainda de ter em conta o regime censório:
> […] – textos oficiais e oficiosos – de informação e propaganda – e outros de qualquer modo alinhados com o poder, seguros da impunidade crítica pública, pelo menos directa;
> – textos não alinhados política e ideologicamente com o poder, e mesmo adversos, por vezes publicados com mutilações ignoradas do leitor e, de maneira geral, calibradas por calculada autocensura, inclusive os que, não estando sujeitos a exame prévio – nomeadamente os livros – poderiam ser objecto de apreensão oficial;
> – textos também não alinhados com o poder, elaborados por instâncias que não tinham, de maneira geral, suporte financeiro para publicação impressa […];
> – finalmente, os textos de produção e circulação clandestina." (1988, pp. 123/124)

Na educação colonial, as omissões tiveram um enorme peso: os "textos nulos" que, por autocensura não foram produzidos, criando-se deste modo silêncios" (*ibidem*, p. 125) e "os conteúdos da *cultura escolar* [que se] traduzem nos planos de estudo ou seja nas disciplinas, […] também pelas ausências e silêncios, isto é, pelos saberes excluídos ou que passam a estar nessa condição" (Fernandes, 1998, p. 24). Neste sentido, o arquivo exigiu perguntas constantes, uma permanente interacção texto-destinatário-utilizador e leituras diferenciadas nos níveis da explicação manifesta e nas significações implícitas do texto. A incorporação dos documentos na narrativa (na sua maioria, submetidos a censura prévia) revela racionalidades discursivas discordantes e, por vezes conflituais, no plano da retórica oficial e das práticas, da idealização das reformas forjadas na sede do império e do quotidiano escolar em contexto colonial.

Para ultimar estas breves *considerações sobre a problemática e a metodologia*, uma reflexão pessoal. Durante quatro a cinco anos concentrei-me – por vezes de forma obsessiva – na construção da presente tese. Como disse Marie-Medeleine Compère "c'est aspect obsessionnel fait difficilement l'économie d'un investissement personnel" (1995, p. 82). A escolha do objecto de estudo e dos problemas de investigação revestiu-se de subjectividade. Porém, como nos ensinou Rogério Fernandes, "embora o objecto histórico

seja, até certo ponto, construção subjectiva, no sentido em que o historiador intervém activamente na selecção dos factos historiáveis, ele não é, todavia, construção arbitrária" (1988, p. 112). Enquanto profissional, ligada ao ensino em Cabo Verde, resistimos à tentação de formular juízos de valor sobre factos educativos e tentámos seguir a postura investigativa de António Nóvoa que, a propósito do processo de profissionalização dos professores, considera que "não nos cabe «condenar» ou «defender» […], mas compreender, sem contudo renunciar a uma atitude crítica e a um olhar interrogador" (*apud* Barroso, 1995, p. 800).

Roteiro da escrita

Na sua forma final a dissertação abrange três partes, seis capítulos e uma conclusão, para além da introdução, das fontes e bibliografia e dos anexos.

A **parte primeira** da tese – *Contexto colonial: antagonismos, assimilação e mobilidade social* – abre com o capítulo *Cabo Verde, um trabalho de Sísifo*, uma alegoria ao esforço do homem cabo-verdiano, "que nega os deuses e levanta os rochedos" (Camus, 1979 [1942], p. 151). Apresentamos o contexto de resistência colonial da *Geração da ambiguidade* (1.1.), os caminhos da *Redescoberta da própria terra* (1.2) e *Da anti-evasão à independência* (1.3.).

No segundo capítulo consagrado aos *Padrões institucionais, reformas e adaptações*, analisámos A e*ducação republicana* (2.1.) e *A política educativa do Estado Novo* (2.2.). Procedemos a uma *Breve reconstituição do sistema educativo* (2.3.), descrito nas fases de *Organização* (2.3.1.), de construção do *Mito do cabo-verdiano instruído* (2.3.2.) e da *Hesitante modernização* educacional (2.3.3).

Na **parte segunda**, *A edificação do liceu: um imperativo de cidadania*, reconstituímos a génese e o perfil do liceu na colónia. O capítulo inicial é constituído por uma reflexão retrospectiva sobre as trajectórias de *Hesitações, autoridade e autonomia*. Numa perspectiva diacrónica descrevemos *os Antecedentes e alternativas* ao liceu laico (1.1.). A centralidade do liceu de Mindelo transbordou para a tese da tese – *O liceu, um projecto de cidadania* (1.2.). Problematizámos as circunstâncias sociopolíticas da *Edificação tardia do liceu na capital* da colónia (1.3.). O último sub-capítulo questiona *A natureza dual do ensino*

secundário (1.4.) – liceal e técnico – e os ensaios frustrados de coexistência de duas escolas paralelas, que serviam populações escolares com destinos sociais diferentes.

No segundo capítulo, dedicado à *Cultura escolar*, entrámos nos *Espaços, tempos e práticas curriculares* (2.1.) e analisámos os actos de *Dirigir, ensinar e aprender* (2.2.): *O poder dos reitores* (2.2.1), o perfil dos *Professores: educadores e funcionários* (2.2.2.) e os *Registos identitários dos alunos* forjados num ambiente de isolamento cultural e de submissão política (2.2.3.).

A **parte terceira** designada *Percursos de submissão e de autonomia* inicia com um capítulo dedicado à *Educação, poder e juventude.* Nele observámos os signos de exaltação nacionalista – *Deus, pátria e família* – incorporados no universo espacial do liceu e no serviço circum-escolar obrigatório (1.1.). Nesta conjuntura estão presentes duas organizações vocacionadas para o desenvolvimento da cultura física e da formação do carácter: *Os Falcões Portugueses de Cabo Verde* (1.2.) (inspirados nos *Sokols* da Checoslováquia), que fascinaram a cidade de Mindelo com a imagética paramilitar e a retórica da defesa da "liberdade dentro da ordem" e *A Mocidade Portuguesa* (1.3.), organização governamental para a formação integral da juventude, que "invadiu" o território educativo. O segundo capítulo e último da dissertação, *O paradigma celebrado: autonomia cultural* começa por descrever os *(Con)textos culturais* no tempo de edificação do liceu no Cabo Verde colonial (2.1.). O uso sincrónico de duas línguas em função dos domínios conquistados e das cargas valorativas envolventes é problematizado no sub-capítulo *A questão linguística: imperialismo ou síntese de culturas?* (2.2.). Ao entrar no universo cultural, lemos *A imprensa académica e juvenil* (2.3.), confluência de múltiplos modos de pensar a educação (professores, políticos, académicos, pais e alunos). Terminamos a narrativa com uma revisitação ao *Liceu, locus de cultura* (2.4.), no tempo de secularização do ensino, em que o liceu se abriu aos "ecos do mundo" (Sousa, 1992, p. 46), no tempo de Baltasar[32], "onde o uso da palavra escrita, sempre na ourela da transgressão dos limites definidos pela censura, se tomava uma questão moral, de amor-próprio e um desafio cívico" (Carvalho, 1991, p. 22) e no tempo das "solicitações e emboscadas, mas de incontroladas esperanças nos «amanhã que cantam»" (França, 1962, p. 20).

[32] Baltasar Lopes da Silva, intelectual cabo-verdiano, professor e reitor do liceu de Mindelo. Consultar Anexo 4, "Notas biográficas".

Na breve **Conclusão** retomámos os resultados do estudo em articulação com as opções teóricas e a problemática inicial. A partir das hipóteses formuladas para tornar inteligível a escrita da tese, sublinhámos as trajectórias fundamentais do liceu cabo-verdiano, que abrem perspectivas e pistas de prosseguimento da investigação.

A tese finaliza com a Bibliografia Geral (Fontes e Bibliografia) e os Anexos. A rubrica **Fontes,** além da documentação consultada nos arquivos (Cabo Verde e Portugal), inclui a legislação e a relação das obras de autores cabo-verdianos ou sobre Cabo Verde (anteriores a 1976) citadas na dissertação. A lista da **Bibliografia,** que contém as referências bibliográficas dos autores referidos no texto, foi organizada de modo contínuo, sem divisão temática. Os **Anexos** complementam as informações incorporadas no corpo da tese. Os três primeiros sistematizam a documentação consultada (1 e 2, a imprensa periódica; 3, a documentação dos fundos arquivísticos do IAHN). O *anexo* 4 é constituído por breves notas biográficas de educadores[33]. No *anexo* 5 apresenta-se um quadro-resumo das reformas do ensino liceal transferidas para a colónia (1911-1974). As informações sobre os reitores estão resumidas nos *anexos* 6 (dados pessoais) e 7 (resumo das informações dos relatórios). As *memórias dos liceus* (*anexo* 8, liceu de Mindelo; *anexo* 9, liceu da Praia) condensam referências à legislação, aos reitores, aos professores e alunos, a instalações e equipamentos, a actividades circum-escolares, à gestão financeira e a factos significativos da história de cada instituição. Finalmente, no *anexo* 10 reproduzimos um conjunto de documentos fundamentais para a história da educação colonial em Cabo Verde.

[33] O termo educador é considerado em sentido lato. No Anexo 4 incluímos notas biográficas de pedagogos, professores, estudiosos de questões educacionais e intelectuais com intervenção política, intelectual e social nas áreas da educação e do ensino.

I PARTE

CONTEXTO COLONIAL: ANTAGONISMOS, ASSIMILAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL

1. CABO VERDE, UM TRABALHO DE SÍSIFO[34]

"As condições de vida exterior impõem-lhe uma dose moderada de prudência, que é a contra-partida do seu instinto de expansão. Essa prudência não lhe permite satisfazer completamente o seu desejo de aventura. Dum lado temos o instinto de libertação criada por dois factores: a sua condição de ilhéu (o mar é um convite a estender-se em redor) e a esterilidade da terra, as estiagens repetidas, (o penedo de Sísifo impulsionado pela esperança de conseguir, a qual a par e passo se desilude), – e por outro lado o amor por essa mesma terra de que ele pretende libertar-se, a sua prudência e, em conclusão, a sua trágica renuncia às longas distâncias – ou o regresso inevitável imposto pela nostalgia. Fluxos e refluxos do seu espírito aparentemente contraditório: seu instinto é um *ferry-boat* com um movimento inverso ao da sua imposição consciente. Deante duma observação paciente o crioulo revela contrastes e matizes psicológicos que desconcertam." (Manuel Lopes, 1936a, Março)

" – Que aqui nada disto existe[35]: é tudo resignação –
e nessa confusão
cada um seguindo o seu caminho…)" (Manuel Lopes, 1936b, Março)

"Mas é, precisamente, essa resignação que os caboverdeanos cultos precisam de combater no seu povo. Bem sei que a luta do homem de Cabo Verde com a inclemência do clima é um trabalho de Sísifo. Mas, se eu pudesse, iria de ilha em ilha, de casa em casa, dizer aos caboverdeanos que não se resignassem. Há muitas coisas que eles podiam conseguir se, em vez de se curvarem sob o Destino implacável, gritassem a sua vontade desesperada de viver." (José Osório de Oliveira, 1936, Agosto)

[34] Expressão utilizada por José Osório de Oliveira, no primeiro número da revista *Claridade*, no artigo "Palavras sôbre Cabo Verde para serem lidas no Brasil" (1936, Agosto, p. 4).

[35] Referência "às grandes perspectivas dos continentes/aonde não chega a canção evocativa do quebra-mar" (Lopes, 1936b, Março, p. 4).

1.1. A geração da ambiguidade[36] (1910-1926)

A manhã da liberdade[37]

Em vésperas da primeira República, o poeta Eugénio Tavares despertava o povo cabo-verdiano do "somno catapletico de que só se acorda nos humbraes da morte […] porque te falta a comprehenção dos teus direitos":

> "A tua classe preponderante não é um elemento de acção política; é um factor de dissolução moral; não é uma engrenagem de progresso; é uma das faces mais ridiculas do egoísmo.
> […] O anno agricola; a simpatia dos governadores; a isca d'uma empreitada; a perspectiva d'uma boa transacção – uma mão de palha dada com geito – constituem uma como que maré cambial que lhes determina, eventualmente, a cor partidária e lhes acentua, condicionalmente, a acção política. Não escolhem deputados; acceitam os que o governo lhes apresenta […]. Em summa: uma completa abdicação; uma absoluta ruína de sentimentos sociaes." (1910, pp. 9/10)

Na "manhã da liberdade" surgiram condições ideológicas de uma renovada esperança. O discurso político republicano exerceu um efeito sedutor em Eugénio Tavares[38] e na sociedade islena[39], ao legitimar uma cidadania útil e plena e o acesso a escolas onde se possa "aprender a lêr, a escrever, a contar, a raciocinar, a amar a pátria" (*ibidem*, p. 13).

Na colónia, como na metrópole, assistiu-se a uma aproximação entre Republicanismo e Maçonaria[40], que "com os seus ideais humanistas e de liberdade terá conquistado a elite dos filhos das ilhas comprometida na defesa dos interesses do seu povo" (Brito-Semedo, 2006a, p. 235). Pela escrita comprometida do Padre Duarte da Graça[41] há notícias da existência, na cidade da Praia, de "uma sociedade secreta a que

[36] "A geração da ambiguidade […], a geração de uma encruzilhada ideológica cujos espartilhos impediram que eles pudessem ver claramente" (Ferreira, 1986, p. XLV).
[37] No opúsculo *Ao povo caboverdeano*, publicado no ano da proclamação da República, Eugénio Tavares prenunciava: "Um dia, porem, se a Manhã da Liberdade te surprehender ainda vivo, os teus filhos te dirão isso; porque antes de entrar na liça do trabalho, terão elles passado pela atmosfera depuradora da Escola" (p. 10).
[38] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.
[39] O jornal diário português *O Século* noticiava: "O povo de Cabo Verde, há mais de 400 anos amarrado ao jugo da velha monarquia, via, enfim, raiar a sua aurora de liberdade com o advento da República, essa forma benéfica de redenção dos povos" (1910, Novembro 4).
[40] Segundo Manuel Brito-Semedo, a primeira loja [maçonica], de que pouco se sabe, terá sido fundada na ilha de Santiago, por volta de 1791 (2006a, p. 230). O Grémio Lusitano, a face visível do *Grande Oriente Lusitano Unido*, abriu [em S. Vicente], em Outubro de 1912, uma escola primária laica e gratuita, para ambos os sexos, frequentada por cerca de 40 alunos, denominada "Escola Laica Almirante Reis". Sendo muitos dos iniciados na Maçonaria ligados ao comércio, a Igreja combateu-os, aproveitando as crendices populares, fazendo passar a ideia que quem comprasse algo na loja de mação estaria a vender uma parte da alma ao diabo (Oliveira, 1998, p. 259).
[41] O clero reagiu aos ataques do governador Marinha de Campos [1911] falando directamente ao povo nas Igrejas, […] aproveitando-se da miséria em que viviam as populações rurais, incitou-os à revolta. "Disso mesmo foi acusado o padre Duarte da Graça, na sequência dos tumultos ou motins em Santa Catarina (conhecida pela revolta de Ribeirão Manuel

davam o nome de Carbonária[42], para ser o sustentáculo da República n'esta terra" (1911, p. 45).

Da capital do império chegavam ecos da defesa dos direitos dos africanos. Estudantes e intelectuais cabo-verdianos, militantes da Junta de Defeza dos Direitos d' África (1912) escreveram em jornais "pan-africanistas"[43]. Verificou-se uma intensificação da actividade jornalística[44], que se antevia livre[45], dominada pelo jornal *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919) que, no primeiro número, saudava a República Portuguesa de forma lapidar: "Fiat lux!" (1911a, Março 1). O jornal acolhia Artur Marinha de Campos[46], "o governador de que precisava Cabo Verde [para quem] não há ricos nem pobres, não há brancos nem pretos: há justiça e só justiça" (1911b, Março 1).

Com o advento da República os colonizados imaginaram-se "nacionais e, *ipso facto*, com livre trânsito e com plenas garantias de cidadania em todo o território nacional" (Fernandes, 2006, p. 121). Porém, as dissensões entre o discurso inclusivo e as práticas exclusivas foram se consolidando. Eugénio Tavares, em carta a um amigo (1913), afirmou que o novo regime político, "aqui em Cabo Verde não teve, ainda, tempo de produzir nem mal nem bem", advertindo que a República "não é para aí nenhuma milagrosa terma de Nª. S. de Lourdes: não sara cancros, de repente, com um banho, dois copos de água e três salve-rainhas". O poeta vaticinava:

---

em que os camponeses recusaram reconhecer a autoridade do proprietário, Aníbal dos Reis Borges, um republicano" (Oliveira, 1998, p. 245).

[42] À associação secreta Carbonária pertenceram personalidades ligadas ao jornal *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919): Raul José Barbosa, co-fundador; João Maria Parreira, editor e Abílio Monteiro de Macedo, proprietário do jornal (Brito-Semedo, 2006a, p. 237).

[43] *O Negro* (1911), *Tribuna d'África* (1913), O *Eco d'África* (1914-1915), *Gazeta das Colónias* (1924-1926) e o *Correio d'África* (1921-1923) (Carvalho, 2006, pp. 26-28). Consultar os anexos 1 e 2.

[44] Jornais publicados no período republicano: *O Recreio* (1911*), A Fénix Renascida* (1911-1913), *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919), *O Independente* (1912-1913), *O Progresso* (1912-1913), *O Mindelense* (1913), *A Tribuna* (1914), *O Futuro de Cabo Verde* (1913-1916), *A Defesa* (1913-1915), *O Popular* (1914-1915), *O Caboverdeano* (1918-1919), *Cabo Verde* (1920-1921), A Verdade (1922) e *O Manduco* (1923-24). (Carvalho, 2007, pp. 12-25) (Brito-Semedo, 2006a, pp. 170-171)

[45] O exercício do "direito de liberdade de expressão do pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia" foi regulamentado pelo Decreto, de 28/10/1910. No jornal *A Voz de Cabo Verde* pedia-se ao governador Marinha de Campos "para solicitar do Governo provisório da Republica a applicação às colónias da lei da imprensa decretada em 28 de Outubro último" (1911b, Março 1). Três anos depois mantinha-se a excepção da liberdade de imprensa, insistindo o jornal *O Popular* neste sentido, atendendo ao "estado da evolução mental, usos e costumes dos seus habitantes, podem perfeitamente vigorar leis feitas para a Metrópole com ligeiras modificações por vezes" (1914, Novembro 15).

[46] Artur Marinha de Campos (1871-1930) foi o primeiro governador republicano, com uma breve e conturbada administração (quatro meses) preenchida por rebeliões sociais: a greve dos trabalhadores das companhias carvoeiras inglesas, a revolta da tripulação da canhoeira Zambeze e a sublevação dos camponeses de Ribeirão Manuel (Santa Catarina). Face ao clima de crispação social, autorizou a criação do "Corpo de Voluntários Republicanos da Praia" (Portaria 14, de 7/1/1911) e de um batalhão de voluntários, em Mindelo, designado "Centro Democrático Marinha de Campos" (Portaria 66, de 25/2/1911). Numa manifestação popular, na Praia, referindo-se à fome que grassou nas ilhas, no ano de 1903, o governador declarou: "Eu admiro como mais de vinte mil caboverdeanos morreram de fome nesta ilha, em menos de um ano, sem um movimento de revolta que pusesse termo a tanto sofrimento. Eu ter-me-ia revoltado" (Oliveira, 1998, p. 180).

> "Eu, de mim, dou à República dez anos para conhecer esses *pulex penetrans* que infestam as secretarias e se encasulam na administração pública, dou-lhe mais dez anos para se desinçar dos parasitas que a ela aderiram com aquele interesse dos piolhos pela cabeça; e ainda lhe dou mais dez anos para atingir uma fase de tranquilo e seguro progresso.
> […] É pouco possível que a República Portuguesa se considere livre dessa farandolagem reaccionária que lhe invade as engrenagens administrativas, e que não deixa perder nunca, nos limites da sua corrosiva acção, a mais pequena ocasião de embaraçar os movimentos da República, quer sejam eles guardas da alfândega, quer sejam eles governadores de colónias." (1913, p. 158)

Não obstante o crescente cepticismo perante as contradições ideologia-*praxis*, Eugénio Tavares escreveu vários editoriais, no jornal *A Voz de Cabo Verde*, em defesa do republicanismo e prosseguiu "a luta travada em torno da apropriação simbólica da nação, como recurso legitimatório do exercício do poder, por um lado, e como garante da *dignidade* e da sobrevivência política de um povo, por outro" (Fernandes, 2006, p. 132). O poeta e jornalista contrapunha a uma "administração acocorada no alto do seu posto, de pernas cruzadas como um deus hindu, à espera que os negócios subam, por si, à sua apreciação e resolução", uma outra administração "nervosa e vibrante de trabalho e de razão […] que, rompendo com a rotina, implante novas orientações", representada pela gestão de Fontoura da Costa[47] (Tavares, 1916a, p. 254). Porém, o cerne da acção política continuava a ser "o olhar seguro e a mão firme, a prosápia e a tibieza da acção dos governadores, claro que na linha da lei, cuja aplicação em tais passos (manda a verdade que se afirme!) é de uma forte e criteriosa abstracção, suficientemente marginada para garantir autoridade às resoluções dos governadores" (*ibidem*, p. 256).

Direitos iguais, já que os deveres o são[48]

A apropriação dos valores simbólicos liberais foi modelada pela vivência sofrida das diferenças culturais e de oportunidade. Como reconhecia Eugénio Tavares "não falta quem conheça deveres e direitos, escasseia o número dos que se lembram, quando é preciso, de que aquela soberana razão que nos obriga a cumprir deveres sem os discutir, é a mesma que nos proíbe que remitamos direitos sem o mínimo esforço de os vindicar" (1916b, p. 268). Pedro Cardoso, com o pseudónimo Afro[49], denunciou a subcidadania do colonizado:

> "Palpita-me, e quero crer como certo, que acabaremos por concordar em que os nativos de Cabo Verde, como os de qualquer outra colónia irmã, não fruem os mesmos direitos e

[47] O captão-de-mar-e-guerra Abel Fontoura da Costa foi governador de Cabo Verde, de 1915 a 1918.
[48] Expressão de Pedro Cardoso no artigo "Funccionarios africanos" publicado em *A Voz de Cabo Verde* (1912, Janeiro 15).
[49] Pedro Cardoso, que pugnou na escrita jornalística pela dignidade do homem africano, utilizou o pseudónimo Afro. Deu a um filho o nome de Afro (Nota de agradecimento pelas condolências recebidas pelo falecimento do filho, *Boletim Oficial*, de 6/8/1927). Consultar o anexo 4 "Notas biográficas".

> regalias de que gozam os metropolitanos, embora sejam, igualmente considerados cidadãos portugueses para o efeito da exigência de impostos e sacrifícios; e em que, por isto se nos impõe o indeclinável direito de lutar dentro da ordem e da lei, isto é, associando-nos, dando-nos as mãos uns aos outros, irmãmente, para que desaparecem não só das leis, mas, de facto, nas relações sociais, semelhantes desigualdades, revoltantes pelo abuso atingindo as raias do despotismo que revelam, deixando ao mesmo tempo entrever com nítida precisão a predominância dos preconceitos de raça." (1912, Novembro 18)

Chegava de Lisboa, através do jornal *A Voz de África* (órgão da Junta de Defesa dos Direitos d'África[50]), a apreciação crítica do empreendimento lusitano: "Decorridos quinhentos anos desde as primeiras viagens de descoberta, o indígena africano está pouco melhor do que era então. E os que estão melhor – como os filhos de S. Tomé, alguns de Cabo Verde, alguns cabindas e raros landins, – a si o devem, ao seu trabalho, ao seu esforço. A pátria, a metrópole, só se lembra deles para os impostos de cubata e outros" (1913, Junho 1). No mesmo periódico, o desencanto com o regime republicano pela voz de um anónimo:

> "Veio a República e julgávamos nós que tudo levaria uma volta.
> Cuidamos que a política teria menos que fazer, cedendo o passo a uma administração séria, inteligente e honesta.
> Verificou-se porem que só os homens mudaram.
> Prevalecem as *coteries*; a escolha dos governadores é ainda à matroca que (veja-se por exemplo o … de S. Thomé!); prosseguem as mesmas leis de excepção para os naturais de África, a mesma exploração da metrópole!
> Ah, Srs. Republicanos! Como nós começamos a descrer, não da República, mas dos Srs." (C., 1912, Novembro 11)

O discurso universalista e inclusivo republicano "começa a periclitar a partir do alargamento ao arquipélago das práticas coloniais que se presumiam aceitáveis apenas entre os chamados nativos africanos" (Fernandes, 2006, p. 124). De entre as medidas exclusivas, o "Regulamento do Trabalho Indígena na Província de Cabo Verde para execução do decreto com força de lei de 27 de Maio de 1911"[51], de 27/5/1911, determinava que "todo o indígena da província de Cabo Verde está sujeito à *obrigação*, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho, os meios que lhe faltem de subsistir e de melhorar a própria condição social […], com plena *liberdade* para escolher o modo de cumprir essa obrigação" (itálico nosso). A *liberdade* outorgada traduzia-se na emigração *forçada* para S. Tomé e Príncipe. No espaço colonizado a *liberdade*, marca do

[50] No artigo "Comités em Cabo Verde", *A Voz de África* informava que "estão já encarregados de organizar os comités desta Junta, em S. Vicente e S. Antão de Cabo Verde, respectivamente Joaquim Saint Maurice e José Luiz de Melo […] , o advogado dos pequenos, dos fracos, dos pobres" (1912, Setembro 1).

[51] Durante o período republicano foram tomadas medidas "que reflectem uma forte preocupação colonial": Foi criado o Ministério das Colónias (1911), elaborada a Lei Orgânica das Províncias Ultramarinas (expressão que substituiu o termo colónias) (1914), definidos os estatutos civil, político e criminal dos africanos […] e repensado o chamado imposto indígena (1913)" (Henriques, 2004, pp. 306/307).

republicanismo português, transmudou-se em *servidão* e a *obrigação* condicionou a *liberdade*.

Os protonacionalistas[52] cabo-verdianos, ao mesmo tempo que recusavam a designação étnica de indígena – "o não-Outro, que não tem nenhum direito, senão o da obediência voluntária" (Henriques, 2004, p. 29) – defendiam o pleno exercício de cidadania. Reportando-se ao ano de 1911, Pedro Cardoso dizia que se tem "falado e escrito muito sobre a autonomia ou descentralização colonial [e que] opiniões de todas as cores abundam, prevalecendo, porém, em número e peso, as favoráveis à adopção do preconizado sistema de governo denominado *self-governement*" (1914, Fevereiro 9). Em artigo de opinião advertia que "na autonomia administrativa das colónias, só se fala quando estão próximas as eleições, quando os credores apertam e os horizontes políticos se toldam", admitindo "que se fôssemos nós os verdadeiros interessados na administração dos dinheiros públicos […] poderíamos brindar à Mãe-Pátria para a compra de aeroplanos ou, melhor ainda, de um *dreadnought* para a marinha colonial" (Cardoso, 1912, Novembro 18). Na perspectiva de Afro, "as colónias não servem à metrópole senão de lauta boda, aonde comparecem um sem número de convivas sem serem convidados." Ilustra a declaração com "dois exemplos para amostra":

> "É aberto concurso documental para preenchimento de um lugar de professor. Apresentam-se 2 candidatos: um habilitado com o 3º ano do liceu de Guimarães e o outro com o 7º ano do liceu-seminário de Cabo Verde. Pode acontecer mesmo, como várias vezes tem acontecido, que o peregrino do berço da monarquia, nada perceba da poda. Mas apesar de tudo, o provido sabe-se de antemão quem será.
> Suponhamos agora que os dois concorrentes são nomeados, porque apareceu mais um lugar, pela mesma portaria. Tornam-se colegas e metem-se a trabalhar... Mas um após 6 anos de serviço pode ir flanar a Lisboa e visitar a família, e o outro não, tendo ambos estado sob o mesmo clima e desempenhando as mesmas funções (vidé o decreto de 11 de Agosto de 1900, artigos 1º, 6º e §2º). Porquê? Os leitores conhecem bem a razão da escandalosa desigualdade. Desnecessário pois, fazer sangrar a chaga." (Cardoso, 1912, Janeiro 15)

Pedro Cardoso concluiu a crónica, proclamando: "Ou direitos iguais, já que os deveres o são – ou nada de concorrência que isto não pode nem deve continuar assim, para honra, prestígio e tranquilidade da República" (*idem, ibidem*).

[52] Na perspectiva de Gabriel Fernandes, o termo protonacionalismo encerra importantes ambiguidades, tendo em atenção que "ao se postular um protonacionalismo, sugere-se a existência de um nacionalismo pleno dele adveniente, quando, no caso cabo-verdiano, importa investigar se esse tipo de nacionalismo existiu e, se sim, a que marcos temporais e a que factores sócio-históricos se remete". Prefere o conceito de "subnacionalismo, atrelado política e conceptualmente ao nacionalismo oficial português" (2006, p. 130).

Português de lei, cabo-verdiano de alma

A ambivalência do protonacionalismo representado por Eugénio Tavares, que se identificava "português de lei, cabo-verdiano de alma"[53], forjou um discurso crítico marcado pelo mimetismo cultural, aceitação da diferença e, portanto, da autoridade colonial. Homi Bhabha defende que "the 'desire' of colonial mimicry – an interdictory desire – may not have an object, but it has strategic objectives which I shall call the *metonymy of presence*" (2005 [1994], p. 128). A metonímia da presença não deve ser entendida, contudo, como simples desejo de substituição, mas como "a circulação da parte e do todo, identidade e diferença" (Mitidieri-Pereira, s/d, p. 2). A consciência de "identidade e diferença" manifestou-se no sentimento nativista[54] "que existiu, existe e existirá sempre em Cabo Verde, como na Madeira e nos Açores, enquanto houver um caboverdeano digno deste nome, enquanto as desigualdades, injustiças e preconceitos, actualmente legalisados se não derogarem, desaparecendo por completo das relações sociais" (Cardoso, 1912, Setembro 23).

Simbiose da afirmação da *caboverdianidade* (valorização do nativo) e da *lusitanidade* (apropriação da cidadania portuguesa), o nativismo[55] importou elementos discursivos do pan-africanismo e do liberalismo de matriz republicana e foi-se esculpindo no terreno ínvio da obsoleta administração colonial. Neste contexto emerge "um elemento híbrido pelo qual se dá uma concomitante assunção do centro e da margem, da nação e da província, da africanidade e da portugalidade, configurando o nacionalismo hifenizado, de tipo lusitano-crioulo" (Fernandes, 2006, pp. 134/135). O nativismo eclodiu na *margem*, na *província*, na *africanidade*, enquanto consciência crítica da governação do *centro, da metrópole* e da *lusitanididade*.

As aspirações a "direitos iguais, já que os deveres o são" conformaram uma relação mimética, em que o sujeito colonial (interveniente, portanto, crítico) se revia na cidadania do sujeito colonizador. As ideias nativistas, alavanca de intervenção contra "a prepotência, o esbanjamento, a injustiça, a perseguição, feitas pelas autoridades locais", constituíram-se

[53] Epíteto dedicado a Eugénio Tavares, que provocou a seguinte reacção do poeta: "Mas, disse-me, português de lei, cabo-verdiano de alma, e eu, lendo isto, tive de experimentar uma doce sensação balsâmica, dessa que, nos espíritos rectos, mas flagelados, exerciam as palavras que irradiam o clarão da justiça" (Tavares, 1913, p. 175).

[54] Segundo D. Tomás de Noronha a palavra *nativismo* tem alguns ressaibos da língua inglesa: "parece que a fomos buscar ao seu *native*, vocábulo hoje muito em voga em vez do termo indígena" (Cardoso, 1914, Julho 13).

[55] Em *Ode a África*, Pedro Cardoso invocou "Africa minha, das Esphinges berço/já foste grande, poderosa e livre" (1922, Janeiro). Nas crónicas publicadas no semanário *A Voz de Cabo Verde*, deu ênfase a ilustres africanos: Luís Gama, topógrafo e jornalista brasileiro que lutou contra a escravidão (1913, Março 10) e Toussaint-Louverture, "entre os heróis americanos ele representa, na sua pureza étnica de negro, mais que um másculo vigor da sua raça, porque representa a nova alma que na América se ergueu diante da Europa" (1913, Março 31).

num projecto de futuro, que "será amanhã, se o fizerdes valioso e forte, a salvação do ultramar português, porque realizará aquilo que nem a República pôde levar a efeito – […] – a descentralização" (Cardoso, 1914, Julho 13). Pedro Cardoso imaginou o "caminho da descentralização" num texto significativo:

> "No dia em que os núcleos coloniais representantes do nativismo consigam mandar ao parlamento gente de sua confiança, por se terem fortalecido a ponto de não ser possível, sob a sua vigilância, trapacear o acto eleitoral, nesse dia, as colónias que tal conseguirem, terão dado realmente o primeiro passo no caminho da descentralização.
> E quem ignora que centralizar, prender sujeitando tão novos e válidos territórios e povos a uma nação envenenada por perversos costumes herdados é o mesmo que fazê-los ficar à espera de regeneração que não surge?
> Irmãos de além-mar, uni-vos e lutai, e porque se nessa luta alguém abusar por qualquer forma da sua autoridade para desrespeitar o vosso direito, nós os que sinceramente desejamos que Portugal continue a ser grande em África e no Oriente, levantaremos o nosso grito que, como sempre, se juntará ao vosso." (*Idem, ibidem*)

A conjuntura internacional, com a entrada de Portugal na primeira guerra mundial, adensou as condições endógenas de fermentação dos sentimentos nativistas. A ameaça da alienação das colónias, sob a governação de "uma metrópole débil, economicamente atrasada, de fracos recursos financeiros, sem dúvida o elo mais vulnerável de entre as potências imperiais europeias" (Alexandre, 2000, p. 184), maculou o sentimento de lealdade a uma pátria que, afinal não se sentia una e indivisível.


A CONFLAGRAÇÃO EUROPEIA

A nossa neutralidade — Vitórias decisivas dos russos — O heroismo alemão reduz a escombros grandiosas obras de arte
Contra a destruição da catedral de Reims, protesta a "elite" intelectual da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Italia — Prontas para a luta a Italia, a Romania e a Bulgária — Sérvios e montenegrinos a caminho de Sarajevo — Novo plano alemão
Ultimos telegramas

Figura 1 – *Notícia da primeira Grande Guerra*
A Voz de Cabo Verde, 1914, Outubro 12.

O noticiário jornalístico dava bem conta das realidades da guerra no quadro das colónias:

> "Portugal na guerra. As tropas portuguesas tomam Kionga. Entusiástica manifestação de regozijo. Outras notícias.
> […] Tropas – portuguesas – tomaram – Kionga
> […] Não foi, por certo, o desejo da expansão territorial que levou o bravo exército de Portugal a esse feito de armas; foi o repelir de uma afronta, foi o provar ao mundo inteiro que ainda somos dignos de sermos uma Pátria independente; foi o de mostrar que, em igualdade de circunstâncias e de elementos, valemos, no campo de batalha, tanto ou mais do que esses bandidos, dos maiores e mais célebres da história que se intitularam alemães." (*A Voz de Cabo Verde*, 1916, Abril 17)

Dois anos antes da deflagração do conflito, a propósito das "diligências diplomáticas do governo alemão para a aquisição de Angola", Pedro Cardoso após contrastar Portugal, "um pequeno e ridente jardim «à beira mar plantado»" com a Alemanha, "polvo de colossais tentáculos abraçando o mundo", simulou a anexação de Cabo Verde pela potência germânica[56]:

> "Em menos de uma dúzia de anos teríamos: a Brava, com o seu porto principal desobstruído e dotado com um quebra-mar e uma ponte; o Fogo com duas belas pontes, água canalizada e em abundância por toda a parte (o gado deixava de beber de 3 em 3 dias e a gente lavava-se) […]; Santiago, com as suas estradas concluídas, macdamisadas e um complicado aranhol ferroviário, depósitos carvoeiros e o Tarrafal ressurgindo como por encanto em uma cidade formosa e próspera; o Maio, Boa Vista e o Sal, com chuvas regulares – pois quando não caíssem por gosto, os alemães iriam buscá-las à força – e os seus portos abarrotados de navios a carregar sal e gado; S. Nicolau, com um seminário-liceu-oficina, bispos, cónegos e cantochão e a vila da Ribeira Brava limpa dos inúmeros pardieiros que tanto a afectam; Santo Antão, com caminhos de gente, sanatório, portos, exploração de águas minerais, etc.
> Por último, S. Vicente alcançaria o seu sonho doirado: abrigar em seu seio como capital o delegado do governo da metrópole. E o Porto Grande desbancando em pouco tempo Dakar e Las Palmas. O correio entre as ilhas tornar-se-ia semanal, não já pela via marítima, mas sim pela aérea, por meio de poderosos Zepelins." (1912, Agosto 5)

A questão final – "E a respeito da albarda? … Não, antes a portuguesa que é leve e macia, e com dois respingos se pode atirar fora" – simboliza a ambiguidade do discurso nativista, potenciador latente de fidelidades alternativas a Portugal, "que não tem industria nem comércio, não tem exército, nem marinha" (*idem, ibidem*).

Estereótipo – substituto e sombra

Frantz Fanon consagrou a ambivalência do discurso colonial no título da obra *Peau noire, masques blancs*. Após considerar "c'est un fait: des Blancs s'estiment supérieurs aux Noirs; c'est, encore, un fait: des Noires veulent démontrer aux Blancs coûte que coûte la richesse de leur pensée, l'égale puissance de leur esprit", questionava "comment s'en sortir?" (1971 [1952], p. 8). Homi Bhabha reconhece o estereótipo como um modo ambivalente de conhecimento e de poder, definindo-o como "a substitute and a shadow", acrescentando que "by acceding to the wildest fantasies (in the popular sense) of the colonizer, the stereotyped Other reveals something of the 'fantasy' (as desire, defence) of that position of mastery" (2005 [1994], p. 117). As fantasias do colonizador estão patentes na polémica entre o nativista Pedro Cardoso (Afro) e o anti-

[56] Pedro Cardoso atribui este texto a um amigo, "que tem visto mundo e eu muito considero" (1912, Agosto 5).

nativista T'Chaka, nos periódicos *A Voz de Cabo Verde* e *O Progresso*. Este último afirmava:

> "N'esta colonia, como de certo, em todas as colonias Portuguezas, as nossas relações com os indígenas, nos modernos tempos, são isentas de exageros, taes como *lynchamento;* mas como o branco não vem para a Africa para tratar da saude, mas para fazer dinheiro, nem se preocupa com as ideias altruístas ou civilisadoras, nem com o progresso real da colonia: «encher a bolsa e pôr-se a andar», – este é o lemma.
> […] O preto tem, portanto, de ser auxiliado por nós, para sahir do estagnamento em que se encontra, estagnamento que é a negação da vida.
> O preto nem possue originalidade, nem expontaneidade, nem intellegencia, nem cultura sufficientes para sahir, sosinho, do labirynto em que a nossa civilisação o lançou.
> […] Nada mais complicado que a situação d'uma raça avançada, que pretende ser *benevolente* para com outra mais atrazada; remediar os males causados pela errada benevolencia, é impossivel." (T'Chaka, 1912, Agosto 20)

Pedro Cardoso, por sua vez, replicava:

> "Os veementes protestos que aqueles artigos [sob o título *Nativismo*] e os não menos insolentes do sr. T'Chaka, *Questões Indígenas* provocaram em todas as ilhas entre os nativos de consciência não alugada, provam à evidência que *O Progresso* laborava no erro, e ódio e facciosismo estreito. […] De outra sorte não se explicam a provocação e o insulto que das suas colunas foram arremessadas à face do povo caboverdeano por mui legitimamente aspirar à fruição dos foros e regalias disfrutadas pelos seus irmãos metropolitanos, pois negros ou brancos, portuguêses somos (enquanto não chegam os alemães). […] Os pretos não têem civilisação propria. Mas te-la-ão quando tiverem a consciencia do que valem. Por enquanto a sua civilisação é a dos povos dominadores." (1912b, Setembro 30)

A subjectividade da representação do sujeito colonial pelo *outro* é explicada por Edward Said como natural. O orientalista considera ser "perfeitamente natural que a mente humana resista ao assalto do estranho que não foi tratado; por isso as culturas sempre se sentiram inclinadas a impor transformações completas a outras culturas, recebendo-as não como elas são mas, para beneficiar o receptor, como deveriam ser" (2004 [1978], pp. 78/79).

A análise de conteúdo dos artigos, que alimentaram a querela sobre o nativismo, permitiu-nos aceder a estratégias discursivas diferenciadas num confronto de "metaphoric/nascissistic and the metonymic/aggressive positions" (Bhabha, 2005 [1994], p. 111). Condensámos num quadro os elementos textuais modeladores da imagem (racial e cultural) do cabo-verdiano, enquanto sujeito colonizado.

Quadro 1 – *Representações do sujeito colonizado, 1912*

Discurso anti-nativista (*O Progresso)*	Discurso nativista (*A Voz de Cabo Verde*)
"O preto nem possue originalidade, nem expontaneidade, nem intellegencia, nem cultura sufficientes para sahir, sosinho, do labirynto em que a nossa civilisação o lançou." (T'Chaka, 1912, Agosto 20) "O preto *bravio* é um typo alto, forte, franco, desafectado, respeitador, e sobretudo, *natural*. É um homem, embora seja um homem selvagem. Nem tem consciencia de superioridades hierarchicas, nem de inferioridades; falla com o branco, n'um tom de perfeita egualdade." (*Idem*, 1912, Setembro 5) "A creança preta é viva, esperta, engraçada, aprendendo facil e rapidamente. O preto pequeno tem memoria de sobra, mas não tem a faculdade de comprehender o que retem." (*Idem*, 1912, Setembro 12).	"Os indígenas são desleixados, indolentes e bebados? – Se assim fosse, a culpa seria dos desleixados e indolentes que os teem governado." (Cardoso, 1912, Abril 26) "A educação não estraga o preto; aperfeiçoa-o, civilisa-o, e tanto mais rapidamente, quanto mais amigos, mais leais, mais brandos forem os brancos para com ele. Acabem-se os abusos e criem-se escolas a valer e ver-se-á a Africa civilisada, em poucas dezenas de anos." (*Idem*, 1912, Setembro 23) "[Os pretos terão a sua civilização] quando tiverem a consciencia do que valem. Por enquanto a sua civilisação é a dos povos dominadores." (*Idem*, 1912b, Setembro 30)

As manifestações de inconformismo à governação colonial (sem rejeição de pertença ao império) foram fundamentadas no mito das ilhas *hesperitanas*, "onde o cabo Arsinario o nome perde,/chamando-se dos nossos Cabo Verde" (Camões, [1572] 1972, p. 161). A lenda preencheu o vazio das origens numa tentativa de superar "essa insatisfação histórica com a realidade mítica, a partir dos textos milenários de Platão sobre a existência da Atlântida"[57] (Ferreira, 1986, p. XLIV). O professor José Maria Cabral d' Azevedo defendia: "Não somos fruto da conquista, porque somos colonos e mistos e não conquistados; pois a nossa origem é nobre e a nossa terra, há pouco mais de quatro séculos, era deserta e os nossos antepassados a colonisaram" (1915, Novembro 8).

Enredado na indagação de representações identitárias (míticas e estereotipadas) e nas práticas submissas do quotidiano, o cabo-verdiano acreditava que as colónias não deveriam "ser campos de aventuras, ou terras de uma espécie de morgadio […]; senão que constituem prolongamentos da Pátria, rebentos novos, cheios de seiva, engarfados no tronco venerando da nacionalidade". Neste sentido o conceito de pátria foi sendo, paulatinamente, transferido para a colónia, "túmulo de nossos pais e berço dos nossos filhos" (África[58], 1923, Outubro 31).

[57] Este tema é abordado na III Parte, 2.1 "(Con)textos culturais".
[58] Um anónimo (Oliveira, 1998, p. 353).

Abandonar esta terra que é nossa

O resgate das origens nobilitantes dos naturais das ilhas "desertas, [que] os nossos antepassados colonisaram", sedimenta a asserção "Cabo Verde é um povo". A citação é de Eugénio Tavares, que defendia: "Os povos teem aspirações que se não limitam á panela. Principalmente os povos que aprenderam a viver com mestres que dão lições ao mundo; e que se habituaram aos cómodos da civilização; e que criaram necessidades; e que já respiraram a atmosfera dignificadora do trabalho livre e compensador" (1918, p. 10). Nas entrelinhas do texto de Tavares – exilado nos Estados Unidos da América[59] – manifesta-se a lealdade "ao grande povo americano, [onde o cabo-verdiano] aprende a encarar a vida por um prisma mais elevado" (*ibidem*, p. 6).

A emigração para outros destinos decorria não só do abandono físico e político a que estavam votados os ilhéus, mas também das oportunidades de sucesso económico e cultural. António Carreira, no estudo *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, afirma que a história das ilhas está toda ela marcada por fenómenos naturais desconcertantes, alguns graves, e que, em certa parte, explicam a emigração do cabo-verdiano, destacando "a notória irregularidade das chuvas, marcada por tantas estiagens através do tempo [...], causa de mortandades catastróficas" [60] (1983 [1977], p. 35). Pedro Cardoso denunciou, no semanário *A Voz de Cabo Verde*, a fome que grassava na colónia:

> "Ninguém nos venha dizer que não há [fome]. Estes esqueletos semoventes, que a cada passo encontramos pelas ruas, são a prova mais cabal do nosso acerto. Mas quem tem culpa de tamanha calamidade? Será o governo? Será Deus? Não, senhores; somos nós somente; nós os cabo-verdianos. Aqueles que arrebitarem as orelhas ante o arrojo da afirmativa, daremos as explicações necessárias para que penetrem e se compenetrem. Sim, somos nós os únicos culpados da crise que atravessa a província.
> As causas primárias da fome, todos a conhecem, são as estiagens causadas unicamente pela nossa incúria, imprevidência e teimosia." (1911, Novembro 7)

Abandonar a terra durante as calamidades foi a escolha (nem sempre livre) do ilhéu. O cabo-verdiano torna-se o eterno emigrante que busca em terra estranha aquilo que a sua lhe nega sistematicamente (Carreira, 1983 [1977], p. 38). Na leitura de Gabriel Fernandes, "a situação era contraditória e problemática, já que a diasporização, de todo necessária à

[59] Eugénio Tavares exerceu "as funções de encarregado dos correios, delegado do julgado, pagador de Obras Públicas e meirinho da alfândega da Brava". Foi injustamente acusado de um «alcance», pelo que teve de fugir para a América do Norte, para não ser preso. […] Chegado à América, em 11 de Julho de 1900, fixou-se na cidade de New Bedford, onde viviam milhares de cabo-verdianos […]. Quando da implantação da Republica, ele encontrava-se de novo na Brava, e fez questão de ir à Praia assistir à chegada do primeiro governador nomeado depois de 5 de Outubro de 1910" (Monteiro, 1999, pp. 19/21/22).

[60] António Carreira informa que, na época da 1ª República, ocorreram os seguintes "períodos de crises alimentícias que, afora as mortandades provocadas, impulsionaram a emigração para o *Sul*: o de 1911-14 com 4542 saídas […] e o de 1920-1921 com 5642 adultos, além de 479 crianças (6121)." (1983 [1977], p. 226)

emancipação do homem cabo-verdiano, ante a ameaça da sua extinção em virtude do abandono metropolitano, era também vista como nefasta, já que, em potência, leva ao colapso do regime" (2006, p. 115). Neste contexto foi formulada a tese da "fixação do povo cabo-verdiano no seu seio"[61], contestada por Eugénio Tavares, que defendeu a emigração para a América, em declínio "pelo facto de os Estados Unidos não permitirem a entrada no seu território dos analfabetos"[62] (1918, p. 5). Em carta a Alexandre de Almeida, o poeta expôs os fundamentos da emigração como factor de progresso social:

> "Evitar a emigração? Como se fosse um perigo? Como um passo inconveniente? Como um facto prejudicial?
> Não. A emigração é um bem; é um factor importante do progresso caboverdeano; é um campo insubstituível aberto à nossa actividade.
> E, pois que é um bem, não evitá-la, senão fomentá-la.
> E, pois que é um factor de poderoso do nosso progresso, devemos defende-la, não ataca-la.
> Fechar ao caboverdeano o caminho da América, é abrir-lhe sob os passos um cairel de misérias.
> Vedado o livre acesso ao trabalho americano, o povo de Cabo Verde sentir-se há colocado entre o dever de defender a tranquilidade do seu lar, procurando iludir a lei, o que é um crime; e a desonra de aceitar um futuro de incertezas, abdicando o seu papel social, o que é uma cobardia.
> E todos nós, que não somos ricos nem morgados, nos sentiríamos chumbados a uma vida de precisões, dentro dêste estreito meio em que cabem, decerto, os nossos amores, mas em que sufoca, evidentemente, nossa actividade de homens livres!
> […] Proibir a emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos, é dirigirmo-nos ao povo cabo-verdiano e dizer-lhe: «Amigo, tira os sapatos; despe o casaco; pega numa enxada, e salta para os morgadios de Santiago, do Fogo, de Santo Antão, onde há falta de braços». Foste até aqui o livre trabalhador da América; de agora em diante passas a ser uma espécie de contratado de S. Tomé. Até hoje comeste, à tua mesa, em pratos e com talheres, o pão que o suor do teu rosto livremente fecundou e amadureceu; de hoje em diante irás comer, em gamelas de pau, o pão da escravidão que o diabo amassa – dessa escravidão encamisada de liberdade, que é um insulto à dignidade humana." (Tavares, 1918, pp 8/9; 12)

Mal refeito das estiagens do início do século, em 1921-1922 o arquipélago foi assolado por mais uma mortandade provocada pela seca. Face à dimensão da tragédia humana, o governo colonial concedeu facilidades à emigração para os Estados Unidos[63].: *In loco*, a Comissão Central de Assistência instava a governação a prestar auxílio ao povo das ilhas:

[61] A teoria da fixação do povo cabo-verdiano na sua terra foi defendida por D. Alexandre d'Almeida em artigo publicado no jornal *A Luta*, de 14/3/1918. Eugénio Tavares contestou esta teoria no opúsculo *Noli me tangere* (1918).
[62] O analfabetismo foi percepcionado como factor de impedimento ao progresso social. As medidas restritivas do Governo dos Estados Unidos da América à entrada de emigrantes analfabetos foram recebidas com preocupação no arquipélago e desencadearam um movimento em prol da educação, que se traduziu no aumento de escolas nocturnas para adultos e na organização do sistema escolar em 1917 (Plano Orgânico Da Instrução Pública). (Consultar Carvalho, 2007, pp. 55-57; 62-65)
[63] Em conformidade com a Portaria 196, de 19/3/1920, o Governo determinou "que os passaportes fossem concedidos tanto na Praia, como nos outros concelhos de residência dos emigrantes; que fosse facilitada a concessão do documento militar" (Carreira, 1983 [1977], p. 96).

> "Nessa altura (12 de Novembro de 1920), já esta Comissão previa uma grande soma de horrores de toda espécie e tratava com maior carinho e dedicação incontestável de atalhar o mal que começava a esboçar se, quer dirigindo a todas as pessoas de influência particular e oficial, quer instando com o Govêrno da metrópole para que este, embora com sacrifício, viesse em auxilio da colónia. Numa perspectiva bem nítida dos acontecimentos, baseados nas ilações que tirou do estudo de crises passadas, procurou dentro da sua limitada esfera de acção, tanto quanto os recursos da sua estratégia lhe permitiam, organizar a defesa que mais própria lhe pareceu, chamando a si todos os elementos de valor que quizessem ou pudessem auxilia-la. Não correspondeu o seu plano às necessidades emergentes da situação? Que o diga um dia a história que da crise deve fazer-se.
> […] Mas a crise continua! O flagelo avança de foice erguida como a própria morte, ceifando vidas e mais vidas, deixando a desolação nas povoações, dizimação nos lares, enfim, a tristeza chocante que apavora os espíritos mais livres." (*Declaração,* de 2/4/1921)

O *Boletim Oficial* noticiava o "estado alimentício que se agravou, extraordinariamente, com a escassez da produção agrícola, por efeito da falta de chuvas, a ponto da vida se ter tornado pouco menos do que impossível para a maioria da população", com reflexos na "instrução pública, este ramo tão importante ao desenvolvimento intelectual e moral das novas gerações, [que] continua, é facto, mas com um aspecto triste, em alguns pontos, como consequência da situação angustiosa que a província atravessa" ("Noticias dos concelhos", de 11/7/1921). No ano seguinte, *O Correio de África* prestava homenagem à *terra mártir*" com "crises sucessivas cujas causas estão mais que conhecidas e explicadas […] e uma administração que tem caminhado sempre aos baldões do acaso, sem espírito de sequência, apenas com passageiras intermitências de bom senso e, a par disso, uma profunda apatia e um grande indiferentismo de governantes e governados" (Lopes, 1922, Maio 4).

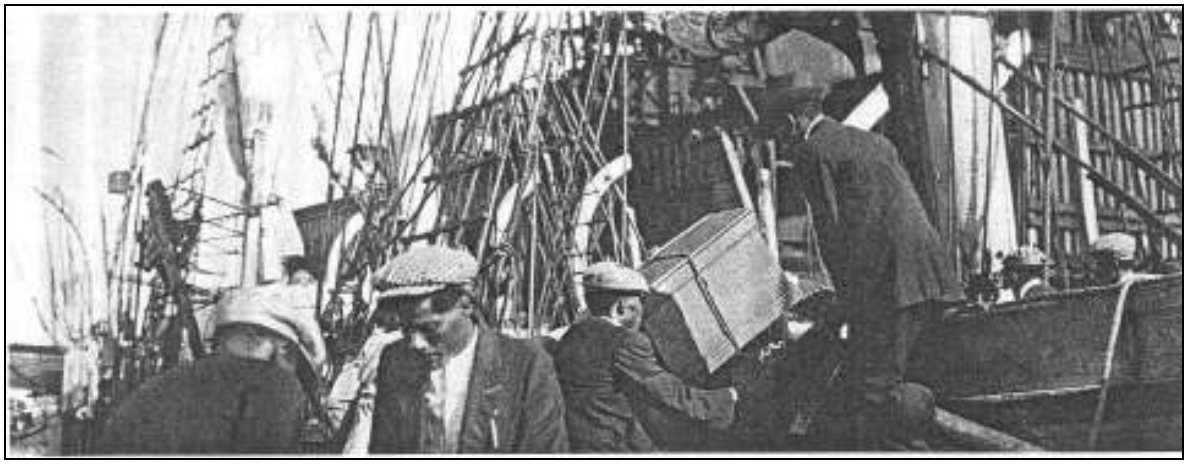


Figura 2 – *Desembarque de emigrantes cabo-verdianos em New Bedford*
Fotografia de O. D. H. S. Almeida, 1978, p. 18.

A contrastar com "o livre trabalhador da América", o contratado para S. Tomé, a "escravidão encamisada de liberdade" enquadrada por sucessivas leis da emigração forçada[64]. O jornal *A Verdade*, de 5 de Janeiro de 1922, registava:

> «Neste ano que vai entrar, o movimento de famintos é menor, muito menor, porque a terra já se encarregou de uns bons 25.000, e a emigração vai levando o que os vapores podem comportar. Mais de 5.000 já seguiram para o Sul, e mais estão esperando pela vez de embarcar. É o êxodo da população, que não deve ser contrariado, antes favorecido e protegido, por ser a única forma que foi encontrada durante este terrível cataclismo para combater a fome." (Citado em Carreira, 1983 [1977], p. 226)

Na perspectiva de Manuel Ferreira, o emigrante desterrado para a *terra-longe* sentiu, no corpo e na alma, o vento impiedoso da injustiça e o sabor duríssimo do desespero em toda a sua amplitude. Este sentimento, na opinião do ensaísta, transfigurou Cabo Verde na terra da redenção, "terra de justiça mâ liberdade"[65] (1967, p. 142).

Regime de sujeição, não de autonomia

A terra da redenção vivia sob o "regime de sujeição; não de autonomia" (Tavares, 1915, Março 29). Para Cristiano Monteiro de Mello[66], correspondente do jornal *A Voz d'Áfrika*, tinha chegado a hora de "sacudir para longe as gargalheiras da escravidão, atassalhar o burel infamante de servos, empunhar o gládio coruscante da palavra para conquistarmos a nossa autonomia, defendermos os nossos direitos, espesinhados pela prepotência". Inconformado perguntava: "Como pode ser intérprete da vontade do povo, quem ele não escolheu e nenhum interesse tem na administração dos seus negócios? Quando é que veremos o povo representado por uma Câmara electiva, que zele os seus interesses, que defenda os seus e que dignifique a sua missão tão humanitária?!!" (1913, Maio 15). No ano seguinte, Pedro Cardoso questionava a administração colonial, no jornal *A Voz de Cabo Verde*:

> "Os indígenas pagam, mas onde as estradas? Onde os edifícios públicos, onde as escolas, onde o hospital? O dinheiro foge, mas no seu devir nem ao menos deixa pelo caminho obra que recorde a drenagem periódica das cobranças de toda a natureza.

[64] No século XX foram publicadas as seguintes leis enquadradoras da emigração coerciva: Regulamento do Trabalho, de 28/12/1903, "processo de coacção no sentido de levar os indivíduos mais necessitados a contratarem os seus serviços para S. Tomé, em face da fome"; Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas das Colónias Portuguesas", de 14/10/1914 e o Código do Trabalhos dos Indígenas das Colónias Portuguesas, de 6/12/1928, "no qual se consignou a proibição terminante do emprego do «trabalho obrigatório ou compelido» a favor de particulares, embora o Estado não prescindisse de impor aos «indígenas» que «cumpram o dever moral» de, pelo trabalho, angariar os meios de subsistência e de elevação do seu nível social" (Carreira, 1983 [1977], pp. 219/220).

[65] "Terra de justiça e liberdade" (Da morna *Dixam bai pâ Cabo Verde*, in Ferreira, 1967, p. 142).

[66] Cristiano Monteiro de Melo era funcionário dos Serviços das Finanças de Cabo Verde e foi demitido por motivos políticos. Em 1913, tendo recorrido aos tribunais foi readmitido (Oliveira, 1998, p. 764).

> Aconteceu assim na Monarquia e acontece assim na República. O nosso império colonial não passa duma grande roça onde os administradores improvisados vão arranjar a vida.
> Só os donos da roça que sois vós, irmãos nossos de além-mar, não sabem, não podem saber, quão estouvada, quão retocada com episódios de latrocínio e, sobretudo, quão repassada de indiferença pelo que não é deles, pelo que temporariamente usufruem, pela sorte dos vossos torrões, tem sido e é a sua acção de improgressivos.
> Ora é este estado de coisas que urge alterar. É esta decomposição moral e social que se torna necessário estancar. Acabemos com esta infâmia de fazer de grandes zonas territoriais e de grandes povos, apenas matéria passiva para explorações ocasionais, para arranjos de momento. E vamos a isto quanto antes, porque como disse um eminente colonial, já não temos tempo a perder." (1914, Julho 13)

Cardoso rematou o artigo de opinião com as seguintes considerações: "Se esperardes pelo remédio da metrópole, ficareis sem tratamento. A metrópole adormece todos os dias a fazer tenções de ter juízo no dia seguinte, e, mal rompe o sol, continua no mesmo desânimo. Quando os boatos refervem e as gazetas pintam de cores carregadas o que os anglo-alemães pretendem, a metrópole confessa que é preciso acabar com a péssima administração" (*idem, ibidem*).

As bases da administração civil e financeira das colónias foram estabelecidas por duas Leis Orgânicas (277 e 278, de 14/8/1914)[67] que consagraram a "autonomia das colónias, sob a superintendência e fiscalização dos poderes da metrópole" (Correia, 1994, p. 48). José Lopes[68] saudou a concessão da autonomia administrativa e financeira às colónias portuguesas:

> "O benefício que as Colónias acabam de receber com a decretação de uma autonomia administrativa e financeira representa um acto de justiça que, há muito, se lhe devia.
> […] O Governo da República decreta agora a autonomia colonial administrativa. Da natureza do regime não podia esperar-se outra cousa. O facto representa em si mesmo, subjectivamente, um passo gigantesco na senda do Progresso, mas é preciso que essa excelente medida seja bem aplicada, de modo que objectivamente se traduza em resultados positivos de reais vantagens para as Colónias. *Il faut savoir faire*." (1914, Setembro 21)

A satisfação social com a "autonomia administrativa" foi refreada com a inclusão, no projecto de Carta Orgânica de Cabo Verde, da classificação binária da população em *cidadãos* e *indígenas*. No artigo de opinião intitulado "Carta Orgânica", um autor anónimo aludiu à impropriedade, no arquipélago, da categoria social *indígena*:

> "*A Voz de Cabo Verde*, nº 187, começando a analisar o projecto da Carta Orgânica desta provincia, abeirou-se da palavra indígena empregada no referido projecto, e mostra, mui sensatamente, a impropriedade do emprego de tal vocábulo para Cabo Verde, na suposição (não sabemos se bem ou mal fundada) de que essa palavra, ali, não tem a verdadeira

[67] O regime da Lei 277, de 14/8/1914 "nunca chegaria a ser aplicado integralmente devido a perturbações de ordem interna na Metrópole, (instabilidade política, crise financeira e económica), com a 1ª Grande Guerra que teve os seus reflexos também nas Colónias" (Correia, 1994, p. 49).
[68] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.

> significação, isto é, aquela significação que lhe dão os diferentes lexicógrafos das línguas latinas.
> A *Voz*, pois aceitou essa palavra com a significação de selvagem, por isso afirma que em Cabo Verde não há indígenas. Nós, porêm, que não reconhecemos aos legisladores competência nem autoridade para dar aos vocábulos significados diversos dos que legitimamente teem, e vendo os gravíssimos inconvenientes que podem resultar das disposições da Carta Orgânica, que falam de indígenas, vamos encarar o caso por outro lado. Indígena *é aquele que nasceu no lugar ou pais onde habita*. E, sendo assim, como não pode deixar de ser, as disposições da Carta Orgânica de Cabo Verde, quando tratam de indígenas, não podem deixar de atingir todo aquele que tiver nascido ou resida em Cabo Verde." (M. C., 1915, Abril 14)

O projecto de lei foi analisado na imprensa local[69], que o considerou desajustado ao estádio de desenvolvimento da colónia, "porque Cabo Verde não é Timor; porque em Cabo Verde não há tribos selvagens; porque o caboverdiano é um elemento civilizado da nacionalidade portuguesa" (Tavares, 1915, Março 29). As severas críticas ao quadro de submissão imposto pela governação colonial explicam, em nosso entender, a consagração na Carta Orgânica de Cabo Verde do estatuto de cidadania (e a derrogação da condição jurídica de *indígena*)[70] e dos "direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade" (Decreto 12.499-E, de 4/10/1926). Na perspectiva de Gabriel Fernandes, era uma cidadania "nominalista, não obstante ter-se consagrado o princípio da unidade imperial e declarado as colónias «pedaços da nação», dos quais a Pátria-mãe «não pode e não deve abrir mão sem ver-se, ela mesma amputada de alguns dos seus membros»" (2006, .p. 126).

[69] Segundo Nobre de Oliveira: "O projecto de Carta Orgânica da Província de Cabo Verde conseguiu um feito difícil. Pôr de acordo todos os jornais de Cabo Verde. Toda a imprensa manifestou-se contra a lei. O único recalcitrante, nem pró nem contra foi O Futuro de Cabo Verde" (1998, p. 303).
[70] O estatuto político, civil e criminal dos indígenas (Decreto 16.473, de 6/2/1929, que reformulou o Decreto 12.533, de 23/10/1926), só se aplicava nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné.

1.2. A redescoberta da própria terra (1927-1960)

Em 28 de Maio de 1926, a primeira República foi derrubada por uma sedição militar. O movimento, que congregou diversas facções ideológicas, foi dominado por António de Oliveira Salazar, que se tornaria a principal referência política do novo regime[71]. A Constituição de 1933, que consagrou o Estado Novo[72], definia o Estado como unitário e corporativo. O substrato ideológico da política colonial assentava no direito da "nação portuguesa possuir fora do continente europeu […], por um imperativo categórico da história, pela sua acção ultramarina em descobertas e conquistas, o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência" (Salazar, 1930).

As Bases Orgânicas da Administração Colonial (Decreto 12.421, de 4/11/1926)[73], limitativas da autonomia dos governos nas colónias, a pretexto da "unidade política do território colonial", reforçaram a intervenção do poder central no arquipélago. Neste contexto, o governador Júlio Henriques de Abreu[74], "para não servir a ditadura, pediu de imediato a demissão", tendo sido nomeado governador[75], o coronel de infantaria António Álvares Guedes Vaz[76], que teve de enfrentar "a falta de alimentos nas ilhas de Santiago e de Santo Antão e as pragas de «bicho-preto» e de gafanhotos que se faziam sentir com mais incidência na ilha do Fogo […], num quadro dramático […], [e os] protestos [em Mindelo] da população faminta e sem emprego" (Serrão, 1977, p. 356).

Com o triunfo do Estado Novo gerou-se um ambiente de asfixia política. Os sobreviventes da 1ª República "paulatinamente deixaram de escrever artigos relacionados

[71] "Efectivamente, é interessante verificar que a ditadura pessoal do Presidente do Conselho se impõe como normalidade política sem rupturas nem subversões da Constituição, isto é, ao abrigo de uma certa prática constitucional possibilitada por condicionalismos de vária ordem. Como Marcello Caetano já salientara, «se as circunstâncias favoreceram», o sistema constitucional permitia ao Presidente do Conselho «ser ele o verdadeiro e efectivo detentor do Poder»" (Rosas, 1993-1994, p. 273).

[72] O período cronológico do Estado Novo pode considerar-se compreendido entre a entrada em vigor, a 9 de Abril de 1933, da nova Constituição, fruto do processo político iniciado pela Ditadura Militar saído do movimento militar de 28 de Maio de 1926, e o outro golpe militar que, a 25 de Abril de 1974, derruba o regime vigente e põe termo ao longo ciclo autoritário e anti-liberal em Portugal. (Rosas, 1999, p. 315).

[73] Com o Decreto 12.421, de 4/11/1926, que estabeleceu as bases orgânicas das colónias, cessou o "regime municipal nas regiões, onde êle, apesar de um longo regime de assimilação, ainda não conseguiu criar raízes" e modificou o regime dos Altos Comissariados".

[74] Júlio Henriques de Abreu, juiz de magistratura colonial foi nomeado governador em 1923 (Serrão, 1977, p. 355).

[75] Em substituição de Júlio Henriques de Abreu, "surge nomeado para governador o Dr. Miguel de Abreu, professor da Escola Colonial", nomeação inviabilizada pelo "golpe de estado que levou o General Carmona à presidência do executivo", seguindo-se a nomeação do coronel João de Almeida, que "por razões de consciência pessoal ou de ordem política, nunca quis ser empossado" (Serrão, 1977, pp. 355-356).

[76] António Álvares Guedes Vaz foi governador até 1931, sendo substituído pelo capitão de artilharia Amadeu Gomes de Figueiredo, que governou Cabo Verde até ao ano de 1941.

com a política[77], que a linguagem deles era directa, sem subterfúgios; mas os novos intelectuais […] criaram a sua própria linguagem, uma linguagem carregada de imagens, em que as metáforas tinham um papel importante, em que, sem citar directamente os factos e as pessoas, faziam as suas críticas e denúncias" (Oliveira, 1998, p. 415). Em tempo de cerceamento da liberdade, os temas eleitos pelos poetas foram "o drama da seca/a fome, a chuva, a insularidade, a morna, o apelo ideológico, a evasão, o mar, a emigração, ou seja, respectivamente, o querer-partir-e-ter-de-ficar, ou querer-ficar-e-ter-de-partir, Ethos e Pathos, Eros e Tanato" (Ferreira, 1986, pp. LXXII/LXXIII).

Ethos e Pathos, o querer-partir-e-ter-de-ficar

António Carreira analisou as tendências da emigração no período de 1927 a 1945[78]: "uma baixa sensível da média anual de saídas (de 1.322 passou a 533) e um nítido desvio da corrente emigratória para os Estados Unidos, desvio esse provocado, em parte, pelas leis americanas de 1919 e 1928, impeditivas da entrada de analfabetos" (1983 [1977], p. 99). O historiador contextualiza, nos anos vinte, o drama dos cabo-verdianos:

> "Anualmente as saídas não ultrapassaram as centenas de indivíduos. Os cabo-verdianos quedaram-se emparedados nas suas ilhas, sem quaisquer perspectivas de poderem procurar a melhoria das suas condições de vida.
> Neste período ocorreram dois importantes acontecimentos que bastante influíram na emigração cabo-verdiana, seja no sentido de aceleramento, seja no da limitação de saídas: a fome de 1921-1922, causadora de 24.400 mortes, correspondente a 17 por cento da população recenseada em 1920 (159.700); e a grave depressão económica mundial de 1929-1933. Aquele número de mortes talvez pudesse ter sido menor se, além da falta de géneros alimentícios derivada da conjuntura seguinte à Grande Guerra, o transporte de víveres do exterior não fosse impedido ou retardado pela carência de navios de longo curso. A frota nacional era reduzida e a má gestão dos Transportes Marítimos do Estado, tornando irregulares as carreiras dos navios, complicou em extremo o abastecimento das ilhas." (*idem, ibidem*)

A reafirmação da soberania portuguesa no ultramar exigiu uma política "de «linha dura» e centralizadora de inspiração militar, [que] no caso específico da emigração, teve a sua expressão mais concreta no Decreto nº 15.433, de 8/5/1928, preparado um tanto com vista a regulamentar a execução do acordo estabelecido com o Governo Americano quanto

[77]A Constituição Política da República Portuguesa, aprovada por Plebiscito em 19/3/1933, reconhece a "liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma", esclarecendo que "a liberdade de expressão é regulada por leis especiais para impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública enquanto força social, salvaguardando a integridade moral dos cidadãos". Uma das "leis especiais, o Decreto 22.469, de 11/4/1933, instaurou a censura prévia em publicações periódicas "folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social". O Decreto-Lei 26.589, de 14/5/1936, proibiu a "importação de jornais, revistas e quaisquer outras publicações estrangeiras, que contenham matéria cuja divulgação não é permitida em publicações portuguesas".

[78] António Carreira periodizou a emigração espontânea em três fases: "a primeira teria decorrido de 1900 a 1920, a segunda, de 1927 a 1945 e a terceira, de 1946 a 1973" (1983 [1977], p. 87).

à quota de emigração" (Carreira, 1983 [1977], p. 103). Apertara-se a malha da emigração para os Estados Unidos, sendo mais acentuado o aperto em relação ao ultramar[79]. Dizia-se em "chacota" – revela o historiador – "que a distribuição [de emigrantes] era proporcional à população recenseada em cada área […] [cabendo] a Cabo Verde um quarto de emigrante por ano!"[80] (*ibidem*, p. 105).

Na apresentação da *Poesia de Cabo Verde*, José Osório de Oliveira[81] evocou o "drama individual dos que querem partir e têm que ficar (hoje, aliás generalizado por a América ter fechado as portas à imigração) [e] o drama das mulheres caboverdeanas, a sua angústia em face da tentação suprema dos homens de Cabo Verde de partir para a «terra longe»" (1944, s. p.). O ficcionista e crítico literário compreendeu a "nostalgia profunda, desgarradora e irremediável" do cabo-verdiano "confinado, talvez por tôda a vida, num arquipélago em meio do Atlântico e na intercepção de dois mundos; desterrado da Europa e da África, sem continente, insular no próprio domínio da cultura" (*idem, ibidem*).

Nos anos quarenta e cinquenta assistiu-se ao grande êxodo[82]: "América/Dakar ou Rio/–dentro de nós/surge esta idéa/partir! partir!" (Nunes, 1945, p. 29). O *sonho americano* chegava às ilhas pelas cartas dos emigrantes que "invariavelmente incluíam fotografia de um primo bem nutrido e bem vestido que tinha sido bem sucedido no Novo Mundo" (Almeida, 1978, p. 4). Júlio Monteiro, na crónica "Cabo Verde e a emigração" (*Cabo Verde, Boletim de Informação e Propaganda*), divulgou "uma magnífica reportagem gráfica dedicada à colónia caboverdiana residente em New Bedford, no Estado de Massachussets", da revista *Our Worlds* (1950, Julho). Citamos um fragmento da reportagem:

> "Quando passeamos hoje em dia ao longo da Avenida Acusnhet, na cidade de New Bedford, a nossa curiosidade é estimulada por um grupo de pessoas das mais variadas cores, mas de indiscutível origem africana, falando o português. Se pararmos a falar com eles – o que não é difícil dado o seu feitio amistoso – verificamos que respondem pelos apelidos de «Lopes», «Brito», «Gomes», «Mendes», «Ramos», etc. Os homens dessa comunidade empregam-se nos barcos guarda-costas em Nantucket-Sound, nos barcos de pesca que percorrem milhares de milhas do Grand Bank à Terra Nova, à procura do bacalhau, ou nos campos de cultura que circundam New Bedford. As mulheres trabalham nas fábricas de fiação e na indústria de conserva do peixe. Católicos devotos, assistem à

[79] Segundo António Carreira, "como era norma corrente, o decreto nº 15.433, de 8/5/1928, ignorou em absoluto a emigração proveniente da área do Ultramar" (1983 [1977], p. 104).
[80] António Carreira esclarece "É bom de ver que se trata de uma anedota mas, ela mesma, confirmada pelas peias que na prática se punham à ida dos cabo-verdeanos para os Estados Unidos, sobretudo depois de 1930" (*ibidem*, p. 105).
[81] José Osório de Oliveira viveu na ilha de S. Vicente de 9 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1927. Foi Director dos Correios. Editou, em 1932, o livro *Mornas – cantigas crioulas*, de Eugénio Tavares. Em 1944 proferiu no Serviço Nacional de Propaganda uma conferência intitulada *Poesia de Cabo Verde*, nesse mesmo ano publicada pela Agência Geral das Colónias (Ferreira, 1986, p. XXV).
[82] No período de 1947 a 1952, registaram-se os seguintes valores para a emigração: Estados Unidos, 538 (7,9%); Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, 86 (1,3%); Guiné, 901 (13,2%); Angola e Moçambique, 6 (0,2%); S. Tomé e Príncipe, 2 (0,1%); Dacar-Gâmbia, 251 (3,7%); Lisboa, Açores, etc, 3933 (57,8%); outros países, 1087 (15,8%) (Carreira, 1983 [1977], p. 125).

missa na Igreja do Nª Sr.ª da Conceição, tendo como director espiritual um belga educado em Portugal, o Padre Hubert.
Povo alegre e musical, os caboverdianos adoram a dança. Nas suas casas não falta a «djagacida», o «cuscus», o «gofongo».
Ligados ao mar por séculos de experiência, os caboverdianos são os maiores marinheiros do mundo – «the greatest sailors in the world» – como se exprime a revista." (Monteiro, 1950, Julho)

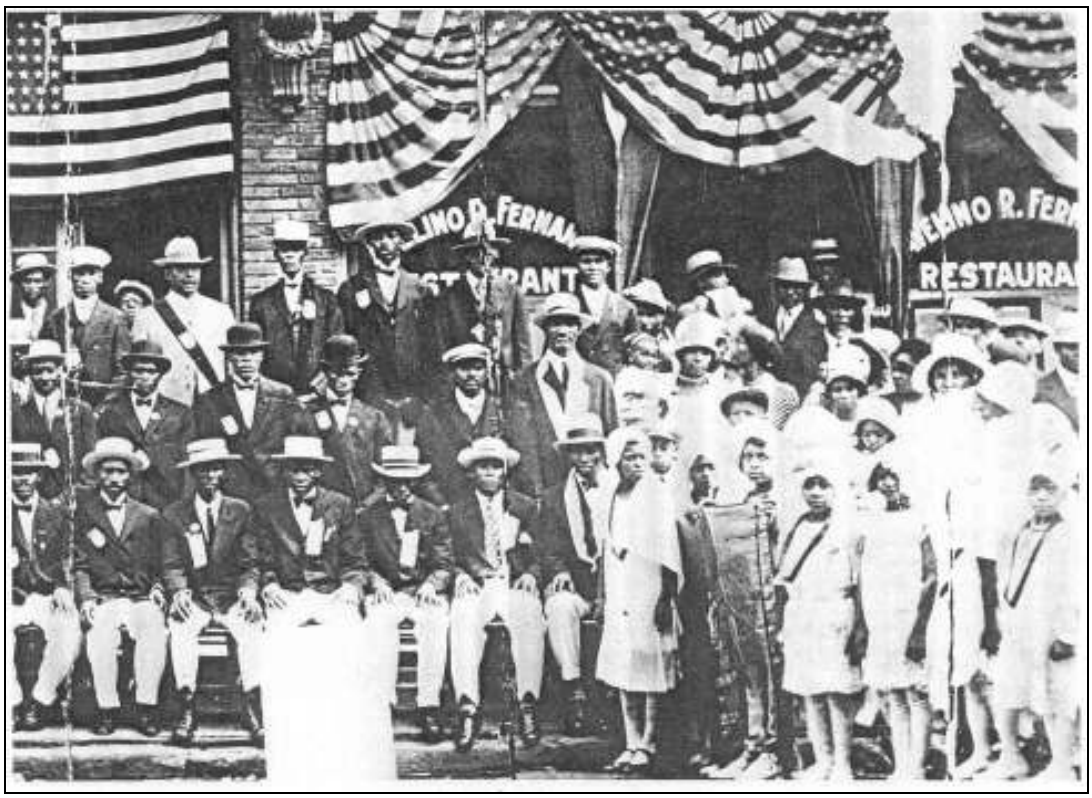


Figura 3 – *Oficiais e membros do clube cabo-verdiano de Bridgport, Connecticut, EUA*
Foto de Antónia Sequeira. Almeida, 1978, p. 59.

O sonho de partir, "obsessão doentia de todo o insular" – na opinião de Maria Helena Spencer[83] – "tem a justificá-lo, aqui, o acanhado de uma existência que, na burguesia, oscila no balancé diário de mil e uma dificuldades, sociais e caseiras; na gente pobre, tudo se limita à certeza do pouco que medeia entre a necessidade e a privação" (1950, Agosto).

[83] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.

Eros e Tanato[84]*, o querer-ficar-e-ter-de-partir*

António Carreira localiza na Primavera de 1941 "os efeitos de uma nova crise provocada pela seca e com profundas implicações humanas e sociais" (1984, p. 101). Na opinião do historiador, confluíram para a crise "a diminuição do tráfego no porto de S. Vicente e as perturbações decorrentes da tensão internacional" (*idem, ibidem*). O recrutamento compulsivo de trabalhadores para o *Sul* (S. Tomé e Príncipe e Angola) foi a panaceia oficial para as graves crises cíclicas: "de 1945 a 1948, a emigração forçada atingiu 14.929 serviçais e de 1950 a 1970, as saídas saldaram-se em 38.972 pessoas"[85] (Carreira, 1983 [1977], pp. 235-236). Jaime de Figueiredo[86] correlacionou as crises alimentícias, que continuavam a assolar as ilhas, com "dois exutórios paralelos: a mortalidade e a emigração"[87]. Analisou o ano do 1942, "no qual contra 3.682 nascimentos figura a mortalidade registada de 17.089 – subindo portanto o déficit fisiológico a 13.407" (1953, Março).

Quadro 2 – *Saídas anuais dos trabalhadores para S. Tomé e Príncipe e Angola*

Ilhas	Total	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Total	10.939	17	1525	145	5	54	7	5.422	2.379	379	1006
Santiago	9.559	9	1245	142	2	40	1	5.405	2.362	351	2
Brava	4								4		
Santo Antão	278									1	277
São Vicente	817	8		3	3	14	6	17	13	26	727
São Nicolau	281		280							1	

(Figueiredo, 1953, Março)

Num texto sobre "as crises de Cabo Verde, seus efeitos e possibilidades de as combater", Mário Secca considerou que "o fenómeno das crises dá-se dentro de um ciclo, que o tempo marca longo para as estiagens":

> "Um ano de esperanças por cada dez d' angústias! …
> Ano de alegria, de fácil governação, de esperanças, de melhores dias! Anos de agonias, de desalentos, de êxodo, de morte; lares abandonados, vendidos para mitigar a fome, a sede dos homens, das plantas, dos animais! Eis, em síntese, a história de Cabo Verde, história repetida em muitos e muitos anos.

[84] Alberto de Carvalho no ensaio *A emergência do discurso da agressividade na poesia cabo-verdiana* refere-se "ao dilema que o prende entre Eros e Tanatos: liquidar o sonho parece ser um imperativo realista; fazendo-o, se o sujeito o fizer, suicida-se como sujeito pleno de palavra poética que, por definição, não dispensa o imaginário" (1985, p. 221).
[85] Territórios de destino da emigração: S. Tomé: 30.435; Príncipe: 4.095; Angola e Moçambique: 4.442 pessoas (Carreira, 1983 [1977], p. 236).
[86] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.
[87] Reporta à teoria geral da população de Sauvy*: «une emigration équivaut, dans les comptes, a un changement de la mortalité»* (Figueiredo, 1953, Março).

> Cem anos desta nefasta política fizeram do desgraçado ilota de Cabo Verde um farrapo humano sem resistência física, sem dignidade, sem condições de resistirem aos males, que periodicamente os dizimam. Vivem da esperança e da esmola! …
> O problema de Cabo Verde requer a solução conjunta dos problemas económicos e sociais, estes melhorando as condições físicas dos trabalhadores, aumentando-lhes o nível de vida e eliminando os graves matizes da consanguinidade; ferro em braza imprimindo estigmas degenerescentes. Terá de se orientar em bases mais científicas, de valorização profissional da instrução." (1950, Março)

Contrariamente à visão estratégica que prescrevia uma "solução conjunta dos problemas económicos e sociais", a governação colonial manteve as medidas enviesadas de fuga à terra flagelada. Em conformidade com o Diploma Legislativo 956, de 4/9/1947, "as crises resultantes da falta de chuvas tendem a ser sempre mais frequentes e mais graves, parecendo por isso aconselhável que se facilite a saída da colónia de indivíduos com *trabalho assegurado* em outras colónias" (itálico nosso). O trabalho foi assegurado, na escrita poética de Gabriel Mariano, no "caminho/caminho longe/ladeira de São-Tomé/devia ser de regresso/devia ser e não é" (1965, p. 172). Jorge Barbosa[88], no "Memorial a São Tomé, *sueltos* poéticos", imortalizou o trabalho servil nas roças das ilhas do equador:

> "São Tomé fertilíssimo
> e o Príncipe também,
> guardam no solo fecundo
> o químico e o térmico
> segredo da abundância.
> Mas não é da terra que vem
> a sua maior riqueza.
> […] A sua maior riqueza
> ainda é o suor barato
> do serviçal cabo-verdiano"
> (1963, p. 117)

Henrique de Santa Rita Vieira[89], em apontamentos sobre a "mão-de-obra cabo-verdiana para S. Tomé", cita as palavras do administrador do concelho do Príncipe: "Ultimamente tem sido a colónia de Cabo Verde o manancial da mão-de-obra, suprimindo as dificuldades de recrutamento em Angola e Moçambique, agravadas ainda com as exigências de repatriações nos últimos três anos" (1951, Agosto). Na óptica do médico e historiador, "a não ser muito apreciada a mão-de-obra caboverdiana em S. Tomé e Príncipe, também não constitui esta colónia o sonho doirado do emigrante de

[88] O poeta Jorge Barbosa (1902-1971), "um dos criadores do «espírito de evasão» colaborou no grupo Atlanta (ou Atlântico) e foi – juntamente com Manuel Lopes e Baltasar Lopes – fundador e colaborador da revista *Claridade*" (Oliveira, 1998, pp. 696/697). Tem vasta obra poética e ficcional publicada na imprensa, em antologias e em livros.

[89] O médico Henrique Santa Rita Vieira (1912-2000) foi um prestigiado homem de cultura. Colaborou no *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, *O Arquipélago* e *Raízes*. Escreveu a *História da Medicina em Cabo Verde* (1989).

Cabo Verde, dado que o trabalho é rude, o clima depauperante" (*idem, ibidem*). Os apontamentos, publicados no *Cabo Verde Boletim*, reconstituem o ambiente de "engajamento" de serviçais na ilha de S. Nicolau:

> "Corre o boato que vão ser contratados indivíduos para irem prestar serviços em S. Tomé!... A notícia é tomada, com frieza por uns, com relutância ou indiferença por outros, mas o facto vai se corporizando e o conformismo com a sorte adversa desaparece. Três ou quatro anos passam-se rápidos, e pelo menos não faltará a banana, a fruta-pão e o azeite de palma. Talvez haja a felicidade de se ficar numa oficina ou de ser escolhido para serviços domésticos. Aparecem dois ou três que se resolvem a alistar-se, e logo surgem outros e mais outros. Quando chega o contratador, tem de rejeitar alguns, porque o número que precisa foi excedido.
> Assisti a um engajamento na ilha de S. Nicolau. Notava-se um afã de entusiasmo. Os adiantamentos em dinheiro serviam para as festas de despedida. Os últimos dias foram preenchidos com bailes e serenatas. Esta alegria seria verdadeira, uma exteriorização de alívio por se libertarem da Terra que lhes negou o pão? As mornas eram mais tristes, mais dolentes... não são de crer!
> Em conclusão, podemos afirmar, que de ano para ano aumenta, em S. Tomé e Príncipe, a necessidade do recrutamento da mão-de-obra caboverdiana, e que em virtude das crises agrícolas, essa emigração é muito facilitada." (Vieira, 1951, Agosto)

Cissiparidade pátrida

Para a percepção da idiossincrasia compósita do cabo-verdiano importa reter o sentido de *cissiparidade pátrida*: "a *pátria portuguesa* a que veio da escola, dos livros, dos Aparelhos Ideológicos do Estado […], que ao longo de cinco séculos de colonialismo fora sistematicamente instilada […] e a *pátria caboverdiana* aquela que naturalmente estava dentro de cada um dos habitantes, […] o espaço de nascimento, de cultura, o espaço das origens e do processo sociocultural responsável pela autêntica formação nacional" (Ferreira, 1989, p. XLIII; itálico nosso). No livro *Algas e corais*, Pedro Cardoso corporiza esta identidade dual:

> "Nasci na ilha do Fogo,
> Sou, pois, caboverdeano.
> E disso tanto em ufano.
> Que por nada dera tal.
> Ser filho de Cabo Verde.
> Assevero – fronte erguida –
> Que me é honra a mais subida
> Ser neto de Portugal!
>
> Aprendi a História Pátria
> Sei bem que é ser português.
> É, qual o cantar de Inês,
> Ser bravo, digno e leal;
> É ser como os que passaram
> Indo além da Taprobana …
> Por isso muito me ufana
> Ser neto de Portugal!"
>
> (1928, p. 52)

Na obra de Cardoso, a *liberdade* "ocupa larga dimensão textual […], [é] um símbolo vivo, purificado, que se cultua, se celebra vezes várias na sua poesia, se venera – e reclama" (Ferreira, 1986, p. LXXVI). Na leitura interpretativa do ensaísta, "quando reclamava a Liberdade, em modos veementes, mas subtis, [o poeta] estava a insurgir-se contra o fascismo, contra a Ditadura de Salazar. Ele glorificava Portugal, o passado português, […] os seus escritores, os seus missionários, mas jamais […] teve uma palavra de simpatia ou de condescendência, mesmo de circunstância, para com Salazar ou a sua ditadura" (*idem, ibidem*).

O destino acorrentou-te[90]

A governação autoritária e corporativista de António de Oliveira Salazar foi sustentada por "um conjunto de leis estruturantes que visam conferir uma maior consistência ao aparelho do estado colonial e uma maior eficácia à sua acção" (Alexandre, 2000, p. 187). O Decreto 18.570, de 8/7/1930 (Acto Colonial) [91], definiu o quadro da política colonial:

> Artigo 2º "É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.
> Art. 3º Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português.
> Art. 4º São garantidos a nacionais e estrangeiros residentes nas colónias os direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade, nos termos da lei. A uns e outros pode ser recusada a entrada em qualquer colónia, e uns e outros podem ser expulsos, conforme estiver regulado, se da sua presença resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional, cabendo unicamente recurso destas resoluções para o Governo.
> Art. 5º O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole.
> Art. 6º A solidariedade do Império Colonial Português abrange especialmente a obrigação de contribuir pela forma adequada para que sejam assegurados os fins de todos os seus membros e a integridade e defesa da Nação."

Na interpretação de André Corsino Tolentino, o Acto Colonial pretendia "dar à colonização o sentido de missão civilizadora, do dever dos Portugueses de levar a civilização aos indígenas […], legitimar a colonização através do mito de os indígenas não possuírem capacidade de organização e autogoverno […] e fundamentar a submissão dos

[90] Verso do poema "Cabo Verde" (Cardoso, 1934b).
[91] O Acto Colonial resume os princípios dos diplomas anteriores [Bases Orgânicas da Administração Colonial] e acrescenta-os, vindo a substituir o título V da Constituição de 1911, sendo posteriormente incorporado no texto da Constituição de 1933. (Rosas, 1993-1994, p. 284)

negros aos brancos" (2007, p. 210). De facto, a Carta Orgânica do Império Colonial Português (1933), que dividiu o Império em oito colónias (incluindo na África, "Cabo Verde, que compreende todas as ilhas que formam o arquipélago com o mesmo nome"), graduou a população em *cidadãos* e *indígenas*[92] prevendo, no seu artigo 246[93], "regimes jurídicos de contemporização" em função do grau de assimilação:

> "Nas colónias atender-se á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas que estabeleçam para estes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral, com os ditames da humanidade ou com o livre exercício da soberania portuguesa, embora procurando o seu lento aperfeiçoamento." (Decreto 23.229, de 15/11/1933)

O *Notícias de Cabo Verde*, depois de tecer elogios ao Acto Colonial, "diploma que, promulgado numa curta passagem de Salazar pela pasta das colónias, é tido como um título de glória do grande Chefe", lamentava a "Reforma Administrativa Ultramarina[94], que equiparava Cabo Verde às outras colónias de civilização, com usos e costumes em nível muito mais baixo" (Ego, 1938, Agosto 1). Não obstante diversos ensaios jurídicos, o conceito *indígena* associado ao de *primitivo* e a *trabalho compulsivo* "nunca teve aplicação nas colónias em que aquele fenómeno não tinha relevo, como Cabo Verde, Índia e Macau" (Vidigal, 1996, p. 401). Nas comemorações da Semana do Ultramar, Mário Moreira da Silva ostentava como bandeira da política assimilacionista o facto de não haver indígenas nestas colónias[95] (1952, p. 226).

O estatuto especial de Cabo Verde não impediu que a administração colonial arquitectasse dispositivos institucionais discriminatórios. A Lei 1.960, de 1/9/1937, limitou a admissão no exército português "exclusivamente a portugueses originários ou naturalizados, filhos de pais europeus" (art. 3º). O Decreto 34.169, de 6/12/1944, restringia as licenças graciosas dos funcionários coloniais, na metrópole, "aos indivíduos de raça branca com longa permanência nos países tropicais [para] refazerem as fôrças

[92] O Decreto 16.199, de 6/12/1931 admitia "o trabalho obrigatório para fins públicos, em harmonia com a Convenção de 1926, mas em condições excepcionais em que não seja possível obter trabalhadores voluntariamente recrutados, e garantindo-se sempre aos indígenas que o prestarem vantagens ainda maiores do que as que podem auferir no regime de recrutamento voluntário".

[93] O artigo 246º da Carta Orgânica do Império Colonial Português retoma o artigo 22º do Acto Colonial.

[94] A política colonial foi regulamentada pelo Acto Colonial (Decreto 18.570, de 8/7/1930, extinto em 1951) e complementada com a *Carta Orgânica do Império Colonial Português* (Decreto-Lei 23.228, de 15/11/1933) e a *Reforma Administrativa Ultramarina* (Decreto-Lei 23.229, de 15/11/1933). Trata-se de "[diplomas com] sentido centralizador, restringindo fortemente a autonomia de decisão conferida na década anterior aos Altos-comissários (substituídos por Governadores) e concentrando na mão do Ministro das Colónias as mais amplas faculdades de ordem legislativa e executiva" (Alexandre, 2000, p. 189).

[95] As desigualdades estatutárias existiam no seio do próprio império. Patrícia Ferraz de Matos afirma que "no conjunto global dos territórios de além-mar, notamos ainda a hierarquia existente entre os seus habitantes, estando no estrato social mais baixo os angolanos, guineenses e moçambicanos, depois os timorenses e os são-tomenses, e numa posição mais elevada os habitantes do Estado da Índia, de Macau e de Cabo Verde" (2006, p. 66).

físicas nos climas temperados" (art. 4º). As medidas de excepção constituíram focos de tensão entre os naturais da colónia e o poder central, refreando sucessivas aproximações pela via aculturação.

Na acepção jurídico-administrativa, a assimilação "implicava, quando perspectivada no contexto colonial, uma dinâmica ligada à introdução de novas formas de viver, de trabalhar e de pertencer à unidade nacional definida na Constituição" (Madeira, 2007, p. 189). Implicava, por outro lado, "contradictoirement l'existence, entre l'assimilateur et l'assimilé, de similitudes et différences, celles-ci étant le plus souvent exprimés en termes de hiérarchie ou de retard" (Léon, 1991, p. 34). A reflexão de José Lopes sobre a *assimilação* documenta bem o pensamento dos cabo-verdianos, que se consideravam civilizados e, mesmo, "sob vários aspectos, mais adiantados do que a metrópole no sentido do não analfabetismo":

> "[Assimilado] É o termo escolhido e aplicado para inculcar uma superioridade muitas vezes discutível. Nesse sentido o antónimo de assimilados não pode ser senão muito atrasados.
> Ora, a massa populacional das minhas Ilhas matrais encontra-se, sob vários aspectos, mais adiantada que a da Metrópole no sentido de não analfabetismo, visto que o *benthos* (por comparação) plebeano destas Ilhas, todo ele, com poucas excepções, sabe ler, escrever e contar, ao passo que, não há ainda muitos anos, o Portugal Próprio, era estatisticamente considerado, de consumo com a Turquia, um país de analfabetos. Este facto brilha à luz meridiana da Verdade, e ninguém o poderá contestar.
> Quanto a costumes, os natais de Cabo Verde, meus conterrâneos, constituem no mundo um caso raríssimo, por não dizer único, de populações pacíficas em cujo seio são muito raros crimes graves ou monstruosos. A um povo assim só se pode (e deve) chamar civilizado, no genuíno sentido da palavra.
> […] Estamos para Portugal, em grande parte, como os crioulos da Ilha da Reunião para a França.
> Temos poetas de valor, músicos, letrados, professores proficientes, bons jornalistas, etc. Temos até poliglotas nas camadas populares de S. Vicente, as mais humildes. Escritores, distintos, funcionários do Estado ou particulares, tudo temos, Médicos, jurisperitos, engenheiros ilustres e ilustres oficiais de marinha e do exército, Magistrados modelares, também o possuímos e alguns da chamada gente de cor." (1951, Fevereiro, p. 14)

Os signos assimiladores foram absorvidos pelo discurso colonial, que "circula, serve, esquiva-se […], entra na ordem da contestação e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade" (Foucault, 2005 [1969], p. 146). A análise de conteúdo de textos publicados na imprensa das ilhas (quadro seguinte) desvenda uma ordem social que oscila entre "une similitude qui absorbe, incorpore, intègre – avec, pour le candidat à l'assimilation, de spectre d'un fin probable de quelque chose dans une sorte d'annihilation – et une ressemblance qui se contente de rapprocher ou d'imprégner en vue d'un rapprochement" (Belkaïd, 1995, p. 245).

Quadro 2 – *Análise do discurso colonial*

Categorias	Excertos de artigos publicados na imprensa
Qualidades/defeitos	"Nas boas qualidades, o mulato ou creoulo aproxima-se do branco; e nos defeitos, aproxima-se do preto." (Vieira, 1940, pp. 58-59)
Inteligência Bondade	"Inteligência, alguma instrução, consecução, ou mais exactamente, compreensão de um certo nível de cultura (possibilidade, portanto, de a assimilar, se decidir a isso), certa bondade nativa, um fundo curioso do sentimentalismo capaz de seduzir um ou outro excursionista devaneador." (Miranda, 1941, Novembro 29)
Indolência	"Mas haverá a falada indolência caboverdeana? Antes de se falar da apregoada indolência caboverdeana, é melhor encarar primeiro a presença de uma passividade resistente, talvez instintiva, surgindo em contraposição à insuficiência dos salários." (Barbosa, 1957, Janeiro)
Cepticismo	"Afirma-se, e salta à vista, que o caboverdeano padece principalmente de um céticismo e de um indiferentismo profundos perante toda a iniciativa que não fale directamente aos seus interêsses individuais. […] Justo é, porém, observar que, se este defeito parece ser congénito no caboverdeano, houve razões de vária natureza que o vieram agravar: uma hostilidade do meio geográfico que não desarma, o hábito desmoralizante de assistir ao ruir das suas esperanças e ao falhar das promessas." (Miranda, 1941, Novembro 29)
Desorganização	"Falta-lhe o sentido da hierarquia, ou o que vem a dar na mesma, o sentido da organização e, sintoma muitíssimo mais grave, o caboverdeano compraz-se refastelado dentro desta desorganização." (*idem, ibidem*)
Resistência física	"O preto dispensa, melhor a água e resiste melhor à sede." (Vieira, 1940, p. 51)
Imagem (de si, do outro)	"Em um painel que representa a cultura da purgueira em Cabo Verde, apresenta-se o caboverdiano usando tanga, num desconhecimento ofensivo do estado civilizado daquela nossa província ultramarina, justamente apreciada como a mais adiantada das colónias portuguesas da África." (Monteiro, 1931, Maio 3)
	"Mulheres negras envolveram-se nos seus melhores panos. Panos berrantes, que se colam ao corpo e lhes modelam as formas perfeitas. Um lenço policromo enfaixa-lhes a cabeça lustrosa." (Augusto, 1939, Outubro 23)
	"Trajam-se à europeia, isto é, com vestidos, como o comum das mulheres de Portugal, possivelmente com mais modéstia, porque a gente caboverdeana é pobre; mas, em todo o caso, à europeia, e, digamo-lo com franqueza, com bom gosto, não destituído de elegância." (*idem, ibidem*)

Aqui já não se usa tanga[96]

A Exposição Colonial Portuguesa, inaugurada no Porto, no dia 16 de Junho de 1934, foi "o primeiro acto de propaganda colonial na Metrópole, no momento em que a propaganda das colónias precisava ganhar novas formas e mais intensidade" (Galvão, 1934, p. 21). Organizada por Henrique Galvão[97], em "processos ordenados, vivos, inteligentes, capazes de criar a imagem duma realidade colonial" inscreve-se num

[96] Afirmação de um articulista no jornal *Defesa* (1934, Março 22).
[97] O capitão de infantaria Henrique Galvão participou no golpe de estado de 1926 e foi governador de distrito em Angola (Henriques, 2004, p. 96).

movimento de renascimento da "velha ideia imperial portuguesa através de imagens vivas de verdades animadas", com objectivos didácticos, pois "há que ensinar e não faltam espaços escuros para iluminar na alma e no cérebro dos portugueses" (*ibidem*, p. 23).



Figura 4 – *Cabo-verdianos na Exposição Colonial*
Álbum 7, 3 (IAHN) [98]



Figura 5 – *Abertura do capítulo "Cabo Verde" no, catálogo da Exposição Colonial Portuguesa*
Agência Geral das Colónias, 1934, p. 265.

[98] Grupo de cabo-verdianos na Exposição Colonial. As duas pessoas ao centro são portugueses (Álbum 7, 3, IAHN).

Os ecos da exposição chegaram a Cabo Verde pela imprensa local. O jornal regionalista *Defesa* noticiou a estadia, em S. Nicolau, do "fotógrafo e velho amigo João Henriques de Melo parece que, em serviço oficial, que tirou vistas de edifícios particulares onde funcionam as repartições públicas, [que] são uma vergonha", para a exposição colonial. O cronista advertia "quanto a costumes, é mesmo desnecessário dizê-lo, mas como *quod abundat non nocet*, aqui já não se usa tanga nem tam pouco existem sobas, vestindo-se melhor que em muitas províncias da Metrópole" (1934, Março 22). O teatro colonial com *especímenes* exóticos das terras de além-mar foi animado por "um grupo de dez cabo-verdianos […] «cantos populares», «lendas» e «adágios», assim como «antologias da poesia cabo-verdiana popular e culta»" (Matos, 2006, p. 221). *O Eco de Cabo Verde*, de 14/11/1939, publicou um artigo de Machado Saldanha sobre "Cabo Verde na exposição":

> "Assim, se o grupo de Cabo Verde não trouxe ao Pôrto o espectáculo de trajos berrantes e de costumes raros, patenteou à vista da Metrópole a nota consoladora que, ali, em Cabo Verde, portugueses de ontem criaram portugueses de hoje – que são todos os naturais do arquipélago.
> Os tocadores da orquestra típica vibraram o sentimento ilhéu que anima a vida popular da Colónia e as raparigas da Boa Vista cantaram as «mornas» da saudade, da tristeza e do mar. E como o folclore caboverdeano exprime motivos culturais, foi possível realizar êsse espectáculo de côr e de unção que foi «A tarde de Cabo Verde».
> Mas a representação viva da gente do arquipélago não veio ao Porto só a documentar o seu folclore característico. Os homens, na sua maior parte, são artífices hábeis e os trabalhos em tartaruga, dos sirgueiros, o fabrico de chapéus, de panos, etc. foram realizados perante os visitantes que anotaram desvanecidos mais esta curiosa nota. João da Mata, artífice hábil da vila de Sal-Rei, apreciado pelos rendilhados de tartaruga que finamente recortará, teve da imprensa esta designação que o popularizou – o artista do Relicário.
> Como nota desvanecedora, focou-se que dos naturais de Cabo Verde que vieram à Exposição, em número de dezanove, apenas um era analfabeto."

A incorporação de elementos crioulos na encenação do "mundo que o português criou"[99] foi, paradigmaticamente, exemplificada na "reconstituição do funeral do inspirado poeta caboverdeano Eugênio Tavares":

> "Deve resultar brilhantismo o Dia de Cabo Verde, cujo programa está a merecer a cuidadosa atenção do delegado do governo daquele arquipélago, sr. Machado Saldanha. Além de diversos números do folclore daquela colónia, efectuar-se-á uma reconstituição do funeral do inspirado poeta caboverdeano Eugênio Tavares que, em versos simples e cheios de emoção, cantou as belezas naturais do arquipélago que lhe foi berço. Quando do seu funeral, efectuado há pouco, na Ribeira Brava, as ruas que o préstito fúnebre devia percorrer foram completamente juncadas de flores, acompanhando o ataúde grupos de rapazes e raparigas, que entoavam as melhores canções do poeta. Espectáculo único, de

[99] Título do livro de Gilberto Freire (1949). *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio. Foi "um diário e balanço de uma viagem muito oportunamente subsidiada pela então Agência Geral das Colónias" (Henriques, 2004, p. 52).

pitoresco e côr, que vai ser reconstituído no «Dia de Cabo Verde»".[100] (*Diário de Notícias,* Lisboa, 1934, Julho 27, transcrito no *Notícias de Cabo Verde,* 1934a, Agosto 25)



Figura 6 – *Cortejo fúnebre que acompanhou Eugénio Tavares à última morada, Vila Nova Sintra, Brava.* Lima, 2005, p. 3.

As *crónicas da vida caboverdeana* de José Inocêncio Silva[101] identificaram o arquipélago, como "a terra do Império Português com gente portuguesa que aspira – que anseia – que idealiza – que reivindica – que labuta – que emigra – que cursa e forma-se em letras – em ciências e em artes". Desmistificou mitos e estereótipos, ironizando: [Em Cabo Verde] só há leões racionais – leões gente, que vendem coisas nas suas lojas, às gentes: Leão Cohen e Leão dono da «Casa do Leão» em Sam Vicente, e Dr. Leão, Conservador do Registo Predial, na Praia" (1944, p. 18). A influência da "vida moderna criada lá fora" está bem ilustrada no seguinte trecho:

> "Figurinos de Paris e de Londres para modêlos de confecções, são conhecidos e usados em Cabo-Verde pelas caboverdeanas – como também são conhecidos e usados por elas: *báton e rouge*.

[100] O *Notícias de Cabo Verde* acrescentou uma correcção à notícia transcrita do *Diário de Notícias* – "Pessoa que nos merece crédito e que assistiu ao enterro do desditoso poeta Eugênio Tavares informa-nos o seguinte: Que o falecimento deu-se na Vila de Nova Sintra (Brava) e não na Ribeira Brava (S. Nicolau). Que grupo algum de rapazes e raparigas acompanhou o ataúde entoando canções ao poeta. Só quando o caixão baixava à sepultura foi que a Tuna Musical Bravense, que tinha acompanhado o enterro executando uma marcha fúnebre, entoou a morna HORA DI BAI da autoria do poeta" (1934a, Agosto 25).

[101] José Inocêncio Silva, natural da ilha de S. Nicolau, foi funcionário dos Correios e Telégrafos da Colónia, era uma homem dado à cultura, mas tornou-se uma figura demasiado identificada com o regime salazarista o que lhe terá valido a perda de muitas simpatias entre os intelectuais cabo-verdianos. Escreveu crónicas de viagem e ensaios políticos. (Oliveira, 1998, pp. 802-803).

> A chamada vida moderna criada lá fora, chegou a Cabo-Verde, em tempo devido e nela filiou-se a gente moderna caboverdeana, seguindo-lhe seu ritmo com preocupação: - raparigas, rapazes e crianças veraneando nas praias marítimas de Sam Vicente e Praia." (*Ibidem*, p. 19)

> "Marcando e marcando sempre Sam Vicente nesta vida de relação e da dinâmica do ambiente, Mindelo irradia, para as outras ilhas recolhidas no silêncio bucólico, a notícia e provas do ritmo novo de vida exótica que hoje em dia é mistér acompanhar, sob pena de lesa-compreensão do que é moda nos domínios da evolução do século que decorre e nos dias em que tudo vai custando muito mais dinheiro: – o *báton* e o *rouge*, o pó de arroz e os cremes, as sêdas, os crepes, os enfeites, os sapatos, os óculos verdes e azues, cinzentos e amarelos.
> Nos domínios das coisas masculinas em moda, vêm-se: casacos a *Yankee*, trajes àquele *Sport* de sempre british." (*Ibidem*, p. 60)

Libertação pela cultura

A modernidade irrompeu, igualmente, no campo das artes e letras. Arnaldo França[102], nas *Notas sobre poesia e ficção cabo-verdianas*, situa na cidade da Praia "as primeiras manifestações da arte moderna[103] […], em grande parte devido à estadia de cerca de um ano que aí esteve o artista António Pedro":

> "Iniciaram-se então as primeiras polémicas, restritas aos bancos dos jardins e às mesas de café, até se encontrarem em discussão pública o formalismo tradicionalista de Pedro Cardoso e a irrequieta juventude de Quirino Spencer, discussão com o seu quê de ingenuidade, a que não faltou uma definição de poesia extraída do Dicionário de Cândido de Figueiredo.
> Literariamente, pelo menos, estava aberto o caminho para o aparecimento da revista «Claridade»." (1962, p. 14).

Um dos fundadores da *Claridade*, Baltasar Lopes da Silva, situa-nos na época: "Daqui, do nosso posto menor de observação que era a cidade de Mindelo, nós do Grupo tomávamos perfeitamente nota da situação geral, […] estávamos em nítida posição contestatária perante a orientação política que subjazia à administração da, então, colónia de Cabo Verde" (1986, p. XIII). Fincar os pés na terra, "num debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde e as condições de vida do seu povo" (*idem*, p. XIV), foi o lema da *Revista de Arte e Letras*. O titulo – *Claridade* – "luz nova que alumia, que se rasga diante dos nosso olhos, e rasgando-se diante dos olhos desnuda as coisas novas, as coisas nunca vistas porque ocultas na opacidade do lado de lá" (Ferreira, 1986, p. LXV) evidencia o desvio semântico de contra discurso a outro discurso.

[102] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.
[103] "Uma revista chegou a ser anunciada *Atlanta*, em que colaborariam Jaime de Figueiredo, o seu animador, Jorge Barbosa, Manuel Lopes, Henrique Torres e outros." (França, 1962, p. 14)

Gabriel Fernandes defende a asserção que "a ideologia colonialista sofreu uma profunda inflexão e aviltante desgaste […] no arquipélago, [que] terá sido palco da grande derrota moral do sistema colonial, muito antes de se cogitarem suas derrotas militares e políticas em outras paragens" (2006, p. 155). O desgaste teria sido provocado pela acção dos intelectuais que "terão minado – mesmo que simbolicamente – o colonialismo, problematizando ou até retirando-lhe parte da sua âncora no arquipélago, qual seja o axiomático princípio da supremacia étnico-cultural do elemento português sobre o nativo", quer pela "construção de condições objectivas, sobretudo culturais, para a subjectivação crioula" (2006, p. 155). Fernandes considera que as produções da intelectualidade emergem de "um contexto de luta e de negociação políticas em que as estratégias tendem a ser permanentemente (re)actualizadas e os propósitos confessáveis ou não, redefinidos" (*ibidem*, p. 157).

A transgressão da ordem estabelecida está patente nos "poemas em crioulo de origem popular, na folha de rosto [da Claridade], lugar de eleição para expressões criativas numa língua considerada herética pela governação colonial" (Ferreira, 1986, p. LXIII). Está patente "na «evasão» textual [que] outra coisa não era do que o recurso inconsciente contra a reclusão sem esperança" (*idem*, p. LXIV). Está patente no "grito de possibilidades" (*libertação tabú*):

> "Tendo chegado a um estado de pleno desenvolvimento espiritual, a condição de colónia, que é a da sua terra, cria nêle uma convicção segundo a qual a sua acção é limitada e restringida. A sua ansiedade de partir é impulsionada, em grande parte por uma espécie do que poderei chamar "libertação tabu" (tabu no sentido de interdição). E, então fora de Cabo Verde, não só no estrangeiro, como na Metrópole, sente-se mais *êle mesmo*, não vê "contrariadas" suas possibilidades de realização.
> […] Onde é que o homem primeiro ensaia as suas possibilidades de realização senão no recinto do mundo que êle chama a sua pátria? Sua escola de realização está ali. Essa convicção de que falo atrás (LIBERTAÇÃO MORAL), cala na garganta do caboverdeano o grito de possibilidades. D'aí a mecânica dos seus gestos, o seu *laisser passer*. Cabo Verde é mãi dos caboverdeanos. Outros têm uma pátria que lhes é pai e mãi, e são por isso seus filhos pela inteligência e pelo coração." (1936b, p. 5).

O agravamento da pobreza acelerou o processo de transformação da "libertação moral" em libertação física, na ilha de S. Vicente. Em episódio fixado poeticamente por Gabriel Mariano[104] (1934), "por transferência dissimuladora, «Ambrósio», herói popular, em tempo de fome, personifica o libertador que há-de ser festejado":

[104] "Bandeira/negra bandeira/bandeira negra da fome/em mãos famintas erguidas/guiando os passos guiando/nos olhos livres voando/voando livre e luzindo/inquieta e livre luzindo/luzindo a negra bandeira/clara bandeira da fome […]. Em frente marcha o Ambrózio/negra bandeira voando/voando livre e guiando/clara bandeira da fome/rôta e negra luzindo/guiando o povo marchando." (Mariano, s/d, pp. 3/4)

> "Assim é que, no dia sete de Junho de mil novecentos e trinta e quatro, um grupo cada vez mais numeroso de homens, mulheres e crianças percorreu algumas ruas da cidade de Mindelo, arvorando um pano preto a servir de bandeira, aos gritos de MISÉRIA e FOME, na intenção de forçar as autoridades locais a solicitarem ao Governo as providências que se impunham para socorrer a população desempregada[105].
> […] A marcha dos manifestantes começou na Ribeira Bote, à porta da casa (e oficina) de Nhô Ambrose, um carpinteiro muito loquaz e desembaraçado, com algum prestígio entre os vizinhos e junto da classe operária. Não lhe foi difícil, portanto, convencer uns e outros que já era tempo de saírem à rua para fazer saber às autoridades que estavam passando por toda a casta de privações por falta de trabalho e também que já não podiam esperar mais.
> Dirigiram-se primeiro à Câmara Municipal, passando pelo caminho a que depois se deu o nome de Avenida Capitão Ambrósio, em homenagem ao corajoso organizador da chamada Revolução da Fome, já então promovido *revolucionariamente* por Gabriel Mariano no seu belo poema CAPITÃO AMBRÓSIO.
> Chegados à rua de Lisboa, entraram de roldão pela Loja Marçal e, sem parar nem tocar em nada do que estava à vista nas prateleiras e nas montras, saíram do Mercado Municipal rumando para a Praça da República, sempre aos gritos de MISÉRIA e FOME." (Monteiro, 1990, pp. 164/165)

Os sinais de libertação coexistiram com o jogo dúplice de aceitação da *pátria* portuguesa e da *mátria* cabo-verdiana. A porosidade das relações de convivência permitiu a transferência de valores crioulos para a matriz da lusitanidade: "A morna mais a saudade/quinas da mesma bandeira/nasceram sob igual signo/encarnam a pátria inteira!" (Cardoso, 1934b, p. 19).

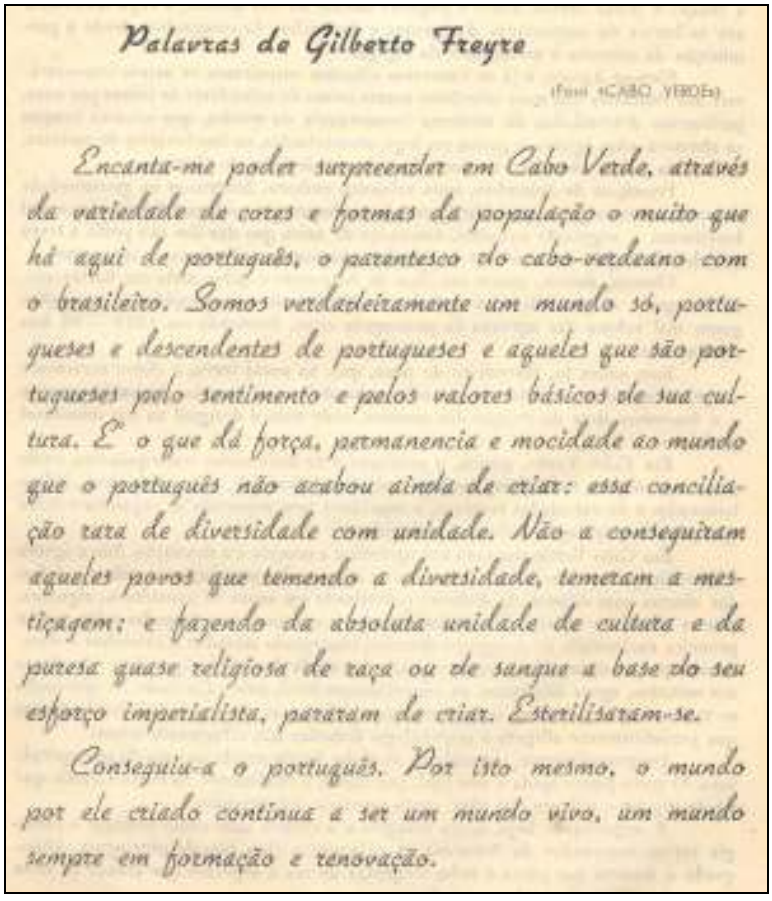
Sociologia de sobremesa[106]

A teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre conferiu legitimidade gnosiológica à política colonial portuguesa. O sociólogo brasileiro defendeu a tese da aptidão especial do português para se integrar nos trópicos, numa "união de amor e não de interesse, baseada na compreensão e na adesão aos valores de cultura que se encontra no ultramar […], pela capacidade de estabelecer com as populações não europeias relações de «interpenetração» cultural e biológica, sem o horror ao mestiçamento que caracterizaria os anglo-saxões" (Alexandre, 2000, p. 231). A tese freiriana recebida, inicialmente, com reservas pela nomenclatura do regime, viria a consagrar-se como doutrina oficial em tempos de desintegração da unidade imperial marcada pela perda das colónias de Goa, Damão e Diu (Índia) e eclodir das lutas de libertação das colónias. O contexto

[105] Devido à crise alimentícia na ilha de S. Vicente "Por várias vezes a Câmara Municipal e a Associação Comercial de Barlavento insistiram pela abertura de trabalhos públicos, pelo aumento do número de trabalhadores a admitir, *para que não tenhamos de assistir ao quadro horrível de ver morrer gente de inanição*, como consta textualmente de uma das actas da A.C.B. [Associação Comercial de Barlavento]. E quando, em virtude da escassez de recursos *orçamentais*, as Obras Públicas mandaram despedir os trabalhadores de outras ilhas na intenção de os ver regressar às suas terras origem, a Associação Comercial protestou, apoiada pela Associação Operária, alegando que muitos deles estavam instalados em S. Vicente com a família havia já muitos anos, sendo desumano tal despedimento" (Monteiro, 1990, pp. 162/163).

[106] Expressão utilizada por José Maria Nunes Pereira, no estudo *Mário de Andrade e o lusotropicalismo*, em referência às teses defendidas por Gilberto Freyre nos livros *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas* (2001, s. p.).

internacional exigia um discurso validado cientificamente e uma retórica humanizada. A nova ordem internacional obrigou o regime a recriar o mito da unidade (física e cultural) da nação[107]. Para o sociólogo – na leitura de Isabel Castro Henriques – "os portugueses, possuidores de uma força genésica que faltava aos demais colonizadores, tinham renunciado a recorrer à espada para optar pela utilização do sexo" (2004, p. 53). Em *Aventura e rotina*[108], Gilberto Freyre reconhecia a "dualidade étnica, cultural que faria o [português] confraternizar com os povos orientais, africanos e americanos que se foram sujeitando ao seu domínio" (1953, p. 40).



Palavras de Gilberto Freyre

(Para «CABO VERDE»)

Encanta-me poder surpreender em Cabo Verde, através da variedade de cores e formas da população o muito que há aqui de português, o parentesco do cabo-verdeano com o brasileiro. Somos verdadeiramente um mundo só, portugueses e descendentes de portugueses e aqueles que são portugueses pelo sentimento e pelos valores básicos de sua cultura. É o que dá força, permanencia e mocidade ao mundo que o português não acabou ainda de criar: essa conciliação rara de diversidade com unidade. Não a conseguiram aqueles povos que temendo a diversidade, temeram a mestiçagem; e fazendo da absoluta unidade de cultura e da pureza quase religiosa de raça ou de sangue a base do seu esforço imperialista, pararam de criar. Esterilisaram-se.

Conseguiu-a o português. Por isto mesmo, o mundo por ele criado continua a ser um mundo vivo, um mundo sempre em formação e renovação.

Figura 7 – *O luso-tropicalismo apresentado por Gilberto Freyre em Cabo Verde*
Cabo Verde Boletim, 1951, Novembro.

[107] Na perspectiva de Cláudia Castelo, "A visita de Freyre é um dos momentos em que se revela a sintonia do regime e da «oposição democrática» e da vocação histórica do país. […] A doutrina gilbertiana serviu, sobretudo a partir de meados dos anos 50, os fins delineados pela diplomacia de Lisboa. O fortalecimento do movimento anticolonialista, após a Conferência de Bandung (1954), e a entrada de Portugal na ONU (1955) determinaram esse *aproveitamento*. O MNE português empenha-se, então, em divulgar, a teoria de Gilberto Freyre, um sociólogo com prestígio e projecção internacionais, junto das embaixadas estrangeiras e das delegações nas Nações Unidas, como forma de justificar o carácter não colonial da presença lusa fora do continente europeu" (1996, pp. 138-139).

[108] *Aventura e rotina* é um "Diário de um viajante em trânsito pelos «vários Portugais espalhados pelo Mundo». *Brasileiro em terras portuguesas* é "uma colectânea de conferências e discursos proferidos durante a visita" (Castelo, 1998, p. 93).

No ano de 1951, o sociólogo visitou o arquipélago de Cabo Verde e outras colónias[109]. Deste périplo resultou a legitimação do "mundo que o português criou". Na visita às ilhas[110], Gilberto Freyre proferiu declarações que foram contestadas pelo escol da crioulidade:

> "Confesso que a minha mais forte impressão em Santiago é a de estar numa espécie de Trinidad que, em vez de afro-inglesa, fosse afro-lusitana: ilhas em que as populações fossem predominantemente africanas na cor, no aspecto e nos costumes, com salpicos, apenas, de influência europeia sobre essa predominância étnica e social. A presença dominante do europeu apenas se revela no que é oficial: edifícios, ritos de administração, o trajo, o andar, a fala de burocratas e dos negociantes mais importantes." (Citado em Lopes, 1956, p. 14; sublinhado nosso)

A interpretação do luso-tropicalismo – teoria ou mito – no arquipélago crioulo, redundou em "tamanha desilusão" (Manuel Ferreira, 1967, p. 41). "O Messias desiludiu-nos" (Baltasar Lopes, 1956, p. 11).



Figura 8 – *Gilberto Freyre em Cabo Verde*[111]
Brito, 2008.

[109] Giberto Freyre visitou Portugal, nos meses de Agosto e Setembro de 1951, Cabo Verde e Guiné, em Outubro, S. Tomé e Angola em Dezembro do mesmo ano e, em meados de 1952, Moçambique. (Pereira, 2001, s. p.)
[110] José Maria Nunes Pereira concluiu o ensaio *Mário de Andrade e lusotropicalismo* com as seguintes palavras: "Este [Gilberto Freyre], demasiado ocupado com conversas oficiais e banquetes de homenagem perdeu a oportunidade de aplicar a sua teoria luos-tropicalista a uma terra e a uma gente que, embora, por razões diversas, pareciam se ajustar como uma luva a esse tipo de leitura" (2001, s. p.).
[111] Ao lado de Gilberto Freyre encontra-se Francisco Rezende Mascarenhas e Filomena Cândida Rezende. Em pé, Esther Aguiar Lisboa da Costa Rezende e sentada, Ludovina de Rezende Costa (Informação de Jorge Sousa Brito, de 1/12/2008).

Baltasar Lopes considerou absurda a caracterização "que Freyre concebeu, *à vol d'oiseau*, do homem caboverdiano". Com ironia, deduziu que "teríamos na população destas ilhas uma pitoresca discriminação entre os *salpicados* e os que superaram a fase do *salpico*" (*ibidem*, 15-16). Anos mais tarde, Manuel Ferreira contrapôs à teoria freiriana de "uma população sociológica e até étnica dominada pela herança da cultura e da raça africana", a tese de uma sociedade-produto de uma terceira cultura – a cabo-verdiana" (1967, p. 66). O autor de *A aventura crioula* contestou o prestigiado sociólogo, que "no curto período de quinze dias", se limitou "a observar o social e a anotar" em vez de interrogar, "pois só interrogando os protagonistas do social se podem formular explicações objectivas e não pessoais", concluindo que "Gilberto Freyre, Mestre de Sociologia, que sabe disto desde os seus verdes anos, infringiu a lei…" (*ibidem*, pp. 72-73).

O mundo que o mulato criou

O escritor cabo-verdiano Gabriel Mariano[112] colocou, em 1959, a seguinte pergunta de investigação: "«O mundo que o português criou ou está em vias de criar», através da mestiçagem, da interpenetração cultural, da assimilação do exótico, é um mundo que oferece iguais possibilidades de equilíbrio psíquico, de interacção espiritual, de realização material, a ele, português, ao seu companheiro, o negro-africano, e ao que deles surgiu, o mulato?" No ensaio *Do funco ao sobrado ou o «mundo» que o mulato cr*iou interroga:

> "O aparecimento de novas expressões, de novas culturas nitidamente brasileiras ou cabo-verdianas, desde as suas origens mais remotas, deve-se simplesmente ao fenómeno económico-político do facto colonial?
> Por outras palavras: terá o colonialismo, incluindo a própria colonização portuguesa, por muitos, considerado o menos duro dos colonialismos europeus, aptidão para, partindo de culturas não europeias, criar novas formas de cultura? Isto é: poderá o colonialismo criar uma cultura nova?" (1959, p. 32)

Gabriel Mariano concebeu uma explicação original[113] para "a evolução da sociedade cabo-verdiana de um agregado heterogéneo e plural para o tipo de sociedade homogénea que ela é hoje, [que] se deve ao contínuo alargamento da área ou do campo de jurisdição do mulato" (*ibidem*, pp. 36/37). A partir desta premissa deduziu que "a capacidade de assimilação do exótico e de recriação de formas novas de cultura, que se aponta como

[112] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.
[113] Na *Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano*, Baltasar Lopes defendia que "nós, que somos naturais daqui, que estamos dentro de casa, não podemos ter aquela isenção de que tem o indivíduo que vem de fora, mas, por outro lado, também o indivíduo que vem de fora […] não está apto, a não ser por um contacto assíduo, a conhecer os nossos valores interiores, a conhecermo-nos por dentro, a conhecer aquilo que é, a meu ver, a verdadeira grandeza destas ilhas" (1957, Dezembro, p. 8).

faceta dominante na experiência ultramarina do português, parece ter-se transferido em Cabo Verde para o mulato, para o mestiço […] e teria sido esse quem se encarregou de receber e transmitir elementos de civilização europeia" (*ibidem*, p. 39). Daí a convicção que a cultura islena se criou:

> "Do funco para o sobrado, mas, contrariamente ao que sucedeu em outras áreas, foram essas expressões que, sublimadas e depuradas, se impuseram a todas as classes, inclusive as e*lites* sociais e intelectuais.
> Terá sido o mulato o mestre da sua sociedade, terá sido ele quem em Cabo Verde se encarregou de receber e transmitir a civilização portuguesa, desempenhando a função que o português desempenhou no Brasil, função que não vejo generalizada a outras áreas africanas?
> A mim, como diria o ensaísta português, cabe o perguntar; aos sábios, o responder." (Mariano, 1959, p. 49)

As teorias e os mitos de uma comunidade "tolerante e multiracial" eram justificados pelo património cultural do colonizador. O fluxo civilizador vinha, inevitavelmente, do *centro* para a *periferia*. Gabriel Mariano deslocou para o *centro* um terceiro e híbrido elemento, o *mestiço*, dando-se "um desvio daquilo que o português realizou ou está realizando em outras áreas tropicais" (1959, p. 39). Processou-se uma "aristocratização intelectual, que viria consolidar definitivamente a posição do *elemento de cor* na sociedade cabo-verdiana, prestigiando-lhe as atitudes" (1959, p. 43). Conforme assinala Gabriel Fernandes, "a acomodação político-institucional dos nóveis filhos da terra constitui parte de um acordo de cavalheiros, no âmbito do qual a elite local não problematiza o poder instalado e aquela não perturba a celebração cultural desta" (2006, p. 114). A intelectualidade crioula pensou o colonialismo e inflectiu-o aos interesses locais. Manuel Lopes interpelou a ciência colonial:

> "1 - Será que as potencialidades do «colonizado» só podem ser avaliadas, segundo pontos de vista do «colonialista», ou como subproduto ou resíduo tradicional excrescente do dito colonialista? […]
> 2 – Será que a condição de «colónia» possa ser considerada um ferrete que acompanha implacavelmente o «colonizado», e as realizações, em particular de ordem cultural, da parte deste, não passem de produtos de importação, sob a capa de influências, etc., podendo ser interpretadas como irreverência todas e quaisquer tentativas de auto-afirmação?
> 3 – À chamada «potência colonialista» não interessam as populações mas os territórios. Estes é que, eventualmente, estimulam os verdadeiros interesses daquela, já que tais interesses resultam da riqueza que os territórios, e não as populações, oferecem. […] Estou tentado a fazer uma pergunta inocente: como conciliar duas situações aparentemente antagónicas, tais como *abandono efectivo* ou relativo dum território e o *colonialismo* exercido sobre o mesmo…?" (1960, p. 159)

No mesmo ano, Pedro de Sousa Lobo[114] celebrava a originalidade humana de Cabo Verde arquitectada "através do *dissolvente formidável* que foi a *mestiçagem* […], uma *força* física, diremos melhor biológica, e como força psicológica, ou, mais particularmente, sentimental […] foi activa e criadora; às vezes até agressiva". No último número da revista *Claridade* discorreu:

> "Cabo Verde resultou assim original: «Tropicais pelo clima e posição, o ritmo da sua agricultura, a base étnica da sua população, elas, as ilhas, constituem a 16 graus de latitude, a derradeira recorrência do mundo mediterrâneo: na civilização dominante, na forma das casas, na fisionomia das povoações, na maneira de armar a terra, em parte do que ela produz. Colocadas como um padrão de domínio, à entrada de um mundo novo, elas recordam, a um tempo, a origem de quem o devassou e aquela mistura de gente e de produtos, capaz de fundir-se numa nova e harmónica expressão, que é, por certo, o segredo da expansão portuguesa no ambiente onde outros povos só entraram, primeiro com conquistadores, depois como exploradores, mas apetrechados com os poderosos recursos da técnica moderna».
> A originalidade física e humana de Cabo Verde é patente. Não a reconhecer, é ignorar a sua personalidade e perder a sua significação." (1960, Dezembro, p. 65)

Em época de desterros e de prisões, o confronto *dominante-dominado* foi substituído pela valorização do capital educativo e cultural genuinamente cabo-verdiano (língua, literatura, usos e costumes) e pela sua inclusão no universo do *nacionalismo lusitano-crioulo*[115].

Adjacência, um projecto adiado

As mitigadas e ilusórias similitudes civilizacionais com a metrópole acentuaram o discurso crítico dos cabo-verdianos com "os pés fincados na terra". Neste sentido, Baltasar Lopes da Silva contrapunha "à condição de famintos", a de povo "que soube cultivar a inteligência e prezar os gozos do Espírito, em grau que honra a raça trabalhadora que nos gerou […], [o que] amplamente justifica o levantar-se a questão das ilhas adjacentes de Cabo Verde"[116] (1931, Julho 25). O deputado Adriano Duarte Silva[117] "levantou na Assembleia Nacional o problema das Ilhas Adjacentes para o nosso Arquipélago". O *Notícias de Cabo Verde* deu destaque à notícia:

[114] Pedro Sousa Lobo foi funcionário aduaneiro em Cabo Verde e Angola e colaborou no *Notícias de Cabo Verde*, *Claridade*, *Cabo Verde - Boletim de Propaganda e Informação*. (Oliveira, 1998, pp. 750/751)
[115] Conceito de Gabriel Fernandes desenvolvido ao longo da obra *Em busca da nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo* (2006).
[116] Segundo Rocha Martins, a ideia do estatuto de adjacência remonta ao século XIX, apoiada pelo Marquês Sá da Bandeira, que "indicava como meio de reforma a extinção da província e a sua incorporação na divisão administrativa do continente do reino e ilhas adjacentes, transformando-a num distrito administrativo, que seria o quinto das ilhas adjacentes e o vigésimo segundo do reino e ilhas" (Oliveira, 1998, p. 172).
[117] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.

> "Antes de mais, aplaudimos com ambas as mãos, com o cérebro e o coração, a ideia já agora oportuníssima.
> […] Os habitantes de Barlavento, sobretudo os de São Vicente e de Santo Antão, nunca se empenharam, por generosidade, na execução dessa providência governativa. Por isso o seu maior desejo e solicitude tendem para a divisão do Arquipélago em dois distritos administrativos.
> E compreende-se sem dificuldade: se se adopta, no Continente da República, este sistema de governação, porque não há-de ser aplicável no nosso Decaneso, constituído por dez ilhas, tão dispersas pelos dois grupos de Barlavento e Sotavento?" (1949, Abril 21).

A conjuntura emergente da guerra provocou "uma crise de legitimidade colonial […] suscitada tanto pela reafirmação do princípio de autodeterminação dos povos como sobretudo pela descrença na superioridade da civilização ocidental e na missão tutelar das nações europeias sobre as raças até aí geralmente tomadas como «atrasadas» ou «inferiores»" (Alexandre, 2000, p. 194). Intelectuais de Mindelo – Baltasar Lopes da Silva e Frank Xavier da Cruz (B. Léza)[118] – recordam os "horríveis anos trinta":

> "Com Mussolini e Hitler berrando pelas Europas e ameaçando este mundo e o outro, com os seus afluentes prontos a imitá-los, tal o Doutor Salazar em Portugal, de que dependíamos politicamente, Salazar e a sua censura implacável, que não deixava passar qualquer vislumbre de autonomia de espírito, precursor, na sua óptica, de uma actuação virada para a independência das colónias; censura que, inclusivamente, não admitia nem tolerava o emprego em público da palavra fome, não fossem os cenáculos internacionais saber que em Cabo Verde havia fome, porque, a haver fome, isto seria um atestado de incapacidade da administração colonial Portuguesa." (Silva, 1986, p. XIV)

> "Assim sendo, as nações estrangeiras que mais estimamos e apreciamos são: A Inglaterra e a América do Norte, pela sua supremacia universal e, como nações que mais têm contribuído para o progresso da nossa terra e bem-estar da nossa gente – o Brasil pelas suas características raciais, laços tradicionais e históricos que nos ligam e a França pelas suas virtudes educativas e generosas. Nesta ordem de idéias, as Nações Unidas, a Inglaterra, sobretudo, exerce um poder entusiástico quase magnético sôbre os caboverdianos, que anseiam atualmente, a toda a hora, pelas notícias das suas vitórias nos campos de tremenda guerra. Noventa e cinco por cento e mesmo mais dos filhos de Cabo Verde desejam, sinceramente, a vitória da Inglaterra e dos seus aliados, a bem e em prol da civilização, da liberdade e da felicidade humana.
> Em Cabo Verde, os empolgantes e notabilíssimos discursos de Mr. Winston Churchill, maior tribuno da história atual da Inglaterra, são esperados com ansiedade, admirados e apreciados devidamente, tanto pelo seu dinamismo, pela sua energia, pelo seu brilho literário, como pelos seus conceitos humanos e universais, que levaram o nosso povo a cantar:
>
> *«Churchill is a steel bar*
> *Which will never be reduced»* [119]." (Cruz, 1950, pp. 68/69)

[118] Francisco Xavier da Cruz, mais conhecido por B. Leza, natural de Mindelo, foi "um dos maiores compositores de mornas de sempre […]. Deixou escassa colaboração nos periódicos cabo-verdianos de que realçamos ter publicado uma morna em crioulo na revista *Claridade*" (Oliveira, 1998, p. 719).

[119] Francisco Xavier da Cruz (B. Leza) compôs a morna *Hitler* enviada "to the prominent Premier Sir Winston Churchill, Witch respect and profoundest admiration from the Capeverdian people, Sam Vicente de Cabo Verde. Dezembro de 1940" (1950, p. 25).
Letra original da morna *Hitler*: "Hitler cá tá ganhá guerra, ni nada!/Guerra ê di nos Aliado;/Águia Negra é vencida/Ná campo di batalha./Nô confia na Britiche/Nô pô fé ná sê valor/ Der Fiúra 'stã vencido/Cô tudo sê horror/Churchill ê um barra di aço/qui cá tá derretê!/Na mar, na terra e na ár/El tem qui vencê". Versão em iglês: "Hitler shall never! Win the war! Never!/The victory is for our Allied!/The Black Eagle shall be ruined,/On the battle field/Let us trust on the

O reordenamento geopolítico minou a fidelidade à metrópole, que se viu compelida a rever a retórica oficial, substituindo a categoria de *colónia* por *província ultramarina* e a de *império* por *ultramar*. Maria Helena Spencer considerava as *colónias ou províncias ultramarinas*, "retalhos da metade do mundo outrora nosso, lusitaníssimos torrões que dispensam crisma ou beneplácito de qualquer chefe de seita estrangeira" (1951, Junho). Nessa reflexão, a jornalista contextualiza as mudanças (de designação e de paradigma) na cena internacional:

> "Estavam em moda as palavras «mandato» e «anexação», e expressões como «transferência de territórios» e outras quejandas, de rebarbativo significado, a desmascarar os desonestos propósitos da alcateia ditatorial então em voga na Europa. As arremetidas do exilado Imperador da Etiópia, em plena assembleia da Sociedade das Nações, haviam deixado bem patente a fragilidade de tão austero tribunal no julgamento dos pleitos onde figuravam de queixosas as nações pequenas e fracas.
> Foi, então, que no desconcerto da conjura, firme, serena, imperturbável, numa legenda solene que ficou célebre entre os povos ciosos dos seus direitos, uma voz se ergueu, lançando ao Mundo a resposta de Portugal aos que abusivamente julgavam em hasta pública a posse dos nossos domínios ultramarinos. «Não alienamos, não vendemos, não cedemos»." (Spencer, 1951, Junho)

Ao questionar "Colónia? … Província? …", José Lopes investigou o sentido original das palavras e concluiu que «colónia», para o nosso caso, serviria melhor que «província», pois "deriva do verbo latino *colo*, *colere*, *cultum* e aplica-se com rigor a gente civilizada" (1951, Outubro). A consagração do termo *província ultramarina*, como "parte integrante do Estado" (Lei Orgânica do Ultramar Português, de 27/6/1953), provocou, uma vez mais, o adiamento do projecto de adjacência. Em 1951, o *Cabo Verde Boletim* publicou um parecer da Câmara Corporativa sobre a revisão do Acto Colonial:

> "É facto que o arquipélago se pode considerar *colonizado* (é um dos exemplos da «função histórica» cumprida sob esse aspecto) e que nele vive uma sociedade já estabilizada, com grande número de famílias brancas, mestiças e pretas assimiladas, de antigas raízes já lançadas à terra.
> «Ainda existe uma considerável população negra que se não pode dizer civilizada, mas o facto é que também não é indígena nem se encontra em estado mais atrasado que o comum das populações negras do Brasil.
> «Sob este aspecto Cabo Verde poderia passar do estatuto de colónia ao das ilhas adjacentes. Mas lucraria alguma coisa com isso? Esse é o único problema que restará resolver.
> A Câmara pensa, pois, que a outorga do estatuto metropolitano ao arquipélago de Cabo Verde deve ser feita com a maior circunspecção. Convirá começar por estabelecer um regime transitório em que o arquipélago goze de um estatuto ainda mais desconcentrado e descentralizado do que o das ilhas adjacentes, ficando dependentes de uma pequena repartição metropolitana, que teria a sua colocação lógica na Presidência do Conselho." (1951, Março, p. 16)

British/Let us have faith on their value/Der-Fuhrer is vanquished/With all his horror/Churchill is a steel bar/Which will never be reduced/On the sea, on earth, in the air/He will obtain triumph" (Cruz, 1950, pp. 25/28).

Numa época conturbada de "feroz anticolonialismo, em que se encorajam e promovem movimentos de rebeldia dos chamados povos não autónomos contra aqueles que os dirigem" (Silva, 1951, Maio 15), crescia o descontentamento com a acção governativa. O deputado Adriano Duarte Silva, em sessão de 10 de Abril de 1950, pronunciou-se sobre a governação colonial:

> "Cabo Verde tem sido vítima da sua condição de colónia e do sistema administrativo adoptado para as colónias.
> O retrocesso administrativo verificado nos últimos anos é confrangedor. De doze câmaras municipais que funcionavam há vinte anos restam apenas duas, tendo as outras sido substituídas por juntas locais, de acção limitada e de recursos reduzidos.
> […] Pondo de lado a cor, que supomos não ser de considerar, diremos que o que existe em Cabo Verde é precisamente o mesmo que aqui no continente, se encontra em alguns pontos: não falta de civilização mas miséria pura e simples; famílias que vivem em furnas ou cavernas, sem roupa e sem pão, no maior primitivismo.
> […] Passaram-se cinco anos [após as alterações à Carta Orgânica] e hoje existe em mim a convicção radicada de que a integração de Cabo Verde no sistema metropolitano é a única solução que permitirá a realização das medidas de que o arquipélago necessita para o seu progresso e bem-estar.
> […] Impõe-se, pois, a sua transformação em dois distritos autónomos, com estatuto semelhante ao da Madeira e Açores." (*Cabo Verde Boletim*, 1951, Maio 15)

No debate sobre o futuro da *província ultramarina* de Cabo Verde surgia, circunstancialmente, a ideia de *independência*, recusada pela "própria colónia que, consciente da sua maturidade, deseja, não a independência, como tanto está em moda, mas a sua integração" (*idem, ibidem*). De facto – diz-nos Manuel Ferreira – não há notícia da parte da velha-guarda, quer das novas gerações de, pelo menos, até meados dos anos 30, alguém haver instilado o seu discurso de ideologemas da independência e só a partir dos anos 40, à medida que a II Guerra Mundial se generalizava cada vez mais, é que o sentimento de independência se consciencializa e torna-se imparável" (1986, p. LXXII).

1.3. Da anti-evasão à independência (1961-1975)

Os Nativistas (1ª República) e os Claridosos (a partir de 1936) minaram os alicerces da ideologia colonial com o esbatimento das diferenças culturais entre dominantes e dominados. Este legado ideológico e programático foi transmitido às novas gerações de intelectuais:

> "E, no entanto, algo havia apodrecido no reino de uma geração que cumprira a sua histórica missão – a de lançar os alicerces da literatura de um povo colonizado, coisa extremamente difícil pelas ambiguidades culturais e ideológicas que o sistema colonial cria e promove. Sente-se que outra hipótese não havia do que o testemunho ser entregue ao estafeta seguinte. As ideias renovadoras surgiam e desenvolviam-se e penetravam no interior das novas gerações, silenciosamente, como lençóis de água penetrando em múltiplas camadas do subsolo. Das mais diversas maneiras, e consultadas dezenas de jornais e páginas literárias." (Ferreira, 1986, p. LXXII)

Não vou para Pasárgada[120]

O substrato cultural simbólico – refém do escol ilustrado – não teve, porém, a necessária força anímica para reverter os deveres de subcidadania em direitos de cidadania. No lugar dos caminhos da emancipação, os caminhos da evasão, "doravante vista como fuga de quem queria eximir-se do compromisso com o local ou livrar-se das opções políticas que encerrassem maiores riscos" (Fernandes, 2006, p. 180). Já na década de cinquenta, Amílcar Cabral dizia que "o sonho de evasão, o desejo de «querer partir» não se podia eternizar":

> "Os seus Poetas – o contacto com o Mundo é cada vez maior – sentem e sabem que, para além da realidade caboverdiana, existe uma realidade humana, de que não podem alhear-se.
> Sentem e sabem que não é apenas em Cabo Verde que «há gritos lancinantes pela noite silenciosa» e «homens vagabundos» que «fitam estrelas que a madrugada esculpiu». E dizem, querem dizer «um canto... que cruze nos mares mais distantes e entre nos corações dos homens... um canto com contornos de paz e relevos de esperança». De esperança.
> As mensagens da *Claridade* e da *Certeza* têm de ser transcendidas. O sonho de evasão, o desejo de «querer partir», não pode eternizar-se.

[120] Pasárgada foi a primeira capital da Pérsia Aqueménida no tempo de Ciro II da Pérsia. Manuel Bandeira consagrou-a como "uma paisagem fabulosa, um país de delícias". Foi palavra-tema da poesia *Vou-me embora p'ra Pasárgada* (1939). Segundo Manuel Brito-Semedo, "Pasárgada emerge na geração da *Claridade* com conotação positiva e com função de denúncia à situação de abandono a que o Arquipélago fora votado (Saudade fina de Pasárgada…). Na geração do *Suplemento Cultural*, com conotação negativa e função de mobilização à resistência (Não vou para Pasárgada). Na geração do *Seló*, com conotação negativa e função de combate contra a dominação colonial (Evasão não quero)" (1995, p. 81).

> […] O primeiro, auscultando a terra e o Povo sonha com um «Amanhã» diferente, que antevê possível. E descreve a alteração que há-de operar-se: «Em vez dos campos sem nada...» E profetiza, para a terra caboverdiana, a «vivificação da Vida».
> O segundo exprime, em toda a sua grandeza, o «naufrágio em terra», do Povo a que pertence. Retrata os «homens calados» sofrendo a «dor da Terra-Mãe... num abandono de não ter remédio». «Dos homens, presos na cadeia da desesperança». E o seu sonho, não é de «querer partir»: é de
> «Outra terra dentro da nossa terra»" (1952, Janeiro)

Dez anos mais tarde, no artigo "Esta ânsia de querer partir… e ter de ficar", Orlando Levy perguntava: "porque querem tanto os caboverdianos sair da sua terra pela qual, depois, choram saudosos?" De entre as razões para este "acto que se vem a contradizer pela vida fora", as estiagens totais em períodos cíclicos e uma ausência completa de recursos mineiros" (1962, Outubro 4). A temática *fome* invade a literatura que nos mostra "crianças magras/sobrecarregadas/com o peso inútil/de enormes barrigas/inchadas" (Fonseca, 1962, Maio 25).

A *Claridade: revista de arte e letras*, "inédita voz do ilhéu angustiado pela pequenez da sua vida", consagrou a «evasão» textual, percepcionada como "uma manifestação contrária à apatia, que engloba o desejo de acção, o mesmo que dizer de progresso, sendo este último entravado em parte por acções puramente acidentais" (Lopes, 1936b, Março). À geração da *Claridade* sucedeu[121] a da *Certeza*[122], cuja temática versou "a nossa terra, o sangue da vida humana latejante; as secas, a miséria da nossa gente morrendo de fome pelas curvas das estradas no tempo das estiagens" (Brito, 1944, Março). Na vanguarda, a escrita militante de Ovídio Martins (*Suplemento Cultural*)[123], "o mais determinado dos poetas cabo-verdianos, aquele que, desde muito cedo, envolveu o seu verbo de signos directamente combatidos" (Ferreira, 1977, p. 50). Assumiu a negação do *evasionismo*:

> "Pedirei
> Suplicarei
> Chorarei
> Não vou para Pasárgada"
> (1976, p. 48)

Numa ambiência cultural marcada por enunciados anti-evasionistas assiste-se ao desmoronar dos mitos que suportaram a afirmação cultural crioula. Francisco Lopes da

[121] Manuel Ferreira em *Literatura africana de expressão portuguesa* adverte que "nem sempre o conceito de geração corresponde a uma demarcação estética ou ideológica, mas neste caso corresponde". Acrescenta que o grupo de *Certeza* "todo ele perfilha o ponto de vista neo-realista" (1977, pp. 44-45).
[122] As revistas literárias e académicas são analisadas na III Parte, 2.1. "(Con)textos culturais" e 2.2. "Imprensa académica e juvenil".
[123] O Suplemento Cultural do *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* foi publicado em 1958. O grupo de colaboradores, "a maioria de formação universitária, vivendo de perto com outros africanos, junto da Casa dos Estudantes do Império – e daí uma maior consciência do ser e do estar, uma maior reflexão crítica" (Ferreira, 1975, pp. 156/157). Consultar III Parte, 2.1. "(Con)textos culturais".

Silva seleccionou o da "apregoada e mil vezes galardoada inteligência do homem destas ilhas", constatando:

> "Que o cabo-verdiano seja inteligente, não o pomos em dúvida, na medida em que outros povos também o são, dentro das várias cambiantes ou das diversas formas que a inteligência pode tomar. Mas… que o Cabo-verdiano é altamente inteligente, chegando a, ingenuamente, supor-se num plano de indiscutível superioridade em relação a outros povos igualmente dotados, – disso discordamos! Aliás, que factores nos habilitam a essa suposição, pois de mera suposição se trata, embora muitos estejam convencidos de que a demonstração está feita?
> Julgamos que, neste ponto, se comete um grave erro de indução, denunciado pela mais sã filosofia: de casos particulares de inteligências privilegiadas, existentes, é certo, entre nós, mas insignificantes numa população de 200.000 almas, fizemos lei geral. Daí o inevitável *quod erat demonstrandum*.
> Só quem, como nós, por dever de ofício, toma todos os dias o pulso à juventude cabo-verdiana, só quem de perto lida com ela em convívio estreito, – só nós, professores, entregues à nobre, mas ingrata, tarefa de formar mentalidades, só nós podemos – sem partidarismo –, verificar a monstruosidade desse mito, e chegar à conclusão de que essa tal apregoada inteligência não passava duma capacidade vulgaríssima e não raras vezes abaixo da mediania." (1965, Abril 8)

Temos de lutar contra a adjacência, senão, lá se nos vai a independência![124]

As profundas mudanças ocorridas nos anos sessenta[125] – reconhecimento do direito dos povos subjugados à autodeterminação e afirmação dos nacionalismos africanos – isolaram e comprometeram "a mais perfeita experiência do génio criador português caldeada no laboratório das ilhas crioulas" (*O Arquipélago*, 1968, Fevereiro 22). À revelia da Carta das Nações Unidas[126] (assinada em 26/6/1945, entra em vigor em 24/10/1945)[127], o Estado Novo prosseguia "na sua sanha de portugalização, impondo-se ao Mundo, fazendo valer os seus direitos senhoriais de largos séculos e fazendo calar todas as arremetidas de infiltração ou usurpação" (Barros, 1961, p. 54).

[124] Frase da autoria de Arnaldo França, proferida em entrevista a José Vicente Lopes (Lopes, 2002, p. 137).
[125] José Vicente Lopes classifica 1961, o *annus horribilis* para Salazar: Em Janeiro, um grupo de oposicionistas, liderado pelo Capitão Henrique Galvão, toma de assalto, em pleno mar do Caribe, o transatlântico *Santa Maria* e ameaça desembarcar em Luanda para aí formar um governo revolucionário. […] Apesar do desembarque não se ter concretizado, o episódio atraiu à capital angolana um número significativo de jornalistas estrangeiros. Aproveitando-se disso, grupos nacionalistas, liderados pelo cónego Manuel Mendes das Neves (um mestiço angolano) assaltam, na madrugada de 4 de Fevereiro, algumas cadeias de Luanda para libertar presos políticos. […] Em 15 de Março a União dos Povos Angolanos desfere na região do Norte o mais violento ataque à presença portuguesa naquele território, iniciando uma guerra que se irá prolongar por muitos anos […]. Para culminar o ano aziago que foi 1961 para as autoridades portuguesas, a União Indiana, governada por Jawaharlal Nehru, invade e retoma, a 18 de Dezembro, Goa, Damão e Diu." (2002, pp. 80/81)
[126] Segundo a Carta das Nações Unidas que "reafirmou a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas", estabeleceu, no seu artigo 76º, o dever de se "fomentar o programa político, económico e social e educacional dos habitantes dos territórios sob tutela e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar governo próprio ou independência, como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território e dos seus habitantes e aos desejos livremente expressos dos povos interessados e como for previsto nos termos de cada acordo de tutela" (24/10/1945).
[127] Portugal foi admitido como membro das Nações Unidas em 14 de Dezembro de 1955 (Resolução 995 (X) da Assembleia Geral). O texto da Carta das Nações Unidas foi publicado no Diário da República 117, mediante o Aviso 66, de 22/5/1991.

Nem a propaganda colonial, nem a acção repressiva da Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE)[128] impediram o contacto dos cabo-verdianos com os movimentos de libertação dos povos subjugados, em particular com o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC)[129], que liderou a luta pela independência das duas colónias e desenvolveu uma intensa acção diplomática internacional de reconhecimento da legitimidade dos movimentos independentistas e de descrédito da potência colonizadora.

Nas universidades, uma nova geração de estudantes cabo-verdianos, "longe de se acomodar às injunções políticas salazaristas e às estruturas do nacionalismo lusitano, posiciona-se do lado dos movimentos emancipatórios" (Fernandes, 2006, p. 181). Os renovados "aportes culturais" passavam pela recomposição da crioulidade com a adição de valores africanos, não obstante a existência "no espírito de muitos cabo-verdianos de cor – não só o instruído, como também o culto – do complexo de raça e da cultura (em sentido antropológico), o recalcamento social e individual do que nele existe de negro-africano" (Duarte, 1999, p. 26). Face à posição dilemática dos "estudantes cabo-verdianos na metrópole divididos acerca do carácter regional do povo cabo-verdiano: português ou africano", Gabriel Mariano considerava não ser "de rejeitar *a priori* e sem qualquer razão científica o aparecimento e a oportunidade de expressões culturais mestiças" (1958, Maio, p. 7). *O Arquipélago* publicitava as notáveis "notações do espírito cabo-verdiano", fruto da conjugação étnica e da integração cultural dos portugueses:

> "Desde a música e a dança até à literatura e à filosofia, desde o direito à engenharia e desde a sociologia à matemática –: brota desta migalha de gentes (pouco mais de 250.000

[128] A Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE), que substitui a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), foi criada pelo Decreto-Lei 35.046, de 22/10/1945, com a missão de "vigiar os terroristas, os suspeitos de actividades contra a segurança externa ou interna do estado e as associações, organizações ou bandos destinados à prática de crimes, cuja instrução preparatória é da sua competência".
Segundo Oliveira Marques, "a Polícia Secreta Portuguesa alcançou, sob o regime de Salazar, em todas as esferas da vida nacional, tais limites de poder e penetração que desafiaram a autoridade do próprio Estado – incluindo as Força Armadas – e a converteram num estado dentro dele". O autor da *História de Portugal* destaca "a sua insistência nas formas mais sofisticadas de tortura e em outras pressões de natureza física e psicológica, o sue uso de lúgubres prisões civis e campos de concentração – o mais famoso funcionou na ilha de Santiago, em Cabo Verde, de 1936 a 1956, tornando-se o seu nome, Tarrafal, o símbolo do expoente máximo da perseguição política, a sua irrupção violenta em residências particulares e o seu confisco de livros e documentos de toda a ordem, a violação exercida sobre a correspondência dos cidadãos, a sua presença em toda a parte (na crença do comum dos cidadãos, crença que condicionou a criação de um ambiente); tudo isto alicerçou o poder de Salazar durante décadas, ajudando a explicar a famosa «ordem das ruas» que ele orgulhosamente gostava de proclamar" (1981 [1973], pp. 432/433).
Em 1969, foi extinta a PIDE e em seu lugar criada a Direcção Geral de Segurança (Decreto-Lei 49.401, 19/11/1969), que passou a ser conhecida por PIDE/DGS, que se extinguiu após o movimento militar de 25 de Abril de 1974.

[129] O PAIGC designou-se, inicialmente, Partido Africano da Independência e União dos Povos da Guiné e de Cabo Verde, tendo adoptado como sigla P.A.I., e como divisa "Unidade e Luta". Na opinião de Abílio Duarte, o PAIGC «foi um longo processo», que remonta a 1953, com a chegada de Amílcar Cabral a Portugal. (Lopes, 2002, p. 40). A data da sua criação – segundo a *História da Guiné e das ilhas de Cabo Verde* – remonta a Setembro de 1956, conferindo "ao movimento nacional africano destes territórios o meio de expressão tão desejado e esperado e o instrumento eficaz necessário para a sua libertação" (PAIGC, 1974, p. 129).

> cabo-verdianos acossados pela seca, pelo mar e pela fome) um fresquíssimo e pujante caudal de humanismo, ao mais alto nível.
> Tal valia humana já não é apenas arquipélago de promessas: é perfuração, fortalecimento e elevação de si mesma ao longo dos tempos. A mentalidade cabo-verdiana, (fruto da conjugação étnica e da integração cultural de portugueses euroarianos e de negros africanos), constitui uma dádiva que se oferece à humanidade inteira.
> […] Cabo Verde a si próprio se deve, porque a si mesmo se tem vindo a fazer e a merecer. Não tem vindo pelo caminho dos arranha-céus, dos altos formos, dos «altos níveis» do atletismo económico e materialista. O calor do trópico, na confluência geohistórica das fortes «brizas», antes caldearam o sangue mestiço em fino aço de espiritualidade. Desde a escolinha primária de Morro Braz até aos universitários liceus de qualquer Cidade, vão-se fazendo, de geração em geração, os «Baltazares» que dão lições a quem as dá ao mundo. Ao mundo da arte e da ciência, do coração e do intelecto, do direito e do dever, da política e do progresso: a lição do real, do existencial e do essencial. É no cadinho da realidade existencial que a paisagem geográfica e histórica, familiar e social, que a equação psico-económica, que o drama político administrativo e ético-religioso – se hão-de fundir refundir até à sublimação transcendental do Homem de amanhã, no caminho do verdadeiro progresso que é o Bem." (Pereira, 1963, Março)

Natural de "um arquipélago de promessas", o cabo-verdiano é considerado – por Adriano Moreira[130] – "o exemplo mais perfeito da cultura luso-tropical" e "um excelente difusor da cultura nacional", portanto merecedor de um estatuto político "que se inclina no sentido da adjacência" (1962, Setembro). Durante a visita do Ministro do Ultramar[131] a Cabo Verde (Agosto/Setembro de 1962), as forças vivas de S. Vicente[132] rejeitaram o "prémio" e questionaram a oportunidade da adjacência "por entenderem que a mesma se tornara anacrónica e desvantajosa, para além de entender que o termo em si «*contém na sua própria etimologia a noção de proximidade (adjacere) e não há dúvida que, do ponto de vista geográfico, uma adjacência a 1.500 milhas é um tanto forçada*" (Lopes, 2002, p. 133). Para José Vicente Lopes, "mais do que rejeitar a adjacência, […] serve para o grupo [de Mindelo] expor um rosário de queixas em relação à degradação económica e social de Cabo Verde" (*ibidem*, p. 134). Tendo sido um evento de destaque político e social, não foi noticiado na imprensa local. As medidas empreendidas por Adriano Moreira[133], nesse brevíssimo lapso de tempo (20 dias), foram consideradas por Manuel Duarte[134], "manobras contra-ofensivas do colonialismo português, acossado pelos

[130] Marcello Caetano – então professor catedrático da Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa – defendia, embora com reservas, a atribuição a Cabo Verde do estatuto de ilhas adjacentes de Portugal (Lopes, 2002, p. 131).
[131] Adriano Moreira, ao assumir a pasta do Ultramar, revogou o *Estatuto do Indígena* e o *Código do trabalho indígena rural.* Defendeu a transformação de Portugal num país federal, proposta subscrita por Marcello Caetano (*ibidem*, p. 132).
[132] O grupo de Mindelo foi constituído por Humberto Duarte Fonseca, João Baptista Morais, Henrique Teixeira de Sousa, Carlos Pinto Wahnon, Jorge Ferro Ribeiro, Marcelino Neves, Jonas Wahnon, Joaquim Nonato Ramos, entre outros (*ibidem*, p. 133).
[133] As medidas anunciadas por Adriano Moreira abrangeram a criação de uma caixa de crédito agro-pecuário, apetrechamento de portos, construção de estradas, aumento do número de escolas de ensino primário, um semanário governamental, etc. (Duarte, 1999, p. 33).
[134] Manuel de Jesus Monteiro Duarte (1929-1982), enquanto estudante da Faculdade de Direito em Coimbra "engajou-se, juntamente com outros estudantes das antigas colónias de Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola, envolvendo-se na luta

movimentos reivindicativos, examinado pelos órgãos competentes da ONU[135], julgado pela opinião pública mundial" (1999, p. 33).



Figura 9 – *Chegada de Adriano Moreira à cidade da Praia, 1962*
Lopes, 1996, p. 134.

Corsino Tolentino, na tese *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento*, evoca os acontecimentos que marcaram "1960, o ano de África":

> "O relatório sobre os territórios não autónomos começou a ser debatido na ONU e o resultado dessa discussão foi a aprovação da célebre Resolução 1514, que defendia a rápida e total abolição do colonialismo.
> […] Em 1960 começaram também as fugas dos estudantes africanos que frequentavam as universidades portuguesas, os quais foram para África engrossar as fileiras dos movimentos de libertação ou exilaram-se nos países democráticos, com o apoio da França, dos Estados Unidos, países escandinavos e países africanos recentemente independentes. As universidades desempenharam um papel de relevo na formação dos «estudantes peregrinos» […], porque andavam à procura de si e de identidade colectiva." (2007, pp. 114/115)

A Casa dos Estudantes do Império (CEI)[136], associação "politicamente neutra por força estatutária, mas de esquerda por força política dos seus dirigentes e associados"[137]

política clandestina". Depois do seu regresso a Cabo Verde, nos finais de 1957, prosseguiu as actividades políticas e, em 1958-1959, colaborou na criação e na acção eficaz do primeiro grupo clandestino nas ilhas, mantendo ligação com o PAIGC, recentemente formado. […] Em Abril de 1974 regressa a Cabo Verde, envolveu-se activamente nas actividades preparatórias do Acto de Proclamação da Independência, tendo escrito o "Projecto de Texto da Declaração de Independência" (Brito-Semedo, 2006b, pp. 9/10).

[135] O regime político considerava o conceito de "auto-determinação, [defendido] nos altos concílios internacionais e da tribuna da ONU […] a propósito de Cuba e da África, muito particularmente, […] abstracto e por isso mesmo arbitrário, dado que «Portugal nunca fez colonização no sentido espoliador de conquista»" (Crónica do «Jornal do Comércio» citada no *Notícias de Cabo Verde*, 1962, Fevereiro).

[136] A CEI foi criada em Julho de 1944, a partir da congregação dos membros das associações regionais e das «várias» casas de estudantes ultramarinos (Casa de Angola, Casa de Moçambique, Casa da Índia) e contou com o apoio do

(Brito-Semedo, 2006a, p. 345), foi o "berço da mudança de rumo e da capacidade de gerar solidariedade para a «descolonização, democracia e desenvolvimento»" (Tolentino, 2007, p. 116). Na conjuntura emergente da luta pela libertação das colónias – como diz Gabriel Fernandes – "a política mais do que a cultura, é que passa a nortear a sua luta emancipatória, os cabo-verdianos não se concebem a partir de dentro, da sua particularidade cultural, mas sim de fora, da sua compartilhada situação de africanos e dominados" (2006, p. 202). O manifesto da emancipação das ilhas (onze pontos) foi enunciado, em 1962, por Manuel Monteiro Duarte (transcrevemos três[138]):

> "1. Nós, Povo das Ilhas, estamos cansados, a um ponto insuportável, de sermos animais de trabalho, constantemente ameaçados pela fome. […]
> 2. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a ser exportados em porões de modernos vapores negreiros, em condições (asfixia, promiscuidade, fome) só comparáveis às do tráfico dos séculos XVII e XVIII, para as roças de S. Tomé e Angola, compelidos a trabalhar, de madrugada à noite cerrada, sob a ameaça de chicote, sujeitos a trabalhar da madrugada à noite cerrada, sob a ameaça de chicote, sujeitos a prisão pela simples reclamação de direitos prometidos em pedaços de papel chamados «contratos», e, a pretexto de indesejáveis, traiçoeiramente assassinados e enterrados em covas abertas por nós mesmos. […]
> 3. Nós, Povo das Ilhas, não podemos continuar a morrer às dezenas de milhar nas calamidades das secas (crises)." (1999, pp. 33-34)

A obra política e literária de Amílcar Cabral condensa a tese da *luta de libertação como um acto de cultura*. Para o líder da libertação dos povos da Guiné e de Cabo Verde, "sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico da sociedade dominada, é necessariamente a negação do seu processo cultural, […] [logo] uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura" (in Brito-Semedo, 2006a, p. 366). No texto "O papel da cultura na luta pela independência"[139] Cabral distingue o povo português do "imperialismo, enquanto sistema de dominação que tanto reprimia colonizados como colonizadores" (Venâncio, 2005, p. 144):

> "A partir do momento em que a luta se impõe como facto irreversível, e por maiores que sejam os recursos utilizados para sufocá-la, produz-se uma mudança qualitativa na opinião metropolitana que, na sua maioria, vai aceitando progressivamente a independência da colónia como facto possível e até irredutível" (1972, p. 137)

Ministro das Colónias e do Comissário da Mocidade Portuguesa. […] Em 1952, os estudantes coloniais de esquerda, ganharam as eleições nas secções de Angola, Cabo Verde e Índia. Amílcar Cabral era Vice-Presidente. […] O governo foi protelando a homologação dessas eleições e, quando chegou o mês de Maio, decidiu nomear uma comissão administrativa para dirigir a CEI (até 1957). (Brito-Semedo, 2006a, pp. 341/342)

[137] Uma parte significativa dos dirigentes e associados da CEI integrou "os primeiros núcleos dos movimentos de libertação nacional" (*ibidem*, p. 345).

[138] Os pontos 9 e 11 do Manifesto estão reproduzidos na III Parte, 2.4. "O liceu. *locus* de cultura".

[139] O texto "O papel da cultura na luta pela independência " foi escrito para uma reunião de peritos sobre as «As noções de raça, de identidade e de dignidade», promovida pela UNESCO em Paris, em 1972" (Venâncio, 2005, p. 135).

A vigilância às manifestações de cidadania social e a censura à imprensa filtravam/deturpavam as notícias da acção política e diplomática de Cabral[140], nos órgãos de comunicação cabo-verdianos. O *Cabo Verde Boletim* (primeiro texto) e o A*rquipélago* (segundo texto) noticiaram:

> "Ainda agora chegou-me às mãos um noticiário de Moscovo. A linguagem de sempre, os ataques do costume. (Toda a gente os conhece). E, de permeio, uma notícia de Conacry, que dizia assim: «O secretário geral do Partido da Independência das Ilhas de Cabo Verde, Amílcar Cabral, em telegrama dirigido ao Presidente da Assembleia Geral da ONU, exigiu a condenação de Portugal por violar os direitos do Homem e pediu para liquidar o colonialismo português na sua terra». Notícia lacónica como se vê, mas que a mim causou espanto. Mais do que espanto, causou-me pena por ver que há homens que se vendem por dinheiro, sejam rublos, a moeda que for, pois o que importa é quem der mais." (Miranda, 1962, Abril).

> "Amílcar Cabral, sem respeito pela verdade dos factos, declarou, numa conferência de imprensa realizada no Partido Social Democrático Sueco, que, em consequência da seca, grande parte da população de Cabo Verde estava ameaçada de morrer de fome e que grande número de crianças e velhos tinham mesmo já sido as vítimas inocentes do Governo de Portugal nos poder socorrer." (1971, Maio 6)

A desgastante guerra no território da Guiné, as actividades "subversivas" no arquipélago, a fuga de jovens para militarem no PAIGC[141] e o reconhecimento internacional do direito à independência do "povo das ilhas" abalaram, de forma irreversível, as ilusões dos cabo-verdianos ao benefício de um tratamento específico e diferenciado (porque mais assimilados) no império colonial português.

A desintegração do império foi marcada, simbolicamente, pela audiência que o Papa Paulo VI concedeu no Vaticano, no dia 1 de Julho de 1979, a Amílcar Cabral (PAIGC), a Agostinho Neto (MPLA) e a Marcelino Santos (FRELIMO). A vitória da diplomacia dos representantes dos povos em luta pela independência foi objecto de um discreto e amargo comunicado da ANI, sob o sugestivo título "Há tranquilidade em todo o país":

> "O país ficou profundamente chocado com a notícia publicada, em termos de escândalo, na imprensa de todo o mundo que o Papa teria recebido, durante sete ou oito minutos, três chefes do terrorismo que hoje perturbam a vida das nossas províncias ultramarinas da Guiné, de Angola e de Moçambique. […] Sem as explicações satisfatórias que haviam sido solicitadas, o embaixador de Portugal junto da Santa Sé chegou a Lisboa no passado sábado. Prudentemente, havia-se sustado em território português a publicidade das notícias, por não podermos acreditar que elas traduzissem toda a verdade do acontecimento. «Só no sábado à noite o Governo deu a conhecer ao país o que se

[140] Amílcar Cabral, em Junho de 1960, com o pseudónimo de Abel Djassi, "efectuou e publicou na imprensa londrina a sua primeira grande denúncia que então apareceu sob o título *A verdade sobre as colónias africanas de Portugal*, onde proclamava: "os africanos querem que Portugal respeite rigorosamente as obrigações definidas na Carta das Nações Unidas […] [que] reconheça o direito dos povos à autodeterminação e à independência" (citado em Graça, 1999, p. 19).
[141] A fuga de muitos jovens fez parte de um amplo projecto preparado com a ajuda da Embaixada Americana em Lisboa. De entre os cabo-verdianos incluídos nesta leva estão Pedro Pires (alferes miliciano, técnico de radar da FAP), Osvaldo Lopes da Silva, Elisa Andrade, Maria da Luz Boal (Lilica), Virgínia Vieira Lopes. (Lopes, 2002, pp. 114/115)

> passava». E a nota oficiosa, redigida nos termos mais cautelosos desencadeou uma extraordinária reacção em que o patriotismo dos portugueses mais uma vez se revelou por forma admirável, sabendo todavia distinguir o que parecia gesto político de diplomacia vaticana, da veneração devida ao Sumo Pontífice da Igreja Católica." (*O Arquipélago*, 1970, Julho 16)

Amílcar Cabral foi assassinado em 20 de Janeiro de 1973. "A notícia do crime correu célere e foi manchete dos mais importantes jornais do mundo. […] Como culminar da onda do reconhecimento do prestígio internacional de Amílcar Cabral, o Comité dos 24 da ONU, em cuja Assembleia Geral ele discursara na sessão de Outubro, organiza uma sessão solene, na qual é enaltecida a importância histórica daquele dirigente" (Lopes, 2002 [1997], pp. 194/195).

Na metrópole, "durante os anos de 1972 e 1973, a situação do País agravou-se, como balanço final de uma longa história que se aproximava do fim" (Marques, 1981 [1973], p. 406). A recusa de uma solução política para a questão colonial, "leva a oficialidade intermédia – os capitães, que suportam o principal fardo antiguerrilha no campo das operações –, com a inspiração e a protecção dos seus chefes hierárquicos, a perceber que o fim do conflito passava, como condição prévia essencial, pelo derrube do regime que a ele se opunha" (Rosas, 1993-1994, p. 556). Em 25 de Abril de 1974, um movimento militar, que contou com a entusiástica adesão da população, punha fim ao regime do Estado Novo.

O Governo Provisório instituído na colónia libertada regia-se, "em matéria de política externa, pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade". Os assuntos coloniais pautaram-se pelo "reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar", tendo sido criadas as condições "para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino e do lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz" (Lei 3, de 14/5/1974).

O jornal *O Arquipélago* noticiou a amnistia, pela Junta de Salvação Nacional, dos presos políticos que se encontravam no Campo de Concentração do Tarrafal[142] (1974,

[142] Como refere o ex-presidiário do Tarrafal Miguel Wagner Russell, "o governo [estabeleceu] um Campo de Concentração no Tarrafal – eufemisticamente baptizado de Colónia Penal" (N. Brito, 2006). A Colónia Penal, criada pelo Decreto-Lei 26.539, de 23/4/1936, "depois de quase duas décadas de tortura física e mental […] fechou as suas portas, a 26 de Janeiro de 1954, com a saída de Francisco Miguel. No entanto, só dois anos depois é que foi legalmente encerrado, nos termos do *Decreto-Lei número 40.675, de 7 de Julho de 1956*. […] Após um período de sete anos encerrado (1954-1961), o espaço físico do então Campo de Concentração reabriu em 1961, com o surgimento da guerra colonial, para desta vez funcionar como Campo de Trabalho, destinado aos presos africanos políticos e comuns." Foi encerrado, definitivamente, "através do Decreto-Lei número 3, de 19 de Julho de 1975" (Tavares, 2007, pp. 227-229).

Maio 2). Pedro Martins, estudante liceal preso no "Campo da morte lenta" recorda os momentos que antecederam a liberdade:

> "Passavam já cinco dias após o 25 de Abril, e todos os presos políticos, independentemente das latitudes do império colonial português, se encontrava, fora das masmorras, inclusive os cabo-verdianos desterrados em Angola.
> […] No dia 1 de Maio não nos deixavam sair da cela para o intervalo. O campo estava em estado de sítio. Pela primeira vez, os soldados coloniais montavam armas pesadas no pátio. Para nos amedrontar, deixaram aberta a porta de madeira da nossa cela, ficando-nos assim a possibilidade de os espreitar através dessas grades. Estavam armados para a guerra, de passadeira de balas no peito, granadas nas ilhargas e capacete de aço na cabeça. Por volta das nove horas começámos a ouvir um barulho grande e ensurdecedor que vinha de fora do Campo. Esse barulho, pouco a pouco, ia tomando forma nos nossos ouvidos, e assim entendíamos as seguintes palavras: «Liberdade para os presos políticos de Cabo Verde e Angola».
> […] Levaram-nos o almoço, e era bacalhau. Dissemos ao guarda que nenhum de nós iria comer, que estávamos à espera de reconquistar a nossa liberdade. Alguns companheiros de cela voltaram-se para mim e perguntavam: «E modi?[143]»
> Os protestos da população chegavam até nós cada vez mais fortes e mais discerníveis. Já ouvíamos tambores e megafones. De repente, o portão do Campos abre-se […]. Começariam por nos chamar nome por nome até se contarem 14 presos políticos, sendo 13 de Sta Catarina e 1 de Sto. Antão. Aí o major leu o despacho da nossa libertação. Abraçámo-nos com aquele sentimento de triunfo sobre os abusos perpetrados contra nós, e também de satisfação por termos cumprido a maior das obrigações para com a nossa terra e o nosso povo." (1995, pp. 193-194)

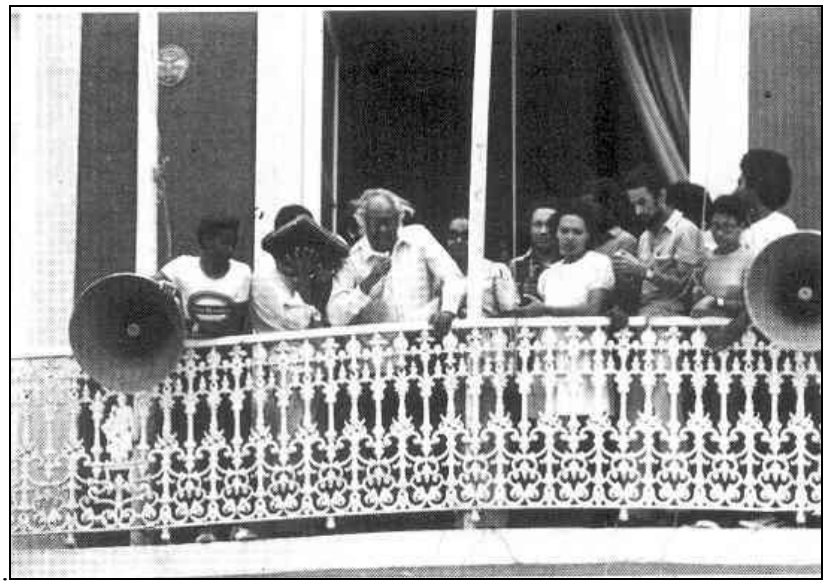


Figura 10 – *Baltasar Lopes da Silva, em Mindelo, no dia 1 de Maio de 1974*
Mariano, 1991, p. 35.

A libertação dos presos políticos, no dia 1 de Maio de 1974, representa o fim da submissão do "povo das ilhas" após a libertação do país colonizador. Manifestações populares de regozijo pelo "25 de Abril", prenunciador da independência nacional, aconteceram em todas os recantos do arquipélago. *O Arquipélago* (1974, Maio 9) deu

[143] Como é? (Tradução da A.)

conta das "sucessivas manifestações populares que, com todo o civismo, se têm processado nesta cidade, a propósito do triunfante Movimento das Forças Armadas" e noticiou a "cerimónia mais expressiva que teve lugar na Praça fronteira aos Paços do Concelho" (Figura 10):

> "De cujas varandas falaram sucessivamente o jovem Péricles Barros e Vanda Oliveira, D. Lourdes Miranda, Dr. Baltasar Lopes da Silva, Maurino Almeida e João Baptista «Náná», que esteve no exílio durante dez anos, obtendo ali o curso de Economia.
> Todos os oradores foram freneticamente ovacionados, especialmente o Dr. Baltasar Lopes, que encontrando-se no meio da multidão, foi solicitado a aparecer às varandas, tendo terminado o seu vibrante improviso com as seguintes palavras: «As nossas mãos, que até aqui só serviam para aplaudir, vão agora servir para trabalhar em prol deste bom e sofredor povo de Cabo Verde!».
> A onda de euforia, de entusiasmo, de festa, de confraternização, sem a mínima nota de vingança ou de represálias, continuou pela noite fora."

O Protocolo de Argel[144], delineado entre 23 e 26 de Agosto de 1974, firmou o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e "o direito do povo das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência" (Lopes, 2002, p. 362).



Figura 11 – *Assinatura dos Acordos de Argel*
Lopes, 2002, p. 361.

A Lei 7, de 27/7/1974, definiu o Estado de Cabo Verde como "uma pessoa colectiva de direito público interno, dotada de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos das leis constitucionais da República Portuguesa" (art. 1º) e instituiu o Governo de Transição do Estado de Cabo Verde "constituído pelo Alto-

[144] A Delegação do PAIGC foi chefiada por Pedro Pires e a de Portugal, por Mário Soares.

Comissário[145] e por cinco ministros, os quais serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República" (art. 6º). O Decreto 8, de 17/2/1975, aboliu a "designação em todos os Serviços, Departamentos e Organismos do Estado de Cabo Verde da palavra «provincial»".

O Conselho Superior de Luta do PAIGC marcou para o dia 5 de Julho de 1975, a proclamação da independência nacional:

> "Após longos anos de uma luta heróica conduzida sob a bandeira gloriosa do nosso partido, o nosso povo de Cabo Verde vai tomar nas suas mãos o seu próprio destino, proclamando, através de uma Assembleia Nacional livremente eleita, a República de Cabo Verde.
> […] Em véspera da data histórica de 5 de Julho de 1975, em que vai nascer, como flor de sacrifícios, de suor e de sangue do nosso povo, a República de Cabo Verde, o Conselho Superior da Luta do PAIGC. […] apela para todos os Estados, Governos, organismos internacionais para que:
> 1 – Reconheçam, *de jure*, desde o momento histórico da sua proclamação pela Assembleia Nacional, no próximo dia 5 de Julho, a República de Cabo Verde. […]
> 2 – Dêem uma ajuda material concreta e substancial em especial nos domínios financeiro, dos abastecimentos em géneros de primeira necessidade e técnico à República de Cabo Verde." (Declaração da reunião alargada, de 24 e 25 de Junho de 1975)

Luís Sttau Monteiro, jornalista português enviado à Praia para a cerimónia da independência, reconstitui o clima de festa em vésperas da proclamação da nação independente e soberana:

> "São dez horas da manhã e as ruas estão cheias de gente que ri, que brinca, que conversa. Um jornalista estrangeiro pergunta-me se, para lá das aparências, não haverá distinções de cor; olho para ele com espanto: cor? que é isso?
> [...] Metade da gente da Praia está à janela enfeitando as fachadas das casas para a grande festa. Passam grupos de estudantes que distribuem panfletos. […] O tempo passa num instante. São onze horas e a praça está cheia. De cada dez pessoas, nove envergam camisas com retrato de Amílcar Cabral. O Luís Romano, rodeado de ouvidos atentos, explica que Cabo Verde foi descoberto pelos fenícios." (Diário de Lisboa, de 5/7/1975, citado em Lopes, 2002, p. 23)

[145] Pela Lei 13, de 17/12/1974, que estabeleceu o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde, foi determinada a representação da soberania portuguesa no Estado de Cabo Verde a um Alto-Comissário. Pelo Decreto 726, de 18/12/1974, foi nomeado Alto-Comissário de Cabo Verde, o Comodoro Vicente Manuel de Moura Coutinho Almeida D'Eça.

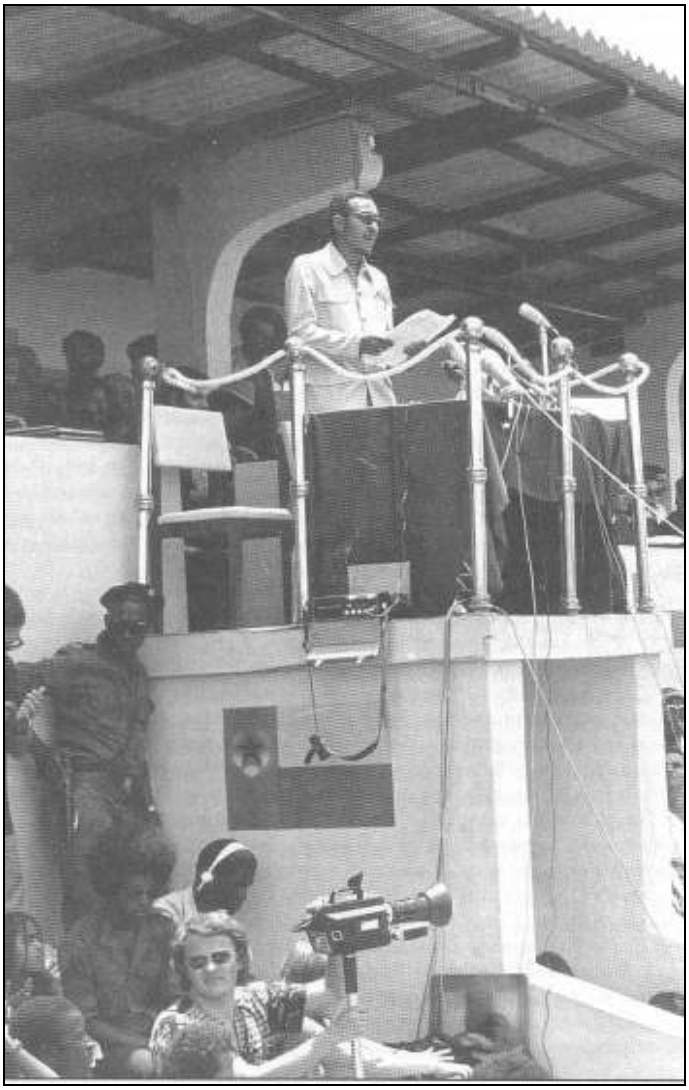


Figura 12 – *A proclamação da independência de Cabo Verde*
Lopes, 2002, p. 20.

No dia 5 de Julho de 1974, por volta das 12h 40, foi iniciada a cerimónia de proclamação da independência de Cabo Verde. No meio de grande emoção, às 13h 15, foi hasteada a bandeira de Cabo Verde, marcando simbolicamente o nascimento do Estado de Cabo Verde.

2. PADRÕES INSTITUCIONAIS, REFORMAS E ADAPTAÇÕES

"[Na linguagem da reforma] há um sentimento de profecia, de urgência e de possibilidade." (Thomas S. Popkewitz, 1997 [1991])

"Em determinadas circunstâncias, pode ser mais recomendável um relógio barato do que um cronómetro de alto rigor…
Os regimes de educação, exactamente como as formas de governo político, valem praticamente pela sua melhor ou pior adaptação ao meio a que se destinam." (Riley da Mota, 1926, Abril)

"Não interessam no nosso caso as edificações da educação e ensino estèrilmente construídas, divorciadas de nós próprios, e em que nos ensinem, por exemplo, descrever o pinheiro e o sobreiro, o trigo e a rã, se o que informa a realidade é o milho maiz cuja presença é comida do povo, e se assinala importantemente desde as horas recuadas de povoamento luso-negro; se na banana, no café e nas pozolanas é que se traduz o nosso escasso património de bens materiais de exportação; se o tubarão, o atum e a «moreia», marcando presença nos mares ilhéus, é que podem incrementar as pescarias de repercussão na balança da nossa economia.
A transplantação para os quadros educativos cabo-verdianos de instituições sedimentadas diferentemente é, inadequada, imprópria, e inaderente porque não cola à epiderme de jambe dourado que rodeia o mundo em que vivemos nas ilhas.
Por isso torna-se mister quebrar com essa espécie de ensino que se ministra em Cabo Verde, seleccionando-o em ordem geográfica, em ordem ao circunstancialismo local, de maneira a reduzi-lo a formas da nossa tipicidade e a estruturas circundantes.
Em que medida me poderia interessar enquanto aluno de liceu, «dizer por palavras minhas» o trecho descritivo da Serra do Marão, se o que me vinha, pela janela da manhã desperta, era o Monte Cara subindo da curva de beleza harmoniosa do Porto Grande?" (Nuno Miranda, 1959, Março)

2.1. A educação republicana[146]

A primeira reforma

A educação republicana, eixo paradigmático da reforma da mentalidade portuguesa, era orientada para o "esclarecimento das consciências" e tida como "condição indispensável ao advento de uma sociedade mais livre, mais justa e mais humana" (Fernandes, 1979, p. 23). Neste contexto, "o discurso pedagógico republicano depositava desmedida confiança no progresso social"[147] (Fernandes, 1993, p. 167). João de Barros[148] considerava que era preciso "republicanizar a escola […] inspirar a nossa pedagogia nos princípios educativos absolutamente contrários àqueles que dantes seguia e adoptava a escola portuguesa, e também ensinar ao aluno o mais arreigado amor à sua pátria" (1916).

> "O homem vale, sobretudo, pela educação que possue, porque só ella é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao maximo em proveito d'elle e dos outros.
> A educação exerce-se, como que automaticamente, durante toda a vida, só com a differença de que, na idade adulta, o homem confia a si mesmo a missão de seu próprio educador, ao passo que, na idade infantil, precisa dum guia, que é conjuntamente a família e o mestre.
> Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la um conjunto harmonico e conjugado das forças individuaes, por seu turno desenvolvidas em toda a sua plenitude." (Preâmbulo do Decreto, de 29/3/1911)

As palavras iniciais da reforma da instrução primária (Decreto, de 29/3/1911) – "um documento notabilíssimo que nos colocaria no nível dos países mais avançados no domínio da instrução, se fosse minimamente executada" (Carvalho, 2001 [1986], p. 665) – sugerem "uma reforma de sonho, em que se programa o que seria bom ser realizado, sem se atender à real situação do país, à sua pobreza sem remédio, à impreparação dos seus executores, à sonolência dos serviços do Estado, à inércia nacional" (*idem*, p. 666). A matriz educativa assentava em dois vectores: a incompatibilidade do ensino dogmático com o pensamento pedagógico e o desenvolvimento do carácter pelo exercício permanente

[146] No anexo 5 apresenta-se uma síntese das reformas do ensino liceal e sua adaptação ao contexto cabo-verdiano.
[147] Segundo Thomas Popkewitz: "A ideia que o progresso social poderia ser proporcionado pelas crianças é uma invenção do século XX. Antes desse período, as pessoas procuravam formas de melhorar a vida social e cultural na organização da vida adulta" (1997 [1991], p. 171).
[148] Após a proclamação da República, João de Barros foi chamado por António José de Almeida (responsável do Ministério do Interior) para desempenhar o cargo de Director Geral da Instrução Pública do Ministério do Interior. Nesta qualidade, foi encarregado "de elaborar, com a colaboração de João de Deus Ramos, um projecto de Reforma da Instrução Primária, que não veio a ter seguimento por desentendimento, de ordem político-pedagógica, com o próprio ministro. Em consequência, apresenta o seu pedido de demissão do cargo de Director Geral da Instrução Pública do Ministério do Interior". Segundo João de Barros, a reforma publicada pelo decreto de 29 de Março de 1911, não passava "de uma cópia infiel, a tradução incorrectíssima do seu próprio projecto" (Araújo, 2003, p. 139).

da vontade. Segundo o diploma *supra* citado, "a República libertou a criança portuguesa, subtrahindo-a da influência jesuítica, mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas, sejam os da moral ou da ciência, para que o seu espírito floresça na autonomia regrada, que é a força das civilizações"[149]. O Decreto de 29/3/1911, regulamentou o ensino infantil, primário e normal (parte I):

> "Artigo 3º Haverá duas categorias de ensino: infantil e primário.
> Art. 4º O ensino primário abrange três graus: elementar, complementar e superior.
> Art. 5º O objecto do ensino infantil é commum aos dois sexos e tem em vista a educação e o desenvolvimento integral, physico, moral e intellectual das crianças, desde os quatro aos sete annos de idade, com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quaes se possa apoiar o ensino regular da escola primaria.
> […] Art. 37º O ensino primário elementar é obrigatorio para todas as crianças, de ambos os sexos, cuja idade esteja comprehendida entre os sete e os quatorze annos" .
> Art. 38º É facultativo e gratuito o ensino infantil, o complementar e o superior.
> […] Art. 106º As escolas normaes primarias são destinadas a formar professores primários."

No ensino secundário, ainda a reforma de 1905

Na *História do ensino em Portugal*, Rómulo de Carvalho afirma que "a urgência que os republicanos puseram, logo nos inícios de 1911, na reformulação do ensino primário […] não teve paralelo no ensino secundário" (2001 [1986], p. 682). Durante mais de cinco anos de regime republicano vigorou a reforma do ensino secundário, da iniciativa de Eduardo José Coelho (Decreto, de 29/8/1905), considerando "as virtudes do sistema introduzido em 1905 [que] foram, de resto, demonstradas pela sua perdurabilidade" (Valente, 1973, p. 79).

O primeiro sinal de vontade de mudança consistiu na nomeação de comissões para a reforma do ensino secundário[150], respectivamente, em 26 de Junho de 1911[151] e 17 de

[149] O Governo Provisório da República Portuguesa recuperou a Lei de 3/9/1759, "promulgada sob o regime absoluto, pela qual os jesuítas foram havidos por desnaturalizados e proscritos, e se mandou que effectivamente fossem expulsos de todo o país e seus domínios «para nelle mais não poderem entrar»" (Decreto, de 8/10/1910). Continuou, igualmente, com força de lei, o Decreto de 28/5/1834, "promulgado sob o regime monarchico representativo, o qual extinguiu em Portugal, Algarve, ilhas adjacentes e domínios portugueses, todos os conventos, mosteiros, collegios, hospicios e quaesqueres casas de religiosos de todas as ordens regulares, fosse qual fosse a sua denominação, instituto ou regra" (art. 3º).

[150] Em 1914 foram publicados dois decretos com medidas parcelares da reforma do ensino secundário: de 26 de Setembro, que determinou que "nos liceus, onde haja material didáctico suficiente e instalações adequadas são os reitores autorizados a prover à instituição de cursos de trabalhos individuais educativos, destinados aos alunos da 6ª e 7ª classe, nas seguintes disciplinas: Física, Química, Ciências Biológicas e Geológicas, e Geografia" (art. 1º); de 17 de Novembro, que se refere ao ensino das raparigas, com vista ao "desempenho dos seus deveres domésticos" e criou "junto dos Liceus do Porto e de Coimbra, e fazendo parte deles, uma secção feminina compreendendo as alunas do curso geral, 1ª secção (três primeiras classes)" (Carvalho, 2001 [1986], pp. 682-683).

[151] A Comissão para a reforma do ensino secundário "era presidida por Adolfo Coelho e constituída por doze membros, dos quais cinco eram professores universitários e sete liceais. Entre estes últimos, incluía-se a médica e professora Domitila de Carvalho" (Carvalho, 2001 [1986], p. 682).

Dezembro de 1915. Até 1917, as medidas legislativas[152] sobre o ensino secundário, sem qualquer intenção reformista, evidenciaram apenas propósitos de o aperfeiçoar "em algumas áreas: fortalecer o regime «cíclico» ou de «classe», lutar contra a instrução «memorista» e «livresca» e desenvolver o ensino feminino" (Valente, 1973, p. 83).

Em síntese, o ensino secundário regia-se por uma matriz curricular, dos tempos da monarquia, que o estruturou em curso geral e complementar. O curso geral, organizado em duas secções (1ª secção, com a duração de três anos; 2ª secção, dois anos), "comprehende as disciplinas indicadas no artigo 7º do Decreto de 14 de Agosto de 1895[153] (art. 3º)", acrescentando a disciplina de Educação Física, interrompendo assim "o longo silencio dos regulamentos dos lyceus em materia de educação physica" (Decreto de 29/8/1905). O quadro 3 resume o plano de estudos do curso geral do liceu, com a duração de cinco anos:

Quadro 3 – *Curso geral do liceu (Decreto, de 29/8/1905)*

Disciplinas	1ª Secção			Total	2ª Secção		Total
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe		4ª Classe	5ª Classe	
Português	5	4	3	12	3	3	6
Latim	-	-	-	-	3	3	6
Francês	4	3	3	10	2	2	4
Inglês ou Alemão	-	4	4	8	3	3	6
Geografia e História	3	3	2	8	2	2	4
Ciências físicas e naturais	3	2	4	9	4	4	8
Matemática	5	4	4	13	3	3	6
Desenho	3	3	3	9	3	3	6
Total	23	23	23	69	23	23	46
Educação física	3	3	3	9	3	3	6
Total	26	26	26	78	26	26	52

De acordo "com a nossa tradição escolar e com a opinião mais geral, se não quasi unanime, no nosso país" (preâmbulo do citado decreto), o curso complementar divide-se em Letras e Ciências, a partir da 6ª classe, como se demonstra no quadro seguinte:

[152] Súmula de medidas legislativas sobre o ensino secundário (1913-1917): Em Portaria, de 9 de Dezembro de 1913, manda-se "reunir com frequência os «directores de turma» da mesma classe, «com o fim de imprimir ao ensino a necessária unidade»"; o Decreto, de 20 de Maio de 1914, "dá aos liceus uma maior autonomia"; outro decreto, com a mesma data, "recomenda aos professores alguns métodos para manter a disciplinas nas aulas, como sejam os de estabelecer relações paternais com os alunos" e o Decreto de 17 de Novembro de 1914, organiza secções femininas num dos dois liceus do Porto e no liceu de Coimbra e estipula que "nos distritos onde não haja secções femininas, as raparigas frequentem os liceus de rapazes, em regime de co-educação" (Valente, 1973, pp. 80-82).

[153] No quadro da reforma de Jaime Moniz, uma das reformas mais bem planeadas de toda a história do ensino" (Carvalho, 2001 [1986], p. 639).

Quadro 4 – *Curso complementar de Letras e de Ciências (Decreto, de 29/8/1905)*

Letras				Ciências			
Disciplinas	6ª Classe	7ª Classe	Total	Disciplinas	6ª Classe	7ª Classe	Total
Português	5	5	10	Inglês ou Alemão	4	4	8
Latim	5	5	10	Geografia	2	2	4
Inglês ou Alemão	4	4	8	Física	4	4	8
Geografia	2	2	4	Química	3	3	6
História	3	3	6	Ciências naturais	2	2	4
Filosofia	1	1	2	Matemática	5	5	10
Total	20	20	40	Total	20	20	40
Educação física	2	2	4	Educação física	2	2	4
Total	22	22	44	Total	22	22	44

Compilar, coordenar e sistematizar

O Decreto 3.091, de 17/4/1917, "assinado pelo «gabinete de guerra» de Afonso Costa, constituiu a primeira tentativa de um governo republicano para efectuar uma revisão sistemática da estrutura e funcionamento do ensino do liceu" (Valente, 1973, p. 83). A conveniência "de compilar, coordenar e sistematizar as disposições sôbre o ensino secundário" fundamenta a reorganização curricular sintetizada no quadro sequente:

Quadro 5 – *Cursos geral e complementar do ensino secundário (Decreto 3.091, de 17/4/1917)*

Curso geral							Curso complementar				
Disciplinas	1ª Secção			2ª Secção		Total	Disciplinas	Letras		Ciências	
	I	II	III	IV	V			VI	VII	VI	VII
Português	5	4	3	3	3	18	Português	5	5	3	3
Latim	-	-	-	3	3	6	Latim	5	5	-	-
Francês	4	3	3	2	2	14	Inglês ou Alemão	3	3	3	3
Inglês ou Alemão	-	4	4	3	3	14	Geografia	3½	3½	3½	3½
Geografia e História	3	3	2	2	2	12	História	3	3	-	-
C. físicas e naturais	3	2	4	4	4	17	C. físicas e naturais	4½	4½	-	-
Matemática	5	4	4	3	3	19	Ciências naturais	-	-	3½	3½
Desenho	3	3	3	3	3	15	Química	-	-	3½	3½
Ginástica	3	3	3	3	3	15	Física	-	-	4½	4½
							Matemática	-	-	4	4
							Filosofia	2	2	2	2
							Ginástica	2	2	2	2
Total	26	26	26	26	26	130	Total	28	28	29	29

Foi introduzida uma inovação: a inserção da disciplina de Ciências físicas e naturais no curso complementar de Letras e, da disciplina de Filosofia, no curso complementar de Ciências (art. 7º). Foi uma reforma efémera, que "aterrou a generalidade dos pais dos alunos, que entendiam que os estudantes de Letras não necessitavam de nenhuma informação científica, nem os de Ciências precisavam de Filosofia" e provocou o encerramento dos liceus até à revogação do decreto (Carvalho, 2001 [1986], p. 684).

No ano seguinte o Ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães[154], "considerando que os Governos da República Portuguesa ainda não fizeram a reforma [do ensino secundário], tendo aliás reformado os outros graus de ensino", reorganizou o ensino liceal (Decreto 4.650, de 14/7/1918), por forma a "conciliar o ensino humanístico, de arreigadas tradições entre nós, com o ensino científico, prático e utilitário, à maneira moderna, contemplando também a educação artística" (Carvalho, 2001 [1986], p. 684). Os quadros 6 e 7 condensam a organização do ensino liceal em curso geral (I secção, dois anos; II secção, três anos) e curso complementar, cindido em Letras e Ciências:

Quadro 6 – *Curso geral do liceu (Decreto 4.650, de 14/7/1918)*

Disciplinas	I Secção		II Secção			Total
	I	II	III	IV	V	
Português	-	-	3	3	3	
Narrativas históricas	5	5	-	-	-	19
Latim	-	-	4	3	3	10
Francês	4	3	3	3	3	16
Inglês	-	3	3	3	3	12
Geografia	3	2	1	1	1	8
História	-	-	2	2	2	6
Matemática	5	4	3	3	3	18
Ciências físico-químicas	-	-	2	3	3	8
Ciências naturais	3	3	1	1	1	9
Ginástica	2	2	2	2	2	10
Total	22	22	24	24	24	116
Desenho	3	3	3	3	3	15
T. manuais educativos	3	3	3	2	2	12
Canto coral	2	2	1	1	1	7

Quadro 7 – *Curso complementar do liceu (Decreto 4.650, de 14/7/1918)*

Disciplinas	Letras		Ciências	
	I	II	III	IV
Português e literatura portuguesa	4	4	3	3
Latim e literatura latina	5	5	-	-
Inglês	3	3	3	3
Alemão	(4)	(4)	(4)	(4)
Geografia	2	2	2	2
História	3	3	-	-
Matemática	-	-	4	4
Ciências físico-naturais	3	3	-	-
Ciências naturais	-	-	2	2
Física	-	-	3	3
Química	-	-	3	3
Propedêutica filosófica	2	2	2	2
Ginástica	1	1	1	1
Total	23 ou 27	23 ou 27	23 ou 27	23 ou 27
Desenho	-	-	2	2
Trabalhos práticos	1 ½	1 ½	6	6
Classes práticas de línguas	6	6	-	-

[154] José Alfredo de Magalhães foi Ministro da Instrução, de 7 de Março a 23 de Dezembro de 1918 e de 22 de Novembro de 1926 a 18 de Abril de 1928.

Segundo Rubén Landa, "contra este decreto se levantó una viva protesta que obligó á suspender drantes alguns meses las classes de los liceos" (1928, p. 54). Rómulo de Carvalho considerou-a "uma reforma aterrorizadora" (2001 [1986], p. 685).

No ano de 1919 houve nova tentativa de reestruturação do ensino secundário (Decreto 6.132, de 26/9) que "não foi provocada por necessidade reais e inadiáveis ou reclamações dos interessados, mas sim por considerações de oportunidade política" (Valente, 1973, p. 93). Na revista *Labor,* Dâmaso Rêgo, após citar um colega que "costuma dizer que tem horror às reformas do ensino secundário porque cada uma é pior que a precedente", acrescenta que "na verdade, a reforma de 1918 e sobretudo o Regulamento de 1921 [Decreto 7.558, de 18/6/1921] dão-lhe razão" (1926, Outubro, p. 259).

Na colónia

O ensino liceal[155] foi instituído pela Lei 701, de 13/6/1917[156]. Foi organizado em dois cursos – geral e profissional. O primeiro curso reproduzia o curso geral dos liceus, 1ª secção (cf. Decreto, de 29/8/1905) com, excepção do Alemão e o acréscimo do ensino de Trabalhos Manuais".

Quadro 8 – *Curso geral do ensino liceal (Lei 701, de 13/6/1917)*

Disciplinas	Lições por semana			Total
	1ª Classe ou 1º Ano	2ª Classe ou 2º Ano	3ª Classe ou 3º Ano	
Português	5	4	3	12
Francês	4	3	3	10
Inglês	-	4	4	8
Geografia e História	3	3	2	8
Ciências físicas e naturais	3	2	4	9
Matemática	5	4	4	13
Desenho	3	3	3	9
Educação física	3	3	3	9
Trabalhos manuais em cartão, madeira e ferro	1	1	1	3
Total	27	27	27	81

Em conformidade com o artigo 4º da Lei 701, de 13/6/1917, o curso profissional integrava o seguinte elenco de disciplinas: Higiene; Materiais de construção e suas aplicações; Rudimentos de agricultura; Agricultura e silvicultura; Escrituração e

[155] O primeiro liceu de Cabo Verde (Praia), criado pela Circular nº 313-A, de 15/12/1860, teve uma existência efémera. Consultar Parte II, 1.1. "Antecedentes e alternativas" e o anexo 10.
[156] Consultar o diploma no anexo 10.

contabilidade agrícola, comercial e industrial; Desenho industrial, Trabalhos manuais; Estudo de modelos e Direcção de trabalhos oficinais. Com a conjugação dos cursos geral e profissional propunha-se uma aproximação dos dois ramos do saber difundidos no ensino secundário – o liceal e o técnico. De acordo com o horário do Liceu Provincial apenas funcionou o ramo do ensino liceal:

Quadro 9 – *Horário do Liceu Provincial de Cabo Verde, ano lectivo 1917-18*

Horas		2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
1º	7,30-8,25	Matemática	Matemática	Matemática	Ciências	Matemática	Matemática
2º	8,35-9,30	Português	Português	Português	Geografia e História	Português	Português
3º	9,40-10,35	Ginástica	Ginástica	Ginástica	Francês	Ginástica	Ginástica
4º	13,30-14,25	Desenho	Ciências	Desenho		Desenho	Ciências
5º	14,35-15,30	Francês	Geografia e Historia	Francês	Geografia e Historia	Francês	Francês

(*Boletim Oficial*, de 8/12/1917)

A intenção de coordenar e de sistematizar o ensino teve reflexos na colónia. O Plano Orgânico da Instrução Pública na Província de Cabo Verde (Decreto 3.345, de 8/10/1917)[157] sistematizou o ensino em primário e normal, secundário e profissional. Num tempo inferior a um ano, a colónia conheceu outro Plano Orgânico da Instrução Pública (Portaria 474, de 31/12/1918)[158]. O reordenamento educativo marcou um retrocesso na laicização do ensino, com a extinção do recém instalado liceu em Mindelo (ilha de S. Vicente) e a recuperação do ensino liceal no Instituto de Instrução Secundária[159] (nas instalações do Seminário de S. Nicolau). A sociedade cabo-verdiana, pela voz da imprensa, insurgiu-se contra esta medida e defendeu a permanência do ensino liceal na ilha de S. Vicente, "o centro naturalmente indicado para a instalação do Liceu, já por ser o lugar onde as crianças podem adquirir o desenvolvimento de espírito necessário, já porque ali se pode imprimir ao ensino das línguas vivas uma feição prática, já porque é a ilha que mais comunicação tem com as restantes ilhas do arquipélago" (1918, Maio 6).

Cerca de dois meses após a promulgação do Decreto 4.650, de 14/7/1918, o *Boletim Oficial da Província de Cabo Verde* publicava o currículo do curso geral do liceu (Quadro 8) e as disposições essenciais […] que se referem às disciplinas e sua distribuição pelas

[157] Consultar o decreto no anexo 10.
[158] *Idem.*
[159] Este assunto é desenvolvido na I Parte, 2.3. "Breve reconstituição do sistema educativo" e na II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".

diferentes classes, grupos e secções (Portaria 349, 4/9/1918). A instabilidade consentida pela sucessão dos planos orgânicos não conseguiu coarctar o projecto do liceu colonial.

No termo das considerações sobre a *educação republicana*, retomamos o pensamento de Rómulo de Carvalho que considera que "os legisladores republicanos não tiveram, para com o ensino liceal, nenhum rasgo de audácia que de perto ou de longe equivalesse à reforma do ensino primário, embora boa parte desta não fosse além do desejo dos seus redactores" (2001 [1986], p. 687).

2. 2. A política educativa do Estado Novo[160]

Non multa, sed multum[161]

A política educativa do Estado Novo foi caracterizada pelo "desmantelar das concepções, das representações e das práticas da escola republicana" (Nóvoa, 1994, p. 224). O choque entre as ideologias em confronto "foi amortecido, em consequência do virtual esgotamento […] das perspectivas republicanas [que] foram primeiro 'nacionalizadas', e posteriormente expulsas (por vezes violentamente) da esfera cada vez mais tentacular do Estado ('Novo')" (Teodoro, 2001, p. 180).

As reformas educativas foram pautadas por "uma estratégia de *compartimentação do ensino*, que se manifestou pela separação dos sexos e dos grupos sociais […] e por uma lógica de *realismo pragmático*, que tentou ajustar a oferta institucional à procura social da educação […], imposição de uma *administração centralista e autoritária* do sistema educativo e por uma atitude de *desprofissionalização do professorado*" (Nóvoa, 1994, pp. 224/225). A alegada lógica de *realismo pragmático* redundou no "nivelamento por baixo"[162] das aprendizagens escolares (menos tempo de escolaridade e de redução dos conteúdos das disciplinas).

O Estatuto da Instrução Secundária (Decreto 12.425, de 2/10/1926) diminuiu os tempos escolares. O ensino secundário compreendia o curso dos liceus (cinco anos, dividido em dois ciclos) (art. 39º) e os cursos de preparação para a instrução superior (um ano, segmentado em Letras e Ciências) (art. 40º e 82º), conforme os quadros 10, 11 e 12. Verificou-se "uma economia de tempo da sua duração total" (menos um ano), tendo-se operado "a simplificação, a ordenação e a modificação das matérias e seus programas, seleccionando o cabedal utilizável do conhecimentos para o curso geral e as doutrinas necessárias para o curso complementar de acesso às escolas superiores" (preâmbulo do Decreto 12.425, de 2/10/1926).

[160] No anexo 5 apresentamos uma síntese das reformas do ensino liceal e sua adaptação ao contexto cabo-verdiano.
[161] Expressão do professor A. Riley da Mota, do Liceu Antero de Quental (Açores), a propósito da reforma de 1926, que condensou o ensino de diferentes disciplinas, diminuiu a sua variedade em cada classe, reduziu os programas e baixou o número de aulas por dia. (1926, Abril, p. 166)
[162] Sérgio Grácio considerou que "a contenção governamental quanto ao prolongamento da obrigatoriedade escolar se inscreveu numa orientação de *nivelamento por baixo*" (1986, p. 109).

Quadro 10 – *Curso dos liceus (Decreto 12.425, de 2/10/1926)*

Curso dos liceus

Disciplinas	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	Total
Português	4	3	3	3	3	16
Latim	–	–	–	3	4	7
Francês	4	4	4	–	–	12
Inglês	–	3	2	2	2	9
Alemão	–	–	3	3	2	8
Geografia	3	3	3	–	–	9
História	–	–	–	3	3	6
Matemática	3	3	3	3	3	15
Sciências físico-químicas	–	–	3	3	3	8
Sciências naturais	2	2		2	2	9
Desenho e trabalhos manuais	3	3	2	2	2	12
	19	21	25	24	24	111

Quadro 11 – *Curso preparatório de Letras (Decreto 12.425, de 2/10/1926)*

Curso preparatório de letras

Disciplinas		Práticas de conversação	Total
Língua e literatura portuguesa	3	–	3
Língua e literatura latina	4	–	4
Língua e literatura francesa	3	1	4
Língua e literatura inglesa	3	1	4
Língua e literatura alemã	3	1	4
Geografia geral	2	–	2
História da civilização	3	–	3
Filosofia	3	–	3
	24	3	27

Quadro 12 – *Curso preparatório de Ciências (Decreto 12.425, de 2/10/1926)*

Curso preparatório de sciências

Disciplinas		Práticas	Total
Matemática	4	1	5
Física	4	1	5
Química	3	1	4
Sciências biológicas	4	1	5
Sciências geológicas	2	1	3
Geografia geral	2	–	2
Filosofia	3	–	3
	22	5	27

O professor Riley da Mota, no artigo "Novíssima reforma" (*Labor, revista trimestral do liceu Vasco da Gama e órgão provisório do professorado liceal*), advogou o "aligeiramento da engrenagem da instrução secundária":

> "A simplificação da estrutura da classe, pela redução do número de matérias nele professadas, e a concentração das disciplinas ao longo de todo o curso, pela diminuição do número de anos por que cada uma delas seria distribuída, aligeiraria consideravelmente a engrenagem da instrução secundária portuguesa, pondo-a mais ao alcance dos nossos hábitos e qualidades. Em determinadas circunstâncias, pode ser mais recomendável um relógio barato do que um cronómetro de alto rigor.
> Os regimes de educação, exactamente como as formas de governo político, valem praticamente pela sua melhor ou pior adaptação ao meio a que se destinam." (1926, Abril, p. 167).

Na mesma revista, Álvaro Sampaio afirma que a reforma do ensino secundário se ressente da "precipitação com que foi elaborada":

> "Quanto aos erros que aqui foram apontados – e bem palpáveis eram êles – o ex-ministro da Instrução não lhe ligou a menor importância. O resultado viu-se. Começaram a *chover* na Direcção Geral do Ensino Secundário perfeitos questionários sobre disposições da reforma verdadeiramente impraticáveis, e, perante uma tal avalanche de perguntas, a repartição respectiva resolver… não *tugir nem mugir*. Não disse nada, não esclareceu nada, não respondeu….
> […] A reforma do ensino secundário ressente-se da precipitação com que foi elaborada. Basta ver a mistura de disposições regulamentares com disposições pedagógicas, para logo se avaliar da pressa com que se *alinhavou* uma reforma a tantos respeitos melindrosa e difícil." (1927, Janeiro, pp. 34/35)

As reclamações, que chegaram ao Ministério da Instrução Pública, desencadearam uma reorganização "com disposições transitórias", considerando que "só um estudo demorado e atento e a consulta de todos os indivíduos e classes, a quem em Portugal o problema do ensino secundário interessa, permitiriam remediar definitiva e eficazmente as faltas e dificuldades" (Decreto 13.056, de 22/1/1927). O Alemão desapareceu do elenco de disciplinas[163] e os cursos de preparação para a instrução superior voltaram a ter a duração de dois anos, conforme as grelhas curriculares que se apresenta nos quadros 13 e 14.

Quadro 13 – *Curso liceal da 1ª à 5ª classe (Decreto 13.056, de 22/1/1927)*

Disciplinas	Classes					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	Total
Português	4	3	3	3	3	16
Latim	-	-	3	3	4	10
Francês	3	3	3	2	2	13
Inglês	-	3	3	3	2	11
Geografia	3	3	3	-	-	9
História	-	-	-	3	3	6
Matemática	4	4	3	3	3	17
Ciências físico químicas	-	-	3	3	3	7½
Ciências naturais	2	2		2	2	9½
Desenho	3	3	2	2	2	12
Total	19	21	23	24	24	

[163] Apesar da omissão da disciplina de Alemão da grelha curricular do curso do liceu, o Decreto de 22/1/1927 estipulava que "sempre que um número mínimo de seis alunos requeira o ensino do Alemão, funcionará para esses alunos um curso dessa disciplina acumulável com o ensino das outras disciplinas, e com o mesmo número de horas semanais consagradas ao ensino do Inglês" (art. 3º, § único).

Quadro 14 – *Curso de preparação para a instrução superior (Decreto 13.056, de 22/1/1927)*

Classes ou cursos	Letras				Classes ou cursos	Ciências			
	6ª	6ª prát	7ª	7ª prát.		6ª	6ª prát.	7ª	7ª prát.
Português e literatura portuguesa	4	-	4	-	Matemática	4	1	3	1
Latim e literatura latina	5	-	5	-	Física	3	1½	3	1½
Latim e literatura francesa	3	1	3	1	Química	3	1½	3	1½
Latim e literatura inglesa	3	1	3	1	Ciências biológicas	3	1½	3	1½
Geografia geral	2	1½	2	1½	Ciências geológicas	2	1	2	1
História da civilização	3	-	3	-	Geografia geral	2	1½	2	-
Filosofia	2	-	2	-	Filosofia	2	-	2	-
					Desenho	-	-	2	-
Total	22	3½	22	3½	Total	19	8	20	6½

Na colónia

Considerando que algumas das disposições dos Decretos 12.425, de 2/10/1926 e 13.056, de 22/1/1927 "são aqui de difícil e pouco proveitosa adequação, outras, ao contrário, são de urgente aplicação nesta província, dada a equiparação estabelecida entre o Liceu Infante Dom Henrique e os liceus nacionais da metrópole"[164], foi estabelecido:

> "Artigo 2.º O ensino secundário ministrado nêste liceu compreende o curso geral dos liceus nacionais da metrópole que é professado em 5 anos ou classes.
> § Único: Este curso divide-se em dois ciclos: o primeiro constituído pelos 3 primeiros anos e o segundo pelos dois últimos.
> Art. 3.º – O curso dos liceus compreende as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Historia, Geografia, Ciências Físico-química, Ciências Naturais, Matemática e Desenho.
> Art. 4.º Em todos os anos ou classes, haverá secções de Ginástica e, quando possível, de Canto Coral, que serão obrigatórias para todos os alunos que não foram dispensados nos termos do regulamento em vigor.
> […] Art. 6.º As aulas das diferentes disciplinas serão divididas pelos dias da semana de forma que os alunos da primeira classe não tenham mais do que um dia por semana com quatro aulas, os da segunda classe mais de três dias com quatro aulas, os da terceira classe mais de cinco dias com quatro aulas, os da quarta e quinta classe mais de quatro aulas por dia." (Portaria 100, de 3/8/1927)

Pouco e bem – é a nossa divisa[165]

No ano de 1927, o ensino primário foi objecto de uma reforma fundamentada na "eficiência"[166] (Decreto 13.619, de 17/5/1927) e "sofreu alterações tendentes à simplificação do que nela se estatuía, e que acabaria por desvirtuá-la gravemente"

[164] A equiparação aos liceus da metrópole foi reafirmada no Diploma Legislativo 152, de 24/7/1928: "Havendo S. Ex.ª o Ministro das Colónias, por despacho de 6 de Fevereiro do corrente, concordado com a consulta nº 129, de 6 do mesmo mês e ano, do Conselho Superior das Colónias, no sentido de o Liceu Infante Dom Henrique ser equiparado aos liceus da metrópole".

[165] Afirmação contida no relatório da Comissão Organizadora dos Novos Programas do Ensino Secundário (Decreto 16.077, de 26/10/1928).

[166] "Considerando a necessidade de, com maior eficiência, se aproveitarem serviços de funcionários que, apenas como encargo, figuram no Orçamento Geral do Estado" (preâmbulo do Decreto 13.619, de 17/5/1927).

(Carvalho, 2001 [1986], p. 730). Foi dividido em três categorias: ensino infantil, ensino primário elementar e ensino primário complementar (art. 1º). Como explica Rómulo Carvalho, "o ensino infantil não foi alterado, o que não teve relevância porque não existia; o ensino primário geral, agora chamado «elementar», obrigatório como antes, foi reduzido de um ano, dos 7 aos 11; e o superior, agora designado «complementar», também reduzido de um ano, dos 11 aos 13" (*idem*, p. 729). Para o autor da *História do ensino em Portugal*, o grau elementar do ensino primário[167], "obrigatório, programado para quatro anos, e que fora de cinco anos na I República, sofre um toque de mau augúrio" num decreto de 26 de Outubro de 1928 em que os programas são reduzidos" (*ibidem*, p. 730). Citamos uma parte significativa do decreto:

> "Seria muito desejável que pudéssemos ampliar os conhecimentos mínimos a adquirir nas escolas primárias, mas quer-nos parecer que é um defeito lamentável, num intuito aliás nobre, querer exigir mais do que é compatível com os recursos e condições delas. Pouco e bem – é a nossa divisa.
> Já dizia um grande pedagogista que «o objectivo do ensino primário não é adquirir todos os conhecimentos possíveis das matérias de que trata, mas aprender bem em cada uma delas o que é essencial não ignorar».
> […] O nosso alvo predilecto é contribuir, por meio de programas simplificados, para a grande tarefa da extinção do analfabetismo nacional." (Decreto 16.077, de 26/10/1928)

Um segundo "toque de mau augúrio, em 13 de Abril de 1929, no decreto em que se declara que, dos quatro anos de ensino obrigatório, só na verdade os três primeiros deverão constituir o ensino elementar, destinando-se o 4º ano a simples complementaridade" (Carvalho, 2001 [1986], p. 730). No relatório apenso ao diploma clarifica-se que "não se "pretende fazer uma reforma no sentido já gasto e desacreditado da palavra, [mas dar] […] um passo mais no caminho das simplificações", explicitando que "nas três primeiras classes se ministra o ensino propriamente elementar – ler, escrever e contar correctamente – e na 4ª classe um ensino complementar que forneça os conhecimentos indispensáveis a todos aqueles que não possam continuar os seus estudos" (Decreto 16.730, 13/4/1929).

A consumação da política de desvalorização do ensino aconteceu, na década de trinta, com a justificação que "o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e

[167] Virgínia de Castro Almeida, no jornal *O Século*, de 5/2/1927 afirmou: "Sabendo ler e escrever, nascem-lhes ambições: querem ir para as cidades, ser marçanos, caixeiros, senhores; querem ir para o Brasil. Aprenderam a ler! Que lêem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largam a enxada, desinteressam-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada. A parte mais linda, mais forte e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos." (Mónica, 1978, p. 119).

física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e, a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal" (Decreto 27.279, de 24 /11/1936). O ensino primário elementar foi abreviado a três anos e o complementar foi extinto.

Na colónia

Os programas do ensino primário, reformados em 1929, foram publicados no *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Ve*rde, de 10 de Setembro do mesmo ano, atendendo

> "A que o programa de Instrução Primaria actualmente em vigôr na colónia data de 1915, não estando, por isso de harmonia com as alterações que tem sofrido, dêsde aquela data, o ensino primário":
> […] A que o exame do 2º grau feito nesta colónia dá ao aluno que o tiver, direito a matricular-se na metrópole, onde actualmente o programa de ensino primário é mais desenvolvido, ficando, portanto, êstes alunos em situação de inferioridade aos seus colegas da metrópole e ainda de outras colónias;
> […] Ainda a que os livros agora adoptados nesta colónia não se moldem bem ao programa aprovado pela portaria n.º 264, de 29 de Outubro de 1925;
> O Governador da Colónia de Cabo Verde, sob proposta de Conselho de Instrução Pública, nos termos da alínea 1 do n.º 19.º do respectivo regulamento usando da competência que lhe confere o n.º 25.º do artigo 22.º da Carta Orgânica aprovada pelo decreto n.º 12:499-E de 4 Outubro de 1926, determina que sejam posto em vigor nesta colónia, no principio do próximo ano lectivo, os programas de instrução primaria actualmente em vigor na metrópole, que baixam assinados pelo Director dos Serviços de Administração Civil." (Portaria 361, de 29/5/1929)

"Em Cabo Verde, infelizmente, pouco se tem feito no sentido de haver uma reforma do ensino primário" – afirmava Baltasar Lopes. "Regulamentaram-se as escolas centrais, mas nada se tem feito para encaminhar os mestres, reformando-se os métodos caóticos, antiquados, existentes nesta colónia. Os edifícios das escolas são, na sua maioria, primitivos, incluindo neste número as que existem em S. Vicente, sala de visitas de Cabo Verde" (1931, Julho 25).

O liceu integra-se na missão educativa da família e do estado

Defensores da instrução mínima – ler, escrever e contar – para o ensino primário, "também os Governos da Ditadura procuraram não só reduzir a instrução liceal diminuindo o número de anos do curso e as matérias ensinadas, […] mas também dificultar o acesso aos liceus" (Carvalho, 2001 [1986], p. 741). Rogério Fernandes considera que a reforma liceal de 1936 foi um instrumento de selectividade social, sendo concebida como forma de endoutrinação política. A reestruturação do ensino secundário

inseria-se num complexo de medidas destinadas "a ganhar as almas os corpos para um destino de fidelidade ao chefe e aos seus desígnios" (2000, p. 220).

As bases ideológicas e operativas da política educativa foram fixadas na Lei 1.941, de 11/4/1936: selecção do professorado conforme "as exigências da sua essencial cooperação na função educativa e na formação do espírito nacional" (base V); a adopção do livro único (base X); a dotação à Mocidade Portuguesa de "uma organização nacional e pré-militar" (base XI) e a obrigatoriedade do Canto Coral, elemento de educação e de coesão nacional (base XII). O mentor da reforma[168] concebeu o ensino liceal como um espaço de doutrinação moral e patriótica, transformando a escola numa "agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução), mas de formação da consciência (educação)" (Mónica, 1978, p. 344). A escola nacionalista foi preenchida com uma iconografia simbólica: "uma pequena colecção de cânticos nacionais, exaltando as glórias portuguesas, a dignidade do trabalho e o amor à Pátria" (base XII) e a existência "por detrás e acima da cadeira do professor, de um crucifixo, como símbolo da educação cristã" (base XIII).

O ensino liceal foi integrado "na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses", tendo por finalidade "dotá-los de uma cultura geral útil para a vida" (Decreto-Lei 27.084, de 14/10/1936). Foi abandonada, "por pedagogicamente irreal, a distinção entre curso geral e curso complementar e a bifurcação do ensino em letras e ciências". Optou-se por um modelo da integração vertical do saber, uma "nova experiência pedagógica" com a aplicação do regime de disciplinas inseridas "em ciclos, correspondentes à sucessão dos métodos a empregar em harmonia com a evolução da personalidade do aluno" (preâmbulo do Decreto-Lei 27.084, de 14/10/1936). Os quadros 15, 16 e 17 condensam a configuração do ensino secundário (ciclos, aulas e tempos) à luz da reforma de 1936:

Quadro 15 – *Ensino secundário, 1º e 2º ciclos (Decreto 27.084, de 14/10/1936)*

Aulas	1º Ciclo			Aulas	2º Ciclo		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano		4º Ano	5º Ano	6º Ano
Português	5	5	5	Português-Latim	6	6	6
Francês	5	5	5	Alemão ou Inglês	3	3	3
Ciências geográfico-naturais	3	3	3	História	3	3	3
Matemática	3	3	3	Ciências físico-naturais	4	4	4
Desenho e trabalhos manuais	3	3	3	Matemática	3	3	3
Sessões:				Sessões:			
Educação moral e cívica	1	1	1	Educação moral e cívica	1	1	1
Educação física	2	2	2	Higiene e educação física	2	2	2
Canto coral	2	2	2	Canto coral	1	1	1
	5	5	5		4	4	4

[168] António Faria Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, de 18 de Janeiro de 1936 a 28 de Agosto de 1940.

Quadro 16 – *Ensino secundário, 3º ciclo (Decreto 27.084, de 14/10/1936)*

Aulas	7º Ano	
	1º Semestre	2º Semestre
Língua e literatura portuguesa	5	-
Latim	-	5
Ciências geográficas	-	4
Ciências biológicas	4	-
Ciências fisico-químicas	3	3
Matemática	2	2
Organização política e administrativa da nação	1	1
Filosofia	4	4
	19	19
Sessões:		
Higiene e educação física	2	2
Canto coral	1	1
	3	3

Quadro 17 – *Ensino secundário, curso especial de educação familiar (Decreto 27.084, de 14/10/1936)*

Aulas:	7º Ano	
	1º Semestre	2º Semestre
Língua e literatura portuguesa	5	-
Prática de línguas vivas	4	4
Moral geral, familiar e social	3	-
Métodos e educação familiar	-	2
Economia e arte doméstica	-	2
Noções elementares e economia política e social	-	2
Organização política e administrativa da nação	1	1
Direito usual	-	2
Higiene e puericultura	1	1
Roupa branca, vestidos,	2	2
Transformações	-	2
Chapéus	2	2
Bordados e tapeçarias	2	-
Flores e arte aplicada	20	20
Sessões:		
Culinária	n	n
Educação física	1	1
Canto coral	1	1
	2 + n	2 + n

A concepção hierárquica da aquisição dos conhecimentos transformou "o terceiro ciclo do liceu no momento adequado para se realizar a síntese integrada de todo o esforço cognitivo realizado ao longo do percurso escolar anterior" (Resende, 2003, p. 291). Para as alunas, paralelamente ao 3º ciclo e inacumulável com este", foi instituído "nos liceus de frequência exclusivamente feminina, um curso especial de educação familiar" (art. 4º). O ensino das matérias privativas deste curso era "essencialmente prático", podendo ser ministrado "fora do liceu, em postos de puericultura, lactários, creches, jardins-de-infância e outros serviços sociais que nele não estejam instalados" (art. 9º, § 2).

Nos anos quarenta – na opinião de Rómulo de Carvalho – deram-se retrocessos na orgânica escolar, com a reforma curricular de Mário Figueiredo[169] (2001, [1986] p. 778). Na introdução ao Decreto-Lei 31.554, de 30/9/1941, reconhece-se ter-se operado "um simples arranjo do existente, [que] permitiu […] alargar o número de horas das disciplinas fundamentais, mantendo-lhes os mesmos programas, o que significa que estes poderão ser percorridos com calma, como convém a quem, em vez de dar programas para exame em estilo de mnemónicas de repetições, quer informar as inteligências no espírito dêsses programas". O plano de estudo foi, assim, ordenado:

> "Artigo 1º São restabelecidos, no ensino dos liceus, o curso geral e os cursos complementares de letras e ciências.
> Art. 2º O curso geral divide-se em dois ciclos, de três anos cada um, e os cursos complementares têm a duração de um ano.
> Art. 3º Os trabalhos escolares são distribuídos, nos cursos complementares, de harmonia com os seguintes quadros, que designam o número de tempos semanais destinados às diferentes disciplinas:
>
> Curso complementar de letras
>
> a) Aulas:
>
> | | |
> |---|---|
> | Filosofia …… | 5 |
> | Ciências geográficas ……. | 3 |
> | Português ……... | 5 |
> | Latim ……. | 5 |
> | Organização política e administrativa da nação ……... | 1 |
>
> b) Sessões:
>
> | | |
> |---|---|
> | Higiene e educação física …… | 2 |
> | Canto coral ……..……. | 1 |
>
> Curso complementar de ciências
>
> a) Aulas:
>
> | | |
> |---|---|
> | Filosofia …… | 5 |
> | Ciências geográficas ……. | 3 |
> | Ciências biológicas……..…….. | 3 |
> | Ciências físico-químicas …..……. | 4 |
> | Matemática …… | 4 |
> | Organização política e administrativa da nação ……... | 1 |
>
> b) Aulas práticas:
>
> | | |
> |---|---|
> | Matemática …… | 1 |
>
> c) Sessões:
>
> | | |
> |---|---|
> | Higiene e educação física …… | 2 |
> | Canto coral ……... | 1" |
>
> (Decreto-Lei 31.554, de 30/9/1941)

No ano de 1943 foi concebida uma nova reforma superficial (Decreto-Lei 33:018, de 1/9) que pretendia "corrigir defeitos que a experiência tem evidenciado". Modificou os tempos lectivos (para menos da disciplina de Matemática do curso complementar de

[169] Mário de Figueiredo, Ministro da Educação Nacional de 28 de Agosto de 1940 a 6 de Setembro de 1944.

Ciências e para mais nas disciplinas de Ciências Físico-Químicas, do 2º ciclo e de Matemática, no 6º ano)".

Na colónia

Conforme um ofício do reitor do Liceu Gil Eanes registaram-se dificuldades iniciais na adopção do ensino secundário reestruturado (Decreto 27.084, de 14/10/1936), em virtude da reitoria não ter recebido, "até à presente data, qualquer informação do Ministério da Educação Nacional, sobre o novo Regulamento do Ensino Secundário", sendo assim "inteiramente impossível abrir as aulas no próximo dia 7 de Outubro, conforme determina o artigo 10º do Estatuto do Ensino Secundário" (Ofício 232, de 26/9/1936)[170]. Em finais do ano, o Decreto-Lei 27.084, de 14/10/1936, que estabelecia "a finalidade, os órgãos, o plano de estudos e de acção educativa do ensino liceal", foi publicado no *Boletim Oficial do Governo*, de 16/12/1936, com adaptações[171] e omissões, inferindo-se uma aplicação truncada no único do arquipélago.

A urgência da reforma do ensino liceal

Na época de *acomodação às novas realidades*[172] (1947 a 1960), "as reformas do ensino liceal e técnico marcaram o início de um processo de acomodação do sistema educativo às realidades sociais e económicas emergentes no pós-guerra" (Nóvoa, 1994, p. 225), prevalecendo "a necessidade de formar recursos humanos […] sobre uma visão exclusivamente centrada no ensino como sistema de inculcação ideológica" (*idem*, pp. 225/226). Nesta conjuntura, "reconheceu o Governo a urgência de uma reforma do ensino liceal, não só por terem sido formulados numerosos e fundamentados reparos ao actual regime, mas por se tornarem necessárias medidas de coordenação entre esse ramo de ensino e o ramo paralelo do ensino técnico, recentemente remodelado"[173] (Decreto 36.507,

[170] Fundo dos Serviços da Administração Civil (IAHN).
[171] Verificaram-se duas adaptações: No artigo 24º § 1º, do decreto publicado na colónia, sobre as nomeações para lugares de professor e de médico escolar, o texto refere-se "aos lugares de professor efectivo ou interino e do médico escolar [que] serão feitas nos termos da Reforma Administrativa Ultramarina, aprovada pelo Decreto-Lei nº 23:229, de 15 de Novembro de 1933", enquanto o decreto original, refere-se a "lugares de professor efectivo ou auxiliar e de médico escolar [que] só se tornarão definitivas depois de três anos de bom serviço". A segunda adaptação consta do 55º e último artigo, que, no caso do diploma original remete a resolução "de casos omissos" ao Ministro da Educação Nacional, enquanto que, no decreto publicado no *Boletim Oficial de Cabo Verde*, confere esta responsabilidade ao Ministro das Colónias.
[172] António Nóvoa periodizou a acção educativa do Estado Novo: *A difícil substituição de legitimidades* (1930-1936); *a construção nacionalista da educação* (1936-1947) e *a acomodação às novas realidades* (1947-1960). (1994, pp. 224/225)
[173] A reforma do ensino técnico data de 1947 (Lei 2.205, de 19/7).

de 17/9/1947). Considerou-se como "única solução viável, a da conservação do curso liceal com a duração de sete anos, o regresso ao curso geral de cinco anos e a divisão deste curso em dois ciclos: o primeiro de dois e o segundo de três (Quadro 18). Ao curso geral, sucedem-se "cursos especializados, considerados de harmonia com as carreiras a que os alunos se destinam":

Quadro 18 – *Ensino liceal, 1º, 2º e 3º ciclo (Decreto 36.507, de 17/9/1947)*

1.º ciclo	
Língua e História Pátria	5
Francês	5
Ciências Geográfico-Naturais	4
Matemática	3
Desenho	3
Total	20
2.º ciclo	
Português	3
Francês	2
Inglês	5
História	3
Geografia	2
Ciências Naturais	2
Ciências Físico-Químicas	3
Matemática	3
Desenho	1
Total	24
3.º ciclo	
Português	4
Latim	5
Grego	3
Francês	3
Inglês	3
Alemão	5
História	4
Filosofia	4
Geografia	4
Ciências Naturais	4
Ciências Físico-Químicas	4
Matemática	4
Desenho	4
Organização Política e Administrativa da Nação	1

Paralelamente, durante o ministério de Pires de Lima[174], foi estruturado o ensino técnico (regulamentado pelo Decreto-Lei 37.029, de 25/8/1948), "que se afasta do ethos dirigente que concebia a integração da ordem social como assente na conformidade de cada um com a sua condição e para a qual o sistema escolar devia contribuir através da sua estrutura mais adequada" (Grácio, 1986, p. 100). A inovação desta reforma consistiu na "introdução do ciclo preparatório do ensino técnico, com dois anos de duração, a

[174] Fernando Andrade Pires de Lima, Ministro da Educação Nacional, de 4 de Fevereiro de1947 a 6 de Julho de 1955.

«educação e pré-aprendizagem geral», com «características de orientação profissional»" (*idem*, p. 119).

Na colónia

Dada "a conveniência de se guardar a unidade do plano de ensino, em todas as parcelas da Nação Portuguesa", foi determinada a aplicação da reforma do ensino liceal (Decreto 36.507, de 17/9/1947) aos liceus do ultramar, com excepção de alguns artigos[175] e adaptação de outros[176] (Portaria 12.102, de 4/11/1947). O Estatuto do Ensino Liceal foi publicado no *Boletim Oficial*, de 8/4/1948 (Decreto 36.508, de 17/9/1947). Os programas, aprovados pelo Decreto 37.112, de 22/10/1948, foram adoptados no liceu de Mindelo, devendo ser observadas as seguintes regras:

> "1ª Sem quebra da uniformidade do objectivo próprio deste grau de ensino, cumpre às autoridades e conselhos escolares velar por que, especialmente nas disciplinas e matérias, cuja didáctica assenta na observação e experimentação, se prefiram os elementos e interesses que pode proporcionar à colónia em que decorre a acção docente;
> 2ª Na disciplina de História (4º e 5º anos) é obrigatória em cada ano a introdução de duas lições expressamente dedicadas aos factos da História de Portugal ocorridos na colónia, os quais devem ser expostos como integrados na linha geral dos acontecimentos relativos à Mãe-Pátria, estabelecendo-se com estes a devida conexão.
> Na mesma disciplina (7º ano) serão sempre sucessivamente descritos os reflexos na colónia dos factos da história da civilização portuguesa que constam das rubricas do programa." (Portaria 12.627, de 11/11/1948).

Em finais da década de quarenta, o governador nomeou "uma comissão presidida pelo reitor do Liceu Gil Eanes[177] para proceder ao estudo de um novo plano de ensino primário, técnico elementar, técnico complementar e secundário, de modo a criar elementos devidamente apetrechados, com os conhecimentos necessários, e que possam colaborar com eficiência no desenvolvimento do arquipélago" (Portaria 3.761, de 3/9/1949). O plano decenal para salvar Cabo Verde de inanição – publicado no *Notícias de*

[175] Os artigos omissos referem-se à formação dos professores e à criação futura de um Instituto de Ciências Pedagógicas (18º); à verificação da habilitação dos professores de Canto coral e Lavores femininos (19º); a bolsas para estagiários do liceu normal (20º); ao quadro do pessoal da Inspecção do Ensino Liceal (22º); ao número de liceus e suas categorias (23º); aos quadros dos liceus (24º); aos vencimentos dos professores dos liceus e gratificações atribuídas aos reitores, vice-reitores, directores e demais pessoal (25º); quadros do pessoal das secretarias e do pessoal menor (26º); às propinas, emolumentos e selos devidos por alunos (28º); às despesas resultantes do presente decreto (31º) e à publicação futura do Estatuto do Ensino Liceal (33º).

[176] As adaptações referem-se à adopção dos compêndios escolares (9º) que, na colónia, será determinado por despacho do Ministro das Colónias; à organização do ano escolar (10º) e do ano lectivo (11º), da competência dos governos coloniais; do regime de exames, à composição dos júris (nas colónias, sem a presença de professores do ensino superior) (15º) e à época e tipo de provas de exame (a referência, no original, a provas escritas elaboradas sobre pontos elaborados no Ministério da Educação Nacional, não consta no diploma adaptado para as colónias) (16º).

[177] A Comissão para o Estudo de um Novo Plano de Ensino na colónia foi integrada pelo Reitor e Vice-Reitor do Liceu Gil Eanes [nova designação do liceu de S. Vicente, conforme o Decreto 28.887, de 28/7/1938], pelo Director do Observatório Meteorológico e pelo Regente Escolar do concelho de S. Vicente, que servirá de secretário. (Portaria 3.761, de 3/9/1949)

Cabo Verde – para além de preceituar a reforma administrativa integral da colónia, reconhecia a urgência de "uma reforma estrutural da instrução primária, adequando-a às condições especiais do meio caboverdiano; idem do liceu" (1951, Maio 15). A atenção às especificidades locais, nas reformas curriculares, não passou do plano das intenções, a julgar pela exclusividade dos modelos de ensino importados da metrópole.

O ensino técnico que, frequentemente, surgia como alternativa ao ensino liceal[178], só seria instituído no ano de 1955 (Decreto 40.198, de 22/6).

Recuperar o atraso educacional

Os indicadores da educação (1958) situavam "Portugal no último lugar da escala europeia"[179]. Segundo cálculos internacionais (1961), o Estado português despendia com a educação "cerca de *4 dólares por habitante*, valor mais baixo de toda a Europa, só comparável com os casos grego e espanhol"[180]. Superar o atraso educacional tornou-se o desígnio da política educativa nos anos sessenta e setenta. Neste contexto, edificaram-se os pilares da renovação do sistema escolar português: o Plano de Educação Popular, regulamentado pelos Decretos-Leis 38.968 e 38.969, de 27/10/1952 e a Campanha de Educação de Adultos[181]. A intenção de se ampliar e reforçar o regime de escolaridade obrigatória traduziu-se numa medida discriminatória:

> "Artigo 1º A partir de Outubro de 1957, a instrução primária será obrigatória até à aprovação do exame da 4ª classe para todos os menores do sexo masculino, com a idade prevista no artigo 1º do Decreto-Lei nº 38.968, de 27 de Outubro de 1952.
> Art. 2º O limite estabelecido na alínea b), nº 1, do artigo 4º do Decreto nº 38.969, de 27/10/1952, é fixado em 4 km sempre que junto da escola ou posto funcionar cantina escolar, os caminhos entre a residência dos menores e o estabelecimento de ensino mais próximo permitiram acesso fácil e isento de perigos ou os menores tenham completado 9 anos à data da matrícula ou venham completá-los até 31 de Dezembro." (Decreto-Lei 40.964, de 31/12/1956; sublinhado nosso)

Na leitura de Rómulo de Carvalho, "mesquinha vitória essa de quem pretendia captar a atenção, a simpatia e o auxílio das entidades estrangeiras para que nos ajudassem a aproximar-nos do mundo ocidental!" (2001 [1986], p. 795). A obrigatoriedade da

[178] Consultar II Parte, 1.4. "A natureza dual do ensino secundário".
[179] A taxa de escolarização da população com idades entre os 5 e os 14 anos é da ordem de 45% (cf. *World Survey of Education* – II. Primary Education. London: UNESCO & Evan Brothers, 1958, pp. 58-60 (citado em Nóvoa, 1994, p. 226).
[180] Dados do *International Yearbook of Education.* Paris/Geneve: UNESCO/BIE, vol. XXIII, 1961, pp. 498-500 (citado em Nóvoa, 1994, p. 226).
[181] As medidas do Plano de Educação Popular e da Campanha de Educação de Adultos, concebidas pelo Ministro Pires de Lima, formam por Francisco Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional, de 7 de Julho de 1955 a 4 de Maio de 1961.

frequência escolar das crianças do sexo feminino só aconteceria em 1960 (Decreto-Lei 42.994, de 28/5). A recuperação dos atrasos estruturais passou pelo reconhecimento da exiguidade do tempo da escolaridade obrigatória, "tidas em conta as exigências e anseios do mundo moderno" (introdução ao Decreto-Lei 45.810, de 9/7/1964) e pela decisão do seu alargamento a seis anos:

> "Artigo 1º. O ensino primário é ampliado, passando a compreender dois ciclos, um elementar, correspondente às quatro primeiras classes, e outro complementar, constituído por duas novas classes.
> Art. 2º. O ciclo complementar do ensino primário terminará com a aprovação no exame da 6ª classe ou no da admissão ao 2º ciclo do ensino liceal ou a alguns dos cursos de formação do ensino técnico profissional.
> Art. 3º 1. O referido ciclo complementar terá carácter obrigatório e gratuito, como o elementar." (Decreto-Lei 45.810, de 9/7/1964)

Considerando o desenvolvimento das técnicas audiovisuais, "como meios auxiliares e complementares de ensino ou como forma de difusão da cultura popular", foi criado o Instituto de Meios Áudio-Visuais de Ensino e "uma telescola destinada à realização de cursos de radiodifusão e televisão escolares" (Decreto-Lei 46.136, de 31/12/1964).

O efectivo alargamento do tempo de escolaridade básica conduziu, três anos mais tarde, à concepção do ciclo preparatório do ensino secundário, que fundiu num só o 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico (Decreto-Lei 47.480, de 2/1/1968). Em consonância com o Decreto 48.572, de 9/9/1968, "o ciclo preparatório do ensino secundário situa-se na imediata sequência do ciclo elementar do ensino primário, como forma de ampliação da cultura geral de base, adequada especialmente ao prosseguimento dos estudos" (art. 1º).

Quadro 19 – *Plano de estudos do ciclo preparatório do ensino secundário (Decreto 48.572, de 9/9/1968)*

	1º Ano	2º Ano
Conjunto A:		
Língua portuguesa	4	4
História e Geografia de Portugal	3	2
Moral e religião	2	2
Conjunto B:		
Matemática	3	3
Ciências da natureza	2	3
Conjunto C:		
Desenho	2	1
Trabalhos manuais	1	2
Conjunto D:		
Educação musical	1	1
Educação física	2	3
Conjunto E:		
Francês ou Inglês	4	3

O quadro 19 permite visualizar a estrutura curricular do ciclo preparatório, com "cinco conjuntos lectivos, organizados de forma a corresponderem às tendências mais frequentes dos alunos e às modalidades fundamentais dos estudos subsequentes" (art. 4º).

Como assinala António Nóvoa, o Ministro Veiga Simão[182] "protagoniza a última tentativa do regime nacionalista no sentido de uma alteração global da política educativa" (1994, pp. 230/231). A reforma pautou-se pelos princípios da democratização do ensino:

> "No domínio da acção educativa, incumbe especialmente ao Estado:
> a) Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens de cultura, sem outra distinção que não seja a resultante da capacidade e dos méritos de cada um, para o que deverá organizar e manter os necessários estabelecimentos de ensino, investigação e cultura e estimular a criação e o desenvolvimento de instituições particulares que prossigam os mesmos fins;
> b) Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidades para todos.
> c) Facilitar às famílias, mediante adequadas formas de cooperação, o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos;
> d) Garantir a liberdade de ensino em todas as modalidades;
> e) Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional." (Base III. Lei 5, de 25/7/1973)

O sistema escolar foi estruturado em educação pré-escolar, educação escolar e educação permanente. O ensino básico e obrigatório passou a ter a duração de oito anos. Tão vasta e profunda transformação do nosso caduco sistema escolar – na opinião de Rómulo de Carvalho – "que começou a ser executada imediatamente, causou alarme e pavor entre os elementos tradicionais e conservadores da Nação, que nervosamente procuravam embargar ou dificultar o avanço das reformas anunciadas" (2001 [1986], p. 811).

Na colónia

A ampliação do ensino primário e a sua organização em dois ciclos (elementar e complementar) foi sancionada, nas províncias ultramarinas, pelo Decreto-Lei 45.908, de 10/9/1964. Na realidade, o ensino básico de seis anos não chegou a vigorar, mantendo-se o ensino primário elementar, com a duração de quatro anos, conforme as disposições gerais, que se reproduzem:

> "Artigo 1º O ensino primário elementar a ministrar […] é o que se encontra em vigor na metrópole, adaptado ao condicionalismo local, como se determina nos respectivos programas, e conforme o disposto no presente diploma.

[182] José Veiga Simão, Ministro da Educação de 15 de Janeiro de 1970 a 25 de Abril de 1974.

> § único. Oportunamente se providenciará quanto à sequência no conjunto do ensino primário, com o 2º ciclo deste que se há-de constituir o ensino primário complementar". (Decreto-Lei 45.908, de 10/9/1964)

Data de 1968, o diploma que criou as escolas preparatórias nas cidades da Praia e Mindelo (Decreto 48.608, de 7/10) [183]. António Castilho Borges clarificou a distinção entre o ciclo preparatório e a 5ª e 6ª classes:

> "O Ciclo Preparatório é uma das vias pela qual podem seguir os que estão obrigados ao novo período de escolaridade obrigatória que, presentemente, é de seis anos e, são todos aqueles que se matricularam no ensino primário a partir do ano lectivo de 1964/1965. Convém esclarecer, para evitar uma confusão bastante generalizada, que a 5ª e a 6ª classes se não confundem com o Ciclo Preparatório.
> O sistema escolar actualmente existente no nosso país pressupõe seis anos de escolaridade primária obrigatória. Os quatro primeiros anos constituem o Ciclo Elementar do Ensino Primário; os dois que se lhe seguem – a 5ª e a 6ª classe – formam o Ciclo Complementar do Ensino Primário.
> Estas últimas classes, que somente existirão em Cabo Verde, a partir de 1972 são leccionados por um único professor e poderão funcionar nos meios rurais. O seu programa difere do Ciclo Preparatório apenas pela ausência, no curriculum disciplinar, de uma língua estrangeira – o francês ou o inglês. As escolas da 5ª e 6ª classes poderão localizar-se em qualquer aglomerado populacional cujo número de alunos justifique a sua existência, enquanto deverá haver, pelo menos, uma escola preparatória em cada concelho.
> A 5ª e 6ª classes destinam-se fundamentalmente aos alunos, que não queiram ou não possam prosseguir os estudos secundários, satisfazendo-se portanto com as habilitações que a escola primária elementar e complementar – lhe ministra. Este ensino é gratuito ao passo que o do ciclo preparatório apenas o é para aqueles que não ultrapassando o limite dos 14 anos de idade, careçam de suficientes recursos económicos para pagamento de propinas e adicionais, que em Cabo Verde totalizam 165$ anuais." (Borges, 1970, Janeiro 15)

As propostas de "educação de todos e para todos, da cultura que chegue a todos os lares"[184] chegaram a Cabo Verde sete dias antes do fim do regime do Estado Novo. *O Arquipélago,* de 18 de Abril de 1974, noticiava: "Acaba de ser tornada extensivo às províncias ultramarinas a Lei n.º 5/73 sobre a Reforma do Sistema Educativo, cujas bases fundamentais receberam as adaptações necessárias à sua aplicação ao Ultramar".

A tardia "democratização" do ensino, em vésperas da independência da colónia, é o corolário do atraso educacional de "Portugal que não consegue, por mais esforços que faça, por mais reformas que anuncie, sair do lugar onde sempre esteve, pelo menos desde os primórdios de Oitocentos: a cauda da Europa" (Nóvoa, 2005c, p. 10).

[183] As disposições estatutárias do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Decreto 48.572, de 9/9/1968) foram publicadas no *Boletim Oficial*, de 2/11/1968 (Portaria 23.625, de 25/9/1968).
[184] Palavras de Veiga Simão, *Democratização do ensino*, Discurso nº 7, de 17-III-1973 (citado em Carvalho, 2001 [1986], p. 812).

2.3. Breve reconstituição do sistema educativo

Foi numa contextura de relações institucionais dissemelhantes que se processou a transplantação mitigada e (a)crítica do sistema educativo português para a colónia. Para a compreensão deste processo foi clarificadora a leitura de Foucault. Para o autor de *A arqueologia do saber*, o discurso colonial "na sua materialidade – local, data, suporte, substância [depende] do campo de utilização em que se encontra investido (as redes em que se integra, as instituições que o produzem e reproduzem), encontrando-se submetido às mais diferentes actualizações, repetições, transformações e manipulações" (2005, pp. 143-144). As adaptações do discurso educativo, em contexto colonial, modelaram o sistema de ensino local que, sem recusar a dependência e o mimetismo dos padrões impostos, foi capaz de "negociar" marcas de autonomia e de diferença.

Conforme a perspectiva cronológica adoptada na organização do primeiro capítulo, ordenámos o sistema educativo em unidades temporais: a *organização* (1917 a 1926), o *mito do cabo-verdiano instruído* (1927 a 1960) e a *hesitante modernização* (1961 a 1975).

2.3.1. A organização (1917-1926)

Dois planos, duas visões

> "Sendo necessário reformar a instrução na província de Cabo Verde, de forma a satisfazer as aspirações da sua população;
> Considerando que é muito elevada a percentagem de analfabetos nas ilhas do arquipélago, pois vai de 69 a 93 por cento, excluída, apenas, a ilha de S. Nicolau, onde essa percentagem baixa a 29;
> Considerando que o ensino primário é um dos principais factores da educação cívica e deve merecer, portanto, a especial atenção dos poderes públicos;
> Considerando que o ensino tem sido ministrado, simultaneamente pelo Governo e pelos municípios sem a unidade e a concordância de esforços indispensáveis ao seu progressivo desenvolvimento;
> Considerando que convem habilitar, devidamente, na colónia, os professores do seu ensino primário;
> Considerando que a Lei nº 701, de 13 de Junho do ano corrente, havia criado um liceu para funcionar, provisoriamente, no edifício do extinto seminário, o que revela, já, o intuito de difundir a instrução na província, e de habilitar indivíduos para frequentarem, fora dela, cursos superiores;
> Considerando que o curso profissional, que se faz mester na colónia e a que alude a citada lei, necessita de maior desenvolvimento e mais prática orientação;
> Atendendo ao que propôs o governador da província de Cabo Verde;

> Ouvido o Conselho de Ministros e usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87° da Constituição Política da República Portuguesa: Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:
> Artigo 1° É aprovado o plano orgânico da instrução pública na província de Cabo Verde e respectivas tabelas que fazem parte integrante dêste decreto e baixam assinados pelo Ministro das Colónias." (Decreto 3.435, de 8/10/1917).

O Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917[185] foi o marco inicial da organização e sistematização do ensino na colónia. Transitou-se de iniciativas legislativas avulsas e dispersas para a constituição de um *corpus* regulamentar, organizado em níveis de ensino (primário e normal; secundário e profissional), graus (ensino primário elementar, complementar e superior) e cursos (ensino normal e liceal):

Quadro 20 – *Níveis, graus e unidades de ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917)*

Níveis	Graus/Cursos	Unidades de ensino
Ensino primário e normal	Ensino primário elementar	Postos de ensino e escolas de ensino primário elementar
	Ensino primário complementar	Escolas de ensino primário complementar
	Ensino primário superior	Escolas de ensino primário superior, Praia e S. Nicolau
	Curso de ensino normal	Escola de ensino primário superior, S. Nicolau
Ensino secundário	Curso liceal	Liceu Nacional, S. Vicente
Ensino profissional	Ensino de arte marítima	Escola de Pilotagem, S. Vicente
	Ensino industrial	Escola profissional industrial
	Ensino agrícola	Escolas práticas móveis de agricultura, Sotavento e Barlavento

Foram criadas modalidades de ordenamento institucional, nos domínios da administração, direcção e controlo do ensino, sob a tutela do Conselho de Instrução Pública e a fiscalização de inspectores:

Quadro 21 – *Gestão e administração do ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917)*

Funções	Direcção e fiscalização do ensino	Fiscalização e inspecção do ensino
Agentes	Conselho de Instrução Pública: Governador Secretario Geral Director de Obras Públicas Capitão dos Portos Chefe de Repartição da Agricultura e Pecuária Inspector de ensino primário e normal de Sotavento Cidadãos eleitos (1 pelo Conselho do Governo; 1 pela Câmara Municipal da Praia; 1 pela Câmara Municipal de S. Vicente; 2 por outros municípios) Juntas locais de instrução (concelhos)	Inspector de Sotavento (1) Inspector de Barlavento (1)

[185] Consultar o documento no anexo 10.

O primeiro grande esforço reformador da educação teve existência efémera (menos de um ano), dado que em 1918, em sessão do Conselho do Governo, foi aprovado outro Plano Orgânico da Instrução Pública (Portaria 474, de 27/12)[186]. O sistema educativo foi reconfigurado e estruturado em ensino primário, ensino secundário e normal e, ensino profissional e doméstico:

Quadro 22 – *Níveis, graus e unidades de ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, de 27/12/1918)*

Níveis	Graus/Cursos	Unidades de ensino
Ensino primário	Ensino primário elementar	Postos de ensino e escolas de ensino primário elementar
	Ensino primário complementar	Escolas de ensino primário complementar
Ensino secundário e normal	Curso geral do liceu	Instituto de Instrução Secundária, S. Nicolau
	Curso de ensino normal	
Ensino profissional	Ensino de arte marítima	Escola de Pilotagem, S. Vicente
	Ensino industrial	Escolas profissionais industriais
	Ensino agrícola	Escola em S. Jorge dos Órgãos e postos experimentais dos Serviços Agrícolas
Ensino particular e doméstico		Indivíduos, corporações ou associações

As incertezas quanto à natureza e localização do ensino secundário estão patentes na orgânica que extinguiu o Liceu Nacional, com sede em Mindelo (S. Vicente) e criou o Instituto de Instrução Secundária, nas instalações do antigo Seminário de S. Nicolau[187].

A análise comparativa dos quadros 21 e 23 evidencia a sucessão de modelos de gestão e de fiscalização do ensino, com mudanças na composição do Conselho de Instrução Pública e nas instâncias de inspecção, num curto lapso de tempo.

Quadro 23 – *Gestão e administração do ensino (Plano Orgânico da Instrução Pública, 27/12/1918)*

Funções	Direcção e fiscalização do ensino	Fiscalização e inspecção do ensino
Agentes	Conselho de Instrução Pública: Governador Vice-Presidente do Conselho do Governo Inspector do ensino primário Cidadãos eleitos (1 pelas câmaras municipais de Sotavento, 1 pelas câmaras municipais de Barlavento) Delegados do Conselho em todas as ilhas	Inspector (1)

As inconsistências legislativas – dois planos orgânicos, duas visões de ensino – que se sucederam sem tempo de maturação – estiveram no centro do debate público. Mário Ferro[188] perguntava:

[186] Consultar o documento no anexo 10
[187] Este tema é desenvolvido na II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".

> "Se ainda há seis meses que se pôs em vigor nesta malfadada província um plano de ensino, com o consenso unânime da opinião pública, se as circunstâncias financeiras provinciais permanecem invariáveis, se as necessidades da instrução públicas são as mesmas que existiam há meses, se a evolução social, progressiva ou regressiva, nunca pode ser de uma instantaneidade tal que hoje as exigências de uma sociedade, de um pôvo, sejam umas, e amanhã outras, de uma variabilidade semestral, como se compreende que o decreto de 8 de Outubro de 1917, que satisfez velhas aspirações do pôvo caboverdeano, com condições de adaptabilidade ao modo de ser mental e social da população destas ilhas, já necessite que se lhe introduza modificações sensíveis nas suas bases estruturais?" (1918, Maio 6)

No Conselho do Governo da Colónia concluía: "É por isso mesmo que não progredimos, que não avançamos, porque perdemos o melhor do nosso tempo em reformar aquilo que os outros fizeram, na obcecada preocupação de encontrar êrros e defeitos que possamos corrigir, e não raras vezes acontece que concorremos para os agravar, em vez de os atendermos" (*idem, ibidem*). As expectativas de uma oferta educativa superior à instrução elementar foram frustradas com a extinção do ensino primário superior e do liceu nacional. Em exposição ao Conselho do Governo, Mário Ferro afirmava: "Nesta provincia não se necessita apenas de escolas primárias, como poderá afigurar-se à primeira vista, num estudo de relance. […] Os cabo-verdeanos aspiram e teem direito a mais alguma coisa, já pela sua reconhecida capacidade mental, já pelo seu progressivo estado social" (1918, Abril 29).

A história conturbada do ensino primário superior[189] e a história bem sucedida do liceu de Mindelo[190] testemunham a falência do reordenamento educativo e do projecto de retorno ao ensino confessional.

---

[188] Natural da ilha de S. Vicente, Mário Ferro, enquanto estudante foi o 2º Secretário do Comité de Cabo Verde da Junta de Defesa dos Direitos d'África. Formou-se em Direito pela Universidade de Cimbra (1912). Em 1917 foi eleito representante da ilha de S. Vicente no Conselho do Governo da colónia. Nestas funções defendeu a manutenção do liceu em Mindelo. Foi director do jornal *O Popular* e colaborou noutros periódicos: *O Independente, o Futuro de Cabo Verde*, *Vasco da Gama* e a *A Colónia de Cabo Verde*. Foi responsável da página sobre Cabo Verde no jornal *África.* (Oliveira, 1998, pp. 730/731)

[189] O ensino primário superior (com a duração de três anos), remonta a 1911 (Curso Livre de Ensino Primário Superior, da iniciativa da Câmara Mindelo de Mindelo). A Escola Primária Superior da Praia foi criada em 16/11/1917, suspensa pelo segundo Plano Orgânico da Instrução Pública, restabelecida em 23/11/1919 e extinta em 1/10/1921. Com idêntico percurso, a Escola Primária Superior de S. Nicolau foi considerada insubsistente em 21/11/1919, funcionou no ano escolar 1919/1920 e foi extinta em 22/8/1922 (Consultar Carvalho, 2006, pp. 88-95). Este tema é retomado na II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".

[190] Tema desenvolvido na II Parte, 1.1. " O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania".

Níveis e indicadores de ensino

As reformas educativas foram transpostas para a colónia com atrasos, manipulações e inconsistências. O sistema local de ensino muniu-se de estratégias de reelaboração dos modelos impostos pelo governo de Lisboa. As dificuldades de circulação dos padrões educativos geraram formas de sobrevivência e de expansão dos níveis de ensino (primário e secundário) num processo permanente (por vezes, tenso) de reajustamento dos princípios definidos na todo-poderosa e alheada metrópole.

Alfabetização

Analisar o (an)alfabetismo em Cabo Verde implica, em nosso entender, perceber o prestígio da cultura letrada e a sua ligação com as expectativas de mobilidade social. Em conformidade com Rui Ramos (1988, p. 1077), os níveis de alfabetização são o resultado de um processo de "vulgarização cultural", definida por Georges Duby como "tendência que as formas culturais construídas para as categorias superiores da sociedade têm a vulgarizar-se, a espalhar-se a partir dos cumes" (1974, p. 35).

Quadro 24 – *Evolução dos indicadores de alfabetização, 1918-1920*

Categorias	1918		1920	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sabem ler e escrever	34.090	21,7%	26.639	16,7%
Sabem ler	3.785	2,4%	6.796	4,3%
Analfabetos	119.117	75,9%	126.240	79,0%
Total	156.992		159.675	

(*Estatística geral da província de Cabo Verde*, 1920 e 1925)

Os indicadores de alfabetização demonstram a existência de comportamentos literácitos distintos: a leitura e escrita. Segundo Justino de Magalhães, "histórica e antropologicamente, ler e escrever traduzem capacidades alfabéticas diferenciadas e gradativas" (1994, p. 81). As diferenciações e especificidades entre leitura e escrita – na análise do autor de *Alquimias da escrita* –"não respeitam apenas à natureza dos actos em si, correspondem também a finalidades e processos da aprendizagem não necessariamente idênticos, nem simultâneos" (*idem, ibidem*).

O jornal republicano *A Voz de Cabo Verde*, em editorial dedicado à Instrução Pública, lamentava: "O filho de Cabo Verde que vai para a América, destina-se ali a trabalhos braçais. Geralmente, emigra analfabeto, o que o inibe de exercer outros misteres

numa terra onde todas as aptidões são aproveitadas e largamente remuneradas" (1912, Julho 22). A proibição da emigração de analfabetos para os Estados Unidos da América valorizou a percepção da natureza funcional da alfabetização[191], que, na acepção de Rahnema (1975), "faz dela um meio, uma função ao serviço do desenvolvimento multidimensional do homem e do seu meio sócio-económico" (*apud* Magalhães, 1994, p. 81). Eugénio Tavares, no opúsculo *Noli me tangere*, relaciona a emigração com o acesso às luzes da cultura:

> "1º - Que o caboverdeano não vai à América apenas à cata de alimento,
> 2º - Que o caboverdeano, quando regressa, (pois que sempre regressa quem como êle ama a família e a terra em que nasceu) traz, não só dollars, senão luzes; e apresenta, não só um exterior de civilizado, mas uma noção social por vezes mais justa que aquela que de outra parte lhe seria possível trazer;
> 3º - Que o caboverdeano, na América, modifica o seu modo de ser moral, erguendo-se de um absoluto anonimato social, a consciente elemento do progresso." (1918, p. 6)

A apropriação social do trinómio *alfabetismo-emigração-progresso*[192] incentivou a vulgarização cultural e o acesso à instrução mediante "um projecto de reorganização do ensino primário […], que tem por fim […] aumentar o número de escolas e postos de ensino, estimulado outro-sim, o leccionamento particular na província" (Circular, de 26/5/1918).

Ensino primário

O projecto de reorganização do ensino foi concretizado no primeiro Plano Orgânico da Instrução Pública. O ensino primário abrangia três graus, "compreendendo as matérias dos programas do ensino primário elementar, complementar e superior adoptado na metrópole, com a necessária adaptação do ensino agrícola e cívico, e com maior desenvolvimento do da Língua Portuguesa e da História e da Geografia caboverdeanas" (art. 3º, Decreto 3.435, de 8/10/1917). No ano seguinte – por força da lei (Portaria 474, de 31/12) – foi suspenso o ensino primário superior e nas "matérias dos programas de ensino primário elementar e complementar" dava-se ênfase ao ensino "da Língua Portuguesa e da Educação Cívica" (art. 3º).

A situação real do ensino primário, nas ilhas, foi questionada pelo jornal *O Caboverdeano*, em 1918:

[191] McLaren (1988) considera três acepções distintas e actuais da alfabetização – alfabetização funcional, alfabetização cultural e alfabetização crítica (Magalhães, 1984, p. 81).
[192] Este tema foi abordado no primeiro capítulo, 1.1. "A geração da ambiguidade (1910-1926)".

> "¿Realmente sem edifícios apropriados, limpos e higiénicos como se pretende atrair a frequência dos alunos?
> ¿Como se poderá ensinar sem material didáctico?
> ¿Que espécie de ensino poderá ministrar um professor, que mal saiba falar o português e que o escreva incorrectamente?
> ¿Qual de vós não reparou já que as crianças, por essas ilhas fóra, falam na escola o crioulo umas com as outras e até com os professores?
> Com certeza que 2/3 das escolas existentes na Província não medem mais de 5m de comprido por 4 de largo, não são acoalhadas e não teem mobiliário, apezar de serem frequentadas por mais de 50 alunos; portanto não se pódem chamar sequer escolas.
> Também uma grande parte dos seus professores foi nomeada ao acaso, havendo pouco escrúpulo na sua escolha apezar de bem se saber que a sociedade lhes entregou uma das suas funções mais difíceis e necessárias à educação da criança, do futuro cidadão." (1918, Maio 19).

O Manduco, órgão defensor dos interêsses da colónia, seis anos mais tarde, a propósito do "aumento de 60 e mais por cento sôbre as subvenções", dedicou um artigo aos professores primários"[193]:

> "Entre os funcionários do Estado ora contemplados, destaca-se a classe dos professores primários pela benemerência do seu *munus*.
> O pão que comem não lhes deve amargar porque é honradamente ganho. Se mais não luzem os frutos dos ímprobos labores, se a nossa educação deixa muito a desejar, não é deles a culpa. Esta, atribuímo-la exclusivamente à ingratidão do terreno: - aos pais, que os não coadjuvam obrigando os filhos o frequentar a escola; aos rapazes, que não prestam atenção às lições e não raro com a aprovação patética os desrespeitam; e, finalmente, ao programa que não corresponde às necessidades do ambiente.
> Porque a instrução é deficiente e a educação nula; porque reconhecemos mais amplas e imediatas vantagens às escolas primárias que ao curso liceal, – insistimos na completa modificação dos processos de educação e ensino até agora empregados e na urgente reforma do programa de instrução primária, deduzindo-o das necessidades da província e ampliando-a quanto às matérias." (1924, Janeiro 15)

Anos antes, Pedro Cardoso pedia resposta a uma pergunta inofensiva: "porventura educam as escolas primárias tais como existem e funcionam?" A propósito da "instrução do belo sexo [que] se limita a uma escola elementar em cada concelho, sendo a sua educação absolutamente desprezada" considerava:

> "Educar pois a mulher não só é justo mas racional.
> É justo, porque é um direito legítimo que lhe cabe pelo princípio da igualdade.
> É racional, porque sendo à mulher que cumpre educar, corrigir e moralizar o homem nos primeiros anos da sua existência, sendo a ela que está confiada a tarefa tão melindrosa, cumpre educá-la convenientemente para que ela ao modelar a alma desses pequenos seres que lhe estão cofiados, não cultive espíritos fracos e seres inúteis, mas homens livres e cidadãos úteis a si e aos seus semelhantes." (1912a, Setembro 30)

[193] Na classe dos professores primários prevaleciam os professores dos postos de ensino, cujo vencimento de exercício 180$) correspondia a metade do vencimento do "professor de 1ª classe", a 60% do salário de um "professor de 2ª classe" e a 75% do salário de um "professor de 3ª classe" (tabela A, Decreto 3.345, de 8/10/1917).

As estatísticas educacionais, publicadas pela Imprensa Nacional de Cabo Verde, comprovam as desigualdades de género e a tendência do seu esbatimento, ao longo do tempo.

Quadro 25 – *Evolução das matrículas de alunos e alunas no ensino primário elementar*

Matrículas	1918		1920	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sexo masculino	5.339	76,6	5.364	69,7
Sexo feminino	1.631	23,4	2.337	30,3
Total	6.970		7.701	

(*Estatística geral da província de Cabo Verde*, 1920 e 1925)

O ensino primário superior foi percepcionado como a fase propedêutica ao ensino secundário e, portanto, valorizado socialmente, o que explica as reacções à decisão da sua extinção. Mário Ferro em artigo de opinião, no semanário *A Voz de Cabo Verde*, perguntava "¿A que critério obedeceu a extinção da Escola Primária Superior da Praia? Admitindo-se como aceitável o argumento da economia, para o equilíbrio orçamental, produziu-se este, porventura?"

> "Não. O orçamento viu-se sobrecarregado com outros encargos que foram buscar a sua sustentação nas economias feitas com a Instrução! Excelente critério e bela norma de aplicação da sciencia colonial!
> Apresentou-se tambem outro argumento […] o do perigo de uma *praga idêntica à dos bacharéis* na metropole.
> Calcule-se que grande perigo poderá constituir para a província o facto de, entre umas dezenas de milhares de habitantes, existirem umas centenas de cabo-verdeanos habilitados a poderem exercer cargos burocráticos, resultando disso uma bôa economia – que tanto se tem procurado –: habilitados a poderem, conscientemente, aumentar o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial; habilitados a irem, nos nossos vastos territórios coloniais, dispender a sua actividade, em proveito de toda a nacionalidade!" (1918, Agosto 5)

A natureza de "ensino de continuação"[194] do nível primário superior é visível no texto do decreto que o extinguiu:

> "Considerando que a existência de escolas das Escolas Primárias Superiores na província, criadas pelo decreto n.º 3.435, de 8 de Outubro de 1917, bem como a Escola Normal Primaria não corresponde às necessidades presentes no tocante a instrução.
> Considerando que há já na província um liceu;
> Considerando que a instrução de que mais necessidade há é, alêm da primária geral, a profissional;
> Considerando que na Metrópole se extinguirem as escolas primárias superiores por também já não corresponderem às verdadeiras necessidades da instrução.
> O Conselho Legislativo aprovou e o Gôverno da Colónia de Cabo Verde dá o seu assentimento a este diploma, que fica provisoriamente em vigor, aos termos da sessão 2.ª, da base 30.ª da Administração Civil e Financeira das colónias.

[194] Expressão de António Sérgio (citada em Araújo, 2000, p. 179).

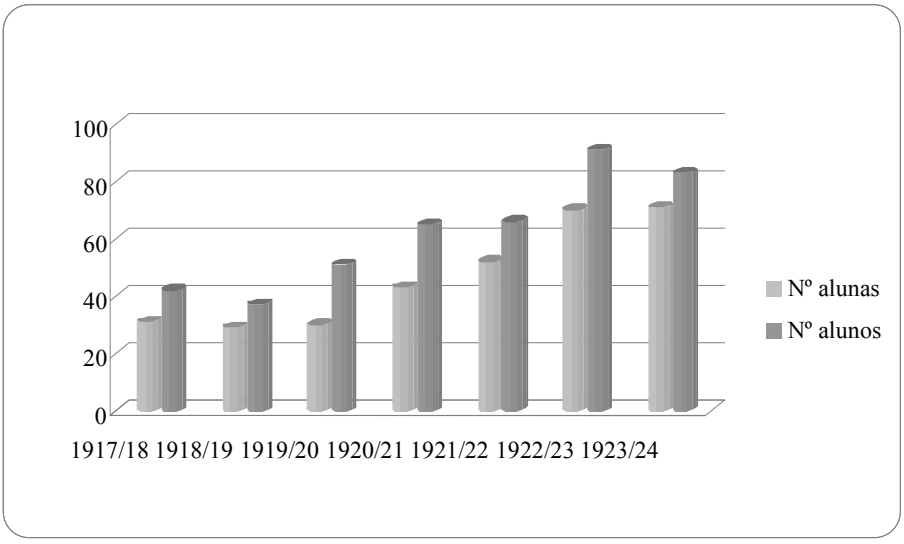
São declaradas extintas as Escolas Primárias Superiores, criadas pelo decreto n.º 3:435, de 8 de Outubro de 1917, bem como a Escola Normal Primária, as primeiras das quais, de facto, deixarem há muito de existir e a ultima nunca chegou a organizar-se." (Portaria 28, de 12/3/1924)

Ensino secundário[195]

"Liceu em Cabo Verde. Está, finalmente, satisfeita uma das maiores e mais justas aspirações de Cabo Verde!" O título do editorial de *A Voz de Cabo Verde*, de 2/7/1917, ilustra o regozijo com a criação do Liceu Nacional. Contrariamente ao preconizado na Lei 701, de 13/6/1917[196], que o instituiu (transcrita na primeira página do periódico), o liceu não chegou a funcionar "provisoriamente no edifício do seminário extinto", tendo sido instalado definitivamente na cidade de Mindelo, ilha de S. Vicente"[197].

No arco temporal de sete anos lectivos, verificou-se um crescimento da população escolar liceal, com ligeiras quebras nos anos lectivos de 1918/19 e de 1923/24[198]. A frequência escolar feminina representava 25,1% do total dos efectivos escolares.

Gráfico 1 – *Evolução da frequência escolar do Liceu Nacional de Cabo Verde, 1917/18 a 1923/24*



(*Relatório do reitor do Liceu Infante D. Henrique*[199], de 31/7/1923)

A redução de matrículas, acima referida, coincide com as primeiras tentativas de aniquilamento do liceu nacional e a instalação, no edifício do Seminário, de outras

[195] A apresentação do ensino secundário, no presente capítulo, é muito sucinta por constituir a temática central da dissertação.
[196] Consultar I, Parte, 2.1."A educação republicana" e II Parte, 1.2. "O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania". A Lei está reproduzida no anexo 10.
[197] A localização do liceu em Mindelo foi consagrada no Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917.
[198] Efectivos escolares no Liceu Nacional - 1917/18: 73; 1918/19: 66; 1919/20: 81; 1920/21: 108; 1921/22: 118; 1922/23: 161; 1923/24: 154 (*Relatório do Liceu Infante D. Henrique*, de 31/7/1923).
[199] Fundo dos Serviços da Administração Civil (IAHN).

instituições de ensino secundário. O Plano Orgânico da Instrução Pública, de 1918, que extinguiu o Liceu Nacional (S. Vicente), criou o Instituto de Instrução Secundária que deveria ministrar o ensino secundário e normal:

> "Artigo 17º § 1°. Este Instituto funcionará provisoriamente e só enquanto a colónia não tenha alojamento próprio noutra ilha, no edifício do extinto Seminário da Ilha de S. Nicolau, aproveitando-se o respectivo material escolar, devendo também para lá remeter-se todo o material pertencente ao Liceu Nacional de S. Vicente, que fica extinto.
> Art. 18º. O ensino secundário ministrado no Instituto constará das matérias do Curso Geral dos Liceus da metrópole, abrangendo 5 classes, repartidas por duas secções, compreendendo a primeira secção as três primeiras classes e a segunda as duas seguintes.
> Na 2.ª e 3.ª classes haverá, além das disciplinas liceais e em dias alternados, uma cadeira prática de escrituração comercial, cadeira que também será ministrada uma vez por semana na 5.ª classe (§ único)." (Portaria 474, de 27/12/1918).

A precariedade do Instituto de Instrução Secundária foi comprovada pela criação "em S. Nicolau e nos edifícios e propriedades do antigo seminário […], do Instituto Caboverdiano de Instrução, com internato e externato, onde se professarão as disciplinas do curso geral dos liceus metropolitanos […] além da instrução primária" (Diploma legislativo colonial 22, de 7/10/1925)[200]. A coexistência de duas escolas secundárias – o Liceu de Mindelo (S. Vicente) e o Instituto Caboverdiano de Instrução (S. Nicolau) – foi fugaz. No ano de 1931, a casa de instrução de S. Nicolau foi, funestamente, transformada em Campo de Concentração para acolher os deportados políticos, que participaram na sedição da Madeira contra o regime salazarista[201].

Cursos profissionais

O Plano Orgânico da Instrução Pública, de 8/10/1917, regulamentou o ensino profissional que compreendia o da arte marítima, o industrial e agrícola (art. 14º, Decreto 3.435, de 8/10/1917). O ensino da arte marítima foi provido na Escola Elementar de Pilotagem, dirigida por Henrique Owen Pinto (Anúncio, de 23/8/1922, publicado no *Boletim Oficial*, de 2/9/1922). O ensino profissional agrícola seria ministrado em duas escolas práticas móveis, uma para o grupo de ilhas de Sotavento e outra para o de Barlavento (§ 3º, art. 14º, Decreto 3.435, de 8/10/1917). Deduzimos que as escolas móveis não tenham funcionado, pois o segundo Plano Orgânico da Instrução Pública determinou, no ano seguinte, que o ensino agrícola fosse "ministrado na propriedade de S. Jorge dos Órgãos, na ilha de Santiago" (art. 49º, Portaria 474, de 27/12/1918). No ano de 1921, foi aprovado o regulamento de uma escola para habilitação profissional de enfermeiros,

[200] Publicação com as modificações aprovadas pelo Conselho Legislativo.
[201] Este tema é retomado na II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".

dirigida pelo director do hospital da Praia. O ensino era ministrado por dois clínicos, um farmacêutico e pelo chefe de Secção Administrativa da Repartição de Saúde (Portaria 135, de 7/4/1921).

2.3.2. O mito do cabo-verdiano instruído (1927-1960)

Alfabetização, taxa heróica ou depressiva

No artigo "Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal", Rui Ramos afirma que "a alfabetização deixa de ser uma *taxa*, heróica ou depressiva, para vir a ser entendida como um *modo de vida*: uma certa relação com a cultura letrada que deve ser definida pelo quadro da cultura tradicional, pelo da estrutura das classes, pelo sistema de poder" (1988, p. 1.079). No caso de Cabo Verde, os números da alfabetização foram condicionados por indicadores traçados "pelo quadro da cultura tradicional, pelo da estrutura das classes, pelo sistema de poder".

Taxa heróica

Na conferência *Atribulações dum marinheiro em terra de além-mar* (1932), o Governador Fontoura da Costa afirmou que, "no começo dos anos 30 do século XX, o analfabetismo era quase desconhecido em terras caboverdianas, em 1932 as 150 escolas primárias existentes no arquipélago eram frequentadas por 8.000 alunos dos dois sexos, numa população de 150.000 habitantes", recordando que "no Portugal europeu, na mesma data, a taxa de analfabetismo era de 62,3% na população com mais de 7 anos!". José Osório de Oliveira considerava "a percentagem de analfabetos, muito inferior à das populações metropolitanas, […] insignificante, quási inexistente" (1936, p. 4). No ensaio *Palavras sôbre Cabo Verde* escreveu:

> "A sede de aprender é extraordinária nos caboverdeanos. Nenhum espectáculo tão comovente como uma escola de instrução primária que vi numa povoação do interior de Sant'Iago. Numa casa acanhada comprimiam-se dezenas de crianças descalças e mal vestidas, que muitas vezes não comiam o necessário, filhas de gente quási miserável duma terra periòdicamente flagelada pela seca. Nos olhos dessas crianças havia, porém, uma chama de vivacidade intelectual que iluminava a sala pobríssima de aula. O professor informou-nos que, se mais pudesse receber, mais alunos teria, pois o caboverdeano pode não ter de comer mas nunca deixa de estudar por sua vontade." (1936, p. 4).

O *Notícias de Cabo Verde*, na crónica com o sugestivo título "Está se ensinando bem em Cabo Verde", defendia que "a percentagem dos analfabetos é hoje em Cabo Verde uma das menores, senão a menor, do Império Português", acrescentando: "Folgamos com isso. E para nós não é admiração, porque ainda há pouco vimos um mapa do seu desenvolvimento que nos consolou. Em 1935 houve 798 exames do 1º grau e 422 do 2º. Houve em 1935, um aumento de 98 por cento sôbre o número de exames realizados em 1932" (1936, Agosto 19). O Catálogo da Exposição Colonial fixou em 25% a taxa de analfabetismo na colónia:

> "O caboverdeano é duma maneira geral inteligente, apaixonado pelas artes com gôsto pela música e pala poesia, é frequente encontrarem-se indivíduos que não sabem a mais pequena nota de música tocarem muito bem qualquer instrumento.
> […] A percentagem de analfabetos é inferior a 25%; o ensino primário está difundido em tôdas as ilhas e o ensino secundário também é muito frequentado especialmente o Liceu de S. Vicente.
> Revelam os habitantes sentimentos artísticos nos vários trabalhos em rendas, bordados, trabalhos em fibra, em palha, tartaruga, cerâmica, etc." (Galvão, 1940b, p. 59)

Cabo Verde tinha todas as condições para ser um arquipélago adjacente – segundo o *Diário de Noticias* – "porque a percentagem de analfabetos reduz-se a olhos vistos, tanto que proporcionalmente à sua área e população deve ser a parte de todo o Império Português, incluindo a Metrópole, onde a percentagem de analfabetos é menor" (citado no *Notícias de Cabo Verde*, 1949, Março 22). No ano seguinte, o mesmo jornal transcrevia as impressões de P. Werrie (de *La Nation Belge*):

> "Não há analfabetos em Cabo Verde. Encontrei poetas extraordinários, tipos esplêndidos de pele negra que falavam um esplêndido francês de inacreditável doçura. Os poetas,fazem imprimir as suas produções. Outros têm uma revista. Escrevem em português ou em creoulo. Conhecem-nos no Brasil e eles conhecem os seus confrades brasileiros. Sentem-se e são portugueses." (1950c, Janeiro 25)

O mito da alfabetização e a valorização excessiva das capacidades dos cabo-verdianos eram ostentados como troféus da política lusitana de assimilação.

Taxa depressiva

Os indicadores idealizados pelo poder colonial colidiam com um discurso local mais realista, mas, igualmente, confrontado com preconceitos de alteralidade da sociedade crioula em relação a outros povos colonizados, porque mais instruída, logo mais "civilizada". O *Boletim Oficial,* de 25/8/1931, publicou uma leitura crítica das propaladas taxas baixas de analfabetismo:

> "Pela estatística demográfica de 1928 – a última que se encontra publicada – a população do arquipélago é de 150.160 habitantes, dos quais 34:936 são indivíduos até 10 anos de idade e que, por isso, não podem ser contados para se achar a percentagem dos que sabem lêr e escrever.
> Nessa estatística, dá-se como sabendo lêr e escrever 51:394 habitantes, – número que parece exagerado, mas, admitido que seja aproximado, a percentagem dos analfabetos fica sendo de 68%[202], que julgo ser inferior à de qualquer outra colónia. Mas «saber lêr e escrever» não significa que o indivíduo tenha habilitações que o tornem apto para as lutas da vida, além de que, na ocasião de preenchimento dos boletins de censo demográfico, todos declaram aos agentes deste que «sabem lêr e escrever». Uma grande parte da população, mesmo que tenha o exame de instrução primária, fala só o creoulo e tem pretenção de declarar que sabe «lêr e escrever». É por isso que a maior parte dos emigrantes caboverdianos na América se emprega como pedreiros, cavadores, marítimos, pescadores, etc. Ora se eles tivessem uma razoável cultura e recebessem noções elementares de artes e ofícios, adquirida numa escola profissional, estou que valorisariam melhor as suas naturais aptidões." (Diploma Legislativo 302, de 25/8/1931; sublinhado nosso)

Segundo Rui Ramos, "quando comparamos taxas de alfabetização, estamos a comparar mais do que marcas da mesma corrida, estamos a comparar diferentes sistemas socioculturais, diferentes reacções individuais à mudança, diferentes políticas" (1988, p. 1112). Importa, portanto, analisar as clivagens culturais entre os meios rural e urbano, que emergem na entrevista que o Inspector Escolar, Acácio Osório, concedeu a Maria Helena Spencer:

> " -Que pensa do analfabetismo em Cabo Verde? Fala-se muito da grande percentagem de pessoas que sabem ler e escrever, mas o que é certo é que há tantas que não sabem e com as quais contactamos dia a dia, que custa acreditar?
> - À sua pergunta julgo que deveria ser feita a outras entidades e não a mim. Os Serviços do Estatística, por exemplo, poderão responder, com mais exactidão. Se me pedisse a minha opinião quanto à percentagem de analfabetos verificada na classe infantil que está dentro da idade escolar 7 aos 13 anos de idade – poderia dizer-lhe que é grande.
> Explicando:
> - Bem vê: a distribuição geográfica do Arquipélago, bastante caprichosa, não nos permite caminhar com aquela eficiência que seria de desejar. Por um lado o isolamento apaixonante do camponês caboverdiano e, por outro, a dificuldade em conseguir-se urbanizá-lo. A edificação de moradias junto das glebas que cultiva está muito nos hábitos da gente rural do Arquipélago. Se pudéssemos localizar tais edificações e circunscrevê-las em áreas não superiores a cinco quilómetros, teríamos planificado todas as zonas que necessitam de estabelecimentos de ensino. O problema é mais difícil de resolver do que se supõe e o Estado não pode fazer tudo. Além disso não há em Cabo Verde ligação íntima entre a escola e a população. É indispensável para a solução do problema, uma compreensão colectiva que não existe e uma mútua colaboração entre todos os elementos que têm de contribuir com o seu esforço e tenacidade para a desejada elevação moral e intelectual deste povo. Apesar de tudo, note que a percentagem de analfabetos, dum modo geral, é inferior à de muitos outros territórios, se bem que não seja tão diminuta como muitos supõem. Toda a gente se habituou a calcular a percentagem de analfabetos em relação a meios urbanos, como S. Vicente e Praia, onde de facto essa percentagem é insignificante ou quase nula, esquecendo, todavia, que a grande massa populacional viva fora desses

[202] Confronte-se a taxa de 68% de analfabetismo com os indicadores para os anos de 1918 e 1920: 75,9% e 79%. (Quadro 24). Consultar II Parte, 2.3.1. "Organização".

> meios. A população da província, segundo recentes dados estatísticos, é de 148.331 habitantes, sendo 3.573 e 19.158 para a Praia e S. Vicente, respectivamente. Não se esqueça também que há muitos milhares de indivíduos que, embora saibam copiar o seu nome, não sabem ler nem escrever, e, contudo, não figuram no número de analfabetos, o que pode, também, ajudar a deturpar a verdade dos factos. Portanto, a percentagem apurada nos Serviços do Estatística, depois de devidamente corrigida, suponho que deve oscilar entre os 65 e 70%." (1953, Junho; sublinhado nosso)

A aceitação cautelosa das taxas de alfabetização (comparados com as da metrópole)[203] e a consciência dos "caminhos de provação na verdade dos filhos da pobreza rural" estão presentes na crónica de Jorge Barbosa:

> "Bom seria que imitássemos em Cabo Verde, senão que seguíssemos, o propósito do Governo Central de em futuro próximo reduzir a nada, ou a um mínimo inevitável, o índice do analfabetismo na Metrópole.
> Há anos atrás, nós aqui nos poderíamos orgulhar de apresentarmos nos gráficos estatísticos uma percentagem de alfabetos que não ficaria em desvantagem se fosse confrontada com outras percentagens de outras parcelas do conjunto português.
> Quem tem reparado no tradicional drama escolar dos filhos da nossa pobreza rural, a mais desamparada de todas? Drama que quotidiano dos longos percursos, a caminho das aulas. Drama heroicamente suportado e superado pelo muito desejo que as crianças das ilhas têm de saber ler e escrever.
> Elas lá vão, por difíceis e penosos quilómetros, rumo à escola. Descalças, semi-nuas, mal alimentadas, a cabeça ao léu, o corpo magro, mesmo assim resistente e ágil, lá vão elas assobiando e cantando!
> Caminhos de provação na verdade, os desses meninos! Caminhos, estou eu chamando às faixas de palmo e meio de largura marcadas na terra viva com asperezas de lixa, por tantos pés apressados, numa interminável penitência que é o vai-e-vem esforçado das nossas gentes dos campos.
> Caminhos de canseiras, os dessas crianças! Caminhos contornando encostas íngremes, atapetadas de cascalhos que penetram e ferem como pregos, seguindo as cristas dos montes ventosos, atravessando descampados inóspitos de basaltos aparados em gumes e rescaldados pelo calor do sol!
> Elas à tardinha regressam da escola aos casebres. Trazem o estômago vazio. Mesmo assim vêm assobiando e cantando!
> Preciso que acabem com os impostos, (chamo-os assim) que a criança caboverdeana se obriga a pagar durante o tempo da sua instrução primária.
> […] Instrução primária gratuita e obrigatória!" (1953, Dezembro)

O preceito da instrução gratuita e obrigatória não era "uma realidade ou um facto, por virtude de causas complexas, de todos bem conhecidas", de entre as quais "a pobreza de algumas famílias, sem recursos que lhe permitam vestir os seus filhos e fornecer-lhes os utensílios escolares indispensáveis" (Portaria 2.124, de 27/1/1940). João Coelho Pereira

[203] Em meados do século XX, as estatísticas da UNESCO referem uma percentagem de analfabetos de mais de 40% e uma taxa de escolarização da população infantil de 45%, o que situa Portugal no último lugar europeu, a larga distância dos restantes países (Nóvoa, 2005c, p. 113).

Serra[204] retomou, treze anos mais tarde, o conceito de alfabetização funcional e correlacionou o exercício da capacidade literácita com a emigração:

> "Quer nacional, quer internacionalmente, o problema da instrução pública domina a política dos governos e dos grandes responsáveis da vida mundial. O homem analfabeto é indiscutivelmente elemento perturbador da vida moderna. O reconhecimento deste facto impele os governos a dedicarem especial atenção à causa da instrução pública.
> Na Metrópole Portuguesa além da imposição do ensino primário obrigatório, com o definido objectivo de se eliminar o analfabetismo, constroem-se, em acelerado ritmo, óptimos edifícios para escolas primárias, liceus, escolas de ensino técnico-profissional, faculdades, escolas superiores e institutos de alta cultura. Em Cabo Verde, a partir de 1945, têm-se construído muitos edifícios para escolas e postos escolares, pondo-se assim termo, em grande parte, ao mau aspecto que as casas arrendadas, térreas e cobertas de colmo, oferecem, quer à feição pedagógica, quer à apreciação de quantos as enxerguem e as visitem nas freguesias rurais, em especial.
> […] O benefício que a Província já gozou de ter possuído insignificante percentagem de analfabetos deve ser restaurado e porventura ampliado, facultando-se o ensino profissional e preparando-se assim convenientemente o trabalhador caboverdiano para o que ele deve realizar na Província e para o que ele poderá também realizar nas terras para onde emigra.
> A emigração é uma poderosa fonte de riqueza para os povos que vivem em dificuldade económica, ou para os em que a respectiva densidade de população é superior ao que normalmente se devia verificar, quando se admita tal normalidade. - Em Cabo Verde a densidade é fraca, mas existem factores económicos que obrigam a emigrar, o que se regista em muitas outras regiões do globo. - Convirá, pois, que o emigrante caboverdiano saia com o mínimo de preparação intelectual e profissional desejável. Para a primeira existem postos escolares, escolas e liceu; para a segunda haverá que criar escolas práticas ou de ensino dos rudimentos da profissão." (1953, Fevereiro)

No ano de 1955, em conformidade com o Diploma Legislativo 1.254, de 27/8, determinou-se a adopção de princípios idênticos aos da metrópole, onde se lançou e está em curso uma intensa campanha contra o analfabetismo[205], que tem dado os melhores resultados na instrução e elevação cultural do povo", com a finalidade de se desenvolver "a instrução primária […] a fim de nela não haver analfabetos".

Cada um no seu lugar[206]

A estratégia educacional – formar cada um à medida do lugar social que lhe está destinado – está patente na dicotomia "para preparação intelectual, existem postos, escolas e liceus e para a preparação profissional, escolas práticas ou de ensino dos rudimentos de profissões" (texto *supra*).

[204] Manuel Coelho Pereira Serra (1909-1989), formado em Direito pela Universidade de Lisboa, foi Chefe da Secção dos Serviços de Estatística da Colónia de Cabo Verde e, a partir de 1947, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de S. Vicente. Investigador e poeta, foi sócio-fundador da Rádio-Club de Cabo Verde e um dos participantes na *Mesa Redonda sobre o homem cabo-verdiano* realizada em 1956. (Oliveira, 1998, p. 792).
[205] Campanha Nacional de Educação de Adultos. Consultar I Parte, 2.2. "A política educativa do Estado Novo".
[206] Título da II Parte do livro de Sérgio Grácio, *Ensinos técnicos e política em Portugal* (1998).

A possibilidade da existência de "uma excessiva inflação de burocratas" justificou a orientação política de "encaminhar os objectivos da instrução para o campo do ensino profissional, especializando o agrícola" (Diploma Legislativo 533-A, de 10/8/1936). Anos antes, João Gomes da Fonseca[207] tinha desmistificado esta falsa questão e defendido a coexistência dos ensinos liceal e profissional, "um e outro necessários em Cabo Verde". O director dos Serviços das Obras Públicas da Colónia concluía que "do mal, o menos e [que] mais vale ter funcionários com os conhecimentos gerais que lhe ministra o liceu do que ignorantes e inaptos como tantas vezes sucede" (1931, Agosto 6). No mesmo sentido, o professor Augusto Miranda rejeitou a tese da extinção do ensino liceal[208], em alternativa ao ensino técnico, conducente "a uma sociedade de técnicos, de especialistas, espiritualmente mutilada":

> "Lembre-se ou saiba-se, que Cabo Verde constitue uma província ultramarina com capacidade para desempenhar, no concerto lusitano, o honroso papel que lhe compete. Enquanto as dificuldades nacionais não impuserem a extinção dos liceus de Angola, de Moçambique, de Macau, da Madeira, dos Açores e das terras metropolitanas, não aceitamos, sem protestos clamorosos, a ideia da extinção do Liceu Infante D. Henrique.
> […] E, quanto à técnica, nos ensina o Dr. Marques Guedes, ilustre professor do ensino superior técnico, durante cerca de 17 anos... Sem a preparação clássica, uma sociedade de técnicos, de especializados, será sempre espiritualmente mutilada […] delas foi banida ou pretende-se banir a ideia de Deus – e é Deus tudo o que exprime o amor pela beleza, o respeito pela pessoa humana, a dignidade da razão e êste eterno anseio pelo equilíbrio, pela bondade, pela justiça numa perpétua ascensão social…" (1938, Fevereiro 1)

O projecto de criação de um curso do magistério primário no liceu mindelense obedeceu à mesma lógica de conformação social. O reitor do Liceu Infante D. Henrique, Manuel Ferreira Rosa, num conjunto de "propostas e sua justificação" apresentadas ao Governador[209], defendia a "valorização do curso geral do liceu da Colónia, de maneira a desviar a população escolar dos cursos complementares, com a creação duma Secção do Magistério Primário" (14/7/1931, p. 26). Reconhecia, porém, o reitor que "a um indivíduo possuidor da carta do curso geral dos liceus (5º ano) que, por razões de qualquer ordem, não procura munir-se da carta do curso complementar, resta apenas a longínqua, e, quanta vez, falaz esperança na possibilidade de colocação num dos quadros do funcionalismo geral da colónia, como aspirante" (*ibidem*, p. 41). Para a franja ilustrada da sociedade islena, a necessidade de uma cultura técnica básica não invalidava a perdurabilidade do

[207] O engenheiro civil João Gomes da Fonseca dirigiu os Serviços das Obras Públicas de Cabo Verde. Colaborou no *Boletim da Agência Geral das Colónias*, *Notícias de Cabo Verde* e no *Eco de Cabo Verde*. (Oliveira, 1998, p. 734)
[208] Consultar II Parte, 2.1. "O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania".
[209] Documento do arquivo do Liceu Ludgero Lima (Mindelo).

liceu, enquanto projecto sociopolítico de cidadania esclarecida e factor de progresso social.

Para inverter a tendência da formação de "uma espécie de proletariado intelectual saído do Liceu e que está sem emprego" (Governador[210] em entrevista ao *Notícias de Cabo Verde*, 1933, Agosto 26), foi criado o ensino técnico profissional. O evento foi divulgado no *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação* (1956, Agosto):

> "E a Província de Cabo Verde não podia deixar, mais uma vez, de mostrar os seus anseios de valorização e de ser chamada a dar colaboração ao desenvolvimento do ensino técnico da Nação, o qual cada vez mais se vem dignificando.
> A atestá-lo, e como primeiro e decisivo passo naquele sentido, foi a criação da Escola Técnica de S. Vicente, determinada pelo decreto n.º 40.198 publicado em 22 de Junho do ano findo, logo após a honrosa visita a esta Província de Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República General Craveiro Lopes e a cuja promulgação ficam também ligados os nomes prestigiosos de Sarmento Rodrigues e de Abrantes Amaral."

A Escola Técnica Elementar de Cabo Verde[211] foi elevada a Escola Industrial e Comercial, por Decreto-Lei 41.604, de 1/5/1958[212].

Oferta educativa na capital

António Nóvoa chama a atenção para "os contextos políticos e os interesses das famílias [que] desempenham um papel essencial, nomeadamente para compreender o jogo da oferta e da procura da educação" (2005a, p. 71). Foi num contexto de afirmação dos interesses das famílias, penalizadas com a deslocação dos filhos para estudarem noutra ilha[213], que surgiu a Secção do Liceu Gil Eanes na cidade da Praia (Decreto 40.198, de 22/6/1955)[214]. A significativa expansão escolar na Secção Liceal, que "ascendeu a cerca de 400 alunos, fundamentou a institucionalização do Liceu da Praia (Decreto 43.158, de 24/9/1960)[215].

A oferta educativa, na capital, foi complementada com a criação do Seminário de São José[216], por iniciativa do bispo da diocese D. José Filipe do Carmo Colaço, "em

[210] Amadeu Gomes de Figueiredo, foi Governador de Cabo Verde, entre os anos de 1931 e 1941.
[211] Este tema é desenvolvido na II Parte, 1.4. "A natureza dual do ensino secundário".
[212] O decreto-lei está reproduzido no anexo 10.
[213] Maria Helena Spencer, no *Cabo Verde Boletim* calculou que "a estadia de uma criança em S. Vicente anda à volta de 600$ ou 700$. Isto, sem falar nas despesas próprias do estudo, como livros, propinas, explicadores, etc." (1952, Junho).
[214] Esta temática é desenvolvida na II Parte, 1.3. "A tardia edificação do liceu na Praia".
[215] O decreto está reproduzido no anexo 10.
[216] O curso do Seminário de S. José compreendia "cinco anos de humanidades ou estudos preparatórios, três de filosofia e quatro de teologia". No curso dos estudos preparatórios encerraram a matrícula, este ano, 49 seminaristas, assim divididos: 17 do 1º ano, 11 do 2º, 9 do 3º, 7 do 4º e 5 do 5º ano." (*O Arquipélago*, 1964, Setembro 10)

instalações provisórias no edifício do antigo Lazareto, a escassos metros da Ponta Temerosa, convenientemente reparado e adaptado[217] para o fim" (Barros, 1965, Novembro 4). O padre Caetano Pimenta Pereira recorda os primeiros tempos da vida da instituição religiosa:

> "Aquele [o Seminário de S. Nicolau] acabou, temos agora um novo Seminário! […] O governador logo ofereceu, na Ponta Temerosa, uma casa, que nós hoje chamamos Palacete, que era a casa de verão do Governador, onde ia passar os meses quentes de verão, e disponibilizou aquele edifício para começar o Seminário.
> […] A 7 de Novembro de 1957 nós abrimos o Seminário com uma inauguração solene. […] No primeiro ano tivemos apenas nove alunos. Cabiam naquela casa. No segundo já eram mais doze. Não cabiam naquela casa. Então o Sr. Bispo teve de pedir ao Governo que disponibilizasse um armazém entre o Farol e o actual Seminário, um armazém de arrecadação que os militares ocupavam. E o padre Nogueira transformou aquela casa num dormitório para os seminaristas. Passados dois anos já estava a aumentar o número dos seminaristas, trinta, quarenta e foi necessário um novo Seminário. Dom José Colaço, com o apoio do Governo construiu o actual Seminário Diocesano de São José, na Ponta Temerosa. Um pavilhão airoso, perto do mar, muito vasto, muito cómodo, com sete salas de aula, com quatro dormitórios, uma cozinha, um refeitório, etc." (2005, Novembro, p. XXI)

Ao finalizarmos a "breve reconstituição do sistema educativo", de 1927 a 1960, contrapomos ao "mito do cabo-verdiano instruído"[218] a límpida afirmação de Amílcar Cabral: "quando um poeta, em Cabo Verde, publica um soneto ou um poema, o povo, a grande maioria da população, não o lê" (1951, Junho).

2.3.3. A hesitante modernização (1961-1974)

Expandir a oferta educativa

Na Escola Comercial e Industrial de Mindelo, na conferência "Aspectos da realidade económica em Cabo Verde", Aguinaldo Wahnon, após considerar que a escola deveria "fornecer cultura […] e lutar contra vícios e hábitos adquiridos ao longo dos anos através da subcultura da pobreza e elevar a massa a um nível cultural condigno com a nossa civilização" (1963, Outubro-Dezembro, p. 42), apresentou uma "taxa de analfabetismo

[217] *O Arquipélago*, anunciava em 10/12/1970, a inauguração do "conjunto constitutivo do Seminário Diocesano de S. José, conjunto que, além de diversos edifícios – capela, dormitórios, salas de aulas, salão de festas, refeitório, etc, inclui, ainda, um amplo campo de futebol, um recinto para basquetebol e uma piscina" (1970a, Dezembro 10).
[218] António Nóvoa em *O analfabetismo em Portugal da Monarquia para a República* considera: "É muito curioso que a história tenha consagrado, como primeira medida estatística do analfabetismo, a percentagem de 88% inscrita no Censo de 1864 que não se reporta, na verdade à população de analfabetos, mas sim à população infantil não-escolarizada. "Alfabetização" torna-se, assim, sinónimo de "escolarização" (2005b, p. 59).

assustadora: mais ou menos de 80%, ”motivada pela falta de escolas e de professores” (*idem*, p. 43). Não obstante a “taxa depressiva” reconhecia a dimensão sociocultural da alfabetização.

> “Convém notar, o que é importante, que o analfabetismo em Cabo Verde não é sinónimo, felizmente, de ignorância. O nosso povo, em geral, possui conhecimentos de base e está de posse de técnicos que muito o elevam.
> Mas, essa cultura popular, que vem sendo transmitida de geração em geração, está desfazada e atrazada em relação às culturas obtidas por outros povos através de um ensino fecundo e atento ao progresso técnico-científico do mundo de hoje.” (*Idem, ibidem*)

A expansão da oferta escolar foi uma das estratégias de atenuação do atraso da “cultura popular” em relação “ao progresso técnico-científico do mundo de hoje” (texto *supra*). Em artigo, publicado na revista *Padrão* (Brasil) (transcrito no *Cabo Verde Boletim*), Candeias Alvarez dá-nos um panorama do “esquema de ensino existente em todo o arquipélago”:

> Em Cabo Verde o ensino é não só ministrado em escolas primárias, como ainda em liceus e postos de ensino num total de 113. Afora isso, e baseando-nos em dados oficiais «correctíssimos», transcrevemos na íntegra e sem quaisquer comentários – porque são desnecessários – o esquema do ensino em Cabo Verde.
> São os seguintes os estabelecimentos ensino existentes em todo o arquipélago:
> - 2 Liceus;
> - 1 Seminário menor;
> - 1 Escola industrial;
> - 1 Escola comercial;
> - 1 Escola agro-pecuária;
> - 2 Escolas de enfermagem;
> - 1 Escola de navegação costeira;
> - 1 Escola prática de telecomunicações;
> - 4 Escolas de formação feminina;
> - 3 Escolas de artes e ofícios;
> - 191 Escolas de ensino primário.
>
> Nos referidos estabelecimentos faculta-se, a brancos, mestiços ou negros: ensino primário comum; ensino profissional elementar das Artes e Ofícios para ensino primário e habilitação profissional de Carpintaria, Serralharia, Marcenaria, Ferraria e Olaria; ensino de formação de quadros do serviçopPublico para especialização de pessoal técnico com habilitação profissional em Enfermagem, Mestre de navegação costeira, Mestre de cabotagem, Operador e Montador radiotelegráfico e telefónico, Apontador de obras públicas, Carpinteiro, Serralheiro, Marceneiro, Vulgarizador agrícola e tipógrafo; ensino eecundário liceal; ensino secundário técnico para habilitação e especialização de profissionais, nas seguintes modalidades e cursos: Industrial: - montador electricista; comercial: - geral de comércio; esteno-dactilógrafo e disciplinas que constituem habilitação para o exercício de funções alfandegárias, e Educação Feminina – costura, corte e bordados.
> Tem ainda grande expansão em Cabo Verde o ensino primário doméstico particular e livre, só fiscalizável quando os alunos são submetidos a exame. E tal ensino interessa especialmente à educação feminina.
> […] O Seminário e os liceus de Cabo Verde são importantes centros culturais de expressão local com irradiação de um típico humanismo caboverdiano, dando origem a expressões culturais (especialmente literárias) que são próprias do arquipélago.
> Num resumo total temos assim:

	Estabelecimento de ensino	Professores	Alunos
Ensino primário	191	253	11.619
Ensino profissional elementar	7	24	927
Ensino de formação de quadros	5	12	123
Ensino secundário	4	45	1.231
Ensino eclesiástico	1	3	9
	208	337	13.909

E quem nos ler que faça os comentários que quiser…" (1962, Fevereiro)

Antero de Barros[219], no artigo "O ensino em Cabo Verde", fornece dados estatísticos do ensino liceal (Praia e Mindelo) e de ensino técnico-profissional (Escola Industrial e Comercial de Mindelo):

"Registou-se no ano lectivo 1962-1963 a seguinte frequência e aproveitamento nos liceus da província:

Liceus	Ciclos	Anos	Matriculados	Aproveitamento
Liceu Gil Eanes		1º	119	68,8 %
	1º	2º	93	59 %
		3º	98	52 %
	2º	4º	54	77 %
		5º	61	55,7 %
		6º	21	47,6 %
	3º	7º	19	57,8 %
Liceu Adriano Moreira		1º	140	69,9 %
	1º	2º	103	64,4 %
		3º	112	58 %
	2º	4º	77	83 %
		5º	105	35,2 %
		6º	52	42,6 %
	3º	7º	54	69,2 %

O ensino técnico profissional ministrado na província pela Escola Industrial e Comercial de Mindelo, está baseado nas mesmas normas que o ensino liceal, diferindo apenas no seu «curriculum» que é igual ao ensino técnico profissional professado na metrópole. Além do ciclo preparatório (de dois anos), funcionam também, com a duração de três anos, cada um, os cursos: Geral do Comércio, Formação Feminina, Estenodactilógrafo; Serralheiro Mecânico, Carpinteiro-Marceneiro.

Cursos	Anos	Matriculados	Aprovados	Percentagem
Ciclo Preparatório	1º	108	72	66
	2º	84	43	51
Geral do Comércio	1º	22	11	50
	2º	15	9	60
	3º	6	5	85
Esteno Dactilografia	3º	3	3	100
	1º	12	12	100
Formação Feminina	2º	17	8	47
	3º	2	6	85
	1º	9	7	77
Montador-Electricista	2º	9	2	40
	3º	5	2	40
Serralheiro Mecânico	1º	5	3	60
	2º	13	10	76
Carpinteiro-Marceneiro	1º	2	1	50
	2º	7	-	-

(1965, Novembro 4)

[219] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.

O Arquipélago, de 17/9/1970, noticiava que "em boa hora, o Governo Central acaba de concretizar uma grande aspiração desta província, com a criação de uma Escola Náutica":

> "Onde, os nossos jovens poderão dar plena realização às qualidades herdadas de outras gerações, de homens que, tradicionalmente, se distinguiram nas marinhas de todo o mundo.
> Escusado será enaltecer a grande projecção desta medida que se enquadra no acervo das realizações que vêm sendo levadas a cabo nesta província, com vista à promoção económica e social dos seus habitantes.
> Na Escola Náutica, que entrará em funcionamento no lectivo 1970/71, serão ministrados os cursos de pilotagem, de máquinas marítimas, de radiotelegrafia e de comissariado, destinados à formação de oficiais de Marinha Mercante, aos quais serão passados certificados e cartas de curso em condições idênticas às fixadas para a Escola Náutica de Lisboa."

Avanços e hesitações

Na década de sessenta abre-se "uma nova fase política, fortemente marcada pelas concepções do *planeamento* e pela influência das organizações internacionais da regulação do sistema educativo português" (Nóvoa, 2005c, p. 119). Sinais das tentativas de modernização aspergem o discurso educativo colonial, de forma hesitante, descontínua e truncada.

O alargamento do tempo da escolaridade obrigatória para seis anos, "tidas em conta as exigências e anseios do mundo moderno" (Decreto-Lei 45.810, de 9/7/1964), como analisámos no sub-capítulo anterior, não passou do plano discursivo, apesar da expansão física (rede escolar) e curricular (ciclo preparatório). Em entrevista ao *Arquipélago*, o Governador de Cabo Verde[220] assegurava que se "caminha para a escolarização total, tendo no ano lectivo findo [1969] atingido o alto nível de 90% de crianças escolarizadas, das que estavam em idade escolar[221]" e antevia o aumento do corpo docente qualificado "com a entrada em funcionamento da Escola do Magistério Primário[222] no ano lectivo próximo" e os resultados da "Escola de Habilitação de Professores de Posto[223], [que] vai entrar no

[220] António Adriano Faria Lopes dos Santos, Governador de Cabo Verde, entre os anos 1969 e 1974.
[221] O governador ilustrou as afirmações prestadas ao *Arquipélago* com os seguintes números: "No ensino primário em 1967-68 havia 12.473 alunos, em 1968-69, 23.988, em 1969-70, 40.685, isto é em dois anos mais do triplo. Quanto a postos escolares, em 1967-68 havia 98, em 1968-69, 107 e em 1969-70, 248, isto é, no mesmo período, duas vezes e meia mais. O número de turmas sofreu um aumento ainda mais espectacular, pois passou de 124, em 1967-68, para 669 em 1969-70. Quanto a escolas primárias, a evolução de 1967-68 para 1969-70, foi apenas de 15 para 18 e no tocante a turmas de 86 para 158. Mas não há que estranhar, por este aumento estar dependente das disponibilidades financeiras para a admissão de professores primários diplomados, os quais também não têm aparecido em número elevado" (1970, Outubro 15).
[222] A Escola do Magistério Primário foi criada pelo Decreto 173, de 17/4/1970. A organização do ano lectivo, das férias e horários foi regulamentada pelo Diploma Legislativo 1.717, de 11/7/1970.
[223] A Escola de Habilitação de Professores de Posto foi criada pelo Decreto-Lei 45.908, de 10/9/1964.

segundo ano de funcionamento e conta já com cerca de duas centenas de alunos" (1970, Outubro 15). No ano seguinte, o Chefe dos Serviços de Educação, António Castilho Borges, em entrevista à Emissora Nacional (transcrita em *O Arquipélago*, 1971, Outubro 7) referiu-se à "viragem decisiva" nos assuntos educacionais, com o início do funcionamento do ciclo preparatório"[224] e à intensificação "da escolarização, a nível do ensino primário, com saliência para a classe pré-primária". Ilustrou as palavras com os "números apurados pelas estatísticas":

Quadro 26 – *Número de alunos matriculados no ensino pré-primário e primário, 196-/1971*

Anos / Níveis	1968/1969	1969/1970	1970/1971
Pré-primária	6.758	19.665	17.195
1ª Classe	6.123	9.067	14.724
2ª Classe	4.212	4.725	5.676
3ª Classe	3.882	4.032	4.179
4ª Classe	3.013	3.196	3.329
Total	23.988	40.685	45.103

(Borges, 1971, Outubro 7)

O Arquipélago (1972, Novembro 16) dava conta da dimensão quantitativa do sistema educacional na província ultramarina de Cabo Verde:

> "O número de alunos escolarizados no ano lectivo 1972-73 ultrapassa os 56 mil; as escolas primárias totalizam 30, os postos escolares 345, o número total de turmas é de 1.484.
> Como se vê, houve aumentos sensíveis com excepção do número de turmas nas escolas primárias que diminuíram ligeiramente, devido à normalização do funcionamento de muitas delas pela passagem do regime de desdobramento para o regime normal.
> Nos números atrás citados incluem-se os estabelecimentos oficiais, oficializados e particulares, estes em reduzido número. Nos outros ramos do ensino há também aumento sensível. No ciclo preparatório o número de alunos passou de 1.583, no ano findo, para 2.219, no ano lectivo que se iniciou, o que se justifica principalmente pela criação das 4 Secções do Ciclo em S. Filipe, Assomada, Mindelo (Escola Industrial) e Ribeira Grande, além de que o ensino foi tornado gratuito como atrás referi. No ensino liceal, como é natural, o aumento foi menos sensível, apenas de 80 alunos. No ensino técnico profissional, de 37 alunos, o que para a Província é notável."

Como corolário da modernização educativa, foi anunciado o "funcionamento, o mais tardar em 1979, da Televisão Educativa, baseada no novo sistema de te1ecomunicações de Cabo Verde", prevendo-se que "42 mil contos vão ser gastos" (Oliveira, 1972, Dezembro 28). Este projecto não se realizou.

[224] Em 1968, foram cridas as Escolas Preparatórias da Praia e de Mindelo (Decreto 40.608, de 7/10/1968); em 1972, as Secções da Escola Preparatória da Praia (na vila de Assomada, ilha de Santiago e na cidade de S. Filipe, na ilha do Fogo) e da Escola Preparatória de Mindelo (vila da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão) (Despacho de 21/3/1972). No mesmo ano, foi instituída mais uma secção da Escola Preparatória de Mindelo (na Escola Industrial e Comercial de Mindelo) (Comunicação, de 21/8/1972).

Prelúdio da plena autonomia

Dois meses antes da independência nacional, o Governo de Transição do Estado de Cabo Verde para a Independência iniciou a reestruturação do ensino colonial. O ensino infantil pré-primário foi "interrompido, até que surjam estruturas que permitam imprimir autenticidade a tão importante ramo do ensino", sendo os professores […] transferidos "para o ensino de adolescentes e adultos em cursos vespertinos ou nocturnos" (Decreto-Lei 33, de 3/5/1975). O primeiro exercício de política educativa liberta da tutela colonial teve a seguinte fundamentação:

> "O ensino infantil pré-primário foi introduzido em Cabo Verde ao abrigo do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964 com o objectivo de permitir às crianças aquisição de uso corrente da língua portuguesa e desenvolvimento da receptividade para o ensino escolarizado.
> Determinou o referido decreto que esse ensino fosse oral e se baseasse em actividades lúdicas que tivessem como principal finalidade despertar na criança as faculdades específicas e integrá-las no ambiente mais directo e imediato do seu desenvolvimento.
> Objectivo tão elevado, e de interesse incontestável, só poderia vir a ser alcançado se tivesse havido o cuidado prévio de criar um corpo docente com preparação especifica para lidar com crianças em idade pré-escolar, de equipar as escolas com material didáctico apropriado para esse efeito e adoptar um programa adequado à realidade concreta de Cabo Verde.
> Porem, nada disso aconteceu e o ensino infantil, pré-primário, tem sido ministrado nas nossas escolas pessimamente equipadas, por docentes que, na sua grande maioria, são monitores escolares e professores eventuais de posto os quais, embora dotados de muita boa vontade, possuem nível de competência que está aquém das exigências de tal função.
> Constata-se assim, que a Fazenda Nacional está suportando, com os vencimentos desses professores, despesas vultuosas sem a rentabilidade que seria desejável numa altura em que a situação económica de Cabo Verde aconselha a adopção de medidas que visem extrair o maior rendimento possível de todos os investimentos.
> Nestas condições, e tendo em consideração os resultados altamente negativos que um ensino de tal natureza pelo seu carácter alienante provoca em estudantes de tão tenra idade;
> Que no nosso Estado existem muitos milhares de adolescentes e adultos analfabetos, circunstancia que muito dificulta o conveniente esclarecimento dos mesmos no que respeita a aspectos importantes do processo histórico que actualmente não poderá ser suportada pela Fazenda Nacional;
> Que o fraco apetrechamento das nossas escolas e a deficiente preparação dos professores que exercem a sua acção docente nos cursos pré-primários aconselham que esses professores sejam aproveitados em condições de prestação de trabalho mais útil.
> […]
> Art. 2º Os professores já nomeados pelo Governo e que tenham leccionado em cursos de preparação pré-primária no decorrer deste ano lectivo transitam para o ensino de adolescentes e adultos em cursos vespertinos ou nocturnos, com direito à percepção dos vencimentos correspondentes à sua categoria." (Decreto-Lei 33, de 10/5/1975)

Chegou ao fim o ciclo da educação adaptada[225] por estratégias continuadas de reinterpretação dos discursos produzidos na metrópole. No sentido *centro-periferia*

[225] Conceito analisado por Ana Isabel Madeira na tese de doutoramento *Ler, escrever e orar: Uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850-1950* (2007).

circulavam, com atrasos e omissões, modelos de ensino, ofertas educativas limitadas e aprendizagens orientadas. No sentido oposto *periferia–centro*, a apreciação crítica da governação, a recusa da conformação social e as aspirações a níveis mais elevados do saber.

II PARTE

A EDIFICAÇÃO DO LICEU: UM IMPERATIVO DE CIDADANIA

1. HESITAÇÕES, AUTORIDADE E AUTONOMIA

"O liceu veio naturalmente abrir as janelas e portas à aquisição dum leque mais alargado de conhecimentos, os professores diversificavam as informações, havia-os religiosos, havia-os agnósticos; havia-os sonhadores, havia-os pragmáticos; havia-os rigorosos, havia-os tolerantes; havia-os, em suma, de todas as cores e de todos os paladares, num mosaico de interesses, tendências, conhecimentos, sensibilidades, que as distanciam enormemente daquela uniformidade seminarista, uniformidade contrária ao borbulhar da mocidade que a Virgílio Ferreira inspirou o magnifico romance Manhã Submersa. Pelos postigos, janelas e portas do novo estabelecimento de ensino, entrou luz, entrou ar lavado, entrou a vida em todas as dimensões. Entrou mais, entraram os ecos do mundo por se haver colocado o liceu na ilha de S. Vicente, cujo porto, então pejado de barcos de todas as nacionalidades, era a boca pela qual penetravam os nutrientes da civilização. Excelente visão tiveram quantos lutaram para que fosse colocado em S. Vicente e não em S. Nicolau, segundo o citado decreto, meio este dum ruralismo primário, onde os horizontes esbarram com as montanhas abruptas que aprisionam o vale da Ribeira Grande." (Henrique Teixeira de Sousa, 1992)

"Quando é que entrará o nosso instituto de ensino numa fase normal e serena das suas elevadas funções? A instrução em Cabo Verde, continuará a ser *uma espécie de fruto proibido*?" (*Notícias de Cabo Verde*, 1933, Novembro 4)

"Se os que nos governam querem que tenhamos bons agricultores, bons industriais e bons artistas, dêem-nos escolas próprias, não nos tirando, todavia, o liceu. Precisamos do liceu." (Mário Leite, 1935, Fevereiro 15)

1.1. Antecedentes e alternativas

O liceu nasceu na Praia de Santa Maria

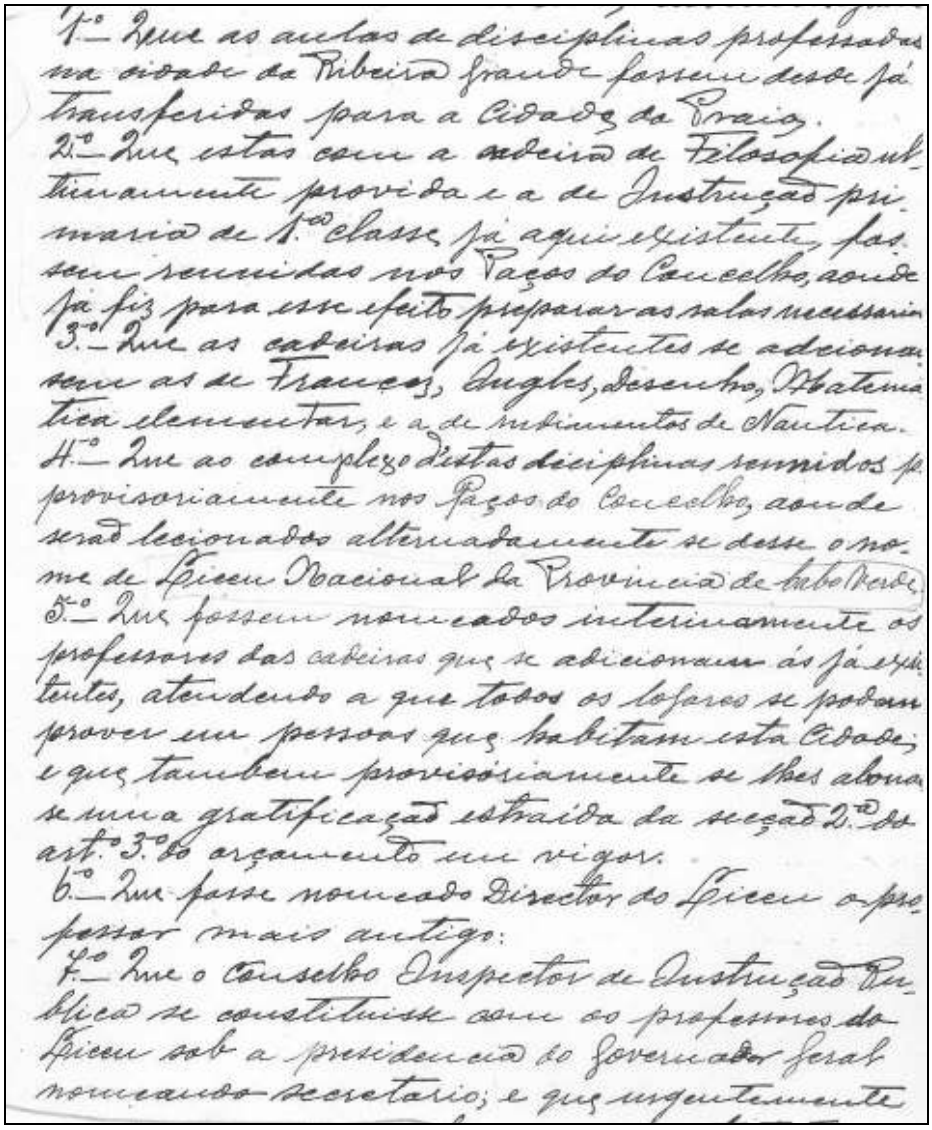

1.º — Que as aulas de disciplinas professadas na cidade da Ribeira Grande fossem desde já transferidas para a Cidade da Praia.
2.º — Que estas com a cadeira de Filosofia ultimamente provida e a de Instrução primaria de 1.ª classe, já aqui existente, fossem reunidas nos Paços do Concelho, aonde já fiz para esse efeito preparar as salas necessarias.
3.º — Que as cadeiras já existentes se adicionassem as de Francez, Inglez, desenho, Mathematica elementar, e a de rudimentos de Nautica.
4.º — Que ao complexo destas disciplinas reunidos provisoriamente nos Paços do Concelho, aonde serão lecionados alternadamente se desse o nome de Liceu Nacional da Provincia de Cabo Verde.
5.º — Que fossem nomeados interinamente os professores das cadeiras que se adicionassem ás já existentes, atendendo a que todos os lugares se podam prover em pessoas que habitam esta Cidade; e que tambem provisoriamente se lhes abonasse uma gratificação estraida da secção 2.ª do art.º 3.º do orçamento em vigor.
6.º — Que fosse nomeado Director do Liceu o professor mais antigo:
7.º — Que o Conselho Inspector de Instrução Publica se constituisse com os professores do Liceu sob a presidencia do Governador Geral nomeando secretario; e que urgentemente

Figura 13 – *Excerto do regulamento do Liceu Nacional da Província de Cabo Verde* Ofício 24, de 30/1/1861.[226]

Dois anos após ter sido elevada a cidade, a Praia de Santa Maria inaugura um estabelecimento de ensino secundário, criado pela Circular 313-A, de 15/12/1860[227]. Teve lugar nos Paços do Concelho, "a abertura, em nome d' El-Rei, o Senhor D. Pedro V, do Liceu Nacional desta Cidade e Província":

[226] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[227] A circular está reproduzida no anexo X.

"Foi este acto acompanhado de todas as solenidades do estilo, e a ele assistiram todas as corporações civis e militares, povo e o batalhão da lª linha; as descargas de fusilaria e salvas de artilharia faziam ecoar o regozijo que todos experimentaram ao ver despontar a instrução no horizonte deste país.
Todos viam na criação deste Liceu um elemento e uma esperança para o desenvolvimento da civilização, da indústria, da agricultura, do comércio, e enfim de todas as bases necessárias para um feliz porvir, pois que da instrução pública nasce o progresso e a florescência de todas as artes, e portanto a riqueza do todos os países e a prosperidade de sons habitantes; eis a razão por que o coração de todos transbordava de júbilo, e soltava vivas ao inaugurador da instrução pública e ao Liceu Nacional. Neste Liceu criaram-se as aulas de instrução primária – latim – filosofia racional e moral - teologia - francês - inglês - rudimentos de náutica e desenho." (Brito, 1958, Julho)



Figura 14 – *Situação de um professor do Liceu Nacional da Província de Cabo Verde, 1861*
Ofício, de 24/7/1861.[228]

A instituição entrou em crise, à nascença, por alegadas dificuldades financeiras que provocaram a demissão de professores, nomeadamente os de Francês e de Inglês (Portaria, de 4/12/1861) e de Latim (Portaria, de 24/7/1863). Por ocasião das comemorações do primeiro centenário da elevação da Vila de Santa Maria a cidade, José Soares de Brito recordava:

[228] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).

> "Os professores das quatro primeiras cadeiras percebiam ordenados que pelo Governo da Metrópole lhes tinham já sido conferidos, por isso que tinham sido nomeados para as leccionar antes da criação do Liceu; porém, os professores das quatro últimas cadeiras aceitaram as respectivas nomeações com a gratificação de 120.000 réis anuais, esperando a confirmação do Governo de Sua Majestade, bem como o arbitramento de seus ordenados. Assim se conservaram leccionando as referidas aulas até fins do ano do 1861, sem contudo vir do Governo Superior solução alguma a tal respeito, e então eles vendo que o seu trabalho não era devidamente recompensado por lhes não terem pago nem gratificação nem ordenado, despeitados e desgostosos, pediram as suas exonerações – daqui resultou, e em consequência de se haver retirado para o Reino com licença o professor de Filosofia Racional e Moral, que leccionava a cadeira de latim, ficar no ano lectivo de 1861 e 1862 o Liceu reduzido às aulas de Instrução Primária, Teologia e Desenho.
> Os desejos do Governador que fundou este estabelecimento eram bons, salutares e regeneradores, porem, esses desejos e a esperança firme que os habitantes desta Província por eles conceberam, sucumbiram ao silêncio e falta de sanção do Governo da Metrópole!... E assim é que tudo marcha nas nossas possessões ultramarinas, o que profundamente lamentamos»." (1958, Julho)

Pouco tempo depois da morte "por inanição"[229] do primeiro liceu, foram pedidos (sem sucesso) "pela Portaria Régia nº 88, de 7 de Julho de 1875 […] os necessários elementos para se constituir um liceu em bases regulares" (*Cabo Verde, numero commemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real*, 1907, Setembro 21). Em 1899, a *Revista Cabo Verde* insistia na "criação dum liceu e, no memorial dos habitantes da ilha de S. Vicente ao Ministro da Marinha e Ultramar (1900), de novo se mostrava a necessidade de naquela ilha se estabelecer uma escola secundária e outra para o estudo das línguas estrangeiras" (Silva, 1929, Março).

As crianças da Praia pedem um liceu

Na recepção ao príncipe Dom Luís Filipe, em visita à colónia de Cabo Verde no ano de 1907[230], as crianças da Praia pediram a criação de um liceu[231]:

> "Augusto Príncipe! Sereníssima Alteza!
> Escutae a voz da innocencia e attendei, benigno à sua supplica que representa o mais vehemente desejo, mais lídima aspiração do povo caboverdeano de cujos sentimentos são interpretes esses pequeninos seres que ora se curvam perante vós, pedindo-vos a luz, implorando-vos o pão de espírito.
> […] Por isso, Sereníssimo Senhor! Os abaixo assignados, convictos de que os gastos com a instrução nacional nunca são exaggerados, de que prestam um valioso serviço ao paiz que tanto amam, impetram o alto patrocínio de Vossa Alteza Real para que n'esta Cidade

[229] Expressão de Francisco Lopes da Silva, na *História breve da educação em Cabo Verde até à independência* (1992, Fevereiro 18).
[230] Nos finais do século passado, perante o avolumar dos sentimentos separatistas e autonomistas, Pinto Balsemão referira-se à necessidade de uma visita real às colónias. O rei D. Carlos nunca realizou esta visita mas, em 1907, enviou o seu filho, o príncipe herdeiro Dom Luís Filipe, em viagem às colónias, acompanhado pelo ministro da Marinha e do Ultramar, o conselheiro Ayres d' Ornellas e Vasconcelos (Oliveira, 1998, p. 230).
[231] O pedido para a abertura de um liceu na cidade da Praia foi elaborado pelo Cónego Duarte da Graça e tinha a acompanhá-lo uma folha à parte com as assinaturas das crianças da cidade (Oliveira, 1998, p. 233).

> da Praia seja criado um Lyceu […], contribuindo, ao mesmo tempo, para justificar o aphorismo: «que um paiz vále o que vále a sua instrucção». (Seguem assignaturas de creanças).” (*Cabo Verde, numero commemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real*, 1907, Setembro 21)

Comenta João Nobre de Oliveira que, “tratando-se de uma folha com carácter laudatório e festivo, souberam inserir, habilidosamente, nos textos e canções, pedidos com carácter reivindicativo: a criação de um liceu e de um orfanato![232] (1998, p. 233). A letra da morna “Nhô Luiz Filippe”, da autoria de José Bernardo Alfama e música de A. Abelha, está redigida em crioulo e em português:

“NHÔ DOM LUIZ FILIPPE	“(O) SENHOR DOM LUIZ FILIPPE
(Nos Prinspinho nobo)	(Nosso Principezinho novo)
Djâ bem Cabo Berde	Já veio (a) Cabo Verde
Bisita sê pobo. [...]	Visitar (o) seu povo. [...]
Nhô Dom Luiz Filippe!	Senhor Dom Luiz Fillipe!
Nhô faze um z’mola:	(O) Senhor faça uma esmola:
Nhô dixá nés terra	Deixe (o) Senhor n’esta terra
Nin qu’é só un ‘scola.	Nem que seja uma só escóla.
Nhô Dom Luiz Filippe!	Senhor Dom Luiz Fillipe!
Nhô qu’é branco fino,	(O) Senhor que é branco fino,
Ca nho ‘squecê de nos	Não se esqueça (o) Senhor de nós
Nem de nos distino.”	Nem do nosso destino.”
	(Cabo Verde, 1907, Setembro 21, p. 2)

Seminário e liceu

Após anos de hesitações na localização de um seminário no arquipélago[233] o Decreto, de 3/9/1866[234] criou o Seminário Eclesiástico da Diocese de Cabo Verde, organizado em “estudos preparatórios e estudos eclesiásticos” (art. 2º) e com duas classes de alunos, “dos que se destinam ao estudo eclesiástico; dos que quizerem estudar no mesmo estabelecimento sem se destinarem à vida eclesiástica” (art. 7º), com a seguinte organização curricular:

[232] O pedido de orfanato foi formulado num poema em crioulo dedicado à rainha D. Amélia, intitulado “Fidjo Orpho”, da autoria de José Bernardo Alfama.

[233] Adriano Duarte Silva, no artigo “A instrução pública em Cabo Verde”, publicado no *Boletim da Agência Geral das* Colónias, traça os antecedentes do Seminário Eclesiástico, criado em 1866 (com recurso à obra Subsídios *para a História de Cabo Verde e Guiné*, de Senna Barcellos): “Em 12 de Janeiro de 1570, a pedido do bispo Frei Francisco da Cruz […] se mandou erigir um Seminário com a dotação de 200.000 réis anuais da Fazenda Real. Mas o certo é que em 1596, ainda nada se fizera […]. Em 1824 propôs o bispo que se lhe permitisse criar à sua custa um seminário na Ribeira Grande, começando a construção o ano seguinte, depois de competentemente aprovado pela Mesa de Consciência [….]. Eleito deputado em 1826, retirou-se aquele bispo (Fr. Jerónimo) para a Metrópole e não se abriu o Seminário […]. Em 1945, apresentou o bispo um relatório sôbre instrução, advogando a criação de escolas em tôdas as ilhas e de um seminário-liceu com internato para 24 alunos, sendo dôze destinados à vida eclesiástica […] que devia ser colocado na Brava. (1929, pp. 172-179).

[234] O diploma que criou a Seminário-Liceu consta do anexo 10.

> "Artigo 3º Formam o curso geral de estudos preparatórios as seguintes disciplinas ensinadas nas respectivas cadeiras :
> 1ª cadeira – línguas latina e franceza.
> 2ª cadeira – philosophia racional e moral, e princípios de direito natural.
> 3ª cadeira – rhetorica, geographia, chronologia e historia em curso biennal.
> 4ª cadeira – mathematica elementar e, principios de sciencias physicas e histórico-naturaes em curso bienal.
> Art. 4º Formam o curso theologico, estudado em quatro aulas, e em dois annos, a história sagrada e ecclesiastica, a theologia sacramental, e a theologia dogmática.
> Art. 5º O curso de estudos preparatorios será ensinado por quatro professores, e o de estudos theologicos por dois." (Decreto, de 3/9/1866)

O Seminário foi instalado na vila da Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau[235], sede da diocese de Cabo Verde e capital da comarca de Barlavento, "facto que levava a que nele residissem [além do bispo], o juiz e todos os funcionários judiciais, o que favorecia o desenvolvimento de uma vida cultural" (Oliveira, 1998, p. 77).

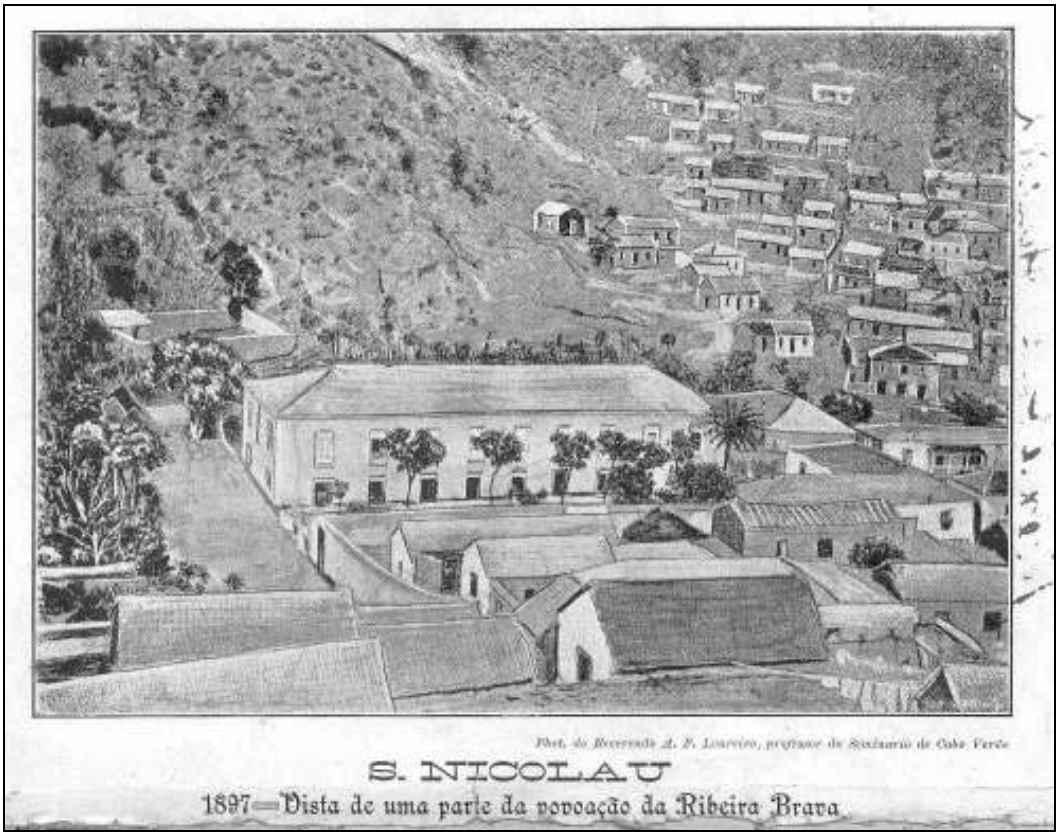


Figura 15 – *O edifício do Seminário-Liceu*
Álbum 6, 1 (IAHN).

O Seminário-liceu "formou a «inteligentzia» que vai permitir a «cabo-verdianização» do funcionalismo público de Cabo Verde (dir-se-ia hoje «localização»)

[235] As instalações cedidas para o seminário pertenciam ao "ilustre médico cabo-verdiano Dr. Júlio José Dias, que o cedeu, benemeritamente, para esse fim, por uma renda simbólica" (Silva, 1992, Janeiro 30, p. 14).

levando a uma espécie de emancipação administrativa da colónia a nível do pessoal" (Oliveira, 1998, p. 80).



Figura 16 – *Alunos internos do Seminário depois de uma ascensão ao Monte Gordo*
Álbum 6, 3 (IAHN).

> "*Mens sana in corpore sano* diz o provérbio.
> […] Depois d' uma hora de caminho, estávamos no Cachaço, onde se deu algum descanço às cavalgaduras, depois do que continuamos a viagem por caminho pedregoso, começando a fraquejar algum dos burrinhos, mas não havia duvida; os meninos apeavam-se e iam a pé, rosados e alegres, como quem ia para a festa. A brisa é constante nestas alturas e por felicidade o sol estava encoberto." (Silva, 1899, p. 178)

João Augusto Martins (professor do seminário) caracterizou a natureza dual do ensino: religioso, "a secção dos seminaristas, vestidos de togas negras, elevando-se nas ideais do sacrifício …, a secção dos seculares animada pelos entusiasmos rubros da infância, aprendendo nas lutas pela vida as rudes lições do dever" (1891, p. 153). O professor considerava ser necessária uma boa organização "para que o Seminário habilite, padres, e o liceu possa habilitar homens" (*ibidem,* p. 153). Em alocução proferida no dia da abertura das aulas, o vice-reitor Francisco Ferreira da Silva definiu o projecto da prestigiada instituição:

> "Carecemos de preparar para o dia de amanhã homens intelligentes, homens de bem, homens de carácter. Formemos christãos convictos, cidadãos protestantes, membros de

> famílias respeitáveis, professores que saibam ensinar, funcccionarios públicos que bem se desempenhem dos seus cargos, padres que saibam ser parochos, pastores d'almas." (1891, pp. 143/144)

O antigo aluno e escritor António Aurélio Gonçalves evoca o quotidiano no Seminário-liceu e a eminente figura do seu reitor, Monsenhor António José de Oliveira Bouças[236]:

> "À uma hora da tarde, a sineta do "Seminário" tilintava para o jantar. As últimas aulas terminavam e no "Salão" (entenda-se: a comprida sala de estudo) fechavam-se os livros e cadernos. Instantes depois, invadíamos de roldão o refeitório. Às vezes, quem nos esperava era o "Homem", ou, se quizerem, "o Bouças" (como, familiarmente, designávamos Monsenhor António José de Oliveira Bouças).
> As impressões, os risos, as garotices calavam-se automaticamente. A porta de passagem para as camaratas emoldurava-lhe a alta estatura. Uma das mãos fortes e brancas prendia as abas da garnacha, a outra segurava um jornal. A bôca larga e fina de tribuno era imperativa, mesmo quando cerrada. No fundo das órbitas ensombradas pelas sobrancelhas fartas e emaranhadas, os olhos azues, pequenos, vivos, fitavam atentamente…
> Os retardatários acabavam de entrar, o rumor dos passos diminuía gradualmente… Fazia-se silêncio completo, por fim. Então o Bouças com magestade própria de uma cerimónia litúrgica solene traçava uma grande cruz da testa ao peito, baixava a cabeça, inclinava-se levemente e murmurava o Benedicite." (1944, Julho 20)

No dealbar do século XX foi considerada a possibilidade da "transferencia do Seminário Lyceu d'esta Diocese para a cidade da Praia, auctorizando a Santa Sé a transferência da sede do Bispado para a mesma cidade da Praia" (Ofício 98, de 16/6/1906)[237]. O Bispo de Cabo Verde, no citado documento, manifestou a sua concordância com "a reorganização do Lyceu em ordem a servir de Lyceu Nacional" e com "a criação d'uma Escola d'Artes e Officios anexa e subordinada ao Seminário-Lyceu".

A proclamação da República, em 1910, viria decidir o destino da instituição. Com o novo regime político, apesar da "Lei da Separação da Igreja e do Estado[238] não ter sido posta em vigor" na colónia (*A Voz de Cabo Verde,* 1912, Julho 22), o Seminário foi alvo de uma campanha persecutória, que se iniciou com uma sindicância à administração (Portaria 2, de 3/1/1911). O jornal *A Voz de Cabo Verde* divulgou as vozes críticas à instituição religiosa:

> "O seminario liceu é inegável que apenas tem servido para habilitar padres, amanuenses e aspirantes. Se para as funções oficiais, o novo regimen dispensa a cooperação dos cidadãos de tonsura e sotaina, não pode igualmente dispensar, por ainda, os serviços daqueles humildes e pouco custosos funcionarios, – de alamares e fardas de cotim.

[236] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.
[237] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[238] Consultar I Parte, 2.1."Educação republicana".

> Mas para ser-se um digno e idonio amanuense de Fazenda ou aspirante de alfândega, escusado é a frequencia do liceu seminário.
> […] Defeituosa a organisação, deficientissimo o programa, falho dos predicados e aptidões exigidos para o cabal desempenho de munus tão importante, grande numero de professores, todos mal pagos e, por isso, alguns menos cuidando dos seus deveres do seu cargo, do que dos seus negocios particulares, não podem as escolas primarias, cuja completa reforma se impõe inadiavel sob todos os pontos de vista, produzir outros resultados que não sejam habilitar para caixeiros e amanuenses, aspirantes e continuos, destinando-se assim braços sem numero daquele nobre e fecundo mister para o qual de preferencia deviam ser preparados – a lavoura.
> Se tais tem sido os fructos da instrução primária e superior em Cabo Verde, razões há, pois, de sobra para se encerrar aquela fábrica de padres e aspirantes, medida de eficaz e decisivo poder profilático contra um dos grandes males de que enferma a sociedade luso-africana a empregomania. […]
> E os edificios e propriedades do seminario-liceu poderiam ser então aproveitados para um internato onde iriam completar a sua educação, os rapazes que, habilitados com os exames de 1º e 2º graus, quisessem aprender um ofício: ou como se guia um barco no mar, ou como se chamam e cultivam as nossas arvores e arbustos uteis da nossa flora, etc.
> Quanto a cursos superiores, os pais caboverdeanos que desejassem os seus filhos bachareis, medicos e agronomos ou os destinassem ao alto funcionalismo, teriam, como têem, na metropole, institutos, liceus, universidades, onde tambem se doutoram em outras muitas sciencias proveitosas.
> O liceu-seminario possui na ilha de S. Nicolau bons predios, belas propriedades e uma importante criação de gado, ao que ainda se pode ajuntar um pequeno museu e gabinete de fisica e uma sofrível biblioteca." (Cardoso, 1912, Setembro 2)

Pedro Cardoso, antigo aluno, defendeu a suspensão do seminário-liceu, "o nosso único estabelecimento de ensino superior", insurgindo-se, porém, contra um jornalista de *A Voz de Cabo Verde* (sob o pseudónimo M. Malagueta) que denegriu a figura do "penúltimo director (de facto) desta casa, o qual se chamou – Francisco Ferreira da Silva", afirmando que "conservou o povo de São Nicolau hipnotizado sob a influência do jesuitismo feroz" (1914, Fevereiro, 9). Em defesa do Seminário, *O Futuro de Cabo Verde* (1914, Dezembro 3) "afirmou a conveniência social da conservação desta instituição, que se tem sabido bem merecer a Pátria, que não pode desperdiçar energias, e na situação presente tem de se apresentar progressiva, respeitadora das suas nobres tradições e conscia dos seus destinos [e] falou dos perigos da escola neutra, «véo diáfano com que se mascara o ateísmo»". O articulista justificou a manutenção do Seminário com a qualidade dos resultados obtidos:

> "Salientou que o melhor movimento literário que êste estabelecimento regista desde a sua fundação, foi o ano findo em que se efectuaram 160 matrículas e 137 exames, lamentando que semelhante resultado, superior a muitos liceus da metrópole, tenha passado despercebido, quando o movimento do ano lectivo de 1894-1895, com 128 matriculados e 67 exames, serviu de fundamento para se aumentar a dotação do Seminário-Liceu!!" (*Idem, ibidem*).

A *Revista de Educação Geral e Técnica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos)* considerava "anacrónicas, as fórmulas de seminários-liceus que se adoptaram no regime transitório entre o ensino de carácter e predominância religiosa e o ensino leigo da supremacia das sciências e letras":

> "Continuam a traduzir um espírito de pusilanimidade em que a rijidez da idea e da doutrina parece fraquejar do encontro ao meio social. Seria um benefício eliminá-los para os transformar em liceus nacionais ou centrais, porque é justo conceder aos colonos e funcionários cuja corrente desejâmos estabelecida para aquelas províncias, e aos indígenas que desejem aperfeiçoar-se, comodidades de instrução para os seus filhos.
> […] Os seminários-liceus de situação pedagógica actualmente incaracterística não podem nem devem manter-se. A entidade pedagógica seminário que nasceu depois do Concílio de Trento e como obra de propaganda católica, deixêmo-la ampla e livre aos católicos que a quiserem manter e que algum serviço presta à nação. O liceu que é uma entidade laica deve tê-la o Estado." (Gomes, 1917, Outubro)

A morte anunciada aconteceu no ano de 1917, por força da Lei 701, de 13/7/1917[239], que o extinguiu. Em sua substituição, o liceu laico seria instalado, "provisoriamente no edifício do seminário extinto, aproveitando-se o respectivo material escolar" (art. 2º, § 1º)[240]. Ficou ainda estabelecido o funcionamento, nas instalações do seminário, da instrução primária complementar e superior:

> "Tendo em consideração o que me foi representado pelo Ex.mo reitor do Seminário-Liceu, da ilha de S. Nicolau, extinto pela lei n.º 701 de 13 de Junho último e a circunstância de ter já matriculados alunos de outras ilhas desta província e mesmo vindos da Guiné:
> Hei por conveniente, como providência transitória de equitativo benefício, permitir que o internato que ali estava estabelecido funcione para os cursos do instrução primária complementar e instrução primária superior (1ª classe sómente) ainda durante o corrente ano lectivo, findo o qual será definitivamente encerrado." (Portaria 414, de 27/9/1917)

Não obstante a determinação legal, o ensino primário foi suspenso. O Governador enviou um telegrama ao Ministro das Colónias (10/7/1917) a contestar esta medida: "Escolas primárias seminário fecham. Desta forma grande prejuízo desorganização serviços sem isto Governo ter nenhuma responsabilidade. Peço a V. Exa indicar quais as providencias que mais convém adoptar" (Souza, 1924, p. 3)[241].

A Escola de Ensino Primário Superior de S. Nicolau foi instituída pela Portaria 386, de 16/11/1917 e funcionou sob a direcção do antigo Vice-Reitor do Seminário, Cónego António José de Oliveira Bouças. Considerada "insubsistente" em 1919 (Portaria 632, de 21/11/1919) foi extinta em 1922 (Portaria, 153, de 20/9).

[239] Consultar I Parte, 2.1. "Educação Republicana" e o anexo 10.
[240] Como referimos, anteriormente, o liceu nunca funcionou na casa do seminário, tendo sido instalado num edifício particular, na cidade de Mindelo. Consultar o sub-capítulo seguinte, 1.2. "O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania".
[241] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).

Na sequência de mais este golpe na educação, na ilha de S. Nicolau, os cónegos (incluindo Monsenhor Bouças) que leccionaram no Seminário e na Escola Primário Superior, "foram admitidos como professores do Liceu Nacional de Cabo Verde [Mindelo]" (Ferro, 11/9/1922)[242].

Augusto Miranda, que estudou no Seminário-liceu, "onde desde a instrução primária complementar, adquiri o pouco que sei e posso, espiritualmente, mas que bendigo na pessoa dos meus professores", evoca a decadência da casa de ensino:

> "Faz pena ver a situação em que se encontra o antigo Seminário-Liceu. O edifício merece, pela sua importância e pelo seu valor histórico, todo o interesse do Estado. É uma das grandes obras não só da ilha como de Cabo Verde. Vasta construção, com uma extensa e valiosa horta contígua. Do Seminário saíram, em tempos, muitos mancebos dos mais instruídos e cultos das Colónias, quando ainda não existia o Liceu Infante D. Henrique. Em todas as profissões de maior responsabilidade e em todas as repartições públicas de Cabo Verde e até em outras das demáis possessões portuguesas se encontram conceituados e competentes filhos do antigo Seminário-Liceu. Urge a sua conservação. O aproveitamento escolar, em primeiro lugar. É respeitável a sua tradição de educação. Muitos benefícios prestaram a Cabo Verde. Não deve ficar ao abandono." (1939, Dezembro 23)

Liceu colonial na metrópole

O *Boletim Oficial*, de 10/6/1911, inseria na *Parte Não Oficial*, um longo texto que defendia "a criação de um «gymnasio-lyceu-colonial», no qual, mediante determinadas condições a regrar, sejam admittidos alumnos, com exame de admissão aos lyceus, naturaes das provincias coloniaes – e filhos de funccionarios n'ellas servindo". O liceu colonial teria um modelo similar ao do Colégio Militar, "isto é, pagando as familias uma mensalidade moderada, proporcionalmente calculada em relação ao custo da subsistencia e às mensalidades dos bons internatos da metropole, e subsidiando esta provincia, por sua parte, e as outras colonias, respectivamente, o internamento e o ensino de um designado numero de alumnos que de cada uma alli tenham ingresso". A proposta foi sustentada pela seguinte alegação:

> "Num territorio insular, pouco vasto, estando muito espalhado em pequenas fracções a parte da população em condições de aproveitar dos beneficios educativos de um estabelecimento de ensino secundario, naturalmente teria de fazer-se affluir os alumnos a um ponto central – seja por exemplo na mais populosa das ilhas e onde tem séde a capital da provincia; - e assim teria o lyceu de ser um internato. Ora, um internato na Praia, ou em outro ponto do archipelago, dadas as proporções restrictas, da frequencia que pode prevêr-se-lhe, há-de ser sempre um estabelecimento de mediocres proporções e alcance, ao qual não poderá dar-se os meios de acção educativa de um bom gymnasio como os que existem

[242] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).

> nos grandes centros da civilisação, e que não poderá recrutar o seu pessoal docente com facilidade e amplitude de sellecção com que o podem fazer os grandes estabelecimentos d´este genero. Em resumo: será ou seria em pequeno lyceu de provincia, de muitos confinados recursos, em clima deprimente, estiolando as creanças na edade critica em que só um meio salubre e robustecedor de todas as forças juvenis poderá compensar as contrariedade inherentes á vida escolar, e não perturbar nem empobrecer a evolução organica, nem edades em pleno crescimento dos adolescentes." (Publicação útil, de 10/6/1911)

O paradigma do liceu colonial na sede do império (negação do liceu cabo-verdiano), que satisfaria "as aspirações das familias caboverdianas que téem creanças do sexo masculino para educar", além da discriminação de género, defendia a inculcação nos "tenros cerebros coloniaes" de uma cultura superior, "cuidando d'essa cultura «em horto proprio», e que seja para elles sadio viveiro da nacionalisação e do patriotismo" (*idem, ibidem*).

Similar intenção surgiu, em 1917, com o projecto do Instituto Colonial, "uma faculdade de instrução muito restrita", uma espécie de *Colégio dos Nobres,* ao qual só tinham acesso as classes privilegiadas...". *A Voz de Cabo Verde* analisou o projecto do Instituto Colonial, de que resultaria "o facto seguinte":

> "Uma besteágazinha qualquer, sem dez reis de fósforo, pelo casual acidente de ser filho de pai funcionário, teria direito a instrução, que ele assimilaria com grandes dificuldades, saindo, após cinco, seis ou sete anos de estudo com o *estômago* alquebrado por digestões laboriosíssimas de matérias de que ele ficaria sabendo a existência, mas de que não conheceria a aplicação a um filho do povo, se não fosse uma luminária de inteligência, um Pico de la Mirândola, ainda que um mediano intelecto oferecesse garantias de que poderia vir a ser qualquer coisa, fechavam-se as portas do Instituto que assim ficaria sendo uma espécie de *Colégio dos Nobres,* ao qual só tinham acesso as classes privilegiadas...
> Venha o liceu, modesto, sem pretenções a criar sábios, mas util, cujas portas se abram a todos que nele queiram ingressar." (Pelónio, 1917, Março 19)

Os cidadãos organizam-se

Normativos e anúncios, publicados na imprensa oficial, revelam iniciativas de ensino embutidas nos interstícios do tecido social cabo-verdiano e reprodutoras dos modelos do ensino público.

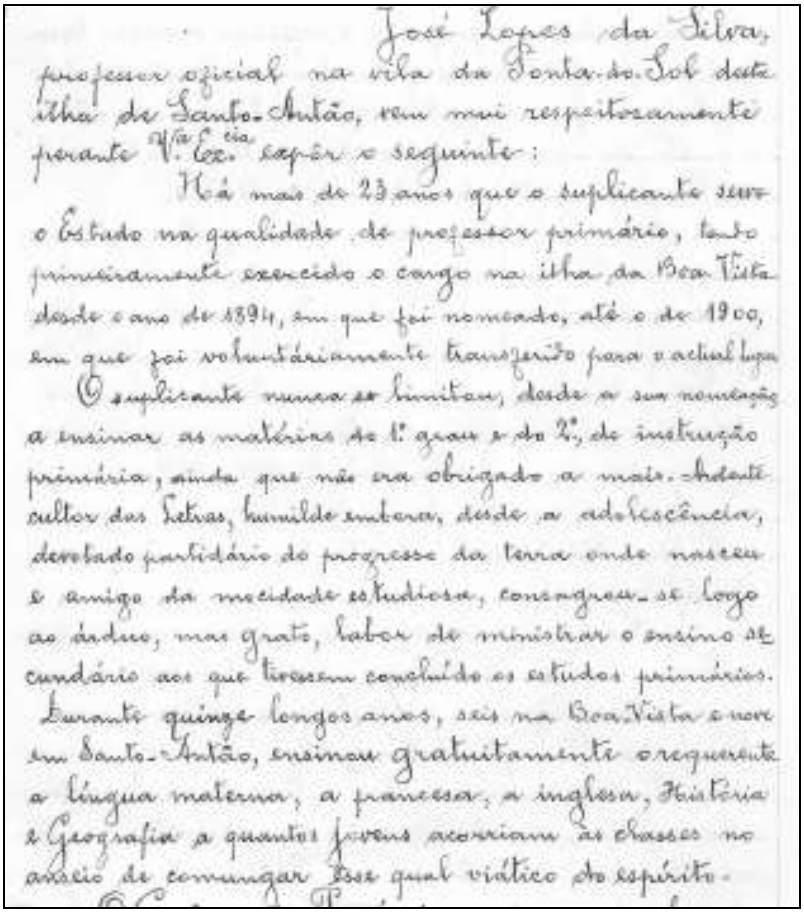

Curso do Commercio
Curso dos Lyceus
e Linguas
O tenente Velhinho Correia, bastante habilitado e com larga pratica de ensino em Lisboa, abriu na PRAIA estes cursos, por preços moderados.
ENSINO CUIDADOSO E GARANTIDO
PREPARA-SE PARA EXAME. — PEDIR AS CONDIÇÕES
(Preço d'este annuncio 330 réis) (140)

Figura 17 – *Anúncio de um curso do comércio, curso dos liceus e línguas, 1911*
Boletim Oficial, de 7/10/1911.

A Comissão Municipal do concelho da ilha Brava criou, na Povoação, uma escola de instrução secundária (com a devida autorização do Conselho Inspector de Instrução Pública), "para o sexo masculino, regida por professor diplomado, habilitada a leccionar as materias que constituem o 1º, 2º e 3º anno dos lyceos da metrópole" (Programa, de 6/3/1912). A gestão do ensino, rigorosamente laical, era da responsabilidade de um Conselho Escolar

> "Constituído pelo professor, pelo presidente do mnicípio e por um homem idóneo do concelho, eleito pela Commissão Municipal, secretariado pelo secretario do município, cujas attribuições:
> a) Estabelecimento do horário escolar;
> b) Fixação do número de alumnos;
> c) Hygiene e regularidade do serviço;
> d) Requisição de artigos e utensílios;
> e) Fiscalização de todo o serviço escolar, e adopção de medidas quendo se tenha de evitar irregularidades, tanto do professor como dos alumnos, no cumprimento dos seus deveres." (*Boletim Oficial*, de 27/4/1912)

O professor José Lopes da Silva ministrou, desde 1910, um curso particular de Francês, Inglês, História e Geografia, na Ilha de Santo Antão, auferindo "15$00 mensais de gratificação, suspensa quando foram publicados os diplomas que regulam actualmente os Serviços de Instrução Publica desta colónia". Após a reclamação do professor (Figura 18), "considerando que o ensino ministrado na referida escola se tem revelado profícuo […] [e graças] às circunstâncias em que se encontra a população da Ilha de Santo Antão – relativamente ao ensino secundário, – sendo a mais populosa depois da de S. Tiago e onde não existe por enquanto escola oficial do ensino primário superior", foi deliberada a manutenção da retribuição ao professor pela leccionação no ensino privado. (Portaria 23, de 17/1/1918).



José Lopes da Silva, professor oficial na vila da Ponta do Sol desta ilha de Santo-Antão, vem mui respeitosamente perante V. Exª. Revª expôr o seguinte:

Há mais de 23 anos que o suplicante serve o Estado na qualidade de professor primário, tendo primeiramente exercido o cargo na ilha da Boa Vista desde o ano de 1894, em que foi nomeado, até o de 1900, em que foi voluntáriamente transferido para o actual lugar.

O suplicante nunca se limitou, desde a sua nomeação a ensinar as matérias do 1º grau e do 2º, de instrução primária, ainda que não era obrigado a mais. Ardente cultor das Letras, humilde embora, desde a adolescência, devotado partidário do progresso da terra onde nasceu e amigo da mocidade estudiosa, consagrou-se logo ao árduo, mas grato, labor de ministrar o ensino secundário aos que tivessem concluído os estudos primários.

Durante quinze longos anos, seis na Boa Vista e nove em Santo-Antão, ensinou gratuitamente o requerente a língua materna, a francesa, a inglesa, História e Geografia a quantos jovens acorriam às classes no anseio de comungar dessa qual viático do espírito.

Figura 18 – *Excerto de carta do professor José Lopes da Silva*
Documento, de 10/12/1917[243].

Não obstante o vazio legal em matéria de regulamentação do ensino particular, foi autorizado "ao Cónego António Manuel da Costa Teixeira [o estabelecimento] na Ilha de S. Vicente de um curso de ensino particular de instrução secundária" (Portaria 402, de 9/12/1914). Foi fundado o Colégio Esperança, um instituto particular de educação e ensino neutro, com sede na cidade do Mindelo (ilha de São Vicente). De harmonia com as bases da petição do seu fundador, o colégio realizava o seu programa de ensino "dentro dos planos pedagógicos, regulamentar e financeiro":

> "Plano Pedagógico
> Artigo 2º. O plano pedagógico dos estudos do colégio compreende o curso completo de instrução primária e o curso geral dos liceus, pelos programas da metrópole, sendo porêm mais intenso os exercícios práticos de composição e conversão em Português, Inglês e Francês, mais vasta a Educação Física e Cívica, e mais prolongado e variado o ensino artístico e profissional a ambos os sexos. […]
> 2º O curso secundário divide-se em duas secções, compreendendo a 1ª (inferior) os três primeiros anos, e a 2ª (média) os últimos dois anos, ou classe, do curso geral dos liceus oficiais.

[243] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).

> 3º Todos os exames finais do colégio serão feitos, nos termos da lei, perante júris oficiais nomeados pelo Gôverno, cabendo ao instituto conceder os diplomas de frequência, habilitação e comportamento, não dependente do estado. […]
> Art. 3º. Os alunos e professores do colégio gozarão dos direitos e ficarão sujeitos aos deveres constantes dos regulamentos oficiais e dêste estatutos. São absolutamente incompatíveis com esta instituição os assuntos políticos ou partidários, radicalmente banidos do seu governo e das suas reuniões.
> […] 3º O emblema do instituto consiste numa âncora verde, sôbre o escudo nacional inscrito numa estrela de cinco raios em azul e amarelo, com fundo vermelho nas insígnias, e branco, circular, na bandeira, que é das côres nacionais.
> 4º O emblema, pendente de laço verde, ou colar (corrente da ancora), constituinte a insígnia usual e perpétua dos professores e dos altos bemfeitores do colégio. O uniforme dos professores e alunos será regulamentado pelo Conselho Escolar, sobre as seguintes bases, figurando sempre o emblema e a côr verde. Sexo feminino: Vestido branco, cinto verde no curso primário e faixa verde, a tiracolo, no curso secundário. Sexo masculino: Vestido branco, preto mixto e campal, com boné emblemado e com o distintivo dos cursos e dos graus conquistados em exames.
> Plano Financeiro
> Art. 4º. O colégio viverá das mensalidades dos seus alunos; de subsídios, ofertas ou doações; e de quaisquer outros meios legítimos, como bazares a benefícios de alunos pobres, venda de bilhetes-postais ilustrados privativos; récitas e publicações literárias, em benefício do instituto.
> […] Art. 6º, 2º O gôverno do colégio pertence à colectividade dos professores, reunidos em Conselho Escolar, de que é presidente nato, com voto de qualidade, o director, sucessivamente substituindo pelo mais idoso dos professores do curso secundário.
> 3.º Como auxiliares da disciplina e do expediente do colégio, para cada sexo haverá uma subdirecção e uma prefeitura, providas pela direcção. Os prefeitos serão os secretários do expediente da sua sessão.
> 4.º Enquanto o colégio não possuir edifício adequado ao internato, funcionará como simples externato escolar, leccionando-se regularmente em salões que, na cidade, se possam obter em melhores condições pedagógicas." (Portaria 402, de 9/12/1914)

No termo do primeiro ano lectivo, o colégio apresentava o seguinte movimento: "Instrução Secundária, matriculas: 45 em Português, Inglês e Ginástica; 30 em Francês, Física, Desenho, Matemática, História e Geografia; 35 em Escrituração Comercial, 10 em Córte e Costura, e 40 em Musica" (*O Popular*, 1914, Novembro 15).

A liberdade de criação de estabelecimentos de ensino particular e doméstico foi consagrada no Plano Orgânico da Instrução Pública (título V, cap. 4º, Portaria 474, de 31/12/1918).

Retorno ao ensino confessional

O sentimento de perda da hegemonia sociocultural de S. Nicolau estimulou a vontade de retorno do liceu (ao edifício do Seminário), enquanto o ensino secundário secular se firmava na ilha do Porto Grande (Mindelo), potenciando-a como centro da intelectualidade crioula.

A disputa regional pela liderança educativa conduziu ao artifício legal da extinção do Liceu Nacional (S. Vicente) e à criação do Instituto de Instrução Secundária, na casa do Seminário (S. Nicolau)[244]. No Conselho de Governo, de 1 de Maio de 1918, Mário Ferro advertia que, com esta medida "30 e tal alunos, inopinadamente, verão os seus ideais lançados por terra, os seus estudos prejudicados, que, na sua maioria, não possuem meios de ir a Sam Nicolau cursar o Instituto" (1918, Agosto 5). No Instituto de Instrução Secundária, criado pela Portaria 474, de 27/12/1917, poderia

> "Ser admitido o número de alunos do sexo masculino, com menos de 15 anos de idade, que comportar o edifício, mediante a mensalidade que o Conselho de Instrução Pública estipular e o pagamento das propinas de abertura e encerramento de matrícula, podendo 25% destes estar gratuitamente internados, desde que sejam comprovadamente pobres e aplicados aos estudos e assim reconhecidos pelo Conselho de Instrução Pública; como externos, podem frequentar o Instituto todos os indivíduos dos dois sexos, mediante o pagamento das respectivas propinas, se não provarem ser pobres." (Art. 17º)

Apesar desta medida e por manifesta vontade da população mindelense, o liceu manteve-se na ilha do Porto Grande, subsistindo "a organização e localização, na cidade de Mindelo, ilha de S. Vicente, do liceu" (Portaria 632, de 21/11/1919).

Os sucessivos decretos e portarias de (des)regulação orgânica do sistema de ensino[245] traduzem interesses antagónicos de grupos de influência social (liderança regional) e padrões culturais cindidos entre a resistência à laicização do ensino (os institutos) e as oportunidades da escola moderna (liceu).

A criação do Instituto Caboverdiano de Instrução (Diploma legislativo colonial 22, de 7/10/1925) representou a última tentativa de recuperação do prestígio cultural perdido na ilha de S. Nicolau.

O novo Instituto ministrava "a instrução primaria e a instrução secundaria, segundo os programas vigentes na colónia" (art. 1º) e admitia " alunos internos e externos não devendo uns e outros ter menos de 9 nem mais de 16 anos de idade na época da admissão" (art. 3º) (Portaria 79, de 17/11/1925).

[244] Este tema foi analisado na I Parte, 2.3."Breve reconstituição do sistema educativo", 2.3.1 "A organização".
[245] Referimo-nos ao Plano Orgânico da Instrução Pública de Cabo Verde, enquadrado pelo Decreto 4.345, de 8/10/1917, ao Plano Orgânico da Instrução Pública de Cabo Verde, publicado pela Portaria 474, de 27/12/1918 (anexo 10) e à Portaria 632, de 21/11/1919, que restabeleceu a localização do Liceu, na cidade de Mindelo e a Escola de Ensino Primário Superior na cidade da Praia.

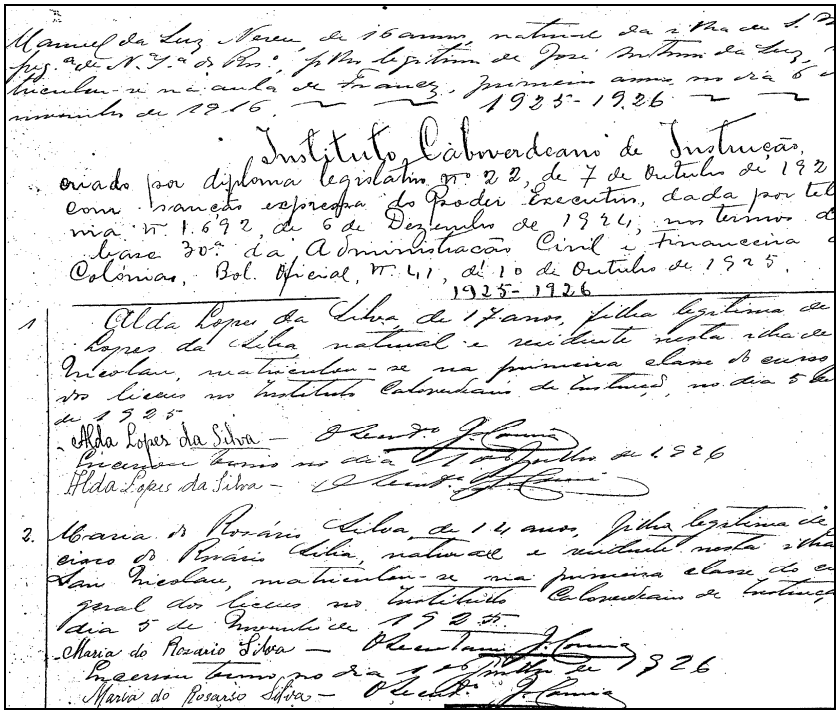


Figura 19 – *Alunos matriculados no Instituto Caboverdeano de Instrução, 1925/1926*
Artiletra, 2004, Outubro, p. XXV.

A frequência escolar, no primeiro triénio, está representada nos quadros seguintes (publicados no *Boletim Oficial*):

Quadro 27 – *Alunos internos e externos matriculados no Instituto Cabo-verdiano de Instrução, 1925-1928*

Anos	Total	Alunos internos		Alunos externos	
		Nº	Percentagem	Nº	Percentagem
1925-26	57	15	26,3%	42	73,7%
1926-27	56	25	44,6%	31	55,4%
1927-28	58	9	15,5%	49	84,5%
	171	49	28,7%	122	71,3%

Quadro 28 – *Alunos e alunas do Instituto Cabo-verdiano de Instrução, 1925-1928*

Anos	Total[246]	Alunos		Alunas	
		Nº	Percentagem	Nº	Percentagem
1925-26	51	42	82,4%	9	17,6%
1926-27	46	37	80,4%	9	19,6%
1927-28	54	46	85,2%	8	14,8%
	151	125	82,8%	26	17,2%

(*Mapas do movimento dos alunos*, de 31/8/1926; de 4/4/1927; 3/10/1928)

Conforme anúncio publicado no *Boletim Oficial*, o Instituto Cabo-verdiano de Instrução recebia "alunas em idade escolar" (14/11/1925), que, no período em análise, tinham um peso de 17,2%. A validade do ensino ministrado foi posta em causa, em 1926,

[246] Do total de alunos não constam as desistências e transferências.

pela recusa do liceu de S. Vicente "na admissão à matrícula dos alunos do mesmo Instituto na classe seguinte àquele em que fizerem exames ou passarem por média". Esta decisão foi indeferida pelo Conselho de Instrução Publica, embora se mantivesse a exigência de se sancionar "por exame no liceu as habilitações obtidas no Instituto, a transferência para outros liceus" (Ofício 24, de 29/12/1926)[247].

No artigo "A instrução pública em Cabo Verde", o reitor do liceu de Mindelo observou que o Instituto arrastava, "ao que parece, uma vida precária pelo que se pensa na transformação em uma escola de outra natureza", aditando não compreender "bem como o falecido governador Dr. Júlio de Abreu[248], que era contrário à existência de um liceu em Cabo Verde, tivesse criado um outro em S. Nicolau, *só para aproveitar um edifício*" (Silva, 1929, Março, p. 189). O canto do cisne ocorreu em 1931:

> "Artigo 1º Será suprimido no fim do corrente ano lectivo o Instituto Caboverdiano de Instrução que funciona em S. Nicolau e nos edifícios e propriedades do antigo seminário.
> Artigo 2º Todos os documentos constantes do seu arquivo, bem como o material de ensino que não seja necessário ao serviço das missões católicas, serão remetidos à reitoria do Liceu Infante D. Henrique, mediante recibo, depois de findo o presente ano lectivo.
> Artigo 3º O único cónego professor efectivo em exercício do Instituto será colocado no Liceu Infante D. Henrique.
> Artigo 4º Fica restabelecida a antiga escola profissional na capital da colónia cujo regulamento será oportunamente elaborado pela direcção das Obras Públicas e oportunamente submetido a apreciação do Conselho do Governo (secção permanente).
> Artigo 5º Para fazer face às despesas com o funcionamento da dita Escola Profissional, é aproveitada a verba de trinta contos consignada no orçamento vigente para o subsidio do Instituto como reforço da dotação da Escola Profissional." (Proposta ao Conselho do Governo, de 2/5/1931)

Como referimos, anteriormente, o Instituto encerrou as portas aos alunos para se transformar numa prisão. No ano de 1931, o edifício foi transformado em Campo de Concentração[249] para acolher os presos políticos condenados pela participação na sedição da Madeira[250]. A Portaria 7, de 2/5/1931 formalizou o encerramento do Instituto Cabo-verdiano de Instrução:

---

[247] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[248] Júlio Henriques de Abreu, governador de Cabo Verde, nos anos de 1924 a 1926.
[249] No Decreto-Lei 26.539, de 23/4/1936, que criou a Colónia Penal do Tarrafal, "usa-se a designação «campo de concentração» quando se estipula que o campo fosse provisoriamente instalado «com meios adequados e entre eles os destinados ao campo de concentração da ilha de S. Nicolau" (N. Brito, 2006, pp. 47/48).
[250] A revolta da Madeira tem, na sua origem, causas regionais específicas: descontentamento provocado pela crise económica (crise das exportações tradicionais, do turismo, das indústrias dos bordados e dos lacticínios, desemprego crescente) e pela crise financeira (falência das principais casas bancárias) e pelo consequente reavivar dos sentimentos autonomistas. O Decreto de 22 de Janeiro de 1931, sobre o regime cerealífero – originando o aumento do preço do pão –, fora o detonador dos levantamentos populares, acompanhados de tumultos e do encerramento do comércio, nos primeiros dias de Fevereiro de 1931. (Rosas, 1993-1994, pp. 222/223)

> "Tornando-se urgente a utilização do antigo edifico do Seminário de Cabo Verde, na ilha de S. Nicolau, para nele serem desde já alojados os presos políticos enviados para esta colónia;
> Tendo em consideração que o Instituto Caboverdiano de Instrução, que está funcionando no referido edifico, vai ser encerrado no fim do corrente ano lectivo;
> Atendendo à proposta feita pela administração do Conselho de S. Nicolau e ouvido o Conselho de Instrução Pública;
> O Governador de Cabo Verde, usando da competência que lhe confere o n.º 20.º do artigo 22.º da Carta Orgânica em vigor, determina;
> 1.º Que sejam desde já encerradas as aulas do Instituto Caboverdiano de Instrução;
> 2.º Que se proceda aos exames das respectivas classes de harmonia com o regulamento em vigor;
> 3.º Que aos exames do ensino secundário a efectuar no dito Instituto presida o Dr. Horácio Afonso de Mesquita, professor efectivo do Liceu Infante D. Henrique, nos termos do artigo 3.º do diploma legislativo n.º 22, de 7 de Outubro de 1925;
> 4.º Que os alunos de instrução primária que frequentam o mesmo Instituto sejam examinados pelo júri dos exames que for nomeado para funcionar na época própria a mesma ilha ou nas das suas naturalidade." (Portaria 650, de 9/6/1931)

Três anos mais tarde, o *Diário de Notícias*, de 2/12/1934, informava ter "sido lavrado contracto entre a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e um engenheiro, afim de êste vir a Cabo Verde estudar as possibilidades de instalação dum presídio na ilha da Boa Vista […] [e que o engenheiro] desembarcou na ilha de S. Nicolau, talvez para ver se lá ficarão os degredados mais bem instalados que na ilha da Boa Vista" (citado no *Notícias de Cabo Verde*, 1934, Dezembro 8). Estava aberto o caminho para o Campo de Concentração do Tarrafal.

1.2. O liceu em Mindelo: um projecto de cidadania[251]

A história do liceu mindelense está fragmentada em episódios de (des)valorização de um espaço simbólico de intervenção cultural e cívica. Os actores da história – alunos, famílias, professores, elites letradas, o poder municipal, a população da cidade – empreenderam a defesa do seu liceu, inconformados com a acção opressiva da governação colonial.

Alma mater da cidade[252]

A Voz de Cabo Verde exultou com a criação do liceu em 1917, anunciando que "a seis anos da sua existência, a república concede a Cabo Verde um instituto de educação laica, livre do espírito religioso, em todos os tempos, caracterizadamente convenientista e despótico" (1917, Julho 2). Em conformidade com a Lei 701, de 13/6/1917[253]:

> "Artigo 1° São extintas na Província de Cabo Verde as escolas praticas de aprendizagem, criadas pelo decreto de 18 de Janeiro de 1900, exceptuando a escola profissional da arte marítima e de pesca. É também extinta a oficina em S. Vicente, criada pelo decreto de 19 de Junho de 1900; e fica igualmente extinto o seminário que funciona na ilha de S. Nicolau.
> Art. 2.° Em substituição das escolas, da oficina e do seminário, mencionados no artigo anterior, é criado um liceu segundo as disposições da presente lei.
> § 1° Este liceu funcionará, provisóriameute no edifício do seminário extinto, aproveitando-se o respectivo material escolar. No mesmo edifício, funcionarão as aulas do curso profissional, consignadas nesta lei."

A instalação de uma instituição de ensino, na colónia de Cabo Verde, era um magno problema dada a carência de edifícios dimensionados para o ensino público (sem qualquer exigência de ordem pedagógica e higienista). *A Voz de Cabo Verde* esclarecia que "na impossibilidade de ser presentemente construído um edifício adequado para o liceu, a lei determina esse aproveitamento [instalação provisória no seminário], para que, o mais breve possível, talvez no princípio do próximo ano lectivo, entre esse estabelecimento de ensino em laboração" (1917, Julho 2).

---

[251] No anexo 8 apresentamos as "Memórias do liceu de Mindelo".
[252] João Miranda, em artigo publicado no *Notícias de Cabo Verde*, considerava: "Num meio pobre como o nosso, lutando com dificuldades de tôda a espécie, desde as deficiências de aparelhagem pedagógica, até aos contratempos de ordem financeira, o seu corpo docente, até há pouco constituído na sua totalidade por professores provisórios, realizou uma obra notabilíssima, educando, instruindo uma geração de jovens que já honram e honrarão a nossa mentalidade, e o estabelecimento de ensino que foi a sua *Alma Mater*" (1932, Fevereiro 6).
[253] A Lei está reproduzida no anexo 10.

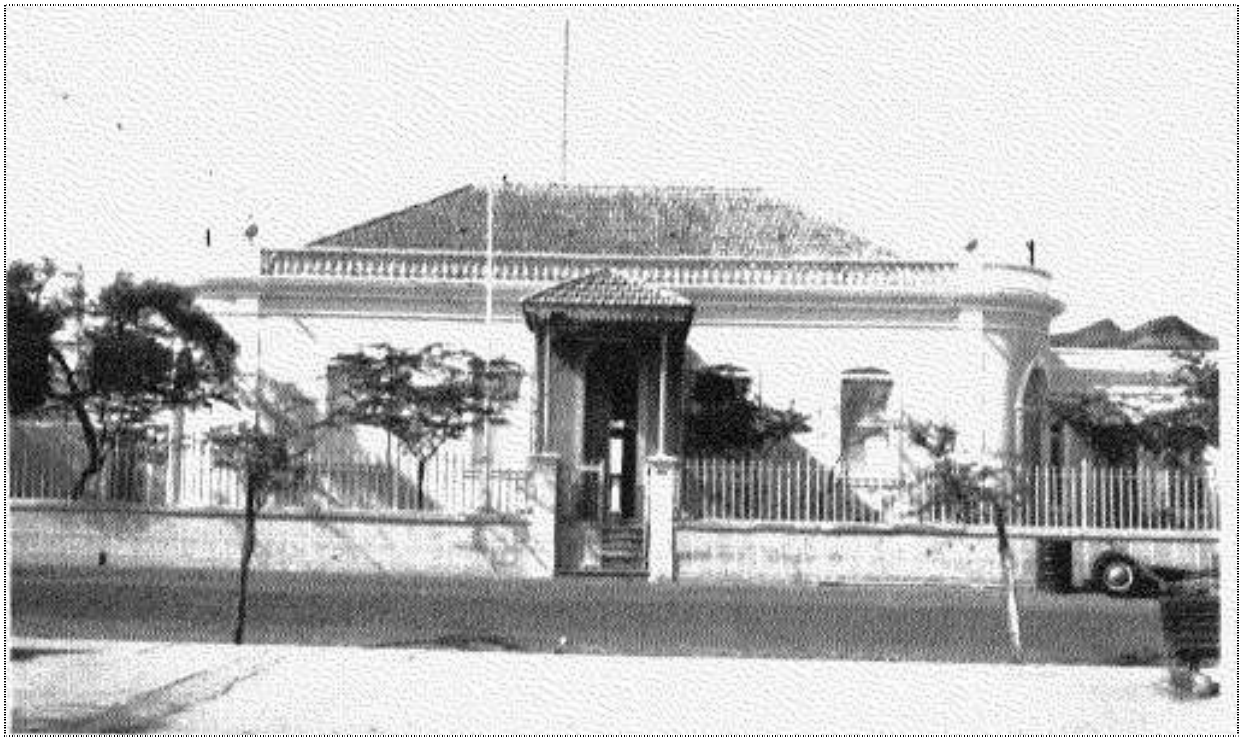


Figura 20 – *Casa do Senador Vera Cruz onde o liceu foi instalado, 1917*
Álbum 4, 6 (IAHN).

Como tinha acontecido 51 anos antes, na ilha de S. Nicolau[254], foi um acto de cidadania que resolveu a questão da instalação do liceu. O "ilustre filho destas ilhas, Ex.mo Sr. Senador Augusto Vera Cruz, [que] com uma dedicada pertinácia de quatro anos, conseguiu que o Parlamento da Republica votasse a lei nº 701" (discurso do reitor António Augusto da Veiga e Sousa[255], 1917, Novembro 24), cedeu a sua residência[256] no centro da cidade de Mindelo, para alojar o novo estabelecimento de ensino. O projecto do liceu congregou as forças vivas da cidade do Porto Grande, conforme a imprensa local:

> "Ainda que o número dos alunos [com bolsas de estudo para estudarem na metrópole] a contemplar pudesse ser rasoável, quão longe não estaria esse quantitativo do que será beneficiado com a criação de um Liceu em Sam Vicente, ou em outra qualquer ilha.
> Os ricos que puderem e quizerem que mandem os seus filhos para Lisboa, Paris, Londres ou outras das mais cultas cidades do mundo.
> O Liceu, entretanto que venha, para os menos favorecidos da fortuna, para desenvolver e educar melhor os cabo-verdianos, para até mesmo ampliar o meio, no que tiver de restrito..." (*A Voz de Cabo Verde,* 1917, Novembro 5).

[254] O edifício do Seminário, na vila da Ribeira Brava, em S. Nicolau, foi cedido pelo médico Dr. Júlio José Dinis. Consultar II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".
[255] O primeiro reitor do Liceu de S. Vicente foi o Capitão-médico António Augusto de Veiga e Sousa, nomeado por Portaria 385, de 16/11//1917 e exonerado pela Portaria 164, de 3/4/1919. A relação dos reitores dos liceus consta do anexo 6.
[256] Augusto Vera-Cruz construiu o prédio na passagem do século. No fim da década de trinta foi Grémio da «alta sociedade mindelense», na década de cinquenta, a Rádio Barlavento utiliza parte do edifício (*Ministério da Habitação e Obras Públicas*, 1984, p. 160).

> "O povo de Cabo Verde, o que sente, o que estuda, o que trabalha, não quer, nem deseja viver de esmolas com que beneficie a educação dos seus filhos: quer o que por lei e justiça lhe couber na distribuição dos benefícios que a Pátria divide pelos seus filhos. O subsídio é bom para estudantes pobres, que mostrem uma absoluta propensão para especialidades scientíficas, tais como: pintura, escultura, música e outras, que mesmo de Portugal vão para outros centros como Paris, Roma, Bruxelas, etc. Este arquipélago sem um liceu, representará um corpo sem a nítida luz da razão, negando-se-lhe, portanto, a vitalidade espiritual com que muito se pode engrandecer.
> Todo aquele que não concorde com o estabelecimento do liceu, nesta terra, com certeza que mostra não ser amigo dos cabo-verdeanos! " (*A Voz de Cabo Verde*, 1917, Novembro 19)

No dia 19 de Novembro de 1917 foi inaugurado "o Liceu Provincial de Cabo Verde, essa aspiração íntima dos naturais de Cabo Verde, esse ambicionado desejo de há longos lustros, [que] é hoje uma realidade" (Sousa, 1917, Novembro 24). O liceu começou com 31 alunos, sendo 21 do sexo masculino e 10, do feminino, todos da 1ª classe (Ofício, de 19/11/1917)[257]. No discurso de abertura das aulas, o reitor proferiu as seguintes palavras:

> "Abre pobremente o liceu; casa alugada, pouco mobiliário escolar, nenhum material didáctico, mas temos bons professores e, porque um ano escolar perdido vale muito e dificilmente se recupera, entendi que devia funcionar desde já. Durante o ano lectivo adquirir-se há o preciso, para que nos não envergonhemos de mostrar as nossas aulas.
> Está escolhido o terreno para o liceu, terreno que mede 120X110 metros, ou seja uma área de 13:200 metros quadrados. Admitindo que os edifícios possam abranger 2:500 a 3:000 metros quadrados, ainda nos ficará mais de um hectare, para jogos e desportos. A planta das edificações vai delinear-se e podereis estar certos de que não nos envergonhará. Para isso contamos com a boa vontade dos técnicos, e com os conhecimentos que eu próprio adquiri, quer em Portugal, quer no estrangeiro." (Sousa, 1917, Novembro 24)

Adriano Duarte Silva reconhecia, em 1929, que "a localização do Liceu tem sido por vezes atacada, dizendo-se que a cidade de Mindelo, por ter uma população heterogénea e estar em contacto com o mundo, não é o ambiente moral que mais convém à mocidade escolar" (Março, p. 187). O cosmopolitismo de Mindelo foi descrito por Julião Quintinha[258]:

> "A cidade do Mindelo – onde fica o porto grande de São Vicente – não tem indústrias, não tem vida agrícola, não tem paisagem ao redor.
> Os ingleses do cabo submarino e das casas carvoeiras dão à cidade um ligeiro aspecto internacional. A par, um comércio português que acolhe entusiasmadamente a gente de Portugal, as notícias de Portugal, tudo que vem de Portugal.
> É agradável constatar que a presença dos estrangeiros não desenraíza o sentimento português, e que êsse sentimento, vivendo isolado e esquecido, toma aspectos de heroísmo.

[257] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[258] Julião Quintinha (1885-1968), jornalista e ficcionista, dedicou-se a questões africanas e coloniais, através das suas crónicas e reportagens: *África Misteriosa – Crónicas de Viagem* (1929), *Oiro Africano – Crónicas de Viagem* (1929) e *Terras de Sol e da Febre – Reportagem em Colónias Estrangeiras* (1932). (Base Nacional de Dados Bibliográficos da Biblioteca Nacional de Portugal. http://porbase.bnportugal.pt [Data de acesso: 26 de Março de 2008])

> Sobre tudo isto, agora e sempre, sobreleva a todos os problemas a questão do porto. O imediato problema de Cabo Verde é a construção do pôrto grande de São Vicente, uma das melhores posições geográficas do mundo marítimo.
> Para avaliar da importância desse pôrto bastaria elucidar que, mesmo como se encontra, desprovido do necessário apetrechamento, tem um movimento anual superior a mil navios que correspondem a cinco milhões de toneladas de arqueação e transito de mais de cem mil indivíduos de todas as partes do mundo, entre tripulantes e passageiros." (1931 [1929], pp. 52/53)

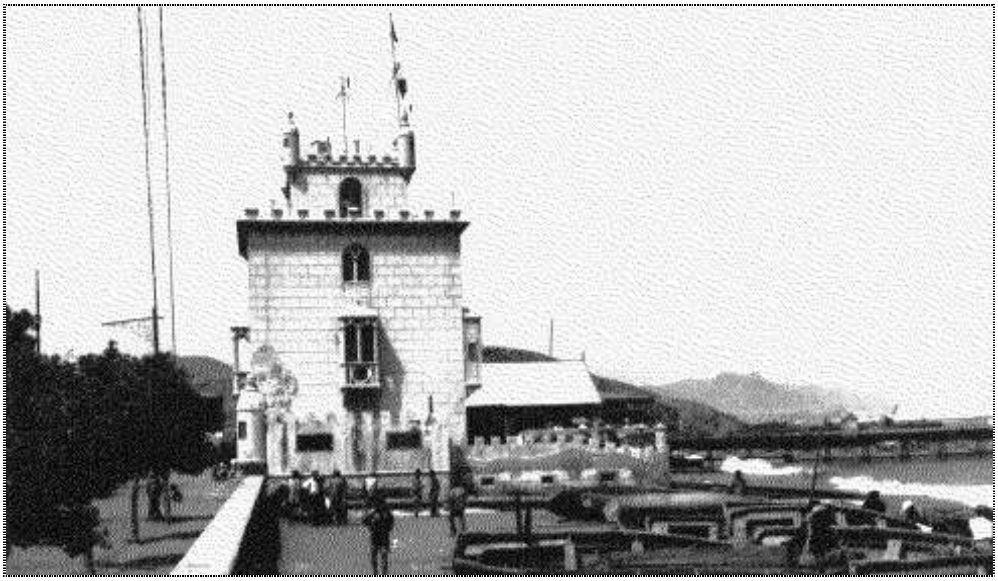


Figura 21 – *Capitania dos Portos, Mindelo, S. Vicente*
Álbum 4, 7 (IAHN).

O jornal *O Manduco* deu voz ao Senador Augusto Vera-Cruz que defendia que depois do Govêrno [ter decidido] colocar o liceu em S. Vicente […] se não deve andar com êle aos baldões, de um lado para o outro, porque isto seria o comêço do seu aniquilamento" (1924, Junho 30). Cumprindo uma trajectória conturbada, o liceu conseguiu resistir "aos baldões" das vontades políticas, com o apoio dos cidadãos de Mindelo, por onde "entraram os ecos do mundo e os nutrientes da civilização" (Sousa, 1992, p. 48).

Uma trajectória conturbada

Primeiro episódio (1918)

Mal tinha iniciado funções o Liceu Nacional de Cabo Verde foi extinto. Dezoito meses depois de ter sido instituído foi decidida a sua cessação, devendo remeter-se "todo o material pertencente ao Liceu Nacional de S. Vicente para o Instituto Caboverdeano de

Instrução", que passaria a ministrar as matérias do Curso Geral dos Liceus da metrópole, abrangendo 5 classes, repartidas por duas secções" (art. 18º, Portaria 474, de 27/12/1918).

Cidadãos de Mindelo, "proprietários, maiores contribuintes, comerciantes e trabalhadores" pediram a intervenção da "Câmara Municipal, na qualidade de legítima representante do povo, […] no sentido de interpretar, quer em face do Governo Provincial, quer ante o Poder Central, a conveniência de o Liceu Nacional continuar em S. Vicente" (Petição, de 26/4/1918, com 66 assinaturas)[259]. Razões contrárias foram apresentadas pelo Conselho do Governo da Colónia:

> "Estabelecer um liceu em Sam Vicente, cidade cosmopolita, com a depravação inerente a tais meios, esgôto das depravações e perversões da marinhagem de todos os países, é lançar as crianças no seio duma cloaca que não tardaria a infecta-las; o resultado era de prever: as farmácias a breve trecho povoam-se de liceais infectados pelo vírus venéreo que é o maior propulsor da decadência duma raça.
> É preciso, pois, desviá-lo daqueles meios de prostituição e pelo regime de internato proporcionar-lhes uma educação completa: fazer de rapazes acanhados, homens fortes física e moralmente, de vontade enérgica, e aptos a triunfar na vida. É preciso empregar todos os meios para uma educação forte e criteriosa, bem para caracteres nêste meio, que como todos os tropicais imprime aos seus habitantes um feitio indolente e contemplativo." (Acta da 6ª sessão, transcrita em *A Voz de Cabo Verde*, 1918, Maio 27)

Sob a pressão cívica, o governo colonial decidiu manter o liceu na cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente:

> "Tendo em consideração a necessidade de uma resolução definindo desde já o que deve subsistir de estabelecimentos de ensino secundário na colónia, a tempo de poder ser utilizada a sua frequência ainda no corrente ano lectivo;
> Ouvido o Conselho de Instrução Publica:
> Hei por conveniente determinar, com o seu voto aprovativo, as seguintes disposições que ficam desde já consideradas como pontos resolvidos do plano de ensino a adoptar e que serão oportunamente submetidos à aprovação do Ministério das Colónias;
> I. Subsiste a organização e localização, na cidade do Mindêlo da Ilha de S. Vicente, do Liceu, tal como fora estabelecido no citado decreto nº 3:435, de 8 de Outubro de 1917.
> II. É restabelecida a «Escola de Ensino Primário Superior» tal como fora criada e localizada na cidade da Praia pelo mesmo decreto." (Portaria 632, de 21/11/1919)

Segundo episódio (1924-928)

A política de depreciação do ensino secundário, o nível de educação "superior" possível em contexto colonial manifestou-se, de novo, em meados da década de vinte[260], com a perspectiva de redução do tempo do curso liceal e, portanto, do seu prestígio. Convencida do valor do capital escolar, a voz da cidadania fez-se ouvir:

[259] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[260] Em 1924, ano da tentativa de redução do curso liceal de Mindelo, tinham sido extintas as Escolas Primárias Superiores, da Praia e de S. Nicolau (Portaria 28, de 12/3/1924).

"Com a assistência do Administrador do Concelho, Sr. José Soares de Brito, foi aberta a sessão, eram catorze horas.
[…] Com a permissão do Sr. Presidente Oliveira, representou uma numerosa comissão de pais dos alunos do Liceu, comerciantes, proprietários e elementos de outras classes da população da cidade, a necessidade de a Câmara Municipal, como representante do povo, transmitir com urgência, ao Sr. Ministro das Colónias, aos representantes de Cabo Verde no Congresso da República e a outras entidades em evidência, na Metrópole, telegramas atinentes a conseguir que obstem à aprovação da proposta de redução do actual curso do Liceu, formulada por S. Ex.ª o Governador da Província.
Ponderou o Sr. Presidente a conveniência de se tratar primeiro o assunto com S. Ex.ª o Governador.
Depois de alguma discussão entre os Srs. Vogais sôbre este ponto, salientou-se a urgência do caso, prevalecendo, por isso, a opinião de que devia êle ser versado, telegráfica e simultaneamente, perante os Govêrnos da Metrópole e da Província. […]
[Foi aprovada a seguinte] moção: - Tendo havido recentemente informações fidedignas, transmitidas de Lisboa a pessoas desta cidade, de que tinha dado entrada, no Ministério das Colónias, uma proposta elaborada por S. Ex.ª o Governador da Província, no sentido de se reduzir o curso do Liceu Nacional de Cabo Verde a dois anos, proposta essa que já havia sido enviada ao Conselho Colonial, para dar o se perecer.
Considerando que, em virtude dos notáveis serviços prestados à causa da instrução secundária, em Cabo Verde, pelo Liceu Nacional, muito se empenham os habitantes desta cidade em que continue e se aperfeiçoe a obra intelectual e moral dêste estabelecimento, não se devendo reduzir, por forma alguma, o seu valor educativo e a esfera da sua acção educativa;
Considerando que, podendo-se, com os actuais recursos da Instrução Pública, e ainda com mais algum dispêndio, se fôr preciso, melhorar o actual ensino liceal, a opinião provincial, certamente, aceitaria, de bom grado, qualquer proposta de alargamento do seu curso, introduzindo-se-lhe matérias novas, reconhecidamente proveitosas, dando-se, assim, finalidade mais prática à actividade do instituto;
Considerando que, pela feição de instabilidade a que tem sido sujeito o Liceu, desde a sua instalação, se acham constantemente os pais da mocidade do Arquipélago sob a contingência de ver, de um momento para outro, suspensa a instrução dos seus filhos, iniciada nêste estabelecimento;
Considerando que apesar de não possuir o Liceu, até hoje, condições próprias para se adoptar nêle o utilíssimo sistema de internato, o que multiplicaria a sua influência e vantagem; é o mesmo, todavia o liceu mais frequente das nossas colónias, sendo, entretanto, um dos mais modernos do Ultramar Português;
Considerando que a pretendida eliminação das disciplinas que constituem os três últimos anos do actual curso liceal, não só viria diminuir a sua importância, como até poderia inutilizar a validade documental dos dois primeiros anos perante os institutos congéneres nacionais, frustrando, assim, as melhores regalias do estabelecimento de instrução secundária da Província;
Considerando que, sendo o Arquipélago uma das colónias mais progressivas de Portugal, se devem, por conseguinte, alimentar, ciosamente, as suas aspirações civilizadoras, convindo, por isso, impulsionar a mais larga e eficaz difusão da língua portuguesa, o que não se conseguirá, reduzindo-se o curso do Liceu;
Considerando que o ramo da instrução pública, em Cabo Verde, possui uma considerável dotação ou verba especial, que ascende a uma quantia superior a Esc. 900.000$00, a cujo tributo se submeteram de boa vontade e sem protesto, os habitantes da Província, visando ao alto fim a que se destinavam os respectivos fundos;
Por estes fundamentos que traduzem o pensamento da comissão presente, representantes dos pais dos alunos do Liceu, comerciantes, proprietários e mais pessoas da população da cidade, de Mindelo, a Comissão Municipal resolve:
Enviar o seguinte rádio a S. Exª o Governador da Província e os dois telegramas transcritos adiante ás entidades a quem se referem, no intuito de se evitar a redução do curso do Liceu Nacional de Cabo Verde.
Telegrama-Ministro-Colonias-Camara-Municipal-Reunida-Extraordináriamente-Pedido-Maiores-Contribuintes-Comercio-Pais-Alunos-Proprietários-Funcionalismo-Respeitosamente-Pede-Vossência-Não-Aprovação-Proposta-Reduçaõ-Curso-Liceu-Desta-

> Colónia-Contrariamente-Deseja-Elevação-Liceu-Central-Construção-Edifício-Próprio-Com-Internato-Pois-Colónia-Tem-Recursos-Especiais-Ponto-Para-Tranquilidade-População-Agradecimentos-Vexa-Fineza-Resposta-Câmara Municipal. O secretário (Ass.) Augusto Manuel Miranda." (Acta da sessão extraordinária, 25/8/1924, Câmara Municipal de S. Vicente,[261]; sublinhado nosso)

A Câmara Municipal de S. Vicente, censurada por ter contactado directamente o poder central (por telegrama ao Ministro das Colónias) sem a mediação do governo colonial, reiterou o repúdio social pela desvalorização do ensino liceal e demitiu-se colectivamente:

> "Governador-Praia-Da-Câmara-SanVicente-Câmara-Reunida-Extraordinariamente-Tomando-Conhecimento-Rádio-Vexa-Informa-Que-Telegrama-De-Ontem-para-Govêrno-Central-Foi-Motivado-Insistente-Pedida-Pais-Alunos-Forças-Vivas-Representando-População-Interessada-Conservação-Liceu-Ponto-Resolução-Tomada-Virtude-Noticias-Transmitidas-Lisboa-Por-Pessoas-Fidedignas-Comunicando-Vexa-Propos-Redução-Liceu-Ponto-Urgia-Telegrafar-Ministro-Desejos-Unanimes-População-Ponto-Nosso-Procedimento-Nunca-Poderia-Envolver-Menos-Consideração-Vexa-A-Quem-Tributamos-Todo-Respeito-Ponto-Câmara-Sentindo-Se-Desconsiderada-Merecidas-Palavras-Censura-Vexa-Pede-Colectivamente-Sua-Demissão." (Acta da sessão extraordinária, Câmara Municipal de S. Vicente, de 2/9/1924)[262]

Segundo o Estatuto de Instrução Secundária, "que será ministrado no Liceu Infante Dom Henrique, […] o ensino secundário compreende apenas o curso geral dos liceus nacionais da metrópole, que é professado em 5 anos ou classes (art. 2º) " (Portaria 100, de 3/8/1927). Os pais dos alunos do liceu, após recordarem "que entram anualmente na colónia cerca de dois milhões e meio de dólares das economias dos emigrantes, quasi todos sem ilustração de qualquer espécie"[263], exigiam que se administre o curso complementar dos liceus:

> "O estabelecimento dos cursos complementares, irá facilitar a vinda para a metrópole de algumas dezenas de caboverdeanos que pretendam dedicar-se a profissões liberais, industriais, etc. – Tal facto até agora tem-se dado em muito pequena escala, porque a riqueza pessoal em Cabo Verde é redusidissima, e não é possível aos pais manterem na metrópole os filhos a quem por ventura quisessem dar uma mais elevada posição social e scientifica. – Assim com conhecimentos literários e scientificos adquiridos com o curso completo dos liceus, à sua custa poderão, mais facilmente manter-se na metrópole, leccionando ou empregando o tempo disponível em tudo quanto lhes podesse auxiliar. – Por todos esses motivos é o Conselho Superior das Colónias de parecer que é justo o pedido dos reclames, instando que no liceu de Cabo Verde se administre o Curso Complementar dos Liceus, já porque a lei assim o estabelece, já porque fortes razões aconselham que tal modificação no regime de instrução secundaria na colónia, desde já

[261] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[262] *Idem.*
[263] Os pais dos alunos, que exigiam o alargamento do tempo do curso liceal (curso complementar), explicitaram que os "dois milhões e meio de dólares das economias dos emigrantes", que entram anualmente na colónia, poderiam "elevar-se desde que a instrução dos emigrantes os pusesse em condições de, nos paizes para onde emigram (América do Norte, Brazil e Argentina), poderem desempenhar funções melhor remuneradas" (Acta da sessão extraordinária, de 25/8/1924).

> fique estabelecida. – O Governo da Republica, porem, melhor resolverá. – Lisboa, sala das Sessões do Conselho Superior das Colónias, em 6 de Fevereiro de 1928.
> A d'Almeida Ribeiro – António dos Reis Torgal Roque – A. Brandão Mendonça e Vasconcelos – Carlos Pereira – João B. Almeida Arez (vencido) – Mariano Martins – António d' Aguiar – José Bettencourt – Vasco Vasconcelos – Albano de Seiça Moncada (vencido) – F. Utra Machado – M. Ferreira da Rocha – G. Monteiro Filipe-Delfim Costa – Egydio Inso – Francisco António Martins." (Petição, de 10/5/1928)[264]

Na sequência da posição solidária das famílias e do parecer favorável do Conselho Superior das Colónias ao funcionamento do curso complementar (Letras e Ciências), foi aprovado novo Estatuto do Liceu Infante D. Henrique:

> "Artigo 1º A instrução secundaria oficial, que será ministrada no Liceu Infante D. Henrique, com sede em S. Vicente, continua a ser regida pelas disposições legais em vigor, com as modificações constantes dos artigos seguintes:
> Art. 2º O ensino secundário compreende o curso dos liceus e os cursos de preparação para a instrução superior.
> 1º O curso dos Liceus é professado em cinco anos ou classes e divide-se em dois ciclos: O primeiro constituído pelos três primeiros anos e o segundo pelos dois últimos.
> 2º O curso de preparação para a instrução superior são o curso de letras e o curso de sciênciais, qualquer deles com a duração de dois anos." (Portaria 261, de 25/8/1928)



Figura 22 – *Alunos, alunas e professores do Liceu Infante D. Henrique*
Brito, 2008.

No ano lectivo 1928/29 o Liceu Infante D. Henrique funcionou com o curso de preparação para a instrução superior (Letras e Ciências) e com o estatuto de liceu central. Neste processo teve destaque a acção do reitor, Adriano Duarte

[264] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).

Silva[265], que contou com o apoio do Governador, António Alvares Guedes Vaz[266], conforme declarações do reitor interino Atílio Leite:

> "A ele [Governador], aos esforços do Dr. Duarte Silva e à patriótica e persistente interferência da bela população desta ilha, que me cabe, por isso, neste lugar, vibrante e reconhecidamente saudar, se deve a elevação do nosso liceu a central.
> […] Conseguiu que as instalações dêste instituto fossem ampliadas, que se reorganizasse a associação escolar, tão útil à educação da mocidade caboverdeana, que tão avessa, até hoje, se lhe tem mostrado.
> […] Esta mocidade que aqui está recebendo uma educação absolutamente igual à que lhe podia ser ministrada - mais dispendiosamente – na metrópole, tem que lhe pagar os devidos juros, ajudando-a depois a povoar, educar, a engrandecer o império africano português. Tal deverá ser, penso, a missão do povo hesperitano." (Alocução, de 5/10/1928, publicada no *Boletim* Oficial, de 27/10/1928)

Não obstante a estratégia bem sucedida da reitoria de da valorização do ensino liceal, por razões financeiras, persistiram as hesitações quanto ao *statu*s do liceu cabo-verdiano:

> "Do parecer àcerca do orçamento em vigor, dado pelo vogal do Conselho Superior das Colónias, representante de Cabo Verde, com o qual concordou aquele Conselho e Sua Ex.ª o Ministro, resultou deficit e consequente diminuição nas possibilidades orçamentais da Colónia.
> Daí a impossibilidade de abertura de créditos. Quando votado em Conselho do Governo o empréstimo de 1.800 contos, resultante da necessidade de prover a despesas já autorizadas superiormente, não foi prevista a despesa com o aumento de dois anos no curso do Liceu Infante D. Henrique.
> Torna-se, portanto, necessário elevar o empréstimo pedido, para ocorrer ao pagamento de mais dois professores e três contínuos propostos pela reitoria em seu oficio nº III, de 25 de Setembro findo.
> Na hipótese de não ser possível o empréstimo, terá o Liceu de ver reduzido a cinco o número de anos do curso, ou a ter o actual corpo docente de fazer o sacrifício de aplicar ao ensino o necessário numero de horas de serviço a mais.
> Parece-me, pois, que deverá ser esta a solução provisória a propôr ao Conselho Escolar do Liceu pelo Exmo Reitor." (Despacho, de 12/10/1928)[267]

Terceiro episódio (1931-1935*)*

No primeiro número do *Notícias de Cabo Verde*, Frank Martins dava conta de "uma campanha revigorada de certos elementos da capital contra o Liceu, como que a aproveitar a instabilidade e a indecisão que sempre acompanham a sucessão governamental":

> "Efectivamente, no seu relatório ao projecto do Orçamento para o próximo ano económico, diz o Sr. Director dos Serviços da Fazenda que está na consciência pública a necessidade de reduzir o Liceu a nacional e, mais adiante, insiste na ideia, afirmando que a criação do liceu e a sua elevação a central vieram agravar as finanças da Colónia.

[265] Consultar a relação dos reitores dos liceus, anexo 6.
[266] António Alvares Guedes Vaz foi governador da colónia, nos anos de 1927 a 1931.
[267] Fundo dos Serviços da Administração Civil (IAHN).

> Depois quando da discussão do referido projecto no Conselho do Governo, o vogal sr. José M. Costa sugeriu a extinção do liceu, aproveitando-se a respectiva dotação para subsidiar os rapazes que pretendessem ir cursar os liceus da Metrópole.
> Mais tarde, no acto da posse do actual Governador, outro ilustre vogal do mesmo Conselho, o sr. João de Deus Homem, apreciou injustamente a nossa escola secundária, proferindo a seu respeito palavras que estão longe de corresponder à realidade dos factos. […] ¿Será, pois, lícito afirmar que a situação do Tesouro se agravou, gastando hoje o Liceu menos de quatrocentos contos num orçamento de mais de vinte mil contos? A ideia da redução do Liceu pode estar na consciência privada de alguns obcecados, vítimas de um bairrismo incompreensível ou do desejo de à custa de serviços de reconhecida vantagem, conseguir verbas para despesas porventura menos proveitosas, mas não está certamente na consciência do povo caboverdiano que, compreendendo a utilidade do liceu, o procurará manter à custa de todos os sacrifícios." (1931, Março 22)

Augusto Miranda denunciou, no mesmo jornal, o funcionamento incompleto do liceu. Após considerar que "os povos possuem os governos que merecem", invocou a existência "na ancestralidade hesperitana, [de] um sentimento profundo de anseio e apreço pelo bem, pela magnanimidade, pela arte, pelas letras, pela poesia e pela sciência". Neste contexto

> "[O liceu] mereceu sempre o patrocínio moral de todas as vereações do concelho do Mindelo, que o têm acompanhado com carinho, tanto nos momentos de tribulação como nas horas de tranquilidade, identificando a sua satisfação com o contentamento do Instituto, confundindo a sua amargura com as agruras do mesmo.
> Sobre as acusações do professor americano Ross, perante a Sociedade das Nações, contra a colonização portuguesa, o prestigiado representante de Portugal Dr. Afonso Costa, alcançou um verdadeiro triunfo, elaborando um vigoroso e patriótico protesto, em que o Liceu Infante D. Henrique constitui uma arma poderosa, no campo da nossa instrução colonial. […] Mas o nosso liceu, que tem uma frequência um pouco superior ao de Lourenço Marques, onde leccionam 19 professores, ao que nos informam, está reduzido, pela Portaria Provincial nº 621 de 27 de Abril, a 10 professores apenas… Desta anomalia, a que se opõe a lei expressa, resulta o não funcionamento de algumas disciplinas, há perto de dois meses, desde a abertura do estabelecimento, em manifesto prejuízo do adiantamento dos alunos." (1931, Novembro 28)

Assumindo o papel de porta-voz da população mindelense, o *Notícias de Cabo Verde*, a propósito da "falta de professores, horas por distribuir, cadeiras que não funcionam por falta de quem leccione", desafiou o poder colonial, instando a "que o povo reclame competentemente, pedindo providências, para evitar o descalabro duma instituição que custou muito esfôrço e representa uma aspiração justíssima desta desgraçada terra, a quem parece, nem é permitido alimentar esperanças" (1931, Dezembro 12). O periódico divulgou "uma criteriosa representação à Câmara Municipal, reunida em sessão no dia 18 do corrente […], solicitando a imediata solução do problema do Liceu, com a nomeação de tantos professores quantos bastem para regularizar o ensino e preencher os quadros como exigem as necessidades presentes":

> "Os estudantes desse estabelecimento de ensino encontravam-se em sua quási totalidade no edifício dos Paços do Concelho, enchendo por completo, com os pais dos alunos, comerciantes e proprietários, a sala e o corredor da Câmara. O aluno Terêncio Lopes da Silva leu uma reclamação dos Estudantes para que seja resolvido, com urgência, o momentoso assunto.
> A Comissão Municipal fez expedir imediatamente o seguinte rádio:
> *Gabinete Praia: - Estando Liceu Funcionar Já Segundo Período e Faltando Professores Algumas Cadeiras Nossos Filhos Contingência Perder Ano Pais Alunos Associação Comercial Câmara Vem Perante Sexa Governador Pedir Urgentes Providencias Sentido Nomeação Professores Afim Evitar Transtornos Prejuízos Resultantes Tal Estado De Coisas.*" (1932, Fevereiro 20)

No ano seguinte, a imprensa local classificava "em pura perda o decorrer do mês de Outubro, quando todos os que as deviam satisfazer, já pagaram as exorbitantes propinas para a bolsa de muitos pais, atingidos pela crise pavorosa que flagela esta ilha e afecta, mais ou menos, as demais do Arquipélago" e alertava para "o prejuízo dos alunos [que] não se compadece com tais delongas, que não fazem senão desaprovar o excesso da centralização de medidas, aliás, simples de administração e técnica regional" (*Notícias de Cabo Verde*, 1933, Outubro 28).

A pergunta enfática "A instrução em Cabo Verde, continuará a ser *uma espécie de fruto proibido*?" (1933, Novembro 4) continha o sentimento social de insegurança perante as tentativas de aniquilamento da *alma mater* da cidade. As alternativas oferecidas pelo poder – bolsas para continuação de estudos na metrópole e escolas de artes e ofícios – foram desmistificadas pelo discurso jornalístico (*Notícias de Cabo Verde*):

> "Pelo nosso artigo anterior, fizemos notar o direito que assiste ao nosso Arquipélago de possuir um estabelecimento de ensino secundário: pela antiguidade da sua fundação (perto de um século desde o Seminário-Liceu ao Liceu Infante D. Henrique); pela sua população - 150 mil habitantes; pela especial contribuição local dos usos e costumes estabelecidos entre nações das mais civilizadas do globo.
> […] Com a célebre BOLSA DE ESTUDO do iconoclasta do mesmo Liceu, poderia o Estado, mesmo munido dos melhores aparelhos psicológicos seleccionadores, que seriam inventados pelo autor das tais BOLSAS DE ESTUDO, mandar tanta gente à Metrópole, a completar os seus estudos?
> Não vê o Dr. Ermitão que isto é que seria UTOPISMO – pensar em BOLSAS DE ESTUDO para uma população de 150 mil habitantes? Não sabe o inventor dessas BOLSAS que seriam para o inglês ver, que desvendar os segredos da inteligência, fruto da alma, ser invisível, é coisa tão difícil como poucas há entre mortais, e até para mestres consagrados a viver com alunos?" (1935, Janeiro 15)

> "Fala-se agora, por exemplo, na substituição do liceu por uma Escola de Artes-e-Ofícios, porque diz-se é preciso que se prepare a mocidade caboverdeana para que possa ser praticamente útil à Nação, em todos os campos da sua vitalidade". Mas… o liceu está preparando a mocidade caboverdeana para que possa ser útil à Nação. Nas suas aulas, onde se ouvem vozes que não são como as que «não chegam ao céu» e cuja reprodução pretensos chavões em literatura se restringem, timoratamente, em conjunturas como a que atravessamos para que não falhem os seus intentos esquipáticos, não se ensina a cultivar os campos, a desfibrar *carrapato*, a fazer martelos? Não. Isto, porém, não conduz à substituição de um liceu por uma escola de artes-e-ofícios.

> Se os que nos governam querem que tenhamos bons agricultores, bons industriais e bons artistas, dêem-nos escolas próprias, não nos tirando, todavia, o liceu. Precisamos do liceu. Tirar-no-lo é, pois, o mesmo que obrigar-nos a não pôr de parte os nossos desenganos… […] Podemos ter um liceu e uma escola de artes-e-ofícios ao mesmo tempo.“ (Leite, 1935, Fevereiro, 15)

A interdição de níveis elevados de instrução correspondia a uma política de conformação social, que passava pela expansão de escolas rudimentares de artes e ofícios e pelo cerceamento das oportunidades de prosseguimento dos estudos ministrados no liceu, “o todo-poderoso império do *fim*”[268].

Quarto e último episódio (1937)

A sociedade crioula aspirava a mais e melhor ensino liceal. O *Noticias de Cabo Verde* comparava a situação da colónia, com 160.000 habitantes, “que nada mais têm do que um liceu” ao […] estado de Massachuessets, [que] desde o século XIX, autoriza a criação de um liceu em cada cidade que conta mais de 4.000 almas, ou a duas próximas que reúnam pouco mais desta população” (1937a, Novembro 1).

Representando o direito ao ensino secundário, o “usufruto das regalias constitucionais dos cidadãos portugueses em todos os territórios da nação, tanto da Metrópole como do Império Colonial” (*idem, ibidem*), é fácil imaginar o clima de consternação social provocado pela notícia de encerramento do liceu, difundida pela rádio na noite de 28 de Outubro de 1937.

Manuel Ribeiro de Almeida colocou as páginas do *Notícias de Cabo Verde* “à disposição da *intelligentsia* caboverdiana, que não se fez rogada e saiu à liça. Adriano Duarte Silva, Baltazar Lopes da Silva, Augusto Miranda, outro grande jornalista, Alberto Leite, e tantos mais” (Silva*,* 1989, Abril 1, p. 14) contestaram a extinção do Liceu Central Infante D. Henrique.

[268] António Nóvoa, João Barroso e Jorge Ramos do Ó recuperam a expressão de Lucien Febvre (1939) “o todo poderoso império do meio” para designar o ensino secundário e, em particular, os liceus. “O poderio está bem à vista. Desde logo, porque é este, tradicionalmente, o mais longo período de escolaridade: regra geral, é um ciclo que dura sete a oito anos, isto é, quase o dobro da «escola primária» ou da «universidade». Mas também porque os estudantes liceias stão numa fase de transição, num momento em que se define grande parte das suas vidas.” (2003, p. 17).
Em Cabo Verde, o ensino liceal representava o fim das oportunidades educativas para a maioria dos estudantes, sendo o acesso à universidade muito selectivo (consultar II Parte, 2.2. “Dirigir, ensinar e aprender”, 2.2.3. “Registos identitários dos alunos”. Esta evidência conduziu-nos à ousadia de designar o liceu cabo-verdiano *o todo poderoso império do fim.*



CABO VERDE DE LUTO!

A Extinção do Liceu

Nêste momento amargura-nos a mais dolorosa e desoladora impressão, produzida pela notícia da Rádio Colonial, de 28 de Outubro, respeitante à extinção do Liceu.

Inaugurado, em 19 de Novembro de 1917, sob a presidência do então governador de Cabo Verde, o ilustre professor e comandante Fontara da Costa, o novo estabelecimento de ensino abriu, modestamente, com 31 alunos de ambos os sexos.

Decorridos apenas vinte anos, depois dessa data histórica e dignificadora para a Nação, eis que somos surpreendidos, doridamente, pela informação desalentadora de que somos privados de uma grande conquista espiritual.

Hoje, frequentado por 372 estudantes, matriculados, com as propinas pagas e o vivo anseio das maiores aspirações da população do Arquipelago e de todos os caboverdianos espalhados pelo mundo, o Liceu representa, para Portugal, o mais honroso e elevado pergaminho de nobreza. Cabo Verde o ganhou, gloriosamente, para o País, quando o Governo Português, em Setembro de 1925, formulou, com desassombro, perante a Sociedade das Nações, as suas observações ao relatório do professor Ross. Eis o título espiritualmente nobilitarquico: "A população de Cabo Verde encontrava num estado de civilização muito adiantado; tem um liceu, muitas escolas primárias, e quási todos os lugares da administração são desempenhados por indígenas educados no Arquipélago." (Boletim da Agencia Geral das Colónias, n.º 6, de Dezembro de 1925).

Já se passaram 12 anos, de mais trabalhos e mais progresso, desde que os Poderes Centrais reconheceram, perante o mundo, a cultura dos caboverdianos e a boa utilização do seu estabelecimento secundário. E tratava-se apenas de uma instituição, cuja finalidade é satisfazer a instante necessidade de movimento, instrução, de tudo melhorar, nesta terra que deseja avançar.

Figura 23 – *Notícia da extinção do Liceu Central Infante D. Henrique*
Notícias de Cabo Verde, 1937a, Novembro 1.

Em conformidade com o Decreto 28.114, de 26/10/1937[269], em alternativa ao Liceu de Mindelo e à Escola Profissional da Praia, o governo criou a Escola Prática de Agricultura, na ilha de Santiago e a Escola Industrial e Comercial, na ilha de S. Vicente:

> "Sendo necessário dar execução ao reajustamento dos quadros privativos dos liceus coloniais, previsto no corpo dos artigos 48.º e 50.º do Decreto-Lei n.º 27:084, de 14 de Outubro de 1936, pôsto em vigor no ultramar pelas portarias n^{os} 8:547, de 9 de Novembro de 1936, e 8:602, de 22 de Janeiro de 1937;
> […] Art. 21º São extintos o Liceu Central Infante D. Henrique, na cidade do Mindêlo, e a Escola Profissional, na cidade da Praia, da colónia de Cabo Verde.
> Art. 22º Em sua substituição são criadas uma escola prática de agricultura na Ilha de Santiago e uma escola industrial e comercial na Ilha de S. Vicente, da mesma cidade.
> […] Art. 32º A Escola Prática de Agricultura será instalada numa propriedade rural do Estado, na ilha de Santiago, e a Escola Industrial e Comercial no edifício do liceu ora extinto, na Ilha de S. Vicente." (Decreto 28.114, de 26/10/1937)

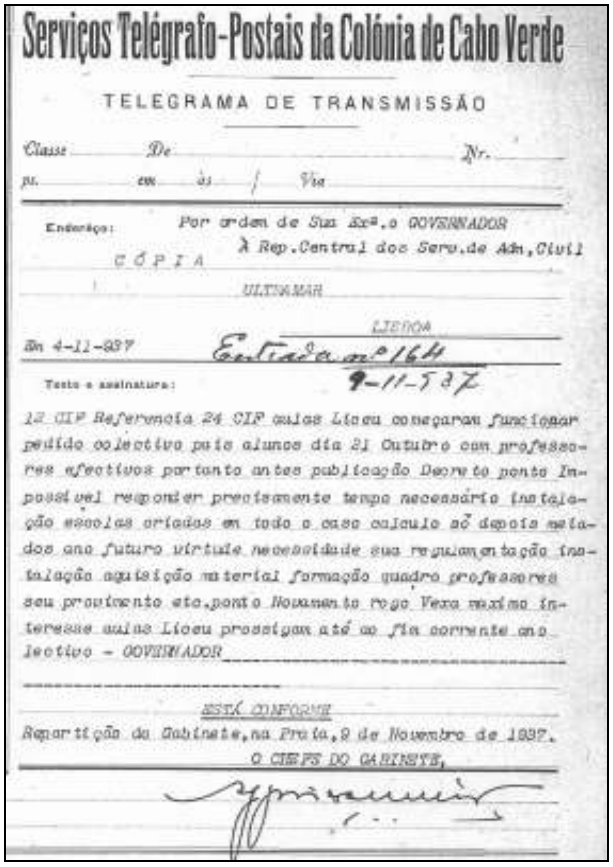
O apelo ao "patriotismo da metrópole" para a anulação deste decreto era legitimado "no direito da tradição e na força da razão humana, moral, espiritual e económica":

> "Decorridos apenas vinte anos, depois dessa data histórica e dignificadora para a Nação [inauguração do liceu, em 19 de Novembro de 1917], eis que somos surpreendidos, doridamente, pela informação desalentadora de que somos privados de uma grande conquista espiritual.
> Hoje, frequentado por 372 estudantes, matriculados, com as propinas pagas e o vivo anseio das maiores aspirações da população do arquipélago e de todos os caboverdianos espalhados pelo mundo, o Liceu representa, para Portugal, o mais honroso e elevado pergaminho de nobreza.

[269] O decreto está reproduzido no anexo 10.

> […] Já se passaram 12 anos, de mais trabalhos e mais progresso, desde que os Poderes Centrais reconheceram, perante o mundo, a cultura dos caboverdianos e a boa utilização do estabelecimento do seu ensino secundário. E trata-se apenas de uma instituição, cuja finalidade é satisfazer a imensa necessidade de movimento, de instrução, de tudo melhorar, nesta terra que deseja avançar.
> Se o Liceu, como já vimos, foi uma honra portuguesa perante a Sociedade das Nações, à nossa consciência de cidadãos do Império, constitue um troféu conquistado pelas aptidões, pelos talentos, pela ambição e pelas aspirações legítimas de Cabo Verde. E reivindicamo-lo, como justo galardão do nosso adiantamento.
> Ao patriotismo da Metrópole lembramo-lo, com todo o ardor e a maior firmeza das nossas convicções. E temos ao nosso lado o direito da tradição e a fôrça da razão humana, moral, espiritual e económica." (*Notícias de Cabo* Verde, 1937a, Novembro 1)

Segundo Francisco Lopes da Silva, o jornal português *Humanidade* aliou-se à causa cabo-verdiana, tendo telegrafado à Associação Comercial, nos seguintes termos: "Contem com o nosso máximo esforço a favor da reabertura do Liceu", referindo-se a um movimento "que congregou não só portugueses como cabo-verdianos em Lisboa: o Comandante Fontoura da Costa, ex-Governador, paladino da instrução em Cabo Verde, Coronel Guedes Vaz, também ex-Governador, João de Almeida, o autor do estudo sobre o Porto Grande, e os patrícios António Aurélio Gonçalves, António Pelópidas de Almeida, então estudantes universitários, para só apontarmos estes" (1989, Abril 1, p. 14).



Serviços Telégrafo-Postais da Colónia de Cabo Verde

TELEGRAMA DE TRANSMISSÃO

Classe De Nr.

Endereço: Por ordem de Sua Exª.o GOVERNADOR
À Rep.Central dos Serv.de Adm.Civil
CÓPIA

ULTRAMAR

LISBOA

Em 4-11-937 Entrada nº 164
9-11-937

Texto e assinatura:

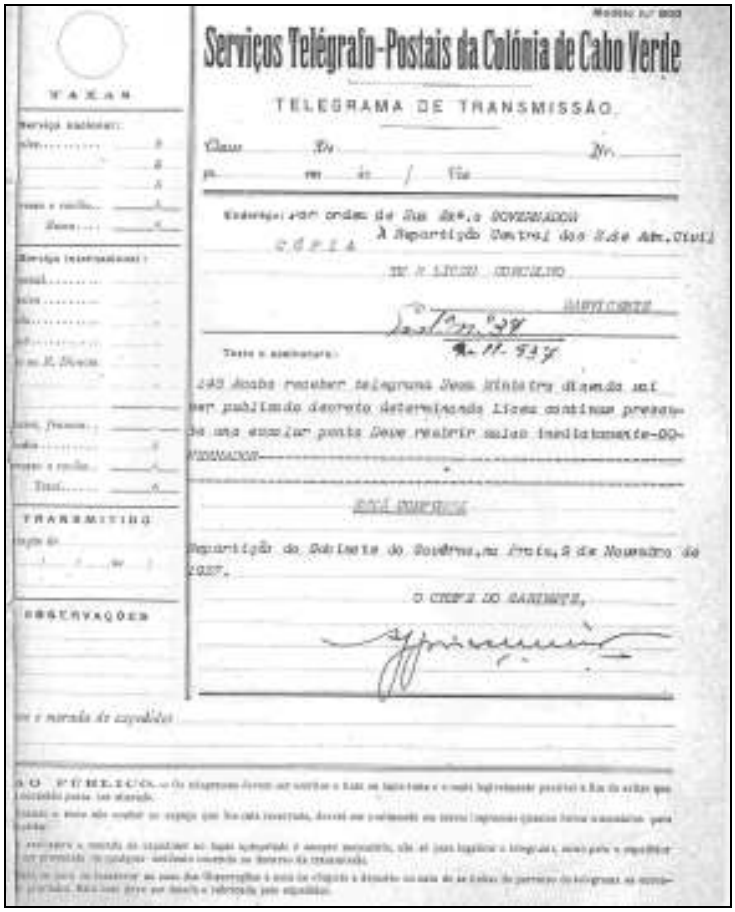
12 CIP Referencia 24 CIP aulas Liceu começaram funcionar pedido colectivo pais alunos dia 21 Outubro com professores efectivos portanto antes publicação Decreto ponto Impossivel responder precisamente tempo necessário instalação escolas criadas em todo o caso calculo só depois meiados ano futuro virtude necessidade sua regulamentação instalação aquisição material formação quadro professores seu provimento etc.ponto Nomeamento rogo Vera maximo interesse aulas Liceu prossigam até ao fim corrente ano lectivo - GOVERNADOR

ESTÁ CONFORME

Repartição do Gabinete,na Praia,9 de Novembro de 1937.
O CHEFE DO GABINETE,

Figura 24 – *Pedido de prosseguimento das aulas no liceu de Mindelo, 1937*
Telegrama, de 4/11/1937 (IAHN.)

Recorria-se mais uma vez à pressão cívica. "Tenhamos ainda a esperança de que os lancinantes telegramas que reproduzimos encontrem no Govêrno Português o eco que, em nosso entender, inteiramente merecem" (*Notícias de Cabo* Verde, 1937b, Novembro 1). O periódico informava que no caso de se consumar o encerramento do liceu, "um grupo de professores, entre os quais os Srs. Armando Bonucci Veiga, Vicente. Rendall Leite, Dr. Baltazar Lopes da Silva e Dr. Marino Barbosa Vicente Júnior, fundarão em S. Vicente uma escola destinada a habilitar alunos para o curso dos Liceus" (*idem, ibidem*).


Serviços Telégrafo-Postais da Colónia de Cabo Verde

TELEGRAMA DE TRANSMISSÃO

Figura 25 – *Autorização da reabertura do liceu de Mindelo, 1937*
Telegrama, de 9/11/1937 (IAHN).

Extinguir-se e restabelecer-se um liceu colonial em menos de um mês[270] foi acto extraordinário. Aconteceu. A invulgar celeridade da governação a distância (física e burocrática) só foi possível graças ao cabo submarino da Western Telegraph Company, Limited e ao sentimento colectivo de indignação social. Por força dos Decreto 28.229, de 24/11/1937, foi restabelecido o funcionamento do liceu:

[270] O liceu foi extinto em 26/10/1936 e restabelecido em 24/11/1936.

> "Tendo em vista o artigo 28.º do Acto Colonial;
> Usando da faculdade conferida pelo nº 1º do § 2.º do mesmo artigo, com referência ao artigo 91.º, §4.º, todos da Carta Orgânica do Império Colonial, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:
> Artigo 1.º Durante o corrente ano escolar funcionarão o Liceu Infante D. Henrique, da cidade do Mindelo e a Escola Profissional, da cidade da Praia, na colónia de Cabo Verde, no mesmo regime em que se encontravam à data da publicação do decreto nº 28:114, de 26 de Outubro de 1937, inclusive para efeitos de vencimentos e abonos de horas extraordinárias, diuturnidades e outras gratificações autorizadas por lei."

A notícia da reabertura do ensino liceal foi festejada na cidade. "A alegria era esfusiante: viam-se pessoas a abraçarem-se nas ruas, que eram percorridas por grupos de estudantes que davam largas ao seu entusiasmo, agitando a bandeira do Liceu e dos Falcões de Cabo Verde[271]" (Silva, 1989, Abril 1, p. 14). O único jornal do arquipélago reproduziu o ambiente de tensão e de esperança:

> "Naqueles primeiros dias a nossa cidade viveu efectivamente numa tensão de nervos impressionante.
> Um ente humano, subitamente imerso em profundo desgôsto moral e insuportável dor física, não mostraria um aspecto de desolação, enervamento e anciedade, comparável ao desta cidade durante aquele triste período!
> - O que há de novo?
> - O que dirá o govêrno aos nossos angustiosos apelos?
> - Que hei-de fazer a meus filhos?!
> - Como recuperar as despesas que fiz?!
> - De que servirão os anos que perdi no liceu?!
> Tais eram as perguntas feitas por pais de alunos, estudantes, proprietários de pensões, por uma grande parte da nossa população, cujos interêsses gravitam em volta do Liceu. E ninguém sabia responder-lhes.
> Na quinta-feira, 4, pode dizer-se que toda essa população se aglomerou junto dos 100 aparelhos de radiofonia que existem no Mindelo.
> […] Nessa noite, a essa hora, toda a gente esperou, com o olhar fito nos mostradores dos 100 aparelhos, os ouvidos atentos e a respiração suspensa, a notícia famosa, a notícia anciada! E quando o amável locutor da Rádio declarou… que nada tinha ainda a declarar…, a cidade inteira caiu numa descrença absoluta!
> E assim continuou vivendo, já com a quasi convicção de que o Liceu, o seu querido Liceu, estava môrto e enterrado…
> Não era assim, felizmente.
> Um dia memorável
> Na manhã de 9, com a rapidês luminosa de uma projecção de holofote sôbre uma cidade adormecida, chegou a toda a parte a notícia que o Liceu ressuscitara!" (*Notícias de Cabo* Verde, 1937, Novembro 15)

Na crónica "O liceu é acima de tudo uma necessidade temporal e espiritual" Augusto Miranda celebra o seu renascimento e a "maioridade escolar" (21 anos) de uma instituição, "fruto já maduro da ciência e da civilização portuguesa em Cabo Verde" (1938, Março 1):

[271] Consultar III Parte, 1.2. "Os Falcões Portugueses de Cabo Verde".

> "Entre as místicas e conquistas espirituais dos habitantes de Cabo Verde, conta-se, sem dúvida e justamente, o Liceu do Infante D. Henrique, que, desde o mês de Novembro último, entrou no 21º ano da sua fundação. Em breve, o nosso estabelecimento escolar festejará o ano glorioso da sua maioridade escolar.
> Apesar de constituir o Liceu para certas pessoas um ponto de interrogação: Continuará? Extinguir-se-á? Nós, com a convicção que infunde a justiça humana, com a fé que transporta montanhas, com o apoio da regalia educativa de todos os territórios portugueses, afirmamos e sustentamos, categoricamente, sem um momento de desânimo: O LICEU NÃO MORRERÁ, porque tem todo o direito à vida!
> […] Ora Cabo Verde não possue apenas núcleos populacionais importantes: é constituído por uma população inteira, importantíssima, formada pelos seus habitantes em número aproximado de 170.000 e pelos seus filhos espalhados pelo mundo – cerca de dez mil. Todos aspiram pelo melhor, pelo mais confortável, pelo mais português, pelo mais culto, pelo mais espiritual.
> E quem há aí que seja capaz de negar aquilo que, pelos nossos méritos, pela nossa persistência, pelo nosso heroísmo, conquistamos em competição com os filhos da Metrópole? Ninguém, com justiça e espírito lusitano!…" (1938, Março 1)

A intervenção jornalística de Augusto Miranda foi decisiva para o reconhecimento do capital cultural acumulado no arquipélago e das particularidades da sociedade crioula no império colonial português:

> "Amando a instrução desde os primórdios da sua civilização, o habitante de Cabo Verde encontra-se acima de todas as colónias europeias em África, quer portuguesas, quer estrangeiras. Assim, o lugar dos caboverdianos não é o mesmo que o das populações indígenas do continente africano ou das demais ilhas lusitanas espalhadas pelo mundo.
> Achamo-nos a par do açoriano, do madeirense e do metropolitano, quanto aos costumes, ao espírito de raça, às aspirações de progresso, às reivindicações de justiça.
> E a mais preciosa dessas reivindicações era o restabelecimento do Liceu, extinto em 28 de Outubro do ano transacto e agora restituído a quem de direito. Por direito de conquista, de posse e de conservação. Por razões históricas, por imposição espiritual, por conveniência patriótica, por necessidade cívica.
> O Liceu em Cabo Verde não é apenas uma precisão mental, é também um orgulho hesperitano; é ainda um elemento de economia do povo de S. Vicente." (1938, Agosto 1)

A trajectória, em vários episódios e muitos, da cidadania em defesa do liceu consolidou o auto-convencimento crioulo de hegemonia cultural. O património educacional foi utilizado como argumento negocial nos desafios à governação da metrópole, num percurso que beneficiou da deliberação pública e da organização da vontade colectiva.

1.3. A edificação tardia do liceu na capital[272]

"Regressei há dias [de Mindelo] e trazia ainda nos ouvidos a pergunta inevitável de S. Vicente: «Isto, aqui, sempre é melhor que a Praia, não acha?»
Quis ser justa e, numa destas manhãs, ainda mal tinha nascido o sol, percorri devagar toda a minha cidade, como se fosse uma estranha e quisesse conhecê-la.
Vi o hospital, com os seus pavilhões novos, alegres e limpos; Montagarro e as casas do Estado, lindas moradias, de linhas modernas, formando um pequenino bairro onde tudo é claro e belo; e, mais além, o lavadouro, com a sombra das suas árvores e a água a cantar nos tanques; o Paiol, a Fazenda, tudo verde, num desmentido trocista à aridez de Cabo Verde.
Andei a cidade do princípio ao fim e quero dizer-lhes, meus amigos de S. Vicente:
- Não, isso aí não é melhor – nem pior também! - do que a nossa Praia; é apenas diferente: nós vivemos da agricultura, vocês do mar; nós amamos a calma e o silêncio, vocês a vida ruidosa do vosso porto, onde cada dia passa um mundo estranho e desconhecido...
Nem melhor nem pior; apenas diferentes, mas sempre irmãs, as nossas cidades – ambas filhas de Cabo Verde." (Maria Helena Spencer, 1952, Setembro)

"Praia- Maria!

Com músicas na Praça às quintas e domingos
e Branquinho tocando peças da era da canequinha…

Chiquinho Barba-rôxa
que regera bandas de latas no tempo da Marinha
assenta-se hoje ao sol no banco do largo…

Na Câmara
o sino
badala, badala…" (António Nunes, 1945)



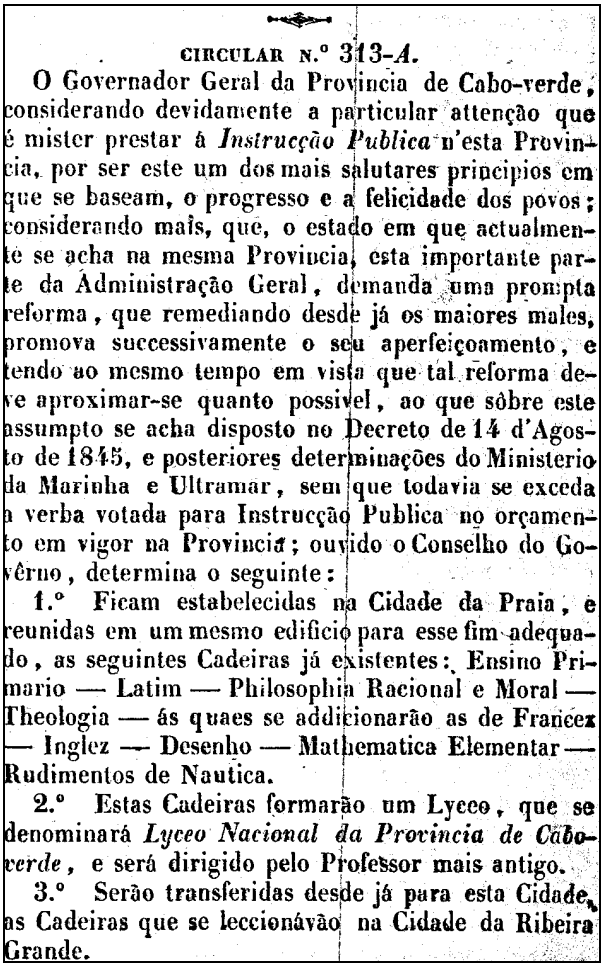
Figura 26 – *Praça Alexandre Albuquerque, Praia, cerca de 1958*
Editor: Casa do Leão, S. Vicente. Loureiro, 1998, p. 58.

[272] No anexo 9 apresentamos as "Memórias do liceu da Praia".

Dois anos depois de ter ascendido a cidade, a capital da colónia inaugurou o Liceu Nacional. Foi um projecto efémero. A cidade da Praia esperou uma centúria para ter o seu liceu.

O liceu surge com a cidade

A Praia é um centro político-administrativo. Como diz António Leão Correia e Silva, "É aqui a cabeça do governo. […] A formação de funcionários passa a ser uma necessidade que o Estado vai assumir, tendo em vista a sua consolidação. Assim, em 1860, cria-se na Praia o denominado Lyceu Nacional da Província de Cabo Verde" (1998, pp. 63/64). Foi instituído pela Circular 313-A, de 15/12/1860[273].



CIRCULAR N.º 313-*A*.

O Governador Geral da Provincia de Cabo-verde, considerando devidamente a particular attenção que é mister prestar á *Instrucção Publica* n'esta Provincia, por ser este um dos mais salutares principios em que se baseam, o progresso e a felicidade dos povos; considerando mais, que, o estado em que actualmente se acha na mesma Provincia, esta importante parte da Administração Geral, demanda uma prompta reforma, que remediando desde já os maiores males, promova successivamente o seu aperfeiçoamento, e tendo ao mesmo tempo em vista que tal reforma deve aproximar-se quanto possivel, ao que sôbre este assumpto se acha disposto no Decreto de 14 d'Agosto de 1845, e posteriores determinações do Ministerio da Marinha e Ultramar, sem que todavia se exceda a verba votada para Instrucção Publica no orçamento em vigor na Provincia; ouvido o Conselho do Govêrno, determina o seguinte:

1.º Ficam estabelecidas na Cidade da Praia, e reunidas em um mesmo edificio para esse fim adequado, as seguintes Cadeiras já existentes: Ensino Primario — Latim — Philosophia Racional e Moral — Theologia — ás quaes se addicionarão as de Francez — Inglez — Desenho — Mathematica Elementar — Rudimentos de Nautica.

2.º Estas Cadeiras formarão um Lyceo, que se denominará *Lyceo Nacional da Provincia de Cabo-verde*, e será dirigido pelo Professor mais antigo.

3.º Serão transferidas desde já para esta Cidade, as Cadeiras que se leccionávão na Cidade da Ribeira Grande.

Figura 27 – *Criação do Liceu Nacional da Província de Cabo Verde*
Circular 313-A, de 15/12/1860.

[273] O documento está reproduzido no anexo 10.



Figura 28 – *Paços do Concelho da, Praia, cerca de 1910*
Editor: União Postal Universal, S. Vicente. Loureiro, 1998, p. 50.

Com a criação do Seminário de S. Nicolau (3/9/1866) foram "chamados alguns professores do lyceo nacional da provincia para desempenhar as funcções do seu cargo no seminário creado por decreto de 3 de Setembro do anno próximo findo e estabelecido na ilha de São Nicolau" (Portaria 8, de 26/1/1867). O liceu foi encerrado e acabou por ser extinto, pois a quase totalidade dos professores pediu a exoneração (Silva, 1992, Fevereiro 18, p. 15).

A existência de um *Projecto de organização de uma Escola de Ensino Secundário na Praia*, em fins do século XIX[274], comprova a vontade de criação, na capital da colónia, de uma instituição com componentes dos ensinos liceal e técnico. Na escola leccionar-se-iam:

> "1º - As disciplinas que constituem os três primeiros annos do curso dos lyceus, […] permitindo a transferencia d'esta Escola para qulquer lyceu da metrópole.
> 2ª Um curso elementar de commercio conforme o que se acha organizado por decreto de 16 de Novembro de 1897.
> § unico – O curso elementar de commercio constitue uma preferência para a admissão de funccionarios aduaneiros, empregados de repartições superior de fazenda e empregados da Secretaria Geral.
> […] 4º – Os professores da Escola de Ensino Secundário da Praia são três: professor de línguas, professor de sciencias e desenho, e professor do ensino propriamente comercial.
> […] 5º – A Escola do Ensino Secundário da Praia funccionará no edifício das escolas d'esta cidade, aproveitando-se o mobiliário escolar das escolas de instrução primaria."

[274] O documento do Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN) não é datado. Localizamo-lo no tempo da monarquia, pois alude aos "lyceus do reino" e posterior a 1897, considerando a referência a "um curso elementar de commercio conforme o que se acha organizado por decreto de 1897".

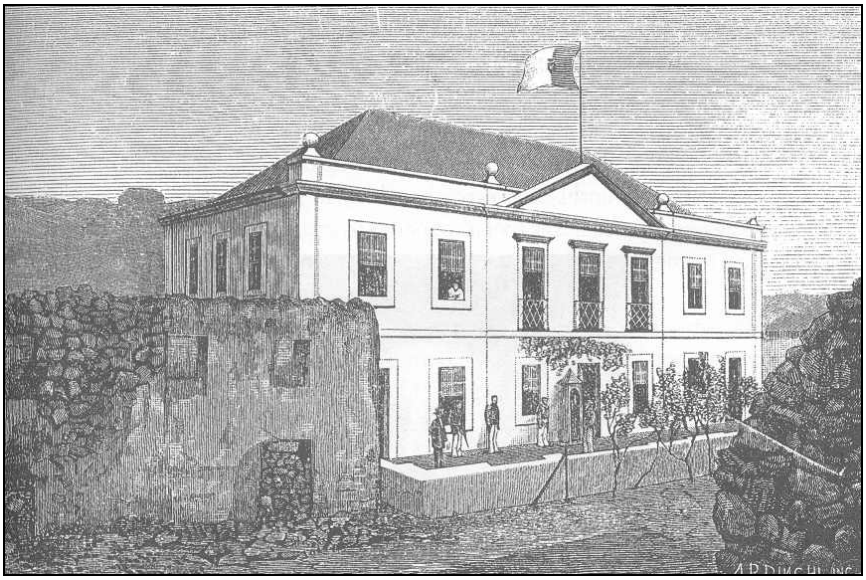


Figura 29 – *Edifício das escolas da Praia, 1877*
Oliveira, 1998, p. 71.

Um dos cenários possíveis para a transformação do projecto em realidade passaria pela transferência do Seminário-Liceu da Diocese de S. Nicolau para a da Praia[275] e a sua "reorganização em servir de Lyceu Nacional", tendo "anexa e subordinada uma escola d'Artes e Officios […], conforme a proposta apresentada pelos habitantes da ilha de S. Thiago" (Ofício do Bispo de Cabo Verde, de 16/6/1906)[276]. O apelo das crianças da cidade da Praia para a criação de um liceu, por ocasião da visita do Príncipe D. Luiz[277] (1907), simboliza a determinação cívica da edificação de uma instituição perspectivada como território de oportunidades e de desenvolvimento.

Cinco anos depois, *A Voz de Cabo Verde* transcrevia um artigo do jornal *O Século* que noticiava que "alguns negociantes, proprietarios e funcionarios residentes na cidade da Praia (Cabo Verde) entregaram ao Ministro das Colónias uma representação, pedindo a creação de um liceu nacional n'aquella provincia":

> "O melhoramento – diz a representação – impõe-se não só pela já adiantada civilisação dos povos do archipelago, mas ainda porque seria deshumanidade não se aproveitar as aptidões dos caboverdeanos, os quaes, como patriotas que são, desejando cooperar na grande obra do ressurgimento do paiz, seguramente aspiram a conquistar um logar no exercito, na armada, no commercio, na agricultura, na burocracia, nas artes e na sciencia, onde alguns têm dado inequivocas provas de competencia.
> A representação tambem acrescenta que «as receitas da provincia, devidamente administradas, suportam, sem sacrificio, as despezas d'um liceu; basta remodelar o orçamento, suprimindo gastos inuteis e augmentar os impostos sobre a aguardente e os tabacos».
> O documento em questão tem 85 assignaturas." (15/1/1912)

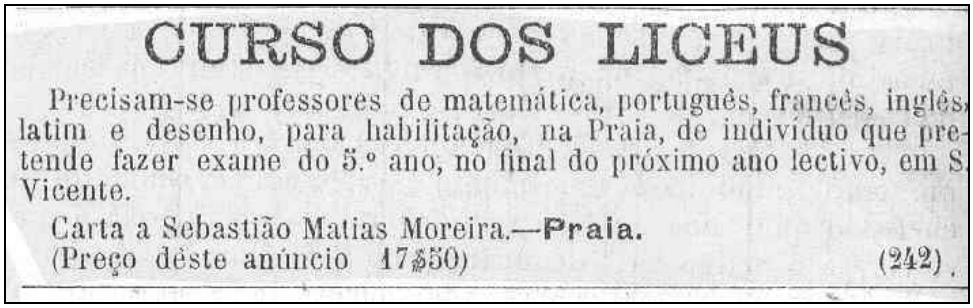
[275] Este assunto foi abordado na II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".
[276] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).
[277] Consultar II Parte, 1.1. "Antecedentes e alternativas".

Em contraste com as intenções centralizadoras do poder – um liceu na metrópole para os alunos das colónias[278] –, no ano de 1917 foi esboçado o modelo de um "liceu modesto, sem pretenções a criar sábios, mas util, cujas portas se abram a todos que nele queiram ingressar [que se deveria] instalar nesta ilha de Santiago, em sítio saudável, não muito distante da capital, e a ela ligado por uma bôa via de comunicação":

> "E digo nesta ilha [Santiago], porque, em meu parecer, além de ser ela a mais populosa, é a que mais recursos oferece de alimentação, de economia e até de tratamento dos alunos, em casos de doença.
> De todo o ponto conveniente seria a criação de um internato para os alunos, filhos das outras ilhas, ou que habitando distante do estabelecimento não dispuzessem de meios que lhes proporcionasse o poderem conduzir-se ao liceu sem se produzir o cansaço fisico que tam prejudicial é ao desenvolvimento intelectual. […]
> O internato seria gratis para os filhos dos pais pobres, cuja admissão estivesse nos casos acima apontados – o da distinção e do aproveitamento nos estudos primários –, sendo as vagas para admissões desta natureza limitadas a um certo número, conforme as receitas destinadas ao custeio do liceu." (Pelónio, 1917, Março 19)

Ensino privado

Até à década de trinta as iniciativas de ensino liceal, na capital da colónia, não passaram do plano das intenções não consumadas. Pontualmente, surgiam sinais isolados das dificuldades sentidas pelas famílias com a dependência intelectual em relação à cidade de Mindelo[279].



CURSO DOS LICEUS

Precisam-se professores de matemática, português, francês, inglês, latim e desenho, para habilitação, na Praia, de indivíduo que pretende fazer exame do 5.º ano, no final do próximo ano lectivo, em S. Vicente.

Carta a Sebastião Matias Moreira.—**Praia.**

(Preço dêste anúncio 17$50) (242).

Figura 30 – *Pedido de professores para preparação do exame do 5º ano*
Boletim Oficial, de 31/8/1929.

[278] Consultar II Parte II, 1.1. "Antecedentes e alternativas".
[279] No mesmo ano da publicação de um apelo individual (anúncio, de 31/8/1929) para ultrapassar o vazio educacional, na cidade da Praia, os cidadãos da ilha Brava organizaram "uma escola de instrução secundária, de ensino particular, na Vila de Nova Sintra, sede do referido concelho, com a designação de «Escola Secundária Coronel Guedes Vaz», a fim de preparar alunos para exames até ao 3º ano no Liceu Central Infante D. Henrique, em S. Vicente" (Portaria 362, de 3/6/1929).

O Colégio-Liceu Serpa Pinto, dirigido por Leão Gomes de Pina[280], instituído em 6 de Outubro de 1932, representa o primeiro projecto estruturado de superação do atraso educativo no centro administrativo da colónia. "Organizado inteiramente segundo os princípios que informam todo o Ensino Secundário Oficial metropolitano, optimamente instalado[281] […], conta hoje, com uma frequência efectiva de mais de 100 alunos, distribuídos no Curso dos Liceus, os quais, na sua maioria, são oriundos desta Ilha e não podem, por míngua de recursos materiais, frequentar o Liceu Infante D. Henrique, em S. Vicente" (Petição ao governador, de 13/4/1933)[282].



Figura 31 – *Anúncio do Colégio-liceu Serpa Pinto*
O Eco de Cabo Verde, 1933, Outubro 1.

O Eco de Cabo Verde, propriedade de Leão Gomes de Pina, director do colégio-liceu, deu natural relevo às notícias da instituição privada:

> "No meio de grande entusiasmo por parte da sua numerosa população escolar, [o Colégio-Liceu Serpa Pinto] reabriu as suas aulas no passado dia 9 do corrente, este modelar estabelecimento secundário que em bôa hora foi fundado nesta cidade, e está contribuindo assazmente pelo progresso do ensino na Capital de Cabo Verde. O seu actual corpo docente é constituído pêlos seguintes professores:
>
> *Coronel FERNANDO FREIRIA*
>
> Do corpo do Estado Maior; antigo director e professor dos Pupilos do Exército e antigo professor da Escola de Guerra e do Instituto feminino de Educação e Trabalho; professor secundário diplomado, com mais de trinta anos de prática de magistério.
>
> *Dr. ANTÓNIO C. LOPES DA SILVA*
>
> Licenciado em Direito (U.L.). Delegado do Procurador da República; diplomado pela Escola Colonial; antigo professor secundário (Lisboa).

[280] Leão Gomes de Pina, licenciado em Direito e diplomado pela Escola Colonial, foi proprietário, editor e director do jornal *O Eco de Cabo Verde* (1933-1935).
[281] Conforme informação do Doutor António Leão Correia e Silva (2/10/2008), o colégio funcionou num edifício da família de Leão Gomes de Pina, situado em Montagarro na cidade da Praia.
[282] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

Dr. SEVERINO GOMES DE PINA

Licenciado em Direito (U.L.). Advogado nos auditórios da comarca de Santiago; antigo professor secundário.

HUGO DOS REIS BORGES

Professor primário de 1ª classe, com longa prática de magistério.

Dr LEÃO GOMES DE PINA

Licenciado em Direito (U.L.). Ex-professor do Liceu Passos Manuel (Lisboa). Diplomado pela Escola Superior Colonial. Professor secundário diplomado e inscrito em todos os liceus de Lisboa" (*O Eco de Cabo Verde*, 1933, Agosto 15)

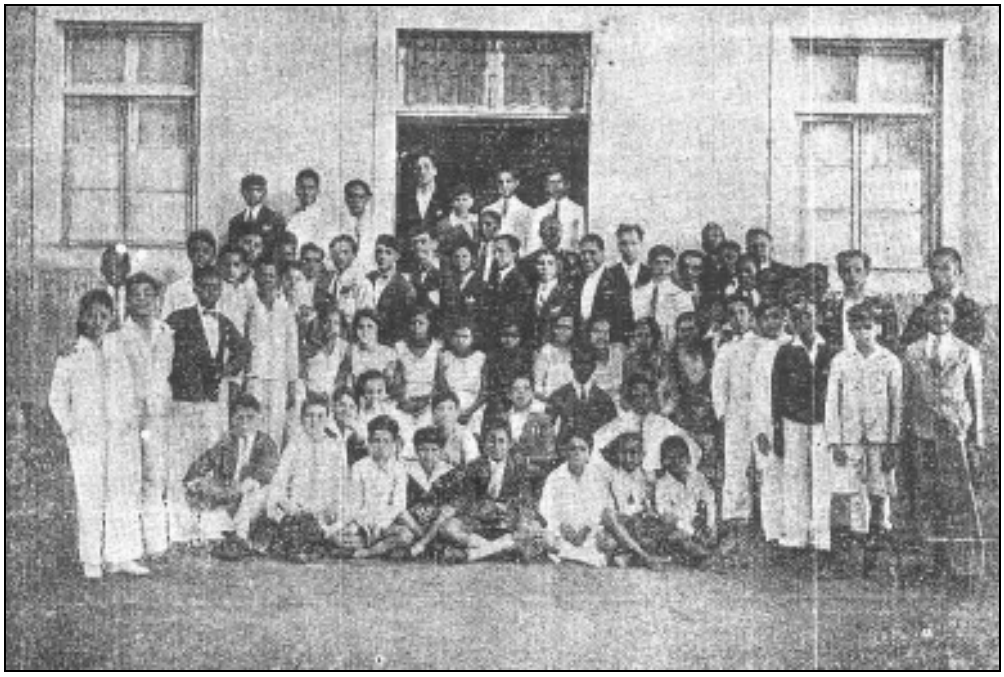


Figura 32 – *Alunos e professores do Colégio-Liceu Serpa Pinto*, *1932/1933*
O Eco de Cabo Verde, 1933, Dezembro 10.

A existência de um liceu, na cidade da Praia, respondia aos anseios da sociedade que julgava não ser "justo nem tão pouco equitativo que na mesma colónia, uma parte da população tenha regalia de poder prolongar os seus estudos, conquistando o mínimo de habilitações literárias exigido por lei para o ingresso nos quadros do funcionalismo público, enquanto que a outra, por absoluta impossibilidade de se deslocar para S. Vicente, se veja para sempre forçado a permanecer fora deles". Estas considerações integram um documento assinado por pais e cidadãos da capital (13/4/1933)[283]:

> "Para obviar a esta palpável anomalia que sensivelmente se vem notando, foi, em uma feliz hora, fundado o Colégio-Liceu «Serpa Pinto», que, para bem desempenhar a sua alta e delicada missão pedagógica carece indubitavelmente do apoio, amparo e protecção de V. Exc.ª e do Governo, e, nesta ordem de ideias, solicita de V. Exc.ª que, depois de ouvir as instancias técnicas competentes e o Conselho do Governo, se digne permitir a vinda a esta cidade, na época dos exames e depois destes concluídos no Liceu Infante D. Henrique, de um grupo de, pelo menos 3 ou 4 professores do mesmo, constituídos em júri, a fim de

[283] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

> examinarem os alunos seleccionados para exame final, das três primeiras classes do curso dos liceus deste Colégio-Liceu, em número aproximado de 50, devendo os seus cadernos escolares serem preenchidos em conformidade da legislação do ensino secundário vigente e enviados oportunamente à Secretaria do Liceu, em S. Vicente, bem como as respectivas propinas; pontos para as provas escritas que serão idênticas aos do Liceu, bem como os processos, nesta cidade, com as correspondentes ajudas de custo, à Direcção do Colégio-Liceu Serpa Pinto, como representante dos alunos interessados, pagará o encargo resultante do deslocamento dos referidos professores.
> Em abono da sua petição e como justificação, alegam:
> a) Dificuldade insuperável, ou melhor, impossibilidade absoluta dos alunos se deslocarem até S. Vicente, por carência de recursos materiais para passagens e manutenção, em S. Vicente, onde a vida é extremamente cara;
> b) Dificuldade de alojamento económico para 50 alunos, em S. Vicente, onde como se sabe, existe, de há muito notável crise de habitação;
> c) Dificuldade, ou, melhor impossibilidade de muitos pais enviarem as suas filhas a S. Vicente, onde, ordinariamente não têm pessoas conhecidas e de confiança para olharem por elas;
> d) O princípio geral dominante em todas as noções coloniais, pelo qual a legislação destinada às colónias deve ser elaborada, tendo em atenção a natureza e as características peculiares dos mesmos.
> e) A natureza especial da colónia de Cabo Verde, constituída por várias ilhas com precária comunicação inter-insular;
> f) Quando funcionava o antigo Instituto Caboverdeano de S. Nicolau, os exames finais, com validade legal, eram ali feitos, até pelos próprios professores, sendo o presidente do júri indicado pelo Conselho Escolar do Liceu de S. Vicente;
> g) A conveniência do funcionamento na Capital da Colónia, sede do Governo, de um Instituto Secundário, embora de carácter particular, com todas as condições de bem desempenhar a sua missão, a um tempo, instrutiva e educadora."

A resposta do reitor do Liceu Infante D. Henrique não foi favorável à petição, alegando que "o Colégio Serpa Pinto não tem, até agora, existência legal […] e o exemplo do Instituto Caboverdeano, de S. Nicolau, não é de se invocar; o Instituto era um estabelecimento oficial […] [e] o que se pretende na petição, é coisa inédita, nunca se tendo visto irem os professores atrás dos alunos que queiram submeter-se a exame […], além disso, não seria fácil dispensar quatro professores, durante o serviço de exames" (Ofício 93, de13/5/1933)[284].

Conforme dados referentes ao ano lectivo 1933/34, o colégio contava com 23 alunos, na 1ª classe (transitaram 13); 28, na 2ª classe (4 aprovados no exame no Liceu Infante D. Henrique, 9 alunos obtiveram média para o exame, mas não o requereram, 12, desistiram e 3 ficaram reprovados no exame) e 5 alunos na 3ª classe, que "desistiram, por carência absoluta de meios" (*O Eco de Cabo Verde*, 1934, Setembro 9). Os resultados prenunciam a decadência da instituição[285] devido à "indiferença dos patrícios que parecem

[284] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[285] Um aviso publicado no jornal *O Eco de Cabo Verde* indicia as dificuldades da instituição: "A Direcção deste estabelecimento de ensino leva ao conhecimento público que devido à tremenda crise geral da hora presente, acrescida, como reflexo, de uma considerável diminuição da sua população escolar, viu-se forçado a transferir as suas instalações para a Rua da República, para o prédio pertencente à D. Maria Ermelinda Chôr, onde as suas aulas continuarão com regularidade" (1/5/1934).

ignorar a utilidade de um estabelecimento secundário na Praia e a soma incalculável de sacrifícios e dissabores que tem representado a sua manutenção" O texto-anúncio concluía: "*Malgré tout*, enquanto houver um caboverdeano que queira estudar, o Colégio Liceu Serpa Pinto conservará as suas portas abertas, com entrada franca."

Estudar em Mindelo

A cidadã Maria Helena Spencer advertia que "em Cabo Verde, quem tenha filhos e não possa viver em S. Vicente, tem que contar com uma boa dezena de anos de apoquentações e dificuldades". Para as famílias praienses não bastava "a um homem ou a uma mulher apenas saber ler o seu livro de orações" e por isso sentiam-se "na obrigação de dar aos nossos filhos pelo menos aquele mínimo de instrução necessária para que possam ocupar, senão um lugar bom na vida, pelo menos um não inferior ao nosso". Na crónica "O ensino secundário em Sotavento", a jornalista prosseguia as suas reflexões:

> "Na Praia, duas ou três pessoas procuram, com afinco ajudar a resolvê-lo, preparando as crianças para os exames do liceu. Mas lutam com dificuldades de toda a ordem por mais que façam e empreguem todo o seu saber e dedicação não conseguem pôr-se a par dos programas e métodos do ensino do Liceu e, no fim do ano, vêm inutilizado todo o seu esforço, com uma percentagem de cerca de 75% de reprovações que os deixam envergonhados, criam complexos de inferioridade nas crianças e causam grandes prejuízos económicos à maioria dos pais que, muitas vezes não podem, no ano seguinte, obter o necessário para nova despesa.
> Desde que Sua Excelência o Governador tomou a imensamente louvável deliberação de fazer vir à Praia os examinadores do Liceu, esse prejuízo ficou reduzido ao mínimo, mas, mesmo assim, esse mínimo é algo de bastante duro para aqueles que vivem do seu trabalho numa terra em que tudo é pobre.
> Muitos adoptaram já o sistema de mandar os filhos para S. Vicente durante todo o ano lectivo.
> Mas, será essa a melhor solução? Não o creio. Começa por ser bastante cara: no geral, a estadia de uma criança em S. Vicente anda à volta de 600$ ou 700$. Isto, sem falar nas despesas próprias do estudo, como livros, propinas, explicadores, etc.
> Por outro lado, as pessoas que recebem estudantes, embora empreguem todo o seu esforço e boa vontade, não têm colégios organizados nem conseguem substituir em absoluto a autoridade dos pais e as crianças sentem-se mais ou menos independentes, perdendo-se todo um longo trabalho de educação, em favor da instrução.
> Vale a pena?
> Mais, muito mais vale, então, qualquer colégio da Metrópole, onde a despesa não é maior e onde a educação que se começou em casa continua a par da instrução.
> Infelizmente, porem, só uma pequena minoria tem meios para adoptar esta solução.
> Para nós, os que não podemos, o problema continua sem se resolver." (1952, Junho)

Uma maior equidade regional passaria pela criação de "uma escola ou colégio, aqui na Praia, patrocinado pelo Estado e com carácter oficial e professores privativos […], com a certeza de que todos os anos haveria exames na Praia, para que

deixasse de andar, como agora, durante todo o ano lectivo, na boca de todos nós pais, professores e alunos a pergunta angustiosa – Os examinadores virão este ano?"[286] (*idem, ibidem*).

Um grupo de cidadãos representantes dos concelhos do Maio, Brava, Fogo, Tarrafal, Santa Catarina e Praia, no mesmo ano, insistiram na "necessidade premente da criação de um colégio-liceu na capital da província":

> "Conquanto esta província seja formada por um arquipélago de 10 ilhas […] existe para ministrar o ensino secundário um único estabelecimento, o Liceu "Gil Eanes", em São Vicente […] que não está em condições de comportar todos os alunos que nele pretendem matricular-se, tanto mais que, para o próximo ano lectivo, foi recusada a inscrição a mais de 100 alunos.
> […] Os alunos de Sotavento que finalizam os exames de instrução primária esbarram com a possibilidade de continuarem os seus estudos secundários, pois tal empreendimento exigiria dispêndios de numerários avultadíssimos com as despesas de deslocação, manutenção, etc., que os pais, não estão em condições de arcar.
> […] Enquanto os alunos de Barlavento, uma vez terminados os exames de instrução primária, se matriculam francamente no ensino secundário, e os empregados assalariados, que exercem a sua actividade em São Vicente, dispõem de vantagens para elevarem a sua bagagem de conhecimentos e instruírem os seus filhos com o mínimo de despezas, em Sotavento, embora a população seja maior dá-se precisamente o contrário, pois 95% dos alunos que terminam os exames de instrução primária ficam inibidos de continuarem os seus estudos." (Petição, de 23/9/1952)[287]

O Encarregado do Governo, Inspector Jones de Silveira, concordou com a criação na Praia do ambicionado colégio-liceu, dadas as "deficiências na vida moral e social, que bem podem afectar estudantes adolescentes muito afastados dos seus lares". O liceu deveria ser "mantido por particulares com o auxílio de subsídios do Estado e dos municípios interessados ou, e bem preferíamos assim, como um desdobramento do Liceu Gil Eanes" (Despacho, de 17/8/1953)[288]. Admitia a viabilidade do colégio-liceu na Praia, afirmando que "alunos haverá certamente, instalações terão que ser arranjadas em edifício público e os fundos serão em grande parte constituídos por quantias equivalentes à que hoje gastam os estudantes em se deslocar dos seus lares, e os subsídios que as administrações públicas cederão". Em entrevista, concedida ao *Cabo Verde Boletim*, Jones da Silveira defendeu a fundação de mais um liceu,"que será um padrão de civismo":

---

[286] Em conformidade com a Portaria 12.906, de 7/5/1949, os exames de admissão ao liceu poderiam ser realizados na cidade da Praia, no edifício da Escola Central Dr. Oliveira Salazar, caso se verificasse o número mínimo de vinte candidatos. O *Cabo Verde Boletim* informava que "foi com a mais viva manifestação de reconhecimento que a população recebeu a noticia que os exames de admissão ao Liceu e os de 1º ciclo dos alunos residentes em Sotavento podem ser realizados nesta cidade da Praia (1951, Julho).
[287] Fundo dos Serviços da Administração Civil (IAHN).
[288] *Idem*.

> "O interesse é indiscutível por motivos que já apresentei nesse despacho. Ainda hoje há gente sisuda que discute a vantagem de se ensinar a ler e escrever, a instrução primária, aos naturais das nossas províncias ultramarinas, alegando que uma vez de posse do alfabeto, o indígena não mais pegará na enxada. Será que haja por aqui alguém que pense de forma semelhante? Se não há, estamos todos de acordo na matéria e, de acordo com a organização mundial filha dilecta da ONU, a UNESCO que luta pela «Educação das Massas» e que, entre outros fins se propõe como um meio do evitar as guerras devastadoras no seio da humanidade, conseguindo para os povos o melhor conhecimento uns dos outros.
> Não receamos pois abrir mais um Liceu, se lá conseguirmos chegar, e que será um padrão do civismo dos que se lançaram na campanha." (1953, Setembro)

O *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* congratulou-se com a resposta favorável do poder colonial a um "requerimento de um grupo de representantes de pais e encarregado de educação de crianças em condições de frequentar o liceu, à criação de um colégio-liceu municipal desta cidade" (*idem, ibidem*). Entretanto, até à institucionalização do liceu, "Sua Excelência autorizou o funcionamento de um colégio particular, a abrir em Outubro próximo, com instalação na Escola Dr. Oliveira Salazar, dirigido pela ex-professora do Liceu de Gil Eanes, Dr.ª Alexandrina Simplício de Oliveira, que se destina a preparar alunos de todas as classes do liceu" (*idem, ibidem*).

Na génese do liceu da Praia estão, ainda, as iniciativas de professores particulares. João Modesto[289] recorda "a realidade viva e gritante: há uma avultada população escolar (atesta-o o elevado número de rapazes e raparigas que *tant bien que mal* se têm preparado para os exames liceais na Praia, sob a orientação de explicadores particulares que vêm prestando um inestimável serviço) que anseia pelas luzes da instrução que dificilmente pode alcançar por falta de um liceu na capital, dada a insuficiência económica para os manter em S. Vicente" (1954, Agosto). Um grupo de estudantes residentes na Praia, "na maioria modestíssimos empregados interinos e assalariados, que, para garantir um futuro melhor", preparou-se para o exame do 2º ciclo liceal e solicitou a realização do exame na cidade da Praia[290], argumentando:

[289] João de Sousa Modesto, natural de Ponta do Sol, ilha de Santo Antão, estudou no Instituto Cabo-verdiano de Instrução. Foi funcionário da Fazenda de Cabo Verde e vice-presidente da Câmara Municipal da Praia. Foi o primeiro redactor do jornal *O Arquipélago*, colaborou no *Cabo Verde Boletim* e foi um activo colaborador do Rádio-Club de Cabo Verde (Praia). (Oliveira, 1998, p. 769)

[290] O requerimento foi indeferido (Requerimento, de 2/4/1951, IAHN).
Os exames de admissão ao liceu e do 1º ciclo do liceu foram realizados, na Praia, com júris integrados por professores do Liceu Gil Eanes: "a) na época de Julho de 1949 prestaram provas 32 examinandos; b) na época de Julho de 1950, concorreram aí 22 examinandos às provas de exame de admissão e 9 às do 1º ciclo". O reitor do liceu desaconselhou a realização dos exames, no ano seguinte, dado que "se for deslocado um júri à Praia (nunca menos de 3 professores) apenas contaremos com mais 9 unidades […], número de professores insuficiente para a organização dos júris de fiscalização das provas, como se demonstrou em 1949 e 1950" (Ofício 46, de 22/5/1951, Fundo dos Serviços de Administração Civil, IAHN).

> "Uma deslocação a S. Vicente, para efeitos de exame, além de muito onerosa, levanta uma série de dificuldades em que não é menor nalguns casos o problema de hospedagem, certo como é que nem todos têm possibilidades económicas de ir para hotéis ou pensões que aliás não abundam em S. Vicente. Para aqueles que não têm uma pessoa amiga conhecida naquela ilha e ainda para aqueles que sendo funcionários interinos sé sem vencimento poderão conseguir uma licença, as dificuldades sobem de ponto" (Requerimento, de 2/4/1951; com 21 assinaturas)

Na crónica "Um liceu na cidade da Praia?" João Modesto desenvolveu uma série de argumentos a favor de um estabelecimento de ensino secundário na capital:

> "Todos são unânimes em reconhecer que há absoluta necessidade de abrir na Praia um liceu ou colégio-liceu para o 1° e 2° ciclos, uma vez que a população escolar de Sotavento é considerável, o liceu de S. Vicente está superlotado e aquela ilha não tem condições para alojar, em termos satisfatórios e condignamente, tantas centenas de crianças, faltando-lhe, além do mais, agricultura própria e água potável, isto é, o essencial.
> Raro, porém, é não se objectar que, com um orçamento pouco mais que deficitário, o Governo mal poderia suportar as despesas com a instalação e funcionamento de outra casa do ensino secundário.
> Demais, há quem ache preferível a criação de uma escola industrial e comercial ou então agrícola, dada a natureza da economia da província. Tenho para mim que pouco, muito pouco lucraríamos com uma escola técnico-industrial e comercial e menos ainda com uma escola agrícola.
> Está tão arreigada no espírito do caboverdeano a ânsia da instrução secundária que este ramo de ensino continuaria, sem dúvida e apesar de tudo, a solicitar os estudantes.
> […] E não só por essa razão. Há outras que falsos preconceitos talvez mandem calar mas que a honestidade do debate obriga a ventilar. O meio cosmopolita de S. Vicente, por onde passa gente de todas as raças e de todas as camadas sociais (note-se que o adolescente em formação capta e retém mais facilmente os maus exemplos e as más acções) suscita graves problemas educativos e de ordem moral que fazem hesitar aqueles que, podendo enviar os filhos e, sobretudo, as filhas para o liceu, receiam fazê-lo quando não dispõem ali de pessoa de família ou amigo dedicado, para não terem de os confiar ao desinteresse de desconhecidos.
> […] Praza a Deus, o alvitre não se perca …" (1954, Agosto)

No pressuposto da existência de dois liceus na colónia, João Modesto apresentou um cenário, que passaria pela "redução do 3º ciclo no liceu mindelense e o de criação, na cidade da Praia, de um liceu com o 1º e 2º ciclo." A proposta de João Modesto fundamentou-se nos seguintes dados estatísticos:

Quadro 29 – *População escolar de Barlavento e Sotavento*

Região	População	Percentagem	População escolar				População escolar
			Até 9 anos	Percentagem	10-12 anos	Percentagem	
Barlavento	62.137	41,9	13.018	42,6	16.896	43,5	43,1%
Sotavento	86.194	58,1	17.536	57,4	21.981	56,5	56,9%

Em editorial de Outubro de 1954, Bento Levy, director do *Cabo Verde Boletim*, insurgiu-se contra a hipótese da supressão do 3º ciclo no Liceu Gil Eanes, "que levantou

viva controvérsia" (p. 1). A direcção do *Boletim* apesar de "não tomar posição nas discussões suscitadas pelos artigos que publica […], dentro da função informativa" manifestou-se sobre a questão:

> "1 - Reconhece-se a necessidade da criação de um liceu na capital, onde funcionem o 1º e 2° ciclos, ou de uma escola técnica com a respectiva equivalência.
> Fundamentos:
> a) A população em idade escolar própria, calculada em 56,9 por cento em Sotavento – superior à de Barlavento que se calcula em 43,5 por cento.
> b) a superlotação do Liceu de S. Vicente, o que impõe a necessidade da divisão da massa escolar;
> c) as dificuldades materiais de manutenção de filhos naquela ilha, em especial por parte do funcionalismo, na sua maioria, residindo na capital, alem do aspecto da educação propriamente dita, que se ressente do afastamento do lar paterno, sem uma vigilância eficaz, difícil de se obter em qualquer liceu, mas que em S. Vicente - porto de mar com suas solicitações peculiares - se torna mais necessária;
> d) o ensino em Santiago, pondo a mocidade em contacto com a terra e os problemas de que depende a sua existência, poderia vir a satisfazer algumas necessidades do meio, com o despertar de vocações porventura adormecidas.
> 2 - O povo de Cabo Verde não deseja, de modo nenhum e sob qualquer pretexto, a supressão do 3º ciclo no Liceu Gil Eanes.
> Fundamentos:
> a) O ponto de vista financeiro não pode sobrepor-se aos benefícios já alcançados e a alcançar com o sistema actual;
> b) tal supressão representaria um verdadeiro retrocesso em matéria de ensino e seria a completa frustração das medidas de tão largo alcance adoptadas pelo Governo, no que se refere aos exames de admissão às escolas superiores agora possíveis de realização nas províncias do ultramar, sendo certo que, mesmo antes, muitos estudantes de Cabo Verde saídos do seu liceu, ingressaram nas Faculdades;
> c) os diplomados pelo nosso liceu ver-se-iam em franca e injusta desigualdade quando em concorrência com outros do território nacional, não podendo preencher certos lugares, ainda que em Cabo Verde, por deficiência de habilitações.
> Em síntese: Crie-se o liceu ou escola técnica na Praia, porque é necessário, mas deixe-se o de S. Vicente com o curso completo porque é indispensável.
> Esta a opinião perfilhada por algumas das personalidades com quem contactámos e de que nós fazemos eco.
> No final de contas, a discordância quanto a um pormenor de execução, que não sendo o menos importante, não deve prejudicar, porém, o objectivo principal" (1954, Outubro).

A Secção do Liceu Gil Eanes na Praia

Durante a visita presidencial[291] "o Senhor Comandante Sarmento Rodrigues observou e apreciou muitos problemas da província e logo lhes deu pronta resolução, criando uma Secção do Liceu Gil Eanes na cidade da Praia e uma Escola Técnica[292] na cidade de Mindelo" (*Cabo Verde Boletim*, 1955, Agosto), dando satisfação a "uma aspiração de parte da população de Sotavento, que desejava ver instalado na capital da

[291] Visita do Presidente da República, General Craveiro Lopes no ano de 1955.
[292] Consultar II Parte, 1.4. "A natureza dual do ensino secundário".

Província um serviço oficial de instrução secundária oficial" (*idem*, 1955, Novembro). Em conformidade com o Decreto 40.198, de 22/6/1955[293],

> "O liceu de S. Vicente não comporta já, nem pelas suas condições materiais, nem pela dotação de meios discentes, a população que o procura, e esta circunstância impôs-se à atenção do Governo. É verdade, porém, que, sendo ele, o único estabelecimento deste grau de ensino existente no arquipélago, a ele ocorrem estudantes não só da ilha em que funciona e de todas as de Barlavento, com as de Sotavento. Está naturalmente indicado proporcionar também a estes o acesso mais próximo, e mais fácil, dos estudos liceais. Neste sentido se cria, com sede na cidade da Praia, da ilha de Santiago, capital da província, uma secção do liceu existente em S. Vicente.
> Quanto a esta ilha, parece ser ela a mais adequada para a localização do primeiro elemento do ensino técnico profissional.
> […] Artigo 1º O Liceu Gil Eanes, da província de Cabo Verde, terá uma secção na cidade da Praia, ilha de Santiago, na qual será ministrado o 1º e 2º ciclos."

Em "Editorial", Jaime de Figueiredo[294] escrevia: "o ensino secundário em Sotavento torna-se assim uma realidade" (1955, Outubro). O reitor Baltasar Lopes da Silva reconhecia as dificuldades iniciais: "o decreto que instituiu a secção é de 22 de Junho último; ora, em tão curto espaço de tempo, já a própria instalação e dotação do material, grande parte dele a importar, levantou problemas que tiveram de ser resolvidos com celeridade; mas os problemas de ordem material são mais fáceis de resolver do que o capital, da formação do corpo docente" (1955, Novembro).


O Vice-Reitor lendo o seu discurso na sessão inaugural da Secção do Liceu «Gil Eanes» na Praia

Figura 33 – *Sessão inaugural da Secção do Liceu Gil Eanes na Praia*
Cabo Verde Boletim, 1955, Dezembro, p. 18.

[293] O decreto está reproduzido no anexo 10.
[294] Jaime de Figueiredo (1905-1974) destacou-se como pintor e ensaísta. É o autor da capa do *Diário* de António Pedro e de ilustrações publicadas em várias revistas. Participou na Exposição de Artistas Independentes (Lisboa). Foi o inspirador do grupo Atlanta (ou Atlântico) de que fazia parte Jorge Barbosa. Não figura entre os fundadores da revista *Claridade*, por não ter concordado com o nome. Escreveu no *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nos jornais *O Arquipélago* e *Atlântico* e na *Revista de Etnografia*. Publicações: A fundação da biblioteca pública da Praia (Praia, 1951); Catálogo da exposição do documentário fotográfico sobre as ruínas da antiga Cidade Velha (Praia, 1960) e *Modernos poetas caboverdeanos – Antologia* (selecção e apresentação) (Praia, 1961). (Oliveira, 1998, pp. 731/732)

Arnaldo França, professor de um curso de explicações do ensino liceal que funcionava na Escola Dr. Oliveira Salazar (Praia), recorda o convite do Dr. Baltasar Lopes da Silva a um grupo de cidadãos da Praia para constituírem o núcleo de docentes fundadores do liceu: o próprio Arnaldo França, professor de Português; Alfredo Veiga, professor de Francês; José Pinto, de Inglês; Tito Esteves[295], de Matemática; Cunha Leal[296], de Química e Luís Nunes, professor de Desenho. Como França reconhece "éramos setimanistas ou funcionários, o que provocou algumas reacções, como a de uma senhora que dizia em tom de desprezo «ês liceu qui ca tem dotores!»[297]" (Carvalho, 2007, pp. 94/95).



Figura 34 – *Entrada do edifício onde funcionou a Secção do Liceu Gil Eanes na Praia*
Fotografia de Benvindo Neves, 2007.

A Secção do Liceu Gil Eanes na Praia funcionou num edifício do comerciante Sérgio Barbosa Mendes, que data de 1889[298], situado na rua Sá da Bandeira com fronte para a rua do Fontes:

[295] O Engenheiro Tito Esteves era Director das Obras Públicas.
[296] Aníbal Cunha Leal era farmacêutico. Foi nomeado Vice-Reitor da Secção do Liceu Gil Eanes.
[297] Este liceu que não tem doutores! (tradução da A.).
[298] A porta do edifício regista a data de 1889. Segundo Lourenço Gomes, "esta inscrição eterniza um acontecimento importante que pode relacionar-se com o início de alguma das funcionalidades, que teve o edifício no passado que, necessariamente, pode não coincidir com a data da sua construção" (2008, p. 345).

> "Uma adaptação cheia de deficiências e quase sem as mínimas condições para o fim a que se destina. Apenas duas salas de aula, pelas suas dimensões, se podem considerar razoáveis. As outras, além de pequenas, apresentam, umas, o grave inconveniente de ficarem sobranceiras à rua de Sá da Bandeira, no local de maior movimento e barulho.
> Das outras, uma é nitidamente interior, recebendo luz da varanda e a outra, aonde funcionou o quarto ano não tem espaço para acomodar convenientemente mais de doze alunos e, no entanto, a força das circunstâncias, obrigou-os a meter na mesma sala vinte alunos." (Relatório do vice-reitor Aníbal da Cunha Leal, de 6/9/1956)[299]

No primeiro ano lectivo, a Secção Liceal abriu com 219 alunos, sendo 60 do 1º ano (2 turmas), 69 do 2º (2 turmas), 54 do 3º (2 turmas), 18 do 4º (1 turma) e 18 do 5º (1 turma)". Após a cerimónia de abertura do ano escolar, "o edifício foi visitado pelos pais e encarregados de educação dos alunos, tendo todos manifestado o seu contentamento pela criação da secção do liceu na cidade da Praia que lhes permite a educação dos filhos com menos dispêndio e até possivelmente maior aproveitamento" (*Cabo Verde Boletim*, 1955, Novembro). O mensário dá-nos conta do ambiente académico na capital:

> "Na véspera do início das férias do Natal os alunos do Liceu desta cidade encheram de alegria, com a sua mocidade, este estabelecimento de ensino.
> Assim, nos intervalos das aulas todos os alunos se reuniram fazendo jogos próprios da sua idade e, cantando, deram a nota alegre da quadra festiva do Natal que se aproximava. Já antes os alunos de cada ano haviam feito, no quadro preto, trabalhos de desenho, originais uns, outros de reprodução, mas todos eles muito bem executados e muito interessantes, revelando não só conhecimentos já adquiridos, mas ainda salientes vocações. Desenhos feitos a giz, de várias cores, onde não faltavam expressivas e simpáticas legendas, nas quais os alunos transmitiram aos seus professores agradecimentos, Boas Festas e os seus melhores desejos.
> E assim o corpo docente deste estabelecimento de ensino funcionando pela primeira vez como secção do «Liceu Gil Eanes» e fundado devido à notável acção de S. Ex.ª o Governador, Dr. Abrantes Amaral, teve a agradável surpresa duma manifestação de simpatia por parte dos alunos. Nos diferentes anos os respectivos delegados cumprimentaram os professores." (1956b, Janeiro)

Cem anos depois do primeiro liceu

Cem anos depois da criação do primeiro liceu, a cidade da Praia foi dotada de um liceu autónomo.

[299] Fundo dos Serviços da Administração Civil (IAHN).

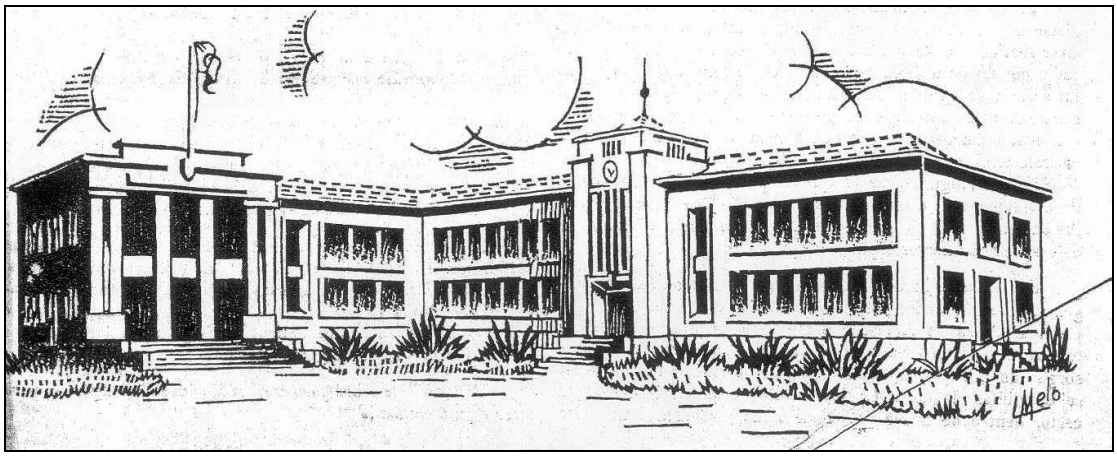


Figura 35 – *Perspectiva do edifício do Liceu da Praia*
Linóleo de L. Melo. *Mocidade*, 1956, Abril 22.

Atendendo a que a frequência da Secção do Liceu Gil Eanes, na Praia ascendeu a cerca de 400 alunos, "passa a funcionar como liceu, a partir do ano lectivo de 1960-1961" (Decreto 43.158, de 8/9/1960)[300]. Com o título "Mais um liceu em Cabo Verde", o *Cabo Verde Boletim* anunciou a promoção da Secção do Liceu de Gil Eanes na Praia a Liceu Nacional:

> "Para este novo liceu de Cabo Verde foi construído um modelar edifício comportando uma população escolar superior a 800 alunos. Inaugurado em 10 de Junho passado irá receber no novo ano lectivo os seus alunos que hão-de primar pela sua compostura e dedicação ao estudo, única forma de reconhecer ao Governo da Nação o alto benefício concedido, à semelhança do que junto do Senhor Governador da Província fizeram recentemente os seus Encarregados de Educação em calorosa manifestação.
> Os estudantes de Cabo Verde vão assim dispor de um liceu onde a sua formação há-de receber o maior impulso, em ordem a neles se desenvolver o perfeito cidadão e o português consciente das responsabilidades que os seus antepassados lhe legaram. […]
> E às novas gerações caboverdianas competirá também, a par do interesse pela instrução e educação desenvolver a sua devoção à Pátria que os homens do arquipélago lhes transmitiram como legado maior. Quinhentos anos de presença imprimiram uma feição tão arreigadamente nacional que não são divagações de políticos de fresca data ou elixires dissolvidos com maior ou menor dose de subversão inútil, que podem apagar o que meio milénio de portuguesismo gravou no espírito do povo caboverdiano.
> Em nenhum meio, melhor que no alfobre de estudantes que encherão as salas e corredores do novo Liceu, com a sua exuberante alegria, se poderá cultivar tal sentimento como das flores mais belas que nesta terra têm germinado. Mas cultivá-lo em paz, com serenidade, com aquela serenidade a que nos habituamos há muito e mercê da qual podemos trabalhar sem receio do barulho lá de fora e de aspectos quixotescos do nosso tempo. Esses farão rir. Mas está bem! A juventude de Cabo Verde também precisa de rir, rir das mentiras, rir das loucuras, rir de associações impossíveis… perante o passado de incontestável superioridade intelectual das suas gentes numa África ainda embrutecida e perante o presente, de realizações concretas, como o grandioso edifício do Liceu da Praia, contra o vago e abstracto de teorias que ignoram a idiossincrasia do povo caboverdiano." (Oliveira, 1960, Outubro)

[300] O decreto está reproduzido no anexo 10.

"Feitos os estudos essenciais […] iniciaram-se imediatamente as obras para a construção de edifício que satisfará com as suas instalações aos mais modernos requisitos pedagógicos" (Esteves, 1956, Abril 22). Para a construção do edifício foi inscrito, no orçamento geral da província[301], a cifra de 1.500.000$00 (*Cabo Verde Boletim*, 1956a, Janeiro). O edifício projectado pelo desenhador Luís de Melo (Gomes, 2008, p. 428) foi construído no Largo do Chapuset[302]. A frontaria "ostenta no lado menos alongado uma entrada em escadaria monumental, que impõe certa reverência para quem nela vai entrar" (*idem,* p. 429).

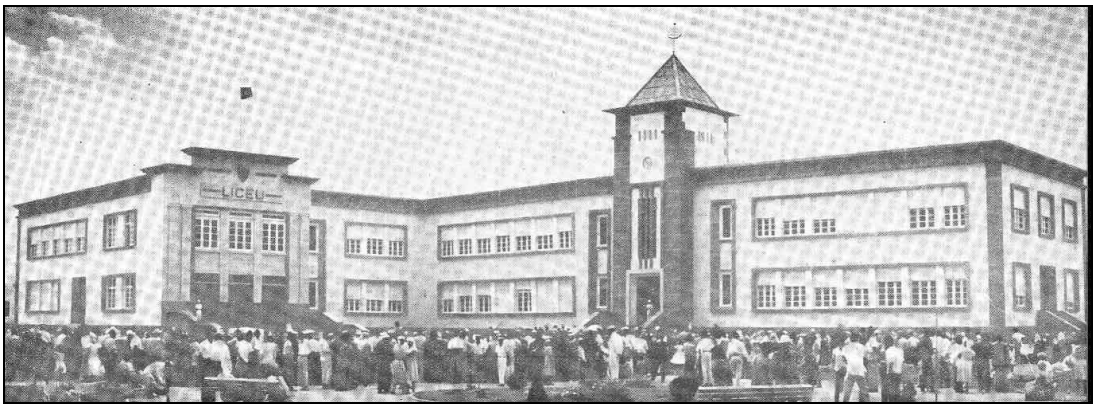


Figura 36 – *Inauguração do edifício do Liceu da Praia, 1960*
Cabo Verde Boletim, 1960b, Julho, capa.

A placa comemorativa da abertura do liceu assinala: "No decurso das comemorações do centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio milénio e achamento de Cabo Verde foi este edifício inaugurado por S. Ex.ª o Governador Tenente-Coronel Eng. Silvino Silvério Marques, no dia 10 de Junho de 1960". O *Boletim de Propaganda e Informação* publicou telegramas de felicitações pela criação do liceu, com o 3º ciclo, na capital da província ultramarina:

> "De S. Ex.ª o Governador para S. Ex.ª o Ministro do Ultramar:
> Ultramar – Lisboa
> Prazer informar Vexa Câmara Municipal da Praia apresentou-me nome população seus profundos agradecimentos Governo Nação publicação Decreto cria Liceu Praia e nele 3º ciclo. Associo-me maior prazer gratidão. Câmara Municipal. – Governador.
> Ultramar – Lisboa. Aditamento meu aerograma 397 maior prazer comunicar Vexa realizada hoje grande manifestação forças vivas Praia agradecimento Governo Central criação Liceu Praia seu terceiro ciclo. Cumprimentos. – Governador.
> Do Encarregado de Governo de Malange, Angola, Dr. Júlio Monteiro:
> S. Exa Governador Praia Cabo Verde

[301] O orçamento da província para o ano de 1956, era de 76.878 000$00, sendo a receita ordinária de 43.578.000$00 e a extraordinária de 33:300.000$00. (*Cabo Verde Boletim*, 1956a, Janeiro)
[302] Denominação em honra do Governador-geral da província, João da Mata Chapuset (1822-1826).

> Associo-me fraternalmente júbilo população província motivo criação Liceu Praia estou certo seguirá patriótico caminho traçado seminário Sannicolau Liceu Sanvicente obreiros incontestados evolução intelectual Cabo Verde honra comunidade portuguesa.
> Cordiais saudações. Júlio Monteiro, Encarregado Governo Malange." (Oliveira, 1960, Outubro)

Com o estatuto de Liceu Nacional e promessas de "esplêndidos meios de trabalho", que virão a seu tempo, como "a possibilidade de revigorar o corpo pela prática de Educação Física e um complemento […] indispensável, a cultura musical" (*Cabo Verde Boletim*, 1960, Novembro), consolida-se, em Cabo Verde, "a mais importante instituição especializada na formação de adultos entre a infância e a vida adulta" (Nóvoa, 2005b, p. 71).

1.4. A natureza dual do ensino secundário

A antinomia 'ensin*o* liceal-técnico' corresponde a representações diferenciadas dos dois ramos da instrução secundário: de um lado, as *aspirações elevadas* de "gente de carteira, de pena, cérebros cultos, intelectualidades preparadas, doutores, oficiais, chefes, patrões, comités […]; do outro, *cargos subalternos* e baixos misteres, que ficam muito bem aos homens de nossa raça e nossa cor" (Menestrel, 1915, Setembro 20). Sucessivas reformas e projectos ensaiaram, sem sucesso, a transformação da antinomia em dualidade. A copiosa retórica sobre a questão, pontuada de frases definitivas, tem revelado escassa eficácia. As leis idealizaram a dualidade e complementaridade, na prática funcionou preferencialmente o ensino liceal (ontem como hoje).

Primeiros ensaios

O ensino primário superior[303], com três anos de ensino geral acompanhado de ensino agrícola, articulava-se ao grau complementar do primário, que se seguia ao primeiro grau (Decreto, de 29/3/1911). Segundo Sérgio Grácio, "como o ensino primário complementar não passou de projecto, acabou por integrar um ciclo preparatório de 2 anos, e entretanto alarga-se às áreas comercial e doméstica o âmbito do ensino profissional" (1998, p. 59). Por iniciativa da Câmara Municipal de Mindelo, em 1911, foi criado o Curso Livre de Ensino Primário Superior, com a duração de três anos, que permitia "aos rapazes que o frequentarem uma bagagem de conhecimentos, que é uma importante ferramenta na prática da vida" (*O Progresso*, 1912 Setembro 19). Além das disciplinas gerais, o plano de estudos incluía disciplinas profissionalizantes - Escrituração e Contabilidade (Programa, de 21/9/1911). Confirmando a tradição de projectos educativos frustrados, o curso primário superior foi extinto em 1914 (*O Futuro de Cabo Verde*, 1914, Fevereiro 5). No artigo intitulado "A espada de Damôcles sobre o curso primário superior", Augusto Miranda refere-se às circunstâncias da sua dissolução:

> "O Município de S. Vicente, no louvável empenho de interpretar êsse passo do progresso, criou ha dois anos, o Curso Primário Superior, que, com o elementar e complementar, segundo diz o Dr. F. Adolfo Coelho, «estendendo-se ao todo por 8 anos, como a escola

[303] Este tema foi analisado em I Parte, 2.1. "Educação republicana" e 2.3. "Breve reconstituição do sistema educativo".

> popular de diversos países, será a base futura para o ensino industrial e comercial elementar».
> A actual vereação, vendo cercear-se as receitas camarárias, devido, em parte, à exagerada tributação do Estado sôbre a aguardente da província, não providenciará a tempo, como lhe competia, a despeito de previdentes observações e alvitres de um dos seus ilustres membros, deixando correr o marfim; de modo que o futuro orçamento apresentaria um *deficit* de cêrca de onze contos, caso se mantivessem todos os encargos presentes.
> Como o Curso Primário Superior representa uma dessas despesas, foi êle um dos imolados na constituição orçamental do município.
> É certo que a vereação propõe a criação de duas escolas infantis e de um liceu hipotético, em substituição do Curso.
> Francamente: discordamos muito dessa opinião. Quanto àquelas, não é mau o plano: mas seria melhor criarem-se duas escolas de instrução primaria elementar e complementar, pois as três oficiais e municipais desta natureza teem uma frequência superior a 330 alunos, e a infantil contem cêrca de 130 crianças." (1913, Novembro 22)

Os Planos Orgânicos da Instrução Pública (Decreto 3.435, de 8/19/1917; Portaria 474, de 27/12/1918) delimitaram as fronteiras formais entre "o ensino secundário" (título III) e "o ensino profissional" (título IV)[304]. Porém, as dificuldades da coexistência do ensino liceal e técnico conduziram ao expediente de anexação de disciplinas profissionalizantes na matriz curricular do liceu, conforme proposta enviada pelo reitor ao Conselho de Instrução Pública:

> "Tendo a experiência demonstrado a necessidade do ensino comercial nesta província, o qual convêm, entretanto, estabelecer em moldes essencialmente práticos, o signatário tem a honra de propor a criação de uma cadeira de Escrituração e Contabilidade Comercial anexa ao Liceu Nacional de São Vicente, que funcionará em dias alternados e a cuja matrícula serão admitidos, facultativa e gratuitamente, tanto os alunos do mesmo Liceu como os estranhos que possuam pelo menos os exames de instrução primária de 1.º e 2.º grau.
> O curso será de dois anos. A propina de 4$00 será paga metade (2$00) no acto da abertura da matrícula e a outra metade no acto do encerramento. Os alunos pobres serão dispensados do pagamento da propina. O professor terá o vencimento de exercício anual de 600$00 pago por décimos de 60$00 mensais, e que sairá da verba de Despesas de Instrução Pública." (Proposta, de 1/11/1919)[305]

O modelo híbrido de ensino (via liceal com franjas de uma cultura técnica básica) tentava conciliar as aspirações da elite crioula (ascensão social pela via do liceu) e as necessidades pragmáticas do incipiente tecido laboral (empregados comerciais, escriturários e operários). A lógica de resignação social é perceptível no projecto de criação de um curso elementar do comércio no Liceu Nacional:

> "A maior parte da frequência desta escola é constituída por alunos, filhos de famílias pobres, ou mal remediadas, que procuram ilustrá-los o mais possível, sem poderem, contudo, aspirar a vê-los completar cursos superiores, que acarretam consigo despezas que não podem arcar.

[304] No Plano Orgânico da Instrução Pública (Portaria 474, de 27/12/1918), o título III integra "os ensinos secundário e normal".
[305] Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN).

> Esses estudantes, na escassês dos seus recursos, limitam-se a ambicionar enfileirar-se nos quadros do funcionalismo da Província, ou a seguir a vida comercial.
> Os que se destinam a esta última carreira, mal preparados saem do Liceu, cujo curso não habilita para especialidade alguma, preparando, apenas, os alunos para a frequência de outros estudos mais desenvolvidos.
> Atendendo à situação destes, procurando tornar mais benéfico e mais completo o aproveitamento de todos os que frequentam esta Instituição de ensino e garantindo aos que, por ocupações diárias, não podem frequentá-lo, o estudo da sciencia comercial, e porque não há nesta colónia uma escola de comércio, tenho a honra de apresentar a seguinte proposta ao esclarecido Conselho de Instrução Pública:
> Para atender às necessidades da população escolar de Cabo Verde, e para facultar aos que procuram habilitar-se e instruir-se, o ensino da sciencia comercial, proponho que, emquanto não é criada na Província de Cabo Verde uma escola comercial e industrial;
> Seja criado no Liceu Nacional um curso elementar de comércio, em dois anos, com frequência livre;
> Que o curso se componha de três cadeiras, a saber: 1ª cadeira – escrituração e contabilidade comercial – partidas dobradas; 2ª cadeira – língua francesa; 3ª cadeira – língua inglêsa." (Ofício, de 9/9/1922)[306]

Duas décadas mais tarde, o reitor José Diogo Luiz Terry[307] concretizou o projecto de anexação de um curso de instrução comercial ao liceu (Ofício, de 28/12/1944)[308]. O curso deixou de funcionar por falta de alunos (de 1942-1943 a 1947-1948, inscreveram-se 21 alunos, com 5 desistências), conforme o teor do Ofício 35, de 23/4/1951.[309].

Grandezas distintas, ensinos distintos

Viviane Isambert-Jamati, numa análise das reformas do ensino em França, refere-se a vários tipos de inteligência: "l'enseignement classique pour l'intelligence théorique (celle des «biens doués»), l'enseignement moderne ou technique pour les intelligences pratiques, l'enseignements primaire de fin d'études pour les faibles intelligences". A autora de "Les savoirs scolaires" acrescenta que "les biens doués ont besoin d'être entre eux pour que l'enseignement soit à leur niveau, […] ils sont capables de comprendre des notions plus difficiles, mai ils éprouvent pour elles de l'intérêt, et se stimulent donc les uns les autres" (1990, p. 29).

Num estudo sobre os professores do ensino secundário público no Estado Novo, José Manuel Resende opõe "à multifuncionalidade admitida pelos dirigentes políticos para a vida dos grupos escolares economicamente mais consistentes […], a unifuncionalidade

[306] *Idem*.
[307] José Diogo Luiz Terry, foi Reitor do Liceu Gil Eanes durante sete anos (1940-1947). Consultar "Notas biográficas", anexo 4 e a "Relação dos reitores dos liceus de Cabo Verde", anexo 6.
[308] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[309] *Idem*.

[…] dos que eram assinalados como gente simples" (2003, p. 349). A escola era dimensionada em duas grandezas:

> "Para os simples, uma educação muito codificada, seguida de uma instrução pouco codificada; para os grandes, uma educação codificada, quanto baste, mas seguida de uma instrução segura, intensa e extensamente codificada.
> Esta forma de julgamento da vida, das necessidades e das aspirações desta gente simples, diria mesmo simplória – sem grandes rasgos de inteligência, de formas de pensamento autónomo, de grandes exigências –, colocava os populares numa segunda grandeza. Era a grandeza dos mais pequenos, com a sua dignidade própria […].
> Em termos de medida, as duas grandezas distinguiam-se, uma vez que os seus valores não eram compatíveis. Havia entre elas uma hierarquia e a segunda grandeza respeitava essa divisão, onde as duas grandezas não se misturavam entre si." (*Ibidem*, pp. 349/350)

Eusébio Tamagnini, Ministro da Instrução Pública[310], pretendia colocar ordem na coabitação das duas "grandezas" (1928), ao decidir "pôr fim a esta superprodução legal de forças intelectuais […], porque dá origem a esta multidão de semiproletários, uns saídos da massa operária e que jamais se tornarão burgueses, outros vindos do alto e que nunca se resignarão à sorte de simples trabalhadores, todos profundamente isolados e inclinados à revolta" (Grácio, 1998, p. 109). Nesta perspectiva para a "gente simples", como o sujeito colonizado, dever-se-ia optar pelo ensino técnico-profissional, em detrimento do liceal, que "cria liceantes cursados, inadaptáveis, na maioria, à vida" (*Notícias de Cabo Verde*, 1934, Dezembro 8).

João Gomes da Fonseca[311], no artigo "Escolas profissionais" defendeu o ensino liceal, apesar das críticas à deficiente preparação dos alunos, "que irão pejar os quadros do funcionalismo público":

> "Pode parecer estranho a muitos e até para alguns talvez seja classificado de imprevidência que ao enunciarmos os fins a que deve tender o ensino profissional em Cabo Verde, não tenhamos mencionado o tão explorado e já célebre descongestionamento do Liceu Infante D. Henrique; a razão é simples: é que a nosso ver esse congestionamento não existe.
> De facto numa terra em que a população é de aproximadamente 150:000 habitantes, não pode dizer-se que esteja congestionado um liceu com frequência média anual de 250 alunos, isto é, 1 por cada 600 habitantes.
> De resto ensino profissional e ensino liceal são duas coisas absolutamente diferentes, usando métodos diversos e campos perfeitamente distintos e bem definidos.
> É vulgar dizer-se e mais de uma vez o tenho lido em documentos oficiais, que a existência do Liceu creará no futuro uma classe de indivíduos que por não terem prosseguido os estudos superiores de que o ensino liceal é base, se encontrarão mal preparados para a luta pela vida e irão pejar os quadros do funcionalismo público; é verdade que assim será, mas não é menos verdade, todos os sabem bem e os factos o confirmam, que esses indivíduos

[310] Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação Ministro da Instrução Pública, de 23 de Outubro de 1934 a 18 de Janeiro de 1936.
[311] João Gomes Fonseca foi director dos Serviços de Obras Públicas de Cabo Verde. Colaborou pelo menos no *Boletim da Agência Geral das Colónias e* nos periódicos *Notícias de Cabo Verde* e *O Eco de Cabo Verde*. (Oliveira, 1998, p. 734)

> iriam da mesma forma ocupar os lugares públicos se não tivessem frequentado o Liceu Infante D. Henrique.
> Ora, do mal o menos e mais vale ter funcionários com os conhecimentos gerais que lhe ministra o Liceu do que ignorantes e inaptos como tantas vezes sucede." (1931, Agosto 6)

Às manobras de substituição do liceu por uma escola-de-artes-e-ofícios, "porque diz-se é preciso que se prepare a mocidade caboverdeana para que possa ser praticamente útil à nação, em todos os campos da sua vitalidade", Mário Leite respondeu com a seguinte declaração: "Se os que nos governam querem que tenhamos bons agricultores, bons industriais e bons artistas, dêem-nos escolas próprias, não nos tirando, todavia, o liceu. Precisamos do liceu" (1935, Fevereiro 15).

"Cada um no seu lugar – conformar os sonhos indevidos" (Resende, 2003, p. 538), foi o mote da dissensão entre o ensino colonial (instrução simples para gente simples) e a intelectualidade crioula (educação como capital cultural). O anunciado projecto de substituição do liceu por "uma escola industrial e comercial de S. Vicente, onde se ministrarão os ofícios de serralheiro, carpinteiro-marceneiro, costura e bordados e curso do comércio" (art. 29º, Decreto 28.114, de 26/10/1937)[312], inseriu-se numa lógica de resignação social, ajustando os níveis da instrução ao perfil hierárquico da sociedade colonial. Neste contexto, Augusto Miranda questionava: "Com que autoridade, com que razão plausível, com que justiça ou equidade, se pretende, ao que nos consta, menosprezar ou amesquinhar a população de Cabo Verde, sugerindo ou propondo a transformação do Liceu do Infante D. Henrique em uma escola comercial e outra de artes e ofícios?" (1937, Fevereiro 1). Na crónica "O Liceu é uma conquista perdurável…", o professor pôs em causa o valor da educação técnica [que] "nunca foi, nem será a divindade das terras civilizadas, a não ser com as características de novo Moloch, como a está divinizando a Rússia soviética" (Miranda, 1938, Fevereiro 1).

A oferta de programas de formação vocacional passou por estratégias diversificadas, de iniciativa privada e pública. Um dos cenários defendido por Jaime de Figueiredo implicava o faseamento da formação técnica em rudimentar e avançada, "a iniciação técnica nos estabelecimentos existentes […] e a maior ainda só a instalar num futuro próximo, mediante a concessão de bolsas de estudos" (1950, Outubro). A procura de mão-de-obra operativa e técnica, no pequeno comércio e nos serviços, explica a oferta de formações utilitárias e o incremento de modalidades de ensino profissional.

[312] O decreto está reproduzido no anexo 10.

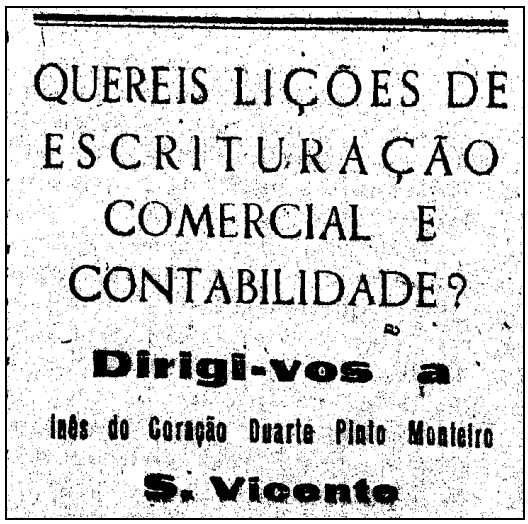


Figura 37 – *Anúncio de curso profissional, 1950*
Notícias de Cabo Verde, 1950, Março 9.

A imprensa deu conta da "passagem nesta cidade dos reverendos Padres Agenor Vieira Pontes, Inspector Salesiano e José Leite Pereira, Superior da Missão Salesiana em S. Nicolau, os quais vieram tratar com a Câmara Municipal e a Administração do Concelho [de S. Vicente] sôbre a escolha de terrenos para construção de Escolas Profissionais destinadas à instrução e educação dos rapazes de tôdas as condições sociais, de preferência, os mais abandonados" (*Notícias de Cabo Verde*, 1950b, Janeiro 25). O projecto da Missão Salesiana foi cumprido com a instalação de "uma escola técnica, com ciclo preparatório e curso de formação de carpinteiro-marceneiro e serralharia-civil, funcionando, simultaneamente, as oficinas de alfaiataria e sapataria" (*O Arquipélago*, 1963, Novembro 28).

A Escola Técnica de Mindelo

No ano de 1955, cumpriu-se o desígnio, tantas vezes prenunciado, da fundação de uma escola técnica pública. O mesmo decreto (40.198, de 22/6/1955)[313] que criou a Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, instituiu o ensino técnico profissional em Mindelo (art. 7º). Inicialmente, funcionou como Escola Técnica Elementar, em consonância com o disposto na lei:

> "Mais do que em qualquer outra era da história, a vida actual exige preparação e educação formadora. Sem técnicos e bons profissionais não é possível progredir e satisfazer as múltiplas necessidades da economia moderna que se processa e desenvolve num campo vasto e complexo. A vida económica é fundamental para a sobrevivência da e progresso de

[313] O decreto está reproduzido no anexo 10.

um povo. As profissões ligadas à produção e circulação da riqueza são assim da mais alta importância para a colectividade. Valorizá-las constitui dever do Estado. A missão deste exerce-se através de instrução técnica adequada e com a protecção do trabalho e reconhecimento da sua dignidade.
Há uma concepção nova do homem económico que assenta na cooperação de todos os que fazem parte da comunidade. Tem uma ética que se consubstancia na realização de justiça social. A ideia corporativa domina-o na elevação do trabalho e do trabalhador, feita em paz, harmonia, interdependência e compreensão de interesses. O bem da empresa conjuga-se ou identifica-se com o do trabalhador.
[…] Está a providenciar-se para que dentro em breve comece a funcionar o primeiro estabelecimento de ensino técnico da província, da qual se esperam os mais benéficos efeitos. A Escola Técnica Elementar de Mindelo tem de ser acarinhada e bem compreendida por todos. Como órgão novo do ensino da província tem de estruturar-se devidamente e com prudência.
Convém averiguar desde já qual o possível número de alunos do primeiro ano escolar a fim de as instalações corresponderem tanto quanto possível às exigências de ensino. Além disso, importa estudar a protecção que deve ser dada ao novo curso.
[…] Os pais e encarregados de educação podem fazer inscrições de matrícula provisória de alunos que pretendem frequentar a Escola Técnica Elementar de Mindelo até 31 de Julho próximo." (Portaria 5.005, de 2/6/1956)

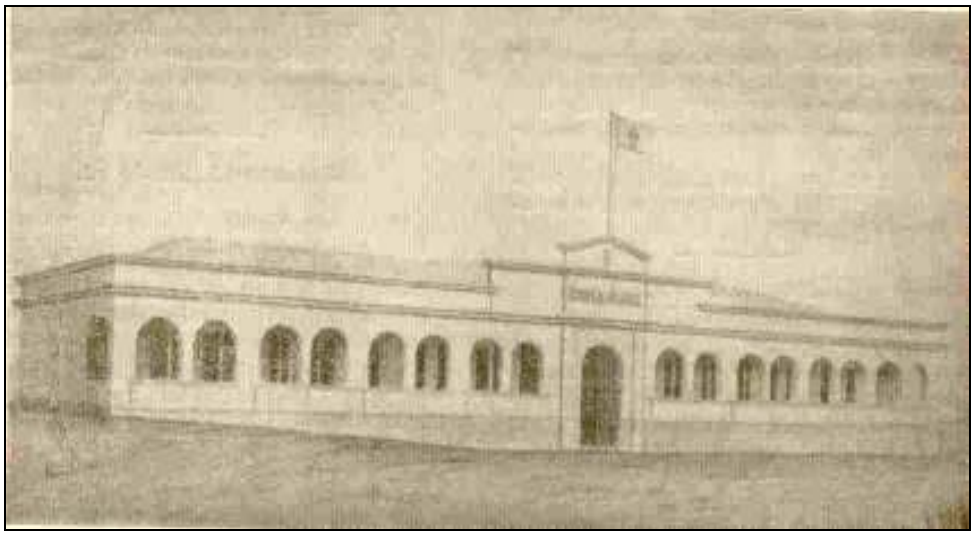


Figura 38 – *Edifício da Escola Técnica Elementar de Mindelo*
Cabo Verde Boletim, 1957, Abril.

A Escola Técnica (inicialmente instalada no edifício do Liceu Gil Eanes, conforme o despacho do governador, de 13/10/1956) foi favorecida com a construção de um edifício "de linhas sóbrias e elegantes, projectado na Repartição de Obras Públicas da chefia do Engenheiro Tito Esteves", descrito no *Cabo Verde Boletim*:

"A Escola, construída no local do antigo Quartel da Matiota, mede 50 metros de comprimento por 16 de fundo, abrangendo a construção que é coberta com telha de fibrocimento encarnada, uma área do 800 metros quadrados, além de vastas dependências e quintal, onde ficam os sanitários para os alunos, com respectivos balneários e depósito de água.
Uma vasta galeria com 50 metros de comprimento por 3 de largura, com amplas janelas em arcaria, abrange todo o edifício, constituído por duas alas, separadas por

> um corredor com 16 metros por 5. Na ala esquerda estão 3 grandes salas de aula e na direita a secretaria, gabinetes do director e professores, as instalações sanitárias para o pessoal docente, além de um corredor e duas grandes salas de aula. O edifício tem um portão principal, 29 portas e 35 janelas, um poço privativo e 3 grandes páteos interiores para recreio.
> […] O edifício, de linhas sóbrias e elegantes, foi projectado na Repartição de Obras Públicas da chefia do Engenheiro Tito Esteves, tendo a construção sido dirigida pelo Administrador do Concelho Dr. Júlio Monteiro e executada pelo mestre-de-obras Gabriel Mendes.
> Espera-se que a próxima fase da obra inclua oficinas, ficando Cabo Verde dotado com o seu primeiro estabelecimento de ensino técnico, no qual todos depositam as maiores esperanças para o futuro da Província." (1957, Abril)

Oliveira Boléo, na crónica "A escola industrial e comercial do Mindelo – seu presente e futuro" definiu o perfil do aluno do ensino técnico:

> "Três anos após o ciclo preparatório, se escolheu a carreira industrial, ele fica qualificado numa profissão, que poderá ser a de serralheiro-mecânico, a de montador electricista, etc. Já poderá ganhar a vida, mas, se quiser, pode frequentar a escola mais um ano, e obter uma especialidade, isto é, tornar-se mecânico de automóveis, afinador de máquinas, rádiomontador, etc".[314] (*Cabo Verde Boletim*, 1958, Setembro).

Após afirmar "que causa alguma tristeza, ou mesmo inquietação, irmos encontrar como nós encontramos – caboverdianos com o 5° e o 6º ano do liceu, a cortar cana do açúcar, em Angola, ao lado de boçais indígenas, ou do mesmo modo em S. Tomé no tratamento do cacau", anteviu a possibilidade de Cabo Verde exportar técnicos "para o Ultramar, para o Brasil, para o Canada, para os Estados Unidos, para onde o destino os encaminhar, mas tecnicamente preparados para enfrentar a aventura, do modo a honrar o seu nome e o da Pátria a que pertencem (*idem, ibidem*).

O crescimento da frequência escolar da Escola Técnica Elementar justificou a sua promoção a Escola Industrial e Comercial, conforme o Decreto 41.604, de 1/5/1958[315]:

> "As necessidades escolares da província de Cabo Verde, pelo que respeita a estudos subsequentes à instrução primária, foram consideradas pelo decreto n.º 40198, de 22 de Junho de 1955, o qual criou no ramo do ensino profissional a Escola Técnica Elementar da cidade do Mindelo.
> Os alunos que afluíram a este estabelecimento demonstraram que ele veio preencher uma necessidade, cuja total solução será a criação dos cursos profissionais.
> Nestes termos: [...]
> Artigo 1.º É criada na cidade de Mindelo uma escola industrial e comercial, que começará a funcionar no início do ano escolar de 1958 – 1959 e na qual serão ministrados os seguintes cursos: Ciclo preparatório; Industriais: formação de serralheiro, carpinteiro, marceneiro e montador electricista; Comerciais: geral de comércio e formação feminina."

[314] Oliveira Boléo admite a possibilidade de o aluno do ensino técnico prosseguir os estudos superiores: "Se em vez de tirar a especialidade, [se] quiser prosseguir estudos, após aprovação na Secção Preparatória e exame de admissão, entrará nos Institutos Industriais. Então, pode aí diplomar-se, ao fim de quatro anos, por exemplo como Condutor de Obras Públicas e Minas, mas se o seu objectivo á chegar a um curso superior, bastam-lhe dois anos do Instituto Industrial e exame de aptidão ao Instituto Superior Técnico" (1958, Setembro).
[315] O decreto está reproduzido no anexo 10.

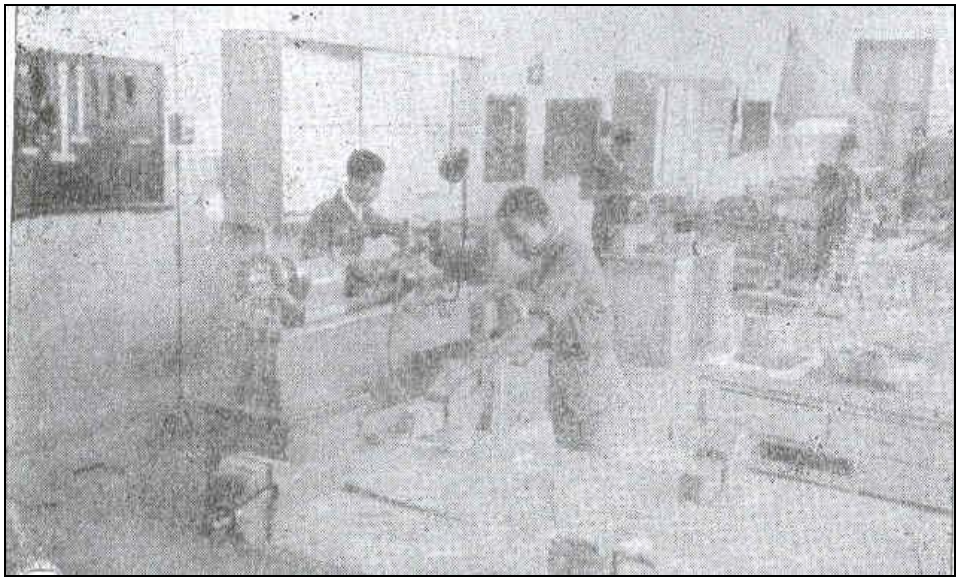


Figura 39 – *Alunos do curso de serralheiro-mecânico, Escola Industrial e Comercial de Mindelo* *Alvorada Técnica*, 1963a, Abril.

Face a dúvidas sobre o valor e as oportunidades da formação técnica implícitos na pergunta "*Mas…os alunos que saem da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, habilitados com o Ciclo Preparatório ou com o Curso de Formação podem continuar os seus estudos na Metrópole?*", a professora Felícia de Monte-Falco Silva Almeida respondeu:

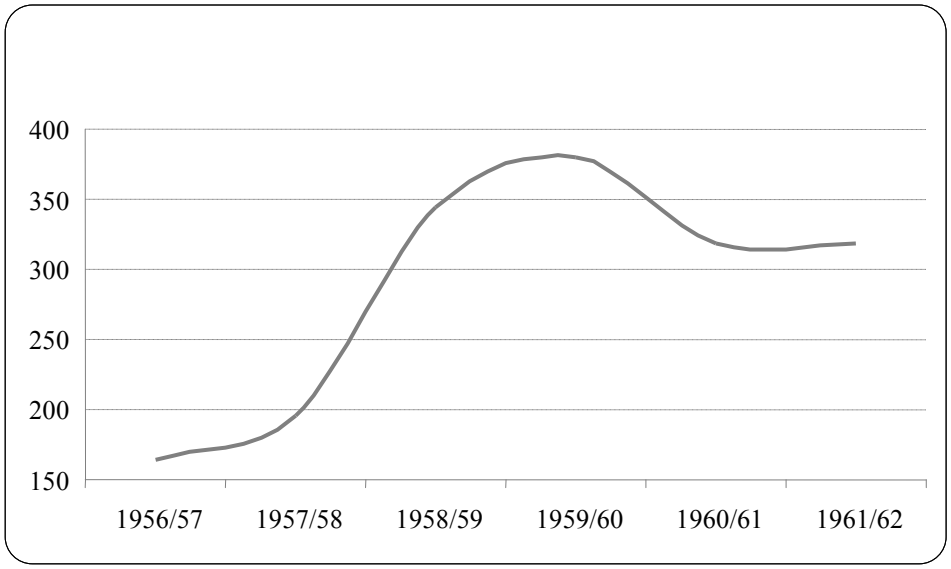
> "Podem sim, frequentar alguns estabelecimentos de Ensino Médio e Superior, ficando a matrícula, em certos casos, dependente da preparação a ser ministrada nas Secções Preparatórias correspondentes.
> Na nossa Escola não existem, por enquanto, essas Secções Preparatórias pelo que, presentemente, os alunos terão de fazer na Metrópole a sua preparação para o ingresso nalgum curso médio ou superior." (1961, Julho)

O primeiro número do *Alvorada Técnica*, jornal da Escola Industrial e Comercial de Mindelo, dava conta de uma frequência escolar de 317 alunos, no ano lectivo 1962/63, reconhecendo a necessidade de "um crescimento num ritmo cada vez maior" e da atribuição, pelas Câmaras do Arquipélago, de "pelo menos, duas bolsas aos alunos mais distintos de cada concelho" (1963b, Abril). Oito anos mais tarde, o governador Brigadeiro Lopes dos Santos manifestou, ao Conselho Legislativo, a sua apreensão quanto ao ensino técnico[316] que "não acompanhou o aumento verificado nos outros ramos de ensino, situação a que é necessário fazer frente, oferecendo incentivos que alterem o quadro pouco

[316] Frequência escolar na Escola Industrial e Comercial de Mindelo, segundo o Anuário Estatístico do Ultramar (1958 a 1963): 1956/57 – 165 alunos; 1957/58 – 196; 1958/59 – 344; 1959/60 – 380; 1960/61 – 318; 1961/62 – 318.

animador para as necessidades de ordem técnica da província" (*O Arquipélago*, 1971, Novembro 18).

Gráfico 2 – *Evolução da frequência escolar no ensino técnico, 1956/57 a 1961/62*



(*Anuários estatísticos*, 1957 a 1962)

Com a instalação da Escola Técnica prevaleceu a tese de *lógicas distintas – ensinos distintos*. Os ensinos liceal e técnico serviam duas populações escolares com destinos sociais "já predestinados previamente, ou melhor, de acordo com a lei natural" (Resende, 2003, p. 539). De um lado, o ensino liceal que – nas palavras de Baltasar Lopes da Silva – exerce a função instrumental ao serviço de uma das forças que me parecem caracterizar o arquipélago: a chamada mobilidade vertical, a qual facilita sobremodo a promoção social, sem os desajustamentos, tanta vez dolorosos, que acompanham o fenómeno" (1967, Outubro 12, p. 3). Do outro lado, o ensino técnico que – segundo Oliveira Boléo – "oferecia a possibilidade, a quem o cursa**,** de poder ir ficando pelo caminho, mas com um diploma ou qualificação profissional, que lhe permite a rápida integração nas actividades da vida, ganhando para a sua sustentação, tornando-se uma célula útil na sociedade" (1958, Setembro).

Para a inteligibilidade das representações diferenciadas do destino social associado ao ensino importa conhecer as conclusões do debate em torno da "importância dos valores espirituais no panorama cabo-verdiano" (conferência de Francisco Lopes nos *Colóquios Cabo-verdianos*"[317]):

[317] Os colóquios cabo-verdianos, organizados pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais, "tiveram como objectivo pôr em equação a maioria dos problemas que dizem respeito a Cabo Verde". Na organização destacaram-se Nuno Miranda e

> 1) As condições de formação das e*lites* cabo-verdianas não são satisfatórias em relação às aspirações actuais.
> 2) O liceu, apesar de não ter uma orientação específica cabo-verdiana, tem servido de base à formação de uma consciência local, de que o grupo «Claridade» é um exemplo.
> 3) A intelectualidade cabo-verdiana tem tido uma feição acentuadamente literária, e carece de indivíduos com uma formação técnica que ajudem à solução dos problemas locais.
> 4) As correntes literárias propagam-se facilmente e não exigem uma formação especial, mas os técnicos não se fazem de um momento para outro. A exigência de organismos especiais e de laboratórios capazes de fornecer uma preparação especializada impede que se obtenha uma rápida solução do problema." (1960, Março).

Não obstante a autognose da matriz educativa do cabo-verdiano ter evidenciado uma "feição acentuadamente literária" e a falência da "formação técnica" persistiu a tendência de valorização social do liceu. A grandeza da missão atribuída ao ensino técnico, que contrasta com os débeis resultados conseguidos, contribuiu para a mitificação das escolas técnicas, "(recordadas ainda hoje com grande nostalgia e sempre consideradas a «receita milagrosa» para resolver a crise do ensino)" (Nóvoa, 2005b, p. 107).

Manuel Ferreira. Por ordem cronológica, pronunciaram conferências as seguintes individualidades: Manuel Lopes, Gabriel Mariano, Manuel Ferreira, Nuno Miranda, Luiz Terry, Almerindo Lessa, Francisco Lopes e Bacellar Bebiano. (Dias, 1959, p. IX)

2. CULTURA ESCOLAR

"Vamos, pois à aula de Baltasar[318].
Atravesso o páteo de recreio à hora própria. Pequeno para tanta gente.
[…] Segundo ano. Vinte meninos e meninas? Não fixei o número. Baltasar Lopes falara-me na véspera do seu entusiasmo em ver desabrochar esta juventude. Interessa-lhe mais a massa ainda sem formação definida.
- Qual é o sumário de hoje?
Vejo no livro próprio – preparação de um resumo escrito; pesquisa de caracteres essenciais do texto; exercício de intenção vocabular.
O Professor não se senta. Passeia ao comprimento da sala contactando com os alunos. «Martim de Freitas em Toledo» é o texto de Antero de Figueiredo objecto dos trabalhos.
«Viagem dura por caminhos aspérrimos…»
- As-pér-ri-mos – acentua o Mestre. - O que é isto do aspérrimos?
- Eu sei, Sr. Professor – responde a turma quase em uníssono e imediatamente, uns levantando os deditos, outros soerguendo-se dos lugares.
Pensem um bocadinho. Já pensaram? Dize lá tu.
E salta a resposta raciocinada, exacta, sem precipitações. O professor não deixa responder à toa. O «dize lá tu» só vem depois de alguns segundos. A resposta tem de ser completa – com razão de ciência, como nós exigiríamos às testemunhas… É apreciável o esforço em fazer *trabalhar* estas inteligências incipientes cuja vivacidade me surpreende. Nada se decora. O aluno fixa por dedução, por comparação.
Quando as respostas são divergentes o assunto é posto à «discussão e votação» até se obter a «maioria». O Mestre toma a resposta exacta e obriga à investigação da sua causa e razão porque as erradas devem ser postas de lado. Tudo decorre rapidamente, com vida, ate com alegria saudável, sem faltar a gargalhada sonora como quando a propósito de «vales empapados de água» um se lembra da cachupa.
A aula continua. O texto é dissecado quase palavra por palavra num jogo por vezes disputado com interesse – Eu sei; Eu sei, Sr. Professor – outras num silêncio que me aterroriza. Sinto-me regressar à meninice. Vejo-me no Passos Manuel ou no Pedro Nunes. O Dr. João de Barros... O Dr. Carrusca... O Dr. Marques Braga... Um pavor começa a apoderar-se de mim. Felizmente está quase na hora! Bateu a hora! Eu escapei!
É que estava tomado do receio de que Baltasar, no meio do entusiasmo me dirigisse também um «Dize lá tu»! Uff…" (Bento Levy, 1955, Fevereiro)

[318] Baltasar Lopes da Silva.

2.1. Espaços, tempos e práticas curriculares

O aprofundamento da leitura de textos historiográficos, que analisam a categoria *cultura escolar* (André Chervel, 1998; Dominique Julia, 1995, 2000; Escolano Benito & Hernandez Diaz, 2002, Viñao Frago, 1998, 2001), contribuiu para a inteligibilidade da escola secundária em Cabo Verde, enquanto eixo matricial de cultura. Pretendemos, no presente capítulo, aceder à cultura escolar, a "algo que permanece e dura; algo que as sucessivas reformas só arranham ao de leve, que a elas sobrevive e que constitui um sedimento formado ao longo do tempo", de forma a atingir as "capas mais mescladas do que sobrepostos que, em jeito arqueológico, é possível desenterrar e separar" (Viñao Frago, 2007, p. 87). De entre os aspectos visíveis da cultura escolar, consideramos "o seu contexto físico/material e os objectos (espaços edificados e não edificados, mobiliário, material didáctico e escolar, etc.)" (*ibidem*, p. 89).

A base material da cultura escolar

Os estudos de João Barroso sobre a organização escolar constituem uma obra de referência na investigação educacional portuguesa. Ao analisar "a cultura, a cultura escolar, a cultura da escola"[319], Barroso esclarece que "tanto no domínio da organização dos horários, como da constituição das turmas e da distribuição dos espaços, é notória a distância que separa a «estrutura formal» da «estrutura informal»". Acrescenta que é possível identificar "um «liceu invisível», muito menos homogéneo do que o previsto na legislação e onde as incoerências entre o modelo legislado e as suas condições de execução constituem espaço de improvisação de soluções e de tomadas de decisões, ditadas por critérios de racionalidade diferente " (2005, p. 58).

Bento Levy, director do *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, conduziu-nos ao "liceu invisível" de Mindelo. Apercebemo-nos da "cultura da escola", distinta da "cultura escolar" veiculada pelo quadro institucional[320]:

[319] Título do Capítulo II do livro de João Barroso, *Políticas educativas e organização escolar* (2005), editado pela Universidade Aberta.

[320] João Barroso estabelece uma distinção entre "a organização pedagógica (marcada pela «cultura da homogeneidade» […], a administração (marcada pela «cultura burocrática») e os princípios e valores dominantes na socialização das crianças e dos jovens (marcados pela «cultura da ordem e da autoridade»)" (2005, p. 59).

> "Percorro quase todo o edifício. Salas de aulas, amplas umas, pequenas outras, a evidenciar o aperto em que vive a colmeia, todas porém bem arejadas e limpas – sobretudo limpas. Paredes sem «malcriadices». Carteiras sem borrões...
> Apraz-me registar o facto porque sente-se realmente uma certa ordem a desmentir a indisciplina que se quis tomar já como generalizada, pela circunstância inteiramente normal de aparecerem em perto do 700 jovens de todas as idades e provindos das mais variadas classes sociais, uma ou outra ovelha menos cordata, aliás rapidamente segregada. Os nossos escândalos são assim, atingem proporções desproporcionadas...
> Os balneários, as próprias instalações sanitárias, o mobiliário revelam cuidados a destacar. Não direi o mesmo das salas dos professores, mal mobiladas, nem da biblioteca, mal apetrechada, como acontece com as aulas do Ciências, da falta de um ginásio. Baltasar explica-me que se trata da eterna causa da frustração das nossas coisas – a falta de verba. E na verdade não se pode atribuir outra às deficiências. O reitor é o primeiro sacrificado. O seu gabinete é o mais pequeno e o mobiliário o menos confortável. Na secretária uma cadeira que me pareceu giratória, mas tão tosca, tão velha e pequena que me confrange entrever a figura alta do reitor encafuado nela." (1955, Fevereiro)

Conhecemos as instalações do liceu e o seu reitor, Baltasar Lopes da Silva. Visitámos "salas de aulas amplas umas, pequenas outras", apercebemo-nos do currículo oculto – "biblioteca mal apetrechada, como acontece com as aulas de Ciências, a falta de um ginásio" – e de comportamentos disciplinadores – "paredes sem «malcriadices»; carteiras sem borrões". Por fim, "a figura alta do reitor encafuado numa cadeira tão tosca, tão velha e pequena"[321]. O edifício escolar evidencia a "omnipresença dialéctica abertura/clausura", na expressão de Carlos Manique da Silva que define os liceus como "espaços qualificados pela indução de comportamentos diferentes quando neles se entra" (2002, p. 186).

Tradicionalmente, as escolas secundárias públicas e privadas ocuparam espaços privados (em Mindelo, a casa do Senador Vera Cruz; na Praia, a casa de Sérgio Barbosa)[322] ou institucionais (correio, quartel) não projectados para a missão de instruir/educar/disciplinar. A improvisação do espaço escolar foi objecto de notações críticas:

> "Saído de sucessivas adaptações (quartel, depois, simultaneamente, liceu e direcção dos serviços dos correios, de que não se desprendeu ainda totalmente). O prédio, se lá iam dando "tant bien que mal" conta do seu recado quando a frequência se situava na ordem

[321] A austeridade e pobreza da reitoria são comprovadas por uma nota proveniente do Liceu Gil Eanes e transcrita pelo Chefe dos Serviços de Educação (151, de 4/12/1948, Fundo dos Serviços de Administração Civil, IAHN):
"O gabinete do Reitor tinha por mobília, além da secretária e uma cadeira que estão bem conservadas, um sofá e duas poltronas, compradas em segunda mão, há já muitos anos. Por terem o estofo já sujo e roto, a Reitoria fez diligências no sentido de as reparar. Uma vez desmontadas, porém, verificou-se que os móveis estavam carunchosos e que de aproveitável tinham apenas as molas. Como a Reitoria se encontra acidentalmente sem mobília (além da secretária e de uma cadeira) pedi que fosse aprovado o concurso para o seu fornecimento. Quanto aos candeeiros «Petromax», é desnecessário acentuar-se a falta que fazem numa terra em que há já muitos meses não tem luz eléctrica. Já nos tem acontecido ter de ir pedir aos vizinhos o obséquio de nos emprestar luzes, principalmente na época de exames."

[322] Consultar a II Parte, 1.2. " O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania"; 1.3. "A tardia edificação do liceu na Praia" e o anexo 9.

dos 300 alunos, está contraindicado agora (um agora que vem de há cerca de oito anos) que o liceu é mais procurado e a frequência duplicou" (Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1957/58, s/d p. 38)[323].



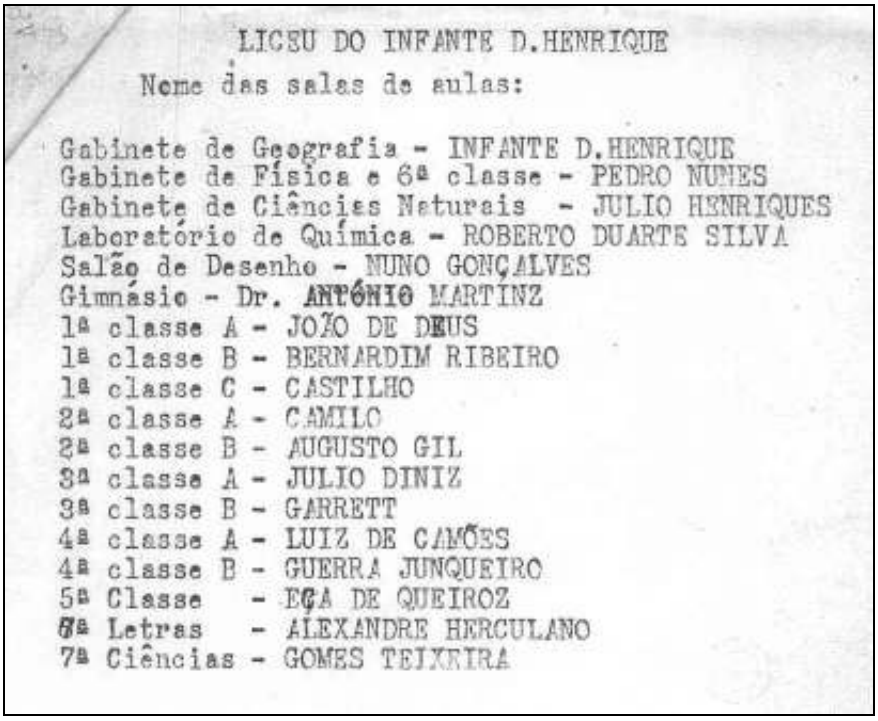
Figura 40 – *Edifício do liceu em Mindelo, 1921 a 1968*
Álbum 3, 4 (IAHN).

Durante quase meio século, o liceu mindelense[324] ficou instalado num edifício dominado simbolicamente por um zimbório central, "conhecido entre muitas gerações de alunos por lugar de mistério, povoado por «canelinhas», «gongons» e fantasmagorias amedrontadoras" (Saial, 2006d). Joaquim Saial, antigo aluno do liceu (Outubro de 1963 a Dezembro de 1965) evoca o mito: "quem ali fosse, era certo e sabido que não passava de ano" (*idem, ibidem*).

A cultura da autoridade e da ordem reflectia-se no tecido organizativo, com salas de aula e unidades especializadas (gabinetes de Geografia, Física, Química e Ciências Naturais, salão de Desenho e ginásio) designadas por nomes de figuras ilustres, "no intuito de tornar mais vivo no ânimo dos alunos o exemplo dos grandes vultos nacionais, quer nas

[323] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[324] O prédio que alojou o liceu, entre 1921 e 1968, foi um antigo Quartel, "uma das primeiras obras públicas realizadas em Mindelo". Segundo uma brochura do *Ministério da Habitação e Obras Públicas*, "no ano de 1870, o edifício ficou coberto, mas provisoriamente; em 1871 foi reservada para a residência do Governador, a parte do Quartel que era destinada aos oficiais" (1984, p. 169). Em 1921 foi instalado o Liceu Nacional Infante D. Henrique", tendo o edifício sido beneficiado com obras de ampliação concluídas em 1932. Acolheu ainda a Estação Postal e a Repartição Superior dos Correios e Telégrafos". (*ibidem*, p. 170)

ciências[325] quer nas letras, e ainda para maior facilidade de designação das salas dêste Liceu" (conforme documento que a seguir se apresenta):



LICEU DO INFANTE D.HENRIQUE

Nome das salas de aulas:

Gabinete de Geografia - INFANTE D.HENRIQUE
Gabinete de Física e 6ª classe - PEDRO NUNES
Gabinete de Ciências Naturais - JULIO HENRIQUES
Laboratório de Química - ROBERTO DUARTE SILVA
Salão de Desenho - NUNO GONÇALVES
Ginásio - Dr. ANTÓNIO MARTINZ
1ª classe A - JOÃO DE DEUS
1ª classe B - BERNARDIM RIBEIRO
1ª classe C - CASTILHO
2ª classe A - CAMILO
2ª classe B - AUGUSTO GIL
3ª classe A - JULIO DINIZ
3ª classe B - GARRETT
4ª classe A - LUIZ DE CAMÕES
4ª classe B - GUERRA JUNQUEIRO
5ª Classe - EÇA DE QUEIROZ
6ª Letras - ALEXANDRE HERCULANO
7ª Ciências - GOMES TEIXEIRA

Figura 41 – *Os espaços escolares consagram figuras ilustres*
Ofício 268, de 29/10/1936 (IAHN).

O pensamento *foucaultiano* acerca das práticas sociais de vigilância foi decisivo para a intelecção da cultura material: "En assignant des places individuelles, il a rendu possible le controle de chacun et le travail simultané de tous. Il a organisé une nouvelle économie du temps d'apprentissage. Il a fait fonctionner l'espace scolaire comme une machine à apprendre, mais aussi à surveiller, à hiérarchiser, á récompenser" (1975, pp. 172/173). A disposição ordenada dos espaços era pautada por uma nomenclatura simbólica, por regras e interdições. A geometria da sala de aula espelhava as relações hierárquicas [simbolizadas pelo desnível do lugar (estrado) do professor] e a diferenciação dos estudantes (sexo, idade, aproveitamento escolar e normas de conduta).

[325] Roberto Duarte Silva [1837-1889] era o único notável cabo-verdiano que dava nome a uma sala de aula. Natural da ilha de Santo Antão, foi um notável químico. Foi o primeiro professor universitário cabo-verdiano. Licenciado em Farmácia (1857) e em Física (1868), foi professor de Química Analítica na Escola Municipal de Física e Química de Paris (1886-1888). Foi eleito sócio da Academia Real de Ciências e sócio honorário da Sociedade Farmacêutica Lusitana. Recebeu as distinções de Cavaleiro da Legião de Honra, pelo governo francês e Cavaleiro da Ordem de Santiago. Foi nomeado presidente da Secção de Química do Congresso de Nancy e eleito presidente da Academia de Ciências de Lisboa. Segundo João Nobre de Oliveira, "nunca esqueceu a sua terra natal, manteve sempre correspondência com os seus parentes e amigos a quem pedia que lhe enviassem materiais de Cabo Verde, pois fez questão de estudar estes materiais para descobrir se poderiam ter alguma aplicação industrial, […] analisou as areias titaníferas da ilha de Santiago e o óleo de purgueira do qual extraiu um álcool" (Oliveira, 1998, p. 807).

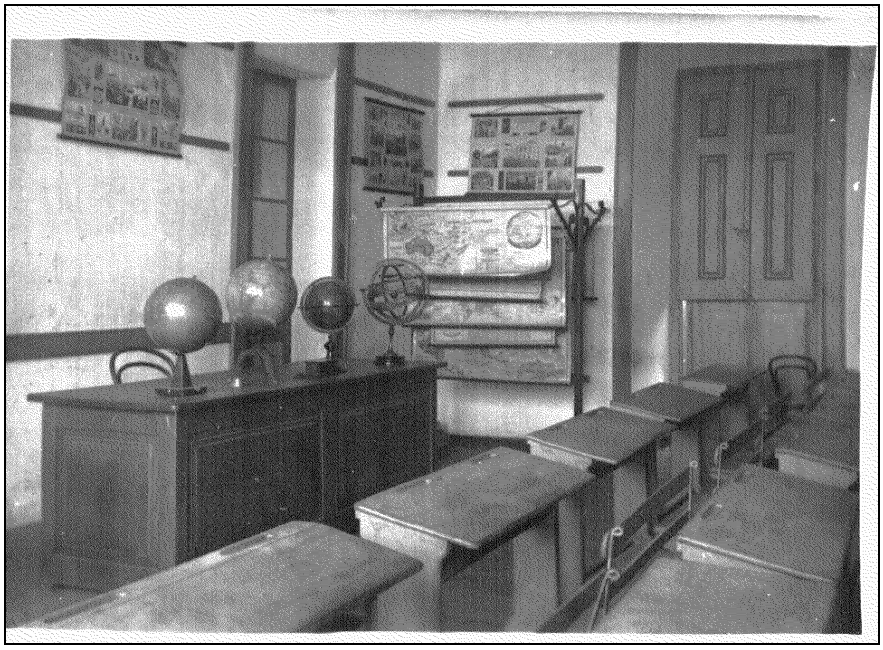


Figura 42 – *Sala de aula do liceu de Mindelo*
Álbum 4, 33 (IAHN)

Nos anos sessenta, as escolas secundárias foram instaladas em edifícios de raiz, segundo as regras da arquitectura escolar e os princípios da racionalidade. A organização espacial reflectia o paradigma de um ensino assimétrico e selectivo: entradas e pátios separados para alunos e alunas, zonas de poder e de interdição (administração, sala de professores), vastas áreas de convivência e de inculcação ideológica (comunhão colectiva dos estudantes no átrio do liceu, exibições da Mocidade Portuguesa, cerimónias e rituais de poder no salão nobre).

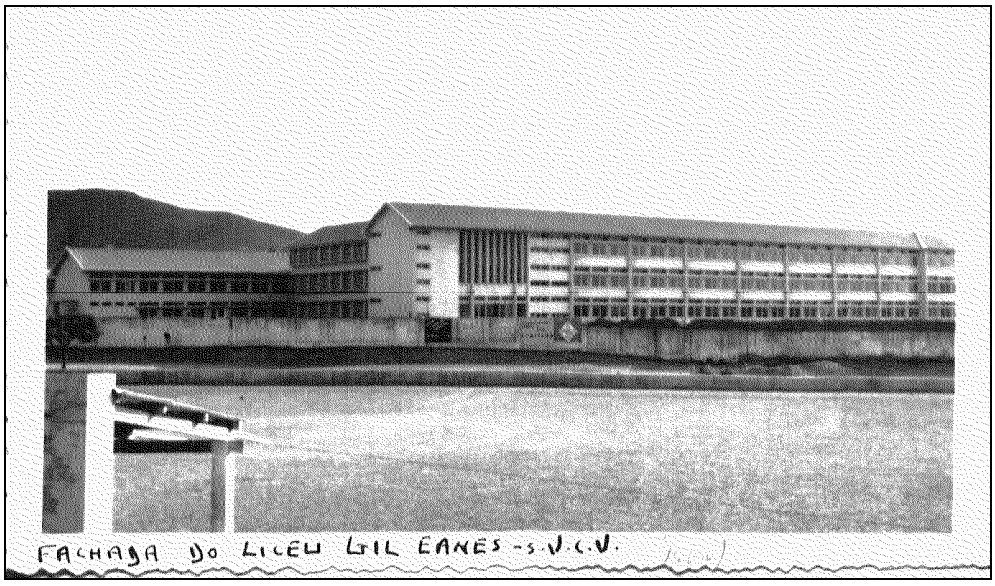


Figura 43 – *Edifício do Liceu Gil Eanes, em Chã do Cemitério, 1968*
Álbum 4, 10 (IAHN).

Os novos edifícios (Liceus de Mindelo e da Praia e a Escola Técnica) projectados de acordo com os cânones pedagógicos e higiénicos demarcaram territórios de influência social. Geraram novos valores e práticas. A comunidade exercia uma acção de vigilância aos comportamentos de infracção às normas convencionadas para a sua utilização. No jornal *O Arquipélago*, na coluna "Pinceladas", recolhemos notas críticas sobre o recinto envolvente ao liceu da Praia:

> "Os jardins do largo do Liceu e da Escola Central, metem dó com a falta de regas e cuidados. Água há e bem pagos … jardineiros também… porque se deixam tão maltratados esses e outros jardins da cidade?
> Os largos fronteiriços ao Liceu e Escola Central, são invadidos pelas vendedeiras ambulantes de bolos e guloseimas que «impingem» tudo aos incautos alunos em recipientes descobertos e sem rede, ou qualquer protecção contra as moscas.
> Senhores fiscais e autoridades: os vossos filhos também andam lá!"
>
> "Cabras: encontram-se em vários locais da cidade, dizimando as árvores em formação e os jardins do liceu." (1963, Março 7)



Figura 44 – *Edifício do Liceu Adriano Moreira, na Praia.*
Álbum 8, 1 (IAHN).

Os edifícios escolares ocuparam um lugar de primeiro plano no ordenamento social. Parafraseando António Nóvoa, "para além das suas funções internas, a *casa da escola* delimita um território de poder e de expectativas: o futuro de muitas crianças joga-se no interior destas paredes mais ou menos majestosas" (2005a, p. 63).

Múltiplas temporalidades

Agustin Escolano Benito concebe a escola como "un teatro cognitivo y un espacio para acoger la dramatización del curriculum y la retórica del método [...], un cronosistema organizado en actos que regulan los procesos y tiempos de la formación" (2008, p. 33). No espaço institucional, as múltiplas temporalidades estão "sobrepostas de tal maneira que o tempo deixa de ser um 'fio' (o fio do tempo) para se representar como uma corda onde muitos fios se torcem uns sobre os outros" (Nóvoa, 2000, p.125).

Pelo relógio da torre[326] do liceu da Praia passava o "fio do tempo" evocando o dever da pontualidade. O relógio media o tempo escolar[327], "un temps qui maintient des relations avec d'autres temps sociaux, qui entretient des liens de dépendance réciproque avec le rythme de la vie social; un temps à intérioriser, depuis les premiers apprentissages, en harmonie avec l'architecture temporelle de chaque société; un temps qu'il faut apprendre" (Viñao Frago, 1997, p. 103).

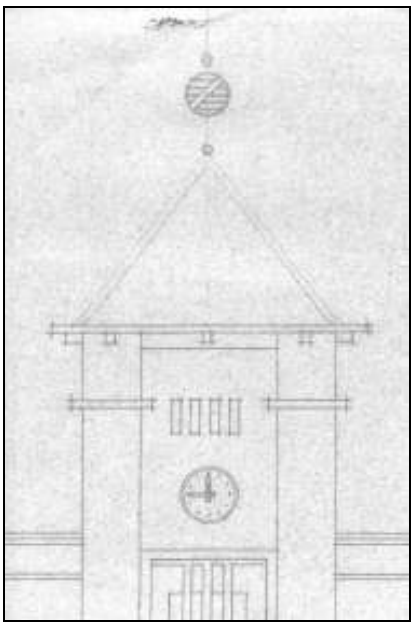


Figura 45 – *O relógio da torre do liceu*
Pormenor da planta do edifício do liceu da Praia, 1955.[328]

[326] A torre situada a meio da parte mais alongada da estrutura em L da composição arquitectónica do liceu ostentava, além do relógio, "a esfera armilar que devia estar situada acima da cobertura da torre a quatro águas", que se tornou um símbolo do rei D. Manuel I e representava a expansão marítima dos Portugueses" (Gomes, 2008, p. 432).
[327] Desde o século XIX que o relógio era considerado um elemento do mobiliário escolar. Conforme as instruções de 20 de Julho de 1866, sobre as condições a observar na construção das «casas da escola». "É para desejar que a escola tenha um campanário. Servirá de recordar aos alunos a obrigação da aula e estimulará o professor à pontualidade" (Fernandes, 2008, p. 27).
[328] Fundo documental do Ministério de Obras Públicas (IAHN).

O controlo do tempo escolar, no Estado Novo, "assentaria em dispositivos técnicos idênticos aos que se aplicavam no mundo do trabalho" (Fernandes, 2008, pp. 28/29). Os tempos de labor e de descanso eram detalhados com minúcia nos calendários e nos regulamentos dos estabelecimentos de ensino. O Plano Orgânico da Instrução Pública, de 27/12/1918, estabeleceu um calendário escolar que mantém uma espantosa actualidade: "o ano lectivo começará a 1 de Outubro e terminará a 30 de Junho, sendo feriados os domingos, segunda e terça-feira de Carnaval, os dias assim designados pela lei geral". O reitor Baltasar Lopes da Silva considerava "que a data de 1 de Outubro […] para o início do ano escolar não é aconselhável nesta Colónia, porquanto dada a interrupção da navegação na quadra equinocial, como é do conhecimento geral, os alunos domiciliados nas outras ilhas não conseguem chegar a tempo de se iniciarem as aulas com as turmas completas na data vigente na Metrópole" (Ofício 127, de 24/9/1949).

Espacialidade e temporalidade cruzavam-se na organização escolar, conforme o Regulamento do Liceu Central Infante D. Henrique, de 10/10/1931:

> "Artigo 5.º Chegados à aula, ocuparão imediatamente os seus lugares onde se conservarão no maior silêncio, aguardando o professor sob a vigilância do respectivo chefe de turma que será o primeiro a entrar e último a sair.
> […] Art. 8º Nos intervalos das aulas, os alunos e as alunas permanecerão nos respectivos pátios, donde não poderão sair sem autorização superior.
> Art. 9º Não é permitido faltar às aulas, estando no recinto do Liceu.
> § único. O aluno que chegar tarde é obrigado a entrar na aula, embora já lhe tinha sido marcada a falta.
> Art. 10º As alunas serão chamadas para as salas de aula, dois minutos antes do toque geral.
> Art. 11º No caso de faltar o professor e, logo que disso sejam avisados pelo contínuo, os alunos sairão da aula e dirigir-se-ão para a sala de leitura, salvo se for no terceiro tempo e no quinto tempo ou não tendo mais aulas no período diário em que se der falta do professor. Essa saída deve fazer-se com o maior silêncio, a fim de não serem perturbadas as aulas.
> […] Art. 16º Os senhores professores têm 10 minutos de tolerância no primeiro tempo de aulas e 5 minutos em qualquer dos outros tempos para a entrada, não sendo permitido sair da aula antes do toque final de saída.
> […] Art. 23º Os serventes devem proceder à limpeza e arranjo das aulas no princípio e fim das aulas. Os contínuos verificam no princípio das aulas, se há giz, tinta e canetas nas mesas destinadas aos senhores professores.
> Art. 24º Os contínuos devem fiscalizar a entrada dos alunos nas aulas e não consentir que eles se conservem nos corredores ou varandas, durante os intervalos dos tempos de aulas." (*Boletim Oficial*, de 12/3/1932)

A Portaria 4.160, de 10/12/1951, regulou o quotidiano no ensino secundário: "os trabalhos do 1º período distribuem-se por quatro tempos e começam às oito horas; os do 2.º período distribuem-se por três tempos e começam as 14 horas". O Regulamento do Liceu Gil Eanes, de 15/10/1955, estabelecia:

> "Artigo 43º As aulas serão dadas, sempre que seja possível, no período de manhã, a partir das 8 horas, com intervalos de 10 minutos entre elas, devendo terminar às 12 horas e dez minutos.
> Art. 44º O período da tarde, a partir das 14 horas, será em regra reservado às sessões de Canto Coral, Educação Física, Lavores Femininos, actividades da Mocidade Portuguesa e outros trabalhos circum-escolares, bem como à realização de exercícios escritos quando haja nisso conveniência."

No processo de transformação selectiva dos jovens em estudantes intervinham – ao menos, no plano de intenções – regras e práticas de higiene física e moral indutoras do perfil do "rapaz moderno, que quer luz, quer ar, quer sentir o prazer de uma vida sã a tonificar-lhe o sangue, para poder suportar as actuais condições de vida, para poder acompanhar a marcha acelerada desta época brutal e electrizante" (Fonseca, 1951, Fevereiro, p. 24). Neste sentido, o Estatuto do Ensino Secundário determinava que, antes de organizar o horário das aulas,

> "Deve o reitor ouvir o médico escolar, e na sua organização terá em vista as prescrições médico-pedagógicas e as regulamentares e nomeadamente: o doseamento do trabalho, nas diversas disciplinas, pelos dias da semana;
> A divisão do dia lectivo em dois períodos, colocando no primeiro, quam possível, as aulas de maior coeficiente de fadiga;
> Os hábitos e condições de vida da localidade, no que respeita à hora do começo das aulas em cada dia e à do intervalo a estabelecer entre os dois períodos lectivos." (Diploma Legislativo 407, de 16/9/1933)

O médico escolar cuidava das características biológicas dos estudantes, da higiene dos espaços e da gestão dos tempos de aprendizagem (sala de aula) e de lazer (recreio). O Relatório do Liceu Gil Eanes, de 31/12/1939[329], refere a nomeação do médico escolar "que recaiu no facultativo do quadro Dr. Elísio Dias da Fonseca[330], que pouca actuação tem tido por falta de aparelhagem própria". Ao mesmo tempo que se procurava dosear com "prescrições médico-pedagógicas e regulamentares" (documento *supra*) os tempos da escolarização, os espaços eram compartimentados em domínios especializados (gabinetes, museu, biblioteca, salas de estudo e laboratórios).

[329] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[330] Encontrámos referências ao médico escolar nos Relatórios dos Reitores do liceu: de 1935/36 a 1939/40 (*idem*): o Capitão-Médico Dr. Elísio Dias da Fonseca; de 1941/42 a 1942/43, o Dr. António Gladstone Sócrates da Piedade Costa, Delegado de Saúde e Director do Hospital de S. Vicente.
Consultar 2.2.1. "O poder dos reitores".

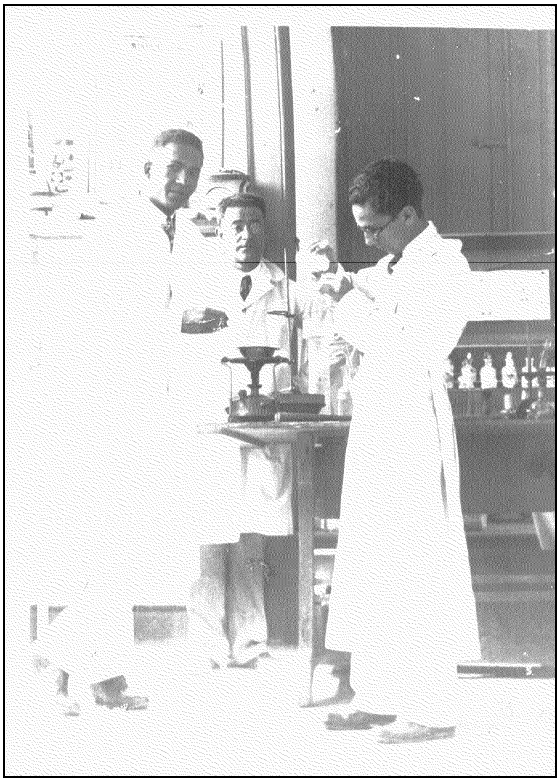


Figura 46 – *Prática laboratorial no liceu de Mindelo*
Álbum 4, 34 (IAHN).

Em conformidade com o Diploma Legislativo 407, de 16/9/1933, "os laboratórios e demais instalações, que deviam "possuir material suficiente para demonstrações e trabalhos práticos", eram geridos por directores de classe (art. 108º). Os contínuos, "além de coadjuvavam a direcção dos laboratórios, assistiam nos gabinetes e na biblioteca do liceu, que deveria conter, além de obras destinadas à consulta dos professores, outras de carácter elementar e ainda publicações periódicas, nacionais e estrangeiras, cuja leitura interesse a professores e alunos e seja útil à educação destes" (art.107º).

Para conter e disciplinar os alunos foram criadas "salas de estudo […], cursos com turmas reduzidas onde os alunos, fora dos tempos lectivos, preparam as suas lições e fazem as revisões orientados pelos professores": A utilização das salas de estudo era regulada pelo seguinte normativo:

> "Artigo 1º – Liceu Gil Eanes vai a título experimental fundar salas de estudo.
> Art. 2º – As salas de estudo não são cursos de explicações no sentido corrente do termo mas tão-somente um prolongamento do trabalho do aluno que competentemente vigiado por professores previamente escolhidos, estudará por si as suas licções. Quando algumas dúvidas surjam durante o curso dêste trabalho, os professores encarregados dêstes cursos encaminharão os alunos de modo a sua atenção não se perder em tentativas desadaptadas e por consequência inúteis.
> Art. 3º Em cada sala de estudo dois professores orientadores, um da secção de Ciências e outro da de Letras, que presidirão ao funcionamento das secções.

> Art. 4º As salas de estudo funcionarão depois das aulas, com duração de duas horas, para os alunos de 1º ciclo, e de três para os do 2º.
> […] Art. 8º O pagamento mensal não ultrapassará de 30$00 para o 1º ciclo e de 50$00 para o 2º ciclo, será pago no primeiro dia útil de cada mês." (Regulamento, de 11/12/1941)[331]

A vigilância das práticas curriculares remete-nos ao autor de *Surveiller et punir*, que sustenta que "la discipline procède d'abord à la répartition des individus dans l'espace […], parfois exige la *clôture*, la spécification d'un lieu hétérogène à tous les autres et fermé sur lui-même" (Foucault, 1975, p. 143). Os dispositivos de disciplina estão patentes na "distribuição racional e única das diferentes turmas", segundo as disposições do Ofício 165, de 12/11/1932[332]:

> "Apraz-me comunicar a V. Excia que o procedimento dos alunos melhorou consideravelmente, devido às acertadas medidas de ordem pedagógica e disciplinar que tomei logo no começo do ano lectivo presente: afixação, à entrada do Liceu, de dois avisos importantes sobre faltas, aproveitamento e procedimento dos alunos; distribuição racional e única das turmas pelas diferentes salas, concentrando, no rés-do-chão, as turmas de meninas e quasi todas as turmas mixtas; mudança do primeiro andar para o rés-do-chão, da secretaria que ficou com três secções: gabinete do secretário, secretaria e arquivo; inauguração do gimnásio e da cantina escolar."

A qualificação das condutas regia-se por valores antagónicos, "toute la conduite tombe dans le champ des bonnes et des mauvaises notes, des bons et des mauvais points" (Foucault, 1975, p. 212). A avaliação dos "bons e maus" actos induzia à gratificação/punição de quem os praticava. A ordenação dos actos e bens consentidos consta das normas que regularam o Instituto de Instrução Secundária:

> "Artigo 6.º Cada aluno interno terá, pelo menos, o seguinte enxoval:
> 8 Camisas de dia; 3 colarinhos de goma; 6 colarinhos moles; 3 camisas de dormir; 6 pares de ceroulas para banho; 4 camisolas; 12 pares de meias; 6 toalhas de cara; 2 toalhas de banho; 6 guardanapos; 1 fato preto; 2 fatos brancos de cotim; 2 fatos de cor, de kaki ou cotim; 2 pares de botas ou sapatos de sair; 2 pares de botas ou sapatos para recreio; 1 par de sapatos para andar em casa; 1 escova de dentes; 2 pentes, sendo um miúdo; 1 espelho pequeno; 1 calçadeira; 1 tesoura para unhas; 1 catre de linhagem ou de ferro, tendo este enxergão e colchão e ambos travesseiro e travesseirinho e 4 fronhas; 6 lençóis; 2 cobertores de chita e 1 de lã; 1 bacia de cama; 1 lavatório de ferro com bacia e jarro de ferro esmaltado; 1 talher completo.
> 1º Tanto os artigos de vestuários, como os outros, à medida que forem inutilizados, deverão ser substituídos, devendo as roupas ser bem marcadas com as iniciais do aluno.
> 2º A saída do aluno ser-lhe há entregue tudo o que lhe pertença no estado em que estiver, ficando pertença do instituto o que não seja retirado dentro de 4 meses a contar do dia da saída.
> Art. 7º Haverá 3 refeições diárias;
> 1º Até às 8 horas, pequeno-almoço composto de café ou chá com ou sem leite, conforme o haja ou não no mercado.

[331] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[332] *Idem*.

> 2º Até às 11 e meia horas, almoço composto por 2 pratos, sendo, sempre que seja possível, um de peixe.
> 3º Até às 17 e meia horas, jantar composto de um prato de sôpa e dois pratos variados, sendo um de legumes e sobremesas de fruta sempre que se possa adquirir no mercado." (Portaria 79, de 17/11/1925)

A análise de conteúdo de três regulamentos – A) Instituto Caboverdiano de Instrução (de 17/11/1925), B) Liceu Central do Infante D. Henrique (de 10/10/1931) e C) Liceu Gil Eanes (de 15/10/1955) – permitiu-nos aceder aos campos de interdição / reconhecimento dos alunos.

Quadro 30 – C*ampos de interdição e de reconhecimento dos alunos, segundo os regulamentos escolares*

Valores	Campos	
	Interdição	Reconhecimento
"Asseio, ordem e compostura." (A) "Honra, moral, brio." (A) "Prática do bem; amor ao estudo, ao trabalho, aos seus semelhantes e á pátria." (A)	"É proibido aos alunos terem qualquer livro, impressos ou manuscritos contrários aos bons costumes e a moral." (A) "É proibido aos alunos pedirem dinheiro ou qualquer objecto aos seus correspondentes sem licença da direcção." (A) "É proibido aos alunos entrar na cozinha dispensa, rouparia ou qualquer outra casa de arrecadação." (A) "Não será permitida a entrada a alunos que não se apresentem decentemente vestidos e calçados, e bem assim àqueles que se apresentam com as capas ridículas ou propositadamente rôtas ou bordadas a cores interna ou externamente." (B)	"Os alunos de conduta responsável, quer pelo seu mau comportamento moral e civil, quer pela sua pouca aplicação aos estudos, serão repreendidos em particular ou diante os outros." (A) "Quadro de honra exposto na sala de visita." (A) "Pelo seu mau comportamento moral e civil poderão ser privados dos recreios." (A) "As faltas dadas ás sessões de Religião e Moral, Educação Física, Canto Coral ou Lavores Femininos em numero excedente ao fixado neste artigo, bem como ás visitas de estudo, às excursões, ás sessões culturais e ás actividades da Mocidade Portuguesa importam nota de mau comportamento." (C)

Questões curriculares

Carlos Reis, no texto "Leitura e representação de um drama: o espaço no sistema de ensino", considera que a entrada do aluno na escola "coincide com os primórdios de um trajecto autobiográfico fundacionalmente marcado pela experiência da escola, da sua organização social e dos rituais que nele se encenam" (2002, p, 128). A sociedade pede à escola a difusão de "uma cultura determinada, mas a escola ao levar a cabo esta tarefa cria os seus próprios procedimentos de ensino e entrega um produto cultural às gerações de antigos alunos" (Chervel, 1998, p. 182). Este produto integra os princípios do *self-government*, "que defendem o espírito de liberdade, iniciativa e confiança dos educandos", conforme as palavras do reitor, António Augusto da Veiga e Souza:

> "A instrução, para muitos, é ainda o meio de obterem diplomas, que lhes dêem ingresso nos orçamentos do Estado; pouco trabalho e algum ordenado é, infelizmente, a ambição única de bastamos compatriotas nossos. Esforcêmo-nos todos por que isto acabe:

> eduquemos, instruindo, dando sciência, espírito de iniciativa e orientação prática aos adolescentes, para que fiquem bem armados para a luta pela vida, que lhes permitirá a satisfação dessas ambições da mocidade, que são o segredo dos povos viris, que pretendemos imitar em todas as manifestações das suas forças vivas.
> Não vos esqueçais nunca que o século XX é de verdadeira selecção de energias; só os fortemente preparados, para a rude labuta, poderão resistir e evidenciar-se.
> […] Adolescentes, assimilai a educação moderna que ides receber, de modo a desenvolver o vosso espírito de liberdade, iniciativa, trabalho e confiança em vós mesmos. Desta forma, ficareis preparados para vencer nas imensas lutas comerciais, industriais ou agrícolas, que o findar da guerra acentuará.
> Está aberto o primeiro ano lectivo do Liceu Provincial de Cabo Verde." (*Boletim Oficial,* de 24/11/1917; sublinhado nosso)

A liberdade era "algo que se adquiria pelo exercício quotidiano, pela reflexão sistemática, e, nunca como um material onírico e de projecção fantasista do sujeito" (Ó, 2003, p. 151). Neste contexto inovador – inspirado no movimento da Educação Nova[333] – o liceu deveria transformar-se num "laboratório de Pedagogia prática[334]" e a "*arts pedagogica* tomava a dianteira na regulamentação do trabalho docente" (*ibidem,* p. 363). Em "Temas de pedagogia e de didáctica", Antero de Barros indagava: "Como ensinar tal ou tal disciplina ou tal ou tal noção que lhe compete ensinar? Como achar explicação a dificuldades que teimam em se manter nos alunos? Como utilizar com o maior rendimento a intuição? Qual o valor real das demonstrações científicas?" O professor liceal encontrou as respostas nos princípios didácticos de Comenius e Herbart[335], que se enunciam:

> "Comenius, um dos principais didácticos, com o seu princípio naturalista da «aproximação do Homem à Natureza», é apologista do ensino gradativo, partindo do mais fácil para o mais difícil. Diz-nos que a Natureza não se apressa, avança lentamente, e, assim deve ser o ensino.
> Herbart, outro grande didáctico, diz-nos que uma lição deve ser organizada de tal maneira que obedeça a certos graus de evolução e possa prender a atenção do aluno. Para Herbart uma lição deve obedecer aos seguintes requisitos:
>
> a) que se mostre, isto é, que torne evidente aquilo de que se fala;
> b) que, mostrando aquilo de que se fala, associe as correlações próximas e úteis com outros assuntos;
> c) depois de ter mostrado, pôr as coisas de tal maneira que se aprenda o núcleo fundamental da lição;
> d) filosofar sobre a lição.
>
> Como é que devemos interpretar, na didáctica, a doutrina de Herbart? Salvo melhor juízo, parece-nos que:
> 1° – Herbart vê, numa lição, quatro momentos fundamentais:

[333] "A Educação Nova foi um movimento que se desenvolveu essencialmente no espaço europeu ocidental, na América do Norte (principalmente nos EUA) e na do Sul, entre os anos oitenta do século XIX e a Secunda Guerra Mundial. Por Escolas Novas entendem-se as instituições formais portadoras de um projecto específico de organização escolar, estruturado a partir do ideário da Educação Nova." (Figueira, 2004. 17)
[334] Expressão de Adolphe Ferrière aplicada à Escola Nova (citada em Ó, 2003, p. 158).
[335] Os trabalhos de Herbart têm como pano de fundo a afirmação do "paradigma psicopedagógico" que teve o seu início na "tentativa de atribuir à psicologia a responsabilidade de investigar as possibilidades e os meios de atingir as finalidades da educação justificando desta forma o «saber» e o «saber fazer» indispensável à fundamentação da prática pedagógica" (Hameline, 2002, *apud* Madeira, 2007, p. 75).

a) momento intuitivo;
b momento continuo - associativo;
c) momento provocativo;
d) momento real.

2º – E propõe que, em qualquer dos momentos, a exposição do professor obedecerá também aos seguintes requisitos:

a) clareza;
b) associação;
c) sistematização;
d) método.

Uma outra corrente de didácticos só admite como lição autêntica aquela que reveste os três aspectos fundamentais seguintes:

1) descritivo;
2) analítico;
3) sintético.

De que é que os alunos se queixam? - Principalmente de que há professores que abusam e passam o ano a descrever; outros abusam do analítico: fragmentam o todo e não dão a ideia desse todo." (1963, Março)

A capacidade de intuição dos alunos, "levantando dúvidas e pondo problemas" (Barros, 1963, Março) foi exercitada nos contactos com o meio ambiente, em passeios escolares e em visitas de estudo (figuras seguntes) que integravam o quotidiano dos liceus do arquipélago:

Plano do passeio escolar (excursão) à Baía de S. Pedro

1) - Observar na região da cidade a atravessar a "Série vulcânica do "indelo" (basaltos atravessados por "uitos vulcões)-- no"enclatura de Eng.º B. Bebiano.
2) - Ide" entre a Ribeira do Julião e a Ribeira da Vinha as dunas
   a) s / orige" e for"ação
   b) Vegetaçao: plantas xerófilas; influência do "eio; conveniência da fixaçao das dunas pelo "tarafes" (pinheiro "arti"o)
   c) Pôr e" evidência o trabalho "ecânico do ar
3) - Nas Pedras Brancas; sienitos e dioritos.
4) - Da "Ribeira da Vinha" a "Baía: cha"ar a atenção para a sé- basáltica (basaltos co" brechas, làpili e tufos)
5) - Ida, sendo possivel, ao "onte Carneiro para observare" os seus fonolitos.
6) - Na Baia de S. Pedro: Observar as ca"adas sedi"entares de calcáreos fossilíferos e conglo"erados de orige" "ari"a
   Conclusões a tirar: parte dos contantes de "A Geologia do Arquipelago de Cabo Verde" do Eng.º B. Bebiano.
7) - Liçao do Dr. Veiga sôbre a fauna "ariti"a
8) - Recitaçoes pelos alunos.

Figura 47 – *Plano de passeio escolar à Baía de S. Pedro, S. Vicente*
Relatório do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 5/8/1936[336]

[336] Arquivo do Liceu Ludgero Lima.



Figura 48 – *Visita de estudos dos alunos do Liceu Adriano Moreira*
O Arquipélago, 1962, Outubro 29.

O ideal da escola activa passava pelo contacto dos estudantes com a natureza e a sociedade. As categorias *tempo* e *espaço* alargaram-se e flexibilizam-se. O tempo da escola raramente coincide com o tempo da aprendizagem, o espaço deixa de estar enclausurado na sala de aula e expande-se ao meio envolvente. *O Arquipélago* noticiava a "construção de um jardim", […] um local onde haja plantas de diversas espécies, peixes vários e outros animais, tais como coelhos ou cobaias e pombos […] para se completar integralmente o estudo das Ciências Naturais e dos Trabalhos Manuais (ciclo preparatório)". A jardinagem torna-se uma actividade "importante para o desenvolvimento afectivo e metódico da criança e local de descanso e recreio onde alunos e professores possam conviver e contactar melhor" (1973, Abril 5).

Um ensino à medida de Portugal

O saber escolar era uniformizado em todo o império português. João Carlos Paulo, em *Education coloniale et «école portugaise»*, cita Justino Mendes de Almeida que, em 1964, caracteriza a educação colonial como "une unité educative, un seul enseignant pour tous les Portugais, les mêmes écoles et les mêmes programmes, enfin, un enseignement à notre mesure, à la mesure du Portugal" (1995, p. 131). A unidade educativa significava programas e manuais únicos. Um só compêndio para cada disciplina – segundo Jorge do Ó – "não decorria, apenas, de uma definição dos limites e da configuração própria dos

saberes educativos, mas era apresentada como um instrumento essencial para a fabricação da própria realidade e identidade portuguesas" (2003, p. 216). Para Luís Vidigal, o manual único para a metrópole e o império justificava "as grandes tiragens que alguns títulos conheceram" (1996, p. 394).

A "pedagogia coerciva" (Barroso, 1995, p. 602) foi contestada pela elite letrada das ilhas, que se manifestou contra os conteúdos de ensino que "não colam à epiderme de jambe dourado que rodeia o mundo em que vivemos nas ilhas" (Miranda, 1959, Março). Numa comunicação apresentada nos *Colóquios cabo-verdianos*[337], Nuno Miranda criticou "as edificações da educação e ensino esterilmente construídas, divorciadas de nós próprios":

> "Em que nos ensinam, por exemplo, a descrever o pinheiro e o sobreiro, o trigo e a rã, se o que informa a realidade é o milho maiz cuja presença é comida de povo, e se assinala importantemente desde as horas recuadas de povoamento luso-negro; se na banana, no café e nas pozolanas é que se traduz o nosso escasso património de bens materiais de exportação; se o tubarão, o atum e a «moreia», marcando presença nos mares ilhéus, é que podem incrementar as pescarias de repercussão na balança da nossa economia.
> A transplantação para os quadros educativos Cabo-Verdianos de instituições sedimentadas diferentemente é inadequada, imprópria e inaderente por que não cola à epiderme de jambe dourado que rodeia o mundo em que vivemos nas ilhas.
> Por isso torna-se mister quebrar com essa espécie de ensino que se ministra em Cabo Verde, seleccionando-o em ordem geográfica, em ordem ao circunstancialismo local, de maneira a reduzi-lo a formas da nossa tipicidade e estruturas circundantes.
> Em que medida me poderia interessar, enquanto aluno de liceu, «dizer por palavras minhas» o trecho descritivo da Serra do Marão, se o que me vinha, pela janela da manhã desperta, era o Monte Cara subindo da curva de beleza harmoniosa do Porto Grande?" (Miranda, 1959, Março)

Marques de Oliveira, numa crónica em que analisou "as reacções do estudante cabo-verdiano perante o meio geográfico", criticou o "ensino à medida de Portugal":

> "Eu não sei que impressão se produzirá em tal criança, e como reagirá, ao ouvir falar, por exemplo, de caminhos-de-ferro que nunca viu, ao ter de decorar aquelas linhas, ramais e mais ramais, de que (até parece castigo!) nem um só elimina; ao dizerem-lhe que em tal ponto é um «entroncamento» de vias-férreas, que em outro o comboio passa «por cima» e ao fundo, no abismo ou quase, ou corre numa ribeira, que sabe como é, ou um largo rio como o Douro, que não sabe como é…. Mas como será o comboio? Como será a ponte? No interior desta ilha há «amostras» de pontes, mas darão uma nítida ideia da envergadura daquelas, com os seus potentes pilares, o intenso tráfego que por elas circula, a sua estrutura metálica, etc?" (1959, Novembro)

O Conselho Pedagógico e Disciplinar do Liceu Gil Eanes emitiu o seguinte parecer sobre o compêndio de Zoologia (2º ciclo), da autoria de Augusto César Gomes Soeiro:

[337] "Na complexidade dos povos ultramarinos, o cabo-verdiano um portador de cultura", da autoria de Nuno Miranda.

> "Nos programas do 3º e 4º anos fez-se referência a alguns animais cujo estudo não pode ser concretizado pela carência dos mesmos na Província ou deles não haver conhecimento, como a rã, a lampreia, o caracol e a ostra. Em todo o caso podem ser utilizados outros semelhantes que um professor criterioso escolherá facilmente, não havendo, pois necessidade de edição especial." (Ofício, de 4/3/1951)

No mesmo sentido crítico, a professora estagiária do Liceu Normal Pedro Nunes, Ana Maria Araújo Quental Mendes, em artigo na revista «Palestra» (citado no jornal *O Arquipélago*, de 28/2/1963), relatou "as dificuldades que teve em cumprir o programa [no liceu da Praia] quanto a certas imposições relativas a animais e plantas absolutamente desconhecidas na província" e colocou em evidência "a necessidade que haveria em ministrar certos conhecimentos derivados das realidades locais, não determinados pelo programa". Estas reflexões fazem parte do artigo "Alguns aspectos do ensino das Ciências Naturais no Ultramar Português", de que reproduzimos um excerto:

> "Verificava a professora o desinteresse dos alunos perante o estudo, a que eram obrigados, da rã, do barbo, do morangueiro, da papoila, da pereira, do lírio, do trigo, da bodelha, etc., etc., animais ou plantas de que, na sua maioria, nunca ouviram falar.
> Não basta o estudo pelas fotografias, mapas ou modelos. É preciso familiaridade com a planta ou animal. E pergunta a professora se «não poderemos dispensar os nossos alunos, no Ultramar, de recitar os caracteres morfológicos e anatómicos e as adaptações do pinheiro, do lírio roxo e da funária, por exemplo?».
> E diz (e bem) quanto a Cabo Verde, o que os alunos necessitam é de conhecer particularidades sobre o atum, o milho, a batata-doce e outros, ao mesmo tempo que se lhes dariam conhecimentos da maneira como se pesca o atum, como localmente se deve preparar a terra para a cultura do milho, etc., etc.
> E entende a professora que em Cabo Verde seria altamente vantajoso, no 3° ciclo, o ensino sobre «melhoramento de plantas cultivadas e de animais domésticos», tendo em vista o milho, o feijão, a batata-doce, a cabra, os galináceos, importantíssimos no Arquipélago, e que não se sabem cultivar, ou criar." (1963, Fevereiro 28)

Classificar e diferenciar

A acção educativa culminava com o exame, celebração das diferenças individuais. Michel Foucault encara-o como, "un regard normalisateur, une surveillance qui permet de qualifier, classer et punir" (1975, p. 217). O acto ritualizado de diferenciar/seleccionar e de sancionar/premiar adquiria contornos de acontecimento social com o envolvimento emocional de alunos e professores, das famílias e comunidade. No semanário *O Arquipélago*, Marques de Oliveira descreve o "coro dissonante" que se pronuncia sobre os "malfadados exames":

> "Todos os anos, a propósito dos exames, se erguem clamores de lamentações, de censura, de recriminações; se fazem análises exaustivas a pontos escritos, divulgados e discutidos na imprensa, apreciações a interrogatórios; se expandem os mais diversos critérios sobre o

> ensino, sobre livros e professores; enfim, um coro multidissonante enfim, como é próprio das reuniões ditas de alto nível, mas que no caso provém de níveis de todas as alturas.
> Acho bem o debate. Só lhe tenho notado uma falhazinha, como diria o Eça: é que se encobre o aluno, deixando-o sempre ileso da contenda e, quando se não encobre, é apresentado como vítima imolada de verdugos sem coração nem consciência.
> Não seria melhor pôr o problema em termos justos?
> Certo que no ensino muita coisa poderia melhorar com uma reforma há muito preconizada. Mas a razão do baixo nível no rendimento do ensino apenas derivará da extensão dos programas, da inclusão de matérias que muitos julgam ou deslocadas ou inúteis?
> Não haverá tendência exagerada para tudo querer simplificar e reduzir, de forma a tornar quase nulo o esforço do aluno?
> […]
> E os meses decorrem. Os períodos sucedem-se. O ano lectivo chega ao seu termo e vêm os malfadados exames e os terríveis mestres que nem são compreendidos por uns nem por outros.
> Sòzinhos, por vezes desanimados, podem balbuciar: cada vez se estuda menos, cada vez se sabe mais como menos estudar.
> Indiferentes ao que há-de vir, os alunos «descontraídos», como soi dizer-se hoje, perguntam-se entre si: «*Bó passa? 'N ca passa, pamodi Professor»*.
> […]
> Os alunos do primeiro ciclo terminaram as provas escritas no dia 21 do corrente.
> Segundo consta por toda a cidade os pontos já foram classificados, mas só se tornarão públicos no dia 4 do próximo mês!
> Independentemente da tensão nervosa em que são mantidos os alunos durante este largo período de tempo, ficam todos sem saber se hão-de estudar ou não.
> Estará isto certo numa altura em que os alunos tanto necessitam de sossego de espírito?" (1963, Junho 20)

A organização do processo avaliativo implicava um aparato processual complexo, "um gigante aparelho de anotação e registo de aptidões, das capacidades e do percurso biográfico de cada estudante, determinado pela lógica de funcionamento do que Foucault denomina de *campo científico-disciplinar*" (Ó, 2003, p. 49). A crescente burocratização do acto do exame provoca frequentes queixas dos reitores. José Diogo Luís Terry expunha ao governador

> "Um dos problemas administrativos do Liceu Gil Eanes [que] é, sem dúvida, a organização dos pontos de exame, não só pela dificuldade material de os escrever à máquina em tiragem de centenas de exemplares, como pelo aspecto com que êles ficam, sem dúvida inferior aos tipografados, o que dificulta a sua interpretação e finalmente pelo perigo constante do seu conhecimento prévio" (Ofício 31, de 22/3/1944)[338]

Lamentando a inexistência de "tipografias e condições de sigilo" pedia que "as provas continuassem a vir [da metrópole] com que muito lucraria o Liceu" (*idem, ibidem*). O reitor Baltasar Lopes retomou a questão da logística dos exames, num contexto de descontinuidade territorial:

> "1º - Aproxima-se a época dos exames, que serão realizados com pontos vindos da Metrópole. As provas iniciam-se em 1 de Julho.

[338] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

> 2º Se os pontos vieram por via marítima a repartição remetente terá de aproveitar ou o vapor "Vera-Cruz", se ele fizer a viagem para a América do Sul em Julho, ou o vapor da Sociedade Geral que costuma escalar S. Vicente no dia 17 de mês, visto que o outro, que sai de Lisboa cerca 25, só chegara em S. Vicente nos dias 2 ou 3 dia de Julho.
> 3º Por via aérea, se os pontos não foram enviados com certa antecedência pode-se correr o risco de haver, entrementes, falta de comunicação com a ilha do Sal.
> 4. Rogo, pois, a V. Excia se digne expor no sentido de os pontos serem remetidos directamente para S. Vicente pelo vapor que sai de Lisboa a 10 de Junho, ou, se preferir a via aérea, de a remessa ser feita com a antecedência necessária para prever quaisquer dificuldades de comunicação entre as ilhas de S. Vicente e Sal." (Ofício 113, de 17/5/1954)[339]

As fomalidades escolares envoltas em secretismo apresentaram fissuras. No ano lectivo 1943/44, os exames foram suspensos devido "à divulgação antecipada dos pontos, [o que] impôs a elaboração de novos pontos e a obrigação para os alunos de se sujeitarem à fatigante repetição das provas já prestadas" (Decreto-Lei 33.956, de 18/9/1944). O Conselho Superior de Disciplina das Colónias apreciou um caso de fraude no sistema de apuramento dos conhecimentos dos alunos:

> "Num inquérito realizado na colónia de Cabo Verde averiguou-se que houve divulgação dos pontos do 7º ano e das ciências físico-químicas do sexto ano do Liceu e que esses pontos foram divulgados pelo aluno Vicente Ferreira, hóspede do professor Alberto Leite. Além destas divulgações de pontos feitas em 1941-1942, soube-se pelos depoimentos de duas professoras que também a mesma falta se cometera em anos anteriores. Nestas condições Sua Ex.ª o Ministro das Colónias ordenou um telegrama cifrado n.º 52, de 22 de Março de 1943, se averiguassem da veracidade das divulgações e da hospedagem do aluno (fl.74).
> […] Instruído o processo o inquiridor relatou a fls. 49 a 51 concluindo:
> a) Em 1940-1941 houve divulgação de pontos de exames de francês do 1.º ciclo e de inglês do 2.º ciclo;
> b) Em 1941-1942 houve divulgação dos pontos de exames de físico-químicas, de latim, de inglês e geografia;
> c) Que estas divulgações se deram antes da entrega dos referidos pontos na reitoria pelos respectivos professores encarregados da sua elaboração;
> A divulgação do ponto de físico-química do 2º ciclo foi feita pelo aluno […], que abusou da familiaridade e hospitalidade de que gozava em casa do professor, encarregado da elaboração desse ponto, tirando-lhe o ponto da gaveta em que este tinha guardado;
> Que o referido aluno era hóspede pensionista daquele professor, a quem pagava a mensalidade de 300$, não só no ano lectivo de 1941-1942 como ainda nos anos anteriores;
> Que essa hospedagem era devida à grande amizade que este professor mantém com o pai daquele aluno.
> E termina dizendo ser da opinião da reitoria (fls. 14 e 15), isto é, entende que os pontos de exame devem vir directamente da metrópole." (Acórdão, de 1/10/1943)

O Director Geral do Ensino Liceal, Riley da Mota reconhecia (1941) que "os exames liceais, muito em especial de há uns 10 anos a esta parte, excitam a opinião pública e produzem escândalo geral no País". (Arquivo do Ministério da Educação, 13/2001, citado

[339] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

em Ó, 2003, p. 644). Também, em Cabo Verde, os exames foram objecto do interesse da opinião pública. O *Notícias de Cabo Verde*, problematizou a natureza do acto:

> "Acto de fiscalização indispensável, que, aliás, não vem de forma alguma perturbar a vida corrente, principalmente dos alunos, se êstes se cingirem ou forem adequadamente curvados a uma disciplina saudável, opinam alguns. Formalidade absolutamente desnecessária, declaram outros, que apenas tem como resultado crear uma época de mal-estar no espírito de todos, imprimir uma feição defeituosa ao comportamento dos alunos perante os professores e, o que é ainda peor, cerimónia baseada no desejo de se conseguir um objectivo raramente atingível, como é a indicação precisa da valorização dos alunos e que por isso mêsmo tem como efeito, forçosamente, praticar injustiças e despertar revoltas…" (1942, Julho 18)

No *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Maria Madalena Monteiro[340] inicia uma reflexão sobre o conceito de *educação integral* com a curiosa frase "Ó minha senhora, o meu pai não se importa. Ele o que quer é que eu faça exame….":

> "Esta frase, proferida por um garoto a quem a professora incitava a ser bem comportado, a fim de dar gosto aos pais, é uma prova flagrante do erro em que ainda hoje laboram os pais de muitas crianças.
> Julgam eles, e bastante mal, que a escola é apenas o local onde seus filhos passam parte dos dias, ocupados em aprender aquilo que pessoas mais ou menos instruídas e simpáticas lhes vão ensinando, poupando assim trabalho às famílias e permitindo certa tranquilidade à casa, visto que os pequenos, turbulentos e faladores, estão fora.
> Apreciada sob este aspecto, que mesquinha é a missão do professor! Manter quietas e caladas algumas dezenas de garotinhos e obrigá-los a assimilar conhecimentos desagradáveis! Não é, na verdade, um papel de relevo!
> Assim, o professor nada tem com a formação integral dos seus alunos; compete-lhe apenas fazer com que adquiram, em determinado espaço de tempo, os conhecimentos necessários para fazer o tal exame que os pais desejam.
> Mas, e a educação?" (1951, Maio)

No mesmo boletim, o médico e pedagogo Henrique Teixeira de Sousa conclui uma crónica dedicada aos "Exames" com o seguinte questionamento:

> "Nesta dura batalha, que é a vida dum estudante, ocorre-nos perguntar se os exames não constituem, bastas ocasiões, um golpe estratégico desnecessário que pode ou não resultar. Já se tem meditado nos estigmas profundos deixados na alma do adolescente por semelhantes provações? Quando virá o dia em que o controle do aproveitamento escolar se fará de forma mais humana e menos aleatória?" (1958, Agosto)

O Arquipélago publicou a carta de um pai que denunciou "o desencontro frequente e cada vez mais acentuado entre o professor e o aluno", que radicava em "métodos já ultrapassados e que, por isso, não encontram receptividade por parte do aluno". Foram apresentados casos concretos:

[340] Maria Madalena de Sousa Monteiro era aluna-mestre da Escola do Magistério Primário de Braga (*Cabo Verde Boletim*, 1951, Maio)

> "Alunos que conseguem resolver, satisfatoriamente, o ponto escrito de português do 2º ciclo, por exemplo, ponto esse elaborado por uma comissão de professores seleccionados, efectivos, e, possivelmente, metodólogos que, de *per si*, pela sua estrutura, já é de molde a provar o nível dos conhecimentos da língua que possui o aluno, a sua capacidade de interpretação, etc. vão ao exame oral e ficam, porém, reprovados na referida disciplina de português.
> Claro que o facto não constituiria um ineditismo, não causaria estranheza alguma, se essas reprovações não fossem advenientes de métodos empregados pelo professor, durante o exame oral.
> […] A propósito, afigura-se-nos que o professor de português, antes de reprovar na prova oral, um aluno do 2º ciclo, por não saber de cor determinadas partes da gramática, deveria atentar em:
> a) Se a gramática escolar, ensinada como é ainda e por determinados professores, não constitui reduto de um anacronismo;
> b) Se, na época actual, em que, nos nossos liceus na metrópole, já se fazem experiências de renovação da didáctica das Matemáticas e Português.
> E mais.
> a) Que noções mal compreendidas ou logo esquecidas, findos os exames, valem menos do que noções rudimentares, definitivamente adquiridas;
> b) E que são estas últimas o objectivos dos estudos secundários, clássicos, ministrados nos liceus.
> Deixamos também aqui consignado e a título de esclarecimento:
> a) Que entre nós na metrópole, já se explica a flexão dos graus de adjectivos com símbolos da teoria dos conjuntos e aos alunos do 3º ano dos liceus;
> b) Já se serve do mesmo método no ensino de instrução primária;
> c) Que o ensino das Matemáticas, presentemente, já desce ao nível dos mesmos privilegiados mentalmente.
> Registem-se os factos para se avaliar o que, hoje, já se faz no atinente a evitar que os alunos sejam obrigados a decorar e, na maioria das vezes, sem perceberem o que decoram e com as consequências negativas daí resultantes." (1967, Agosto 3)

Concluímos as breves notações sobre o exame, acto de consagração das diferenças individuais dos estudantes, com uma afirmação de Orlando Levy que o classificou como "um gigantesco ajuste de contas, uma espécie de tribunal do saber, em que os juízes se afadigam em querer demonstrar que o aluno nada sabe, ou pelo menos o suficiente para não passar" (*O Arquipélago*, 1970, Maio 21).

2.2. Dirigir, ensinar e aprender

Na sequência de uma incursão sobre a cultura da escola secundária cabo-verdiana, é nosso intuito, no presente sub-capítulo, aceder às construções retóricas dos detentores do exercício de administração do liceu (os reitores) e à vasta produção pedagógica, psicológica e higienista centrada nos protagonistas do acto educativo, professores e alunos.

2.2.1. O poder dos reitores[341]

A administração e a gestão dos liceus[342], apesar de se regerem por princípios de homogeneidade (normas, espaços, tempos, saberes e ideologia), admitiam "os «desvios» que os reitores introduziam no modelo organizacional e administrativo, por sua iniciativa, por força das circunstâncias, ou como resultado do jogo de forças que se estabelecia no interior do próprio liceu entre a sua acção e a de grupos de professores" (Barroso, 2005, p. 57).

Para a percepção do perfil do reitor do liceu cabo-verdiano consultámos 24 relatórios anuais de actividades[343] (séries incompletas) no Arquivo do Liceu Ludgero Lima (1936/37, 1939/40 e 1940/41) e no IAHN [Fundo da Secretaria Geral do Governo (1925/26) e Fundo da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (restantes relatórios)[344]].

Quadro 31 – *Relação dos relatórios e anuários dos reitores dos liceus*

Liceu	Reitor	Cidade	Anos lectivos
Nacional de Cabo Verde	Henrique Owen Pinto	Mindelo	1922/23
	Abel Nogueira Godinho	Mindelo	1925/26
Infante D. Henrique	Horácio Afonso Mesquita	Mindelo	1931/32
	Joaquim Jaime Simões	Mindelo	1935/36, 1936/37
		Mindelo	1937/38, 1938/39
Gil Eanes	José Diogo Luiz Terry	Mindelo	1939/40, 1940/41, 1941/42, 1943/44, 1944/45, 1945/46
	Baltasar Lopes da Silva	Mindelo	1949/50, 1951/52, 1952/53, 1953/54, 1954/55, 1955/56, 1956/57, 1957/58
Gil Eanes: Secção da Praia		Praia	1955/56, 1956/57, 1957/58

[341] Apresenta-se uma relação dos reitores dos liceus de Cabo Verde no anexo 6.
[342] João Barroso elucida que "ao falarmos de uma escola em particular, enquanto organização, podemos utilizar o termo «*administração*» para significar o processo de definição das metas e das políticas que vão orientar o funcionamento da escola (quer no quadro da reinterpretação do normativo legal, quer no quadro das suas autonomias) e «*gestão*» para significar o processo de optimização dos recursos humanos, materiais e financeiros que vão permitir concretizar esses objectivos e essas políticas" (1995, p. 431).
[343] Apresentamos uma síntese das informações dos relatórios dos reitores do Liceu Gil Eanes no anexo 7.
[344] O relatório anual de actividades, referente ao ano 1922/23, foi publicado no Boletim Oficial, de 25/8/1923.

Nos relatórios analisados apercebemo-nos dos "elementos e processos organizativos que identificam o e*thos* [de cada liceu], como, por exemplo, valores, crenças, ideologias, normas, condutas, rotinas, hábitos, símbolos, etc." (Barroso, 2005, p. 56).

Nomeação e competências

Segundo o Plano Orgânico da Instrução Pública de Cabo Verde (Decreto 3.435, de 8/10/1917), o reitor era eleito pelo Conselho Escolar (art. 12º, § l°)[345]. O princípio de democraticidade foi preterido no segundo Plano Orgânico de Instrução Pública (Portaria 474, de 27/12/1918), que deliberou a nomeação "do reitor pelo Governador sôbre proposta do Conselho de Instrução (art. 26º), com funções pedagógicas e inspectivas, sendo como tal delegado do Govêrno de quem receberá ordens e instruções" (§ l°). Esta modalidade de nomeação prevaleceu ao longo do Estado Novo. Admitimos a existência de excepções, em conformidade com o conteúdo de um telegrama que comunica ao Governador a eleição do reitor, 1º Tenente Daniel Duarte Silva (10/4/1930)[346]. Só em 1975, durante o governo de transição para a independência, se retornaria a uma modalidade democrática de liderança, tento sido substituída "a estrutura administrativa dos estabelecimentos de ensino […], assente quase que exclusivamente na autoridade de uma entidade singular – reitor ou director […], por um órgão colegial que engloba elementos do corpo docente, do discente e empregados" (Decreto-Lei 38, de 17/5).

João Barroso, em estudo centrado num *corpus* documental constituído por 546 relatórios anuais dos reitores de liceus portugueses (1935-1960)[347], identifica os principais papéis que o reitor desempenhava: "*administrador-delegado* do governo, *gestor* (ou *director*) do pessoal, *supervisor dos professores* (ou *orientador pedagógico*) e *educador dos alunos* (ou *orientador da acção educativa e disciplinar*)" (1995, p. 293). A leitura dos relatórios dos reitores do liceu cabo-verdiano desvenda o predomínio do papel de *administrador-delegado*, num paradigma de *descentralização controlada*[348] pelo governo colonial, com a ausência "da autonomia administrativa que já é inerente ao funcionamento dos liceus da metrópole" (Proposta 4 do reitor Abel Nogueira Godinho, de 14/10/1926[349]). No entanto, como Jorge do Ó evidencia, "em cada liceu, o domínio mesmo das pessoas e

[345] A eleição do reitor pelo Conselho Escolar foi sancionada pelo Decreto 3.091, de 17/4/1917.
[346] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[347] *Os liceus: organização pedagógica e administrativa (1836-1960),* editado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
[348] Expressão atribuída ao responsável pela secção masculina do Liceu Passos Manuel (citada em Barroso, 1995, p. 725).
[349] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

das coisas dependeria da capacidade que o reitor, o professor, o médico, o secretário … tivessem em descobrir, combinar, calcular, mobilizar e, enfim, compor novas realidades, a partir dos campos de discurso oferecidos" (2003, p. 345). As limitações das competências de decisão e o maior ou menor grau de autonomia institucional dependiam, frequentemente, das características pessoais dos reitores.

Enquanto chefes dos liceus coloniais e responsáveis pelo cumprimento das orientações emanadas da administração central e local, os reitores do liceu cabo-verdiano estavam sujeitos a um tríplice controlo do Ministério da Educação Nacional (Direcção Geral e Inspecção do Ensino Liceal[350]), do Ministério das Colónias[351] e do Governador. A instituição, em 1944, da Direcção Geral do Ensino, no Ministério das Colónias, com o alegado propósito de "integração num sistema único, dos serviços já existentes no ultramar" (Decreto 33.541, de 21/2/1944) inscreve-se numa racionalidade administrativa centralizadora. Atente-se à disposição que determinava que "os governadores deverão enviar ao Ministro das Colónias, com as apreciações que lhe merecem, os relatórios dos […] inspectores, reitores e directores de estabelecimentos de ensino" (art. 11º, s*upra* citado decreto).

Os desvios ao cumprimento dos normativos exigiam a intervenção de instâncias fiscalizadoras, como o Conselho Superior de Disciplina das Colónias. Cita-se, a título exemplifico:

> "O reitor é acusado de não ter mantido a ordem na reunião extraordinária de Conselho Escolar de 23 de Novembro de 1936, o Dr. Tavares de, em 10 de Abril de 1935 e numa turma da 1ª classe constituída só por meninas, ter dado a descrição do aparelho urinário de homem como um dos pontos de exercício escrito de ciências; o Dr. Silva de, como presidente do júri de exames da 7.º classe de letras, em Julho de 1933, não ter procedido legalmente contra um examinado encontrado em fraude, na prova escrita, pelo reitor, combinando com êste para que não fôsse excluído o culpado e exercendo o combinado com o reitor, que era o Dr. Mesquita, dando ao examinando uma elevada classificação que o dispensou das provas orais; e Pombal de, sendo presidente do júri de exames de 1ª e 2.ª classes em 1933, ter revelado o conteúdo de algumas provas escritas, que por seu próprio punho copiou e deu a pessoas interessadas, e ter dado a saber a classificação de uma aluna antes da publicação do apuramento.
> […] Depois de recolher alguns elementos de prova requeridos pelo Dr. Silva, o inspector administrativo fez o seu relatório, em que concluí por propor que ao reitor Simões e ao professor Pombal fôsse aplicada o pena do nº 2º do artigo 218º da Reforma Administrativa Ultramarina e que se arquivasse o processo quanto aos Drs. Silva e Tavares, mas que a êste «seja recomendado por via da reitoria o maior comedimento nas suas relações didácticas

[350] A acção inspectiva era exercida pela Comissão Orientadora do Ensino Secundário (Decreto 16.814, de 2/5/1929) e pela Inspecção do Ensino Secundário (Decreto 36.507, de 17/9/1947).

[351] Considerando a diversidade de intervenientes no ensino nas colónias, em conformidade com a Carta Orgânica do Império Colonial Português, que atribui aos governos coloniais funções legislativas, dentro das quais cabe larga possibilidade de iniciativa no que respeita à orientação e progresso local dos serviços de ensino […], foi instituído no Ministério das Colónias, a Direcção Geral do Ensino para a qual transitam as atribuições da Administração Política e Civil relativas à instrução, missões e cultos. (Decreto-Lei 33.541, de 21/2/1944)

> com alunos do sexo feminino na regência da disciplina de ciências biológicas».” (*A*córdão, de 8/11/1940).

O poder último de decisão, mesmo em actos rotineiros como “a autorização de matrículas depois dos prazos legais”, cabia ao governador da colónia (Portaria 359, de 30/8/1932). É nesta teia de poderes que o “chefe do liceu” exercia o seu mandato, cumulativamente, com funções docentes. Os cargos de direcção eram remunerados com gratificações, em consonância com a legislação que se transcreve:

> “Atendendo à necessidade de adoptar algumas providências referentes aos liceus das províncias de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, Estado da Índia e Macau, e tendo em consideração o que representaram os respectivos governadores;
> Artigo 1.º É autorizado o governador da província de Cabo Verde e estabelecer a gratificação correspondente ao cargo de reitor do Liceu Nacional da Praia e bem assim, a rever a do reitor do Liceu Nacional Gil Eanes do Mindelo, bem como as dos cargos de vice-reitor, secretário, directores de ciclo e de instalações e chefe do pessoal menor dos dois liceus.” (Decreto 43.848, de 7/8/1961)

> “Mostrando-se conveniente rever as gratificações atribuídas aos reitores dos Liceus Gil Eanes, de S. Vicente, e do Dr. Adriano Moreira, da Praia, e ao director da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, dadas as responsabilidades inerentes ao cargo;
> Atendendo ao que propôs o Governo da província de Cabo Verde; Ouvido o Conselho Ultramarino; Usando da faculdade conferida pelo artigo n.º 3.º do artigo 150.º da constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:
> Artigo 1.º Os reitores dos Liceus de Gil Eanes, de S. Vicente, e do Dr. Adriano Moreira, da Praia, e o director da Escola Industrial e Comercial do Mindelo passam a ter o direito a uma gratificação mensal de 2.000$.” (Decreto 47 136, de 4/8/1966)

A centralidade do tema *liceu* na imprensa colocava a acção dos reitores sob a apreciação crítica “do cidadão (contribuinte e livre)”:

> “Sabemos que nesta altura do ano lectivo – no fim do primeiro período escolar – o serviço do Liceu se encontra desorganizado – falta de professores, horas por distribuir, cadeiras que não funcionam por falta de quem leccione, e um total de horas atribuídas a cada professor, que ultrapassa o que o bom senso e os interêsses de serviço reclamam.
> […] Nas três turmas do segundo ano não funcionam, por falta de professores, as disciplinas de Desenho, Ciências da Natureza, e a de Francês, que pelo programa deve ter quatro aulas semanais, está reduzida a duas, nas 2 turmas do 4º ano não funcionam as cadeiras de História e Desenho; na 6ª classe as de Letras, as de História, Filosofia e Alemão; na 7ª de Ciências a cadeira de Alemão.” (*Notícias de Cabo Verde*, de 12/12/1931)

A responsabilidade da situação descrita era atribuída ao reitor, “que assiste ao cáos de palanque, com a tranquilidade dos bonzos ao Sol, a contemplarem o umbigo e ainda por cima com a vantagem de meter nos bolsos cêrca de 500$00 de horas extraordinárias, tornadas possíveis pela redução do quadro docente” (*idem, ibidem*).

Componentes dos relatórios[352]

A apresentação de um relatório anual das actividades pedagógicas e administrativas realizadas constituía uma das obrigações do reitor. Competia-lhe "organizar e publicar, sempre que seja possível, o anuário do liceu e enviar ao Governo, frequentemente, relatórios circunstanciados sobre a forma como decorrem os serviços" (Decreto nº 3.019, de 17/4/1917). A partir de 1930, a apresentação do relatório passou a ser uma das atribuições obrigatórios requeridas aos reitores (Decreto-Lei 18.235, de 22/4/1930).

Com a necessária cautela, dada a limitação do *corpus* documental analisado (24 relatórios), ousamos compartilhar a opinião de Barroso que considera que "os relatórios elaborados pelos reitores oferecem alguma ambiguidade heurística [que] resulta da dupla natureza dos seus objectivos: como forma de mostrar a *integração* do liceu nas normas e orientações em vigor […] e, como forma de *diferenciação* de cada liceu em relação aos restantes" (1995, pp. 552/553). As prescrições minuciosas, que guiavam a redacção dos relatórios[353], cerceavam a liberdade de auto-análise da administração escolar. O importante era justificar o (in)cumprimento de cada norma. Em vez de uma reflexão sobre as questões educativas e pedagógicas, trata-se de uma meticulosa prestação de contas, suportada por um cúmulo de registos documentais e estatísticos.

Edifício e suas dependências

Foi tema abordado em todos os relatórios consultados. Não dispondo o liceu de edifício próprio, no tempo considerado, as queixas dos reitores incidiam na precariedade das instalações, com reparos à inadequação das salas à função pedagógica e à falta de luz, de ventilação e de instalações sanitárias. O carácter improvisado dos espaços teve reflexos na disciplina de Educação Física (a falta de ginásio foi referida em todos os relatórios), na funcionalidade dos gabinetes de Ciências Naturais, Física e Química e nas oportunidades de convívio (ausência de recreios, de salas de conferências e de festas). Apenas em 20,8% dos relatórios a apreciação da qualidade das instalações mereceu a classificação de regular.

[352] O anexo 7 apresenta as informações resumidas dos relatórios dos reitores do Liceu Gil Eanes (incluindo da Secção da Praia).

[353] Os relatórios anuais dividiam-se em grandes rubricas: A – O edifício e suas dependências, B – Pessoal do liceu, C – Os ciclos, D – As instalações, E – Obras circum-escolares, F – Higiene e saúde escolar, G – Administração escolar e H – Parte final), além de anexos com estatísticas e gráficos. (Barroso, 1995, p. 545). Por Despacho, de 30/6/1938, foram especificadas normas precisas para os relatórios liceais.

O reitor Joaquim Jaime Simões comparou o investimento realizado no liceu de Mindelo, com todos os Gabinetes e Biblioteca, "com as despesas feitas no Liceu de Jaime Moniz, do Funchal: - […] neste Liceu - 255$30; no Liceu de Jaime Moniz, do Funchal - 9.378$35" (Relatório, de 25/8/1936, p. 38). No mesmo sentido crítico, a apreciação do reitor José Diogo Luiz Terry às adaptações do edifício do liceu:

> "As adaptações nem sempre satisfazem cabalmente aos fins em vista, sobretudo quando os edifícios têm que obedecer a certos e determinados meios de higiene e pedagogia.
> […] As salas de aula do rez-do-chão, pois estas além de pequenas não têm na maior parte a ventilação necessária, e como tal não satisfazem cabalmente aos modernos preceitos de pedagogia e higiene.
> […] O gimnásio, isto é, a sala a que pomposamente se dá este nome, é muito pequena, quente, pouco higiénica e sem o material didáctico indispensável ao bom ensinamento de tal disciplina." (Relatório, de 21/12/1939, pp. 26/27).

Dezanove anos depois, Baltasar Lopes da Silva insistia na inadequação das instalações do liceu "saído de sucessivas adaptações":

> "O liceu não tem recreios, não tem campos de jogos, não tem ginásio; a Mocidade Portuguesa está instalada (a sua secretaria) numa salinha que era uma espécie de arrecadação; como recinto arejado para o recreio só dispomos de um pátio interior, que mal consente a população escolar feminina; o liceu não tem salas de estudo, para os rapazes e raparigas e são a grande maioria, que não dispõem em suas pobres casas de alojamento para prepararem as suas lições; a disposição do edifício é tal e o acanhado das suas proporções de tal maneira, que basta que um professor falte ou que aconteça uma interrupção nos tempos lectivos do horário do dia para que não haja dentro dele silêncio «exterior» indispensável à boa leccionação." (Relatório do reitor, 1957/58, s/d, p. 39)

No tempo da segunda Grande Guerra, parte das dependências do liceu foram cedidas à Câmara Municipal, ocupada para alojamento do Corpo Expedicionário Português[354]:

> "O edifício por motivos estranhos aos serviços docentes e relacionados com a permanência do Corpo Expedicionário, teve de ser restringido na sua serventia para o serviço do Liceu, pois o Salão da Biblioteca está presentemente servindo de Câmara Municipal. Com isto se desorganizaram os serviços da biblioteca, arrumando-se os livros numa pequena dependência à espera que voltem para o local primitivo quando a Câmara puder ocupar o edifício anexo de que se falava no relatório anterior e que se estava a deteriorar." (Relatório, 1940/41, s. d, p. 1)

Pessoal docente e discente

Em 91,6% dos relatórios constam listas nominais do pessoal dirigente (reitores, vice-reitores e directores de classe e de ciclo[355]), do pessoal docente, administrativo e menor[356].

[354] Em 30 de Abril de 1941, desembarcaram em Mindelo 1.000 expedicionários portugueses, número que foi aumentado até Maio de 1942, para perfazer então, um total de cerca de 6.000 soldados. Este assunto é abordado na III Parte, 2.3. "Imprensa académica e juvenil".

Apesar das lacunas de informação, conseguimos apurar dados sobre o quadro de professores (género e categorias profissionais)[357], cuja instabilidade era um dos "problemas mais instantes do liceu", conforme o balanço dos anos lectivos de 1945/46 e 1949/1950:

> "O problema mais grave e o que maior valor assume neste momento é o da inconsistência do corpo docente – aproximando-se o Liceu duma crise que poderá trazer consequências tão funestas como a interrupção da vida escolar.
> Desde sempre se tem verificado a relutância com que os professores efectivos – legalmente preparados para o exercício da função docente liceal – se deslocarem até esta Colónia. Este facto por constante e repetido tem de ser examinado nas suas determinantes para se encontrar uma solução satisfatória com a eliminação ou notificação dos elementos ou modificação dos elementos que levam àquela atitude.
> Podem estes elementos ser identificados da seguinte maneira:
> a) A má impressão que da Colónia se tem nos meios continentais;
> b) A exiguidade do vencimento que não é de molde a animar a vinda de diplomados.
> […] Ao reitor cabe-lhe apresentar as possíveis soluções. […] Dentro destas há-as consideradas difíceis no momento actual, como seja a da equiparação dos vencimentos dos professores do Liceu Gil Eanes aos dos professores dos liceus em Angola." (Relatório, 1945/46, s/d p. 1)

> "Além da remodelação do quadro, para o adaptar aos novos planos de estudo e às exigências da população escolar, como já propusemos, impõe-se uma medida que dê a necessária garantia de estabilidade ao quadro docente e evite a repetição de casos, que vêm sendo moeda corrente, nos últimos anos, de professores virem para esta Colónia com o mero instinto de se efectivarem, retirando-se após escassos meses de serviço." (Relatório, de 11/12/1950, p. 29)

O perfil do corpo discente é analisado em mapas com indicadores de frequência e de resultados e em referências a actos de transgressão às atitudes e normas convencionadas. Na organização das turmas prevaleceu o critério da *separação por sexos* (nas primeiras turmas)[358], admitindo-se nas últimas turmas (mistas) alunas e alunos, que excediam os limites fixados para a constituição dos efectivos.

---

[355] Tal como já se encontrava subjacente no Regulamento de 14 de Agosto de 1895 (e aparece definido no Estatuto de 1947, para o director de ciclo) em todos os Estatutos e Regulamentos elaborados neste período, o director de classe exerce a sua acção em três grandes domínios: os trabalhos dos professores; o comportamento dos alunos; as relações com os encarregados de educação" (Barroso, 1995, p. 320). A partir dos anos 50 o próprio conceito de "classe" diluiu-se passando a ser identificado como "ano de escolaridade". Do ponto de vista administrativo a unidade organizativa é o ciclo, mas do ponto de vista pedagógico a "turma" começa a ganhar grande projecção (*ibidem*, p. 328).

[356] O volume considerável dos relatórios (média de 42 páginas) deve-se à inclusão das listas nominais do pessoal docente, discente, administrativo e auxiliar.

[357] Os dados sobre a composição do corpo docente e discente do liceu são apresentados nos sub-capítulos "Professores: educadores e funcionários" e "Registos identitários dos alunos", bem como nos anexos 8 e 9.

[358] No *corpus* documental constituído por 546 relatórios dos reitores portugueses, João Barroso inventariou 14 tipos de critérios para a organização das turmas. Destacamos os seguintes: "Reservar as «últimas turmas» (por ordem alfabética) para os alunos mais velhos e repetentes"; "Utilização de critérios unicamente baseados na separação dos sexos, e quando for necessário criar turmas mistas por sobrarem raparigas que não cabem nas turmas femininas, completar o efectivo «só com os rapazes mais novos»" e "As turmas do 1º ano são organizadas por idades e nível social, sendo mantidas nos anos seguintes". (Barroso, 1995, pp. 654/655).

Aulas e coordenação do ensino

O cumprimento do calendário escolar (de 1935/36 a 1957/58) era avaliado segundo a proporção de aulas previstas e realizadas. No período documentado pelos relatórios, a taxa de aulas não realizadas (11,0%) (quadro seguinte) foi explicada por diversos factores: "a concentração das disciplinas de Filosofia, Alemão e Geografia, nos cursos complementares, pela necessidade de reduzir despesas" (Relatório, de 5/8/1936, p. 31); "o facto de o Liceu ter estado fechado durante alguns dias[359], por terem sido nomeados tardiamente os professores interinos" (Relatório, de 27/4/1938, p. 33) e pela "interrupção do funcionamento das aulas devido à gripe asiática" (Relatório, 1957-58, s/d, p. 31).

Quadro 32 – *Indicadores do cumprimento do calendário escolar*

Ano lectivo	Liceu	Nº aulas previstas	Nº aulas realizadas	Taxas de realização
1935-36	Infante D. Henrique	9.627	8.871	92,1%
1936-37	Infante D. Henrique	9.273	8.577	92,5%
1937-38	Gil Eanes	7.495	6.239	83,2%
1938-39	Gil Eanes	8.610	7.374	85,6%
1939-40	Gil Eanes	5.627	4.311	76,6%
1940-41	Gil Eanes	8.924	7.878	88,3%
1941-42	Gil Eanes	6.821	6.257	91,7%
1942-43	Gil Eanes	8.984	7.935	88,3%
1943-44	Gil Eanes	5.509	4.301	78,1%
1944-45	Gil Eanes	8.806	7.544	85,7%
1949-50	Gil Eanes	11.780	10.223	86,8%
1951-52	Gil Eanes	14.456	12.866	89,0%
1952-53	Gil Eanes	14.074	13.174	93,6%
1953-54	Gil Eanes	14.908	13.303	89,2%
1954-55	Gil Eanes	14.679	13.511	92,0%
1955-56	Secção do Gil Eanes - Praia	5.942	5.561	93,6%
1956-57	Gil Eanes	15.730	14.489	92,1%
1956-57	Secção do Gil Eanes - Praia	5.865	5.357	91,3%
1957-58	Gil Eanes	15.653	14.040	89,7%
1957-58	Secção do Gil Eanes - Praia	5.979	5.089	85,1%

(Relatórios dos reitores, anos referidos)

A configuração colegial de gestão – malgrado a centralidade da figura do reitor – tecia uma rede de encontros de coordenação e de controlo interno. O poder reitoral afirmava-se no exercício de coesão inter-conselhos e nos contactos (in)formais com professores e alunos, conforme o testemunho do reitor, Joaquim Jaime Simões:

[359] Por causa da extinção do Liceu Infante D. Henrique pelo governo colonial. Consultar II Parte, 2.2. "O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania".

> "A acção do reitor consiste, principalmente, em regular e mandar aplicar todas as disposições regulamentares relacionadas ao ensino; e assim para que a sistematização se pudesse fazer na sua generalidade e com uma boa finalidade recorri, em todas as emergências, à acção dos conselhos pedagógicos e disciplinares e ainda por vezes ao escolar.
> A minha acção directiva fez-se sentir em todos os ramos de actividade pedagógica, cultural e escolar do Liceu e ainda circum-escolar; visitei por várias vezes as aulas dos professores para assim poder constatar os métodos aplicados, observei os cadernos diários dos alunos, nas várias turmas, consultei os livros de ponto para efeito dos programas dados, usei da palavra em todas as sessões culturais e solenes, dirigi visitas de estudo e excursões escolares, orientei todos os trabalhos da Associação Escolar, etc." (Relatório, de 21/12/1939)

A coordenação pedagógica exercia-se no Conselho de Escola, no Conselho Pedagógico e Disciplinar e no Conselho dos Directores de Ciclo. Como refere João Barroso, nos conselhos "os reitores transmitem as suas orientações sobre um determinado assunto (directamente, ou nos casos em que não é possível, por delegação, no director de ciclo), recolhem informações e ensaiam, em alguns casos (e em função do seu estilo próprio de gestão), formas incipientes de participação consultiva" (1995, p. 678). O Conselho Escolar[360], que integrava os professores efectivos[361], dotado com funções deliberativas (eleger o reitor, o vice-reitor, o secretário, os directores de classe e de instalações) (Decreto 4.799, de 8/9/1918), passou a ter, apenas, funções consultivas de carácter pedagógico e de apoio ao reitor (Decretos 20.741, de 18/12/1931 e 36.508, de 17/9/1947).

Os reitores dos liceus do arquipélago afirmaram ter realizado "todas as reuniões exigidas por lei" (25% dos relatórios), ter reunido duas a cinco vezes por ano (41,6%), não havendo referências ao Conselho Escolar nos relatórios referentes aos anos de 1922/23, 1925/26, 1931/32 e 1936/37 (17%). O Conselho de Directores de Classe, criado em 1917 (Decreto 3.091, de 17/4), dedicava-se à classificação do aproveitamento escolar dos alunos, em cada período e no fim do ano lectivo. O Conselho Pedagógico e Disciplinar reunia o reitor e os directores de ciclo (Decreto 27.084, de 14/10/1936). A gestão dos tempos e dos espaços iniciava-se com a organização dos horários, exercício de planificação sujeito a parâmetros psicopedagógicos[362], à conciliação com outros tempos (familiares e sociais) e à disponibilidade de recursos financeiros, materiais e humanos.

[360] Conforme o Regulamento de 1918, o *conselho escolar* reunia-se "por direito próprio e pelo menos 1 vez por período". O Estatuto de 1931 preconizava uma reunião "no começo do ano + 1 vez por período" e o de 1947, reduzia a "1 reunião o início do ano lectivo" (Barroso, 1995, p. 314).
[361] A partir de 1947, o médico escolar participava no Conselho Escolar (Decreto 36.508, de 17/9).
[362] Segundo o Decreto 4.650, de 14/7/1918, "em dia nenhum os alunos poderão ter mais de quatro aulas de coeficiente elevado de fadiga mental" (art. 13º).

Os dados da frequência e os resultados escolares são apresentados em tabelas complexas, de difícil interpretação dada a disparidade de critérios no cálculo dos indicadores. A partir de 1949-50 foram divulgados os resultados dos exames de admissão à 1ª classe dos liceus, que "infelizmente testemunham os números que sinalam o rendimento útil do nosso ensino secundário que, a despeito da progressiva violência das selecções que no seu seio se operam, o nível dos estudos baixa sucessivamente, porque baixa precisamente na medida em que se acentua o aumento da respectiva frequência" (Decreto-Lei 25.461, de 5/6/1939). O quadro 33 sintetiza os resultados dos exames de admissão aos liceus, na década de cinquenta:

Quadro 33 – *Número e percentagem de alunos aprovados nos exames de admissão ao liceu, década de 50*

Ano lectivo	Liceu	Alunos de Mindelo		Alunos da Praia	
		Nº	Percentagem	Nº	Percentagem
1949/50	Gil Eanes	266	51,7%	22	63,4%
1952/53		216	75,4%	77	53,2%
1953/54		158	69,6%	98	56,1%
1954/55		182	56,4%	83	67,4%
1955/56	Secção do Gil Eanes: Praia			139	53,6%
	Gil Eanes	205	63,0%		
1956/57	Secção do Gil Eanes: Praia			149	53,6%
	Gil Eanes	154	62,4%		
1957/58	Secção do Gil Eanes: Praia			164	41,6%
	Gil Eanes	184	72,8%		

(Relatórios dos reitores, anos referidos)

"*Operacionais*, *funcionais, funcionários e especialistas* eis algumas zonas de conflitualidade do papel dos professores na organização da escola que os relatórios deixam transparecer" (Barroso, 1995, p. 697). A análise dos relatórios dos reitores dos liceus de Cabo Verde deixa transparecer dificuldades na coordenação das disciplinas de cada classe e na supervisão do trabalho docente, uma diferenciação (em direitos e regalias) de professores metropolitanos e cabo-verdianos e a marginalização da cultura islena no *constructo* ideológico do liceu colonial.

Actividades circum-escolares

Contempla as acções da *Associação Escolar* e da *Mocidade Portuguesa*, bem como as informações sobre *as aprendizagens úteis fora do plano de estudos*, *sessões culturais, cinema escolar, exposições* e *comemorações, festas* e *jogos escolares* (Despacho da

Direcção Geral do Ensino Liceal, de 7/5/1938). A *Associação Escolar* promovia festas para angariação de receitas aplicadas em benefícios educativos. Alguns relatórios são lacónicos neste domínio, referindo-se apenas "à acção beneficente, cultural e desportiva" (1941/42; 1943/44 a 1945/46; 1949/50 a 1952/53). As esparsas informações sobre a *Mocidade Portuguesa* atestam a fraca implantação dos Centros Escolares[363] (referidos em 47,4% dos relatórios posteriores a 1936). Exemplificamos a afirmação com excertos de dois relatórios do reitor Joaquim Jaime Simões:

> "Não funcionou ainda neste Liceu, esta prestimosa colectividade, apezar dos esforços e boa vontade desta Reitoria. Fez-se a inscrição obrigatória dos alunos do 1º ciclo, e a voluntária dos outros alunos, num total de 305 filiados. Foi a quanto se resumiu a acção da Mocidade neste Liceu." (Relatório do reitor, de 23/4/1938, p. 49)

> "[Mocidade Portuguesa] Começou a funcionar, com bastante actividade, algum tempo antes da visita de Sua Excia o Presidente da República, e sob a direcção do Snr. Capitão Ferreira Pinto. […]. Ao snr. Comandante, foram dadas, por esta reitoria, todas as facilidades no sentido de todos os exercícios terem melhor eficiência." (Relatório do reitor, de 31/12/1939, pp. 49/50)

Para além da época dos exames, tempo de comunicação (por vezes, tensa) entre a escola e a comunidade, a sociedade "entrava" na escola nas sessões de abertura do ano lectivo (referidas em todos os relatórios), por ocasião das comemorações do 28 de Maio e do Dia de Camões. A contrastar com a ideologia dominante, os relatórios registaram a organização de palestras sobre temática cabo-verdiana: "Comemorações do 20º aniversário da fundação do liceu" (Relatório, de 27/4/1938, p. 74); "Ruínas da Cidade Velha" (Relatório, 1939/40, s/d, p. 22), "As festas do aniversário da Academia Cultivar"[364], (Relatório, 1940/41, s/d, p. 21) e "O problema das crises em Cabo Verde" (Relatório do reitor, 1945/1946, s/d, p. 19).

A rubrica *festas escolares* contém referências a récitas, a actuações de grupos orfeónicos, a tunas e a bailes com a finalidade da obtenção de receitas em benefício da Caixa Escolar do Liceu:

> "No dia 1 de Dezembro de 1938 realizou-se, no Éden Park, uma récita académica, só com os alunos do Liceu, em benefício da Caixa Escolar do Liceu, tendo-se feito a reprise desta récita em 17 do mesmo mês e ano.
> No dia 17 de Fevereiro de 1939 realizou-se um chá-dançante, para alunos e professores, em benefício da mesma Caixa.

[363] Tema desenvolvido na II Parte, 2.3.3 "A Mocidade Portuguesa".
[364] Academia criada por alunos do Liceu Gil Eanes (1937-1945). Este tema é desenvolvido na III Parte, 2.3. "A imprensa académica e juvenil".

> No dia 27 de Maio de 1939 um baile púbico com o fim principal de se arranjarem fundos para auxílio da compra dos brindes a oferecer a Suas Excias o Presidente da República e o Ministro das Colónias.
> Em 28 do mesmo mês e ano um chá-dançante, para alunos e professores, em benefício da Caixa Escolar" (Relatório, de 21/12/1939, s/d, p. 49)

Segundo João Barroso, os bailes de finalistas foram "das poucas festas «civis» que tinham conseguido sobreviver em alguns liceus [ao poder da Mocidade Portuguesa], juntamente com «récitas de alunos»" (1995, p. 782). A imagem pública do liceu era promovida nas *exposições* de trabalhos *escolares* e nas *competições desportivas,* por vezes irrealizáveis por "falta de recinto de jogos":

> "É já velha tradição realizar-se a exposição anual de Desenho e Trabalhos Manuais no dia 10 de Junho. Na exposição deste ano como aliás nas dos últimos anos, figuraram também alguns trabalhos de Escultura da autoria de um Aluno que hoje estuda na Escola de Belas Artes do Porto como bolseiro do Fundo Pedagógico.
> […] Muita falta faz um recinto de jogos no Liceu. Dispomos apenas de um páteo interior e um quintal, cujas dimensões e situação não permitem que sejam utilizados como campos de jogos.
> Mesmo assim, realizou-se o habitual torneio de volley-ball entre turmas e alguns jogos de basket-ball." (Relatório, de 10/12/1953, p. 37)

A leitura dos relatórios dos reitores permitiu-nos reconstituir os passeios escolares[365] e as visitas de estudo dos alunos mindelenses (Quadro 34), que foram interrompidas em tempos de insegurança e de dificuldades económicas:

> "As excursões menores foram prejudicadas pela vinda do Batalhão Expedicionário que tornou interditos os locais de costume devido às obras de defesa militar. Os pequenos recursos desta ilha não permitem, mesmo em tempo normal, visitas proveitosas." (Relatório, 1940-41, s/d, p. 21)

> "As condições do meio não permitem que se dê a este sector da actividade liceal e expansão desejável. Com estradas em estado precário e sem meios de segurança de transporte colectivo, não me pareceu aconselhável organizar excursões." (Relatório, de 10/12/1953, p. 36)

Quadro 34 – *Visitas de estudo dos alunos do liceu de Mindelo*

Tema	Local	Fonte
Natureza	Ribeira Julião: "estudo prático das plantas".	Relatório, de 5/8/1936
Fábricas	Favorita, Sabão e Óleos, de Tabaco e de Serração.	Relatórios referentes aos anos 1935/36 a 41/42; 44/45; 45/46; 1952/53; 1955/56 a 1957/58.
Instituições	Observatório Meteorológico; Estação de Telegrafia Sem Fios; Central Eléctrica; Missão de Estudo das Endemias; Matadouro Municipal.	
Outros	Submarino português "Golfinho"; Submarino brasileiro; Navios de guerra "Sagres" e "Vouga"; Navio-escola "Almirante Saldanha" (brasileiro).	Relatórios, 1937/38 a 1939/40.

[365] Nos *passeios escolares*, os alunos visitaram a ilha de S. Vicente (Praia de João Évora; Morro Branco; Ribeira de Julião; Baía das Gatas; Ribeira da Vinha; Calhau e Vulcão de Viana). Foi organizada "uma excursão grande até à ilha de Santiago, […] procurou-se que fossem os alunos, eles próprios, a prepararem e a prevenir todos os pormenores" (Relatório, de 31/12/1945).

A Associação dos Pais dos Alunos do Liceu Central Infante D. Henrique (Estatutos, de 9/2/1935), existia "mas só *in-nominé* […], não tendo havido possibilidade de a mesma entrar em contacto com o reitor ou os restantes corpos directivos do Liceu", conforme declaração de Joaquim Jaime Simões, que considerava que "um mútuo entendimento entre o Liceu e os elementos que constituem a Associação, só trará benefícios e poderá canalizar o ensino para melhor finalidade" (Relatório, de 21/12/1939, p. 50). Estatutariamente, a associação esperava que o reitor convidasse "o presidente e os vogais[366] da direcção para assistirem e colaborarem nas sessões do Conselho Escolar em que se tratem assuntos de natureza estritamente pedagógica".

Higiene e saúde escolar

António Nóvoa considera que o Estado Novo dedicou "grande atenção à saúde escolar, articulando-a intimamente com a educação física e a educação moral e, mais tarde, com a Mocidade Portuguesa" (2005a, p. 99). Não foi dedicada similar atenção no liceu colonial, a atender às declarações dos reitores:

> "Não houve neste ano, pela primeira vez, a instrução de ginástica e desportos para educação física.
> Estou certo que esta falta prejudicou os alunos, que com tais exercícios se tornam mais disciplinados e submissos.
> Embora não houvesse aqui registos por falta de médico escolar, notava-se nos anos anteriores considerável desenvolvimento físico nos alunos, devido, sem dúvida, aos exercícios que praticavam; por isso sou de opinião favorável ao ensino da ginástica"
> […] Gimnasio – Pessimamente instalado, numa sala pequena e sem condições nem higiénicas nem desportivas, precisa ser doravante apetrechado para o fim a que é destinado. Necessita a mocidade escolar duma sã e sólida cultura física para poderem receber, com agrado as outras culturas, a moral e a científica. Só assim se poderá tornar essa mocidade útil aos seus e à Pátria que nela deposita as suas melhores esperanças." (Relatório, de 31/7/1923)[367]

Não tendo o liceu um médico escolar permanente[368], os reitores recorriam aos serviços do delegado de saúde e director do hospital da cidade: Dr. Elísio Dias da Fonseca (relatórios, de 23/4/1938 e de 21/12/1939) e Dr. Gladstone Sócrates da Piedade e Costa (relatórios de 1941-42 e 1942/43, s/d; de 26/12/1944; de 31/12/1945). Extraímos dos relatórios textos comprovativos da importância do discurso higienista no liceu:

[366] A Associação dos Pais dos Alunos do Liceu Central do Infante D. Henrique tinha como presidente o Dr. Francisco Augusto Regala e Vice-Presidente, Augusto Manuel Miranda. Os vogais eram Joaquim Maria Feijóo, Daniel David Cohen, Joaquim da Silva Branco, António José Delgado, Manuel João de Oliveira, José Pereira Jardim, Marcelo Leitão, João Augusto Martins e João Domingos Serradas (art. 20º, Estatutos, de 9/2/1935).
[367] Publicado no *Boletim Oficial*, de 25/8/1923.
[368] Este tema foi analisado no sub-capítulo anterior "Espaços, tempos e práticas curriculares".

> "Sob proposta do reitor teve êste Liceu, êste ano e pela primeira vez, médico escolar, cujas funções foram atribuídas, gratuitamente, ao Capitão-Médico, Dr. Elísio Dias da Fonseca. Da parte dêste Senhor houve a melhor das boas vontades em bem desempenhar as funções do seu cargo, mas não tendo o Liceu aparelhagem alguma para o fim em vista, pouco pôde fazer.
> Foram vacinados todos os alunos e inspeccionados, conforme os dizeres da ficha seguinte:
>
> Altura e idade
> Auscultação: pulmões, coração e outros órgãos
> Medidas torácicas: inspiração e expiração
> Defeitos físicos
> Foi vacinado? Foi revacinado?
> Observações." (Relatório, de 27/4/1938, pp. 49-50)

> "Atendendo ao muito trabalho deste funcionário [delegado de saúde], devia-se criar uma verba para o pagamento de um médico escolar a fim de poder dar cumprimento ao exigido. Sobre as condições higiénicas do Liceu, com quanto o médico escolar não se tenha pronunciado, deixam muito a desejar, pois as instalações sanitárias se encontram em péssimas condições e sem água, para uma população de cêrca de 400 pessoas." (Relatório, 1940-41, s/d, p. 21)

Na *parte final* dos relatórios, os reitores recuperavam os temas mais candentes, sob a forma de queixas, sendo as mais frequentes relativas à inadequação das instalações (em 95,8% dos relatórios) e à falta de professores (79,1%). A prestação de contas dos "chefes dos liceus" era complementada com relatos mais detalhados dos directores de classe e dos directores das instalações.

A rigidez formal do relatório-anuário condicionou a "memória" dos reitores, valorizando o perfil de *delegado da administração*, em detrimento da missão de *orientador pedagógico.* A par do refúgio em dados numéricos e quesitos mecânicos, emergem aspectos relacionais, estratégias educativas locais e tímidas reivindicações de autonomia filtradas na teia retórica de fidelidade ao ideário do Estado Novo.

Reitores cabo-verdianos

O liceu cabo-verdiano foi arquitectado como uma instância de dominação, sob o comando do reitor (em 85,7% dos casos proveniente da metrópole), *administrador-delegado* do governo colonial. Os três reitores cabo-verdianos – Adriano Duarte Silva (1927-1929; 1933-1936), Baltasar Lopes da Silva (1949-1960; 1965-1969) e Antero João de Barros (1960-1961) – tiveram um notório protagonismo e maior durabilidade média dos mandatos (representaram 36,9% do tempo total).

O reconhecimento social do reitor cabo-verdiano foi visível nas circunstâncias da sucessão de Antero de Barros, em 1962, como reitor do Liceu Gil Eanes (Mindelo). O antigo reitor revelou:

> "*Quando vi que tinha de vir para a Praia, montar os Serviço de Educação, indiquei o nome de João Quirino*[369] *para me substituir na reitoria do Liceu. Só que o [governador] Silvério Marques já tinha prometido o lugar ao Antero Simões. Os alunos sabiam que eu tinha indicado o Quirino e não gostaram que fosse o Simões a assumir o lugar. Lembro-me que foi em Outubro de 1962. Os alunos assaltaram o Liceu à noite e escreveram «Fora Semente de Manga» e «Viva João Quirino». Na manhã seguinte, o Simões chega e dá com aquilo e fecha as portas do Liceu; os alunos, como não tiveram aulas, desfilaram pelas ruas da cidade, aos pulos. Eu estava em Nova York*[370]*, o Norberto Gomes e o Moacyr Rodrigues escreveram-me a contra tudo o que se tinha passado. Quando regresso, em Dezembro, fui intimado a ir pregar declarações na Pide. Muitos alunos foram expulsos de todos os liceus portugueses. Fiz um parecer sobre o caso, o que levou o governador a rever a essa decisão. Fui a S. Vicente levar a decisão. Prevendo novos aborrecimentos convoquei o Augusto Santos, o Antero Simões, a professora Artemisa Madeira, também portuguesa… Ela e o Simões barafustaram, dizendo as coisas mais horríveis sobre a governação de Cabo Verde. Imediatamente, instaurei-lhes um processo disciplinar. O Simões levou o seu à Pide e foi ela que respondeu. O assunto foi levado ao Conselho de Disciplina, que confirmou a pena que eu propunha. O Sacramento Monteiro, que já tinha substituído o Silvério Marques, viu-se atrapalhado. Contactou o Ministério do Ultramar. A Artemisa foi transferida para Portugal e o Simões para Angola*. No dia em que deixou Mindelo, os estudantes em massa foram despedir-se de Antero Simões no cais, atirando-lhe sementes de manga[371]." (Lopes, 2002 [1994], pp. 286/287)

O conjunto de reflexões sobre a governabilidade da instituição liceal, permite-nos compreender o papel dos reitores cabo-verdianos na construção de uma mundividência humanista das coisas da natureza e do homem. Enredados em jogos de concertação da ordem estabelecida com os desvios de afirmação da cabo-verdianidade, foram exímios no domínio de relações estratégicas entre grupos de poder e de influência política e cultural.

2.2.2. Professores: educadores e funcionários

A categoria profissional *professor* foi forjada num contexto de justaposição de culturas escolares: "a cultura empírico-prática construída no exercício da docência; a cultura ligada ao desenvolvimento do conhecimento especializado e a cultura associada ao

[369] João Quirino Spencer foi professor do ensino liceal e vice-reitor do Liceu Gil Eanes (Portaria, de 24/9/1965; Portaria, de 9/9/1970).

[370] Antero João de Barros integrou, com o cabo-verdiano Aguinaldo Veiga e o guineense James Pinto Bull, a delegação portuguesa à XXII sessão da Assembleia Geral da ONU em Nova York. […] Amílcar Cabral compareceu à Assembleia Geral, tendo, inclusive, discursado a 12 de Dezembro. *«No dia em que ele discursou, eu e o Aguinaldo fomos ouvi-lo. Aquilo marcou-nos. E passámos a ter sempre alguém a acompanhar-nos.»* Antero de Barros prossegue a narrativa, dizendo: *«Jantámos várias vezes, para ser específico, quatro vezes, e em todas elas, foi o Aguinaldo a pagar a conta»* (Lopes, 2002 [1994], p. 288).

[371] As sementes de manga representavam a rejeição do reitor Antero Simões, que tinha a alcunha "semente de manga" devido ao formato oblongo da cabeça. (Informação de Carlos Alberto Fonseca, 6/2/2009).

discurso político-institucional" (Escolano Benito, 2000, pp. 202-203). As três dimensões modelaram o perfil do *professor do ensino liceal*, dotando-o de um *ethos* profissional com atributos de técnico, de intelectual, de educador e de funcionário público. A identidade profissional do docente foi, ainda, modelada pelo prestígio da formação universitária e pelo valor social do acto de ensinar no liceu, a instituição mais prestigiada no arquipélago.

Diferenciação orgânica

O estatuto profissional consagrou uma diferenciação orgânica em função da suposta detenção de um *corpus* de saber especializado e da importância conferida às disciplinas escolares. A tabela de vencimentos, anexa ao primeiro Plano Orgânico da Instrução Pública (1917), comprova a subvalorização do professor de ginástica, que auferia um vencimento inferior ao dos colegas que regiam outras disciplinas:

Quadro 35 – *Quadro dos professores do Liceu Nacional e seus vencimentos*

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
Professores efectivos	600$	600$	1.200$
2 – 1º grupo – Português e Latim	600$	600$	1.200$
1 – 2º grupo – Português e Francês	600$	600$	1.200$
1 – 3º grupo – Inglês	600$	600$	1.200$
1 – 4º grupo – Geografia e História	600$	600$	1.200$
1 – 6º grupo – Ciências naturais	600$	600$	1.200$
1 – 7º grupo – Ciências físico-químicas	600$	600$	1.200$
1 – 8º grupo – Matemática	600$	600$	1.200$
1 – 9º grupo – Desenho e Geometria	600$	600$	1.200$
1 Professor de Ginástica	600$	300$	900$

(Tabela E., Decreto 3.435, de 8/10/1917, p. 4)

A Língua Portuguesa e a Matemática "pareciam ocupar um lugar destacado no conjunto dos outros saberes integrados noutras áreas disciplinares", enquanto "os professores de Lavores Femininos, Canto Coral e Educação Física[372] não tinham adstritos nenhum grupo disciplinar próprio" (Resende, 2003, p. 321). A depreciação destas áreas do saber provocou inúmeros protestos. Adolfo de Oliveira, professor interino de Educação Física e de Higiene, reclamava "em matéria de vencimento e horário, tratamento igual aos demais professores":

[372] Esta prática manteve-se em outras disposições legais. A Portaria 606, de 10/11/1920, estabelecia para os professores do ensino liceal um vencimento de categoria de 900$, e de exercício no mesmo valor e para o professor de ginástica uma "gratificação" de 600$.

> "A Educação deve ser integral, – principio dotado da antiguidade e definido nas seguintes palavras de Montaigne: «Não é uma alma, não é um corpo que se dirige; é um homem». Esta concepção implica uma igual importância às duas educações: a da alma e a do espírito.
> […] Assim pensando, o professor de Educação Física e Higiene dum Liceu, é tanto professor como o de outras disciplinas. O seu trabalho não é menos exaustivo, pelo contrário, e a sua cultura não deve ser inferior.
> […] As turmas, contra os preceitos pedagógicos e higiénicos, estão congestionadas com sessenta e setenta alunos, – o que torna impossível ministrar-se gimnástica ortopédica – congestionamento esse que resulta do facto de não haver horas suplementares para o professor respectivo, que assim é obrigado a leccionar, em dezasseis aulas semanais, as noções de Cultura Física e as de Higiene, que também lhe competem pela nova Reforma do Ensino Secundário, a uma população escolar sempre crescente.
> Por tudo quanto fica exposto, […] o professor de Educação Física e Higiene no Liceu desta Colónia, roga a V. Ex.ª que lhe seja dado em matéria de vencimento e horário tratamento igual ao dos demais Professores do referido Liceu." (Exposição, de 17/8/1937)[373]

A integração de saberes distintos, num mesmo grupo de disciplinas, advinha do "pressuposto que ao professor do liceu bastava deter um denominado saber geral, ou a denominada cultura geral, para estar devidamente preparado para enfrentar o desafio de ser conduzido a preleccionar conhecimentos que, à partida, não tinham sido objecto de aprendizagem durante o seu percurso universitário" (Resende, 2003, p. 322). A visão holística do conhecimento, aliada às habituais restrições orçamentais, explica a diversidade de disciplinas leccionadas pelo mesmo professor (a título de exemplo: Henrique Owen Pinto leccionou, em simultâneo, as cadeiras de Inglês, Desenho e Matemática (horários, de 6/10/1919; de 16/10/1920). Em inícios da década de sessenta, esta situação foi legitimada pela Portaria 20.919, de 17/11/1964, ao estabelecer que "independentemente da sua colocação nos grupos […] podem todos [os professores] ser obrigados a reger quaisquer outras disciplinas para cujo ensino o reitor lhes reconheça competência" art. 85º). Assiste-se à hegemonia da cultura empírica em relação à cultura científica.

Categorias profissionais

Na revista *Labor* o professor Guilherme de Figueiredo Pimentel (1957, p. 632) definiu o universo do *bom profissional do ensino*. Tendo em consideração" as profundas modificações das condições sociais, o desenvolvimento da técnica, os progressos da ciência, as variações dos programas e dos métodos escolares" (Pimentel, 1957, p. 632), ao

[373] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

bom *profissional de ensino* foram outorgadas qualidades físicas, intelectuais e morais (sintetizadas no quadro seguinte).

Quadro 36 – *As qualidades do bom profissional de ensino*

Físicas	Intelectuais	Morais
1. Apresentar um aspecto agradável; 2. Não apresentar nenhum defeito físico visível ou que o impeça de executar o serviço habitual; 3. Apresentar-se com boa saúde; 4. Apresentar-se com bons modos; 5. Apresentar sinais de sobriedade, nomeadamente no consumo de bebidas alcoólicas; 6. Apresentar um funcionamento perfeito dos sentidos externos.	1. Apresentar boa cultura geral e profissional; 2. Apresentar juízos rectos; 3. Apresentar bons dotes de observação e comparação; 4. Apresentar afeição ao estudo, mas sem ser pedante, ostentando os conhecimentos; 5. Apresentar sempre o trabalho escolar bem preparado.	1. Apresentar bondade inata, qualidade fundamental para nascer o amor em relação à criança; 2. Apresentar uma paciência em elevado grau; 3. Apresentar-se discreto nas suas relações com as autoridades, famílias e vizinhos; 4. Apresentar-se com honradez e moralidade; 5. Apresentar fé no esforço e entusiasmo pelo trabalho.

(Pimentel, 1957, pp. 630/631)

. Esses atributos constavam da folha de informação anual orientada pelos seguintes quesitos:

> "1º - É activo, zeloso e dedicado pelo serviço?
> 2º - É assíduo e pontual no cumprimento do dever?
> 3º - É competente, metódico e confidente no desempenho do cargo?
> 4º - É diligente na fiscalização e cobrança dos rendimentos do Estado?
> 5º - É obediente e tem boa compreensão da disciplina?
> 6º - É firme na autoridade e no sentido de responsabilidade?
> 7º - É atencioso para com o público e as autoridades?
> 8º - É respeitado pelos indígenas?
> 9º - É brioso no porte individual, cumpridor dos deveres cívicos e da moral social?
> 10º - Faltas por licença.
> 11º - Faltas justificadas.
> 12º - Faltas não justificadas." (17/2/1951)[374]

A imagem do professor "sacerdote da religião educativa" foi reconfigurada, no quadro das novas realidades políticas [Estado Novo], desvalorizando as bases técnicas e científicas do professorado e insistindo na sua dimensão missionária" (Nóvoa, 1994, p. 17). Em contraste com a dimensão sacralizada da profissão, o docente, enquanto *funcionário público*, era submetido ao "cronosistema de tempo curto"[375]. O número de horas de serviço semanal que "cada professor é obrigado é de doze, podendo, além do serviço obrigatório, reger até mais seis horas de serviço semanal" (Decreto 4.650, de 14/7/1918). Duas décadas depois, o serviço docente obrigatório foi "elevado para vinte e cinco horas por semana" (Decreto 29.612, de 20/5/1939).

A representação social do professor do liceu – prestigiado, logo devendo ter uma condição económica condigna – colidia com a incapacidade institucional de colocação, na colónia, de profissionais do ensino (professores efectivos). Colidia com uma carreira

[374] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[375] Expressão de Escolano Benito, 2008, p. 45.

docente cindida em professores a tempo inteiro / tempo parcial, com direitos plenos / mitigados, efectivos / interinos, definitivos / provisórios. Henrique Owen Pinto afiança, no seu relatório anual: "Continuam sendo interinos os professores do liceu. É uma escola bem provisória". Acrescenta que apesar de se ter realizado um concurso para o preenchimento de vagas para professores efectivos, "parece que ninguém será nomeado":

> "Os que concorreram, não estavam nas condições; os que nele se encontravam não querem vir para cá, e não concorreram. Muitas vezes tem o Conselho Escolar solicitado de Sua Exª o Governador, a nomeação dos professores que têm mais de 2 anos de exercício, porem, nem o Ministério das Colónias, nem o Gôverno da Província, tem querido resolver o assunto e a sua solução é uma necessidade.
> Poderia, realmente, o Conselho de Instrução Pública aproveitar a excelente oportunidade de ter ficado deserto êste concurso, propôr a nomeação definitiva dos professores, para dar a esta instituição uma estabilidade que êla ainda não possui.
> A adaptação do actual edifício e a nomeação dos professores efectivos tornariam o Liceu Nacional, uma instituição de ensino de quem ninguém poderia recear a instabilidade.
> Em ofício nº 84 de 10 do corrente, à Secretaria-geral, lembrava as nomeações de professores internos, se outros não houver, para o próximo ano lectivo. Estas nomeações têm sido feitas por concurso e, algumas vezes, foram prorrogadas as funções dos professores do ano anterior." (Relatório, de 31/7/1923)[376]

Inicialmente dominado por professores eventuais (1930/31: 78,9%), assiste-se, no liceu de S. Vicente, a uma progressão no provimento de docentes efectivos (1936/37: 50%). Em finais do decénio (1938/39) verifica-se um retorno aos professores "dispensáveis", dada a provisoriedade da sua colocação (38,5%):

Quadro 37 – *Evolução do número e percentagem de professores efectivos e interinos (1930/31-1938/39)*

Ano lectivo	Nº Professores	Efectivos		Interinos	
		Nº	Perc.	Nº	Perc.
1930-31	19	4	21,1%	15	78,9%
1931-32	11	7	63,6%	4	36,4%
1932-33	15	9	60,0%	6	40,0%
1933-34	13	8	61,5%	5	38,5%
1934-35	14	7	50,0%	7	50,0%
1935-36	13	6	46,2%	7	53,8%
1936-37	14	7	50,0%	7	50,0%
1937-38	17	6	35,3%	11	64,7%
1938-39	13	5	38,5%	8	61,5%

(*Anuários Estatísticos* de 1935, 1936, 1937, 1938 e 1939)

O estatuto profissional caracterizava-se por uma diferenciação hierárquica - do professor interino (eventual) ao efectivo - numa "lógica de fechamento"[377], dadas as dificuldades de mobilidade na carreira, à qual se acedia por concurso documental que,

[376] Publicado no *Boletim Oficial*, de 25/8/1923.
[377] Expressão de José Manuel Resende (2003, p. 325).

frequentemente, ficava deserto. A falta de professores interinos, num liceu que contava "apenas com os 5 professores efectivos em serviço", foi considerada a causa da situação, descrita pelo reitor Joaquim Jaime Simões, no início do ano lectivo: "de 305 aulas semanais, começarão apenas a funcionar 110,5 […], [provocando] enorme transtorno […], não só por o ensino se não fazer com a eficiência que é para desejar, como ainda por a disciplina ter de se ressentir um pouco com a falta de funcionamento das aulas" (Ofício 255, de 6/10/1938)[378]. Anos depois, o reitor Baltasar Lopes da Silva caracterizou a situação do quadro docente, que oscilava entre "a eventualidade permanente" e "a efectivação itinerante":

> "O quadro docente continua a oferecer os mesmos problemas de sempre.
> […] Possivelmente, mais do que os menores vencimentos em comparação com os outros liceus do Ultramar (compensados, aliás, com a maior aproximação do continente metropolitano), influi uma atitude resultante da falta de preparação psicológica, no sentido de o funcionário forasteiro se libertar da imagem pouco atraente com que usualmente se visionam estas ilhas e da tendência consequente de fazer dela mero território de trânsito na sua carreira pública.
> Como resolver a situação que, diga-se em abono da verdade, se caracterizou mais agudamente, a partir do fim do período inicial, de cerca de vinte anos, em que o liceu apenas contou praticamente, com professores, interinos, sem duvida, mas radicados, no meio, de uma «eventualidade» permanente no quadro (a contrastar com a efectividade «itinerante» de agora), e que proporcionaram ao liceu a sua melhor época no capítulo do rendimento escolar?
> Já que a premissa da instabilidade verificada é a «efectivação» do professor nomeado para Cabo Verde, que ele procura como meio de fugir à situação em que se encontrava, não me parece desacertado supor que o remédio há-de ser o recurso franco ao sistema do contrato. Independentemente de indivíduos sem exame de estado, naturais de outros territórios portugueses, a província conta ainda com um número considerável de licenciados e licenciandos que fizeram a sua formação no ensino médio em Cabo Verde.
> […] Haverá neste desejo, que é uma atitude perante a vida, um caso de sensibilidade regional, estranho, talvez, a quem não conheça «as ilhas» e o que nela predomina de apego e vigor terrantês." (Relatório, 1955-56, s/d, pp. 37/38)

O reitor, advogado e escritor contrapunha à precariedade profissional (professores cabo-verdianos eventuais) e à instabilidade do corpo docente (metropolitanos efectivos de passagem na colónia), a "sensibilidade regional" de valorização dos intelectuais da terra (licenciados e licenciandos).

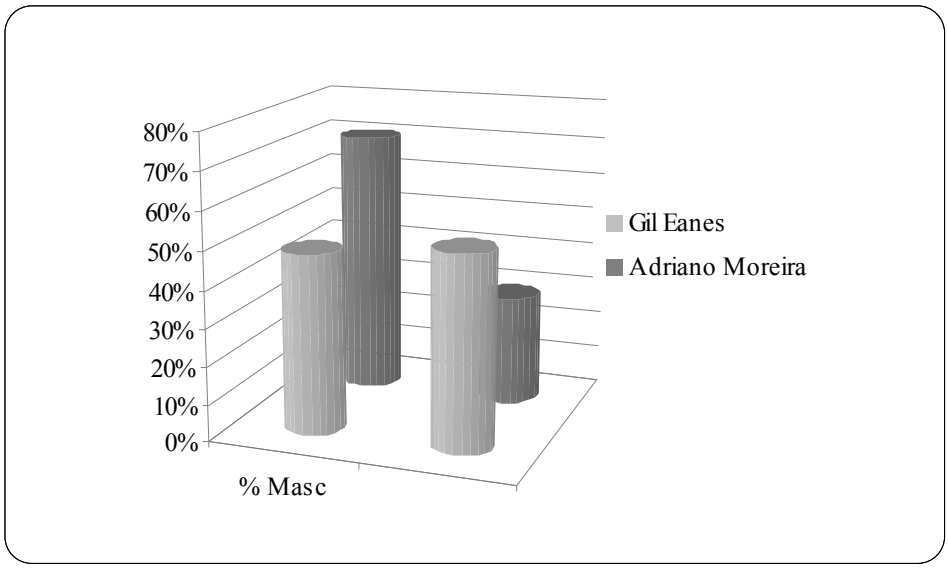
Outras diferenças

O liceu foi um território marcadamente masculino. Por imperativo legal era vedado o acesso das mulheres à carreira docente (Decreto 18.336, de 15/5/1930). A interdição correspondia ao preconceito "espalhado nos meios educacionais, de que os professores

[378] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

apresentavam melhores qualidades pessoais do que as professoras, em termos de mando, para educarem as gerações mais novas" (Resende, 2003, pp. 326/327). A partir dos anos quarenta, a docência (liceu) entra no cômputo das profissões aceites no mundo feminino[379]. O facto de a profissão não ser atractiva, "tanto do ponto de vista da progressão na carreira, lenta e pouco apetecível, como do ponto de vista das remunerações, levava a um crescente afastamento dos homens" (Resende, 2003, p. 399).

Gráfico 3 – *Repartição percentual de professores e professoras nos liceus, 1971*



(Lista graduada dos candidatos ao concurso de professores de serviço eventual, de 30/8/1971)

A lista graduada dos candidatos à docência, nos dois liceus do arquipélago (1971), comprova a supremacia feminina no liceu mindelense (52%) e o peso das desigualdades no liceu da Praia (29,4% do corpo docente era do sexo feminino)[380].

As assimetrias não se esgotaram em desigualdades de género. Firmaram-se na dicotomia *professor da colónia - professor metropolitano*. O reitor do Liceu Infante D. Henrique (1931) [381], que contava com dois professores efectivos (sendo um deles o reitor), definia "como anormal a existência de um quadro de professores interinos [cabo-verdianos] e considerava grave o facto dos professores não efectivos se julgarem no direito de constituir o Conselho Escolar, contra tôdas as normas pedagógicas e administrativas, tomando deliberações que são obrigatórias no liceu". Manuel Ferreira Rosa concluía não

[379] A primeira referência encontrada à nomeação de uma professora liceal data de 1942: Maria da Conceição Xavier Ferreira de Sousa, directora do 1º ciclo do Liceu Gil Eanes (Portaria, de 17/11/1942).
[380] Número de professores, no ano de 1971: Liceu Gil Eanes (Mindelo): Sexo masculino – 12, sexo feminino – 13; Liceu Adriano Moreira (Praia): Sexo masculino – 13, sexo feminino – 5. (Lista graduada de candidatos ao concurso de professores de serviço eventual, de 30/8/1971)
[381] No ano de 1931 o liceu teve três reitores – Manuel Ferreira Rosa, Álvaro Pereira Lacerda Júnior e Horácio Afonso de Mesquita – o que indicia instabilidade institucional. Consultar o anexo 6I.

ser de aceitar "que os interinos e os supranumerários, que o são até que se não apresentem efectivos ou não surjam concorrentes mais idóneos, tenham os direitos, prerrogativas e a atribuições que competem aos efectivos" (Proposta, de 14/7/1931, p. 87)[382].

"Qual o motivo por que os professores do liceu das outras colónias ganham mais do que os professores do Liceu de Cabo Verde?" Confrontado com esta questão, Horácio Afonso de Mesquita esclarecia:

> "Na Metrópole os liceus com 15 turmas têm 17 professores; nos liceus de Lourenço Marques, Índia, e Macau, cuja população escolar é inferior à deste Liceu, o número total de professores oscila entre 15 e 18. O Liceu Central do Infante D. Henrique, cuja população escolar é superior à dos anos anteriores, tem somente 10 professores! (ver decreto 15.971, art. 5º e 9º)
> Tendo em vista o exposto no parágrafo antecedente, o Liceu Central do Infante D. Henrique tem absoluta necessidade de mais 4 professores, para poder entrar na normalidade e evitar os graves prejuízos que os alunos estão sofrendo no seu aproveitamento, por falta de professores. Se o vencimento fosse condigno, já não se teria de lutar com a falta de professores, devidamente habilitados e as vagas não ficariam desertas. O secretário dos liceus da Metrópole tem 116 escudos mensais, de gratificação. Cada director de classe recebe 90$ mensais, de gratificação. O reitor do liceu, na Metrópole, tem de gratificação mensal 300$00; 350$; 450$, conforme a população escolar do liceu, é de menos 300 alunos, de 300 a 500, e de mais de 500 alunos.
> […] Qual o motivo por que os professores dos liceus das outras colónias ganham mais do que os professores do Liceu de Cabo Verde?
> Sem remuneração condigna, o rendimento do professor há-de ser, necessariamente, deficiente.
> Qual o motivo por que entre o reitor e o secretario na Metrópole, a diferença de gratificação é de 184$00, 234$00 e 284$00 e aqui de apenas 20$? Esta diferença, neste Liceu é antidisciplinar e não respeita a diferença de categoria." (Ofício 238, de 15/12/1931)[383]

Em 1944, o reitor José Diogo Luiz Terry tocava no âmago da questão da instabilidade do corpo docente:

> "Ao denunciar que «os professores efectivos que para aqui vêem, tomam este Liceu como entremeio para a sua efectivação, concorrendo após dois anos para o quadro de Metrópole [e que] todos são unânimes em afirmar que a razão da sua pouca permanência é de facto dos ordenados não serem compensadores». Afirmando que «esta é a colónia onde o professor menos ganha, sucedendo até que em Angola um delegado e um professor estão equiparados enquanto aqui existe entre os dois uma diferença de mil e quinhentos escudos, rogava à necessidade de equiparação dos ordenados dos professores desta Colónia aos de Angola»." (Ofício 166, de 6/12/1944)[384]

[382] Manuel Ferreira Rosa reconhecia que, na sua qualidade de reitor, poderia "pôr entraves ao funcionamento dêste pseudo conselho, e opôr-me, ostensivamente, às suas deliberações – mas de atitudes desta natureza só resultam situações equívocas de conflito que é absolutamente necessário evitar e impedir, para o bom nome do Liceu, harmonia dos que aqui trabalham, e boa e amigável disposição propícia a um labor sereno e proveitos para todos" (Proposta, de 14/7/1931). O documento integra o arquivo do Liceu Ludgero Lima.
[383] Fundo dos Serviços de Administração (IAHN).
[384] *Idem*.

No balanço do ano lectivo de 1957/58 (com um saldo negativo de 1.613 horas leccionadas, no liceu de Mindelo e de 830 horas, na Secção do Liceu Gil Eanes na Praia)[385], o reitor Baltasar Lopes da Silva retomava a ideia que "a necessária estabilidade no liceu em Cabo Verde só se obterá com o recurso ao contrato, principalmente de naturais da Província que, ao menos, não têm a preocupação absorvente do gozo das férias grandes na Metrópole, seguidas, tantas vezes, de licenças de Juntas de Saúde" (Relatório, 1957/58, s/d, p. 30).

Funcionários zelosos

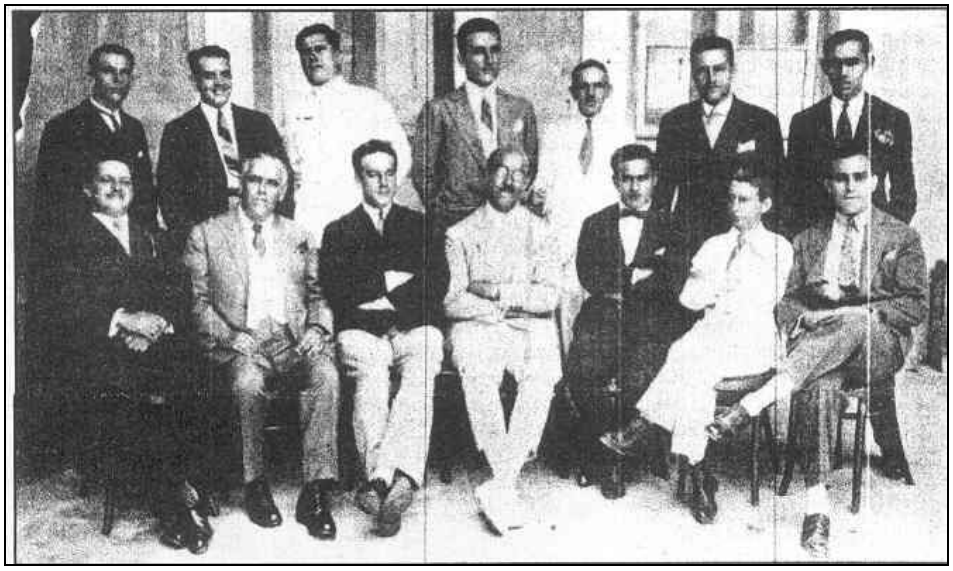


Figura 49 – *Reitor, professores e funcionário do Liceu Infante D. Henrique*
Silva, 1992, Abril 17, p. 15.[386]

A cultura escolar expressa-se numa linguagem normativa que servia de suporte à organização do ensino. O *professor* devia ser um *zeloso servidor da administração pública*, mediante princípios deontológicos e normas comportamentais. Os deveres profissionais, que "provinham dos imperativos do serviço público" (Adão, 1984, p. 308), eram objecto de avaliação (classificação do serviço docente anual):

> "a) O rendimento do ensino, verificado pelas visitas dos Inspectores, pela observação dos sumários das lições, pelas informações dos reitores e pelos resultados dos exames;

[385] No Liceu Gil Eanes, 1957/58, foram programadas 15.653 aulas e realizadas 14.040 (relatório do reitor, 1957-58, s/d, p. 30). Na secção liceal, na cidade da Praia, foram previstas 5.979 aulas e realizadas 5.089 (relatório do vice-reitor, de 6/9/1958, p. 16). Consultar o anexo 7.

[386] Identificação das pessoas: De pé: Coronel Jacinto Medina (antigo aluno); Manuel Serradas; Tenente Lino da Silva; Engº Morbey Afonso; D. João Pombal; Dr. Adriano Duarte Silva, reitor e Joaquim Monteiro (funcionário). Sentados: Joaquim Jaime Simões; José Lopes da Silva; Almirante Daniel Duarte Silva; Dr. Daniel Tavares; Alberto Leite; Engº Chaves e José Rocheteau. (Silva, 1992, Abril 17, p. 15)

b) A exactidão e o espírito de justiça no julgamento e provas dos alunos, sem benevolência ou rigor exagerados;
c) A assiduidade e a pontualidade;
d) O espírito de disciplina, revelado sobretudo no exemplo e no emprego de meios suasórios;
e) O amor e o zelo pelo ensino;
f) A dedicação exclusiva ou preponderante à profissão de professor, sem dispersão por outras actividades;
g) O carinho nas relações com os alunos;
h) O número de faltas e de licenças, verificando-se, quanto às faltas justificadas, os motivos invocados;
i) O espírito de cooperação e de lealdade nas relações com o reitor e os colegas;
j) A intervenção em trabalhos circum-escolares;
l) O respeito pelas autoridades e pelos princípios consignados na Constituição e nas leis;
m) A reputação e o prestígio alcançados no meio escolar e extra-escolar;
n) A competência, considerando-se como tal, não só o saber, originalmente adquirido, mas o esforço contínuo para aperfeiçoamento das qualidades docentes e para aquisição de novos conhecimentos, o uso dos mais eficazes modelos pedagógicos e o equilíbrio no ensino sem faltas nem excessos." (Decreto 36.508, de 17/9/1947)

José Manuel Resende defende a hipótese "que o interesse dos serviços do ministério era utilizar a classificação do serviço prestado pelo docente como um instrumento de representação política para controlar a sua acção, e através desse controlo, avaliar a adesão, maior ou menor, do professor liceal aos ideais corporativos em que assentava a ideologia do serviço público do Estado Novo" (2003, p. 328). A consulta do processo "O caso dos professores agregados no liceu de Cabo Verde" (queixa do professor Horácio Afonso Mesquita[387] contra o reitor Adriano Duarte Silva), de 26/1/1936[388], permitiu-nos esboçar o perfil do professor *nacionalista* (quadro seguinte).

Quadro 38 – *Perfil do professor nacionalista*

Dimensão	Declarações do professor
Orgânica	"Sou pontual e assíduo, sem uma única falta e dou os cinquenta minutos plenos de aula."
	"Estou legalmente habilitado (exame de Estado e Escola N. Superior), com boa classificação no exame."
	"Sou um funcionário que cumpre rigorosamente os meus deveres."
	"Como bom português que me prezo de ser, sou funcionário zeloso, cumpridor e digno que sou. "
Comportamental	"Não sou bêbado, nem caloteiro; […] não sou intriguista, nem faço desacatos; não invado as atribuições dos outros, respeito tôda gente."
	"Respeito toda a gente, brancos prêtos, mulatos; não perturbo a vida dos outros; não tenho amantes nem faço vida com elas, publicamente."
Ideológica	"Sou católico e, por conseguinte, sei o que é a Moral e pratico-a! Prezo-me, pois, de ser bom cidadão […] Logo, tenho autoridade moral."
	"Sou uma vedeta da soberania nacional."
	"Defensor do Estado Novo e filiado na União Nacional."

[387] Professor efectivo do 2º grupo dos liceus. Diplomado pela Universidade de Coimbra e Escola Normal Superior da Universidade de Lisboa; em serviço no Liceu de Cabo Verde, desde 1931 (Processo, de 26/1/1936).
[388] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

As três dimensões – orgânica, comportamental e ideológica – sobrepõem-se em camadas de deveres profissionais, morais e de compromisso "patriótico". Nas entrelinhas, apercebemo-nos das antinomias: cabo-verdiano *versus* metropolitano, "patriota" *versus* nativista. As trajectórias de vida dos professores eram pautadas por dispositivos de consagração das diferenças e actos formais de submissão: as notações (des)valorativos de serviço docente[389] e as declarações de fidelidade à "ordem social estabelecida".



Figura 50 – *Declaração de fidelidade à ordem social estabelecida*
Arquivo do Liceu Ludgero Lima, Mindelo.

Cultura empírica

O liceu cabo-verdiano formou-se sem professores, na acepção profissional do termo, recorrendo ao imaginado saber empírico-prático de outras entidades – militares, funcionários públicos e personalidades de referência social. Na opinião de Nobre de Oliveira, "a concentração de oficiais e praças das forças armadas no Mindelo não podia

[389] Transcrevemos uma declaração da qualidade do serviço docente: "Em cumprimento do artigo 53º do Estatuto do Ensino Secundário, aprovado pelo diploma legislativo n.º 407, de 2 do Setembro do corrente ano, se declara que pelo Conselho de Instrução Pública, em sessão de 30 de Novembro findo, foi classificado de Muito Bom o serviço docente dos professores efectivos do Liceu Central Infante D. Henrique desta Colónia, Drs. Horácio Afonso de Mesquita e Manuel Ferreira da Rosa, respeitante ao ano lectivo findo 1932-1933. Mais se declara que o serviço docente dos referidos professores, no mesmo Liceu, relativamente aos anos anteriores fora também classificado de Muito Bom." (Declaração, de 8/12/1933).

deixar de ter reflexos na terra, desde o campo social até ao cultural" (1998, p. 395), o que explica o predomínio de militares (80%)[390] no quadro do pessoal docente do Liceu Nacional (Portaria 374 A, de 4/10/1918).

Em consonância com o Diploma Legislativo 303, de 27/7/1931, "no caso do lugar do professor provisório ser desempenhado cumulativamente por qualquer funcionário público, abonar-se-lhe-ão 50% dos vencimentos". Era frequente a colocação no liceu, na função docente, de pessoas destituídas de um saber científico-didáctico certificado. Adriano Duarte Silva, bacharel formado em Direito e professor do liceu, insurgiu-se contra esta prática:

> "Vem perante V. Exª reclamar contra a portaria de 7 de Novembro último, publicada no Boletim Oficial no 49 de 3 de Dezembro corrente, pela qual foram nomeados professores provisórios […] chegando-se ao absurdo de haver professores com menos habilitações do que os alunos, como está sucedendo no Liceu desta província, onde é professor da 3ª, 4ª, 5ª classes um individuo que, na ultima época de exames, desistiu de se apresentar a exame da 2.ª classe.
> Nem se diga que o indivíduo em questão está abrangido na disposição que restringe essa regra, permitindo a nomeação de pessoas com reconhecida competência para professores do 3.º grupo (inglês) e do indivíduos com o curso da Escola de Belas Artes ou das escolas industriaes para 9.º grupo (desenho), pois, embora estivesse provado (que não está) que ele possui essas habilitações mínimas, o certo é que tal individuo não foi nomeado professor de um grupo, mas professor do liceu, como os outros, ficando, em face da nomeação, apto para leccionar qualquer disciplina.
> E, assim, pode suceder (como, de facto, sucede, na 2ª classe de francês, por exemplo) que o ensino de algumas disciplinas será ministrado por professores legalmente incompetentes para a sua regência que escusado seria dizê-lo, é de uma gravidade que assusta.
> Em que situação ficarão os alunos que são leccionados e serão depois examinados por professores inhabeis, em face da lei?" (Reclamação, de 20/12/1921; sublinhado nosso)

Do professor sem formação académica – recurso acessível e pouco dispendioso – esperava-se um saber experienciado e uma capacidade e vontade de *aprender-ensinando*. A escassos anos da independência, a colónia apresentava os seguintes indicadores de qualificação dos docentes (quadro seguinte):

[390] Pela Portaria 374 A, de 4/10/1918, precedendo concurso, foram nomeados, para exercerem interinamente os cargos de professores do Liceu Nacional: Para as disciplinas que constituem o 2º grupo – Simão José Barbosa; para as do 3º grupo – Guilherme Pedro Street Caupers, alferes de cavalaria; Para as do 5º grupo – Manuel Correia Modesto, tenente de infantaria; Para as do 6º grupo – António Augusto da Veiga e Sousa, capitão-médico (reitor); para as do 8.º grupo – Paulo Tomé Mendes, capitão de infantaria.

Quadro 39 – *Distribuição dos professores dos liceus de Mindelo e da Praia por habilitações, 1971*

Habilitações	Liceu Gil Eanes		Liceu Adriano Moreira	
	Nº	Percentagem	Nº	Percentagem
Curso especializado[391]	3	12,0%	0	0,0%
Curso especializado (incompleto)	7	28,0%	5	29,4%
Curso não especializado	5	20,0%	6	35,3%
Curso não especializado (incompleto)	1	4,0%	2	11,8%
Ensino secundário	6	24,0%	2	11,8%
Ensino secundário (incompleto)	3	12,0%	2	11,8%
Total	25		17	

(Lista graduada dos candidatos ao concurso de professores de serviço eventual, de 30/8/1971)

A interpretação dos dados demonstra a escassez de candidatos à docência com formação específica (liceu de Mindelo, 12%; liceu da Praia, 0%). No Liceu Gil Eanes, com um percurso mais sólido, metade dos professores possuía alguma formação relacionada com as disciplinas que leccionavam (28%, cursos incompletos), persistindo um peso considerável de docentes sem frequência de cursos superiores (ensino secundário completo, 24%; incompleto, 12%). No liceu da Praia, quase metade dos professores era detentora de cursos não vocacionados para o ensino – Teologia, Direito, Agronomia e Engenharia Mecânica (35,3% diplomados; 11,8%, com frequência do curso). A expressão de candidatos à docência com formação especializada (cursos não concluídos) era de 29.4%.

Educadores e intelectuais

A arte de ensinar exige "um sujeito predestinado, dotado desse dom que era a vocação, de ser e de existir como professor" (Pinto, 1992, p. 576). A imagem social do *bom professor* assentava numa cultura geral vasta e na facilidade de comunicação, que, segundo Planchard, "pouco depende da aprendizagem, é em grande parte inata, e se as pessoas podem abusar dela e cair na verbosidade têm, no entanto, uma vantagem séria, sobre aqueles que são incapazes de comunicar o pensamento com clareza e simplicidade" (1948, p. 7).

Baltasar Lopes da Silva era *o professor*. Homenageado por sucessivas gerações de alunos, "fez as licenciaturas de Direito e Letras na Universidade de Lisboa, com altas

[391] Denominamos cursos especializados, os que comportam afinidades às matérias leccionadas, sem a componente pedagógica: Filologia Germânica e Românica, História, Matemática e Química.

classificações e creio até que chegou a ser convidado para professor da segunda daquelas Faculdades (esta prisão sem grades que são as nossas ilhas não o teria deixado partir) " (Levy, 1955, Fevereiro). O director do *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação* fez o elogio do professor Baltasar Lopes que "alia àquelas funções, que são a sua grande paixão, as de homem de estudo, advogado e escritor notável":

> "Os seus trabalhos sobre linguística e folclore, a poesia, o conto, o romance deram-lhe um renome que chegou a todo o Mundo de língua portuguesa *Chiquinho*... mas leiam o que acerca deste romance escreveu o Professor Orlando Ribeiro para o seu próximo livro sobre a ilha do Fogo e de que nos dá noticia Teixeira do Sousa no último número do «Cabo Verde». A «Claridade» – a célebre «Claridade» que abriu novas perspectivas à literatura caboverdiana era quase ele. Com o pseudónimo de Osvaldo Alcântara, subscrevendo-se Baltasar Lopes ou apenas com as iniciais B. L., as páginas de «Claridade» acham-se repletas de produções suas. Estamos, portanto, em presença de uma personalidade com envergadura intelectual pouco vulgar. Custa-me, por isso, na minha pequenez, não lhe antepor um *Sua Excelência*. Mas, além de caloiro, o convívio de um mês de férias na Boa Vista, uma correspondência trocada amiúde e agora este encontro em S. Vicente cimentaram uma amizade que iniciada sob tutela não terminou com a emancipação do tutelado. Aliás, Baltasar Lopes tornou-se tão conhecido que antepor-lhe senhoria ou títulos seria diminuir os seus méritos. O Dr. José Maria de Eça de Queiroz, por sinal formado também em Direito e, no dizer cheio de humor dele próprio, como *qualquer outro... que o seja* – é apenas *Eça* e assim o foram e continuarão a sê-lo aqueles que por obras valorosas se vão libertando da lei da morte. (Não tenho a geito «Os Lusíadas» pelo que não garanto a exactidão)." (Levy, 1955, Fevereiro)



Figura 51 – *O educador e intelectual, Baltasar Lopes da Silva*
Cabo Verde Boletim, 1956a, Maio, p. 9.

A figura de Baltasar Lopes remete-nos ao conceito *gramsciano* de professor,"um intelectual orgânico da sociedade civil, seja da cultura hegemónica em que é amassada a cultura escolar, seja da cultura não hegemónica que, produzida no exterior da escola, exerce sobre a cultura escolar uma acção pressionante, acabando a prazo por contribuir para a sua transformação" (Fernandes, 2004c, p. 733). Bento Levy, no périplo "Um caboverdiano em Cabo Verde", conheceu o liceu e assistiu a *uma aula de Baltasar*:

> "Segundo ano. Vinte meninos e meninas? Não fixei o número. Baltasar Lopes falara-me na véspera do seu entusiasmo em ver desabrochar esta juventude. Interessa-lhe mais a massa ainda sem formação definida.
> - Qual é o sumário de hoje?
> Vejo no livro próprio – preparação de um resumo escrito; pesquisa de caracteres essenciais do texto; exercício de intenção vocabular.
> O Professor não se senta. Passeia ao comprimento da sala contactando com os alunos. «Martim de Freitas em Toledo» é o texto de Antero de Figueiredo objecto dos trabalhos.
> «Viagem dura por caminhos aspérrimos…»
> - As-pér-ri-mos – acentua o Mestre. - O que é isto do aspérrimo?
> - Eu sei, Sr. Professor – responde a turma quase em uníssono e imediatamente, uns levantando os deditos, outros soerguendo-se dos lugares.
> Pensem um bocadinho. Já pensaram? Dize lá tu.
> E salta a resposta raciocinada, exacta, sem precipitações. O professor não deixa responder à toa. O «dize lá tu» só vem depois de alguns segundos. A resposta tem de ser completa – com razão de ciência, como nós exigiríamos às testemunhas… É apreciável o esforço em fazer *trabalhar* estas inteligências incipientes cuja vivacidade me surpreende. Nada se decora. O aluno fixa por dedução, por comparação.
> Quando as respostas são divergentes o assunto é posto à «discussão e votação» até se obter a «maioria». O Mestre toma a resposta exacta e obriga à investigação da sua causa e razão porque as erradas devem ser postas de lado. Tudo decorre rapidamente, com vida, ate com alegria saudável, sem faltar a gargalhada sonora como quando a propósito de «vales empapados de água» um se lembra da cachupa.
> A aula continua. O texto é dissecado quase palavra por palavra num jogo por vezes disputado com interesse – Eu sei; Eu sei, Sr. Professor – outras num silêncio que me aterroriza. Sinto-me regressar à meninice. Vejo-me no Passos Manuel ou no Pedro Nunes. O Dr. João de Barros... O Dr. Carrusca... O Dr. Marques Braga... Um pavor começa a apoderar-se de mim. Felizmente está quase na hora! Bateu a hora! Eu escapei!
> É que estava tomado do receio de que Baltasar, no meio do entusiasmo me dirigisse também um «Dize lá tu»! Uff…" (*Boletim Cabo Verde*, 1955, Fevereiro)[392]

A assistência à *aula de Baltasar* facultou-nos um exercício de decomposição da imagem do "professor notável" em atributos e dimensões (profissional, técnica e redentora).

[392] Este texto está reproduzido na página de introdução ao sub-capítulo "Cultura escolar" (II Parte).

Quadro 40 – *Atributos do professor notável*

Atributos	"No liceu Gil Eanes; Uma aula com Baltasar" (Levy, 1955, Fevereiro)
Cultura científica	"Fez as licenciaturas de Direito e Letras na Universidade de Lisboa, com altas classificações e creio até que chegou a ser convidado para professor da segunda daquelas Faculdades."
Intelectual	"Homem de estudo, advogado e escritor notável. Os seus trabalhos sobre linguística e folclore, a poesia, o conto, o romance deram-lhe um renome que chegou a todo o Mundo de língua portuguesa."
Arte de ensinar	"A resposta tem de ser completa – com razão de ciência, como nós exigiríamos às testemunhas… É apreciável o esforço em fazer *trabalhar* estas inteligências incipientes cuja vivacidade me surpreende. Nada se decora. O aluno fixa por dedução, por comparação."
Capacidade reflexiva	"O Mestre toma a resposta exacta e obriga à investigação da sua causa e razão porque as erradas devem ser postas de lado."
Autoridade	"Eu sei; Eu sei, Sr. Professor – outras num silêncio que me aterroriza. Sinto-me regressar à meninice. Vejo-me no Passos Manuel ou no Pedro Nunes. O Dr. João de Barros… O Dr. Carrusca… O Dr. Marques Braga… Um pavor começa a apoderar-se de mim."

No imaginário colectivo, Baltasar Lopes ainda é o *professor*. Simboliza uma época de ambiguidades e desconcertos. A par da desqualificação do corpo docente, o reconhecimento social e o prestígio do magistério exercido por figuras das letras e das ciências (Pedro Cardoso, José Lopes, Baltasar Lopes da Silva, António Aurélio Gonçalves, Arnaldo França, Corsino Fortes), entre outros "intelectuais orgânicos da sociedade civil" (Gramsci, *apud* Fernandes, 2004c, p. 733).

2.2.3. Registos identitários dos alunos

Na expectativa da identificação, nos arquivos, de um acervo documental inédito indagámos o elemento central do acto educativo. Cedo, nos demos conta da rarefacção de fontes primárias escritas e icónicas sobre o *aluno*. Deparámo-nos com uma profusão de fontes secundárias produzidas com o objectivo de o representar. Identificámos registos identitários, na produção normativa do Estado, que "substituiu progressivamente as Famílias e o Igreja no seu papel de formação das crianças e dos jovens: o novo aluno, autónomo e responsável, [que] é também o novo cidadão, activo e empreendedor" (Nóvoa, 2005b, p. 71).



Figura 52 – *Alunos do 2º ano do Liceu Nacional de Cabo Verde, 1918/1919*
Comemorações do 75º aniversário da criação do Liceu de Cabo Verde, 1992.

O aluno constitui-se em *conhecimento*. As ciências sociais decompõem o objecto *homem* "nas suas variantes «indivíduo», «cidadão», «aluno», «criança», etc., [o que] suscita uma série de novos discursos contribuindo para a fragmentação de cada perspectiva sobre o «social» em campos de formalização cada vez mais especializados" (Madeira, 2007, p. 71). Assiste-se a uma nova abordagem metodológica, o aluno deixa "de poder conceber-se como espectador-recipiente para se ver idealizado enquanto participante activo na elaboração dos próprios conhecimentos que lhe eram administrados" (Ó, 2006a, p. 139).

O inspector Acácio Osório, na crónica "Problemas actuais e urgentes", reconhecia a necessidade de actualização dos estudos sobre a *criança* no domínio das Ciências da Educação:

> "O professor tem necessidade de conhecer a criança, intelectual e fisicamente, para poder transmitir conhecimentos que estejam de acordo com as suas necessidades e formação. Para isso deve dominar todo o saber que estabelece as afinidades da didáctica com a psico-fisiologia, a pedagogia e a metodologia. A província precisa, mais do que nunca, de uma escola que se dedique ao estudo das ciências de educação, para que a rotina e a impreparação não ocupem o lugar que deverá pertencer a um forte espírito de renovação e ao perfeito conhecimento dos assuntos pedagógicos." (1953, Fevereiro, p. 13)



Figura 53 – *Uma sala de aula no Liceu de Mindelo*
Álbum 4, 18 (IAHN).

Toda a acção educativa moderna – na interpretação de Jorge do Ó – "parece alimentar-se da tese que estabelece um nexo causal entre o conhecimento particularizado das tendências, hábitos, desejos e emoções dos alunos e a moldagem da sua sensibilidade moral" (2003, p. 118).

Representações discursivas

Para o conhecimento do quotidiano do estudante liceal acedemos à escrita de intelectuais, professores e dos próprios alunos, publicada na imprensa generalista e académica. Alguns textos – sob forma epistolar – deixaram traços reconstitutivos do *aluno*, enquanto categoria sócio-histórica. José Spencer, na crónica "Ele era um rapaz pobre" (*Certeza*, 1944) captou a emoção das "boas notas" e Maria Helena Spencer, numa das "Cartas de Cabo Verde" (1950, Junho), a irreverência dos estudantes que não receiam "o método pedagógico da bordoada" (textos seguintes):

> "Djunga atravessou o pátio em passos lentos, um sorriso nos lábios, gozando a expressão ansiosa dos estudantes. Nas mãos a pauta das notas. Notas que, para uns representavam a satisfação da vaidade paterna, e para outros, muitos outros, a esperança num ganha pão futuro. Em movimentos demorados, que mais exasperavam os rapazes fixou-a na parede do corredor. Lela de nha Chica Engomadeira aproximou-se com muito custo da pauta. O coração batia-lhe fortemente. Percorreu com os olhos a lista dos nomes e parou no seu:

> Manuel Delgado – 15-14-16-14-15
> Uma onda de sangue subiu-lhe à cabeça e, sem saber como encontrou-se longe dela. Os colegas, que também queriam ver as notas tinham-no empurrado. 15 valores. O esfôrço de sete anos de trabalho, as canseiras da mãe tinham sido compensadas. Valera. 15 valores.
> Mas... Se se tivesse enganado, se tivesse lido mal?
> Aos empurrões, aproximou-se, novamente da pauta.
> Não; não se enganara. Elas aí estavam bem desenhadinhas – que o sr. Monteiro, o amanuense do liceu tinha boa letra – em números encarnados.
> Manuel Delgado –: 15-14-16-14-15.
> Saiu. E à frente e atrás dele, outros saiam. Outros que discutiam as classificações obtidas.
> - Tás a ver, João? Então aquele malandro do professor de latim não me fora dar só dez?
> Todos falavam, todos gritavam. Mas Lela não os escutava.
> Tinha passado. E com 15 valores.
> Também ele estudara. Todas as manhãs, quando a mãe se levantava para acender o lume, encontrava-o de pé, com o livro aberto, revendo as lições do dia. Nas aulas dava sempre conta do recado, apesar da luta com a falta de livros – que o que a mãe ganhava para pouco mais que comer dava. Os poucos que possuía, comprara-os com o ganho das explicações. Felizmente que o Carlos era seu amigo e todos os dias à noite dava-lhe emprestado os de que precisava.
> Sim, a-pesar de tudo estudara. Às vezes ia às aulas sem tomar café. O irmão que trabalhava na Companhia e que dantes ajudava a mãe nas despezas da casa, tinha agora rapariga com dois filhos.
> Mas breve, tudo iria mudar-se. Com o sétimo concorreria para qualquer quadro. A fazenda era o que ele mais gostava. Por isso ele ia ansioso por dar a nova à sua mãi." (1944, Março)

> "A despeito dos bons esforços dos mestres, os nossos filhos, John, continuaram os feios delitos da geração de há 40 anos: entre a escola e a caça aos ninhos optam resolutamente por esta, quando não tenham esférico que lhes sirva para o moderno pontapé do estilo. E no entanto não receiam o método pedagógico da bordoada, que foi o terror do nosso tempo…
> A propósito, deixa que lembre aqui a tua apresentação na nossa escola, naquele longínquo ano lectivo de 1906. À pergunta do professor pelo teu nome, tu, pimpão, respondeste imediata e americaníssimamente:
> - John Perêra Soares… Ressoou uma gargalhada. Só por isso todos fomos castigados; mas tu, meu amigo, ficaste para sempre, lá na escola – o «Perêra»!" (1950, Junho)

Na carta de Gilova ao "colega de estudos, querido cábula" emerge o reconhecimento do aluno pobre pelo sacrifício dos pais. O mérito do estudante em "usar o «gilette», os fatos e os sapatos americanos" e falar não somente francês, mas, "aquele português" simboliza a premissa *ensino-progresso social*:

> " Depois de três meses de deliciosas férias, com um novo propósito no coração, encontro-me em S. Vicente, mais uma vez, para estudar e garantir o meu ano perdido.
> O meu propósito, que te disse ter tomado, é nunca mais cabular, responder às chamadas dos professores, respeitá-los e corresponder aos esforços dos meus pobres pais.
> Se fui, no ano findo, um «quebra-cabeça» dos professores, este ano, desejo ser o orgulho dele.
> Se os meus pais, com uma cordinha amarrada à cintura, pagaram as minhas propinas, este ano, quero levar-lhes um facho ardente de uma boa nota que estrangulará de vez a «morrinha» dos 9 valores.
> Ah! Quando eu regressar, e desembrulhar, da minha mão bem fechadinha, aquela nota grande de números bem gordos, o papá apertar-me-á tremendo de orgulho e minha mãe desatará a chorar porque Deus respondeu-lhe as suas orações, dando juízo a seu filho e gosto para estudar.

> A vitória será minha. Já poderei mexer e remexer na mala grande que, além do papá, ninguém pode tocar. Terei autorização para usar o «gillete», os fatos e os sapatos americanos – ali guardados para mim. Trocarei alguns daqueles «dollars», bolorentos, deixados pelo tio João, antes da sua morte, como herança do sobrinho. Bem sei que estão ali porque o meu pai os conserva com toda veneração de um fiel, guardando a sua relíquia. Preferiu, nos momentos das grandes tentações de crise, passar fome a profaná-los no seu nicho de pé-de-meia.
> Depois, para «confirmar-lhe» a minha sabedoria, provocarei uma conversação em francês. Deves estar a recordar que o meu pai estudou no Seminário e, dependuradas no cabide da sua memória, conserva intactas todas as regras que aprendeu.
> […] Observo-te com os olhos desmesuradamente abertos, afogados em lágrimas sentidas, quando ouvires a conclusão do discurso do Reitor – Carolino Silva Lopes, premiado pelo seu comportamento, aproveitamento e exemplo durante o ano lectivo de 1955-1956. O soalho do Salão Nobre tremerá pelo ribombar das ovações e das salvas de palmas, porque o maior cábula e o pior aluno foi homenageado. Com a voz embargada pela comoção felicitar-me-ás pelo meu êxito e repreender-te-ás a ti mesmo, pela oportunidade perdida, porque nunca tomaste a sério a chamada dos professores e nunca quiseste corresponder aos sacrifícios dos teus pais.
> Momentos depois estavas na «Casa do Leão», no meio da garotada escolar, pedindo que te vendessem um Lusíadas, uma gramática portuguesa, uma geografia... porque ias estudar." (1955, Outubro)

O valor do diploma do liceu foi assunto da "Carta ao caro setimanista" da autoria do professor António Aurélio Gonçalves. Em alternativa às ambições de "tirar um curso superior", o liceu facultava "a preparação cultural considerada necessária para ser admitido – por exemplo – num banco ou em qualquer posto de funções públicas, onde, trabalhando, ganharás a tua vida":

> "Sei que passaste nos teus exames do sétimo ano. Em vez de «passaste» ia escrever «triunfaste». Oxalá tenhas triunfado; simplesmente, por agora, basta-me que tenhas passado, porque esta carta desejo dirigir-ta, quer tenhas obtido classificações elevadas, quer tenhas passado pela tangente. Apresento-te as minhas felicitações. E o adjectivo «sinceras» da praxe? Vá lá – é um pleonasmo… mas, de facto, nem todas são sinceras – e por este motivo: as minhas sinceras felicitações.
> Serão justificadas estas sinceras felicitações? Como não! Em primeiro lugar, desvaneceram-se as tuas preocupações. Acrescento: julgo que as tiveste, porque, durante os meus últimos anos de professor, quis-me parecer que o aluno de hoje (pelo menos aparentemente) não as manifestava. Se esta minha observação era exacta, é daquelas que a gente não sabe se devem trazer apreensões ao observador, se este se deve regozijar com ela. Aluno preocupado é aluno que, pelo menos, tem reacções e estas demonstram sensibilidade, sentimento das responsabilidades… Mas, também, aluno despreocupado é aquele que se encontra numa disposição de espírito muito procurada actualmente: a descontracção. Esta é quase a condição de triunfo em qualquer certame.
> Voltemos à motivação das minhas felicitações. Pode ser que tenciones continuar os teus trabalhos escolares tirando um curso superior; se te sentes com vontade, tira-o. Em qualquer caso, tens em teu poder o diploma do curso liceal completo. Significa ele que tens preparação cultural, considerada necessária para ser admitido – por exemplo – num banco ou em qualquer posto das funções públicas, onde, trabalhando, ganharás a tua vida." (1973, Agosto 9)

A análise de conteúdo das "cartas abertas" permitiu-nos inventariar um conjunto de categorias que enformam a condição de *aluno*, numa pluralidade de dimensões e de

registos (Quadro 41). Este exercício demonstrou que a identidade do aluno cabo-verdiano foi sedimentada pela vontade, disciplina e sacrifício num contexto de pobreza e de conformação social.

Quadro 41 – *Registos identitários dos alunos*

Dimensão	Registos	Excertos das cartas analisadas[393]
Pessoal	Vontade	"Desejo enorme de aprender, uma sede de instrução." (Spencer, 1950) "Nunca mais cabular, responder às chamadas dos professores, respeitá-los e corresponder aos esforços dos meus pobres pais. A vitória será minha […]. Não estou para brincadeiras nem cabulices, porque quero ser UM HOMEM." (Gilova, 1955). "Sei que passaste nos teus exames do sétimo ano. Em vez de «passaste» ia escrever «triunfaste»" […] A descontracção. Esta é quase a condição de triunfo em qualquer certame." (Gonçalves, 1973). "Pode ser que tenciones continuar os teus trabalhos escolares tirando um curso superior; se te sentes com vontade, tira-o. Em qualquer caso, tens em teu poder o diploma do curso liceal completo. Significa ele que tens preparação cultural, considerada necessária para ser admitido – por exemplo – num banco ou em qualquer posto das funções públicas, onde, trabalhando, ganharás a tua vida" (*Idem, ibidem*).
	Disciplina	"Carolino Silva Lopes, premiado pelo seu comportamento, aproveitamento e exemplo durante o ano lectivo de 1955-1956." (Gilova, 1955).
		"Os feios delitos da geração de há 40 anos: entre a escola e a caça aos ninhos optam resolutamente por esta." (Spencer, 1950) "Um «quebra-cabeça» dos professores, este ano, deseja ser o orgulho dele." (Gilova, 1955).
Familiar	Sacrifício	"Sacrifícios e privações que só a Deus confessam." (Spencer, 1950) "Se os meus pais, com uma cordinha amarrada à cintura, pagaram as minhas propinas, este ano eu quero levar-lhes um facho ardente de uma boa nota que estrangulará de vez a «morrinha» dos 9 valores." (Gilova, 1955).

Num artigo de opinião, no *Cabo Verde Boletim*, José Marques de Oliveira recorda que "há anos aconteceu […] exigir-se da criança do ultramar uma redacção sobre as quatro estações do ano!" Desabafou: "Só por lapso!":

> "A reacção da criança caboverdiana só poderá produzir-se no sentido de penetrar no significado das coisas, lendo, ouvindo e meditando, esforçando-se por compreender, por atingir, porventura através de símiles que a inteligência e a vocação do professor lhe apresentem ou ela própria busque pela sua imaginação ávida de surpreender o que as coisas são e como são, no sentido comum, claro, ou então, e esta me parece uma outra face das suas curiosas reacções, procurando chegar até onde é possível observar e ver tudo que a sua terra não dá, lhe não pode patentear: o cinema. Não me repugna aceitar que muitas

[393] Spencer, 1944, Março; Spencer, 1950, Junho; Gilova, 1955, Outubro e Gonçalves, 1973, Agosto.

> crianças possam ser atraídas para as sessões de cinema na ânsia de se engolfarem num novo mundo, cheio de imprevistos, de situações e coisas diferentes das que lhes são comuns aos sentidos e à imaginação, a par daquelas, já mais crescidas, nem sempre «controladas», passe o galicismo, que outras razões atraiam.
> […] É assim, perante tantas dificuldades que a rodeiam, desde a língua às necessidades do dia-a-dia, e à carência de estímulos, o seu esforço extraordinário merece a nossa admiração, e até entusiasmo, enquanto que pelas condições em que trabalha e aprende quase seríamos levados a dizer com o poeta:
>
> «Cai neve na Natureza …
> e cai no meu coração».” (1959, Novembro, p. 6)

Num dia frio, às seis e meia da manhã, Maria Helena Spencer perscrutou “um mundo que revela já um esboço nítido de tendência que o tempo irá fixando: há rapazes de ar superior (quintanistas?), outros de aspecto sério, quase preocupado, raparigas que dir-se-ia já chegaram cansadas, como se antes já tivessem estado a trabalhar; outras cuidadas nas suas batas impecáveis, já muito femininas” (1960, Março). A jornalista questionou as alunas e os alunos que encontrou. À primeira, a ser interrogada, a Clarita Firmino Pinto – uma linda garota de olhos claros – do 3º ano, perguntou:

> “- Porque estuda?
> - Para ganhar a minha vida, ser alguém…
> - Apenas com vista ao seu futuro? Ou pensando também no da sua terra?
> - Depende do que escolher. Até agora prefiro germânicas…
> Faço agora uma pergunta indiscreta:
> - Gosta de estudar?
> - …
> Um trejeito mimoso, uns olhos que riem – uma resposta sem palavras…”

José Olívio Barbosa Mendes – 17 anos, estudava o 5º ano. “Um futuro intelectual caboverdiano, defendendo já ideias que possivelmente terá ainda de rever. Fala crioulo não por deficiência, mas por convicção”:

> “- Estudo para fazer da vida algo de útil de maneira a poder transformar o sonho em realidade como disse Mme Curie.
> - Gosta de estudar?
> - Apesar de ter uma concepção muito especial da vida não gosto muito. No entanto, espero que para o ano, quando entrar para o curso complementar, passe a gostar para poder seguir a carreira que escolhi – Direito.
> - Estuda apenas com vista ao seu futuro? Ou pensando também no da sua terra?
> - Claro que estudo tanto para mim, como para benefício da minha terra, pois, como bom caboverdiano que me prezo de ser, espero fazer algo, por ela.
> […] Ouvidos todos, lanço o pomo da discórdia:
> - Que pensam do estudante caboverdiano?
> José Olívio acha o estudante, caboverdiano – ou antes, o da Praia, único com quem tem contactado – demasiado fútil e pouco desenvolvido intelectualmente.
> Miguel Ângelo contesta: não acha que falta inteligência nem aptidão aos seus condiscípulos. E se, em confronto com os da Metrópole não brilham, o facto é unicamente devido ao hábito do crioulo, que os prejudica sèriamente. José Olívio não está de acordo e defende o crioulo.
> […] Deixo-os um pouco amuados uns com os outros.

Pudera! Depois das apreciações feitas!..."

A jornalista que "trouxe consigo a convicção de que, talvez um pouco egoístas com relação à colectividade, as mulheres são, acima de tudo, mesmo quando apenas simples meninas, orgulhosamente sinceras…" (Spencer, 1960, Março), proporcionou-nos um dos raros discursos directos dos alunos.

A consulta de uma exposição do reitor Baltazar Lopes da Silva sobre "o escalamento do edifício do liceu seguido de dano" desvenda outra faceta da vida estudantil, a (in)disciplina[394]:

> "No dia 18 de Fevereiro o chefe do pessoal menor, antes das 8 horas, encontrou, na sala em que habitualmente os guarda, oito dos livros de ponto rasgados, na sala que serve de gabinete dos professores também se encontraram, rasgados, um livro do ponto do ano lectivo passado e uma caderneta da disciplina de Organização Política do 7º ano.
> Este desagradável incidente, no qual é, pelo menos, de presumir que tenham intervindo alunos do Liceu, soma-se a outros sobre os quais se tem exercido a acção disciplinar adequada a cada caso, sempre apreciado e julgado pelo Conselho Disciplinar.
> Desta soma de factos verifica-se que da parte de certo número de alunos se denuncia uma imperfeita, quando não deturpada, noção dos seus deveres, isto levanta um problema de base, tanto nas suas causas, como no remédio que estas inculcam. Procurarei desde já inventariar as primeiras. Estas, suponho que podem ser, umas, enquadradas em tendências ou condicionamentos sociais próprios da época; Outras atribuídas a factores de incidência local.
> […] Vivemos a época de intensa comunicação de ideias e sentimentos. O cinema é uma das suas formas, mas há outras, de que, pela sua importância no meio, destaco a "literatura" de que se servem as crianças e adolescentes.
> […] Para tornar concreta a acuidade do problema cito um caso doméstico: Não há muito tempo, o director do 1º ciclo deste Liceu surpreendeu nas mãos de uma aluna uma revista de baixa literatura policial. Diga-se desde já que tendo aquele colega, no cumprimento do seu dever, convocado o encarregado de educação…este não se dignou aparecer." (Exposição, de 4/3/1955)[395]

A disciplina, na lógica foucaultiana, é um conceito que engloba "tout ce qui est capable de faire sentir aux enfants la faute qu'ils ont faite, tout ce qui est capable de les humilier, de leur donner de la confusion: … un certain froid, une certaine indifférence, une question, une humiliation, une destitution de poste" (Foucault, 1975, p. 210). O quadro

[394] Baltasar Lopes da Silva propunha sete medidas preventivas da indisciplina estudantil: "1º - A criação de um Lar de Estudante […] com a sua biblioteca, as suas salas de estudos, o seu campo de jogos […]; 2º - Criação de um serviço de cinema escolar e educativo; 3º - Vigilância da literatura de que se nutrem as crianças e adolescentes; paralelamente, repressão rigorosa da entrada e circulação de livros, revistas e ilustrações nocivas à formação moral da juventude; 4º - Revisão dos critérios e admissão dos jovens aos espectáculos públicos; 5º - Estimular as organizações da juventude; 6º - Tentar estimular a colaboração das famílias por intermédio de uma associação de pais de aluno, criada há muitos anos, a qual previamente nunca funcionou, mas que o Liceu vai procurar fazer reviver e 7º - Criação de um importante serviço de medicina escolar para o Liceu e escolas primárias da cidade" (Exposição, de 4/3/1955, Fundo dos Serviços de Administração Civil, IAHN).

[395] Fundo dos Serviços de Administração (IAHN).

seguinte sumariza os instrumentos de "humilhação" que, nos anos trinta, eram aplicados aos alunos do liceu:

Quadro 42 – *Castigos aplicados aos alunos do Liceu Infante D. Henrique, 1936/37 a 1939/40*

Ano	Suspensão 1 tempo	Suspensão 1 dia	Suspensão 2 dias	Suspensão 3 dias	Suspensão 4 dias	Suspensão 8 dias	Expulsão
1936-37		11					2
1937-38		2	1		2		
1938-39		17	10	2			
1939-40	Turma	1	1			1	
Total		31	12	2	2	1	2

(Livro de averbamento dos castigos, de 6/10/1936)[396]

As relações educativas eram reguladas por um duplo sistema de punição-recompensa. "C'est ce système qui devient opérant dans le processus de dressage et de correction. […] Ce mécanisme à deux éléments permet un certain nombre d'opérations caractéristiques de la pénalité disciplinaire. D'abord la qualification des conduites et des performances à partir de deux valeurs opposées du bien et du mal" (Foucault, 1975, p. 212). No plano dos "valores do bem", destacamos as distinções no "quadro de honra" criado para "estímulo dos alunos":

QUADRO DE HONRA
Ano lectivo 1936/37
7ª classe – Ciências
"MENÇÃO HONROSA"

Humberto Duarte Fonseca …… (8 disciplinas) 345 pontos
Adelaide Lopes de Sousa ……. (8 disciplinas) 312 "

6º ano
"MENÇÃO HONROSA"

Henrique Teixeira de Sousa …… (7 disciplinas) 297 pontos
Maria da Paz Duarte Fonseca…….. (7 disciplinas) 289 "

5º ano
"MENÇÃO HONROSA"

Alfredo J. Carvalho Veiga …… (6 disciplinas) 279 pontos
Jaime Hemitério dos Santos……. (7 disciplinas) 301 "
Fausto Vieira Martins ……... (7 disciplinas) 293 "

4º ano
"MENÇÃO HONROSA"

Carlos Barbosa Amado…. …… (7 disciplinas) 316 pontos
Carlos Alberto M. Leite…….……... (7 disciplinas) 289 "
Alice Aguiar Lisboa Santos…….. (7 disciplinas) 277 "

1º ano
"MENÇÃO HONROSA"

Luiz Jordão Neves Morazzo...…….…….. (7 disciplinas) 266 pontos

(Relatório do reitor, 1936/37, s/d, p. 38)

[396] Arquivo do Liceu Ludgero Lima.

Registos de pobreza

A situação social, fixada em múltiplos registos da pobreza *oficial*[397], desvenda uma parcela da pobreza *vivida* e *sentida* na colónia. Um dos indicadores das carências dos alunos é a angariação de verbas, numa perspectiva assistencial, para a compra de livros e pagamento de propinas. O reitor Horácio Afonso Mesquita relata as actividades destinadas à "assistência aos alunos pobres do liceu":

> "Por iniciativa do reitor distribuíram-se livros e outros artigos escolares a vários alunos pobres, na importância de 601$10, importância que foi paga pela caixa da Associação Escolar (451$10) e pelo produto (150$) de um baile infantil realizado no Salão de Desenho, pelo Carnaval de 1932. Com a reorganização da caixa escolar, a assistência aos alunos pobres do Liceu, será mais profícua, assim o esperamos." (Relatório, de 25/7/1932, p. 21)[398]

A pobreza *sentida* é perceptível nas dificuldades quotidianas na compra de livros e de outros materiais escolares, na alimentação e no vestuário, que deveriam ser compatíveis com os padrões convencionados para o estudante liceal. O Regulamento do Liceu Gil Eanes determinava que "os alunos que, pela sua idade, usem calças compridas não poderão ser admitidos nas aulas se não se apresentarem vestidos de casaco ou outro tipo de vestuário que o substitua, para a compostura exigida pela dignidade da escola" (27/9/1955).

> "Uns não traziam lápis, outros régua, já não falando nos objectos caros, como estojos, caixas de aguarelas etc. […] outros à custa de muita boa vontade alguma coisa traziam, […] caixas de aguarelas que pareciam datar do século XVI, compassos que só para creanças serviriam, lápis que necessitam de prodígios malabares para se segurarem entre os dedos." (Relatório, de 8/7/1933)[399].

A condição do aluno pobre, registada no relatório de um professor de Desenho, aflorava as páginas da imprensa periódica:

> "Todas as manhãs (às 7 horas e picos) e todas as tardes (12.30 horas) é confrangedor vermos os alunos a correrem a caminho das escolas (primárias e secundárias) com o desejo de chegarem a tempo às aulas…
> Alguns levam nas mãos pedaços de pão, porque não houve tempo para a primeira refeição. Outros – e quantos mesmo! – nem a tomaram… Não será possível alterar para as 8 horas e 14 horas a entrada para as aulas! Haverá assim um motivo tão grande que não faculte a alteração do horário escolar, fazendo alunos que moram no Monte Sossego, na Ribeira Bote, no Monte, etc, palmilharem distâncias longas que levam à Escola Comercial, ao

[397] Cynthia Greive Veiga classificou a condição social da pobreza em três conceitos: oficial, vivida e sentida, no estudo Alunos pobres do Brasil, século XIX, uma condição de infância, no âmbito da pesquisa História social da infância: crianças pobres, negras, pardas e mestiças na institucionalização da instrução elementar em Minas Gerais (1835-1906) (Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais).
[398] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[399] *Idem*.

> Liceu, a algumas escolas primárias, obrigando muitos a irem com o estômago vazio e até sem uma folha de papel ou lápis, porque os estabelecimentos estão fechados?! Se há um motivo que não possa remediar o mal, paciência. Mas, se não houver, não seria razoável que o assunto fosse estudado por quem de direito?! …" (*O Arquipélago,* 1967, Fevereiro 23)

No *Cabo Verde Boletim*, Marques de Oliveira recuperou os conceitos de "fome qualitativa" e "fome quantitativa" da autoria de Teixeira de Sousa:

> "Mesmo sem entrar em linha de conta com as crises cíclicas que a têm flagelado, quase se poderia dizer que a vida caboverdiana no ponto de vista económico é uma permanente crise, de reflexos gerais na sociedade, no indivíduo e na criança. *«Duma maneira geral,* segundo Teixeira de Sousa, *o caboverdiano humilde vive entre a sub-nutrição* (fome qualitativa) e a *hipoalimentação* (fome quantitativa).
> A isto se poderia juntar a extraordinária fecundidade deste povo, talvez a constituição irregular de muitos lares, e as consequências daqui derivadas quanto à habitação, quanto a problemas de ordem moral, desregramentos, etc." (1959, Agosto)

No termo desta reflexão, o autor das crónicas "Reacções do estudante cabo-verdinao a certos factores mesológicos" questiona: "como poderão deixar de ser afectados por estas precaríssimas condições os rapazes e raparigas que, sempre alegres e bem dispostos, mesmo com o estômago vazio – o que até parece um paradoxo! – constituem a segunda família do professor que durante o ano lectivo com eles convive e com eles pretende atingir os fins superiores da instrução e da educação?" (*idem, ibidem*). Com base na sua experiência docente, na Secção do Liceu de Gil Eanes na Praia, Marques de Oliveira concluiu:

> "Nada favorece o trabalho do estudante pobre caboverdiano. Já vimos no estudo anterior o conjunto de reacções que nele se produzem para contrariar a influência do crioulo na aprendizagem do português. Junte-se agora: o bulício de um quarto ou pouco mais em que a família vive, e ele também, sem um mínimo de sossego para poder estudar, muitas vezes à luz de um candeeiro, sob o bafo quente dos que dormitam, ou ao som dos berreiros dos irmãos mais novos que choram ou brincam, incomodam ou traquinam, das lamentações possíveis dos pais, de azedumes… Reage saindo para casa de um colega mais favorecido, ou, de manhã cedo vai para a rua, livros debaixo do braço, procurando refúgio em algures. Em vésperas de exercícios, de exames, não é raro vê-lo estudar à luz dos candeeiros públicos…
> A frequência de uma escola secundária tem as suas exigências de apresentação, quer quanto a vestuário, quer quanto a material escolar. Como pode, por exemplo, uma lavadeira ocorrer a tais exigências? Mas ocorre. A mulher caboverdiana é capaz de sublimes sacrifícios pelos filhos. A grande reserva para saques desta natureza é muitas vezes as privações próprias; menos um jantar pouco interesse tem para quem já se habituou a comer pouco ou… nada. Sabe-se lá o que significa, melhor, o que pode representar a compra de um simples caderno diário… E os professores, às vezes são tão exigentes! Como reage o estudante neste capítulo? Decerto acompanhando a mãe em sacrifícios, pagando-lhe talvez com entranhado amor, e poupando. Os sapatos, por exemplo, guardam-se para o dia seguinte. Fora do Liceu pode-se andar descalço… O material escolar pede-se emprestado, às vezes até nos intervalos das aulas.
> Os livros… até são capazes de os copiar, página a página, linha a linha. Isto não é admirável e comovente?

> Onde porém a reacção deveria ser violenta e talvez recalcada é no caso da alimentação. Sabe-se que o horário das refeições não existe. Se almoçam, não jantam, e mesmo quando tomam uma refeição, o que predomina é a frugalidade. O caboverdiano habituou-se a ser frugal. Portanto, parece que a reacção não é o que seria para esperar, mas por uma persistência, não sei se secular, a frugalidade é uma reacção natural. Não há, não come. Em vez da violência, do protesto, comum e natural, uma «economia» forçada no regime alimentar.
> E, assim, ao entrar no Liceu, quantas vezes sem a primeira refeição, era de supor encontrarem-se caras sorumbáticas, de má catadura… Nada disso, alegres, mas de uma alegria comunicativa. E até nós, professores, nos esquecemos de que estamos a leccionar quem tem o estômago «a dar horas», como se diz entre o vulgo. Como é possível chegar ao meio-dia em tal estado?
> Mas é assim mesmo. A cachupa fumegante espera e o estudante caboverdiano pobre absorve-a como o mais delicado manjar. E talvez qual para muitos se repita apenas 24 horas depois…
> Impressiona igualmente saber que no fim do ano os mais atrazados aguardam com ansiedade os livros daqueles que mudam de classe ou completam o seu curso e que possivelmente já os teriam «herdado» também. É um caso interessante de solidariedade que em muitos aspectos se manifesta igualmente." (1959, Agosto)

A condição de pobreza foi padronizada por lei. O Diploma Legislativo 858, de 14/4/1945, considerava pobres, "os filhos de indivíduos de qualquer sexo ou idade, cujo salário seja insuficiente para a sua manutenção e dos seus, em harmonia com a classe social a que pertençam, ou de indivíduos doentes ou de avançada idade, ou do sexo feminino de qualquer idade, cujos rendimentos sejam manifestamente insuficientes para a sua manutenção". Nesta perspectiva, os alunos de pobreza *provada*[400] podiam candidatar-se à isenção de propinas, "com a classificação final de *Bom* no ano anterior e [que] pelo seu comportamento se mostrem dignos dela, não podendo o número das isenções, em cada classe, ultrapassar 10%"[401]. Segundo o reitor José Diogo Luiz Terry, a lei nem sempre era cumprida:

> "Numa colónia de índice económico menos que mediano, como esta – parece-nos que o problema de isenções de propina tem de ser devidamente equacionado com as circunstâncias com êle relacionadas.
> As isenções referem-se a indivíduos cujo comportamento e aproveitamento sendo bons não tenham condições económicas que lhes permitam suportar o pagamento das propinas liceais, quer por absoluta carência, quer ainda porque o seu ónus afecta muito a economia de quem os tem a seu cargo.
> […] Não é de equidade que no Continente e Ilhas Adjacentes e, possivelmente nas outras colónias – a percentagem de isenções seja de dez por cento e aqui – na Colónia mais pobre, seja de cinco por cento. A modificar-se o estabelecido na Metrópole só seria justo que o fôsse no sentido de se aumentar aquela percentagem e nunca diminuir.

[400] O processo para provar a pobreza era instruído com os seguintes documentos: declaração feita pelos pais de todas as suas receitas, vencimentos, emolumentos, gratificações e rendimentos, ao mês ou ao ano, em quantia fixada ou em média, conforme a natureza das mesmas; declaração pelos mesmos do número de filhos, idade e situação económica de cada um deles; declaração de garantia de que são verdadeiras as declarações constantes das alíneas a) e b) dêste artigo, feita pelo regedor e pela junta de freguesia, ou só pelo superior hierárquico, no caso de tratar-se de funcionário público ou administrativo. (Decreto 20.065, de 13/7/1931)

[401] Segundo o Diploma Legislativo 858, de 14/4/1945, "os filhos dos professores são isentos de propinas".

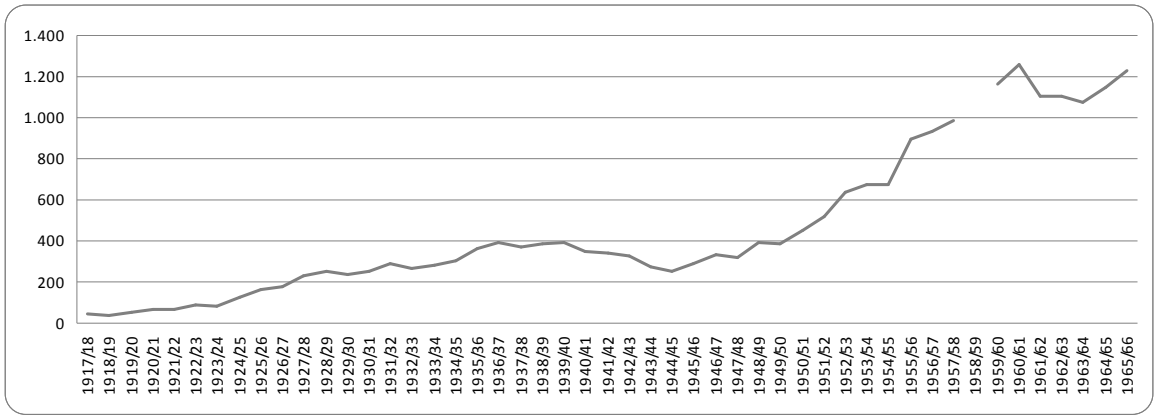
> Alem disso, a concessão das isenções a ser decidida pelo Conselho de Instrução Pública é quási enexequível, pois demora bastante tempo e os alunos que a requerem ficam na situação de estar aguardando a decisão – não pagando entretanto as propinas.
> Sendo a concessão taxativa e objectiva subordinada aos elementos de bom comportamento, bom aproveitamento e pobreza […];
> Tenho a honra de propor:
> Que a isenção de propina aos alunos do Liceu Gil Eanes, seja concedida nos termos do art.º 67.º do Diploma Legislativo n.º 407, de 16 de Setembro de 1933, e dela beneficiem os filhos dos professores do Liceu." (Ofício, de 12/10/1944)

Representações estatísticas

Evolução dos efectivos escolares

A representação gráfica do corpo discente do liceu (1917/18-1965/66)[402] evidencia a expansão do ensino secundário com dois períodos de recessão, sendo o primeiro numa época de hesitações quanto ao futuro do liceu[403] e o segundo, na época da segunda guerra mundial. O crescimento dos alunos, a partir de 1956, explica-se pela instalação do ensino liceal na cidade da Praia.

Gráfico 4 – *Evolução dos efectivos escolares no ensino liceal, 1917/18 a 1965/66*



(*Relatórios dos reitores* e *anuários estatísticos*[404])

[402] Efectivos escolares no ensino liceal: 1917/18 alunos, 42; 1918/19, 37; 1919/20, 51; 1920/21, 66; 1922/23, 91, 1923/24, 83; 1924/25, 125; 1925/26, 165, 1926/27, 178; 1927/28, 227; 1928/29, 252, 1929/30, 239; 1930/31, 252; 1931/32, 292; 1932/33, 264; 1933/34, 278; 1934/35, 302; 1935/36, 366; 1936/37, 393; 1937/38, 373; 1938/39, 388; 1939/40, 395; 1940/41, 345; 1941/42, 343; 1942/43, 329; 1943/44, 274; 1944/45, 253; 1945/46, 289; 1946/47, 332; 1947/48, 317; 1948/49, 391; 1949/50, 386; 1950/51, 454; 1951/52, 520; 1952/53, 638; 1953/54, 674; 1954/55, 677; 1955/56, 895. 1956/57, 930; 1957/58, 983; 1958/59 (sem dados); 1959/60, 1.165; 1960/61, 1.257; 1961/62, 1.105; 1962/63 1.105; 1963/64, 1.076; 1964/65, 1.150 e 1965/66, 1.228. (Relatórios dos reitores e anuários estatísticos *supra* referidos).

[403] Consultar II Parte, 1.2. "O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania".

[404] Relatórios dos reitores: 31/7/1923; --/9/1926; 25/7/1932; 25/8/1936; 1936/37, s. d; 27/4/1938; 21/12/1939; 1939/40, s/d; 1940/41, s/d; 1941/42, s. d; 26/12/1943; 31/12/1945; 1945/46, s. d; 11/12/1950; 9/12/1952; 10/12/1953; 31/12/1954; 1954/55, s/d; 1955/56, s/d; 6/9/1956; 1957/58, s/d; 6/8/1958. Anuários estatísticos referentes aos anos de 1935 a 1940, de 1944 a 1967.

Desigualdades

As estatísticas de educação, nos anos vinte, desenham o perfil da escolaridade em função da origem étnica e do sexo dos alunos. A categorização dos alunos em *raça branca*, *mista* e *preta*[405] está associada a práticas e crenças culturais discriminatórias. Como refere João Nobre de Oliveira, a operação era feita "«a olho» […], dependia assim da variação dos critérios e da experiência do «classificador» […], certo mesmo é a progressiva diminuição dos brancos e «quase brancos» e o aumento do grupo mestiço" (1998, p. 185).

Instituto Caboverdeano de Instrução

Movimento dos alunos no ano lectivo de 1925-1926

Instrução Primária e Secundária

Classes	Matriculados	Resultado da freqüência							Sexos				Raças		
		Internos	Externos	Distintos	Aprovados	Reprovados	Desistiram da freqüência	Transferidos para outros liceus	Transitaram de classe: Masculino	Transitaram de classe: Feminino	Não transitaram de classe: Masculino	Não transitaram de classe: Feminino	Branca	Mista	Preta
Instrução Primária...	6	3	3	–	3	–	3	–	–	–	–	–	1	5	–
Instrução Secundária..	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1.ª classe.....	43	12	31	–	35	–	8	–	27	8	7	1	5	38	–
2.ª classe.....	8	–	8	–	5	–	3	–	5	–	3	–	1	7	–

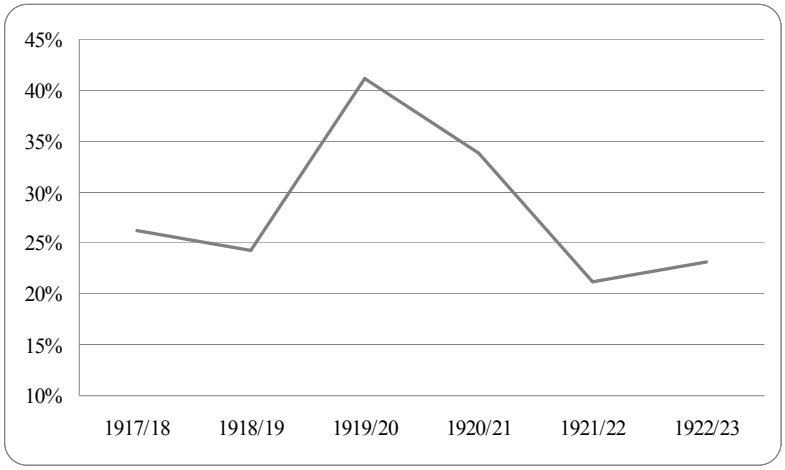
Secretaria do Instituto Caboverdeano, em S. Nicolau, 31 de Agosto de 1926.— O secretário, *José Correia*.— O director, *António José de Oliveira Bouças*.

Figura 54 – *Mapa do movimento dos alunos do Instituto Cabo-verdiano de Instrução*
Boletim Oficial, de 25/9/1926.

Enquanto *constructo* simbólico das diferenças, a classificação censitária em *sexo masculino* e *feminino* denota desigualdades que se foram atenuando, ao longo do tempo. As diferenças de género, acentuadas no Instituto Caboverdeano de Instrução (17,6% de alunas), foram menos marcadas no liceu laico. Nos primeiros seis anos, o número médio de alunas matriculados no liceu foi de 28,3%, tendo atingido os valores mais elevados nos anos de 1919/20 (41,2%) e 1920/21 (33,8%), regredindo para 23,2% no ano de 1922/23[406]:

[405] Até 1960 os censos discriminavam a população segundo as raças (Oliveira, 1998, p. 392).
[406] Número de alunos do liceu de S. Vicente: 1917/18 – 42 (sexo masculino, 31; sexo feminino, 11); 1918/19 – 37 (sexo masculino, 28; sexo feminino, 9); 1919/20 – 51 (sexo masculino, 30; sexo feminino, 21); 1920/21 – 65 (sexo masculino, 43; sexo feminino, 22); 1921/22 – 66 (sexo masculino, 52; sexo feminino, 41); 1922/23 – 91 (sexo masculino, 70; sexo feminino, 21). (Relatório do reitor, de 31/7/1923)

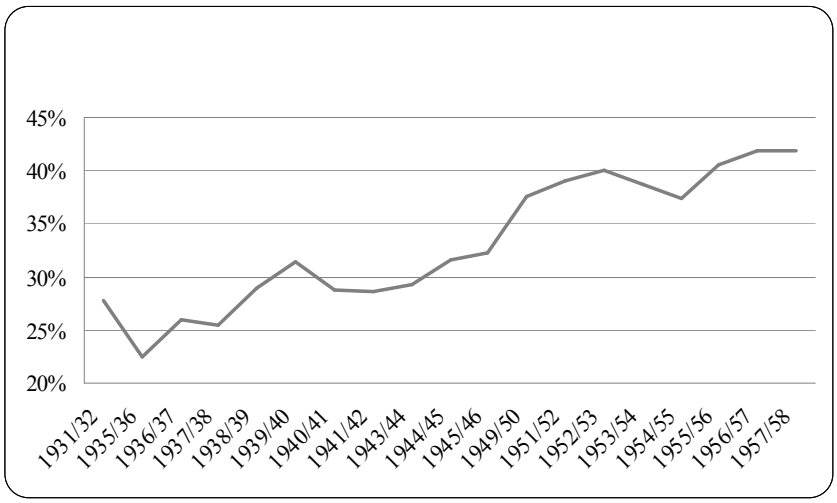
Gráfico 5 – *Evolução da taxa de estudantes do sexo feminino, nos primeiros anos do liceu*



(Relatório do reitor, de 31/7/1923)

Entre 1931/32 e 1957/58, no Liceu Gil Eanes, o número médio de frequência feminina fixou-se em 33,1% (Gráfico 6), notando-se uma tendência para a diminuição das desigualdades no final do período analisado (41,8%)[407].

Gráfico 6 – *Evolução da taxa de estudantes do sexo feminino do Liceu Gil Eanes, 1931/31 a 1957/58*



(Relatórios dos reitores, anos referidos[408])

[407] Número de alunos do liceu de S. Vicente: 1931/32 – 292 (sexo masculino, 211; sexo feminino, 81); 1935/36 – 366 (sexo masculino, 284; sexo feminino, 82); 1936/37 – 393 (sexo masculino, 291; sexo feminino, 102); 1937/38 – 373 (sexo masculino, 278; sexo feminino, 95); 1938/39 – 388 (sexo masculino, 276; sexo feminino, 112); 1939/40 – 395 (sexo masculino, 271; sexo feminino, 124); 1940/41 – 345 (sexo masculino, 246; sexo feminino, 99); 1941/42 – 343 (sexo masculino, 245; sexo feminino, 98); 1942/43 – 274 (sexo masculino, 194; sexo feminino, 80); 1944/45 – 253 (sexo masculino, 173; sexo feminino, 80); 1945/46 – 289 (sexo masculino, 196; sexo feminino, 93); 1949/50 – 386 (sexo masculino, 241; sexo feminino, 145); 1951/52 – 520 (sexo masculino, 317; sexo feminino, 203); 1952/53 – 638 (sexo masculino, 383; sexo feminino, 255); 1953/54 – 674 (sexo masculino, 413; sexo feminino, 261); 1954/55 – 677 (sexo masculino, 424; sexo feminino, 253); 1955/56 – 662 (sexo masculino, 394; sexo feminino, 268); 1956/57 – 664 (sexo masculino, 386; sexo feminino, 278); 1957/58 – 679 (sexo masculino, 395; sexo feminino, 284). (Relatórios dos reitores, anos referidos)

[408] Relatórios dos reitores, 25/7/1932; 25/8/1936; 1936/37, s. d; 27/4/1938; 21/12/1939; 1939/40, s. d; 1940/41, s. d; 1941/42, s. d; 26/12/1943; 31/12/1945; 1945/46, s. d; 11/12/1950; 9/12/1952; 10/12/1953; 31/12/1954; 1954/55, s/d; 1955/56, s/d; 1957/58, s/d.

A dimensão dos efectivos escolares não justificava a separação de alunos e alunas em estabelecimentos de ensino secundário distintos. A Portaria 12.238, de 9/1/1948 confirmou esta medida, estabelecendo que "os liceus das colónias são de frequência mista" (art. 12º). Não existia o regime de coeducação, no sentido da construção paulatina da igualdade de sexos, tendo sido adoptado "o critério de separar as turmas masculinas das femininas e só em casos de alunos mais idosos, ou do 3° ciclo, formar turmas mistas, baseando-nos nos princípios da psicopedagogia" (Ribeiro, 1964, Outubro 8).



Figura 55 – *Alunas à entrada do liceu de Mindelo*
Álbum 3, 2 (IAHN).

Consciência higienista

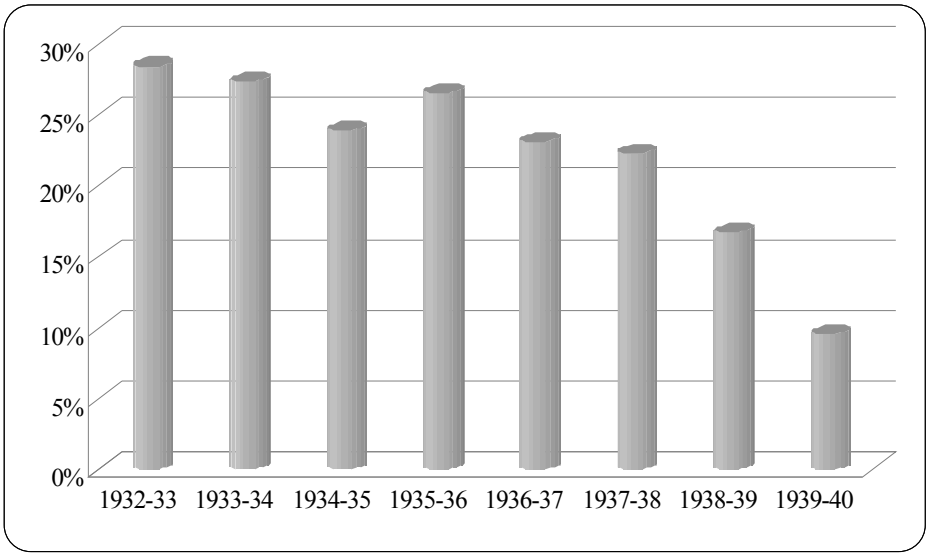
O acesso ao liceu era condicionado pelo conceito de *idade legal*. Em conformidade com a Portaria 359, de 30/8/1932, "a idade mínima para a matrícula na 1ª classe é a de 10 anos" (art. 3º), não sendo permitida a matrícula "pela primeira vez, em qualquer classe do curso geral, a alunos cuja idade exceda, em mais de três anos, a idade mínima da matrícula nessa classe" (art. 4º), bem como aos alunos que não "tenham atingido o desenvolvimento físico e indispensável para seguirem os respectivos estudos" (art. 6º). Vasco Lopes da

Silva, pai de Yolanda Morazzo Lopes da Silva[409], requereu a matrícula da filha, no liceu, com idade inferior à legal:

> "Acontece, porém, que ela não completou ainda os dez anos estabelecidos na Lei, mas completa-os em Dezembro do corrente ano. Pelos documentos juntos, verifica-se que a filha do requerente possue desenvolvimento físico e intelectual necessários para ser admitida à frequência do ensino secundário.
> Assim, como lhe falta um mês e dias para completar os dez anos exigidos por Lei,
> Mui respeitosamente, requere a V. Exª que se digne de autorizar que a dita sua filha seja admitida à matrícula do presente ano lectivo." (8/9/1937)[410]

O Decreto 32.732, de 3/4/1943 alterou a faixa etária legalmente aceite. Estabeleceu que "as idades mínima e máxima para a matrícula, como alunos internos, no 1º ano do curso dos liceus coloniais, […] passam a ser, respectivamente de 10 a 14 anos".

Gráfico 7 – *Evolução do percentual dos alunos do liceu com idade tardia, 1932/33 a 1939/40*



(*Anuários estatísticos*, de 1936, 1938 e 1939)

Nos anos analisados (1932/33-1939/40), 82,3% dos alunos situavam-se na faixa etária considerada "normal", notando-se o decréscimo da frequência de alunos com idades superior a 17 anos[411], que se reduziu a 9,5%, no fim do decénio[412]. A idade e as características físicas e mentais dos alunos passaram a ser registados numa "folha

[409] Yolanda Morazzo Lopes da Silva (1927-2009), neta do poeta José Lopes foi "umas das raras poetisas cabo-verdianas deste período e a única voz feminina da *Claridade*". Frequentou o Liceu Gil Eanes e concluiu os estudos liceais em Lisboa, para onde foi em 1943, e onde fez os cursos de Francês no Instituto Francês e de Inglês no Instituto Britânico. Colaborou no *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, no *Suplemento Cultural*, *Ponto & Vírgula* e *Artiletra*, entre outros. Publicou *Cântico de ferro*, Lisboa, 1976. (Oliveira, 1998, p. 808)
[410] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[411] Considerámos como idade tardia, para a frequência do curso liceal, a faixa etária dos 18 aos 33 anos.
[412] Número de alunos matriculados no liceu com idade superior a 17 anos: 1932/33: 75 (total, 189); 1933/34: 72 (total, 206); 1934/35: 63 (total, 239); 1935/36: 70 (total, 296); 1936/37: 61 (total, 332); 1937/38: 59 (total, 261); 1938/39: 44 (total, 342); 1938/39:25 (total, 318). (Anuários estatísticos, de 1936, 1938 e 1939)

antropométrica"[413], na convicção que "o aluno de hoje á com toda a probabilidade o futuro cidadão-soldado de amanhã, a quem cabe a defesa sagrada do solo da pátria" (Decreto 21.110, de 4/4/1932, que regulamenta a educação física no liceu). As preocupações higienistas levaram Henrique Teixeira de Sousa a contrapor às "escolas, armazéns de ensacar conhecimentos abstractos", escolas vivas "que visem a educação integral da criança", advertindo que "o ensino que não se fundamentar nas noções dos psicólogos que dissecaram a alma da criança, dos médicos que estudaram a relação entre o rendimento escolar e o grau de desenvolvimento físico, estará fadado a falhar na sua intenção educacional" (1953, Maio, p. 4).

Formação para o ensino médio e superior

O ensino liceal cumpria uma dupla missão: a formação geral do cidadão e a preparação dos alunos para o ingresso no ensino médio e superior. Na colónia, a maioria dos diplomados com o curso liceal engrossava as fileiras do funcionalismo público. Nos anos sessenta, 17,4% dos alunos que concluíram o liceu, em Cabo Verde, transitaram para institutos e universidades na metrópole (Quadro 43).

Quadro 43 – *Evolução das taxas de transição para o ensino médio e superior*

Ano	Concluíram o liceu	Acederam ao ensino médio e superior	Taxa de transição
1959/60	1.165	163	14,0%
1960/61	1.257	168	13,4%
1961/62	1.105	182	16,5%
1962/63	1.105	229	20,7%
1963/64	1.076	214	19,9%
1964/65	1.150	254	22,1%
1965/66	1.228	267	21,7%
1966/67	1.612	277	17,2%
1967/68	2.059	292	14,2%

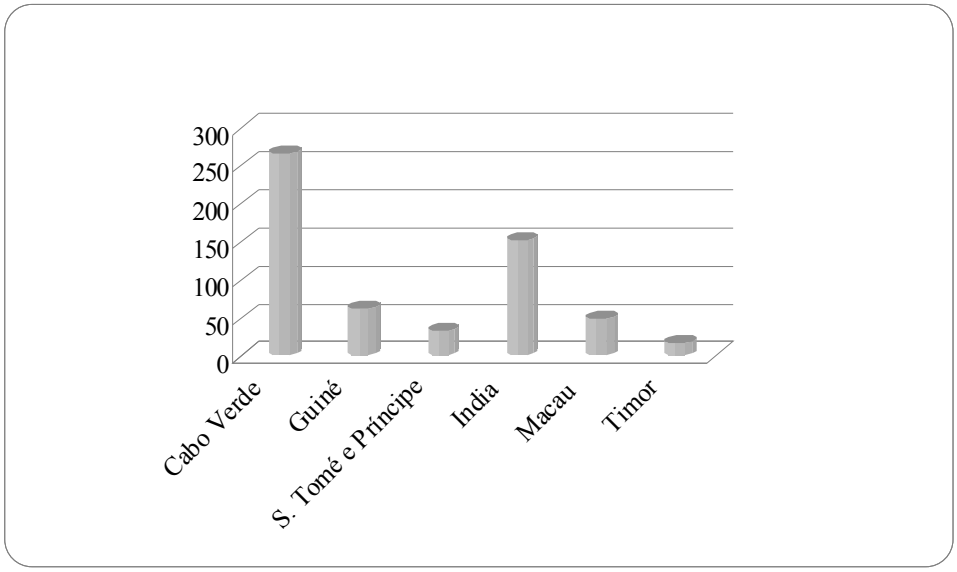
(*Anuários estatísticos*, 1955 a 1967)

Para a compreensão dos números e indicadores apresentados, importa proceder-se a uma análise comparativa das matrículas, em cursos médios e superiores, de estudantes das

[413] A folha antropométrica do aluno inseria campos para as observações do médico escolar: Estatura, peso, circunferência axilar e xifoídea, diâmetros antero-posterior e transverso axilar e xifoídea, diâmetros antero-posterior do abdómen, circunferência abdominal e ilíaca. (Decreto 21.110, de 4/4/1932).

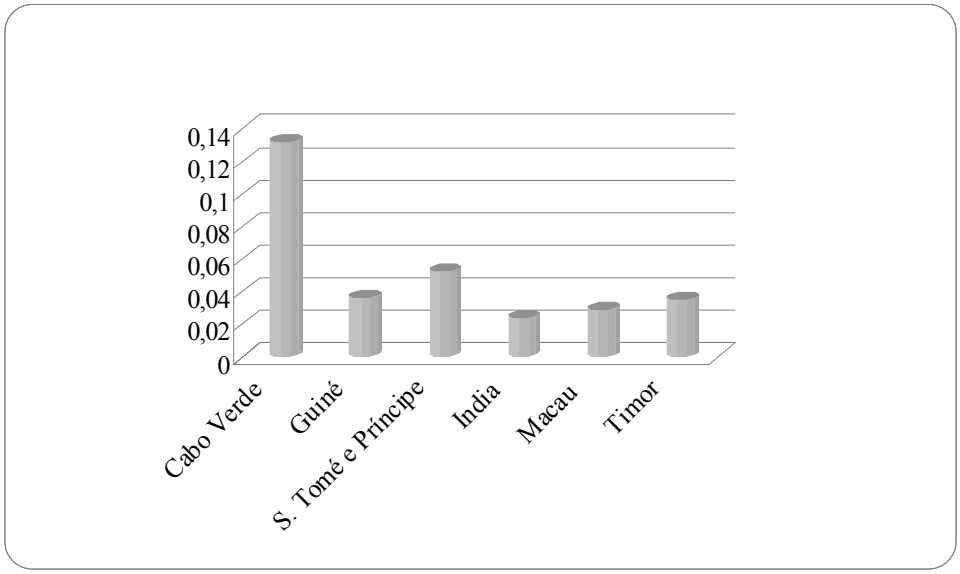
colónias que integravam o império português (com excepção de Angola e Moçambique, com um peso demográfico e territorial muito superior a Cabo Verde[414]).

Gráfico 8 – *Repartição percentual das matrículas no ensino médio e superior de alunos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Índia, Macau e Timor, 1965/66*



(Anuário estatístico das províncias ultramarinas, vol. II, 1966)

Gráfico 9 – *Índices de frequência no ensino médio e superior de alunos de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Índia, Macau e Timor, 1965/66*



(*Idem*)

[414] População das colónias: Angola, 4.330.449 habitantes; Moçambique, 6.603.663 habitantes; Cabo Verde, 201.549 habitantes; Guiné, 621.336 habitantes, S. Tomé e Príncipe, 64.263 habitantes; Estado da Índia, 625.831 habitantes; Macau: 169.299 habitantes e Timor, 52.158 habitantes. (Anuário estatístico das províncias ultramarinas, vol. II, 1966)

Em conformidade com os dados referentes ao ano lectivo de 1965/66, no cômputo das províncias ultramarinas (à excepção de Angola e Moçambique), Cabo Verde tinha o maior número de estudantes matriculados em institutos e universidades[415].

Após este desvio por outros contextos de colonização, demonstrativo do valor do capital educativo em Cabo Verde, retomamos a análise das representações estatísticas do aluno cabo-verdiano e dos dispositivos de acesso ao ensino superior.

Em conjugação com as dificuldades económicas das famílias, a escassez de bolsas de estudo para os estudantes ultramarinos e os exames de aptidão à universidade constituíram filtros selectivos no acesso à formação superior. Os exames de aptidão "para a matrícula nas universidades, na Escola Superior Colonial e nas escolas de belas-artes realizavam-se na cidade de Mindelo", conforme o Decreto 39.291, de 27/6/1953[416].

A qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento das colónias foi fundamento para a atribuição de "bolsas de estágio na metrópole, destinados à preparação de candidatos habilitados com o 1º ciclo dos liceus para profissões técnicas e manuais" (Diploma Legislativo, de 2/5/1942)[417]. Em conformidade com o Diploma Legislativo 1.724, de 18/11/1961, a atribuição de bolsas de estudos para os alunos das colónias subordinava-se ao seguinte regime de quotas: "1º - Para a continuação de estudos fora da província: a) Em cursos superiores: I – ciências humanas e sociais – 20%, II – outras ciências e belas-artes – 30%; b) Em cursos médios: I – ciências humanas e sociais – 10%, II – outras ciências e belas-artes – 30%. 2º - Para a frequência de estabelecimentos oficiais de ensino secundário na província – 10%". Nos anos de 1969/70 e 1972/73 foram concedidas bolsas de estudo para a frequência de cursos médios e superiores, em Portugal, a 63 alunos:

[415] Número de estudantes matriculados no ensino médio e superior, 1965/66: Cabo Verde, 262; Guiné, 62; S. Tomé e Príncipe, 34; Índia, 153 e Timor, 18. (Anuário estatístico, vol. II, 1966).
[416] As instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão para as matrículas nas universidades clássicas e na universidade técnica, de 3/8/1953 foram publicadas no *Boletim Oficial*, de 29/8/1953.
[417] A política de atribuição de bolsas de estudo foi objecto do Decreto 45.769, de 19/6/1964, que aprova a constituição "na Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos de um fundo destinado a suportar os encargos com as bolsas-empréstimo" e do Decreto 46.935, de 11/4/1966, que "condensa e actualiza as normas respeitantes à concessão de bolsas de estudo (incluindo bolsas-empréstimo)".

Quadro 44 – *Número de bolsas de estudo para a frequência de cursos médios e superiores na metrópole, 1969/70-1972/73*

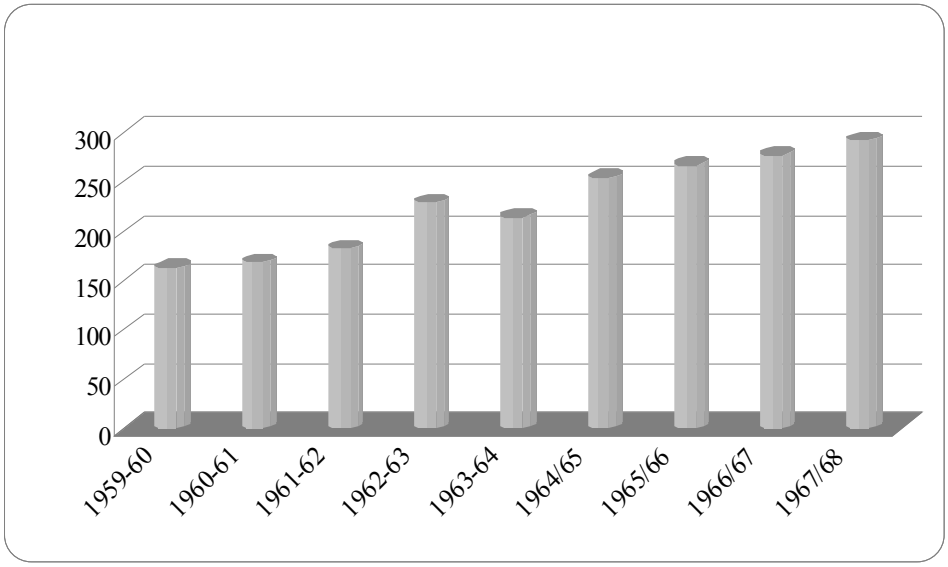
Cursos / Ano lectivo	1969-70	1970-71	1971-72	1972-73	Total
Agente Técnico de Engenharia	1	1	3	1	6
Agronomia			1		1
Contabilidade	1			2	3
Desenhador de Construção Civil		1			1
Direito		2	1	1	4
Económicas e Financeiras	1	1			2
Engenharia			10	1	11
Engenharia Civil		2	1		3
Engenharia Electrotécnica		1			1
Engenharia de Máquinas		1			1
Engenharia Mecânica		1			1
Germânicas			3	1	4
Línguas	1				1
Magistério Primário		5			5
Medicina	1	2	5	3	11
Pintura e escultura				1	1
Regente Agrícola	3	2			5
Instituto Comercial	1				1
Instituto Industrial	1				1
Total	10	19	24	10	63

(Relação de estudantes bolseiros, de 8/5/1971; de 31/5/1972; de 19/7/1973)

A análise dos dados revela a prevalência de formações de nível superior (63,2%) e a preferência concedida aos cursos de Engenharia e Medicina. A finalidade de constituição de elites coloniais, que transparece na importância dada à formação no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos[418], não é perceptível nos indicadores apurados, tendo em conta a ausência do curso de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas no elenco das formações consideradas. A consulta dos *Anuários Estatísticos do Ultramar* (1959 a 1968) permitiu-nos traçar a linha evolutiva da frequência de estudantes cabo-verdianos no ensino superior. Com uma frequência média de 227 estudantes por ano, seguiu uma curva tendencialmente ascendente, com uma ligeira quebra no ano lectivo de 1963/64.

[418] Conforme a Portaria 17.889, de 8/8/1960 foram oferecidas 10 bolsas de estudo para o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Em 1963, a Portaria 19.718, de 20/2 determinou a instituição, pelo Ministério do Ultramar, de "53 bolsas de estudo, assim distribuídas: a) 26 bolsas para a frequência do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; b) 12 bolsas para a frequência de outros cursos superiores; c) 5 bolsas para a frequência dos cursos dos institutos industriais e comerciais; d) 5 bolsas para a frequência dos cursos do Instituto do Serviço Social; e) 5 bolsas para a frequência das escolas do magistério primário" .

Gráfico 10 – *Número de estudantes cabo-verdianos matriculados no ensino médio e superior na metrópole, 1959/60 a 1967/68*



(Anuários estatísticos, 1959 a 1968)

As representações estatísticas, no período de 1959 a 1968 (Quadro 45), revelam a permanência das assimetrias de género na frequência universitária (número médio de frequência feminina, 31,8%), com uma tendência para o esbatimento das diferenças (1967/68: 42,1% de alunas no ensino superior).

Quadro 45 – *Número e percentagem de estudantes do sexo feminino no ensino médio e superior, 1959/60-1967/68*

Anos	Total	Nº de alunas	Percentagem de alunas
1959-60	163	38	23,3%
1960-61	168	41	24,4%
1961-62	182	56	30,7%
1962-63	229	75	32,8%
1963-64	214	67	31,3%
1964-65	254	78	30,7%
1965-66	267	86	32,2%
1966-67	277	87	31,4%
1967-68	292	123	42,1%

(*Anuários Estatísticos*, 1959 a 1968)

Os *Anuários Estatísticos do Ultramar* permitiram-nos reconstituir a repartição dos estudantes cabo-verdianos por estabelecimentos de ensino médio e superior. A maioria dos alunos estudava em Lisboa (Universidade de Lisboa, 34,7%; Universidade Técnica de

Lisboa, 24,1%), seguindo-se as Universidades de Coimbra (23,6%), do Porto (6,4%). Um número menor de alunos (11,2%) frequentava outros estabelecimentos de ensino superior, destacando-se: a Academia Militar, a Escola Superior de Belas Artes, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, a Faculdade Pontifícia de Filosofia, os Institutos de Serviço Social e a Escola Técnica de Enfermeiros.

Em jeito de síntese

No termo deste ensaio de identificação dos *registos identitários do aluno*, relemos a crónica "Da condição do estudante caboverdiano", de Nuno Miranda. Perscrutámos três destinos possíveis dos jovens e uma finalidade para se "combater a indiferença ao tempo e à vida":

> "Modelos:
> I - Vindo de um meio onde, ao invés de se dar conta dos lampejos da inteligência, […] o estudante que completa o seu curso no Liceu, sente-se projectado para a vida sem uma visão larga das coisas e dos homens , sem uma orientação intelectual que o coloque a par da Cultura moderna […] incapaz de se atirar de bruços para horizontes rasgados" […];
> II – "Aquele estudante que, pela sua inteligência, fêz o seu curso no Liceu, e, cuja ânsia de desbravar foi vencida pela situação material que não o deixou ingressar num Curso Superior […] ancorou como terceiro aspirante no funcionalismo ou como professor de Pôsto de Ensino num dos vilórios obscuros das ilhas do arquipélago […] acabou por deixar a sua inteligência estagnar num charco de estupidez ridículo, sem se entronizar numa posição, sem qualquer confiança optimista e acertada de quem espera "mais" qualquer coisa";
> III – "Finalmente, a Carta de Curso e o ingresso no círculo da gente boa da terra, o sr. dr. Fulano, passeando a sua neura nostálgica das noites de estúrdia na Capital, o sr. dr. Cicrano vivendo para a banca, para a clínica e para as relações íntimas. Ou então, o malogrado sr. Tal, três vezes chumbado, quando foi da epidemia do Técnico. "
> [Finalidade:]
> Levantamento de uma campanha para a orientação da educação intelectual do estudante Caboverdiano" (1944).

Recuperámos, ainda, o texto de João Nobre de Oliveira, que considera o liceu de Cabo Verde "diferente dos outros"[419]. Apesar das condições adversas, "os menos remediados podiam aspirar a que os filhos tivessem pelo menos o curso do liceu […], cursos universitários logo se veria…" (1998, p. 410). Diferente porque "desde o seu início teve na maioria alunos negros e mulatos" e porque o corpo docente depois da II Guerra Mundial " passaria a ser constituído, maioritariamente, por antigos alunos, completando-se assim um processo de localização único no império colonial português" (*ibidem*, p. 406).

[419] Refere-se aos outros liceus do império colonial português.

III PARTE

PERCURSOS DE SUBMISSÃO E DE AUTONOMIA

1. EDUCAÇÃO, PODER E JUVENTUDE

"O Liceu tem uma dupla função a cumprir: educar e instruir.
O Governo da Ditadura a quem a Instrução tanto deve, assim o compreendeu e muito bem, mandando restabelecer, no primeiro ciclo, as aulas de Instrução Moral e Cívica. Com efeito, os alunos das primeiras classes são arrancados bruscamente ao afecto das famílias e lançados no meio de uma sociedade que desconhecem e não compreendem. Terá o Liceu, portanto, de substituir em certo modo a família, orientando os alunos para a beleza moral, por meio de uma educação sadia e persistente; enriquecer-lhes o espírito de conhecimentos úteis; prepará-los para a vida e torna-lhes a vontade firme e obediente a uma consciência recta e uma inteligência desempoeirada.
Esta familiaridade de que falo, não é uma familiaridade doentia e contraproducente.
Mas para que o Liceu atinja o seu desideratum, necessitamos de um corpo docente que, além de culto, tenha a noção clara das suas responsabilidades; de um edifício amplo e bem apetrechado e de um corpo discente que corresponda aos sacrifícios que por ele se fazem, cumprindo os seus deveres.
O Liceu não é um templo grego, pequenino, escuro e fechado; é uma casa moderna onde o ar e a luz entram em abundância, vivificando-lhe o organismo e dando-lhe novas energias para realizar o ideal para que foi criado.
[…] É, pois, nas Escolas que se deve fundar o baluarte contra as ideias terroristas, inimigas das famílias, da pátria, da ordem e do progresso. Para que tal ideia possa ter uma boa finalidade, necessário se torna que tenhamos uma indefectível confiança no nosso Governo, à frente do qual se encontra o Grande Português, o grande homem de bem e de ciência que é o Sr. Dr. Oliveira Salazar." (Discurso do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 23/10/1933)

- Nada temos contra a Mocidade Portuguesa. De resto é uma instituição também benéfica para a juventude. Só que nós aqui nos Falcões não estamos interessados em ser outra coisa que não seja só Falcões.
-Mas podiam ser águias. Então voavam mais alto – replicou o major com expressão irónica.
- As nossas asas bastam para lá chegarmos – disse Joel meio a sério, meio a gracejar." (Henrique Teixeira de Sousa, 1984)

1. 1. Deus, pátria e família

O Acto Colonial configurou Portugal como um estado pluricontinental e as colónias, parte integrante e inalienável do território nacional. Resultava "da essência orgânica da nação portuguesa, desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem" (Decreto 18.570, de 8/7/1930).



Figura 56 – *Portugal não é um país pequeno*
Sanches, 2006, p. 368.

A ficção cartográfica "Portugal não é um país pequeno" (bilhete postal, mapa e cartaz da autoria de Henrique Galvão) ao distorcer e deslocar o império para a Europa, na feliz expressão de João Carlos Paulo, "*travestiu* a imagem social da nação" (1995, p. 132). Gerou-se um campo de forças "moldado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como uma ordem colonial ou imperial), com o poder intelectual (como as ortodoxias e cânones de gosto, textos e valores), com o poder moral (como as ideias sobre o que «nós» fazemos e o que «eles» não podem fazer ou entender como «nós» fazemos)" (Said, 2004 [1978], p. 24).

A fórmula singela "Deus, pátria e família" sintetiza os valores dominantes da ideologia do Estado Novo: "Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a

sua história; não discutimos a Autoridade e o seu prestígio, não discutimos a família e a sua moral, não discutimos a glória do seu Trabalho e o seu dever." (Salazar, 1930, p. 130). O objectivo da simplificação ideológica é precisamente essa, "fornecer 'certezas' claras e incontroversas que legitimem e facilitem o direito de mandar e ilegitimem a veleidade de resistir, justificando e tornando aceitável, como as coisas da natureza, o dever de obedecer" (Rosas, 1993-1994, p. 292).

Na interpretação de Moisés de Lemos Martins, "o salazarismo foi uma mecânica da «moral» e do «direito», que em permanência reenviou da política para a religião e desta para a política" (Cunha, 2001, p. 12). A aliança da política com a religião foi consagrada na Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, de 7 de Maio de 1940:

> "Artigo 1º. A República Portuguesa reconhece a personalidade jurídica da Igreja Católica. As relações amigáveis com a Santa Sé serão asseguradas na forma tradicional por que historicamente se exprimiam, mediante um Núncio Apostólico junto da República Portuguesa e um Embaixador da República junto da Santa Sé.
> […]
> Art. 21º O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais do País. Consequentemente ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção." (Concordata e Acordo Missionário, 1943)

A celebração deste acordo "serviu para formalizar, por um lado, as distâncias, por outro, as cumplicidades entre a Santa Sé e o Estado Novo" (Reis, 1990, p. 593). Segundo o historiador Oliveira Marques, "só na década de 1950, é que certo reviver de fanatismo levou à definição constitucional da religião católica como «religião da Nação portuguesa», coisa que o texto de 1933 havia cuidadosamente evitado" (1981 [1973], pp. 454/455).

Santos e heróis

O ambiente escolar estava impregnado de signos de doutrinação – em murais ideológicos e nos compêndios escolares – que difundiam "a verdade nacional, isto é, a verdade que convém à Nação"[420] (M. M. Carvalho, 2001, p. 80). Os factores fundamentais da vida social (a família, a fé, o estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento de unidade e solidariedade nacional, o princípio de autoridade, a firmeza do

[420] Nos compêndios escolares, "tudo o que era considerado elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento de confiança no futuro; falta de gratidão com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura" (Decreto 21.103, de 15/4/1932, citado em M. M. Carvalho, 2001, p. 81).

governo, o respeito pela hierarquia, a cultura literária e científica) deviam ser objecto de justificação e glorificação (Decreto 21.103, de 15/4/1932).

Santos e heróis povoavam o imaginário juvenil e transformaram-se nos guias das novas gerações (Infante D. Henrique, D. Nuno Álvares Pereira). O calendário escolar era pautado por datas de exaltação dos valores pátrios (1º de Dezembro, 28 de Maio, 10 de Junho). Os amplos espaços escolares (átrios e salões) propiciavam acções colectivas de proselitismo religioso, noticiadas pela imprensa:

> "No domingo último, como noticiámos, teve lugar, na catedral desta cidade, a comunhão pascal colectiva dos alunos do Liceu «Adriano Moreira».
> O templo transbordava de fiéis. A comunhão é um acto rico de simbolismo, ressumando a mais viva espiritualidade.
> A Eucaristia é a suprema mensagem de Jesus. É a própria presença de Cristo. É a transubstanciação!
> A homilia que proferiu o Reverendíssimo Vigário Geral, quase que se subordinou ao tema «Este é o meu Corpo; Este é o meu Sangue». 450 alunos abeiraram-se da mesa eucarística, todos ainda tocados pelos impressionantes conselhos do pregador: «deveis viver com Cristo, por Cristo e em Cristo»." (*O Arquipélago*, 1965, Abril 8)

A pobreza era valorizada como sinónimo de preservação de valores caros ao regime, como a família e a solidariedade social (Rodrigues, 1996, p. 742). O espírito caritativo do ideal cristão era exercido pela tríade escola-poder-religião:

> "As alunas do 2º ano da Secção da Praia do Liceu Gil Eanes organizaram, na sala da Maternidade do Hospital desta cidade, uma exposição de roupas confeccionadas e de géneros alimentícios destinados a serem distribuídos por crianças pobres e suas famílias.
> Pelas quinze horas foi a exposição visitada pela Exma. Esposa de S. Ex.ª o Governador, que, acompanhada da Reverenda Irmã Cristina, Superiora das Missionárias do Espírito Santo e da Professora D. Maria Luísa Tavares e Sousa, percorreu demoradamente a Exposição, demonstrando particular interesse pelos trabalhos efectuados pelas alunas." (*Cabo Verde Boletim*, 1959a, Maio)

Através do recurso a "uma linguagem profusamente valorativa, por vezes anacrónica, quase sempre absoluta, e apoiado numa leitura subjectiva e instrumental da história, o discurso oficial do Estado Novo glorifica um certo passado do povo português (a fundação da nacionalidade, os descobrimentos, a restauração), liga-o ao presente e eterniza-o" (Castelo, 1996, p. 132). Este passado dominava o universo espacial do liceu.



Figura 57 – *Encontro entre Vasco da Gama e o Samorim de Calcutá, painel em azulejos, Liceu da Praia*
Fotografia de Benvindo Chantre Neves, 2007.

As paredes interiores do edifício do liceu da Praia, que ladeiam a escadaria, encontram-se decoradas com painéis de azulejos. Na figura precedente apresentamos um pormenor do painel[421] que representa o encontro de Vasco da Gama com o Samorim de Calecut. A restauração da independência de Portugal, em 1640, foi fixada num painel[422], da autoria de F. Gonçalves[423]. Segundo a interpretação de Lourenço Gomes, na tese *Valor simbólico do centro histórico da Prais – Cabo Verde*, o que acentua "a ideia de espaço interior é a moldura que realça o espaço arquitectónico pintado, encarando toda a cena que constitui o movimento restaurador com a presença de elementos da iconografia religiosa como anjos e *puttis*" (2008, p. 437) (pormenor na figura seguinte).

[421] Dimensões: altura 2 metros, largura 3 m; construído na "Fábrica de Sta Ana em Lisboa da data de 1959".
[422] Dimensões: altura 2,70 m, largura 4,20 m; construído na "Fábrica C. do Carvalhinho–Gaia".
[423] Lourenço Gomes identifica o autor como sendo um pintor português contemporâneo (1893-1946). (2008, p. 435)

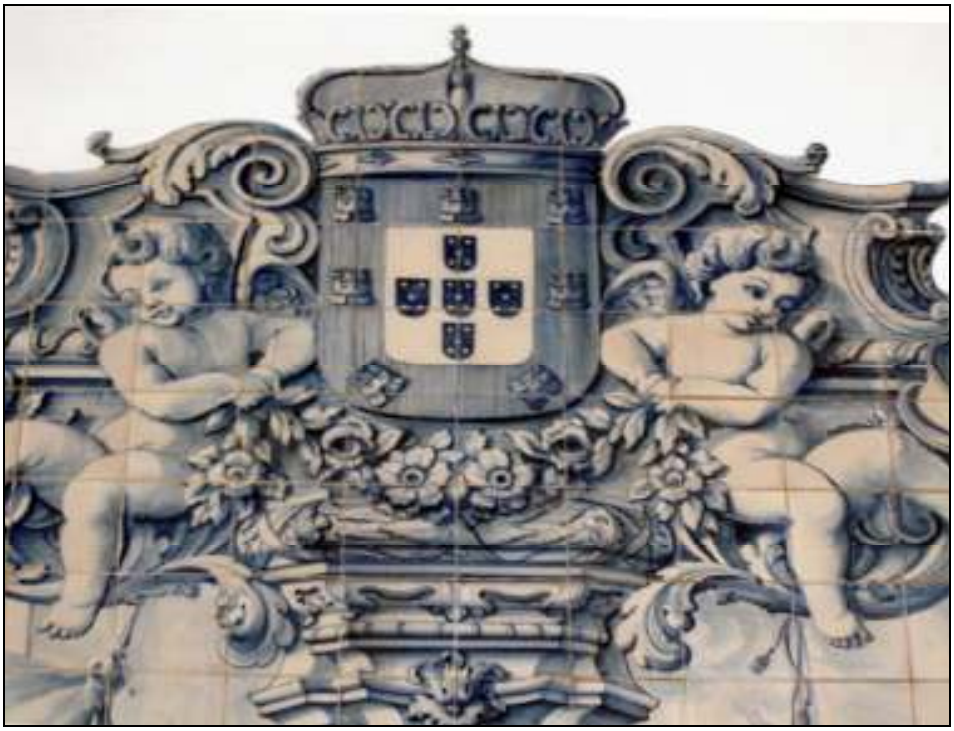


Figura 58 – *Pormenor cimeiro de um painel em azulejos que representa a restauração de Portugal em 1640, Liceu da Praia*
Fotografia de Benvindo Chantre Neves, 2007.



Figura 59 – A *restauração de Portugal em 1640 representada num painel em azulejos, Liceu da Praia Idem*.

Idealização da família

A família harmoniosa era chefiada pelo pai, competindo à mãe "os cuidados domésticos, manter o asseio, a ordem e a alegria no lar, cuidar da educação dos filhos" (compêndio de Educação e Moral, 6º ano, citado em Cortesão, 1982, p. 228). A Constituição de 1933 consagrava a "igualdade dos cidadãos perante a lei, […] salvas, quanto à mulher, as diferenças da sua natureza e do bem da família". Para António Oliveira Salazar, "a família, a mais pura fonte dos factores morais de produção", atribuía à mulher o papel de guardiã do lar:

> "Assim temos como lógico na vida social e como útil à economia a existência regular da família do trabalhador; temos como fundamental que seja o trabalhador que a sustente; defendemos que o trabalho da mulher casada e geralmente até o da mulher solteira, integrada na família e sem a responsabilidade da mesma não deve ser fomentado: nunca houve nenhuma boa dona de casa que não tivesse imenso que fazer." (1946, p. 201)

A escola foi investida da dupla função de educar e instruir, "devendo, portanto, substituir a família, orientando os alunos para a beleza moral, por meio de uma educação sadia e persistente; enriquecer-lhes o espírito de conhecimentos úteis; prepará-los para a vida e tornar-lhes a vontade firme e obediente a uma consciência recta e a uma inteligência desempoeirada". Este paradigma educativo foi defendido pelo reitor Horácio Afonso Mesquita que, na prelecção de abertura do ano escolar, apelava à submissão, à obediência e à disciplina dos estudantes:

> "Sêde dóceis e disciplinados, pois só assim, mais tarde, sereis úteis à vossa Família, à Sociedade e à Pátria que em vós põe as suas melhores esperanças.
> Se assim procederdes jamais podereis ser elementos de desordem, discórdia e revolta.
> Nesta casa de ensino, os vossos professores desempenham nela, em tudo, o papel de vossos pais, pois, se êstes vos dão o pão que alimenta e vivifica o vosso corpo, aqueles dão-vos o pão intelectual, que vos eleva o espírito, e que vos é ministrado na instrução e educação que ides receber. Entre as máximas que se contêm nos cartazes, que ides encontrar nas aulas, e que servirão para lerdes e fixardes, há um adequado àquilo que estou expondo, e que é da autoria do Sr. Dr. Alfredo Pimenta «Na família o chefe é o pai; na Escola o chefe é o professor; no Estado, o chefe é o Governo»[424].
> Por esta sacrossanta trilogia deveis vós, mocidade preciosa, ter a mesma obediência, o mesmo respeito e a mesma consideração. Sem êstes salutares princípios não poderá haver ordem nem disciplina, base de toda a estrutura moral, e consequentemente não podereis ter uma boa finalidade nos estudos que ides seguir.
> […] Quereria, hoje, inaugurar, neste salão, com toda a pompa e com o brilho que merece, o retrato de Sua Excia o Sr. Dr. Oliveira Salazar, por razões alheias à minha vontade, não consegui obrar ainda este retrato, mas desde já vos prometo que na primeira festa que neste liceu se realizar, debaixo da minha direcção, vereis já neste salão a figura do «Grande

[424] Um dos "pensamentos" que deveriam ser afixados "nas paredes das salas de aulas e de leitura, corredores e pátios" dos estabelecimentos de ensino, conforme a Portaria 2.124, de 27/1/1940. Ver Figura 60

> Português" presidir aos destinos desta casa de ensino»" (Discurso do reitor, de 23/10/1933)[425]

O substrato do ideário do Estado Novo assentava em pilares, simultaneamente, transcendentais e pragmáticos: "*Deus*, como princípio orientador; a *pátria* e a *família* como elementos aglutinadores onde se manifesta a solidariedade e o dever; o *trabalho* como contributo individual para o bem colectivo; a *autoridade* como elemento mediador entre os indivíduos e os valores que estão para além deles" (Cunha, 2001, p. 71).

Educar e evangelizar

A dimensão colonial realizava-se pela acção educativa de "elevar o indígena para níveis altos de civilização, de o converter, de o ensinar, de o proteger" (Monteiro, 1942, p. 53). Civilizar significava cristianizar, "missão para a qual o clero regular reclamava […] direitos históricos" (Madeira, 2007, p. 152). A obra dos missionários católicos[426] foi enaltecida por Marcello Caetano – "são eles que dirigem o ensino primário nas colónias […] e, através da utilização do Português como língua comum dos territórios, espera-se facilitar a assimilação espiritual" (citado em Nóvoa, 2005b, p. 111). Na interpretação de João Carlos Paulo, "l'État profitait ainsi de l'expérience et des structures déjà établies, tout en cherchant à se dégager de toute responsabilité financière" (1995, p. 126).

A política educativa em Cabo Verde afastou-se deste modelo. Após uma época de centralidade da acção educativa da Igreja protagonizada pelo Seminário-Liceu de S. Nicolau (1866 a 1917), "de 1920 a 1940[427] estende-se um véu de silêncio sobre a Igreja de Cabo Verde" (Cerrone, 1983, p. 46). Segundo o autor da *História da Igreja* "só a partir de 1941, Cabo Verde passará a usufruir das vantagens de ordem espiritual e temporal, previstas no Acordo Missionário[428]:

[425] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[426] O *Anuário Estatístico* (1946) identifica quatro irmãs da Congregação do Amor de Deus no Orfanato de S. Nicolau, dois irmãos salesianos no Seminário Diocesano, de S. Nicolau e quatro irmãs da Congregação do Espírito Santo, no hospital da Praia. Refere que "para efeitos de assistência religiosa todas as paróquias são visitadas periodicamente por missionários". Além do Seminário de S. José, aberto em 7 de Outubro de 1957, a acção da Igreja incidiu no domínio do assistencialismo e do ensino profissional: "a Escola Tipográfica da Brava, em 1959, a Marcenaria em S. Nicolau, a Escola Salesiana de S. Vicente, a Casa Materna de S. Filipe e da Brava, etc." (Cerrone, 1983, p. 55).
[427] Conforme dados do *Anuário Estatístico* (1939), os alunos que frequentavam escolas missionárias representavam 3,9% do total de alunos matriculados na instrução primária. Os alunos (232) frequentavam as escolas de Nª Sra. do Monte, ilha Brava (66); Nª Sra. do Rosário, ilha de S. Nicolau (83); Santa Catarina, ilha de Santiago (23) e Nª da Luz (60).
[428] O Acordo Missionário estabeleceu "definitivamente a separação dos ensinos para «indígenas» e «não indígenas» (isto é brancos e assimilados). […] A regulamentação deste acordo manteve "os princípios básicos que desde o início tinham norteado o ensino para os africanos: era regra secundarizar o «ler, escrever e contar», em benefício das actividades manuais directamente ligadas ao sector produtivo" (Henriques, 2004, p. 314).

> "É debalde que se procurarão nos arquivos da época documentos testes da vida religiosa: um resto do povo, talvez animado por qualquer leigo, de sólida formação religiosa, ia vivendo a sua religiosidade, não sem mescla de superstição e de magia. Caiu-se no letargo religioso.
> […]
> No entanto, e por estranho que pareça, a atitude do poder civil evolui. Assiste-se a uma espécie de «conversão» por parte do estado e das forças públicas. […] Cabo Verde só a partir de 1941 passará a usufruir dessas vantagens de ordem espiritual e temporal: o Acordo Missionário previa a abertura, por parte de Portugal, a missionários estrangeiros, até à data muito cerceada, conquanto esses missionários não fossem bispos nem superiores de missão e falassem o português" (Cerrone, 1983, pp. 46/47)

Mesmo na fase de "renascimento" da igreja na colónia (1941-1975)[429] persistiram as dificuldades de intervenção do clero no sistema educativo. Segundo o reitor José Diogo Luiz Terry, "o único missionário, que reside nesta cidade [Mindelo], informa-me que, de modo algum, poderá leccionar tal disciplina [Educação Moral e Cívica], isto por carecer de tempo para isso, e diz mais, que havendo na província bastante falta de eclesiásticos não será fácil fazer-se a nomeação que se pretende" (Ofício, de 28/12/1944)[430]. A dificuldade de recrutamento de missionários para o cargo de professor de Moral conduziu à proposta de nomeação de um oficial aduaneiro, "pessoa bastante idónea, com o 2º ano teológico e todos os requisitos, pelo seu porte, para bem desempenhar tal missão" (*idem, ibidem*).

Imaginada sociedade multirracial

A coesão do vasto espaço histórico-político, "onde a Europa das Nações acaba e o Mundo dos impérios começa" (Clara, 2006, p. 282), exigiu uma acção propagandística suportada por uma rede de marcas legitimadoras da mística imperial. No balanço da administração do governador Silvério Marques, *O Arquipélago* destacou a realização de "conferências, exposições escolares e festas comemorativas de factos nacionais":

> "Nestes quatro anos de governo de V. Ex.ª tudo se fez e foi carinhosamente amparado pelo Senhor Governador é uma esperança para o futuro. Assim as conferências que se dignou sempre presidir, as exposições escolares, as festas comemorativas de factos nacionais, o aumento da população escolar que no início do seu governo era de 300 e atinge este ano 460, a caminho do meio milhar. E o edifício oferecido à juventude de Sotavento pelo Governo da Nação que há-de ser naturalmente um grande lar para todos os estudantes de Cabo Verde, servindo ao mesmo tempo para outras manifestações do mais alto interesse, com três exposições aqui já realizadas e ultimamente a de Obras Publicas, onde se

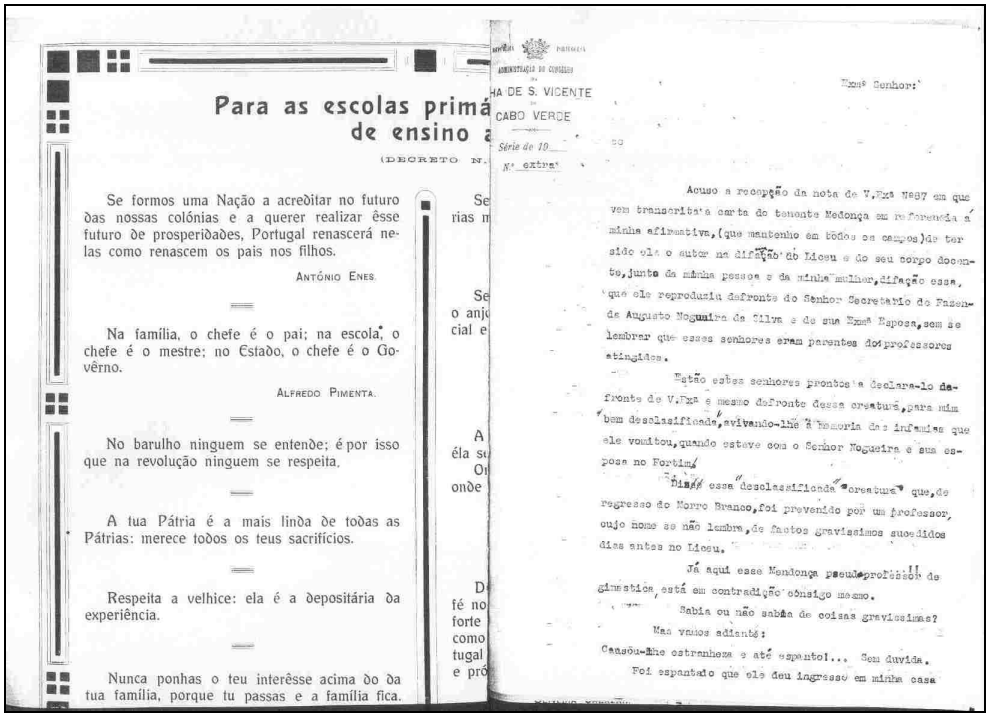
[429] Conforme a periodização da história da igreja em Cabo Verde (Cerrone, 1983).
[430] Fundo da Administração Civil (IAHN).

> espelhou a grande esperança desta terra e naturalmente da sua mocidade." (1962, Outubro 11)

A mundividência colonial foi fixada em enunciados sinópticos intemporais fixados em "pensamentos adequados de autores portugueses e estrangeiros" (Portaria 2.124, de 27/1/1940):

> "Reconhecendo-se de uma grande utilidade os benefícios resultantes da formação moral da mocidade, "pelo conhecimento de pensamentos adequados dos melhores autores portugueses e estrangeiros, que lhe inspire a prática de verdades cívicas, expressamente de amor ao trabalho, e a dedicação pela Família e pela Pátria; […]
> Artigo 1º - É obrigatório a todos os estabelecimentos de ensino oficial e bibliotecas públicas da Colónia, a afixação nas paredes das respectivas salas e leitura, corredores e pátios, dos pensamentos a seguir transcritos.
> 2º - Fica a cargo das Câmaras Municipais e Comissões Municipais dos respectivos Concelhos das Colónias, a aquisição dos impressos para a afixação a que esta se refere. Cumpra-se.
>
> PENSAMENTOS
>
> *Se formos uma Nação a acreditar no futuro das nossas Colónias e a querer realizar êsse futuro de prosperidade, Portugal renascerá nelas como renascem os pais dos filhos. – António Enes.*
> *Na família, o chefe é o pai, na Escola, o chefe é o mestre, no Estado, o chefe é o Govêrno. – Alfredo Pimenta.*
> *No barulho ninguém se entende; é por isso que na revolução ninguém se respeita.*
> *A tua Pátria é a mais linda de tôdas as Pátrias; merece todos os teus sacrifícios.*
> *Respeita a velhice; ela é depositária da experiência.*
> *Nunca ponhas o teu interêsse acima do da tua família, porque tu passas e a família fica.*
> *Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer tôda a vida.*
> *Sejam as memórias da Pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos reboque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. – Alexandre Herculano.*
> *A nossa vida é o que nós queremos que ela seja.*
> *Nôs é que fazemos o nosso destino.*
> *Onde não há govêrno tôda a gente govêrna; onde tôda a gente governa todos são escravos – Bossuet.*
> *Dêmos à Nação optimismo, alegria, coragem, fé nos seus destinos; retemperemos a sua alma forte ao calôr de grandes ideias e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quizermos, uma grande e próspera Nação – Oliveira Salazar.*
> *Advogados sem causas, médicos sem clientela, arquitectos sem trabalho; a vossa instrução nem sempre vos servirá para combater a adversidade, ao passo que um bom ofício salvou sempre um operário corajoso, permitindo-lhe enfrentar a inclemência da sorte" – Gustavo Kass.*
> *Não se faz nunca da mulher uma ídeia suficientemente elevada, nem ela é respeitada como devia sê-lo. A mulher é no lar e na sociedade a guardiã do ideal: é mesmo ela própria uma parte, e a mais pura, do ideal na vida – Malapert.*"

A utilização, no liceu de Mindelo, dos "impressos para afixação dos pensamentos adequados" (figura seguinte) para encapar documentos, parece comprovar, por um lado, a abundância do material de propaganda e, por outro, a desvalorização dos valores sociais defendidos pelo regime.



Para as escolas primá
de ensino a

(DECRETO N.

Se formos uma Nação a acreditar no futuro das nossas colónias e a querer realizar êsse futuro de prosperidades, Portugal renascerá nelas como renascem os pais nos filhos.

ANTÓNIO ENES.

Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; no Estado, o chefe é o Govêrno.

ALFREDO PIMENTA.

No barulho ninguem se entende; é por isso que na revolução ninguem se respeita.

A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios.

Respeita a velhice: ela é a depositária da experiência.

Nunca ponhas o teu interêsse acima do da tua família, porque tu passas e a família fica.

HA DE S. VICENTE
CABO VERDE
Série de 19
Nº extra

Acuso a recepção da nota de V.Exª Nº87 em que vem transcrita a carta do tenente Mendonça em referencia á minha afirmativa,(que mantenho em todos os campos)de ter sido ele o autor na difamação do Liceu e do seu corpo docente,junto da minha pessoa e da minha mulher,difamação essa, que ele reproduziu defronte do Senhor Secretario do Fazenda Augusto Nogueira da Silva e de sua Exmª Esposa,sem se lembrar que esses senhores eram parentes do professores atingidos.

Estão esses senhores prontos a declara-lo defronte de V.Exª e mesmo defronte dessa creatura,para mim bem desclassificada,avivando-lhe a memoria das infamias que ele vomitou,quando esteve com o Senhor Nogueira e sua esposa no Fortim.

Disse essa desclassificada creatura que,de regresso do Morro Branco,foi prevenido por um professor, cujo nome se não lembra,de factos gravissimos sucedidos dias antes no Liceu.

Já aqui esse Mendonça pseudo-professor de ginastica,está em contradição consigo mesmo.

Sabia ou não sabia de coisas gravissimas?

Mas vamos adiante:

Causou-lhe estranheza e até espanto!... Sem duvida.

Foi espantado que ele deu ingresso em minha casa

Figura 60 – *Um documento encapado com um impresso "para a afixação dos pensamentos adequados"* Reclamação do administrador do concelho contra um professor, de 10/7/1928[431].

O poder simbólico exercido sobre as consciências é, na acepção de Pierre Bourdieu "o poder de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto, o mundo" (1998, p. 14). Mediante uma propaganda de inserção[432], o Estado Novo oferecia à população "um conjunto de valores e de modelos seguros, baseados na tradição e na religião, interpretados, de forma conservadora, sem a mística própria das grandes manifestações de massas levadas a cabo por Hitler e Mussolini" (Veríssimo, 2003, p. 19). A evocação do passado glorioso, assinalado por figuras históricas de dimensão hagiográfica, legitimava a (cons)ciência imperial. As visitas do Presidente da República (1955, General Craveiro Lopes; 1968, Almirante Américo Tomás) foram ocasiões de celebração do nacionalismo e da gesta colonial.

[431] No Arquivo do Liceu Ludgero Lima localizamos três documentos encapados com os "impressos para a afixação dos pensamentos: "Reclamação do administrador do concelho, Raimundo V. Bettencourt Rodrigues contra o professor de ginástica Tenente Mendonça", de 10/7/1928; "Proposta e sua justificação da Reitoria do Liceu Infante D. Henrique para Sua Excelência o governador da colónia de Cabo Verde", de 14/7/1931 e "Recurso do Exmo. Governador do acórdão do conselho oscular do Liceu que condenou uma aluna à pena máxima de 2 anos de exclusão", de 11/7/1938.

[432] A acção educativa consistia "na propaganda duma vida patriótica e de moral elevada, respeitadora dos direitos de cada um e da sua família e esclarecedora dos deveres de trabalho e de assistência mútua" (art. 2º, Diploma Legislativo 1.285, de 14/4/1956).



No Liceu Gil Eanes em S. Vicente

«Cabo Verde é a primeira floração de uma cultura que amorosamente transplantamos da Europa, já largamente afirmada pelo valor dos seus filhos que em grande número tem contribuido para o progresso da Nação, na administração pública, na carreira de armas, na magistratura, no professorado, na política, nas profissões liberais».

Figura 61 – *Recepção no Liceu Gil Eanes ao Presidente da República Craveiro Lopes, 1955*
Cabo Verde Boletim, 1956b, Maio.

> "O Chefe do Estado visitou na tarde do dia da sua chegada e depois de inaugurar o Centro de Estudos de Cabo Verde, as instalações do Liceu «Adriano Moreira». Era aguardado pelo Chefe dos Serviços de Educação, Reitor e todo o corpo docente, além de centenas de alunos, tanto do liceu como das escolas primárias, que tributaram ao Chefe do Estado, como já o haviam feito a sua Excelsa Esposa, uma manifestação, que ultrapassou em entusiasmo, quiçá todas as de que antes já fora alvo. Não espanta que assim seja, pois reconhece-se a admiração e o carinho que toda a juventude lusíada – o Portugal de amanhã – dedica ao seu Presidente.
> A guarda de honra foi prestada por um destacamento da Mocidade Portuguesa masculina, que o Venerando Chefe do Estado passou em revista depois de ter escutado, em sentido, o Hino Nacional entoado em coro pelos filiados da MP e MPF.
> No «hall» de entrada o Senhor Almirante Américo Thomaz descerrou uma lápide comemorativa da sua visita." (*O Arquipélago*, 1968, Fevereiro 12)

Os cerimoniais histórico-patrióticos e religiosos, incrustados no calendário escolar, inseriam-se no aparato ideológico do Estado Novo, cujo objectivo final era a "educação para a passividade" (Formosinho, 1987, p. 7). A obrigatoriedade da comparência do pessoal do liceu e do alto funcionalismo nos eventos de celebração nacionalista, originava "uma assistência numerosa e selecta, onde se viam representadas todas as categorias sociais, todos os alunos e a maioria dos professores" (Ofício 200, de 9/6/1937). Nas comemorações do XI aniversário da Revolução Nacional, o reitor Joaquim Jaime Simões dissertou sobre a "política conciliatória e construtiva do Estado Novo" e à noite, realizou-

se um baile na sala Nuno Gonçalves do liceu, a qual se encontrava engalanada e ornamentada, tendo no topo os retratos dos Srs. General Carmona e Dr. Oliveira Salazar e as palavras "Vinte e Oito de Maio" (*idem*).

A figura épica de Camões, "expressão viva e genuína das grandes virtualidades da Pátria Portuguesa" era homenageada no liceu, por determinação legal:

> "Camões está sempre vivo no espírito e coração dos portugueses que veneram como um dos maiores valores da sua Pátria.
> O grande épico imortalizou-se tornou-se universal por ter cantado em versos de um brilho e beleza inexcedíveis os feitos heróicos dos portugueses.
> Viveu ele e lutou no Ultramar como o mais humilde e belo português. O seu estoicismo, o seu sacrifício, e o seu grande amor à Pátria, aliados à sua pureza de alma, aos seus elevados sentimentos e humildade, ao seu talento, cultura e alto espírito tornaram-no expoente do nosso povo e dos seus valores eternos perante os demais povos do mundo. Camões é, sem dúvida, a expressão viva e genuína do sentimento e pensamento lusíadas e das grandes virtualidades da Pátria Portuguesa. O aniversário da sua morte – 10 de Junho – foi assim muito justo e naturalmente escolhido para dia da festa nacional – o dia de Portugal. Este dia deve por isso ser comemorado com o maior patriotismo e amor.
> […] No ultramar, há ainda um motivo especial para festejarmos Camões, o de ele ter vivido e sofrido nele durante largos anos com o maior amor e sacrifício, perante a incompreensão dos homens.
> […] No uso da competência atribuída pelo artigo 155º da Constituição, o Governador de Cabo Verde manda:
> Artigo 1.º Em todos os estabelecimentos de ensino desta província haverá sessões de homenagem a Camões, no dia 10 de Junho de cada ano – dia de Portugal.
> […] § 1.º No Liceu Gil Eanes as sessões constarão de palestras ou conferências de um ou mais professores e alunos com o suficiente desenvolvimento intelectual, além de exercícios físicos e de quaisquer actos cívicos e patrióticos que o reitor determinar." (Portaria 4 572, de 5/6/1954)

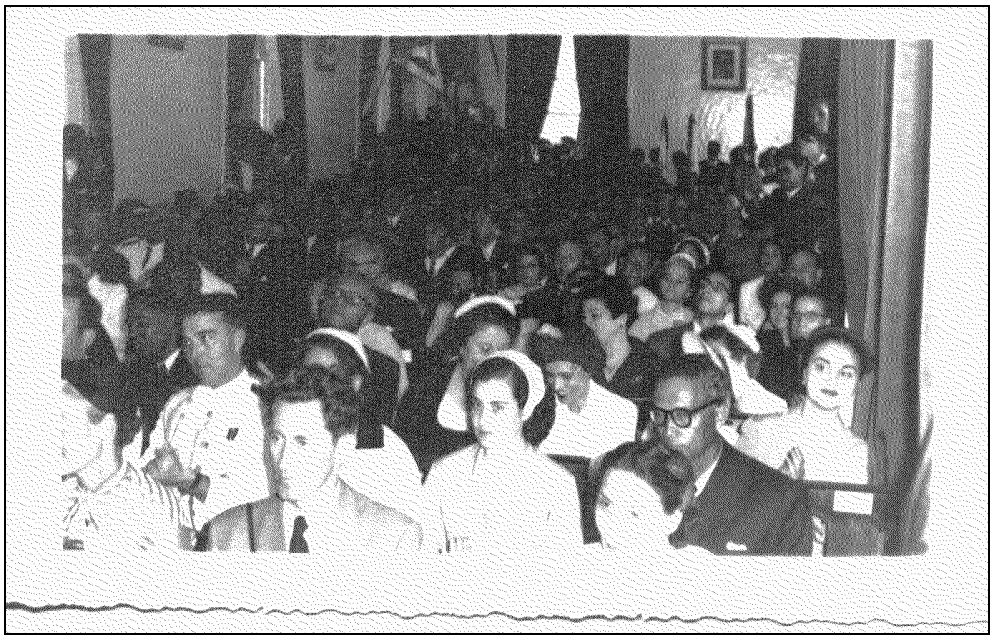


Figura 62 – *Assistência a uma sessão solene durante a visita do Presidente da República, 1955*
Foto "Melo", de 20/5/1955. Álbum 6, 19 (IAHN).

Na perspectiva de Luís Cunha, "a relação colonial apenas era pensável enquanto processo de dádiva de uma civilização que se pensa como superior a povos ainda não completamente civilizados" (2001, p. 119). Como dádiva exigia gratidão. Num dos rituais laudatórios, no início do ano lectivo, o professor Alberto Atílio Leite declarava que "a mocidade que aqui está recebendo uma educação absolutamente igual à que lhe podia ser ministrada – mais dispendiosamente – na metrópole, tem que lhe pagar os devidos juros, ajudando-a depois a povoar, a educar, a engrandecer o Império Africano Português" (Alocução, de 5/10/1928). Idêntico sentimento do Conselho Escolar da Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, que se reuniu expressamente "para respeitosa e reconhecidamente agradecer ao Governo da Nação, na pessoa de Sua Excelência o Ministro do Ultramar […], o ter dotado esta secção com as magníficas e modernas instalações de que passa a dispor e que ontem foram inauguradas" (*Cabo Verde Boletim*, 1960a, Julho).

Disciplinas e conteúdos

Para André Chervel, a organização interna das disciplinas é um "produto da história". Na época em estudo, o ensino por disciplinas "est fondé sur l'exposition, par le maître ou par le livre, la mémorisation, la récitation, et, d'une façon générale, sur ce principe que, dans tous les apprentissages, lecture, latin, calcul, tout passe par la réflexion qui classe, identifie, assimile, construit et contrôle à tout moment le processus d'élaboration de la connaissance" (1991, p. 34). Como organismos vivos e, ao mesmo tempo "espaços de poder, de um poder a disputar", as disciplinas transformam-se ou desaparecem, afastem-se e unem-se, repelem-se e absorvem-se; mudam as suas denominações, modificam os seus conteúdos" (Viñao Frago, 2007, p. 59).

Os manuais escolares, recursos didácticos para o ensino-aprendizagem das disciplinas – na perspectiva de Rogério Fernandes – "por vezes, nada mais representam do que um tributo ao passado ou a um arbítrio cultural que não leva em conta o desenvolvimento histórico da ciência ou os gostos e culturas produzidas pela juventude em meios extra-escolares" (2000, p. 218). Apesar de serem meros transmissores da ideologia do regime, os compêndios eram censurados, antes da impressão, por uma comissão governamental que lhes avaliava a fidelidade aos princípios impostos ao ensino (*idem*, p. 217).

Canto Coral

O reitor do Liceu Infante D. Henrique informava, no relatório de actividades (31/7/1923)[433], que a disciplina de Canto Coral tinha sido ministrada "ainda que sem gratificação alguma, pelo professor cónego Serpa Pinto, [que] exercitou, com bom resultado, ao alunos em Canto Coral, não tendo, porêm, ocasião para apresentar os seus discípulos, por que não se realizou a festa final, por falta como disse de salão apropriado". Anos mais tarde, o reitor classificava "a prática do ensino de regular […], excepto em duas disciplinas dos actuais programas que, por falta de pessoal docente, não foram pelos meus antecessores na reitoria, postas a funcionar: Moral e Instrução Cívica e Canto Coral". A não leccionação de Canto Coral foi considerada "de tal gravidade que me abstenho de salientar a V. Ex.ª as consequências desastrosas a que dá lugar – tanto mais tratando-se dum estabelecimento de educação e ensino onde a noção de obediência à lei deve ser gravada no cérebro dos alunos, como base necessária duma sociedade organizada, não só pela palavra sugestiva dos professores mas, sobretudo, pelo bom e activo exemplo" (Ofício, de 15/1/1931).

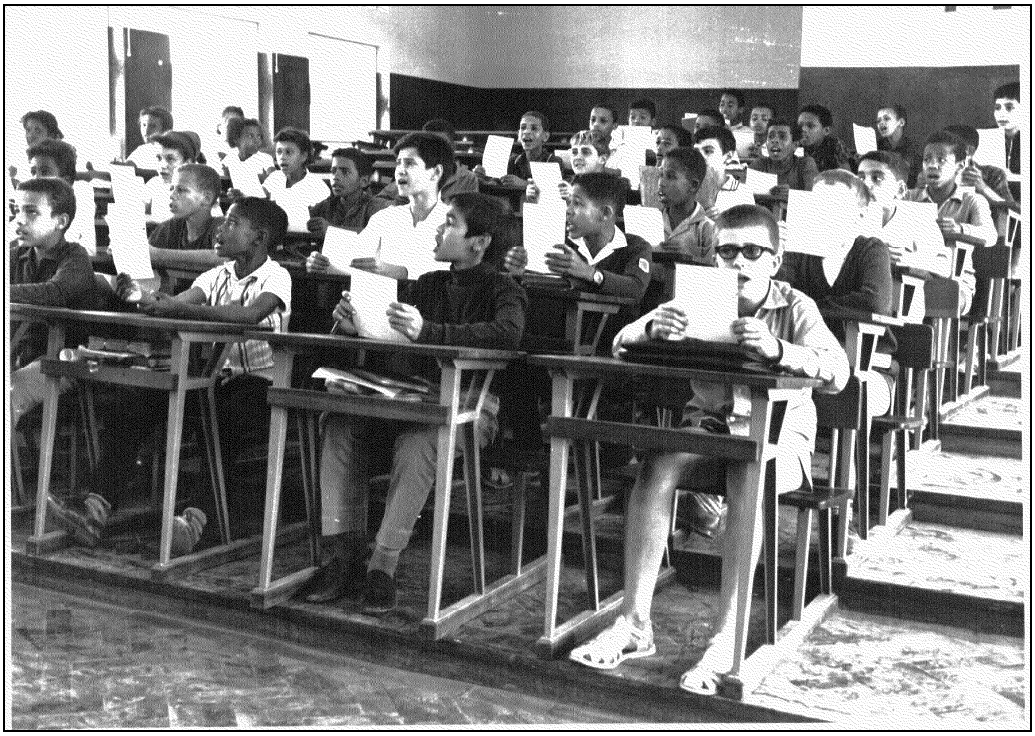


Figura 63 – *Aula de Canto Coral no liceu de Mindelo*
Álbum 3, 1 (IAHN).

[433] O relatório foi publicado no *Boletim Oficial*, de 25/8/1923.

O Canto Coral, matéria artística obrigatória na actual organização do ensino secundário, visava um tríplice fim: "1º o *estético* – educação do senso musical dos alunos, […] 2º o *fisiológico* – gimnástica dos aparelhos vocal e respiratório, com base rítmica e 3º o *recreativo* – repouso e distracção agradável." (Decreto 21.150, de 13/4/1932). Carneiro Pacheco, "o mais germanófilo de todos os ministros da Educação do período salazarista, admirador sincero de Hitler e de Mussolini" (Carvalho, 1994, Simões e outros, 1994; *apud* Fernandes, 2000, p. 219) enfatizava o valor do Canto Coral como método educativo:

> "O Canto Coral transcende dos domínios da Arte para os da Educação Geral, numa multiplicidade de lições que é preciso recolher e aproveitar.
> […] Torna-se o símbolo vigoroso de como tem cada um de nós o dever de dar-se, desinteressadamente, com alma e a todo os instantes, à síntese do esforço colectivo que é o da sagrada ideia de Pátria, herdada dos nossos maiores com o encargo de a transmitirmos, sempre maior, aos nossos vindouros. (1940, p. 38)

A disciplina torna-se um instrumento de exaltação da pátria imperial, através de cânticos glorificadores dos valores a assimilar. Articulada com a Educação Física, com um pendor exibicionista, cumpriu o papel de modelação de corpos e de caracteres. Manuel da Silva[434], em palestra radiofónica, considerava que "a música e a acção física completam-se e são inatas. […] [e] se a educação física lhe molda os músculos, a educação musical molda-lhe o espírito", concluindo que "a música esteve sempre presente na História quer para celebrar a paz quer para incentivar à guerra" (citado em Viana, 2001, p. 65).

Educação Física

Referindo-se ao ano lectivo 1922/23, o reitor Henrique Owen Pinto lamentava não ter havido, "neste ano, pela primeira vez, a instrução de ginástica e desporto para a educação física", aditando "que esta falta prejudicou os alunos, que com tais exercícios se tornam mais disciplinados e mais submissos" (relatório, de 31/7/1923). Observou que "embora não houvesse registos, por falta de médico escolar, notava-se, nos anos anteriores, considerável desenvolvimento físico nos alunos, devido, sem dúvida, aos exercícios que praticavam". Segundo o regulamento da Educação Física,

> "O esforço atlético sem freio, tam característico do momento actual, tem conduzido grande parte da nossa mocidade a êsse estado mórbido que os franceses chamam na sua linguagem desportiva a *clinquage.* Esta rotina, de consequências perigosas, já encontra em certos meios familiares uma reprovação empírica no protesto dos pais de família, que vêm

[434] O conferencista, Manuel da Silva era militar de profissão (Viana, 2001, p. 65).

com maus olhos os desportos e até mesmo a gimnástica oficial, na sua influência nefasta sôbre o aproveitamento intelectual e moral dos seus filhos.
[…] Para início desta preparação é fundamental que o professor de educação física saiba compreender em seu alto significado a prática da educação da respiração como elemento fundamental de toda a gimnástica educativa.
Liberar pulmões e corações em peitos apertados por anquiloses e tantas outras causas adquiridas ou hereditárias de definhamento deve ser o primeiro passo a dar com proveito na educação física.
Compreende-se fácilmente que aplicar logo de uma feita todo e qualquer método de gimnástica a organismos depauperados por mil causas, que não vem para aqui desenvolver, é cometer um atentado à vida de crianças, que constituem para um povo o seu melhor capital produtivo.
A educação física tem sido até hoje feita às avessas e prejudicando a educação intelectual e moral. Existem, segundo as concepções modernas dos educadores e filósofos contemporâneos, verdadeiros e nítidos limites a marcar à educação física, sem prejuízo da educação intelectual e moral." (Decreto 21.110, de 4/4/1935)



Figura 64 – *Aula de Educação Física masculina, Liceu de Mindelo*
Álbum 4, 24 (IAHN).



Figura 65 – *Aula de Educação Física feminina, Liceu de Mindelo*
Álbum 4, 19. *Idem*.

Em conformidade com o Estatuto do Liceu Infante D. Henrique (Portaria 100, de 3/8/1927) "as alunas farão ginástica separadamente e formarão uma só classe a menos que o seu elevado número exija o desdobramento" (art. 18º, § 3º). Esther Santos Brito que iniciou o ensino liceal, no ano lectivo de 1935/36, recorda que "para as aulas, as meninas levavam os vestidos que possuíam e os rapazes, fatos",

> "Somente nos dias de ginástica, é que íamos com uma farda que, no 1º ciclo, era constituída por calções de ganga azul-escura, blusa branca e, sobre elas, uma bata também de ganga, atada na cintura com um cinto branco.
> […] [No 2º ciclo] o uniforme de ginástica passou a ser de calções, blusa e saiote de pregas brancas.
> […] Independentemente do ginásio, as aulas das meninas eram também dadas no pátio cimentado, conforme os exercícios. Um desses era o de flexões dos membros inferiores. De mãos na cintura, tínhamos de flectir as pernas alternadamente – como as aves pernaltas – levando-as bem alto e, às vezes tínhamos de correr assim, o que nos provocava riso.
> Eu e a minha prima Lídia, ríamos tanto que ficávamos sem forças, bem como as outras alunas também.
> O professor, gaiato e com vontade de rir também, mas para impor respeito, gritava-nos:
> - Lídia e Esther, fechem os dentes!" (2006, pp. 120-122)

Em 1950, o *Notícias de Cabo Verde* informava que "as raparigas do Liceu Gil Eanes não beneficiam de educação física há mais de dois anos" e, por consequência:

> "O aspecto actual da maior parte das raparigas do nosso Liceu difere muito das alunas de há uns anos atraz. Dantes era um gosto vê-las passar, com um desembaraço físico que feria agradavelmente a atenção, pisando o terreno com garbo num passo feminino mas ginasticado, deixando ver os altos benefícios colhidos nas lições de ginástica tão regularmente cumpridas como as demais disciplinas. Mesmo para além da sua vida de estudante alguma coisa lhes ficava vinculando o aspecto físico e a elegância de atitudes.
> Hoje … elas passam muitas vezes de olhos no chão e ar constrito, enfezadas umas, amarelas outras, mal desenvolvidas quasi todas deixando-nos a impressão de que algo de importante falta à sua formação, que contrabalança o efeito das posições viciosas inerentes ao trabalho escolar meramente intelectual e a esse gravíssimo defeito de educação que é o sedentarismo das nossas raparigas. A causa parece saltar à vista: é a ginástica que lhes falta.
> […] Porque será que nós caminhamos ao contrário do progresso geral? Disposição legal?... Mero preconceito? …" (Maio 15)

Aguinaldo Brito Fonseca elogiava os governos que mandam ministrar, a par da educação intelectual, a educação física: "Ao lado da sala de aula, onde o aluno espreme o cérebro na resolução de intrincados problemas escolares, constroe-se o quintal do recreio, o páteo de ginástica, onde ele vai beber a seiva que lhe há-de fornecer energia para a resolução dos grandes problemas da vida". Em contraste, na colónia existia "uma inexplicável relutância a qualquer modalidade desportiva":

> "A criança caboverdiana, encarcerada durante cerca de cinco horas em cada dia entre as quatro paredes da sala de aula mal ventilada, não usufrui o benefício do um quintal especialmente construído para jogos e exercícios físicos, onde pudesse restaurar as

> forças dispendidas durante o período em que esteve a suportar o interrogatório do professor.
> Assim, apenas se vê livre da carteira, corre, ávida do movimento, para qualquer rua poeirenta onde, em companhia de outros camaradas, vai pular e dar pontapés numa bola feita de trapos apanhados no lixo. Depois, ei-la de volta – cara e pernas, vermelhas de terra, roupa muitas vezes rasgada, cabelo em desalinho, e um outro arranhão a escorrer sangue pela pele suja.
> Isto tudo com consequências directas sobre a sua saúde.
> Mais tarde vem a mocidade, desenvolvida a custo entre as garras da ociosidade – uma ociosidade que a nossa condição do insulares faz aumentar – e o moço, que não chegou ainda a conhecer os salutares efeitos da educação física, procura o espairecimento nos cantos reservados dos botequins, em casas de raparigas suspeitas, etc. E isto arrasta-o para o alcoolismo, para a prostituição, para tantos outros vícios degradantes que concorrem para a degeneração total duma raça. Este importantíssimo problema de flagrante actualidade, que pede resolução, está, infelizmente, lançado no pântano da nossa indiferença." (1951, Fevereiro).

A Educação Física, cujos "métodos atraentes, intuitivos e activos da Educação Nova conferiam carácter sedutor e integrativo" (Gomes, 1991, p. 110), não encontrou no liceu cabo-verdiano o seu espaço, preferiu as ruas, largos e praças da cidade, onde paradas de jovens se exibiam perante o entusiasmo da população[435].

História

Como nos ensina Rogério Fernandes, "se nas outras disciplinas se tendia para a configuração de uma racionalidade retórica e estética em que se anulava a dimensão cultural, a narrativa identitária que se constrói na História marca a matriz da universalidade portuguesa" (2000, p. 200). Durante a 1ª República, momento central do processo de consolidação da identidade nacional, […] o culto da pátria torna-se, assim, a principal manifestação da «religiosidade cívica»" (Pintassilgo, 2001, p. 69). A socialização dos jovens nos valores da Pátria passou pelos conteúdos da disciplina de História.

Ao longo do Estado Novo, os mitos do "novo nacionalismo, a essência católica da identidade nacional, a vocação da hierarquia e da ordem, a vocação imperial ligada à missionação e colonização são amplamente divulgados nos manuais de história" (M. M. Carvalho, 2001, p. 87). Os exemplos de "virtude moral e cívica, de patriotismo e de trabalho colhidos nas narrativas históricas […] permitiram intensificar, gradualmente, a formação dos alunos e revelar ao mesmo tempo o ambiente cultural da escola" (Decreto 27.603, de 29/3/1937, citado em Magalhães & Afonso, 2000, p. 194). O programa de História preceituava que "o conhecimento do passado deve, em suma, ser encarado como

[435] Consultar III Parte, 1.2. "Os Falcões Portugueses de Cabo Verde".

lição e estímulo para o futuro: evitar erros cometidos, imitar os acertos praticados, crer no poder criador do homem" (Decreto 39.807, de 7/9/1954). O discurso histórico – quase uma constante glosa das máximas salazaristas – foi considerado por Justino Magalhães e José António Afonso, "um modo de elidir a realidade inventando um real – passado e presente" (2000, p. 202). Na reinvenção da realidade, "diferenciam-se notavelmente os impérios coloniais português e espanhol, em que os portugueses civilizaram e protegeram os indígenas, foram benévolos e amados, ao passo que os espanhóis exerceram violento domínio, obrigando os indígenas a trabalhos forçados, que os dizimaram" (*idem*, p. 200).

Não obstante o teor da Portaria 12.627, de 11/11/1948[436], que estabelecia a obrigatoriedade "em cada ano, da introdução de duas lições expressamente dedicadas aos factos da História de Portugal ocorridos na colónia", os programas consultados versavam, exclusivamente, temas da história universal e de Portugal, sem qualquer articulação com a história de Cabo Verde. A transposição didáctica das intenções programáticas, ou seja a passagem da teoria à *praxis* (sala de aula), era dificultada por persistências e tradições, resistências e acomodação às rotinas.

Organização Política e Administrativa da Nação

A reforma de 1936 criou uma disciplina vocacionada para a difusão dos fundamentos ideológicos do corporativismo. A Organização Política e Administrativa da Nação visava a integração dos alunos "na atmosfera ideológica em que se desenvolve a acção do Estado" (Decreto 27.085, de 14/10/1936). Era missão do professor de OPAN "estimular o culto da ideia da Pátria, o respeito pela Tradição, o amor à Família e a crença nos benefícios da ideia da Associação" (Decreto-Lei 37.112, de 22/10/1948). Do programa constavam referências ao império colonial. Neste sentido,

> "Cuidado especial deve merecer ao professor a parte do programa que se refere ao ultramar.
> Mantém-se nos actuais programas a parte relativa às missões católicas. Tal factor de civilização dos povos indígenas e um dos princípios da nossa existência no Mundo, como potência ultramarina, não pode passar desapercebida aos alunos, antes deve ser deles suficientemente conhecido, na sua história e na sua actuação presente." (Decreto 39.807, de 7/9/1954)

[436] No mesmo sentido, a Portaria 15.108, de 10/11/1954, determinava a introdução na disciplina de Historia (4.º e 5.º anos) "de lições expressamente dedicadas à versão de factos da História de Portugal ocorridos na província respectiva, conquanto integrados na linha geral dos acontecimentos relativos à Nação Portuguesa". Nas disciplinas de Historia Geral da Civilização (6º ano) e Historia da Civilização Portuguesa (7º ano) recomendava-se "dar a devida amplitude aos reflexos na respectiva província dos factos da história da civilização portuguesa constantes das rubricas do programa".

Deu-se relevo à teoria do "Estado ético" regulado por valores que se pretendiam transcendentes e acima da história. Na opinião de Rogério Fernandes, tratou-se de "mera estratégia teórica destinada a escapar a uma identificação com o nazismo e o fascismo, reforçada na prática por uma colaboração política e económica que só esfriará quando se aproximava o termo da Segunda Guerra Mundial com a vitória dos Aliados" (2000, p. 230). Evolui-se, no período caetanista, para o conceito de "Estado social" (*idem, ibidem*).

A disciplina de OPAN, que "dá aos diplomados com o curso liceal as indispensáveis noções elementares de direito político [e] veio preencher uma lacuna que existia no ensino secundário" (*Notícias de Cabo Verde*, 1937, Agosto 1), foi contestada por professores e alunos. Segundo o professor e advogado Adelino Costa (1938), a contestação explica-se "pelo facto de ter sido imposta aos alunos de letras e ciências e também devido à circunstância de o título da disciplina incluir a palavra "política", vocábulo, em seu entender, desacreditado" (citado em Fernandes, 2000, p. 231). Conclui Rogério Fernandes: "Explicação frouxa para uma discordância de indisfarçável fundo ideológico. A verdade é que, em certos casos, embora raros, os professores, no seu ensino, promoviam reflexões entre os estudantes e levantavam interrogações relativizadoras do alcance de posições doutrinais impostas pelo Programa" (2000, p, 231).

Religião e Moral

O conceito de *educação moral, cívica e patriótica* dos republicanos, que baniu a religião da escola, tinha "por base os preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos" (Decreto, de 29/3/1911). Com o advento do Estado Novo, os valores defendidos pela religião católica tornaram-se os fundamentos da civilização portuguesa. O professor da disciplina de Religião e Moral era "especialmente investido pela Igreja e pelo Estado na alta missão de instruir e formar cristãmente os seus alunos" (Decreto 39.807, de 7/9/1954). A disciplina deveria inculcar nos alunos "os valores cristãos defendidos pela religião católica" e transformá-los em "convicções pessoais, positivas e fortes":

> "Consciente das suas responsabilidades, o Estado Português «aceita o carácter absoluto dos valores característicos da civilização histórica que criou a nação... e que hão-de necessariamente informar qualquer sistema educativo português »
> Mas para que estes valores tradicionais portugueses tenham realmente um «carácter absoluto» e não oscilem ao sabor das conveniências ou da pressão do ambiente social, torna-se indispensável fundamentá-los em convicções pessoais positivas e fortes, de carácter religioso.

> Ora os fundamentos religiosos da civilização portuguesa são os valores cristãos definidos pela religião católica, que é a religião professada pela quase totalidade dos portugueses.
> A Nação Portuguesa não poderia, por conseguinte, manter os padrões da moralidade individual, social e cívica que criaram e tem feito a sua grandeza se não aceitasse ao mesmo tempo, as verdades da religião católica, fundamento dessa mesma moralidade.
> Todo o programa de Religião e Moral deve, portanto:
> Apresentar aos alunos as verdades da religião revelada, de forma que eles as aceitem e façam delas convicções pessoais, positivas e fortes;
> Ajudá-los a descobrir quais as consequências práticas de ordem moral que denominam dessas verdades, para procurarem conformar com elas a sua conduta individual, familiar e social." (Decreto 47.347, de 26/11/1966)

Os anos de guerra colonial e o surgir de correntes progressistas na hierarquia da Igreja Católica (e o seu consequente afastamento das teses oficiais do Estado Novo), na opinião de Luís Viana, estão "na origem deste duplo sentir da necessidade de reforço do espírito nacionalista e de vigilância de uma Igreja Católica agora menos de acordo com a *harmoniosa colaboração*" (2001, pp. 84/85). Ester de Lemos, deputada por Lisboa, na IX Legislatura, afirmava que a cadeira de Moral e Religião tinha sido "em muitos casos aproveitada para infiltração nos jovens de ideias de duvidoso internacionalismo (tão fácil de confundir com ecumenismo católico), ou de pacifismo de cariz político, que se disfarça em legítimo e espiritual anseio da paz cristã" (1966, p. 26).

Prenúncios da libertação

Maria Madalena Monteiro defendia que "a educação resultante da cooperação dos pais e professor dará indivíduos seguros de si, conscientes dos seus deveres e prerrogativas, capazes de realizar na sociedade um trabalho útil", em antítese com "a pseudo-educação que foi orientada dentro da oposição ou do desinteresse desses dois elementos [e que] gerará tíbios, irresolutos, pessoas inconscientes do papel que forem chamados a desempenhar, inúteis a si e prejudiciais a sociedade" (1951, Maio). No mesmo ano, Amílcar Cabral defendia o conceito de *comunidade educada*, no contexto da UNESCO, e a complementaridade *instrução-educação*. O texto de Cabral (*Cabo Verde Boletim*) apresenta uma visão de modernidade educativa:

> "Hoje numa colectividade educada, podem coexistir diversos graus de Instrução, mas em todos os seus componentes tem de estar presente um mínimo deste elemento, sem o qual a Educação não tem significado. Hoje, uma colectividade educada é incompatível com a existência, no seu seio, de plebe e não plebe, de exibições de luxo a par da frequência de imundos maltrapilhos, de quitandeiras mal trajantes, ganhando, ao sol das esquinas e das calçadas, o pão nosso de um dia ou de outro. Hoje numa colectividade educada, ninguém se admira ou pasma de ver uma criança, «mesmo» de raça africana, de cor preta, que lê ou escreve uma carta, porque todos sabem que um ser humano, seja de que cor, desde que lho

> permitam as condições da sua existência, pode instruir-se e adquirir um mínimo de cultura compatível com a condição de Homem. Hoje, numa colectividade educada, os objectivos do Bem e tudo o que é justo para as sociedades humanas e a paz dos Povos, libertam-se dos horizontes acanhados e indecisos, das doutrinas, para se consubstanciarem na realização efectiva do Bem-Estar do Povo.
> Toda a Educação, dizem os técnicos da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) tem por fim: permitir aos homens e às mulheres a realização de uma vida útil e feliz, de harmonia com a evolução do seu meio; desenvolver os melhores elementos da sua tradição e facilitar-lhes o acesso a um nível económico e social superior que os coloque em estado de desempenhar cabalmente a sua função no mundo moderno, e viver pacificamente." (1951, Junho)

Para José Lopes (1951) esta "péssima época (a certos respeitos) em que vivemos, bem péssima a despeito dos maravilhosos progressos científicos realizados, orgulho e glória do pensamento humano, deveria privilegiar a dualidade instrução e educação". O professor-poeta verberava "as correntes assustadoras da irreverência, falta de respeito e não-sujeição ao que é bom e justo para as sociedades humanas e a paz dos povos", num século agitado por "ideias políticas e sociais subversivas":

> "Essas más ideias, para pior Mal, propagam-se, direi, como os gérmenes de certas epidemias. Parece que andam no ar que respiramos, e estão espalhados no mundo todo.
> […] Existe na cidade de Mindelo uma turba multa de crianças do sexo masculino, adolescentes, rapazes feitos e adultos que não respeitam ninguém, para os quais é coisa absolutamente desconhecida a *noção das proporções.*
> […] Na praça pública, quase sempre é a plebe a primeira a ocupar os bancos: frequentemente, imundos maltrapilhos. Se num banco estiver sentada uma Senhora ou qualquer pessoa grada, os ditos irreverentes chegam e ocupam lugar, se o houver, lado a lado sem o mínimo acatamento. Tais desmesuras são constantes. Não há respeito. Todos são iguais. Como não tem a *noção das proporções,* para esses não existem categorias sociais.
> […] Pelo que deixo exposto em longa tirada chego à conclusão de que o que nos falta é apenas Educação. Educação doméstica, Educação cívica, Educação social, Educação colectiva, Educação no mais amplo sentido da palavra.
> […] Ao concluir este trabalho dirijo-me aos Poderes Superiores para exclamar como em Roma: - *Caveant consules ne quid Respublica detrimenti capiat!...*" (1951, Abril)

Não obstante o silenciamento das notícias sobre os movimentos de descolonização, a ofensiva diplomática do PAIGC contra Portugal e o início da guerra de libertação, os liceus – onde estudavam alunos solidários com a ideologia anti-colonial – foram palco de múltiplas manifestações de desagravo e de rejeição da nova conjuntura (inter)nacional. As reacções à desagregação do império lusitano foram noticiadas no *Cabo Verde Boletim*[437]:

> "No dia 29 do mês passado teve lugar em frente à Residência do Governo uma manifestação de alto sentido patriótico em que tomou parte a maioria da população que, assim, quis significar ao Governo na pessoa de S. Ex.ª o Governador da Província, a indignação sentida pelos injustificados ataques que Portugal tem

[437] Para termos uma ideia da importância das matérias panegíricas da ideologia do Estado Novo e de defesa da coesão do império, o *Cabo Verde, Boletim Documental e de Cultura* ocupou 22 páginas, em quatro números da revista, com o texto da conferência proferida, no Liceu Gil Eanes (20/12/1962), por Manuel Primo de Brito Limpo Serra, denominada "Legitimidade de Portugal em Angola" (1963, Abril; Maio; Junho e Julho-Setembro).

> sofrido por parte de certos membros da ONU com relação às suas Províncias Ultramarinas.
> Serviram de porta-voz dos manifestantes, o Sr. Dr. Marques de Oliveira, reitor do Liceu da Praia, um estudante […] e uma professora primária […] que verberaram energicamente o procedimento daqueles que têm atacado o nosso País, afirmando a lealdade dos caboverdianos à Nação." (1960, Novembro)

Albano Cordeiro Estrela[438], reitor do liceu da Praia (1965-1967) revive os "prenúncios da libertação": "Todos os meses desaparecia alguém das ilhas, inclusivamente alunos dos últimos anos do liceu. Sem deixar rasto. Só tempos depois é que chegava a notícia que se tinham passado para o «lado inimigo» a militar nas hostes que se opunham a Portugal e ao nosso colonialismo" (1996, p. 80). Na *crónica* "Invasão de Cabo Verde", Albano Estrela *reconstruiu o passado*:

> "Muitos deles pertenciam a famílias que todos conhecíamos e com quem lidávamos no dia a dia: com o pai que nos fornecia um serviço; com a mãe que nos vendia um produto; com o irmão, graduado da Mocidade Portuguesa; com a namorada, empregada no liceu. Os Cabrais, os Graças, os Barbosas eram alguns desses nomes. Inclusivamente, uma sobrinha do Amílcar Cabral era uma das nossas empregadas domésticas. Ora, essas proximidades eram vistas, pela maior parte, "terreno minado", sempre pronto a explodir. Eu via a situação exactamente ao contrário: se os "deles" estavam ali connosco, partilhando da nossa labuta diária, deveríamos sentir-nos "protegidos" por esse escudo social, caso se verificasse "degradação da ordem pública" (frase emblemática que sempre me pareceu esconder coisas misteriosas, embora terríveis). Por outro lado, essa intimidade com o "inimigo" (ou gente da sua parentela) era algo que me seduzia, pela experiência nova que tal representava para mim. Por esse estar com um pé do lado de lá e outro de cá, na mira de compreender o que era colonialismo e anticolonialismo. É evidente que estas reflexões guardava-as para mim. Os tempos não estavam para veleidades, nem política, nem socialmente.
> […] E iam-me pondo de sobreaviso: «Acautele-se, pois o senhor é um dos que está mais em risco, talvez até o mais exposto de nós todos». Referiam-se à nossa casa, a última da cidade, isolada, junto ao liceu, a casa do reitor, cargo que eu desempenhava na época. E assim lá em casa, sozinho, com a esposa e os meninos…" (1996, pp. 80/81).

Pedro Martins, no *Testemunho de um combatente* recorda: "Já em 1966 tínhamos um grupo de estudantes nacionalistas […]. Sabíamos da existência do PAIGC e, nas ruas da cidade e junto do liceu provocávamos os soldados portugueses. Na biblioteca do liceu sempre que apareciam referências ao PAIGC nos jornais portugueses, sublinhávamos a sigla e expúnhamo-los de maneira a serem percebidos facilmente" (1995, p. 117). Das ausências da juventude, compelida para o exército colonial português, as referências textuais indirectas e subtis que a censura permitia: "Além da ciência, o liceu Gil Eanes ensinou aos seus alunos a virtude. Ensinou a virtude do amor à Pátria, pelo que muitos deles, chamados pelo exército seguiram para os campos de Angola, Moçambique, Guiné e

[438] Albano Cordeiro Estrela foi reitor do Liceu Adriano Moreira no período de 1965 e 1967. (Consultar o anexo 6).

Índia e outras paragens distantes da Pátria Mãe, onde deram sobejas provas de verdadeiro patriotismo" (*O Arquipélago*, 1967, Outubro 12).

Ao concluirmos a escrita de "Deus, pátria e família", deparamo-nos com duas *histórias* e duas *verdades*: uma "«verdadeira história» […] feita dos momentos em que a nação se reencontra consigo própria e que constituem, de resto, os alicerces da sua especificidade" e uma «falsa história» […], um desvio da nação relativamente ao seu «rumo natural»" (Cunha, 2001, p. 131). No pensamento do sujeito colonizado, a "verdadeira história" inculcada no liceu, é uma "falsa história". A "verdadeira história" forjou-se na "independência literária, cultural e, consequentemente, política, num discurso que se quis afincadamente regional e, sendo-o, tornou-se, fundamentalmente, pela primeira vez, afirmação inequívoca da *nacionalidade*" (Ferreira, 1986, p. LXXXIV).

1. 2. Os Falcões Portugueses de Cabo Verde

> "[A cidade de Mindelo] arquitectada em estilo e influência portuguesa dos sécs. XVIII e XIX, com ruas estreitas, calcetadas à portuguesa, com edifícios e casas de altos pés direitos e onde pontificavam janelas com persianas e varandas pombalinas, a maioria dessas casas continha os chamados sobrados, tão característicos das zonas tropicais em que os Portugueses deixaram as suas marcas. A cidade abrigava uma população, quase cem por cento mestiça, produto de uma miscigenação de quase cinco séculos, reflectindo ainda um tipo de escravatura social de predomínio escravocrata. Dividida em pelo menos três classes sociais, na primeira contavam-se os indivíduos (mestiços brancos), ainda descendentes dos antigos senhores, proprietários de terras, abastados comerciantes, alguns médicos, advogados provisionários, alguns professores de instrução primária, altos funcionários e alguns portugueses (chamados *mondrongos*) residentes, e que exerciam actividades no comércio ou no funcionalismo. A colónia estrangeira era constituída mais por Ingleses que, embora levando uma vida social à parte, eram considerados como pertencentes à 1ª classe, à elite. Não obstante a sua distância em relação à sociedade autóctone, deixaram nela os seus traços, tanto nas elites como no povo. Costumes tais como o tomar *whisky com soda* à tardinha e o *gin* e *tonic* de manhã, antes do almoço, o consumo do sacramental chá da Índia, o uso do *smoking* para festas e bailes importantes, desportos como o *tennis,* o *golf*, o *cricket* e talvez a *corrida-a-pau*, a utilização permanente, em época estival, do *short* (calções) ou mesmo no dia-a-dia, a introdução de termos ou mesmo de expressões de língua inglesa no léxico corrente, alguns hábitos alimentares como o café da manhã acompanhado de ovo estrelado ou «quente», com toucinho ou *bacon*, etc. generalizaram-se de tal ordem no sistema culinário sanvincentino que, mesmo, presentemente não podem ser tomados como resíduos, mas como modelos ou padrões enraizados e interiorizados." (Lima, 1992, pp. 31/32)

Antecedentes

A Associação dos Falcões Portugueses de Cabo Verde (*Sokols*) foi fundada, na cidade de Mindelo, no ano de 1932 (Estatutos aprovados por Alvará, de 23/10/1934). Luís Silva Rendall recorda as origens do movimento juvenil (entrevista a José Vicente Lopes, em 27/6/1995):

> "Era estudante do quarto ou quinto ano, quando um dia eu e outros colegas do liceu, recebemos um convite para participar numa reunião no Eden-Park. Movidos pela curiosidade, acabámos por ir. O sr. Júlio Bento de Oliveira, que era funcionário dos Telégrafos, começa a falar da juventude portuguesa, da nossa falta de perspectivas e de lazer, e lamentava que não houvesse em Cabo Verde uma associação de jovens. Ele tinha um barquito chamado Sereia, sabia inglês e, numa das viagens a Santo Antão lera um artigo sobre a Sokol de Praga, uma associação que estava a contribuir com os seus trabalhos cívicos para o desenvolvimento da Checoslováquia. Funda-se algo do género, em S. Vicente, com meia dúzia de indivíduos. A malta foi aderindo, com gente do liceu e também com trabalhadores da Companhia. Tudo era feito à custa dele. O próprio Dr. Baltasar [Lopes] fez os estatutos. A associação espalha-se por todas as ilhas e até na Guiné. Chegámos a ser visitados pelos nossos colegas da Checoslováquia, que vieram num barco ver-nos. Havia uma organização e uma disciplina extraordinárias, tínhamos inclusive uma secção feminina. O Bento de Oliveira era o comandante e eu era um dos seus ajudantes de campo" (Lopes, 2002, p. 92)

O Professor Jan Klíma, da Universidade de Hradec Králové, tem-se dedicado a investigações sobre o movimento dos *Sokols* de Cabo Verde. No ensaio *Falcões (Sokols) de Cabo Verde: história e legado* refere-se às origens do movimento na Checoslováquia: "Miroslav Tyrš, admirador do ideal grego da *kalokagathia*[439] e Jindřich Fügner criaram a União Praguense de Cultura Física" (1862) com o objectivo da "elevação do nível físico, espiritual e moral da nação checa, educação para um comportamento honesto em favor da democracia, amor à terra natal e veneração para com o legado espiritual nacional" (2008, p. 1). Segundo Klima, "o carácter patriótico e cívico deste movimento maciço tornou-se um espinho nos olhos do poder austríaco, logo que a guerra mundial eclodira […] e durante a ocupação alemã (1939-1945) os Sokols foram perseguidos como o grande grupo da resistência nacional, sendo a organização oficialmente proibida em 1941"[440] (*idem, ibidem*). O *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*[441], no artigo "Os Sokols, sua história e seu fim" explica a fundação do movimento:

> "A primeira iniciativa para organisar uma sociedade tcheca de ginástica, na Bohemia (não tendo ainda o nome de Sokol), foi em 1848, com a creação da *Academia de Gimnástica*, que pouco durou.
> […] A 20 de Outubro de 1860, foi emitido o "irrevogavel diploma" que introduzia a Constituição da Austria, e marcava o fim do absolutismo, que até ai dominava, e oprimia as populações não alemãs da monarquia Austro-Hungara.
> Esta mudança brusca da politica austríaca, e na qual a nação Tchecoslovaca pensou ver a realisação da sua independência, por que anciava ha tanto tempo, foi o sinal de alegria, acordar ardente das varias nacionalidades até ai despresadas e maltratadas pela monarquia Austro-Magyar.
> As nações, que tinham heroicamente suportado o jugo do maior despotismo, começaram então a libertar-se do peso que impedia toda a sua actividade, tanto individual como colectiva. Uma consciencia nova, os direitos da nação – dominava as várias classes da sociedade. Em 1861, já os Tchecos tinham uma maioria nos concelhos municipais. Por toda a parte se organisavam associações necessárias à grande actividade social e politica que manifestava a nação.
> E é, neste momento de entusiasmo nacional, que se fundam os Sokols." (1936d, Janeiro)

Henrique Ferreira Lima, na brochura *Relações entre Portugal e a Tchecoeslováquia*, refere-se ao "espírito de independência que, durante a Guerra Mundial, estimulou as legiões tchecoeslovacas, que combateram, na fronteira francesa e italiana, contra a Áustria e a Alemanha, ao lado dos Aliados" (1936, p. 22). Destacou a cooperação notável da Associação dos Falcões (Sokols) e cita o *Diário de Notícias*, de 30/7/1935, que alude a

[439] Palavra grega decomposta em dois elementos: καλός (belos, honrados, nobres) e ἀγαθός (bons, valorosos, justos) (Pereira, 1961).
[440] Muitos *Sokols* foram presos em campos de concentração. Jan Klíma caracteriza o movimento "de renovação […], entre 1945 e 1948, que culminou com a XI Festa dos *Sokols* que assumiu o carácter do protesto contra o regime comunista recém instaurado. […] Porém, a idéia de actividade, patriotismo e burilação das capacidades do corpo e espírito nunca acabou. Depois da "Revolução de Veludo", em 1989, o Sokol ergueu a cabeça pela última vez, sendo oficialmente reanimado em 7 de Janeiro de 1990" (2008, p. 4).
[441] Consultar o anexo 1.

"uma grande parada dos *sokols* portugueses, em 16 de Julho, em São Vicente de Cabo Verde"[442].

Como é que as notícias sobre os *Sokols* de Praga teriam chegada à longínqua e pacata cidade na ilha de S. Vicente de Cabo Verde? Certamente o convívio dos "mestiços brancos" com os ingleses trouxe outras influências, além "do sacramental chá da Índia, do uso do smoking para festas e bailes importantes, desportos como o tennis, o golf" (Lima, 1992, p. 31). Frank Xavier da Cruz (B. Léza), no opúsculo *Razão da amizade caboverdiana pela Inglaterra*, evoca a influência britânica na criação do espírito associativo:

> "Os funcionários caboverdianos do Telégrafo fundaram o "Savoy D. Club" e com o correr dos anos desenvolveu-se entre nós o espírito associativo, nascendo daí importantes agremiações desportivas: «Grémio D. Castilho», fundado por um grupo de alunos do Liceu, o «Club Derby» e «Sporting Club S. Vicente».
> […]
> Grande amigo de Sam Vicente foi Mr. Taylors que, além de outras agremiações desportivas, fundou em 1913, no Mindelo, a bela organização – Boys Scouts – Foi esta uma instituição que atraiu a atenção e o entusiasmo de toda a juventude caboverdiana. Pertenceram a ela todas as classes sociais, inglêses e naturais da ilha, pessoas categorizadas, alunos das escolas, empregados do comércio, etc. A população seguia com simpatia e comoção os exercícios e as evoluções dos «Scouts». Desta organização saíram saudáveis e intrépidos que, nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil fundaram clubes de grande importância nomeadamente, o «Capeverdian Cricket Club» de New Bedford e o «Sporting Club Cabo Verde», de Buenos Aires, aquele campeão de Massachusetts durante quatro anos seguidos, 1928-32 e estoutro campeão de cricket na América do Sul, em anos alternados." (1950, pp. 55/63)

O movimento dos *Boys Scouts*, fundado em 1913, contou com a adesão e o entusiasmo de jovens de "todas as classes sociais, ingleses e naturais da ilha, pessoas categorizadas, alunos das escolas" (*Notícias de Cabo Verde*, 1933, Março 26). O periódico anunciava "a instrução de um grupo de rapazes de Mindelo para a organização dos escoteiros mindelenses" e "felicitava todos os aqueles que cooperam nessa obra de civismo e fortalecimento físico".

Estética da juventude

Graças à generosidade de Ivone Ramos e de Manuel Nascimento Ramos[443], vimos os *Sokols* em acção, tocámos em imagens e textos, ícones e palavras. Ao folhear o álbum

[442] Jan Klíma no texto *Sokols de Cabo Verde nos anos trinta do século XX* (p. 1) refere que, em 1932, o Dr. Gomes dos Santos, chefe do Núcleo Educativo da Propaganda Educativa visitou a IX Festa dos Sokols (*Sokolský slet*) em Praga e que o jornalista Armando de Aguiar descreveu a mesma festa para o *Diário de Notícias*. No mesmo ano esteve em Praga o General Ferreira Martins que informou a revista *Pestrý týden (Variedades da Semana, 9-6-1932)* sobre as actividades dos Sokols portugueses.

de fotografias do casal Ramos, "abrimos as palavras e as coisas, descobrimos os enunciados e as visibilidades, a fala e a visão" (Deleuze, 1987, p. 87).



Figura 66 – *Comandante geral dos Falcões Portugueses de Cabo Verde, Júlio Bento de Oliveira*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

O romance *Capitão de mar e terra*, da autoria de Henrique Teixeira de Sousa, reconstitui, com precisão e rigor histórico[444], o percurso dos Falcões Portugueses de Cabo Verde e o ambiente académico da cidade de Mindelo. A personagem Joel da Silveira retrata Júlio Bento de Oliveira[445], Comandante dos Falcões:

> "Noite avançada, no momento em que se dançava uma valsa, entrou o comandante dos Sokols. Chegou muito tarde, talvez porque estivesse de serviço no Telegraph. Surgiu reluzente no seu dolmán braço cravado de estrelas. Por sobre a pala do boné pousava um falcão de asas abertas. Mochim do Monte fiou com o arco no ar. […] Imediatamente lhe meteram uma dama entre os braços e ordenaram à orquestra que reencetasse a peça. O Sr. Joel conseguiu deveras abrir as pálpebras das acompanhantes na valsa em que rodopiavam as estrelas, o talabarte e o cinturão, o falcão de bico adunco e asas desfraldadas, rodopio delicado, emparceiramento folgado, discreto, não a colagem indecente dos pezinhos de agora." (1984, pp. 103/104)

Os *Sokols*, que cultivaram a educação física, "ensinavam à juventude da nossa terra o civismo, o cumprimento dos deveres de cidadão para com a terra natal; o respeito pelo seu semelhante, toda a espécie de ginástica e atletismo, desde a barra, argola e trapézio, ao

[443] Manuel de Jesus Ramos e a esposa, Ivone Ramos abriram-nos as portas da sua casa, na cidade de Mindelo e colocaram à nossa disposição o álbum de fotografias dos *Sokols* de Cabo Verde. Manuel de Jesus Ramos foi membro associado dos Falcões de Cabo Verde e escreveu as memórias da organização no livro *Mindelo d'outrora* (2003).
[444] Henrique Teixeira de Sousa foi membro associado dos Falcões Portugueses de Cabo Verde (Informação de Manuel Nascimento Ramos, 12/2/2007).
[445] Consultar "Notas biográficas", anexo 4.

lançamento do dardo, do peso e do disco; ténis, foot-ball, cricket e box; saltos à vara e em altura; corrida de velocidade e de resistência; vela e noções de náutica e de bombeiros; sinais de bandeira, de espelho; manipulação de cordas com destreza e também alfabetização" (Ramos, 2003, p. 54).

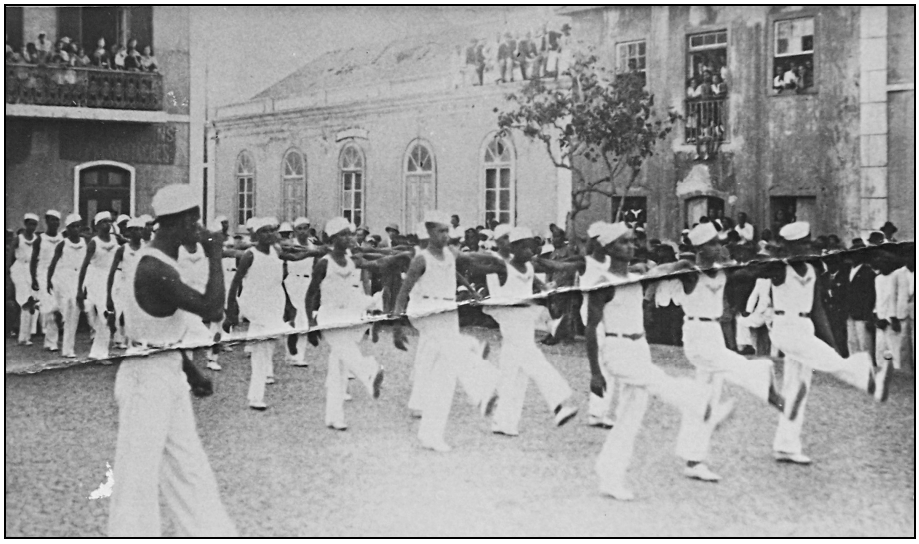


Figura 67 – *Exibição de ginastas da Associação dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

O porte físico dos Falcões tinha centralidade simbólica e transmitia os valores do aprumo, da força e da disciplina. Os filiados desfilavam impecáveis nos seus uniformes, minuciosamente descritos nos Estatutos da Associação, de 23/10/1934:

> "Artigo 88.º O uniforme pode ser em drill branco ou kaki para 1º, 2º e 3º oficiais. Será igual para todos e constituído por:
> 1º - Dolman com gravata preta, calças e sapatos da côr do dolman, boné branco com pala de verniz preto, ou boné bivaque da mesma côr do dolman;
> 2º - Os chefes dos juniores usarão, de ordinário, dolman em kaki, calção azul, com boné marujo à americana, e nos exercícios usarão, obrigatoriamente, uma camisola branca, calção azul escuro e sapatos de lona branca;
> 3º - Os oficiais e sub-oficiais da Secção Náutica usarão, de ordinário, calças de flanela creme, sapatos brancos, casaco azul do tipo «Yactman» e boné com pala de verniz preto;
> 4º - Os chefes e juniores da Secção Náutica usarão, de ordinário, bluza à maruja com calção azul, e em exercícios da Secção uma camisola especial, mas de modêlo aproximado dos outros;
> 5º - O uniforme da Secção de Bombeiros constará de calças de flanela azul, reglar a militar da mesma côr, com uma só ordem, de botões amarelos, e boné de pala envernizada;
> 6º - A armadura dos Bombeiros consta de capacete metálico, machado de bombeiros em cinturão de tecido e espia de 10 metros de comprido, passado a tiracolo da direita para a esquerda;
> Art 89º Os distintivos para oficiais, sub-oficiais e chefes são formados do seguinte modo:
> – Os 1os oficiais, três estrêlas douradas dispostas em triângulo em cada punho;
> – Os 2os oficiais, duas estrêlas, uma ao lado da outra;
> – Os 3os oficiais, uma estrêla dourada;

– Os sub-oficiais de 1ª categoria, duas tiras de pano azul, com 5 cm. De comprimento por 1 cm. De largura em cada braço, tendo em cima uma estrela dourada, quando seja de carreira escolar;
- Os sub-oficiais de 2ª categoria, uma tira de pano azul disposta do mesmo modo que os da 1.ª categoria e bem assim a estrela dourada;
– Os chefes de 1ª classe, duas tiras de pano encarnado com as mesmas dimensões e do mesmo modo que os sub-oficiais;
– Os chefes de 2ª classe, uma tira de pano encarnado como os de 1ª classe."



Figura 68 – *Membros associados dos Sokols, ilha do Fogo*
Saial, 2003[446].

No *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, Saint'Aubyn Figueiredo descreve "uma formatura branca de aproximadamente 80 oficiais de calção, camisa e bonet à americana":

"Vamos lá longe pela estrada fora. Vamos lá a natureza nos espera. Vamos e em bôa hora, Derrocaremos a vida austera".
Agora em côro[447]:
Drel: Zdraus
Zdrau!
Zdrau!
Zdrau!
E alegres cantemos com ânimo.

[446] No sítio da internet "África minha" (2003) Joaquim Saial identifica os membros associados dos Sokols, da ilha do Fogo: Nilo Henriques, Agnelo Rodrigues (sentado) e Sacramento Monteiro.
[447] Tradução das palavras do coro: "Três saúdes / Saúde! Saúde! Saúde!" (Informação de Carlos Alberto Mendes Fonseca, de 6/2/2009).

> É o grito dos novos no seu elemento.
> […] Minutos volvidos acampa-se. As Falconinas chegam.
> Foot-ball, natação, corrida, saltos acrobáticos, são os desportos preferidos, não se esquecendo, todavia, o alpinismo … a-fim-de se "explorar" o horizonte, pois o "SEREIA STAR", que conduzia os Falcões da Secção-Náutica, devia estar perto.
> Velas, velas.
> É o "Sereia" que surge. *Quod gaudium!*
> Num requinte infantil, canta-*se «Sôbre a terra sôbre o mar».*" (1936c, Janeiro).

O escritor Teixeira de Sousa imaginou as Falconinas (*Sokolinas*) num enterro, a ladearem "o féretro, impecáveis nos seus uniformes brancos, o estandarte da organização inclinado pesarosamente, a banda cadencianda acordes doridos":

> "Não vês aquelas raparigas fardadas de branco? Aquelas são dos Sokols. Ah, pois, Sokols e liceu é quase a mesma coisa. Todos os estudantes são dos Sokols. Mas tem gente que não é do liceu. Tem sim. Tem gente de todas as camadas. É uma disciplina, menina, que nem de quartel! Eu vou meter-me no Sokol. Porque não? Quem sabe se a tua vida não mudava. Olha, lá tem ginástica, tem escola de tudo. É preciso pagar alguma coisa? Não, menina, é tudo de graça." (1984, p. 88).

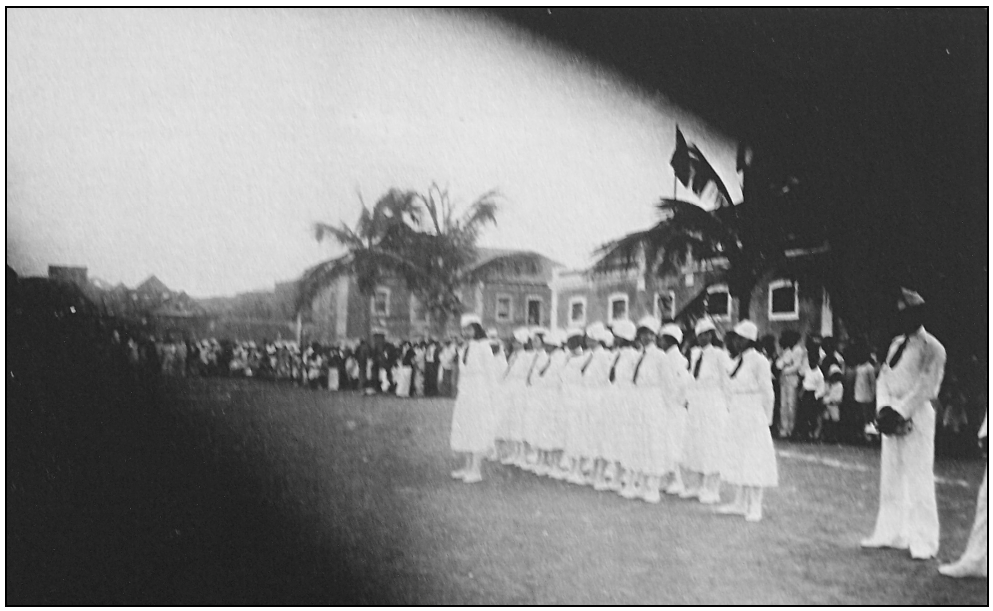


Figura 69 – *Formação de Falconinas*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

O Conselho da Organização publicou no *Notícias de Cabo Verde*, uma nota de agradecimento a todos os pais pela "gentileza de assistirem, aos exercícios de suas gentis filhas, às 17 horas, todos os sábados" (1934b, Agosto 25). Numa conferência intitulada "Força e Disciplina", "o distinto poeta e orador eloquente José Lopes da Silva, saudou muitas meninas [que] fazem parte da Corporação […], flores de ternura e esperança a matizar o soberbo quadro das aspirações poéticas desta instituição" (*Notícias de Cabo Verde*, 1935, Fevereiro 15).

A associação dispunha de embarcações para o transporte entre as ilhas e apoio aos desportos marítimos. Através da Secção Náutica, os *Sokols* participavam na "construção de barcos a vela e a remos na escola de artes e ofícios" (art. 32º, 1); auxiliavam "a aparelhagem dos barcos com os seus alunos" (2º); forneciam "uma sólida instrução aos alunos da sua Secção de forma a fazer deles oficiais de confiança, ensinando teorias indispensáveis à navegação entre ilhas" (3º); ensinavam "a vida prática do perfeito marinheiro" (4º); dirigiam "o serviço metódico da conservação das embarcações" (5º) e preparavam o "orçamento para reparação e ensinar os métodos da economia" (Estatutos, de 23/10/1934).

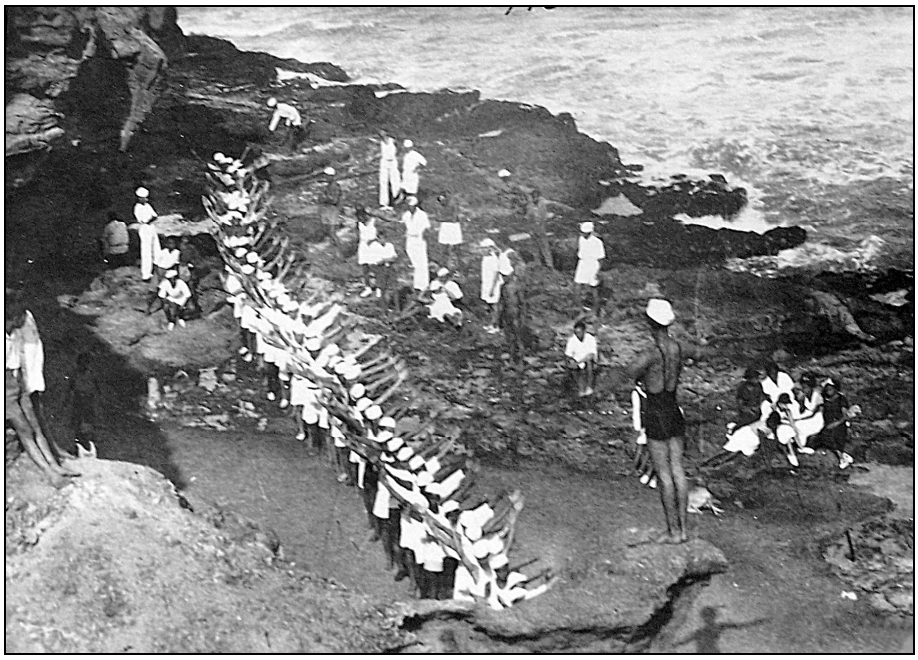


Figura 70 – *Desportos náuticos praticados pelos Falcões Portugueses de Cabo Verde*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

A imprensa da cidade noticiou uma "bela iniciativa cívica" dos Falcões, associada aos desportos náuticos:

> "Um recinto de banhos de mar na Matiota sem perigo de tubarões e de morrer-se afogado!
> E essa iniciativa deve-se – mais uma bela iniciativa – dos Falcões de S. Vicente, que para tal estão concluindo a fabricação de uma enorme rêde de aço, com a qual será vedada uma grande extensão do mar que banha aquela praia.
> As entradas, como é lógico, serão pagas, para o que já existe a necessária licença da Companhia.
> Mas as instalações demandam despesas avultadas e consta-nos que os Falcões ficariam gratos se os seus amigos e amigas de S. Vicente os ajudassem desde já com os possíveis fundos, a título de empréstimos." (*Notícias de Cabo Verde*, 1937, Junho 1).

O *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, "publicação de carácter científico e literário, que pretendia contribuir para estreitar muito intimamente as relações entre a sede e as delegações nas outras ilhas"[448] (1936a, Janeiro), no segundo e último número noticiava: "Os Falcões Portugueses de S. Vicente brevemente deverão apresentar-se ao público no Palco do Éden-Park, vincando o seu nome pela terceira vez na arte teatral e pela primeira na arte de gimnástica rítmica musicada, cousa nunca vista em Cabo Verde" (1936b, Fevereiro). Mário Matos atribuía a origem da arte cénica, em S. Vicente, à associação dos Sokols que "sob a orientação de António Bandeira, começou a fazer teatro […], aí por volta de 1934, apresentou ao público mindelense um espectáculo teatral alegre e bem esquematizado" (s/d, p. 77). Segundo Manuel Nascimento Ramos "Era tudo em português. Não se falava crioulo nessas actividades" (citado em Branco, 2004, p. 111).

Formigas, cigarras e falcões

A associação contava com "2.025 filiados, rapazes e raparigas" (Ramos, 2003, p. 54). Não sendo uma organização exclusivamente estudantil inscreveu nos Estatutos, de 23/10/1934, duas finalidades ligadas ao ensino: "impulsionar o ensino técnico" e "combater o analfabetismo" (art. 2º). O *Boletim dos Falcões de Cabo Verde* anunciava a criação de "uma escola de electricidade prática[449] […], que não funcionará sem que haja um grupo superior a dez" (1936a, Fevereiro). Ao Conselho Técnico competia "informar do desenvolvimento escolar dos Falcões, pedindo aos professores das escolas oficiais as notas e o comportamento disciplinar dos seus alunos" (art. 30º). Ao Conselho de Fiscalização incumbia "investigar da existência de analfabetos, dando, do facto,

[448] Apesar do centro das actividades dos Falcões se situar na ilha de S. Vicente, constituíram-se delegações noutras ilhas. O *Eco de Cabo Verde* (1934, Dezembro 15) noticiava a criação da Associação dos Falcões da Praia, que "tem, muito justamente, despertado fortes entusiasmos entre a rapaziada da cidade", referindo-se "à má escolha do local para os seus exercícios matutinos, pois logo de manhãzinha, às 4 horas, começam a fazer tamanha barulheira com os tambores, martelando os ouvidos dos moradores do largo de Montagarro, que este não podem conciliar o sono, razão porque lançam o seu verdadeiro protesto, que secundamos, contra tal estado de coisas".
Conforme informações de Carlos Alberto Fonseca (6/2/2008), os Falcões da Praia foram treinados por oficiais formados em S. Vicente, destacando-se Ernesto Vitória Osório e Octávio Quental Barbosa Vicente. Treinavam no local do actual estádio da Várzea.
O *Boletim dos Falcões* informava que, na ilha de Santo Antão, havia um "único instrutor que cumpria a sua missão, o 2º comandante, o Sr. João Ramos, quando porventura tinha um sobejo do tempo da sua vida profissional […] que em passeios para a Ribeira da Torre com formatura de 50 rapazes, deu-lhes exercícios armados de … cana sacarina" e na ilha de São Nicolau, tendo "à testa do movimento o inteligente e incansável chefe o Sr. Caetano Lopes dos Santos, […] que tem conseguido notáveis avanços com a sua mocidade adextrada" (1936a, Fevereiro).

[449] Programa da escola de electricidade prática: "Instalação de prédios; condução de condutores eléctricos; instalação de campainhas; instalação de telefones; instalação de pequenas centrais de correntes contínuas; conhecimentos gerais sobre vários aparelhos e instrumentos modernos de utilização caseira; recapitulação dos dínamos e seu funcionamento; motores de explosão e motores de combustão interna" (*Idem, ibidem*).

conhecimento à Comissão de Leccionamento, criada pelo Regulamento Interno dos Falcões" (art. 31º). (*idem, ibidem*).

Praticamente todos os alunos do liceu eram filiados nos Falcões – afirma João Nobre de Oliveira – "que assim encontravam uma forma de ocupação dos tempos livre, ao mesmo tempo que apreendiam melhor a sociedade onde viviam" (1998, p. 464). Como referimos, em capítulo anterior[450], a disciplina de Educação Física, por vicissitudes várias, não conseguiu funcionar regularmente no liceu e encontrou a sua expressão em actividades extra-curriculares praticadas nas ruas e praças de Mindelo. A associação defendia "um ensino activo, racional e completo" com a valorização dos exercícios físicos para combater as atitudes "de decadência e de subserviência" do povo cabo-verdiano:

> "Observando o estado actual do povo Caboverdeano, verificamos estar em presença, dentro do âmbito educativo, de vários sintomas de ordem psicológica, moral, social, fisiológica, morfológica, que se engrenam e influenciam mutuamente, de tal forma que só poderão ser combatidos eficazmente por uma acção educativa, principalmente realizada durante o período formativo de um indivíduo, que, em grande parte corresponde à sua idade escolar, de maneira a conduzir a sua personalidade a um estado de equilíbrio, de perfeição, de desenvolvimento, que é o objectivo da educação racional.
> Este povo está indubitavelmente em uma atitude regressiva ou degenerada, atitude fetal e de velhice, de decadência e de subserviência, psicologicamente sem vontade, apático ou impulsivo, moralmente amoral, socialmente individualista; economicamente pouco produtivo.
> A regeneração de um povo assim decaído, exige que transforme quási radicalmente o sistema de ensino que até hoje tem vigorado – ensino instrutivo passivo, memorisado e sedentário – por um ensino educativo activo, racional e completo, onde os exercícios físicos, escolhidos, ordenados, cientificamente aplicados, constituem um meio de aperfeiçoamento do homem, uma actividade escolar que procura e obtém o aumento da sua energia biológica, moral e social." (Nacelnick, 1936, Fevereiro)

O jornal dos Falcões noticiava que "para se seguir o exemplo das grandes associações todas as crianças que estão compreendidas na 1ª ala (4ª Companhia) são nomeadas *Formigas*, símbolo da Força e Trabalho, as da 2ª ala (3ª Companhia) são chamadas *Cigarras* e simbolizam a cantiga e os rapazes da 2ª e 1ª Companhia é que são os próprios Falcões" (1936a, Fevereiro; itálico nosso).

[450] Consultar III Parte, 1.1. "Deus, pátria e família".

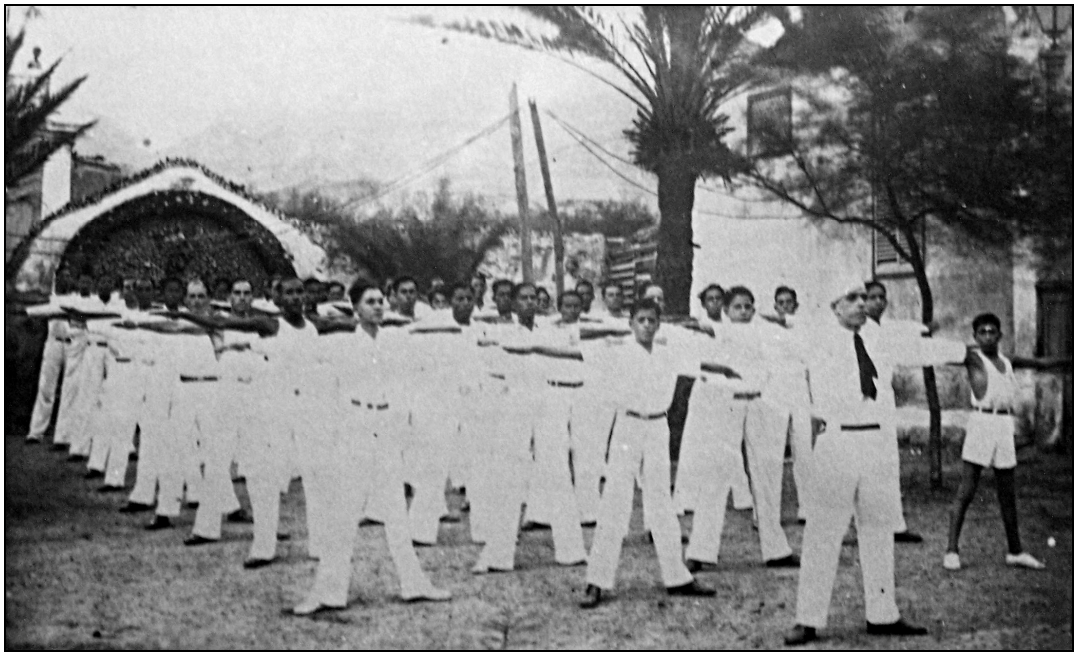


Figura 71 – *Cadetes dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

As *formigas*, as *cigarras* e os *falcões* contaram com o apoio dos Sokols da Jugoslávia, que visitaram a cidade de Mindelo:

> "Num belo dia, em 1935, entrou majestoso, no Porto Grande de S. Vicente um lindo Navio-Escola de nome "JADRAN" da Armada da Jugoslávia, que também era nação SOKOL, para vir visitar a sua congénere de Cabo Verde. À chegada do Navio, numa modesta cerimónia em ambiente Sokolino, em que se encontravam presentes a Oficialidade de bordo, o Comandante e Oficiais do Sokol de Cabo Verde fizeram-se os cumprimentos da praxe e, a seguir a saudação à antiga romana e com a mão sobre o peito, em voz alta e em uníssono, clamando, DREI ZDRAU, ZDRAU, ZDRAU, ZDRAU!!!" (Ramos, 2003, p. 55).

O *Boletim dos Falcões Portugueses de Cabo Verde* informava que, "a convite dos Sokols de Praga, prepara-se uma troca de correspondência entre os membros mais categorisados da nossa Associação e os Chefes Monitores daquela, formados em Cultura Física e Direito". O articulista sublinhava: "os Grandes homens do povo Tchêco é que dirigem a associação dos Sokols, enquanto em Cabo Verde são os Pequenos, debaixo da maior indiferença dos Grandes, com excepções, é certo" (1936d, Janeiro).

Indiferentes a politiquices

Numa análise de conteúdo do jornal dos jovens associados, Nobre de Oliveira verificou que não se "escrevera uma só vez o nome de Salazar e nem sequer um abrangente "Viva Portugal". Exaltara-se "Cabo Verde em vez da Mãe-Pátria e, pior

ainda, parecia estar ligado a um país estrangeiro onde fora buscar a inspiração, chegando mesmo a receber uma visita da organização congénere" (1998, p. 468). No editorial "Cá estamos", os Falcões declararam: "Temos consciência absoluta dos nossos actos, sabemos onde estamos e para onde vamos […]. Somos indiferentes a politiquices de cada um e só nos interessa tratar de assuntos que redundem em benefício de Cabo Verde, de uma maneira geral" (Starosta, 1963, Janeiro). Augusto Miranda, na apresentação do *Boletim*, opinou que "a juventude do Mindelo, está, de facto, assenhoreando-se do seu formoso papel de cidadãos de amanhã, através da deficiente visão do século actual", formulando votos para que sejam "os galantes pioneiros de Portugal nas ilhas caboverdianas, - naus lusas ancoradas nesta plaga do Atlântico!" (1936b, Janeiro). Na escrita de um enigmático X aspiravam à liberdade, "a mais bela essência da Natureza":

> "Liberdade e Vida confundem-se e completam-se. É que não pode haver movimento sem liberdade. […] Limitar-nos-emos por hoje a registar, entre as inúmeras fórmulas discutidas durante tantos séculos de agitação do problema, aquela que teve talvez o maior eco e influencia. Referimo-nos à que foi fixa, em 1789, pela Assembléa Constituinte Francesa, no artigo 4.º da sua *Declaração dos Direitos do Homem:*
> «A liberdade consiste em poder fazer-se tudo o que não seja prejudicial a outrem. Portanto, cada homem pode exercer os seus direitos até os limites que garantem aos outros homens o gozo desses mesmos direitos. Só a Lei determina tais limites».
> Essa fórmula, pela sua proclamação da Liberdade dentro da Ordem, é ainda actualmente a que existe, sob aspectos diversos, no espírito de maior número de Constituições dos Estados e de regras de Direito.
> Não é pois ousadia concluir-se que, seja qual fôr o seu credo político, todo aquele que estude, compreenda e pratique essa fórmula poderá considerar-se *um cidadão*, no que essa designação tem de mais elevado e progressivo." (1936, Fevereiro)

A cultura baseada nos valores da obediência, da vontade e da autoridade inseria-se no espírito da época: "Entre las dos guerras mundiales, en Europa, la juventud se convirtió en un verdadero campo de batalla en el que se manifestava la polarización social. Desde los años veinte, la escena política se fue inclinando marcadamente hacia la derecha: las teorias del Nuevo Orden proclamaban el fracaso de la democracia parlamentaria" (Depaepe & Simon, 1999, p. 301). Henrique Teixeira de Sousa recriou "a saudação ou continência à romana" evocativa dos signos dos movimentos juvenis de raiz totalitária, considerando-a um gesto cordial, "*ex-corde ad cordem*":

> "Desde que Joel inventou os Sokols, não mais os botequins e a Praça Nova viram um mancebo nos dias úteis da semana a gastar o seu tempo em grogues ou conversa de asneiras. A partir das cinco da tarde, a mocidade passou a fazer ginástica, a marchar, a aprender a ser disciplinada, desenvolvida, pura e sã, na parada do quartel dos Sokols, no rabo da Salina. O lema até era: *«Mens sana in corpore sano».* O Sr. Lucrécio Arrobas foi quem deu o lema à bandeira da organização. A saudação ou a continência era à romana no

seu primeiro movimento, à laia de «Ave, Caesar». Em seguida, trazia-se a mão ao encontro do peito, o bordo do indicador encostadinho mesmo ao coração. Não era por conseguinte uma saudação nazi ou fascista, mas cordial (*«ex corde ad cordem»*, como também explicou o mestre Lucrécio).” (1984, pp. 129/130)”

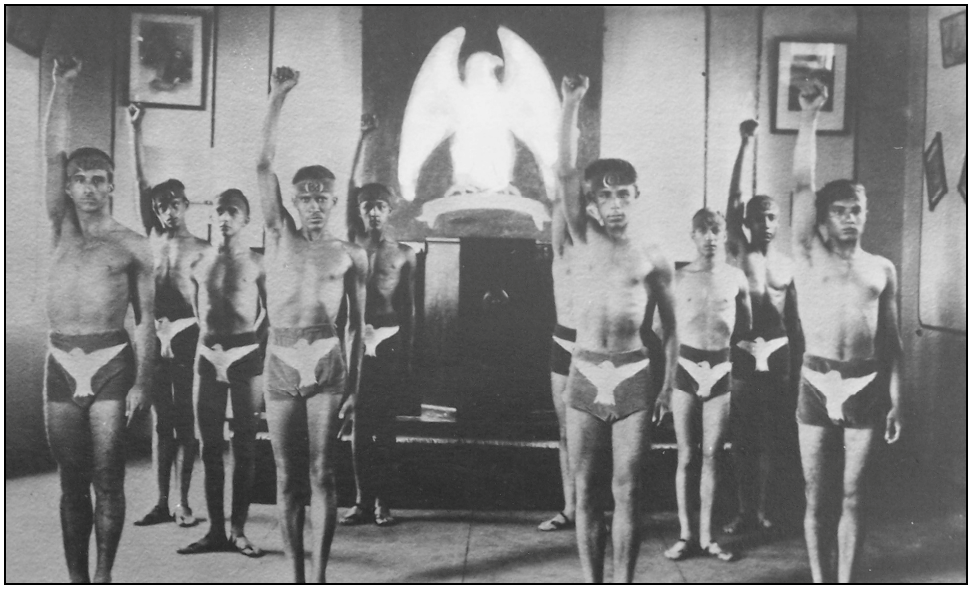


Figura 72 – *Falcões Portugueses de Cabo Verde em prova de ginástica rítmica*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

A imprensa da cidade dava destaque às manifestações públicas dos Falcões de Cabo Verde, muito apreciadas pela comunidade britânica:

> “Avisado previamente, o velho herói da Jutlândia e distinto Vice-cônsul da Grã-Bretanha, nesta cidade, cap. Lindsay Sands, R. N., esperava no mesmo dia, às 16 horas, um corpo dos Falcões de S. Vicente, que lhe foi apresentar as suas felicitações pelo jubileu, o Rei Jorge de Suas Majestades Britânicas, o rei Jorge V e a Rainha Mary. Na velha vivenda dos Millers, retribuindo com uma elegante continência à dos Falcões, sob o comando do Sr. Júlio Bento de Oliveira, passou-lhes minuciosa revista, interessando-se pela significação dos vários distintivos.
> Depois, avançando para o centro da formatura, proferiu S. Exª um pequeno discurso, com as mais elogiosas expressões para a Associação, acentuando a disciplina, a correcção e o porte dos seus membros, aludindo à antiga e valiosa aliança de Portugal e da Inglaterra e saudando, respeitosamente, o rei Jorge V e a sua gloriosa Pátria.” (*Notícias de Cabo Verde*, 1935, Maio 25)

Durante as festas do centenário da cidade de Mindelo, “impecáveis e garbosos na sua marcha e perfeitos nos exercícios exibidos, arrancaram do público palmas vibrantes, sendo no final delirantemente ovacionados quando, num dos exercícios, a assistência se surpreende com a formação da frase “Viva Mindelo”, constituída pelos corpos dos simpáticos atletas, irmanados com a terra” (*Notícias de Cabo Verde*, 1938a, Junho 15).



Figura 73 – *Marcha dos Falcões Portugueses de Cabo Verde em frente à Câmara Municipal de Mindelo*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

Para os jovens associados, "um cidadão, no sentido moderno, científico e útil da palavra, não nasce feito, nem é desonroso ou humilhante para ninguém desconhecer o que isso seja antes que lho ensinem" (*Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 1936b, Janeiro). Desta convicção advém o objectivo (expresso nos Estatutos) de "preparar a massa associativa de forma a que os seus elementos possam ser cidadãos úteis à sociedade e aos seu país" (23/10/1934). A municipalidade[451] saudou a colaboração da associação juvenil, que concorria para a *educação integral* da juventude, pois além de almejar "combater a decadência física do povo", estabelecia "a conveniência da necessidade social da ordem, disciplina e trabalho"(art. 2º, Estatutos de 23/10/1934). O romance de Teixeira de Sousa fixou o envolvimento dos cidadãos num ambiente emotivo de "marcialidade":

> "Quando os *Sokols* saíam à rua todo o mundo era sacudido por um sismo interior. Mancos e aleijados, sabidos e néscios, gatos e cães, viraram possessos, com vibrações que ainda mais acirravam a marcialidade joelina. O roteiro era sempre o mesmo. Partiam da Salina, rumo à rua do Coco. Daqui subiam até ao liceu, virando à esquerda na direcção do Palácio do Governo. Desciam a rua de Lisboa, curvavam à direita, entrando na rua Infante D. Henrique. Os ingleses da Western Telegraph vinham bisbilhotar enquanto os alvos dólmanes se distanciavam para os lados da Praça Nova, que contornavam, metendo-se em seguida na Rua de Camões." (1984, p. 149)

[451] "Os fundos da Associação eram provenientes "do Governo, da Câmara Municipal de S. Vicente, das Câmaras de outras ilhas onde tiverem delegações, das multas recebidas dos membros activos, das receitas de festas promovidas pela Associação e das dádivas dos amigos da mesma" (art. 5º, Estatutos, de 23/10/1934).

Vocacionada para "alunos de quaisquer estabelecimentos de instrução ou educação que tenham, pelo menos, sete anos de idade", a organização acolhia, também "empregados do comércio, funcionários públicos e, em geral, todos os indivíduos que pelas suas qualidades morais e cívicas possam ser elementos de utilidade" (art. 7º):

> "Artigo 10º § 2.º São considerados membros honorários, os pais ou tutores que, não sendo membros activos da Associação, deram o seu consentimento para que nela entrasse os seus filhos ou tutelados, e as pessoas que pela sua posição social possam coadjuvar a Associação, tanto pelo seu apoio moral, como pelo apoio monetário e forem convidados a entrar na Associação nesta categoria.
> Art. 11º Os membros activos da idade de sete anos até quarenta anos são separados, para fins de educação física e moral, em alas de sete a catorze, de quinze a dezoito, de dezanove a vinte e um, de vinte e dois a trinta e de trinta e um a quarenta anos.
> Art. 12º Os membros activos da Organização dividem-se em diferentes classes, segundo a categoria escolar ou profissional, comportamento e idade, em oficiais, sub-oficiais, chefes e juniores.
> Art. 13º Os oficiais dividem-se em primeiros, segundos e terceiros oficiais.
> Os sub-oficiais em primeira e segunda categoria.Os chefes em primeira e segunda classe.
> Art. 14º Os oficiais escolhidos para instrutores do povo, subdividem-se em oficiais de categoria profissional.
> Art. 15º Os oficiais de categoria escolar são classificados do seguinte modo:
> Alunos do 7º e 6º ano dos Liceus – primeiros oficiais.
> Alunos do 5º ano dos Liceus – segundos oficiais.
> Alunos do 4º e 3º ano dos Liceus – terceiros oficiais.
> Art. 16º Os oficiais de categoria profissional são classificados segundo as provas de vontade, inteligência, estado, vocação, idade, zelo, etc.
> Art. 17º Um pequeno distintivo na manga do uniforme dá a conhecer o posto e a categoria do oficial.
> Art. 18º Tem categoria de sub-oficiais os primeiranistas e secundanistas dos Liceus e indivíduos em quem a Associação reconhecer idoneidade para pertencer a esta categoria.
> Art. 19º Tem categoria de chefes os membros da Associação que forem alunos de 3.ª e 4.ª classes de instrução primária." (Estatutos, de 23/10/1934)

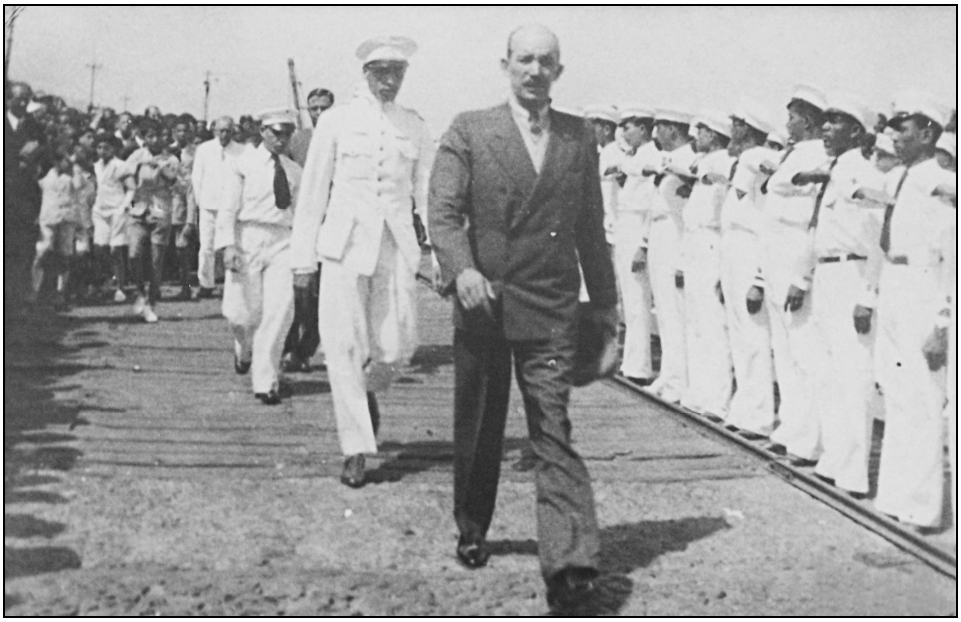


Figura 74 – *O governador Amadeu Gomes de Figueiredo passa revista aos Falcões de Cabo Verde*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

As relações hierárquicas eram regidas por um código disciplinador do corpo e da mente dos jovens filiados. Num quadro sistematizámos os princípios e os valores que pautaram a vida da associação.

Quadro 46 – *Deveres e práticas dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*

Objectivos	Deveres e práticas (Estatutos da associação, de 23/10/1934)
Cumprir	"Cumprir completa e prontamente as ordens das superiores relativas aos exercícios e a todos os actos da organização" (art. 52º, 1º). "Cumprir as ordens e os regulamentos dos Falcões Portugueses de Cabo Verde" (3º). "Apresentar-se com pontualidade no lugar a que fôr chamado ou onde deva comparecer em virtude das obrigações a cumprir" (5º). "Cumprir como lhe fôr determinado o castigo imposto pelo superior" (7º). "Ser asseado e cuidar da limpeza e conservação da equipe que lhe fôr entregue" (8º). "Apresentar-se devidamente equipado durante os exercícios e paradas" (9º). "Manter uma atitude firme e correcta durante as formaturas" (12º).
Respeitar	"Respeitar os superiores tanta no exercício como fóra dêle, tendo para com éles as deferênças em uso na sociedade, correspondentes às que pelos mesmos lhe fôram dispensados" (2º). "Prestar a continência a qualquer militar quando esteja uniformizado, a partir de sargento" (10º). "Não se apoderar dos objectivos ou dos valores que lhe não pertençam" (12º). "Não se valer da sua autoridade nem invocar o nome do superior para exercer pressão, vingança ou tirar desfôrço por qualquer acto ou procedimento particular" (14º). "Respeitar as autoridades militares e civis tratando por modo conveniente os respectivos representantes" (17º). "Manter toda a correcção nas relações com os camaradas, evitando rixas, contendas ou discussões prejudiciais à harmonia que deve existir entre os Falcões Portugueses de Cabo Verde" (19º). "Ser moderado na linguagem, não murmurar das ordens dos superiores, não discutir, nem referir-se a superiores por qualquer forma que denote falta de respeito" (20º); "Tratar os inferiores com moderação e benevolência visto todos os membros serem irmãos da mesma causa" (22º). "Ser sensato e enérgico na repressão pronta de qualquer desobediência, falta de respeito e de outras faltas em execução, gozando para êsse fim os meio que os regulamentos facultam" (23º).
Participar/envolver	"Dedicar à Organização toda a sua inteligência e aptidão" (4º). "Participar sem delongas à autoridade competente a existência de algum crime que descubra ou de que tenha conhecimento" (24º). "Recompensar os seus subordinados, quando o merecerem pelos actos por éles praticados ou propor superiormente a recompensa adequada se julgar superior à sua competência" (25º). "Coadjuvar as autoridades civis e militares sempre que fôr preciso" (26º). "Usar de toda a correcção nas suas relações com a sociedade tratando com as atenções devidas todas as pessoas" (27º).
Interditar	"Não se ausentar, sem precisa autorização do lugar onde deva permanecer durante os exercícios ou parada" (6º). "Não praticar, no serviço ou fóra déle, acções contrárias à moral pública ou brio e ao decôro da instituição a que pertence" (13º). "Não infringir os regulamentos e ordens da Polícia e Administração Pública" (18º). "Não tomar parte em manifestações colectivas, atentatórias da disciplina, mas só nas que sejam autorizadas por lei ou por autoridade competente" (21º).

Os *Sokols* estavam organizados segundo uma rígida hierarquia, simbologia e valores pautados pelos objectivos de *cumprir*, *respeitar*, *participar/envolver* e *interditar*. As práticas eram reguladas pelo sistema duplo *sanção-prémio* e os campos de interdição previam dispositivos disciplinares (repreensão, multa, suspensão e expulsão) (art. 54º) e de reconhecimento (louvor, promoção e medalhas) previstos nos Estatutos (art. 78º) e divulgados pelo *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*:

> "Entraram para o quadro de honra no mês passado, os oficiais Augusto Mariano, Ildo Feijóo e Francisco de Paula Soares e os Juniores Adolfo Joof, Vicente Andrade, Gregório Dias e Cirilo Gomes.
> Os dois primeiros por terem trabalhado incansavelmente no Salão de que são encarregados, e Paula Soares por ter-se sacrificado muito na reparação das embarcações da secção de que é muito digno chefe e os Juniores por não terem trabalhado menos na pintura do Salão e na tentativa de arborização da Parada." (1936e, Janeiro)

O comandante Júlio Bento de Oliveira – na opinião de Luís Rendall, seu ajudante de campo – "foi criando nos seus pupilos uma ética que passava por um grande amor a Cabo Verde e um elevado sentido de disciplina, responsabilidade e camaradagem" (Lopes, 2002, p. 92).

Podiam ser águias

A intervenção cívica dos Sokols ganhou visibilidade pública em episódios históricos da cidade de Mindelo. Em 1934, quando um grupo de famintos de Mindelo, comandados por Ambrósio, assaltou os armazéns da Alfândega em busca de milho e de outros produtos[452], o governo chegou a pedir aos Falcões para o ajudarem a acalmar a população":

> "O comandante Bento de Oliveira leva a questão ao conselho dos primeiros-oficiais, de que eu fazia parte e a resposta foi negativa. Argumentámos que éramos uma associação cívica e por isso não nos íamos envolver em política. Era, no fundo, uma forma de mostrar que tínhamos personalidade própria. Nós não fomos uma juventude amorfa. Lembro-me também de, nessa altura, o Dr. Baltasar ter discursado para a população, na pracinha da Câmara, com a tropa formada. Fez um discurso de tal modo exaltado que o Augusto Miranda – outra grande figura de S. Vicente – teve de intervir imediatamente para deitar água na fervura." (Lopes, 2002, p. 93)

Durante a crise provocada pela extinção do Liceu Gil Eanes (1937) [453], os Falcões – muitos eram alunos liceais – tiverem um papel actuante em defesa da casa de educação. Henrique Teixeira de Sousa recriou um "desfile [que] ficaria nos anais da organização"

[452] A revolução de Ambrósio foi analisada na I Parte, 1.2. "A redescoberta da própria terra" (1927-1960).
[453] Consultar II Parte, 2. 2. "O liceu em Mindelo, um projecto de cidadania".

> "Estavam a bater o pé pelo seu futuro, estudantes e não estudantes, da aldeia de Craca à Praça Nova, todos unidos sob a mesma bandeira, sob o mesmo lema, sob o mesmo comando. Os pelotões passavam garbosos nas suas fardas da cor da espuma. Quem poderia ficar indiferente àquela marcialidade, àquela juventude de sangue na guelra que insuflava esperança aos mais desmoralizados?
> […]
> O povo veio engrossar o desfile, de toda a cintura da cidade surgiu gente para marchar ao lado dos *sokols*. Todo esse alarido dos acompanhantes não conseguiu abafar a estridência dos clarins, o estampido dos bombos e o «ratatá» das caixas" (1984, pp. 167/168).

Com o título "Restabelecimento do Liceu", o *Notícias de Cabo Verde* comunicava que "no dia 28 de Julho, cêrca das 13 horas, explodiram um, dois morteiros… e não foi preciso que continuasse a sua explosão de alegria e festa para quem escreve estas linhas concluir logo: é o liceu que se restabelece […] e o povo saiu todo para a rua […] a Banda dos Falcões com imensa multidão percorria as artérias da cidade, manifestando o júbilo de todas as classes" (1938, Agosto 15).

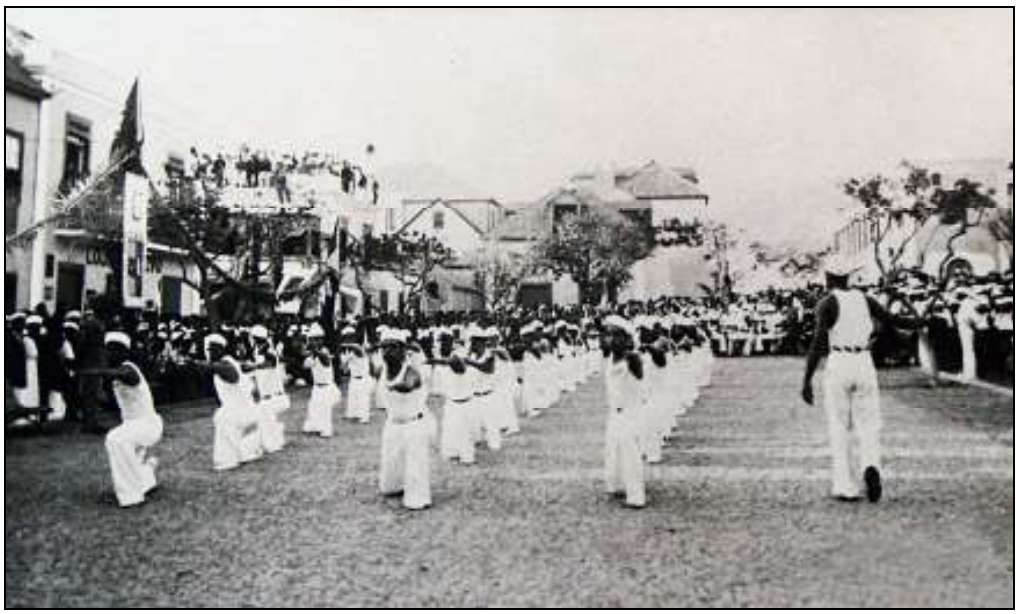


Figura 75 – *Exibição de ginástica dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*
Fotografia de Manuel Nascimento Ramos.

O excessivo protagonismo de uma organização, inspirada em associações patrióticas e cívicas da Checoslováquia, não era compatível com a ordem estabelecida pelo regime do Estado Novo. Teixeira de Sousa ficcionou a vigilância das autoridades coloniais, premonitória do fim da associação:

> "Aquele mar de criaturas veio espraiar-se no Largo da Salina, frente ao quartel dos Sokols. Veio espraiar-se com tanta impetuosidade que o desfile prosseguiu com jeitos de repetir o itinerário percorrido. Então o Sr. Administrador achou que já era marcha a mais, clarinete a mais, rebuliço a mais, e mandou o chefe da Polícia parlamentar com o comandante dos Falcões.

> - Só mais uma voltinha – implorou Joel da Silveira alagado em suor.
> - Mas só mais uma voltinha, sr. Joel – comentou o chefe da Polícia." (1984, pp. 168/169).

O *canto do cisne* dos Falcões Portugueses de Cabo Verde foi motivado pela instalação da Mocidade Portuguesa. Recorremos, mais uma vez ao romance *Capitão de mar e terra* que recriou a passagem de testemunho da organização juvenil para o controle estatal:

> "- Ora, Sr. Comandante, aqui o Sr. Administrador já me relatou pormenorizadamente as actividades desta associação. De resto, em Lisboa, isto é, na Mocidade Portuguesa, não ignoramos a vossa existência. Estou incumbido duma importante missão, missão que consiste em fazer os primeiros contactos com as entidades responsáveis directas da educação dos jovens em todas as colónias, com o objectivo de estendermos a Mocidade Portuguesa até estas terras. Ora, aqui, em Cabo Verde, vocês têm já um embrião, que é isto, parece que com filiais ou sucursais noutras ilhas, segundo me informou o Sr. Administrador. Há um começo, um começo, aliás, muito auspicioso, muito prometedor, pelo que vejo. Para encurtar razões, que acha o Sr. Comandante à ideia de transformarmos isto em Mocidade Portuguesa?
> Joel de Oliveira acelerou o mexer das pálpebras, entortou a boca num sorriso de estranheza e de embaraço ao mesmo tempo. Alfredo Araújo fez uma carona de meter medo. O Sr. Administrador não pôde esconder a sua curiosidade. Qual seria a resposta de Joel da Silveira?
> Como que por milagre ou por dignidade do cargo, Joel empertigou-se frente ao major e falou:
> - Nada temos contra a Mocidade Portuguesa. De resto é uma instituição também benéfica para a juventude. Só que nós aqui nos Falcões não estamos interessados em ser outra coisa que não seja só Falcões.
> -Mas podiam ser águias. Então voavam mais alto – replicou o major com expressão irónica.
> - As nossas asas bastam para lá chegarmos – disse Joel meio a sério, meio a gracejar." (Sousa, 1984, p. 351)

Durante três anos (1936 a 1939), "falcões" e "águias" coexistiram. Com a formalização da Mocidade Portuguesa, no arquipélago (Decreto 29.453, de 17/2/1939), "os membros associados dos Falcões Portugueses de Cabo Verde deveriam "converter-se na Ala nº 2, Afonso de Albuquerque, sob o comando do Capitão Luís Ferreira Pinto, que era também o administrador do concelho de S. Vicente" (Oliveira, 1998, p. 469). Tal não aconteceu. Extinguiu-se a organização que sonhou com o ideal da *kalokagathia* (beleza e glória) nas ilhas.

Foi nossa intenção contar, sem "denúncia, nem elogio, disfarçado de nostalgia" (Nóvoa, *apud* Viana, 2001, p. 10), a história da juventude de Mindelo, nos anos trinta. Esperamos que fique um lastro de curiosidade, que suscite a indispensável continuidade da investigação.

1. 3. A Mocidade Portuguesa

A Mocidade Portuguesa inseria-se num movimento universal marcado "pelos acontecimentos vizinhos da Guerra Civil Espanhola (principalmente), o crescimento e a vitória das forças de esquerda em França (e a necessidade de fazer face ao perigo vermelho) e o crescente *incendiar* nacionalista que se fazia sentir, de forma muito pronunciada, em países como a Itália e a Alemanha" (Viana, 2001, p. 19). Este clima de crise e de decadência moral "serviú a una ofensiva pedagógica bien orquestrada, tanto dentro como fuera de la escuela, […] y en el escuela existia una clara preferencia por la educación autoritaria centrada en los «valores morales»" (Depaepe & Simon, 1999, pp. 302/303).

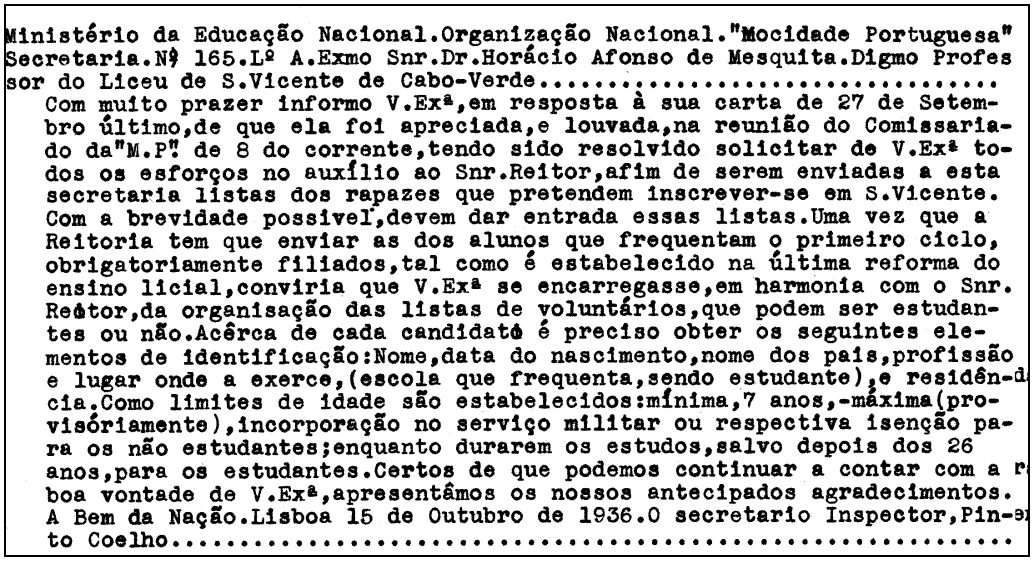
Em Portugal, no ano de 1933, formou-se a Acção Escolar de Vanguarda[454], próxima dos modelos alemão e italiano[455], caracterizada pela "doutrinação, voluntarismo, mística do chefe e um esboço de prática milicial" (Pinto & Ribeiro, 1980, p. 61). No Ministério da Instrução preparava-se, entretanto, o projecto *Liga da Mocidade Portuguesa*, que visava "desenvolver e fortificar nos seus membros o amor da pátria e das suas tradições, glórias e destinos históricos […] e os princípios da família, autoridade, ordem e propriedade" (*ibidem*, p. 73).

A Mocidade Portuguesa afirma-se como projecto de integração da juventude nos ideais do Estado Novo e surge atrelada à reforma da instrução pública empreendida por Carneiro Pacheco (Decreto 27.084, de 14/10/1936). Costa Pinto e Nuno Ribeiro consideram a Mocidade Portuguesa "como complemento organizado para-militarmente […] e parte integrante desse aparelho escolar com toda a natural e mole resistência, nada parecido com o militantismo linfático, mas, mesmo assim, militante dos vanguardistas"[456] (1980, p. 73). Com a nova organização, o Estado Novo procurou disciplinar "um certo voluntarismo que existia nas camadas juvenis (estudantis sobretudo)" (Viana, 2001, p. 25). A ânsia de reorientar o voluntarismo da juventude cabo-verdiana explica o processo de extinção dos Falcões Portugueses de Cabo Verde e a tentativa da inserção do seu património na Mocidade Portuguesa.

[454] A Acção Escolar de Vanguarda foi fundada no ano 1933. Em 1936, "sai do escuro para realizar, sob o patrocínio do S.P.N. e do Ministério da Instrução, um campo de férias nos arredores de Lisboa […] que acaba por reunir 100 vanguardistas" […] [com] o objectivo de «formar convenientemente uma escola de chefes»" (Pinto & Ribeiro, 1980, p. 72).
[455] Juventude Hitleriana e Juventude Italiana (Balilla).
[456] Referência à Acção Escolar de Vanguarda.

Um tempo de hesitações

No ano da fundação da Mocidade Portuguesa, inicia-se a sua organização em Cabo Verde, conforme o Ofício 165 do Inspector Pinto Coelho, de 15/10/1936[457] (documento seguinte). Em conformidade com uma comunicação do reitor Joaquim Jaime Simões registou-se "um total de 259 alunos de inscrição obrigatória e duas folhas, num total de 46 alunos de inscrição voluntária" na Mocidade Portuguesa (Ofício 281, de 11/11/1936)[458].



Ministério da Educação Nacional.Organização Nacional."Mocidade Portuguesa"
Secretaria.Nº 165.Lº A.Exmo Snr.Dr.Horácio Afonso de Mesquita.Digmo Profes
sor do Liceu de S.Vicente de Cabo-Verde.....
Com muito prazer informo V.Exª,em resposta à sua carta de 27 de Setem-
bro último,de que ela foi apreciada,e louvada,na reunião do Comissaria-
do da"M.P." de 8 do corrente,tendo sido resolvido solicitar de V.Exª to-
dos os esforços no auxílio ao Snr.Reitor,afim de serem enviadas a esta
secretaria listas dos rapazes que pretendem inscrever-se em S.Vicente.
Com a brevidade possivel,devem dar entrada essas listas.Uma vez que a
Reitoria tem que enviar as dos alunos que frequentam o primeiro ciclo,
obrigatoriamente filiados,tal como é estabelecido na última reforma do
ensino licial,conviria que V.Exª se encarregasse,em harmonia com o Snr.
Reitor,da organisação das listas de voluntários,que podem ser estudan-
tes ou não.Acêrca de cada candidato é preciso obter os seguintes ele-
mentos de identificação:Nome,data do nascimento,nome dos pais,profissão
e lugar onde a exerce,(escola que frequenta,sendo estudante),e residên-d
cia.Como limites de idade são estabelecidos:mínima,7 anos,-máxima(pro-
visóriamente),incorporação no serviço militar ou respectiva isenção pa-
ra os não estudantes;enquanto durarem os estudos,salvo depois dos 26
anos,para os estudantes.Certos de que podemos continuar a contar com a r
boa vontade de V.Exª,apresentâmos os nossos antecipados agradecimentos.
A Bem da Nação.Lisboa 15 de Outubro de 1936.O secretario Inspector,Pin-
to Coelho.....

Figura 76 – *Organização dos primeiros filiados da Mocidade Portuguesa no liceu de Mindelo, 1936*

O reitor Joaquim Jaime Simões (Relatório, de 27/4/1938)[459] informava não ter funcionado "ainda neste liceu, esta prestimosa colectividade, a-pezar-dos esforços e boa vontade desta reitoria". O Chefe de Repartição Central dos Serviços de Administração Civil, após ter analisado os anuários referentes aos anos 1936/37 e 1937/38, elogiou o reitor por ter conseguido, entre outras realizações, a inscrição dos alunos do 1º ano na Mocidade Portuguesa:

> "Entretanto estou em crer que pela leitura ou analise feita aos dois Anuários […] se poderá chegar à conclusão de que foi bastante importante, durante aqueles dois anos, a acção manifestada pelo Senhor Reitor, pondo em destaque as datas mais gloriosas da Historia Portuguesa por meio de palestras assistidas de todos os professores e alunos, promovendo variadíssimas sessões culturais, excursões escolares e visitas de estudos, creando o quadro de honra para os alunos que mais se distinguissem durante o ano, a Túna Académica e

[457] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).
[458] *Idem.*
[459] *Idem.*

> Pitagórica, o orfeão, etc., … chegando até já a conseguir a inscrição dos alunos do 1º ciclo para a creação da Mocidade Portuguesa." (Informação 63, de 8/6/1939)[460]

No ano de 1939, o Estado Novo ofereceu, formalmente "à juventude indígena assimilada, uma organização nacional e pré-militar que estimula a sua devoção à Pátria, o desenvolvimento integral da sua capacidade física e formação de carácter, e que, incutindo-lhes o sentimento de ordem, o gôsto pela disciplina e o culto do dever militar, as coloque em condições de concorrer eficazmente para a defesa da Nação" (art. 1º, Decreto 29.453, de 17/2).

A leitura atenta da imprensa da época – corroborada pelo depoimento de Arnaldo França[461] – permite-nos deduzir que a visita do Presidente da República, António Óscar de Fragoso Carmona (1939) terá acelerado a instalação na colónia da Mocidade Portuguesa. O *Notícias de Cabo Verde*, de 23/6/1939, em artigo intitulado "A Mocidade Portuguesa e a viagem presidencial" anunciava a transformação dos Falcões Portugueses de S. Vicente na Mocidade Portuguesa da Ala nº 2 «Afonso de Albuquerque» em virtude de decreto recente":

> "O criador admirável da primitiva instituição [Falcões], precursora da actual [Mocidade], Sr. Júlio Bento de Oliveira, […] formou, com estrénuos esforços e sacrifícios inúmeros de jovens inteligentes e dedicados, como Adolfo de Oliveira, Malaquias Roberto, Filipe Pinheiro e outros, que, por sua vez e em cooperação com o seu prestimoso comandante, instruíram muitas centenas de rapazes em exercícios diversos de ginástica e mais desporte.
> A Ala nº 2 é superiormente comandada pelo capitão de cav. Sr. Luiz Ferreira Pinto, distinto Administrador do Concelho.
> Os exercícios desenvolveram-se, recentemente, de maneira intensiva, a fim de termos rapazes da Mocidade, em número de 200, a prestar homenagem a Suas Excias. o Presidente da República e o Ministro das Colónias, na sua visita à cidade da Praia.
> Há dias, depois de uma bela parada no Largo Almirante Reis, cerca de 800 moços desfilaram garbosamente pelas ruas da cidade do Mindelo, impressionando orgulhosa e enternecedoramente a população.
> No dia 21 do corrente, à tarde, no referido Largo, fez-se o ensaio geral dos exercícios que serão exibidos na Capital da Província.
> Assistência numerosíssima, em que abundaram senhoras e meninas, com a presença do Sr. Governador de Cabo Verde.
> Marchas interessantes, lindos números de ginástica musicada ao som de alguns instrumentos da Banda, homenagem à Pátria, com cantos apropriados.
> Surpreendeu agradavelmente a perfeição com que foram executados, atendendo ao curto espaço de tempo dos ensaios.
> Mereceram bem os simpáticos executantes os calorosos aplausos com que foram premiados.
> Fazemos votos muito sinceros para que honrem Cabo Verde em geral e S. Vicente em especial, perante os ilustres visitantes."

[460] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IANN).
[461] Arnaldo França nas memórias do seu tempo de estudante, recorda que "os meninos foram vestidos à pressa com a farda da Mocidade Portuguesa, para a recepção ao Presidente da República" (entrevista, em 27/12/2005).

O *Notícias*, de 23/8/1939, dava conta do sucesso da "Mocidade Portuguesa, substituta dos Falcões Portugueses" na recepção ao Presidente da República, na cidade de Mindelo:

> "A «Mocidade Portuguesa», substituta dos «Falcões Portugueses», ocupa, com aprumo e resplandecente de branco e de azul, as ruas por onde há-de passar Sua Exa. o Presidente da República.
> Dado o sinal do desembarque, os barcos do porto ornamentados em arco, tomam viva animação, os foguetes e os morteiros redobram de vigor.
> […] Todas as organizações de desporte de Sant'Iago se fizeram representar largamente. A «Mocidade Portuguesa» de S. Vicente já tinha uma delegação de 200 membros. Fez-se uma significativa parada cívica, com evoluções desportivas e ginástica rítmica musicada executada pela «Mocidade», de maneira original, em terra portuguesa."

As declarações do reitor Joaquim Jaime Simões, que a seguir transcrevemos, comprovam a relação entre a visita presidencial e o efectivo estabelecimento da Mocidade Portuguesa, que

> "Começou a funcionar, com bastante actividade, algum tempo antes da visita de Sua Excia o Presidente da República, e sob a direcção do Snr. Capitão Ferreira Pinto.
> Todos os alunos do 1º ciclo fizeram parte desta prestimosa colectividade, com inscrição obrigatória, e a maior parte dos alunos do 2º e 3º ciclos que se inscreveram voluntariamente.
> Ao Snr. Comandante, foram dadas todas as facilidades no sentido de todos os exercícios terem a melhor eficácia." (*Relatório*, de 21/12/ 1939, p. 50)[462]

As escassas referências à organização, no triénio 1936 a 1938, são indiciadoras das dificuldades da Mocidade Portuguesa em se afirmar na colónia. Admitimos a possibilidades dessas dificuldades estarem relacionadas com a pujança dos Falcões Portugueses de Cabo Verde. O futuro da *Mocidade* passou pela aniquilação dos *Falcões*.

Dar a farda só aos que de todo em todo não possam comprá-la[463]

Superadas as dificuldades iniciais, "a Mocidade tentou fazer do liceu (até 1947) uma milícia" (Barroso, 1995, p. 618). Os filiados foram agrupados, com base na idade, em quatro escalões: 1º *Lusitos*, dos sete aos dez anos completos; 2º *Infantes*, dos dez aos catorze anos; 3º *Vanguardistas*, dos catorze aos dezassetes anos; 4º *Cadetes*, dos dezassetes anos em diante (art. 6º, Decreto 29.453, de 17/2/1939). As grandes unidades

[462] Fundo dos Serviços da Administração Civil (IAHN).
[463] Em *A missão dos dirigentes*: *reflexões e directivas sobre a Mocidade Portuguesa* Marcello Caetano recomendava "Dar a farda só aos que de todo não possam comprá-la. Para os remediados, estimular, com o desejo de possuí-la, os hábitos de poupança: criar para isso mealheiros de uniforme, depósitos em caixa económica, concursos de privação (por cada vez que se deixe de comprar um bolo, de andar de eléctrico). (1952, pp. 112/113)

coloniais designavam-se por *divisões* e as correspondentes às regiões por *alas*, tendo cada uma delas por patrono um varão ilustre que, por feitos especiais, esteja ligado à respectiva colónia ou região (art. 7º).

A Mocidade Portuguesa ostenta uma imagética de inspiração militar, "que remetia sempre para uma imensidão de vigorosos corpos marchando impecáveis nos uniformes que os albergavam, avenidas abaixo, por entre bandeiras coloridas e rufos dos tambores, com o braço estendido porém imóvel na saudação romana, só se detendo, geometricamente alinhados, em praças muito largas e vistas sempre de cima" (Ó, 2003, p. 610).

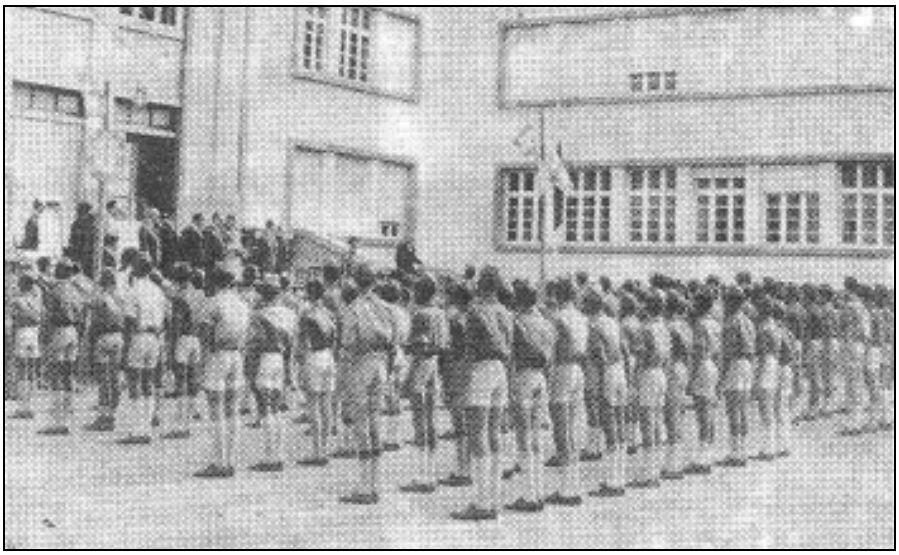


Figura 77 – *Guarda de honra ao Governador por um grupo de Castelo da Mocidade Portuguesa Cabo Verde no âmbito das comemorações do quadragésimo aniversário*, 1967, p. 145.

Foi adoptada a saudação romana "como sinal de subordinação hierárquica e patriótica solidariedade" (art. 13º, Decreto 29.453, de 17/2/1939). A inspiração na Juventude Hitleriana[464] e na Organização Nacional Ballila, para além de aspectos ideológicos, é visível no "folclore militarista das paradas e saudações romanas" e no mimetismo de "uniformes, emblemas e distintivos" adaptados para as colónias:

> "Art. 38º, 1º O tecido de lã poderá ser substituído por outro indicado pelo governador da colónia, tendo em consideração as condições climatéricas peculiares à colónia e cada região;
> 2º O barrete de campanha será substituído por capacete do modêlo anexo a êste diploma, podendo também ser adoptado chapéu de abas, do tipo militar usado nas colónias, nas

[464] Segundo Rogério Fernandes, em 1938, Carneiro Pacheco recebeu uma delegação da Juventude Hitleriana, chefiada por Hartman Lauterbacher, vinda a Portugal para visitar a sua homóloga portuguesa. Num banquete oferecido à delegação alemã, o ministro fez questão de mencionar «a coincidência de métodos e imperativos de alguns princípios essenciais»" (2000, p. 219).

> regiões em que o seu uso se justifique e que serão designados em portaria do govêrno da colónia;
> […] Art. 39.º Para execução dêste diploma ficam os governadores autorizados a expedir as instruções e diplomas que forem necessários e a inscrever nos orçamentos as verbas indispensáveis ao funcionamento da M.P., submetendo a resolução dos casos omissos à aprovação do Ministro das Colónias." (Decreto 29.453, de 17/2/1939)

Joaquim Saial recorda os tempos de estudante liceal, em Mindelo, no romance *Capitania*. Descreve o ritual de aquisição do uniforme numa família de poucas posses:

> "Quando me matriculou no Liceu Gil Eanes, a minha mãe foi informada de que deveria adquirir para o filho a farda da Mocidade Portuguesa. Havia duas possibilidades de cumprir esta obrigação: ou a mandava confeccionar a um alfaiate, e não se preocupava com mais nada, ou fazia ela mesma, comprando as fazendas e preparos. Claro que optou pela segunda via, mais trabalhosa, mas também mais económica. Dias depois, chegou a casa com o material: um metro de caqui amarelado para as calças, dois de sarja verde para a camisa, bivaque, roseta e número para o bico deste, meias altas de dobra, o cinto com o célebre «S» cromado de Salazar na fivela, distintivo para o peito, com as quinas de Portugal, botões e linhas, todo por 120$00." (2001, p. 137)

A boa aparência era uma obrigação do bom filiado, mesmo quando "despe a sua honrosa farda", ensinava Arnaldo Ribeiro num curso de chefes de quina na Praia:

> "Num filiado da Mocidade Portuguesa, sobretudo nestas paragens, as exigências de uma boa higiene ainda que rudimentar, devem estar sempre presentes no espírito do filiado. Pelo seu aprumo, pela limpeza do seu corpo, da sua farda, deve constituir um exemplo para todos aqueles que o rodeiam. O rosto bem lavado, as orelhas e o nariz bem limpos, os dentes tratados, as unhas aparadas, o cabelo cuidado, os sapatos limpos, devem constituir constante preocupação do filiado e fazer parte da sua rotina diária habitual e manter, continuar com os mesmos cuidados, desde que despe a sua honrosa farda e enverga o seu vestuário habitual." (1956, Fevereiro 26).

A Mocidade Portuguesa Feminina foi criada pelo Decreto 28.262, de 8/12/1937. Em função da alegada fragilidade da mulher, as jovens eram excluídas "das competições ou exibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino" (art. 4º, § único) e orientadas "para o cabal desempenho da missão de mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado" (art. 5º). Às jovens cabo-verdianas, que usavam o modelo de farda aprovado pelo Comissariado Provincial (figura seguinte), foi concedido o privilégio de não usarem luvas[465]:

> "Por despacho de 17 de Dezembro de 1966, S. Ex.ª o Governador aprovou o modelo de farda para a Mocidade Portuguesa Feminina, constituído pelas seguintes peças:
> Saia de teryline castanho;
> Blusa de popeline verde, com o emblema da MPF num dos bolsos;

[465] Segundo o Regulamento Interno do Liceu Gil Eanes, de 14/10/1955, "o trajo oficial dos alunos é a farda da Mocidade Portuguesa".

Boina castanha;
Cinto de couro castanho;
Sapatos castanhos;
Luvas castanhas.
Pelo mesmo despacho, S. Ex.ª o Governador autorizou o uso das fardas sem luvas e com sapatos pretos ou castanhos.
Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa Feminina" (Comunicação, de 21/12/1966)

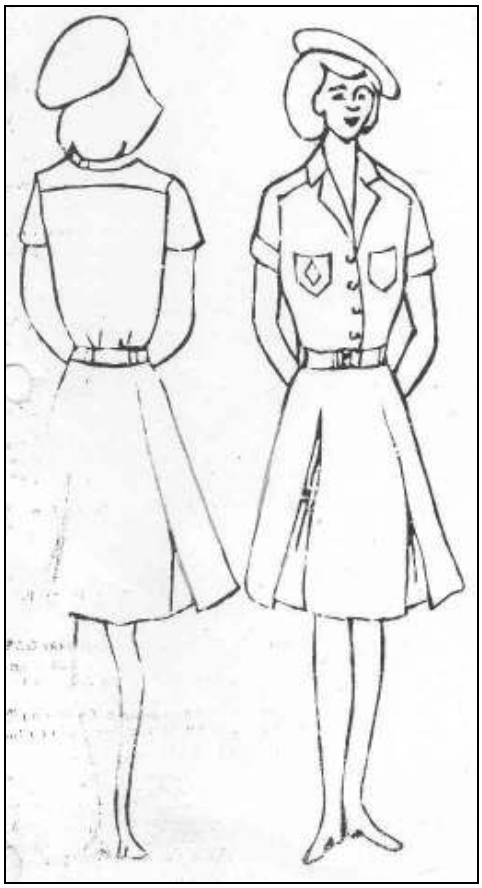


Figura 78 – *Modelo da farda da Mocidade Portuguesa Feminina*
Comunicação do Comissariado Provincial de 21/12/1966.

A Mocidade Portuguesa integra-se na escola

O centro de actuação da Mocidade Portuguesa foi a instituição escolar, cabendo-lhe fomentar "a cooperação de professores e estudantes na realização de obras educativas que não entram directamente nos planos de estudos, mas constituem elementos de formação dignos de maior interesse". Neste sentido, foi estipulada a integração nos "centros escolares da Mocidade Portuguesa, de todas as associações escolares, cantinas, caixas escolares, caixas de excursões, caixas ou associações filantrópicas existentes nos liceus, nas escolas de ensino técnico profissional" e outros estabelecimentos de ensino (Decreto-Lei 32.234, de 31/8/1944). As fontes consultadas desvendam dificuldades de integração da

Mocidade no liceu cabo-verdiano. ”Sendo absolutamente necessário e urgente tomar medidas rápidas tendentes a evitar que a maioria dos alunos das escolas oficiais falte aos exercícios colectivos, foi estipulado um dia[466] “para os exercícios colectivos da Mocidade Portuguesa” e estabelecidas sanções para as faltas (Portaria 2.173, de 25/5/1940:

> “Ouvida a Inspecção Escolar:
> O Governador da colónia de Cabo Verde, no uso das faculdades que lhe são atribuídas pelo artigo 31.º do Acto Colonial e pelo nº 21º, do artigo 3º, da Carta Orgânica do Império Colonial Português, determina o seguinte:
> 1º - É destinada a quinta-feira, em toda a colónia, para os exercícios colectivos da «Mocidade Portuguesa», a que se refere o § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 29:453, de 17 de Fevereiro de 1939.
> 2º - O comandante da Milícia, delegados e auxiliares da «Mocidade Portuguesa», informarão a Inspecção Escolar e a Junta Local de Instrução, respectivamente, do local destinado aos citados exercícios.
> 3º - Em todos os dias determinados no nº 1 os alunos das Escolas Oficias da colónia, apresentar-se-ão na respectiva escola ou pôsto, ao seu professor, à hora por êle já indicada, que depois de ter procedido à respectiva chamada e registado as faltas no livro de frequência especial da «Mocidade Portuguesa», seguirá com eles para o local onde deverão ser realizados os exercícios.
> 4º - As faltas só podem ser justificadas até três, seguidas ou interpoladas, por declaração do pai, tutor ou encarregado da educação do aluno; ultrapassando êsse número só por meio de atestado médico ou declaração escrita do enfermeiro, nas localidades onde não haja médico.
> 5º - Não podem fazer exame ou transitar de classe, os alunos que faltarem aos exercícios da «Mocidade Portuguesa», durante 10 dias seguidos ou 15 interpolados, no espaço dum ano escolar.” (*Idem, ibidem*)

O projecto de formação integral da juventude era pautado pelo código de conduta do cidadão do Estado Novo: Fazia-se apelo à moral em acção que, na análise de Jorge do Ó, “ora estaria «à margem da escola», ora «acima» dela, quando muito no mesmo plano que em que se situaria “a família sã e a Igreja”, posto que ambas promoviam ambientes e geravam contextos de «formação de carácter»” (2003, p. 617). Os deveres do filiado, que confluiriam para a “formação do carácter”, foram enunciados por dispositivo legal:

> “Artigo 6º São deveres do filiado da MP.
> 1º Amar a Pátria e servi-la fielmente;
> 2º Venerar o Chefe do Estado, a bandeira nacional e o hino nacional e respeitar o Govêrno da Nação;
> 3º Proceder sempre sem respeitos humanos conforme preceituar a sua religião;
> 4º Honrar em toda a parte e em todas as ocasiões a M.P., a dirigentes e a farda, saudando os dirigentes fardados ou que sejam seus superiores hierárquicos;
> 5º Obedecer prontamente e com bom modo às ordens dadas pelos seus superiores em objecto de serviço;
> 6º Suportar serenamente e sem rancor a vitória dos outros nos jogos e competições desportivas e nas restantes actividades da M.P.
> 7º Ouvir com respeito as instruções, advertências e repreensões dos meus superiores;
> 8º Ser bom camarada, ajudando os outros e, não embaraçando o trabalho dêles;

[466] As escolas dispunham de um dia útil de cada semana destinada a exercícios colectivos (ao ar livre, sempre que possível) (art. 2º, §2, Decreto 29.453, de 17/2/1939).

> 9º Proceder lealmente, mantendo-se fiel aos seus princípios aos seus chefes e aos seus amigos;
> 10º Ser verdadeiro;
> 11º Agir corajosamente, impondo a vontade aos perigos, às dores e aos mêdos e persistindo em levar ao fim as boas acções;
> 12º Combater a inveja e proceder com generosidade;
> 13º Defender-se dos pensamentos impuros, não empregar palavras obscenas ou grosseiras e ser exemplar nos gestos e atitudes." (Art. 6º, Portaria 9.788, de 6/5/1941)

Os delegados da Mocidade Portuguesa[467] eram, "sempre que possível, oficiais do exército ou da armada"[468] (art. 27, §1) e recebiam uma gratificação pelo cargo[469]. Em 1941, "considerando as críticas circunstâncias financeiras da colónia, com a agravante de uma gravíssima crise de produção agrícola que será infelizmente longa e a que o Govêrno tem de acudir" e, atendendo a que "em assunto de educação da Mocidade Portuguesa, pouco mais ou nada mais existe do que o abôno de gratificações", foram suspensas as despesas que se vinham fazendo com a Mocidade Portuguesa (Portaria 2.254, de 22/2). A posição do governo provincial – reveladora da débil implantação da Mocidade Portuguesa na colónia – foi mal aceite pelo poder central, que repôs as referidas despesas, considerando que "os govêrnos coloniais não podem atentar contra as suas disposições ou suspender a sua execução" (Portaria 2.269, de 29/3/1941). Anos mais tarde, o substituto legal do reitor referia que "por não haver na ilha um centro da Mocidade Portuguesa", deveriam ser ministrados aos alunos noções de Canto Coral, Educação Física e Lavores Feminino, sem a coadjuvação da MP" (Ofício 96, de 1/9/1948)[470].

Na opinião de Irene Fluster Pimentel, "embora nunca o Ultramar deix[ass]e de estar na ordem do dia das suas preocupações, a MPF começou de facto a virar-se para as colónias só em 1950, quando realizou o cruzeiro a África, constituído por uma delegação de cem raparigas escolhidas por Maria Guardiola e dirigidas por Fernanda d'Orey" (2000, p. 326). O *Boletim Geral do Ultramar* noticiou a chegada a Lisboa da "delegação da Mocidade Portuguesa Feminina de Cabo Verde acompanhada pelas professoras do Liceu Gil Eanes, Sras. D. Maria Estrela de Morais Barroco e D. Ondina Clarisse Barroco" (1953, Dezembro, p. 99).

---

[467] Na estrutura orgânica da Mocidade Portuguesa, "em cada região haverá um delegado do Comissariado Colonial nomeado pelo governador da colónia, sob proposta do Comissariado" (art. 27º), sendo os delegados regionais "sempre que possível, oficiais do exército ou da armada, do activo ou reformados" (§ 1). (Decreto 29.453, de 17/2/1939).

[468] Luís Viana interpreta a preferência dada a oficiais do exército ou da armada para o cargo de delegados, "como um *escape* ou, se preferirmos uma recompensa de Salazar à lealdade do Exército", pelos prejuízos causados pela reforma das Forças Armadas "que inclui, entre outras medidas, a redução dos vencimentos e a reforma antecipada para muitos elementos [quando assumiu, interinamente, a pasta do Ministério da Guerra, em 1936]" (2001, pp. 25/26).

[469] Conforme despacho do governador "Aníbal Augusto Rebelo de Brito, 1º sargento de infantaria – nomeado auxiliar do delegado regional da Mocidade Portuguesa na Praia, com a gratificação de 150$00" (Despacho do governador, de 23/8/1940).

[470] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).



Figura 79 – *Delegação da Mocidade Portuguesa Feminina de Cabo Verde que participou num cruzeiro* *Boletim Geral do Ultramar*, 1953, Agosto.

Mais uma visita presidencial e o ressurgir da Mocidade

Os louvores à Mocidade Portuguesa pela "cooperação que deu a várias solenidades realizadas com a visita presidencial"[471] (Portaria, de 8/6/1955) e pela "organização do primeiro acampamento da Ala nº 1 da Mocidade Portuguesa, com cerca de 100 filiados" (Portaria, de 13/6/1955), marcam o ressurgimento da organização após anos de silêncio[472]. Em Fevereiro de 1955, o *Cabo Verde Boletim* noticiava: "Está sendo organizada na Província, segundo determinação legal, a Mocidade Portuguesa. Na Praia, centenas de crianças começaram já a receber instrução, notando-se o maior entusiasmo em todas". O jornal *Mocidade* noticiava, em 15/1/1956:

> "Com efeito, em 1955, foram lançadas em bases sólidas os alicerces da patriótica Organização da Mocidade Portuguesa, em Cabo Verde, que iniciou as suas actividades, escrevendo o seu nome na história do arquipélago ao colaborar garbosamente na recepção à memorável visita de Sua Excelência o Venerando Chefe do Estado General Craveiro Lopes e do ilustre Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues.
> […] À juventude caboverdeana cabe o nobre encargo de erguer e honrar o prestígio da Pátria Portuguesa e de colaborar activamente na prosperidade da Nação.
> Os jovens de hoje serão amanhã os dirigentes a quem incumbirá dar o exemplo da devoção total à missão que a História deu a Portugal como mensageiro da civilização e propagador da Fé Cristã.
> Para Honra e Glória de Portugal, tojos confiam que a mocidade continuará cumprindo o seu dever e cultivando o sentimento de patriotismo."

[471] Visita a Cabo Verde do Presidente da República Francisco Higino Craveiro Lopes (1955).
[472] Não encontrámos qualquer referência à Mocidade Portuguesa nos relatórios dos reitores, referentes aos anos de 1940/41 a 1945/46, de 1949/50 e de 1951/52.

No ano de renascimento da Mocidade, foi criado o Centro Escolar na cidade da Praia, num edifício anexo à Escola Central Dr. Oliveira Salazar" (Figura 81):

> "A Mocidade Portuguesa está já em funcionamento na província segundo a legislação ultimamente publicada para o Ultramar. A patriótica organização veio dar grande satisfação e alegria à juventude de Cabo Verde que com o maior entusiasmo vem participando nas suas actividades.
> Viver os altos ideais da Pátria, cultivar os valores da vida e do espírito, formar caracteres e elevar a juventude física, espiritual e moralmente estimulando nela as virtudes sociais, o amor de família e a generosidade do coração, o respeito de Deus e da autoridade legitima são fins da Mocidade Portuguesa.
> Guardar e valorizar o património mais sagrado da Nação, a juventude, é em ultima analise, o objectivo da Mocidade Portuguesa. Dados os fins patrióticos que esta prossegue impõe-se que os seus serviços tenham instalações condignas.
> Bem está por isso que se lhes reserve o novo e majestoso edifício anexo á Escola Central Dr. Oliveira Salazar. O referido edifício não podia ter destino melhor do que este. Nele passará por conseguinte a funcionar o Centro Escolar da Mocidade Portuguesa com o nome do Ministro insigne que impulsionou aquela organização dando-lhe existência em Cabo Verde, quer através de uma oportuna regulamentação legal, quer facultando-lhe os necessários meios financeiros." (Portaria nº 4.824, de 6/8/1955)



Figura 80 – *Centro «Sarmento Rodrigues» do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa*
Cabo Verde Boletim, 1956, Março, p. 37.

> "O novo prédio destinado pela Portaria n.º 4.824 ao Centro da Mocidade Portuguesa «Comandante Sarmento Rodrigues», é mais uma obra realizada pelos Serviços de Obras Públicas que muito vem contribuir para o embelezamento da cidade e enriquecer o património da cidade e enriquecer o património do Estado.
> Na fachada principal, em letras salientes de latão, há os seguintes dizeres: - MOCIDADE PORTUGUESA – CENTRO SARMENTO RODRIGUES – Nas paredes podem admirar-se painéis de azulejos.
> […] Na sua localização e construção, houve em vista oferecerem-se os necessários espaços ao ar livre e cobertos por forma a facultar às crianças boas condições para a prática

> orientada de alguns desportos adequados, e para sessões educativas de cinema e de teatro, e bem assim, para conferências e exposições de trabalhos.
> No segundo piso fez-se uma eficiente distribuição dos compartimentos para instalação de gabinetes dos serviços de direcção, administrativos e médicos.
> Duas amplas varandas dominam a fachada de tardoz e permitem comodamente a assistência a espectáculos e exibições ao ar livre, a realizar pelas crianças no parque de recreio. Este fica separado da rua que lhe é fronteira por uma bem lançada pérgola.
> Um amplo conjunto de instalações sanitárias, individuais e colectivas, com material de primeira escolha, ficará a servir o edifício e bem assim a Escola Central «Dr. Oliveira Salazar», para o que ficaram assegurados acessos independentes, com o aconselhável desafogo." (*Cabo Verde Boletim*, 1955, Setembro)

O jornal *Mocidade, órgão do Comissariado Provincial*, exortava à "louvável iniciativa da criação da Mocidade Portuguesa", em Cabo Verde, "neste momento conturbado da História, em que os povos, cegos pelo ódio e por uma hostilidade sem paralelo em toda a linha da sua injustificabilidade, se degladiam numa luta feroz e mortal que coloca em sério risco de derrocada os valores mais preciosos da civilização ocidental" (1956, Abril 8; sublinhado nosso). Porventura, numa tentativa de distanciamento das similitudes com movimentos congéneres fascistas, o jornal *Mocidade* afirmava que "a M. P. não é uma instituição destinada, simplesmente a ensinar a marchar e a fazer continências, mas antes e acima de tudo uma escola onde se forjam caracteres, escola de lealdade, civismo, camaradagem, amor pelo passado e pela Pátria" (1956, Janeiro 15).

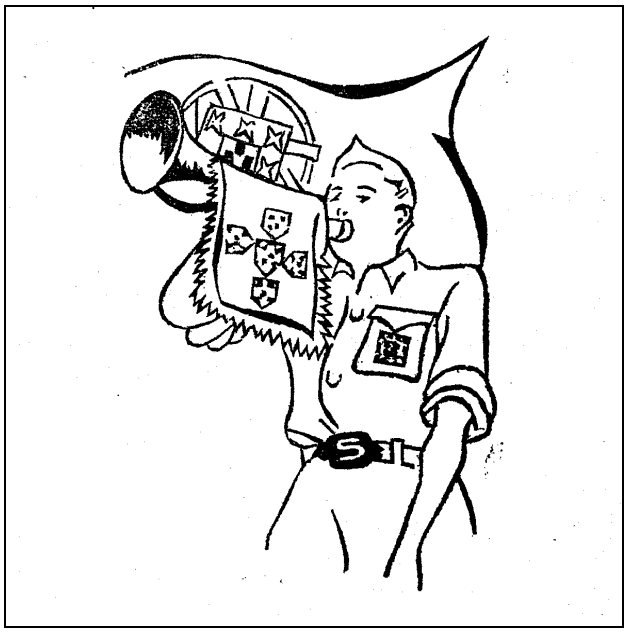


Figura 81 – *Filiado da Mocidade Portuguesa*
Mocidade, 1956, Janeiro 15.

Na rádio, com locução de Orlando Levy, foi divulgada "a reorganização da Mocidade Portuguesa e o estabelecimento das linhas gerais desta patriótica organização, em Cabo Verde":

> "Foi assim estabelecida a formação de seis «Alas» em Sotavento e Barlavento, em que algumas ilhas se reúnem sob o agrupamento regional, e correspondentes às designações dos nomes ilustres de Diogo Gomes, Sá da Bandeira, Serpa Pinto, Duarte Silva, Diogo Afonso e Sena Barcelos.
> Para delegados regionais, nas diversas «Alas», foram recentemente designados alguns Administradores de Concelhos, cabendo esse cargo na «Ala» de Santiago e Maio, ao Sr. Fernando José Serra e Sousa, amigo graduado da Mocidade Portuguesa.
> Rádio Jornal recolheu, a propósito dessas actividades na cidade da Praia, as declarações do Delegado Regional, Sr. Fernando Sousa
> - O que nos pode dizer sobre a reorganização da Mocidade Portuguesa?
> - Estamos em plena organização de forma que não se pode dizer muito. Em todo o caso, adiantarei que na Ala nº 1, já se fizeram alguns exercícios – instrução de moral e de canto coral, devendo a pouco e pouco passar-se à preparação completa.
> Temos dois instrutores militares e um orientador que vem já prestando a sua colaboração.
> A instrução vem-se dando na Fazenda às primeiras horas da manha de sábado, onde se reúnem cerca de quinhentos e cinquenta filiados do sexo masculino de várias idades.
> - Quanta à preparação dos quadros, que se conta fazer?
> - Há-de ser brevemente aberta uma escola de graduados, para a qual foram já encomendados livros, a fim de os próprios rapazes poderem vir a enquadrar e comandar as formações.
> Tratou-se já da aquisição de fardamentos, tendo-se incumbido a SAGA de mandar buscar fardas para as mais necessitados, podendo os outros adquiri-los no mercado, que para isso se vai prevenir.
> - Nesse caso a organização será dentro em pouco uma realidade?
> - Sim. - Temos esperanças que a organização seja um facto quando da chegada de S. Ex.ª o Presidente da República, dentro de poucos meses." (Peça radiofónica transcrita no *Cabo Verde Boletim*, 1955, Março)

Maria Helena Spencer registou no *Cabo Verde Boletim* que "há já uns dias as ruas desta cidade [Praia], tão pacata e conservadora, que dir-se-ia incapaz de qualquer coisa nova, têm um aspecto diferente, um colorido sugestivo que se adapta perfeitamente ao ambiente: o verde-escuro das blusas dos rapazes da «Mocidade» a combinar com o castanho-amarelado do resto da farda":

> "Por toda a parte os pequenos filiados, ora marchando garbosamente, ora perfilando-se em atitude hierática de oficial germânico, despertam a curiosidade do povo. Vêm-nos passar e cada um comenta à sua maneira: Este porque aquele já é grande demais; aquele porque outro ainda a muito criança...., mas poucos compreenderão o que significam para Portugal estes grupos de rapazes, orgulhosos nas suas fardas que, de meninos sem importância, os transformam em pequenos homens conscientes e responsáveis.
> Para muitos, a «Mocidade Portuguesa» não passa, talvez, de distracção para entreter os garotos; para outros será um exercício capaz de desenvolver instintos bélicos...
> E, no entanto, por trás do entusiasmo infantil que chega ao exagero de fazer com que algum, dos mais novos, é certo - passem e repassem diante da bandeira só para terem o prazer de fazer a continência, há muito mais: cada filiado, desde o «Luzito» minúsculo ao «Legionário» adulto, é um soldado com que Portugal pode contar, preparado, pronto, sem ter, no momento em que for chamado, de receber à pressa uma instrução militar que a falta de tempo deixa por vezes incompleta.

> […] Por mais que a sua educação anterior tenha sido descurada ou mal encaminhada, acabará por adquirir costumes decentes, visto que uma incorrecção equivale a ser expulso da «Mocidade», a despir para sempre aquela farda que o encanta... a princípio, apenas isso; depois, o hábito cria uma segunda natureza, enraíza convicções, forma uma mentalidade que há-de conservar-se pela vida fora, sejam quais forem as condições. Cabo Verde estava precisando disto.
> A juventude não se educa à força; é preciso saber convencê-la, interessá-la para não criar a revolta; dar-lhe consciência dos seus direitos e deveres, para que saiba manter aqueles e cumprir estes sem necessidade de coacção.
> Por isso, quando vejo passar as crianças da «Mocidade», orgulhosas, entusiásticas, aprumadas não posso deixar de pensar no que elas representam de esperança para Cabo Verde, no sentido da educação do povo, que é o maior passo no caminho do progresso.
> E penso também que, quando Sua Excelência o Presidente desembarcar nesta terra de paisagem diferente e por vezes agreste, e os pequenos bravos fardados de verde se estenderem a saudá-lo, como na Metrópole, quando passar revista àquele punhado de crianças orgulhosas da honra que lhes é concedida, terá a sugestão visual do prolongamento milagroso dum pequeno país que a unidade nacional prolonga através de milhas e milhas de distância." (1955, Abril, pp. 10/11)

A militarização da juventude revelou uma das faces extremas do discurso legitimador da *educação integral*. O texto "O 1º acampamento da Ala nº 1 da Mocidade Portuguesa" está pontuado de metáforas ligadas à vida militar

> "Quem nos dia 9 a 12 do mês passado pretendesse dar um passeio à Trindade depararia com um curioso e imprevisto espectáculo: logo à entrada um tronco de árvore, tendo em cada extremo duas pequenas bandeiras da «Mocidade Portuguesa», atravessado dum lado a outro da estrada barrava a passagem aos carros e, ao primeiro toque de buzina acorriam logo dois filiados, dos mais pequeninos, explicando, delicada mas firmemente, que era proibida a entrada por causa do acampamento – o primeiro da Ala nº 1.
> Descíamos então e seguíamos a pé.
> De um lado e outro da estrada filas de pequenas barracas de campanha, simetricamente alinhadas, davam alojamento a cerca de 96 crianças. Mais acima, numa elevação de terreno a uns passos de distância, três barracas maiores – a que se dava pomposamente a designação de «Comando» – abrigavam o Comissário Provincial, o Delegado Regional e o Médico.
> De passagem, não pudemos deixar de espreitar para dentro das barracas dos filiados: tudo em ordem e nada do que é essencial foi esquecido. Apesar do tempo estar já bastante quente, todas têm cobertores. Numa grande barraca, à parte, encontram-se chuveiros portáteis para o banho diário e... obrigatório!
> Continuámos o nosso caminho guiados pelo pequeno filiado que nos recebeu e não nos deixa senão quando somos apresentados ao Comissário que, então, toma conta de nós. E mostra-nos tudo que há para ver num espaçoso recinto, ladeado de confortáveis banquinhos de cimento à sombra de grandes e velhas árvores, preso a uma das quais está um grupo das bandeiras da Ala, as instalações eléctricas, do rádio e cinema. Mais alem, o refeitório com uma enorme mesa em U, na qual se vem já os talheres das crianças, de alumínio ou esmalte, tendo, no topo, os lugares para o «Comando» e convidados, pois todos tomam as refeições ao mesmo tempo.
> As crianças, entre as quais fraternizam sem distinção todas as tonalidades de pele e classes sociais, têm um ar feliz e... consciente da importância que lhes dá uma vida em que, a par dos prazeres que a cidade lhes não pode proporcionar, cada um tem as suas responsabilidades e deveres. Há o «graduado de serviço» que como um pequeno soldado faz rondas durante a noite; o «graduado de dia» que cuida de todo o acampamento, o «filiado de serviço à entrada», de serviço a isto a aquilo..." (*Cabo Verde Boletim*, 1955b, Julho; sublinhado nosso)

A disciplina das mentes e dos corpos inseria-se "na orientação espiritual que o Estado Novo, em nobre fidelidade ao passado e com larga visão de futuro, constitucionalmente definiu: contra o paganismo e pela moral cristã" (Pacheco, 1940, p. 222). A moral cristã era feita de gestos de obediência, submissão e caridade, conforme se vislumbra no texto do *Cabo Verde Boletim*:

> "As refeições, sempre acompanhadas de música de rádio, são eles que servem à mesa. E também aqui não há distinção: um filho de S. Exa. o Governador faz parte da equipe ao lado dum quintanista do liceu e de outros mais humildes, tratando-se todos por tu, numa camaradagem encantadora.
> O trabalho mais duro é sem dúvida o de lavar a loiça. Pois a equipe que o faz também se não mostra aborrecida. Direi mesmo que raras vezes teremos tido um serviço de mesa tão perfeito.
> A comida é farta, simples, mas bem feita: uns dias pratos regionais, como a «cachupa» o «xerêm»; outros «cozido à portuguesa», grão, etc. Para sobremesa, fruta, arroz doce e, um dia, por generosidade da Sr.ª de Abrantes Amaral que mandou três enormes bandejas de bolos para o lanche, doces dos melhores que se fazem na Praia. Também na véspera, um grupo de senhoras que visitaram o acampamento tinha gentilmente dado a sua colaboração para que o rancho da tarde, além do habitual pão com doce ou manteiga, incluísse alguns bolos feitos por elas.
> A garotada come com gosto, mas mantém-se numa correcção surpreendente: nem recusa os pratos que lhe agradam menos nem se atira com sofreguidão aos doces – pequeninos homens disciplinados.
> Apenas uma compreensível quebra nesta disciplina: não resistem a tentação da música dos garfos nos pratos quando vêm para a mesa. O «Comando» arrelia-se, repreende e, quando tudo parece em ordem, ouve-se ao longe – tan-tan, tan-tan.
> O Delegado Regional, Fernando de Sousa, toma muito a sério o seu papel de «pai-zinho»: mal se senta à mesa, corre um olhar pela miudagem. Estará tudo bem?
> Ó Fulano, porque é que não tomas a sopa?
> Levanta-se, vai ver o que é e, de volta, quando supomos que vai tomar com sossego a refeição, mal inicia a sopa, levanta a cabeça para olhar de novo os miúdos. Vimo-lo interromper o almoço mais de dez vezes.
> Os casos mais graves são resolvidos pelo Comissário, Intendente Mendes Serra: agora um – o único felizmente! - que não quere o xerêm; logo um graduado que esquece o seu aprumo militar para castigar paternalmente um subordinado.
> As distracções são várias, desde a natação no grande tanque, ao volley e ao foot-ball, para não falar já nas formaturas, etc. que são, afinal, um dos maiores divertimentos dos pequenos.
> Muitas vezes os exercícios desportivos acabam... na barraca do médico: um joelho esfolado, uma topada – acidentes «graves» que normalmente não mereciam atenção; mas ali há que dar saída ao mercuro-cromo e que fazer ao médico para que o pobre se não aborreça na inactividade.
> Todas as noites, antes do toque de recolher, uma sessão do cinema destinada aos garotos mas que atrai sempre os convidados grandes que, depois do jantar, se vão, deixando ficar.
> No domingo, último dia do acampamento, missa campal, celebrada pelo Assistente da Mocidade Portuguesa, Reverendo Padre Ventura, e a que os filiados se associam num complicado cerimonial militar.
> Enfim, uma interessante iniciativa plenamente coroada de êxito.
> É muito natural que o «Comando» tenha regressado cansado (o médico, Dr. Caseiro confessou-me que na primeira noite os garotos não o deixaram dormir), mas todos devem ter vindo com a consciência de ter feito algo de muito bom e louvável, proporcionando aquelas 96 crianças não só, um delicioso fim-de-semana como uma grande lição de camaradagem, disciplina e humanidade." (1955b, Julho; sublinhado nosso)

Quadro 47 – *Centro e alas da Mocidade Portuguesa em Cabo Verde*

Alas	Centro	Abrangência
Nº 1	Nº 1 Centro Sarmento Rodrigues	Secção do Liceu Gil Eanes
	Nº 2 Escola Dr. Oliveira Salazar	Escolas e postos escolares da Praia
	Nº 3 Escola Central Diogo Gomes	Escolas e postos escolares de S. Catarina
	Nº 4 Escola Central General Serpa Pinto	Postos escolares do Tarrafal
	Nº 5 Posto Escolar da Vila do Porto Inglês	Postos escolares do Maio
Nº 2	Nº 1 Liceu Gil Eanes	Liceu Gil Eanes
	Nº 2 Escola Central João Belo	Escolas de Mindelo
	Nº 3 Escola Adventista	Escolas de Mindelo
N 3	Nº 1 Escola Central Luís de Camões	Escolas de S. Filipe
	Nº 2 Posto escolar dos Mosteiros	Escolas de Mosteiros
	Nº 3 Escola Adventista	Escolas de S. Filipe
N 4	Nº 1 Escola Central Tristão da Cunha, vila de Maria Pia	Postos escolares da vila de Maria Pia
	Nº 2 Escola Central Roberto Duarte Silva	Postos escolares da vila Ribeira Grande
	Nº 3 Escola Central Freire de Andrade	Postos escolares da vila das Pombas
	Nº 4 Posto Escolar do Porto Novo	Porto Novo
Nº 5	Nº 1 Escola Central Mouzinho de Albuquerque	Postos escolares da vila Ribeira Brava
	Nº 2 Escola Central Dr. João Augusto Martins	Postos escolares da vila de Santa Maria
	Nº 3 Posto Escolar de Sal Rei	Sal Rei
Nº 6	Nº 1 Escola Central Sena Barcelos	Postos escolares da Vila Nova Sintra
	Nº 2 Escola Adventista	Vila Nova Sintra

(*Mocidade*, 1956, Janeiro 15)

A consagração da política educativa nacionalista, num momento de fragilização da unidade imperial[473], passava pela expansão dos centros e alas da Mocidade Portuguesa pelas ilhas[474]. O novo Comissário[475], em entrevista à Rádio Club de Cabo Verde, apresentou o projecto da Mocidade – "integrar o maior número possível de rapazes, estudantes ou operários":

> "Projectos…mas sem dúvida que os normalmente indicados e nenhuns mais.
> A título exemplificativo:
> A integração na Mocidade Portuguesa do maior número possível de rapazes, estudantes ou operários, empregados ou que vivam da rua. Para isso terá que haver um trabalho de cativação não apenas para a sua filiação mas ainda e sobretudo para o amor à própria Organização.

[473] A *Mocidade*, de 1/1/1956, aludia à "«presse», de há dias, [que] trouxe a honrosa notícia de que Portugal intentou uma acção, contra o Governo da União Indiana, pela ocupação de Drada e Nagar Aveli, na Índia Portuguesa".
[474] Em 1960, "verificando-se que a organização da divisão de Cabo Verde da Mocidade Portuguesa em Delegações e Subdelegações não é conveniente por vários motivos, o que já tem obrigado o comissariado provincial, para melhor e mais rápida resolução dos assuntos a corresponder-se directamente com umas e com outras", determinou-se que "a província de Cabo Verde constitui uma Divisão formada por doze «Alas» correspondentes às regiões da Praia, S. Vicente, Fogo, Ribeira Grande, S. Nicolau, Brava, Paul, Santa Catarina, Tarrafal, Sal, Boa Vista e Maio" (Portaria 5.892, de 27/2/1960).
[475] Adelino Amaral Lopes foi nomeado Comissário da Mocidade Portuguesa, em 10 de Junho de 1955 (*Mocidade*, 1956b, Novembro 10).

> Não é de admirar que se recorra a um certo exibicionismo pela satisfação que este proporciona à juventude. E que nos sirva de atenuante a qualquer excesso ou justificação ao comentário, o prazer incontido de muitos adultos que subconsciente ou conscientemente o praticam.
> Cultivar-se-á o amor à farda e exaltar-se-á o seu significado." (1956a, Novembro 10).

O reitor do Liceu Gil Eanes, um dos centros da Mocidade Portuguesa, chamava "a atenção dos seus filiados para o perigo que em todas as instituições humanas está sempre latente, de se menosprezar o seu espírito e sobrestimar aspectos exteriores". Baltasar Lopes da Silva interpelava: "Que valor tem o sermos aparentemente, exteriormente, impecáveis, se a essa aparência não corresponder o esforço honesto e persistente no sentido da verdadeira cultura do nosso espírito com a assimilação das virtudes e do ideário que determinada instituição pretende inculcar?" (*Mocidade*, 1956a, Maio 28).

A conjuntura internacional, hostil à política colonial portuguesa, exigiu um reforço da acção doutrinária. Neste sentido, a "preocupação de vir informando os Filiados da M. P. de tudo quanto se passou no mundo, que os portugueses criaram, falando-lhes desses heróis, que perderam a vida pelo engrandecimento de Portugal, e de tudo quanto vai por este mundo em que os abutres não se cansam de pairar sobre felizes caravanas, atacando-as, repetidas vezes" (1956b, Maio 28).

Um punhado de rapazes e raparigas de amarelo e verde[476]

> "No meu segundo 10 de Junho, frente ao liceu, antes do desfile tradicional, impuseram-me as insígnias de chefe de quina. Era da praxe serem os comandantes de castelo ou outros de maior patente colocaram as divisas nas platinas dos novos graduados, batendo nelas, a seguir, com toda a força. Por sorte, visto que os parafusos dos escudos das minhas divisas eram curtos, o Nicolau não me furou os ombros, como aconteceu com outros rapazes, que ficaram a sangrar. Achei o rito ainda mais bárbaro que o das pastadas do início do primeiro ano. Subira de posto, mas nem assim fiquei a gostar mais da «bufa», como já chamava à Mocidade Portuguesa, à semelhança de outros desiludidos." (Saial, 2001, p. 140).

Na convicção de António Nóvoa, "quando se ensaia a sua última reestruturação [1966][477], a Mocidade Portuguesa está moribunda […], os «camisas» verdes que

[476] Expressão de Francisco Mascarenhas (1967, Abril, 27). Consultar página seguinte.
[477] Através do Decreto-Lei 47.311, de 12/11/1966, procedeu-se a mudanças na Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, "no intuito de renovar a Organização, de a adaptar às circunstâncias dos tempoos presentes".. Destacamos o seguinte articulado: "Art. 5.º A Mocidade Portuguesa tem personalidade jurídica e governa-se autonomamente […] sem prejuízo da faculdade que assiste ao Ministério da Educação Nacional de dar instruções para o bom desempenho da sua actividade e perfeita execução das leis; […] Art. 6º 2. A Mocidade Portuguesa também colaborará com a Igreja e com as demais organizações públicas ou particulares que se ocupem de formação de juventude, em ordem a uma conveniente conjugação de esforços. […] Art. 24.º § 1 As actividades circum-escolares exercem-se no âmbito da escola, para alem das disciplinas que formam o respectivo currículo, em vista à ocupação dos tempos livres; 2. As actividades circum-escolares destinam-se a complementar a formação humana dos estudantes, afervorando neles o amor da Pátria e o culto dos demais valores da civilização cristã, fortalecendo o seu espírito de iniciativa e poder de organização e realização,

circulavam nos estabelecimentos de ensino eram olhados com um misto de «desconfiança» e de «desdém»" (*apud* Viana, 2001, p. 8).

Na colónia, a decadência da organização fazia-se sentir há algum tempo. Para o Comissário Provincial, Major Ramires Oliveira, em 1962, "a M. P. pouco mais era do que o marcar passo, pela torreira do sol, por pequenos conjuntos de rapazes de 8 a 11 anos que, coitadinhos, ou ainda não pensavam em desobedecer ou ainda pensavam em qualquer coisa de bom que nunca mais vinha". Para contornar a situação, o Comissário procurou "entusiasmar alguns rapazes de S. Vicente a lançarem um novo movimento literário […] combativo, viril, mas optimista, considerando que "o que partiu de «Claridade» tinha o seu programa cumprido" Ensaiava-se uma nova estratégia de sedução" (*Cabo Verde Boletim*, 1962, Agosto), que passava por viagens à metrópole e festas de teatro e variedades, conforme notícias do semanário *O Arquipélago:*

> "II Curso de Férias. Pretende-se com o II Curso de Férias dar a conhecer a Metrópole a alguns rapazes das províncias ultramarinas portuguesas de África: as terras - cidades, vilas ou aldeias -, os homens, a História, as suas riquezas e as suas dificuldades, as realidades do seu presente e as perspectivas futuras.
> Ao longo da estada na Metrópole, algumas lições serão ministradas por pessoas de relevo nos sectores intelectuais, económicos e administrativos, para através delas se proporcionar esse conhecimento que sobretudo resultará da observação simultaneamente feita pelos componentes do Curso do que, ao longo do itinerário percorrido, perante os seus olhos se for patenteando.
> A satisfação existente em lhes mostrar Portugal metropolitano também resulta da convicção de que depois da visita, mais o apreciarão e mais presos a ele ficarão todos quantos vieram, porque melhor passam a conhecê-lo." (1963, Outubro 10)

> "A Delegação da Mocidade Portuguesa Feminina está a organizar para o próximo dia 10 de Junho uma festa de teatro e variedades, em que tomarão parte os alunos do Liceu de «Adriano Moreira».
> A referida festa compreenderá a representação do «Auto da Feira» e da farsa «O Velho da Horta» – duas das melhores peças que o grande Mestre Gil Vicente nos legou – mais um acto de variedades em que poderemos assistir à execução de coros falados que estão a ser preparados por Gabriel Mariano." (1965, Maio 27)

Francisco Mascarenhas, na "Crónica de S. Vicente" assegurava: "A Mocidade Portuguesa em Cabo Verde não será assim *um punhado de rapazes e raparigas de amarelo e verde*, com o escudo nacional ao peito, estandarte e bivaque. Será também um punhado de rapazes e raparigas que representam em potencial os cidadãos de amanhã, os

---

ampliando a sua cultura, aperfeiçoando o seu sentido estético e virtudes morais, e sociais, e desenvolvendo as suas aptidões físicas dentro do da orientação expressa no artigo 2º. […] Art. 25º § 1. – A Mocidade Portuguesa estimulará, orientará e coordenará, superiormente as actividades circum-escolares, de modo a proporcionar-lhes condições de eficaz desenvolvimento e assegurar que elas atinjam os fins assinalados no artigo anterior; 2. Cada escola manterá toda iniciativa consentida pelas exigências de coordenação com as actividades de outras escolas e pela necessidade de garantir a realização dos aludidos fins".

guardiães da Pátria, na paz e na guerra, na alegria e na dor, no trabalho e no recreio, na glória e na desdita" (1967, Abril 27).



Figura 82 – *Aluno do liceu da Praia filiado na Mocidade Portuguesa.*
Brito, 2008.

Um jovem, que "tirou a fotografia fardado de Mocidade Portuguesa mas não chegou a desfilar", testemunha o ambiente de renovação da organização no Liceu Adriano Moreira:

> "Confesso que embora sempre fosse um aluno atento e interessado, passei sete anos nesse liceu sem me ocorrer perguntar quem era Adriano Moreira e muito menos a razão por que puseram o nome de alguém vivo à linda e frondosa construção, considerada uma jóia de arquitectura e o liceu mais imponente do império colonial português. Tinha salão nobre, escadarias encimadas por quadros históricos dos descobrimentos (em azulejos) e uma belíssima torre com relógio e pára-raios.
> Na senda das transições, apenas tirei a fotografia fardado da Mocidade Portuguesa, por razões administrativas, mas não desfilei nesse organismo pois a frequência deixara de ser obrigatória. No entanto, deleitávamos a ver passar os rapazes mais velhos "cantando e rindo" levados sim por não sei que chamariz mágico, de braços erguidos para a frente em ângulos de 45º.
> Embora sem "S" no cinto e vendo os braços a 45º ao longe, não podíamos deixar de encontrar o nome e os retratos de Oliveira Salazar por todos os cantos desse liceu, nos livros e nos discursos de início de ano lectivo. A "força" estava patente nas normas e orientações, hoje consideradas inqualificáveis, da proibição de falar o crioulo, das turmas separadas por sexos, das grades circundando o liceu, das aulas obrigatórias de Religião (Católica), de alguns alunos que pareciam patrulhar os corredores e eram amigos dos filhos do inspector da PIDE.
> Esta linha cortante, qual machado de lenhador, era materializada por um risco branco no pátio do liceu que separava os alunos de bata branca dos outros. Ai de quem transpusesse a fronteira!" (Brito, 2006, pp. 164/165)

Provavelmente, para facilitar a adesão da juventude, o Liceu da Praia estabeleceu novas regras para o uso da farda da Mocidade Portuguesa:

> "1) – O uso do uniforme não é obrigatório por ora;
> 2) – Por conseguinte, só o adquire quem queira e possa;
> 3) – As filiadas a quem o Centro forneceu gratuitamente o uniforme devem: conservá-lo em bom estado e restituí-lo ao Centro, quando já lhes não sirva, a fim de serem beneficiadas outras que o mereçam;
> 4) Para ser beneficiada com o fornecimento do uniforme, não basta que a Filiada não tenha condições de o adquirir, impõe-se que marque pela sua aplicação ao estudo, bom aproveitamento, bom comportamento dentro e fora da sala de aula; assiduidade, correcção e aprumo em todas as actividades, quer da Organização quer do Liceu;
> 5) – Os últimos pedidos de uniforme são viáveis por ora;
> 6) – As actividades desportivas ou de Educação Física realizadas fora do Liceu, não são da responsabilidade do Liceu, por conseguinte da responsabilidade da MPF.
> 7) O Centro Escolar da M. P. F. só se responsabiliza pelas actividades extra-escolares realizadas no estabelecimento escolar onde exerce as suas funções." (*O Arquipélago*, 1967, Dezembro 14)

Um sintoma da fragilização da Mocidade Portuguesa é perceptível num episódio narrado por Antero de Barros, reitor do Liceu de Mindelo:

> "Convidados a participar [nas jornadas desportivas da Praia], os alunos do Liceu Gil Eanes, capitaneados por ele negaram-se a vestir o uniforme daquela organização juvenil, preferindo antes o seu próprio traje – calções verdes e camisolas brancas. *«A coisa chegou a um ponto em que dissemos: «*Ou jogamos com o nosso equipamento ou vamos embora». *Eles aceitaram, enquanto a equipa da Praia jogou com o equipamento da MP. Aí começou a perseguição da Pide contra mim. Soube mais tarde que fui colocado em Lisboa, e depois, em Luanda porque fazia guerra à MP. Como reitor nunca ia às suas cerimónias, mandava sempre alguém. Verdade seja dita que o Silvério Marques, foi-me aguentando. Com Sacramento Monteiro, transferiram-me de Cabo Verde»*." (Lopes, (2002) [1996], p. 286).

Na década de setenta, em paralelo com a disseminação do ciclo preparatório do ensino secundário[478], foram promovidas actividades extracurriculares mobilizadoras da juventude: "jogos variados, concursos, […] corte e costura, culinária, artes decorativas, puericultura e encontros de formação" (*O Arquipélago*, 1972, Novembro 9). O concurso "A rapariga ideal" respondia à imagem de um lar idealizado, obra da mulher-dona-de-casa:

> "M. P. F. Concurso "A rapariga ideal"

[478] Foram criados os seguintes centros escolares: Centro Escolar nº 1 a funcionar no Liceu Adriano Moreira; Centro Escolar nº 2 a funcionar na Escola Preparatória da Praia; Centro Escolar nº 3 a funcionar na Secção da Escola Preparatória da Assomada; Centro Escolar n.º 4 a funcionar no Liceu Gil Eanes; Centro Escolar nº 5 a funcionar na Secção da Escola Preparatória da Ribeira Grande; Centro Escolar nº 6 a funcionar na Secção da Escola Preparatória da Ribeira Brava e Centro Escolar nº 7 a funcionar na Escola Industrial e Comercial de Mindelo. (Despacho de 18/10/1973). Foi criado o Centro de Actividades Circum-Escolar nº 1, da Ala nº 10, da ilha do Sal, a funcionar no Externato do Aeroporto do Sal. (Despacho do Governador, de 18/1/1974)

> O Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina acaba de lançar o concurso «A Rapariga Ideal» que visa a escolha da jovem que revelar maior valor nos seguintes pontos:
> 1 – Cultura geral compatível com a idade.
> 2 – Noções elementares sobre o governo e o arranjo da casa.
> 3 – Noções elementares sobre o tratamento e a educação das crianças.
> 4 – Prática de culinária e de costura.
> 5 – Prática de um desporto e/ou uma actividade artística.
> 6 – Apresentação agradável reveladora de simpatia, delicadeza, simplicidade e ordem no arranjo pessoal.
> Podem participar neste concurso todas as jovens portuguesas dos 15 aos 17 anos de idade, que vivam na metrópole, ilhas adjacentes e ultramar." (*O Arquipélago*, 1972, Novembro. 2)

Durante a Primavera Marcelista, o ministro Veiga Simão, "considerando a necessidade de dar novo impulso, na presente conjuntura histórica, à formação patriótica da juventude", transformou a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina em "associações nacionais da juventude, reconhecidas de interesse público e abertas à adesão voluntária de jovens de ambos os sexos" (art. 1º, Decreto-Lei 486, de 8/11/1971).

Tendo servido o ideário nacionalista de formação da juventude, a Mocidade Portuguesa sobrepôs-se à instituição escolar, colmatando as dificuldades dos liceus no domínio extra–curricular. Como refere Irene Flunser Pimentel, "a política educativa apropria-se desta fonte exógena de legitimação, deixando claro que o universo escolar é mais *totalizado que totalizador*" (2000, p. 21). Tentou adaptar-se à evolução dos tempos e terminou reduzida a *um punhado de rapazes e raparigas de verde e amarelo*.

A história (por fazer) da Mocidade Portuguesa, no arquipélago, está indissociavelmente ligada a outra história (ainda não bem contada), dos *Sokols* ou Falcões. Investida de legitimidade institucional, um poder incrustado noutro poder (com inevitáveis tensões, conflitos, silêncios…), a Mocidade Portuguesa teve notórias dificuldades em substituir o legado simbólico dos Falcões Portugueses de Cabo Verde.

2. O PARADIGMA CELEBRADO[479]: AUTONOMIA CULTURAL

"Vinte e seis anos atrás[480], o Mindelo era uma cidade pacata. O Liceu, com a tradição que trazia e merecia, não bastava para a dinamizar. E se bastasse seria perfeitamente extraordinário, pois parece destino universal dos Liceus fecharem-se sobre si mesmo. Questão estrutural, independe de quem lá esteja dentro. E no Mindelo estava muito boa gente, que o digam os nomes de Baltasar Lopes e de António Aurélio Gonçalves.

De qualquer modo, aqui e ali alguma coisa sempre ia acontecendo. O que também era tradição. Nos anos trinta um abalo muito forte, e duradoiro, e marcante, assinalou o nascimento da *Claridade*. Depois, foi a *Certeza*. Já tinha acontecido também o *Suplemento Cultural*, e agora o *Seló* pedia licença para também acontecer.

[…] Havia na cidade duas salas de cinema, filmes sem maior interesse. Jorge Alfama, não sabe porquê, lembra-se de um: Sementes *de Violência.* Música vivia-se principalmente em bailes, como mornas e coladeiras. E havia serenatas, na boa tradição do cavaquinho e do violão.

[…] Ainda no campo da música, havia a brasileira. Chegava por sistema, e eram compositores populares. Na rádio, Luís Fonseca mantinha um programa de música erudita, «onde pela primeira vez ouvi a *Sinfonia do Novo Mundo* – declarou Oswaldo Osório.

No teatro fazia-se Revista. Com textos de Dante Mariano que, anota a mulher, nasceu em S. Nicolau.

As artes plásticas estavam representadas por Sérgio Fruzoni e Betinho d'Nhôz.

[...] Ainda nas Artes Plásticas, o que Jorge Alfama chamou um "sinal": linóleos de Abílio Duarte, feitos antes de deixar o Mindelo, que tinha a PIDE no encalço. E, além do mais, era o jovem artista mais preciso em outro sítio, e para outras artes – as mesmas de que trataram Clausewitz e Tucídedes, e são as chamadas artes da guerra.

[…] Em finais dos anos cinquenta, talvez inícios de sessenta, as memórias aqui vacilam, tinha havido uma folha literária no Liceu. Chamava-se *Boletim dos alunos do Liceu Gil Eanes*, teve um único número e ali se estreou Corsino Fortes.

[…] Se a vida cultural era pobre, a experiência cultural de cada um podia ter mais atractivos. Por causa dos livros. Naquela época, os jovens do *Seló* conheciam, de leitura atenta, muitos brasileiros e portugueses contemporâneos. O mesmo acontecia com franceses e alguns norte-americanos. Por indicação de João Vário chegaram-lhes, mesmo, às mãos, obras de António Manuel Couto Viana, Mário Cesariny e Alexandre O'Neill." (Maria Lúcia Lepecki, 1990).

[479] Expressão de Manuel Ferreira (1986, p. LXXXIV).
[480] Refere-se a 1962, ano da publicação de *Selò, página dos novíssimos*.

2.1. Con(textos) culturais

Aculturação

> "Tenho para mim que, de forma expressa ou de maneira latente, se tem geralmente posto «o problema» de Cabo Verde (quando nele se pensa) em termos erradamente dilemáticos; há que optar, para a «definição» do «problema», por um de dois termos irredutíveis: Europa ou África.
> Sim, porque nos dizem, a nós das ilhas:
> - Se vocês «não são África», o que é que são? Europa?
> Ou, inversamente, mas creio que muito raramente:
> - Se «não são Europa», o que são? África?
> Claro que a mesa assim posta não deixa liberdade nenhuma ao conviva, que possivelmente se retrairá de enunciar a única verdade etnológica:
> - Nem uma coisa nem outra: somos cabo-verdianos." (Ferreira, 1967, p. XIII)

Foi pela afirmação da cabo-verdianidade que "o mestiço […] soube (ou pôde) tornar-se um homem a quem não molestavam os complexos de inferioridade, como também a existência de um clima social onde o branco aceitava o mando do mestiço" (Ferreira, 1967, p. 21). A superação dos dilemas de pertença, "ao tempo que se iam esbatendo os conflitos de cultura e se lançavam os caboucos de um corpo social harmónico, […] permitiu ao cabo-verdiano tornar-se no portador activo de uma cultura" (*ibidem*, p. 22). Para a compreensão deste processo situamo-nos na dimensão *sergiana* de cultura: "a) a *acepção folclórica* (ou etnográfica, ou relativa), em que designa o acervo tradicionalista (estático, sedimentado) dos estilos da vida de um dado povo; b) a *acepção espiritual* (ou universal, ou absoluta), em que designa o processo dinâmico de afinar o intelecto e a sensibilidade, de apurar o senso crítico, de intensificar a faculdade de bem ajuizar sobre as obras de arte, de literatura, de ciência, de requintar a urbanidade para com o nosso próximo" (Sérgio, 1974 [1954], p. 137).

Na perspectiva de Manuel Ferreira, Cabo Verde foi "o primeiro caldeirão de ensaio de miscigenação euro-africana, […] o mais extraordinário caso aculturativo nos trópicos, mesmo considerando o fenómeno brasileiro, tido vulgarmente como padrão não só dos sistemas de interpenetração de culturas mas também de convivência racial" (1967, p. 10). A aculturação, segundo Nuno Miranda, foi ordenada em três fases: "uma primeira de aceitação; a que se segue a adaptação, e para o final, a fase da reacção" (1963 Abril, p. 2).

Para o Professor Silva-Rego[481], o processo aculturativo implicou "uma distribuição de valores [que] podem ser aceites ou recusados, consoante se integram ou não na nova cultura" (1960 Fevereiro, p. 14). Defendeu, ainda, que "a aculturação praticada pelos portugueses, tanto nos séculos passados, como no presente, deve subordinar-se ao conceito de adaptação" (*ibidem*, p. 15).

Num alinhamento diacrónico – pautado por movimentos culturais e autores de referência – tentaremos, em seguida, identificar (con)textos modeladores da personalidade cultural crioula e da emergência do liceu, *locus* de cultura.

Aceitação (a)crítica

Augusto Casimiro[482] compôs três poemas crioulos[483] "para serem vendidos a favor da Caixa Escolar do Liceu Infante D. Henrique, S. Vicente, em Agosto de 1934" (Ferreira, 1986, p. LXXXV). Esta singela atitude demonstra "a integração intelectual e afectiva [de um metropolitano] na comunidade crioula e ao mesmo tempo introduzindo um factor de modernidade literária no meio cultural caboverdiano" (*ibidem*, p. XXI). O capitão português investigou a origem da aculturação do cabo-verdiano, "que vive no edifício moderno ou no *funco*, erguido entre lavas":

> "Ao colo das amas escravas ou das mãis, as crianças negras, brancas ou mestiças, como a gente grande, no ruído da faina ou no descanço das sanzalas, balbuciavam um sentimento novo, repetiam, alterando-as, as palavras da língua, aprendiam os jogos, os cantos, as danças, os hábitos, as rezas e os costumes de Portugal.
> O trabalho, a dôr, a tragédia frequente das secas, a transfusão do sangue, os hábitos cada vez mais semelhantes, as mesmas carências, aproximavam, iam nivelando, para lá da aparencia injusta - o senhor e o escravo.
> […] O branco degredado ou naufrago, forçado ou colono voluntário, funcionário ou senhor, ao sabôr dos próprios interêsses, ao ritmo discordante e vário das iniciativas, creava ou desbaratava riquezas, perdia oportunidades, oprimia, ou resgatava, criando." (Casimiro, 1935, pp. 12/13)

No périplo pelas *Ilhas crioulas* encontra uma cultura híbrida, convive com "o canto, o bailado, o costume, a tradição que se mantém, predominante senão exclusivamente portuguesa, assiste sempre, erguendo ao fundo o côro nostálgico, a voz, a presença da África também":

---

[481] António Silva Rego publicou vários estudos sobre o ultramar português. Destacamos *Macau e a semana do ultramar* (Sociedade de Geografia, 1951), *Les missions portugaises* (Agência Geral do Ultramar, 1958) e *O padroado português no Oriente e sua historiografia*.
[482] Augusto Casimiro [1889-1967], poeta e romancista, crítico, político, antifascista, a certa altura, director da Seara Nova [1961-1967], foi deportado para Cabo Verde, onde viveu de 1933 a 1936. (Ferreira, 1986, p. XXI). Foi autor de duas obras sobre Cabo Verde: *As ilhas crioulas*, 1935 e *Portugal crioulo*, 1940.
[483] Os poemas intitulavam-se «Dança!...», «A uma viagem creoula…», «Morna» (Ferreira, 1986, p. LXXXV).

> "Hoje, o que o povo canta, improvisando ou repetindo as mornas de poetas letrados, de pastores ou cavadores analfabetos que as *tiraram* ao ritmo do seu coração ou do seu trabalho, – é a morna, – por toda a parte, a manija na Brava, – a quadra no Fogo…
> […] O baile crioulo com excepção da dansa violenta e sensual da *colinha*, do tôrno, – do batuque que sobrevive e rompe, à superfície, em certas horas de mais viva e primitiva alegria – é o baile da terra metropolitana, com contribuição de *shimmy* e outras marcas da América, – apurado, discreto, mais voluptuoso e aconchegado, – por mais humilde que seja o terreiro ou casa em que se baile, que o crioulo é dansarino esmerado, fez da dansa uma voz da sua sensibilidade amorável e nostálgica.
> A morna é canto e baile. Canto que pode ser a redondilha portuguesa, o poema do marinheiro ou do colono, tocado da dolencia africana, mas capaz de subir a alturas líricas da maior poesia amorosa. Dansa que tem a envolvencia, o ritmo embalador e voluptuoso dos abraços das noivas ou das cantigas, para embalar berços, das mãis.
> A morna é o fado sem o arraste e a miséria aiada das vielas sombrias. Pode ser tecido de ironia e troça – mas é sobretudo o pequeno poema em que o povo crioulo fixa um aspecto da sua vida, um acontecimento de destaque, uma dôr, uma ansiedade, uma lembrança ou uma página de amôr.
> Antes da morna, e revivendo ainda num ou noutro ponto do arquipélago, como antepassado, cantou-se, dansou-se o *landum*, ali irmão do vira, e a *chama-rita*, dansas de roda, braços ao alto, em rondas harmoniosas e animadas…" (Casimiro, 1935, pp. 25-26)

Pedro Cardoso estudou o *folclore cabo-verdiano*, "transunto do nôsso modo de ser psico-social, nêle palpita vivido, contínuo e preponderante, em todas as modalidades de sua expressão, o fundo tradicional português, quer se concretize modelando o barro das bilhas «choronas» e acepilhando o cavername dos «lambotes» costeiros, quer se imponderalize em sonhos e quimeras, inventando melodias, lendas e canções" (1933, pp. 18/19). Cardoso esclarece que "a música crioula não se resume na «morna» somente, nem esta provém de outra origem que não a do povo que a criou":

> "Há na minha terra (Fogo) certa música que tira o nome dum antigo e afamado violeiro, Rodrigo, a cujo compasso as «cantadeiras» cantam ao desafio, naturalmente em quadras, donde «codrâ», «quadrar», na acepção bárbara de «trovar».
> […] Ao gôsto popular e adaptáveis à música «rodrigo», se compuseram as que a seguir reproduzimos, para exemplo e estudo comparativo:
>
> *Oh, pamode?!*
>
> *M'obiba noba de nha…*
> *Que noba ê cumá bento,*
> *Que tâ andâ pâ tudo mundo*
> *Sim parâ um só momento…*
>
> *M'obiba noba tam sabe*
> *Que m'cunça tâ crê nhá cheu…*
> *Mâ nhâ era mais más frumôs cara*
> *Que Nhôr Dês bota de céo!*"[484] (*Ibidem*, pp. 19/20)

[484] "Oh, porquê?! "Ouvi notícias suas/Que a notícia é como o vento/Que anda em todo o mundo/Sem parar um momento… Eu ouvi uma notícia tão boa/Que começa a acreditar/Você era a cara mais formosa/Que Nosso Senhor deitou do céu!" (Tradução da A.).

As festas religiosas, de origem portuguesa, absorveram as festas africanas. "Mas não as suprimem. Enquadram-se mutuamente" – afirmou Augusto Casimiro (1940, p. 86). Pedro Cardoso descreve a mestiçagem cultural:

> "Em Cabo-Verde há-os [divertimentos] também característicos, e todos se prendem originàriamente às festividades religiosas, sendo tradicionais em Santo Antão as romarias por S. João e S. Pedro, estrondeantes de zabumbas; em S. Nicolau, as longas e intermináveis procissões, precedidas de missas solenes; no Fogo, os *reinado*s com os seus têrços cantados, e as *bandeiras* com os seus «pilões», *canizade* e cavalhadas, tudo ao ritmo do imprescindível tambor; e em Santiago, cuja população campesina se encontra menos evoluída, os *batuques* escaldantes de sensualidade e as *tabancas* com os seus reis e rainhas, suas superstições e cabalas." (1933, pp. 38/39)

No mesmo caldeamento de influências, ensaiaram-se as primeiras formas de divulgação por meios audiovisuais. Gláucia Nogueira revela: "*Tango Portuguez e Cabo Verdeanos peça nove – polca* são os temas do Abrew's Portuguese Instrumental Trio[485] que terão sido gravados, segundo as pesquisas de Spottswood, numa sessão dos estúdios da Colúmbia, em Nova Iorque, em 1931" (2007, p. 54). O *Notícias de Cabo Verde*, de 11/7/1931, anunciava:

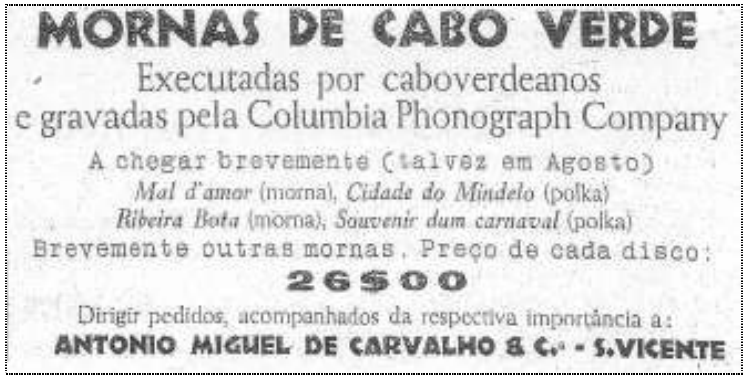


Figura 83 – *Anúncio de discos de "Mornas de Cabo Verde"*

O Eco de Verde relatou uma viagem de barco Do Fogo à Praia, a bordo do «28 de Maio», em que a hora de jantar era animada pelo "Pinto, telegrafista [que se] senta ao piano e fere no teclado notas plangentes de mornas. […] Bela, o piloto ou Bèlinha, faz o acompanhamento com o ruído cadenciado de uma bocêta de folha, cheia de pregos ou «barulhos»; o Miguel ou Miguelona, maquinista, sincronisa com o Bela num movimento desesperado de um garfo entre duas colheres". A animação prosseguia com "concertos por rádio, experiência com o posto transmissor de bordo até à hora do recolher" (Euclides,

[485] O grupo era liderado por Augusto Abreu, violinista da ilha do Fogo nascido por volta de 1890 e falecido em Sacramento (Califórnia) na década de 50, integrava ainda Frank "Bojo" Pina (ao violão) e o porto-riquenho Ângelo (viola de 12 cordas). (Nogueira, 2007, p. 54)

1935, Janeiro 5). Os círculos muito restritos das elites urbanas entusiasmaram-se com o cinematógrafo e frequentavam o teatro, divulgados na imprensa oficial:


THEATRO AFRICANO

CINEMATOGRAPHO

Domingos e quintas feiras
A's 9 horas da noite

EM TODAS AS SESSÕES ESTREIA DE UMA FITA

A bilheteira abre ás 7 horas da noite (4)

Figura 84 – *Anúncio do cinematógrafo, Teatro Africano*
Boletim Oficial, de 2578/1909

Como observa João Branco, o Teatro Africano[486] tornar-se-ia o primeiro cinematógrafo de Cabo Verde e desta forma, o teatro passou a conviver com o cinema" (Branco, 2004, p. 89). Em 28 de Agosto de 1931, assiste-se no Teatro Africano a um "sarau músico-literário em homenagem a José Lopes [e] dois anos mais tarde, já com o nome de Cine-Teatro Virgínia Vitorino[487], foi o lugar escolhido por Pedro Cardoso para proferir uma conferência em defesa do crioulo[488]. A partir de 1940, entrou em decadência e "no seu lugar nasceu o Cine-Teatro Municipal da Praia, que foi inaugurado com toda a pompa e circunstância no dia 28 de Maio de 1956 […], o interior perdeu toda a funcionalidade cénica e só muito raramente se apresentaram no novo espaço peças de teatro" (Branco, 2004, p. 90).

Em Mindelo, no ano de 1922, foi inaugurado o Cine-Teatro Éden Park, num "enorme edifício com um grande salão contendo um palco relativamente desafogado, com cabines para os artistas, ribalta, incluindo espaço para uma orquestra e a inevitável abertura para o «ponto», abertura essa camuflada com uma espécie de cúpula arredondada" (informação de Mário Matos, citada em Branco, 2004, p. 95). Nos anos sessenta foi construído um edifício com "uma imagem *art-déco* algo tardia, mas sóbria e

[486] O teatro era propriedade da "Sociedade Dramática do Theatro Africano" fundada a 29 de Junho de 1867, com o intuito [de] construir um edificio adequado, próprio e decente para representações dramáticas, bailes, soirées e todos os outros divertimentos análogos" (Brito-Semedo, 2006a, pp. 128/129).
[487] Devido à falência da empresa proprietária, Oliveira, Beirão & Compª Lda, "o teatro com todo o seu recheio [que valia] 80.000$00 […] seria adquirido pela Casa Serbam que pouco depois o vendeu à Câmara Municipal da Praia […], mudou de nome, passando a chamar-se Cine-Teatro Virgínia Vitorino" (Branco, 2004, p. 89).
[488] A conferência de Pedro Cardoso foi proferida em Dezembro de 1933 e o texto publicado em 1934.

elegante", tornando-se "por excelência e permanência, a sala de espectáculos da cidade" (Branco, 2004, p. 96).



Figura 85 – *Cartaz do primeiro filme sonoro projectado no Éden Park, 1936*
Saial, 2006a.

O Éden-Park não era o único espaço cultural de Mindelo, "fazia-se muito teatro na fralda da cidade, no quintalão da companhia *Millers & Corys*, no Salão Tuta, no popular quintal do Castilho ou nos famosos salões do Mindelo, nomeadamente no Jacô (ao lado da Pracinha Regala)" (Branco, 2004, p. 97). Francisco Mascarenhas recorda "o teatro [mindelense], em particular humorístico, de feição social, que não poupava nem o então Governador da Colónia e seus maiorais, como chefes de serviço e familiares, e muitos escândalos vinham à ribalta, através de actores improvisados" (1993, Outubro 11).

Rejeição e resistência

Tabanca

O historiador Christianno de Senna Barcelos evocou a interdição régia (cumprida em 1895 por Serpa Pinto[489]) das *tabancas*, "exércitos de pretos forros e escravos, com cabos nomeados governadores, tenente-general, coroneis, sargentos-mores, capitães-mores,

[489] Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto foi Governador Geral de Cabo Verde nos anos de 1894 a 1897.

capitães de infantaria, e mais officiaes subordinados d'estes, os quais costumavam marchar com todos os seus soldados, em todas as festas" (1905, pp. 244/245). A regulação oficial das tabancas (1927), após sucessivas proibições, documenta a persistência e a vitalidade das manifestações públicas das associações recreativas e de ajuda mútua, na ilha de Santiago:

> "Tendo a portaria provincial n.º 42, de 26 de Abril de 1923, extinto oficialmente as festas regionais da ilha de S. Tiago denominado tabancas, com o fundamento de que esse costume popular era uma manifestação de feitio gentílico, sendo motivo de desordens e afastando o povo do trabalho durante períodos longos de orgia;
> Mas tendo o povo, em cujo espírito vive essas tradição, tentado frequentes vezes, como ultimamente, perante as autoridades, fazer reviver essas festas, pelo que se prova não ser coisa fácil extinguir tão radicalmente tradições populares;
> Sendo certo que, não obstante os inconvenientes indicados, se assinalam nas tabancas, como se diz na portaria provincial n.º 439, de 17 de Junho de 1920, a existência embora rudimentar, do principio de socorros mútuos, além de alegres manifestações de carácter artístico, como cantos, danças e o uso de trajes pitorescos;
> Convindo, para que se não percam totalmente as tradições populares características do povo caboverdiano, disciplinar e civilizar essas festas, proibindo tão somente o que nelas houver de cafreal e contrario aos bons costumes, procurando-se torna-las mais estéticas e consentâneas com o actual estado de civilisação da colónia;
> Sendo óbvio que limitando-se a duração dessas festas a determinados dias e a determinadas horas, de sorte e não haver prejuízos para o trabalho, em todas suas manifestações, nem para o repouso dos habituais; policiando convenientemente os locais onde êsses festejos se exibem, para que a desordem não seja possível; e, finalmente regulando as Tabancas, de forma racional, aproveitando quanto da tradição fôr aproveitável e proibindo o que ofenda o sentimento estético e os bons costumes dos povos civilizados: tais festejos se tornarão porventura, espectáculos dignos de ser exibidos:
> Hei por conveniente nomear, para proceder desde já à elaboração de um regulamento para a exibição das tabancas, os seguintes cidadãos: o vice-presidente da Câmara Municipal da cidade da Praia, João de Deus Tavares Homem, o administrador do Concelho da Praia, Capitão António Manuel da Fonseca e o Tenente de Cavalaria, meu ajudante de campo, Américo Júlio Roboredo Sampaio e Melo." (Portaria 78, de 25/6/1927; sublinhado nosso)

Julião Quintinha, numa visita a Cabo Verde, explica o conceito cabo-verdiano de *tabanca*, " uma espécie de associação de beneficência para acudir aos doentes e enterrar os mortos" e descreve o que observou:

> "Noite de São João na Praia. Toda a tarde batuque lá em baixo na *tabanca*, ao pé do cemitério, ao som dos tambores, de búzios e cornetas… Fui ver a *tabanca*: Trezentos, talvez quinhentos pretos, pretas, mulatos, velhos, novos, pequeninos, em perpétuo carnaval, exóticos trajos, barretinas e chapéus altos enfeitados com fitas de papel, em grande roda, entre poeira sufocante, saracoteando-se, rebolando-se lascivamente, guinchando e movendo-se ao compasso dos tambores – tantantam... tantantam... tantantam… – e mais guinchos, e mais poeira, todo o tumulto dum carnaval ébrio e lascivo." (1931 [1929], p. 84).

Em contraste com a observação de Quintinha, que "hoje raro se consente este divertimento, porque os diabos negros levavam semanas naquilo e algumas vezes morriam de cansaço – tal a inconsciência da sua loucura" (*ibidem*, p. 85), Pedro Cardoso defendeu a

tabanca num poema dedicado ao Dr. Leão de Pina (director do jornal *O Eco de Cabo Verde*):

> "No, señor mio
> A Tabanca
> do vadio
> não desbanca
> O Carnaval
> de Veneza ou do Rio
> de Paris ou Portugal.
>
> Não haja, pois, ciúmes. Herdados costumes
> dos tempos que já lã vão
> que alongam, prolongam, avivam a Tradição…
>
> Sejamos coerentes, francos;
> Carnaval – bacanal
> - Tabanca de brancos. Ergo, não se condene
> o batuque infrene, não se proíba
> Antes señor mio,
> floresça e viva
> o Carnaval vadio!
>
> Tabanca, inócua borga!
> pelo ritmo de pandorga
> está dentro ou pouco dista,
> da fresca modernidade.
> Até parece em verdade,
> um poema sinfónico
> futurista!....
> Ora pois, señor mio
> Viva o Carnaval vadio!" (1933, Julho 1)

Trinta anos mais tarde, Mário Lima Furtado, na crónica "Os Zés Pereiras de Cabo Verde" (*O Arquipélago*), recordava a *tabanca*, "uma irmandade que se cotizava durante o ano para a realização da sua festa, geralmente constituída por a celebração de uma missa em louvor do seu patrono, Santo António ou São João, nos seus dias, revertendo o remanescente para auxílio aos irmãos doentes, invalidez ou morte", lamentando a sua proibição "só porque os seus antipatizantes as consideravam «selvagens», com grande desprestígio para a civilização caboverdiana" (1963, Julho 4).

Batuque

Os ritos e cantares de origem africana resistiram na ilha de Santiago, onde José Evaristo de Almeida[490], autor de *O escravo – romance cabo-verdiano*, sentiu o *batuque*, dança ritmada (torno), acompanhada por batimentos das mãos (*xabeta*):

[490] José Evaristo d' Almeida, português exilado em Cabo Verde, escreveu o romance *O escravo* (1856).

> "Forma-se a roda: trinta ou mais bocas femininas se abrem e dão liberdade às vozes, que elas possuem de uma extensão a causar inveja ao mais abalizado barítono; – mas a música era infernal! Sem cadência, sem harmonia e sem gosto, julgareis ter na frente a cópia viva do quadro de Hoghar «O músico desesperado». Os sons das guitarras não podiam ouvir-se; mas à falta desse, um outro acompanhamento mais positivo, mais igual e mais conforme ao canto, vinha casar-se a este, de maneira a torná-lo mais alegre – mais estrepitoso –- e mais próprio a fazer esquecer velhos pesares. Este acompanhamento compunha-se do bater das mãos sobre os panos, que cada uma passara por sobre as coxas, amarrara junto às curvas, e, com a separação dos joelhos, esticara qual pele em afinado tambor. E esse bater tinha uma cadência toda sua, uma toada para a qual nós não achamos comparação que a explique: – em quanto que uma das mãos caía com regularidade – extraindo do pano sons compassados e secos, a outra fazia ouvir um tremido, uma espécie de rufo, que é onde está toda a delicadeza do *xabeta*.
> Este alarido convida uma delas a saltar para o meio do círculo, o qual se vai estreitando a ponto, que mal deixa o espaço preciso para as evoluções da rainha do momento.
> […] Lugar, lugar a Luiza – grita-se de todos os lados – e ela entrou na arena do baile.
> Assim como sucede aos grandes actores, cujo mérito já conhecido lhes granjeia aplausos, mal se mostram sobre o palco – assim aconteceu a Luiza, cuja presença foi bastante para despertar a geral atenção – manifestada por um murmúrio aprovador. A jovem preta conservava ainda sobre os ombros o custoso pano de retroz *lambudo* com uma negligência – talvez estudada – mas que lhe ia divinamente: a cabeça trazia-a coberta com um lenço de seda, em cujo fundo branco sobressaía um lindo matiz de bem combinadas cores. Este lenço estava amarrado com aquela graça elegante, de que as crioulas tanto partido sabem tirar; imaginai entre o toucado e o turbante alguma coisa de bom gosto, e formareis uma justa ideia da disposição das pregas, do entrançado das pontas, dos apanhados do lenço de Luiza. Uma saia de bonita chita descia-lhe da cintura aos pés, os quais se escondiam dentro de bem feitos sapatos de couro bronzeado. Pendiam-lhe das orelhas meias luas de filigrana de ouro, e segurava ao pescoço um fio de contas de finíssimo coral vermelho. Alta, quanto o deve ser uma mulher, dera-lhe a natureza – que não a educação – um donaire de senhora, que em nada se compadecia com a sua condição de escrava.
> O *xabeta* já começou a fazer-se ouvir, e Luiza conservava-se imóvel com os olhos – que ela possuía rasgados, e de uma expressão magnífica – fitos em João. Um imperceptível sorriso deste – que respondia seguramente a uma ideia de fagueira esperança – veio animá-la; e ela deu princípio a essa dança, que só Luiza podia tornar interessante. O calor obrigou-a a privar-se do pano – o qual atirou para o regaço do João: – ela sabia não carecer daquele ornato para fazer realçar as graças de que era dotada. A ausência do pano patenteou a camisa, que da cintura aos ombros se mostrava guarnecida de finíssimas rendas, as quais dispostas com artifício e gosto se pronunciavam sobre o preto de seu seio: a este incomodava-o sem dúvida a leve pressão das rendas, porquanto percebia-se-lhe o ligeiro impulso com que amiúde tentava afastá-las.
> Luiza começara o *torno* com a languidez e indiferentismo próprio de quem não cura do que está fazendo." (1989 [1856], pp. 78/79)

Conforme edital publicado no *Boletim Oficial do Governo* foi determinada a proibição dos *batuques*, "como manifestações contrárias à civilização, já tão adiantada nesta cidade, sejam ou não acompanhados de música e de cânticos, durante a noite ou a qualquer hora da madrugada por incomodar os habitantes desta cidade" (8/6/1929).

Coladeira

Na ilha de Santiago, numa "ante-manhã", Augusto Casimiro foi acordado pelo "canto vivo duma marcha, rabeca e viola, vozes de raparigas, vibrando no ar puro da madrugada […] [que] vêm de um *baile nacional*":

> "Figuras e instrumentos vibram no mesmo ritmo. As figuras avançam, cantando e batendo palmas, como se as movesse a mesma fôrça entusiasmada À frente, tal uma bandeira desfraldada ou uma vitória em marcha, de chaile traçado sôbre o peito, com uma ponte livre que é uma asa, – o corpo e os braços frementes na alegria do ritmo, a vivê-lo, plasmando-o, cabeça alta num alegre desvairo – aquela mulher é uma oferta votiva e um desafio, um canto de triunfo, – um momento de voo…" (1940, p. 102)

Além da *morna*, "ritmo de dança, recorte musical dominado pela saudade ou nostalgia" os pares executavam a *coladeira*, "também música, letra e dança, de ritmo vivo acelerado, a sua letra é simples, despretensiosa, trivial e até pobre, mas de cerne popular, sempre brejeira ou mordaz quando não jocosa ou ridicularizante" (Ferreira, 1967, p. 139). Segundo Brito-Semedo, "a primeira coladeira poderá ter sido "Abissínia", da autoria de António Silva Ramos, "Antone Tchitche" (S. Vicente, 1880-1936), composta em trinta e cinco, na sequência da ocupação da Etiópia pela Itália fascista de Mussolini" (2006a, p. 93):

"Abissínia é nosso	"Abissínia é nossa
Nô pidi Deus pa ês	Peçamos a Deus para eles
Rêzá um pâde nôsse	Rezarem um Padre-Nosso
Pa alma de talióne	Pela alma dos italianos
[…] Ma inda m'tem q'oiá	[…] Mas ainda hei-de ver
Negus tá dá Duce un sôque	Negus[491] a dar uma sova ao Duce
Mundo intêro na guerra	O mundo inteiro em guerra
Por causa d'ambição	Por causa da ambição
Negus câ bô dá terra	Negus não dês a tua terra
Bô terra de promissão"	Tua terra de promissão"

Em *Terra trazida*, Manuel Ferreira recriou "os bons tempos da coladeira", entretanto, proibida pelo governador:

> "Nha gente, fiquem sabendo, festa dagora não presta para nada. Noutro tempo era sabe-de-mundo. Tambor sem coladeira é mesmo que nada.
> Em boa verdade, os bons tempos de coladeira – aonde já vão eles, os tempos grandes de coladeira, gente? Hoje, os tambores ecoam, os tambores lançam a fúria pelos esconsos da cidade, em dia de S. João, e lá no centro da ilha montuosa, nas terras de Miguel Cantante, aí na deserta planície, fechada pelos montes, atiram à desgarrada, quentes, bárbaros, uma toada de batuque degradado mas vivaz. Um grito desesperado de quem anda no mundo à procura da sua terra em busca da sua gente.
> Porém na cidade o administrador proibiu a dança. E que é tambor sem dança, se ela nasceu com o tambor? Pergunta, e bem, nhô João. Só mesmo um tipo que veio de longe podia ter aquela salienteza. Só mesmo um estranho. O que é um tambor sem coladeira?" (1972, p. 212)

[491] Referência ao Imperador da Etiópia, Hailé Sellasié I (Brito-Semedo, 2006a, p. 312).

Transculturação erudita

Partindo da premissa que "as reminiscências afro-negras se localizam na ilha de Santiago", Teixeira de Sousa assevera que "desde o início, nas ilhas crioulas, se caminhou para uma transculturação de adaptação (síntese harmoniosa de cultura), para o que muito concorreu a mestiçagem e a economia do grupo dominante" (1958, p. 19). A transculturação manifestou-se numa "literatura culta, em língua portuguesa, além de uma poesia popular, em dialecto crioulo, condicionada, esta, à expressão musical folclórica, de real valor estético, que é a Morna" (*Portugal no ultramar*, 1955, s/ p.).

A literatura erudita, tal como "a «Claridade», não brotou como a água da rocha de Moisés" (França, 1962, p. 11), advém de "uma incubação silenciosa, preguiçosa, adubada pelos factores ideológicos da época, nos quais pesavam as rupturas sociais, pelo sopro consciencializador que atingia as zonas colonizadas ou que o deixaram de ser há algumas décadas, pela força catalisadora do Brasil[492], isto de um lado; e da *Presença*[493], de outro" (Ferreira, 1986, p. XXXIII). Três personalidades dominaram o panorama cultural crioulo, na época que precedeu a emergência da *Claridade* (1936): Eugénio Tavares, Pedro Cardoso e José Lopes.

Eugénio Tavares[494]

Julião Quintinha conheceu o *poeta da saudade*, "um prosador vigoroso, um cronista e polemista distintos, um jornalista de valor," (Vilhena, 1948, p. 328), "na sua casinha sossegada, rodeada de flores":

> "[Eugénio Tavares] Foi o mais apaixonado autor dessas mornas melancólicas que o povo do Arquipélago canta, intérprete maravilhosa do povo ilhéu e sonhador.
> […] A *morna* – quási gêmea do *fado* decadente[495] – é a ingénua expressão musical deste Arquipélago. Esquecem-se os músicos negros a tocá-la, de olhos tristonhos arrancando os

[492] Baltasar Lopes, vinte anos depois da criação da *Claridade*, referiu-se à influência da literatura brasileira, através de "alguns livros que consideramos essenciais *pro doma nostra.* Na ficção, o José Lins do Rego d' *O menino do engenho*, do *Banguê*; o Jorge Amado do *Jubiabá* e *Mar morto*; o Amândio Fontes d' *Os corumbas*; o Marques Rebelo d' *O caso da mentira*, que conhecemos por Ribeiro Couto. Em poesia foi um alumbramento a *Evocação do Recife*, de Manuel Bandeira, que, salvo um ou outro pormenor, eu visualizava com as suas figuras dramáticas, na minha vila da Ribeira Brava" (Ferreira, 1986, p. XXX).

[493] Segundo Arnaldo França, em 1928, apareceram os primeiros números da revista «Presença», "a primeira força catalisadora do novo surto literário cabo-verdiano" (1962, p. 15). Jaime de Figueiredo, que se correspondeu com José Régio, "quando apareceu em São Vicente, ido da Praia (1931 a 1937), levava consigo alguns números da *Presença* […], mais significativo é Jorge Barbosa ter colaborado nesta revista, bem como Jaime Figueiredo enquanto pintor" (Ferreira, 1986, p. XXVI). A *Presença*, em 1937, refere-se "à publicação do número três da *Claridade*, revista de artes e letras, que se publica em São Vicente, é a primeira manifestação de autêntico espírito moderno português fora da Metrópole" (*ibidem*, p. XXVII).

[494] Outras facetas de Eugénio Tavares são analisadas na I Parte, 1.1. "A geração da ambiguidade" e em "Notas biográficas", anexo 4.

sons; enlevam-se os môços novos a dançá-la, em diálogos muito românticos com seus pares; e os poetas caboverdeanos, apaixonadamente, escrevem-lhes a letra em versos que as pálidas mulheres cantam, soluçantes e o povo repete em voz maguada.
Recordo a última morna [de Eugénio Tavares] que ouvi na Praia em véspera de partida, lá em baixo na Fazenda, sala improvisada num *court* de *tennis*, cenário de luxuriantes acácias floridas, palmeiras e amendoeiras bravas…"
Já a lua prateava a orla dos môrros, e não parava a lânguida melopeia dos violinos. E eu tive ridiculo ciúme por gostar de certa estranha crioula delicada, olhar selvagem num perfil indiano, que embriagava na fatalissima morna o seu par moreno.

Ca tem nada na vida
Más grande que amor;
Se Deus cá tem medida,
Amor inda é maior...

Amor inda é maior,
Maior que mar, que céu:
Mas, entre ôtos cretcheu,
De meu inda é maior."
(Quintinha, 1931 [1929], p. 87)

Eugénio Tavares "traduziu o mais alto lirismo português para crioulo, desde Camões a João de Deus" (Brito-Semedo, 2006, p. 271). No ano de 1938 foi publicada a sua tradução das *Endechas de Camões à Bárbara Escrava*[496]:

"Bárbara, bonita scrába
Aquella captiva,
Que me tem captivo,
Porque nella vivo,
Já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
Em suaves mólhos
Que para meus olhos
Fosse mais fermosa " […]

"Bárbara escrava
Quêl bonita scrába,
Qui teném câtibo,
Pamô n' dál bida,
Cá crê pan stâ bibo.
Tê hoje n'c ólha rosa
Num môta berdinho
Qui mé na nhá olho
Parcém más sabinho." […]
(in Brito-Semedo, 2006a, p. 271)

Pedro Cardoso[497]

O pioneiro da investigação do folclore cabo-verdiano, "por livros vários, plaquetas e jornais, um dos quais dirigiu, *Manduco*, deixou a marca de um generoso esforço para a dignificação do homem crioulo" (Ferreira, 1967, p. 169).

"Mais justiça e liberdade
e, nos que as veem governar,
mais sciencia e probidade
eis quanto andam a implorar!...
Olhae, guardae, portugueses,
o património sagrado,
da fortuna entre os revezes
pelos avós conservado!" (1922, Março)

[495] A tese da similitude entre a morna e o fado foi refutada por Manuel Ferreira: "Mesmo que, por hipótese, viesse a ser reconhecida alguma remota proximidade nas suas estruturas musicais, havia que, para a sua exacta compreensão, situar cada uma dessas canções no seu contexto humano e social – e aí se daria conta de como se tratava de duas expressões quase opostas." (1967, p. 134). Para Eugénio Tavares, compositor de mornas, era originária da ilha da Boavista" (*ibidem,* p. 132).
[496] Eugénio Tavares traduziu, também, a "Engeitadinha" de João de Deus, "a quem dedicou o seu livro *Mornas, cantigas crioulas* (1932)." (Brito-Semedo, 2006a, p. 272).
[497] Outras facetas de Pedro Cardoso são analisadas na I Parte, 1.1. "A geração da ambiguidade" e em "Notas biográficas", anexo 4.

Pedro Cardoso compreendeu que a evocação mítica das origens, a partir dos milenários textos de Platão, sobre a existência da Atlântida, legitimaria a cabo-verdianidade[498]:

"Referem lendas antigas
Que lá nos confins do mar
As Hespérides ficavam
E o seu formoso pomar

Paraíso de ventura
Que de encantos lá havia!
Era a terra mais donosa

Que a rosa do sol cobria."
("Ciclo Mítico", 1930, citado em Ferreira, 1986, p. XLIV)

José Lopes[499]

O poeta recuperou o mito lendário das origens das ilhas e da sua existência muito antes do achamento do arquipélago pelas naus portuguesas:

"Das vastas extensões assim submersas
Então ficaram essas nossas ilhas
e as outras suas célebres irmãs,
como elas, pelo Atlântico dispersas.
As Hespérides, de Héspero as três filhas,
por essa mesma tradição,
deram o nome às nossas com razão
Chamadas, pois, Ilhas Hesperitanas.
também se denominam Arsinárias
pelo cabo Arsinário dos Antigos,
nome mudado em Caboverdeanas
desde que as lusas velas legendárias,
Zombando das procelas, dos perigos,
Davam o nome Verde ao mesmo cabo
Que assim perdia o que lhe dera Strabo
……
Esta, pois, Irmãos Caboverdeanos!
A história original da nossa terra,
Que esse segredo do Passado encerra"
(Lopes, 1933, pp. 25-27)

José Lopes foi um homem acomodado, um homem de bem, respeitador do establishement" e, no entanto, "a sua poesia está cheia de poemas que são hinos à liberdade, à democracia, à libertação do homem, além de um profundo sentimento de solidariedade e bondade humanas" (Ferreira, 1986, pp. XXXIV/XXXV). No ensaio *A aventura crioula*, Manuel Ferreira afirma:

[498] Esta questão foi abordada na I Parte, 1.1. "A geração da ambiguidade".
[499] Outras facetas de José Lopes são analisadas na I Parte, 1.1. "A geração da ambiguidade" e em "Notas biográficas", anexo 4.

> "José Lopes, quiçá vítima da erudição e facilidade, tudo versejou: mortes, casamentos, aniversários, despedidas, Pátria, amor, brindes, amizades, a bandeira, saudades, estadistas, amigos. De quando em quando, a percorrê-lo um ténue bafo de lirismo, talvez por jamais ter empreendido a viagem que por certo sonhou: «Tenho o costume de ir, às vezes, em Agosto/Colocar-me de pé sobre a vetusta ponte/-Assim como embarcado – e de olhos no horizonte/Adorar os clarões, que morrem, do sol posto." (1967, p. 171).

Resistir lucidamente[500]

Arnaldo França testemunha que "as primeiras manifestações da arte moderna tiveram lugar na cidade da Praia, em grande parte devido à estadia de cerca de um ano que aí teve o artista António Pedro" (1962, p. 14). A revista *Vértice* (Agosto-Setembro de 1954) reproduziu o ambiente precursor da *Claridade*:

> "Na cidade da Praia (São Tiago), Jaime de Figueiredo lia a *Presença*, pintava, repintava, poetava e rasgava. Nele se tecia um sonho: fundar uma revista em Cabo Verde. João Lopes, regressado da América é o grande companheiro – e o confidente. Inquieto, Jaime corresponde-se com José Régio, João Gaspar Simões e outros. Entretanto João Lopes vai para São Vicente e arrasta Manuel Lopes para os novos caminhos. Manuel Velosa junta-se-lhes e escreve a Jorge Barbosa (no Fogo) a dar-lhe a boa nova. E um dia Jaime de Figueiredo vindo de São Tiago desembarcou em São Vicente, sobraçando uns tantos números da *Presença*. E a iluminá-lo aquele sonho: criar na sua terra uma revista a baptizar com o nome de *Atlanta*. Em tertúlia com Manuel Lopes, Manuel Velosa, editor da 1ª edição de *Chiquinho*, e João Lopes discutiam o projecto e procuravam encontrar os moldes em que lançariam *Atlanta* que por sugestão de Baltasar Lopes, regressado há dois anos de Lisboa, deveria ser inteiramente dedicada aos problemas da terra, porventura diferindo assim da ideia inicial de Jaime de Figueiredo, a quem talvez nesse tempo preocupasse mais a modernidade do que propriamente a cabo-verdianidade. Tudo e todos a postos, vencendo a rotina dos dias sempre iguais e terrivelmente monótonos de São Vicente, tratou cada um de escrever os ensaios, os poemas, os estudos, a ficção. Jaime de Figueiredo, entretanto, afastou-se do grupo e não entregou a colaboração. Foi a Baltasar Lopes que ocorreu o nome *Claridade*. E em 1936, tendo como editor João Lopes e director, Manuel Lopes, na solitária e ignorada cidadezinha de Mindelo, publicava-se o primeiro número de uma revista que era um prodígio de audácia com muito de originalidade não só nos quadros da cultura dos trópicos, como também das próprias letras portuguesas, surpreendendo todos, inclusivamente os brasileiros que nela viram talvez a extensão dos seus propósitos e a estrutura do seu próprio pensamento aplicado a um mundo também próximo do seu." (Citado em Ferreira, 1967, pp. 186/187).

A história da cultura cabo-verdiana tem sido dividida em dois segmentos temporais mediados pelo aparecimento da revista «Claridade», cujo primeiro número veio a lume em Março de 1936. "São todos jovens, com excepção de João Lopes, os colaboradores do nº 1: Manuel Lopes, Baltasar Lopes (o poeta Osvaldo Alcântara), Pedro Corsino de Azevedo e Jorge Barbosa" – recorda Manuel Ferreira – "concorrendo para uma

[500] Expressão de Gabriel Mariano, no ensaio *Osvaldo Alcântara: O caçador de heranças* (1991, p. 44).

intervenção repartida pela ficção, pela poesia e pelo comentário ensaístico e interpretativo do ponto de vista antropológico" (1986, p. LXIII).



Propriedade do Grupo "Claridade"
Director: Manuel Lopes — Administração em S. Vicente, Cabo Verde
Composto e Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda.
São Vicente, rua Infante D. Henrique
preço $500

1

Mindelo, Cabo Verde, número de Março 1936

lantuna
&
2motivos de finaçom
(batuques da ilha de Sant'lago)

Chotinha bém di lantuna
cô gudja, cô didal, cô linha
Chotinha bém di lantuna
mona bedja bém di barséra

1

'M paxá Nhor-Des
pé cá matám muto nobo
nem pé cá matám bedje di-mas;
pamodi

bedjo 'n tá bá storido
nobo 'n tá bá di trabessado
na sdrada 'n tá bá mordudo
na dixida 'n tá bá mordedo
na trabessia 'n tá bá sentido

Quel hó qu'n grandi
qu'm pódi
'n tá mandá romba Pic'Antone
pán djobe dento chuba chobé!

2

Mocinhos sin namorado
é sim má boca sim bocadu
é sim má camé sim mandioca
e sim má copo sim garafa.

S'in tené bedjo
tá mfadam
s'in ené nobo
ta borregan...

Nha guenti
s'in ca pupa
n'ca cudido
s'in pupa
'n ta rabenta!

CLARIDADE
revista de arte e letras

Figura 86 – *Capa do primeiro número da Claridade, revista de arte e letras*

> "Poemas em crioulo de origem popular, na folha de rosto, lugar de eleição para expressões criativas numa língua considerada herética pela governação colonial. Nesse tempo, e em tais circunstâncias, teria assumido a forma de um protesto e de um desafio.
> […] O manifesto da *Claridade*, no entanto, está lá. […] Está lá, até, e antes de tudo, no aspecto gráfico, nas letras expressivas do título, no corpo da composição geral, no modo de distribuição gráfica dos materiais, da abertura material da revista, nos espaços brancos, no relevo dado a tudo, a convidar à leitura, ao jogo estético, à fruição encantatória das páginas, a todos os títulos *caboverdianos*." (Ferreira, 1986, pp. LXIV/LXV).

Manuel Lopes

"Em contacto com a terra os pés se transformariam em raízes e as raízes se embeberiam no húmus autêntico das nossas ilhas" (1959, Outubro). O instinto de libertação é explicado por dois factores: "a sua condição de ilhéu (o mar é um convite a estender-se ao redor) e a esterilidade da terra, as estiagens repetidas (o penedo de Sísifo impulsionado pela esperança de conseguir o fim, a qual a par e passo se

desilude), e por outro lado, o amor por essa mesma terra de que ele pretende libertar-se" (Lopes,1936b, p. 5). No poema "Écran" sonha com "promessas de outro mundo mais lindo":

> "Para além destas ondas que não param nunca,
> atrás deste horizonte sempre igual,
> no extremo dêstes sulcos brancos sobre o mar azul
> (cinzento nos dias de ventania)
> que as hélices deixaram, impelindo
> os cascos inquietos dos vapores…
>
> - (Sonhos rolando sobre um abismo de ironia:
> promessas de outro mundo mais lindo,
> - ó meus gritos interiores!...)
>
> - Há outros gritos diferentes,
> os olhos cheios de outra imagem do mundo,
> nervos febris picados do delírio da civilização
> que a distância do Atlântico dissolve antes de chegar;
> há o «homem no meio da multidão»;
> há as grandes perspectivas dos continentes
> aonde não chega a canção evocativa do quebra-mar"
> (1936a, Março, p. 4)

Na análise de Alberto de Carvalho, neste poema dedicado a Osório de Oliveira, "a relação entre o sujeito e o conteúdo, [é] levada ao limite do desventramento crítico, ao tomar por assunto a miragem cosmopolita tematizada no discutido dilema do «ter de partir querendo ficar» ou «ter de ficar querendo partir»" (1985, p. 220).

Baltasar Lopes da Silva[501]

"Um debruçar ansioso e atento sobre os problemas vitais de Cabo Verde e as condições de vida do seu povo: estudo, embora na limitada medida da nossa capacidade, da estrutura, dos valores, das constantes culturais do arquipélago. Para isso e sempre naquela medida, inquéritos, pesquisas, ensaísmo. Cumpriu-se este sensato desiderato? Só numa mínima percentagem, infelizmente" (Silva, 1986, p. XV). Este foi o programa anunciado por Baltasar Lopes para a *Claridade*, "um movimento precursor da independência":

> "Não obstante todas essas vicissitudes, a revista, como veículo do pensamento do grupo que a lançou, assumiu uma importância e um papel de ordem não apenas literária mas também política, que em várias oportunidades e por diversos autores foram reconhecidos. Pela militância expressa ou latente nas suas páginas, a acção da revista, e com ela, do

[501] Outras facetas de Baltasar Lopes da Silva, Baltasar Lopes ou Osvaldo Alcântara são analisadas ao longo da dissertação: I Parte, 1.2. "A redescoberta da própria terra", II Parte, 2.2.2 "Professores: educadores e funcionários" e "Notas biográficas", anexo 4.

> grupo, configura-se bem como um movimento precursor da independência política, na medida em que, como foi notado por vozes estranhas insuspeitas, ela revelou que Cabo Verde possuía uma personalidade autónoma bem caracterizada e diferenciada, que merecia um tratamento e um atendimento específico." (*Idem, ibidem*).

Através do heterónimo Osvaldo Alcântara, "poeta em relação orgânica com o grupo social dos oprimidos[502]" (Mariano, 1991, pp. 31/32), na poesia "Almanjarra", recriou o trilho redondo da opressão: "E os bois giravam, giravam…/Mansamente iam esmagando a cana/dos canaviais do mar…" (1936a, Março, p. 8). Deixa-se fascinar "pelo elemento crioulo do trapiche: associa ao fazer penoso o jogo amável de contar histórias, ao trabalho produtivo, o princípio do desejo, sensual […] e intelectual" (Carvalho, 1985, p. 222).

Pedro Corsino de Azevedo

Na apresentação de *Modernos poetas cabo-verdianos*, Jaime Figueiredo considera que "nos versos de Pedro Corsino, com assinalável unidade de tom, se colhe entretanto o eco distante de uma como saudade da infância, uma dolorida nostalgia de embalo, transpondo o fácies dramático da luta do poeta com a sorte adversa até ao fim virilmente suportada" (1961, p. XXIV). Em "2 poemas", "grita a criança amordaçada, ao fundo":

> "- Há no meu íntimo a mais cruel batalha;
> minha alma, em sortidas loucas,
> ralha o meu corpo…
> Há em mim não sei se mil justas bôcas
> clamando a hora em que ofendi meu Deus!
>
> Ah! Eu lamento as honestas ânsias
> que o jovem louco espesinhou sem dó…
> Por isso agora, na incessante luta,
> sou triste e só,
> a calcular distâncias…
>
> - Eu quero alçar-me à perfeição, ainda!
> Grita a criança amordaçada, ao fundo.
> - Mundo.
> Deixa minha alma ser criança!" (1936, Março, p. 6)

Pedro Corsino Azevedo desempenhou um papel decisivo "na abertura de novos caminhos do real, mas sobretudo como pioneiro na apropriação de motivações folclóricas e criação de modernidade estética" (Ferreira, 1967, p. 173).

Jorge Barbosa

[502] A Baltasar Lopes estava ainda reservado um papel suplementar de intervenção cívica, devido ao emprego que dava à sua formação de jurista e de "advogado dos pobres" (Carvalho, 1991, p. 22).

O poeta identifica-se com "a tragédia secular do homem cabo-verdiano". No "Poema" acentuou "os elementos vivos, fortes, da sua personalidade, ao tempo que não deixa vincar os traços negros e patéticos da sua negatividade histórica" (Ferreira, 1986, p. LXVI):

"Cruzaste
mares
na aventura da pesca da baleia,
nessas viagens para a América
de onde às vezes os navios já não voltam mais.
[…]

Sob o calor infernal das fornalhas
alimentaste de carvão as caldeiras dos vapores,
em tempos de paz
em tempos de guerra.

E amaste com o ímpeto sensual da nossa gente
As mulheres nos portos estrangeiros!

Em terra
Nestas pobres ilhas nossas
És o homem da enxada
Abrindo levadas à água das ribeiras férteis.
Cavando a terra sêca
Nas regiões ingratas
Onde às vezes a chuva mal chega,
Onde às vezes a estiagem é uma aflição
E um cenário trágico de fome!
[…]
A América acabou-se
para ti.
Fechou as portas à tua ânsia de expansão! […]"
(1936, Março, p. 10)

Jorge Barbosa elevou "o trabalhador esforçado à condição de «herói», tributa a destreza deste «Ulisses» caboverdiano com qualidades problemáticas de «nauta proletário + camponês», «alegre + melancólico» para simbolizar a comunidade de uma nação centrada agora no plano popular" (Carvalho, 1985, p. 220).

Um novo sistema estético, poético e ético-conteudístico[503]

Os primeiros números da *Claridade* estão impregnados de registos discursivos, em português e em crioulo, ancorados na tradição e em valores genuinamente nacionais (leia-se cabo-verdianos). Deu-se uma transferência "do horizonte estreito da intelectualidade envolvente do Poder, para outro muito mais extenso e aberto, pelo menos virtualmente,

[503] Na interpretação de Alberto Duarte de Carvalho, "o corolário óbvio [da visão liceal mindelense, pragmática e democratizante] é a instauração de um novo sistema estético, poético e ético-conteudístico que, decerto, não se poderia centrar no extremo oposto rural, iletrado e conservador (tradicionalista)" (1985, pp. 219/220).

pressupondo escalões populares menos refinados, escolarizados ou apenas letrados, muito mais perto das realidades e dos seus problemas concretos e dotados de outros gostos" (Carvalho, 1985, p. 220).


2

Propriedade do Grupo "Claridade"
Director: Manuel Lopes — Administração em S. Vicente, Cabo Verde
Composto e Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade Lda
São Vicente, Rua Infante D. Henrique
preço 2$00
Agosto de 1948

venus

morna de
Xavier da Cruz

Venus!... oh nhá crecheu querida,
Parnó qui bó há-l fazêm sofrê...
Venus! oh astro di nhá pensamento,
Parnó qui bó há-l dixam morrê...

Si nol tá cabá co nose sorriso,
Suma morna, co sofrimento,
Parnó qui bó, oh Venus nhá crecheu,
Bó c'al cabam co ês nha tormento...

Venus, crecheu iremediável
Dixam canta-lo ês morna bunitu,
Venus, encanto di nhá pensamento,
Dixam rinó-lo mamo ná bó ninho.

Ês sofrimento que tá tá matam
Nace na bó odjo di amor
Ês criá raiz na nhá peito,
El há-l matam co crecheu e dor.

CLARIDADE

revista de arte e letras

Figura 87 – *Capa do segundo número da Claridade, revista de arte e letras*

A expressão lírica em crioulo - provocatória e simbolicamente patente nas capas das duas primeiras revistas - desmistifica a exclusividade do português como língua literária. Parafraseando Manuel Ferreira, ficou, pois, "fora de discussão a possibilidade ou impossibilidade de o cabo-verdiano liricamente se exprimir, pelo menos, em poesia, através da sua língua nativa, autêntico reduto de um povo que soube encontrar assim um modo singular de afirmação" (1967, p. 93). A natureza nobilitante do crioulo ganhou um substracto epistémico com *Notas para o estudo da linguagem das ilhas*, de Baltasar Lopes, que guindou o crioulo ao "lugar de cidadania no mundo da filologia" (*ibidem*, p. 81).

O lirismo e a lenda "alicerçam a autoctonia diferencial cabo-verdiana" (Carvalho, 1991, p. 221). Manuel Lopes recuperou o conto popular "O lobo e o chibinho" (1936, Agosto). Porventura, a inexistência do lobo nas ilhas (ausência da sensação física de ameaça) transfigurou-o num tocador de vilão, "um lobo humanizado, promovido à dignidade de artista":

> "Pode o lobo ser mentiroso, lambareiro, quezilento, poltrão, safado, usar de manhas mil para encher a pança, mas isso não impede que ele seja numa terra – e é a terra cabo-verdiana – e uma vez na vida, ao menos, tocador de violão, tal como um escritor, um mornista, é um homem que desfruta de acentuado prestígio popular. Ora esta imprevista recuperação de bicho tão excomungado noutras perturba a teoria corrente tecida à volta dele e evidencia o alto grau de humanidade que penetrou o homem das ilhas. Para já." (Ferreira, 1967, p. 157).

O ensaísta interrogava: "Como é que certas histórias tão portuguesas no seu corpo vivo podem sê-lo igualmente cabo-verdianas?" Conclui: "De feito, espanta que este pequenino mundo atlântico tão cedo se tenha apropriado de valores, gestos, mitos, sonhos, anseios, angústias que a outros pertenciam e agora, por sábia reelaboração, tornados seus" (*ibidem*, p. 155).

A cultura, longe de ser ornamento, é, antes de mais, consciência[504]

Entre os números três e quatro da *Claridade* mediaram nove anos. Na aparência nada de extraordinário sucedia em Cabo Verde. Em 1947, a revista ressurgiu com a publicação dos números quatro e cinco. "Nada se havia perdido. Nem degradado. Os homens ali estavam prontos para o combate. E renovados. *Claridade* vinha enriquecida de vários bens. Num deles, a presença de gente da *Certeza*[505]. E neste encontro de duas gerações ou, se quiserem de duas mentalidades, a *Claridade* alargava as suas margens e reconquistava o lugar de órgão cultural aglutinador verdadeiramente representativo da vida mental do Arquipélago" (Ferreira, 1967, p. 193).

O tema de eleição é a *terra-longe*, "uma oportunidade de se compensar a vida estreita das ilhas" (Lopes, 1947b, Janeiro): na visita aos "apartamentos do poeta solitário [Manuel Bandeira, meu irmão atlântico], ali na Avenida Beira-Mar do Rio de Janeiro" (Barbosa, 1947, Janeiro) e na sedução da terra prometida, "vou fazer letra bonita,/vou escrever uma carta/ao Presidente Roosevelt/para ele destratar os meus papéis,/vou

[504] Afirmação de Henrique Teixeira de Sousa (1945, Janeiro).
[505] Este tema é analisado em 2. 3. "A imprensa académica".

trabalhar em New Bedford,/vou ser tripulante de light-ship" (Alcântara, 1947, Setembro). A revista (6) publica o poema "Emigrante" de Jorge Barbosa:

"E se eu voltar
se voltar para a pobreza da nossa terra,
tal como fui,
humilde e sem riquezas,
também não chorem por mim
não tenham pena de mim.

Mas se eu trouxer esse ar de felicidade
que fica a arder na chama de charutos caros
que cintila em pedrarias de anéis vistosos
se anuncia em risadas ruidosas
e se garante na abundância das cifras bancárias,
    então chorem por mim
    tenham pena de mim,

porque a pequena mala de emigrante que fui,
com os meus poemas – os meus sonhos! –
ficou esquecida como coisa inútil
como peso inútil,
não sei em que parte do mundo!" (1948, Julho)

Anos após Manuel Lopes ter dissertado sobre a *libertação moral* (1936b, Março), Pedro Corsino Azevedo declama "Agora já posso gritar:/Livre! Livre!" (1947, Setembro), enquanto Aguinaldo Brito Fonseca evoca o "avô escravo", sentindo-se encarcerado "neste navio fantasma/eternamente encalhado/entre mar e céu" (1958, Maio). Os poemas "Faminto" de Osvaldo Alcântara (1947, Janeiro) e "Poeta e povo" de Aguinaldo Fonseca (1949, Dezembro) desvendam o drama da *fome*, tema interdito pela governação colonial. Jorge Barbosa, no poema "Crianças", ironiza-denuncia:

"[…] Temos também as crianças
Pobres das ilhas
mas é um caso apenas
sem importância nenhuma
e ninguém sabe
sem importância nenhuma
no oceano vasto das crianças
    chinesas
    argentinas
    italianas
    húngaras.

Ninguém sabe
ninguém dá por isso
a rádio não fala
os jornais não dizem
ninguém telegrafa." (1958, Maio, p. 25)

Tal como nos primeiros números, resgata-se a tradição em registos etnográficos: "O folclore poético da ilha de Santiago" (Lopes, 1949, Dezembro), os contos populares da ilha de Santo Antão ["Lúcio-e-Fé" (Lopes, 1947a, Janeiro), "A doutrina" e "O cavaleiro e pão quente" (Lopes, 1949, Dezembro)]. Paradigmático – diz-nos Alberto de Carvalho – "é o conto "Egídio e Job" (1960, Dezembro), escrito por Baltasar Lopes "à maneira de testemunho autobiográfico":

> "Não custa tomá-lo por história inspirada na sua deambulação de jovem professor provisório do Liceu de Mindelo em busca das histórias retidas pela memória popular, para depois as recontar em composições escritas, dedicando-se à descoberta dos restos ainda sobreviventes e destinados à composição de um «romanceiro» cabo-verdiano.
> […] Com efeito, a história de Job da tradição judaico-cristã é, sucessivamente, um factor cultural cabo-verdiano de matriz europeia, uma história que se tornou popular […] um tema de inspiração da parábola que propõe a ideologia da solidariedade cristã aos homens em tempos de humilhação colonial." (Carvalho, 1991, p. 29)


PROPRIEDADE DO GRUPO "CLARIDADE"

5

SETEMBRO, DE 1947

UMA EXPERIÊNCIA ROMÂNICA
NOS TRÓPICOS

II

CLARIDADE

— revista de arte e letras (não periódica) —

Figura 88 – *Capa do quinto número da Claridade, revista de arte e letras*

A quinta *revista de arte e letras* deu continuidade (com destaque na capa) ao estudo linguístico do crioulo, cujo emprego constante "significa, em primeiro lugar, que, por processos de enriquecimento lentos e subtis, ele está apto a servir em grau elevado de veículo à comunicação entre os homens; e em segundo lugar, que ele está definitivamente

integrado no corpo de ideias e sentimentos que formam a nossa personalidade regional" (Lopes, 1956, p. 35). Num desafio ao poder colonial, a *Claridade* valoriza a língua crioula, como instrumento de criação literária[506]. Sérgio Frusoni, com dois poemas[507] no último número da *Claridade* – segundo Mesquitela Lima – distancia-se mesmo do paradigma literário dominante. "Em primeiro lugar, [porque] o seu único instrumento de produção poética é a língua caboverdiana, que maneja de forma magistral; em segundo lugar, enquanto os poetas e escritores do movimento claridoso tomam consciência da realidade caboverdiana nos seus diversos ângulos, […] retrata em versos cuidados o povo de S. Vicente, os seus anseios e aspirações, as suas anedotas, não deixando, porém, de crispar as mãos com as injustiças que ocorriam" (1992, p. 38).

As abordagens etno-sociológicas dominaram os últimos números da *revista de arte e letras*: Henrique Teixeira de Sousa analisou a sociedade da sua terra em "Estrutura social na ilha do Fogo em 1940" (1947, Setembro) e em "Sobrados, lojas & funcos" (1958, Maio). Em "Bandeiras da ilha do Fogo" (1958, Maio), Félix Monteiro[508] recriou o contacto cultural entre o branco europeu e o negro africano:

> "A Europa na sala e a África no pátio interior da casa do festeiro, repartidas pela varanda funcional que é uma autêntica materialização das barreiras que outrora discriminavam, cada um para seu lado, os brancos e os pretos, e hoje separam os ricos, ou socialmente hierarquizados, se quisermos falar com mais propriedade, dos pobres.
> Como se juntaram essas festas de brancos e pretos, no mesmo programa, sem se fundirem é problema, ainda por resolver."

Terminamos a leitura da *Claridade* com o poema "Desesperança", de Ovídio Martins, prenunciador do discurso de revolta, literariamente representada por jovens intelectuais integrantes do movimento cultural *Nova largada*:

"Sol ou mar
Chuva ou música
Sejas tu uma cadência
ou uma noite que se perdeu
Traz nos teus braços
a distância
que nos separa
do sonho impossível

[506] Poesias escritas em crioulo publicadas na *Claridade*: Anónimos: "Lantuna & 2 motivos de finaçom (batuques de Santiago)" (1936, Março), "Finaçom" (1948, Julho) e "Quatro finações e um batuque da ilha de S. Tiago" (1949, Dezembro); de Gabriel Mariano: " Galo bedjo", Bida'l pobre", "Casamento" (1948, Julho), "Dinhêro d'ês mundo" (1949, Dezembro); de Jorge Pedro: "Djom pó-di-pilom", "Mudjer di hoji" (1958, Maio), "Cutchidêra lâ di fora", "Nhâ tabaquêro" (1960, Dezembro); Sérgio Frusoni: "Fonte de nhâ sodade" (1960a, Dezembro) e "Tempe feliz" (1960b, Dezembro); de Xavier da Cruz: "Venus" (1936, Agosto).

[507] "Fonte de nha sodade" e "Tempe feliz" (1960, Dezembro).

[508] Félix Monteiro analisou a origem e o significado da tabanca (1948, Julho/Dezembro) e recuperou o repertório de Ana Procópio, "uma das grandes cantadeiras improvisadas da ilha do Fogo" (1960, Dezembro).

Olhos cheios de secas
e de oceanos
Cheios de mornas
e de pouco milho
As promessas viraram cansaço
e já nem as luas acreditam
Sol ou mar
Chuva ou música
Para vós as glórias do achamento
Para nós os sonhos em ampulhetas" (1960, Dezembro)

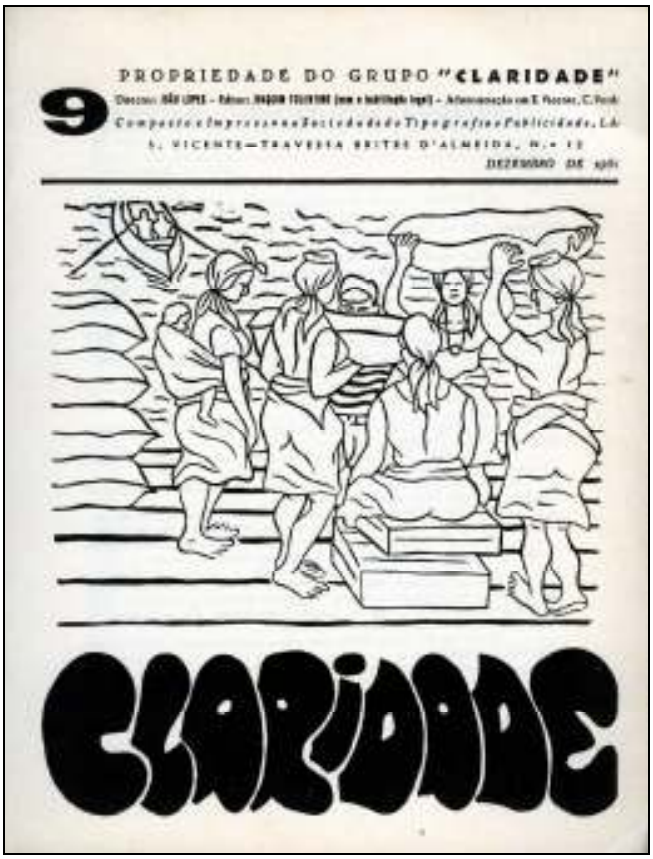


Figura 89 – "Carregadeiras" de Abílio Duarte. Capa do último número da Claridade

Nova largada

Nos meios universitários de Lisboa e Coimbra, estudantes cabo-verdianos constituíram o grupo cultural *Nova largada*[509], que deu continuidade aos movimentos literários anteriores: "Do núcleo claridoso aproveitando o amor ao estudo da terra mãe, a

[509] Numa homenagem prestada a Baltasar Lopes da Silva pelos seus ex-alunos, em 1953, aquando da sua passagem por Lisboa, de regresso de Londres onde tinha participado de um Congresso de Filologia, "Manuel Duarte, ao usar da palavra em nome do grupo, ousou estigmatizar a aparente passividade dos escritores ou personalidades ligadas à "Claridade" na denúncia da emigração para as roças de S. Tomé. Nhô Baltas concluiu sua resposta com o desafio: 'Sabem que mais? Cresçam e apareçam!' e as suas gargalhadas encheram a sala. Depois, em conversa informal e mudando de tom: 'Vocês formam um grupo. Qual o vosso ideário? […] Rematando o episódio, no dia seguinte ao da homenagem fui ao aeroporto da Praia fazer a entrega ao ilustre homenageado e Mestre do ideário do grupo que, por sugestão de Gabriel Mariano, foi a partir de então baptizado *Nova Largada*" (Graça, 1999, p. 11)

preocupação dominante de revelar os seus valores culturais e sociais e também o interesse que lhes mereceram as raízes populares e tradicionais; da *Certeza*[510] recebendo a visão concreta do mundo e a preocupação do enquadramento do fenómeno cabo-verdiano na dinâmica universal" (Ferreira, 1967, p. 197).

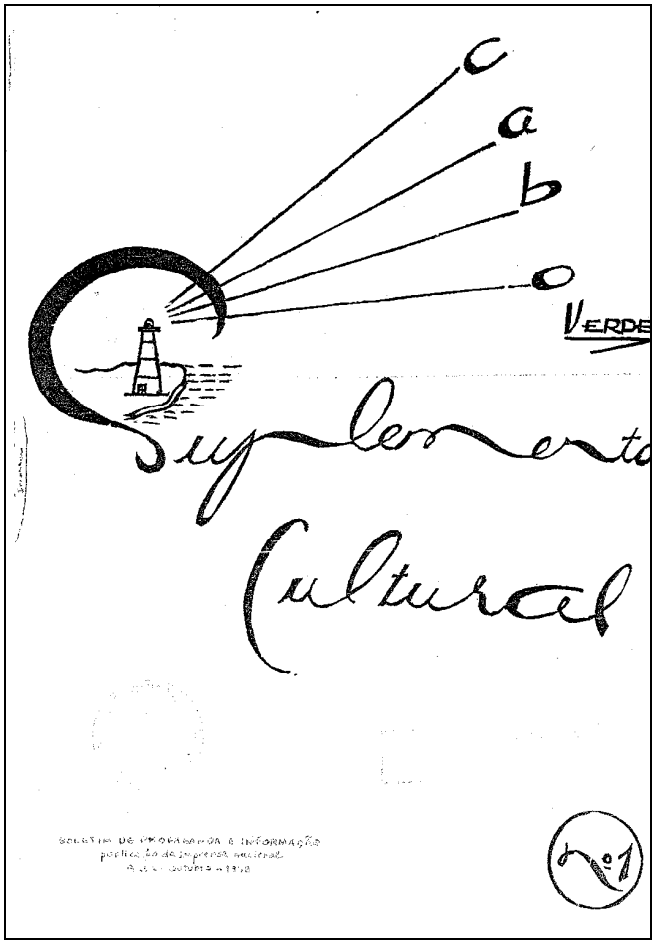


Figura 90 – *Primeiro e único número do Suplemento Cultural*

Uma série de trabalhos dos estudantes-poetas foi publicada no *Suplemento Cultural* do *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação* (1958, Outubro), coordenado por Carlos Alberto Monteiro Leite[511]. O segundo número não chegou a sair, embora tivesse sido organizado e mandado de Lisboa para a cidade da Praia (Ferreira, 1967, p. 199), por determinação do próprio director do Boletim, Bento Levy[512]. Manuel Ferreira identifica os autores da produção literária do suplemento:

[510] Consultar sub-capítulo seguinte.
[511] Colaboradores do *Suplemento Cultural*: Aguinaldo Fonseca, Carlos Alberto Leite, Francisco Lopes da Silva, Gabriel Mariano, José Augusto Pinto, Ovídio Martins, Pedro Gregório (desenhos), Sylvia Crato Moreira, Terêncio Anahory, Yolanda Morazzo.
[512] Segundo João Nobre de Oliveira, a proibição pela censura do *Suplemento Cultural* não significou "o fim do apoio à criação literária […]. Em 1961, Levy, a fim de incentivar "o aparecimento de novos autores, decidiu criar «uma secção especialmente dedicada a trabalhos de ficção, em prosa ou verso, dirigida pelo seu prezado colaborar Emílio Machado»

> "São estes mesmos jovens que em 1958 se constituem em grupo. Chefe de fila: Gabriel Mariano. Companheiros: Terêncio Anahory, Francisco Lopes, Ovídio Martins (todos de formação universitária), Onésimo Silveira, Jorge Pedro, Virgílio Pires, Yolanda Morazzo e mais. […] O que quanto a nós confere a este grupo um grau de diferenciação, é o ele ter assimilado as características sócio-literárias fundamentais de ambas as revistas anteriores.
> […]
> Outra verdade incontestável é a de este grupo ter chegado à literatura apetrechado com os elementos necessários para realizar um interessante programa estético e cultural, adicionando às suas experiências poéticas e ficcionistas o esforço ensaístico com destaque para o propósito de explicar a parte devida ao mestiço na valorização da cultura crioula (o caso de Gabriel Mariano)." (1967, pp. 196/197/199)

Para o ensaísta Manuel Ferreira, "a maioria deste grupo imprimiu à sua poesia, de feição neo-realista, uma tonalidade nova: o protesto, o grito de desafio contra toda a alienação" (1967, p. 197):

"Mordaças
A um poeta?!
Loucura!
E por que não
Fechar na mão uma estrela
O Universo num dedal?
Era mais fácil
Engolir o mar
Extinguir o brilho dos astros
Mordaças
A um poeta?!
Loucura!" […]
(Ovídio Martins, 1958, Outubro)

O grupo do *Suplemento Cultural* "assume-se como *a geração que não vai para Pasárgada*, [anti-evasionistas], que não pode, por conseguinte, silenciar o facto altamente comprometedor que resulta da atitude estéril dos claridosos perante as grandes crises que, na década de quarenta, trouxeram a morte a milhares de cabo-verdianos" (Silveira, 1963, p. 13).

[*Cabo Verde Boletim*, 1961, Janeiro] e pagariam cem escudos por cada conto e cinquenta por cada poema que fosse publicado" (1998, p. 531).

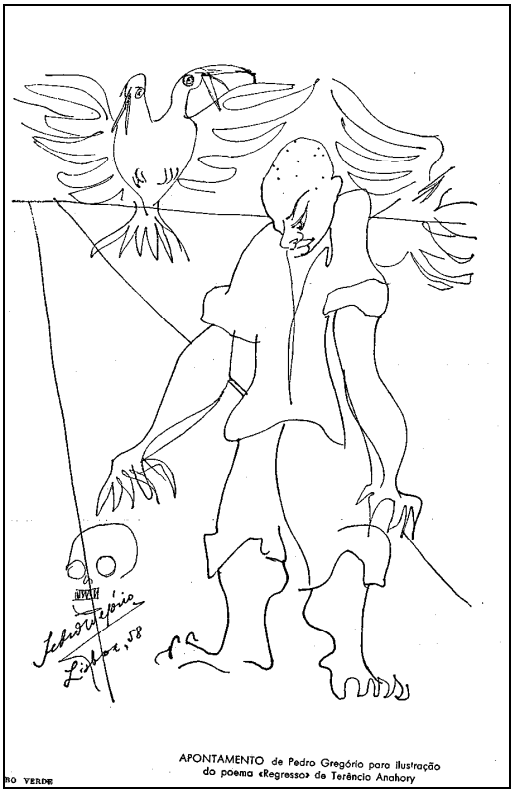


Figura 91 – *Desenho de Pedro Gregório, Suplemento Cultural*

Indigência de fontes e estimulações de cultura[513]

A autonomia cultural dos "modernistas da *Claridade*, que souberam, partindo do «em si» anterior, compôr um «ethos» em respeito pelos principais afluentes que alicerçam a caboverdianidade" (Carvalho, 1991, p. 219) constituía uma ameaça ao sistema de valores da ordem colonial. Importava orientar a autonomia cultural (ousaria dizer, domesticá-la). Neste contexto, foi criado o Centro de Cultura de Cabo Verde[514]:

> "A cultura é um bem inapreciável dos homens e dos povos porque a sua vida é exaltada e elevada com ela. Compreende-se por isso que se veja nela o sentido e a finalidade da vida ou o conjunto das tendências valorativas humanas ordenadas num todo harmónico e irrepreensível.
> […] A província de Cabo Verde participa e acompanha com o maior interesse a acção cultural que vem sendo desenvolvida na terra portuguesa. Todavia não existe aqui um

[513] In "Registo" (*Claridade*, 1960b, Dezembro).

[514] As actividades do Centro de Cultura de Cabo Verde foram regulamentadas: "a) *Historia:* Pesquisa, inventário, cópia e publicação de documentos antigos de interesse histórico; b) *Etnologia e Etnografia:* Estudos gerais e especialmente de trajes e adornos pessoais, penteados, tipos e condições de habitação, alimentação, crenças e superstições, costumes e ritos nupciais e funerários, cantos tradicionais, musica e dança, cantos e ritmos de trabalho (rural e marítimo), sincretismo religioso, arte popular (panos, rendas, cobertores, cerâmica, etc.), jogos infantis, culinária, etc.; c) *Antropologia:* Antropometria, biometria, tatuagens, mutilações, medições; d) *Geografia Humana:* Estudo das relações entre o homem caboverdeano e o seu ambiente físico, problemas demográficos, economia rural, emigração e retorno, urbanismo e ruralismo, medicina popular, etc. e e) *Linguística e Folclore:* Estudo científico do dialecto crioulo; ortografia dos topónimos, recolha e estudo dos textos orais da novelística popular, provérbios e advinhas, etc." (Portaria 4.663, de 10/12/1954).

> centro que a estimule e oriente. É claro que existe na província um estabelecimento de ensino secundário que já de si é um centro de estudo e de cultura, como há outros graus de ensino e missões que a servem também. Mas isto não basta para que ela se desenvolva como é mister, com elevação e independência, e fora da actividade oficial do ensino.
> […] Do exposto, conclui-se a necessidade da sua orientação, criando-se para tal feito um Centro que reúna todas as actividades de natureza cultural. Esse Centro acarinhará e protegerá todos os que se dedicarem à realização de valores, sejam estes de ordem espiritual, cientifica, literária, artística e técnica. Não será um areópago, mas sim um autentico criador de valores dentro das possibilidades da província. Porem, a dispersão do território desta aconselha que o Centro possa funcionar por secções nos principais núcleos populacionais.
> […] Artigo 1.º E criado um organismo cultural denominado *Centro de Cultura de Cabo Verde.*
> Art. 2.º O *Centro de Cultura* tem por fim o desenvolvimento das actividades cultural, cientifica, artística, literária e histórica, e o estudo e aperfeiçoamento da economia e da técnica.
> Art. 3.º Na prossecução dos seus fins, o *Centro de Cultura* poderá promover a publicação de trabalhos de mérito, a realização de conferência, saraus artísticos, e a divulgação de estudos de interesse para a cultura nacional." (Portaria 4.584, de 12/6/1954).

António Aurélio Gonçalves, por ocasião da inauguração do Centro de Cultura[515], dissertou sobre os factores de modelação da alma cabo-verdiana, conformando "um homem profundamente enraizado e, todavia, sonhando infindavelmente com as paragens por onde (como ele próprio diz) Deus passeou e fez multiplicar a abundância; esperando e rindo-se das próprias esperanças; alegre por natureza e triste por imposição dos acontecimentos, activo e fatalista" (1998, p. 141). Em resposta à pergunta enfática: "terá o cabo-verdiano criado uma literatura?", o escritor recorda "o escassíssimo número de obras publicadas em Cabo Verde: uma meia dúzia de volumes e artigos dispersos por revistas efémeras" (*ibidem*, p. 143).

No mesmo sentido crítico, a mensagem final dos *Claridosos* refere a "quase dieta com que vamos vivendo [no domínio da cultura]":

> "Sem um acervo de investigações sistemáticas, que venham a contribuir para um melhor conhecimento de nós próprios, da nossa terra – não só das gentes como do condicionamento da sua vida e do seu comportamento. Tirante uma ou outra tentativa de estudo, de "debruçamento" sobre os problemas, a verdade é que nos tem faltado uma planificação de estudos e um trabalho consequente de turma. É já um lugar comum, mas não é demais repeti-lo: estamos, no mundo de hoje, muito distanciados daquele ideário desinteressado, não militante, em que cada qual era por si… e Deus por todos." (1960a, Dezembro, p. 81).

No "Registo [último]" da *Claridade* (penúltima página), a propósito "dos heroísmos que se escondem debaixo de cada página que publicamos", afirma-se: "Se já na própria Metrópole isto é assim, que admira que nestas ilhas esparsas, e esparsas não

[515] O Centro de Cultura de Cabo Verde foi extinto, pela Portaria 6.208, de 7/10/1961 e o seu património transitou para o Centro de Estudos de Cabo Verde, criado pelo Decreto 43.564, de 27/3/1961.

espiritualmente mas pelas suas delongas e pelas *suas indigências de fontes e estimulações de cultura viva,* sejamos tão pouco férteis" (1960b, Dezembro).

Não obstante o reconhecimento de uma identidade cultural própria, Henrique Teixeira de Sousa reconhecia que "a cultura cabo-verdiana tem a sua expressão própria que o subdesenvolvimento do arquipélago lhe confere". Ilustrou a asserção com "a acentuada tendência para os ensaios de sociologia, etnografia, linguística, crítica literária dos intelectuais cabo-verdianos, e a omissão das ciências exactas nas lucubrações dos mesmos intelectuais, vivendo onde o Homem e a Técnica ainda se não entenderam" (1963, Julho-Setembro). Denomina esta tendência de *reacção intelectual* em face das realidades do meio, que "não se pode ainda considerar sequer em desenvolvimento económico" (*idem, ibidem*).

Seló, Seló…[516]

Oswaldo Osório, no primeiro número de *Seló, página dos novíssimos,* apresenta o suplemento do *Notícias de Cabo Verde* (1962, Maio 25) que, na sequência da *Certeza* e do *Suplemento Cultural*, "continuará a aflorar problemas e vivências do espírito «aqui» e no tempo a que este concerne – quase condicionado, na sua expressão, pelos problemas cíclicos do homem caboverdiano".

Maria Lúcia Lepecki, na edição fac-similada do *Selo, página dos novíssimos*, reconstituiu a delegação "para o empreendimento de monta" que foi a publicação de literatura de contestação num jornal oficioso:

> "Range o portão nas dobradiças para dar acesso ao jardim. O Dr. Manuel Duarte entrou primeiro, natural atenção dos moços. Ele agradeceu, e por cima do sorriso brilharam os olhos.
> Seco de carnes, alto, sempre impecável no fato branco que também agora trazia, Raúl Ribeiro levanta-se da cadeira da varanda. Como é uso fazer-se quando chegam visitas. Tinha sessenta anos, mais coisa menos coisa. Era comerciante e dono de tipografia. De sua propriedade era também um jornal o *Notícias de Cabo Verde*. Saía com periodicidade irregular, conforme fossem os Fados servidos.
> Calmo e preciso, o Manuel Duarte, padrinho e porta-voz, vai ao ponto. E o ponto era que um grupo de jovens, que o Oswaldo e o Rolando aqui representam, querem fazer no Mindelo uma folha literária, género Página dos Novíssimos. Explicou ele, e Raul Ribeiro não fez outra coisa senão entender.
> Na Sala da rua 5 de Julho, ventoinha a girar, Jorge Alfama lembra: «o Baltasar Lopes, quando lhe falámos no projecto, com voz sonora e fala bem escandida: mas vocês não são nada novíssimos…»

[516] Grito que anuncia a chegada de um barco. Nome do suplemento cultural do *Notícias de Cabo Verde* (1962). A expressão vem do inglês "Seil off", que significa "Velas à vista" (Informação de Carlos Alberto Fonseca, 6/2/2008).

> Como quer que fosse, novíssimos ou não, Raul Ribeiro ouviu atento; o que, de resto, Baltasar Lopes também fizera. Acolheu os argumentos de Manuel Duarte, aqui e ali completados por Oswaldo e Rolando. Aliás, cairia de qualquer modo a semente em terra boa, lá pensou consigo, a aliviada delegação, pois o Raúl Ribeiro, comerciante bem de vida, sabia valorizar questões de cultura. De modo que fiquem tranquilos, as páginas do meu jornal estão abertas para vocês. Ficou assente uma espécie de Suplemento Literário. Vai chamar-se Seló, disse alguém do grupo. O nome tinha-o imaginado Jorge Alfama, quando, em férias, na Brava, pela primeira vez ouvira o grito que anuncia chegada de navio. *Seló, Seló*, lá vem o barco. A mulher dos apontamentos lembrou Garcia Lorca, «La elipse de um grito va de monte a monte / Ay!»
> No portão, Raúl Ribeiro despede-se das visitas. Ficou tratado que o seu jornal vai entrar no jogo, e vai ajudar a dinamizar a criação literária no Mindelo e em Cabo Verde inteiro. Os moços que escrevessem o que quisessem e entendessem, ele lá estava para publicar." (1990, pp. 10/11)



SELÓ

REFLEXÕES — FOME

Figura 92 – *Primeiro número do Seló: Páginas dos novíssimos, de 25 de Maio de 1962*

Retomamos a recriação de Maria Lúcia Lepecki: "O número trezentos e vinte e um do *Noticias de Cabo Verde* saiu no dia vinte e cinco de Maio de 1962. Quem o abriu, encontrou uma surpresa. Entre dois filetes, num alto da página, avantajadas letras em negro diziam SELÓ. Adiante, em tipos bem mais discretos, mas sempre em capitulares, indicava-se: «Página dos Novíssimos, nº 1». Por baixo, em cursivo caprichado, havia mais: "Organizadores: Rolando Vera-Cruz Martins, Jorge Miranda Alfama e Osvaldo Osório" (1990, p. 14). O tema *fome* abre a *página dos novíssimo*s, com a denúncia de Mário Fonseca:

> "Crianças magras
> Sobrecarregadas
> Com o peso inútil
> De enormes barrigas
> Inchadas
> Explorando
> Anormalidades da natureza
> Num esforço vão de apaziguar
> O animal horrendo
> Crescendo-lhes
> por dentro" (1962a, Maio 25)

Perpassa um tom protestário a que não estávamos muito habituados na poesia cabo-verdiana – considera Manuel Ferreira. "E nesse aspecto é bem a seta que se continua a partir do *Suplemento Cultural*. […] Em suma, [foi] o discurso da «revolta» da geração literária da década de 60" (1967, p. 218).

No termo de um périplo por *(Con)textos culturais* continuados e renovados retomamos uma questão de Arnaldo França: "Será a poesia cabo-verdiana uma poesia adulta?" Transfigurámo-la noutra pergunta: Foi a cultura cabo-verdiana uma cultura adulta? Como diz França, se na pergunta "está implícito o rasto de uma dúvida, a ser justa, caberá ao poeta do arquipélago ter a aguda consciência de que nascer numa ilha não tira a quem quer o seu atributo de cidadão do mundo" (1962, p. 23).

2.2. Questão linguística: imperialismo ou síntese de culturas?

Uma linguagem ultramarina neo-europeia

Para o autor do estudo *O dialecto crioulo de Cabo Verde*[517], "a simples consideração de uma linguagem ultramarina neo-europeia parece conter em si elementos belicosos decorrentes, se não erro, de nacionalismos mal entendidos" (Lopes, 1947, Setembro, p. 1). Baltasar Lopes acrescenta que "essa atitude irritadiça perante o simples facto que é a observação de uma planta em transe de adaptação a terreno novo para que foi transportada, se encontra tanto da parte do velho hortelão europeu, como do novíssimo experimentador nos viveiros coloniais" (*ibidem*, pp. 1/2).

Da parte do velho hortelão europeu

O *Catálogo da exposição do mundo colonial* informa que em "Cabo Verde [se fala] a língua portuguesa e o creoulo, um dialecto que se modifica de ilha para ilha […], tornando-se deveras interessante falado pelas mulheres, que o usam com certa elegância e meiga garridice, empregando meias palavras e terminações com adorável infantilidade" (Galvão, 1940a, p. 63). Leão Gomes de Pina, no jornal *O Eco de Cabo Verde*, divulgou a tese defendida no Congresso Colonial que os cabo-verdianos só "falam o «crioulo» introduzido no arquipélago por Camões":

> "Tive conhecimento que, ontem, o Ex.mo Cónego António Miranda de Magalhães, intervindo na discussão de um trabalho apresentado à 2ª secção do Congresso Colonial, bordou considerações acêrca dos nativos de Cabo Verde, dizendo que, apesar da presunção de inteligentes – e essa é exacta, os caboverdeanos não falam a língua portuguêsa, mas sim o «crioulo», que foi, segundo eles, introduzido no arquipélago por Camões.
> É certo que em Cabo Verde a população fala o «crioulo» – corruptela do português arcaico – mas a maioria fala vulgarmente o português, com o sotaque «crioulo».
> O «crioulo» deve ser considerado um dialecto com influências – que de ilha para ilha se notam e diferenciam – todas explicáveis." (1934, Outubro 31)

Como diz Antoine Léon, no contexto da francofonia, "l'attitude du colonisateur à l'égard des langues locales est ambivalente" (1991, p. 61). Eram toleradas, diminuídas e marginalizadas.

[517] A primeira edição de *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, de Baltasar Lopes da Silva (Junta de Missão Geográfica e das Investigações do Ultramar) data de 1957.

Da parte do novíssimo experimentador nos viveiros coloniais

O dialecto crioulo, "um documento glotológico de uma das mais interessantes transformações da língua portuguesa" resulta, segundo Eugénio Tavares, do "contacto de duas raças diferentes, num consórcio de séculos; ressentindo-se da influência exercida, em longas gerações de colonos, por multidões de escravos" (1924, Janeiro 30). Neste processo, "a língua dos senhores tomou os vícios prosódicos dos escravos, conservando, ao lado de arcaísmos lusitanos, pitorescamente, fonalidades bárbaras de muitos vocábulos sonoros, e de poucas expressões interjectivas". O poeta ultrapassa as antinomias 'dialecto-língua', 'língua de pretos-língua de brancos' e converte o crioulo em objecto de estudos filológicos:

> "Transformações de línguas, é de crer que se operam não só por circunstâncias de tempo, como as que já distanciam a língua em que remoqueou Gil Vicente, da língua em que cantou João de Deus; senão, tambêm, por circunstâncias de meio, como as de que desviaram da língua em que fala o português continental, o dialeto em que se exprime o português de Cabo Verde. E deve ser certo que o interêsse filológico que leva ao estudo da língua em que nos chegaram as «Saudades» de Benardim, não seja maior que o interêsse glotológico que recomenda o estudo do dialecto em que as deliciosas crioulas gorgeiam os seus amores.
> […] Os dialectos coloniais, derivados da língua pátria, documentam a história da nossa colonização e provam que os antigos portugueses deram às colónias longínquas não só o seu sangue, – o que regou as terras e que nos corre nas veias, – não só sua cultura e seu modo de ser social e moral, como sua própria língua. Sangue, quem o vê sob a pele trigueira, não o dirá de étnica lusitana… Língua, quem a ouve, não a julgará entroncada nos *Lusíadas*… Entretanto, acredita-se que não é a *língua de pretos* dos despresativos dizeres de gentes não menos desapercebidas de escrúpulos, que desfavorecidas de inteligência.
> […] O crioulo é um derivado da nossa língua, tão irregular e caprichoso, quanto expressivo e rico.
> […] Logo não havendo dúvidas de que o dialecto crioulo seja uma transformação da língua portuguesa, deve ser certo que êle merece ser estudado e conservado graficamente como elemento da filologia
> E a chamá-la língua de pretos, melhor seria dize-lo língua de brancos mal ensinada a pretos, – a pretos que criaram os filhos dêsses brancos, que os trouxeram ao colo, e que lhes acalentaram os sonos da infância com as tristíssimas melopeias da saudade dois lares distantes e do sofrimento da escravidão; e que, tendo vivido e sofrido no contacto de inteiras gerações de brancos, lhes deixaram, imorredoura herança, as reminiscências bárbaras que eivaram a própria língua dos senhores.
> […] Aligeirando razões, permita-se-me a seguinte conclusão: O dialecto caboverdeano pode falar-se e grafar-se." (Tavares, 1924, Janeiro 30)

Pedro Cardoso, em conferência proferida no Teatro Virgínia Vitorino (Praia, 1933), enquanto "amador da ciência da linguagem" estabeleceu a analogia entre a "formação do meu dialecto nativo […] e a transição do *sermo vulgaris* para o romance peninsular". Propôs-se "desagravar o dialecto crioulo das profanações de que há sido vítima":

> "Ao tratar em conferência pública da extensão e importância dos estudos folclóricos em Portugal e outras nações, viso concomitantemente desagravar o dialecto crioulo das profanações de que há sido vítima por parte da esperteza letrada induzindo a inépcias, mãos estendidas esportulando a paga... E ao meu pensamento, às minhas palavras, outra ordem não busquei senão a da gramática da língua em que vos tenho a honra de dirigir a palavra, creio que sem grave prejuízo para a mesma, não obstante o uso e o abuso que faço do crioulo.
> […] Crioulo, até aos doze anos só ouvindo e falando o crioulo, não é possível, por mais vigilância que exerça sôbre mim mesmo, refugiar os vícios regionais, o que sucede em tôda a parte, por que se não desminta o prolóquio: génio, prosódia e figura só os deixamos à beira da sepultura.
> Nós, crioulos, por falarmos o português que nos consente a fatalidade da nossa constituição psico-fisiológica, não o deturpamos não o corrompemos; buscamos aprendê-lo, não de outiva, mas com os mestres mudos que ensinam sem fastio.
> Quem lhe anda "galicando" o vocabulário e a sintaxe, não sou eu, meus Senhores, não êste mulatinho, como diz o outro, cultor impenitente de crioulo. É, sim, a nata do jornalismo burguês que para se dar ares de entendida em línguas, por *snobismo* degenesrescente, salpica, mareia a pureza do nosso idioma com estranjeirismos descabidos e desnecessários, como "brevet" por carta, diploma; "coterie" por grupo, partido, ou panelinha, como diz o povo; "chauffeur" por autista ou motorista ou guiauto; "matinée" por matinal ou vesperal; "soirée" por sarau; "planar" por pairar, librar. etc ....
> Não abastardamos a língua. No entanto, não deixo de reconhecer que, falando ou escrevendo, ainda os mais atentos; não conseguem subtrair-se totalmente ao domínio de certas forças inconscientes e, por isso, indomináveis!" (1934a, pp. 29-30)

Em defesa dos direitos do crioulo, manteve uma longa polémica com João Miranda, firme defensor do purismo da língua portuguesa, querela só terminada com o falecimento de Pedro Cardoso[518]. No artigo "Em prol da língua portuguesa", João Miranda defendia:

> "Se, como disse alguém, o homem que fala duas línguas vale por dois homens, quem deixa de se exprimir em crioulo, para se expressar em português, passa de um homem reduzido para um ser humano completo, na sua personalidade linguística. Quanto a nós, o crioulo não vai além de vinte por cento de uma língua de responsabilidade, se tanto…
> […] O português é um idioma de progresso e expansão, ao passo que o crioulo é dialecto de estreito ambiente. O português é língua que marca e manda, e o crioulo é dialecto que se presta para instrumento de valorização do caboverdiano, que possue uma energia que o seu falar não exprime. O crioulo é uma enxada rudimentar e o português é uma charrua aperfeiçoada." (1937, Setembro 15)

Repugnância, diluição e aristocratização

Baltasar Lopes, nos *Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento*, insurgiu-se contra Gilberto Freyre pelo emprego do verbo «repugnar» e do substantivo «repugnância» para caracterizar o crioulo, não compreendendo que o sociólogo brasileiro "aceite e louve as expressões regionais daquilo a que chama o «mundo que o português criou», e ao mesmo tempo lhe repugne o crioulo de Cabo Verde". Para o

[518] O *Notícias de Cabo Verde* informava: "Em consequência do triste passamento, na cidade da Praia, do nosso ilustre conterrâneo Sr. Pedro Monteiro Cardoso, cessa a polémica sobre o crioulo entre o notável extinto e o nosso distinto colaborador Sr. João M. Miranda. O silêncio sôbre a questão linguística foi acordado de boa mente, e com apreciável isenção deste nosso prezado amigo." (1942, Dezembro 5)

filólogo, "o crioulo é a criação mais perene nestas ilhas […] e está radicado no solo das ilhas como o próprio indivíduo" (1956, p. 27). Na comunicação *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* rejeita a tese da diluição da língua-mãe face à língua portuguesa:

> "Fenómeno cultural que é, o crioulo tem os seus domínios em que ele é como que a respiração do povo que o criou e dele se serve como instrumento (mais rico e maleável do que muitos supõem) de comunicação humana, tem a contê-lo domínios que lhe são defesos.
> No caso que nos ocupa nestas crónicas, só importa o primeiro aspecto proposto à atenção dos ouvintes. Não haja a menor dúvida de que todo aquele que tentasse e, por impossível, conseguisse a «erradicação» do crioulo, mutilaria irremediavelmente a alma do homem caboverdiano. Seria uma das formas do crime de genocídio.
> […] Assistimos à coexistência verdadeiramente pacífica do português normal com o crioulo. Rigorosamente somos todos bilingues. Mesmo para os cultos ou *ilustrados,* há momentos e circunstâncias em que a expressão justa ou em que a necessidade de comunicação se impõe tão opressivamente, que o crioulo é que nos socorre, porque só ele é que consegue veicular a carga emocional daquele minuto.
> Como é sabido, o português e o crioulo defrontam-se a cada momento no arquipélago por força das necessidades do diálogo quotidiano. Deste modo, o crioulo tem instalado dentro do seu território uma outra expressão linguística, à qual o ligam poderosos laços de filiação, principalmente lexical e morfológica, mas dele, crioulo, sensivelmente afastada; e tão sensivelmente afastada, que permitiu a Gilberto Freyre definir o afastamento por um impulso de repugnância.
> Mas, que fez e faz todos os dias o crioulo em face do português? Rende-se? Sujeita-se à perspectiva de uma morte inevitável, embora lenta? Nada disso. O crioulo, em contacto quotidiano com a língua mãe, não se dissolve nela; pelo contrário, mantém intacta a sua personalidade. Oportunistamente, pragmaticamente, vai-se aristocratizando, mas com um sentido seguro de defesa dos redutos essenciais." (1956, pp. 32/33; sublinhado nosso)

Na mesma linha de defesa da "personalidade" do crioulo Almerindo Leça,[519] na "Hora di bai: Terceira meditação biológica sobre o homem de Cabo Verde[520]", classifica o crioulo como "uma língua românica que não realiza apenas um «falar útil»", como: um idioma completo, cheio ao mesmo tempo de europeísmos e de regionalismos; rico de sons e de plasticidade". Retomando o conceito de "idioma de poupança (uma língua de economia fonética, como lhe chamou Augusto Casimiro)", considera-o "maleável, fluído" (1957, Janeiro, p. 7).

No texto "Dilema das relações do colonizador-colonizado", Remi Clignet escreve "The recognition by the colonized of the inferior position imposed upon him leads him to try to beat the colonizer at his own game. He attempts, then, to play Whitey and hence to reduce the differences that the colonizer has defined as being at the origin of his second

[519] Almerindo Lessa (1908-1997), Licenciado em Medicina pela Universidade do Porto (1933) e Doutor em Ciências pela Universidade de Toulouse, foi professor na Universidade Técnica de Lisboa e na Universidade de Évora, fundador e reitor da Universidade Internacional de Macau. (http://www.library.gov.mo/macreturn [data de acesso 2/1/2008]). Colaborou na Mesa Redonda Sobre o Homem Cabo-verdiano (Junta de Investigação do Ultramar, 1957) e é autor do ensaio *O homem caboverdiano: suas raizes, sua multiplicação, suas doenças (linha vertebral de um ensaio demográfico, com uma análise crítica dos métodos para o estudo do mestiço luso-tropical)* (1959), publicado pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais.
[520] Conferência proferida na Mesa Redonda, realizada na cidade de Mindelo, em Julho de 1956.

class status. This reduction is attempted in terms of language" (1971, p. 305). No mesmo sentido, para Manuel Ferreira, o crioulo "como prova de categórica individualização acatou o gracioso jogo travado com a língua reinol […], de todo atenta a novas formas que incorpora, adaptando-a, preferindo assim aristocratizar-se a diluir-se" (1967, p. 44). O europeu não teve "outra alternativa do que aceitar esse novo padrão de linguagem crioula, […] numa transigência que se filia, a despeito dos choques e de muitas inconsequências, no facto de o homem português, em contacto com gentes e culturas diferenciadas, possibilitar a interpenetração de valores culturais" (*ibidem*, p. 85).

A consagração da língua cabo-verdiana firmou-se com a publicação de dois estudos linguísticos: *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, de Baltasar Lopes da Silva[521] (1957) e *Cabo Verde: Contribuições para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago,* de Maria Dulce de Oliveira Almada (1961)[522]. A tese que "o crioulo se defendeu da absorção, cedendo apenas no acessório" e se nobilitou (Ferreira, 1967, pp. 85/86) está vertida nas páginas da obra linguística de Baltasar Lopes:

> "É um esforço generalizado de aristocratização, cada vez maior, à medida que maior seja o derrame da instrução e forem maiores os contactos com a cultura europeia.
> Elucidativa a conversa de certas senhoras idosas, da época, parece que infelizmente passada, em que, nas reuniões de amigos, se contavam em crioulo os romances e folhetins que cada qual tinha lido – crioulo especial, repleto de fenómenos linguísticos reinois. E também a fala crioula das raparigas de hoje, que fizeram o seu liceu, que lêem o seu Stephan Zweig, conversam com bacharéis e sorvem imagens do mundo em «jornais e revistas atrasadas»." (1947c, Janeiro)

A situação linguística do cabo-verdiano (ontem, como hoje) foi descrita, de forma clara, por Manuel Ferreira: "Expressa-se em português perante pessoa-de-fora, representantes administrativos e ainda quando se zanga ou escreve, tanto quanto lhe for possível. Seu maior tesouro antropológico reside, porém, na própria língua, a caboverdiana, veículo que nos tem legado, até agora, o pouco que, infelizmente se sabe dele, no estado puro" (1967, p. 11).

[521] *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, de Baltasar Lopes, é uma obra "de grande formato, 830 densas páginas […] tem para nós uma […] importante virtude: a de vir como que oficializar e impor ao mundo culto tão nobre criação mestiça" (Ferreira, 1967, p. 86).
[522] *Cabo Verde: Contribuições para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*: Tese de licenciatura de Maria Dulce Almada Duarte, apresentada na Universidade de Coimbra, em 1958.

Expressão literária

Carlos Alberto Monteiro Leite[523] advogava ser "lícito reconhecer-se, por igual, como inatacável, ao escritor caboverdiano, o direito de se servir, nas suas criações, tanto do *português* como do *crioulo de Cabo Verde*, só ele devendo ser soberano na decisão de escolher uma ou outra língua, na medida em que por via dessa opção se sentir mais apto a traduzir, com fidelidade, o seu pensamento ou se julgar mais capaz de autenticar as suas obras" (1959, Fevereiro, p. 29). Resumia a problemática no eixo *legitimação – coerência – utilidade* do crioulo como língua literária:

> "Entendamo-nos: não se trata de decidir pela *adopção exclusiva* de uma língua com *repúdio absoluto* de outra. Concretamente: não é o caso de decidir pelo emprego unilateral do crioulo (como instrumento lícito na composição de obras literárias cabo-verdianas) e pelo consequente abandono *da língua portuguesa, do português da Europa.*
> […] Do que verdadeiramente se cuida é de tomar posição – atenta a nossa característica personalidade ou originalidade – no problema da *legitimação*, da *coerência* e das *vantagens* ou não, da utilização do nosso crioulo como língua literária.
> […] Permito-me a liberdade de uma convicção pessoal: creio lícito reconhecer-se por igual, como inatacável, ao escritor caboverdiano, o direito de se servir nas suas criações, tanto do *português* como do *crioulo de Cabo Verde*.
> […] Do *português* porque é não apenas a nossa *língua política*, dado que também é a nossa *língua mater*, a nossa língua base, com um radicado valor social nas nossas ilhas e um peso forte na nossa formação cultural que ninguém, senão dementemente, contestará. Mas, igualmente do *crioulo*, porque é, antes de mais, a nossa língua original. Viva, está, em todos os domínios, em progressivo aperfeiçoamento, em contínuo enriquecimento, dia a dia ganhando maiores possibilidades de comunicação." (*Ibidem*, pp. 29/30)

"Que trilhos linguísticos irão optar os poetas e contadores de história para uma perfeita coerência consigo próprios, que o mesmo é dizer com inteira consciência, penetrarem na mundividência insular?" – inquiria Manuel Ferreira (1967, p. 87). Encontramos possíveis respostas num fragmento de *A aventura crioula*:

> "É na adopção do crioulo como instrumento de recriação literária que as opiniões são mais contraditórias ou, antes, mais divergentes; ou melhor é aí que o problema ganha nova dimensão. […] Entendem uns dever o crioulo ser o veículo autêntico de uma expressão literária de raiz cabo-verdiana; outros, ao contrário, julgam essa expressão de raiz crioula possível apenas através da língua portuguesa, já caldeada e depurada pelos séculos e de posse de todos os recursos expressionais, o que de certo modo falece ao crioulo. […].
> É irreversível: o dialecto crioulo, de longe mostrando-se apto para uma expressão lírica de carácter popular, caminha hoje para a posse de recursos que lhe permitirão sondar mais fundo a complexidade da alma crioula. Eugénio Tavares, servido por toda uma tradição de

[523] A crónica "Sobre o crioulo, como língua literária" publicada no *Cabo Verde Boletim* é assinada por C. A. Segundo Arnaldo França trata-se Carlos Alberto Monteiro Leite, representante do Boletim em S. Vicente (com Nuno Miranda). (Carvalho, 2006, p. 37)

> canções populares (mornas) abriu caminho decisivo e não encontrou dificuldades para em termos literários traduzir as solicitações profundas do seu mundo pessoal, tão sintonizado com o sentimento colectivo.
> […] Anotemos também uma ou outra moderna experiência poética crioula de Teixeira de Sousa, Jorge Pedro, Gabriel Mariano, Mário Macedo Barbosa, Sérgio Frusoni (todos em *Claridade*), Jorge Miranda Alfama, Olavo Bilac e, em termos mais recuados, Belmiro Alfama, o Cónego Costa Teixeira, que fundou o *Almanach Luso-Africano*, e Pedro Cardoso. Na prosa refira-se ainda o caso actual de Sérgio Frusoni «que na Rádio Mindelense, há alguns anos, alcançou um verdadeiro sucesso com as suas crónicas semanais, cheias de pilhéria e de jocoso senso crítico».” (Ferreira, 1967, pp. 88/91)

Embora proibido no Liceu, os alunos … falam crioulo constantemente[524]

Amílcar Cabral elegeu a língua portuguesa como “a herança objectivamente positiva que nos legou o colonialismo” (Andrade & França, 1977, p. 18). No colóquio “Cultura e desenvolvimento” (2 a 9 de Outubro de 1976), Mário de Andrade e Arnaldo França identificaram “um óbice [que] de imediato se põe à sua utilização como a verdadeira língua veicular da aquisição e transmissão de conhecimentos, que é a circunstância de ser uma língua de recurso, com a agravante de ser contestada, quer pela necessidade de busca da identidade conferida pelas línguas autóctones quer pela sua imposição forçada por parte da autoridade colonizadora” (1977, p. 18).

No plano socioafectivo, o domínio da língua portuguesa – pela via do ensino – torna-se factor de homogeneização cultural e de valorização pessoal. Para Ana Isabel Madeira, “através da homogeneização linguística, a escola colonial procurou assegurar subordinação a um campo unificado e relações de poder articulatórias, formas de falar e de reproduzir, com «correcção» e «distinção», a norma culta do Estado colonizador” (2003, p. 31). No arquipélago, a homogeneização linguística (português) foi perturbada pela vitalidade da língua materna (o crioulo).

O imperialismo linguístico passou pela proibição do uso do crioulo na escola. Em 1920, o governador da colónia[525], tendo “na visita às escolas das diferentes ilhas dêste arquipélago notado, com grande desgôsto, que em algumas delas o ensino se faz ainda em *crioulo*, ou mixto de crioulo e português”, proibiu expressamente a comunicação em crioulo nas escolas e determinou que a inobservância desta ordem seria considerada desobediência e, como tal, punidos todos os professores que a

[524] “Embora proibido no Liceu, os alunos nem sempre acatam esta determinação e falam-no, constantemente, durante os recreios, fora do Liceu e em casa, salvo poucas excepções.” (Miranda, 1934, Junho 21)
[525] Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães (1919-1921).

infringissem" (Portaria 303, de 8/5/1920)[526]. Vinte e um anos mais tarde, João Miranda recordava a determinação do governador[527] (1941), necessária para "o maior escrúpulo e o necessário rigor nos exames de Instrução Primária". Entusiasta das medidas inibidoras da legitimação do crioulo, Miranda lamentava a política linguística de um governador[528] "que mandou publicar panfletos em crioulo e enviar para as escolas primárias, em defesa da árvore, devendo os professores ler a algaravia do dialecto nas aulas aos alunos" (1942, Setembro, 10):

> "Súplica da árvore ao viandante
> Tu que passas e ergues para mim o teu braço antes que me faças mal. Olha-me bem.
> Eu sou o calor do teu lar nas noites frias de Inverno, sou a sombra amiga que tu encontras quando caminhas sob o sol de Agosto e os meus frutos são a frescura apetitosa que te sacia a sede nos caminhos.
> Eu sou a trave amiga da tua casa, sou a táboa da tua mesa, a cama em que tu descansas e o lenho do teu berço.
> Eu sou o cabo da tua enxada, a porta da tua morada, a madeira do teu berço e o conchego do teu caixão.
> Sou o pão da bondade e a flor da beleza."
>
> "[Tradução em] dialecto de Santiago
> Pidido qui alve tá fâzê quem qui tá passa
> Bó qui sa ta tá passa e bu tá labânta bu braço pá mi, antes di bu bulim odja' m bem.
> Ê mi qui ê calor di bu funco na frieldade di noti di Fêbrêro, ê mi que é sombra amigo qui bu tâ átacha ó qui bu tá fazê jornada dibaixo di sol d' Agosto, e n'nha fruta ê frescura sábi qui tâ matá-bo sédi na caminho.
> E mi que ê cumêra di bu casa, ê mim que ê tágoa di bu mesa, câncâram que tá descança-bo e pó di bu nâbio.
> Ê mi qui ê cabo di bu inxada, porta di bu morada, pó di bu cama e tagoa di bu squife.
> E mi qui ê pon di sabura e frol di béléza
> Ê bô qui tá passa! Spiam drêto ê … cá bu fâze'm mal." (*Boletim Oficial*, de 27/4/1928)

À hegemonia formal da língua portuguesa no ensino – por estratégias de interdição e de transferência do crioulo para funções menores – correspondia a hegemonia afectiva e social do crioulo, nobilitado pela criação erudita. Apesar de ser "expressamente proibido falar crioulo dentro e fora do liceu" (art. 3º, Regulamento Interino do Liceu Central Infante D. Henrique, de 10/10/1931), Baltasar Lopes, na *Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano*, afirmava: "Todos nós que ensinamos português no liceu, verificamos que o crioulo já oferece hoje aos alunos imensas possibilidades expressionistas. Eu já ouvi à saída dos exercícios de Matemática e até de Filosofia os alunos a discutirem sobre o

[526] O programa interino da Escola Principal de instrução primária determinava: "na escola só é permitido falar portuguez, o dialecto creoulo é absolutamente proibido" (Circular 35, de 22/4)/1948).
[527] A determinação do governador foi citada em nota do Inspector Escolar, Manuel Bismark Bento Soares e acompanhava as instruções que serviam de guia aos presidentes dos júris dos exames de instrução primário do ano lectivo 1941-1942 (Miranda, 1942, Setembro 10). Pela data da determinação do governador, deduzimos tratar-se de José Diogo Ferreira Martins (1941-1943).
[528] Pela data da "Súplica da árvore ao viandante", publicada no *Boletim Oficial*, de 27/4/192, presumimos tratar-se do governador António Alvares Guedes Vaz (1927-1931).

exercício em crioulo" (Lessa & Ruffié, 1957, p. 137). Júlio Monteiro afirmava que "ouvira os alunos do liceu falarem em crioulo sobre a música dos cruzados" (Ferreira, 1967, p. 106). Marques de Oliveira, na crónica "Reacção do estudante cabo-verdiano a certos factores mesológicos – Perante a língua" traçou o quadro linguístico escolar:

> "Quando se compara a posição da criança caboverdiana com a do território metropolitano no problema da língua falada, ressalta imediatamente a desvantagem da primeira em relação à segunda, se atentarmos nos reflexos que o facto pode produzir na aprendizagem das primeiras letras.
> […] Com efeito, enquanto para o [estudante] de Portugal Continental a língua corrente, quer falada quer escrita, não constitui um problema, para o deste Arquipélago é precisamente a língua nacional o grande centro em torno do qual se dispõem os maiores entraves para a transmissão e aquisição de conhecimentos que a Escola lhe deve propinar. E é assim, porque, enquanto um aprendeu a falar a língua em que esses conhecimentos lhe são ministrados, o outro aprendeu a falar o crioulo, dialecto em que a instrução escolar lhe não é transmitida.
> […] Ao entrar na escola pela primeira vez, a criança caboverdiana ou fala exclusivamente o crioulo – a grande maioria, em especial no interior das ilhas – ou fala também o português, mas um português que é vencido constantemente pelo predomínio do crioulo, com todas as consequências que isso pode trazer no plano escolar. Num caso ou noutro, como facto que a mais elementar observação revela, é o crioulo que impera e é ele o instrumento de comunicação de ideias entre a massa estudantil que frequenta pela primeira vez a escola. Mas nas aulas o professor ensina em português, fala em português para crianças que não o falam ou falam mal. E se uma por outra entende parte do que o professor diz, a maioria ou compreende mal ou não compreende. Para atenuar essas dificuldades quantas vezes o professor, se é natural de Cabo Verde, não terá de se socorrer do crioulo para fazer entender a expressão primeiramente dita em português… Mas não é forçoso que o professor seja natural do Arquipélago. Pode ser da Metrópole e não entender uma palavra do crioulo. E então o problema poderá assumir o seguinte aspecto: um professor a ensinar o A B C a crianças que não percebem a sua língua nem ele também as percebe, sendo talvez forçado a servir-se de mímica para poder cumprir a sua função, o que redundará numa perda de tempo útil e num acréscimo da pesada tarefa que já é a missão do professor primário, nas primeiras classes. É uma situação que exigindo realmente a maior paciência e dedicação do mestre não exige menos esforço e atenção da criança." (1959, Julho)

Os paladinos da política linguística oficial, ao mesmo tempo que valorizavam os códigos linguísticos da administração, estigmatizaram o crioulo por contaminar, negativamente, a língua portuguesa. O professor João Miranda instava à "guerra sem tréguas contra o crioulo, dialecto anárquico de cada ilha":

> "Ora no interior da ilha de Santiago, onde mal se ouve uma frase em português oficial, o professor primário, ao que nos informam, podia palestrar todo o santo dia com os alunos e nada percebiam daquilo que o mestre lhes explicava. Se este não fosse natural da terra, era-lhe indispensável aprender o crioulo *badio*, para então adoptar esse dialecto, durante as aulas, por necessidade de se fazer compreender com os alunos, e não por gosto, como supomos e é racional.
> […] Aquelas poucas horas lectivas do português do mestre são consideradas uma gota perdida no meio do oceano da algaravia do crioulo, não só em casa, como pelas ruas.
> […] Além disso, coloca o pobre do mestre-escola a claudicar entre o estado que impõe o português e o povo que deseja o seu crioulinho…

> Unamo-nos todos nessa guerra sem tréguas contra o crioulo, dialecto anárquico de cada ilha o seu, não nos preocupando a qualidade de portugueses metropolitanos ou caboverdeanos, pois o Império da República Portuguesa só reconhece uma língua organizada, a portuguesa oficial. A empresa é difícil, mas possível, logo que a élite do meio e as pessoas ilustradas queiram deixar de preconceitos e bairrismo injustificado. Todos somos portugueses, embora espalhados por todos os cantos do globo, o que aliás atesta a nossa antiga e presente grandeza. A união pela língua será eterna." (Miranda, 1933, Agosto 19)

Falar uma língua é assumir uma cultura. Falar e escrever correctamente o português significava aceder a uma cultura erudita. Desta conjectura sobrevêm preocupações com o purismo da língua lusa. Na acepção de Remi Clignet, "the colonized is evaluated in terms of his distance from the colonizer's cultural model, he is tempted to speak the colonizer's language with more refinement than his «master» himself and to avoid any verbal pattern which would betray his own origin" (1971, p. 305). No artigo "Escrever bem" Jorge Barbosa declarava que "o gosto barroco parece ter sido transferido para os africanos, que, em certas condições, se apropriaram da língua portuguesa, e que no desejo de mais eficaz expressão e comunicação exageram os modos":

> "O defeito que a maioria da nossa gente tem de se embasbacar ante uma dessas prosas substanciais com que é costume deparar-se é um defeito que revela o nosso estado de atraso cultural e até da nossa educação, embalsamada de velharias e inúteis tradições…
> Vivemos com os olhos no passado, amando o ritual ainda orientador dos nossos hábitos e preconceitos" (1934, Agosto)

No liceu, espaço de aprendizagem dos cânones do funcionamento da língua portuguesa e de formação de uma franja seleccionada da população, encontramos preocupações com o insucesso escolar provocado pelo "uso e abuso do crioulo" (Moniz, 1964, Novembro 26). Os professores Olavo Moniz (primeiro texto) e João Miranda (segundo texto) analisam esta problemática:

> "No tocante ao sempre difícil problema da língua de todos nós, que V. Ex.ª escalpelou com rara clarividência sugiro que se ponha o maior escrúpulo na selecção dos professores de Português, em especial nos primeiros anos. A longa prática do magistério e o conhecimento de como as coisas, por vezes, se têm passado, habilitam-me a afirmar que a principal causa do fracasso de muitos alunos – para além do uso e abuso do crioulo – é a deficiente preparação com que saem dos primeiros anos, mas que é difícil, senão impossível, de eliminar subsequentemente.
> Está generalizado, entre aqueles que não estão a par do problema, o conceito altamente erróneo de que qualquer professor serve para o 1º ano. Puro engano!" (*Idem, ibidem*)

> "Da directriz traçada, modernamente, em o nosso liceu, quanto ao ensino da língua materna, é de esperar óptimos e profícuos resultados. O Dr. Godinho é um poço de conhecimentos. O Dr. Gonçalves com a sua prolongada permanência no continente e estudando, está em condições de desempenhar com proficiência, como já demonstrou.

> Desejo exprimir a minha admiração pelas diplomadas professoras liceais que romperam o preconceito que até agora estava impedindo que o gentil sexo exercesse a sua actividade liceal nas nossas colónias.
> As três doutoradas em Letras, Germânicas, Dra. Inês Machado e Românicas, Maria de Sousa e Idália Nunes, além de altamente cultas, têm uma dedicação extrema pelo desenvolvimento dos seus alunos, amando verdadeiramente a sua arte.
> No caso sujeito, ensino da língua materna – vou procurar dar uma simples amostra da directriz traçada pelas respectivas e ilustres diplomadas liceais." (1940, Dezembro 25)

Imperialismo sui generis

A difusão hegemónica da língua do colonizador atendia a uma espécie de *altruísmo egoísta*. Antoine Léon explica: "elle est censée servir, à la fois, les intérêts du colonisé et ceux du colonisateur" (1991, p. 58). Para o colonizado, era uma oportunidade de mobilidade social, para o colonizador significava poder e aculturação. Nesta perspectiva, João Miranda, paladino do "pan-lusitanismo", defendia que o crioulo deveria ser condenado como "crime de lesa evolução":

> "Para a generalização do pensamento imperial, para a unidade da cultura, para o pan-lusitanismo e verdadeira nacionalização, parece-me se deveria aconselhar que se procurasse expandir o uso da nossa língua, utilizando se preciso for os meios coercivos nos edifícios públicos e em actos oficiais se proibisse o emprego do crioulo.
> Se «o crioulo deve ser condenado como crime de lesa oficial», deve-o ser também como crime de lesa evolução, por conduzir os alunos à indolência e preguiça mental do mínimo esforço." (Miranda, 1942, Setembro 10)

Em conformidade com o Decreto 39.807, de 7/9/1954, "as preocupações dominantes do ensino desta disciplina hão-de ser as de fundamentar solidamente uma cultura e de arraigar no espírito e no coração dos alunos sentimentos elevados de civismo e de amor à Pátria". Justificam-se assim dois objectivos: "educar o aluno na inteligência e no uso corrente da linguagem e desenvolver a recta formação da sua personalidade de homem e de português". Os conteúdos e os exercícios propostos na disciplina de Português constituíam estratégias de aculturação, numa dupla visão: *nacionalista* e *instrumental-pragmática*. Um dos seus objectivos era "fazer compreender ao aluno que o sentimento da grandeza da Pátria estava íntima e indissociavelmente ligado à nossa tradição colonial" (Decreto-Lei 27.085, de 14/10/1936).

A imposição de uma língua sobre outra é um acto de ascendência cultural, que Baltasar Lopes designou *"uma espécie de imperialismo sui generis*". Na crónica "Uma experiência nos trópicos", afirma que "a língua de um povo, que se expande, quando circunstâncias históricas e sociais consentem a sobrevida dessa força, mesmo desajustada do suporte político, apresenta grande capacidade de resistência às vicissitudes inerentes ou

consequentes à expansão e radica-se tenazmente nos territórios conquistados, mesmo que ela se tenha visto forçada a reduzir-se às suas últimas linhas de resistência" (1947, Setembro, p. 6). A articulação entre a língua e o poder, " tanto na sua génese como nos seus usos sociais, […] cria as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial, obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais" (Bourdieu, 1998, p. 25). Em Cabo Verde, o desiderato de um "mercado linguístico unificado" não foi atingido, dada a vitalidade da língua materna "que torna impossível a sua «erradicação»":

> "Parece-me que o crioulo cabo-verdiano, como os crioulos em geral, procede de uma fase bilingue, a que se teria seguindo, a breve prazo, uma outra em que o africano haveria já assimilado uma estrutura gramatical simplificada do português. Desta base simplificada inicial é que temos de partir, suponho eu, para podermos compreender como é que o crioulo de Cabo Verde apresenta uma vitalidade que torna impossível a sua «erradicação» como meio de fala comum, e até uma vitalidade literária incontestável a contrastar com a «magreza» da sua estrutura morfológica." (Silva, 1984 [1956], pp. 41/42)

Para Frantz Fanon "parler, c'est exister absolument pour l'autre, […] c'est être à même d'employer une certaine syntaxe, posséder une morphologie de telle ou telle langue, mais c'est surtout assumer une culture, supporter le poids d'une civilisation" (1971 [1952], p. 13). A influência da civilização dominante, ou mais especificamente, "da língua matriz europeia não se põe nos mesmos termos para todas as áreas ultramarinas". Segundo Baltasar Lopes, no caso de Cabo Verde, "a influência europeia continua actuante", embora se possa descortinar "a concorrência de um outro prestígio, o brasileiro, o que não é de admirar se aderirmos à ideia da existência de uma consciência transnacional dentro do «bloco de sentimento e cultura» que os territórios de cunho português representam" (1947, Setembro, pp. 8/9). Para se compreender o influxo do português sobre o "dialecto" de Cabo Verde

> "Convém esclarecer que o seu principal veículo não é o natural da Metrópole, mas, sim, o natural das ilhas. Por virtude das circunstâncias que não vêm a pêlo examinar aqui, o arquipélago conta com uma massa considerável de filhos seus que escrevem e falam o português; mas, por outro lado, mesmo os ilustrados empregam o crioulo apar com o português. Não é de estranhar, por isso, que, ou por virtude de hábitos decorrentes do uso do português, ou por razões determinadas por uma premeditação aristocratizante, o crioulo seja por eles nobilitado com pronúncias ou com formas, crioulas, sim, mas contaminadas pelo português, e que o comum do povo vai adquirindo." (*Idem*, p. 9)

As permeabilidades mútuas consentidas – o (re)fluir do português para o crioulo e *vice-versa* – aconteceram (e acontecem) dada a "democracia social reinante em Cabo Verde [que] possibilita o contacto permanente entre o instruído e o povo iletrado; há ainda

a acrescer, como força de comunhão e de contemporização, a chamada «mobilidade vertical», a qual dá um acentuado carácter de fluidez à posição de cada indivíduo ou família na escala das hierarquias sociais" (Lopes, 1947, Setembro, p. 9). Esta fluidez social instrumentaliza o uso sincrónico das duas línguas, em função dos domínios conquistados e das cargas valorativas envolventes.

Síntese de culturas

Apropriando-se da escatologia luso-tropical – cujos ensaios no arquipélago (teoria freyriana) foram mal recebidos pela intelectualidade crioula[529] – Manuel Ferreira elege Cabo Verde como o "exemplo mais perfeito da cultura luso-tropical" e o caboverdiano, "um excelente difusor da cultura nacional". Na crónica "Temas caboverdianos" traça a génese do crioulo, "uma genuína manifestação de independência nacional":

> "Com o rodar dos anos, e dos séculos, o dialecto crioulo fora-se enraizando de tal modo na alma do cabo-verdiano, que terminou por se integrar na estrutura social e cultural do novo habitante. Melhor: o dialecto crioulo formara-se simultaneamente com o mestiço de Cabo Verde. Ou seja: quando o mestiço surgiu nas ilhas, a língua que ele começou a balbuciar no berço não deveria já ter sido nem afro-negra nem europeia – mas simplesmente uma terceira: o dialecto.
> Já o dissemos: a língua portuguesa corre o arquipélago inteiro. «Arrastadamente, através de reminiscências, e sem hesitações, raro é o cabo-verdiano, como o testemunha também o Professor Orlando Ribeiro em relação á ilha do Fogo, que não entenda e não se expresse suficientemente na nossa língua»." (1960, Setembro)

Forjou-se uma síntese de "elementos introduzidos pelos portugueses [que] foram incorporados na paisagem moral do arquipélago […] e elementos levados pelos afro-negros [que] foram assimilados pelo branco europeu, tornando-se comum aos dois grupos étnicos" (Mariano, 1959, p. 27). Para a intelectualidade cabo-verdiana e portuguesa ("assimilada" à cultura crioula), com a convivência linguística "só ganhará a língua portuguesa que assim irá adquirindo tantas fisionomias quantas as parcelas do mundo luso-tropical". Manuel Ferreira, símbolo da intelectualidade portuguesa "assimilada", num "comentário em torno do bilinguismo" sublinha:

> "O caminho que estão pisando os melhores prosadores de Cabo Verde afigura-se-nos o mais indicado. Vem a ser o exprimirem-se eles num português não inteiramente puro, tal como qualquer metropolitano cioso e ortodoxo o entenderia, mas sim enriquecido pelo vocabulário local, nele colhendo avidamente a seiva de árvore tão viçosa.

[529] Consultar I Parte, 1.2. "A redescoberta da própria terra".

> Pois se há designações típicas no dialecto, e se elas não são contrárias ao génio da língua, o escritor cabo-verdiano exprimindo-se em português terá na riqueza vocabular mestiça, o colorido, a beleza, a propriedade necessária para recriar um mundo que não é de modo algum o mundo do continente." (1959, Março, p. 7)

O título do presente sub-capítulo "Questão linguística: imperialismo ou síntese de culturas?" cria a ilusão de uma resposta. Ao perscrutarmos o mundo da linguagem, no Cabo Verde colonial, tocámos ao-de-leve em questões fundamentais para a mundividência crioula: códigos diferenciados (de língua e de conduta), (re)fluxos centro-periferia, identidades reprimidas(dimidas), ambivalência da língua-mãe (a portuguesa e a crioula), dialecto proibido, língua de ensino, língua falada pelos alunos, recriação literária, repugnância e nobilitação… Evidentemente, não temos resposta para a questão inicial.

Fechamos (não concluímos) recorrendo, de novo a Manuel Ferreira: "Tirem a língua portuguesa ao cabo-verdiano e ele continuará ele próprio, sem mutilação profunda, podendo realizar-se perfeitamente na vida comum. Arranquem, porém, o dialecto ao homem de Cabo Verde «jamais seria possível» e ele perderá muito de si. Sofrerá amputação grave" (1960, Setembro).

2.3. A imprensa académica e juvenil[530]

A imprensa académica é um ponto de confluência de múltiplos modos de pensar o ensino e a educação (políticos, professores e alunos), um "lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação colectiva […] [dado que] a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polémicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações com os poderes públicos ou nos editoriais de abertura" (Nóvoa, 1993, p. XXXII).

Alma Nova (1933)[531]

Os alunos do Liceu Infante D. Henrique[532] conseguiram "proporcionar aos alunos uma folha onde pudessem apresentar as suas composições literárias e, outrossim trazer à discussão alguns assuntos de interesse para a classe académica e para o Liceu" (1933, Abril 13).



ALMA NOVA

QUINZENÁRIO DO LICEU INFANTE D. HENRIQUE

Director: Augusto Melo

Augusto Vera Cruz

Apresentando-se

Uma Conferência

Colaboração

Incitamento

Figura 93 – *Primeiro número do jornal Alma Nova, Liceu infante D. Henrique, 1933*

[530] Estamos conscientes da imprecisão da designação *imprensa académica e juvenil*, pois os jornais e revistas analisados nem sempre se reportam à produção académica e condensam ensaios literários de jovens estudantes.
As características técnicas dos jornais e revistas são apresentadas na "Caracterização da imprensa periódica" (anexo 1) e nas "Fichas de apresentação da imprensa periódica" (anexo 2).

[531] Consultar ficha nº 15, anexo 2.

[532] Conforme informação do primeiro número, era dirigido por "alunos pertencentes todos à mesma classe e turma" (1933b, Março 30). Atendendo às assinaturas dos artigos, eram alunos da quinta classe.

As matérias lidas referem-se à vida académica do liceu e ao meio envolvente[533]. As aspirações dos estudantes de transformarem o jornal num "órgão literário" (Vitória, 1933, Abril 28) foram frustradas, pois apenas publicou três composições de alunos[534] (5,9% em relação ao total). Como jornal académico privilegiou a informação sobre a vida estudantil [actividades culturais, 20%, indisciplina, 20,0%; felicitações por aniversários, 20,0%; alunos pobres (associação e caixa escolares), 13,3%; Falcões, 13,3 % e anúncios de pensões para estudantes, 13,3%)]. As matérias sobre a organização pedagógica repartiam-se em artigos sobre o tempo escolar (50%), os resultados da avaliação da aprendizagem (25%), a manutenção da disciplina (12,5%) e as matrículas (12,5%).

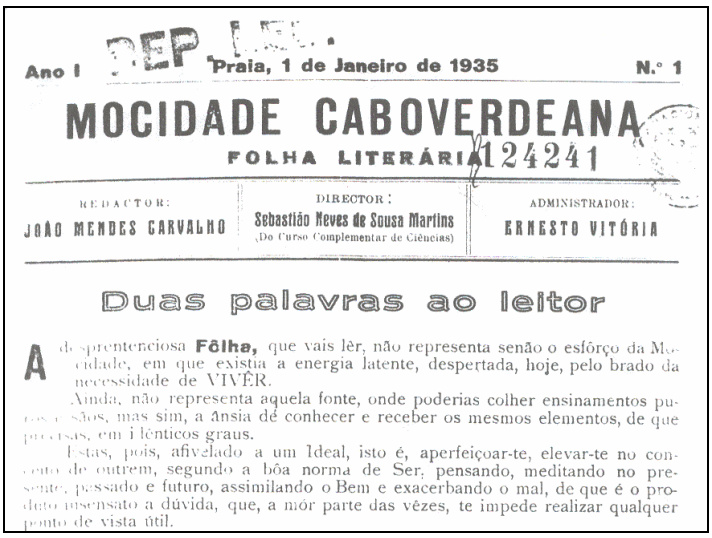
O aluno António Leça captou o quotidiano no liceu, onde até "é proibido andar parado":

> "Alegres, resmungando uma deliciosa morna, às vezes apreciando um locky, com uma bengalinha à última moda, entramos no edifício do Liceu onde sabemos que nos espera o pxiu do contínuo que, em nome da lei, nos dá a fenomenal notícia de que tudo é proibido. Nas horas de intervalo assentamo-nos num lugar muito à parte - longe das meninas - assobiando o "Alto Camarada" ou coisa idêntica; mas lá também está o perturbador pxiu do contínuo a encomodar-nos: é proibido assobiar. Cançados de tanto andar, resolvemos estacionar no meio do pátio com os olhos voltados para o norte e quando menos esperamos dois dedinhos estão às nossas costas pedindo-nos por amor de Deus – que nos retiremos porque «é proibido andar parado»." (1933, Abril 27)

Mocidade Caboverdeana (1935)[535]

Com a *folha literária*, dirigida por um estudante do curso complementar dos liceus, os jovens pretendiam vencer "a grande apatia literária do nosso meio, e, quiçá, a inércia evidente que manieta a vontade dos novos, no sentido de agir, progredir e criar!" (Carvalho, 1935, Janeiro). O autor destas palavras e redactor do jornal, João Mendes de Carvalho escreveu no *Alma Nova* (era "quintanista" do Liceu Infante D. Henrique). De igual modo, Ernesto Vitória (administrador), enquanto aluno, colaborou no *quinzenário do Liceu Infante D. Henrique*. Arriscamos deduzir que estes jovens realizaram na *Mocidade Caboverdeana* o sonho de um jornal literário, frustrado no *Alma Nova*.

[533] Notícias de pessoas ilustres da cidade, de obras (projecto de uma avenida marginal), anedotas e visitas às ilhas da Boavista e de Santo Antão.
[534] Duas poesias de Vale de Araújo (1933, Abril 13) e de Lume (1933, Abril 27) e um texto em prosa de António Leça (1933, Dezembro 7).
[535] Consultar ficha nº 19, anexo 2.



Ano I Praia, 1 de Janeiro de 1935 N.º 1

MOCIDADE CABOVERDEANA

FOLHA LITERÁRIA

REDACTOR: JOÃO MENDES CARVALHO

DIRECTOR: Sebastião Neves de Sousa Martins (Do Curso Complementar de Ciências)

ADMINISTRADOR: ERNESTO VITÓRIA

Duas palavras ao leitor

A despretenciosa **Fôlha,** que vais lêr, não representa senão o esfôrço da Mocidade, em que existia a energia latente, despertada, hoje, pelo brado da necessidade de VIVÊR.

Ainda, não representa aquela fonte, onde poderias colher ensinamentos puros e sãos, mas sim, a ânsia de conhecer e receber os mesmos elementos, de que precisas, em idênticos graus.

Estas, pois, afivelado a um Ideal, isto é, aperfeiçoar-te, elevar-te no conceito de outrem, segundo a bôa norma de Ser, pensando, meditando no presente, passado e futuro, assimilando o Bem e exacerbando o mal, de que é o produto insensato a dúvida, que, a mór parte das vêzes, te impede realizar qualquer ponto de vista útil.

Figura 94 – *Primeiro número da Mocidade Caboverdeana, 1935*

Integralmente escrito em português cuidado, no estilo de José Lopes a quem dedicam o segundo número (1935, Fevereiro 1), o jornal é preenchida com artigos de opinião (55,6%), uma notícia (3,7%), ensaios literários[536] (37,0%) e uma carta[537] (3,7%). Na crónica "Morna" ousa-se declarar: "Paz à tua alma, Beethoven, grande génio orfeónico; mas infeliz, em parte, te considero – porque desconheceste êsse mavioso cantar, que no dizer do excelente vate José Lopes: Traduz a languidez da nossa raça, o encanto/desse vago sonhar que também dá vertigem" (Rodrigues, 1935, Janeiro). Os textos dos alunos José Joaquim Silva (primeiro) e João Luís Monteiro (segundo) dão-nos uma visão da apatia cultural que grassava no arquipélago:

> "A nova geração caboverdeana, com a excepção de uma minoria que exteriormente labuta, tem-se conservado no seu cómodo sono de languidez.
> […] Os meus votos são para que toda a juventude caboverdeana, deixando, sem recordações, o passado ignominioso e ferrugento, se lance na missão nobre e honrosa de perfilhar e prosseguir a ideia do levantamento do nível intelectual, iniciado hoje, pela «Mocidade Caboverdeana», não se esquecendo, porém, que a originalidade é a vida; a imitação, a morte; o nosso talento, a nossa vocação." (1935, Janeiro 1)

> "Diz-se que em Cabo Verde, quanto à Instrução e Civilização caminha na vanguarda do Império Colonial Português.
> Não é discutível o facto de termos homens ilustres que hoje são proeminentes nos diversos ramos de actividades que vai por esse mundo além. Mas, a par dessa minoria, não vejo nos novos senão vaidade. Degenerados pelo abuso do Vício, estamos absolutamente incapazes de uma forte reacção intelectual. Os livros figuram nas estantes, como simples adornos.

[536] Contou com a colaboração de duas poetisas, Auzenda Carvalho e Judith. João Nobre de Oliveira informa que, em 1927 um grupo de mulheres lançou na Praia a revista *Hespérides*. Interroga-se: "Terão as duas colaboradoras da *Mocidade Caboverdiana* ligações àquele grupo?" (Oliveira, 1998, p. 463).
[537] Com o título "Pontos nos ii…", transcreve uma carta de Juvenal Cabral (pai de Amílcar Cabral) endereçado a Costa Guimarães" (1935, Março 1).

> A Biblioteca vai-se para se ver nos jornais uma ou outra notícia sobre política ou uma figura bonita que vêm nas páginas de Ilustração." (1935, Março 1)

Boletim dos Falcões de Cabo Verde (1936)[538]

O *Boletim* dos Falcões Portugueses de Cabo Verde[539] não é um jornal académico *stricto sensu*. A publicação de "carácter científico e literário" visava os filiados na associação, uma população mais abrangente do que o meio estudantil[540]. Porém, a temática versada privilegia a formação cívica dos jovens estudantes de Mindelo, o que justifica a sua inclusão no presente sub-capítulo.



BOLETIM DOS FALCÕES DE CABO VERDE

PUBLICAÇÃO DE CARACTER CIENTIFICO E LITERÁRIO

N.º 1 – ANO I ORGÃO INTERNO JANEIRO 1936

IMPRESSO NA SOCIEDADE DE TIPOGRAFIA E PUBLICIDADE Lda. — PROPRIEDADE E DIR. DOS FALCÕES DE S. VICENTE

CIVISMO

I

Os problemas de C. Verde

por X

Cabo Verde necessita encarar de frente o problema da sua Agricultura.

Precisa resolver com senso prático o problema do aproveitamento das suas águas e terrenos.

É também vital para a Colónia o problema do Pôrto Grande de S. Vicente e dos portos das outras Ilhas.

O problema das estradas não é de menor importancia.

Merecem igual cuidado os da sua navegação, do seu comércio, do seu regime do trabalho e das suas possibilidades industriais.

Não é menos interessante e digno de atenção o problema da sua defesa.

Igualmente se impõem o do seu ensino tecnico e profissional, da sua assistência, do seu sistema hospitalar, etc, etc.

Mas a resolução de todos

AO ALVORECER

por Augusto Miranda

A juventude do Mindelo está, de facto, assenhoreando-se do seu formoso papel de cidadãos de amanhã, através da dificiente visão do século actual. Em várias manifestações de actividade o notamos, à evidência. Mas, na sua compreensão do valor mental, moral e físico do já notável organismo da Associação dos Falcões S. Vicente, criada pela inteligência, pelo espírito de persistência e pela abnegação do seu ilustre comandante, sr. Júlio de Oliveira, é que se salienta, mais distintamente, essa brilhante atitude.

Encetar-se, hoje, a publicação do simpático Boletim dos bravos Falcões. Merece o aplauso e o incitamento de todos os novos de alma, dos eternos novos do progresso e da valorização da raça lusitana.

O seu exemplo é digno de louvor. A sua obra contribuirá para se alcançar o triunfo do prestigio de Cabo Verde.

O seu orgão será o luzeiro que há-de iluminar a sua senda. Os caminhantes deverão ser corajosos, perseverantes, ansiosos de melhores dias, de mais nobres destinos, para honra sua e renome do seu torrão natal.

Os Sokols, sua historia e seu fim

Afim de facilitar a todos os Falcões conhecimentos muito necessários, embora rudimentares, sobre os Sokolos da Europa, transcrevemos com a devida vénia o pequeno livro dos "Sokol Tchecoslovaco", publicado em Praga, no ano de 1932.

A todos os membros recomendamos que arquivem cuidadosamente os folhetos até terminar o dito livro.

Os principios de educação física — a ginástica, na Tchecoslováquia datam de tempos longiquos, segundo provam preciosos documentos dos séculos XIV e XV. Contudo se examinarmos com atenção o que era a ginastica d'antanho, os fins que procurava e sobretudo o numero bastante restrito de pessoas que a praticavam, constatamos que não era uma cultura física consciente, tal como hoje se pratica e compreende.

Figura 95 – *Primeiro número do Boletim dos Falcões de Cabo Verde, 1936*

Com uma linguagem ousada (apesar de visado pela censura), os Falcões proclamaram-se paladinos da liberdade: "liberdade e vida confundem-se e complementam-se" (X, 1936, Fevereiro). A carência de "educação cívica" foi o problema eleito pelos Falcões:

> "Mas a resolução de todos estes problemas será estéril e romântica enquanto não se iniciar o ataque ao problema que está na raiz de todos os outros, que é o problema gérmen de todos êles, e que, uma vêz resolvido, fará com que os outros comecem a florir e a dar fruto, como plantas cuja semente se seleccionou e cujo terreno foi previamente escolhido, arejado e adubado. Referimo-nos ao problema da Educação Cívica.
> […] Ora, um cidadão, no sentido moderno, científico e útil da palavra, não nasce feito, nem é deshonroso ou humilhante para ninguém desconhecer o que isso seja antes que lho ensinem." (X, 1936b, Janeiro)

[538] Consultar ficha nº 20, anexo 1I.
[539] Consultar III Parte, 1.2. "Os Falcões Portugueses de Cabo Verde".
[540] *Idem.*

A frequência dos temas "consciência social e liberdade" justifica a conjectura de João Nobre de Oliveira que considera não ser "difícil detectar aqui uma das correntes que conduzirá à *Certeza*" (1998, p. 468).

Juventude (1936)[541]

O reitor do Liceu Infante D. Henrique, Jaime Joaquim Simões escrevia no relatório de actividades "Jornal académico: - Fundou-se um, sob os auspícios da Caixa Escolar e com o nome de *Juventude"* (relativo ao ano 1936/37, s/d). Dirigido por um aluno do 5º ano deu continuidade aos objectivos do *Alma Nova* (o mesmo director, Augusto Melo[542]) e do *Boletim dos Falcões de Cabo Verde* (o administrador Ildo Feijó foi colaborador do *Boletim*).


Juventude

Augusto Macedo de Melo.

1.º de Dezembro

POR QUE VIEMOS

PELO LICEU...

Figura 96 – *Primeiro número da folha literária Juventude, 1936*

A *folha literária bi-mensal fundada pelos quintanistas de 1936-37, a favor da Caixa Escolar do Liceu Infante D. Henrique*, pugnou pela reorganização da Associação Escolar:

> "A Associação é de grande alcance, sob diversos aspectos.
> Vejamos quais os seus projectos.
> Proporcionar aos sócios meios de adquirir alguma «cultura geral».
> Neste sentido iniciou-se a organização de uma biblioteca própria.
> Promover palestras de interesse geral, com as efectuadas pelos alunos da sexta classe, Henrique Teixeira de Sousa e G. de Medina, respectivamente, nas noites de 31 d'Outubro e 14 de Novembro. À última seguiu-se uma sessão cinematográfica proporcionada à assistência pelo aluno da 4ª classe, Lourenço Mascarenhas.
> […] Apresentar-se-ão, pela primeira vez em público, o Orfeon e a Tuna Académica." (Melo, 1936, Dezembro 1).

[541] Consultar a ficha nº 21, anexo 2.
[542] No editorial "Porque viemos", Augusto Melo recorda a sua intervenção passada num jornal académico: "Três anos são passados desde que abandonei o Liceu para enfrentar as dificuldades que a vida, ao tempo, me apresentava, tendo deixado aos meus briosos colegas do então periódico escolar *Alma Nova*. Este, infelizmente, não pôde fugir à regra que rege tudo quanto se inicia em Cabo Verde e «tombou para nunca mais se erguer»" (1936, Dezembro 1).

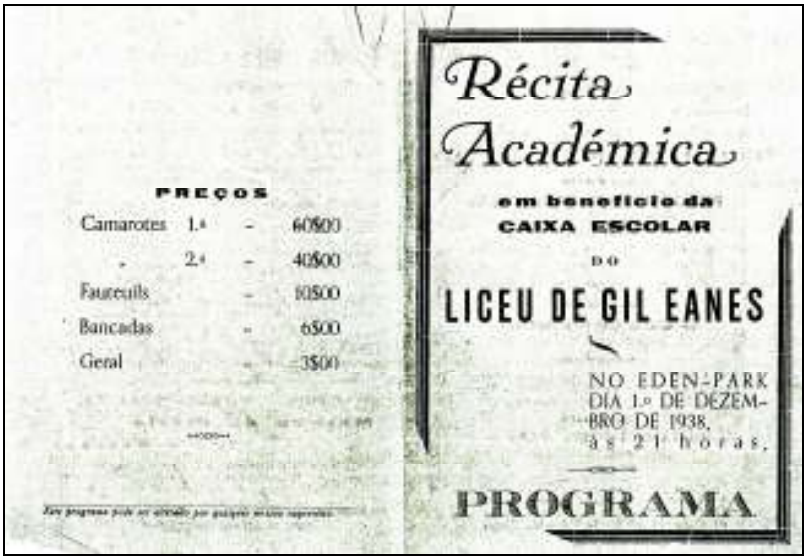


Figura 97 – *Programa de récita académica em benefício da Caixa Escolar do Liceu*
Arquivo do Liceu Ludgero Lima.

Em conformidade com a anunciada vocação de os alunos adquirirem "uma cultura geral" (Melo, 1936, Dezembro 1) deu espaço considerável a ensaios literários[543]. A problemática da língua cabo-verdiana foi analisada por Teixeira de Sousa e Carlos Barbosa Amado. Na crónica "O triunfo de uma raça" Barbosa Amado lamenta o desconhecimento da "história idiomática e etnográfica" cabo-verdiana:

> "Poucos se dedicaram ao estudo de tão importante problema de ordem social [história idiomática e etnográfica] e, se restam hoje alguns fragmentos que o tempo nos legou, são, por via de regra, lidos com desamor e por fim arremessados para uma gaveta escusa. Posto que muitos dos detractores entendem que o estudo do crioulo é um passo meramente retroactivo, muitos intelectos o acham plausível, pois que salvo melhor juízo não é mais de que o português deturpado.
> A psicologia que varia de ilha para ilha, os preconceitos, a acentuada diferença dialectal e até de crenças, explicam nitidamente a falta de um estudo criterioso e especulativo." (1935, Dezembro 1)

Como os jornais anteriores teve vida efémera. Para o autor de *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)* "com a morte da *Juventude* terminou o último período de intensa actividade jornalística do sistema colonial" (Oliveira, 1998, p. 484).

[543] Poesias e um estudo etnográfico ("Curcuti—desafio", do aluno Henrique Teixeira de Sousa). (1935, Dezembro 15)

Certeza (1944)[544]

Um dos jovens fundadores da revista, Arnaldo França, reviveu os seus tempos de estudante liceal, nos anos quarenta[545]. Falou-nos do convívio com os colegas, alunos do 6º e 7º anos, que se reuniam, semanalmente, em casa uns dos outros (com muita frequência na de D. Maria Amélia, mãe de Nuno Miranda) e apresentavam trabalhos literários e científicos. Constituíram-se em agremiação literária, a Academia Cultivar, cujo acesso passava pela aprovação de um trabalho académico[546]. Recordou os colegas da Academia Cultivar: Nuno Miranda, Tomaz Martins, Mário Lima, Filinto Menezes, Eduíno Brito e Guilherme Rocheteau... Lembrou, ainda, a influência intelectual de Henrique Teixeira de Sousa, estudante de Medicina em Lisboa e de Manuel Ferreira[547], furriel miliciano do Corpo Expedicionário, que ocupou a cidade de Mindelo, no ano de 1941[548].

> "Como mais velho e mais experiente, Manuel Ferreira, tendo já conhecido os ergástulos da PIDE, na cidade do Porto, falava-lhes da luta política clandestina desenvolvida em Portugal contra o fascismo. A prisão do Tarrafal já existia e estava cheia de presos políticos. Sobretudo, Manuel Ferreira iniciava-os nos segredos do Neo-Realismo. É o próprio Guilherme Rocheteau quem lhe faz justiça e o diz, na sua intervenção, aquando do lançamento em Lisboa, há meses, do livro de Euclides Meneses "Toti Cadabra": "*Foi o Manuel Ferreira que nos proporcionou o fascínio do neo-realismo e, a partir dele, nos ajudou na formação da Cultura que buscávamos, levando muitos de nós ao entendimento e correcta interpretação das grandes questões que dividiam a Humanidade, num mundo já empenhado na mais terrível de todas as guerras."* Para eles descobrir "Presença", pela mão de Manuel Ferreira foi um alumbramento!" (Ferreira, 1991, Setembro 30).

Um grupo de estudantes da Academia Cultivar criou, em 1944, a *Certeza, Fôlha da Academia*. Eduíno Silva Brito dirigia a revista, editada por Joaquim Ribeiro e "a redacção foi assumida, colegialmente, por Nuno Miranda, José Spencer, Arnaldo França, Silvestre

---

[544] Consultar ficha nº 23, anexo 2.
[545] Arnaldo França concedeu-nos uma entrevista no dia 1 de Julho de 2008.
[546] Segundo Brito-Semedo, o estudante Amílcar Cabral "chegou a solicitar a sua entrada para a Academia Cultivar, tendo feito a apresentação de um conto, mas foi preterido" (2006a, p. 328).
[547] Escreveu na *Certeza* com o pseudónimo Luís Pinto.
[548] Francisco Lopes da Silva explica: "Em 23 de Maio de 1941 (Cf. «The finest hour", por Martin Gilbert, Londres – 1984) foi expedida uma ordem a duas brigadas de fuzileiros navais da Real Marinha Inglesa para estarem preparados para um ataque a «uma região de clima tropical». Só podia ser o arquipélago de Cabo Verde. Agora, o plano para a invasão das ilhas tinha o nome de "Sheapnei», e Sir Winston Churchill teimava em o mandar executar, tanto mais que, por outro lado, receava que os Alemães se adiantassem. Os submarinos nazis já operavam afoitamente nas nossas águas, afundando centenas de milhar de toneladas com preciosa carga para o esforço de guerra inglês. Frequentemente chegavam baleeiras ao Porto Grande, cheias de tripulações torpedeadas. […] Essa guarnição militar [Corpo Expedicionário] destinava-se, nesse início de 1941, como é óbvio, - e por estranho que pareça - , a opor resistência, embora simbólica que fosse a um eventual desembarque inglês, que, porém, nunca chegaria a verificar-se, dados os novos rumos que a 2ª Guerra Mundial tomou, com a entrada dos Estados Unidos no conflito, em 7 de Dezembro de 1941. […] O capitão J. L. Sands, cônsul de Sua Majestade Britânica em S. Vicente, informava o seu Governo, em 30 de Abril de 1941, da chegada de 1.000 homens, expedicionários portugueses, à cidade de Mindelo, número que foi aumentado até Maio de 1942, para perfazer então, um total de cerca de 6.000 soldados. Distribuídos pelas várias ilhas, nomeadamente, Sal, Santiago e Santo Antão, o grosso das colunas, todavia, ficou em S. Vicente, que formigava de magalas" (1991, Setembro 30).

Faria, Guilherme Rocheteau, Filinto Meneses e Tomaz Martins." Com excepção de Ribeiro, eram todos alunos dos dois últimos anos do Liceu (Oliveira, 1998, p. 494). O reitor do liceu, Luiz Terry teve um importante papel como dinamizador do grupo e financiador da revista[549] (*ibidem*, p. 499).


Certeza

Fôlha da Academia

ILHAS

Dez Mais Dez...
É o mar a namorar-lhes as praias
que não são
San Sebastian, Carlton ou Palm-Beach.
Tantas
quantos
os dedos compridos das mãos.
Dez ilhas. Dez...
De praias lambidas pelo sol sensual.
Dez ilhas...
Dez mandamentos..
Atentas vigias no mar...

MANO MIRANDA

1

S. Vicente de Cabo Verde, 1944

Figura 98 – *Capa do primeiro número da Certeza, 1944*

A revista académica e literária desafiou o poder político pela ousadia das mensagens ao "amigo caboverdeano, camarada jovem dos bancos do Liceu": "É essa mesma vida que nós queremos. Tu desejas um futuro brilhante para a tua terra, sem as inclemências do presente. É nesse mesmo futuro que nós confiamos" (França, 1944, Março).

António Nunes[550] enviou para o segundo número da revista "o primeiro poema neo-realista de temática cabo-verdiana, ali recebido com alvoroço" (Ferreira, 1967, p. 189):

[549] Arnaldo França explicou-nos que o apoio financeiro se traduzia em conselhos para uma boa gestão das receitas (obtidas com os bailes), que deveriam ser entregues ao Sr. Monteiro, da secretaria do liceu (Entrevista, 1/7/2008).
[550] António Nunes, por essa altura em Lisboa, convivia com Teixeira de Sousa, Manuel da Fonseca e era companheiro dos então jovens e promissores escritores Francisco Tenreiro, Carlos Alberto Lança, Armando Ventura Ferreira e outros, como Cardigos, tecendo sonhos e esperanças de poetas, pelo *Chiado* e *Paladium*" (Ferreira, 1967, p. 189).

"Poema de amanhã
Mamai!
sonho que um dia,
em vez dos campos sem nada,
do êxodo das gentes nos anos de estiagem
deixando terras, deixando enxadas, deixando tudo,
das casas de pedra solta fumegando do alto,
dos meninos espantalhos atirando fundas,
das lágrimas vertidas por aquêles que partem
e dos sonhos, aflorando, quando um barco passa,
dos gritos e maldições, dos ócios e vinganças,
dos braços musculados que se quedam inertes,
dos que estendem as mãos,
dos que olham sem esperança o dia que há-de vir,

Mamai!
sonho que um dia,
estas leiras de terra que se estendem,
quer sejam Mato Engenho, Dàcabalaio ou Santana,
filhos do nosso esforço, frutos do nosso suor,
serão nossas.
E então,
o barulho das máquinas cortando,
águas correndo por levada enormes,
plantas a apontar,
trapiches pilando,
cheiro de melaço estonteando, quente,
novas seivas brotando da terra dura e sêca,
vivificando os sonhos, vivificando as ânsias, vivificando a Vida!..."
(1944, Junho)

Os jovens da *Certeza* rejeitaram a estafada «tragicidade» e a perseguição do destino. Nuno Miranda proclamava que "ao lado do conhecimento e resolução dos problemas de carácter local, queremos colocar os de sentido universal: os primeiros trazem para nós, caboverdeanos, condições de vida melhor; os segundos são os que se resolvem para benefício das grandes massas, de todas as latitudes" (1944, Junho). Em entrevista ao *Diário* Popular (transcrita no *Boletim Documental e de Cultura*), Arnaldo França afirma que "a força e a autenticidade deste movimento foi tal que «agarrou», de uns moços de liceu, *parnasianos aguados* e junqueiristas e fez-lhe ver que na sua própria terra já havia um movimento que não permitia que se pudesse continuar sem ser através dele", concluindo "e acabámos por ser todos *claridosos*"[551].

Henrique Teixeira de Sousa, no artigo "Da Claridade à Certeza", sublinha a atenção inovadora à juventude das ilhas, que "não ficou de braços cruzados olhando para o mar":

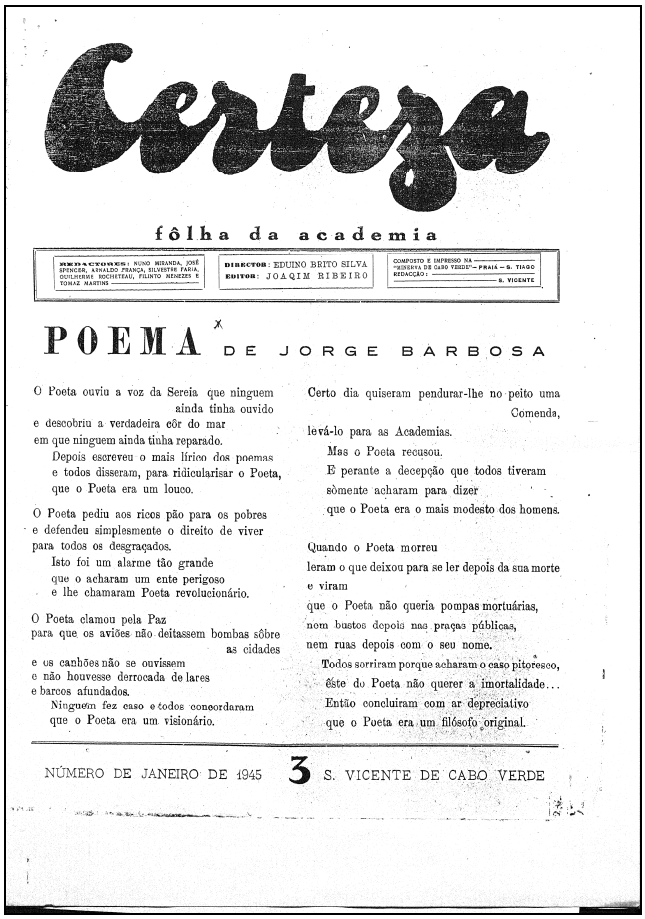
[551] Os jovens da *Certeza* colaboraram na *Claridade*, a partir do quarto número. Nuno Mirando foi editor da *Revista de Arte e Letras* (4º ao 7º número). Os dois últimos números foram editados por Joaquim Tolentino.

> "Tenho entre mãos o primeiro número da jóvem «Certeza». Como jovem que sou cheio dos mesmos anseios, dos mesmos votos por uma humanidade melhor, mais feliz e equilibrada, não podia deixar de vibrar sinceramente de entusiasmo com o propósito tam sério dos meus camaradas "que ficaram" mas não de braços cruzados olhando para o mar. Li os poemas, os contos, os artigos, os instantâneos e confesso, tudo foi uma revelação.
> E então convenci-me de que na realidade há em toda a parte um «front» e há sobretudo uma luta que não é de desespero, inconsequente, inglória mas heróica, serena e optimista. Nós o saberemos levar, temos a vida à nossa frente. Se soubermos fazer da vida um sonho e do sonho uma realidade, teremos sabido viver.
> «Certeza» promete sem dúvida. Ou não fôsse ela uma certeza já que em Cabo Verde, a juventude também tem problemas e pode agitá-los, querendo." (1944, Junho)

O propósito da *Fôlha da Academia*, "contar a vida tal qual é e não mistificar a realidade por mais brutal que seja"[552], transfigurou o acto da escrita. O literato tinha a missão de "escreve[r] a vida simples destes homens simples, escreve[r] a tranquila epopeia dos dias sempre iguais e diversos […], a literatura deixará de ser um prazer de intelectuais para nas nossas mãos combater pelo ideal eterno do dia de Amanhã". (França, 1944, Junho). Arnaldo França confidenciou-nos[553] que "a *Certeza* não fora, de início, interditada pela censura, pelo facto de ter aceite a publicação de um poema da filha de Mota Carmo[554], administrador do concelho S. Vicente e censor. A modernidade e a ousadia da *fôlha da academia* explicam a difícil sobrevivência, que não chegou a editar o terceiro número:

> "«Certeza» falou, falou e pediu que as moscas fôssem enxotadas porque queria dormir apenas o tempo preciso para se levantar cedo e poder assim visitar os seus leitores que com alguma ansiedade a esperam na Metrópole, na Guiné, nas ilhas, aqui.
> […] Ao contrário do que se esperava, o Sr. Director da Imprensa achou muita graça às pirronices das môscas.
> Isso, porque entendeu-se que «Certeza» passava para além do âmbito duma revista literária, lutando pela elevação da imprensa da terra caboverdeana.
> Isso, porque é velho costume o convencionalismo, mesmo onde não há pessoalismo.
> Isso, porque o Sr. Director acha-se no direito de controlar um órgão que peca por não falar dos anos do «distintíssimo Sr. X», ou das «delivrances» da Mme. «Z».
> […] E como os rapazes da «Certeza» não querem cartas de empenho, cartas de recomendação, cartas de sabujice, os rapazes que querem «Certeza» à moda do seu pensamento tiveram de renunciar a servirem-se da imprensa local.
> Colocaram-nos num dilema:
> Ou «Certeza» reconhece o contrôlo da Imprensa de S. Vicente ou esta fecha os seus prelos.
> Por isso, «Certeza» tardou muito em aparecer. Por isso, «Certeza» só agora aparece. Mas não estava a dormir: meditava na melhor maneira de vencer os atritos.
> Tanto que saiu desta vez."[555] (1944, Junho)

[552] Arnaldo França propôs que "Todos os poetas, todos os romancistas, todos os artistas escutem este apêlo de Romain Roland. Sim. Contar a vida tal qual ela é. Não mistificar a realidade, por mais brutal que ela seja" (1944, Março).
[553] Entrevista, 1/7/2008.
[554] Maria Guilhermina, autora do poema "Um dia" (1944, Junho).
[555] O nº 2 da Certeza foi composto e impresso na Tipografia "Minerva de Cabo Verde", Praia.



Certeza

fôlha da academia

DIRECTOR: EDUINO BRITO SILVA
EDITOR: JOAQIM RIBEIRO

COMPOSTO E IMPRESSO NA «MINERVA DE CABO VERDE» — PRAIA — S. TIAGO
REDACÇÃO: — S. VICENTE

POEMA DE JORGE BARBOSA

O Poeta ouviu a voz da Sereia que ninguem
ainda tinha ouvido
e descobriu a verdadeira côr do mar
em que ninguem ainda tinha reparado.
Depois escreveu o mais lírico dos poemas
e todos disseram, para ridicularisar o Poeta,
que o Poeta era um louco.

O Poeta pediu aos ricos pão para os pobres
e defendeu simplesmente o direito de viver
para todos os desgraçados.
Isto foi um alarme tão grande
que o acharam um ente perigoso
e lhe chamaram Poeta revolucionário.

O Poeta clamou pela Paz
para que os aviões não deitassem bombas sôbre
as cidades
e os canhões não se ouvissem
e não houvesse derrocada de lares
e barcos afundados.
Ninguém fez caso e todos concordaram
que o Poeta era um visionário.

Certo dia quiseram pendurar-lhe no peito uma
Comenda,
levá-lo para as Academias.
Mas o Poeta recusou.
E perante a decepção que todos tiveram
sòmente acharam para dizer
que o Poeta era o mais modesto dos homens.

Quando o Poeta morreu
leram o que deixou para se ler depois da sua morte
e viram
que o Poeta não queria pompas mortuárias,
nem bustos depois nas praças públicas,
nem ruas depois com o seu nome.
Todos sorriram porque acharam o caso pitoresco,
êste do Poeta não querer a imortalidade...
Então concluiram com ar depreciativo
que o Poeta era um filósofo original.

NÚMERO DE JANEIRO DE 1945 3 S. VICENTE DE CABO VERDE

Figura 99 – *Capa do terceiro número da Certeza, proibido pela censura, 1945*

A dimensão social está presente nos conteúdos (poesia e ensaios) e na estética (neo-realista). Como disse Nobre de Oliveira, com "o radicalismo e as «certezas» próprias de quem é jovem, não admira que a censura não deixasse a revista continuar" (1998, 499).

Mocidade (1955-1957)[556]

Sendo um "órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa" não se enquadrou na produção pedagógica e informativa dos liceus. A inclusão neste sub-capítulo da tese justifica-se pela sua ligação a um Centro Escolar e as relações privilegiadas com os liceus (Secção Liceal do Liceu Gil Eanes, Praia e Liceu Gil Eanes, Mindelo).

[556] Consultar a ficha nº 25, anexo 2.



Figura 100 – *Jornal Mocidade, órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa, 1956*[557]

Grande parte das matérias publicadas na *Mocidade* integra-se na retórica laudatória do Estado Novo (o jornal contava com a colaboração da agência noticiosa "Lusitânia"[558]). Predominam as referências a figuras ilustres da história lusitana (Mouzinho de Albuquerque, D. João de Castro, António Oliveira Salazar, entre outros), os princípios da "geração de Salazar" e os deveres do "bom graduado". O início do desmembramento do império, com a desanexação de Goa, Damão e Diu, foi objecto de veementes manifestações de indignação. Citamos o editorial "Assassinos!" que dava conhecimento dos "novos actos de terrorismo, praticados por bandoleiros da União Indiana" (1956, Maio 6).

A escassa produção literária é de natureza apologética (a título exemplificativo, "A Pátria honrai, porque a Pátria vos contempla", da autoria de um antigo Comandante de Castelo, 1956, Janeiro 15). O jornal deu relevo ao desporto (futebol, voleibol, ping-pong e criquete) e à cultura física. Acompanhou a criação da Secção do Liceu na capital da província, tendo noticiado o início das "aulas de ginástica, sob a proficiente direcção do senhor capitão Guimarães da Costa" (1956, Março 25). Em contraste com o tom oficioso das notícias e crónicas, o nono

[557] O cabeçalho da *Mocidade* mudou, a partir do nono número. O projecto foi da autoria do colaborador do jornal, Luís de Melo (1956, Fevereiro 26).

[558] A agência noticiosa "Lusitânia" foi fundada, em 1944, por Luís Caldeira Lupi, correspondente em Portugal da *Associated Press* e da *Reuter*. Funcionou como uma Secção da Sociedade de Propaganda de Portugal e privilegiava a troca de informações com as colónias, numa perspectiva de exaltação do Estado Novo. Segundo Sónia Marisa Pereira da Silva, "para a ilha do Funchal e colónias portuguesas no Ultramar, a transmissão do serviço informativo da agência era assegurado pela Marconi. Ao abrigo de um acordo celebrado com a *Transportadora Aérea Portuguesa*, a *Lusitânia* enviava ainda para as colónias ultramarinas um serviço informativo mais completo, que chegava aos jornais já pronto a publicar" (http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html [Data de acesso: 6/3/2008]).

número do jornal publicou um texto intimista de Dante Mariano, sobre o liceu de Mindelo:

> "Vejo-te, Pracinha, colorida pelos vestidos multicolores das moças do Liceu e pelas gravatas americanas que os estudantes levavam no fim de cada período… No tempo de chuva havia barcos de papel nas tuas poças de água navegando impelidos pela brisa suave que vinha do mar… Vejo-te nas tardes de verão com meninos saltando corda e jogando à malha… Vejo-te, Pracinha, tal qual tu eras… Nas noites de luar com grupos de estudantes tocando violão, bandolim, violino e cavaquinho, cantando mornas e as últimas canções ouvidas pela Rádio, enquanto que nos bancos mais escondidos pares de namorados, embalados pela música dolente e embriagadora faziam juntos promessas de amor à luz vadia, no altar do firmamento…
> […] Mas hoje, Pracinha, como estás mudada! Pareces cantiga que já saiu de moda! Os anos fora passando levando cada um pedaço do teu encanto. Hoje estás triste e vazia como a tua terra nos fins de semana. Falta-te qualquer coisa que o tempo não te quer dar…" (1956, Março 11)

A Mocidade Portuguesa constitui a temática central: o quotidiano das Alas e dos Centros Escolares, a formação dos filiados (cursos de Chefes de Quina), congressos e conferências, os princípios, ideais e símbolos da organização. Sob o título "Revigorando o estilo", o jornal explica a saudação romana:

> "A nossa saudação é a dos antigos romanos.
> Um gesto largo, franco, sem reservas, inspirador de confiança e amizade.
> BRAÇO AO ALTO! A mão estendida a indicar o caminho, não a si, egoisticamente, mas que os outros o sigam também. MÃO ABERTA que não teme a luta, porque dia a dia pratica a Verdade de que dá testemunho.
> BRAÇO AO ALTO: - Saudação de Paz. Antítese do MURRO FECHADO, promessa de Ódio e da Violência. " (1956, Novembro 24)

Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes (1959)[559]

O registo das actividades dos alunos do liceu, tradição interrompido com a publicação do último número da *Certeza*, foi retomado no primeiro (e único) *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, da iniciativa de estudantes que integravam o "Grupo cultural do 3º ciclo"[560], liderado por Abílio Monteiro Duarte. Apesar de se apresentar como órgão do "Centro nº 1 da Ala nº 2 da M.P.", o *Boletim* não regista uma única referência à Mocidade Portuguesa. Abílio Duarte, ao referir-se às actividades do grupo, revelou: "Fizemos tudo isso com dinheiro da Mocidade

[559] Consultar a ficha nº 26, anexo 2.
[560] O Grupo Cultural do 3º Ciclo era integrado por Abílio Monteiro Duarte, Felisberto Lopes Vieira, Joaquim Pedro Silva, Francisco St'Aubyn, Silvino da Luz, Humberto Bettencourt dos Santos, Rolando Vera-Cruz Martins, Amiro Faria, Jorge Miranda Alfama, Olívio Melício Pires, Júlio de Carvalho e Luís Monteiro da Fonseca. (Brito-Semedo, 2006a, p. 351).

Portuguesa", confidenciando "Se Baltasar[561] sabia? … Ele, no fundo desconfiava, mas, como era algo que lhe dava alguma satisfação, lá nos ia deixando fazer a nossa vida" (Lopes, 2004 [1996], p. 59).



Boletim dos alunos do Liceu Gil Eanes

DEPOSITO LEGAL 228742

Centro n.º 1 da Ala n.º 2 da M. P.

N.º 1

MARÇO DE 1959
S. VICENTE
CABO VERDE

Este boletim destina-se a ser o registo das actividades dos alunos do Liceu Gil Eanes (centro da M. P.), em continuação de uma tradição interrompida com a publicação do último número de CERTEZA.

Contamos dar-lhe a regularidade de publicação (pensamos em números mensais) que caiba dentro das nossas possibilidades.

Esperamos, pois, o apoio de todos os nossos colegas, para que o Boletim seja aquilo que podemos e devemos fazer.

Figura 101 – *O primeiro e único número do Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes, 1959*

Abílio Duarte frequentou o liceu de Mindelo, em 1959, "com o objectivo de prosseguir os seus estudos liceais e, ao mesmo tempo, criar os primeiros núcleos independentistas em Cabo Verde". Para isso, matriculara-se num conjunto de disciplinas do terceiro ciclo, a pensar em Belas Artes. Entretanto, surge nesse meio tempo a ideia do grupo cultural. Pedida a autorização ao reitor, Baltasar Lopes da Silva, o projecto começou a marchar" (Lopes, 2004 [1996], pp. 58-59). Guilherme Chantre, em "carta aberta ao grupo do 3º ciclo" (publicada no jornal *Notícias de Cabo Verde*), manifestou o seu entusiasmo pela iniciativa dos estudantes:

> "Depois destes instantes de devaneio que as vossas palestras me suscitaram, não mais deixei de considerar deveras sério e fecundante o trabalho a que ides dedicar-vos e de ponderar o seu reflexo na futura sociedade caboverdeana.
> […] Se vos empenhardes a fundo, os frutos serão bem salutares para a futura sociedade caboverdeana. De liceu sairão ondas de rapazes e raparigas bem apetrechadas para a vida. Nascerá entre nós uma juventude com outros interesses, outras aspirações, outros padrões de valores, outros projectos bem diferentes do namôro e do bailarico a que como sistema, cedo, muitos se entregam. Então virá uma juventude que não pretenda o diploma simplesmente para se arrumar na vida, mas que também possa compartilhar dos prazeres específicos que a cultura proporciona.
> […] Agora vejo que é também oportuna a vossa iniciativa. Na verdade, todos os povos consideram hoje problema nº 1 o da elevação cultural das massas. Os mais evoluídos tornam obrigatório o ensino secundário. Vão assim de encontro à necessidade colectiva de fruir ao lado dos bens materiais os bens espirituais. Não longe virá o dia em que a

[561] Baltasar Lopes da Silva, reitor do liceu.

segregação racial cederá o passo à segregação do analfabeto, ainda que rico de metal sonante." (1959, Janeiro 29; sublinhado nosso)



Figura 102 – *O grupo cultural do terceiro ciclo e Baltasar Lopes*
Lopes, 2004, p. 84. [562]

Manuel Ferreira, quando recebeu o *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, considerou "digna de admiração a autenticidade revelada, […] que nos coloca em frente de uma quarta geração, a geração dos ultra-novíssimos, pois devem todos eles ser rapazes com menos de vinte anos e quem sabe se alguns com dezasseis e dezassete anos" (1959, Dezembro, p. 15). Onésimo Silveira, "moço-poeta, [que] depois de ter frequentado o Liceu, por alguns anos, tomado pela febre da evasão de quase todos os caboverdianos partiu para S. Tomé" (Ferreira, 1959, Dezembro, p. 16), publicou o poema "Praia de bote":

"Há viagens longínquas que não passam de desejos…
Sonhos de ventura que duram o cativeiro do nascente ao poente
Angústias e arrependimentos
E uma febre crescente de evasão…

Há prantos de homens e mulheres sem pão
E que escondem a sua nudez com o manto escuro da noite…

Homens que morrem devorados pelas ondas
Mulheres que se vendem nas areias pecaminosas da praia
E gritos arrepiantes de crianças famintas…

Mas só o mar ouve… só o mar compreende e sente
Porque os nossos homens, mulheres e crianças que não têm pão
São filhos da noite – são filhos do mar." (Silveira, 1959, Março)

[562] Na fotografia vêem-se, entre outros, Baltasar Lopes da Silva, Abílio Duarte e Corsino Fortes (Lopes, 2004, p. 84).

A nota de novidade neste jornal – segundo Manuel Ferreira – "é dada pelos quatro linóleos que publica" (1959, Dezembro, p. 16): *A* velha figura popular de *Fanha* e *Bar de Salina* (grogue, mornas e cá fora o pesadelo da estiagem), de Abílio Duarte; *O menino do coqueiro*, de Amílcar Duarte; e *Oli leite* (crioula apregoando o leite pelas ruas de Mindelo: *Olha aqui o leite!)*, composição de Aristides Hugo.



Figura 103 – *Fanha, desenho e linóleo de Abílio Duarte*
Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes, p. 3.



Figura 104 – *Bar da Salina, desenho e linóleo de Abílio Duarte*
Ibidem, p. 5.



Figura 105 – *O menino e o coqueiro, desenho e linóleo de Amílcar Duarte*
Ibidem, p. 7.



Figura 106 – *Oli leite, desenho e linóleo de Aristides Hugo*
Ibidem, p. 9.

A única página, que regista as actividades estudantis, ilustra o liceu - centro cultural da cidade (excertos do noticiário do liceu)[563]:

> "20/12/1958
> Palestra de Vladimiro Koenig sobre «Ciências Humanas». Audição da «Ave Maria» de Schubert, acompanhada de um comentário e biografia feita pelo professor sr. Alves dos Reis. Esta sessão foi radiofundida pela «Rádio Barlavento» em 21/12.
> 10/1/1959
> Audição do «Primeiro Concerto para Piano» de Tchaicovsky. Comentários por Jorge Barros, aluno do sétimo ano de Letras. Palestra sobre os poemas de Onésimo Silveira, proferida por Rolando Martins. Leitura de dois desses poemas por Abílio Duarte. Jorge Alfama leu uma nota da Direcção sobre questões disciplinares.
> 14/1/1959
> Mesa Redonda sobre Estilística da Língua Portuguesa, dirigida pelo sr. reitor.
> […] 31/1/1959
> Palestra de Felisberto Vieira sobre «Menina e Moça» de Bernardim Ribeiro e de Rolando Martins sobre Goethe. Leitura do primeiro acto de «Prometeu» deste autor, por Amiro de Faria, que também, como nos anteriores, fez a apresentação desta sessão." (1959b, Março).

Dando continuidade à fatídica tradição dos jovens intelectuais, que "publicam um, dois, meia dúzia de poemas, escrevem um conto, fazem duas conferências, recebem os aplausos de simpatia e parecem dar-se por satisfeitos e cumprida a missão: emudecem para sempre, vivendo da pequenina auréola que criaram" (Ferreira, 1959, Dezembro, p. 16), não passou do primeiro número (10 páginas). Paradoxalmente, o intitulado *Boletim* do Centro nº 1 da Ala nº 2 da M. P: constituiu-se num efémero repositório cultural dos "ultra novíssimos", forjado nos subterrâneos da acção clandestina pela independência da colónia[564]. "Servindo-se de um veículo de propaganda e de politização do regime, pretende-se dar combate ao próprio regime! Pois, ao assumirem a herança da *Certeza* os jovens (e alguns já não eram tão jovens assim) que se agrupam à volta deste boletim só podiam ser críticos em relação ao regime de então" (Oliveira, 1998, p. 549).

Alvorada Técnica (1963)[565]

A Escola Industrial e Comercial de Mindelo publicou a *Alvorada Técnica* (Abril e Maio de 1963). O editorial de abertura anunciava: "O nosso boletim será, *in limine*, um órgão mensal de informação e divulgação, uma forja de caracteres e

[563] Este assunto é desenvolvido no sub-capítulo seguinte.
[564] Alguns dos colaboradores foram figuras destacadas na luta de libertação pela independência nacional. Destacamos Abílio Duarte, um dos fundadores do PAIGC.
[565] Consultar a ficha 28, anexo 2.

de moldagem de vocações", aspirando a que "o jornal de alunos e para alunos, - por doutrina, - pode e deve, todavia, transcender o círculo escolar, para se projectar dentro de toda a comunidade cabo-verdiana" (Silva, 1963,b Abril).


ALVORADA TÉCNICA

Escola Industrial e Comercial do Mindelo

ANO I — Número 1 — Abril de 1963 — MENSÁRIO

Boletim de Actividades da Escola Industrial e Comercial do Mindelo

Figura 107 – *Boletim de Actividades da Escola Industrial e Comercial de Mindelo*

A maioria dos artigos foi escrita por alunos (60,9%). Apesar de ter revelado o poeta Armando de Jesus Lima Jr[566], a produção literária foi reduzida (5,3%), prevalecendo as notícias (47,4%) e as crónicas (21,1%). Deu natural realce à problemática do ensino técnico:

> "A maior parte das pessoas em Cabo-Verde, ainda não se apercebeu da importância do ensino técnico no mundo. Não é de admirar, porque o ensino técnico, ao entrar em Cabo-Verde, enfrentou sérios problemas que levaram a maioria das pessoas que habitavam no arquipélago a julgarem-no como ensino de pouca importância. Se Cabo-Verde possuísse fábricas, onde a comparência de operários e técnicos especializados fosse coisa indispensável, essas pessoas haviam de ver qual é a sua importância.
> Os países essencialmente industriais possuem escolas e institutos técnicos em grande número. Está mais que provado que os técnicos especializados contribuem para a continuação do progresso, factor de primordial importância.
> Que aconteceria se todos os técnicos abandonassem as fábricas?
> […] Os cursos técnicos dão aos que os têm uma vida folgada em qualquer sítio. Os técnicos são hoje em dia tão bem pagos, que chegam ao ponto de verdadeiras fortunas." (Serra, 1963, Abril).

O jornal da Escola Industrial e Comercial revelou preocupações sociais em artigos, destinados à mulher, escritos por alunas (Sequeira, 1963, Abril; Santos, 1963, Maio). A afirmação (ainda actual) "queixam-se todos os educadores de que a Família anda divorciada da Escola" inicia uma reflexão de Francisco Lopes da Silva sobre esta problemática (1963, Abril).

[566] A. Lima Júnior é autor do poema "Confissão" (1963, Abril).

Mais Além…. (1965-1967)[567]

Sob a égide do Centro Escolar nº 1, Ala nº 1 da Mocidade Portuguesa, foi o primeiro jornal do Liceu Nacional Adriano Moreira. O redactor António Sérgio[568] prenunciava: "É preciso não deixar o *Mais Além*… morrer, e, para que assim seja, há uma solução: a colaboração dos professores e dos alunos e a boa compreensão do público" (1966, Abril). De facto teve uma vida mais longa do que os outros jornais académicos (sete números, em dois anos).

Apresenta uma estrutura uniforme: o "Editorial" (na generalidade dedicado à Mocidade Portuguesa)[569]; "Um poeta por mês" (Fernando Pessoa, Sebastião da Gama, Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Antoine de Saint Exupéry)[570], "As nossas actividades" (desportivas e culturais), "Dos nossos colaboradores" (poemas, crónicas, entrevistas e diários de alunos), "Em prol do gosto dos leitores" (excertos de obras clássicas[571]) e "Passatempo" (palavras cruzadas, anedotas e máximas).



MAIS ALÉM...

nota de abertura

Figura 108 – *Primeiro número do Mais Além…, 1965/66*

[567] Consultar a ficha 29, anexo 2.
[568] O artigo é assinado por A.S:. Presumimos tratar-se do redactor, António Sérgio.
[569] À excepção do nº 3 ("Despedida", que faz o balanço do ano lectivo que finda), do nº 5 ("Chegada de um natal pobre") e nº 7 ("Mais uma despedida" com referência aos finalistas").
[570] Apenas o jornal nº 6, de Abril de 1967, omite esta página.
[571] "A batalha na ponte" in *Joana d'Arc,* de Jeannette Covert Nolou; "Até à Lua" in "Os primeiros homens na Lua", de Wernher von Brown (à venda na Secção da Papelaria da Cantina do Liceu).

Predominam os textos apologéticos do regime político, notando-se uma preocupação com os valores e os signos da Mocidade Portuguesa. Citamos, a título exemplificativo, "A propósito da saudação":

> "Eu não podia deixar de aproveitar esta oportunidade que se me apresenta para vos dizer duas palavras sobre algo que se tem verificado no nosso Centro. É um assunto sobre o qual já foram feitas muitas observações no sentido de o fazer compreender por todos os que pertencem à M.P. … é a Saudação.
> É do conhecimento geral de todos os Filiados que ela é o cumprimento usual entre nós, e destina-se a reforçar os laços de Camaradagem que devem reinar entre todos aqueles que se prezam de envergar o uniforme da M.P.
> Porque é que no nosso Centro não se nota isso? Porque é que um Filiado passa por um Dirigente ou por um Graduado e não o saúda?" (Sequeira, 1965/66).

Na opinião de João Nobre de Oliveira, o jornal dos alunos do Liceu Adriano Moreira " conseguiu aliar à sua função propagandística uma certa qualidade literária e jornalística" (1998, p. 580). Os textos dos alunos revelam facetas do quotidiano do liceu e da cidade:

> "Depois da missa, reunimo-nos, conforme fora superiormente determinado, na Praceta do Liceu, donde partimos depois das nove horas.
> O Jeep em que eu ia foi o último dos três carros a pôr-se em movimento, mas nem por isso deixou de ser o primeiro a chegar [a Praia-Abaixo]! Jeep é Jeep e continua a convencer tudo e todos que é «cá pinton» (gente grande), no dizer picaresco do nosso bom povo.
> […] Cantámos todo o curto trajecto de trinta e cinco minutos, tendo o «Abram Alas» merecido a primazia de entre tudo o que nos poderia fornecer o nosso vasto repertório.
> […] Jogamos a princípio «volley», depois futebol. Este era um exercício muito esgotante, porquanto não havia ordem, nem equipas e cada qual procurava fintar «meio mundo» e ter a bola só para si.
> Ao almoço toda a gente confraternizou e houve troca de «menu».
> […] Seguidamente, tivemos o prazer de ouvir as «melodiosas canções» do trio «Bondade, Maldade, Ignorância», constituído por Zinha Pernalta, Gina e Josefa." (Garcia, 1966, Abril)

> "Cá vou vivendo [na Praia] e conhecendo-a cada vez melhor.
> Não deve ser uma linda cidade comparada com muitas do além mar que possuem avenidas maravilhosas, casas que tocam os céus, a que hoje chamam arranha-céus, ruas cheias de automóveis elegantes aonde pessoas andam «chiques».
> Não existe nada disso na minha Praia. Nela encontramos contrastes de toda a ordem. É o senhor encasacado que passa ao pé dum mendigo esburacado e que lhe deita um tostão sem sequer reparar nele, ou então o pedreiro que passa junto do Sr. engenheiro e que com respeito lhe tira o chapéu…" (Silva, 1966, Abril)

Estudos Psicopedagógicos (1966-1967)

Albano Cordeiro Estrela, reitor do Liceu Adriano Moreira, organizou e dirigiu uma revista pedagógica com periodicidade trimestral. Foram editados quatro números[572] da revista, que tinha "como finalidade principal motivar o diálogo (nos planos pedagógico e psicológico) entre os professores do Ensino Secundário do Ultramar e da Metrópole" considerando que "Cabo Verde, pela sua situação geográfica e cultural, tinha condições para centro desse intercâmbio" (Estrela, 1966, Maio). A colaboração de professores cabo-verdianos circunscreveu-se a Gilda Barbosa[573].


da educação

As modificações na educação não resolverão, por si só, os nossos problemas, mas, sem essas modificações, nem sequer nos aperceberemos da natureza dos problemas.

Snow, As Duas Culturas.

do professor

Raymond Wheeler, grande educador americano, esclarece: «O professor é um técnico em engenharia humana, visto ser ele o principal responsável pela formação da inteligência e personalidade de seus alunos. O conhecimento superficial da engenharia mecânica pode acarretar a construção defeituosa de uma ponte, cujo colapso poderá ocasionar prejuízos materiais e a perda de vidas humanas. O conhecimento superficial do médico, por parte de quem o exerce, poderá causar a morte a inúmeros pacientes que nele confiam. Jamais poderemos saber até que ponto a ignorância da psicologia e da pedagogia na direcção da infância é responsável por oportunidades perdidas, ambições frustradas, esforços abandonados, casos de crime e delinquência, défices mentais específicos e personalidades desintegradas».

Mário Soeiro Maior, *transcrito pela «Labor», número de Março de 1962.*

Publicação Trimestral — 10$00

Figura 109 – *Contracapa da revista Estudos Psicopedagógicos, Maio de 1966*

[572] Tivémos acesso apenas ao primeiro número (Biblioteca Nacional de Lisboa).

[573] Os colaboradores da revista, à excepção de Émile Planchard (professor da Faculdade de Leras da Universidade de Coimbra), João Infante (director da Escola de Educação Física do Porto) e Mário Gonçalves Viana (Instituto Nacional de Educação Física), são professores do ensino liceal. Na sua maioria exercem docência no Liceu D. Manuel II: Maria Manuela Braga, Adalberto França, Abílio Fonseca, Maria Antónia Braga, Camilo Fins do Lago e Manuel Torre. Participam ainda Maria Helena Sampaio (Liceu Diogo Cão) e Gilda Barbosa (Liceu Adriano Moreira), bem como o director da revista. (Nóvoa, 1993, pp. 428/429)

O semanário *O Arquipélago* noticiou a saída do primeiro número da revista pedagógica:

> "Em publicação do Liceu Adriano Moreira recebemos o n.º 1 de «Estudos Psicopedagógicos», revista dirigida pelo reitor Dr. Albano Cordeiro Estrela.
> […] Além da introdução em que se justifica o aparecimento da revista, o sumário inclui as seguintes rubricas: Contribuição da História Local para o Ensino da História no Liceu por Albano Estrela, Crítica dos Métodos Áudio-Visuais – vantagens e desvantagens por Maria Manuela Braga, as Bibliotecas dos Liceus e as Bibliotecas de Turma por Albano Estrela, A Expansão do Atletismo por João Infante,Do Diálogo, Antologia Pedagógica e Reclusões Críticas.
> À nova revista que se apresenta com muito bom aspecto gráfico, desejamos longa vida e que a sua finalidade seja coroada de pleno êxito." (1966, Junho 16)

António Nóvoa considera que a revista se destaca "pela qualidade dos seus artigos, bem como pela preocupação de introduzir uma abordagem inovadora e científica das questões educativas" (1993, p. 428). Albano Estrela introduziu uma importante inovação no campo da produção do conhecimento histórico escolar, com o recurso ao "método activo (método que se poderá basear no estudo documental, no aproveitamento da História Local, etc)":

> "Parece-me imprescindível um certo número de considerações (preliminares) a propósito do emprego da História Local.
> A História Local oferece ao professor oportunidades interessantes de emprego dum método activo que leve os alunos à «redescoberta». As suas possibilidades neste campo são inesgotáveis e com aplicação em qualquer nível de ensino.
> Acentuo: se considerarmos como método activo um conjunto de processos originadores duma actividade interior essencialmente criadora, seremos levados a concluir que, no campo da História, a História Local oferece o mais vasto e rico filão de materiais possibilitadores de emprego dum autêntico método activo." (1966, Maio, pp. 8/9)

A modernidade educativa passou pela revista, daí "a importância concedida aos métodos activos e aos meios audiovisuais, nomeadamente na sua articulação com os aspectos artísticos e estéticos: a arte e a educação física, a linguagem cinematográfica, a função educativa dos trabalhos manuais ou o desenho livre e a criança, são alguns dos assuntos analisados nos *Estudos Psicopedagógicos* (o nº 2 é consagrado à «Arte e Educação Física»)" (Nóvoa, 1993, p. 429).

As revistas do Liceu Adriano Moreira – *Mais Além…* e *Estudos Psicopedagógicos* – fecharam o ciclo da *imprensa académica e juvenil* na época colonial. Em 1970, "um punhado de jovens, mais propriamente, os jovens estudantes do Liceu Adriano Moreira, futuros poetas, futuros escritores, futuros médicos, cientistas em embrião, futuros homens e mulheres, como aqueles que já o «são» e que já se afirmaram"

declararam no jornal *O Arquipélago*: "Jovens, o nosso dia chegou para mostrarmos o que desejamos ser, com ímpeto e com a força da nossa juventude empolgante. Esta coluna é nossa, foi-nos amavelmente cedida e agora pertence-nos. Quereis escrever? Ela está em branco à nossa espera. Tendes ideias? Alguma inspiração? Lançai-as sobre o papel e enviai-as para o nosso jornal" (1970b, Dezembro 10).

Continuava aberta a "janela da juventude"[574].

[574] Título do artigo publicado no semanário *O Arquipélago* (1970b, Dezembro 10).

2. 4. O liceu: *locus* de cultura

A vida académica, cadenciada pelo tempo escolar (períodos lectivos e férias), marcou a constituição de uma nova condição social: a de estudante. A inserção do liceu na urbanidade (*versus* ruralidade do seminário) criou uma cultura que transpôs os muros escolares, emergindo em espaços abertos, permeáveis a novas realidades sociais. Com *os pés fincados na terra*[575] "e estudando na sua própria terra, os jovens iam sentindo na pele os seus problemas, sofrendo as suas crises, despertando as suas consciências e, porque não dizê-lo, desenvolvendo um certo nacionalismo…" (Oliveira, 1998, p. 411).

Na interpretação de Alberto Carvalho, "por um lado, no plano sócio-cultural da visão liceal mindelense, pragmática e democratizante, operou-se uma deslocação para «baixo», passando-se do horizonte estreito da intelectualidade envolvente do Poder, para outro muito mais extenso e aberto, pelo menos virtualmente, pressupondo escalões menos refinados, escolarizados ou apenas letrados, muito mais perto das realidades quotidianas e dos seus problemas concretos e dotados de outros gostos" (1985, p. 219).

Referência de qualidade

Michel Foucault, numa lição no Colégio de França, recuperou o conceito helénico de educação "presentada, no como modelo, pero sí en todo caso como referencia de calidad: una educación que asegura las buenas maneras, la grandeza de espíritu, el valor, la resistencia, qui inculca en los jóvenes la afición por los ejercicios, por las victorias y los honores, etcétera" (2005 [1982], p. 47). Cremos que, para o imaginário social, o liceu foi a sede de uma educação de qualidade.

Por ocasião das comemorações do 75º aniversário do liceu, Henrique Teixeira de Sousa considerou que "Cabo Verde atingiu o estádio de nação ainda sob a administração colonial" e que "o Liceu Infante D. Henrique muito contribuiu para semelhante evolução, [de onde] saíram imensos jovens que viriam a constituir a massa cinzenta do país em diversos sectores, incluindo o sector da política e da luta pela independência nacional. Eis,

[575] Embora esta expressão seja, habitualmente associada à *Claridade*, Alberto de Carvalho considera que "este mote teve uma formulação já na década de cinquenta, sendo por isso muito posterior ao lançamento da Claridade" (1991, p. 23).

pois, a razão por que o antigo regime português não via o liceu como instituição necessária[576]" (1992, p. 51). A representação do liceu - instituição educativa de referência e centro de civilidade - foi divulgada pela imprensa das ilhas, ao longo do tempo colonial. Apresentamos duas visões, uma externa, de Beat de Fischer[577] (primeiro texto) e outra interna, de Tito Lívio Feijóo[578] (segundo texto):

> "Impressionou-me o nível de civilização que irradia das escolas e nomeadamente do Liceu. Vi numerosas jovens fisionomias, de olhos vivos, onde brilhava um grande desejo de saber. Esta vivacidade intelectual parece-me permitir muitas esperanças. Os debates em Mesa Redonda de que a revista "Cabo Verde" nos dá relato indicam já até que altura pode elevar-se a inteligência caboverdiana.
> Admirei enfim o belo nível dos funcionários do arquipélago. A sua iniciativa, o interesse que têm pelo seu trabalho, a consciência com que o desempenham, o bom entendimento que entre eles e a população existe afiguram-se-me uma magnífica garantia duma evolução da província. (1958, Abril, p. 6)

> "Se várias causas se poderão apontar como estando na origem desse movimento [Claridade], não é de menor relevo o ambiente criado pelo Liceu e que aglutinou, na ilha de S. Vicente, os diversos componentes do grupo, antes espalhados pelas ilhas.
> Desse grupo faziam parte Jorge Barbosa, cujas poesias traduzem, no dizer de Jaime Figueiredo, o «intimismo provinciano» das realidades do arquipélago, Dr. Baltasar Lopes da Silva, antigo aluno do liceu e de há longos anos seu muito ilustre reitor, cujos escritos de ficção, para além do seu valor literário, oferecem seguro suporte da análise sociológica da vida cabo-verdiana, quer de ambientes da vida rural, quer da vida citadina na qual ressalta, principalmente o ambiente da vida estudantil.
> […] O liceu moldou a vida do arquipélago e com ele se individualizou o regionalismo cabo-verdiano. Nos anos subsequentes à publicação da revista «Claridade», outros valores se vieram revelar, quer com o aparecimento da revista liceal «Certeza», quer com os números da «Claridade» que até 1960 se foram publicando, acolhendo todas as revelações que foram surgindo. Estou certo que escritores como Arnaldo França, Nuno Miranda, Aguinaldo Fonseca, Gabriel Mariano e tantos outros, todos antigos alunos do Liceu de «Gil Eanes», do primeiro ao sétimo ano, dariam continuidade ao movimento iniciado em 1936, e assegurariam o prestígio que, no mundo da língua portuguesa, goza a literatura cabo-verdiana." (Novembro 30)

Palestras e conferências

O liceu contou, desde 1921, com uma Associação Escolar "dirigida por alunos superiormente orientados por um professor, com fins literários, desportivos e de beneficência" e a missão de organizar "pequenas conferências e manifestações artísticas, competições desportivas e excursões […], prémios anuais para os melhores

[576] Referência às diversas tentativas de desvalorização e aniquilamento do liceu de Mindelo. Consultar Parte II, 1.2 "O liceu de Mindelo, um projecto de cidadania".
[577] Beat de Fischer, Ministro da Suiça em Lisboa (*Cabo Verde Boletim*, 1958, Abril, p. 6).
[578] Tito Lívio Maria Feijóo (1918-1998) estudou no Liceu Infante D. Henrique de Mindelo e, em Lisboa fez os cursos de Agronomia e de Altos Estudos Ultramarinos. Foi deputado por Cabo Verde à Assembleia Nacional (1965 a 1969; 1973/74) e Secretário Geral do Governo (1969-1974), tendo exercido doze vezes as funções de encarregado do Governo. Colaborou no jornal *Alma Nova* (1933), quando era estudante. Na qualidade de Secretário Geral do Governo interveio fortemente na linha editorial do jornal *O Arquipélago*. Publicou estudos técnicos relacionados com a Agronomia. (Oliveira, 1998, p. 726).

alunos [e] auxílio por várias formas aos estudantes pobres" (*Boletim de Propaganda e Informação*, 1952, Janeiro). As associações escolares[579] (e a actividade extra-curricular, em geral) – na leitura de João Barroso – "constituíam áreas desregulamentadas, onde era nítida a margem de manobra de autonomia de cada liceu e que funcionavam como um campo de afirmação do próprio projecto e do estilo de gestão do reitor" (1995, p. 370).

No ano de 1962, *O Arquipélago* noticiava "o notável ciclo de conferências realizadas no ano findo pelo Liceu Adriano Moreira, [que] segue agora o mesmo rumo do Liceu de Gil Eanes". O ciclo foi iniciado pelo Dr Teixeira de Sousa[580] com um trabalho intitulado "A Juventude e os seus problemas" (1962, Outubro 25). O conferencista reconhecia que o liceu onde "se ministra à juventude a base da sua formação mental, não pode alhear-se de determinadas actividades para-escolares como sejam palestras, projecções de filmes, espectáculos, que sejam a um tempo fontes valiosas de informação científica, técnica, literária, filosófica, artística e motivos de estímulo e emulação intelectuais" (*idem, ibidem*). Acrescenta que "a colaboração por parte dos elementos do meio capazes de dar o seu contributo:

> "Não só é um dever que se impõe à consciência das mentalidades esclarecidas como constitui ainda um prazer que é dado a usufruir aos que generosamente pensam nos problemas da juventude, dialogam com a juventude, compreendem e tentam ser compreendidos pela juventude.
> […] Num estabelecimento de ensino como este [liceu de Mindelo], cujos sete anos do seu vasto e variado programa abarcam toda a puberdade e boa fracção da adolescência, os problemas que se levantam nos sectores pedagógico e educacional são de tal monta que só a solução baseada num perfeito conhecimento da psicologia da juventude poderá levar a bom termo a função específica do respectivo corpo docente. Ter sempre isso em mira, e procurar acertar o passo com as modernas aquisições da aludida ciência, é atitude que não pode deixar de resultar naquela harmonia tão de desejar em qualquer colectividade estudantil." (*Idem, ibidem*)

Para acedermos ao conteúdo e natureza das actividades culturais procedemos ao levantamento das palestras e conferências proferidas nos liceus, nas décadas de cinquenta e sessenta[581] (resumo no quadro seguinte):

[579] As associações escolares foram extintas em 1942 (Barroso, 1995, p. 370).
[580] Na época, Henrique Teixeira de Sousa era Presidente da Câmara Municipal de Mindelo.
[581] Não considerámos as palestras laudatórias do regime do Estado Novo, analisadas na III Parte, 1 "Educação, poder e juventude".

Quadro 48 – *Relação de prelecções proferidas nos liceus, 1950-1970*

Liceu	Tema	Orador	
Mindelo	O amor na poesia de Eugénio Tavares	Gabriel Mariano [582]	Aluno
Mindelo	A análise literária	Edmundo C. Saint'Aubyn[583]	Aluno
Mindelo	A radioactividade de Madame Curie	Jorge Humberto Gomes[584]	Aluno
Mindelo	Palestra sobre o problema da disciplina	Francisco Carvalhal[585] Francisco Saint'Aubyn José Calazans Francisco Cohen	Alunos
Mindelo	Ciências Humanas	Vladimiro Koening[586]	Aluno
Mindelo	Poesia de Onésimo Silveira	Rolando Martins[587]	Aluno
Mindelo	Mesa Redonda sobre Estilística da Língua Portuguesa	Dirigida por Baltasar Lopes[588]	Reitor
Mindelo	"Menina e moça" de Bernardim Ribeiro	Felisberto Vieira Lopes[589]	Aluno
Mindelo	Goethe (leitura do primeiro acto de "Prometeu")	Rolando Martins[590] Amiro de Faria	Alunos
Praia	Alguns aspectos da navegação através dos tempos	Manuel Conceição Vitorino[591]	Militar
Praia	Lição de Cosmografia	Humberto Fonseca[592]	Cientista
Mindelo	A juventude e os seus problemas	Henrique Teixeira de Sousa[593]	Médico
Mindelo	Arquitectura e urbanismo	Branco Ló[594]	Arquitecto
Mindelo	Saúde mental e higiene	Gregório Pereira[595]	Médico
Praia	Considerações sobre as personalidades de ficção e os modelos literários	Manuel Lopes[596]	Escritor

Os temas científicos e literários dominavam as prelecções (com pesos de 46,6% e 40%, respectivamente). As questões ligadas à juventude mereceram o interesse da academia (13,4%). Intelectuais cabo-verdianos foram convidados como conferencistas, destacando-se Manuel Lopes, Henrique Teixeira de Sousa e Humberto Fonseca. Mais de metade das palestras foram proferidas por alunos (53,3%). Alguns destes jovens ganharam notoriedade nas letras e na intervenção cívica (Gabriel Mariano, Felisberto Vieira Lopes, Rolando Martins). As alocuções feitas pelos alunos – na perspectiva de Jorge do Ó – "eram a prova de que a inculcação, mesmo quando

[582] Mariano, 1950, Agosto.
[583] Saint'Aubyn, 1955, Agosto.
[584] Gomes, 1955, Novembro.
[585] *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, 1959, Março.
[586] *Idem.*
[587] *Idem.*
[588] *Idem.*
[589] *Idem.*
[590] *Idem.*
[591] *Boletim de Propaganda e Informação,* 1961, Dezembro.
[592] *Boletim de Propaganda e Informação,* 1962, Abril.
[593] Sousa, 1962, Dezembro.
[594] *O Arquipélago*, 1963, Fevereiro 28.
[595] Pereira, 1963, Maio 2.
[596] *O Arquipélago*, 1970, Maio 7.

referida à situação clássica de uma plateia passiva de ouvintes, supunha a participação activa daqueles a quem afinal se destinava" (2003, p. 607).

O escritor e professor António Aurélio Gonçalves, dois anos antes da independência, lamentava que "as inquietantes circunstâncias do mundo em que, actualmente, vivemos" o obrigassem "a emendar o projecto [de publicação de uma palestra proferida no Liceu Gil Eanes]". Chegou à conclusão de que "o falado interesse [pelos trabalhos intelectuais] é criação de pura fantasia, ou, então, que se evaporou sob a pressão de agentes múltiplos", reconhecendo "que Cabo Verde não é, por enquanto, um meio bastante intelectualizado, [pelo que] não seria para admirar que crónicas, tendo por assunto exclusivo problemas elementares de técnica literária (dos quais, embora, se destacassem aspectos pedagógicos) se afundassem na indiferença do público" (1973, Julho 19).

Récitas e festas

Como referimos no sub-capítulo precedente, "a folha literaria bi-mensal, *A Juventude* (1936-37) revertia a favor da Caixa Escolar do Liceu Infante D. Henrique, que promovia eventos culturais e distribuía benefícios aos alunos. Anos antes, "um grupo de estudantes do Liceu […] teve a generosa ideia de organizar […] uma récita a favôr da Caixa Escolar do Liceu":

> "A récita realizou-se: no Eden Park.
> O grupo compunha-se dos estudantes: Adelaide Morais, Eponina Paixão, Epifania Ramos, Maria da C. F. Almeida, Carolino e Fernando Gusmão, Álvaro Soares, Adolfo Oliveira, Guilherme de Melo, Eugénio Levy, e outros.
> Boa noite de alegria.
> Números de variedades, comédias, bailados e poesias, que os intérpretes desempenharam com endiabrado *entrain* e sentimento. Muitos deles como Carolino Gusmão, por exemplo, têm inegáveis aptidões para o palco.
> Falta-lhes a todos, como é natural, escola de teatro, mas valeria a pena organizarem um grupo dramático, que os próprios professores certamente patrocinariam, dando-lhe o carácter de uma aula de dicção e representação." (*Notícias de Cabo Verde*, 1932, Dezembro 24)

O relatório do reitor do Liceu Gil Eanes refere-se à criação da Tuna Académica e Pitagórica e do orfeão[597] e à apresentação de "sessões cinematográficas, para entretenimento dos alunos e famílias, por meio de um aparelho «Pathé», gentilmente cedido" (s/d, p. 46)[598]. Conforme um ofício do reitor Joaquim Jaime Simões, de

[597] Embora sem professor de Canto Coral, o professor Dr. Adriano Duarte Silva prontificou-se a dirigir o orfeão, a duas vozes, fazendo a sua estreia na récita de 1 de Dezembro" (Relatório, de 12/8/1937).
[598] Fundo dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

20/4/1936[599], o liceu dispunha de um piano "oferecido pelo súbdito de Sua Majestade Britânica, Sr. Harman Visger, ex-gerente da Casa Millers & Corys, Lda".



PROGRAMA

1.ª Parte

Apresentação pelo Presidente da Academia
FAUSTO VIEIRA MARTINZ
Portuguesa - por um grupo coral de alunos e alunas

2.ª Parte

PRECIOSIDADES DE FAMILIA
Comédia em 1 acto

Distribuição

Milícia - Vicente M. Aubyn Silva
Artur - Humberto Feijão
Rosa - Maria Isabel Silva
Mateus - Humberto de Oliveira

3.ª Parte

O Cão de Nicolau
Comédia em 1 acto

Distribuição

Dr. Constâncio - João de Oliveira
Nicolau - Adalberto Martins
Gilberto - Reis Borges

4.ª Parte

O EXAME DO MEU MENINO
Entre-acto cómico

Distribuição

O meu menino - Jorge da Fonseca
O Examinador - Augusto Serrados
O Pai - Gabriel Pereira
O Continuo - Rosalvo Santos

5.ª Parte

VARIEDADES

Fará tudo por um dobrado - monólogo - Hélio Medina
Qual deles - monólogo - Guilherme Barbatana
Não quero ficar pa'a Tias - marcha - Celina Miranda
Amarelo - monólogo - Afrapina Miranda
Na Mão de Deus - soneto - Luiz Maranus
Miguel - monólogo - Octávio Alves
Se não fez não quer parte - fadista - Armando Monteiro
O Piano de Alexia - monólogo - Edalina Brito
Recordar - Dizer - Humberto Feijão e Nita Miranda
Vou andar-me - monólogo - Honorio Martins
Mulata encantadora - marcha - Vicente Caminha
A Guerra - poesia - Luiz Marques
A Cantora - poesia - Yolanda Marques
Mater Dolorosa - soneto - D. Reis Borges
O Pátio das Cegas - monólogo - J. Mateus Spencer
O Galucho - monólogo - Humberto de Oliveira
Tres Bagetas - fado - Adalberto Martins

Alguns números de musica, com a apresentação de um instrumento original por R. Carvalho e J. Monteiro

6.ª Parte

APOTEOSE PELO GRUPO CORAL

Marcha da Glória

Hino a Salazar

Poesia - Calistino Pereira e Adalberto Martins
Execução - Raul de Carvalho

Nos intervalos [illegible] com algumas elementos do grupo coral, sob a direcção do Senhor Monteiro.

Figura 110 – *Programa de récita académica em benefício da Caixa Escolar do Liceu*
Arquivo do Liceu Ludgero Lima.

A récita cultural culminava, em apoteose, com a "Marcha da glória" e o "Hino a Salazar". Os símbolos do *imperium* e da fé preenchiam os programas e estavam presentes na plateia passiva. Como em todos os eventos socialmente relevantes, a tarde poética, no Liceu Nacional Adriano Moreira, contou com "a presença do Senhor Governador da Província e S. Exma. Esposa Dra. Elsa do Sacramento Monteiro, do Prelado da Diocese, entidades oficiais e concurso de muitas senhoras e outras pessoas interessadas pelas manifestações da cultura, bem como alunos do Liceu" (*O Arquipélago*, 1964, Março 19).

Ao analisar a *universalização do circum*-escolar, Jorge do Ó considera que, "a missa pode aparecer como novidade no quadro do natural crescimento das práticas de tipo religioso dentro do liceu, a que se assistiu a partir da década de trinta" (2003, p. 606). *O Arquipélago* anunciava eventos comprovativos da cumplicidade igreja – liceu e dos enlaces da simbologia religiosa – profana:

> "No próximo dia 15, os alunos do Liceu fazem a sua já tradicional comunhão colectiva na Igreja Paroquial desta cidade, seguida de uma confraternização no Salão Nobre daquele estabelecimento reservada a alunos e seus professores.

[599] *Idem*.

> À noite na escadaria do Liceu representar-se-á Gil Vicente, no Auto da Cananeia e Auto da Alma, serão recitadas poesias de líricos portugueses e o Orfeão do Liceu entoará canções, num programa que, segundo nos informam, será fundamentalmente educativo." (1964, Março 19)

A exaltação dos símbolos da pátria, em festas e récitas escolares foi, ainda, pretexto de celebração dos poetas e artistas das ilhas numa "dinâmica reflexivo-emancipatória"[600]:

> "O programa foi inicialmente preenchido por uma introdução à poesia de Jorge Barbosa, pelo Dr. Gabriel Mariano, que focou os seguintes aspectos:
> 1 – A insularidade no comportamento dos caboverdianos.
> 2 – Aspecto do terra-longismo em J. Barbosa: significado e simbolismo.
> 3 – O complexo da terra-mãe, do veleiro e do mar ilhéu.
> 4 – A técnica de transmissão das realidades circundantes e o sentido e função do pormenor no processo descritivo de Jorge Barbosa.
> Aplaudido Gabriel Mariano com entusiasmo, iniciou o Poeta Jorge Barbosa a apresentação dos seus poemas lidos por ele mesmo, a que a assistência tributou calorosa homenagem.
> E seguiu-se a leitura de Descoberta, Panorâmica, Folha, Dispersão, Peixes, Pescadores, Boa Viagem e Violão ilustrado esta com um autêntico violão bem dedilhado por Pedro Romano Bettencourt lhe serviu de interessante fundo.
> Jorge Barbosa ouviu, ao terminar, uma vibrante salva de palmas, a coroar o grande poeta que é e que Cabo Verde não esquece.
> Todos os que assistiram, ficaram a aguardar a próxima tarde poética que, nos tempos conturbados, parece ser como uma chamada à concórdia e à paz de que os homens tanto precisam. Está de parabéns a Direcção da Associação Académica da Praia e «O Arquipélago» rejubila que iniciativas destas tenham o êxito que merecem." (1964, Fevereiro 27)

As festas dos finalistas, que ritualizavam o fim do ano lectivo, eram ocasiões de celebração da cultura escolar. O *Notícias de Cabo Verde* informava:

> "Com grande animação realisou-se no passado dia 6, no Éden-Park, a habitual festa dos alunos do Liceu Gil Eanes.
> […] Nesta nossa terra, em que teatro é sinónimo de aborrecimento, vimos todos satisfeitos. O público não perdeu o seu tempo.
> Todos os actores procuraram fazer-nos esquecer que era uma récita de alunos. E alguns conseguiram-no.
> Mas passemos a apreciá-los.
> Os coros de Jorge Monteiro, afinados e com canções bonitas. O mesmo professor apresentou uma tuna que executou com agrado alguns números. Salientamos Djagacida, rapsódia de motivos creoulos.
> Espírito Santo interpretou ao violino, diversos clássicos. Agradou em absoluto. Foi acompanhado ao piano pela Menina Yolanda Brito.
> Seguiu-se uma comédia interpretada pelas meninas Maria Luísa Ângelo e Alina Soares de Brito e alunos Humberto Feijóo, Rosinha e Mário Antunes.
> […] Ivette Antunes, cantou com agrado o seu número. José Spencer, melhor no tango que na valsa. José Pinto cantou muito bem uma valsa brasileira. Tem expressão e uma voz agradável, embora fraca. É mais cantor de salão que de palco.
> Augusto Serradas foi um bom «regisseur». Tem lata, o rapaz.
> Gonçalves acompanhou bem alguns números ao piano.

[600] Segundo Gabriel Fernandes, "quando se parte dos discursos da elite letrada apanhada nas teias político-ideológicas do colonialismo, verifica-se que, sob a capa da lusitanista, escondia-se uma inequívoca estratégia de luta pelas alterações das condições dadas de existência. Ou seja, havia uma dinâmica reflexivo-emancipatória" (2006, p. 194).

Raul de Carvalho mais uma vez prestou os seus valiosos serviços, como ensaiador." (1942, Junho 17)



Figura 111 – *Programa de um sarau no liceu da Praia*
Arquivo pessoal de Maria Cândida Gonçalves.

No ano lectivo de 1969/1970, o programa das festas dos finalistas incluia "quatro palestras versando os seguintes temas: "«A Arte em Cabo Verde», pelo arquitecto Pedro Gregório Lopes; «Literatura Caboverdiana», pelo professor do Liceu Arnaldo Vasconcelos França; «Emigração em Cabo Verde» pelos alunos finalistas Raul Mendes Júnior e José Eduardo Dantas Ferreira Barbosa e em data ainda não fixada, o escritor Manuel Lopes versará o tema «Como surgiu, que foi e que pretendeu o movimento da Claridade»". As palestras eram seguidas de exposições de artes plásticas e bibliográficas, incluindo-se, ainda, a exibição do filme «Cabo Verde», realizado por Jean Pascal Augot." (1970, Março 12). *O Arquipélago* deu relevo às festividades organizadas pelos estudantes:

> "Claro que os festejos terão o fecho condigno e tradicional. Um grande baile, animado pelo conjunto[601] «Os Tubarões» encerrará o ciclo de festas com que se despedem do Liceu os finalistas de 1971/72" […]
>
> Programa geral
> 4 de Abril – 10 horas

[601] Na década de sessenta, os conjuntos musicais com instrumentos eléctricos substituíram os bailes de violino. No liceu de Mindelo, os bailes eram animados pelo conjunto *Os Caites* e, no liceu da Praia, fizeram sucesso os conjuntos *Voz de Cabo Verde* e *Pop Académico* (informação de Jorge Sousa Brito, de 31/1/2008). José Luís Hopffer Almada refere-se à existência, na época colonial, de outros conjuntos musicais: Mindel's, Ritmos Cabo-Verdianos, Voz de Cabo Verde, Apollo 11, Oriundos de Santiago e Os Tubarões. (2005, Abril 11).

– A dar início às Festas uma burricada organizada pelos alunos, percorrendo as principais ruas da cidade.

4 de Abril – 21,15 horas

– Teatro («Mar», de Miguel Torga)

8 de Abril – 21,15 horas

– Repetição da peça.

9 de Abril – 14 horas

– I Gincana Automóvel da Academia da Praia.

9 de Abril – 21 horas

– Noite Desportiva

a) Jogo de Futebol – Professores e alunos.
b) Ginástica pela classe especial do Professor Carlos Ribeiro.
c) Andebol – Equipas femininas.

12 de Abril – 21,15 horas

– Récita.

12 de Abril – 21,15 horas

– Baile. (1972, Março 30).

"Na parte mais séria, diga-se, na parte cultural, far-se-á a representação da maravilhosa peça dramática – «Mar» – um poema dramático que acaba em tragédia.
[…] Outra peça de teatro que irá à cena é «O Urso» de Tchecow.
[…] Mas o melhor é ir e ouvir… Os rapazes do Liceu, em questões do teatro, nunca deixaram seus créditos por mãos alheias…" (1973, Abril 5)



Figura 112 – *Conjunto Os Caites, Mindelo*
Saial, 2006b.



Figura 113 – *Baile de finalistas animado pelo conjunto Pop Académico, Liceu Adriano Moreira*
Lantuna, 2005 [602]

[602] Consultado no sítio lantuna.blogspot.com/search?q=baile+de+finalistas+cabo+verde. [Data de acesso: 20 de Dezembro 2005].

João Barroso, referindo-se às relações do liceu com a comunidade, alude à organização de bailes de finalistas, "das poucas festas «civis» que tinham conseguido sobreviver em alguns liceus, juntamente com «récitas dos alunos»" (1995, p. 782).

Concursos literários

O *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* promoveu o "concurso do melhor conto regional" (1950), que atraiu, apenas, o interesse dos estudantes liceais. O articulista considerava que "a limitação da concorrência apenas aos estudantes do Liceu Gil Eanes" permitia afirmar "que a conhecida tendência literária do caboverdeano se mantém em plena pujança e que o êxito do concurso excedeu toda a expectativa, quer pelo número dos concorrentes, quer pela qualidade das produções apresentadas". Na crónica "Temos de reagir" foi divulgada a atribuição dos prémios literários aos jovens Gabriel Mariano, Francisco Lopes da Silva e José Leitão da Graça[603]:

> "Dez estudantes responderam a chamada.
> O ROUBO, FRUTOS DA ÉPOCA, UM CONTO, RUMOS DA VIDA, UM ENCONTRO INESPERADO, PEDRO NECO, MANE TCHUCA, RUSSO, A ULTIMA AVENTURA DO AFRICANO, DJÓ MARIA, foram os títulos que a sua imaginação escolheu para o baptismo das produções apresentadas. Por si só eles nada indicam. Servem, contudo, para marcar a mentalidade de uma geração nova, que vai entrar no mundo das realidades, aturdida como esta com a matéria que saiu do seu idealismo.
> O *Boletim* conseguiu, inteiramente, o fim em vista: interessar a mocidade por trabalhos literários; arranjar colaboradores e entusiastas que garantam continuidade à feliz iniciativa do actual Governador da colónia, Tenente Coronel, Dr. Carlos Alves Roçadas; conhecer o espírito dos que amanhã terão a seu cargo uma grande parte dos destinos da colónia.
> Por unanimidade, foram atribuídos os três prémios do concurso aos contos O ROUBO, FRUTOS DA ÉPOCA e UM CONTO.
> *Gabriel Lopes da Silva Mariano – estudante* do 6º ano dos liceus que nos dizem não andar longe dos 17 anos – autor de O Roubo, premiado com 300$, revelou originais qualidades de retratista da alma e do sofrimento, conforme o leitor poderá apreciar com a leitura do conto que se publica neste *Boletim*.
> […] *Francisco de Sales Lopes da Silva,* recompensado com o segundo prémio, pela sua composição FRUTOS DA ÉPOCA, que será publicada no *Boletim* do próximo mês, apresenta-se elegante na forma como expõe e promete vir a ser alguém no domínio da literatura.
> *José André Leitão da Graça*, classificado em terceiro lugar, foi dos menos pessimistas de todos os concorrentes, no seu UM CONTO, que será também publicado num dos próximos boletins." (Almeida *et al*., 1950, Maio, p. 1)

O júri do concurso literário observou "um aspecto que causou estranheza, por se verificar em gente nova, de quem seria lógico esperar maior fé na vida: os temas

[603] Os três jovens premiados foram notáveis escritores e figuras de referência no meio social e político do arquipélago, antes e depois da independência.

escolhidos para os contos que, na sua generalidade, foram a miséria, o fatalismo e a impotência contra um destino agreste, à roda das sucessivas e periódicas crises que têm avassalado o arquipélago" (*Ibidem*, p. 2).

Dois anos mais tarde, o *Boletim* promovia novo concurso literário "com a extensão a todos os nacionais, embora circunscrito a tema ou inspiração caboverdeana e à instituição de prémios de relativa importância":

> "Este concurso será o primeiro passo na execução de um programa cuja amplitude se não pode prever, mas em que a Propaganda, com o apoio de quem superiormente dirige os destinos do Arquipélago, se empenhará, de modo que a literatura caboverdeana continue a ser uma realidade, mas viva e permanente, e não um caso esporádico e disperso, alicerçado em frágeis entusiasmos e, por isso mesmo, com riscos de se subverter.
> Que compreendam os objectivos visados e que para os alcançar concorram todos os que podem dar o valor da sua capacidade criadora, são as legitimas aspirações dos que não descrêem das possibilidades de Cabo Verde." (*1952, Maio*)

O *Boletim* informava que "o Professor Dr. Baltasar Lopes da Silva, ilustre reitor do Liceu Gi1 Eanes, homem destacado entre os intelectuais de Cabo Verde […] aceitou o convite, que lhe foi feito pela Propaganda de Cabo Verde, para presidir e formar com os elementos do sua escolha o júri para a classificação do «Concurso dos Contos» aberto pela Imprensa Nacional[604]". As dificuldades do júri em conciliar a concepção literária dos promotores (arte pela arte) aos produtos culturais em análise, estão patentes na acta da sessão de apreciação dos trabalhos apresentados ao concurso literário do «melhor contista»":

> "*Primeiro* – Os assuntos escolhidos para tema de grande numero dos contos denotam lucidez na escolha e na sua captação, de onde, por um lado, a sua obediência às condições do concurso, e por outro, interesse psicológico e artístico com as restrições que se indicam no numero a seguir; *Segundo* – O tratamento desses temas, a confecção do conto, a técnica do desenvolvimento e da análise psicológica são deficientes, deixando ver falhas de cultura literária e falta do verdadeiro imaginário. Feitas estas considerações prévias, os componentes do Júri escolheram os contos que a cada um pareceram impôr-se, dentro do relativo nível dos trabalhos apresentados, por qualidades mais dignas de atenção. Ficou, assim, estabelecida uma escolha embora provisória, de apreciação. Nesta selecção prévia, os componentes do Júri foram unânimes em evidenciar um dos trabalhos, «Luizinha», mas apenas pelo seu estilo e pela emotividade que está na sua raiz. Infelizmente, este trabalho, num concurso de contos, padece de um defeito grave; falta-lhe uma acção nitidamente delineada. É mais uma «prosa», uma digressão sentimental, do que um conto. Os trabalhos foram postos em relevo e discutidos. O Júri notou que «Velho Natal» apresenta qualidades literárias, principalmente nos diálogos e no descritivo, bem como conhecimento da economia de um conto. Todavia, falta-lhe força convincente e rigor de construção. «Migração», desde o princípio, distinguiu-se como uma das tentativas mais felizes do estudo do ambiente e da psicologia do homem caboverdeano nesta colectânea de contos. A impressão produzida por «Codê» foi menos precisa. No entanto, foi um dos contos retidos para

[604] No concurso literário (1952) foram apresentadas 23 produções literárias. Os prémios estipulados eram de "2.000; mil e 500, respectivamente para os 1º, 2º e 3º classificados" (1952, Outubro).

> consideração mais cuidada. O vogal Baltasar Lopes da Silva, apontou, entre os contos que à primeira leitura lhe prenderam a atenção, «Ele voltará um dia», por conter uma sugestão, obscura embora, da poesia do conto, e «Regresso», pela autenticidade do terra e pelo tratamento aceitável deste. O vogal António Gonçalves referiu-se aos contos «A Lingada» e «Lume na Serra», o primeiro por ser dos trabalhos que apresentaram a narrativa com uma forma e uma economia mais próximas do conto-tipo, e o segundo pela beleza do seu tema, infelizmente mal abordado." (1953, Janeiro)

As opções estéticas e formais dos jovens premiados filiavam-se na "arte de tendência social"[605] e no conceito de cultura que, "longe de ser um ornamento, [é] antes de mais, consciência[606]" (*Cabo Verde Boletim*, 1954, Novembro):

> "Os jovens que se inscreveram no Concurso de Contos Regionais, sob a iniciativa deste *Boletim,* pelo menos os três primeiros classificados (não li os restantes), não foi por acaso que escolheram a miséria para assunto das suas produções literárias. Escolheram-na porque se inspiraram na realidade da terra e abordaram-na ainda, seguindo uma corrente que os empolga – a da geração da revista «Claridade». O figurino «Claridade», ofereceu modelo aos contistas. Outrossim o mencionado dilema «querer partir e ter de ficar» (mas para mim, querer ficar é ter de partir) impressiona, vivamente a mesma juventude – a angustia desta prisão sem grades! Se não chove e a terra não produz, há o desespero da fome invadindo os lares. O mar que marulha de encontro às rochas nuas, é o caminho da ressurreição, a ideia salvadora. O drama da terra e o drama do mar, sempre, sempre, dentro de nós!
> Os jovens concorrentes situam pois os seus contos no ponto do cruzamento das duas coordenadas: - a seca aniquiladora e a viagem libertadora. Gabriel Mariano é impressionado pelos horrores dum ano de fome em S. Nicolau. Francisco de Sales e José André dão-nos o cotidiano dramático da vida em S. Vicente, ilha cujos recursos provêem do mar." (*Idem, ibidem*)

Este concurso foi integrado no programa "do festival que a Associação Académica do Mindelo em homenagem ao centenário de Almeida Garrett" (1954, Novembro). Cinco anos mais tarde, a Mocidade Portuguesa preparou um "esboço de programa das Comemorações Henriquinas em Cabo Verde", que além de palestras e da apresentação do "orfeão maior do liceu", previa o lançamento de um "concurso literário (prosa e poesia) a que concorrerão artistas cabo-verdianos, sendo admitidas também composições em dialecto crioulo" (1959b, Maio). Por ocasião das comemorações do cinquentenário da criação do Liceu de S. Vicente, os Serviços de Educação promoveram e organizaram um concurso literário (poesia, ficção e ensaio), a nível provincial entre todos os estudantes" (1967, Novembro 16).

[605] Para Henrique Teixeira de Sousa "a Arte nada mais é do que a sublimação no domínio da imaginação e do Belo, da luta do homem com a natureza" e "duma maneira geral, a Arte explora a situação presente para formular uma aspiração ou reivindicar um direito" (1950, Novembro, p. 14)
[606] Teixeira de Sousa (*Certeza*, 1945, Janeiro).

Tempos do liceu

No precedente texto analisámos, de forma compartimentada (inevitavelmente, redutora), os acontecimentos escolares que transformaram o liceu num centro de "cultura geral necessária para um homem livre" (Foucault, 2005 [1982], p. 229). Lemos artigos, crónicas e narrativas escritos por alunos, acedemos às primícias literárias dos estudantes, "assistimos" a palestras e a récitas académicas. No termo da visitação de um *locus* de cultura, pretendemos captar os tempos de construção do liceu.

Tempo da secularização da cultura

Na cidade de Mindelo, o ensino liceal libertou-se "do círculo restrito de interesses intelectuais que os muros do Seminário não permitiam se alargassem" (Sousa, 1992, p. 46). Na linguagem poética de Jorge Barbosa foi "um presepe que se desfez/Tudo passou de vez,/o Seminário, os Cónegos, o Bispo,/na rota inevitável do tempo …" (1935, p. 14). Teixeira de Sousa situa-nos na transição do classicismo em declínio no seminário (S. Nicolau) para o liceu aberto aos "ecos do mundo" (S. Vicente):

> "Contou-nos Pedro Cardoso que muito dificilmente conseguiam obter a propaganda republicana, acesa ao tempo. Que era através das gretas do portão que lhes era passado material subversivo, o qual liam nas camaratas, à luz duma vela. O mesmo se passava com a circulação de determinados livros, adentro dos muros. Eça de Queiroz, por exemplo, era um dos autores malditos. Quando entrava um livro desconhecido, esse livro era primeiro examinado por alguém do corpo docente, antes de ser autorizada a sua leitura. Daí que os jovens ali educados saiam fortes em humanidades, porém ignorantes em matéria dos valores culturais da época.
> […]
> O liceu veio naturalmente abrir as janelas e portas à aquisição dum leque mais alargado de conhecimentos, os professores diversificavam as informações, havia-os religiosos, havia-os agnósticos; havia-os sonhadores, havia-os pragmáticos; havia-os rigorosos, havia-os tolerantes; havia-os, em suma, de todas as cores e de todos os paladares, num mosaico de interesses, tendências, conhecimentos, sensibilidades, que as distanciam enormemente daquela uniformidade seminarista, uniformidade contrária ao borbulhar da mocidade que a Virgílio Ferreira inspirou o magnifico romance Manhã Submersa. Pelos postigos, janelas e portas do novo estabelecimento de ensino, entrou luz, entrou ar lavado, entrou a vida em todas as dimensões. Entrou mais, entraram os ecos do mundo por se haver colocado o liceu na ilha de S. Vicente, cujo porto, então pejado de barcos de todas as nacionalidades, era a boca pela qual penetravam os nutrientes da civilização. Excelente visão tiveram quantos lutaram para que fosse colocado em S. Vicente e não em S. Nicolau, segundo o citado decreto, meio este dum ruralismo primário, onde os horizontes esbarram com as montanhas abruptas que aprisionam o vale da Ribeira Grande.
> No liceu passou a haver vida académica, para além do ambiente das aulas e dos estudos" (1992, pp. 46/47)

Como sustenta Alberto de Carvalho "as consequências do regime republicano em Portugal e das aberturas que teria consentido, da emigração para a América, dos avanços político-estratégicos, económicos, civilizacionais, tecnológicos, etc.; determinando novas perspectivas de vida, puseram a nu o actual desajuste e insuficiências da dinâmica sócio-cultural assentes nas tradições e no saber humanista veiculados pelo antigo Seminário, assim como justificam a fundação do Liceu cuja ciência oferecia resposta adequada às novas necessidades de modernização democratizantes" (1985, p. 218).

Tempo de Baltasar

O professor Baltasar Lopes da Silva foi "um caso de dedicação ao saber, em sentido integral, o intelectual erudito, o mestre e professor de muitas gerações e o «saibo» (termo crioulo que ele próprio empregava para designar os velhos de grande sabedoria aprendida na escola da vida)" (Carvalho, 1991, pp. 21/22). No estudo *Baltasar Lopes, a obra e o autor do seu tempo*, o especialista em literatura cabo-verdiana traçou o perfil do Homem que, por dever de solidariedade e por orgulho crioulo acabava por vestir a pele de uma personagem admirada, que não temia comprometer-se em causas de bom nome"[607]:

> "Dado que a primeira fase da sua actividade docente teve início nos começos dos anos trinta (1930-1938), no Liceu de Mindelo, esse magistério não poderia deixar de repercutir a singular coincidência com um tempo de enormes restrições e de muitos recuos cívicos. O Estado Novo começava a lançar pela base o seu projecto institucional de grande austeridade ideológica e não menor intolerância cultural, sobremaneira lesivas do extraordinário apego que os cabo-verdianos mais empenhados nas coisas públicas votavam ao direito de expressão, uma boa herança legada pelo anterior polemismo republicano.
> Criava-se uma situação onde o uso da palavra escrita, sempre na ourela da transgressão dos limites definidos pela censura, se tomava uma questão moral, de amor-próprio e um desafio cívico. Justiça seja feita à censura que, ao vigiar mais atentamente a expressão das ideias em poesia, revelava não ser completamente falha de sensibilidade. A imaginação poética acabava assim por se tornar uma necessidade posta do exterior, logo que se tratasse de fazer referência, mesmo que pequena, a temáticas consideradas pouco ou nada edificantes para a boa imagem que se queria dar da ordem pública colonial (prostituição, vilania dos contratos em S. Tomé e algumas mais)." (1991, p. 22)

Aluno, professor, reitor, advogado, linguista e escritor, o cidadão Baltasar Lopes da Silva marcou o tempo do liceu. O movimento Claridoso, que fundou, abriu a mente dos jovens estudantes, seduzidos pela ficção e poesia brasileira reprodutora de "um ambiente,

[607] Alberto de Carvalho explica que "a Baltasar Lopes estava ainda reservado um papel suplementar de intervenção cívica, devido ao emprego que dava à sua formação de jurista e de «advogado dos pobres»" (1991, p. 22)

tipos, estilos, formas de comportamento, defeitos e virtudes, atitudes perante a vida, que se assemelhavam aos das ilhas, principalmente naquilo que as ilhas têm de mais castiço e de menos contaminado" (França, 1962, pp. 14/15). As influências culturais mútuas Claridade-Liceu "expressaram essa aspiração nacionalista a que a luta pela independência viria a imprimir carácter político":

> "Os fundadores da revista «Claridade», em 1936, e a literatura que dela emergiu expressaram essa aspiração nacionalista a que a luta pela independência viria mais tarde a imprimir carácter político. Cabo Verde atingiu o estágio de nação ainda sob a administração colonial. O Liceu Infante D. Henrique muito contribuiu para semelhante evolução. Daquele estabelecimento de ensino saíram imensos jovens que viriam a constituir a massa cinzenta do país em diversos sectores, incluindo o sector da política e da luta pela independência nacional. Eis, pois, a razão por que o antigo regime português não via o liceu como instituição necessária. Daí a tentativa de o eliminar no intuito de transformar Cabo Verde num viveiro apenas de braços para as praças de S. Tomé e Angola. " (Sousa, 1992, pp. 50/51)

Tempo de solicitações e emboscadas

Nos anos quarenta, "época de solicitações e emboscadas, mas de incontrolada esperança nos «amanhãs que cantam» (França, 1962, p. 20), emoldurados pela segunda guerra mundial, a vida cultural gravitou em torno de um grupo de estudantes do Liceu Gil Eanes, que fundou a *Academia Cultivar* e a *Certeza, Folha da Academia*. Foi um tempo intenso, de colóquios, espectáculos, tertúlias e festas que transpuseram os muros do liceu. A geração da *Certeza*, apesar de lhe ter faltado "o suporte do engenho e da arte para tanto sonho incontido" (França, 1962, p. 20) complementou o ideário dos Claridosos, que ressurgiram no fim do decénio (1947/1949). Arnaldo França, um dos protagonistas da geração da *Certeza*, reconstituiu o ambiente cultural da época:

> "Como me lembra ainda as leituras, em sistema de empréstimo, dos romances de Redol, da «Aldeia Nova», de Manuel da Fonseca, dos números do já extinto «Diabo» e «Sol Nascente»! «A Planície», de Manuel da Fonseca e os «Poemas», de Mário Dionísio, corriam de mão em mão em cópia manuscrita. E a célebre polémica sobre o neo-realismo que, na altura, opôs Mário Dionísio a João Pedro de Andrade? Mas tudo isto, e com sentida mágua o digo, só na epiderme arranhou a geração do meu tempo. Faltava-nos é certo a experiência que a idade dá e a cultura que só o estudo possibilita. Éramos ainda terreno virgem acabado de formar. Faltavam-nos camadas sedimentares. Mas infelizmente, com o tempo, as águas da vida acabaram por arrastar a terra solta pela erosão para a imensidade dispersa no mar largo." (1962, p. 20)

A letargia cultural dos anos cinquenta[608] foi quebrada, em 1958, com o fugaz *Suplemento Cultural* do *Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação* e o reaparecimento de mais um número da *Claridade* (penúltimo) e, no ano seguinte, com o *Boletim do Liceu Gil Eanes* (1959), da iniciativa do *Grupo Cultural do 3º Ciclo*, promotor de "actividades culturais, da pintura à música, passando pela poesia e [que], discute política"[609].

Os simbólicos anos sessenta – da libertação literária à libertação política – foram iniciados com o nono e último número da *Claridade* e a aventura do *Seló, Página dos Novíssimos*. A academia expande-se à sede do poder (Liceu da Praia). Despontam jornais académicos contidos no plano literário e ideológico (sinal do endurecimento do confronto com o poder): *Alvorada Técni*ca (1963) e *Mais Além…* (1965-1966).

Manuel Duarte aclarou os "não-ditos" dos ensaios literários, ao propor "fazer da criação literária um meio e uma forma de denúncia global do sistema colonial, de consciencialização do homem africano, ainda em narcose inerente à sua situação de oprimido e alienado, de reivindicação de identidade autêntica na liberdade e de plena autodeterminação" (1999, p. 51). O hino à "consciencialização do homem africano" ficou plasmado no manifesto "Ao povo das ilhas" (1962, publicado em 1999) da autoria de Manuel Duarte:

> "Nós, Povo das Ilhas, não queremos que os nossos filhos e netos continuem a frequentar escolas onde apenas e obrigatoriamente estudem coisas europeias, onde só ouvem falar de geografia de Portugal, da sua fauna e da sua flora, da sua história e dos seus heróis (até os que tornam heróis por nos terem esmagado e escravizado), como se não existisse a geografia das Ilhas, nossa dolorosa história, nossa vida económica, os humildes animais e plantas que nos ajudam a viver e que nunca nos ensinaram a amar.
> […]
> "Nós, Povo das Ilhas, não queremos continuar a pensar com pensamentos que não nos pertencem e nos foram impostos pela dominação colonial portuguesa; não queremos continuar a sentir com sentimentos que nos são alheios e constrangem a renegar o nosso corpo (nossa cor, nosso nariz, nossos cabelos…) e a grande raça negra materna.
> Queremos cultivar o nosso próprio ideal de beleza na criação humana, na natureza, na vida." (1999, p. 36)

A trajectória do liceu, *centro de educação e de civilidade* (primeiro em Mindelo, depois, na Praia) modelou uma (contra)cultura escolar, forjada na ostracização e na resistência. Foi uma verdadeira catarse crioula que traçou os caminhos da autonomia.

[608] Os anos cinquenta foram iniciados com os concursos literários, publicados no *Cabo Verde* Boletim, que despertaram vocações literárias no meio académico e juvenil. Seguiu-se um período de apatia cultural, interrompida com a saída do oitavo número da *Claridade* e do Suplemento Cultural.
[609] Informação de Humberto Bettencourt Santos, 1/12/2002 (In Brito-Semedo, 2006a, p. 24).

“Eis por que (e por dizer muito fica da nossa experiência fundamental com o sofrimento) estamos decididos a quebrar as cadeias do jugo colonial e escolhemos livremente o nosso destino africano” (Manuel Duarte, 1999, pp. 36/37).

CONCLUSÃO

"As promessas viraram cansaço
e já nem as luas acreditam
Sol ou mar
Chuva ou música
Para vós as glórias do achamento
Para nós os sonhos em ampulhetas"
(Ovídio Martins, 1960, Dezembro)

Até ao momento, a nossa pretensão fundamental consistiu em tornar inteligíveis os discursos produzidos em torno do liceu, na colónia de Cabo Verde, no tempo que atravessa a história de 1917 a 1975. Chegámos ao desfecho, ao ponto mais alto da narrativa, onde se espera a significação dos resultados obtidos com acervos documentais prolixos, a confirmação ou refutação das hipóteses explicativas que orientaram a investigação e as inevitáveis *conclusões*.

Consciente da complexidade da descrição de factos históricos que, nas palavras de Paul Veyne, "são coisas belas, difíceis e raras" (1983 [1971], p. 62), consideramos as notas conclusivas, do presente trabalho, necessariamente limitadas e provisórias. Preferimos interpretar – tomando de empréstimo um verso de Ovídio Martins – "os sonhos em ampulhetas" dos cabo-verdianos.

Autonomia

O sonho de uma cidadania útil e da regeneração social através da educação passou entre as âmbulas da ampulheta, na "manhã da liberdade" (república). Porém, as dissensões entre os enunciados inclusivos e as práticas exclusivas transformaram o sonho em frustração e a frustração em luta por "direitos iguais, já que os deveres o são" (Cardoso, 1912). O discurso pedagógico republicano serviu de moldura à acção dos subcidadãos nacionais (na imprensa, no debate cívico) em defesa dos direitos do "português de lei".

A vivência das diferenças culturais e de oportunidade modelou o discurso nativista, que denunciou a "obrigação moral e legal" de adquirir pelo trabalho servil os meios de

subsistência (emigração forçada para S. Tomé) e as limitações de um ensino rudimentar e adaptado. Eugénio Tavares, português de lei e cabo-verdiano de alma (1913) e Pedro Cardoso, *civis lusitanus sum* (1934) personificam as aspirações a direitos iguais aos dos metropolitanos, num projecto de estado pluricontinental em que as colónias são parte integrante e inalienável (sem desvios de pertença ou lealdades alternativas). Neste espaço imaginado (juridicamente consagrado no Acto Colonial, 1930), a elite crioula denunciou a categorização da população em *cidadãos* (de Portugal, brancos), *assimilados e indígenas.* As franjas ilustradas da população islena não aceitaram as leis de excepção, porque – afirmava Baltasar Lopes da Silva – "atingimos um nível mental e moral muito alto, para sermos subservientes" (1931, Março). A homologia cultural da colónia com a metrópole está consubstanciada na *Claridade, Revista de Arte e Letras*, "modelo daquilo que ainda não tínhamos visto em Portugal: o social, o concreto como ponto de partida para um projecto literário e cultural nacional" (Ferreira, 1986).

Cremos ser lícito concluir que *no percurso da elite crioula (colonizada) pela plenitude dos direitos cívicos (como cidadãos portugueses) convergiram sentimentos de lealdade à nação lusa e de afirmação da identidade cultural crioula*[610].

O resgate das origens nobilitantes dos naturais das ilhas "desertas, [que] os nossos antepassados colonisaram" sedimentou a asserção "Cabo Verde é um povo" e "os povos teem aspirações que se não limitam à panela, principalmente os povos que aprenderam a viver com mestres que dão lições ao mundo; […] e que já respiraram a atmosfera dignificadora do trabalho livre e compensador" (Tavares, 1918). A América foi o destino do "trabalho livre e compensador", onde o cabo-verdiano aprendeu "a encarar a vida por um prisma mais elevado" (*idem*).

O modelo centralista das relações coloniais (Estado Novo) gerou um ambiente de asfixia que refreou a emigração espontânea e confinou o cabo-verdiano, "talvez por tôda a vida, num arquipélago em meio do Atlântico e na intercepção de dois mundos; desterrado da Europa e da África, sem continente, insular no próprio domínio da cultura" (Oliveira, 1983).

"Anos de alegria, de fácil governação, de esperanças, de melhores dias! Anos de agonias, de desalentos, de êxodo, de morte; lares abandonados, vendidos para mitigar a fome, a sede dos homens, das plantas, dos animais! Eis, em síntese, a

[610] As hipóteses formuladas inicialmente na "Introdução" e retomadas nas "Conclusões" são assinaladas em itálico.

história de Cabo Verde, história repetida em muitos e muitos anos" (Secca, 1950, Março). Os anos de agonia eram de êxodo para o Sul (S. Tomé e Príncipe e Angola). Duas visões em confronto: para o governo colonial, durante as crises resultantes da falta de chuvas, o trabalho compulsivo em S. Tomé, para os cabo-verdianos a solução teria de se orientar em bases mais científicas, de valorização profissional da instrução" (Secca, 1950, Março). A superação do caminho para a terra-longe fez-se pelo sonho "que, um dia/em vez de campos sem nada,/do êxodo das gentes nos anos de estiagem […] estas ladeiras de terra que se estendem,/quer sejam Mato Engenho, Dàcabalaio ou Santana/filhas do nosso esforço, frutos do nosso suor,/serão nossas" (António Nunes, 1945).

Partir é, para o cabo-verdiano, viver. A ilusão da partida foi alimentada pelos que regressavam, marítimos, emigrantes, pelas cartas que vinham de longe, num ímpeto de "libertação tabu". E então fora de Cabo Verde, sente-se mais ele mesmo, não vê "contrariadas suas possibilidades de realização" (Lopes, 1936). A evasão foi recusada por Amílcar Cabral que proclamava que "o desejo de «querer partir» não pode eternizar-se", profetizando "para a terra caboverdiana, a «vivificação da vida»" (1952, Janeiro).

O sonho de querer-partir-e-ter-de-ficar e o sentimento de querer-ficar-e-ter-de-partir foram os dilemas *dos ilhéus confrontados com a seca e a governação colonial. A emigração livre traduziu-se em oportunidades de valorização social e cultural*.

"Do posto menor de observação, que era a cidade de Mindelo, nós do Grupo [Claridade] […] estávamos em nítida posição contestatária perante a orientação política que subjazia à administração da, então, colónia de Cabo Verde, com o fascismo de importação e imitação". A declaração de Baltasar Lopes (1986) situa-nos no projecto da *Claridade*, que imprimiu um cunho cultural às lutas simbólicas da cidadania, através do "estudo, embora limitado da nossa capacidade, da estrutura, dos valores, das constantes culturais do arquipélago". A projecção do corpo de conhecimentos da *Revista de Arte e Letras* desafiou os dogmas da ciência colonial, que defendiam a superioridade da civilização europeia.

A crise de legitimidade colonial conduziu a uma validação científica do "mundo que o português criou" operada por Gilberto Freyre. A teoria da vocação

especial de Portugal para a gesta ultramarina, firmada pelo sociólogo na sua viagem por "terras portuguesas" (Cabo Verde em 1951), foi apreciada com reservas pela intelectualidade crioula. A interpretação da cultura cabo-verdiana e a repugnância pela língua crioula foram contestadas por Baltasar Lopes que defendia (como escritor e linguísta) que "o crioulo, em contacto quotidiano com a língua mãe, não se dissolve nela; pelo contrário, mantém intacta a sua personalidade" (1956). Na desconstrução da tese freyriana, Gabriel Mariano foi mais longe, contrapôs ao "mundo que o português criou", o "mundo que o mulato criou" (1959). Não obstante a "luso-tropicalização" da retórica diplomática, a ordem internacional (Carta da ONU, 1945) reconhecia o direito de todos os povos à autodeterminação. O projecto sempre adiado do estatuto de adjacência, dada a aproximação cultural com a metrópole, foi reconsiderado por Adriano Moreira (1962) e rejeitado pela elite mindelense, que temia perder a oportunidade da independência (França, 2002).

Revisitados os discursos de libertação e de autonomia, confirmamos a hipótese inicial que a *estratégia de aproximação cultural entre dominados e dominantes (atenuação de diferenças e estereótipos) minou o equilíbrio das relações coloniais e conduziu à emancipação.*

Educação e cidadania

A política educativa, mediada por sucessivas reformas, chegava com atrasos e mutilações à colónia. A partir das transferências do discurso educativo colonial, por processos adaptativos e de manipulação, foi-se modelando um sistema escolar que, sem recusar a dependência e o mimetismo dos modelos, foi capaz de "negociar" diferenças, especificidades e desenvolvimentos. Essa pressão negocial não destruiu as marcas da ideologia colonial: ensino rudimentar, formação dos colonizados para as profissões modestas, assimilação das elites através do ensino secundário incompleto. Contrariamente ao contexto educacional (outras colónias) marcado pelo Estatuto Missionário, a influência da Igreja na educação foi limitada, não obstante o prestigiado capital humano herdado do Seminário-Liceu de S. Nicolau (1866-1917).

A propaganda colonial ostentou, como troféu da aculturação, a taxa *heróica* de analfabetismo inferior a 25% (Galvão, 1940b), em contraponto com a taxa *depressiva* estimada na colónia, que oscilava entre 65% e 70%, representativa dos "muitos milhares

de indivíduos que embora saibam copiar o seu nome, não sabem ler nem escrever" (Spencer, 1953). Os discursos idealizados e os números forjados construíram "um caso perfeito de cultura luso-tropical e […] um excelente veículo da cultura portuguesa na Guiné, em Angola e S. Tomé e Príncipe" (Miranda, 1960).

"Nesta província não se necessita apenas de escolas primárias […]. Os cabo-verdeanos aspiram e teem direito a mais alguma coisa, já pela sua reconhecida capacidade mental, já pelo seu progressivo estado social" (Ferro, 1918). As expectativas de uma oferta educativa superior à instrução elementar foram frustradas com a extinção do ensino primário superior (1924). O liceu foi celebrado como "uma das maiores e mais justas aspirações de Cabo Verde" (*A Voz de Cabo Verde*, 1917, Julho). A voz da cidadania (na imprensa, no Conselho do Governo, nas Comissões Municipais) rejeitou o ensino simplificado e defendeu níveis mais elevados do conhecimento.

A *reconstituição do sistema escolar cabo-verdiano* comprovou *a acção determinante da elite letrada na criação de condições para a existência de um ensino prestigiado socialmente*.

O liceu cabo-verdiano foi arquitectado como instância de dominação, sob o comando do reitor, administrador-delegado do governo colonial. Os três reitores cabo-verdianos – Adriano Duarte Silva (1927-1929; 1933-1936), Baltasar Lopes da Silva (1949-1960; 1965-1969) e Antero João de Barros (1960-1961) – tiveram um notório protagonismo e maior durabilidade média dos mandatos. A "pedagogia coerciva" (Barroso, 1995) – ensino uniformizado em todo o império, alheio ao *ethos* da cabo-verdianidade – foi questionada: "Não sei que impressão se produzirá em tal criança, e como reagirá, ao ouvir falar, por exemplo, de caminhos-de-ferro que nunca viu, ao ter de decorar aquelas linhas, ramais e mais ramais, de que (até parece castigo!) nem um só elimina" (Oliveira, 1959, Novembro) .

O genótipo do ensino liceal é definido por indicadores que denunciam clivagens sociais: étnicas (alunos de raça branca, 7%; raça mista, 93%; raça preta, 0%)[611]; de género [alunas, 33,1%[612]; professoras, 29,4%[613] (Praia) e 52% (Mindelo)] e de oportunidade [(acesso ao ensino superior – 14,2%[614] (1967/68)].

[611] Instituto Cabo-verdiano de Instrução, 1925/1926.
[612] Liceu Gil Eanes, 1932 a 1958.
[613] Liceu Adriano Moreira e Liceu Gil Eanes, 1971.
[614] Taxa de transição para o ensino superior na metrópole, 1967/68.

A entrada na escola secundária desvendou um espaço *de dominação e de divisão social da população (em função da origem étnica, género e classe)*, apesar do questionamento crítico da elite ilustrada.

A primeira tentativa de extinção do liceu (Mindelo) pelo governo colonial ocorreu 13 meses após o início do seu funcionamento (1918), sendo substituído pelo Instituto Cabo-verdiano de Instrução, numa tentativa de recuperação do ensino secundário confessional (Seminário de S. Nicolau). Foi a força da cidadania que susteve a morte anunciada do liceu e se manifestou contra sucessivos ensaios de desvalorização (menos professores, menos tempo de aprendizagem). A imprensa desafiou o poder colonial instando a "que o povo reclame competentemente, pedindo providências, para evitar o descalabro duma instituição que custou muito esfôrço e representa uma aspiração justíssima desta desgraçada terra, a quem parece, nem é permitido alimentar esperanças" (*Notícias de Cabo* Verde, 1931, Dezembro). Foi graças ao cabo submarino da Western Telegraph Company (fluxo de telegramas entre cidadãos, o poder municipal e central e o governo de Lisboa) e à pressão da cidadania (nas ilhas e na diáspora) que, em menos de um mês, o extinto liceu foi restabelecido (1937). Subjaz a esta gesta episódica do liceu, uma política de contenção da população ilustrada, que frustrou as pretensões locais de mobilidade social. A resistência à resignação social passou por um exercício racional de intervenção cívica em prol de um liceu completo e prestigiado (similar a uma universidade, noutros contextos e tempos).

As trajectórias conturbadas do liceu em Mindelo e a edificação tardia do liceu na Praia demonstram que *o ensino secundário, nível mais elevado de escolaridade na colónia, se inseria no paradigma da educação colonial marcado pela conformação social (cada um no seu lugar).*

Os desvios para o ensino técnico (fundamento oficial para a extinção do Liceu Nacional Infante D. Henrique, 1937) visavam "conformar os sonhos indevidos" (Resende, 2003). Ao temor da formação de "uma espécie de proletariado intelectual saído do Liceu e que está sem emprego" (Governador, 1933), a intelectualidade respondia: "Se os que nos governam querem que tenhamos bons agricultores, bons industriais e bons artistas, dêem-nos escolas próprias, não nos tirando, todavia, o liceu. Precisamos do liceu" (Leite, 1935, Fevereiro).

A síntese dos argumentos em torno da antinomia ensino liceal-ensino técnico permite-nos concluir que *no imaginário social, o ensino técnico era o território eleito para a formação dos estratos sociais mais baixos, enquanto o ensino liceal preparava para o desempenho de papéis profissionais correspondentes às posições das classes dominantes*.

O discurso educativo revela a prevalência da cultura empírica construída pelos professores no exercício profissional. A representação social do "bom" professor, associada a qualidades pessoais – uma cultura geral vasta, uma boa retórica e o exercício da autoridade – foi transmitida pela memória corporativa dos docentes e memória afectiva dos alunos. A cultura, transmitida de geração em geração, estava "atrasada em relação às culturas obtidas por outros povos através de um ensino fecundo e atento ao progresso técnico-científico do mundo de hoje" (Wahnon 1963, Outubro-Dezembro). Neste ambiente, o liceu foi um reduto de cultura, que transpôs os muros escolares, emergindo noutros espaços permeáveis às realidades quotidianas e aos seus problemas concretos. Ao legado do Seminário – "donde os jovens saíam fortes em humanidades, porém, ignorantes em matéria dos valores culturais da época" (Pedro Cardoso) – agregou-se uma cultura pragmática, humanista e de erudição, necessária a fazer funcionar as inteligências.

Foi este papel de centro de *(re)produção de* saber, num sistema sem ensino universitário, que transformou o liceu *na mais prestigiada instituição educativa e cultural da colónia*.

Cultura e libertação

A análise de conteúdo da rara produção discursiva dos alunos (que os arquivos preservaram) revelou traços de carácter, como a vontade de realização pessoal, a irreverência/disciplina, a ambição de superação da pobreza e a valorização do diploma-passaporte para um destino limitado (em qualquer posto da função pública). A formação universitária, sonho realizado por uma minoria, revelou "a visão concreta do mundo e a preocupação do enquadramento do fenómeno cabo-verdiano na dinâmica universal" (Ferreira, 1965).

O modelo educativo imposto propiciou o desenvolvimento intelectivo (valores fundados na religião e na tradição) e o domínio da vontade (educação para a passividade). As transgressões à ordem colonial forjaram uma contracultura de libertação: a utilização do crioulo no liceu (que segundo o reitor Baltasar Lopes (1957) "já oferece hoje aos alunos imensas possibilidades expressionistas"), a constituição marginal de uma academia cultural e a edição de uma revista da Mocidade Portuguesa que não se refere, uma única vez, à organização juvenil do regime e divulgou o movimento literário dos ultra-novíssimos.

Conscientes das limitações resultantes da raridade dos testemunhos "em directo" dos alunos, presumimos que a sua formação num *campo científico-disciplinador* projectou a imagem do cidadão colonizado, submisso e cumpridor dos deveres. À margem da ordem estabelecida, o caminho transgressivo de alguns estudantes sugere *o ideal do cidadão reflexivo e atento à sociedade envolvente.*

"O rapaz moderno quer luz, quer ar, quer sentir o prazer de uma vida sã a tonificar-se o sangue, para suportar as actuais condições de vida, para poder acompanhar a marcha acelerada desta época brutal e electrizante". As palavras de Aguinaldo do Fonseca (1951) interiorizam o conceito de educação integral, que além de contemplar as dimensões psíquica e física, cuidava da relação do aluno com o trabalho. Contrariando o paradigma emergente, "a criança caboverdiana, encarcerada durante cerca de cinco horas em cada dia entre as quatro paredes da sala de aula mal ventilada, não usufrui o benefício do um quintal especialmente construído para jogos e exercícios físicos" (Fonseca, 1951). A educação física, cujos "métodos atraentes, intuitivos e activos da Educação Nova conferiam carácter sedutor e integrativo" (Gomes, 1991, p. 110), não encontrou o seu espaço no liceu. Preferiu as ruas, os largos e as praças das cidades, onde paradas de jovens integrados em organizações paramilitares (Falcões Portugueses de Cabo Verde; Mocidade Portuguesa), se exibiam perante a população. O porte físico dos jovens associados tinha centralidade simbólica e transmitia os valores do aprumo, da força e da hierarquia.

A estética da juventude, inspirada em movimentos cívicos da Checoslováquia, inseria-se na coreografia militar das organizações juvenis europeias. A conjugação do fascínio exercido pelos corpos marchando impecáveis nos uniformes brancos pelas ruas de Mindelo com a retórica de um ensino activo, racional e integral e de uma cultura de

carácter, explica a relevância social dos Falcões Portugueses de Cabo Verde recordados, ainda hoje, com nostalgia. O excessivo protagonismo determinou a sua anulação pelas autoridades coloniais e a instalação da Mocidade Portuguesa. Após um período de coexistência das duas organizações juvenis (1936-1939), o património dos Falcões foi absorvido pela Ala nº 2 da Mocidade Portuguesa. A leitura das fontes documentais patenteou uma Mocidade, com dificuldades de inserção no universo escolar crioulo, revitalizada em momentos de celebração da "pátria" imperial (as visitas presidenciais à colónia, nos anos de 1939 e 1955). Servindo-se da juventude, as duas organizações paramilitares proclamaram o paradigma da formação integral do aluno e estimularam a cultura do corpo e da mente.

Admitimos a hipótese que a cultura *do carácter, promovida pelos Falcões Portugueses de Cabo Verde, foi decisiva para a formação de uma consciência cívica*, em particular na cidade de Mindelo.

No projecto inicial da investigação, ao apresentar uma pré-teoria de resposta às perguntas de partida, considerámos que *a circulação de revistas académicas e culturais no espaço liceal contribuiu para a produção de marcas identitárias diferenciadoras (da matriz colonial) e de atitudes de (in)conformismo e de autonomia.* Para a comprovação desta asserção, lemos a imprensa académica constituída por publicações efémeras, onde os alunos publicavam trabalhos escolares, primícias literárias sob a égide (censura) do reitor. Os pequenos jornais publicados, na década de trinta (*Alma Nova*, 1933; *Mocidade Caboverdeana*, 1935; *Juventude*, 1936; *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 1936), integravam-se no universo escolar e circum-escolar. De natureza diferente, a única publicação académica, dos anos quarenta (*Certeza*, 1944), cuja dimensão social está presente nos conteúdos (anti-evasionismo) e na estética (neo-realismo). A marginalidade da revista (o terceiro e último número foi proibido pela censura) reside na origem (Academia Cultivar pensada no liceu, realizada extra-muros) e nos textos "de uns moços de liceu, *parnasianos aguados* e junqueiristas" (França, 1963) que não ficaram "de braços cruzados olhando para o mar" (Sousa, 1944). Nos anos cinquenta/sessenta, a Mocidade Portuguesa apropria-se das actividades circum-escolares e patrocinou três jornais (*Mocidade*, 1956; *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, 1959 e *Mais Além…* (1966/67). Num desvio da fidelidade ao "proprietário" do jornal (Ala nº 2

da M.P), o *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes* foi concebido e escrito pelo Grupo Cultural do 3º Ciclo, fundado por Abílio Duarte, militante do PAIGC (aluno do liceu com o propósito de mobilizar os estudantes para a causa nacionalista).

No cinquentenário do Liceu Gil Eanes, Tito Lívio Feijóo afirmava que "se várias causas se poderão apontar como estando na origem do movimento [*Claridade*], não é de menor relevo o ambiente criado pelo Liceu e que aglutinou, na ilha de S. Vicente, os diversos componentes do grupo, antes espalhados pelas ilhas" (1967). Neste grupo destacava-se Baltasar Lopes, antigo aluno do liceu, professor e reitor. Noutro momento de celebração, vinte e cinco anos mais tarde, Henrique Teixeira de Sousa recordava que "daquele estabelecimento de ensino saíram imensos jovens que viriam a constituir a massa cinzenta do país, em diversos sectores, incluindo o sector da política e da luta pela independência nacional" (1992).

A nossa investigação aponta para conclusões idênticas. Lemos artigos, crónicas e poemas em fugazes jornais e revistas académicas, imaginámos as reuniões clandestinas do Grupo de Estudantes do 3º Ciclo. Depois de assistir ao "entre-cómico «O meu exame»", ouvimos em apoteose a Marcha da Glória e o Hino a Salazar (1938), aplaudimos Jorge Barbosa numa tarde poética (1964), ouvimos alunos falar da "radioactividade de Madame Curie" (1955) e da Menina e Moça de Bernardim Ribeiro (1959). Participámos na "Mesa Redonda sobre Estilística da Língua Portuguesa" orientada pelo Reitor, Baltasar Lopes da Silva (1959).

A documentação do acervo do Liceu de Mindelo e dos fundos arquivísticos da Secretaria Geral do Governo (1803-1927), da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979) e da Administração do Concelho da Praia (1868-1975) comprova que o liceu cabo-verdiano se tornou um centro de *educação* e *de civilidade* (em Mindelo, mais tarde, na Praia), que visou a formação intelectual que nivelava os homens cultos. O liceu tornou-se um ponto de convergência da cultura escolar empírica, da ciência condicionada pelos limites da ideologia colonial e da (contra)cultura nas margens da transgressão consentidas pela censura. Como testemunhou Teixeira de Sousa, "pelos postigos, janelas e portas do novo estabelecimento de ensino, entrou luz, entrou ar lavado, entrou a vida em todas as dimensões […] entraram os ecos do mundo por se haver colocado o liceu na ilha de

S. Vicente, cujo porto, então pejado de barcos de todas as nacionalidades, era a boca pela qual penetravam os nutrientes da civilização" (1992).

Concluímos a escrita da tese com o sentimento que, apenas, levantámos questões e aflorámos evidências. Contaminámos a selecção das fontes e a interpretação dos factos com juízos de valor subjectivos, à revelia de uma permanente vigilância crítica: O discurso interpretativo da história, que quisemos contar, encerra silêncios e omissões. Narrámos e não comprovámos acontecimentos históricos. É, necessariamente, uma investigação incompleta. Não obstante a consciência destas limitações, assumimos o arrojo de expor os factos, vividos-contados por professores, alunos e cidadãos, ao escrutínio do pensamento crítico contemporâneo. Acreditamos ter desocultado uma parcela do processo de construção social do mais prestigiado espaço de cultura no Cabo Verde colonial. Ambicionamos terminar a narrativa, inverter a ampulheta e reabrir o debate sobre a educação colonial em Cabo Verde.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Arquivos

INSTITUTO DO ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL DE CABO VERDE (IAHN)

Álbuns fotográficos:

Álbum 2 [Fotografia 2: Professor Adriano Duarte Silva].

Álbum 3 [Fotografia 1: Aula de Canto Coral no liceu de Mindelo], [Fotografia 2: Alunas do liceu de Mindelo], [Fotografia 4: Edifício do liceu, 1921-1969].

Álbum 4 [Fotografia 4: Armário do museu de Ciências Naturais], [Fotografia 6: Casa do Senador Vera Cruz, onde o liceu foi instalado], [Fotografia 6: Capitania dos Portos, Mindelo, S. Vicente], [Fotografia 10: Edifício do Liceu Gil Eanes, em Chã do Cemitério, 1968], [Fotografia 18: Uma sala de aula no Liceu de Mindelo], [Fotografia 19: Aula de educação física feminina], [Fotografia 24: Aula de educação física masculina], [Fotografia 25: Alunos e alunas do liceu de Mindelo], [Fotografia 29: Armário do museu de Ciências Naturais], [Fotografia 33: Sala de aulas do liceu de Mindelo], [Fotografia 34: Prática laboratorial no liceu de Mindelo].

Álbum 6 [Fotografia 1: O edifício do Seminário-Liceu de S. Nicolau], [Fotografia 3: Alunos internos do Seminário depois de uma ascensão ao Monte Gordo]; [Fotografia 19: Sessão solene durante a visita do Presidente da República, 1955].

Álbum 7 [Fotografia 3: Cabo-verdianos na Exposição Colonial].

Álbum 8 [Fotografia 1: Edifício do Liceu Adriano Moreira, Praia]; [Fotografia 2: Liceu Adriano Moreira, Praia].

Fundo da Secretaria-Geral do Governo (1803-1927):

1861 Ofício 24 do Governador Geral, de 30/3 [A1/L.4/Cx.666]; Ofício do Director do Liceu Nacional, de 24/7 [A1/L.4/Cx.666].

[1898 a 1909] Projecto de organização de uma escola de ensino secundário na Praia, s/d [A1/L.4/Cx.666].

1906 Ofício do Bispo de Cabo Verde, de 16/6: Transferência do Seminário-Liceu para a cidade da Praia [A1/L.4/Cx.666].

1917 Ofício do reitor, António Augusto de Veiga e Sousa, de 19/11: Condições de abertura do liceu em Mindelo [A1/L.4/Cx.666]; Correspondência recebida de José Lopes da Silva, de 10/12: Ensino particular [A1/L.4/Cx.666].

1918 Petição dos cidadãos de Mindelo para a manutenção do liceu em Mindelo, de 26/4 [A1/L.4/Cx.666]; Questionário preenchido por José Lopes da Silva, de 13/8 [A1/L.4/Cx.666].

1919 Proposta do reitor do Liceu Nacional, de 1/11: Criação da cadeira de Escrituração e Contabilidade Comercial [A1/L.4/Cx.666].

1920 Ofício 155, de 17/11: Adaptação do quartel para as instalações do liceu [A1/L.4/Cx.666].

1921 Comunicação, de 13/1: Adaptação do quartel para as instalações do liceu [A1/L.4/Cx.666]; Requerimento de Adriano Duarte Silva, de 20/12: Reclamação contra professores com menos habilitações do que os alunos [A1/L.4/Cx.666].

1922 Carta do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 7/7: Pedido de subsídio para a continuação dos estudos do aluno Baltasar Lopes da Silva [A1/L.4/Cx.666]; Ofício do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 9/9: Proposta de criação de uma escola de comércio [A1/L.4/Cx.666]; Projecto de Mário Ferro, de 11/9: Admissão dos cónegos, professores do Seminário no Liceu [A1/L.4/Cx.666].

1923 Projecto de estandarte para o Liceu Nacional, de 30/1 [A1/L.4/Cx.666]; Ofício 268, de 21/5: Assistência escolar aos alunos do liceu [A1/L.4/Cx.666].

1924 Apontamentos sobre a origem e funcionamento do Liceu Nacional de Cabo Verde, de António de Souza, de 25/4 [A1/L.4/Cx.667]; Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Mindelo, de 25/8 [A1/L.4/Cx.666]; Acta da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Mindelo, de 2/9 [A1/L.4/Cx.666].

1925 Ofício 28, de 12/5: Proposta de atribuição do nome de Liceu Infante D. Henrique [A1/L.4/Cx.666].

1926 Proposta 4, do Reitor Abel Nogueira Godinho, de 14/10: Ausência de autonomia administrativa e financeira; Ofício 24, do Conselho de Instrução Pública, de 29/12: Exames dos alunos do Instituto Caboverdiano de Instrução [A1/L.4/Cx.666].

Fundo da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979):

1928 Estatuto do Liceu Infante D. Henrique, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Petição de cidadãos de Mindelo, de 10/5: Curso complementardo liceu [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Alocução do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 5/10 [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Despacho, de 12/10: Concessão de empréstimo para as despesas do liceu central [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Nota, de 15/12: Abertura de crédito para pagamento dos vencimentos dos professores [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236].

1929 Ofício 117, de 19/10: Adaptação do edifício para o liceu e aquisição de equipamentos laboratoriais [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236].

1930 Telegrama dirigido ao Governador, de 10/4: Eleição de Daniel Duarte Silva, reitor do Liceu Infante D. Henrique [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236].

1931 Ofício 20, de 15/1: As disciplinas de Moral e Canto Coral [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Ofício 238, de 15/12: Serviço docente no Liceu Infante D. Henrique [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Notas biográficas de Adriano Duarte Silva, de 17/12 [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236]; Notas biográficas de José Lopes da Silva, de 17/12 [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236].

1932 Relatório do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 25/7 [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.237]; Ofício 165, de 12/11: Medidas de ordem pedagógica e disciplinar no Liceu Infante D. Henrique [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236].

1933 Ofício 8, de 12/1: Pedido de obras nas instalações do Liceu Infante D. Henrique [SC:J\SR:A\Cx.233]; Programa de festa escolar em honra do patrono do Liceu Infante D. Henrique, de 7/3 [SC:J\SR:A\Cx.233]; Petição de pais e cidadãos da Praia, de 13/4: Criação de um instituto secundário privado [SC:J\SR:A\Cx.233]; Ofício 93, de 13/5: Colégio-Liceu Serpa Pinto [SC:J\SR:A\\Cx.233]; Relatório de um professor, de 8/7: Aulas de Desenho [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.237]; Discurso do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 23/10 [SC:J\SR:H\SSR:H4\Cx.236].

1936 Carta do professor Afonso Horácio Mesquita de 26/1: O caso dos professores agregados do liceu de Cabo Verde [SC:J\SSR:H4\Cx.238]; Ofício 106, do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 20/4 [SC:J\SSR:H4\Cx.238]; Relatório do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 5/8 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.238]; Ofício 232, de reitor do Liceu Gil Eanes, de 26/9 [SC:J\SSR:H4\Cx.238]; Ofício 165, de 15/10, do Inspector Pinto Coelho: Inscrição dos alunos do Liceu Gil Eanes na Mocidade Portuguesa; [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.233]; Ofício 268, do reitor do Liceu Gil Eanes, de 29/10: Nomes das salas de aula [SC:J\SSR:H4\Cx.238]; Ofício 281, de 11/11: Remessa das listas com as inscrições dos alunos do Liceu Gil Eanes na Mocidade Portuguesa [SC:J\SSR:H4\Cx.238]; Programa de récita académica (Liceu Gil Eanes), de 1/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.239].

1937 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1936/37, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240]; Ofício 200, de 9/6: Abertura do ano lectivo no Liceu Gil Eanes [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.238]; Requerimento de Vasco Lopes da Silva, de 8/8: Matrícula da filha com idade inferior à legal; Exposição de um professor de Educação Física, de 17/8 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.238]; Telegrama, de 4/11: Pedido de continuação das aulas no Liceu Gil Eanes [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.238]; Telegrama, de 9/11: Publicação do decreto que autoriza a continuação do Liceu Gil Eanes [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.238].

1938 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 27/4 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240]; Ofício 255, do reitor do Liceu Gil Eanes, de 6/10: Situação do liceu provocada pela falta de professores interinos [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.239; Ofício 267, do reitor do Liceu Gil Eanes, de 14/10: Sobre as razões da falta de aproveitamento escolar [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.239].

1939 Informação 63, de 8/6: Apreciação dos anuários do reitor do Liceu Gil Eanes, 1936/37 e 1937/38 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240]; Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 21/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240];

1940 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1939/40, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240].

1941 Regulamento das salas de estudo, de 11/12/1941 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240]; Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1940/41, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240].

1942 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1941/42, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.240].

1943 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 26/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1944 Ofício 31, de 22/3: Preparação dos exames do ensino secundário [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.241]; Ofício, de 12/10: Proposta de isenção de propinas para os alunos do Liceu Gil Eanes [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.241]; Ofício 166, de 6/12: Professores do ensino liceal [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.241]; Ofício, de 28/12: Criação de um curso de instrução comercial anexo ao liceu [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.241].

1945 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 31/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1946 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1945/46, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1948 Ofício 96, de 1/9: Leccionação das disciplinas de Canto Coral, Educação Física e Lavores sem a colaboração da Mocidade Portuguesa [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243]; Ofício 598, de 13/12: Solicitação de mobiliário para o Liceu Gil Eanes [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1949 Ofício 127, de 24/9: Parecer sobre o ano escolar [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243].

1950 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 11/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243].

1951 Folha de informação anual do serviço docente, de 17/2 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243]; Ofício, de 4/3: Parecer do Conselho Pedagógico e Disciplinar sobre o compêndio de Zoologia [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243]; Ofício 35, do reitor do Liceu Gil Eanes, de 23/4: Frequência e extinção do curso de instrução comercial [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243]; Ofício 46, de 22/5: Exames de admissão e do 1º ciclo na Praia [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.243].

1952 Petição de pais e cidadãos da Praia, de 23/9: Criação de um colégio-liceu na Praia [SC:J\SR:A\Cx.233]; Informação de Baltasar Lopes da Silva, de 6/11; Despacho do Governador sobre a proposta de criação de um colégio-liceu na Praia, de 12/11 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242]; Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 9/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1953 Despacho do Encarregado do Governo, de 17/8: Criação de um colégio-liceu na Praia [SC:J\SR:A\Cx.233]; Requerimento de encarregados de educação de alunos da Praia para a criação de um liceu na Praia, de 19/9 [SC:J\SR:A\Cx.233]; Despacho do Encarregado do Governo sobre a criação de um liceu na Praia, de 22/9 [SC:J\SR:A\Cx.233]; Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 10/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.245].

1954 Ofício 113, de 17/5: Transporte das provas escritas dos exames do ensino liceal [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.245]; Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, de 31/12 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1955 Exposição do reitor, de 4/3: Indisciplina no liceu [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.245]; Requerimento de estudantes, de 2/4: Pedido de realização do exame do 2º ciclo na Praia [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.245]; Regulamento interno do Liceu Gil Eanes, de 27/9 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.245]; Ofício, de 29/9:

Nomeação de vice-reitor e de professores para a Secção do Liceu Gil Eanes na Praia [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.245]; Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1954/55, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242].

1956 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, 1955/56, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.242]; Relatório do vice-reitor da Secção do Liceu Gil Eanes, Praia, de 6/9 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.246].

1958 Relatório do reitor do Liceu Gil Eanes, ano lectivo 1957/58, s/d [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.247]; Relatório do vice-reitor da Secção do Liceu Gil Eanes, Praia, de 6/9 [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.247].

Fundo documental do Ministério das Obras Públicas:

1958 Planta do edifício do Liceu da Praia. [SC:J\SR:H\SSR:H5\Cx.247].

LICEU LUDGERO LIMA

1928 Reclamação do administrador do concelho, Raimundo V. Bettencourt Rodrigues contra o professor de ginástica Tenente Mendonça, de 10/7.

1931 Propostas da reitoria do Liceu Infante D. Henrique para Sua Excelência o Governador da Colónia de Cabo Verde sobre a organização do liceu, de 14/7.

1934 Folha de livro de sumários, Liceu Infante D. Henrique, ano lectivo 1933/34.

1936 Relatório do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 5/8.

1938 Recurso ao Ex.mo Senhor Governador do Acórdão do Conselho Escolar do Liceu que condenou uma aluna à pena máxima de 2 anos de exclusão, de 11/7.

1938 Programa da récita académica em benefício da Caixa Escolar do Liceu Gil Eanes, de 1/12..

1955 Livro de averbamento dos castigos, de 6/10.

1968 Declaração de 1933, 27.003, de 4/11/1968: integração na ordem social estabelecida pela Constituição Política.

LICEU DOMINGOS RAMOS

1960 Placa comemorativa do centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio centenário do achamento de Cabo Verde, de 10/7.

COLECÇÕES PARTICULARES DE FOTOGRAFIAS

De Joaquim Saial (Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário):

Conjunto Os Caites, Mindelo; Membros associados dos Sokols, ilha do Fogo; "A Severa" Cartaz do primeiro filme sonoro no Éden Park (http://saial.info/index.pt?option [Data de acesso: 23/8/2006]).

De Jorge Sousa Brito:

Gilberto Freyre em Cabo Verde; Alunos, alunas e professores do Liceu Infante D. Henrique; Aluno do liceu filiado na Mocidade Portuguesa.

De Manuel Nascimento Ramos e Ivone Ramos:

Comandante geral dos Falcões Portugueses de Cabo Verde, Júlio Bento de Oliveira; Exibição de ginastas da Associação dos Falcões Portugueses de Cabo Verde; Formação de Falconinas; Desportos Náuticos praticados pelos Falcões Portugueses de Cabo Verde; Cadetes dos Falcões Portugueses de Cabo Verde; Marcha dos Falcões Portugueses de Cabo Verde em frente à Câmara Municipal de Mindelo; O governador Amadeu Gomes de Figueiredo passa revista aos Falcões Portugueses de Cabo Verde; Exibição de ginástica rítmica dos Falcões Portugueses de Cabo Verde.

De Maria Cândida Gonçalves

Professora Fernanda Marques rodeada de alunas.

Referente a Antero João de Barros

Antero João de Barros a discursar numa cerimónia; Professores e alunos do Liceu Gil Eanes http://www.caboindex.com/cv/antero-barros/[Data de acesso: 20/5/2008]).

1.2. Livros, jornais, revistas e artigos

A Mocidade Africana: Órgão mensal da propaganda colonial e defesa dos interesses africanos. Dir. Manuel Dias da Graça & Júlio Medina do Rosário [1 (1 Janeiro 1930) a 31 (31 Novembro 1932)]. Lisboa: V. Almeida.

A Voz d' África: Jornal de Defesa dos Direitos d' África. Dir. João de Castro [1 (1 Setembro 1912) a 24 (21 de Agosto de 1913)].

A Voz de Cabo Verde: Semanário democrático dedicado aos interesses da província de Cabo Verde. Dir. Gustavo Carlos da Fonseca [1 (1 Março 1911) a 369 (19 Maio 1919)]. Praia: Empresa A Voz de Cabo Verde.

AAVV (1959). *Colóquios cabo-verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais.

AAVV (1961). *Modernos poetas caboverdianos: Antologia.* Praia: Edições Henriquinas. Achamento de Cabo Verde.

África: Órgão do Movimento Nacionalista Africano. Dir. João de Castro [882-1 (Novembro 1931) a 34 (Janeiro 1933)]. Lisboa: Indústrias Gráficas.

África, José de (1923, Outubro 31). A questão colonial. *O Manduco,* 5, p. 1.

Agência Geral das Colónias (1934). *O império português na primeira exposição colonial portuguesa: álbum-católogo oficial: documentário histórico, agrícola, industrial e comercial, paisagens, monumentos e costumes.* Porto: Mário Antunes Leitão; Vitorino Coimbra.

Alcântara, Osvaldo (1936, Março). Almanjarra. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 1, p. 8.

Alcântara, Osvaldo (1947, Janeiro). Faminto. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 1, p. 24.

Alcântara, Osvaldo (1947, Setembro). Rapsódia da Ponta-da-Praia. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 5, p. 13.

Alfama, José Bernardo (1907, Setembro 21). Fidjo Orpho. *Cabo Verde, numero commemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor Dom Luiz Filippe*, p. 2.

Alfama, José Bernardo (1907, Setembro 21). Nhô Luiz Filippe. *Cabo Verde, numero commemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor Dom Luiz Filippe*, p. 2.

Alma Nova: Quinzenário académico. Dir. Augusto Melo [1 (30 Março 1933) a 6 (7 Dezembro 1933)]. S. Vicente: Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada.

Almada, Maria Dulce de Oliveira (1961). *Cabo Verde: Contribuições para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais.

Almeida, António de (1938). *Monografia-catálogo da exposição de Cabo Verde: Semana das colónias*. Lisboa: Sociedade de Geografia.

Almeida, António Reverdes (1966, Março). Desporto. *Mais Além* ..., 1, p. 4.

Almeida, Carlos de, Quintino; Rogado & Levy, Bento (1950, Maio). Temos de Reagir. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 8, pp. 1-2.

Almeida, Felícia de Monte-Falco Silva (1961, Julho). Escola Industrial e Comercial. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 142, pp. 8-13.

Almeida, José Evaristo d' (1989) [1856]. *O escravo: Romance caboverdeano.* Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Almeida, Viana de (1933, Agosto 26). Entrevista com o governador de Cabo Verde (transcrita do *Jornal do Comércio e das Colónias*). *Notícias de Cabo Verde*, 59, p. 3.

Alvarez, Candeias (1962, Fevereiro). Os caboverdianos do Brasil manifestam sem reservas o seu patriotismo. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 149, pp. 8/9.

Alvorada Técnica: Boletim de actividades da Escola Industrial e Comercial de Mindelo. [1 (Abril 1963) a 2 (Maio 1963)]. S. Vicente: Escola Industrial e Comercial de Mindelo.

Amado, Carlos Barbosa (1935, Dezembro 1). O triunfo de uma raça. *Juventude,* 1, p. 3.

Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1935. Praia: Serviços de Estatística.

Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1936. Praia: Serviços de Estatística.

Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1937. Praia: Serviços de Estatística.

Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1938. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1939. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1940. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1944. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1947. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1948. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico da colónia de Cabo Verde de 1949. Praia: Serviços de Estatística.
Anuário estatístico das províncias ultramarina de 1967. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico das províncias ultramarina de 1968. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do império colonial de 1943. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1945.
Anuário estatístico do império colonial de 1944. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1945.
Anuário estatístico do império colonial de 1945. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1946.
Anuário estatístico do império colonial de 1946. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1947.
Anuário estatístico do império colonial de 1947 / 1948. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1950.
Anuário estatístico do império colonial de 1949. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1951.
Anuário estatístico do ultramar de 1950/1951. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1952.
Anuário estatístico do ultramar de 1952. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1953.
Anuário estatístico do ultramar de 1953. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1955.
Anuário estatístico do ultramar de 1954. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1956.
Anuário estatístico do ultramar de 1955. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1957.
Anuário estatístico do ultramar de 1956. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1957.
Anuário estatístico do ultramar de 1957. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1958.
Anuário estatístico do ultramar de 1958. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1959. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1960. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1961. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1962. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1963. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1964. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1965. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
Anuário estatístico do ultramar de 1966. Vol II. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
A. S. (1965/1966) Nota de abertura. *Mais Além*, 1, p. 1.
A. S. (1966, Abril) Despedida. *Mais Além*, 3, p. 1.
Augusto, José (1939, Outubro 23). Rectificando. *Notícias de Cabo Verde*, 188, p. 1.
Azevedo, José Maria Cabral de (1915, Novembro 8). S. Nicolau – Estado da instrução primária. *A Voz de Cabo Verde*, 218, p.2.
Azevedo, Pedro Corsino (1936, Março). 2 poemas. *Claridade: Revista de Arte e Letras,* 1, p. 6.
Azevedo, Pedro Corsino (1947, Janeiro). Terra-longe. *Claridade: Revista de Arte e letras*, 4, p. 12.
Azevedo, Pedro Corsino (1947, Setembro). Liberdade. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 4, p. 15.
Barbosa, Jorge (1934, Agosto). Escrever bem. O Ressurgimento, 11, p. 2.
Barbosa, Jorge (1935). Ilhas. In [França, Arnaldo & Santos, Elsa Rodrigues dos (Org.)] *Obra poética de Jorge Barbosa*, 2002. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, pp. 37-40.
Barbosa, Jorge (1936). Poema. *Claridade: Revista de Artes e Letras*, 1, p. 10.
Barbosa, Jorge (1947, Janeiro). Carta para Manuel Barbosa. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 4, p. 25.
Barbosa, Jorge (1948, Julho). Emigrante. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 6, p. 10.
Barbosa, Jorge (1953, Dezembro). Notas sobre a instrução primária em Cabo Verde. Crónicas de S. Vicente. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 51, pp. 26-27.
Barbosa, Jorge (1956). *Caderno de um ilhéu – poemas.* Praia [texto dactilografado].

Barbosa, Jorge (1957, Janeiro). Indolência caboverdiana. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 88, pp. 10-11.

Barbosa, Jorge (1958, Maio). Crianças. *Claridade: Revista de Arte e Letras,* 8, pp. 23-25.

Barbosa, Jorge (1963). Memorial de São Tomé, Sueltos poéticos. In [Santos, Elsa Rodrigues dos (Org.)] *Jorge Barbosa: Poesia inédita e dispersa.* Linda-a-Velha: Edição ALAC – África, Arte e Cultura, 1999, p. 117.

Barcellos, Christianno José Senna (1905). *Subsídios para a História da Guiné e de Cabo Verde*. Parte II. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências.

Barros, Antero de (1963, Março). Temas de Pedagogia e Didáctica: O que é uma lição. *Cabo Verde: Boletim Documental e Cultura*, 6-162, pp. 1-2.

Barros, Antero de (1965, Novembro 4). O ensino em Cabo Verde. *O Arquipélago*, 169, pp. 1/2.

Barros, António de (1961). *África. Cabo Verde. De 1952 para cá: o que se viu, o que se disse, o que se cismou.* Lisboa: Edição do autor.

Barros, João de (1916). *A educação republicana*. Paris / Lisboa: Aillaud & Bertrand.

Boléo, Oliveira (1958, Setembro). Escola industrial e comercial de Mindelo: seu presente e seu futuro. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 108, pp. 13/14.

Boletim da Agência Geral das Colónias. (Julho de 1925 a Dezembro de 1931; Agosto de 1951 a Julho 1979). Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes. Dir: Centro nº 1 da Ala nº 2 da Mocidade Portuguesa [1 (Março 1959)]. S. Vicente: Mocidade Portuguesa.

Boletim dos Falcões de Cabo Verde: Publicação de carácter científico e literário. Dir. Falcões de S. Vicente [1 (Janeiro 1936) a 2 (Fevereiro 1936)]. S. Vicente: Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada.

Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde [1841, 1848, 1860/61, 1863, 1866/67, 1905, 1909-1975]. Praia: Imprensa Nacional.

Borges, António Castilho (1970, Janeiro 15). A abertura do ano lectivo no Liceu «Adriano Moreira». *O Arquipélago*, 388, p. 7.

Borges, António Castilho (1970, Outubro 7). A escolarização integral. *O Arquipélago*, 478, pp. 1-7.

Brito, Eduíno (1944, Março). Jorge Barbosa e a poesia cabo-verdiana. *Certeza: Fôlha da Academia*, 1, p. 6.

Brito, José Soares de (1958, Julho). Comemorações do 1º centenário da elevação da Vila de Santa Maria da Praia à categoria de Cidade da Praia de Santiago, capital da colónia de Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 106, pp. 1-21.

C. (1912, Novembro 11). Carta de Cabo Verde: A república ainda não chegou a África. O que se tem feito e o que se deve fazer. *A Voz d'África*, 5, p. 1.

Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura. Dir. Bento Levy [1-157 (Outubro 1962) a 19-21/175-177 (Abril/Junho 1964)]. Praia: Imprensa Nacional.

Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação. Dir. Bento Levy [1 (Outubro 1949) a 156 (Setembro 1962]. Praia: Imprensa Nacional.

Cabo Verde: Commemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor Dom Luiz Fillipe. [Número único (21 Setembro 1907]). Cidade da Praia: Comissão Encarregada da Organização de Diversões Populares.

Cabo Verde no âmbito das comemorações do quadragésimo aniversário da revolução nacional (1967). Praia: Centro de Informação e Turismo.

Cabral, Amílcar (1951, Junho). A propósito de educação. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 21, pp. 24-25.

Cabral, Amílcar (1952, Janeiro). Apontamentos sobre a poesia … *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 28, pp. 7/8.

Cabral, Amílcar (1972). *O papel da cultura na luta pela independência.* Paris: UNESCO.

Cabral, Amílcar (1982) [1972]. *A cultura nacional: O papel da cultura na luta pela independência nacional*. Bissau: Departamento de Propaganda e Cultura do PAIGC.

Cabral, Juvenal (1935, Março 1). Pontos nos ii…". *Mocidade Caboverdeana: folha Literária*, 3, pp. 4-7.

Caetano, Marcello (1952) [1943]. *A missão dos dirigentes*, Lisboa: Mocidade Portuguesa.

Camões, Luís de (1972) [1572]. *Os Lusíadas.* Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Cardoso, Pedro (1911, Maio 7). Pró África. *A Voz de Cabo Verde*, 14, p. 2.

Cardoso, Pedro (1911, Novembro 7). Estiagem, fome, arborização.... *A Voz de Cabo Verde*, 15, p. 3.

Cardoso, Pedro (1912, Janeiro 15). Funccionarios africanos. *A Voz de Cabo Verde*, 22, p. 2.

Cardoso, Pedro (1912, Abril 26). Os indígenas de Cabo Verde são desleixados, indolentes e bêbados? *A Voz de Cabo Verde*, 36, p. 2.

Cardoso, Pedro (1912, Agosto 5). Portugal e Alemanha. *A Voz de Cabo Verde*, 51, p. 2.

Cardoso, Pedro (1912, Setembro 22). Um preto. Questões indígenas. *A Voz de Cabo Verde*, 58, p. 3.

Cardoso, Pedro (1912, Setembro 23). Nativismo. *A Voz de Cabo Verde*, 58, p. 3.

Cardoso, Pedro (1912a, Setembro 30). A manduco… Instrução primária e superior em Cabo Verde. *A Voz de Cabo Verde*, 59, p. 2.

Cardoso, Pedro (1912b, Setembro 30). Questões indígenas. *A Voz de Cabo Verde*, 59, p. 2.

Cardoso, Pedro (1912, Novembro 18). [Sem título]. *A Voz de Cabo Verde*, 66, p. 2.

Cardoso, Pedro (1913, Março 10). Raça negra. Luís Gama. *A Voz de Cabo Verde*, 82, p. 2.

Cardoso, Pedro (1913, Março 31). Raça negra. Toussaint-Louverture. *A Voz de Cabo Verde*, 85, p. 2.

Cardoso, Pedro (1914, Fevereiro 9). [Sem título]. *A Voz de Cabo Verde*, 130, p.3.

Cardoso, Pedro (1914, Julho 13). Nativismo. *A Voz de Cabo Verde*, 152, p. 3.

Cardoso, Pedro (1914, Julho 20). [Sem título]. *A Voz de Cabo Verde*, 153, p. 3.

Cardoso, Pedro (1922, Janeiro). Ode à África. *Correio de África*, 23, p. 1.

Cardoso, Pedro (1928). *Algas e corais.* Vila Nova de Famalicão: Edição do Autor.

Cardoso, Pedro (1933). *Folclore caboverdeano.* Porto: Edição Maranus.

Cardoso, Pedro (1933, Julho 1). Tabanca. *O Eco de Cabo Verde*, 5, p. 2.

Cardoso, Pedro (1934a). *Conferência lida no Teatro "Virgínia Vitorino" (Praia) em 30 de Dezembro de 1933*. Porto: Empresa Industrial Gráfica, Lda.

Cardoso, Pedro (1934b). *Sonetos e redondilhas.* Cabo Verde: [s.n.].

Carvalho, João Mendes de (1933, Março 30). Incitamento. *Alma Nova,*, 1, p. 1.

Carvalho, João Mendes de (1935, Janeiro 1). Duas palavras ao leitor. *Mocidade Caboverdeana: Folha Literaria*, 1, p. 1.

Casimiro, Augusto (1935). *As ilhas crioulas.* Lisboa: Editorial Cosmos.

Casimiro, Augusto (1940). *O Portugal crioulo.* Lisboa: Edições Cosmos.

Certeza: Folha da Academia. Dir. Eduíno Brito Silva [1 (Março 1944 a 2 (Junho 1944)]. S. Vicente: Edição de Joaquim Ribeiro.

Chantre, Guilherme (1959, Janeiro 29). Carta aberta ao grupo do 3º ciclo. *Notícias de Cabo Verde*, 304, p. 4.

Claridade: Revista de Arte e Letras. Dir. Manuel Lopes [1 (Março 1936) a 2 (Agosto 1936)]. S. Vicente: Grupo "Claridade".

Claridade: Revista de Arte e Letras. Dir. João Lopes [3 (Março 1937) a 9 (Dezembro 1960)]. S. Vicente: Grupo "Claridade".

Comissão da Reforma do Ensino Técnico (1913). Relatório sobre a reforma do ensino técnico. *Escolas Técnicas*. *Boletim de Acção* Educativa, vol. I (3-4), pp. 7-380.

Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (1940). Universidade Católica: Instituto Superior de Direito Canónico. http://www.ucp.pt [Data de acesso: 15/7/2007]

Correio d' África: Quinzenário defensor dos interesses de África. Dir. Nicolau Santos Pinto [1 (22 Maio 1921) a 65 (1 Agosto 1923)]. Lisboa: L.A.P.

Costa, Abel Fontoura da (1932). Atribulações dum marinheiro em terra de além-mar: Cabinda – Timor – Cabo Verde – S. Tomé (Conferência). In *Anais do Club Militar Naval*. Separata 1932. Lisboa: Imprensa da Armada. http:/ www/marinha.pt/extra/revista/ra_set_out 2003 [Data de acesso: 14 de Junho 2008]

Cruz, Frank Xavier da (B. Léza) (1936, Agosto). Vénus. *Claridade: Revista de Arte e Letras,* 2, p. 1.

Cruz, Frank Xavier da (B. Léza) (1950). *Razão da amizade caboverdiana pela Inglaterra.* Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional.

Cunha, Xavier da (1893). *Pretidão de amor. Endechas de Camões a Barbara escraba seguidas da respectiva tradução em várias línguas e antecedidas dum preambulo*. Lisboa.

Defesa: Quinzenário sanicolaense. Dir. Joaquim Lopes dos Santos [1 (1 Novembro 1933) a 6 (21 Maio 1933)]. S. Nicolau: Grupo "Defesa".

Dias, Jorge (1959). Prefácio. In *Colóquios cabo-verdianos*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Ego (1938, Agosto 1). Comentário. *Notícias de Cabo Verde*, 173, p. 1.

Elmano (1932, Fevereiro 20). A impraticabilidade de um decreto. *Notícias de Cabo Verde*, 25, p. 2.

Estatística geral da província de Cabo Verde. (1920). Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Estatística geral da província de Cabo Verde. (1925). Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Esteves, Tito (1956, Abril 22). Um liceu na capital da província. *Mocidade*, 11, pp. 1-5.

Esteves, Tito (1956, Agosto). Cabo Verde e a sua escola técnica. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 83, pp. 1-5.

Esteves, Tito (1957, Abril). Escola Técnica de Mindelo. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 91, p. 18.

Estrela, Albano Cordeiro (1966, Maio). Contribuição da história local para o ensino da história no liceu. *Estudos Psicopedagógicos*, 1, pp. 2/3.

Euclides (1935, Janeiro 5). Do Fogo à Praia a bordo do «28 de Maio». *O Eco de Cabo Verde*, 33, p. 4.

Feijóo, Tito Lívio (1967, Novembro 30). O cinquentenário do Liceu Gil Eanes – evocado na Assembleia Nacional. *O Arquipélago*, 277, p. 3.

Ferreira, Manuel (1959, Março). Comentário em torno do bilinguismo cabo-verdianos. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 114, pp. 7-8.

Ferreira, Manuel (1959, Dezembro) A propósito de mais uma jovem publicação caboverdiana (Adenda ao estudo *Consciência literária Cabo-Verdiana* a publicar em Temas Cabo-verdianos. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 123, pp. 15-16.

Ferreira, Manuel (1960, Setembro). Temas cabo-verdianos. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 132, p. 10.

Ferreira, Manuel (1967). *A aventura crioula.* Lisboa: Editora Ulisseia.

Ferreira, Manuel (1972). *Terra trazida – Contos.* Lisboa: Plátano Editora.

Ferro, Mário (1918, Abril 29). Instrução pública: Exposição lida ao Conselho do Governo. *A Voz de Cabo Verde*, 341, p. 1.

Ferro, Mário (1918, Maio 6). Instrução pública: Discordando. *A Voz de Cabo Verde*, 342, p. 1.

Ferro, Mário (1918, Agosto 5). Instrução pública: A extinção da Escola Primária Superior. *A Voz de Cabo Verde*, 355, p. 1.

Figueiredo, Jaime de (1950, Outubro). Notas soltas. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 13, pp. 6/7.

Figueiredo, Jaime de (1953, Março). Emigração II. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 42, pp. 7/8.

Figueiredo, Jaime de (1955, Outubro). Editorial. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 73, p. 1.

Figueiredo, Jaime de (1961, Setembro). Apresentação. In *Modernos poetas caboverdianos*: *antologia*. Praia: Edições Henriquinas. Achamento de Cabo Verde, pp. IX-XLI.

Figueiredo, St. Aubyn (1936, Janeiro). Zdrau, zdrau, zdrau (digressão a João d'Évora). *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 1, p. 3.

Fischer, Beat de (1958, Abril). Notas de uma viagem a Cabo Verde. *Boletim de Propaganda e Informação*, 103, pp. 6-8.

Fonseca, Aguinaldo Brito (1949, Dezembro). Poeta e povo. *Claridade, revista de arte e letras*, 7, p. 28.

Fonseca, Aguinaldo Brito (1951, Fevereiro). A mocidade cabo-verdiana …. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 17, p. 24.

Fonseca, Aguinaldo Brito (1958, Maio). Herança. *Claridade, revista de arte e letras*, 8, pp. 30/31.

Fonseca, Gustavo Carlos da (1911, Março 1). "A Voz de Cabo Verde". *A Voz de Cabo Verde*, 1, p. 1.

Fonseca, João Gomes da (1931, Agosto 6). Escolas profissionais. *Notícias de Cabo Verde*, 11, p. 6.

Fonseca, Mário (1962a, Maio 25). Fome. Seló: página dos novíssimos, 1. *Notícias de Cabo Verde*, 321, pp. 3/4.

Fonseca, Mário (1962b, Maio 25). Reflexões. Seló: página dos novíssimos, 1. *Notícias de Cabo Verde*, 321, p. 1.

Fortes, Corsino (1959, Março). Folclore. *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, 1, p. 4.

França, Arnaldo (1944, Março). Instantâneos. *Certeza: Fôlha da Academia*, 2, p. 8.

França, Arnaldo (1962). *Notas sobre poesia e ficção cabo-verdianas.* Praia: Centro de Informação e Turismo.

França, Arnaldo (1963, Outubro-Dezembro). Entrevistas do "Diário Popular" com intelectuais cabo-verdianos (Transcrita do Diário Popular, de 6/6/1963). *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura*, 13-15/169-171, p. 7.

Freyre, Gilberto (1951) [1940]. *O mundo que o português criou.* Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Freyre, Gilberto (1951, Novembro). Palavras de Gilberto Freyre para «Cabo Verde». *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 26, p. 1.

Freyre, Gilberto (1953). *Aventura e rotina: Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Freyre, Gilberto (1963). *Casa-grande & sanzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Freyre, Gilberto (1968) [1936]. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças.* Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Frusoni, Sérgio (1960a, Dezembro). Fonte de nhâ sodade. *Claridade: revista de artes e letras*, 9, pp. 77/78.

Frusoni, Sérgio (1960b, Dezembro). Tempe feliz. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 9, pp. 79/80.

Furtado, Mário Lima (1963, Julho 4). Os Zés Pereiras de Cabo Verde. *O Arquipélago*, 47, p. 6.

Galvão, Henrique (1934). *O império português na primeira exposição colonial portuguesa: Álbum-catálogo oficial.* Porto: Agência Geral das Colónias.

Galvão, Henrique (1940a). *Álbum comemorativo da primeira exposição do mundo português. Secção colonial.* Porto: Lit. Nacional.

Galvão, Henrique (1940b). *Exposição do mundo português. Secção colonial.* Lisboa: Neogravura.

Garcia, Yolanda (1966, Abril). Um passeio à Praia-Abaixo. *Mais Além…* , 3, p. 6.

Gazeta das Colónias: Semanário de propaganda e defeza das colónias. Dir. Oliveira Tavares [1 (19 Junho 1924) a 38 (25 Setembro 1926)]. Lisboa: Empreza de Publicidade Colonial.

Gilova (1955, Outubro). Aos estudantes do liceu. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 73, pp. 5-6.

Gomes, J. Benedito (1917, Outubro). Ensino nas colónias. *de Educação Geral e Técnica (Boletim da Sociedade de Estudos Pedagógicos,* 1 e 2, pp. 253-263.

Gomes, Jorge Humberto (1955, Novembro). A radioactividade de Madame Curie. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 74, pp. 21-24.

Gonçalves, António Aurélio (1944, Julho 20). Um dos grandes. *Notícias de Cabo Verde*, Supl. ao 227, p. 1.

Gonçalves, António Aurélio (1973, Julho 19). Advertência. *O Arquipélago*, 571, p. 3.

Gonçalves, António Aurélio (1973, Agosto 9). Carta a um finalista do liceu. *O Arquipélago*, 574, p. 3.

Graça, António Duarte da (1911). *Cabo Verde: Quatro mezes e meio de administração ultramarina a pontapés ou a administração do governador Marinha de Campos.* Lisboa: Edições do Autor.

Igreja Católica (1943). *Concordata e Acordo Missionário de 7 de Maio de 1933*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional.

International Yearbook of Education (1961). Paris / Genève: UNESCO / BIE, Vol. XXIII, pp. 498-500.

Juventude: Fôlha literária bi-mensal fundada pelos quintanistas de 1936-37 a favor da Caixa Escolar do Liceu Infante D. Henrique. Dir. Augusto Macedo de Melo [1 (1 Dezembro 1936) a 2 (15 Dezembro 1936). S. Vicente: Edição de Augusto Macedo de Melo.]

Landa, Rubén (1928). *La enseñanza secundaria en Portugal.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

Leça, António (1933, Abril 27). O pxiu do contínuo. *Alma Nova,* 3, p. 1.

Leite, Carlos Alberto Monteiro (1958, Outubro). Nota de abertura. *Suplemento Cultural, Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação,* 1, p. 1.

Leite, Carlos Alberto Monteiro (C. A.) (1959, Fevereiro). Sobre o crioulo como língua literária. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação,* 113, pp. 29-30.

Leite, Mário (1935, Fevereiro 15). Em torno do Liceu Infante D. Henrique. *Notícias de Cabo Verde*, 110, p. 3.

Lemos, Ester de (1966). *Celebrar o passado, construir o futuro – problema da juventude.* Lisboa: Edições Panorama.

Lessa, Almerindo (1956, Janeiro). Na hora di bai. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 88, pp. 5-9.

Lessa, Almerindo & Ruffié, Jacques (1957). *Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: mesa redonda sobre o homem caboverdeano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Levy, Bento (1954, Outubro). Apontamento. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 61, pp. 1-2.

Levy, Bento (1955, Fevereiro). Um caboverdiano em Cabo Verde (Notas de uma viagem). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 65, pp. 9- 12.

Levy, Orlando (1962, Outubro 4). Esta ânsia de querer partir… e ter de ficar. *O Arquipélago*, 7, p. 6.

Levy, Orlando (1970, Maio 21). Ronda pelas ilhas…S. Vicente. *O Arquipélago*, 406, p. 6.

Lima, Henrique de Campos Ferreira (1936). *Relações entre Portugal e a Tchecoeslováquia.* Vila Nova de Famalicão: Tip. "Minerva", de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.

Lima Júnior, Armando (1963, Abril 20). Confissão. *Alvorada Técnica*, 1, p. 3.

Lobo, Pedro de (1960, Dezembro). A originalidade humana de Cabo Verde, 9, pp. 64-69.

Lopes, A. Corsino (1922, Maio 4). Cabo Verde 1460-1922. *O Correio de Áfrika*, 40, p. 2.

Lopes, Baltasar (1947a, Janeiro). Lúcio-e-fé. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 4, p. 40.

Lopes, Baltasar (1947b, Janeiro). O poeta foi para a terra-longe. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 4, p. 13.

Lopes, Baltasar (1947c Janeiro). Uma experiência nos trópicos I. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 4, pp. 15-22.

Lopes, Baltasar (1947, Setembro). Uma experiência nos trópicos II. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 5, pp. 1-10.

Lopes, Baltasar (1949a, Dezembro). Dois contos populares da ilha de Santo Antão: A doutrina e O cavaleiro e o pão quente. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 7, pp. 30-32.

Lopes, Baltasar (1949b, Dezembro). O folclore poético da ilha de S. Tiago. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 7, pp. 43-51.

Lopes, Baltasar (1956). *Cabo Verde visto por Gilberto Freire (Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento)*. Praia: Imprensa Nacional.

Lopes, Baltasar (1957, Dezembro). Mesa redonda sobre o homem caboverdiano. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 99, pp. 7-10.

Lopes, Baltasar (1960, Dezembro). Egídio e Job. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 9, pp. 60-63.

Lopes, Francisco (1960, Março). A importância dos valores espirituais no panorama cabo-verdiano. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 126, p. 20.

Lopes, José (1914, Setembro 21). A autonomia. *A Voz de Cabo Verde*, 162, pp. 1/2.

Lopes, José (1933). *Hesperitanas (poesia)*. Lisboa: Liv. J. Rodrigues & Cª.

Lopes, José (1940, Outubro 25). Hino do Liceu Gil Eanes. *Notícias de Cabo Verde*, 194, p. 2.

Lopes, José (1951, Fevereiro). Instrução e educação. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 17, pp. 14-15)

Lopes, José (1951, Abril). Instrução e educação. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 19, pp. 29-34.

Lopes, José (1951, Outubro). Colónia?... Província?... *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 25, p. 11.

Lopes, Manuel (1936a Março). Écran. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 1, pp. 4/7

Lopes, Manuel (1936b Março). Tomada de vista. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 1, pp. 5-6.

Lopes, Manuel (1936, Agosto). O lobo e o chibinho (conto popular de S. Nicolau). *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 2, pp. 8-9.

Lopes, Manuel (1959, Outubro). O programa da Claridade era fincar os pés na terra cabo-verdiana. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 1, p. 7.

Lopes, Manuel (1960). Tomada de vista – 3. Colonialismo. *Claridade: Revista de Artes e Letras* (Publicação comemorativa do cinquentenário), 1990, pp. 158/159.

Mais Além…Órgão do Centro Escolar nº 1 da Ala nº 1 da Mocidade Portuguesa. Dir. Manuel Sanca [1 (1965/66) a 7 (Maio 1967). Praia: Mocidade Portuguesa

Malagueta, M. (1914, Outubro 10). Escalpelamento. In [Manuel Brito-Semedo & Joaquim Morais (Orgs.)]. *Pedro Cardoso: Textos artísticos e literários.* Parte I. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 220/221.

Mariano, Dante (1956, Março 11). Pracinha do liceu. *Mocidade*, 9, p. 6.

Mariano, Gabriel (s/d). *Capitão Ambrósio*. Lisboa: Edição da Casa de Cabo Verde.

Mariano, Gabriel (1947, Dezembro). Casamento *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 6, p. 35.

Mariano, Gabriel (1948, Julho). Dinhêro d'ês mundo. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 7, p. 32.

Mariano, Gabriel (1950, Agosto). No liceu Gil Eanes. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 11, p. 3.

Mariano, Gabriel (1958 Maio). Negritude e caboverdianidade. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 104, pp. 7-8.

Mariano Gabriel (1959). Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou. In *Colóquios cabo-verdianos.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais, pp. 27-49.

Mariano, Gabriel (1965). 12 poemas de circunstância. In [Manuel Ferreira (Coord.)] *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa I: Cabo Verde e Guiné-Bissau.* Lisboa: Seara Nova, pp. 171-172.

Martins, Frank. (1931, Março 22). A propósito do liceu. *Notícias de Cabo Verde,* 1, p. 5.

Martins, João Augusto (1891). *Madeira, Cabo Verde e Guiné.* Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

Martins, Ovídio (1958, Outubro). O único impossível. *Suplemento Cultural, Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 1, p. 54.

Martins, Ovídio (1960, Dezembro). Desesperança. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 9, p. 35.

Mascarenhas, Francisco (1967, Abril 17). MPF. *O Arquipélago*, 244, p. 3.

M. C. (1915, Abril 14). Carta Orgânica. Indígenas. *O Popular*, 20, p. 2.

Mello, Cristiano Monteiro de (1913, Maio 15). Cabo Verde. Ilha de S. Tiago. A *Voz d'Africa*, 18, p. 3.

Melo, Augusto (1936, Dezembro 1). Porque viemos. *Juventude*, 1, pp. 1-2.

Mendes, Ana Maria Araújo Quental (1963, Fevereiro 28). Alguns aspectos do ensino de Ciências Naturais no Ultramar Português. *O Arquipélago*, 29, p. 1.

Menestrel, Solerte (1915, Setembro 20). Cartas confidenciais – primeira carta. *A Voz de Cabo Verde*, 212, p. 1.

Miranda, Augusto (1913, Novembro 11). A espada de Damôcles sobre o curso primário superior. *O Futuro de Cabo Verde*, 30, p. 3.

Miranda, Augusto (1931, Novembro 28). O liceu funciona incompletamente em prejuízo dos alunos. *Notícias de Cabo Verde*, 45, pp. 1-2.

Miranda, Augusto (1937, Fevereiro). Pelo liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 138, p. 1.

Miranda, Augusto (1938, Fevereiro 1). O liceu é uma conquista perdurável. *Notícias de Cabo Verde*, 162, pp. 1-33.

Miranda, Augusto (1938, Fevereiro 15). Pró-liceu, um belo documento. *Notícias de Cabo Verde*, 1623, p. 1.

Miranda, Augusto (1938, Março 1). O liceu é acima de tudo uma necessidade espiritual. *Notícias de Cabo Verde*, 164, p. 1.

Miranda, Augusto. (1938, Agosto 1). Cabo Verde em festa: o liceu ressurgiu. *Notícias de Cabo Verde*, 173, p. 1.

Miranda, Augusto (1939, Dezembro 23). O edifício de S. Nicolau ao abandono. *Notícias de Cabo Verde*, 189, p. 2.

Miranda, João (1932, Fevereiro 6). Ainda o liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 24, pp. 1-3.

Miranda, João (1933, Agosto 19). O crioulo. *Notícias de Cabo Verde*, 57, p. 5.

Miranda, João (1934, Junho 21). Questões de linguagem. *Notícias de Cabo Verde*, 93, p. 4.

Miranda, João (1937, Setembro 15). Em prol da língua portuguesa. *Notícias de Cabo Verde*, 153, pp. 1-2.

Miranda, João (1940, Dezembro 25). Harmonia entre o ensino primário e secundário. *Notícias de Cabo Verde*, 196, p. 4.

Miranda, João (1941, Novembro 29). Aspirações caboverdianas. *Notícias de Cabo Verde*, 205, p. 1.

Miranda, João (1942, Setembro 10). O crioulo condenado como crime de lesa língua oficial. *Notícias de Cabo Verde*, 216, p. 2.

Miranda, Nuno (1944, Março). Da condição de estudante caboverdiano I. *Certeza*, *Fôlha da Academia*, 1, p. 3.

Miranda, Nuno (1944, Junho). Da condição de estudante caboverdiano II. *Certeza*, *Fôlha da Academia* 2, p. 4.

Miranda, Nuno (1959). O cabo-verdiano, um portador de cultura. Sugestões de correcções de educação e ensino em Cabo Verde. In *Colóquios cabo-verdianos.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais, pp. 83-95.

Miranda, Nuno (1959, Março). Na complexidade de povos ultramarinos, o caboverdiano, um portador de cultura. Sugestões de correcções de educação e ensino. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 114, p. 8.

Miranda, Nuno (1960, Abril). Sobre a educação e desenvolvimento em Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 127, p. 9.

Miranda, Nuno (1962, Abril). O calcanhar dos inimigos. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 151, pp. 2-3.

Miranda, Nuno (1963, Abril). Correlações dinâmicas-culturais de Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura*, 7-163, pp. 2-3.

Mocidade: Órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa. Dir. Comissariado Provincial [1 (18 Dezembro 1955) a 21 (25 Março 1957)]. Praia: Mocidade Portuguesa.

Mocidade Caboverdiana: Folha literária. Dir. Sebastião Neves de Sousa Martins [1 (1 Janeiro 1935) a 3 (1 Março 1935)]. Praia: Minerva de Cabo Verde.

Modesto, João (1954, Agosto). Um liceu na Praia? *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 59, pp. 17-19.

Moniz Olavo (1964, Novembro 26). Ensino (intervenção no Conselho Legislativo). *O Arquipélago*, 120, p. 3.

Monteiro, Armindo (1942). *As grandes directrizes da governação ultramarina no período que decorreu entre as duas guerras mundiais, 1919-1939.* Lisboa: Ateliers Gráficos Bertrand (Irmãos), Lda.

Monteiro, Félix (1948, Julho; 1949, Dezembro). Tabanca. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 6/7, pp. 14/19.

Monteiro, Félix (1958, Maio). Bandeiras da ilha do Fogo. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 8, p. 9.

Monteiro, Félix (1960, Dezembro). Cantigas de Ana Procópio. *Claridade*: *Revista de Arte e Letras*, 9, p. 15.

Monteiro, João Luís (1935, Março 1). Nas entrelinhas … *Mocidade Caboverdeana: Folha Literária,* 3, p. 6.

Monteiro, Júlio (1931, Maio 3). Um protesto. A propósito da exposição colonial de Paris. De tanga, porquê? *Notícias de Cabo Verde*, 4, p. 2.

Monteiro, Júlio (1950, Julho). Cabo Verde e a emigração: - América. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 10, p. 25.

Monteiro, Maria Madalena de S. (1951, Maio). Temas pedagógicos II. *Cabo Verde: Boletim de Informação e Propaganda*, 51, p. 21.

Moreira, Adriano (1962, Setembro). Partido português (Discurso do Ministro no Conselho de Governo em 5-9-62). *Cabo Verde: Boletim de Informação e Propaganda*, 156, pp. 30-38.

Mota, A. A. Riley (1926, Abril). Novíssima reforma. *Labor, revista trimestral do Liceu Vasco da Gama e órgão provisório do professorado primário liceal,* 3, Julho, pp. 166-169.

Nacelnick (1936, Fevereiro). A cultura física. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 2, p. 4.

Notícias de Cabo Verde: Quinzenário Regionalista Independente. Dir. Manuel Joaquim Mouta [1 (22 Março 1931) a 323 (28 Agosto 1962)]. S. Vicente: Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada.

Nunes, António (1944, Junho). Poema de amanhã. Lisboa: *Certeza: Fôlha da Academia*, 2, p. 1.

Nunes, António (1945). *Poemas de longe.* Lisboa: Tip. da Empresa Nacional de Publicidade.

O Arquipélago. Dir. Bento Levy (até 4 Junho 1970); Joaquim Ribeiro (até Janeiro 1972), António de Azeredo (até Junho 1973); Tomás Benrós (até Junho 1974). [1 (23 Agosto 1962) a 619 (20 Junho 1974)]. Praia: Centro de Informação e Turismo.

O Caboverdiano: Órgão republicano independente, defensor dos interesses da província. Dir. César Augusto Pereira Sá Nogueira [1 (7 Abril 1918) a 35 (18 Maio 1918)]. Praia: J. M. M. Fragozo.

O Eco de Cabo Verde: Em defesa do povo caboverdiano. Dir. Leão Gomes de Pina [1 (1 Maio 1933) a 36 (5 Julho 1935)]. Praia: Minerva de Cabo Verde.

O Manduco: Órgão defensor dos interesses da colónia. Dir. Pedro Monteiro Cardoso [1 (1 Agosto 1924) a 14 (30 Junho 1924)]. Praia: Imprensa Nacional.

O Popular. Dir. Mário Ferro [1 (5 Outubro 1914) a 6 (25 Novembro 1914)]. S. Vicente: Tipografia d'«O Popular».

Oliveira, Handel de (1972, Dezembro 28). Educação: escolarização total conseguida e telescola a funcionarem antes de 1979. *O Arquipélago*, 548, p. 8.

Oliveira, José Osório de (1936). Palavras sôbre Cabo Verde para serem lidas no Brasil. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 2, p. 4.

Oliveira, José Osório de (1944). *Poesia de Cabo Verde.* Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Oliveira, Marques de (1959, Julho). Reacção do estudante cabo-verdiano a certos factores mesológicos I – perante a língua. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 118, pp. 25-28.

Oliveira, Marques de (1959, Agosto). Reacção do estudante cabo-verdiano a certos factores mesológicos II – perante a carência. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 119, pp. 3-8.

Oliveira, Marques de (1959, Outubro). Reacção do estudante cabo-verdiano a certos factores mesológicos III – perante o meio geográfico. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 121, pp. 3-17.

Oliveira, Marques de (1959, Novembro). Reacção do estudante cabo-verdiano a certos factores mesológicos III – perante o meio geográfico (continuação). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 121, pp. 5-8.

Oliveira, Marques de (1960, Outubro). Mais um liceu em Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 133, pp. 1-2.

Oliveira, Marques de (1963, Junho 20). Exames. *O Arquipélago*, 45, pp. 1-6.

Oliveira, Ramires (1962, Agosto). Exortação da mocidade. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 153, pp. 13-15.

Osório, Acácio (1953, Fevereiro). *Problemas actuauis e urgentes. Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 29, pp. 4-9.

Osório, Osvaldo (1962, Maio 25). Reflexões. Seló: página dos novíssimos, 1, In *Notícias de Cabo Verde*, 321, p. 1.

Pacheco, Carneiro (1940). *Portugal renovado: discursos.* Lisboa: Casa Portuguesa.

PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde) (1974). *História da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde.* Porto: Edições Afrontamento.

Pedro, Jorge (1958, Maio). Djom pó-di-pilom. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 8, pp. 67/71/72.

Pedro, Jorge (1958, Maio). Mudjer di hoji. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 8, pp. 68/72/73.

Pedro, Jorge (1960, Dezembro). Cutchidêra lâ di fora. C*laridade: Revista de Arte e Letras*, 9, pp. 71/72/75.

Pedro, Jorge (1960, Dezembro). Nha tabaquêro. C*laridade: Revista de Arte e Letras*, 9, pp. 72/73/76.

Pelónio, José (1917, Março, 19). Liceu em Cabo Verde. *A Voz de Cabo Verde*, 285, p. 2.

Pereira, Gregório (1963, Maio 2). Saúde mental e higiene. *O Arquipélago*, 38, p. 3.

Pimentel, Guilherme de Figueiredo (1957). Ainda mais alguns aspectos da vida do professor. *Labor*, ano XXI, 67, pp. 629-633.

Pina, Leão Gomes de (1933, Julho 1). Tabanca. *O Eco de Cabo Verde*, 5, p. 2.

Pina, Leão Gomes de (1934, Outubro 31). Uma atitude desassombrada. *O Eco de Cabo Verde*, 24, p. 1.

Planchard, Émile (1948). Os problemas da profissão docente e a Universidade. *O Instituto, revista científica e literária*, Vol. III, pp. 1-76.

Queiró, Afonso Rodrigues Albuquerque (1963). *Constituição política da República Portuguesa de 19.3.1933* (6ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.

Quintinha, Julião (1931) [1929]. *África misteriosa: Crónicas e impressões duma viagem jornalística nas colónias da África Portuguesa*. Lisboa: Casa Editora Nunes de Carvalho.

Rêgo, Dâmaso (1926, Outubro). Estudo da organização do ensino secundário: plano de distribuição dos tempos pelas disciplinas liceais. *Labor, revista do Liceu Vasco da Gama e órgão do professorado primário liceal*, 4, pp. 259-265.

Ressurgimento: Quinzenário regionalista, noticioso e recreativo. Dir. Rafael Nobre de Melo [1 (19 Dezembro 1933) a 19 (13 Julho 1935)]. Ponta do Sol, Santo Antão: Grupo "Ressurgimento".

Revista de Educação Geral e Técnica (1913). Lisboa: Sociedade de Estudos Pedagógicos.

Ribeiro, Arnaldo (1956, Fevereiro 26). Actividades da M. P. - Curso de Chefes de Quina. *Mocidade*, 7, p. 2.

Ribeiro, Maria Luísa Ferro (1964, Outubro 8). Abertura das aulas nos estabelecimentos de ensino na província. *O Arquipélago*, 113, p. 3.

Rodrigues, Maio (1935, Janeiro 1). A morna. *Mocidade Caboverdeana*, 1, p. 7.

Romano, Luís (1970) [1967]. *Cabo Verde – renascença de uma civilização do atlântico médio.* Lisboa: Edição da Revista 'Ocidente'.

Saint'Aubyn, Eduardo Carlos (1955, Julho). Análise Literária. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 70, pp. 9-12.

Saint'Aubyn, Eduardo Carlos (1955, Agosto). Análise Literária (continuação). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 71, pp. 21-24.

Salazar, António de Oliveira (1930). Princípios fundamentais da revolução política. In Portugal – Presidência do Conselho de Ministros. *Salazar: 1909-1953 – Discursos, notas, relatórios, teses, artigos e entrevistas: antologia.* Lisboa: Vanguarda, 1954.

Salazar, António de Oliveira (1935). *Discursos.* Vol. I (1928-1934). Coimbra: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira (1946) *Discursos e notas políticas*. Vol. II (1936-1937). Coimbra: Coimbra Editora.

Saldanha, Machado (1939, Novembro, 14). Cabo Verde na exposição. *O Eco de Cabo Verde*, 26, p. 1.

Sampaio, Álvaro (1927, Janeiro). A nossa atitude perante a reforma do ensino secundário. *Labor, Revista do Liceu Vasco da Gama e órgão do professorado primário liceal*, 5, pp. 34-35.

Santa Rita, José (1924. Dezembro). Carácter social do ensino da História – Da História à Sociologia. *Educação social*, 23 e 24, p. 407.

Santos, Ivete Neves (1963, Maio). Página feminina – a mulher através dos tempos. *Alvorada Técnica*, 2, p. 5.

Secca, Mário (1950, Março). As crises de Cabo Verde, seus efeitos e possibilidades de as combater. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 6, pp. 23-24.

Sequeira, Eduardo (1965/66). A propósito da saudação. *Mais além*, 1, p. 4.

Sequeira, Isabel Lima (1963, Abril). Notas de puericultura. *Alvorada Técnica,* 1, p. 9.

Sequeira, Isabel Lima (1963, Maio). Notas de puericultura. *Alvorada Técnica,* 2, p. 5.

Serra, João Coelho Pereira (1953, Fevereiro). Instrução pública. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 41, p. 28.

Serra, José Manuel Pereira (1963, Abril 20). O valor do ensino técnico. *Alvorada Técnica,* 1, p. 2.

Serra, Manuel Primo de Brito Limpo (1963, Abril, Maio, Junho e Julho-Setembro). Legitimidade de Portugal em Angola. Conferência realizada no Liceu «Gil Eanes» do Mindelo, em 20 de Dezembro de 1962. *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura*, 7 – 163, 8-164, 9-165; 10-12/166-168, pp. 16/19; 17/19; 23/26; 59/66.

Silva, Adriano Duarte (1929, Março). A instrução pública em Cabo Verde. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 45, pp. 172-183.

Silva, Adriano Duarte (1937, Agosto 1). A bem do liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 50, p. 2.

Silva, Adriano Duarte (1938, Junho 15). S. Vicente e a vida administrativa. *Notícias de Cabo Verde*, 170, s/p.

Silva, Adriano Duarte (1949, Abril 21). Cabo Verde arquipélago adjacente. *Notícias de Cabo Verde*, 253, s/p.

Silva, Adriano Duarte (1951, Maio). Cabo Verde na Assembleia Nacional. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 20, pp. 7-8.

Silva, Baltasar Lopes da (1931, Março 22). Regionalismo e nativismo (Excerpto de uma conferência). *Notícias de Cabo Verde*, 1, p. 6.

Silva, Baltasar Lopes da (1931, Julho 25). As ilhas adjacentes de Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, 10, pp. 1/4.

Silva, Baltasar Lopes da (1955, Novembro). Abertura solene do ano escolar no Liceu «Gil Eanes». *O Arquipélago,* 74, p. 9.

Silva, Baltasar Lopes da (1956, Maio 28). Forma e substância. *Mocidade*, 13, p. 6.

Silva, Baltasar Lopes da (1957, Dezembro). Existe uma civilização caboverdiana? *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 99, pp. 7-10.

Silva, Baltasar Lopes da (1963, Abril 20). O Sr. Dr. Baltazar Lopes da Silva visita a nossa escola e responde a um questionário-relâmpago. *Alvorada Técnica*, 1, pp. 1-2.

Silva, Baltasar Lopes da (1967, Outubro 12). Inauguração do novo liceu. *O Arquipélago*, 270, pp. 1-3.

Silva, Baltasar Lopes da (1984) [1956]. *O dialecto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.

Silva, Francisco Ferreira da (1891). *Apreciações seguidas d'uma allocução pronunciada no Seminário-lyceu de Cabo Verde, no dia da abertura das aulas e distribuição de prémios*. Coimbra: Imprensa Académica.

Silva, Francisco Ferreira da (1899). *Apontamentos para a história da administração da diocese e da organização do Seminário Lyceu acompanhados de photographias e mappas estatisticos.* Lisboa: Typographia Minerva Central.

Silva, Francisco Lopes da (1965, Abril 8). Mito e realidade. *O Arquipélago,* 139, p. 6.

Silva, Francisco Lopes da (1963, Abril). Editorial de abertura. *Alvorada técnica,* 1, pp. 1/8.

Silva, Francisco Lopes da (1963, Maio). A escola e a família. *Alvorada técnica,* 2, p. 3.

Silva, José Inocêncio (1944). *Panoramas caboverdeanos: crónicas da vida caboverdeana.* Praia: Minerva de Cabo Verde.

Silva, José Joaquim (1935, Janeiro 1). Os meus pontos de vista. *Mocidade Caboverdeana: Folha Literaria,* 1, pp. 5-7.

Silva, Mário Moreira da (1952). Timor, exemplo de colonização portuguesa. *Portugal em África. Revista de Cultura Missionária*, 52, pp. 219-234.

Silva, Natália (1966, Abril). Gostas da cidade da Praia? Porquê? *Mais além…*, 3, p. 3.

Silva-Rego, A. da (1963, Fevereiro). Cultura e xenofobia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 125, pp. 14-15.

Silveira, Carlos Henriques Jones de (1953, Setembro). Alguns aspectos da administração da Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 48, pp. 19-20.

Silveira, Onésimo (1959, Março). Praia de bote. *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, 1, p. 6.

Silveira, Onésimo (1963). *Consciencialização na literatura caboverdiana.* Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.

Sousa, Henrique Teixeira de (1935, Dezembro 1). A estiagem. *Juventude,* 1, p. 2.

Sousa, Henrique Teixeira de (1935, Dezembro 15). Curcuti-desafio. *Juventude,* 2, pp. 3-4.

Sousa, Henrique Teixeira de (1944, Junho). Da Claridade à Certeza. *Certeza: Fôlha da Academia,* 2, pp. 4-6.

Sousa, Henrique Teixeira de (1945, Janeiro). Homens de hoje. *Certeza: Fôlha da academia,* 3 (número retido na tipografia pela censura), p. 3.

Sousa, Henrique Teixeira de (1947, Setembro). A estrutura social da ilha do Fogo em 1940. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 5, p. 42.

Sousa, Henrique Teixeira de (1950, Novembro). A propósito do concurso de contos regionais e dos três primeiros classificados. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação,* 14, pp. 14-15.

Sousa, Henrique Teixeira de (1953, Maio). Considerações sobre duas medidas pedagógicas. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 44, p. 4.

Sousa, Henrique Teixeira de (1958). *Cabo Verde e a sua gente.* Praia: Edição Propaganda.

Sousa, Henrique Teixeira de (1958, Maio). Sobrados, lojas & funcos. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 8, p. 2.

Sousa, Henrique Teixeira de (1958, Agosto). Exames. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 107, pp. 1-2.

Sousa, Henrique Teixeira de (1962, Dezembro). A juventude e os seus problemas. *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura*, 3-159, p. 18.

Sousa, Henrique Teixeira de (1963, Maio). O Presidente da Câmara Municipal visita a escola e responde ao nosso questionário-relâmpago. *Alvorada Técnica*, 2, pp. 1-2.

Sousa, Henrique Teixeira de (1963, Julho-Setembro). A cultura caboverdiana. *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura,* 10-12/166-168, pp. 12-14.

Spencer, José (1944, Março). Ele era um rapaz pobre. *Certeza*, 1, pp. 2-5.

Spencer, Maria Helena (1950, Junho). Cartas de Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 9, p. 3.

Spencer, Maria Helena (1950, Agosto). Cartas de Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 11, p. 25.

Spencer, Maria Helena (1951, Junho). Cartas de Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 21, pp. 2-4.

Spencer, Maria Helena (1952, Junho). O ensino secundário em Sotavento. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 33, pp. 29-30.

Spencer, Maria Helena (1952, Setembro). Praia e Mindelo – Terras nossas. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 36, pp. 3-4.

Spencer, Maria Helena (1953, Junho). Problemas do ensino em Cabo Verde (entrevista). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 45, pp. 9-10.

Spencer, Maria Helena (1955, Abril). Revista da cidade. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 45, pp. 9-11.

Spencer, Maria Helena (1957, Janeiro). Vamos dar um balanço…. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 88, pp. 24-26.

Spencer, Maria Helena (1960, Março). Um inquérito entre os alunos do liceu. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 126, pp. 15-16.

Starosta (1939, Janeiro). Cá estamos. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 1, p. 1.

Tavares, Eugénio (1900, Agosto 16). Autonomia. *A Alvorada*, 2.

Tavares, Eugénio (1910). *Ao povo caboverdeano.* Lisboa: Typographia E. da Cunha e Sá.

Tavares, Eugénio (1913). Cartas e postais: ao amigo Inocêncio Cândido Simplício. In [Monteiro, Félix (Org.)] *Eugénio Tavares: viagens, tormentas, cartas e postas.* S. Vicente: Instituto de Promoção Cultural, 1999, pp. 174-179.

Tavares, Eugénio (1915, Março 15). Projecto da carta orgânica da província de Cabo Verde. *A Voz de Cabo Verde*, 187, p. 1.

Tavares, Eugénio (1915, Março 29). Província de Cabo Verde – O projecto de carta orgânica. *A Voz de Cabo Verde*, 189, p. 1.

Tavares, Eugénio (1916a). Cartas cabo-verdianas: sobre duas normas da administração. In [Monteiro, Félix (Org.)] *Eugénio Tavares: viagens, tormentas, cartas e poetas.* S. Vicente: Instituto de Promoção Cultural, 1999, pp. 254-260.

Tavares, Eugénio (1916b). Cartas cabo-verdianas: sobre a questão da regulamentação das horas de trabalho. In [Monteiro, Félix (Org.)] *Eugénio Tavares: viagens, tormentas, cartas e poetas.* S. Vicente: Instituto de Promoção Cultural, 1999, pp. 265-270.

Tavares, Eugénio (1918). *Noli me tangere (Carta a D. Alexandre d'Almeida sôbre a emigração caboverdeana para os Estados Unidos da América)*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Tavares, Eugénio (1924, Janeiro 30). Língua de pretos. *O Manduco*, 11, p. 1.

T'Chaka (1912, Agosto 20). Questões indígenas. *O Progresso*, 9, p. 2.

T'Chaka (1912, Setembro 5). Questões indígenas. *O Progresso*, 10, p. 1.

T'Chaka (1912, Setembro 12). Questões Indígenas. *O Progresso*, 11, p. 2.

Tribuna de África: Órgão nacional e internacional dos africanos. Dir. Artur de Castro [1 (14 Fevereiro 1931) a 14 (Março 1932)]. Lisboa: Empresa «Tribuna d' África».

Vera-Cruz, Augusto (1924, Junho 30). Uma carta. *O Manduco*, 14, p. 1.

Vieira, Agostinho (1940). *Ilhas de Cabo Verde parcelas do império.* Lisboa: Gráfica Oficina de S. José.

Vieira, Arménio (1962, Agosto 28). Seló. *Notícias de Cabo Verde*, 323, p. 5.

Vieira, Henrique de Santa Rita (1951, Agosto). Mão de obra caboverdiana para S. Tomé (Apontamentos). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 23, pp. 29-32.

Vilhena, Henrique de (1948). *O drama de um homem que é um poeta notável.* In [Félix Monteiro, recolha, organização e notas biográficas] *Eugénio Tavares: viagens, tormentas, cartas e postas.* S. Vicente: Instituto de Promoção Cultural, 1999, pp. 324-327.

Vitória, Ernesto de Almeida (1933, Abril 27). Homúnculos hoje, gigantes amanhã. *Alma Nova,* 2, p. 2.

Wahnon, Aguinaldo M. (1963, Outubro-Dezembro). Aspectos da realidade económica em Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura*, 13-15/169-171, pp. 33-43.

Werrie, P. (1950, Janeiro 25). [Sem título]. *Notícias de Cabo Verde*, 262, p. 4.

World Survey of Education – II Primary Education. (1958). London: UNESCO & Evan Brothers, pp. 58-60.

X. (1936, Janeiro). Civismo I - Os problemas de Cabo Verde. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 1, pp. 1-2.

X. (1936, Fevereiro). Civismo II - Liberdade. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*, 2, pp. 1-3.

Sem Autor:

— (1907 Setembro 21). Lyceu na cidade da Praia. *Cabo Verde, numero commemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor Dom Luiz Filippe*, pp. 1-2.

— (1910, Outubro 15). O professorado primário ante a República. *Federação Escolar,* 91, p. 1.

— (1910, Novembro 4). A proclamação da República em Cabo Verde decorre com o maior entusiasmo. *O Século,* p. 3.

— (1911a, Março 1). Fiat lux!. *A Voz de Cabo Verde*, 1, p. 1.

— (1911b, Março 1). Marinha de Campos. *A Voz de Cabo Verde*, 1, p. 1.

— (1912, Janeiro 15). Cabo Verde reclama um lyceu. *A Voz de Cabo Verde*, 22, p. 3.

— (1912, Abril 26). Os indígenas são indolentes, desleixados e bêbados? *A Voz de Cabo Verde*, 36, p. 1.

— (1912, Julho 22). Instrução pública. *A Voz de Cabo Verde*, 49, p. 1.

— (1912, Setembro 1). Comités em Cabo Verde. *A Voz d' África*, 1, p. 1.

— (1912, Setembro 19). Curso primário superior, *O Progresso*, 12, p. 4.

— (1913, Junho 1). Educação dos indígenas. *A Voz d'África*, 19, p. 1.

— (1914, Fevereiro 5). Curso primário superior. *O Futuro de Cabo Verde*, 41, p. 5.

— (1914, Agosto 10). A Europa em plena conflagração. *A Voz de Cabo Verde*, 156, p. 1.

— (1914, Outubro 5). O que nós pensamos. *A Voz de Cabo Verde*, 164, p. 1.

— (1914, Outubro12). A conflagração europeia. *O Popular*, 1, p. 1.

— (1914, Novembro 15). A instrução popular. *O Popular*, 5, p. 1.

— (1914, Dezembro 3). A abertura solene das aulas no Seminário-Liceu. *O Futuro de Cabo Verde*, 84, p. 2.

— (1916, Abril 17). Portugal na guerra. *A Voz de Cabo Verde*, 230, p. 1.

— (1917, Julho 2). Liceu em Cabo Verde. *A Voz de Cabo Verde*, 300, p. 1.

— (1917, Novembro 5). Liceu em Cabo Verde. *A Voz de Cabo Verde*, 317, p. 2.

— (1917, Novembro 19). Liceu, batuque, eleições. *A Voz de Cabo Verde*, 319, p. 2.

— (1918, Abril 7). O nosso estatuto. *O Caboverdeano*, 1, p. 1.

— (1918, Maio 19). Instrução pública. *O Caboverdeano*, 7, p. 1.

— (1918, Maio 26). Instrução Pública. Discordando. *A Voz de Cabo Verde*, 342, p. 1.

— (1918, Maio 27). Instrução pública. *A Voz de Cabo Verde*, 345, p. 2.

— (1923, Setembro 1). Através da província: Orçamento – Instrução Pública – Liceu Nacional. *O Manduco*, 2, p. 2.

— (1923, Novembro 30). Em prol da colónia. *O Manduco*, 7, p. 1
— (1924, Janeiro 15). Em prol da colónia: Questões de ensino. *O Manduco*, 10, p. 4.
— (1931, Março 22). A que viemos. *Notícias de Cabo Verde,* 1, p. 1.
— (1931, Maio 1). Colégio-liceu Serpa Pinto (anúncio). *O Eco de Cabo Verde,* 1, p. 8.
— (1931, Julho 11). Mornas de Cabo Verde (anúncio). *O Eco de Cabo Verde,* 9, p. 6.
— (1931, Novembro 11). Saibam quantos. *África,* 1, p. 1.
— (1931, Dezembro 12). Que será do liceu? *Notícias de Cabo Verde*, 20, p. 1.
— (1932, Fevereiro 20). O liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 25, p. 3.
— (1932, Dezembro 24). Uma récita de estudantes. *Notícias de Cabo Verde*, 27, pp.2- 3.
— (1933, Março 26). Escoteiros mindelenses. *Notícias de Cabo Verde*, 27, p. 3.
— (1933a, Março 30). Apresentando-se. *Alma Nova*, 1, p. 1.
— (1933b, Março 30). Os dirigentes do nosso jornal. *Alma Nova*, 1, p. 1.
— (1933, Abril 13). Fixando directrizes. *Alma Nova*, 2, p. 1.
— (1933, Julho 1). Exames no liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 51, p. 1.
— (1933, Agosto 15). Colégio-liceu Serpa Pinto. *O Eco de Cabo Verde*, 8, pp. 3/4.
— (1933, Agosto 26). Entrevista com o governador de Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, 59, pp. 3/4.
— (1933, Outubro 1). Anúncio do colégio-liceu "Serpa Pinto". *O Eco de Cabo Verde*, 11, p. 3.
— (1933, Outubro 15). Colégio-liceu "Serpa Pinto". Apuramento final dos alunos da 1ª classe. *O Eco de Cabo Verde*, 12, p. 4.
— (1933, Outubro 21). O Liceu Infante D. Henrique. *Notícias de Cabo Verde*, 67, p. 1.
— (1933, Outubro 28). O Liceu Infante D. Henrique. *Notícias de Cabo Verde*, 68, p. 1.
— (1933, Novembro 4). Azares do liceu. *Notícias e Cabo Verde*, 69, p. 1.
— (1933, Novembro 7). Profissão de fé. *Defesa*, 1, p. 1.
— (1933, Dezembro 10). Colégio-Liceu Serpa Pinto. Um grupo de alunos (ano lectivo de 1932-33). *O Eco de Cabo Verde*, 23, p. 3.
— (1933, Dezembro 19). Cartão do "Ressurgimento". *Ressurgimento*, 1, p. 1.
— (1934, Março 22). Exposição colonial. *Defesa*, 5, p. 2.
— (1934, Maio 1). Colégio-liceu Serpa Pinto. *O Eco de cabo Verde*, 20, p. 5.
— (1934a, Agosto 25). Eugénio Tavares e a exposição colonial. *Notícias de Cabo Verde*, 98, p. 2.
— (1934b, Agosto 25). Falcões de Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, 98, p. 3.
— (1934, Setembro 9). Colégio-Liceu Serpa Pinto. *O Eco de Cabo Verde*, 23, p. 3.
— (1934, Dezembro 8). A descaboverdianização de Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, 105, p. 2.
— (1934, Dezembro 15). Ecos e factos. *O Eco de Cabo Verde*, 29, p. 3.
— (1935, Janeiro 1). Duas palavras ao leitor. *Mocidade Caboverdeana. Folha Literária*, 1, p. 1.
— (1935, Janeiro 15). Cabo Verde e o seu liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 108, p. 4.
— (1935, Fevereiro 15). Falcões. *Notícias de Cabo Verde*, 111, p. 3.
— (1935, Maio 25). Preito aos Falcões. *Notícias de Cabo Verde*, 115, p. 3.
— (1935, Julho 22). Grandiosa parada dos Falcões de Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, 117, p. 2.
— (1936a, Janeiro). Cá estamos. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 1, pp. 1-2.
— (1936b, Janeiro). Educação cívica. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 1, pp. 1-2.
— (1936c, Janeiro). Falcões, cigarros e formigas. *Falcões de Cabo Verde,* 1, p. 2.
— (1936d, Janeiro). Os Sokols, sua história e seu fim I. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 1, pp. 1/2.
— (1936e, Janeiro). Quadro de honra. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 1, p. 2.
— (1936, Fevereiro). Os Sokols, sua história e seu fim II. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 2, p. 1.
— (1936a, Fevereiro). Ecos. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 2, p. 3.
— (1936b, Fevereiro). Teatro. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* 2, p. 3.
— (1936, Março). Lantuna e 2 motivos de finaçon (batuques de Santiago). *Claridade: Revista de Arte e Letras,* 1, p. 1.

— (1936, Agosto 19). Está-se ensinando bem em Cabo Verde. *Notícias de Cabo Verde*, 131, p. 2.

— (1937, Junho 1). Várias notas. *Notícias de Cabo Verde*, 146, p. 1.

— (1937, Agosto 1). A bem do liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 150, p. 3.

— (1937a, Novembro 1). Cabo Verde de luto! A extinção do liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 156, pp. 1-2.

— (1937b, Novembro 1). A desoladora notícia. *Notícias de Cabo Verde*, 156, p. 1.

— (1937c, Novembro 1). Os professores não abandonam os alunos. *Notícias de Cabo Verde*, 156, p. 1.

— (1937, Novembro 15). A reabertura do liceu, o que se passou. *Notícias de Cabo Verde*, Supl. ao 157, p. 1.

— (1938a, Junho 15). As comemorações do centenário do liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 170, s. p.

— (1938b, Julho 15). Exames no liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 172, p. 1.

— (1938, Agosto 15). Restabelecimento do liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 174, p. 4.

— (1939, Junho 23). A Mocidade Portuguesa e a viagem presidencial. *Notícias de Cabo Verde*, 186, p. 2.

— (1939, Agosto 23). União Nacional. *Notícias de Cabo Verde*, 187, p. 1.

— (1939, Dezembro 23). A mocidade de Cabo Verde revigora-se. *Notícias de Cabo Verde*, 189, p. 2.

— (1942, Junho 17). A festa dos alunos do Liceu Gil Eanes. *Notícias de Cabo Verde*, 215, p. 3.

— (1942, Julho 18). Exames. *Notícias de Cabo Verde*, 214, p. 3.

— (1942a, Dezembro 5). A polémica sobre o crioulo. *Notícias de Cabo Verde*, 218, p. 2.

— (1942b, Dezembro 5). O primeiro de Dezembro no liceu. *Notícias de Cabo Verde*, 218, p. 3.

— (1944, Março). "«Certeza», o «Notícias» e a Tipogra…fia: atribulações e desvairos". *Certeza: Folha da Academia*, 2, 1, p. 3.

— (1945, Outubro 13). Liceu Gil Eanes: abertura solene das aulas. *Notícias de Cabo Verde*, 230, p. 1.

— (1948, Julho). Finaçon. *Claridade: Revista de Arte e Letras,* 6, p. 36.

— (1949, Março 22). O que dizem de nós… *Notícias de Cabo Verde*, 253, p. 1.

— (1949, Abril 21). Cabo Verde arquipélago adjacente? *Notícias de Cabo Verde*, 254, p. 3.

— (1949, Dezembro). Quatro finaçons e um batuque da ilha de Santiago. *Claridade: Revista de Arte e Letras,* 7, pp. 34-38.

— (1950a, Janeiro 25). Anúncio de lições de escrituração comercial e contabilidade. *Notícias de Cabo Verde*, 262, p. 3.

— (1950b, Janeiro 25). Escolas salesianas. *Notícias de Cabo Verde*, 262, p. 3.

— (1950c, Janeiro 25). O que os outros dizem de nós. *Notícias de Cabo Verde*, 262, p. 4.

— (1950, Março 9). Quereis lições de escrituração comercial e contabilidade? (anúncio) *Notícias de Cabo Verde*, 263, p. 3.

— (1950, Maio 15). As raparigas do Liceu Gil Eanes …. *Notícias de Cabo Verde*, 265, p.2.

— (1950, Novembro). O concurso de contos. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 14, pp 12-13.

— (1951, Março). Cabo Verde na revisão do Acto Colonial. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 18, pp. 16-18

— (1951, Maio 15). A integração de Cabo Verde no sistema administrativo da Metrópole. *Notícias de Cabo Verde*, 274, pp. 6- 9.

— (1951, Julho). Exames liceais na cidade da Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 22, pp. 29-32.

— (1952, Janeiro). Actividades docentes e educativas do Liceu. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 28, p. 18.

— (1952, Maio). Concurso literário. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 32, p. 1.

— (1952, Outubro). O melhor contista de 1952. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 37, p. 19.

— (1953, Janeiro). O concurso literário do melhor contista de 1953. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 40, pp. 24-25

— (1953, Agosto). Mocidade Portuguesa Feminina do Ultramar: notas do seu cruzeiro. *Boletim Geral do Ultramar*, 338. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, pp. 99-109.

.— (1953, Dezembro). Crónicas do Cruzeiro da MP. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 51, p. 7.

— (1954, Novembro). Concurso literário e artístico. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 62, p. 33

— (1955). *Portugal no ultramar: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola.* Lisboa: Sotramel.

— (1955, Fevereiro). Mocidade Portuguesa. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 65, p. 14.

— (1955, Março). A reorganização da Mocidade Portuguesa. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 66, p. 11.

— (1955a, Julho). Dia de Camões, dia da árvore. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 70, p. 18.

— (1955b, Julho). O 1º acampamento da "Ala nº 1" da MP. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 70, pp. 23-24.

— (1955, Agosto). Remodelação ministerial. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 71, pp. 3-4.

— (1955, Setembro). Comandante Sarmento Rodrigues. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 72, pp. 16-17.

— (1955, Novembro). Abertura solene do ano escolar no Liceu "Gil Eanes". *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 74, pp. 9-14.

— (1955, Dezembro). O vice-reitor lendo o seu discurso na sessão inaugural da Secção do «Liceu Gil Eanes» (Fotografia)*: Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 75, p. 18.

— (1956a, Janeiro). Orçamento geral para a província para 1956. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 76, p. 10.

— (1956b, Janeiro). Secção do liceu na Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 76, p. 11.

— (1956, Janeiro 1). O caso de Goa. *Mocidade*, 3, p. 1.

— (1956, Janeiro 15). Actividades da M.P. *Mocidade*, 4, p. 4.

— (1956, Fevereiro 26). Novo cabeçalho. *Mocidade*, 7, p. 2.

— (1956, Março). Centro «Sarmento Rodrigues» (Fotografia). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 78, p. 37.

— (1956, Março 11). A mocidade. *Mocidade*, 8, p. 1.

— (1956, Março 25). Educação física na Praia. *Mocidade*, 9, p. 1.

— (1956, Abril 8). Exortação. *Mocidade*, 10, p. 1.

— (1956, Abril 22). Perspectiva de edifício em construção para o liceu da Praia. *Mocidade*, 11, p. 1.

— (1956a, Maio). Baltasar Lopes da Silva (fotografia). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 80, p. 9.

— (1956b, Maio). No Liceu Gil Eanes em S. Vicente. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 80, p. 19.

— (1956, Maio 6). Assassinos!. *Mocidade*, 12, p. 1.

— (1956a, Maio 28). Aos rapazes da Mocidade Portuguesa. *Mocidade*, 13, p. 8.

— (1956b, Maio 28). Seis meses. *Mocidade*, 13, p. 7.

— (1956, Agosto). Cabo Verde e a sua escola técnica. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 83, pp. 1-5.

— (1956a, Novembro 10). Actividades da M.P. *Mocidade*, 14, p. 6.

— (1956b, Novembro 10). O novo Comissário da M.P. em Cabo Verde. *Mocidade*, 14, p. 1.

— (1956, Novembro 24). Revigorando o estilo. *Mocidade*, 15, p. 6.

— (1957, Abril). Escola Técnica de Mindelo. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 91, p. 15.

— (1958, Maio). [Sem título]. *Claridade, Revista de Arte e Letras*, 8, p. 79.

— (1959a, Março). [Sem título]. *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, 1, p. 1.

— (1959b, Março). Noticiário das actividades do liceu. *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes*, 1, p. 8.

— (1959a, Maio). Esboço do programa das comemorações henriquinas em Cabo Verde. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 116, p. 26.

— (1959b, Maio). Vice-reitor da secção da Praia do Liceu Gil Eanes. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 120, p. 23.

— (1960a, Julho). A abertura das alas no liceu Gil Eanes. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 130, pp. 23-25.

— (1960b, Julho). Edifício do liceu da Praia (Fotografia). *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 130, capa.

— (1960, Novembro). Manifestação patriótica. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 134, p. 20.

— (1960a, Dezembro). Colóquio sobre assuntos cabo-verdianos. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 9, pp. 81-82.

— (1960b, Dezembro). Registo. *Claridade: Revista de Arte e Letras*, 9, p. 83.

— (1961, Dezembro). Início do ciclo de conferências do liceu da Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 147, p. 23.

— (1962, Fevereiro). Independência nacional e autodeterminação. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 149, pp. 18/19.

— (1962, Abril). Ciclo de conferências no Liceu Nacional da Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 151, p. 22.

— (1962, Junho). Liceu Nacional da Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 153, pp. 24-29.

— (1962, Agosto 23). "O Arquipélago". *O Arquipélago*, 1, p. 1.

— (1962, Setembro 13). Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 4, pp. 1/8.

— (1962, Outubro 25). Sessão de abertura das actividades da M.P. *O Arquipélago*, 10, pp. 4/6.

— (1962, Dezembro 27). Visita de estudo. *O Arquipélago*, 20, 3.

— (1963, Janeiro 31). Em pinceladas. *O Arquipélago*, 25, p. 2.

— (1963, Fevereiro 28). Conferências no liceu. *O Arquipélago*, 29, p. 1.

— (1963, Março 7). Em pinceladas. *O Arquipélago*, 30, p. 2.

— (1963, Março 28). Em pinceladas. *O Arquipélago*, 33, p. 5.

— (1963, Abril). Ciclo de conferências no Liceu Nacional da Praia. *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, 151, pp. 22.

— (1963, Abril 18). O quadro de honra do Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 36, pp. 1/8.

— (1963a, Abril 20). Alunos do curso de serralheiro-mecânico (Fotografia). *Alvorada Técnica*, 1, p. 4.

— (1963b, Abril 20). Noticiário – frequência escolar. *Alvorada Técnica*, 1, p. 4.

— (1963, Junho 20). Comemorações do dia de Portugal. *O Arquipélago*, 45, p. 1.

— (1963, Outubro 10). II curso de férias. *O Arquipélago*, 61, p. 6.

— (1963, Outubro 29). Liceus de Cabo Verde. *O Arquipélago*, 15, p. 3.

— (1963, Outubro 31). Pinceladas *O Arquipélago*, 27, p. 2.

— (1963, Novembro 28). Em poucas linhas… *O Arquipélago*, 68, p. 5.

— (1963, Dezembro 5). Em poucas linhas… *O Arquipélago*, 69, p. 3.

— (1964, Fevereiro 27). Tarde poética no Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 81, p. 2.

— (1964, Março 19). Comunhão colectiva no Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 84, p. 1.

— (1964, Agosto 13). Ronda pelas ilhas. S. Vicente. *O Arquipélago*, 105, p. 3.

— (1964, Setembro 10). O Seminário de S. José. *O Arquipélago*, 109, p. 6.

— (1964, Setembro 24). Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 111, p. 4.

— (1964, Outubro 10). Em poucas linhas.... *O Arquipélago*, 115, p. 3.

— (1965, Fevereiro 11). O Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian. *O Arquipélago*, 131, p. 2.

— (1965, Abril 8). Comunhão Pascal. *O Arquipélago*, 139, p. 1.

— (1965, Maio 6). Em poucas linhas …. *O Arquipélago*, 143, p. 5.

— (1965, Maio 27). MPF. *O Arquipélago*, 145, p. 3.

— (1965/1966). Nota de abertura. *Mais além*, 1, p. 1.

— (1966, Junho 16). Estudos psicopedagógicos. *O Arquipélago*, 201, p. 1.

— (1966, Junho 23). Em poucas linhas …. *O Arquipélago*, 202, p. 5.

— (1966a, Outubro 13). Em poucas linhas …. *O Arquipélago*, 218, p. 4.

— (1966b, Outubro 13). Inauguração do ano lectivo no Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 218, pp. 1/6..

— (1967). *Cabo Verde no âmbito das comemorações do quadragésimo aniversário da Revolução Nacional.* Praia: Centro de Informação e Turismo.

— (1967, Fevereiro 23). Ronda pelas ilhas. S. Vicente. *O Arquipélago*, 237, p. 2.

— (1967, Junho 1). Em poucas linhas …. *O Arquipélago*, 251, p. 4.

— (1967, Agosto 3). À roda do ensino. *O Arquipélago*, 262, p. 3.

— (1967, Setembro 7). Ronda pelas ilhas. S. Vicente. *O Arquipélago*, 265, p. 4.

— (1967, Setembro 28). Ronda pelas ilhas. S. Vicente. *O Arquipélago*, 268, p. 2.

— (1967, Outubro 12). A abertura do ano lectivo no Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 270, p. 3.

— (1967, Outubro 19). Em poucas linhas…. *O Arquipélago*, 271, p. 6

— (1967, Novembro 16). Comemorações do cinquentenário da criação do Liceu de S. Vicente. *O Arquipélago*, 275, p. 6

— (1967, Dezembro 14). Aviso. *O Arquipélago*, 279, p. 7.

— (1968, Fevereiro 12). Encontro com a juventude, 287, p. 4.

— (1968, Fevereiro 22). Cabo Verde e a visita presidencial. *O Arquipélago*, 289, p. 6.

— (1970, Março 12). Festa dos finalistas do Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 396, p. 8.

— (1970, Maio 7). Conferência de Manuel Lopes no Liceu Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 404, p. 2.

— (1970, Maio 21). Ronda pelas ilhas … S. Vicente. *O Arquipélago*, 406, p. 2.

— (1970, Julho 16). Há tranquilidade em todo o país. *O Arquipélago*, 414, p. 3.

— (1970, Setembro 17). Criada a Escola Náutica do Mindelo. *O Arquipélago*, 423, p. 1.

— (1970, Outubro 15). Entrevistado o governador de Cabo Verde. *O Arquipélago*, 427, pp. 4/6.

— (1970a, Dezembro 10). Inauguração do Seminário de S. José. *O Arquipélago*, 435, p. 1.

— (1970b, Dezembro 10). Janela da juventude. *O Arquipélago*, 435, p. 4.

— (1971, Maio 6). Amílcar Cabral – o líder do PAIGC – mendiga, com falsidades um auxílio que ninguém lhe encomendou: A Suécia campo de acção dos inimigos de Portugal. *O Arquipélago*, 456, p. 1.

— (1971, Novembro 18). Conselho legislativo. *O Arquipélago*, 483, p. 7.

— (1972, Março 30). Festa dos finalistas do Liceu de Adriano Moreira. *O Arquipélago*, 503, p. 5.

— (1972, Abril 27). Temos aqui um homem cuja vida é um símbolo de dedicação ao ensino. *O Arquipélago*, 507, pp. 1/3

— (1972, Novembro 2). MPF – Concurso «A rapariga ideal». *O Arquipélago*, 534, p. 2.

— (1972, Novembro 9). Notícias da MPF. *O Arquipélago*, 535, p. 3.

— (1972, Novembro 16). Conselho legislativo. *O Arquipélago*, 536, p. 7.

— (1972, Dezembro 28). Educação: Escolarização total conseguida e Telescola. *O Arquipélago*, 542, p. 6.

— (1973, Abril 5). Noticiário do «Liceu Adriano Moreira». *O Arquipélago*, 556, p. 6.

— (1973, Outubro 4). Nenhuma perturbação causou na Guiné portuguesa a pretensa proclamação da República da Guiné-Bissau. *O Arquipélago*, 582, p. 1.

— (1974, Abril 18). Reforma do sistema educativo. *O Arquipélago,* 610, p. 1.

— (1974, Maio 2). Amnistiados pela Junta de Salvação Nacional. *O Arquipélago*, s.n., p. 1.

— (1974, Maio 9). Grande regozijo pelo regresso de cabo-verdianos que se encontravam presos em Angola. *O Arquipélago,* 613, pp. 1-2.

— (1974, Maio 9). O momento político nacional. *O Arquipélago,* 613 p. 2.

1.3. Legislação e outras disposições oficiais[615]

Anteriores a 1910

1842 Parte não Official. Boletim Official (B.O, 1, de 24/8).

1848 Circular 35, de 22/4: *Proibição do dialecto crioulo nas escolas* (B.O. 196, de 22/4).

1860 Circular 313-A, de 15/12: *Criação do Liceu Nacional da província de Cabo Verde* (B.O. 83, de 22/12).

1861 Portaria, de 4/12: *Demissão de professores de Francês e Inglês do Liceu Nacional* (B.O. 47, de 7/12).

1863 Portaria, de 24/7: *Demissão de professores de Latim do Liceu Nacional* (B.O. 4, de 7/2).

1866 Decreto de 3/9: *Criação do Seminário Eclesiástico da diocese de Cabo Verde* (B.O. 44, de 3/11).

1867 Portaria 8, de 26/1: *Transferência de professores do Liceu Nacional da Praia para o Seminário-Liceu de S. Nicolau* (B.O. 4, de 26/1).

1905 Decreto, de 29/8: *Revisão do regime do ensino secundário estabelecido por decreto de 22 de Dezembro de 1894* [Ministério dos Negócios do Reino (1905). Regime vigente da Instrução Secundária. Lisboa: Imprensa Nacional].

1909 Anúncio do Theatro Africano, s/d (B.O. 35, de 25/8).

1910 – 1919

1910 Decreto, de 8/10: *Continuação da vigência, como Leis da Republica Portuguesa, a de 3 de Setembro de 1759, pela qual os Jesuítas foram havidos por desnaturalizados e proscritos e a de 28 de Maio de 1834, que extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosas de todas as ordens regulares* (D.G. 4, de 10/19); Decreto, de 28/10: *Exercício do direito de liberdade de imprensa* (D.G. 20, de 28/10).

1911 Portaria 2, de 3/1: *Sindicância à administração do Seminário de S. Nicolau* (B.O. 1, de 7/1); Portaria 14, de 7/1: *Criação do corpo de voluntários republicanos da Praia* (B.O. 1, de 7/1); Portaria 66, de 25/2: *Criação do Centro Democrático Marinha Campos* (B.O. 9, de 4/3); Decreto, de 29/3: *Reforma do ensino infantil, primário e normal* (D.G. 73, de 30/3); *Regulamento do trabalho indígena na Província de Cabo Verde para execução do decreto com força de lei de 27/5* (Supl. 2 ao B.O. 9, de 7/3/1913); Publicação útil, de 10/6: *Instrução primária e secundária dos cabo-verdianos* (B.O. 23, de 10/6); Programa de curso livre de ensino primário superior, de 21/9 (B.O. 3, de 20/1); Anúncio, de 7/10: *Curso de comércio e curso de lyceus e línguas* (B.O. 40, de 7/10).

1912 Programa de curso livre de ensino secundário, ilha Brava, de 6/3 (B.O. 17, de 27/4).

1914 Portaria 402, de 14/12: *Autorização de um curso particular de instrução secundária, Colégio Esperança* (B.O. 52, de 26/12).

1917 Decreto 3.091, de 17/4: *Reforma do ensino secundário* (D.G. 60, de 17/4); Circular, de 22/5: *Plano de reorganização do ensino primário* (B.O. 21, de 26/5); Lei 701, de 13/6: *Criou um liceu, em substituição das escolas, da oficina e do seminário, que funcionará, provisoriamente, no edificio do seminário extinto* (B.O. 27, de 7/7); Portaria 414, de 27/9: *Permissão para o funcionamento de cursos de instrução primária complementar e superior no internato do Seminário* (B.O. 49, de 8/12); Decreto 3.435, de 8/10: *Plano Orgânico da Instrução Pública da província de Cabo Verde* (Supl. 18 ao B.O. 43, de 30/10); Portaria 385, de 16/11: *Nomeação de Ant*ónio *Augusto da Veiga e Sousa, reitor e de professores do Liceu Nacional* (B.O. 46, de 17/11); Portaria 386, de 16/11: *Criação de 2 escolas de ensino primário superior,*

[615] Boletim Oficial de Cabo Verde (B.O.), Diário do Governo de Portugal (D.G.), Diário da República de Portugal (D.R.) e outras publicações oficiais. O Boletim Oficial de Cabo Verde teve as seguintes designações: Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde (séc. XIX); Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde (1910-1930); Boletim Oficial do Governo da Colónia de Cabo Verde (1931-1950); Boletim Oficial de Cabo Verde (1951-1974) e Boletim Oficial da República de Cabo Verde (1975).

uma na cidade da Praia (ilha de S. Tiago) e outra na ilha de S. Nicolau (B.O. 46, de 17/11); *Serviços de instrução pública*. *Liceu de S. Vicente, discurso do reitor durante a inauguração do liceu*, 19/11 (B.O. 47, de 24/11); Horário do Liceu Provincial, s/d. (B.O. 49, de 8/12); Decreto 3711, de 27/12: *Eleição dos reitores por 4 anos* (D.G. 228, de 27/12).

1918 Portaria 23, de 17/1: *Manutenção da gratificação ao professor José Lopes da Silva por um curso particular* (B.O. 3, 19/1); Decreto 4.650, de 14/7: *Reforma e regulamentação do ensino secundário* (D.G. 157, de 14/7); Portaria 349, de 4/9: *Publicava as disposições essenciais do decreto 4.650* (B.O. 36, de 7/9); Decreto 4.799, de 8/9: *Regulamento de Instrução Secundária* (D.G. 198, de 8/8); Portaria 374 A, de 4/10: *Nomeação de professores para o Liceu Nacional de Cabo Verde* (B.O. 42, de 19/10); Horário do Liceu Provincial, s/d. (B.O. 44, de 2/11); Portaria 474, de 27/12: *Plano Orgânico da Instrução Pública da província de Cabo Verde* (Supl. 14 ao B.O. 52, de 31/12).

1919 Portaria 164, de 3/4: *Exoneração do reitor, Ant*ónio *Augusto da Veiga e Sousa* (B.O. 14, de 5/4); Circular, de 26/5: *Sobre a proibição de entrada de analfabetos nos Estados Unidos da América* (B.O. 21, de 26/5); Decreto 6.132, de 26/9: *Publicação dos quadros de distribuição das disciplinas e programas* (D.G. 261, de 23/12); Portaria 567, de 5/10: *Professores interinos do liceu* (B.O. 43, de 25/10); Portaria 632, de 21/11: *Manutenção da organização e localização, na cidade de Mindelo, do liceu, tal como fora estabelecido no decreto nº 3.435, de 8 de Outubro de 1917; restabelece a escola de ensino primário superior da Praia e considera insubsistentes as escolas «normal» e do ensino primário superior, localizadas na ilha de S. Nicolau (B*.O. 47, de 22/11); Horário do Liceu Nacional, s/d. (B.O. 47, de 22/11).

1920 – 1929

1920 Portaria 196, de 19/3: *Concessão de passaportes nos concelhos de residência* (B.O. 13, de 27/3); Regulamento da Escola de Enfermagem no Hospital da Praia (B.O. 15, de 9/4); Portaria 303, de 8/5: *Proibição do crioulo nas escolas* (B.O. 19, de 8/5); Horário do Liceu Nacional de Cabo Verde e da Escola Primária Superior, de 16/10 (B.O. 43, de 23/10). Portaria 606, de 10/11: *Gratificação do professor de Educação Física* (B.O. 3, de 17/1/1921).

1921 Declaração, de 2/4: *Crise alimentícia* (B.O. 15, de 9/4); Portaria 135, de 7/4: *Regula o funcionamento da Escola de Enfermagem que deve funcionar no Hospital da Praia*, de 7/4 (B.O. 15, de 9/4); Estatutos da Associação Escolar do Liceu Nacional, de 6/5 (B.O. 19, de 7/5); Decreto 7.558, de 18/6: *Regulamento do ensino secundário* (D.G. 123, de 18/6); Notícias dos concelhos, de 11/7 (B.O. 25, de 18/7).

1922 Anúncio, de 23/8: *Resultados da Escola Elementar de Pilotagem* (B.O. 35, de 2/9); Portaria 153, de 20/9: *Declara sem efeito a Portaria 16, de 20/1/1922, que restabeleceu a escola primária superior de S. Nicolau.*

1923 Relatório do reitor do Liceu Nacional de Cabo Verde, de 31/7 (B.O. 34, de 25/8).

1924 Portaria 28, de 12/3: *Extinção das escolas de ensino primário superior* (B.O. 11, de 16/3); Relatório do reitor do Liceu Infante D. Henrique, de 31/7 (B.O. 34, de 25/8/); Movimento dos alunos do Instituto Caboverdiano de Instrução, de 31/10 (B.O. 3, de 17/1/1925).

1925 Diploma legislativo colonial 22, de 7/10: *Criação do Instituto Caboverdeano de Instrução, com as modicações aprovadas pelo Conselho Legislativo* (B.O. 17, de 24/4/1926); Anúncio, de 7/11: *Admissão de alunas em idade escolar no Instituto Caboverdaino de Instrução* (B.O. 46, de 14/11); Portaria 79, de 17/11: *Regulamento do Instituto Caboverdiano de Instrução* (B.O. 47, de 21/11).

1926 Diploma legislativo 96, de 15/1: *Atribuição do nome Liceu Infante D. Henrique* (B.O. 6, de 6/2); *Mapa do movimento* dos alunos do Instituto Caboverdiano de Instrução, 31/8 (B.O. 39, de 25/9); Portaria, de 21/9: *Provimento de professores para o Liceu Infante D. Henrique* (B.O. 39, de 25/9); Decreto 12.425, de 2/10: *Estatuto da instrução secundária* (D.G. 220, de 2/10); Decreto 12.499-E, de 4/10: *Carta Orgânica da Colónia de Cabo Verde*, de 4/10 (Supl. 2 ao B.O. 2, de 13/1/1927); Decreto 12.421, de 4/11: *Estabelece as bases orgânicas da administração colonial* (B.O: 45, de 6/11).

1927 Decreto 13.056, de 22/1: *Distribuição das disciplinas do ensino secundário por anos e classes* (D.G. 18, de 22/1); Decreto 13.619, de 17/5: *Reorganização do ensino primário* (D.G. 100, de 17/5); Despacho de 8/6: Nomeação do reitor Adriano Duarte Silva (B.O. 24, de 11/6); Portaria 78, de 25/6: *Regulação da tabanca* (B.O. 26, de 25/6); Portaria 100, de 3/8: *Estatuto de instrução secundária do Liceu Infante D.*

Henrique (B.O. 27, de 13/8); Nota de agradecimento de Pedro Cardoso, de 6/8 (B.O. 32, de 6/8); Mapa do movimento dos alunos do Instituto Caboverdiano de Instrução, de 10/12 (B.O. 50, de 10/12).

1928 *Súplica da árvore aos viandantes*, de 27/4 (B.O. 17, de 27/4); *Novos programas do ensino secundário e relatório da comissão organizadora*, de 26/5 (D.G. 247, de 26/5); Portaria 261, de 16/7: *organização do ensino secundário* (B.O. 34, de 25/8); Diploma Legislativo 152, de 28/7: *Equiparação do Liceu Infante D. Henrique aos liceus da metrópole*, de 24/7 (B.O. 30, de 28/7); Mapa, de 3/10: *Alunos do Instituto Caboverdiano de Instrução*, de 3/10 (B.O. 45, de 10/11); Alocução do reitor Interino do Liceu, Atílio Leite, de 5/10 (B.O. 43, de 27/10).

1929 Decreto 16.473, de 6/2: *Estatuto político, civil e criminal dos indígenas das colónias da Guiné, Angola e Moçambique* (B.O. 13, de 30/3); Decreto 16.730, de 13/4: *Reorganização dos programas do ensino primário elementar* (D.G. 83, de 13/4); Decreto 16.814, de 2/5: *Regula o funcionamento da Comissão Orientadora do Ensino Secundário, com funções inspectivas* (D.G. 99, de 2/5); Portaria 361, de 29/5: *Determina que sejam postos em vigor, na colónia, os programas de instrução primária em vigor na metrópole* (Supl. 6 ao B.O. 36, de 10/9); Portaria 362, de 3/6: *Autorização da abertura de uma escola privada de instrução secundária na ilha Brava* (B.O. 23, de 8/6); Edital, de 8/6: *Proibição do batuque* (B.O. 23, de 8/6); Anúncio, de 31/8: *Pedido de professores para a preparação na Praia do exame do 5º ano que se realizava em S. Vicente* (B.O. 35, de 31/8/).

1930 – 1939

1930 Decreto 18.235, de 22/4: *Altera as funções e formas de nomeação dos reitores* (D.G. 92, de 22/4); Decreto 18.366, de 15/5: *Interdita a profissionalização das professoras* (B.O. 25, de 21/6); Decreto 18.570, de 8/7: *Acto Colonial* (D.G. 156, de 8/7); Diploma Legislativo 262, de 22/11: *Competências do Director dos Serviços de Administração Civil* (B.O. 47, 22/11).

1931 Proposta ao Conselho do Governo, de 2/5: *Supressão do Instituto Caboverdiano de Instrução* (B.O. 18, de 2/5); Portaria 650, de 9/6: *Utilização do antigo edifício do Seminário em S. Nicolau para alojar os presos políticos* (B.O. 24, de 13/6); Decreto 26.065, de 13/7: *Isenção de propinas e bolsas de estudo* (B.O. 23, de 7/7/1947); Diploma Legislativo nº 303, de 27/7: *Abono de 50% do vencimento no caso do lugar de professor provisório ser desempenhado por qualquer funcionário público* (B.O. 31, de 1/8); Diploma Legislativo 302, de 25/8: *Sobre o analfabetismo* (Supl. 8 ao B.O. 34, de 25/8); Diploma Legislativo 302, de 25/8: *Considerações sobre as despesas* (Supl. 8 ao B.O. 34, de 25/8); Regulamento Interno do Liceu Infante D. Henrique, de 10/10 (B.O. 11, de 12/3/1932); Decreto 27.279, de 24/11: *Reorganização do ensino primária elementar em classes* (D.G. 276, de 24/11); Decreto 16.199, de 6/12: *Regime de trabalho obrigatório dos indígenas* (Supl. 5 ao B.O.27, de 6/7/1932); Decreto 20.741, 18/12: *Estatuto do Ensino Secundário* (D.G. 8, de 11/1/1932).

1932 Decreto 21.110, de 4/4: *Regulamento de Educação Física dos liceus* (Supl. 10 B.O. 30, de 29/7); Decreto 21.150, de 13/4: *Programas das disciplinas de Canto Coral para a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª classes dos liceus* (Supl. 10 B.O. 30, de 29/7); Decreto 21.103, de 15/4: *Os factores fundamentais da vida social (família, fé, autoridade, firmeza, respeito pela hierarquia) devem ser objecto de glorificação* (D.G. 89, de 15/4); Portaria 359, de 30/8: *Condições de matrícula no Liceu do Infante D. Henrique* (B.O. 36, 3/9).

1933 *Constituição Política da República Portuguesa, aprovada por Plebiscito, de 19/3*. Lisboa: [s/n.], 1955 (10ª edição); Decreto 22.469, de 11/4: *Censura prévia em publicações periódicas* (B.O. 21, de 27/5); Diploma legislativo 407, de 16/9: *Estatuto do Ensino Secundário* (Supl. 15 ao B.O. 37, de 16/9); Decreto 23.228, de 15/11: *Carta Orgânica do Império Colonial* (Supl. 18 ao B.O. 50, de 15/12); Decreto 23.229 de 15/11: *Reforma Administrativa Ultramarina* (Supl. 18 ao B.O. 50, de 15/12); Declaração, de 8/12: *Qualidade do serviço docente* (B.O. 49, de 9/12).

1934 Alvará, de 23/10: *Aprova os Estatutos dos Falcões de Cabo Verde* (B.O. 52, de 29/12).

1935 Declaração 21.110, de 4/4: *Regulamento de Educação Física* (Supl. 10 ao B.O: 30, de 29/7); Portaria, de 7/8: *Louvores ao reitor e a professores* (B.O. 32, de 10/8); Estatutos da Associação dos Pais dos Alunos do Liceu Infante D. Henrique, de 9/2 (B.O. 47, de 16/11).

1936 Lei 1.941, de 11/4: *Remodelação do Ministério da Instrução Pública* (D.G. 84, de 11/4); Decreto-Lei 26.539, de 23/4: *Instituição da Colónia Penal do Tarrafal* (B.O. 20, 15/5); Decreto-Lei 26.589, de 14/5: *Proibição de jornais e revistas que contenha matéria cuja divulgação não é permitida* (D. G. 112, de 14/5); Diploma legislativo 533-A, de 10/8: *Diminuição de encargos em serviços, devido a uma excessiva*

inflação de burocratas (Supl. ao B.O. 32, de 10/8); Decreto-Lei 27.084, de 14/10: *Reorganização do ensino secundário, plano de estudos e de acção educativa* (D.G. 241, de 14/10); Decreto-Lei 27.084, de 14/10: *Reorganização do ensino secundário, plano de estudos e de acção educativa* (Supl. 11 ao B.O. 50, de 16/12); Decreto 27.279, de 24/11: *Reforma do ensino primário* (D.G. 276, de 24/11); Decreto 27.301, de 4/12: *Regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa* (D.G. 281, de 4/12).

1937 Mapa do movimento geral dos exames do liceu, de 28/6 (B.O. 36, de 28/8); Leis 1.960 e 1.961, de 1/9: *Limitação da admissão no exército português a portugueses, filhos de pais europeus* (D.G. 204, de 1/9); Decreto 28.114, de 26/10: *Reajustamento dos quadros privativos dos liceus coloniais; Extinção do Liceu Central Infante D. Henrique e da Escola Profissional da Praia; Criação de uma Escola Prática de Agricultura na ilha de Santiago e uma Escola Industrial e Comercial na ilha de S. Vicente* (B.O. 47, de 20/11); Decreto 28.229, de 24/11: *Continuação do funcionamento do Liceu Central Infante D. Henrique, da cidade de Mindelo e da Escola Profissional, da cidade da Praia* (B.O. 49, de 4/12); Decreto 28.262, de 8/12: *Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina* (D.G. 285, de 8/12); Orçamento do Liceu Infante D. Henrique: *Considerações sobre as despesas*, de 31/12 (Supl. 10 ao B.O. 52, de 31/12).

1938 Despacho da Direcção Geral do Ensino Liceal, de 7/5: *Normas para os relatórios liceais* (B.O. 34, de 26/8); Despacho, de 30/6: *Normas para os relatórios liceais* (D.G. 149, de 30/6); Decreto 28.887, de 28/7: *Mudança da designação do liceu de S. Vicente para Liceu Gil Eanes (B*.O. 33, de 13/8).

1939 Decreto 29.453, de 17/2: *Organiza a Mocidade Portuguesa das colónias* (B.O. 10, de 11/3); Decreto 29.612, de 20/5: *Quadro docente do Liceu Gil Eanes. Serviço docente obrigatório* (B.O. 24, de 17/6); Decreto-Lei 25.461, de 5/6: *Exames de admissão ao liceu* (B.O. 33, de 19/8); Portaria, de 17/10: *Nomeação dos professores António Aurélio Gonçalves e Humberto Duarte Fonseca*, 17/10 (B.O. 42, de 21/10).

1940 – 1949

1940 Portaria 2.124, de 27/1: *Estabelece a obrigatoriedade da afixação de pensamentos adequados dos melhores autores nos estabelecimentos de ensino* (B.O. 4, 27/1); Portaria 2.173, de 25/5: *Exercícios colectivos da Mocidade Portuguesa nas escolas oficiais* (B. O. 21, de 25/5); Despacho do governador, de 23/8: *Nomeação do delegado regional da Mocidade Portuguesa na Praia* (B.O. 35, de 31/8); Acórdão do Conselho Superior de Disciplina das Colónias, de 8/11 (B.O. 1, de 4/1/1941); Orçamento do Liceu Gil Eanes: *Considerações sobre as despesas*, de 31/12 (Supl. 8 ao B.O. 52, de 31/12).

1941 Portaria 2.254, de 22/2: *Suspensão do abono das gratificações do delegado da Mocidade Portuguesa e das despesas com a organização* (B.O. 8, de 22/2); Portaria 2.269, de 29/3: *Reposição do abono das gratificações do delegado e despesas com a Mocidade Portuguesa* (B.O. 13, de 29/3); Portaria 9.788, de 6/5: *Regulamento da disciplina da Mocidade Portuguesa* (B.O. 28, de 12/7); Decreto 31.554, de 30/9: *Restabelece, no ensino dos liceus, o curso geral e os cursos complementares de Letras e Ciências* (D.G. 228, de 30/9).

1942 Portaria, de 17/11: *Nomeação de directores de ciclo* (B.O. 50, de 12/12).

1943 Decreto 32.732, de 5/6: *Ampliação dos limites de idade para a matrícula no curso liceal* (B.O. 23, de 5/7); Decreto-Lei 33.018, de 1/9: *Corrige defeitos que a experiência tem evidenciado no regime vigente no ensino secundário* (B.O. 44, de 13/11); Acórdão do Conselho Superior de Disciplina das Colónias, de 1/10: *Inquérito instaurado a um professor do Liceu Gil Eanes* (B.O. 51, de 18/12).

1944 Decreto 33.541, de 21/2: *Institui no Ministério das Colónias a Direcção Geral do Ensino* (B.O. 20, de 13/5); Decreto 32.234, de 31/8: *Integração das associações escolares, caixas escolares nos Centros Escolares da Mocidade Portuguesa* (B.O. 45, de 4/11); Decreto-Lei 33.956, de 18/9: *Acórdão do Conselho Superior das Colónias sobre a divulgação prévia dos pontos, exames do ensino secundário* (B.O. 47, de 10/11); Decreto 34.169, de 6/12: *Restringe as licenças graciosas na metrópole aos indivíduos de raça branca* (D.G. 269, de 6/12).

1945 Diploma Legislativo 858, de 14/4: *Sobre alunos pobres* (B.O. 15, de 14/4); Decreto-Lei 35.046, de 22 /10: *Criação da Polícia de Intervenção e Vigilância do Estado (PIDE)* (D.G. 234, de 22/10); Carta das Nações Unidas, de 26/10 (D.R. 117, mediante o aviso 66/91, de 22/5).

1947 Lei 2.025, de 19/6: *Reforma do ensino técnico* (D.G. 139, de 19/6); Diploma legislativo 956, de 4/9: *Saída de indivíduos com trabalho assegurado noutras colónias* (Supl. nº 13 ao B.O. 35, de 4/9); Decreto-

Lei 36.507, de 17/9: *Reforma do ensino liceal, por se tornarem necessárias medidas de coordenação entre esse ramo de ensino e o ramo paralelo do ensino técnico* (*Ensino liceal.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1963); Decreto 36.508, de 17/9: *Estatuto do ensino liceal* (D.G. 216, de 17/9); Decreto 36.508, de 17/9: *Estatuto do ensino liceal* (Supl. 7 ao B.O. 14, de 8/4/1948); Portaria 12.101, de 4/11: *Aplicação da reforma do ensino liceal (Decreto 36.507, de 17/9/1947) nos liceus do ultramar* (Supl. 1 ao B. O. 5, de 2/2/1948).

1948 Portaria 12.238, de 9/1: *Adopção do estatuto do ensino liceal (Decreto 36.508, de 17/9/1947) ao Estado da Índia, e às colónias de Cabo Verde, Angola, Moçambique, Macau e Timor* (Supl. 7 ao B. O. 14, de 8/4); Decreto-Lei 37.029, de 25/8: *Estatutos do ensino profissional, industrial e comercial* (D.G. 198, de 25/8); Portaria 3.761, de 3/9: *Nomeação de uma comissão de estudo do plano de ensino primário, técnico elementar, técnico complementar e secundário em Cabo Verde* (B.O. 36, de 3/9); Decreto 37.112, de 22/10: *Programas do ensino liceal* (D.G. 247, de 22/10); Portaria 12.627, de 11/11: *Aprova os programas do ensino liceal na colónia* (Supl. 4 ao B. O. 10, de 10/3/1949).

1949 Portaria 12.906, de 7/5: *Realização dos exames de admissão ao liceu na Escola Central Dr. Oliveira Salazar* (B.O 19, de 7/5); Portaria 3.761, de 3/9: *Nomeação de uma comunicação para proceder ao estudo de um novo plano de ensino na colónia* (B.O. 36, de 3/9).

1950 – 1959

1950 Regulamento da Casa dos Estudantes do Império. Secção de Cabo Verde, de 24/3: *Concessão de bolsa para o curso de feitor agrícola* (B.O. 22, de 3/6); Diploma Legislativo 1.048, de 5/8: *Alarga a concessão de bolsas a estudos ulteriores nas escolas da metrópole* (B.O. 31, de 5/8).

1951 Orçamento do Liceu Gil Eanes (Supl. 1 ao B.O. 1, de 11/1); Portaria 4.160, de 10/12: *Distribuição dos tempos escolares* (B.O. 49, de 10/12).

1952 Decreto-Lei 38.968 e 38.969, de 27/10: *Instituição do Plano de Educação Popular* (D.G. 241, de 27/10).

1953 Decreto 39.291, de 27/6: *Estabelece a realização de exames de aptidão para a matrícula nas universidades na cidade de Mindelo* (Supl. 9 B.O. 31, de 4/8); Lei 2.066, de 27/6: *Lei Orgânica do Ultramar Português*, de 27/6 (Supl. 11 ao B.O. 31, 7/8); Decreto 39.291, de 24/7: *Exames de aptidão para as universidades* (Supl. 9 ao B.O. 31, de 4/8); *Instruções para a execução dos serviços relativos aos exames de aptidão nas universidades clássicas e na universidade técnica*, de 3/8 (B.O. 35, de 29/8).

1954 Portaria 4.572, de 5/6: *Obrigatoriedade das sessões de homenagem a Camões* (B.O. 23, de 5/6); Portaria 4.582, de 12/6: *Criação do Centro de Cultura de Cabo Verde* (B.O. 25, de 19/6); Decreto 39.807, de 7/9: *Programas do ensino liceal* (Supl. 19 ao B.O. 36, de 8/9/1955); Portaria 15.108, de 10/11: *Programa da disciplina de História* (B.O. 13, de 26/3/1955); Portaria 4.663, de 10/12: *Regulamentação do Centro de Cultura de Cabo Verde* (B.O.50, de 11/12).

1955 Portaria, de 8/6: *Louvor à Mocidade Portuguesa pela cooperação durante a visita presidencial* (Supl. 18 ao B.O. 23, de 23/8); Portaria, de 13/6: *Louvor à Mocidade Portuguesa pela organização do primeiro acampamento da Ala nº 1* (B.O. 25, de 18/6); Decreto 40.198, de 22/6: *Criação da Secção do Liceu Gil Eanes na cidade da Praia* (B.O. 29, de 16/7); Portaria 4.824, de 6/8: *Criação do Centro Escolar da Mocidade Portuguesa «Sarmento Rodrigues»* (B.O. 32, de 6/8); Diploma Legislativo 1.254, de 27/8: *Campanha contra o analfabetismo* (B.O. 35, de 27/8); Portaria 4.853, de 15/10: *Regulamento interno do Liceu Gil Eanes* (B.O. 42, de 15/10).

1956 Diploma Legislativo 1.285, de 14/4: *Define acção educativa* (B.O. 15, de 14/4); Portaria 5.005, de 2/6: *Criação da Escola Técnica Elementar de Mindelo* (B.O. 32, de 2/6); Portaria 5.035, de 4/8: *Substituição dos exames de admissão ao ensino técnico pelos da 4ª classe e de admissão ao liceu* (B.O. 41, de 13/10); Despacho do governador, de 13/10: *Determinação do funcionamento provisório da Escola Técnica no Liceu Gil Eanes* (B.O. 41, de 13/10); Comunicação, de 6/11: *Participação de Baltasar Lopes da Silva na reunião da Comissão de Linguistas em Londres* (B.O. 45, de 10/11); Decreto-Lei 40.964, de 31/12: *Ampliação e reforço da obrigatoriedade escolar, dos cursos de educação de adultos e da organização escolar* (D.G. 284, de 31/12).

1957 Portaria, de 9/12: *Nomeação de directores de ciclo, dos gabinetes e da biblioteca da Secção do Liceu Gil Eanes na Praia* (B.O. 3, de 18/1/1958); Portaria, de 23/12: *Nomeação de directores de ciclo, dos gabinetes e da biblioteca do Liceu Gil Eanes* (B.O. 3, de 18/1/1958).

1958 Decreto-Lei 41.604, de 1/5: *Criação da Escola Comercial e Industrial de Mindelo* (B.O. 20, de 17/5).

1959 Portaria, de 28/10: *Nomeação de directores de ciclo e das instalações laboratoriais da Secção do Liceu Gil Eanes na Praia* (B.O. 51, de 19/12).

1960 – 1969

1960 Portaria 5.892, de 27/2: *Organização da província de Cabo Verde numa Divisão formada por doze Alas* (B.O. 9, de 27/2); Decreto-Lei 42.994, de 28/5: *Alargamento do ensino primário a quatro classes* (D.G. 125, de 28/5); Portaria 17.889, de 3/8: *Concessão de 10 bolsas de estudo para o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos* (B.O. 38, de 17/9); Comunicação, de 19/8: *Termo do exercício do serviço docente eventual de um professor de posto escolar* (B.O. 35, de 27); Decreto 43.158, de 8/9: *Transformação da Secção do Liceu Gil Eanes na Praia no Liceu Nacional da Praia* (B.O. 39, de 24/9).

1961 Decreto 43.564, de 27/3: *Criação do Centro de Estudos de Cabo Verde, na Praia* (B.O. 16, de 12/4); Decreto 43.848, de 7/8: *Estabelecimento de gratificações correspondente ao cargo de reitor, vice-reitor, secretário, director de ciclo e de instalações e chefe do pessoal menor dos liceus* (B.O. 37, de 16/9); Portaria 6.208, de 7/10: *Extinção do Centro de Cultura de Cabo Verde* (B.O. 40, de 7/10); Diploma Legislativo 1.724, de 18/11: *Concessão de bolsas de estudo nos graus médios, superiores ou outros, inexistentes na província* (B.O. 46, de 18/11); Orçamento do Liceu Gil Eanes. *Considerações sobre as despesas*, de 30/12 (Supl. ao B.O. 52, de 30/12).

1962 Portaria 6.429, de 8/9: Designação do liceu da Praia, Liceu Adriano Moreira (Supl. B.O. 36, de 8/9).

1963 Portaria 19.718, de 20/2: *Concessão de 53 bolsas de estudo a estudantes das províncias ultramarinas* (B.O. 18, de 4/5).

1964 Decreto 45.769, de 19/6: *Criação de um fundo destinado a suportar os encargos com bolsas-empréstimos* (B.O. 31, de 1/8); Decreto-Lei 45.810, de 9/7: *Ampliação do ensino primário que passou a compreender dois ciclos, um elementar e um complementar* (D.G. 160, de 9/7); Decreto Lei 47.311, de 4/8: *Mudanças na Organização Nacional da Mocidade Portuguesa* (B.O. 37, de 10/9); Decreto-Lei 45.908, de 10/9: *Estabelece que o ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas é o que se encontra em vigor na metrópole; criação das escolas de habilitação de professores de posto escolar* (B.O. 44, de 2/11); Portaria 20.919, de 17/11: Classificação dos professores segundo as *disciplinas* (B.O. 7, de 13/2/1965); Decreto-Lei 46.135, de 31/12: *Criação do Instituto de Meios Áudio-Visuais do Ensino* (D.G. 305, de 31/12); Decreto-Lei 46.136, de 31/12: *Criação da telescola* (D.G.305, de 31/12).

1965 Portaria, de 24/9: *Nomeação de Albano Cordeiro Estrela, reitor do Liceu de Adriano Moreira, Praia* (B.O. 41, de 9/10); Portaria, de 24/9: *Nomeação do vice-reitor do Liceu Gil Eanes* (B.O. 42, de 16/10).

1966 Anúncio da Repartição Provincial dos Serviços de Educação, de 7/1: *Resultados dos exames de aptidão* (B.O. 1, de 7/1); Decreto 46.935, de 11/4: *Condensa e actualiza as normas relativas à concessão de bolsas de estudo* (B.O. *27, de 1/7);* Decreto 47.136, de 4/8: *Revisão das gratificações dos reitores do Liceu Gil Eanes, do Liceu Adriano Moreira e do Director da Escola Industrial e Comercial de Mindelo* (B.O. 37, de 10/9); Decreto 47.311, de 12/11: *Renovação da organização da Mocidade Portuguesa* (D.G. 263, de 12/11); Decreto 47.347, de 26/11: *Programa de Religião e Moral* (B.O. 27, de 8/7/1967); Comunicação do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa, de 21/12: *Modelo de farda para a Mocidade Portuguesa Feminina* (B.O. 6, de 11/2/1967); Orçamento do Liceu Adriano Moreira. *Considerações sobre as despesas*, de 31/12 (Supl. B.O. 53, de 31/12).

1967 Anúncio 6, de 15/4: *Fornecimento de equipamentos para o Liceu Adriano Moreira* (B.O. 17, de 29/4); Portaria, de 28/10 *Exoneração de Albano Estrela do cargo de reitor do Liceu Adriano Moreira, Praia* (B.O. 44, de 4/11).

1968 Decreto-Lei 47.480, de 2/1: *Fundiu o primeiro ciclo do ensino liceal e o primeiro ciclo do ensino técnico* (B.O.12, de 23/3); Portaria, de 6/6: *Exoneração de António Castilho Borges do cargo de reitor interino e nomeação como reitor do Liceu Adriano Moreira* (B.O. 24, de 15/6); Decreto-Lei 48.572, de

9/9: *Disposições estatutárias do ciclo preparatório do ensino secundário* (D.G. 213, de 9/9); Decreto 48.608, de 7/10: *Criação das Escolas Preparatórias da Praia e de Mindelo* (B.O. 42, de 19/10).

1969 Decreto-Lei 49.401, de 24/11: *Extinção da Polícia de Intervenção e Defesa do Estado (PIDE) e criação da Direcção Geral de Segurança (DGS)* (nº 49, de 6/12); Orçamento do Liceu Adriano Moreira. *Considerações sobre as despesas*, de 31/12 (Supl. B.O. 52, de 31/12).

1970 - 1975

1970 Decreto 173, de 17/4: *Criação da Escola do Magistério Primário* (B.O. 17, de 25/4); Diploma Legislativo 1.717, de 1/7: *Organização do ano lectivo, das férias e horário da Escola do Magistério Primário* (B.O. 28, de 11/7); Portaria, de 9/9: *Nomeação do reitor e vice-reitor do liceu para fazerem parte do júri de fiscalização dos exames de aptidão* (B.O. 8, de 20/2/1971); Orçamento do Liceu Gil Eanes. *Considerações sobre as despesas*, de 31/12 (Supl. ao B.O. 52, de 31/12).

1971 *Relação de estudantes bolseiros*, de 8/5 (B.O. 19, de 8/5); *Lista graduada dos candidatos ao concurso de professores de serviço eventual*, de 30/8 (Supl. ao B.O. 36, de 4/9); Anúncio 18: *Fornecimento de equipamentos para o Liceu Adriano Moreira* (B.O. 38, de 18/9); Decreto-Lei 486, de 8/11: *Transforma a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina em associações nacionais da juventude* (D.G. 262, de 8/11).

1972 Despacho, de 21/3: *Criação de Secções das Escolas Preparatórias da Praia e de Mindelo* (B.O. 14, de 3/4); 1971 *Relação de estudantes bolseiros*, de 31/5 (B.O. 23, de 3/6); Decreto-Lei 254, de 27/7: *O cumprimento da escolaridade obrigatória com carácter gratuito* (B.O. 37, de 9/9/1972, p. 713); Comunicação, de 21/8: *Criação da Secção da Escola Preparatória de Mindelo na Escola Industrial e Comercial de Mindelo* (B.O. 35, de 25/8).

1973 Lei 5, de 14/7: *Princípios fundamentais e organização do sistema em educação pré-escolar, educação escolar e educação permanente* (D.G. 173, de 14/7); *Relação de estudantes bolseiros*, de 19/7 (B.O. 30, de 28/7); Despacho, de 18/10: *Criação de centros escolares da Mocidade Portuguesa* (B.O: 42, de 20/10); Orçamento do Liceu Adriano Moreira. *Considerações sobre as despesas*, de 31/12 (Supl. B.O. 52, de 31/12).

1974 Despacho, de 18/1: *Criação de um centro escolar da Mocidade Portuguesa* (B.O: 4, de 26/1); Decreto-Lei 203, de 15/5: *Definição das linhas de orientação e constituição do Governo de Transição do Estado de Cabo Verde (Ministério da Educação e Cultura)* (B.O. 22, de 1/6); Lei 3, de 14/5: *Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar* (D.R. 112, de 14/5); Decreto-Lei 3, de 19/7: *Extingue o Presídio e o Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal* (B.O. 3, de 19/7); Lei 7, de 27/7: *Definiu o Estado de Cabo Verde como uma pessoa colectiva de direito público interno, dotada de autonomia política, administrativa e financeira* (B.O. 30, de 27/7); Lei 13, de 17/12: *Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde* (Supl. B.O. 2, 13/1/1975); Decreto 726, de 28/12: *Nomeação do Alto-Comissário de Cabo Verde* (Supl. ao B.O. 2, 13/1/1975); Decreto 754, de 18/12: *Nomeação do Ministro da Educação e Cultura* (Supl. ao B.O. 2, 13/1/1975).

1975 Decreto 8, de 17/2: *Determina a abolição da palavra «provincial» de todos os Serviços, Departamento e Organismos do Estado* (Supl. B.O 7, de 17/2); Despacho, de 24/4: *Mudança da designação do Liceu da Praia para Liceu «Domingos Ramos»* (B.O. 17, de 26/4); Decreto-Lei 33, de 3/5: *Interrupção do ensino infantil pré-primário* (B.O. 19, de 19/5); Decreto-Lei 38, de 17/5: *Substituição dos directores dos estabelecimentos de ensino e reitores por órgãos colegiais* (B.O. 20, de 19/55); Despacho, de 19/5: *Mudança da designação do Liceu de Mindelo para Liceu Nacional «Ludgero Lima»* (B.O. 21, de 24/5); Declaração, de 25/6: *Da reunião alargada do Conselho de Luta do P.A.I.G.C.* (B.O: 1, de 5/7); Texto, de 5/7: *Proclamação da Independência de Cabo Verde* (B.O: 1, de 5/7); Decreto-Lei 1, de 5/7: *Organização política do Estado de Cabo Verde (nomeação do Ministro da Educado, Cultura, Juventude e Desporto* (B.O. 1, de 5/7).

2. Bibliografia

AAVV (1959). *Colóquios cabo-verdianos.* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais.

AAVV (1986). *Claridade: Revista de Arte e Letras.* Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro [Edição facsimilada].

AAVV (1990) *Claridade: Revista de Arte e Letras* [Publicação comemorativa do cinquentenário]. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

AAVV (1992). *Comemorações do 75º aniversário da criação do liceu de Cabo Verde.* Lisboa: Associação dos Antigos Estudantes do Ensino Secundário de Cabo Verde.

AAVV (2002). *Espaços de formação. Tempos de formação (Textos da conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação, Novembro de 2001)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Adão, Áurea (1984). *O estatuto sócio-profissional do professor primário em Portugal* (1901-1951). Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian. Instituto Gulbenkian de Ciência.

Administração do Concelho da Praia B1 (1868-1975): Repertório numérico simples do fundo arquivístico (1998). Praia: Arquivo Histórico Nacional.

Albarello, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle; Saint-Georges, Pierre de (2005) [1995]. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva.

Albuquerque, Luís & Santos, Maria Emília Madeira (Dir.) (1988). *História geral de Cabo Verde. Corpo documental.* Lisboa / Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.

Albuquerque, Luís & Santos, Maria Emília Madeira (Coord.) (1991). *História geral de Cabo Verde.* Vol. I. Lisboa / Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical / Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.

Alexandre, Valentim (1993). Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo. *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), pp. 1117-1136.

Alexandre, Valentim (2000). *Velho Brasil/Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975).* Porto: Edições Afrontamento.

Almada, José Luis Hopffer (2005, Abril 11). O Boletim Cabo Verde a mais eclética e importante revista cultural cabo-verdiana no período colonial. *O Liberal*. http://www.domdigital.pt [Data de acesso: 4/9/2008]

Almeida, Alexandre M. S. Ribeiro de & Almeida, Maria de Lourdes M. S. Ribeiro de (Org.) (2007). *Problemas económicos de Cabo Verde e outros escritos (1946-1959).* Mindelo: Gráfica do Mindelo.

Almeida, Miguel Vale (2002). O Atlântico pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso "lusófono". In [Bastos, Cristina; Almeida, Miguel Vale & Feldman-Bianco, Bela (Coord.)] *Trânsitos coloniais: Diálogos críticos luso-brasileiros.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-27.

Almeida, Raymond Anthony (1978). *Cape Verdeans: our story.* Boston: Tchuba The American Committee for Cape Verde.

Altbach, Philip G. & Kelly, Gail P. (1978). *Education and colonialism.* New York / London: Longman.

Altbach, Philip & Kelly, Gail (Eds.) (1982). *Education and the colonial experience.* New Brunswick / New York: Transaction Books.

Andrade, Mário & França, Arnaldo (1977). A cultura na problemática da libertação nacional e do desenvolvimento à luz do pensamento político de Amílcar Cabral. *Raízes*, 1 (Janeiro/Abril), pp. 3-19.

Anjos, José Carlos dos (1997). Representações sobre a nação cabo-verdiana. Definição mestiça da identidade nacional como ideologia de clientelismo em contexto de dominação racial. *Fragmentos – Revista de Letras, Artes e Cultura,* 11/15.

Anjos, José Carlos dos (2002). *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde.* Praia: INIPC / UFGRS.

Apple, Michael W. (1989). *Educação e poder.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Araújo, Alberto Filipe (2003). João de Barros. In [Nóvoa, António (Dir.)] *Dicionário de educadores portugueses.* Porto: Edições ASA, pp. 138-145.

Araújo, Helena Costa (2000). *As pioneiras na educação. As professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências.* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Artiletra. JORE/jornal-revista/ de Educação, Ciência e Cultura, Outubro de 2004.

Azevedo, Mário (2004). *Teses, relatórios e trabalhos escolares: Sugestões para estruturação da escrita.* Lisboa: Universidade Católica Editora.

Barcellos, Christianno José de Senna (2003). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné.* Vol. I. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Bardin, Laurence (1995) [1972]. *Análise de conteúdo*. [Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro]. Lisboa: Edições 70.

Barroso, João (1995). *Os liceus. Organização pedagógica e administração (1836-1960).* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Barroso, João (2005). *Políticas educativas e organização escolar.* Lisboa: Universidade Aberta.

Barroso, João (Org.) (2006). *A regulação das políticas públicas de educação: Espaços, dinâmicas e autores.* Lisboa: Educa.

Belkaïd, Malika (1995). Assimilation émancipatrice, emancipation assimilatrice? In [Nóvoa, António; Depaepe, Marc & Johanningmeier, Erwin (Eds.)] *Paedagogica Historica, International Journal of History of Education.* Supplementary Series. Vol. I, pp. 233-250.

Bernabé, Jean; Chamoiseau, Patrick & Confiant, Raphäel ((2005). *In praise of creoleness.* In [Gaurav, Desai & Nair, Supriya (2005)] *Postcolonialisms: An anthology of cultural theory and criticism*. New Brunswick / New Jersey: Rutgers University Press, pp. 274-289.

Bettencourt, Fátima (2006). Depoimento. In [Carvalho, Maria Adriana Sousa]. *A memória educativa recuperada no Cabo Verde Boletim.* Praia: Centro Cultural Português / Instituto Camões, pp. 112/113.

Bhabha, Homi (1997) Of mimicry and man: The ambivalence of colonial discourse. In [Cooper, Frederick & Stoler, Ann Laura (Eds.] *Tensions of empire, colonial cultures in a bourgeois world.* Berkeley / Los Angeles / London: University of California Press, pp. 152-160.

Bhabha, Homi K. (2005) [1994]. *The location of culture*. London / New York: Routladge.

Bloch, Marc (1960). *Apologie pour le métier d'historien*. Paris: Armand Colin.

Bourdieu, Pierre (1998). *O que falar quer dizer. A economia das trocas linguísticas.* [Tradução de Wanda Anastácio]. Lisboa: Difel.

Bourdieu, Pierre (2001) [1989]. *O poder simbólico.* [Tradução de Fernando Tomaz]. Lisboa: Difel.

Bourdieu, Pierre (2001) [1994]. *Razões práticas. Sobre a teoria da acção.* [Tradução de Miguel Serras Pereira]. Oeiras: Celta Editora.

Branco, João (2004). *Nação teatro: História do teatro em Cabo Verde.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Braudel, Fernand (1989). *Gramática das civilizações.* Lisboa: Teorema.

Brito, Esther Aguiar Lisboa da Costa Santos (2006). No liceu. In [Pereira, Sara Marques (Coord.)] *Memórias do liceu português.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 119-122.

Brito, Jorge Sousa (2006). Memória do Liceu Adriano Moreira na Praia. In [Pereira, Sara Marques (Coord.)] *Memórias do liceu português.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 164-166.

Brito, Jorge Sousa (2008). *O outro lado do eu.* http://www.jorsoubrito.blogspot.com [Data de acesso: 22/1/2008].

Brito, Nélida Maria Freire (2006). *Tarrafal na memória dos prisioneiros.* Lisboa: Edições Dinossauro.

Brito-Semedo, Manuel (1995). *Caboverdianamente ensaiando.* Vol. I. Mindelo: Ilhéu Editora.

Brito-Semedo, Manuel (2006a). *A construção da identidade nacional: Análise da imprensa entre 1877 e 1975.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Brito-Semedo, Manuel (Org.) (2006b). *Manuel Duarte: Não há sol que morra na sombra do poente.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Brito-Semedo, Manuel & Morais, Joaquim (2008). *A Manduco… Crónicas de Pedro Cardoso.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Cabral, Iva (s/d) *Apontamentos para uma biografia (Cronobiografia de Amílcar Cabral, no âmbito do Projecto de Salvaguarda do Património Histórico da África Contemporânea).* Lisboa: Fundação Mário Soares. http://www. mhtml:file://E:\ apontamentos para uma biografia.mht [Data de acesso: 22/7/2008].

Cabral, Juvenal (2002). *Memórias e reflexões.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional.

Camus, Albert (1979) [1942]). *O mito de Sísifo, ensaio sobre o absurdo*. [Tradução de Urbano Tavares e Ana dos Reis]. Lisboa: Livros do Brasil.

Candeias, António (Coord.) (2005). Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX. Lisboa: Educa.

Carreira, António (1983) [1977]. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde.* Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.

Carreira, António (1984). *Cabo Verde: Aspectos sociais, secas e fomes no século XX.* Lisboa: Biblioteca Ulmeiro.

Carvalhais, Isabel Estrada (Coord.) (2007). *Cidadania no pensamento político contemporâneo.* S. João do Estoril: Principia Editora.

Carvalho, Alberto Duarte de (1985). Emergência do discurso da agressividade na poesia caboverdiana. In *Les littératures africaines de langue portugaise: A la* recherche de l'identité individuelle et nationale. *Actes du Colloque, Paris, 28-29-30 novembre, 1 décembre 1984.* Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portuguais, pp. 215-224, pp. 21-33.

Carvalho, Alberto Duarte de (1991). Baltasar Lopes, a obra e o autor do seu tempo. *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XXIX. Lisboa-Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.

Carvalho, Maria Adriana Sousa (2006). *A memória educativa no Cabo Verde Boletim.* Praia: Centro Cultural Português / Instituto Camões.

Carvalho, Maria Adriana Sousa (2007). *A construção social do discurso educativo em Cabo Verde (1911-1926): um contributo para a história da educação.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Carvalho, Maria Adriana Sousa. (2008). Do Magistério Primário ao Instituto Pedagógico de Cabo Verde: Mudam-se os currículos, os tempos e as vontades… In [Fernandes, Rogério & Mignot, Ana Chrystina Venancio (Orgs.)] *O tempo na escola.* Porto: Profedições, pp. 155-170.

Carvalho, Maria Manuela (2001). O ensino da história no Estado Novo. In [Proença, Maria Cândida (Coord.)]. *Um século de ensino da história*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 75-91.

Carvalho, Rómulo de (2001) [1986]. *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castelo, Cláudia (1996). *«O modo português de estar no mundo»: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961).* Porto: Edições Afrontamento.

Catálogo de publicações periódicas (1842-1998). Vol. I. (1998). Praia: Arquivo Histórico Nacional.

Cerrone Frederico (1983). *História da igreja em Cabo Verde (Subsídios).* Mindelo: Gráfica do Mindelo.

Césaire, Aimé (1978). *Discurso sobre o colonialismo.* [Tradução de Noémia de Sousa]. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Lda.

Chartier, Roger (1988). *História cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

Chervel, André (1991) Des disciplines scolaires à la culture scolaire. In [J. Sturm, J. Dekker , R. Aldrich & F. Simon (Eds.)] *Education and cultural transmission*. Gante, Paedagogica Historica, Supplementary Series (II), pp. 181-195.

Chervel, André (1998) *La culture scolaire: Une approche historique.* Paris: Belin.

Clara, Fernando (2006). O fim do Império: Onde a nação acaba e o império começa. In [Sanches, Manuel Ribeiro (Org.)]. *Portugal não é um país pequeno: Contar o império na pós-colonialidade.* Lisboa: Livros Cotovia, pp. 271-283.

Clignet, Remi (1971). Damned if you do, damned if you don't: the dilemmas of colonizer-colonized relations. *Comparative Education Review*, 8 (October), pp. 297-312.

Compère, Marie.Madeleine (Dir.) (1997). *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris: INRP - Éditions Économica.

Compère, Marie.Madeleine (1995). *L'histoire de l'éducation en Europe: Essai comparatif sur la façon dont elle s'écrit.* New York / Paris: INRP Peter Lang.

Correia, Cláudia (1994). A administração colonial portuguesa entre os sécs. XIX-XX. In *Secretaria Geral do Governo (1803-1927). Repertório numérico simples do fundo arquivístico.* Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.

Cortezão, Luiza (1982). *Escola, sociedade. Que relação?* Porto: Edições Afrontamento.

Cunha, Luís (2001). *A nação nas malhas da sua identidade. Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento.

Deleuze, Gilles (1987). *Foucault. Os estratos ou formações históricas.* Lisboa: Editorial Vega.

Depaepe, Marc & Simon, Frank (1999). La conquista de la juventud: una cruzada educativa en Flandres durante el período de entreguerras*. Historia de la educación, revista interuniversitaria,* 18. Salamanca: Ediciones Universitarias, pp. 301-320.

Desai, Gaurav & Nair, Supriya (Eds.) (2005). *Postcolonialisms: An anthology of cultural theory and criticism*. New Brunswick / New Jersey: Rutgers University Press.

Duarte, Manuel (1999). *Caboverdianidade e africanidade e outros textos.* Praia: Herdeiros de Manuel Duarte / Edição Spleen.

Duby, Georges (1974). A vulgarização dos modelos culturais na sociedade feudal. In [Bergeron, Louis (Ed.)] *Níveis de cultura e grupos sociais*. *Colóquio da Escola Normal Superior de Paris, 7 a 9 de Maio de 1966.* Lisboa: Edições Cosmos, p. 43.

Eco, Umberto (2005) [2004]. *A misteriosa chama da Rainha Loana.* Algés – Portugal: Difel.

Escolano Benito, Agustín (2000). Las culturas escolares del siglo XX: Encuentros y desencuentros. *Revista de Educácion*, num. extraordinario, pp. 201-218.

Escolano Benito, Agustín. (2008). La invención del tiempo escolar. In [Fernandes, Rogério & Mignot, Ana Chrystina Venancio (Orgs.)]. *O tempo na escola.* Porto: Profedições, pp.33-53.

Estrela, Albano Cordeiro (1996). *Andam gambozinos por entre as árvores.* Lisboa: Edições Colibri.

Estrela, Rui (2004). *A publicidade no Estado Novo (1932-1959).* Vol. I. Lisboa: Autor e Simplesmente Comunicando.

Fanon, Frantz (1971) [1952] *Peau noir, masques blancs.* Paris: Éditions du Seuil.

Fanon, Frantz (2002) [1961] *Les damnés de la terre.* Paris: La Découverte / Poche.

Febvre, Lucien (1953). *Combats pour l'historie.* Paris: Librairie Armand Colin.

Felgueiras, Margarida Louro & Menezes, Maria Cristina (2004). *Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação*. Porto: Edições Afrontamento.

Felgueiras, Margarida Louro (2008). A organização do tempo da criança em internato. In [Fernandes, Rogério & Mignot, Ana Chrystina Venancio (Orgs.)]. *O tempo na escola.* Porto: Profedições, pp.99-122.

Fernandes, Gabriel (2006). *Em busca da nação: Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo.* Florianópolis / Praia: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina / Instituto da Biblioteca Nacional.

Fernandes, Rogério (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea.* Lisboa: Biblioteca Breve.

Fernandes, Rogério (1988). História da educação, história das mentalidades, história da cultura. In [Gomes, Joaquim Ferreira, Fernandes, Rogério & Grácio, Rui]. *História da educação em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 98-116.

Fernandes, Rogério (1993). História das instituições educativas. In [Nóvoa, António & Berrio, Julio Ruiz (Eds.)]. *A história da educação em Espanha e Portugal: Investigações e atitudes*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Sociedad Española de Historia de la Educación, pp. 157-170.

Fernandes, Rogério (1994). Os caminhos do ABC: Sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras. Porto: Porto Editora.

Fernandes, Rogério (1998). Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910). In [Proença, Maria Cândida (Coord.)] *O sistema de ensino em Portugal, séculos XIX-XX*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 23-46.

Fernandes, Rogério (2000). A imagem e a ideia de Europa nos manuais escolares de formação nacionalista do "Estado Novo" (1936-1945). In [Genovesi, Giovani (Org.)] *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945).* Milano: Franco Angeli, pp. 217-233.

Fernandes, Rogério (2004a). A história da educação e o saber histórico. In [Felgueiras, Margarida Louro & Menezes, Maria Cristina]. *Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação.* Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 789-806.

Fernandes, Rogério (2004b). António Sérgio, Ministro da Educação Pública. In [Felgueiras, Margarida Louro & Menezes, Maria Cristina]. *Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação.* Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 217-285.

Fernandes, Rogério (2004c). Contributo para a história da profissão docente em Portugal. In [Felgueiras, Margarida Louro & Menezes, Maria Cristina]. *Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação.* Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 731-770.

Fernandes, Rogério (2004d). História das inovações educativas (1875-1936). In [Felgueiras, Margarida Louro & Menezes, Maria Cristina]. *Rogério Fernandes: Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação.* Lisboa: Edições Afrontamento, pp. 585-597.

Fernandes, Rogério (2008). A borboleta e o meu tempo escolar. In [Fernandes, Rogério & Mignot, Ana Chrystina Venancio (Orgs.)] *O tempo na escola.* Porto: Profedições, pp.17-32.

Ferreira, António Gomes (2000). *Escolas, cultura e identidade.* Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Ferreira, Eduardo de Sousa (1974). *Le colonialisme portugais en Afrique: La fin d'une ère.* Paris: Les Presses de l'UNESCO.

Ferreira, Manuel (Coord.) (1975). *No reino de Caliban.* Lisboa: Seara Nova.

Ferreira, Manuel (1977). *Literatura africana de expressão portuguesa.* Lisboa: Biblioteca Breve. Instituto de Cultura Portuguesa.

Ferreira, Manuel (1986). O fulgor e a esperança de uma nova idade (prefácio). *Claridade:* R*evista de arte e letras*, pp. XIX-XCIX.

Ferreira, Ondina (Coord.) (2005). *Maria Helena Spencer: Contos, crónicas e reportagens.* Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Ferro, Marc (2005) [2003]. El libro negro del colonialismo. Siglos XVI al XXI: del exterminio al arrepentimiento. [Tradução de Carlo Caranci]. Madrid: La esfera de los libros.

Figueira, Manuel Henrique (2004). *Um roteiro da Educação Nova em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte.

Formosinho, João (1987). *Education for passivity. A study of portuguese education* (1926-1968). London: Institute of Education – University of London. Ph. Thesis apresentada na Universidade de Londres.

Foucault, Michel (1966). *Les mot et les choses : une archéologie des sciences humaines*. Paris : Gallimard.

Foucault, Michel (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison.* Paris: Éditions Gallimard.

Foucault, Michel (1978). La gouvernementalité. In *Dits et écrits (1976-1979*). Vol. III. Paris: Gallimard, pp. 134-161.

Foucault, Michel (1984). L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In *Dits et écrits (1980-1988*). Vol. IV. Paris: Gallimard, pp. 708-729.

Foucault, Michel (2005) [1969]. *A arqueologia do saber.*[Tradução de Luiz Felipe Baeta]. Coimbra: Almedina.

Foucault, Michel (2005) [1982]. *La hermenêutica del sujeito: curso del Collège de France (1982).* [Tradução de Horacio Pons]. Madrid: Ediciones Akal.

França, Arnaldo (Coord.) (1998). *António Aurélio Gonçalves: Ensaios e outros escritos*. Praia / Mindelo: Centro Cultural Português.

França, Arnaldo & Santos, Elsa Rodrigues dos (Org.) (2002). *Obra poética de Jorge Barbosa*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Gandhi, Leela (2004). *Postcolonial theory: a critical introduction.* New York: Colúmbia University Press.

Genovesi, Giovanni (Dir.) (2000). *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945).* Milano: Franco Angeli.

Giddens, Anthony (1998). *Política, sociologia e teoria social: Confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo.* [Tradução de Ana Isabel Madeira]. Oeiras: Celta.

Gomes, Joaquim Ferreira (1988). Novos estudos de *História da Educação em Portugal.* Coimbra: Quarteto.

Gomes, Joaquim Ferreira; Fernandes, Rogério & Grácio, Rui (1988). *História da Educação em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 117-130.

Gomes, Lourenço Conceição (2008). *Valor simbólico do centro histórico da Praia – Cabo Verde*. Tese de Doutoramento apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.

Gomes, Rui (1991). Poder sobre o corpo – A educação física no Estado Novo (1936-1945). *Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física,* 2-3 (2ª série).

Gonçalves, António Aurélio (1998). Bases para uma cultura de Cabo Verde. In [França, Arnaldo (Coord.)] *António Aurélio Gonçalves: Ensaios e outros escritos*. Praia / Mindelo: Centro Cultural Português, pp. 123-147.

Gonçalves, Maria Cândida (2006). Depoimento. In [Carvalho, Maria Adriana Sousa]. *A memória educativa recuperada no Cabo Verde Boletim.* Praia: Centro Cultural Português / Instituto Camões, pp. 109-111.

Graça, José Leitão da (1999). À guisa de introdução. In [Duarte, Manuel]. *Caboverdianidade e africanidade e outros textos.* Praia: Herdeiros e Manuel Duarte / Spleen Edições, pp. 7-19.

Grácio, Rui (1988). História da realidade educativa recente em Portugal: Problemas de investigação. In [Gomes, Joaquim Ferreira, Fernandes, Rogério & Grácio, Rui] *História da educação em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, pp. 117-130.

Grácio, Sérgio (1986). *Política educativa como tecnologia social: As reformas do ensino técnico de 1948 a 1983.* Lisboa: Livros Horizonte.

Grácio, Sérgio (1998). *Ensinos técnicos e políticas em Portugal.* Lisboa: Edições Piaget.

Henriques, Isabel Castro (2004). *Os pilares da diferença: Relações Portugal-África. Século XV-XX*. Casal de Cambra – Portugal: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas.

Isambert-Jamati, Viviane (1990). *Les savoirs scolaires: Enjeux sociaux des contenus d'enseignement et de leurs réformes.* Paris: Editions Universitaires.

Jaeger, Werner (1995) [1936]. *Paideia, a formação do homem grego*. S. Paulo: Editora Martins Fontes.

Julia, Dominique (1995). La culture scolaire comme objet historique. In [Nóvoa, António; Depaepe, Marc & Johanningmeier, Erwin (Eds.)] Gent: *Paedagogica Historica, International Journal of the History of Education.* Supplementary Series. *The colonial experience in education: Historical issues and perspectives*. Vol. I, pp. 353-382.

Klíma, Jan (2002). Sokols de Cabo Verde nos anos trinta do século XX. *Ibero-Americana Pragensia*, Ano XXXVI, Praga, pp. 185-198.

Klíma, Jan (2005). Cabo Verde trinta anos após a independência. *Ibero-Americana Pragensia*, Ano XXXIX, Praga, pp. 217-226.

Klíma, Jan (2008). *Os Sokols (Falcões) de Cabo Verde: História e legado*. (Documento manuscrito inédito cedido pelo autor).

Le Goff, Jacques (1982) [1977]. *História e memória.* [Tradução de Ruy Oliveira]. Lisboa: Edições 70.

Leitão, Otília (2007, Julho 19). Homenagem ao Dr. Antero de Barros. *A Semana on-line.* http://www.mhtml-file://e:\homenagem ao Dr_Antero de Barros. mht [Data de acesso: 22/7/2008].

Léon, Antoine (1991). *Colonisation, enseignement et éducation: étude historique et comparative.* Paris: Éditions L'Harmattan.

Lepcki, Maria Lúcia (1990). Lá vem o barco, seló, seló: In *Seló: página dos novíssimos*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco. [Edição facsimilada], pp. 9-21.

Lima, António Germano (2006). Eugénio Tavares, contribuição para a investigação histórico-cultural da sociedade cabo-verdiana. *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, 3/4 (Novembro), Universidade de Cabo Verde, pp. 65-83.

Lima, Mesquitela (1992). *A poética de Sérgio Frusoni: uma leitura antropológica.* Lisboa / Praia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.

Lobo, Maria Isabel (Coord.) (1996). *Eugénio Tavares: Poesias, cartas e textos.* Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

Lopes, Baltasar (1986). Depoimento. *Claridade: Revista de Arte e Letras.* Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, pp. XIII-XV.

Lopes, Eliane Marta Santos Teixeira (1985). *Colonizador-colonizado: Uma relação educativa no movimento da História*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lopes, José Vicente (2002) [1996]. *Cabo Verde: Os bastidores da independência.* Praia: Spleen Edições.

Loureiro, João (1998). *Postais antigos de Cabo Verde*. Macau: Fundação Macau.

Lozano Seijas, Cláudio (1993). Historiografía de la educación colonial. In [Nóvoa, António & Berrio, Julio Ruiz]. *A história da educação em Espanha e Portugal: Investigações e actividades.* Lisboa: Sociedade de Ciências da Educação / Sociedad Española de Historia de la Educación.

Macagno, Lourenzo. (2002). Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e Moçambique. In [Luís Nicolau Pares e Renato da Silveira (Eds.)] *Afro-Ásia. Salvador: Revista do Centro de Estudos Afro Orientais.* Universidade Federal da Bahia, 28, pp. 97-124.

Machado, José Ramos (1999). *Um cabo-verdiano na Sorbonne: Roberto Duarte Silva*. Praia: 4º Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa.

Madeira, Ana Isabel (2003). *Sons, sentidos e silêncios da lusofonia: Uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa*. Cadernos Prestige (18). Lisboa: Educa.

Madeira, Ana Isabel (2005). Portuguese, French and British discourses on colonial education: Church-state relations, school expansion and missionary competition in Africa, 1890-1930. *Paedagogica Histórica*. Vol. 41 (1/2), pp. 31-60.

Madeira, Ana Isabel (2006). Estudos comparados em História da Educação e Educação Colonial: Algumas considerações sobre a comparação no espaço da língua portuguesa. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 1, pp. 37-56.

Madeira, Ana Isabel (2007). *Ler, escrever e orar: Uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação o ensino e a escola em Moçambique (1850-1950).* Tese de doutoramento em Ciências da Educação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Magalhães, Justino Pereira de (1994). *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime: Um contributo para a história de alfabetização e da escolarização em Portugal.* Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação.

Magalhães, Justino Pereira de (Org.) (1996). *Fazer e ensinar História da Educação em Portugal: Actas do 2º encontro de História da Educação*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Magalhães, Justino Pereira de & Afonso, José António (2000). Manuais de leitura, história e geografia e a ideia da Europa (1930-1945). Do mundo português à Europa física e administrativa das nações. In [Genovesi, Giovani (Org.)] *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945).* Milano: Franco Angeli, pp. 191-204.

Magalhães, Justino Pereira de (2001). *Alquimias da escrita: Alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime.* Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

Mariano, Gabriel (1977). *Capitão Ambrósio.* In [Andrade, Mário Pinto de]. *Antologia temática de poesia africana I: Na noite grávida de punhais.* Lisboa: Editora Sá da Costa, pp. 51-55.

Mariano, Gabriel (1991). *Osvaldo Alcântara: o caçador de heranças.* Mindelo: Ponto & Vírgula Edições.

Marques, A. H. de Oliveira (1981) [1973]. *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Palas Editora.

Marques, A. H. de Oliveira & Dias, João José (2003). *Atlas histórico de Portugal e do ultramar português.* Lisboa: Centro de Estudos Históricos.

Martins, Moisés de Lemos (1990). *O olho de Deus no discurso salazarista.* Porto: Edições Afrontamento.

Martins, Ovídio (1976). Anti-evasão. In [Andrade, Mário Pinto de] *Antologia temática de poesia africana I: Na noite grávida de punhais.* Lisboa: Editora Sá da Costa, p. 48.

Martins, Pedro (1995). *Testemunhos de um combatente.* Praia / Mindelo: Instituto Camões / Centro Cultural Português de Mindelo.

Mascarenhas, Francisco (1993, Outubro 11). Nós e o teatro. *A Semana*, 123, p. 14.

Matos, Mário da Silva (s/d). *Contos & factos.* Mindelo: Edição do Autor.

Matos, Patrícia Ferraz de (2006). *As côres do Império: representações raciais no império colonial português.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Meneses, Euclides de (1986). Índice onomástico. In *Claridade – Revista de artes e letras* (Número extra-série da revista, comemorativa do cinquentenário). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

Mineiro, Adélcia Carvalho (2007). *Valores e ensino no Estado Novo: Análise dos livros únicos.* Lisboa: Edições Sílabo.

Ministério da Habitação e Obras Públicas (1984). *Linhas gerais da história do desenvolvimento urbano da cidade de Mindelo.* Praia: Edição do Fundo de Desenvolvimento Nacional, Ministério da Economia e Finanças.

Mitidieri-Pereira, André Luís (2007). *Partes de África: Uma renovada presença da metonímia.* http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes [Data de acesso: 25/10/2007].

Mónica, Maria Filomena (1978). *A educação e sociedade no Portugal de Salazar: A escola primária salazarista (1926-1939).* Lisboa: Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais.

Moniz, Elias Alfama (2007). Percalços do ensino colonial em Cabo Verde. Século XVI aos anos 40 do século XX. *Revista E-Curriculum*, S. Paulo, v. 3, 1.

Monteiro, Félix (1990). A bandeira negra da fome. In *Claridade*: *Revista de Arte e Letras* (publicação comemorativo do cinquentenário). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, pp. 161-172.

Monteiro, Félix. (Org.) (1999). *Eugénio Tavares: Viagens, tormentas, cartas e postais.* S. Vicente: Instituto de Promoção Cultural.

Morrow, Raymond Allen & Torres, Carlos Alberto (1997). *Teoria social e educação: Uma crítica das teorias de reprodução social e cultural*. [Tradução de Tiago Neves]. Porto: Edições Afrontamento.

Mourão, José Augusto; Matos, Ana Maria Cardoso de & Guedes, Maria Estela (Coord.). (1998). *O mundo ibero-americano nas grandes exposições.* Lisboa: Vega.

Nogueira, Gláucia (2007). *Notícias que fazem a história: A música de Cabo Verde pela imprensa ao longo do século XX.* Praia: Edição da Autora.

Nóvoa, António (1987). *Le temps des professeurs. Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal.* Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Nóvoa, António (Dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino – Repertório analítico (séculos XIX-XX).* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Nóvoa, António (1993). Perspectivas de renovação da história da educação em Portugal. In [Nóvoa, António & Berrio, Julio Ruiz (Eds.)]. *A história da educação em Espanha e Portugal: Investigações e actividades.* Lisboa: Sociedade de Ciências da Educação / Sociedad Española de Historia de la Educación.

Nóvoa, António (1994). *História da educação.* Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Nóvoa, António (1995). On history, history of education, and history of colonial education. In *Paedagogica Historica, Intenational Journal of The History of Education,* [Nóvoa, António; Depaepe Marc & Johanningmeier, Erwin. (Eds.)]. Supplementary Series. Vol. I, pp. 23-61.

Nóvoa, António (1996a). História da educação."Novos sentidos, velhos problemas". In [Magalhães, Justino (Org.)]. *Fazer e ensinar história da educação em Portugal.* Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Nóvoa, António (1996b). História da educação. Percursos de uma disciplina. *Análise Psicológica, 4*, XIV, pp. 417-434.

Nóvoa, António (1998). *Historie & comparaison (Essais sur l'éducation).* Lisboa: Educa.

Nóvoa, António (2000). Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique. In [Nóvoa, António & Schriewer, Jürgen (Eds.)] *A difusão mundial da escola. Alunos, professores, currículos, pedagogia.* Lisboa: Educa, pp. 121-140.

Nóvoa, António (Dir.). *Dicionário de educadores portugueses.* Porto: Edições ASA.

Nóvoa, António (Org.) (2005a). *As organizações escolares em análise.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Nóvoa, António (2005b). *Evidentemente. Histórias da educação*. Porto: ASA Editores.

Nóvoa, António (2005c). Para uma análise das instituições escolares. In [Nóvoa, António (Org.]). *As organizações escolares em análise.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 15-43.

Nóvoa, António; Barroso, João & Ó, Jorge Ramos do (2003). «O todo poderoso império do meio». In [Nóvoa, António & Santa-Clara, Ana Teresa (Coord.)]. "*Liceus de Portugal": histórias, arquivos, memórias.* Porto: Edições ASA, pp. 17-74.

Nóvoa, António & Berrio, Julio Ruiz (Eds.) (1993). *A história da educação em Espanha e Portugal: Investigações e actividades.* Lisboa: Sociedade de Ciências da Educação / Sociedad Española de Historia de la Educación.

Nóvoa, António; Depaepe, Marc; Johanningmeier, Erwion & Arango, Diana S. (Eds.) (1996). *Para uma história da educação colonial / Hacia una historia de la educación colonial.* Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / Educa.

Nóvoa, António & Jürgen, Schriewer (Eds.) (2000). *A difusão mundial da escola. Alunos, professores, currículos, pedagogia.* Lisboa: Educa.

Nóvoa, António & Santa-Clara, Ana Teresa (Coord.) (2003). "*Liceus de Portugal": Histórias, arquivos, memórias.* Porto: Edições ASA.

Ó, Jorge do (2003). *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX).* Lisboa: Educa.

Ó, Jorge do (2006a) Os terrenos disciplinares da alma e da autogovernação no primeiro mapa das Ciências da Educação (1879-1911). *Sísifo*, *Revista das Ciências da Educação*, 1, Out./Dez., pp. 127-132.

Ó, Jorge do (2006b). Poder-saber-querer: os terrenos disciplinares da alma e da autogovernação no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911). *Revista da Educação*, 12, Jul./Dez., pp. 11-30.

Oliveira, João Nobre de (1998). *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975).* Macau: Fundação Macau.

Paulo, João Carlos. (1992). *A honra da bandeira. A educação colonial no sistema de ensino português (1926-1946).* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Dissertação final de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Paulo, João Carlos. (1995). Education coloniale et "école portugaise" (1926-1946). In [Nóvoa, António; Depaepe, Marc & Johanningmeir, Erwin V. (Eds.)] *The colonial experience in education: historical issues and perspectives*: Gent: Paedagogica Historica, International Series for the History of Education, pp. 115-133.

Pereira, Caetano Pimenta (2005, Novembro). O Seminário Diocesano de São José é o coração da diocese. *Artiletra*, pp. XVII-XXII.

Pereira, Isidro (1961). *Dicionário Grego-Português e Português-Grego.* Porto: Apostolado da Imprensa.

Pereira, José Maria Nunes (2001.). Mário de Andrade e o lusotropicalismo. In [Bellucci, Beluce (Org.)] *Congresso ALADAA, Ásia e África face a Globalização*. Rio de Janeiro: UCAM, pp. 137-154. http://bibliotecavirtual.claso.org.ar/ar/libros/aladaa/nunes/rtf [Data de acesso: 7/6/2008].

Philippe, Ariès (1992). *O tempo da história.* Lisboa: Relógio d'Água.

Pimental, Irene Flunser (2000). *História das organizações femininas no Estado Novo*. Lisboa: Círculo dos Leitores.

Pimental, Irene Flunser (2007). *A história da PIDE.* Lisboa: Círculo dos Leitores.

Pintassilgo, Joaquim (2001) A República e o ensino da história: inovações e permanências. In [Proença, Maria Cândida (Coord.)]. *Um século de ensino da história*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 53-74.

Pintassilgo, Joaquim; Alves, Luís Alberto, Correia, Luís Grosso & Felgueiras, Margarida Louro (2007). *A história da educação em Portugal Balanço e perspectivas.* Porto. ASA.

Pinto, António Costa (1992). As elites políticas e a consolidação do salazarismo: O nacional sindicalismo e a União Nacional. *Análise Social,* nº 116-117, pp. 575-613.

Pinto, António Costa & Ribeiro, Nuno Afonso (1980). *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936): A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo.* Lisboa: Cooperativa Editora História Crítica.

Popkewitz, Thomas S. (1997) [1991]. *Reforma educacional: Uma política sociológica. Poder e conhecimento em educ*ação. [Tradução de Beatriz Affonso Neves]. Porto Alegre: Artes Médicas.

Prost, Antoine (1992). *Éducation, société et politiques. Une historie de l'enseignement en France de 1945 à nos jours.* Paris: Éditions du Seuil.

Pureza, José Manuel (2007). *Caminhos e descaminhos da paz cosmopolita.* In [Carvalhais, Isabel Estrada, (Coord.)]. *Cidadania no pensamento político contemporâneo.* S. João do Estoril: Principia Editora, pp. 73-88.

Ramos, Manuel Nascimento (2003). *Mindelo d' outrora* (2ª ed.). Mindelo: Edição do Autor.

Ramos, Rui (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. Vol. XXIV, 103-104, pp. 1067-1145.

Reis, Carlos (1990). A produção cultural entre a norma e a ruptura. António Reis (Dir.). *Portugal contemporâneo*, Vol. 2 (1926-1958). Lisboa: Alfa, pp. 585-654.

Reis, Carlos (2002). Leitura e representação de um drama: o espaço no sistema de ensino (Textos da conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação, Novembro de 2001). In [AAVV, *Espaços de formação. Tempos de formação*]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 123-140.

Repertório numérico simples do fundo arquivístico: Repartição Provinicial dos Serviços de Administração Civil (1907-1979) (2004). Lisboa: Arquivo Histórico Nacional.

Resende, José Manuel (2003). *O engrandecimento de uma profissão: os professores do ensino secundário público no Estado Novo.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rodrigues, Carlos Farinha (1996). Pobreza. In [Rosas, Fernando & Brito, J. M. Brandão de (Dir.)]. *Dicionário da História do Estado Novo* (1926-1974). Vol. 2, pp. 742-744.

Rosas, Fernando (1993-1994). O Estado Novo (1926-1974). In [José Mattoso (Dir.)]. *História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa.

Rosas, Fernando (1999). Estado Novo. In [António Barreto & Filomena Mónica (Coord.)]. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa: Livraria Figueirinhas, pp. 315-319.

Rose, Nikolas (1998). *Powers of freedom: Reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

Saial, Joaquim (2001). *Capitania.* Lisboa: Editorial Notícias.

Saial, Joaquim (2006a.). *Éden Park, passado, presente e futuro.* http://.www.saial.info/índex-pt?option [Data de acesso: 23/8/2006].

Saial, Joaquim (2006b). *Os Caites.* Lisboa: Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde. http://wwww.saial.info/índex pt?option [Data de acesso: 23/8/2006].

Saial, Joaquim (2006c). *Três Sokols da ilha do Fogo – 1930.* http://.www.saial.info/índex pt?option [Data de acesso: 23/8/2006].

Saial, Joaquim (2006d). *Torre-lanterna do antigo Liceu Gil Eanes.* Lisboa: Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde. http://www.saial.info/índex [Data de acesso: 23/8/2006].

Said, Edward W. (2004) [1978]. *Orientalismo. Representações ocidentais do oriente.* Lisboa: Edições Cotovia.

Sanches, Manuela Ribeiro (Org.) (2006). *Portugal não é um país pequeno: contar o "império" na pós-colonialidade.* Lisboa: Edições Cotovia.

Santos, Boaventura de Sousa (1988) [1987]. *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento.

Santos, Elsa Rodrigues dos (Org.) (1993). *Jorge Barbosa: Poesia inédita e dispersa.* Linda-a-Velha: Edição ALAC – África, Arte e Cultura.

Santos, Maria Eduarda Vaz Moniz dos (2005). *Que cidadania? Que educação? Para que cidadania) Em que escola?* Lisboa: Edição Santos-Edu.

Santos, Maria Emília Madeira (Coord.) (2002). *História geral de Cabo Verde.* Vol. III. Lisboa / Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Cultural de Cabo Verde.

Sartre, Jean-Paul (2002) [1961]. Préface à l'édition de 1961. In [Fanon, Frantz] *Les damnés de la terre.* Paris: La Découverte / Poche.

Secretaria Geral do Governo (1803-1927): Repertório numérico simples do fundo arquivístico (1998). Lisboa: Arquivo Histórico Nacional.

Sérgio, António (1974) [1954]. *Ensaios*. Tomo VII. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1977). *História de Portugal (1926-1935).* Lisboa: Verbo.

Silva, António Leão Correia e (1990). *A influência do Atlântico na formação de portos de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Silva, António Leão Correia e (1998). *Espaços urbanos de Cabo Verde: O tempo das cidades-porto.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Silva, António Leão Correia e (2000). *Nos tempos do Porto Grande de Mindelo.* Praia / Mindelo: Centro Cultural Português.

Silva, António Leão Correia e (2004). *Combates pela história.* Praia: Spleen Edições.

Silva, Carlos Manique da (2002). *Escolas belas ou espaços sãos? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa (1860-1920).* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Silva, Francisco Lopes da (1989, Abril 1). Lembrando Leça Ribeiro. In [Almeida, Alexandre M. S. Ribeiro de & Almeida, Maria de Lourdes M. S. Ribeiro de (Org.) (2007)] *Problemas económicos de Cabo Verde e outros escritos (1946-1959).* Mindelo: Gráfica do Mindelo.

Silva, Francisco Lopes da (1989, Agosto 1). Lembrando o Senador Vera-Cruz. *Notícias*, p. 5.

Silva, Francisco Lopes da (1990, Março 1). Lembrando Roberto Duarte Silva. *Notícias*, p. 7.

Silva, Francisco Lopes da (1990, Outubro 1). Lembrando Pedro Cardoso. *Notícias*, p. 11.

Silva, Francisco Lopes da (1990, Dezembro 1). Lembrando Eugénio Tavares. *Notícias*, p. 17.

Silva, Francisco Lopes da (1990, Dezembro 31). Lembrando José Lopes. *Notícias*, pp. 16/17.

Silva, Francisco Lopes da (1991, Março 31). Lembrando Júlio Bento de Oliveira. *Notícias*, pp. 14/15.

Silva, Francisco Lopes da (1991, Junho 22). Lembrando o Dr. Luiz Terry. *Notícias*, p. 14.

Silva, Francisco Lopes da (1991, Setembro 30). No cinquentenário da chegada de Manuel Ferreira a Cabo Verde. *Notícias*, pp. 14/15.

Silva, Francisco Lopes da (1991, Novembro 11). Lembrando o Cónego Bouças. *Notícias*, pp. 12/13.

Silva, Francisco Lopes da (1992, Janeiro 30). História breve da educação em Cabo Verde até à independência II. *Notícias*, pp. 14-15.

Silva, Francisco Lopes da (1992, Fevereiro 18). História breve da educação em Cabo Verde até à independência III. *Notícias*, pp. 14-15.

Silva, Francisco Lopes da (1992, Março 18). História breve da educação em Cabo Verde até à independência IV. *Notícias*, p. 14.

Silva, Francisco Lopes da (1992, Abril 17). História breve da educação em Cabo Verde até à independência V. *Notícias*, pp. 14/15.

Silva, Francisco Lopes da (1992, Julho 20). Lembrando o primeiro Boletim Oficial. *Notícias*, pp. 14/15.

Silva, Sónia Marisa Pereira (s/d). *Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas.* http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html [Data de acesso: 25/1/2009].

Silva, Tomas Tadeu da (2000). Depois das teorias críticas do currículo. In [Nóvoa, António & Schriewer, Jürgen (Eds.)] *A difusão mundial da escola.* Lisboa: Educa.

Sobral, José Manuel (2007). Cidadania, nacionalidade e imigração. In [Carvalhais, Isabel Estrada, (Coord.)]. *Cidadania no pensamento político contemporâneo.* S. João do Estoril: Principia Editora, pp. 137-164.

Sousa, Henrique Teixeira de (1984). *Capitão de mar e terra*. Lisboa: Publicações Europa - América.

Sousa, Henrique Teixeira de (1992). Septuagenário aniversário do liceu de S. Vicente em Cabo Verde. In AAVV. *Comemorações do 75º aniversário da criação do liceu de Cabo Verde.* Lisboa: Associação dos Antigos Estudantes do Ensino Secundário de Cabo Verde.

Tavares, José Manuel Soares (2007). *O campo de concentração do Tarrafal (1936-1954): A origem e o quotidiano.* Lisboa: Edições Colibri.

Teodoro, António (2001). *A construção política da educação: Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo.* Porto: Edições Afrontamento.

Tolentino, André Corsino (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verd*e. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Tomás, António (2007). *O fazedor de utopias: Uma biografia.* Praia: Spleen Edições.

Torgal, Luís (1998). *História e ideologia.* Coimbra: Livraria Almedina.

Valente, Vasco Pulido (1973). *O estado liberal e o ensino: os liceus portugueses (1834-1930).* Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Economia.

Veiga, Cynthia Greive (s/d). Alunos pobres no Brasil, século XIX, uma condição de infância (documento manuscrito inédito cedido pela autora).

Venâncio, José Carlos (2005). *A d*ominação colonial: Protagonismos e heranças. Lisboa: Editorial Estampa.

Veríssimo, Helena Araújo (2003). *Os jornalistas nos anos 20/30: elite do Estado Novo*. Coimbra: Livraria Almedina.

Veyne, Paul (1983) [1971]. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70.

Veyne, Paul (1989). *O inventário das diferenças.* Lisboa: Gradiva.

Viana, Luís (2001). A Mocidade Portuguesa e o liceu. Lá vamos cantando… (1936-1974). Lisboa: Educa e Autor.

Vidigal, Luís (1996). Entre o exótico e o colonizado: Imagens do outro em manuais escolares e livros para crianças no Portugal imperial. In [Nóvoa, António; Depaepe, Marc; Johanningmeier, Erwin V. & Arango, Diana S. (Eds.)]. *Para uma história da educação colonial.* Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação / EDUCA, pp. 379-420.

Vieira, João (2003). A vertente arquivística do projecto. In [Nóvoa, António & Santa-Clara, Ana Teresa (Coord.)]. "*Liceus de Portugal": histórias, arquivos, memórias.* Porto: Edições ASA, pp. 805-856.

Viñao Frago, Antonio (1995). Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, pp. 63-82.

Viñao Frago, Antonio (1997). La distribuition hebdomadaire et quotidienne du temps et du travail dans l'enseignement primaire en Espagne (1883-1936): théorie, réglementation et pratiques. In [Marie.Madeleine Compère (Dir.)]. *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris: INRP - Éditions Économica.

Viñao Frago, Antonio (2007). *Sistemas educativos, culturas escolares e reformas*. Mangualde - Portugal: Edições Pedagogo.

ANEXOS

Anexo 1: Caracterização da imprensa periódica

A imprensa periódica constitui um *corpus documental* portador de testemunhos vivos do quotidiano escolar e de registos discursivos do sistema educativo e da edificação do liceu nas ilhas de Cabo Verde.

Procedemos ao levantamento sistemático da imprensa periódica, publicada em Cabo Verde, com informações relevantes para a temática do estudo e analisámos um acervo de publicações especializadas em assuntos coloniais na Biblioteca Nacional de Lisboa (BN) e no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN.). Para a selecção da imprensa foi de crucial importância a consulta da obra de João Nobre de Oliveira (1998), *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*. Após a identificação dos periódicos com conteúdos relevantes para a investigação – jornais e revistas generalistas, académicos e literários – procedemos a selecções temáticas e à organização da informação segundo categorias e subcategorias conceptuais (bases de dados *excel*).

Quadro 49 – *Categorias e subcategorias conceptuais*[616]

Categorias		Subcategorias
CPO	Contexto político	Autonomia Descolonização Governação Relação colonial
CSE	Contexto social	Economia Emigração Fome Sociedade Relação colonial
CCU	Contexto cultural	Imprensa Língua Literatura
SSE	Sistema escolar	Analfabetismo Ensino primário Ensino profissional Ensino superior Gestão Transferência das reformas
EDS	Ensino secundário	Alternativas Antecedentes Ensino privado Ensino técnico Liceu Mindelo Liceu Praia Seminário
		Alunos

[616] A organização das informações, em categorias e subcategorias conceptuais, foi utilizada na análise da imprensa periódica e da documentação consultada no IAHN (Anexo 3).

LIC	Edificação do liceu	Currículo Doutrinação Edifício e equipamentos Exames Falcões Gestão Materiais, manuais e métodos Missão MP Professores Reitores
CUL	Liceu, local de cultura	Autonomia Concursos Eventos Imprensa académica Imprensa literária Língua Projecção social
MEM	Memórias do liceu	Liceu Nacional de Cabo Verde Liceu Infante Dom Henrique Liceu Gil Eanes Secção do Liceu Gil Eanes na Praia Liceu da Praia

Quadro 50 – *Análise da imprensa periódica (excerto de folha de cálculo)*

Ano	Jornal	Nº	Data	Artigo	Género	Pág.	Autor	CAT.	SUBCAT.
1923	O Manduco	1	01-Ago	Instrução Pública	Informativo	1		SSE	E. Primário
1923	O Manduco	1	01-Ago	Instrução Pública	Informativo	1		SSE	E. Primário
1923	O Manduco	2	01-Set	Instrução Pública – Liceu Nacional	Informativo	1/2		LIC	Gestão
1923	O Manduco	2	01-Set	Instrução Pública – Liceu Nacional	Informativo	1/2		EDS	Seminário
1923	O Manduco	2	01-Set	Instrução Pública – Liceu Nacional	Informativo	1/2.		EDS	Liceu Mindelo
1923	O Manduco	2	01-Set	Instrução Pública – Liceu Nacional	Informativo	1/2.		EDS	Antecedentes
1923	O Manduco	2	01-Set	Instrução Pública – Liceu Nacional	Informativo	1/2.		EDS	Liceu Mindelo
1923	O Manduco	2	01-Set	Sem título	Argumentativo	4		SSE	E. Primário
1923	O Manduco	3	30-Set	Ecos & Notícias – Serviços públicos	Informativo	1		SSE	E. Primário
1923	O Manduco	3	30-Set	O Crioulo	Argumentativo	2		CCU	Língua
1923	O Manduco	5	31 Out.	A Questão Colonial	Argumentativo	1	José d' África	CPO	Governação
1923	O Manduco	5	31 Out.	Ecos & Notícias Uma representação	Informativo	1		EDS	Seminário
1923	O Manduco	5	31 Out.	Uma representação	Informativo	1		EDS	Antecedentes
1923	O Manduco	5	31 Out.	Uma representação	Informativo	1		LIC	Doutrinação
1923	O Manduco	5	31 Out.	Ensino Primário	Informativo	1/2.		LIC	Doutrinação
1923	O Manduco	5	31 Out.	Ensino Primário	Informativo	1/2.		SSE	E. Primário
1923	O Manduco	6	15 Nov.	O jornalismo em Cabo Verde	Editorial	1	José Lopes	CPO	Governação
1923	O Manduco	6	15 Nov.	O jornalismo em Cabo Verde	Editorial	1	José Lopes	CPO	Autonomia
1923	O Manduco	6	15 Nov.	O jornalismo em Cabo Verde	Editorial	1	José Lopes	CPO	Autonomia
1923	O Manduco	7	30-Nov	Em prol da colónia	Editorial	1		CSE	Fome
1923	O Manduco	7	30-Nov	Em prol da colónia	Editorial	1		CPO	Governação
1923	O Manduco	7	30-Nov	Em prol da colónia	Editorial	1		CSE	Economia
1923	O Manduco	9	30-Dez	Em prol da colónia – Direito e dever	Editorial	1		CPO	Rel. Colonial
1923	O Manduco	9	30-Dez	Em prol da colónia – Direito e dever	Editorial	1		SSE	E. Primário
1923	O Manduco	9	30-Dez	Ecos & Notícias – Livro de leitura	Informativo	1		SSE	E. Primário

Consultamos 29 jornais e revistas[617], sendo 22 editados em Cabo Verde[618] [Praia: 10; Mindelo[619]: 9; S. Filipe (ilha do Fogo): 1; Ponta do Sol (ilha de Santo Antão): 1 e Ribeira Brava (S. Nicolau): 1] e os restantes em Lisboa (imprensa especializada em assuntos africanos e coloniais). Consultámos três jornais e um boletim de longa duração: *A Voz de Cabo Verde*, de 1911 a 1919 (369 números), *O Notícias de Cabo Verde*, com publicações irregulares ao longo de 31 anos (323 números), *O Arquipélago*, de 1962 a 1974 (619 números), e o C*abo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, de 1949 a 1964[620] (177 números). A imprensa académica e juvenil[621] (8), com excepção do jornal suportado pelo Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa (21 números), teve existência efémera (2,1 números por periódico).

Seguidamente (anexo 2) apresentamos os jornais, boletins e revistas consultados em fichas, por ordem cronológica (data do primeiro número), organizadas com as seguintes entradas:

Cabeçalho - título e subtítulo, local de publicação ou de impressão, datas de início e de fim da publicação;

Responsáveis pela publicação (sempre que mencionados) - administrador, director e editor (as alterações significativas são registadas em nota de rodapé);

Colaboradores - autores dos artigos analisados (excepto os colaboradores que assinam com iniciais e pseudónimos);

Características técnicas - periodicidade, formato (medida em centímetros tirada na vertical) e menção do preço do número avulso (as alterações significativas são referidas em nota de rodapé);

Cotas das publicações consultadas (Biblioteca Nacional de Lisboa);

Objectivos (expressos, na maior parte dos casos, nos editoriais de abertura);

Características das temáticas abordadas com relevância para o presente estudo;

Conteúdos dos artigos analisados quanto ao género jornalístico e ao desdobramento das temáticas nos campos da educação e contexto (em número e percentagem).

[617] No conjunto dos jornais e revistas analisados, consideramos cinco que se intitulam boletins: Boletim Oficial de Cabo Verde (publicação periódica oficia), Boletim da Agência Geral das Colónias, Boletim do Liceu Gil Eanes, Boletim dos Falcões de Cabo Verde e Cabo Verde: Boletim do Informação e Propaganda.
[618] Na Tipografia da "Voz de Cabo Verde", na cidade da Praia, foi impresso um jornal com sede em S. Filipe (ilha do Fogo).
[619] Na Sociedade da Tipografia e Publicidade, Lda., na cidade de Mindelo, foram impressos dois jornais com sede na Ribeira Brava (ilha de S. Nicolau) e Ponta do Sol (Santo Antão).
[620] Nos últimos anos (1962-64) passou a intitular-se *Cabo Verde - Boletim Documental e de Cultura.*
[621] Consultar III Parte, 2.3. "A imprensa académica e juvenil".

Anexo 2: Fichas de apresentação da imprensa consultada

1. BOLETIM OFICIAL DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE CABO VERDE[622]

[24 de Agosto de 1842] 6 Janeiro de 1911 – Junho de 1975 (3.250 números[623])

Publicação da Imprensa Nacional, Praia

Periodicidade[624], *formato e preço*: Semanal, 41 cm, $40[625]

Cota: J. 3111 V.; P.P. 95 A

Antecedentes

O repositório das leis, na colónia de Cabo Verde, foi o jornal oficial, criado em 24 de Agosto de 1842, com a designação *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*. Na ilha da Boavista[626] "raiou felizmente para esta província uma nova era de illustração […] o Boletim conterá as Ordens, e Peças Officiaes do Governo da Província, e bem assim as Leis especiaes, e os extractos dos Decretos Regulamentares enviados pelo respectivo Ministério aos Governos do Ultramar: também nelle se publicarão Notícias marítimas; Preços correntes, e Informações estatisticas etc" (nº 1).
Em 1917, marco cronológico inicial da dissertação, o jornal oficial intitulava-se *Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde*.De 1930 a 1951 (Junho) intitulou-se *Boletim Oficial do Governo da Colónia de Cabo Verde.* Assumiu, depois, a designação mais simples e descomprometida de *Boletim Oficial de Cabo Verde*, que manteve até às vésperas da declaração da independência nacional, 4 de Julho de 1975.

Objectivo

Nos primórdios da sua publicação exerceu a função de órgão informativo – por longos períodos foi o único jornal de Cabo Verde –, incluindo produção literária.
Como jornal oficial pautou a vida política, cumprindo os objectivos de publicitar e divulgar as ordens e medidas da governação colonial, dando-lhe força de lei por serem publicadas num órgão de comunicação governamental.

---

[622] O Boletim Oficial de Cabo Verde teve as seguintes designações: Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo-Verde (séc. XIX); Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde (1910-1930); Boletim Oficial do Governo da Colónia de Cabo Verde (1931-1950); Boletim Oficial de Cabo Verde (1951-1974) e Boletim Oficial da República de Cabo Verde (1975).
A legislação consultada está referida em "Fontes e bibliografia", 1. "Fontes", 1.3. "Legislação e outras disposições oficiais".
[623] Ordenado com uma numeração anual, do nº 1 ao 52/53.
[624] Nos primeiros tempos foi irregular, chegando a ser aprovada a sua suspensão, pela portaria de 21 de Agosto de 1851. Na segunda metade do século XIX, "ganha-se o hábito de utilizar o Boletim Oficial para publicitar as medidas e ordens do governo, dando-lhes força de lei" (Oliveira, 1998, p. 52) e adquire regularidade.
[625] Preço do último número (4/7/1975) – 8$00.
[626] A vila de Sal-Rei, na ilha da Boavista "com uma ponte de atracagem por onde escoam toneladas e toneladas de sal, a única existente em Cabo Verde […] é tão desenvolvida que, em 1834, o governo de Sua Majestade a Rainha D. Maria II, pensou seriamente em fazer dela a capital de Cabo Verde" (Silva, 1992, pp. 14-15). Embora não se tenha concretizado esta intenção, os governadores passavam largas temporadas na ilha. Foi durante um destes períodos que, a bordo do brigue "Bom Sucesso", chegou a Cabo Verde a impressora destinada ao *Boletim Oficial* e, como onde estava o governador é que funcionará o governo, lá foram a impressora mais o tipógrafo para a ilha da Boa-Vista. (Oliveira, 1998, pp. 45/46).

Leis e outras disposições consultadas

Quadro 51 – *Número e percentagem de leis e outras disposições (Boletim Oficial)*

Corpus documental	Total	%
Acórdãos e alvarás	12	1,0
Actas, contratos, comunicações, editais, posses e apresentações	91	7,5
Alocuções e discursos	14	1,2
Anúncios, avisos e comunicações úteis	111	9,2
Decretos	101	8,4
Decretos-lei	58	4,8
Despachos	190	15,7
Diplomas legislativos	113	9,4
Horários e tabelas	19	1,6
Leis	9	0,7
Portarias	478	39,6
Regulamentos e estatutos	11	0,9
Total	1.207	100,0

Quadro 52 – *Número e percentagem de leis e outras disposições, segundo a temática (Boletim Oficial)*

Temática	Total	%
Contexto social e político	76	6,3
Educação e ensino	1.131	93,7
Total	1.207	100,0

Quadro 53 – *Análise da legislação e outras disposições coloniais no Boletim Oficial (excerto de folha de cálculo)*

Ano	N.º	Data	Legislação	Data Leg.	Entidade	Pág.	CAT.	SUBCAT.
1937	Supl.12 nº 53	29-Dez	D-Lei nº 27295	15 Out.	D.G. Fazenda das Colónias	128-30	LIC	Gestão
1937	2	9 Jan.	Aviso	11 Dez. 36	Agência Geral das Colónias	9	CCU	Rel. colonial
1937	5	30-Jan	Despacho	22 Jan.	Governador	34	LIC	Professores
1937	Supl. 1 nº 8	26 Fev.	Dec. nº 27465	27 Jan.	Ministério das Colónias	1 a 7	CUL	Imprensa
1937	10	06-Mar	Portaria	11 Fev.	Serviços de Administração Civil	78	LIC	Professores
1937	12	20-Mar	Manifesto	20-Mar	Governo da Colónia	99	SSE	E. Profissional
1937	13	27-Mar	Portaria	24-Fev	Serviços de Administração Civil	124	LIC	Professores
1937	13	27-Mar	Apresentações	24-Fev	Serviços de Administração Civil	124	LIC	Professores
1937	19	08-Mai	Aviso	27-Abr	Liceu Infante D. Henrique	156-57	LIC	Exames
1937	20	15-Mai	D.-Lei nº 26539	05-Mai	Presidência do Conselho	159-60	CPO	Governação
1937	22	29-Mai	Portaria nº 1682	29-Mai	Governo da Colónia	176	EDS	Ens. Privado
1937	Supl. 5 nº 23	08-Jun	Portaria nº 8699	05-Mai	Ministério das Colónias	1, 2	CPO	Governação
1937	Supl. 5 nº 23	08-Jun	Portaria nº 8699	05-Mai	Ministério das Colónias	21-22	CPO	Rel. colonial
1937	25	19-Jun	Portaria nº 1702	19 Jun.	Governo da Colónia	217	CPO	Rel. colonial
1937	25	19-Jun	Ofício nº 216/1	06-Mai	Serviços de Administração Civil	218	LIC	Materiais
1937	25	19-Jun	Aviso	7 Jun.	Liceu Infante D. Henrique	223	LIC	Exames
1937	26	26-Jun	Portaria nº 1706	26 Jun.	Governo da Colónia	233	EDS	Ens. Privado
1937	27	03-Jul	Tabela	28 Jun.	Liceu Infante D. Henrique	244	LIC	Alunos
1937	27	03-Jul	Tabela	28 Jun.	Liceu Infante D. Henrique	244	LIC	Exames
1937	30	24-Jul	Aviso	s/d	Liceu Infante D. Henrique	270	LIC	Alunos
1937	30	24-Jul	Anúncio	1 Jul.	Liceu Infante D. Henrique	271	LIC	Professores

Características

Foi o mais regular e longo órgão de comunicação social cabo-verdiano sob a administração portuguesa.
Manteve a seguinte estrutura: sumário ordenado pelas entidades legisladoras (num espaço subtitulado "Governo de Cabo Verde"); publicação das leis e demais disposições oficiais; contas e balancetes diversos, avisos e anúncios oficiais. Publicou suplementos com a legislação mais significativa e longa (ex. os programas das disciplinas do ensino básico e secundário).
Não obstante o carácter formal é um repositório minucioso das normas-prescrições oficiais e do quotidiano escolar. Através do Boletim Oficial acedemos aos sistemas de decisão e do controlo, que, sob a aridez da retórica, desvendam o pulsar do sistema educacional.

2. CABO VERDE

Cabo Verde: Numero commemorativo de passagem de Sua Alteza o Príncipe Real Dom Luiz Filipe

21 de Setembro de 1907 (número único).

Publicação da Commissão Encarregada da Organização de Diversões Populares, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Único, 26 cm, gratuito.

Colaboradores

Alfredo Lopes de Figueiredo, António Maria de Arteaga Souto Maior, Aprígio Augusto de Serra e Moura, D. Caetano de Bragança, Cónego Duarte da Graça, Ernesto Beaumont, José Antunes d'Oliveira e José Bernardo Alfama.

Cota: J. 1156 A.

Objectivo

Prestar homenagem ao Príncipe Dom Luís Filipe, por ocasião da visita à colónia de Cabo Verde.

Artigos consultados

Quadro 54 – Número *e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Cabo Verde)*

Texto	Total	%
Argumentativo	1	33,3
Informativo	1	33,3
Outros (petição)	1	33,3
Total	3	100,0

Quadro 55 – Número *e percentagem de artigos, segundo a temática (Cabo Verde)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	0	0,0
Educação (liceu)	3	100,0
Total	3	100,0

Características

Jornal comemorativo de um evento.

3. A VOZ DE CABO VERDE

Semanário democrático dedicado aos interesses da província de Cabo Verde[627]

1 de Março de 1911 – 19 de Maio de 1919 (369 números).

Impresso na Empresa A Voz de Cabo Verde[628], Praia.

Periodicidade, formato e preço: Semanal, 51 cm, 40 reis[629] (1º número).

Responsáveis

Administrador: Abílio Monteiro de Macedo[630].
Editor: João Maria Parreira[631].
Director: Gustavo Carlos da Fonseca[632].

Colaboradores

António A. Souto Maior, Augusto Miranda, Belmiro Xavier Alfama, Corsino Lopes da Silva, Eugénio Tavares, José Bernardo Alfama, Gustavo Fonseca, José Calasans, José Lopes, José Rodrigues de Carvalho, Luís Loff de Vasconcelos, Pedro Cardoso e Mário Ferro.

*Cot*a: RES 1901 A.

Objectivos

Divulgar "as mais interessantes notícias de fora e de dentro da província, artigos adquiridos no meio em que vivemos, e de interesse geral do archipelago" (Fonseca, 1911, Março 1). Assumiu-se como defensor "do grande ideal da liberdade, da egualdade e da fraternidade, que é o estandarte da Republica" (*A Voz de Cabo Verde*, 1911a, Março 1).

Artigos consultados

Quadro 56 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (A Voz de Cabo Verde)*

Texto	Total	%
Argumentativo	96	53,0
Informativo	45	24,9
Outros (epistolar, anúncios e avisos)	40	22,1
Total	181	100,0

[627] Na época em que iniciamos o presente estudo (1917), *A Voz de Cabo Verde* tinha o subtítulo *Órgão do Partido Republicano Português e defensor dos interesses de Cabo Verde.*
[628] O jornal foi suspenso durante seis meses (nº 14: 31/5/1911; nº 15: 27/11/1911). Segundo Nobre de Oliveira, devido a dificuldades com a Imprensa Nacional de Cabo Verde, "cujo director, Sebastião Marques, se tornará inimigo figadal de Abílio Monteiro, recusara-se a imprimir o jornal por este, não seguindo as directrizes do Directório do Partido Republicano, ter apoiado um candidato diferente às eleições para a Assembleia Constituinte de 1911" (1998, p. 256). O problema resolveu-se com a aquisição, por Abílio Macedo, do seu próprio prelo. Em 1912, a empresa adquiriu uma máquina de impressão a vapor, "a primeira em Cabo Verde, capaz de imprimir 1.500 jornais em pouco tempo." (*ibidem*, p. 284). Sofreu novas suspensões em 1918 e 1919 (nº 358, 26/8/1918; nº 359, 1/3/1919), devido aos "atropelos" à liberdade de imprensa, relacionados com o "intolerável regime de opressão em que todo o país vinha vivendo" (nº 359, 1/3/1919).
[629] 1917-1919, preço do número avulso: $06
[630] 1917-1919, Administrador: João Medina B. Vicente.
[631] 1917-1919, Editor: Abílio Monteiro de Macedo.
[632] 1917-1919, Director: Abílio Monteiro de Macedo.

Quadro 57 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (A Voz de Cabo Verde)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	24	13,3
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	157	86,7
Total	181	100,0

Características

Foi um órgão de comunicação filiado na ideologia republicana. Nos primeiros tempos do regime apoiou a campanha persecutória ao Seminário de S. Nicolau. A história da decadência do Seminário e da emergência do liceu laico foram contadas pelos articulistas do jornal. Denunciou as arbitrariedades da administração colonial e as situações de fome, que assolaram o arquipélago. O Nativismo foi defendido nas colunas do jornal, com ataques às manifestações de superioridade racial dos anti-nativistas. As notícias da 1ª Guerra Mundial foram divulgadas, com manifestações de simpatia para com a França e a Inglaterra. Nesta época foi sujeito a censura militar, ficando em branco os espaços cortados.

Dedicou um espaço considerável à literatura, com a publicação de folhetins de Arteaga Souto Maior e de Eugénio Tavares[633]. Criou uma "Secção Litterária" (a partir do nº 9, 26/4/1911).

Nos últimos tempos, o jornal ficou reduzido a duas páginas, demonstrativo da existência de dificuldades económicas. O último número, com quatro páginas, não indiciava o fim do jornal. O *Boletim Oficial*, de 31/5/1919 justificou o desaparecimento do periódico com a retirada "inesperadamente desta província dos seus mais dedicados redactores".

[633] Folhetim "Vida crioula na América – A força do amor" (iniciado no nº 68, 2/12/1912).

4. A VOZ D'ÁFRICA

Órgão da Junta de Defesa dos Direitos d' África.

1 de Setembro de 1912 – 21 de Agosto de 1914

Impresso na Tipografia de Bandeira & Brito, Lisboa

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal, 55 cm, 10 réis..

Responsáveis

Director: João de Castro.
Editor: Ayres de Menezes.
Administrador: João de Carvalho.

Colaboradores

Cristiano Monteiro de Melo, José Luís de Melo (Agente em Santo Antão de Cabo Verde), P. Monteiro.

Cota: J. 3611 G.

Objectivos

Defender os direitos dos africanos das colónias portuguesas.

Artigos consultados

Quadro 58 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (A Voz d' África)*

Texto	Total	%
Argumentativo	6	30,0
Informativo	13	65,0
Correspondência	1	5,0
Total	20	100,0

Quadro 59 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (A Voz d' África)*

Temática	Total	%
Contexto (político)	15	75,0
Educação (ensino colonial)	5	25,0
Total	20	100,0

Características

Na opinião de João Nobre de Oliveira, "em relação a Cabo Verde, o jornal afina o diapasão pela «Voz de Cabo Verde» sendo raras as discordâncias com o jornal praiense […]; denuncia a autêntica escravatura a que estavam sujeitos os serviçais [cabo-verdianos] em S. Tomé e Angola" (Oliveira, 1998, p. 363).

5. O POPULAR

5 de Outubro de1914 –1918[634] (? números[635])

Impresso na Tipografia d' «O Popular», S. Vicente.

Periodicidade, formato e preço: Irregular, 55 cm, $06.

Responsáveis

Proprietário: Gaspar Matos.
Director: Mário Ferro.
Editor: Gaspar Matos.

Colaboradores

Augusto Miranda, José da Fonseca Lage e Mário Pinto.

Objectivos

No primeiro número apresentou-se como um "órgão jornalístico que tome sobre si o espinhoso encargo de velar pelos interesses imprescritíveis do arquipélago e de pugnar com afinco e isenção pelo triunfo do Direito" (1914, Outubro 5).

Artigos consultados

Quadro 60 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Popular)*

Texto	Total	%
Argumentativo	15	31,8
Informativo	7	68,2
Total	22	100,0

Quadro 61 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Popular)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	5	22,7
Educação (ensino primário e secundário)	17	77,3
Total	22	100,0

Características

Era um jornal regional preocupado com temas sociais, como a liberdade da imprensa, a fome, a emigração e o ensino.

[634] A *Voz de Cabo Verde*, nº 341 (29/4/1918), noticiava "À hora do nosso jornal entrar na máquina, recebemos um suplemento do nosso colega de Sam Vicente, «O Popular» que há tempos suspendera a publicação" (Oliveira, 1998, p. 299).
[635] Não conseguimos apurar o número de jornais publicados. Segundo Nobre de Oliveira, em 1917, o jornal publicou esporadicamente alguns números (Oliveira, 1998, p. 611).

6. O CABOVERDEANO

Órgão republicano independente, defensor dos interesses da província[636]

7 de Abril de1918 – 18 de Maio de 1919 (35 números).

Impresso na Imprensa Caboverdeana, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Semanal, 55 cm, $06.

Responsáveis

Administrador: José Maria Mendes Fragoso[637].
Director: César Augusto Pereira Sá Nogueira.

Colaboradores

Ernesto Coelho (inspector escolar) e Eugénio Tavares.

Cota: J. 3197//1

Objectivos

O número inaugural define o "estatuto" do jornal: "pugnar pelos interesses gerais da colónia; combater pelas legítimas reivindicações das chamadas forças vivas do arquipélago, mormente pelo comércio e pela agricultura; trabalhar pelo fomento económico de Cabo Verde, e oferecer aos humildes, com devotamento, decidida protecção" (7/4/1918).

Artigos consultados

Quadro 62 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Caboverdeano)*

Texto	Total	%
Argumentativo	7	77,8
Informativo	2	22,2
Total	9	100,0

Quadro 63 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Caboverdeano)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	2	22,2
Educação (ensino primário elementar e superior)	7	77,8
Total	9	100,0

Características

Sem compromissos de política partidária, utilizou "um tom moderado [que] contrastava com a linguagem radical e virulenta utilizada por outros jornais da época" (Oliveira, 1998, p. 346). Dedicou espaço à educação e ao ensino e manteve uma "Crónica literária" com a participação assídua de Eugénio Tavares.

[636] A partir do nº 22 (17/11/1918), a epígrafe mudou para "Defensor dos interesses regionais".
[637] José Maria Mendes Fragozo assumiu a direcção do jornal a partir do nº 25 (1/1/1919),

7. CORREIO D' ÁFRICA

Quinzenário defensor dos interesses africanos

22 de Maio de 1921 – 1 de Agosto de 1923 (65 números).

Publicação do «Correio d'África», Lisboa.

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal, 53 cm, $15.

Responsáveis

Administrador: Joaquim Monteiro de Macedo.
Editor: António Corsino Lopes.
Director: Nicolau Santos Pinto.

Colaboradores

José Lopes, José Maria Cabral de Azevedo, Mário Leite e Pedro Cardoso.

Cota: J.3445//2 G.

Objectivos

Defender os interesses dos africanos. Denunciou injustiças sociais e promoveu o ensino e a educação nas colónias.

Artigos consultados

Quadro 64 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Correio d' África)*

Texto	Total	%
Argumentativo	11	78,6
Informativo	2	14,3
Outros (poemas)	1	7,1
Total	14	100,0

Quadro 65 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Correio d' África)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	11	78,6
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	3	21,4
Total	14	100,0

Características

Era um órgão da Liga Africana, que resultou de dissidências no movimento pan-africano[638] e da cisão da Junta de Defesa dos Direitos de África (Oliveira, 1998, p. 365). Contou com a colaboração de intelectuais de Cabo Verde.

[638] O Pan-Africanismo surge como "uma demonstração de solidariedade entre negros das ilhas Caraíbas e negros do sul dos Estados Unidos da América, num movimento que apontava para uma união de todos os Africanos num só Estado (Brito-Semedo, 2006, p. 200). Portugal fez-se representar no II Congresso, nas sessões de Bruxelas e Paris. Nicolau dos Santos Pinto, Presidente

8. O MANDUCO

Órgão defensor dos interesses da Colónia[639] *(Ilha do Fogo)*

1 de Agosto de 1923 – 30 de Janeiro de 1924 (14 números).

Impresso na Imprensa Nacional, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal[640], 32 cm, $25

Responsáveis

Proprietário, director e editor: Pedro Monteiro Cardoso[641]

Colaboradores: Augusto Vera-Cruz, Eugénio Tavares e José Lopes.

Cota: J.3475 B.

Objectivos

O título elucidativo, que evoca as crónicas "A Manduco…" assinadas por Afro[642] no jornal *A Voz de Cabo Verde*, evidencia os propósitos de "bater" nas questões que afectavam os interesses da colónia.

Artigos consultados

Quadro 66 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Manduco)*

Texto	Total	%
Argumentativo	11	52,4
Informativo	10	47,6
Total	21	100,0

Quadro 67 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Manduco)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	6	28,6
Educação (ensinos primário e secundário)	15	71,4
Total	21	100,0

Características

Apesar de ser um jornal regionalista, para além da defesa de grandes causas - o crioulo e a dignidade das colónias - denunciou a fome que grassava nas ilhas, exigindo a aplicação dos

do Conselho de Educação e Propaganda da Liga Africana e Director do Correio de África foi um dos delegados de Portugal no Congresso (*ibidem*, p. 201).

[639] A epígrafe, que surge a partir do nº 6 (1923, Novembro 15), substituiu a referência ao artigo 3º, 13, da Constituição Política da República Portuguesa: "A expressão do pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso dêste direito é punível, nos casos e pela forma que a lei determinar".

[640] No primeiro número anunciava-se a publicação mensal, admitindo poder "contudo, passar, de golpe, a hebdomadário", caso a tiragem ascendesse a 4.000 exemplares.

[641] A partir do nº 6, António J. Rodrigues e Miguel Soares Rosa, tornaram-se proprietários e editores do jornal. Passou a ter como administrador, Augusto R. Monteiro e editor, Eugénio Tavares.

[642] Pseudónimo de Pedro Monteiro Cardoso.

“saldos disponíveis em obras de utilidade, em obras que fiquem e nada de distribuição de esmolas” (1923, Novembro 30).
O jornal concedeu espaço à literatura, contando com a colaboração dos três grandes poetas: além de Pedro Cardoso (proprietário e director do jornal), de Eugénio Tavares e de José Lopes.

9. GAZETA DAS COLÓNIAS

Semanário de propaganda e defeza das colonias

19 de Junho de 1924 – 25 de Setembro de 1926 (38 números)

Impresso na Empreza de Publicidade Colonial, Lisboa

Periodicidade e formato: Semanal, 31 cm.

Responsáveis

Editor: Maximino Abranches.
Director: Oliveira Tavares.

Colaboradores

A. Xavier da Cruz, Augusto Vera-Cruz, Carlos Eugénio de Vasconcelos, Francisco António Martins e Viriato Gomes da Fonseca

Cota: BN J. 5026 B.

Objectivos

Divulgar informações sobre as colónias, denunciar os abusos da governação colonial e debater a questão da autonomia administrativa das colónias.

Artigos consultados

Quadro 68 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Gazeta das Colónias)*

Texto	Total	%
Argumentativo	16	80,0
Informativo	4	20,0
Total	20	100,0

Quadro 69 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Gazeta das Colónias)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	15	75,0
Educação (ensinos primário e secundário)	5	25,0
Total	20	100,0

Características

Como órgão da Empreza de Publicidade Colonial, "era uma revista pouco reivindicativa e moderada do ponto de vista político" (Oliveira, 1998, p. 366). A situação da colónia de Cabo Verde foi analisada nas crónicas "Cabo-Verde o que tem sido e o que deve ser" (19/6/1924, pp. 8/9), "Cabo-Verde o que está feito e o que falta fazer" (26/8/1924, pp. 7/8) e "Cabo-Verde abusos a corrigir…" (25/4/1925, pp. 15/16).

10. BOLETIM DA AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS[643]

Julho de 1925 – Dezembro de 1931; Agosto de 1951 – Julho de 1970

Publicação da Agência Geral das Colónias, Lisboa.

Periodicidade e formato: Mensal, 22 cm.

Colaboradores

Alexandre Almeida, Adriano Duarte Silva, José dos Reis Borges, José Lopes, J. Bacelar Bebiano.

Cota: J.5000 B.

Objectivos

Difundir a ideologia do império lusitano mediante a apresentação de estudos especializados sobre assuntos coloniais.

Artigos consultados

Quadro 70 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Boletim da Agência Geral das Colónias)*

Texto	Total	%
Argumentativo	7	33,3
Informativo	14	66,7
Total	21	100,0

Quadro 71 – Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Boletim da Agência Geral das Colónias)

Temática	Total	%
Contexto (político e social)	13	61,9
Educação (ensino colonial)	8	38,1
Total	21	100,0

Características

Revista especializada na defesa e promoção da política colonial portuguesa. Foi um dos instrumentos propagandísticos da Agência Geral das Colónias, organismo dependente do Ministério das Colónias.

[643] Continuado por *Boletim Geral das Colónias*, a partir de 1933 e *Boletim Geral do Ultramar*, de Agosto de 1951 a Julho de 1970.

11. A MOCIDADE AFRICANA

Órgão mensal de propaganda colonial e defesa dos interesses africanos

1 de Janeiro de 1930 – 31 de Novembro de 1932 (31 números).

Publicação de estudantes universitários africanos[644], Lisboa.

Periodicidade, formato e preço: Mensal, 32 cm, $15.

Responsáveis

Administrador: Viana de Almeida (curso dos liceus).
Editor: Júlio Monteiro Júnior (Faculdade de Letras).
Director: Manuel Dias da Graça (Faculdade de Direito) e Júlio Medina do Rosário (Faculdade de Medicina)[645]

Colaboradores

Augusto Casimiro, Baltasar Lopes da Silva, Luís Sousa, João Fonseca, Juvenal Cabral, Júlio Monteiro Júnior, Vasco da Gama Fernandes e Viriato da Fonseca, além dos poetas Eugénio Tavares, Januário Leite, José Lopes da Silva, Pedro Cardoso, Sérgio Frusoni e Corsino Lopes.

Cota: J.2430//14 M.

Objectivos

Defender os valores do homem africano, "baseados no orgulho de ser negro e culturalmente diferente, mas com os mesmos direitos" (Oliveira, 1998, p. 375).

Artigos consultados

Quadro 72 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (A Mocidade Africana)*

Texto	Total	%
Argumentativo	31	55,4
Informativo	14	25,0
Outros (epistolar, anúncios e literário)	11	19,6
Total	56	100,0

Quadro 73 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (A Mocidade Africana)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	26	46,4
Educação (ensino colonial, liceu)	30	53,6
Total	56	100,0

[644] Predominavam os estudantes são-tomenses.
[645] A partir do nº 13, de 1 /1/1931, Júlio Monteiro passou a director, com Manuel Quaresma da Graça.

Características

Jornal militante de estudantes universitários, de promoção do pan-africanismo. Contou com uma página literária dirigida por António Aurélio Gonçalves (a partir do nº 6, Junho de 1930). Félix Monteiro representava o jornal em Mindelo. Segundo Nobre de Oliveira, em relação a Cabo Verde, "é um jornal de transição dado que neles se juntam os nomes dos velhos combatentes pela dignidade negra e pela causa africana como Juvenal Cabral e Viriato Gomes da Fonseca e os novos como Júlio Monteiro que misturam as ideias antigas e o marxismo; dos velhos cultores da literatura pré-claridosa como Baltasar Lopes e Aurélio Gonçalves" (1998, p. 375).

.

12. TRIBUNA DE ÁFRICA[646]

Órgão nacional e internacional dos africanos

14 de Fevereiro de 1931 – Março de 1932 (14 números).

Publicação da Empreza Tribuna d'África, Lisboa.

Periodicidade, formato e preço: Mensal, 53 cm, 1$00 (continente) e 1$50 (África e estrangeiro).

Responsáveis

Administrador: Luís da Cunha Lisboa[647].
Editor: Júlio Monteiro Júnior (Faculdade de Letras).
Director: Artur de Castro[648].

Colaboradores

Eugénio Tavares, Mário Ferro e Martinho Nobre de Melo.

Cota: J.3611//5 G.

Objectivos

Defender os valores do homem africano.

Artigos consultados

Quadro 74 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Tribuna de África)*

Texto	Total	%
Argumentativo	3	37,5
Informativo	3	37,5
Outros (anúncios)	2	25,0
Total	8	100,0

Quadro 75 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Tribuna de África)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	3	37,5
Educação (ensino colonial, liceu)	5	62,5
Total	8	100,0

Características

Assumiu posições corajosas contra a opressão colonial. Nobre de Oliveira observa que "apesar de «visado pela censura», os censores não parecem ter ligado muito ao conteúdo do jornal",

[646] Em 1913 (20 de Fevereiro a 26 de Novembro) foi editado um jornal com o mesmo nome, órgão da Junta de Defesa dos Direitos d'África, dirigido por João de Castro.
[647] Da Classe Patronal Africana (14/2/1931).
[648] Da Classe dos Intelectuais Africanos (*idem*).

acrescentando que “os termos utilizados parecem extraídos de uma publicação comunista” (1998, p. 368).
O periódico publicou poesia de Mário Ferro, de Eugénio Tavares e de Martinho Nobre de Melo.

13. NOTÍCIAS DE CABO VERDE

Quinzenário regionalista independente

22 de Março de 1931 – 28 de Agosto de 1962 (323 números)

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, S. Vicente

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal[649], 41 cm, 1$00[650]

Responsáveis

Fundador: Manuel Ribeiro de Almeida (Leça Ribeiro)[651]
Director: Manuel Joaquim Mouta[652]
Redactor: Leça Ribeiro[653]

Colaboradores

Augusto Miranda, António Aurélio Gonçalves, António Sérgio, Augusto Casimiro, Baltasar Lopes, Horácio de Mesquita, Guilherme Chantre, Humberto D. Fonseca, João Miranda, Joaquim Duarte Silva, José Calasans, José Lopes, Júlio Monteiro, Juvenal Cabral, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Mário Leite, Teixeira de Sousa e os colaboradores do *Selò* (página literária).

Cota: J. 4062 M.

Objectivos

"Dotar o arquipélago de um periódico que, criado sem a preocupação de fazer a propaganda de uma candidatura ou defender uma mesquinha política de interêsses pessoais ou de um grupo, ofereça a garantia de poder ultrapassar a vida efémera dos seus antecessores e, assim orientar a opinião pública àcêrca dos problemas mais importantes para a vida da Província e pô-la em contacto com a Mãe-Pátria" (1931, Março 22).

Artigos consultados

Quadro 76 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Notícias de Cabo Verde)*

Texto	Total	%
Argumentativo	116	27,8
Informativo	233	55,7
Entrevistas	10	2,4
Produção literária	9	2,2
Outros (epistolar, anúncios e mensagens)	50	11,9
Total	418	100,0

[649] Nobre de Oliveira considera que "com o ano de 1937 termina a época de ouro do *Notícias de Cabo Verde*". Acrescenta: "Da sua fundação até ao final de 1937, em sete anos, o jornal publicou 159 números que representam metade do total; de 1938 a 1962, num total de 25 anos, publicariam a outra metade" (1998, p. 451).
[650] O preço do jornal, no último ano, ascendeu a 2$00 (1961, Agosto 31)
[651] Manuel Ribeiro de Almeida faleceu em Maio de 1959. A partir do nº 305 (3074/1959) o cabeçalho refere "Fundador: Manuel Ribeiro de Almeida".
[652] Leça Ribeiro passou a director, em 12 /12/1931 (nº 20). O cabeçalho do nº 142 (15/4/1937), indica que a direcção foi assumida por Leça Ribeiro e Raul Ribeiro. Após o nº 205 (29/11/1941), António Aurélio Gonçalves torna-se redactor.
[653] Em 12/12/1931 (nº 20), Augusto Miranda passou a chefe de redacção (28/9/1946), devido a Leça Ribeiro ter assumido o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Mindelo.

Quadro 77 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Notícias de Cabo Verde)*

Temática	Total	%
Contexto (social, político e cultural)	157	37,6
Educação (sistema escolar e liceu)	261	62,4
Total	418	100,0

Características

Foi um periódico de vocação informativa, que noticiou os acontecimentos mais relevantes de Mindelo e do arquipélago. Dedicou-se a artigos de opinião sobre temas candentes, como o nativismo, a questão linguística, a fome e a adjacência.

Posicionou-se contra o avanço de Hitler durante a guerra e, em 1942 noticiou prisões de cidadãos cabo-verdianos "por traição à pátria" (10/9/1942), julgamentos políticos (3/2/1943) e condenações na Colónia Penal do Tarrafal. Em 1960 surge a primeira referência a uma frente de libertação que queria a independência de Cabo Verde (10/7/1960).

O jornal manteve uma coluna em inglês com notícias para a colónia inglesa radicada em Mindelo (22/4/1931) e um "Suplemento Desportivo" (duas páginas separadas, dirigidas por Evandro de Matos).

O *Notícias* acompanhou as actividades de liceu de Mindelo e o nº 156 (1937, Novembro 1), trajado de luto, protestou contra a sua extinção, noticiando, *a posteriori*, as manifestações em prol da permanência do liceu em Mindelo (nº 157).

O jornal académico *Certeza* criticou o *Notícias*, que somente sabia "noticiar as chegadas do «nosso honestíssimo e distintíssimo patrício Sr. X», as «delivrances» da Mme «Z» e as magníficas posições de todas os «filhos ilustres» (ilustre o adjectivo mais suave que se lhes costuma dar) ausentes … " (1944, Junho).

Em 25 de Maio de 1962 (nº 321), publica "entre dois filetes, num alto da página, avantajadas letras em negros diziam *SELÓ*. Adiante, em tipos mais discretos, mas sempre em capitulares, indicava-se: "Página dos novíssimos, nº 1". Por baixo em cursivo caprichado, havia mais: "Organizadores: Rolando Vera-Cruz Martins, Jorge Miranda Alfama e Oswaldo Osório" (Lepecki, 1990, pp. 14-15)

O *Notícias de Cabo Verde*, nascido sob a censura e sobrevivendo com dificuldades económicas, foi assim "o jornal possível" naquele contexto (Oliveira, 1998, p. 526).

14. ÁFRICA[654]

Órgão Oficial do Movimento Nacionalista Africano

Novembro de 1931 – Janeiro de 1934[655].

Impresso nas Indústrias Gráficas, Lisboa.

Formato e preço: 30 cm, $50 (continente) e 1$00 (África e estrangeiro).

Responsáveis

Editor: José Alfredo Jorge
Director: João de Castro

Colaboradores

Alves da Cunha e Leopoldino Castelino

Cota: J.3290//2 B

Objectivos

O jornal do Movimento Nacionalista Africano apresenta-se como "o altisonante expressor de reivindicações legítimas de Nações, que querem o seu lugar de honra no Estado Português, o que o mesmo é dizer na Sociedade Universal das Nações, em nome dos Direitos das Gentes e dos basilares e humanistas princípios da Justiça e da Cooperação das Nacionalidades e da Cooperação Internacional dos Povos" (11/11/1931).

Artigos consultados

Quadro 78 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (África)*

Texto	Total	%
Argumentativo	3	37,5
Informativo	3	37,5
Outros (anúncios)	2	25,0
Total	8	100,0

Quadro 79 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (África)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	3	37,5
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	5	62,5
Total	8	100,0

Características

Sendo órgão do Movimento Nacionalista Africano defendia a identidade dos negros e a condição de serem africanos portugueses.

[654] Foi editado um jornal, com o mesmo nome e director, que circulou em Lisboa, entre 11 de Maio de 1932 e 25 de Janeiro de 1934 (Editor: Tenente António Gomes Rocha) (Brito-Semedo, 2006, p. 204).
[655] O mau estado de conservação não permitiu a consulta integral do jornal. O último número consultado (34) data de 14 de Janeiro de 1933.

15. ALMA NOVA

Quinzenário do Liceu Infante Dom Henrique

30 Março – 7 Dezembro de 1933 (6 números).

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, S. Vicente.

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal, 33 cm, 0$80.

Responsáveis

Administrador: Armando do Vale Araújo.
Editor: Luís Calazans.
Director: Augusto Melo.
Redactor: António Leça Lopes da Silva.

Colaboradores

A. Leça, Tito Lívio Feijóo, António M. Oliveira, Ernesto Vitória e Francisco Xavier Correia.

Cota: J. 1548//2 V.

Objectivos

No primeiro número, apresenta-se como "o vehículo por meio do qual virão à publicidade os mais importantes problemas liceais, o pulmão por onde os alunos poderão respirar expondo as suas ideias, enfim, o rastilho que nos comunicará a energia e o entusiasmo necessários para defendermos os nossos direitos e trabalharmos para o bem de Cabo Verde e por um Portugal Maior!" (1933, Março 30) ".

Artigos consultados

Quadro 80 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Alma Nova)*

Texto	Total	%
Informativo	19	38,8
Argumentativo	24	49,0
Textos literários	3	6,1
Outros (anúncios e alocuções)	3	6,1
Total	49	100,0

Quadro 81 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Alma Nova)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	10	20,4
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	39	79,6
Total	49	100,0

Características

Jornal académico vocacionado para divulgar as actividades dos estudantes e dos professores do liceu. Dedicou escasso espaço à vida cultural e deu realce às actividades dos Falcões Portugueses de Cabo Verde.

16. O ECO DE CABO VERDE

Em defeza do povo caboverdeano

1 de Maio de 1933 – 5 de Julho de 1935 (36 números).

Impresso na Minerva de Cabo Verde, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal, 34 cm, 1$20.

Responsáveis

Proprietário, editor e director[656]: Dr. Leão Gomes de Pina.

Colaboradores

José Calasans Lopes, Júlio Garcez de Lencastre, Costa Guimarães, João Miranda, Marçal Ermitão, Miguel Monteiro e Pedro Cardoso (folha literária).

Cota: J. 4336//2 M.

Objectivos

"O nosso propósito" clarifica os objectivos do jornal: "contribuir para o ressurgimento [de Cabo Verde], aproveitando, para tanto, todas as boas iniciativas, venham donde vierem, ventilando nas nossas colunas todos os problemas vitais, cujas soluções possam influir no progresso da nossa terra" (1/5/1933).

Artigos consultados

Quadro 82 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Eco de Cabo Verde)*

Texto	Total	%
Argumentativo	17	37,8
Informativo	23	51,1
Outros (epistolar, literário e publicidade)	5	11,1
Total	45	100,0

Quadro 83 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Eco de Cabo Verde)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	8	17,8
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	37	82,2
Total	45	100,0

Características

Segundo João Nobre de Oliveira "o jornal, talvez, fruto da sua proximidade geográfica com o poder, tem uma linguagem nacionalista (pró-portuguesa), salazarista, colonialista mesmo" (1998, p. 455). Inseriu uma folha literária mensal, dirigida por Pedro Cardoso (até ao nº 20), onde se defende o crioulo. O jornal publicou artigos sobre o ensino primário e secundário (incluindo anúncios de um colégio-liceu, propriedade do director e editor Leão Gomes de Pina) e sobre organizações juvenis (Escoteiros e Falcões de Cabo Verde).

[656] O Dr. Leão Gomes de Pina foi director do jornal até ao nº 20. O nº 21 foi dirigido por Marino Barbosa Vicente. Sucedeu-lhe António José da Rosa (nº 22 – nº 33) e Armando Lima Pereira (nº 34 – nº 36).

17. DEFESA

Quinzenário sanicolaense (Ilha de S. Nicolau)

1 de Novembro de 1933 – 21 de Maio de 1934 (6 números).

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, S. Vicente.

Periodicidade, formato e preço: Quinzenal, 33 cm, 1$00.

Responsáveis

Administrador e editor: Justino Spencer
Director: Joaquim Lopes dos Santos
Redactor: Pedro Lopes da Silva

Colaboradores

Pedro Corsino Azevedo (Fogo) e José A. Amaral (professor).

Cota: J. 3211//3 M.

Objectivos

O editorial "Profissão de fé" anunciava "agitar, nas suas colunas, além dos interesses de Sam Nicolau, todos os problemas que, directa ou indirectamente, se relacionem com a vida de Cabo-Verde" […], proclamando "queremos ser justos, equilibrados, sensatos, mas também queremos ser livres" (7/11/1933).

Artigos consultados

Quadro 84 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Defesa)*

Texto	Total	%
Argumentativo	1	14,3
Informativo	1	14,3
Outros (epistolar)	5	71,4
Total	7	100,0

Quadro 85 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Defesa)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	1	14,3
Educação (ensino técnico)	6	85,7
Total	7	100,0

Características

Sendo um jornal regional, deu relevo a notícias da ilha de São Nicolau, enfatizando o abandono da ilha. Não descurou questões abrangentes como a representação de Cabo Verde na Exposição Colonial do Porto, advertindo "aqui já não se usa tanga, nem tam pouco existem sobas, vestindo-se melhor que em muitas províncias da metrópole" (1933, Março 22). Dedicou espaço a notícias e artigos de opinião sobre o ensino primário.

18. RESSURGIMENTO[657]

Quinzenário regionalista, noticioso e recreativo (Ponta do Sol, ilha de Santo Antão).

19 de Dezembro de 1933 – 13 de Julho de 1935 (19 números).

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, S. Vicente.

Periodicidade, formato e preço[658]: Quinzenal, 36 cm.

Responsáveis

Administrador: Joaquim Nonato Ramos
Editor: Hermenegildo Lima Ramos
Director: Rafael Nobre de Melo[659]

Colaboradores: Augusto Macedo, J. Modesto e R. Melo.

Cota: J. 4332//4 M

Objectivos

"Contribuir para o ressurgimento [de Santo Antão] […] não esquecendo os das demais ilhas do Arquipélago, o que faremos com desassombro, sem o propósito de ferir susceptibilidades, mas também sem receio de atender às conveniências de terceiros ou aos seus escuros interesses" (19/12/1933).

Artigos consultados

Quadro 86 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Ressurgimento)*

Texto	Total	%
Argumentativo	5	50,0
Informativo	5	50,0
Total	10	100,0

Quadro 87 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Ressurgimento)*

Temática	Total	%
Contexto (cultural)	1	10,0
Educação (ensinos primário, liceal e técnico)	9	90,0
Total	10	100,0

Características

Primeiro jornal impresso de Santo Antão. Privilegiou as notícias da ilha usando "uma linguagem moderada, por mais fortes que fossem as denúncias" (Oliveira, 1998, p. 461).

[657] O periódico deu sequência ao *Crepúsculo*, jornal dactilografado, que circulou durante alguns meses pela ilha com relativo êxito (Oliveira, 1998, p. 461).
[658] O jornal indica os preços das assinaturas para o estrangeiro: Brasil (série de 12 nºs, Rs. 12$000), Argentina (idem, Ps. 3) e América do Norte (idem) $100) (19/12/1934).
[659] No segundo número, a direcção foi assumida por Joaquim Nonato Ramos, "dado que Rafael Melo, por ser funcionário público, não podia exercer tal função. Melo passou então para o lugar de redactor que exerceu até o mês de Julho de 1934, altura em que, sendo transferido, saiu, acumulando então Hermenegildo Ramos os cargos de editor e redactor" (Oliveira, 1998, pp. 461-462).

19. MOCIDADE CABOVERDEANA

Folha literária

1 de Janeiro – 1 de Março de 1935 (3 números)

Impresso na Minerva de Cabo Verde, Praia.

Periodicidade e formato: Mensal e 22 cm

Responsáveis

Administrador: Ernesto Vitória
Director: Sebastião Neves de Sousa Martins
Redactor: João Mendes Carvalho

Colaboradores

Auzenda de Carvalho, César Napoleão Fernandes, Ernesto Vitória, Francisco L. Pinheiro, José Joaquim Silva, Juvenal Cabral, Mário Barreto e Mário Rodrigues.

Cota: J. 2929//1 B.

Objectivos

O primeiro número enuncia: "As páginas que vais lêr, são pequeninos pedaços da Alma dos teus patrícios, que se empenham em saber escrever a Língua que usas, o idioma da tua Pátria, o altar em que veneras o patriotismo dos teus, em que colocas toda a tua esperança, no sentido de te enobreceres, pela adoração do Belo, e pela exaltação da Verdade" (Carvalho, 1935 Janeiro).

Artigos consultados

Quadro 88 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Mocidade Caboverdeana)*

Texto	Total	%
Argumentativo	15	55,6
Informativo	1	3,7
Textos literários	10	37,0
Cartas	1	3,7
Total	27	100,0

Quadro 89 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Mocidade Caboverdeana)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	13	48,1
Educação (Ensino técnico)	14	51,9
Total	27	100,0

Características

Como "folha literária" preocupada com a língua, um "instrumento de vida" é um repositório da actividade cultural da juventude: crónicas, poemas e uma novela inédita. Nobre de Oliveira considera que "mais do que uma revista académica era, ao fim e ao cabo, uma revista literária de feição pré-claridosa" (1998, p. 463).

20. BOLETIM DOS FALCÕES DE CABO VERDE

Publicação de carácter cientifico e literário

Janeiro – Fevereiro de 1936 (2 números).

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, S. Vicente.

Periodicidade e formato: Mensal, 32 cm.

Direcção: Falcões de Cabo Verde

Colaboradores

Membros da Associação dos Falcões Portugueses de Cabo Verde, Augusto Miranda e St'Aubyn de Figueiredo.

Cota: J. 4342//1 B.

Objectivos

Em editorial, o jornal dos Sokols (Falcões Portugueses de Cabo Verde) afirma que "numa hora feliz pensámos em publicar dentro da Associação um pequeno Órgão interno, de formato relativo às nossas posses, que só servirá para tratar de assuntos concernentes ao desenvolvimento dela, o que virá contribuir para estreitar muito intimamente as relações entre a Séde e as Delegações nas outras ilhas" (1936 Janeiro - Fevereiro).

Artigos consultados

Quadro 90 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Boletim dos Falcões de Cabo Verde)*

Texto	Total	%
Argumentativo	9	52,9
Informativo	8	47,1
Total	17	100,0

Quadro 91 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Boletim dos Falcões de Cabo Verde)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	4	23,5
Educação (Os Falcões e o liceu)	13	76,5
Total	17	100,0

Características

Composto a três colunas, contém textos informativos da acção dos Falcões Portugueses de Cabo Verde. Os artigos, que compõem os dois números do boletim, versam temáticas relacionadas com a origem e história dos Sokols, a organização e avaliação dos associados, a educação cívica, a cultura física e a liberdade. Os "ecos" do boletim dão-nos notícias dos 'falcões' e das 'falconinas' de S. Vicente, Santo Antão e S. Nicolau. "A linguagem utilizada (apesar dos números serem visados pela censura salazarista) é ousada, própria da juventude" (Oliveira, 1998, p. 467).

21. JUVENTUDE

Folha literária bi-mensal fundada pelos quintanistas de 1936-37 a favor da Caixa Escolar do Licue do Infante D. Henrique

1 de Dezembro 1936 – 15 de Dezembro de 1936 (2 números)

Periodicidade e formato: Quinzenal; 43 cm

Responsáveis

Administrador: Ildo M. Feijóo
Director e editor: Augusto Mace do de Melo
Redactores: João de Oliveira e Luiz Fernandes

Colaboradores

António Nunes, Augusto Melo, Henrique Teixeira de Sousa, José Lopes da Silva, alunos do liceu.

Cota: J. 4340//4 M.

Objectivos

Promover uma folha literária e angariar fundos a favor da Caixa Escolar do Liceu Infante D. Henrique.

Artigos consultados[660]

Quadro 92 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Juventude)*

Texto	Total	%
Informativo	4	40
Textos literários e etnográficos	5	50
Outros (secção charadística)	1	10
Total	10	100,0

Quadro 93 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Juventude)*

Texto	Total	%
Contexto	1	10
Educação (notícias e trabalhos dos alunos)	9	90
Total	10	100,0

Características

Tem a configuração de um jornal académico inserido nas actividades circum-escolares dos alunos do liceu.

.

[660] Tivemos acesso apenas ao segundo número do jornal académico.

22. CLARIDADE

Revista de arte e letras[661]

Março de 1936 – Abril/Junho de 1964[662] (9 números).

Impresso na Sociedade de Tipografia e Claridade, Lda., Mindelo, S. Vicente.

Periodicidade, formato e preço: Irregular, 38 cm, 2$00 (nº 1)[663].

Responsáveis

Editor: Nuno Miranda (nº 4 a 7)[664]
Director: Manuel Lopes (nºs 1 e 2)[665]

Colaboradores[666]

Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, Aguinaldo Fonseca, António Aurélio Gonçalves, Arnaldo França, Corsino Fortes, Francisco Lopes da Silva, Francisco Xavier da Cruz, Gabriel Mariano, Henrique Teixeira de Sousa, Yolanda Morazzo, Jorge Pedro Barbosa, Nuno Miranda, Ovídio Martins, Pedro Corsino de Azevedo, Sérgio Frusoni, Terência Anahory e Tomás Martins, entre outros.

Cota: J.2917//3 M.

Objectivos

Recorremos a Baltasar Lopes da Silva, um dos fundadores da Claridade, para definir os objectivos da revista: "Tínhamos de intervir. Mas, na óbvia impossibilidade do empregos de meios de acção directa, que opção nos restava? Também obviamente, seria a imprensa a nossa arma. Todavia, para nós não existia em Cabo Verde imprensa no sentido jornalístico da palavra. Nestes termos, o caminho possível seria criarmos a imprensa, mediante a fundação de um jornal, que seria o nosso órgão de combate. Opção, porém, impossível. Não me recordo bem se com a invocação justificativa da Carta Orgânica do Império Colonial Português, fomos informados de que teríamos de fazer um depósito prévio de cinquenta mil escudos, quantia avultada, principalmente nos idos de 1935/36, que, por isso, estava muito além das possibilidades das nossas bolsas. Mas nem por isso resolvemos desistir: travaríamos o combate por um meio que nos fosse permissível, embora de uma eficácia menos directa do que um jornal periódico. De aí o nascimento da revista Claridade" (Introdução à edição fac-similada, 1986).

[661] As revistas nºs 8 e 9 não apresentam subtítulos.
[662] A revista foi publicada com irregularidade e, a partir do nº 5, tem a referência "não periódica". Datas de publicação: nº 1 – Março de 1936; nº 2 – Agosto de 1936; nº 3 – Março de 1937; nº 4 – Janeiro de 1947; nº 5 – Setembro de 1947; nº 6 – Julho de 1948; nº 7 – Dezembro de 1949; nº 8 – Maio de 1958 e nº 9 – Dezembro de 1960.
[663] A partir do nº 4 (Janeiro de 1947) não indica o preço.
[664] O editor das revistas nº 8 e 9 foi Joaquim Tolentino.
[665] Directores: nº 3 – José Lopes; do nº 4 a 9 – João Lopes.
[666] A lista completa dos colaboradores da *Claridade* conta do "Índice Onomástico", organizado por Euclides de Menezes (*Claridade – Revista de Artes e Letras,* publicação comemorativa do seu cinquentenário, pp. 181-188).

Artigos consultados

Quadro 94 – *Número e percentagem de textos consultados (Claridade)*

Texto	Total	%
Argumentativo	13	27,1
Informativo	0	0,0
Produção literária e sociológica	35	72,9
Total	48	100,0

Quadro 95 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Claridade)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	40	83,3
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	8	16,7
Total	48	100,0

Características

Trata-se de uma revista literária de temática cabo-verdiana. Parafraseando Manuel Ferreira "Na poesia, na ficção, nos textos em crioulo, na linguística, na meditação sociológica, antropológica do homem caboverdiano, no registo folclórico: tudo orientado para o universo crioulo, para o desenvolvimento de próprio na relação com o Outro" (1986, p. LXIV).

A revista, que marcou o nascimento da literatura moderna cabo-verdiana, deu espaço a um movimento "precursor da independência política, na medida em que, como foi notado por vozes estranhas insuspeitas, ela revelou que Cabo Verde possuía uma personalidade autónoma bem caracterizada e diferenciada, que merecia um tratamento e um atendimento específicos" (Silva, 1986[667])

[667] Introdução à edição fac-similada da Claridade, 1986, p. XIV.

23. CERTEZA

Fôlha da Academia

Março – Junho de 1944 (2 números)[668].

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda., S. Vicente (n.º 1) e na Tipografia "Minerva de Cabo Verde", Praia (nº 2)[669].

Periodicidade[670] e formato: 36 cm.

Responsáveis

Editor: Joaquim Ribeiro
Director: Eduíno Brito Silva
Redactores: Nuno Miranda, José Spencer, Arnaldo França, Silvestre Faria, Guilherme Rocheteau, Filinto Menezes e Tomaz Martins

Colaboradores

António Nunes, Eduíno Brito, Guilherme Rocheteau, Henrique Teixeira de Sousa, José Spencer, Luís Pinto, Luiz Terry, Manuel Alvarez, Manuel Ferreira (com o pseudónimo Luís Pinto), Maria Guilhermina e Orlanda Amarílis.

Cota: J. 4420//1 M.

Objectivos

A *Folha da Academia* dirige-se ao "Amigo caboverdeano, camarada jovem dos bancos do Liceu, se te queres iniciar numa literatura viva e humana em que traduzas bem, ou mal, as angústias e as esperanças dos teus irmãos de raça, o teu jornal é este. Vem, segue connosco o teu caminho que as nossas intenções são claras, os nossos anseios são justos. Tu desejas uma vida sem atropelos, sem a incerteza do amanhã. É essa mesma vida que nós queremos. Tu desejas um futuro brilhante para a tua terra, sem as inclemências do presente. É nesse mesmo futuro que nós confiamos" (Março de 1944).

[668] O terceiro número foi impresso, mas a edição foi impedida e, posteriormente, destruída (Informação do Dr. Arnaldo França, entrevista, 29/7/2008).
[669] Segundo João Nobre de Oliveira, o "sentido crítico, aliado ao radicalismo [dos seus colaboradores] levou-os a entrar em choque com o director do *Notícias de Cabo Verde*, o próprio Leça Ribeiro, e por extensão com a Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda., pelo que o segundo número, que saiu em Junho, foi composto e impresso na Tipografia Minerva de Cabo Verde na cidade da Praia (1998, p. 494).
[670] O n.º 2 da revista foi publicado tardiamente (três meses após o 1º número), devido a dificuldades com a Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda. de Mindelo, cujo "Director acha-se no direito de controlar um órgão que peca por não falar dos anos do «distintíssimo Sr. X» ou das «delivrances» da Me. «Z»" (nº 2, Junho 1944, p. 3).

Artigos consultados

Quadro 96 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Certeza)*

Texto	Total	%
Argumentativo	4	19,1
Informativo	7	33,3
Outros (epistolar, anúncios e avisos)	10	47,6
Total	21	100,0

Quadro 97 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Certeza)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	10	47,6
Educação (ensino colonial, seminário e liceu)	11	52,4
Total	21	100,0

Características

A *Folha da Academia*, cuja redacção era constituída por estudantes do liceu de Mindelo (à excepção do editor Joaquim Ribeiro), foi uma revista literária de vanguarda, que acreditava, na esteira da revista *Claridade*, numa "literatura caboverdeana de temas caboverdeanos" (1944, Março). Foi o repositório da produção intelectual de estudantes que queriam "contribuir para o desenvolvimento cultural da terra, que nos serve de berço, esta mesma terra em que se frustram todas as iniciativas do progresso" (França, 1944, Março).

24. CABO VERDE[671]

Boletim de propaganda e informação[672]

Outubro de 1949 – Setembro de 1962 (156 números)

Boletim Documental e de Cultura

Outubro de 1962 – Abril/Junho de 1964[673] (21 números).

Impresso na Imprensa Nacional, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Mensal[674], 23 cm, 2$50[675].

Responsáveis

Direcção: Bento Levy.

Colaboradores

Alexandre Almeida, Adriano Duarte Silva, Almerindo Lessa, Amílcar Cabral, Baltasar Lopes da Silva, Félix Monteiro, Gabriel Mariano, Henrique Teixeira de Sousa, Jaime de Figueiredo, Joaquim Ribeiro, Jorge Barbosa, José Lopes, Leça Ribeiro, Luís Matos, Luís Sousa, Manuel Ferreira, Manuel Ribeiro, Maria Helena Spencer, Mesquitela Lima e Nuno Miranda, entre outros.

Objectivos

O Governador Carlos Alberto Roçadas, no primeiro editorial, definia a missão da revista: "Nada se quere fazer de novo. Pretende-se apenas mobilizar, a bem de Cabo Verde, o seu primeiro escalão de combate – os homens que crêem mais na luta que na fatalidade" (1949, Outubro). Os objectivos estão contidos na designação da revista: divulgar pela "propaganda" e "informação"o regime político que subjugava Cabo Verde.

[671] A caracterização do *Cabo Verde Boletim* está desenvolvida em Carvalho, 2006, pp. 23-30.
[672] A revista manteve este subtítulo até Setembro de 1962 (nº 156). Adoptou, em Outubro de 1962, o subtítulo *Boletim Documental e de Cultura*.
[673] Último número: 19-21/175-177, Abril-Junho de 1964.
[674] A partir de Outubro de 1962 perdeu a sua regularidade e foi publicada em números triplos (Cabo Verde: Boletim Documental e de Cultura, nº 13/15/169/171, Outubro-Dezembro de 1963).
[675] Em Março de 1951, o preço ascendeu a 3$00. Entre Janeiro de 1954 e Dezembro de 1956, cada número avulso importava em 4$00, fixando-se, de 1957 a 1963, em 5$00.

Artigos consultados

Quadro 98 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação)*

Texto	Total	%
Argumentativo	131	42,2
Informativo	160	51,4
Outros (epistolar, anúncios, produção literária)	20	6,4
Total	311	100,0

Quadro 99 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Cabo Verde. Boletim de Propaganda e Informação)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	84	27,0
Educação (ensino técnico)	227	73,0
Total	311	100,0

Características

Cumprindo a vocação de revista de informação e propaganda colonial, inseriu abundante material de persuasão e inculcação ideológicas: intervenções de altos, médios e baixos burocratas e notícias de inaugurações e sessões solenes, discursos e entrevistas, com a omnipresença do poder político e religioso.

A nata da intelectualidade cabo-verdiana escreveu no *Boletim* e não se limitou à produção ficcional. As temáticas versaram questões sobre educação, agricultura, geologia, obras públicas, vulcanologia, saúde, planeamento urbano e regionalismo, vida cultural e cívica, literatura, história, etnografia e arte. Muitos jovens estudantes revelaram a veia poética e o gosto pela prosa, graças aos concursos literários promovidos pela revista (1950 e 1952).

Em 1958, publicou o *Suplemento Cultural*, que divulgava poesia, ficção e desenhos de jovens cabo-verdianos, "a maioria, de formação universitária, vivendo de perto com outros africanos, junto da Casa dos Estudantes do Império – e daí uma maior consciência do ser e do estar, uma maior reflexão crítica" (Ferreira, 1975, p. 156). Esta reflexão crítica sobre Cabo Verde atraiu a atenção dos censores, que impediram a saída do segundo número.

A partir de 1961, foi criada uma secção destinada "a trabalhos de ficção, em prosa e verso" (1961, Janeiro), que divulgou obras dos jovens poetas Arménio Vieira e Mário Fonseca.

A criação do jornal *O Arquipélago* determinou a decadência do *Boletim*, assumindo este periódico, as funções de informação e de propaganda. O *Cabo Verde*, com a designação *Boletim documental e de cultura* especializar-se-ia na componente cultural. Desvirtuado das características iniciais entrou em decadência e extinguiu-se em 1964.

25. MOCIDADE

Órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa

18 de Dezembro de 1955 - 25 de Março de 1957 (21 números).

Publicação do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa, Praia.

Periodicidade e formato: Quinzenal, 34 cm

Responsáveis

Administração e redacção: Centro Escolar «Sarmento Rodrigues»

Colaboradores

Agnelo da Cruz, Arnaldo Ribeiro, Cunha Leal, Dante Mariano, João de Deus Lopes da Silva, Nobre Guedes e Tito Esteves.

Cota: J. 2068 V.

Objectivos

A *Mocidade* foi um jornal "destinado à juventude, a quem fornece leitura sã e instrutiva, as suas colunas continuam abertas àqueles que nele queiram colaborar" (1/1/1956).

Artigos consultados

Quadro 100 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Mocidade)*

Texto	Total	%
Argumentativo	19	20,2
Informativo	54	57,4
Produção literária	4	4,3
Outros (avisos, palestras, programa e mensagens)	17	18,1
Total	94	100,0

Quadro 101 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Mocidade)*

Temática	Total	%
Contexto (cultural e social)	0	0,0
Educação (ideologia)	94	100,0
Total	94	100,0

Características

Tratando-se de um órgão do Comissariado Provincial da Mocidade Portuguesa predominam os artigos de defesa e de propaganda dos valores do império colonial e de uma mocidade disciplinada e submissa. A temática ligada à formação e organização dos filiados ocupam um espaço significativo. O desporto e a educação física tiveram relevância.

26. BOLETIM DOS ALUNOS DO LICEU GIL EANES

Centro nº 1 da Ala nº 2 da Mocidade Portuguesa

Março de 1959 (1 número).

Impresso na Sociedade de Tipografia e Publicidade, Lda, S. Mindelo, Vicente.

Formato: 34 cm

Colaboradores

Corsino Fortes, Felisberto Vieira Lopes, Francisco St' Aubyn, Rolando Vera-Cruz Martins e Onésimo Silveira. Apresenta desenhos de Abílio Duarte, Amílcar Duarte e Aristides Hugo.

Cota: J. 1921 V.

Objectivos

O jornal académico apresentou-se: "Este boletim destina-se a ser o registo das actividades dos alunos do Liceu Gil Eanes (centro da M. P.), em continuação de uma tradição interrompida com a publicação do último número de Certeza" (1959, Março).

Artigos consultados

Quadro 102 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes)*

Texto	Total	%
Argumentativo	2	28,6
Informativo	2	28,6
Outros (produção literária)	3	42,8
Total	7	100,0

Quadro 103 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes)*

Temática	Total	%
Contexto (cultural e social	5	71,4
Educação (liceu)	2	28,6
Total	7	100,0

Características

O primeiro e único número do jornal académico contem produção literária e artística dos estudantes do Liceu Gil Eanes: poemas e desenhos, bem como textos de análise literária e de apoio ao estudo. Apresenta, ainda, uma resenha das actividades culturais e desportivas no liceu e uma crónica sobre o desporto.
Sendo uma publicação de um Centro da Mocidade Portuguesa, não regista qualquer informação ou opinião sobre este movimento juvenil. Ao assumirem a herança da *Certeza*, os jovens (e alguns já não eram tão jovens assim) que se agrupam à volta deste boletim só podiam ser críticos em relação ao sistema político de então" (Oliveira, 1998, p. 549).

27. O ARQUIPÉLAGO

23 de Agosto de 1962 – 20 de Junho de 1974 (619 números).

Publicação do Centro de Informação e Turismo, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Semanal, 43 cm, $50[676].

Responsáveis

Director: Bento Levy[677].
Chefe de redacção: João Modesto.
Editor: Bento Levy.

Colaboradores

A. Amaral Lopes, Aguinaldo Wahnon, Amaral Lopes, António Aurélio Gonçalves, Amândio César, Antero de Barros, Arnaldo França, Baltasar Lopes da Silva, Carlos Gonçalves, Carlos Moreira, C. de Valcorba, Francisco Lopes da Silva, Francisco Mascarenhas, Gregório Pereira, Henrique Teixeira de Sousa, Gabriel Mariano, Joaquim Ribeiro, Jorge Alfama, Jorge Barbosa, Loureiro dos Santos, Manuel Ferreira, Margarito Gonçalves, Maria Helena Spencer, Nuno Miranda, Orlando Levy, Orlando Mascarenhas, Pedro Gregório e Ramiro de Azevedo.

Cota: J. 2293 V.

Objectivos

Sendo um "semanário noticioso, pretende-se com a sua publicação abranger todos os acontecimentos ocorridos em todas as ilhas de modo a não perderem oportunidade e a pôr-nos mais vezes em contacto uns com os outros para maior ordenação e melhor compreensão dos interesses que a todos por igual diz respeito" (1962 Agosto 23). O editorial advertia "Publicação essencialmente informativa, não significa que não seja também de formação", clarificando "não pretendemos fazer um jornal literário".

Artigos consultados

Quadro 104 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (O Arquipélago)*

Texto	Total	%
Argumentativo	91	9,5
Informativo	782	81,6
Desenhos e fotografias	24	2,5
Outros (anúncios, avisos, comunicados, programas)	61	6,4
Total	958	100,0

[676] O jornal nº 35 sofre um agravamento do preço, de 100%, passando a custar 1$00. Sofre novo aumento em Março de 1970 (1$50).
[677] Bento Levy foi director até 4 de Junho de 1970. Foram ainda directores: Joaquim Ribeiro (até Janeiro de 1972), António de Azeredo (até Junho de 1973) e Tomás Benrós (até Junho de 1974).

Quadro 105 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (O Arquipélago)*

Temática	Total	%
Contexto (social, político e cultural)	150	15,7
Educação (ensino primário, secundário liceal e técnico)	808	84,3
Total	958	100,0

Características

Foi um órgão de comunicação do regime político, com o noticiário controlado pela Agência Nacional de Informações (ANI). Como referiu Manuel Ferreira tornou-se um jornal "carregado de fotografias, de medalhões, de discursatas" (Oliveira, 1998, p. 576). O carácter oficioso não impediu que defendesse o cabo-verdiano – rejeitando o estereótipo de indígena - e a possibilidade das ilhas se tornarem adjacentes.

A guerra colonial e a luta de libertação dos cabo-verdianos foram ignoradas pelo semanário. Porém, as notícias de louvores e de mortes de soldados cabo-verdianos na guerra e os comunicados militares plasmavam a realidade que a censura silenciava. O nº 413 (9/7/1970) criticou o Papa Paulo VI por receber os chefes dos "terroristas", ou seja dos movimentos de libertação na Guiné, Angola e Moçambique. O assassinato de Amílcar Cabral foi noticiado num pequeno artigo na última página (25/1/1973). Em contraste, a doença e a morte de Salazar foram objectos de notícias de primeira página e de um suplemento (27/7/1979). A notícia da proclamação da independência da Guiné-Bissau (1973, Outubro 4) teve honras de primeira página, com veementes protestos de repúdio.

O jornal manteve uma página desportiva, coordenada por Orlando Mascarenhas. Apesar da intenção de não pretender ser um jornal literário[678], Jorge Miranda Alfama criou o "Cantinho Literário".

Os últimos números, ainda sujeitos à censura, não têm qualquer referência à "revolução dos cravos" (25 de Abril de 1974). No Suplemento nº 611 (30/4/1974), sob o título "Momento político nacional", surge a primeira alusão ao Movimento das Forças Armadas e à constituição da Junta de Salvação Nacional. O Suplemento nº 612 (2/5/1974) noticia em editorial "Independência imediata e absoluta de Cabo Verde pedida num comício". Publicam declarações de cidadãos com desmentidos de serem informadores da polícia política, PIDE/DGS. No editorial de despedida (20/6/1974), fazia-se o balanço de "doze anos de vida, sem falhar uma única semana, é um recorde na história do jornalismo cabo-verdiano".

[678] A revista Cabo Verde, que passara a subtitular-se *Boletim Documental e de Cultura* (Outubro de 1962), assumiria o carácter de órgão literário, porém entrou em crise e terminou em Junho de 1964.

28. ALVORADA TECNICA

Boletim de actividades da Escola Industrial e Comercial de Mindelo

Abril – Maio de 1963 (2 números).

Publicação da Sociedade de Tipografia e Publicidade, Limitada, S. Vicente.

Periodicidade, formato e preço: Mensal, 32 cm, 1$00.

Colaboradores

Docentes e discentes da Escola Industrial e Comercial de Mindelo.

Cota: J. 808 P.

Objectivos

No editorial de abertura, o jornal académico assume"o papel relevante de contribuir para o despertar da sistematização da Técnica nas nossas ilhas" (Silva, 1963, Abril). Propunha ser "um órgão mensal de informação e divulgação, uma forja de caracteres e de moldagem de vocações" (*idem, ibidem*).

Artigos consultados

Quadro 106 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Alvorada Técnica)*

Texto	Total	%
Argumentativo	18	47,4
Informativo	8	21,1
Textos didácticos	4	10,5
Textos literários (poemas)	2	5,3
Outros (epistolar, aviso e convite)	6	15,7
Total	38	100,0

Quadro 107 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Alvorada Técnica)*

Temática	Total	%
Contexto (político e cultural)	0	0,0
Educação (ensino técnico)	38	100,0
Total	38	100,0

Características

Foi um efémero "jornal de alunos e para alunos", que divulgou a missão e as actividades da Escola Industrial e Comercial de Mindelo, bem com as virtualidades do ensino técnico na formação da juventude. Publicou poemas e desenhos dos estudantes.

29. MAIS ALÉM…

Órgão do Centro Escolar nº 1 da Ala nº 1 da Mocidade Portuguesa

1965/66 – Maio de 1967 (7 números).

Composição e impressão na Tipografia Santos, Praia.

Periodicidade, formato e preço: Irregular[679], 22 cm.

Responsáveis

Orientador: Director do Centro
Director: Manuel Sança
Redactores: António Sérgio e Eduardo Sequeira.

Colaboradores

Alunos do Liceu Adriano Moreira.

Cota: J 1021P

Objectivos

Na nota de abertura, o jornal académico apresenta-se como um centro vivo”“da Mocidade para a Mocidade”, (1965/66, p. 1).

Artigos consultados

Quadro 108 – *Número e percentagem de artigos, segundo o género jornalístico (Mais Além…)*

Texto	Total	%
Argumentativo	7	7,7
Informativo	24	26,4
Textos didácticos	7	7,7
Textos literários (divulgação de escritores e de trabalhos dos alunos)	34	37,4
Entrevistas	7	7,7
Outros (avisos e passatempos)	12	13,1
Total	91	100,0

Quadro 109 – *Número e percentagem de artigos, segundo a temática (Mais Além…)*

Temática	Total	%
Contexto (cultural)	50	54,9
Educação	41	45,1
Total	91	100,0

Características

O jornal do Centro nº 1 da Ala nº1 da Mocidade Portuguesa acolheu notícias das actividades culturais e desportivas, depoimentos (entrevistas e diários) e produção literária dos alunos do Liceu da Praia. Foi essencialmente um órgão de propaganda da Mocidade Portuguesa e da ideologia colonial.

[679] O primeiro número (s/d) abarca o ano lectivo de 1965/66. Os números 2 e 3 tiveram uma periodicidade mensal (Março e Abril de 1966), o número 4 reaparece em Janeiro de 1967, seguindo-se os números 6 e 7 (Abril e Maio de 1967).

Anexo 3: Documentação consultada no IAHN

No Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde tivémos acesso aos fundos arquivísticos[680] da Secretaria Geral do Governo, de 1803 a 1927, da Administração do Concelho da Praia, de 1868 a 1975 e da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil, de 1907 a 1979. Facultaram-nos o acesso a fontes primárias, documentos manuscritos e impressos, que conferiram autenticidade à reconstituição da história do liceu, em Cabo Verde.

Âmbito temporal

Junho de 1906 – Fevereiro de 1962

Corpus documental

Quadro 110 – *Número e percentagem de peças consultadas no IAHN*

Corpus documental	Total	%
Anuários	4	1,2
Alocuções, discursos e programas	8	2,4
Contratos	2	0,6
Fichas bibliográficas	3	0,9
Fotografias	3	0,9
Informações, comunicações, propostas e pareceres	34	10,2
Notas biográficas	178	53,5
Ofícios e circulares	10	3,0
Petições e exposições	3	0,9
Plantas e memórias descritivas	3	0,9
Processos disciplinares	42	12,6
Regulamentos	9	2,7
Relatórios	12	3,6
Telegramas e missivas	22	6,6
Total	333	100,0

Quadro 111 – *Número e percentagem de peças consultadas no IAHN, segundo a temática*

Temática	Total	%
Contexto social e político	2	0,6
Educação e ensino	331	99,4
Total	333	100,0

Seleccionada a documentação dos fundos arquivísticos acima referidos, procedemos à sua organização temática em campos delimitados por categorias e subcategorias conceptuais[681]. Os dados relevantes das fontes documentais foram inseridos numa base de dados (excel), conforme excerto que se apresenta no quadro seguinte.

[680] As fontes primárias consultadas IAHN estão referidas em "Fontes e bibliografia", 1. "Fontes", 1.1."Arquivo".
[681] Consultar o Anexo 1.

Quadro 112 – *Análise de documentos do fundo arquivístico do IAHN (excerto da folha de cálculo)*

Nº	Cxª	Ano	Data	Págs.	Doc.	Características	Proveniência	Destinatário	CAT.	SUBCATEG.
1	670	1906	19-Jun	3	Ofício	Manuscrito, carimbo SGP	Diocese	Governador	EDS	Seminário
2	670	1910	07-Mar	2	Carta	Dact.. Notas manuscritas	Governo Provincia	Ministro Ultramar	EDS	Seminário
3	666	1917	19-Nov	2	Carta	Manuscrito	Reitor do liceu	C Instrução Pública	LIC	LNCV
4	666	1917	13-Jul	1	Telegrama	Papel Wetern Telegraph Cª	Ilegível	SG do Governo	LIC	LNCV
5	666	1917	10 Dez.	4	Carta	Manuscrito; papel selado	José Lopes	Governador	EDS	E. Privado
6	666	1918	26-Abr	4	Petição	Dactilografado. Assinaturas	Cidadãos Mindelo	CM Mindelo	MEM	LNCV
7	666	1918	27-Abr	1	Lista	Dact. Parecer manuscrito			LIC	Materiais
8	666	1918	s/d	2	Lista	Manuscrito			LIC	Materiais
9	666	1919	09-Abr	1	Decreto	Dact. Parecer manuscrito		C Instrução Pública	LIC	Professores
10	666	1920	s/d	1	Regulam.	Manuscrito			LIC	Exames
11	666	1920	17-Nov	1	Carta	Manuscrito	Reitor do liceu	C Instrução Pública	LIC	Edificio
12	666	1921	13-Jan	2	Carta	Manuscrito	Reitor do liceu	Reitoria do LNCV	LIC	Edificio
13	666	1920	5 Out.	5	Discurso	Dactilografado	Reitor do liceu		MEM	LNCV
14	666	1921	17-Dez	2	Horario	Manuscrito	Reitor do liceu		LIC	Professores
15	666	1922	9 Set.	2	Ofício	Dactilografado	Reitor do liceu	SG do Governo	EDS	E. Técnico
16	665	1922	11-Set	2	Projecto	Dactilografado	Mário Ferro		LIC	Professores
17	666	1923	09-Jun	1	Lista	Dactilografado	Alfredo Ferro		LIC	Materiais
18	666	1923	05-Dez	1	Ofício	Dactilografado	Reitor do liceu	SG do Governo	SSE	Reformas
19	666	1923	07-Jun	1	Ofício	Dact. Parecer manuscrito	Reitor do liceu	SG do Governo	LIC	Alunos
20	666	1923	02-Ago	2	Ofício	Dact. Parecer manuscrito	Reitor do liceu	C Instrução Pública	LIC	Alunos
21	666	1923	30-Jan	2	Ofício	Dact. Parecer manuscrito	Reitor do liceu	C Instrução Pública	MEM	LNCV
22	666	1924	02-Set	6	Actas	Dactilografado	Câmara Municipal	Governador	MEM	LNCV
23	666	1924	28-Jun	2	Mapa	Dactilografado	Reitor do liceu		LIC	Alunos
24	666	1924	25-Abr	19	Relatório	Dactilografado	SG do Governo		MEM	LNCV
25	666	1925	12-Mai	1	Ofício	Dact. Parecer manuscrito	Reitor do liceu	C Instrução Pública	MEM	LNCV
26	666	1926	12-Out	19	Relatório	Manuscrito	Reitor do liceu	SG do Governo	MEM	LNCV
27	666	1926	6 Set.	1	Carta	Dact. Desenho bandeira	Mãe de um aluno	Reitor do liceu	LIC	Alunos
28	666	1926	29-Set	6	Ofício	Manuscrito	Reitor do liceu	Governador	LIC	Professores
29	666	1926	06-Dez	1	Ofício	Manuscrito	Reitor do liceu	Governador	LIC	Professores
30	666	1927	22-Fev	1	Proposta	Dact. Notas manuscritas			LIC	Professores

Anexo 4 Notas biográficas de educadores

BARROS, Antero João de

[1923 - ….]
Professor de Inglês e Geografia no Liceu Gil Eanes e no Liceu Adriano Moreira. Foi Vice-Reitor (1957-58) e Reitor do Liceu Gil Eanes (1961). Em 1962, foi Chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Educação e fez parte da Delegação Portuguesa à ONU no ano de 1962 (Comunicação, de 8/10/1962). Exerceu os cargos de Presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol e de Presidente do Comité Olímpico de Cabo Verde (1989 a 2006). Foi campeão de golfe de Cabo Verde e Angola. Publicou a crónica "Temas de pedagogia e didáctica: O que é uma lição" (*Cabo Verde Boletim*, 1963 Março) e o artigo "O ensino em Cabo Verde" (*O Arquipélago,* 1965, Novembro 4).

BOUÇAS, António José de Oliveira

[1863 - 1944]
Jovem sacerdote veio para Cabo Verde no ano de 1883 e foi secretário do Bispo, D. Joaquim Augusto de Barros (Silva, 1991, p. 12). Foi nomeado cónego da Sé de Cabo Verde (1893) e professor de Teologia do Seminário-Liceu de São Nicolau. Desempenhou várias vezes as funções de Governador do Bispado de Cabo Verde mas recusou sempre a promoção a bispo. Durante anos foi mestre, e, por último, Vice-Reitor do Seminário-Liceu, cargo que exerceu até à extinção daquele estabelecimento em 1917. Foi professor e director (cargo que desempenhou gratuitamente) do Instituto Cabo-verdiano de Instrução (Portaria, de 10/12/1930).
Foi um dos directores do *Almanach Luso-Africano* e da revista *Esperança* e colaborou no jornal comemorativo *A colónia de Cabo Verde.* (Oliveira, 1998, p. 706).

CABRAL, Amílcar Lopes[682]

[1924 - 1973]
Nasceu em Bafatá, Guiné-Bissau. Estudou no Liceu Gil Eanes, em Mindelo. Ainda estudante, escreveu os primeiros cadernos de poesia "Nos intervalos da arte de Minerva" e "Quando Cupido acerta no alvo" (1937/38). Foi fundador e presidente da Associação Desportiva do Liceu de Cabo (1941) e Presidente da Associação dos Estudantes do Liceu de Cabo Verde (1944). Em Lisboa frequentou o Instituto Superior de Agronomia, cujo curso concluiu em 1950. Enquanto estudante universitário, à noite dava aulas de alfabetização a operários da zona de Alcântara. Foi Secretário e Vice-Presidente da Secção das Ilhas de Cabo Verde da Casa dos Estudantes do Império (1947/48) e Presidente da Direcção da Secção das Ilhas de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé da Casa dos Estudantes do Império (1949). Criou em Lisboa, com Mário Pinto de Andrade, a Casa de África e foi um dos fundadores da revista "Mensagem", órgão dos estudantes africanos em Portugal. Prestou colaboração a professores do Instituto Superior de Agronomia e foi membro efectivo da Sociedade de Ciências Agronómicas (1955/60). Trabalhou como engenheiro agrónomo em Portugal, Guiné e Angola. Em 1955 fundou o Movimento para a Independência da Guiné. Em Angola criou, com Viriato Cruz, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola. Em 19 de Setembro de 1956, cria em Bissau o (Partido Africano da Independência, que mais tarde vem a adoptar o nome de PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde). No ano de 1957 participou, em Paris, numa reunião de consulta e de estudo para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português. Em 1960 deixou definitivamente Lisboa. Participou em várias reuniões e conferências internacionais: Paris, Tunis, Londres (1960, a primeira conferência de um responsável de um movimento de libertação das colónias portuguesas), Pequim, etc. Em 1961, proferiu uma comunicação nas Nações Unidas sobre a situação da colónia. No ano seguinte, apresenta uma comunicação na Assembleia Geral da ONU. No ano de 1963 o *Bureau* do PAIGC reuniu-se em Dakar tendo como objectivo o estudo dos problemas do desenvolvimento da luta de libertação nas ilhas de Cabo Verde. Em 1968 intervém perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU e denuncia os crimes do colonialismo português. Promoveu conferências na sede das Nações Unidas em Nova Iorque e em Washington, perante a Comissão de Relações Exteriores do Congresso Norte-Americano (1970). No dia 1 de Julho de 1970, o Papa Paulo VI recebe em audiência Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO). Foi agraciado, em 1970, com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Lincoln, Estados Unidos da América. Em Abril de 1971, em Estocolmo, numa conferência de imprensa, referiu-se à situação de fome em Cabo Verde. Em Outubro, discursou na IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, na qualidade de observador. Em 1973 foi assinado em Conacry.
As limitações das *breves notas biográficas* dificultam a inserção de referências à vasta produção científica,

[682] As breves notas sobre Amílcar Cabral basearam-se na *Cronobiografia* da autoria de Iva Cabral, no âmbito do Projecto de Salvaguarda do Património Histórico da África Contemporânea, Fundação Mário Soares.

sociológica e política de Cabral, documentada em bibliografia especializada[683].
Na presente tese analisámos as crónicas "A propósito de educação" (1951, Março) e "Apontamentos sobre a poesia" (1952, Janeiro).

CARDOSO, Pedro Monteiro

[1883-1942]
Nasceu na ilha do Fogo. Estudou no Seminário-liceu de S. Nicolau (1866-1917). Publicou poesia, quando era ainda aluno, na revista *A Esperança* (1901) (Oliveira, 1998, p. 712). Durante algum tempo dedicou-se ao magistério primário particular (Silva, 1990, Outubro 1). Foi funcionário aduaneiro (ilhas Brava, S. Nicolau e Boavista), recebedor da Fazenda e gerente comercial (Praia). Reformado, por motivos de saúde, viajou para os Estados Unidos e para Portugal e repartiu a sua vida entre as ilhas do Fogo e de Santiago. Foi um "ardente defensor do continente negro e da dignificação do homem africano" (Brito-Semedo & Morais, 2008, p. 9). "Paladino da valorização do crioulo […] e cultor apaixonado do Português" defendia a coexistência das duas línguas (Silva, 1990 Outubro 1). Além de poeta, foi filólogo, jornalista e polemista de grande poder de acutilância (*idem, ibidem*). Escreveu nos jornais: *O Manduco* (fundador, proprietário e editor; 1923-24), *A Voz de Cabo Verde, O Eco de Cabo Verde* (responsável da página literária) e *Notícias de Cabo Verde*. Com João Lopes foi responsável pelo jornal mindelense *Cabo Verde* (1921-22). Colaborou em jornais portugueses (*Jornal das Colónias, Batalha Socialista, Correio d' África e Mocidade Africana).*
Publicações: *Primícias* (Lisboa, 1908); *Caboverdeanas* (Lisboa, 1915); *Jardim das Hespérides* (Vila Nova de Famalicão, 1926), *Duas Canções* (Lisboa, 1927); *Algas e corais* (Vila Nova de Famalicão, 1928), *Hespérides. Fragmento de um poema perdido em triste e miserando naufrágio* (Vila Nova de Famalicão, 1930); *Folclore Caboverdeano* (Porto, 1933); *Conferência no teatro "Virgínia Vitorino"*, Praia (Porto, 1934); *Cadernos Luso-Caboverdianos* (Praia, 1942) e *Lírios e Cravos* (Ermesinde, 1951) (Brito-Semedo & Morais, 2008, p. 10)

FRANÇA, Arnaldo Carlos de Vasconcelos[684]

[1925- ….]
Nasceu na cidade da Praia. Estudou no Liceu Gil Eanes, Mindelo. Estudante liceal participou na Academia Cultivar e foi um dos fundadores da *Certeza* (1944). Foi professor liceal e esteve na origem da criação do Liceu na Praia. Colaborou em revistas e jornais: *Claridade*, *Cabo Verde Boletim*, *O Arquipélago, Revista do Centro de Estudos de Cabo Verde, Seara Nova* e *Mensagem.* Em 1969 concluiu o Curso de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas. Foi funcionário aduaneiro e Director de Alfândega. Em 1970, foi destacado junto do governo da província como chefe do Gabinete de Apoio às populações.
Após a independência foi Secretário de Estado das Finanças e Ministro das Finanças. Foi professor no Instituto Superior de Educação, director da revista *Raízes* e colaborou no *Ponto & Vírgula* (1983-87), *Ekhos do Paul,* no jornal *Voz di Povo*, entre outros. Poeta e ensaísta é uma figura de incontornável prestígio cultural e social.
Publicações: Além das *Notas sobre a poesia e ficção cabo-verdianas* (Praia, 1962), tem produção literária em *Modernos poetas cabo-verdianos: Antologia* (Praia, 1961), *Poetas e contistas africanos* (S. Paulo, 1963) e *No Reino de Caliban: Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa (Lisboa*, 1975).

LEVY, Bento Benoliel[685]

[1911-19??]
Nasceu na cidade da Praia. Fez os estudos secundários no Liceu Passos Manuel e Pedro Nunes (Lisboa) e formou-se em Direito pela Universidade de Lisboa, em 1936. Regressou a Cabo Verde (1937) e dedicou-se à advocacia na cidade da Praia. Foi revisor-arquivista e Director Técnico da Imprensa Nacional (1948). Desempenhou os cargos de Administrador do concelho da Praia (1941), vogal do Conselho do Governo (1942), chefe dos Serviços de Administração Civil (1946), presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Aposentações, presidente do Centro de Cultura de Sotavento, 1º substituto do Juiz de Direito da Comarca de Sotavento (1949-1961). Foi sócio-fundador e presidente do Rádio Clube de Cabo Verde.
Dirigiu o *Cabo Verde*, *Boletim de Propaganda e Informação e o Cabo Verde: Boletim Documental.* Criou o *Suplemento Cultural* (1959) do Cabo Verde Boletim. Fundou *O Arquipélago* (1962-1974).
Publicações: *No cumprimento de um mandato* (Praia, 1963), *No final de um mandato* (Praia, 1965) e *Em defesa própria (Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde)* (Praia, 1974).

[683] Para uma leitura abrangente da vida e obra de Cabral remetemos à obra *O fazedor de utopias: uma biografia*, de António Tomás (2007).
[684] Notas baseadas em Oliveira, 1998, p. 737.
[685] Notas baseadas em Oliveira, 1998, pp. 747/48.

LOPES [da Silva], José

[1872-1962]
Natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, S. Nicolau, frequentou o Seminário-Liceu até à idade dos 15 anos. Foi professor de instrução primária em Sal-Rei, ilha da Boavista (1894), tendo sido transferido "ex mérito" para a cadeira da Escola Principal de Santo Antão (1900) (Questionário preenchido pelo professor, de 30/7/1918). Manteve, desde 1910, uma escola particular do ensino das línguas francesa, inglesa, História e Geografia. Foi nomeado professor do Liceu Infante D. Henrique (1928) e vogal da Junta Local de Instrução Pública (1930) Era um autodidacta, "aprendeu por si mesmo a língua inglesa" (Oliveira, 1998, p. 803). Teve uma vasta colaboração política, crítica, científica, pedagógica e literária. Colaborou no *Boletim Oficial, Almanaque Luso-Africano, Revista de Cabo Verde* (1899), *A Esperança, A Opinião, A Voz de Cabo Verde, O Independente* (1912), *O Progresso, A Defesa* (1913-14), *O Caboverdeano, O Manduco, Notícias de Cabo Verde, O Eco de Cabo Verde, Defesa* (1934), *Ressurgimento* (crítica literária), *Juventude, A Colónia de Cabo Verde e no Cabo Verde Boletim.* Escreveu, ainda, em jornais portugueses: *Correio de Portugal*, *A Família Portuguesa, O Ultramarino, Correio d'África, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Boletim da Agência Geral das Colónias, A Mocidade Portuguesa, Vida Contemporânea*, etc.
Considerando a vastíssima bibliografia do poeta, indicamos apenas algumas das suas obras. No ano em que foi colocado em S. Vicente (1928) "publicou o volume «Jardim das Hespérides» […], em 1929, as «Hesperitanas» […] há que destacar, ainda, «Ombres immortelles» e «Ode on England» e «Alma Arsinária»" (Silva, 1990, Dezembro 31). Dedicou-se à defesa do direito da escolarização feminina, tendo publicado *A bem da mulher* (Praia, 1945). Por ocasião do centenário do seu nascimento foi publicado o livro *Poesias escolhidas* (Mindelo, 1972). É o autor do "Hino da infância escolar" e do "Hino do Liceu Gil Eanes" (Oliveira, 1998, p. 805). Agraciado com a medalha "Mérito" da Cruz Vermelha, foi membro de duas academias estrangeiras: o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e o Instituto de Humanidades do Ceará. Recebeu um louvor do Governo da Província "pelo seu desinteressado empenho na difusão da Instrução" (13 Agosto de 1898) e, pelo mesmo motivo recebeu missivas laudatórias do Presidente da República, Dr. José António de Almeida e de Sua Majestade Alberto I da Bélgica (Nota biográfica, de 17/12/1930).
Consultar os artigos publicados na imprensa, em "Fontes e Bibliografia", 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

MARIANO, José Gabriel Lopes da Silva

[1928-2002]
Natural da ilha de S. Nicolau, residiu nas ilhas de Santiago e de Santo Antão. Frequentou o Liceu Gil Eanes e licenciou-se em Direito, pela Universidade de Lisboa. Enquanto estudante do liceu, teve um papel activo em manifestações culturais, criando com Jorge Pedro Barbosa e outros, o jornal *Restauração* (mimeografado). Em Lisboa, particularmente interessado na valorização da *cabo-verdianidade*, fundou, com Carlos Alberto Monteiro Leite e outros, o *Suplemento Cultural* (separata do *Cabo Verde Boletim*). Foi conservador dos Registos em S. Tomé e em Cabo Verde. Vigiado pela PIDE, em 1965 foi transferido, compulsivamente, por motivos políticos para a Ilha de Moçambique e em 1971 para Angola (Oliveira, 1998, p. 756). Poeta, contista e ensaísta tem colaboração na *Claridade, Cabo Verde Boletim* e no *Suplemento Cultural, no Diário de Notícias* (Portugal) e na *Mensagem* (CEI), entre outros. Participou nos Colóquios Cabo-verdianos da Junta de Investigações do Ultramar, em 1959, com a comunicação "Do funco ao sobrado – ou o mundo que o mulato criou". Figura em várias antologias poéticas.
Publicações: *A Mestiçagem: seu papel na formação da sociedade caboverdeana* (ensaio publicado no "Suplemento Cultural", 1958); *12 Poemas de Circunstâncias* (1965); *Amor e partida na poesia crioula de Eugénio Tavares ou inquietação amorosa; Capitão Ambrósio; Inquietação e serenidade. Aspectos da insularidade na poesia de Cabo Verde; Nome de casa e nome de igreja; O Rapaz Doente* (1963); *Osvaldo Alcântara – O Caçador de heranças ou inquietação social; Uma Introdução à Poesia de Jorge Barbosa; Vida e Morte de João Cabafume* (1976); *Cultura Caboverdeana* (ensaios, editora Vega, 1991); *Ladeira Grande* (antologia poética, editora Vega, 1993).
Prémios recebidos: 1º prémio do conto nos Jogos Florais da Universidade de Lisboa (1957) e nos Jogos Florais da Universidade de Coimbra (1958), prémio de Literatura Africana em 1976, pelo livro de contos *Vida e Morte de João Cabafume*.
Consultar os textos citados, em "Fontes e Bibliografia", 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

MIRANDA, Augusto Manuel[686]

[1??? -1962]
Natural da ilha de Santo Antão, estudou no Seminário-Liceu da Ilha de S. Nicolau. Em 1913 foi o primeiro secretário da Associação de Operários e Artistas de Mindelo. Foi professor primário na ilha

[686] Nota baseada em Oliveira, 1998, p. 768.

Brava e em S. Vicente e, em 1922, foi nomeado professor oficial do Liceu de S. Vicente. Foi Juiz de Direito substituto da comarca de Barlavento, advogado provisionário e jornalista.
Foi colaborador d'*O Futuro de Cabo Verde* e administrador do jornal *O Popular.* Escreveu nos jornais *A Liberdade, A Voz de Cabo Verde, A Colónia de Cabo Verde, Boletim dos Falcões de Cabo Verde,* entre outros.
Defendeu a educação em Cabo Verde, nomeadamente o ensino primário superior e o liceu em Mindelo.
Consultar os artigos publicados na imprensa, em "Fontes e Bibliografia", 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

MIRANDA, João Manuel[687]

[1884- 19??]
Nasceu na ilha de Santo Antão. Foi nomeado professor de instrução primária em S. Vicente (1911-1934). Como jornalista (com o pseudónimo Filinto Elízio) colaborou nos jornais *Notícias de Cabo Verde*, *O Eco de Cabo Verde* e Cabo *Verde: Boletim de Propaganda e Informação*. Escreveu vários artigos em defesa da instrução pública e do liceu em Cabo Verde.
Consultar os artigos publicados na imprensa, em "Fontes e Bibliografia", 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

MIRANDA, Nuno Álvares[688]

[1924- ….]
Nasceu a 23 de Outubro de 1924, na cidade de Mindelo. Estudou no Liceu Gil Eanes e licenciou-se em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ainda estudante, participou na Academia Cultivar (liceu de Mindelo). Poeta, contista e ensaísta foi um dos organizadores dos Colóquios Cabo-verdianos promovidos pela Junta de Investigações do Ultramar. Evidencia-se no panorama literário cabo-verdiano através da revista *Certeza* (1944) e foi editor da *Claridade*. Colaborou em vários jornais e revistas: *Cabo Verde Boletim, O Arquipélag*o e nos portugueses *Época, Estudos Ultramarinos, Garcia de Orta*, entre outros). Figura nas seguintes obras: *Poesia de Cabo Verde* (Lisboa, 1944); *Modernos poetas cabo-verdianos* (Praia, 1961) e *Antologia da terra portuguesa – Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor* (Lisboa, s/d). Escreveu artigos sobre a educação e defendeu um currículo escolar adaptado à realidade natural e cultural cabo-verdiana.

[687] Nota baseada em Oliveira, 1998, pp. 768.
[688] *Idem*, pp. 768/769.

Publicações: *Cais de ver partir* (Lisboa, 1960); *Gente da ilha* (Lisboa, 1961); *Cancioneiro da ilha* (Braga, 1964); *Compreensão de Cabo Verde* (Lisboa, 1963) e *Epiderme em alguns textos* (Lisboa, 1966) (Ferreira, 1975, p. 147).
Consultar os textos citados, em "Fontes e Bibliografia", 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

OLIVEIRA, Júlio Bento de

[1905-19??]
Natural da ilha de Santo Antão. Frequentou o Seminário-liceu de S. Nicolau, não tendo concluído o curso devido à sua extinção em 1917. Em Mindelo trabalhou na Western Telegraph Company (1922-1958). Foi vogal da Comissão Administrativa, Vice-presidente (1943-47) e Presidente da Câmara Municipal de Mindelo (1947-60). Foi o mentor da organização juvenil "Falcões Portugueses de Cabo Verde". Fundou o *Boletim dos Falcões de Cabo Verde* e colaborou no *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação.* Em 1945, logo a seguir ao fim da segunda guerra mundial, foi nomeado representante do *Cape Verde Relief Fund*, associação com fins de benemerência, constituída por cabo-verdianos residentes nos Estados Unidos da América, com o objectivo de dar assistência vária e apoio monetário às populações do arquipélago flageladas pela fome (Silva, 1991, Março 31).

RIBEIRO, Maria Luísa Ferro

[1936 - ….]
Natural de Mindelo, fez os estudos secundários no Liceu Gil Eanes e licenciou-se em Ciências Geográficas na Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Foi professora efectiva do 5º grupo (Declaração, de 29/2/1964) e vice-reitora do Liceu Adriano Moreira, Praia (Despacho, de 9/9/1964) e, em 1965, reitora interina do mesmo liceu. Após a independência, organizou os serviços do Ministério da Educação e o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário. Foi a primeira directora do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário, que deu origem ao Instituto Superior de Educação (actualmente integrado na Universidade de Cabo Verde). Foi mandatária da campanha do Presidente da República, António de Mascarenhas Monteiro e Embaixadora de Cabo Verde em França. Colaborou no *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* e em várias revistas pedagógicas. É autora de estudos etnográficos e técnicos sobre a educação e o ensino superior.

SILVA, Adriano Duarte

[1898-1961]
Nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Luz, S. Vicente. Frequentou o ensino secundário em Portugal no Colégio de S. Fiel, no Colégio Figueirense e no Liceu José Falcão (Coimbra). Formou-se em Direito e Ciências Sociais, na Universidade de Lisboa. Ainda estudante do 4º ano de Direito, foi nomeado Secretário do Ministro da Justiça, Martinho Nobre de Melo, no governo de Sidónio Pais (Oliveira, 1998, p. 792). Em Cabo Verde foi Conservador do Registo Predial da Câmara de Barlavento (1919). Foi nomeado professor interino do Liceu (1922) e juiz de Direito da Comarca de Barlavento (1924) (Ficha biográfica, de 17/12/1930). Foi reitor do Liceu Gil Eanes (1927-1929 e 1933-1936). Conseguiu a introdução do curso complementar no ensino liceal e a elevação a Liceu Central. Foi Cônsul de Brasil e de Espanha, agente consular da França e Presidente da Comissão Provincial da União Nacional. Representou Cabo Verde na Assembleia Nacional, em Portugal, durante dezasseis anos. Foi o último grande paladino da adjacência das ilhas (Oliveira, 1998, p. 793).
Colaborou no *Notícias de Cabo Verde, A Colónia de Cabo Verde* e no *Boletim da Agência Geral das Colónias*.
Da vasta produção bibliográfica, seleccionamos os artigos citados na presente dissertação: "A instrução pública em Cabo Verde". (*Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1929); "A bem do liceu". (*Notícias de Cabo Verde*, 1937); "S. Vicente e a vida administrativa" (*Notícias de Cabo Verde*, 1938) e "*Cabo Verde na Assembleia Nacional*" (Cabo Verde. Boletim, 1951). Consultar 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

SILVA, Baltasar Lopes da[689]

[1906-1989]
Natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, S. Nicolau. Iniciou os estudos secundários no Seminário de S. Nicolau e concluiu-os no liceu, em Mindelo. Licenciado em Filologia Românica e Direito pelas Faculdades de Letras e Direito da Universidade de Lisboa. Em 1930, foi nomeado professor do Liceu Infante D. Henrique (Notas biográficas, s/d.). Dedicou-se ao desporto e estudou música no Conservatório (Oliveira, 1998, p. 797). "Como intelectual desenvolveu uma intensa actividade como poeta, contista, ensaísta e conferencista de mérito […] foi a grande figura da *Mesa Redonda sobre o homem cabo-verdiano*, realizado em 1956" (*idem, ibidem*). Profissionalizou-se professor do ensino liceal e, em 1945, recusou um convite para ser professor da Universidade de Lisboa. Foi nomeado Vice-reitor (1945) e Reitor do do Liceu Gil Eanes, (1949-1960; 1965-1969). Em 1971 assumiu a presidência da Comissão Provincial para as Comemorações do 1º centenário do nascimento do poeta José Lopes. Possui várias condecorações e foi Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa (*ibidem,* p. 798). Com Manuel Lopes e Jorge Barbosa, fundou (1936) a revista *Claridade*. Na poesia usou o heterónimo Osvaldo Alcântara. O seu romance mais conhecido é *Chiquinho* (1947). Dedicou-se ao estudo e defesa do crioulo e escreveu *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde* (Lisboa, 1957). Publicou o folheto *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*. Figura em várias antologias literárias: *Poesia de Cabo Verde* (Lisboa, 1944); *Antologia da poesia negra de expressão portuguesa* (Paris, 1958); *Antologia da Ficção Cabo-Verdiana Contemporânea* (Praia, 1960); *Modernos poetas caboverdianos – Antologia* (Praia, 1961); *Estrada Larga,* do Suplemento *Cultura e Arte* do jornal *O Comércio do Porto* (1962); *Poetas e contistas africanos* (São Paulo, 1963); *Antologia da Terra Portuguesa – Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor* (Lisboa, s.d); *Literatura africana de expressão portuguesa* (Argel, 1967); *La poesie africaine d'expression portugaise* (Paris, 1969); *Contos portugueses do Ultramar* (Porto, 1969); *Antologia do conto ultramarino* (Lisboa, 1972); *Literatura ultramarina* (Lisboa, 1972); *No reino de Caliban* (Lisboa, 1975); *Antologia temática da poesia africana I* (Lisboa, 1976); *Sonha Mamana África* (S. Paulo, 1988; *50 poetas africanos* (Lisboa, 1989); etc. (Oliveira, 1998, p. 798). Publicou *Cântico da manhã futura* (Praia, 1986), *Os trabalhos e os dias* (Lisboa, 1987). Da colaboração na imprensa, destacamos os artigos sobre a educação e cultura cabo-verdianas, citados na tese: "As ilhas adjacentes de Cabo Verde no sistema administrativo da metrópole" (*Notícias de Cabo Verde*, 1931); "Abertura solene do ano escolar no Liceu «Gil Eanes»" (*O Arquipélago*, 1955); "Forma e substância" (Mocidade, 1956); "Existe uma civilização caboverdiana?" (*Cabo Verde. Boletim*, 1957); "O Sr. Dr. Baltazar Lopes da Silva visita a nossa escola e responde a um questionário-relâmpago" (*Alvorada Técnica*, 1963) e "Inauguração do novo liceu" (*O Arquipélago*, 1967). (Consultar 1. "Fontes", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos" e 2. "Bibliografia".

SOUSA, Henrique Teixeira de

[1919-2006]
Nasceu na ilha do Fogo e estudou no Liceu de Mindelo. Foi membro associado dos Sokols (cuja

[689] Parte da obra de Baltasar Lopes da Silva, é assinada por Baltasar Lopes. Em "Fontes e Bibliografia", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos" e 2. "Bibliografia" citámos as obras com os dois nomes.

história conta no romance *Capitão de Mar e Terra*). Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa. Conclui os cursos do Instituto de Medicina Tropical de Lisboa e de Medicina Sanitária pela Universidade do Porto. Foi professor da Escola de Enfermagem (Timor, 1946-48). Em Cabo Verde foi Delegado de Saúde (1949-54), presidente da Comissão Provincial de Nutrição de Cabo Verde (1955). Participou na *Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano* (1956) (Oliveira, 1998, pp. 810-811). Foi Presidente da Câmara Municipal de Mindelo (1960-66).

Publicações: *O problema alimentar em Cabo Verde* (Praia, 1954), *Cabo Verde e a sua gente* (Praia, 1954); *Mais de cinco anos da presidência da Câmara Municipal de Mindelo* (Águeda, s/d); *Contra mar e vento - livro de contos* (Lisboa, 1972); *Ilhéu de contenda* (Lisboa-Praia, 1978); *Capitão de Mar e Terra* (Lisboa, 1984); *Xaguate* (Lisboa, 1987); Djunga (Lisboa, 1990); *Na Ribeira de Deus* (Lisboa, 1992); *Entre duas Bandeiras* (Lisboa, 1994) e *Oh Mar das Túrbidas Vagas* (Lisboa, 2005). Da colaboração na imprensa cabo-verdiana, seleccionamos as crónicas citadas: "Considerações sobre duas medidas pedagógicas." (*Cabo Verde, Boletim*, 1953); "Exames" (*Cabo Verde, Boletim*, 1958); " O Presidente da Câmara Municipal visita a escola e responde ao nosso questionário-relâmpago" (*Alvorada Técnica*, 1963). Consultar "Fontes e bibliografia", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

SPENCER [Santos], Maria Helena Branco Freire de Andrade Salazar d'Eça[690]

[1911-2006]

Filha de um cabo-verdiano (natural da Boavista) e de uma portuguesa, nasceu em Lisboa. Estudou no Colégio das Doroteias em Sintra. Em Cabo Verde foi funcionária dos Correios, Telégrafos e Telefones (CTT), repórter e jornalista, com crónicas, reportagens e entrevistas no *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*. Foi professora primária na ilha Brava (Nossa Senhora do Monte). Por um curto período de tempo foi produtora e locutora de um programa radiofónico em crioulo, no antigo Rádio Clube de Cabo Verde. Foi ameaçada pela estação emissora continental, em meados da década de 60, "de que seria uma das pessoas a quem «cortariam a cabeça»" (Ferreira, 2005, p. 13). Devida a esta situação embarcou para Portugal, onde passou a residir (Lisboa e Faro).

Dos contos, crónicas e reportagens, publicados no *Boletim Cabo Verde*, referimos as citadas na dissertação: "Cartas de Cabo Verde" (1950); "Cartas de Cabo Verde" (1950); " Cartas de Cabo Verde" (1951); O ensino secundário em Sotavento" (1952); "Praia e Mindelo – Terras nossas" (1952); "Problemas do ensino em Cabo Verde (entrevista) " (1953); "Revista da cidade. Cabo Verde" (1955) e "Um inquérito entre os alunos do liceu" (1960). Consultar "Fontes e bibliografia", 1.2. "Livros, jornais, revistas e artigos".

[690] A presente nota foi elaborada com base na "Resenha biográfica" de Ondina Ferreira (2005, pp. 9-14).

TAVARES, Eugénio de Paula Nozolini

[1867-1930]

Segundo Osório de Oliveira[691] "Eugénio Tavares foi o maior de todos os poetas de Cabo Verde e aquele que mais e melhor escreveu em crioulo". Natural da ilha Brava, apesar de ter apenas os estudos primários (aprovado no exame com 20 valores, 1880), teve um ascendente notável sobre a sua geração que o considerava um igual, quando não o tratavam como mestre (Oliveira, 1998, p. 813). Foi funcionário público e esteve exilado nos Estados Unidos da América em 1900. Escreveu em português e crioulo, conseguindo "dar ao crioulo a plasticidade e a expressividade necessárias para nele fazer traduções de João de Deus, "Enjeitadinha - Cusa é bu tem, fidginho?" e de Luís de Camões, "Endechas a Bárbara escraba". Para além da vasta produção poética, a sua obra está dispersa por várias publicações, nomeadamente nos jornais *A Voz de Cabo Verde* (foi redactor principal)*, O Popular, Revista de Cabo Verde, Polichinelo, Manduco e O Futuro de Cabo Verde.* Foi editor e proprietário das *Cartas Caboverdeanas* e colaborador nos *Almanaque «Luso-Africano»* e *«Lembranças»* (Silva, Dezembro 1). Nos Estados Unidos, escreveu no jornal *A Alvorada* e em jornais da diáspora: *O Correio Português de New Bedford*, *A Voz da Colónia*. Na imprensa portuguesa privilegiou os jornais ligados a África, como *A Família Portuguesa, O Ultramarino, Boletim da Agência Geral das Colónias,* e os ligados ao ideal republicano (com o pseudónimo Jack) como *Voz Pública* e o *Norte* do Porto, a *Batalha* e a *Marselhesa* de *Lisboa*, para além de outros como *Jornal da Europa* (1928). Escreveu várias peças de teatro que foram levadas à cena na cidade da Praia (Oliveira, 1998, p. 815). Com a composição de mornas, "o poeta toca a genialidade e se imortaliza" (Silva, 1990, Outubro 1). As mornas mais conhecidas, em crioulo, são *Morna di dispidida (Hora di bai), Carta di nha cretcheu, Tarde na Aguada, Mal d'Amor, Força di Cretcheu, Nhô Serradas, "Mudjer Bonita* e, em português, *Camponesa formosa, Canções aladas e Cai no mar.* Como político e jornalista defendeu a educação como veículo de progresso e pugnou pela escolarização dos

[691] José Osório de Oliveira, grande amigo de Cabo Verde e das suas gentes, recolheu e compilou, em 1932, parte da obra de Eugénio Tavares, em crioulo, sob o título, *Mornas – Cantigas Crioulas*.

cabo-verdianos, alertando para as consequências que advinham da proibição de emigração dos cabo-verdianos analfabetos para os Estados Unidos. Dada a limitação desta nota biográfica, seleccionámos, além das "Cartas" (organizadas por Félix Monteiro, 1999) um opúsculo e três artigos citados: *Ao povo caboverdeano* (1910); "Autonomia". (*A Alvorada*, 1900); "Projecto da Carta Orgânica da Província de Cabo Verde" (*A Voz de Cabo Verde*, 1915) e "Província de Cabo Verde – O projecto de Carta Orgânica" (*A Voz de Cabo Verde*, 1915).

TERRY, José Diogo Luiz

[1908-1960]
Nasceu em Revorá, Índia. Licenciado em Direito e Ciências Histórico-Filosóficas, foi colocado como professor no Liceu Gil Eanes (1940). Desportista, introduziu o jogo do "volley" em Mindelo (Oliveira, 1998, p. 818). Foi reitor do Liceu Gil Eanes (1939-40 a 1946-47). Desempenhou, durante quatro anos, o cargo não remunerado de Presidente da Câmara Municipal de Mindelo. Francisco Lopes da Silva considera que " a sua acção como professor do Liceu Gil Eanes deixou marcas profundas no espírito e na formação de muitos dos seus alunos que, no ano de 1944, se havia de reunir em torno da revista Certeza […] tendo chegado, mesmo, a financiar do seu bolso o nº 3 da revista Certeza, que a censura não deixou passar" (Silva, 1991, Junho 22). Em 1947 partiu para Lisboa e foi professor metodólogo no Liceu Pedro Nunes. Participou nos Colóquios cabo-verdianos com a comunicação "O problema da emigração em Cabo Verde", em que atacou a política de emigração para S. Tomé e denunciou as fomes (*idem, ibidem*). Colaborou nos jornais *O Mundo Português, Notícias de Cabo Verde e Cabo Verde Boletim.* Como diz João Nobre de Oliveira, "se mais não merecesse para guardarmos a sua memória, basta dizer que foi a ele quem se ficou devendo o facto de Amílcar Cabral ter obtido a bolsa de estudo que lhe permitiu seguir para Portugal e formar-se em Agronomia" (1998, p. 818).

VERA-CRUZ, Augusto Pereira[692]

[1862-1933]
Natural da ilha do Sal, residiu em Mindelo e na Praia. Sem habilitações académicas formais, "a educação familiar recebida e uma sólida formação cultural obtida de modo autodidáctico, deram-lhe as armas que lhe permitiram vencer na vida" (Oliveira, 1998, p. 824). Foi armador, comerciante, político e agente consular de vários países. Exerceu o cargo de Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente (1898 a 1901). O Banco Nacional Ultramarino nomeou-o gerente da agência em Mindelo e mais tarde na sua filial na Praia. Com o advento da República foi eleito deputado por Cabo Verde às Constituintes (1911-1926). Nesta qualidade lutou pela criação do Liceu Nacional de Cabo Verde, tendo cedido a sua residência na Praça Nova para a instalação do liceu. Lutou pela retenção na província das taxas telegráficas que o cabo submarino inglês (Western Telegraph Company) pagava pelo desenvolvimento do Porto Grande e pugnou contra as leis de excepção. As suas cartas, discursos e entrevistas foram publicados na imprensa: *A Voz de Cabo Verde, O Futuro de Cabo Verde, O Manduco, Notícias de Cabo Verde* e *Gazeta das Colónias.*

[692] A nota foi redigida cm base em Oliveira, 1998, pp. 824/825.

Anexo 5: Síntese das reformas do ensino liceal (1905-1973)

Ano	Diploma Legal	Organização do ensino liceal	Nº anos	Transferência para o sistema educativo cabo-verdiano				
				Diploma legal	Liceu	Organização do ensino liceal	Nº anos	Obs.
1905/ 1916	Decreto, de 29 /8/1905	Cursos geral e complementar (Letras e Ciências)	7 anos (3+2+2)	-	-	-	-	-
1917	Decreto 3.091, de 17/4/1917	Cursos geral e complementar (Letras e Ciências)	7 anos (3+2+2)	Lei 701, de 13/6/1917	Mindelo	Curso geral [e profissional]	3 classes	a)
1918/ 1925	Decreto 4.650, de 14/7/1918	Cursos geral e complementar (Letras e Ciências)	7 anos (2+3+2)	Portaria 349, de 4/9/1918	Mindelo	Curso geral	3 classes	b)
1926	Decreto 12.425, de 2/10/1926	Cursos dos liceus e preparatório de Letras e Ciências	6 anos (3+2+1)					
1927	Decreto 13.056, de 22/1/1927	Cursos dos liceus e e de preparação para a instrução superior (Letras e Ciências)	7 anos (3+2+2)	Portaria 100, de /9/1918	Mindelo	Curso geral	5 anos (3+2)	
1936/ 1937	Decreto 27.084, de 14/10/1936	Curso liceal (1º, 2º e 3º ciclos) Curso especial de educação familiar	7 anos (3+3+1)	Decreto 27084, de 14/10 (com adaptações)	Mindelo	Curso geral e complementar	7 anos (3+3+1)	c)
1941	Decreto 31.554, de 30/9/1941	Cursos geral e complementar (Letras e Ciências)	7 anos (3+3+1)		Mindelo			
1947	Decreto 36.507, de 17/9/1947	Curso liceal (1º, 2º e 3º ciclos)	7 anos (2+3+2)	Portaria 12.102, de 4/11/1947 Decreto 36.508, de 17/9/1947	Mindelo	Curso geral e complementar	7 anos (2+3+2)	
1967	Decreto 48.572, de 9/9/1968	Ciclo preparatório do ensino secundário		Decreto-Lei 48.608, de 7/10/1968		Cria as escolas preparatórias da Praia e Mindelo		
1973	Lei 5, de 14/7/1973	Aprova as bases para uma reforma do sistema educativo		Anunciada em Cabo Verde, em 18 de Abril de 1974				

Observações:
Este tema é desenvolvido na I parte, 2 "Padrões institucionais, reformas e adaptações", 2.1. "A educação republicana" e 2.2. "A política educativa no Estado Novo".
a) O curso profissional não funcionou.
b) Em 1918, foi extinto temporariamente o liceu em Mindelo e substituído pelo Instituto de Instrução Secundário.
c) Houve dificuldades na adopção do plano curricular (1º, 2º e 3º anos do curso liceal), por falta de informações do novo regulamento. Em 1937, o liceu de Mindelo foi extinto temporariamente.

Anexo 6: Relação dos reitores dos liceus de Cabo Verde (1917-1974)

Anos	Liceu	Nome do Reitor	Habilitações/Posto	Fonte
1917-19	Nacional de Cabo Verde (Mindelo)	António Augusto da Veiga e Souza	Médico do exército	Portaria nº 385, de 16/11/1917
1919-25	Nacional de Cabo Verde (Mindelo)	Henrique Owen Pinto	1º Tenente da Armada	Portaria nº 164, de 3/4/1919
1925-27	Central Infante D. Henrique (Mindelo)	Abel Nogueira Godinho	Curso Superior de Letras	Relatório do reitor, de 25/7/1932, p. 25
1927-29	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Adriano Duarte Silva	Curso de Ciências Sociais Bacharel em Direito	Relatório do reitor, de 25/7/1932, p. 25
1929-30	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Daniel Alves Tavares	Médico	Portaria, de 11/4/1930 (exoneração)
1930	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Daniel Duarte Silva	Oficial da Armada	Portaria, de 11/4/1930 (nomeação)
1931	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Manuel Ferreira Rosa	Licenciado em Direito Exame de Estado (ENSL)	Portaria, de 14/5/1931 (exoneração)
1931	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Álvaro Pereira de Lacerda Júnior	Curso Superior de Letras	Portaria, de 14/5/1931 (nomeação)
1931-33	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Horácio Afonso de Mesquita	Exame de Estado (ENSL)	Portaria, de 5/8/1931 (nomeado interino) Portaria, de 30 Maio de 1932 (louvor)
1933-36	Central Infante D. Henrique (Mindelo	Adriano Duarte Silva	Curso de Ciências Sociais Bacharel em Direito	Declaração, de 25/11/1933
1936-1948	Gil Eanes (Mindelo)	Joaquim Jaime Simões		Portaria, de 10/3/1936
1939-1947	Gil Eanes (Mindelo)	José Diogo Luiz Terry	Licenciado em Direito e Histórico-Filosóficas	Relatório de actividades, de 1939-40, s/d
1948	Gil Eanes (Mindelo)	Aristides Gonçalves		Comunicação, de 20/3/1948
1948	Gil Eanes (Mindelo)	Tertuliano Cabral (substituto legal do reitor)		Ofício, de 1/9/1948
1949-1951	Gil Eanes (Mindelo)	Baltasar Lopes da Silva	Licenciado em Direito e Filologia Românica	Ofício nº 127, de 24/9/1949 Relatório do reitor, de 11/12/1950

1952	Gil Eanes (Mindelo)	Maria de Jesus Gomes (interina)		*Cabo Verde Boletim*, Março 1952
1952-1960	Gil Eanes (Mindelo)	Baltasar Lopes da Silva	Licenciado em Direito e Filologia Românica	Relatórios do reitor, de 8/12/1952, 10/12/1953, 31/12/1954; referentes aos anos 1954-55, 1955-56, 1956-57 e 1957-58, s/d Portaria, de 11/6/1960 (exoneração)
1961	Gil Eanes (Mindelo)	Antero João de Barros	Licenciado em Filologia Germânica e Curso de Ciências Pedagógicas	Portaria, de 7/10/1961. Despacho, de 9/2/1962[693]. Comunicação, de 8/10/1962
1962[694]-1964	Gil Eanes (Mindelo)	Antero Simões		Declaração, de 7/2/1964 (exoneração).
1965-1969	Gil Eanes (Mindelo)	Baltasar Lopes da Silva	Licenciado em Direito e Filologia Românica	Portaria, de 13/9/1965 Portaria nº 140, de 17/6/1969 (exoneração)
1969-1974	Gil Eanes (Mindelo)	Manuel dos Santos Fraga	Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas	Portaria nº 140, de 17/6/1969 (nomeação) Despacho, de 3/9/1974
1955-1961	Secção do Liceu Gil Eanes na Praia	Baltasar Lopes da Silva Aníbal da Cunha Leal (Vice-reitor)	Licenciado em Farmácia	Relatório de actividades, de 6/9/1956
1962- 65	Nacional da Praia	José Marques de Oliveira		Portaria, de 14/10/1961.
1965-1967	Adriano Moreira (Praia)	Albano Cordeiro Estrela	Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas	Portaria, de 9/10/1965 (nomeação) Portaria, de 28/10/1967 (exoneração)
1967-1971	Adriano Moreira (Praia)	António Castilho Borges	Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas	Portaria, de 6/10/1967 (nomeação) Portaria, de 7/6/1968 (exoneração) Declaração, de 2/7/1971
1971-1973	Adriano Moreira (Praia)	José Coelho dos Santos		Portaria, de 29/7/1971 (nomeação) Portaria, de 8/9/1973 (louvor)
1973-1974	Adriano Moreira (Praia)	Baltasar Lamartine do Carmo Gomes e Sá[695]	Licenciado em Medicina e Farmácia	Portaria nº 279, de 17/4/1973 Despacho, de 31/7/1974

[693] Por despacho, de 9/2/1962, foi rescindido o contrato para o cargo de professor do 3º grupo do Liceu Gil Eanes […], por ter tomado posse do cargo de Chefes dos Serviços [de Instrução].
[694] Não localizamos no *Boletim Oficial de Cabo Verde,* o diploma de nomeação do Dr. Antero Simões, reitor do Liceu Gil Eanes. Por despacho, de 14/3/1962, foi nomeado delegado regional da Mocidade Portuguesa da Ala nº 2, de S. Vicente, função atribuída ao reitor do liceu. A história da sucessão do reitor Antero Barros por Antero Simões é contada por José Vicente Lopes (2002 [1996], pp. 286/287).
[695] Foi Vice-Reitor do Liceu Adriano Moreira, por Portaria, de 3/1/1963, em substituição de Maria Fernanda de Menezes Marques. Foi exonerado, a seu pedido, dessas funções e substituído por Maria Luísa Ferro Ribeiro, conforme Despacho, de 9/9/1964.

Anexo 7: Informações dos relatórios dos reitores do Liceu Gil Eanes

Quadro 113 – *Caracterização formal dos relatórios dos reitores do liceu*

Nº	Ano	Liceu	Fonte	Data	Aspectos formais	
					Apresentação	Nº de páginas
1	1922-23	Nacional de Cabo Verde	B.O. 34, de 25/8/1923	31-Jul-23	Dactilografado	2
2	1925-26	Nacional de Cabo Verde	Cxª 666	Set. 1926	Manuscrito	17
3	1931-32	Central do Infante D. Henrique	Cxª. 237	25-Jul-32	Impresso	26
4	1935-36	Central do Infante D. Henrique	Arquivo do Liceu	05-Ago-36	Dactilografado	91
5	1936-37	Central do Infante D. Henrique	Cxª. 239	s/d	Dactilografado	92
6	1937-38	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 240	27-Abr-38	Dactilografado	97
7	1938-39	Liceu de Gil Eanes	Cx.ª 240	21-Dez-39	Dactilografado	104
8	1939-40	Liceu de Gil Eanes	Arquivo do Liceu	s/d	Dactilografado	33
9	1940-41	Liceu de Gil Eanes	Arquivo do Liceu	s/d	Dactilografado	28
10	1941-42	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 240	s/d	Dactilografado	22
11	1943/44	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 240	26 Dez. 43	Dactilografado	18
12	1944/45	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 240	31 Dez. 45	Dactilografado	23
13	1945/46	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 282	s/d	Dactilografado	27
14	1949/50	Liceu de Gil Eanes	Cxª 243	11-Dez-50	Dactilografado	30
15	1951/52	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 245	09-Dez-52	Dactilografado	40
16	1952-53	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 243	10-Dez-53	Dactilografado	44
17	1953-54	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 246	31-Dez-54	Dactilografado	45
18	1954-55	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 245	s/d	Dactilografado	46
19	1955-56	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 245	s/d	Dactilografado	45
20	1955-56	Secção Liceu Gil Eanes na Praia	Cxª. 245	06-Set-56	Dactilografado	26
21	1956-57	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 245	s/d	Dactilografado	40
22	1956-57	Secção Liceu Gil Eanes na Praia	Cxª. 247	19-Set-57	Dactilografado	28
23	1957-58	Liceu de Gil Eanes	Cxª. 245	s/d	Dactilografado	47
24	1957-58	Secção Liceu Gil Eanes na Praia	Cxª. 247	06-Set-58	Dactilografado	27

Quadro 114 – *O edifício do liceu e suas dependências (relatórios dos reitores)*

Nº	Ano	Estado	Dependências referidos	Sugestões
1	1922-23	Deficiente		Edificação de uma sala de conferências; de gabinetes de Física e Química e de um ginásio.
2	1925-26	Deficiente	Gabinetes de Ciências Naturais e Física.	Ampliação do edifício e construção de um ginásio.
3	1931-32	Regular	Biblioteca pobre; gabinetes em salas improvisadas.	Ampliação do edifício e construção de um ginásio.
4	1935-36	Regular	Ginásio inadequado; gabinetes em salas improvisadas.	Ligação do edifício velho e novo; pavimentação do pátio; ginásio.
5	1936-37	Deficiente	Salas estreitas, gabinetes mal instalados e ginásio sem condições.	Ampliação e pintura do edifício construção de um ginásio.
6	1937-38	Deficiente	Dependências do liceu ocupadas pela Câmara Municipal, que cedeu espaços para a instalação do Corpo Expedicionário Português. Salas estreitas e ginásio sem condições.	Pintura e caiação do edifício.
7	1938-39	Deficiente	Dependências do liceu ocupadas pela Câmara Municipal, que cedeu espaços para a instalação do Corpo Expedicionário Português. Salas estreitas e ginásio sem condições.	Ocupação de um prédio em construção no quintalão.
8	1939-40	Deficiente	Falta de ginásio e de balneários.	Conclusão da construção de uma casa anexa.
9	1940-41	Deficiente	Falta de ginásio e de balneários.	Conclusão da construção de uma casa anexa para a secretaria e Associação Escolar.
10	1941-42	Deficiente	Dependências do liceu ocupadas pela Câmara Municipal, que cedeu espaços para a instalação do Corpo Expedicionário Português. Salas estreitas e ginásio sem condições.	Conclusão da construção de uma casa anexa para a secretaria e Associação Escolar.
11	1943/44	Deficiente	O salão da biblioteca foi desocupado pela Câmara Municipal.	Construção de um novo edifício com ginásio condigno.
12	1944/45	Deficiente	Falta de ginásio.	Construção de um novo edifício com ginásio condigno.
13	1945/46	Deficiente	Falta de ginásio.	Criação de um gabinete para atender os pais.
14	1949/50	Regular	Falta de ginásio, de balneário e de recreios.	Adaptação do espaço da Estação Telegráfica a ginásio. Vedação do jardim; substituição dos telhados por terraços, construção de balneários e vestiários.
15	1951/52	Regular	Foi entregue ao liceu o edifício anexo onde funcionava a Fazenda Concelhia.	Construção de espaços para recreio, balneário, vestiário e sanitários.
16	1952-53	Regular	Falta de ginásio e gabinetes mal apetrechados.	Maior dotação orçamental para aquisição de material para os gabinetes.
17	1953-54	Deficiente	Instalações acanhadas; falta de recreio, de um ginásio e de espaço para festas escolares.	Atribuição de verbas para a vedação da Praça em frente ao edifício para servir de recreio.
18	1954-55	Deficiente	Instalações acanhadas; falta de recreios, de um ginásio e espaço para festas escolares.	Edificação de novas salas de aula e de uma sala de estudo. Construção de um novo liceu.
19	1955-56	Deficiente	Falta de recinto gimnodesportivo e de gabinetes.	Construção de um liceu (identificado um terreno da Diocese).
20	1955-56	Deficiente	O edifício é uma adaptação cheia de deficiências (Secção do Liceu na Praia)	Construção de um edifício para o liceu da Praia.
21	1956-57	Deficiente	O espaço não satisfaz as necessidades de frequência.	Construção de um edifício
22	1956-57	Deficiente	O edifício é uma adaptação cheia de deficiências (Secção do Liceu na Praia)	Construção de um edifício para o liceu da Praia.
23	1957-58	Deficiente	O espaço não satisfaz as necessidades de frequência.	Construção de um edifício
24	1957-58	Deficiente	O edifício é uma adaptação, só foi instalado o laboratório de Química (Secção do Liceu na Praia)	Construção de um edifício para o liceu da Praia.

Quadro 115 – *Órgãos de direcção do liceu (relatórios dos reitores)*

Nº	Ano	Reitor	Vice-Reitor(a)	Secretário	Director(a) do 1º Ciclo	Director(a) do 2º Ciclo	Director(a) do 3º Ciclo
1	1922-23	Henrique Owen Pinto					
2	1925-26	Abel Nogueira Godinho					
3	1931-32	Horácio Afonso de Mesquita					
4	1935-36	Joaquim Jaime Simões	Daniel Alves Tavares	Alberto Atílio Leite			
5	1936-37	Joaquim Jaime Simões	Daniel Alves Tavares	Alberto Atílio Leite	Daniel Alves Tavares	Adriano Duarte Silva	Alberto Atílio Leite
6	1937-38	Joaquim Jaime Simões	Daniel Alves Tavares	Alberto Atílio Leite	Daniel Alves Tavares	Humberto Alberto Leite	Adriano Duarte Silva
7	1938-39	Joaquim Jaime Simões	Daniel Alves Tavares	Alberto Atílio Leite	Daniel Alves Tavares	Alberto Leite	Adriano Duarte Silva
8	1939-40	José Diogo Luiz Terry	Daniel Alves Tavares	Alberto Atílio Leite	Abel Nogueira Godinho	Adriano Duarte Silva	Daniel Alves Tavares
9	1940-41	José Diogo Luiz Terry			Mª Conceição Xavier de Sousa	Adriano Duarte Silva	Daniel Alves Tavares
10	1941-42	José Diogo Luiz Terry			Mª Conceição Xavier de Sousa	Adriano Duarte Silva	Daniel Alves Tavares
11	1943/44	José Diogo Luiz Terry			Mª Conceição Xavier de Sousa	Adriano Duarte Silva	António Augusto Fernandes
12	1944/45	José Diogo Luiz Terry	Júlio Galhardo de Almeida	Joaquim Jaime Simões	António Augusto Fernandes	Baltasar Lopes da Silva	Júlio Galhardo de Almeida
13	1945/46	José Diogo Luiz Terry	Júlio Galhardo de Almeida	Joaquim Jaime Simões	Antónia da Luz Correia	Aristides Gonçalves	Baltasar Lopes da Silva
14	1949/50	Baltasar Lopes da Silva					Maria de Jesus Gomes
15	1951/52	Baltasar Lopes da Silva	Maria de Jesus Gomes	Manuel de Sousa Rodrigues	Maria Vanda Gomes	João da Cruz Pinto	Artemisa Nunes Madeira
16	1952-53	Baltasar Lopes da Silva	Maria de Jesus Gomes	Manuel de Sousa Rodrigues	Maria de Jesus Gomes	Manuel de Sousa Rodrigues	Artemisa Nunes Madeira
17	1953-54	Baltasar Lopes da Silva	Maria de Jesus Gomes	Manuel de Sousa Rodrigues	Artemisa Nunes Madeira	Maria Vanda Gomes	
18	1954-55	Baltasar Lopes da Silva	Maria de Jesus Gomes	Manuel de Sousa Rodrigues			
19	1955-56	Baltasar Lopes da Silva					
20	1955-56	Baltasar Lopes da Silva	Aníbal Augusto da Cunha Leal				
21	1956-57	Baltasar Lopes da Silva			Artemisa Nunes Madeira	Maria Vanda Gomes	Florete Margarida Santos Cruz
22	1956-57	Baltasar Lopes da Silva	Aníbal Augusto da Cunha Leal		Mª Madalena Donas-Botto	Fernando Cabral A. e Silva	
23	1957-58	Baltasar Lopes da Silva			Ália de Sousa Monteiro	Florete Margarida Santos Cruz	Artemisa Nunes Madeira
24	1957-58	Baltasar Lopes da Silva	Aníbal Augusto da Cunha Leal				

Quadro 116 – *Corpo docente do liceu (relatórios dos reitores)*

Nº	Ano	Total	Efectivos	Eventuais	Contratados	% Eventuais	Sexo masculino	Sexo feminino	% Professoras
1	1922-23			Todos		100			
2	1925-26								
3	1931-32	11	7	4		36,4	11	0	0,0
4	1935-36	13	6	7		53,8	13	0	0,0
5	1936-37	15	7	8		53,3	15	0	0,0
6	1937-38	17	6	11		64,7	17	0	0,0
7	1938-39	13	5	8		61,5	13	0	0,0
8	1939-40	19	8	9	2	47,4	19	0	0,0
9	1940-41	18	13	5		27,8	15	3	16,7
10	1941-42	15	13	2		13,3	12	3	16,7
11	1943/44	17	14	3		17,6	16	1	5,6
12	1944/45	12	10	2		16,7	11	1	8,3
13	1945/46	13				0,0	10	3	23,1
14	1949/50	16	5	5	6	31,3	12	4	25,0
15	1951/52	20	6	8	6	40,0	12	8	40,0
16	1952-53	20	5	9	6	45,0	12	8	40,0
17	1953-54	20	4	10	6	50,0	13	7	35,0
18	1954-55	22	4	12	6	54,5	14	8	36,4
19	1955-56	24	5	13	6	54,2	11	13	54,2
20	1955-56	13	1	11	1	84,6	9	4	30,8
21	1956-57	26	5	12	9	46,2	13	13	50,0
22	1956-57	12	2	7	3	58,3	7	5	41,7
23	1957-58	24	6	9	9	37,5	9	15	62,5
24	1957-58	13	3	8	2	61,5	8	5	38,5

Quadro 117 – *Corpo discente do liceu (relatórios dos reitores)*

Nº	Ano	Total	.Masc.	Fem.	% Fem.	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Letras	6º Ciências	7º Letras	7º Ciências	Turmas
1	1922-23	273				70	21	91	42	49					
2	1925-26														
3	1931-32	292	211	81	27,7	95	62	45	43	23	8	11	2	3	
4	1935-36	366	284	82	22,4	119	83	52	44	34	14	21			Mistas
5	1936-37	393	291	102	26,0	140	83	53	49	32	25		4	7	Separação de sexo (1ªas); mistas.
6	1937-38	373	278	95	25,5	155	57	61	28	39	24		9		Separação de sexo (1ªas); mistas.
7	1938-39	388	276	112	28,9	122	83	68	47	22	33		13		Separação de sexo (1ªas); mistas.
8	1939-40	395	271	124	31,4	124	101	57	35	43	20		15		9 com separação de sexos.
9	1940-41	345	246	99	28,7	76	77	52	52	39	35		14		Separação de sexo (1ªas); mistas.
10	1941-42	343	245	98	28,6	45	70	65	61	44	32		8	2	Separação de sexo (1ªas); mistas.
11	1943/44	274	194	80	29,2	44	32	44	24	57	35		3	14	Separação de sexo (1ªas); mistas.
12	1944/45	253	173	80	31,6	57	53	25	32	34	37		15		Separação de sexo (1ªas); mistas.
13	1945/46	289	196	93	32,2	70	54	56	14	31	40		9	15	Separação de sexo (1ªas); mistas.
14	1949/50	386	241	145	37,6	106	88	74	48	38	24		8		Mistas
15	1951/52	520	317	203	39,0	156	91	113	67	50	29		11		Mistas
16	1952-53	638	383	255	40,0	174	137	106	96	63	37		25		Mistas
17	1953-54	674	413	261	38,7	163	144	136	78	88	38		28		Mistas
18	1954-55	677	424	253	37,4	128	147	139	95	90	51		27		Mistas
19	1955-56	662	394	263	39,7	121	123	148	105	78	47		40		Mistas
20	1955-56	233	133	100	42,9	64	71	58	21	19					Mistas
21	1956-57	664	386	278	41,9	152	126	104	102	94	36		50		Separação de sexo e mistas.
22	1956-57	266	157	109	41,0	63	73	70	34	26					Separação de sexo e mistas.
23	1957-58	679	395	284	41,8	110	159	104	63	132	69		42		Separação de sexo e mistas.
24	1957-58	304	173	131	43,1	93	66	63	45	37					Separação de sexo e mistas.

Quadro 118 – *Aulas previstas / aulas realizadas e coordenação do ensino (relatórios dos reitores)*

Nº	Ano	Número de aulas			Coordenação do ensino					
		Previstas	Realizadas	% Realização	Conselho Escolar	Conselho Directores Ciclo	C. Pedagógico e Disciplinar	Temática: Professores	Temática: Alunos	Temática: Manuais
1	1922-23									
2	1925-26									
3	1931-32								Indisciplina	Inadequação
4	1935-36	9.627	8.871	92,1	4	6		Classificação serviço docente	Caixa. Escolar.	Adopção
5	1936-37	9.273	8.577	92,5			15	Distribuição serviço docente.	Faltas; disciplina.	Adopção
6	1937-38	7.495	6.239	83,2	1	4	11	Distribuição serviço docente.	Faltas; disciplina.	Adopção
7	1938-39	8.610	7.374	85,6	5	5	15	Distribuição serviço docente.	Faltas; disciplina.	Adopção
8	1939-40	5.627	4.311	76,6	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.			
9	1940-41	8.924	7.878	88,3	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.			
10	1941-42	6.821	6.257	91,7	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.			
11	1943/44	8.984	7.935	88,3	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.			
12	1944/45	5.509	4.301	78,1	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.			
13	1945/46				Exigidas por lei.	Exigidas por lei.	Exigidas por lei.			
14	1949/50	8.806	7.544	85,7	4	28	12		Disciplina	Adopção
15	1951/52	11.780	10.223	86,8	2		14	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
16	1952-53	14.456	12.866	89,0	2	15	12	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
17	1953-54	14.074	13.174	93,6	2	31	11	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
18	1954-55	14.908	13.303	89,2	2	32	9	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
19	1955-56	14.679	13.511	92,0	3	34	8	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
20	1955-56	5.942	5.561	93,6	1	10	5	Coordenação do ensino.		
21	1956-57	15.730	14.489	92,1	2	35	5	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
22	1956-57	5.865	5.357	91,3	1	14	5	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
23	1957-58	15.653	14.040	89,7	2	24	4	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção
24	1957-58	5.979	5.089	85,1	1	14	7	Coordenação do ensino.	Disciplina	Adopção

Quadro 119 – *Conferências e palestras (relatórios dos reitores)*

Nº	Ano	Abertura das aulas	1º Dez.	Dia Camões	8 Maio	Temática: Literatura e Ciência	Temática: Sociopolítica	Temática: Cabo Verde	Outros temas
1	1922-23	X							
2	1925-26	X							
3	1931-32	X							
4	1935-36	X							
5	1936-37	X				Gil Vicente; Camões	Raças humanas		Raças humanas
6	1937-38	X			X		Homenagem a Salazar	20º Aniversário do Liceu	
7	1938-39	X				Newton	Homenagem a Salazar		Música
8	1939-40	X	X	X		Guerra química		Ruínas da Cidade Velha	Raças humanas
9	1940-41	X	X	X				Aniversário Academia Cultivar	
10	1941-42	X	X	X					
11	1943/44	X	X	X					
12	1944/45	X	X	X					
13	1945/46	X						O problema das crises	Educação racional
14	1949/50	X							
15	1951/52	X	X						
16	1952-53	X		X					
17	1953-54	X		X					Festa da árvore
18	1954-55	X		X		Centenário de Garrett			Festa da árvore
19	1955-56	X		X					
20	1955-56	X		X					Dia da mãe
21	1956-57	X		X					
22	1956-57	X							Semana do Ultramar
23	1957-58	X		X					
24	1957-58	X							Semana do Ultramar

Quadro 120 – *Actividades circum-escolares (relatórios dos reitores)*

Nºº	Anos	Actividades desportivas	Visitas de estudo Natureza	Visitas de estudo Fábricas	Visitas de estudo Outras instituições	Passeios escolares	Abertura à comunidade
1	1922-23					2	
2	1925-26					Não (falta de verba)	
3	1931-32		X	X		4	Exposições de lavores
4	1935-36			X		5	Récitas
5	1936-37	Ginástica rítmica, corrida de bandeiras e salto duplo.	X	X		3	Bailes; Tuna; Cinema.
6	1937-38	Ginástica sueca, barras e, argolas, saltos.	X		Submarinos	2	Baile público
7	1938-39	Futebol, ping-pong.	X	X	Submarinos Observatório Meteorológico		Chá dançante
8	1939-40				Navios de guerra	3	Exposições de lavores
9	1940-41					Não (devido C. Expedicionário).	
10	1941-42		Não (ocupação militar).				
11	1943/44						
12	1944/45		Não (ocupação militar).			Ilha de Santiago.	
13	1945/46		X		Observatório Meteorológico	Ilha de Santiago.	
14	1949/50						
15	1951/52	Voleibol e basquetebol				2	Exposições
16	1952-53	Voleibol e basquetebol	X		Missão de luta contra a malária		Grupos orfeónicos
17	1953-54	Voleibol					
18	1954-55	Voleibol e basquetebol; festival de ginástica.				1	
19	1955-56	Voleibol			Missão de estudo das endemias		Exposições de lavores
20	1955-56						
21	1956-57	Voleibol		X	Missão de estudo das endemias		
22	1956-57				Matadouro municipal		
23	1957-58			X			Exposições de Desenho e Trabalhos Manuais

Anexo 8: Memórias do Liceu de Mindelo

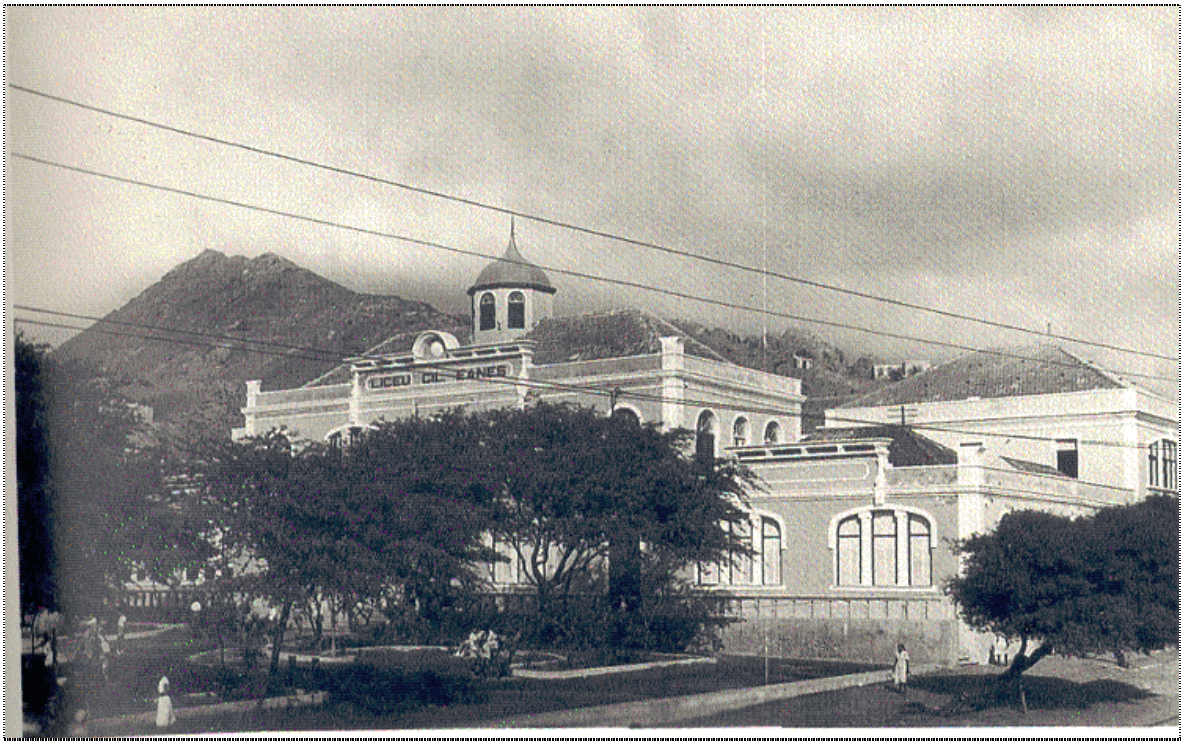


Figura 114 – *Edifício do Liceu Gil Eanes, Mindelo*
Loureiro, 1998, p. 73.

Criação (Lei 701, de 13/6/1917)

Início do funcionamento: Ano lectivo de 1917/18

Nome de origem*:* Liceu Nacional de Cabo Verde

Outras designações: Liceu Nacional Infante D. Henrique
Liceu Gil Eanes.

Liceu Nacional de Cabo Verde

1917-1926

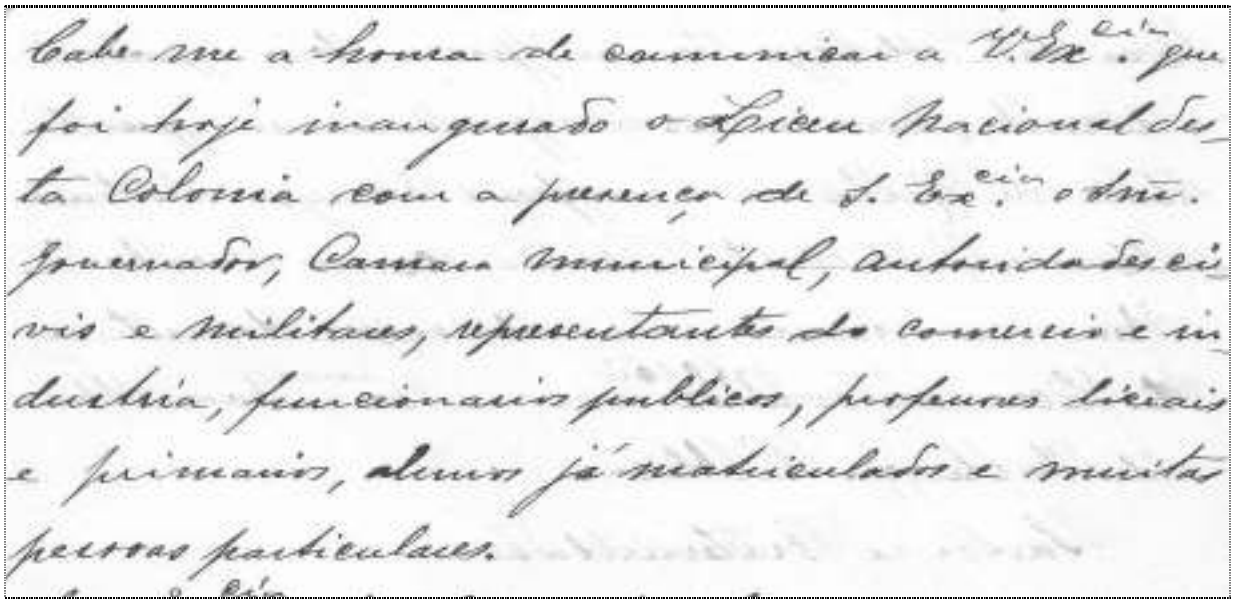

Cabe-me a honra de comunicar a V. Ex.ª que foi hoje inaugurado o Liceu Nacional desta Colónia com a presença de S. Ex.ª o Snr. Governador, Camara Municipal, autoridades civis e militares, representantes do comercio e industria, funcionarios publicos, professores liceais e primarios, alunos já matriculados e muitas pessoas particulares.

Figura 115 – *Excerto do ofício do reitor, de 19/11/1917*
Fundoda Secretaria Geral do Governo (IAHN).

Reitores

1917-1919
António Augusto da Veiga e Souza

1919-1925
Henrique Owen Pinto

Criação

O liceu foi criado, em 13 de Junho de 1917, em substituição das Escolas Práticas de Aprendizagem, da Oficina de S. Vicente e do Seminário-Liceu de S. Nicolau. Deveria funcionar provisoriamente no edifício do seminário extinto, na vila da Ribeira Brava, ilha de S. Nicolau. O ensino liceal dividia-se em dois cursos: geral e profissional.
Contrariamente ao propósito inicial de localização em S. Nicolau, o liceu foi instalado na cidade de Mindelo, ilha de S. Vicente, na residência do Senador Augusto Vera-Cruz. Funcionou apenas com o curso geral e com a designação de Liceu Nacional.

Primeira tentativa de extinção

Dezoito meses após a sua criação o liceu foi extinto, passando o ensino secundário a ser ministrado no Instituto de Instrução Secundária, na ilha de S. Nicolau. Na sequência dos protestos de cidadãos de Mindelo contra esta medida foi determinada a manutenção do Liceu Nacional na ilha de S. Vicente (Portaria 632, de 21/11/1919).

"Art. 17º O ensino secundário e normal será ministrado no Instituto de Instrução Secundária que por este diploma é criado.
§ 1º Este Instituto funcionará provisoriamente e só enquanto a colónia não tenha alojamento próprio noutra ilha, no edifício do extinto Seminário da Ilha de S. Nicolau, aproveitando-se o respectivo material escolar, devendo também para lá remeter-se todo o material pertencente ao Liceu Nacional de S. Vicente, que fica extinto por êste diploma". (Portaria 474, de 27/12/1918)

Professores

Começou a funcionar com quatro professores interinos, um antigo professor do Seminário-Liceu de S. Nicolau (António Manuel da Costa Teixeira) e três militares. Dois anos mais tarde, com três classes, contava com sete professores: "Henrique Owen Pinto, capitão dos portos da província; Dr. João Gualberto Pinto, médico municipal, Alberto Abílio Leite e Simão José Barbosa, […] o conservador do registo predial e civil, Bacharel Jaime Tomé, o 2º oficial de Fazenda, Vicente António Martins, e para instrutor de ginástica, o Alferes de Artilharia, Artur Rebelo de Almeida" (Portaria 567, de 5/10/1919). Em 1923, o reitor declarava: "Continuam sendo interinos os professores do liceu. É uma escola bem provisória!..." (Relatório, de 31/7/1923)

Primeiros professores

António Manuel da Costa Teixeira
António Augusto da Veiga e Souza
Paulo Tomé Mendes
Paulo de Moura C. de Almeida d' Eça
(Portaria 385, de 16/11/1917)

Alunos

Em seis anos atingiu um total de 352 alunos, sendo 27,6% do sexo feminino. A taxa de sucesso (aprovações) foi de 57,7%.

Anos	Matrículas		Total	Aprov.	Rep.
	Masc.	Fem.			
1917-1918	31	11	42	20	22
1918-1919	29	8	37	28	9
1919-1920	30	21	51	31	20
1920-1921	43	22	65	36	29
1921-1922	52	14	66	46	20
1922-1923	70	21	91	42	49
Total	255	97	352	203	149

(Relatório do reitor, de 31/7/1923)

Em 1921 constituiu-se a Associação Escolar do Liceu Nacional com a finalidade de conceder subsídios e empréstimos de livros; organizar leituras, conferências, palestras, publicações e visitas de estudo e de promover cantinas e venda de artigos escolares" (Estatutos, de 6/5/1921).

O governo indeferiu um pedido de subsídio para o aluno Baltasar Lopes continuar os estudos liceais na metrópole (cf. despacho de 3/8/1922, carta do reitor, de 7/7/1922, acervo do IAHN). No ano seguinte, o Governador comunicou ao Conselho Escolar que "não se justificava a assistência escolar aos alunos do liceu; mas, todavia, se no decorrer dos seus estudos algum aluno se distinguir de modo que se imponha como digno de ir cursar algum estabelecimento superior ou mesmo o liceu da metrópole, a esse se deverá estipular um subsídio de assistência." (Ofício 268, de 21/5/1923, IAHN).

Alunos do 1º curso

Álvaro Leite
Aníbal Arrobas Ferro
António de Sousa Brito
António Gonzaga de Sousa
António João Nobre de Oliveira
António José da Rosa
António Luís de Melo
Crispina Brito Lima
Ernestina Neves
Francisco Sousa Brito
Guilherme Loff
João Silva Almeida
João Silva Leite
João Vitorino Benoliel Carvalho
Joaquim Stoessel de Sousa
Jonas Wahnon
José Morbey Afonso
Luís Gonzaga de Sousa
Luís Rato
Raquel Wahnon (AAVV, 1992)

"Terminou, no findo mês de Julho, pela forma mais brilhante, o curso geral dos liceus, o aluno Baltasar Lopes da Silva, de 15 anos […]. É de uma inteligência notável e de uma aplicação inexcedível. As suas faculdades extraordinárias poderão levá-lo a situações de destaque e saberá honrar a terra que teve a honra de o ver nascer. Porém…, este rapaz […] é de uma família pobre e está condenado a não continuar os seus estudos, por ter alcançado o último grau que na Província poderia atingir a sua ilustração" (Carta do reitor, de 7/7/1922).

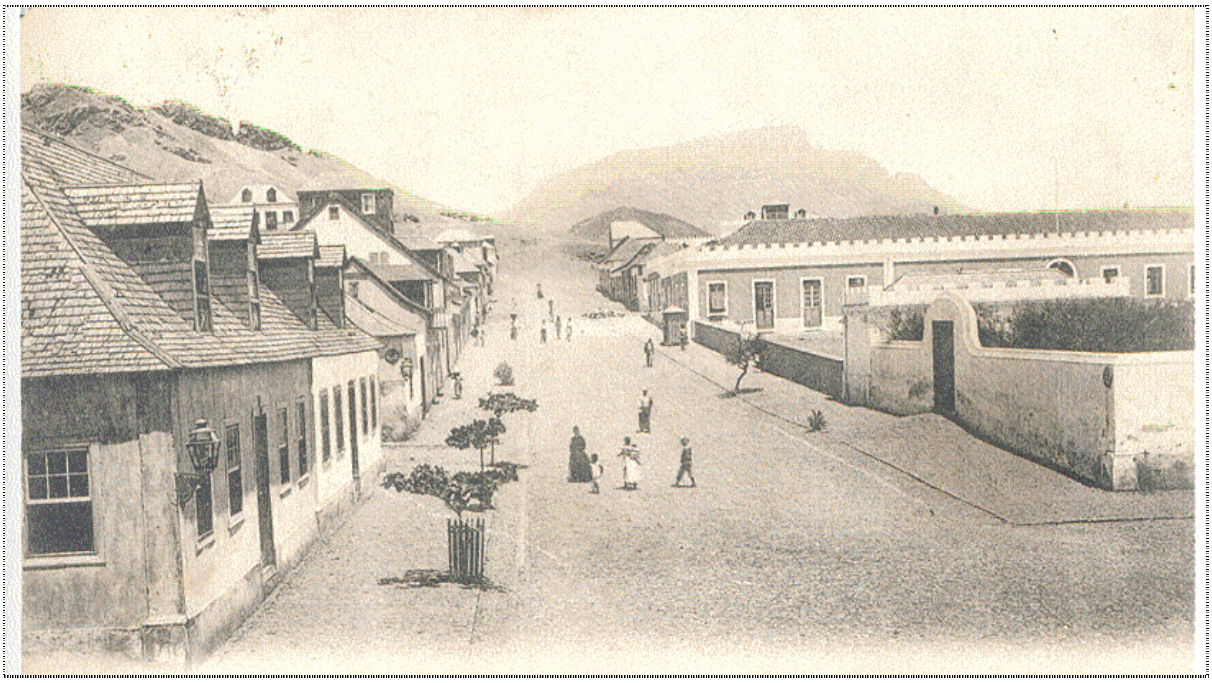


Figura 116 – *Quartel de S. Vicente*
Editor Giuseppe Frusoni. Loureiro, 1998, p. 29.

Instalações

Em 1920, o liceu viu-se confrontado com a mudança de instalações para um quartel, dado que o edifício onde foi instalado inicialmente deveria "ser entregue muito brevemente ao proprietário" (Ofício 155, de 17/11/1920, Fundo da Secretaria Geral do Governo, IAHN).

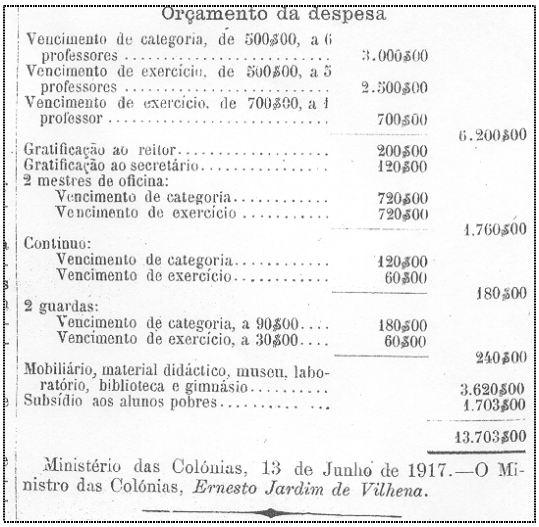
Dois anos após a instalação no quartel, o reitor reconhecia que "a acanhada instalação tem tido outros inconvenientes, não menos graves, como a impossibilidade de se realizarem festas escolares, conferências instrutivas, sessões solenes, etc. por falta de uma sala vasta" e considerava que "os alunos devem ter um páteo interior onde se divirtam nos intervalos das aulas sob as vistas dos professores" (Relatório, de 31/7/1923). O mau aproveitamento escolar foi atribuído à ausência de recreio, "por tal motivo os alunos, garotando nas ruas próximas, fugindo da vigilância dos professores e dos empregados menores do liceu, vão-se desmoralizando e a sua aplicação ao estudo é cada vez menor" (*idem, ibidem*).



Figura 117 – *Instalação do liceu no quartel*
Acervo do IAHN.

Financiamento

O novo liceu deveria beneficiar das verbas orçamentadas para as Escolas de Aprendizagem (3.108$000), para a Oficina de S. Vicente (1.799$00) e para o Seminário (4.340$00) extintos. Contaria, ainda, com uma verba atribuída a um capitão de cavalaria, que não se encontrava ao serviço (1.656$00) e com recursos previstos para alimento e vestuário para prisioneiros de guerra (2000$00). Previam-se receitas no valor de 800$00 com as propinas de abertura e encerramento de matrículas, de 80 alunos. O total de receitas orçamentadas importava em 13.703$00, no mesmo valor as despesas previstas. (Orçamento da receita, Lei 701, de 13/6/1917).



Orçamento da despesa

Vencimento de categoria, de 500$00, a 6 professores	3.000$00	
Vencimento de exercício, de 500$00, a 5 professores	2.500$00	
Vencimento de exercício, de 700$00, a 1 professor	700$00	
		6.200$00
Gratificação ao reitor	200$00	
Gratificação ao secretário	120$00	
2 mestres de oficina:		
Vencimento de categoria	720$00	
Vencimento de exercício	720$00	
		1.760$00
Continuo:		
Vencimento de categoria	120$00	
Vencimento de exercício	60$00	
		180$00
2 guardas:		
Vencimento de categoria, a 90$00	180$00	
Vencimento de exercício, a 30$00	60$00	
		240$00
Mobiliário, material didáctico, museu, laboratório, biblioteca e gimnásio		3.620$00
Subsídio aos alunos pobres		1.703$00
		13.703$00

Ministério das Colónias, 13 de Junho de 1917.—O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

Figura 118 – *Anexo à Lei 701, de 13/6/1917*

Nova tentativa de desvalorização

Tendo conhecimento de uma proposta do governador da colónia de redução do curso do Liceu Nacional a dois anos, com a eliminação das disciplinas que constituem os três últimos anos, os pais dos alunos, comerciantes, proprietários, cidadãos de "uma das colónias mais progressivas de Portugal" enviaram ao Ministro das Colónias a seguinte mensagem:

"RESPEITOSAMENTE – PEDE – VOSSÊNCIA – NÃO – APROVAÇÃO – PROPOSTA – REDUÇÃO – CURSO – LICEU – DESTA – COLÓNIA – CONTRARIAMENTE – DESEJA – ELEVAÇÃO – LICEU – CENTRAL – CONSTRUÇÃO – EDIFICIO – PRÓPRIO – COM – INTERNATO – POIS – COLÓNIA – TEM – RECURSOS – ESPECIAIS – PONTO – PARA – TRANQUILIDADE – POPULAÇÃO – AGRADECEMOS – VEXA – FINEZA – RESPOSTA – CÂMARA – MUNICIPAL – (Acta da Sessão Extraordinária, de 25/8/1924)".



Figura 119 – *Projecto de estandarte para o Liceu Nacional, de 30/1/1923*
Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN)

Liceu Central Infante D. Henrique

1926-1937

"Sendo praxe dar aos principais estabelecimentos de ensino, liceus, ou colégios, nomes de varões ilustres a cuja memória se deve prestar homenagem, e não tenho ainda êste Liceu nome algum, tenho a honra de propor a V. Ex.ª, com o acordo unânime dos Professores desta escola, que seja dado ao Liceu de Cabo Verde o nome de "Infante D. Henrique", a cuja memória nunca são exageradas todas as homenagens que a Pátria possa prestar." (Ofício 28, de 12/5/1925)

"Festa escolar em honra do Infante D. Henrique, patrono do Liceu […]
Parada de ginástica (cantaram, em marcha, a 1ª e 2ª estrofes do Canto I dos Lusíadas e fizeram a continência olímpica) dirigida pelo professor de educação física, Tenente Francisco Lino da Silva.
Abertura da sessão literária:
Pequena alocução do reitor. Alocução do aluno Nicolau Lopes Dias. A canção das ceifeiras, a duas vozes. Alocução do Ex.mo Professor Dr. Baltasar L. da Silva. Recitação da poesia «Gama e Portugal» pelo Ex.mo Professor Alberto Atílio Leite. A canção «A barcarola», a duas vozes. A canção de Coimbra «Fujamos daqui», a três vozes. Alocução de Sua Excia o Governador. A Portuguesa, a uma voz. Os coros foram ensaiados pelo Maestro Sr. António dos Santos Coutinho, regente da banda Municipal." (Programa, de 7/3/1933)

1925-1927
Abel Nogueira Godinho
1927- 1929
Adriano Duarte Silva
1929- 1930
Daniel Lopes Tavares
1931
Manuel Ferreira Rosa
Álvaro de Pereira Lacerda Júnior
1931- 1933
Horácio Afonso Mesquita
1933-1936
Adriano Duarte Silva
1936
Joaquim Jaime Simões

Nova designação

Sob proposta do Ministério das Colónias, o Liceu Nacional passou a designar-se Infante D. Henrique (Diploma legislativo 96, de 15/1/1926).
No ano de 1927, o liceu foi munido do estatuto do Liceu Central (Portaria 100, de 3/8/1927). Em conformidade com este estatuto o ensino secundário compreendia: "O curso dos liceus e os cursos de preparação para a instrução superior; o curso dos liceus é professado em cinco anos ou classes e divide-se em dois ciclos: o primeiro constituído pelos três primeiros anos e o segundo pelos dois últimos; o curso de preparação para a instrução superior, são o curso de letras e o curso de sciênciais, qualquer deles com a duração de dois anos." (Portaria 261, de 16/7/1928)

Reitores

O primeiro reitor cabo-verdiano foi. Adriano Duarte Silva, licenciado em Direito e professor interino do Liceu Infante D. Henrique. Exonerado em 1929, foi reitor, novamente, no período de 1933 a 1936.
Recebeu "públicos louvores pela elevada inteligência, superior competência e muito aprumo com que vem exercendo as funções do seu cargo, e pela valiosa cooperação que, desta fórma, tem prestado ao Govêrno da colónia" (Portaria, de 7/8/1935).

Professores

A imprensa denunciou a desorganização do serviço do liceu: "Falta de professores, horas por distribuir, cadeiras que não funcionam por falta de quem leccione, e um total de horas atribuídas a cada professor, que ultrapassa o que o bom senso e os interêsses do serviço honesto reclamam. Em face da actual situação, urge que o povo reclame competentemente, pedindo providências, para evitar o descalabro duma instituição que custou muito esfôrço e representa uma aspiração justíssima desta desgraçada terra, a quem parece, nem é permitido alimentas experanças" (*Notícias de Cabo Verde*, 1931, Dezembro 12)

Em 1932, o corpo docente contava com três professores com o Exame de Estado, um com o antigo Curso Superior de Letras e outro com a licenciatura em Letras e Direito. Dos restantes, um era licenciado em Direito e os outros tinham "parte de cursos superiores"; o professor de inglês tinha o Curso Geral dos Liceus e um ano de estudos na Inglaterra (C.A.H.I. of London) (Relatório do reitor, de 23/7/1932).

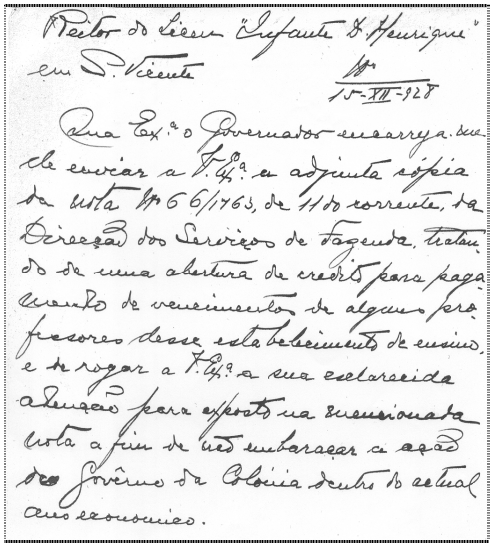


Figura 120 – *Nota do reitor sobre os vencimentos dos professores*.
Fundo da Secretaria Geral do Governo (IAHN)

Quadro 121 – *Relação dos professores do Liceu Infante D. Henrique, 1932*

Professores	Naturalidade
Dr. Horácio A. de Mesquita	Metrópole
Dr. Manuel F. Rosa	Madeira
Dr. Luís da A. Afonso	Metrópole
Dr. Telo de A. Gomes	Metrópole
Dr. Adriano Duarte Silva	Cabo Verde
Alberto A. Leite	Cabo Verde
João de C. D. Lorena	Metrópole
Dr. Baltasar Lopes da Silva	Cabo Verde
Joaquim Jaime. Simões	Metrópole
Manuel Serradas	Cabo Verde
Francisco Lopes da Silva	Metrópole

(Relatório do Reitor, de 25/7/1932)



Figura 121 – *Professor Adriano Duarte Silva*
Album 2, 3 (IAHN)

Alunos

"Devem começar hoje os exames do Liceu Infante D. Henrique. O exame, muitas vezes, é um jogo de lotaria. A sorte nem sempre sai a quem mais jogou, mas a quem a Fortuna bafejou. Importa, pois, que o espírito de Justiça, de equidade e generosidade anime todos os professores, para que os azares do temperamento do aluno sejam suficientemente corrigidos pelos mestres.
No ano transacto, criou-se, em volta do Liceu, uma atmosfera de espanto, em consequência, da crueza, ao que se disse de alguns examinadores.
A benevolência de quem instrui não deve alhear-se da obra do magistério. A dureza excessiva é acção negativa e nefasta. «A asa cortada nunca mais cresce»". (*Notícias de Cabo Verde*, 1933, Julho 1)

"Conhecemos uma aluna cuja mãe, depois de empenhar a máquina de costura que era o seu único meio de vida, vendeu-a no princípio do ano lectivo, para pagar a primeira prestação das propinas. […] Quem se recusará a colaborar com o Liceu, na sua linda e nobre obra de solidariedade? [Récita dos alunos do Liceu Infante D. Henrique, 2 de Dezembro, «em benéfico dos alunos menos favorecidos pela fortuna»". (*Notícias de Cabo Verde*, 1933, Outubro 21)

Quadro de honra
Ano lectivo de 1936/37
MENÇÃO HONROSA
7ª Classe – Ciências

Humberto Duarte Fonseca	345 pontos
Adelaide Lopes de Sousa	321 "
6º Ano	
Henrique Teixeira de Sousa	297 pontos
Mª da Paz Duarte Fonseca	289 "
5º Ano	
Alfredo Carvalho da Veiga	297 pontos
Jaime Hemitério dos Santos	301 "
Fausto Vieira Martins	293 "
4º Ano	
Carlos Barbosa Amado	316 pontos
Carlos Alberto M. Leite	289 "
Alice Aguiar Lisboa Santos	277 "
1º Ano	
Luiz Jordão Neves Morazzo	266 pontos

(Relatório do Reitor, 1936/37, s/d)

No ano lectivo de 1931/32, o liceu foi frequentado por 282 alunos (27,4% do sexo feminino) (Relatório do reitor, de 25/7/1932). Cinco anos mais tarde, os efectivos escolares ascenderam a 393, sendo 25,9% do sexo feminino (Relatório do reitor, 1936/37, s/d).

Quadro 122 – *Resultado da frequência escolar, 1936-37*

		Eliminados		Admitidos a exame		
Classes	Mat.	1º 2º P	3º P.	Todas	1 Disc	2 Disc
1ª A	47	15	14	6	8	4
1ª B	47	20	9	8	5	5
1ª C	46	11	7	11	8	9
2ª A	41	1	10	19	3	8
2ª B	42	4	5	22	8	3
3ª A	26	3	10	10	3	
3ª B	27	1	10	14	2	
4ª A	24	1	3	17	3	
4ª B	25	3	4	14	2	2
5ª	32	3	4	21	2	2
6ª	25	8		15	2	
7ª Let.	4			4		
7ª Ciênc.	7	1		6		
Total	393	71	76	167	46	33

Percentagem do rendimento geral:
Todas as disciplinas - 42.4%
Matriculados s/ média uma disciplina – 11,7%} 62,9%
S/ média em duas disciplinas - 11.7%
Em relação aos que chegaram ao termo do ano lectivo:
Todas as disciplinas - 53.3%
S/ média uma disciplina -14,7%} 78,5%
S/ média em duas disciplinas -10,5%
(Contas e balancetes, de 28/6/1937).

O desinteresse das famílias dos alunos explicava, na opinião do reitor Joaquim Jaime Simões, o reduzido aproveitamento escolar:

Quadro 123 – *Número e percentagem de aprovações, 1932-1937*

Anos	Aprovados	Percentagem
1932/33	182	68,9
1933/34	182	65,4
1934/35	239	79,1
1936/37	238	59,2

(*idem, ibidem*)

No ano de 1937, foi criada a Associação dos Pais dos Alunos do Liceu que, segundo o reitor, "existe, mas só in nomine" (relatório 1936/37), com o objectivo de contribuir moral e materialmente para que o Liceu possua os meios adequados ao aperfeiçoamento da educação dos alunos-famílias e da obra educativa do Liceu" (Estatutos, de 9/2/1935).

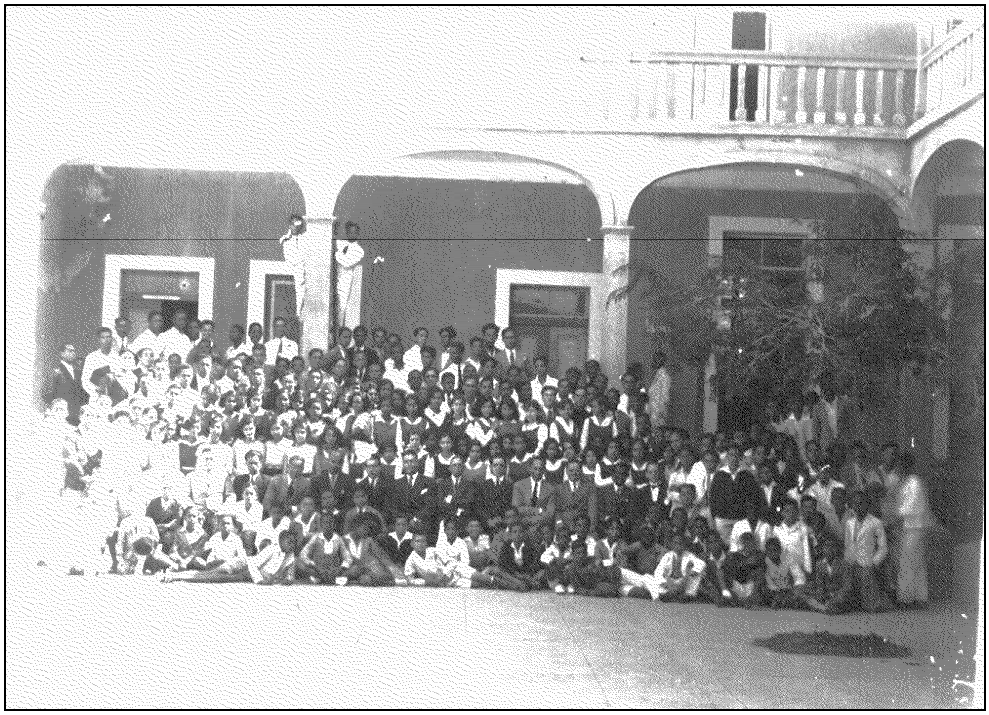


Figura 122 – *Alunos e alunas do liceu de Mindelo*
Álbum 4, 25 (IAHN).

O Regulamento Interno do Liceu determinava que os alunos deveriamm apresentar-se com asseio e compostura, não sendo "permitida a entrada a alunos que não apresentem decentemente vestidos e calçados, e bem assim àqueles que se apresentem com as capas ridículas ou propositadamente rotas ou bordadas a cores interna ou externamente", devendo "cumprimentar respeitosamente os seus professores tanto dentro como fora do Liceu. Era "expressamente proibido falar *crioulo* dentro do edifício do Liceu" (10/10/1931).

Instalações

Uma das mais frequentes e instantes queixas dos reitores referia-se à improvisação dos espaços escolares.
Em conformidade com o Ofício 117, de 19/10/1929, "para o desenvolvimento deste estabelecimento de ensino, a organização de museus de sciencias físico-químicas e naturais, conviria que lhe fosse definitivamente entregue o edifício da antiga Direcção dos Correios, o que deve ser quanto antes definido, para efeitos da continuação das obras em execução, de forma a adaptar um ao outro."

"Para que o funcionamento do Liceu se faça dentro das normas da higiene e da pedagogia moderna;
[…] Lembrava a V. Excia de interceder insistentemente junto do Governo, a fim de que se vote um subsídio para […]:
1º - Sentinas para alunos e alunas.
2º - Ligação superior do pavilhão antigo com o novo, o que virá facilitar enormemente o serviço interno do Liceu.
3º - Balneário, para o que temos, já no Liceu, sala própria e, dentro desta, um poço com bastante água.
4º - Conclusão da terraplenagem e endurecimento do recreio dos rapazes; preferível seria cimentá-lo.
[…] Só depois de saírem os Correios e Telégrafos, ficaremos com espaço suficiente para complemento definitivo das instalações que faltam: biblioteca, sala de leitura, pequeno observatório, sala para a sede da Associação e Caixa Escolar" (Ofício 8, de 12/1/1933)



Figura 123 – *Armário do museu de Ciências Naturais*
Álbum 4, 29 (IAHN).

"31-10-1936: Foi conferente o aluno do 6º ano, Henrique Teixeira de Sousa, que dissertou sobre "As raças hmanas e a sua distribuição". Fez a apresentação do conferente o Reitor. A conferência foi acompanhada da projecção com a lanterna mágica"

3-5-1937: Palestra radiodifundida, sôbre a descoberta do Brazil, proferida pelo professor Dr. Baltasar Lopes da Silva. Algumas palavras pelo Reitor, uma poesia por um aluno do 1º ano, uma saudação dos alunos do 2º ano e uma audição, a piano, por um aluno do 3º ano. Foi a primeira vez que em Cabo Verde se radiodifundiu uma palestra.

22-5-1937: Fez uma palestra na "Sala Nuno Gonçalves" do Liceu, o aluno do 6º ano, Filipe Lopes Pinheiro subordinada ao título «A Mocidade Portuguesa e o seu fim».

ORFEÃO: Se bem que este liceu não tenha professor de Canto Coral, o professor Dr. Adriano Duarte Silva prontificou-se a dirigir o orfeão, a duas vozes, fazendo a sua estreia na récita de 1 de Dezembro.

JORNAL ACADÉMICO: Fundou-se um, sob os auspícios da Caixa Escolar e com o nome de «JUVENTUDE»; foi director o aluno do 5º ano, Augusto Melo. Teve vida efémera, como regra geral têm as publicações dêste género.

SESSÕES CINEMATOGRÁFICAS: Para entretenimento dos alunos e famílias foram exibidos alguns filmes, por meio de um aparelho "Pathé", gentilmente cedido. Fizeram-se cinco sessões." (Relatório, ano lectivo 1936/37, s/d)

Actividades circum-escolares

O calendário escolar era pautado por sessões culturais comemorativas dos "aniversários dos vultos, que se distinguiram nas artes, nas ciências, ou no progresso e desenvolvimento de Portugal" (Relatório do Reitor Joaquim Jaime Simões, 1936/37,s/d). Constituíram, por vezes, ocasiões da revelação de talentos.

A exaltação dos símbolos do império colonial era feita em palestras, récitas, de exposições escolares, do canto, da música e da literatura. A Mocidade Portuguesa iniciou, em 1936, a sua instalação no liceu e passou a dominar o domínio circum-escolar.

Os alunos participavam com pequenas publicações periódicas, designados "trabalhos circum-escolares" de natureza educativa ou cultural. Estavam sujeitos à censura prévia dos reitores.

O Liceu Infante D. Henrique publicou dois periódicos: *Alma Nova* (1933) e *Juventude* (1936), dirigidos pelo aluno Augusto Macedo de Melo. Embora sem a chancela do liceu, foi editada, em 1935, a *Folha Literária, Mocidade caboverdeana, coordenada* por Sebastião Neves de Sousa Martins, aluno do curso complementar de Ciências.

Quadro 124 – *Despesas orçamentadas para o Liceu Infante D. Henrique, 1931 e 1937*

Designação das despesas	1931	1937	Diferença
Despesas com o pessoal	296.820$3	212.779$96	- 84.040$34
Professores	260.000$	180.640$92*	- 79.359$08
Amanuense	8.640$	5.040$	- 3.600$
Assalariados	2.956$3	12.072$39	+ 9.116$09
Gratificação reitor	1.200$	700$	- 500$
Gratificação secretário	960$	560$	- 400$
Gratificação prof. Ginástica	6.000$	2.625$	- 3.375$
Emolumentos		350$	+ 350$
Horas extraordinárias	7.500$	10.791$65	+ 3.291$65
Despesas com o material	27.500$	6.299$94	- 21.200$06
Mobiliário, mat. didáctico	18.000$	2.916$61	- 15.083$39
Conservação	1.500$	466$68	- 1.033$32
Material de consumo	8.000$	2.916$65	- 5.083$35
Pagamento de serviços	6.300$	1.230$75	- 5.069$25
Higiene e saúde	2.500$	875$	- 1.625$00
Comunicação	3.800$	355$75	- 3.444$25

Financiamento

No início da década de trinta, as despesas orçamentadas atingiram o montante de 330.620$30. Seis anos mais tarde, o valor previsto para as despesas foi de 220.310$65. Verificou-se um decréscimo de 33,6%. Uma das explicações para o decréscimo orçamental, porventura indiciador da desvalorização do liceu, tem a ver com a diminuição dos salários dos professores e das gratificações do reitor.

O liceu foi de novo extinto

A instabilidade do liceu, provocada pela falta de professores, provocou o descontentamento social.
O *Notícias de Cabo Verde* alertava para os perigos da substituição "do liceu por uma escola de artes-e-ofícios, porque diz-se é preciso que se prepare a mocidade caboverdeana para que possa ser praticamente útil à Nação, em todos os campos da sua vitalidade" (Leite, 1935, Janeiro 30)
O desfecho da política colonial de desvalorização do ensino secundário aconteceu em Outubro de 1937, com a extinção do Liceu Infante D. Henrique e a sua substituição por uma Escola Prática de Agricultura, na ilha de Santiago e pela Escola Industrial e Comercial de Mindelo.
As reacções a esta medida, que"vestiu" Cabo Verde de luto (*Notícias de Cabo Verde*, 1937a, Novembro 1), provocaram a suspensão da lei que a formalizou (Decreto 28.114, de 26/10/1937) e a sobrevivência do Liceu Central.

"E, finalmente o nosso agradecimento abrange […] as seguintes entidades oficiais e particulares, que, na bela cruzada a favor do Liceu, acabam de dar um exemplo colectivo e consolador do mais autêntico e elevado Civismo. Salientemos aqui esse quadro de honra:

Câmara Municipal de S. Vicente;
Câmaras das outras ilhas;
Sr. Administrador do Concelho;
Sr. Reitor do Liceu;
Srs. Professores do Liceu;
Reverendo Pároco de S. Vicente;
Associação Comercial de Barlavento;
Associação dos Pais dos Alunos;
Mães dos estudantes;
Associações de classe;
Falcões de Cabo Verde;
Estudantes do Liceu e das Escolas;

Amigos de Cabo Verde, que trabalharam na Metrópole a nosso favor, e – *last but not the least* – o bom, ordeiro e afável pôvo de Cabo Verde. Para todos, sem esquecer os Consulados e as Companhias estrangeiras, que no dia 9 içaram as suas bandeiras aderindo ao regozijo geral, vai o nosso indelével e comovido pensamento ao cumprirmos este grato dever." (*Notícias de Cabo Verde*, 1937, Novembro 15)

Liceu Gil Eanes

1937-1975

"Atendendo ao que foi representado pelo governador e pelas fôrças vivas da colónia de Cabo Verde;
Considerando a convivência de rever as bases em que assenta a organização e funcionamento da Escola Profissional da cidade da Praia, da mesma colónia; […]
Artigo 1.º Fica suspensa a execução dos artigos 21.º a 34.º, inclusive 36.º a 46.º, inclusive, e 53.º e 54.º do decreto n.º 28:114, de 26 de Outubro de 1937.
Art. 2.º Até ulterior providência, o Liceu de Cabo Verde, que passará a denominar-se Liceu Gil Eanes, funcionará no regime previsto no artigo 1º do decreto nº 28:229, de 24 de Novembro de 1937." (Decreto 28.887, de 28/7/1938)

1936-1939
Joaquim José Simões
1939-1947
José Diogo Luiz Terry
1948
Aristides Gonçalves
Tertuliano Gonçalves (por substituição)
1949-1960
Baltasar Lopes da Silva
1961
Antero João de Barros
1962-1964
Antero Simões
1965-1969
Baltasar Lopes da Silva
1969- 1974
Manuel dos Santos Fraga

O liceu ressurgiu

Augusto Miranda expressou o regozijo com "a mais preciosa das reivindicações", o restabelecimento do Liceu, extinto em 28 de Outubro de 1937:

"Foi agora restituído a quem de direito. Por direito de conquista, de posse e de conservação. Por razões históricas, por imposição espiritual, por conveniência patriótica, por necessidade cívica. O Liceu em Cabo Verde não é apenas uma precisão mental, é também um orgulho hesperitano; é ainda um elemento de economia do povo de S. Vicente. […] Mentalmente, o Liceu tem espalhados pelo aArquipélago, pela Guiné, pelas outras colónias, pela América do Norte, pelo Brasil, pela Argentina e em Portugal, filhos das suas entranhas, eleitos da sua obra educativa." (1938, Agosto 1)

Reitores

Destacamos as figuras dos reitores cabo-verdianos Baltasar Lopes da Silva e Antero de Barros e de José Diogo Luiz Terry, natural de Revorá, Índia.
Baltasar Lopes da Silva, professor liceal (profissionalizado no Liceu de Leiria), advogado, juiz, linguista, poeta e escritor foi novamente reitor, nas décadas de cinquenta e sessenta. Durante o primeiro período (Setembro de 1949 a Junho de 1960) publicou, na revista *Claridade*, "Dois contos populares da ilha de Santo Antão", "O folclore poético na ilha de S. Tiago (1949, Dezembro) e "Balanguinho" (1958, Maio). Assinou com o heterónimo Osvaldo Alcântara, o poema "Saudades do Rio de Janeiro" e oito poemas no "Romanceiro de S. Tomé" (1958, Maio). Participou na "Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano" organizada por Almerindo Lessa. No mesmo ano, participou, como perito, na reunião de Comissão de Linguistas (Comunicação, de 6/11/1956).



Figura 124 – – Antero de Barros a discursar numa cerimónia
http://www.caboindex.com/cv/antero-barros/

Antero João de Barros, professor de Inglês e Geografia, foi vice-reitor (1957-58) e reitor do Liceu Gil Eanes (1961). Em 1962, como Chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Educação, fez parte da Delegação Portuguesa à ONU (Comunicação, de 8/10/1962).

Professores

O reitor Luís Terry atribuía aos "ordenados pouco compensadores" a falta de professores que "tomam este liceu como entremeio para a sua efectivação" (Ofício 166, de 6/12/1944).

O liceu contou com prestigiados docentes cabo-verdianos. Além de Baltasar Lopes da Silva, destacamos o escritor António Aurélio Gonçalves e o cientista Humberto Duarte Fonseca (Portaria, de 17/10/1939).

Na década de quarenta, a docência entra no universo feminino. Na abertura das aulas, no ano lectivo 1944/45, "a oração de sapiência foi proferida pela professora Dr.ª Eulália Rebelo de Almeida que dissertou, com sua competência e experiência de professora e a sua bondade de mulher, sobre o problema da educação" (*Notícias de Cabo Verde*, 1945, Outubro 13).

"A última lição proferida no dia 22 do corrente, no Liceu Gil Eanes, pelo Dr. Baltazar Lopes da Silva, por ter atingido o limite de idade, serviu para que lhe fosse prestada a mais justa homenagem. […]

O aluno do sétimo ano, Jerónimo Emiliano Gomes, em nome dos colegas proferiu um discurso […]:

«*Chegada, porém, a altura de eu prestar o meu exame de admissão ao Liceu Gil Eanes. E quem me havia de examinar em Português?! Já devem ter adivinhado. O Senhor Doutor Baltazar Lopes. Nas minhas pressas, eu li «exame de abelhas» em vez de «enxame de abelhas».*

Ó céus! O Mestre fez um dos seus engraçados comentários!

A sala desatou toda às gargalhadas! Mas eu havia triunfado! Estavam-me abertas as portas do Liceu!" (*O Arquipélago*, 1972, Abril 27)

Alunos

Quadro de Honra, ano lectivo 1954-55:

2° Ano:
Adelino Varela Santos
António Leça Ramos do Rosário
António Simas Oliveira Vera Cruz
Deolinda Brito Santos
Joana do Coração Duarte Lopes
Luísa Augusta Gomes
Maria Haidée Ferreira Ferro
Maria Salomé Oliveira
Mário Melo Lopes do Azevedo
Timóteo Pinto e Neto;
Waldemar Lopes da Silva
3° Ano
Alberto Rui Santos Machado
Maria Alice Fonseca Fortes
5º Ano
Amílcar José Barbosa
6º Ano
Gabriela Lopes Mariano
Humberto Pascoal Duarte
José da Paz Monteiro
7º Ano
António da Silva Saint Aubyn
Jorge Humberto Gomes
Salazar da Paixão Ferreira Ferro

(*Cabo Verde Boletim*, 1955, Novembro**)**

No primeiro ano em que funcionou com o nome de Gil Eanes, o liceu tinha uma frequência de 373 alunos (25,7%, alunas). No ano lectivo 1950/51, os efectivos escolares ascenderam a 520 (39,0%, alunas). Em finais dos anos cinquenta (1957/58), atingiu-se um total de 679 alunos (41,8%, alunas).

Numa visita ao liceu mindelense, Bento Levy observou "a colmeia, como lhe chama Baltasar Lopes, [que] cresce dia a dia, ou antes, de ano para ano – 520 em 51-52, 638 em 52-53, 662 no ano seguinte e 676 no que decorre" e considerou: "Não há dúvida que o enxame é cada vez maior e a ânsia de saber não se limita ao sexo forte. 203, 255, 252 e 238 raparigas matricularam-se nos anos referidos – cerca de 35% da colmeia é constituída pelo chamado sexo fraco. Espalha-se por estas ilhas todas este anseio. Sotavento deu para a fornada 121, 158 e 93, estando Santiago à cabeça com 77 em 51-52, 103 em 52-53 e 59 em 53-54. […] E não haja receio de «doutores» a mais. Portugal é enorme. Eu preferiria que emigrássemos levando na cabeça alguma coisa, do que seguindo aos baldões da sorte." (1955, Fevereiro)



Figura 125 – Professores e alunas do Liceu
http://www.caboindex.com/cv/antero-barros/

"As raparigas do Liceu Gil Eanes não beneficiam de educação física há mais de dois anos. O aspecto actual da maior parte das raparigas do nosso Liceu difere muito das alunas de há uns anos atrás. Dantes era um gosto vê-las passar, com um desembaraço físico que feria agradavelmente a atenção, pisando o terreno com garbo num passo feminino mas ginasticado, deixando ver os altos benefícios colhidos nas lições de ginástica tão regularmente cumpridas como as demais disciplinas.

[…] Hoje … elas passam muitas vezes de olhos no chão e ar constrito, enfezadas umas, amarelas outras, mal desenvolvidas quasi todas deixando-nos a impressão de que algo de importante falta à sua formação, que contrabalança o efeito das posições viciosas inerentes ao trabalho escolar meramente intelectual e a esse gravíssimo defeito de educação que é o sedentarismo das nossas que raparigas." (O *Notícias de Cabo Verde,* 1950, Maio)

Instalações

O liceu foi ganhando espaço no edifício que partilhava com os Correios. O reitor Joaquim Jaime Simões sugeria aproveitar-se "o prédio em construção que se encontra no quintalão do Liceu […] onde se poderia "fazer nele um balneário" (Relatório do reitor, 1938/1939, s/d, p. 28).

A situação das instalações deteriorou-se "por motivos estranhos aos serviços docentes e relacionados com a permanência do Corpo Expedicionário […] pois o Salão da Biblioteca está presentemente servindo de Câmara Municipal" (Relatório do reitor, 1940/41, s/d, p. 1). Graças à conclusão de "um edifício anexo ao liceu completado pelo Quartel General, onde foi instalada a Câmara, a biblioteca voltou a funcionar normalmente" (*idem, ibidem*).

A proposta de construção de um edifício para o liceu surge no relatório do reitor (31/12/1945, pp. 1/2), que o considera necessário, "numa colónia pobre, onde os estudantes não encontram nas suas residências suficientes condições para bem cumprirem a sua obrigação [deverá ser] uma casa onde todo o labor se concentrasse".

O *Arquipélago* deu conta do "regozijo do meio mindelense, da Câmara Municipal e da Associação Comercial e Industrial de Lisboa" pela autorização da continuação das obras do novo edifício do liceu (1964, Outubro 15). O periódico noticiava, em 1967, a ampliação do "pátio de entrada do novo edifício do Liceu «Gil Eanes» por forma a dar um maior desafogo ao recinto" (Setembro 7) e a chegada "no último navio da carreira […] do equipamento destinado ao novo edifício do Liceu «Gil Eanes», constituído por mobiliário e materiais em aço laminado da firma FOC, cujo custo ascende a mais de mil contos" (Setembro 28).

O edifício que importou em cerca de 10.000 contos, é composto de "três corpos, com desenvolvimento vertical em três pisos, dispondo de todos os requisitos essenciais ao seu perfeito funcionamento, ocupando um total de 2.396 metros quadrados de área coberta e com dimensionamento funcional para 1000 alunos de ambos os sexos" (*O Arquipélago*, 1967, Novembro 30).

A coabitação do liceu e do correio foi apreciada pelo Reitor, José Diogo Luiz Terry: "O natural ruído que as crianças fazem nos intervalos é nocivo para os serviços do Telégrafo e o ruído da carimbagem dos selos no correio perturba o funcionamento das aulas. Além disso a manutenção da gente em frente dos correios, principalmente nos dias de mala, não é de molde a criar condições muito propícias a funções docentes. – Angola, Moçambique e Índia contam no edifício liceal, uma das melhores construções de cada colónia." (Relatório do reitor, de 31/12/1945, p. 1)

"O edifício sofre do inconveniente se não ter sido traçado para o funcionamento de um liceu, inconveniente a que remédios de emergência não conseguem dar solução adequada. Perante esta situação três soluções, a meu ver, se apresentam:
1º - Edificar novas salas de aula e uma de estudos no segundo piso do edifício, e na parte que dá para a Praça 1º de Dezembro;
2º - Expropriar por utilidade pública as casas de andar térreo, com os seus quintais, que entestam com a confrontação oriental do edifício;
3º - Construir um novo liceu, aproveitando-se o edifício actual para as escolas primárias e, até, para outros serviços públicos." (Relatório do Reitor, 1954/55, s/d, pp. 40/41)

"Põe-se assim, indubitavelmente e urgentemente, o problema da construção de um edifício para o liceu em S. Vicente. […]. Fui informado que, no projecto de orçamento para 1958, havia sido proposta a verba de 500 contos para início da construção. A proposta não teria sido aprovada." (Relatório do Reitor, 1957/58, s/d, p. 38)

"Encontra-se na ordem do dia a discussão que parece querer surgir no sentido de se saber se a construção do novo liceu, na Chã de Cemitério, deve ou não prosseguir, depois de se terem ali gasto 1.600 contos. Há os que são de opinião que a obra deve ser prosseguida dado o dinheiro ali dispendido que não deve ser desprezado; há os que acham que o local é impróprio. Porém, há dois pontos a debater que favorecem a continuação da obra: a verba já empregada e a esco1ha do local por um arquitecto urbanista que merece o melhor respeito." (*O Arquipélago*, 1964, Agosto 13)



Figura 126 – *Edifício do Liceu Gil Eanes inaugurado em 1967.*
Fotografia da A.

HINO DO LICEU GIL EANES

I

Do estudo cinjamos as palmas virentes
Que nimbam de encantos a fronte mais rude
Trilhando das letras as sendas florentes
Tenhamos por lema "Ciência e Virtude".

II

Somente instruindo, somente educando,
Fazemos um novo e melhor Portugal.
Formando o carácter, as almas formando,
Em luz mudaremos as "Trevas do Mal".

Côro

Avante, Óh irmãos! e marchemos serenos,
De luz envolvidos, sedentos de glória!
Avante, estudemos! E, novos Helenos,
Ergamos altares aos dons da Memória.

III

O nosso liceu é na Terra Arsinária
Um éco das glórias dos grandes Avós.
Nós somos os filhos da Raça Lendária,
Soldados da Pátria que véla por nós!

IV

Soldados da Pátria, será nosso lema
Erguer Cabo – Verde e exaltar Portugal
Ligando aos vindouros a glória suprema
Que a nós nos ficou dum passado imortal.

(Versos de José Lopes da Silva, música de Jorge Monteiro. *Notícias de Cabo Verde*, 1940 25)

Actividades circum-escolares

O projecto doutrinário do Estado Novo exercia-se pela acção escolar e circum-escolar:
"A propósito do dia memorável [1º de Dezembro], o aluno Luiz de J. Neves Morazzo recitou uma bela poesia da autoria do poeta José Lopes e o estudante Amílcar Lopes Cabral disse outra interessante intitulada "1º de Dezembro". O aluno Pedro Mayer de Abreu Lobo fez um discurso relativo ao dia, focando o patriotismo e a audácia dos portugueses." (*Notícias de Cabo Verde*, 1942b, Dezembro 5)

"O Liceu Gil Eanes promoveu uma sessão solene, presidida pelo Administrador do Concelho que era ladeado pelo Deputado Dr. Adriano Duarte Silva e pelo Reitor do Liceu, Dr. Baltasar Lopes da Silva. Fazendo uso da palavra, o Reitor explicou que a sessão se integrava nas comemorações do dia de Portugal e da Árvore. Falou em seguida a Professora Dr.ª Lilaz Carriço que proferiu uma conferência sob o tema «Camões intérprete da Alma Nacional»." (*Cabo Verde Boletim*, 1955a, Julho)

Os alunos do Liceu Gil Eanes transgrediram a ordem colonial em revistas académicas.

A *Certeza, folha da academia* criada alunos que constituíram a Academia Cultivar com o propósito de ”não mistificar a realidade, por mais brutal que ela seja” (França, 1944, Março) desafiou o poder político, que proibiu a saída do terceiro número.

Em finais dos anos cinquenta, o *Boletim dos Alunos do Liceu Gil Eanes,* do Centro nº 1, da Ala 2ª da Mocidade Portuguesa assumiu “a continuação de uma tradição interrompida com a publicação do último número da Certeza”. O Grupo Cultural do 3º Ciclo, promotor da revista, era liderado por Abílio Duarte que criou “os primeiros núcleos independentistas” na ilha de S. Vicente (Lopes, 2004 [1996], p. 58). Sob a égide da Mocidade Portuguesa emergia a contestação dos jovens estudantes transfigurada em literatura e arte plástica.

À margem da cultura escolar oficial, os estudantes participaram em movimentos culturais polarizados em torno da revista *Claridade*. A última página da oitava *Revista de arte e letras* caracterizava o ambiente intelectual de Mindelo: “Quartel de poucos oficiais, e esses poucos espalhados pelos quatro cantos do mundo, com as limitações impostas pela pequenez do meio e pelas necessidades do ganho do pão de cada dia, não é com pequeno esforço que temos conseguido organizar e publicar os oito números já editados. Mas agora contamos com elementos novos, saídos do liceu, que se vêm juntar à turma da primeira hora: o ficcionista Virgílio Pires, o Terêncio Anahory, o Jorge Pedro, o Ovídio Martins, o Onésimo Silveira, o Gabriel Mariano, de quem, infelizmente, não podemos inserir a colaboração neste número.” (1958, Maio).

“Lá para longe… lá longe …
Num mar ignoto
Jamais singrado por caravelas
Meus sonhos nadam
Em busca das nossas ilhas originais
Onde não sopra o vento magro e corrosivo
Onde não há secas nem calamidades
Nem flores estioladas nem folhas murchas
Nem emigrações nem nostalgia
Onde o Oceano não é nublado
Pelos suspiros dum lidar roído
Onde os Poetas não escrevem poemas
Com o sangue dos seus irmãos
Onde à noite a morna vibra
Sem o impulso do lamento
Da vida que se atrofia.
Lá para longe… lá longe …
Num deserto incógnito
Que o sol os árabes os camelos nunca violaram
Para lá…
Minha alma arrasta-se
Com emoção no peito
Súplica nos olhos
Silêncio na boca
Implorando às alturas
De semblante inflamado
Um elo metafísico
Para esta irmandade comum
E uma vela acesa
Para esta noite que se espalma
Sobre as nossas vidas…
Sobre as nossas ilhas…
Nossas ilhas!!
Simples retalhos de lágrimas
Feitas de pó
Silêncio
Ilusões
e bocados de Nós…”
(Corsino Fortes, 1959, Março)

Quadro 125 – *Despesas orçamentadas para o Liceu Gil Eanes, 1940, 1951, 1961 e 1970*

Despesas orçamentadas	1940	1951	1961	1970
Despesas com o pessoal	522.985$50	473.290$00	1.427.780$00	3.098.000$00
Despesas com materiais	12.950$00	51.700$00	65.200$00	57.000$00
Despesas com serviços	1.450$00	5.400$000	8.600$00	62.500$00
Total	537.395$50	530.390$00	1.501.580$00	3.217.500$00
Fontes	Supl. 8 B.O. 52, de 31/12/1940	Supl.1 B.O. 52, de 30/1/1951	Supl. B.O. 52, de 31/12/1961	Supl. B.O. 52, De 31/12/1970



Ensino Liceal
. Liceu Gil Eanes

Despesas com o pessoal:

Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:

a) Vencimentos:

Categorias	Grupo	Vencimentos		Aumento de 15 %	Total	
		base	compls.		individual	por classes
QUADRO COMUM						
8 prof. do 1.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	85.200$	-$-	-$-	85.200$	170.400$
1 professor do 3.º grupo com 20 anos de serviço. . . .	F	112.800$	-$-	16.920$	129.720$	129.720$
2 prof. do 1.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	85.200$	-$-	-$-	85.200$	255.600$
1 profess.r do 3.º grupo com 20 anos de serviço. .	F	112.800$	-$-	-$-	112.800$	112.800$
2 professores do 3.º grupo com 10 anos de serviço.	G	103.200$	-$-	-$-	103.200$	206.400$
1 professor do 4.º grupo com 20 anos de serviço . . .	F	112.800$	-$-	-$-	112.800$	112.800$
1 professor do 4.º grupo com 10 anos de serviço . .	G	103.200$	-$-	-$-	103.200$	103.200$
1 professor do 5.º grupo com 10 anos de serviço. . . .	G	103.200$	-$-	-$-	103.200$	103.200$
1 prof. do 6.º grupo com menos de 10 anos de serviço.	I	85.200$	-$-	12.780$	97.980$	97.980$
1 professor do 6.º grupo com 10 anos de serviço. . . .	G	103.200$	-$-	-$-	103.200$	103.200$
2 professores do 7.º grupo com 10 anos de serviço	G	103.200$	-$-	-$-	103.200$	206.400$
2 prof. do 8.º grupo com menos de 10 anos de serviço.	I	85.200$	-$-	-$-	85.200$	170.400$
1 professor do 8.º grupo com 20 anos de serviço. . .	F	112.800$	-$-	-$-	112.800$	112.800$
1 prof. do 8.º grupo com menos de 10 anos de serviço.	I	85.200$	-$-	-$-	85.200$	85.200$
1 Prof. de Canto Coral com mais de 10 anos de serviço	G	103.200$	-$-	-$-	103.200$	103.200$
1 Prof. de H. e M.-rais (10 meses.	I	71.000$	-$-	-$-	71.000$	71.000$
1 Prof. de Educ. Físico com menos de 10 anos de serv.	I	85.200$	-$-	-$-	85.200$	85.200$
QUADRO COMPLEMENTAR						
1 Professora de lavores com 10 anos de serviço	L	82.400$	-$-	-$-	82.400$	82.400$

Figura 127 – *Quadro do pessoal docente*
Supl. ao B.O. 52, de 31/12/1970

Financiamento

No início da década de quarenta, as despesas orçamentadas para o Liceu Gil Eanes atingiram o montante de 537.395$50. Dez anos mais tarde, sofreram um decréscimo (global, menos 1,3%; despesas com o pessoal, menos 9,3%) consentâneo com a diminuição do número de professores (1940: 18; 1951: 13). Esta situação é comprovativa da continuidade da política de desvalorização do ensino secundário na colónia. Os valores orçamentados para o liceu, no início dos anos sessenta e setenta, são congruentes com as medidas de recuperação do atraso educativo português (1951-1961, crescimento de 183,1%; 1961-1970, crescimento, 114,3%).

"Considerando que neste momento de revolução da vida Nacional [o liceu] precisa de mudar de patrono;
Tendo em consideração a proposta apresentada pelo Conselho Deliberativo do mesmo estabelecimento de ensino;
O Ministro da Educação e Cultura manda:
O Liceu Nacional de Gil Eanes […] designar-se-á Liceu Nacional «Ludgero Lima»." (Despacho, de 19/5/1975).

Mudança de patrono

No período de transição para a independência nacional passou a designar-se Liceu Ludgero Lima.

Anexo 9: Memórias do Liceu da Praia



Figura 128 – *Liceu da Praia*
Album 8, 2 (IAHN).

Criação da Secção do Liceu Gil Eanes (Decreto 40.198, de 22/6/1955)

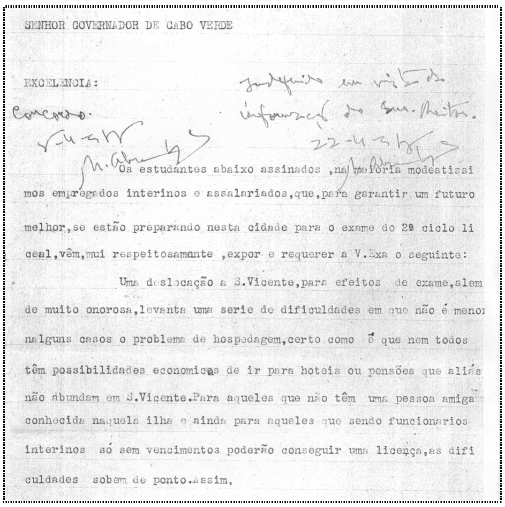
Criação do Liceu (Decreto 43.158, de 8/9/1960)

Início do funcionamento: Ano lectivo de 1955/56 (Secção do Liceu Gil Eanes)
Ano lectivo de 1960/61 (Liceu)

Designações: Secção do Liceu Gil Eanes na Praia
Liceu Nacional da Praia
Liceu Nacional Adriano Moreira

Secção do Liceu Gil Eanes na Praia

1955-1960



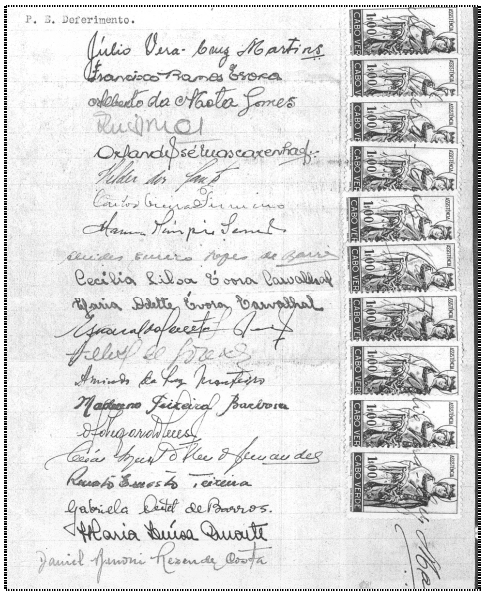
SENHOR GOVERNADOR DE CABO VERDE

EXCELENCIA:

Os estudantes abaixo assinados, na maioria modestissimos empregados interinos e assalariados, que, para garantir um futuro melhor, se estão preparando nesta cidade para o exame do 2º ciclo liceal, vêm, mui respeitosamente, expor e requerer a V. Exa o seguinte:

Uma deslocação a S. Vicente, para efeitos de exame, além de muito onerosa, levanta uma serie de dificuldades em que não é menos nalguns casos o problema de hospedagem, certo como é que nem todos têm possibilidades economicas de ir para hoteis ou pensões que aliás não abundam em S. Vicente. Para aqueles que não têm uma pessoa amiga conhecida naquela ilha e ainda para aqueles que sendo funcionarios interinos só sem vencimentos poderão conseguir uma licença, as dificuldades sobem de ponto. Assim,

Figura 129 – *Exposição de trabalhadores-estudantes da Praia, 1955*
Fundo da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (IAHN).



P. S. Deferimento.

Figura 130 – *Assinaturas dos requerentes da realização dos exames do 2º ciclo na Praia, 1955*
Fundo da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

Antecedentes próximos

A continuação dos estudos, após o ensino primário, na ilha de S. Vicente constituía um problema para as famílias das outras ilhas. A frequência do Liceu Gil Eanes era muito onerosa, considerando que "a estadia de uma criança em S. Vicente anda à volta de 600$ ou 700$, isto, sem falar nas despesas próprias do estudo, como livros, propinas, explicadores, etc…" (*Cabo Verde Boletim, 1951, Julho*). Muitos alunos estudavam em cursos de explicações, na cidade da Praia, que os preparavam para os exames de admissão ao liceu, do 1º e 2º ciclos. "O ideal, para todos, seria uma escola ou colégio, aqui, na Praia, patrocinado pelo Estado e com carácter profissional e professores privativos – não funcionários que apenas dispõem de uma hora ou duas e não podem fazer milagres – com uma disciplina organizada e orientação directa da Reitoria do Liceu e, sobre tudo, com a certeza de que todos os anos haveria exames na Praia" (*idem, ibidem*).

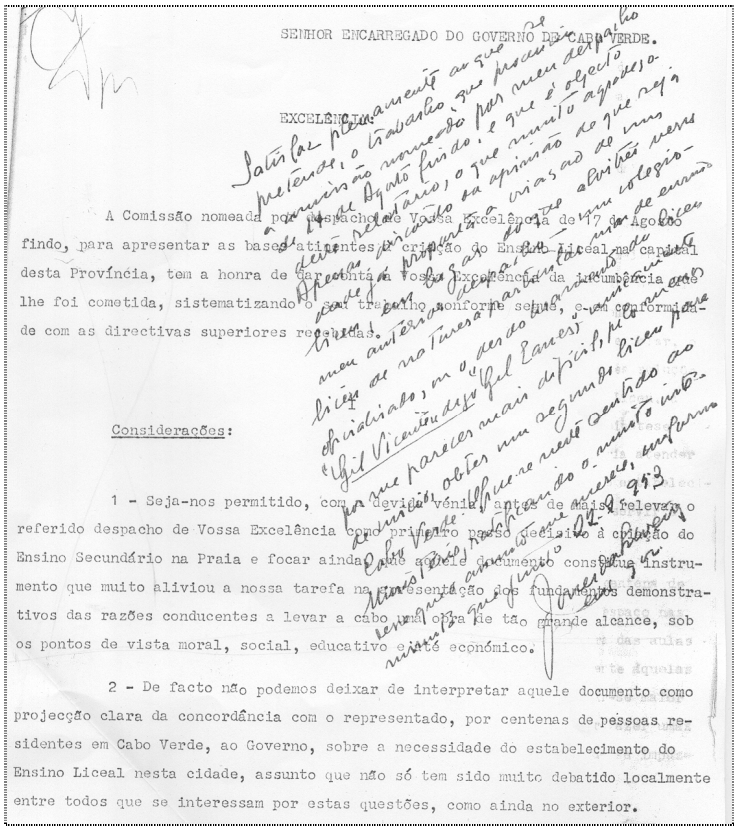
Em 23 de Setembro de 1952, representantes dos concelhos do Maio, Brava, Fogo, Tarrafal, Santa Catarina e Praia, pediam ao Governador, "a criação dum colégio-liceu" na Praia (acervo do IAHN).

A proposta de criação de um Colégio-Liceu na Praia foi objecto de um parecer de Baltasar Lopes da Silva. O reitor interrogava "como garantir um corpo docente idóneo, conhecidas as dificuldades crónicas de recrutamento de professores para o próprio Liceu?" e concluía que "no momento presente e dada a saturação do ensino liceal […] devemos de preferência pensar em termos de ensino-técnico-profissional" (Informação, de 6/11/1952, acervo do IAHN).

O Governador, reconhecendo que para a solução de fundo do problema da capital da província "três dificuldades se nos deparam: verbas – edifícios – professores", julgava que a criação de um colégio-liceu em Sotavento "nada viria a afectar a criação das escolas técnicas já preconizadas, pois que, haveria apenas um desdobramento do Liceu e, certamente, diminuiria a frequência do Gil Eanes, com vantagens para ambas as partes" (Despacho, de 12/11/1952).

No ano seguinte, um grupo de encarregados de educação de alunos da Praia, reiterava o pedido de um liceu, argumentando que "as despesas de manutenção […] poderiam ser custadas pelos municípios de Sotavento "e que existem "nesta cidade indivíduos idóneos […] para ministrarem o ensino das matérias que constituem as disciplinas do 1º ciclo liceal, e até mesmo do segundo" (Despacho, de 19/9/1953).

"O meio cosmopolita de S. Vicente por onde passa gente de todas as raças e de todas as camadas sociais (note-se que o adolescente em formação capta e retém mais facilmente os maus e as más acções) suscita graves problemas educativos e de ordem moral que fazem hesitar aqueles que, podendo enviar os filhos e, sobretudo, as filhas para o liceu, receiam fazê-lo quando não dispõem ali de pessoa de família ou amigo dedicado, para não terem de os confiar ao desinteresse de desconhecidos" (Modesto, 1954).



SENHOR ENCARREGADO DO GOVERNO DE CABO VERDE.

EXCELÊNCIA:

A Comissão nomeada por despacho de Vossa Excelência de 17 de Agosto findo, para apresentar as bases fundamentais da criação do Ensino Liceal na capital desta Província, tem a honra de comunicar a Vossa Excelência da incumbência que lhe foi cometida, sistematizando o seu trabalho conforme segue, e em conformidade com as directivas superiores recebidas.

Considerações:

1 - Seja-nos permitido, com a devida vénia, antes de mais relevar o referido despacho de Vossa Excelência como primeiro passo decisivo à criação do Ensino Secundário na Praia e focar ainda que aquele documento constitui instrumento que muito aliviou a nossa tarefa na apresentação dos fundamentos demonstrativos das razões conducentes a levar a cabo uma obra de tão grande alcance, sob os pontos de vista moral, social, educativo e até económico.

2 - De facto não podemos deixar de interpretar aquele documento como projecção clara da concordância com o representado, por centenas de pessoas residentes em Cabo Verde, ao Governo, sobre a necessidade do estabelecimento do Ensino Liceal nesta cidade, assunto que não só tem sido muito debatido localmente entre todos que se interessam por estas questões, como ainda no exterior.

Figura 131 – *Despacho do Encarregado do Governo de Cabo Verde sobre a criação de um liceu na Praia, 1953*
Fundo da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil (IAHN).

Criação da Secção Liceal

Após o reconhecimento que o liceu de S. Vicente não comportava a população que o procurava, proveniente, na sua maioria, da ilha de Santiago, foi criado, na cidade da Praia, uma Secção do Liceu Gil Eanes (Decreto 40.198, de 22/6/1955). No discurso de abertura, o Vice-reitor, Aníbal da Cunha Leal considerou "a criação da Secção do Liceu Gil Eanes na capital da província - uma das maiores ambições dos seus habitantes, desde há mais de 20 anos […] [e um] melhoramento de incalculável valor para a vida citadina." (*Cabo Verde Boletim, 1955, Novembro*).

"Estão matriculados 219 alunos, sendo 60 do 1° ano (2 turmas), 69 do 2° (2 turmas), 54 do 3º (2 turmas), 18 do 4° (1 turma) e 18 do 5° (1 turma).

O edifício foi visitado também pelos pais e encarregados de educação dos alunos, tendo todos manifestado o seu contentamento pela criação da secção do liceu na cidade da Praia que lhes permite a educação dos filhos com menos dispêndio e até, possivelmente maior aproveitamento." (*Cabo Verde, 1955, Novembro*).

Vice-reitores

A direcção da secção era assegurada por "um vice-reitor, nomeado de entre os professores do quadro, o qual representará a secção em todas as relações com as entidades oficiais" (art. 2º, Decreto 40.198, de 22/6/1955). Não havendo nenhum professor efectivo disponível para o cargo, o Reitor Baltasar Lopes da Silva, entregou a direcção provisória de Secção ao "Dr. Aníbal Augusto da Cunha Leal que, pelas suas habilitações, está em condições de assegurar a regência das disciplinas de Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas de parte do 2.º ciclo" (Ofício, de 29/9/1955).

1955-1959
Aníbal da Cunha Leal
1959-1960
José Marques de Oliveira

Professores

A falta de professores especializados é referida nos três relatórios do Vice-reitor (1955/56, 1956/57 e 1957/58). Aníbal da Cunha Leal sugeria suprir esta falta "por meio de professores contratados ou eventuais com cursos superiores ou por funcionários que já tenham dado provas de possuir habilitações suficientes e dons inerentes ao desempenho do cargo".

Mª Madalena S. Donas-Bôtto (efectiva)
Manuel Boavida da Rocha (contratado)
Aníbal Augusto da Cunha Leal
Alfredo José de Carvalho Veiga
Arnaldo Carlos Vasconcelos França
Maria Eugénia Nery Teixeira
Maria da Luz Monteiro Macedo Martins
Luís Nunes, Júnior
Capitão Fernandes L. Guimarães da Costa
Júlia Benício Ramos Benrós de Melo
Padre António Amâncio Ventura
Tito Lívio da Cruz Esteves *
José Augusto St. Aubyn Pinto *
* Dispensados antes do fim do ano.
(Relatório do Vice-reitor, de 6/12/1956, p. 2)

Alunos

O corpo discente da Secção do Liceu Gil Eanes foi assim constituído:

Quadro 126 – *Número de alunos e alunas matriculados na Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, 1955/56 a 1957/58.*

Ano	Total Matrículas	Alunas	% Alunas
1955/56	233	100	42,9
1956/57	266	109	40,9
1957/58	304	131	43,1

(Relatórios do Vice-reitor, anos referidos)

O rendimento escolar foi estimado nos seguintes valores:

Quadro 127 – *Percentagem de alunos aprovados na Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, 1955/56 a 1957/58*

Ano	1º	2º	3º	4º	5º
1955/56	81,2%	70,0%	47,3%	57,1%	52,6%
1956/57	66,6%	63,8%	53,6%	80,0%	83,1%
1957/58	59,1%	71,2%	56,7%	64,4%	77,8%

(*Idem*)

Instalações

A Secção do Liceu Gil Eanes ficou instalada no edifício SERBAM (propriedade de Sérgio Barbosa) na cidade da Praia, com salas de aulas adaptadas que apresentam "o grave inconveniente de ficarem sobranceiras à rua de Sá da Bandeira, no local de maior movimento e barulho" (relatório do Vice-reitor, de 6/9/1956).

A biblioteca está instalada na Secretaria por falta de sala própria, foi dirigida, no primeiro ano, pelo professor Arnaldo França e no segundo ano, pela Professora Armanda Fonseca (Relatórios, de 6/9/1956 e de 19/9/1957). Apenas funcionava o laboratório de Química, muito rudimentarmente (Relatório, de 6/9/1958).

"Depois de entusiasticamente ovacionado, S. Ex.ª o Governador procedeu à distribuição de prémios constituídos por livros de literatura a compêndios escolares aos alunos que se distinguiram no ano lectivo findo.
Foram contemplados os seguintes alunos:
Maria Manuela Souto Amado
Alcindo Tavares de Vasconcelos
Daniel Avelino Pires
Daniel David Brazão de Barros
Edla Manuela Barbosa Fontes
Humberto Ladislau Martins da Veiga
Luís Alberto dos Reis Pereira de Borja
Margarida Luísa Vieira Martins de Sousa Lobo
Maria da Luz Soares Figueiredo
Noel Martins da Costa
Noémia Anilda Ortet de Barros
Ledo de Santa-Cruz Ferreira Benrós
Mário dos Reis
Miguel Ângelo Lopes de Maia Barros
José Henrique dos Santos
Maria Teresa Nascimento Lima
José António Lourdes Bernardo Figueiredo
Maria do Rosário de Fátima Valadares Dupret (*Cabo Verde Boletim*, 1958, Novembro)

"As salas de aula, os serviços administrativos, a Reitoria e as demais instalações distribuíam-se por um rectângulo/quadrado no primeiro andar do edifício, com um pátio interior no rés-do-chão, que, contudo, não fazia parte do Liceu. Os intervalos eram passados na varanda interior no primeiro andar e, quando havia uma "folga" íamos ao mercado comprar guloseimas ou a fruta preferida dos estudantes "o zimbrão", para ser saboreado durante as aulas, especialmente durante as aulas dos Lavores Femininos em que as latas dos trabalhos de bordados serviam de amparo para as sementes. Partida que pregávamos à nossa estimada professora de lavores, D. Julinha. Havia também dois locais muito procurados pelos estudantes (sobretudo como ponto de encontro dos namorados) durante as "folgas": o miradouro Diogo Gomes e a Praça Infantil, hoje o parking do BCA" (Maria Cândida Gonçalves, 2006).



Figura 132 – *Casa de Sérgio Barbosa onde foi instalada a Secção do Liceu Gil Eanes na Praia*
Fotografia de cerca de 1910. Loureiro, 1998, p. 62.

"Se não erro muito, não se justifica a situação actual de haver uma secção localizada numa ilha diferente, distante da "sede" mais de uma centena de milhas. Embora as comunicações tenham melhorado com os serviços do Aero-Clube de Cabo Verde, não é possível manter o contacto assíduo que o binómio liceu-secção por sua natureza implica. Há-de haver, forçosamente, pela imposição das circunstâncias geográficas, necessidades de autonomia que, na prática, tiram ao liceu em S. Vicente muitas possibilidades de intervir na orientação e vida interna da secção." (Relatório de Baltasar Lopes da Silva, 1956/57, s/d, p. 36)

Um liceu autónomo

Atendendo a que a frequência da secção do Liceu Gil Eanes, da cidade da Praia, ascendeu a cerca de 400 alunos, no ano de 1960, passou a funcionar como liceu (art. 4º, Decreto 43.158, de 8/9/1960).

O Arquipélago noticiava, em 13 de Setembro de 1962, que "como homenagem ao ilustre homem público, que acaba de visitar a Província, onde deixou traços bem vincados da sua larga visão na solução de importantes problemas, o Sr. Governador resolveu dar o nome do Prof. Adriano Moreira ao Liceu Nacional da Praia, facto que causou muita satisfação."

Reitores

O Reitor Albano Estrela descreve os tempos que "não estavam para veleidades, nem política, nem socialmente": "A cidade da Praia dessa época não era muito diferente da colónia francesa que Céline nos descreve na «Viagem ao Fim da Noite», em 1952: um paraíso para os pequenos prazeres do corpo, uma prisão de alta segurança para a alma. […] Uma sociedade fechada, construída sobre não-ditos e vigilâncias mútuas, a abafar qualquer tomada de posição que pressupusesse crítica ou um simples perguntar. Só havia duas posturas a adoptar: ou adaptar-se ou ser missionário. Optei pela segunda, tentando fazer o que me era possível pelas centenas de jovens que frequentavam o liceu" (1996, pp. 81/82).

Professores

Antigos alunos recordam:

"Professores: Luísa Blanqui, Noémia Cunha Leal (devo o meu ingresso no Ensino Secundário e muito do que hoje sou como pessoa a estas duas professoras), Manuela Chantre, D. Julinha (só me lembro deste diminutivo carinhoso), Olavo Moniz, Barreto de Carvalho, Fernanda Marques e tantos outros, cada um por motivos diferentes.
Contínuos: Tio Armando, Tio Tuia (este marido da carismática Chandade da Achada de Santo António), Sr. Domingos. Note-se que chamávamos tio às pessoas de quem gostávamos. Do Sr. Domingos tínhamos medo.
Foi a Dra. Luísa Blanqui que introduziu as turmas mistas. Antes dela a constituição das turmas, para além de outros critérios, baseava-se no sexo" (Maria Cândida Gonçalves, 2006, p. 111).

"Sapinho era a alcunha do nosso afamado professor de língua portuguesa. Este nortenho, antigo seminarista, tinha o condão de fazer variar a vermelhidão de suas bochechas batraquianas consoante se entusiasmava ou se encolerizava (o que podia ser considerado normal) mas também conforme a ênfase que punha nos trechos que nos lia.

1960- 1965
José Marques de Oliveira
1965-1967
Albano Cordeiro Estrela
1967- 1971
António Castilho Borges
1971- 1973
José Coelho dos Santos
1974-1975
Baltasar Lamartine do Carmo Barros e Sá

Leccionaram entre 1961 e 1975

Albertina do Carmo B. Figueiredo Ferreira
Alexandre Moreira de Sousa
Alípio do Rosário Silva Gomes
Ana Maria Leite da Mota Coimbra de Matos
Antero Madeira Galina Barbosa
Ana Maria Ribeiro Caroça S. Jabouille
António Alberto Zebedeu Barbosa
António Amâncio Ventura
António da Rocha
António José de Oliveira Lima
António Madeira Galina Barbosa
António Rocha
Armando Ferreira da Silva
Augusto Barreto de Carvalho
Augusto Manuel Pires Barreira Antunes
Baltasar Lamartine de Carmo Barros e Sá
Carlos Alberto Santos Silva
Carlos Eugénio Vasconcelos Ribeiro
Corsino António Fortes
Élvio Napoleão Fernandes
Esther de Melo Sequeira
Fátima Maria Carvalho Fialho
Florinda Martins de Azevedo
Gabriela Lopes de Mariano Figueiredo
Gilberto Castro Lopes
Gilda Maria Vasconcelos Vicente Barbosa
Hélida Cairós Espinhosa
Henrique Teixeira de Oliveira
Irene Henriqueta de Jesus Rodrigues
Irene Noémia de Vasconcelos Vicente Barbosa
João Miguel Duarte Fonseca
João Tolentino de Oliveira Ramos
João Silvestre Além

Jorge Custódio dos Santos
Jorge Fernandes Monteiro
Jorge Roldão
José Augusto St' Aubyn Pinto
José Marques de Oliveira
José Martins Gomes dos Santos
José Rui de Figueiredo Vasco
José Augusto St' Aubyn Pinto
Judite Soares Banza
Júlia Benicio Ramos Benrós de Melo
Luís António Lacerda Cabral
Luís Manuel Martins Abrantes
Luísa Blanqui
Mafalda Augusta Cordeiro Furtado de Carvalho
Margarida Lobo Linhares de Carvalho
Maria Amélia de Castro Seita
Maria Cândida Gonçalves Duarte
Maria da Conceição Aparecida Santos
Maria Eduarda Félix de Aguiar
Maria da Graça Quintino Rogado
Maria Isabel dos Santos Madeira
Maria da Luz Monteiro de Macedo Martins
Maria de Jesus Oliveira
Maria Eduarda Félix de Aguiar
Maria Fernanda de Meneses Marques
Maria Guadalupe de Oliveira Almada
Maria Helena Pereira Fogaça
Maria Helena Santos Pombo Noronha
Maria Helena Simões de Santa Rita Vieira
Maria Isabel Campos da Silva Reis,
Maria Isabel dos Santos Madeira,
Maria Isabel Martins da Luz Carvalho
Maria José de Sousa M. Serejo Goulão
Maria Lucília da Piedade Azeredo
Maria Luísa da Cunha Ferro Ribeiro
Maria Luísa de Jesus Campos Cunha Leal
Maria Manuela B. Neves Pinheiro Vera-Cruz
Maria Manuela Medina Chantre
Maria Teresa de Lemos Correia Cordeiro Estrela
Maria Teresa L. de Almeida Barros Guerreiro
Mário Martins dos Santos
Noémia Figueiredo Ferreira Cunha Leal
Olavo Moniz
Osvaldo Euclides Silva Ferreira
Pedro Gregório Lopes
Sérgio Augusto Cardoso Centeio
Terêncio Gregório Alves
Veríssimo Teles
Vicente Barbosa
Viriato de Barros
Zita Marinela Anjos Pereira de Oliveira e Melo
(Fonte: Nota na última página do anexo)

"Gostava muito de nos recitar umas linhas, a cada vez que se encontrava de bom humor esquecendo-se que era a enésima vez que o fazia: "Ó tocador da *b*iola repenica-me estes dedos, se te cobraram as cordas, aqui tens os meus cabelos". Um belo dia um dos nossos colegas levantou-se (muito sério) e perguntou-lhe porque era que os habitantes do norte de Portugal diziam "binho" em vez de vinho.

- Sabe, esta coisa de trocar os vês pelos "bês" é confusão do po*b*o.

- Então o Sr. é do "po*b*o"! - ouviu-se uma voz lá de trás (até agora por identificar).

No teste seguinte, o nosso humilhado professor vingou-se ao colocar as cinco perguntas, dependentes da primeira, onde usara um vocábulo-chave, por nós desconhecido.

Salvo raríssimas excepções, os nossos professores eram muito competentes e sabiam ensinar. O Liceu era bem equipado e adorávamos as aulas práticas, fazendo experiências de química sobre os tampos em ardósia das mesas do laboratório, ou dissecando ratos sob os gritinhos histéricos das matulonas nossas colegas.

O professor de ginástica, usava uns calções tão largos que a cada frase do seu monólogo de início de aula, fazia-os subir ao longo da cintura para deixá-los decair na frase seguinte e recomeçar o ciclo na terceira. Todos os anos dizia que era a última vez que nos dava aulas pois não era esse o seu ganha-pão (era funcionário do banco) e estava farto de... (e desbobinava um rosário de injustiças e incongruências).

No ano seguinte lá estava ele subindo os calções de novo e dizendo que muito lhe tinham rogado para dar essas aulas mas que seria...«a última vez».

Não posso deixar de mencionar o professor de ciências naturais, o qual mais me marcou e fez nascer em mim o gosto pela ciência e o espírito crítico. Baltazar era o nome desse Goês que tinha o curso de medicina sem o ter exercido, o de farmácia e dois anos de Direito.

Exímio xadrezista lá usava "cascas de banana" nos seus testes e perguntas de raciocínios múltiplos à semelhança dos que se praticam nesse seu hobby favorito." (Brito, 2006, pp. 165/166)

Alunos

No ano da promoção da secção a liceu, a frequência foi de 435 alunos. O ano lectivo 1966/67 iniciou-se com 588 alunos. Segundo o Reitor, Dr. Albano Cordeiro Estrela "perspectivando-se esta cifra em relação à população da cidade e arredores, cerca de 20.000 habitantes, vemos que há uma correspondência de 3 alunos por 100 habitantes, e se estabelecermos uma relação com a população da ilha, obtemos já uma escassa percentagem: 0,6" (*O Arquipélago*, 1966, Outubro 13).

Albano Estrela anunciou uma inovação, a orientação e selecção escolar: "Naturalmente, que não pretendemos realizar obra acabada e definitiva. Talvez, não consigamos, sequer, entrar na orientação e selecção escolar propriamente dita, mas estamos na disposição de lançar as bases de uma futura estruturação psicopedagógica do nosso ensino". Após considerar que " problema da orientação e selecção escolar (em ultima instância da aplicação da Psicologia à Educação) é o problema número um do ensino e está a mudar, decisivamente os rumos da Pedagogia". O reitor concluía que "em Cabo Verde, naturalmente que assume maior acuidade, pois a investigação psicológica do aluno está por fazer e, portanto, as nossas possibilidades de trabalho encontram-se limitados ao que o empirismo e o bom senso do professor vai aconselhando" (*Idem, ibidem*)

"O número de alunos por turma era, sem dúvida, muito menor do que hoje. Creio que cerca de 20 ou 25. Junto uma foto da nossa turma do 5º ano, com a Dra. Fernanda Marques ao centro e todas nós (turma só com raparigas), vestidas de bata branca, saia rodada, todas com um cinto largo, bem apertadinho para fazer a cintura fina. Era a grande moda.

Havia muita camaradagem entre nós. Não basta apenas dizer isso, para o provar, vou dar um exemplo: a festa dos finalistas, "sétimanistas" era organizada pelos colegas do sexto ano, porque aqueles tinham que se preparar para os exames. Não sei dizer quando isso deixou de ser assim e porquê.

O crioulo era proibido no Liceu, mas apesar disso, era a nossa língua de comunicação. Lembro-me que eu e a Esther Sequeira estudávamos juntas em minha casa. Líamos a matéria em português, ela era toda repetida em crioulo para interiorização e depois memorizávamos o que era preciso, em português. Isso não teve efeito negativo no nosso desempenho porque as condições em que aprendemos a língua portuguesa eram outras. Havia alunos irreverentes/indisciplinados, mas eu diria que eram casos isolados e tratava-se mais de não-aceitação de determinadas normas do que falta de respeito ou agressividade. De um modo geral havia muito respeito e amizade para com os professores e estes para com os alunos, mas isso se explica também: o contexto era diferente." (Maria Cândida Gonçalves, 2006, p. 109)



Figura 133 – *Professora Fernanda Marques rodeada de alunas*
Fotografia de Maria Cândida Gonçalves, 2006



Figura 134 – *Alunos e alunas do Liceu Adriano Moreira*
Fotografia de Jorge Sousa Brito

Quadro de Honra
Liceu Adriano Moreira
1º período
1° Ano:
José Nelson de Jesus Mesquita Santos Silva
Luciano Borges Gonçalves
2º Ano:
Maria de Lourdes Martins Duarte
Maria Teresa Avelino Pires
Odette Henriques Monteiro de Macedo
José Tomás Wahnon de Carvalho Veiga
3º Ano
Adla Maria Barbosa Vicente Mariano
Alda de Fátima Henriques Monteiro de Macedo
Hédi Neves de Almeida Fonseca.
4º Ano:
Maria do Carmo Pereira Serra
Maria Deolinda Delgado Monteiro
Maria Virgínia Pereira Serra
Júlio Vasco de Sousa Lobo
5º Ano:
Maria de Lourdes Sousa Lobo
Euricles Silva Faria Barros
6º Ano:
Evelyse Maria Barbosa Leão Monteiro
(*O Arquipélago*, 1963, Abril 18)

Jorge Sousa Brito, aluno do liceu entre 1967/68 e 1974/75 recorda um "percurso liceal foi pautado pela constante presença na crista da onda das transições":
"Tendo passado da 4ª classe para o ensino secundário no ano em que se abolira a "Admissão" e se criara o Ciclo Preparatório, deparei com a estreia da matemática moderna no novo plano curricular. A nossa professora de matemática era uma jovem açoriana de S. Miguel e de bata mais curta que a gestão moralista do liceu e da época impunham, lá nos ia captando a atenção (sobretudo aos rapazes de 12 anos; eu tinha 10) ao mesmo tempo que proferia uns "*conjuuuntos dijuuuntos*" com seu bom e típico sotaque micaelense.
Esta cena passava-se no saudoso ano lectivo de 1967-1968, ano em que ia pela primeira vez sentar-me nas carteiras de mogno, já riscadas, gatafunhadas e autografadas, do Liceu Adriano Moreira, sito na cidade da Praia, província ultramarina de Cabo Verde.

Confesso que embora sempre fosse um aluno atento e interessado, passei sete anos nesse liceu sem me ocorrer perguntar quem era Adriano Moreira e muito menos a razão por que puseram o nome de alguém vivo à linda e frondosa construção, considerada uma jóia de arquitectura e o liceu mais imponente do império colonial português. Tinha salão nobre, escadarias encimadas por quadros históricos dos descobrimentos (em azulejos) e uma belíssima torre com relógio e pára-raios." (2006, p. 164)



Figura 135 – *Painel de Pedro Gregório Lopes, Salão do liceu*
Fotografia de Benvindo Neves.

Instalações e equipamentos

O edifício foi inaugurado no dia 10 de Junho de 1960, por ocasião das Comemorações Henriquinas e do Meio Milénio do Achamento das ilhas.

"O primeiro piso [do edifício do liceu da Praia] comporta doze salas de aula, cada uma com uma capacidade para 40 alunos, e salas para professores, reitoria, secretaria, arquivo, biblioteca, arrecadação, vestiários para professores com sanitários privativos, vestiários para alunos com sanitários e balneários colectivos, adjacentes ao ginásio, e em ligação também com espaços ao ar livre para actividades circum-escolares. Dois amplos vestíbulos estabelecem comunicação com largos corredores servindo os diferentes compartimentos.
O segundo piso comporta dois vestíbulos correspondentes aos do rez-do-chão, um salão de festas e de exposições, salas de desenho, de trabalhos manuais e lavores, biblioteca, salas de estudo, salas de Mineralogia e Geologia, Botânica e Zoologia, Geografia, Química e Física, e amplos compartimentos anexos para laboratórios, museus, preparações e projecções. Uma câmara escura ficará ainda a servir a aula de Física" (Esteves, 1956, Abril 22).

Movimento da Biblioteca do Liceu
2º período
A. Salão da Biblioteca:
Leitores – Total – 1.917
Livros – Total – 2.681
Ciclo Preparatório
Leitores – Total – 2.860
Livros – Total – 3.449
B. Leitura domiciliária:
Leitores – Total – 182
Livros – Total – 206
Ciclo Preparatório
Leitores – Total – 311
Livros – Total – 312
(*O Arquipélago*, 1973, Abril 12)



Figura 136 – *Projector de opacos*
Fotografia de Benvindo Neves.



Figura 137 – *Projector de diapositivos*
Idem.



Figura 138 – *Microscópio*
Idem.



Figura 139 – *Opticart*
Idem.

"A Fundação Calouste Gulbenkian dotou a Biblioteca do Liceu «Adriano Moreira» com 3.000 volumes, no valor aproximado de 100 contos (*O Arquipélago*, 1964, Fevereiro 11) e subsidiou a instalação de uma cantina e respectiva manutenção durante o primeiro ano de funcionamento, no valor de 200 000$00 e para equipamento de projecção e aquisição de diapositivos ao gabinete de física e ciências naturais no valor de 20.000$00" (*O Arquipélago*, 1965, Maio 6).

Para a aquisição de equipamentos foram lançados concursos:

"Proposta para fornecimento aos Serviços de Educação dos materiais para os laboratórios […]
Óptica:
590.62 – 1 Lente, 50 mm foco
590.63 – 1 Lente, 100 mm foco
590.64 – 1 Lente, 200 mm foco
590.65 – 1 Lente, 500 mm foco
590.66 – 1 Suporte para a imagem
590.67 – 1 Jogo de 3 imagens
590.69 – 1 Mesa.
590.70 – 1 Modelo de espelho.
590.71 – 1 Modelo de lente (convexa).
590.72 – 1 Copo trapezoidal.
Cinemática e discoteca escolares e similares:
Filmes de 16 mm (mudos ou sonoros) sobre
Física, Ciências Geográfico-Naturais, História
Discos para a aprendizagem das línguas e outras para o ensino o Canto Coral.
Um gravador para o Ensino do Canto Coral e línguas." (Anúncio 6, de 29/4/1967)

"Proposta de fornecimento de:

1 Ficheiro para a Biblioteca
1 Retroprojector.
1 Opticart
50 Placas
1 Globo
1 Caixa de física electricidade n.º 1
1 Caixa de física de óptica nº 2
4 Estantes metálicas (modelo standarizado para a biblioteca.)
1 Estante armada em «Déxion» forrada a «Platex»." (Anúncio de concurso, de 18/9/1971)

Actividades circum-escolares

O liceu foi o campo preferencial da actuação da Mocidade Portuguesa. Os alunos eram obrigados a serem filiados e os professores coagidos a colaborarem com a organização para-militar. A M.P., com propósitos de doutrinação nos princípios do Estado Novo consubstanciados na trilogia Deus, Pátria e Família, ampliou o currículo escolar e fomentou os trabalhos manuais, a ginástica e as actividades ao ar livre.

Maria Cândida Gonçalves, antiga aluna do Liceu Adriano Moreira, recorda as actividades escolares e extra-escolares:
"A Mocidade Portuguesa era só para os rapazes, assim como as aulas de Educação Física. Houve uma tentativa de integrar as meninas num desfile da Mocidade Portuguesa, mas houve tanta disputa porque todas queriam ser "Chefe de Quina" que a iniciativa não teve continuidade e creio que nem chegámos a desfilar (confirmar). […]
A Comunhão Colectiva realizada por altura da Páscoa era outra actividade interessante, para mim. A forma como era organizada, acho que devia servir de exemplo para muitas escolas de hoje: depois da comunhão na Igreja Católica, havia o pequeno-almoço no Liceu, servido no Salão Nobre (Salão Josina Machel), onde se reuniam todos os alunos, mesmo os que não eram católicos. Todos contribuíam com qualquer coisa para o pequeno-almoço, mas cada uma dava o que tinha: 1kg de açúcar, 1kg de farinha, um pouco de manteiga, outros belíssimos bolos de chocolate, mas tudo era entregue com bastante antecedência. As professoras confeccionavam os bolos, as sanduíches, etc. com a participação das alunas e ninguém sabia o que é que o mais pobre ou o mais rico tinha oferecido e todos conviviam em pé de igualdade.
Propaganda política? Para além de outras coisas, de uma forma sorrateira, as músicas que nos eram ensinadas, cujas letras lhe posso proporcionar. A religião católica fazia parte do curriculum (para os que eram católicos) através das aulas de Religião e Moral. Tínhamos também aulas de Canto Coral. Cheguei até a aprender o solfejo nos primeiros anos do Liceu." (2006, p. 110/111)

"Comemorações do Dia de Portugal. Finda a sessão o Senhor Governador abriu a exposição de lavores, trabalhos manuais e outros. No átrio viam-se, além de interessantes trabalhos de lavores, desenhos geométricos, incluindo desenho de projecções e sombras, composição decorativa e desenhos à vista, tudo ornamentado com flores e trabalhos manuais executados pelos alunos. Na grande sala de desenho, a assistência teve oportunidade de apreciar demonstrações práticas de teoremas de álgebra e geometria, feitas em cartolina e papel de lustro.
Interessantes e bem confeccionados trabalhos manuais (modelação em barro, giz e flores), cadernos diários de várias disciplinas e um cem número de trabalhos de lavores, impecavelmente executados. Os alunos do 7º ano apresentaram alguns trabalhos sobre a história da Matemática. Os do 3°, 4°e 5º anos, gráficos de grande produção mundial, tendo igualmente sido patenteados ao público notas biográficas de vários autores – poetas e prosadores – entre os quais José Lopes, o poeta do Atlântico. Em Ciências Geográfico Naturais, alunos do 1º e do 2º ano apresentaram interessantes trabalhos sobre geologia, geografia, cosmografia, botânica, zoologia e mineralogia, e alguns herbários, que foram muito apreciados. A M. P. colaborou com a exposição do troféu Infante D. Henrique conquistado pelo Centro Escolar nº 1 da Ala nº 1, do Liceu «Adriano Moreira» no ano lectivo 1962-63 e com a apresentação de um mapa do Arquipélago em madeira, da autoria do ex-comandante do grupo, Amaro Barbosa." (*O Arquipélago*, 1953, Junho 20)

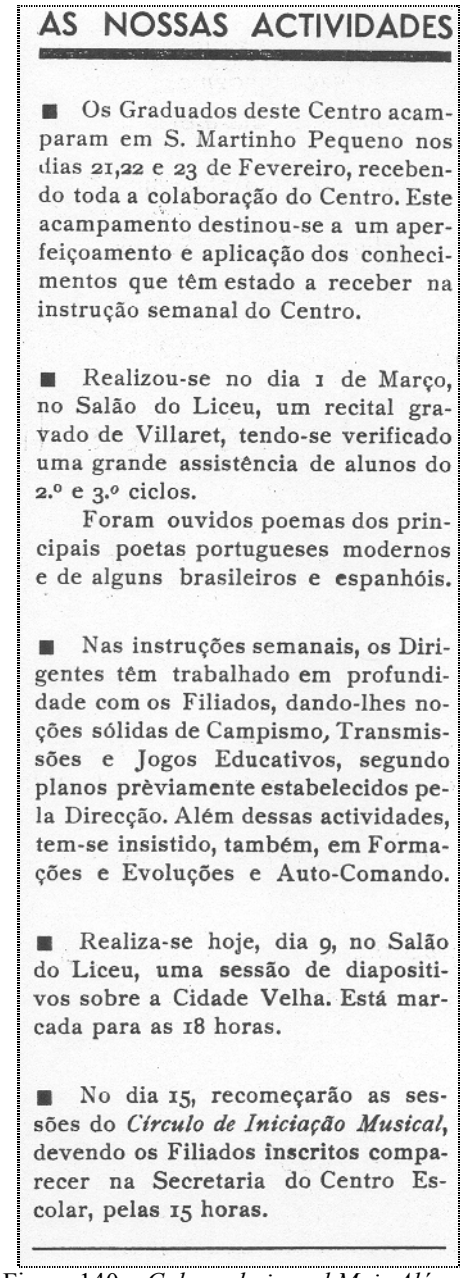
"Já está completamente organizado o programa das festas dos finalistas do Liceu «Adriano Moreira». E prometem grande sucesso – acrescente-se… Como novidade, far-se-á logo no primeiro dia uma alegre burricada. Será pretexto para pôr a população da Praia em «brasa». Imagine-se o que será esta cavalgada por essa cidade fora, com todos os acidentes que dai poderão derivar!... Também uma alegre gincana, nas imediações do Liceu, será número de verdadeiro interesse, principalmente para os automobilistas. […]. Na parte mais séria, diga-se, na parte cultural, far-se-á a representação da maravilhosa peça dramática – «Mar» – um poema dramático que acaba em tragédia. […] Outra peça de teatro que irá á cena é «O Urso» de Tchecow. Claro que os festejos terão o fecho condigno e tradicional. Um grande baile, animado pelo conjunto «Os Tubarões» encerrará o ciclo de festas com que se despedem do Liceu os finalistas de 1971/72." (*O Arquipélago*, 1972, Março 30)

Imprensa académica:

Estudos Psicopedagógicos

Maia Além…

Albano Cordeiro Estrela, reitor do liceu, dirigiu a publicação trimestral *Estudos Psicopedagógicos*, tendo "como finalidade principal fomentar o diálogo (nos planos pedagógico-didáctico e psicológico) entre os Professores do Ensino Secundário do Ultramar e da Metrópole" (1966, Maio).



AS NOSSAS ACTIVIDADES

■ Os Graduados deste Centro acamparam em S. Martinho Pequeno nos dias 21,22 e 23 de Fevereiro, recebendo toda a colaboração do Centro. Este acampamento destinou-se a um aperfeiçoamento e aplicação dos conhecimentos que têm estado a receber na instrução semanal do Centro.

■ Realizou-se no dia 1 de Março, no Salão do Liceu, um recital gravado de Villaret, tendo-se verificado uma grande assistência de alunos do 2.º e 3.º ciclos.

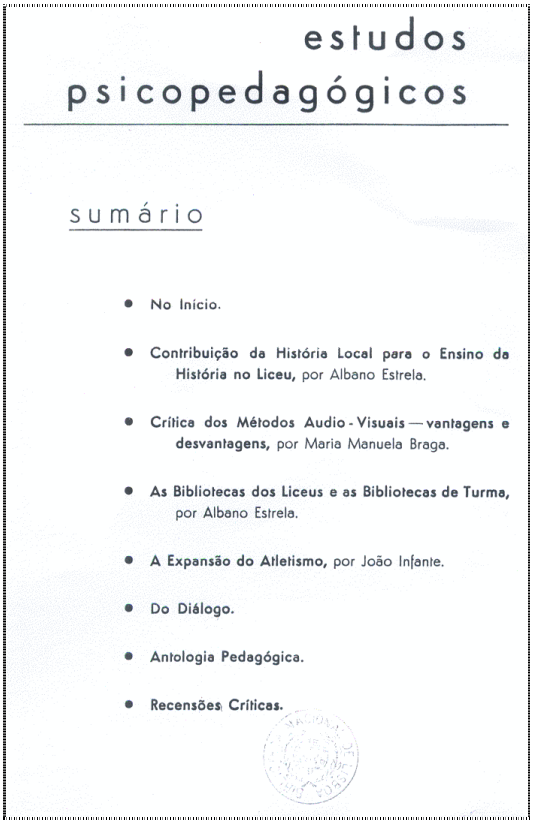
Foram ouvidos poemas dos principais poetas portugueses modernos e de alguns brasileiros e espanhóis.

■ Nas instruções semanais, os Dirigentes têm trabalhado em profundidade com os Filiados, dando-lhes noções sólidas de Campismo, Transmissões e Jogos Educativos, segundo planos prèviamente estabelecidos pela Direcção. Além dessas actividades, tem-se insistido, também, em Formações e Evoluções e Auto-Comando.

■ Realiza-se hoje, dia 9, no Salão do Liceu, uma sessão de diapositivos sobre a Cidade Velha. Está marcada para as 18 horas.

■ No dia 15, recomeçarão as sessões do *Círculo de Iniciação Musical*, devendo os Filiados inscritos comparecer na Secretaria do Centro Escolar, pelas 15 horas.

Figura 140 – *Coluna do jornal Mais Além…* 1966, Março



estudos psicopedagógicos

sumário

- No Início.
- Contribuição da História Local para o Ensino da História no Liceu, por Albano Estrela.
- Crítica dos Métodos Audio-Visuais — vantagens e desvantagens, por Maria Manuela Braga.
- As Bibliotecas dos Liceus e as Bibliotecas de Turma, por Albano Estrela.
- A Expansão do Atletismo, por João Infante.
- Do Diálogo.
- Antologia Pedagógica.
- Recensões Críticas.

Figura 141 – *Temas da revista Estudos Psicopedagógicos*

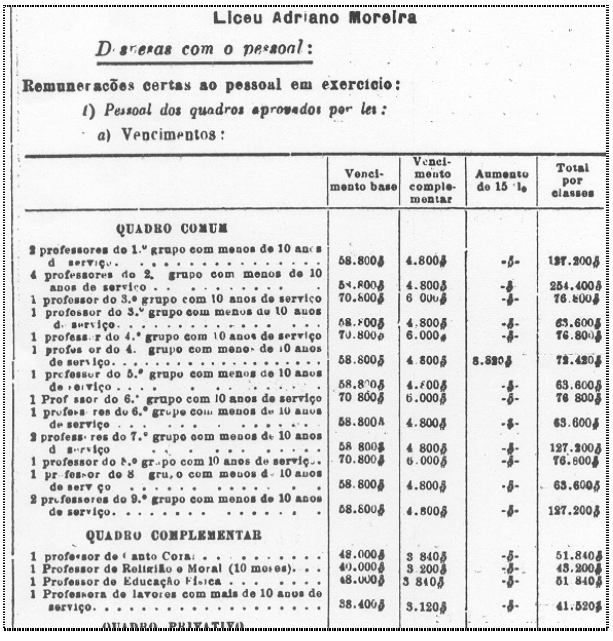
O Centro Escolar nº 1, Ala nº 1 da Mocidade Portuguesa, do Liceu Adriano Moreira editou *Mais Além…* (1966/1967). O jornal regista as actividades circum-escolares dos alunos do Liceu da Praia, com relevo para o desporto, os acampamentos e as visitas de estudo.

Financiamento

Quadro 128 – *Despesas orçamentadas para o Liceu da Praia, 1961, 1966, 1969 e 1973*

Despesas orçamentadas	1961	1966	1969	1973
Despesas com o pessoal	1.225.620$00	1.393.520$00	1.928.040$00	3.084.340$00
Despesas com materiais	30.000$00	41.000$00	80.000$00	80.000$00
Despesas com serviços	6.000$00	22.000$00	52.000$00	52.000$00
Total	1.261.620$00	1.456.520$00	2.060.040$00	3.216.340$00
Fontes	Supl. B.O. 52, de 30/12/1961	Supl. B.O. 53, de 31/12/1966	Supl. B.O. 52, de 31/12/1969	Supl. B.O. 52, De 31/12/1973

No ano de 1961, as despesas orçamentadas para o Liceu Adriano Moreira atingiram o montante de 1.261.620$00. Cinco anos mais tarde, o total de despesas perfazia 1.456.520$00 (crescimento de 19,7%). De 1966 a 1969 verificou-se um índice de crescimento de 41,4% e de 1969 a 1973, na ordem de 56,1%. A análise das despesas por capítulos, nos últimos anos, permite-nos inferir que o incremento orçamental se deve à subida dos vencimentos dos professores (professor do 1º grupo com menos de 10 anos de serviço: 1969 - 58.800$00, 1973 - 97.980$00; professora de Lavores com menos de 10 anos de serviço: 1969 - 38.400$00, 1973 - 71.760$00).



Liceu Adriano Moreira

Despesas com o pessoal:

Remunerações certas ao pessoal em exercício:

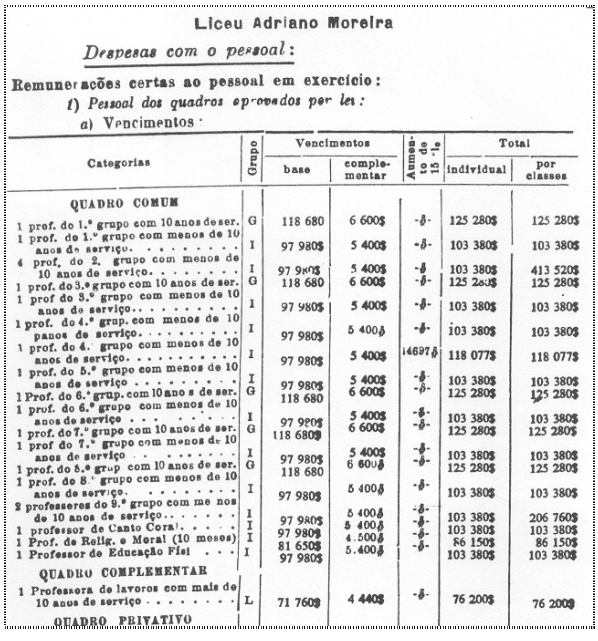
1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:

a) Vencimentos:

	Vencimento base	Vencimento complementar	Aumento de 15 %	Total por classes
QUADRO COMUM				
2 professores do 1.º grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	127.200$
4 professores do 2. grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	254.400$
1 professor do 3.º grupo com 10 anos de serviço	70.800$	6 000$	-$-	76.800$
1 professor do 3.º grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	63.600$
1 professor do 4.º grupo com 10 anos de serviço	70.800$	6.000$	-$-	76.800$
1 professor do 4. grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4 800$	8.820$	72.420$
1 professor do 5.º grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	63.600$
1 Professor do 6.º grupo com 10 anos de serviço	70 800$	6.000$	-$-	76 800$
1 professores do 6.º grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	63.600$
2 professores do 7.º grupo com menos de 10 anos de serviço	58 800$	4 800$	-$-	127.200$
1 professor do 8.º grupo com 10 anos de serviço	70.800$	6.000$	-$-	76.800$
1 professor do 8. grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	63.600$
2 professores do 9.º grupo com menos de 10 anos de serviço	58.800$	4.800$	-$-	127.200$
QUADRO COMPLEMENTAR				
1 professor de Canto Coral	48.000$	3 840$	-$-	51.840$
1 Professor de Religião e Moral (10 meses)	40.000$	3 200$	-$-	43.200$
1 Professor de Educação Física	48.000$	3 840$	-$-	51 840$
1 Professora de lavores com mais de 10 anos de serviço	38.400$	3.120$	-$-	41.520$
QUADRO PRIVATIVO				

Figura 142 – *Quadro do pessoal docente, 1969*

Supl. B.O. 52, de 30/12/1969.



Liceu Adriano Moreira

Despesas com o pessoal:

Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:

a) Vencimentos:

Categorias	Grupo	Vencimentos base	Vencimentos complementar	Aumento de 15 %	Total individual	Total por classes
QUADRO COMUM						
1 prof. do 1.º grupo com 10 anos de ser.	G	118 680	6 600$	-$-	125 280$	125 280$
1 prof. do 1.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
4 prof. do 2. grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	413 520$
1 prof. do 3.º grupo com 10 anos de ser.	G	118 680	6 600$	-$-	125 280$	125 280$
1 prof do 3.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
1 prof. do 4.º grup. com menos de 10 panos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
1 prof. do 4. grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	14697$	118 077$	118 077$
1 prof. do 5.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
1 Prof. do 6.º grup. com 10 anos de ser.	G	118 680	6 600$	-$-	125 280$	125 280$
1 prof. do 6.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
1 prof. do 7.º grupo com 10 anos de ser.	G	118 680$	6 600$	-$-	125 280$	125 280$
1 prof do 7.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
1 prof. do 8.º grup com 10 anos de ser.	G	118 680	6 600$	-$-	125 280$	125 280$
1 prof. do 8.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
2 professores do 9.º grupo com menos de 10 anos de serviço	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	206 760$
1 professor de Canto Coral	I	97 980$	5 400$	-$-	103 380$	103 380$
1 Prof. de Relig. e Moral (10 meses)	I	81 650$	4.500$	-$-	86 150$	86 150$
1 Professor de Educação Fisi	I	97 980$	5.400$	-$-	103 380$	103 380$
QUADRO COMPLEMENTAR						
1 Professora de lavores com mais de 10 anos de serviço	L	71 760$	4 440$	-$-	76 200$	76 200$
QUADRO PRIVATIVO						

Figura 143 – *Quadro do pessoal docente, 1973*

Supl. B.O. 52, de 31/12/1973.

"Tendo em atenção a proposta apresentada pela Comissão Informativa da Pró-Associação dos Estudantes e ainda a reunião geral dos alunos, professores e encarregados de educação, onde foram apresentadas várias propostas para a escolha do novo patrono;
Tendo. De entre várias propostas apresentadas, sido escolhida a que sugeria o nome de «DOMINGOS RAMOS» Herói nacional Guineense;
Sendo da mais elementar justiça perpetuar a sua eminente acção e indo de encontro ao sentimento dos estudantes do Liceu da Praia, na prestação de homenagem ao Herói Nacional Guineense.
O Ministro da Educação e Cultura manda:
O Liceu Nacional de Adriano Moreira criado pelo Decreto nº 43.158 de 8 de Setembro de 1960, deignar-se-á Liceu «DOMINGOS RAMOS». (Despacho, de 24/4/1973)

Mudança de patrono

No período de transição para a independência passou a designar-se Liceu Domingos Ramos.

Nota:
Diplomas de nomeação dos professores do Liceu da Praia

Nome do professor	Diploma	Boletim Oficial
Corsino António Fortes	Contrato, de 3/11/1960	Nº 13, de 3/11/1961
António Amâncio Ventura	Portaria, de 7/10/1961	Nº 43, de 28/10/1961
Mafalda Augusta Cordeiro Furtado de Carvalho Noémia Figueiredo Ferreira Cunha Leal Adriano Lourenço Faria Maria Isabel dos Santos Madeira	Portaria, de 16/11/1961	Nº 49, de 16/11/1961
Augusto Barreto de Carvalho	Portaria, de 6/1/1961	Nº 2, de 13/6/1961
José Augusto St' Aubyn Pinto	Despacho, de 4/101961	Nº 2, de 13/1/1961
Olavo Moniz	Contrato, de 2/10/1961	Nº 2, de 13/1/1961
Carlos Alberto Santos Silva	Contrato, de 9/10/1961	Nº 2, de 13/1/1961
Maria Luiza de Jesus Campos Cunha Leal	Contrato, de 9/10/1961	Nº 2, de 13/1/1961
Gabriel Moacyr Rodrigues Judite Soares Banza Baltasar Lamartine de Carmo Barros e Sá	Portaria, de 3/11/1961	Nº 49, de 9/12/1961
José Marques de Oliveira	Portaria, de 27/3/1962	Nº 13, de 30/3/1962
Maria da Graça Quintino Rogado	Despacho, de 3/9/1963	Nº 36, de 7/9/1963
Irene Henriqueta de Jesus Rodrigues Maria de Jesus Oliveira Maria Manuela Medina Chantre	Despacho, de 22/10/1963	Nº 46, de 16/11/1963
Maria Helena Pereira Fogaça Jorge Roldão Maria Isabel Campos da Silva Reis	Portaria, de 30/10/1963	Nº 46, de 16/11/1963
Gilda Maria Vasconcelos Vicente Barbosa Jorge Fernandes Monteiro	Portaria, de 22/10/1963	Nº 51, de 21/12/1963
Alípio do Rosário Silva Gomes	Despacho, de 13/3/1964	Nº 12, de 2/5/1964
Maria Luísa Ferro Ribeiro	Contrato, de 24/4/1964	Nº 18, de 2/5/1964
Pedro Gregório Lopes	Despacho, de 9/9/1964	Nº 38, de 19/9/1964
Mário Martins dos Santos Irene Noémia de Vasconcelos Vicente Barbosa José Rui de Figueiredo Vasco	Despacho, de 9/9/1964	Nº 44, de 31/10/1964
António José de Oliveira Lima	Portaria, de 9/10/1964	Nº 47, de 21/11/1964
Gabriela Lopes Mariano de Figueiredo	Portaria, de 3/11/1964	Nº 47, de 21/11/1964
António da Rocha	Declaração, de 29/4/1964	Nº 18, de 3/5/1965
Vicente Barbosa Hélida Cairós Espinhosa Maria Lucília da Piedade Azeredo	Portaria, de 24/9/1965	Nº 39, de 23/9/1965
Albertina do Carmo Bernarda Figueiredo Ferreira Maria Teresa de Lemos Correia Cordeiro Estrela	Portaria, de 4/10/1964	Nº 43, de 23/10/1965
Maria Guadalupe de Oliveira Almada	Portaria, de 15/10/1965	Nº 43, de 23/10/1965
Carlos Eugénio Vasconcelos Ribeiro	Portaria, de 19/11/1965	Nº 48, de 27/11/1965
Maria Fernanda de Meneses Marques Imelda Filomena de Assunção Godinho	Portaria, de 23/10/1965	Nº 50, de 11/12/1965
Júlia Benicio Ramos Benrós de Melo	Portaria, de 10/12/1965	Nº 51, de 18/12/1965
José Augusto St' Aubyn Pinto	Portaria, de 27/6/1965	Nº 29, de 16/7/1966
Viriato de Barros	Despacho, de 1/10/1966	Nº 41, de 8/10/1966
Maria Helena Santos Pombo Noronha Alexandre Moreira de Sousa	Declaração, s/d	Nº 52, de 26/12/1966
João Silvestre Além	Portaria, de 30/1/1967	Nº 5, de 4/2/1967
Maria Amélia de Castro Seita Maria José de Sousa M. Serejo Goulão	Portaria, de 2/10/1967	Nº 40, de 7/10/1967
Maria Marília Araújo Madeira Pinto Borges Maria Teresa L. de Almeida Barros Guerreiro Maria da Conceição Aparecida Santos	Portaria, de 13/10/1967	Nº 41, de 14/10/1967

Veríssimo Teles	Portaria, de 21/5/1968	Nº 22, de 1/6/1968
Maria Helena Simões de Santa Rita Vieira	Declaração, de 27/6/1968	Nº 26, de 29/6/1968
Ana Maria Leite da Mota Coimbra de Matos	Declaração, de 18/10/1968	Nº 43, de 23/10/1968
Maria Eduarda Félix de Aguiar	Portaria, de 10/12/1969	Nº 2, de 11/1/1969
Florinda Martins de Azevedo	Portaria, de 3/2/1969	Nº 17, de 15/2/1969
Zita Marinela Anjos Pereira de Oliveira e Melo	Portaria, de 11/10/1969	Nº 51, de 20/12/1969
Maria da Luz Monteiro de Macedo Martins	Portaria, de 6/2/1970	Nº 10, de 7/3/1970
Margarida L. V. M. S. Lobo Linhares de Carvalho	Portaria, de 2/1/1970	Nº 27, de 4/7/1970
Maria Cândida Gonçalves Duarte	Portaria, de 9/9/1970	Nº 40, de 3/10/1970
Armando Alves da Silva	Portaria, de 2/10/1970	Nº 42, de 27/10/1970
Luís António Lacerda Cabral	Portaria, de 27/11/1970	Nº 4, de 23/1/1971
Maria Manuela B. Neves Pinheiro Vera-Cruz	Portaria, de 2/10/1970	Nº 18, de 3/5/1971
Augusto Manuel Pires Barreira Antunes	Portaria, de 21/4/1971	Nº 28, de 10/7/1971
Esther de Melo Sequeira Ana Maria Ribeiro Caroça S. Jabouille Iolanda Alexandrina Delgado Monteiro Henrique Teixeira de Oliveira Maria Isabel Martins da Luz Carvalho Maria do Rosário de Fátima V. Dupret Almada João Miguel H. Duarte Ferreira Luís Manuel Martins Abrantes	Portaria, de 26/10/1972	Nº 41, de 7/10/1972
Fátima Maria Carvalho Fialho Sérgio Augusto Cardoso Centeio Osvaldo Euclides Silva Pereira José Martins Gomes dos Santos	Portaria, de 24/9/1973	Nº 39, de 29/9/1973
Terêncio Gregório Alves Antero Madeira Galina Barbosa	Despacho, de 6/11/1974	Nº 45, de 9/11/1974
Jorge Maria Custódio dos Santos António Alberto Zebedeu Barbosa	Portaria, de 30/11/1974	Nº 45, de 9/11/1974
João Tolentino de Oliveira Ramos Élvio Napoleão Fernandes Maria do Rosário Martins Catalão	Despacho, de 3 /1/1975	Nº 11, de 15/3/1975

Anexo 10: Documentos importantes para o ensino em Cabo Verde

1. Liceu Nacional de Cabo Verde, 1860

CIRCULAR N.º 313-*A*.

O Governador Geral da Provincia de Cabo-verde, considerando devidamente a particular attenção que é mister prestar á *Instrucção Publica* n'esta Provincia, por ser este um dos mais salutares principios em que se baseam, o progresso e a felicidade dos povos; considerando mais, que, o estado em que actualmente se acha na mesma Provincia, esta importante parte da Administração Geral, demanda uma prompta reforma, que remediando desde já os maiores males, promova successivamente o seu aperfeiçoamento, e tendo ao mesmo tempo em vista que tal reforma deve aproximar-se quanto possivel, ao que sôbre este assumpto se acha disposto no Decreto de 14 d'Agosto de 1845, e posteriores determinações do Ministerio da Marinha e Ultramar, sem que todavia se exceda a verba votada para Instrucção Publica no orçamento em vigor na Provincia; ouvido o Conselho do Govêrno, determina o seguinte:

1.º Ficam estabelecidas na Cidade da Praia, e reunidas em um mesmo edificio para esse fim adequado, as seguintes Cadeiras já existentes: Ensino Primario — Latim — Philosophia Racional e Moral — Theologia — ás quaes se addirionarão as de Francez — Inglez — Desenho — Mathematica Elementar — Rudimentos de Nautica.

2.º Estas Cadeiras formarão um Lyceo, que se denominará *Lyceo Nacional da Provincia de Cabo-verde*, e será dirigido pelo Professor mais antigo.

3.º Serão transferidas desde já para esta Cidade, as Cadeiras que se leccionávão na Cidade da Ribeira Grande.

4.º Não podendo reunir-se o antigo Conselho Inspector d'Instrucção Publica, por ter fallecido a maior parte de seus membros, e achar-se outra parte ausente da Provincia, fica instaurado o referido Conselho, sendo composto do Governador Geral, como Presidente, e dos Professores do Lyceo, como Vogaes, além de outros que devidamente tenham sido, ou venham a ser nomeados; tudo em conformidade com o artigo 15.º do Decreto de 14 de Agosto de 1845.

5.º Em quanto se não acha preparado o edificio exclusivamente destinado para o Lyceo, ficará este provisoriamente estabelecido nos Paços do Concelho, aonde se reunirá tambem o Conselho Inspector.

6.º Em harmonia com o § 2.º do artigo 15.º do supracitado Decreto, será nomeado Secretario do Conselho um dos seus membros, com a gratificação que lhe é votada na secção 1.ª do artigo 3.º do orçamento da Provincia.

7.º Reunir-se-ha desde já o Conselho Inspector, com os Professores presentemente existentes, a fim de confeccionar os estatutos pelos quaes deverá reger-se o Lyceo; tendo em attenção o referido Conselho, e seguindo quanto for possivel, a legislação geral sôbre a Instrucção Publica, e especialmente o Decreto de 20 de Setembro de 1844, na parte relativa a Instrucção primaria.

8.º Depois de preparado este trabalho, que tendo sido approvado pelo Governador Geral, em Conselho do Govêrno, terá de subir á approvação de Sua Magestade, occupar-se-ha em seguida o Conselho Inspector do estudo e adopção das medidas tendentes a regularizar, e a aperfeiçoar a Instrucção primaria em todos os pontos da Provincia, aonde as Cadeiras de taes disciplinas estão estabelecidas, ou aonde convenha estabelecel-as.

9.º Em harmonia com o que se acha disposto nos artigos 12.º e 13.º do já citado Decreto de 14 de Agosto de 1845, serão nomeados Professores temporarios para as Cadeiras de Francez — e Inglez — Desenho — Mathematica Elementar — e Rudimentos de Nautica — e sob proposta do Conselho Inspector, ser-lhe-hão abonadas provisoriamente as competentes gratificações, extrahidas da verba destinada á escola principal na secção 2.ª artigo 3.º do orçamento em vigor na Provincia.

10.º Em toda a reforma provisoriamente determinada e dependente da approvação de Sua Magestade, comprehendendo a despeza necessaria com o pessoal e material das escolas de toda a Provincia, não será excedida a verba destinada para Instrucção Publica no artigo 3.º da Tabella annexa ao Decreto de 1 de Setembro de 1854.

11.º No dia 7 de Janeiro de 1861, terá lugar a abertura do Lyceo com as Cadeiras que então estiverem providas, e para a sua immediata frequencia seguir-se-ha temporariamente um regulamento provisorio.

Quartel General do Govêrno da Provincia, na Cidade da Praia de S. Thiago, 15 de Dezembro de 1860. = *Januario Correia de Almeida*, Governador Geral interino.

2. Seminário-Liceu de S. Nicolau, 1866

SUAS MAGESTADES E ALTEZAS PASSAM SEM NOVIDADE EM SUA IMPORTANTE SAUDE, SEGUNDO NOS AFFIRMAM OS *DIARIOS DE LISBOA* ULTIMAMENTE RECEBIDOS.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª *direcção—1.ª repartição*

(*De novo se publica o seguinte decreto, que está com um erro no Diario de Lisboa*, n.º 198, donde foi transcripto e publicado no n.º 38 deste jornal.)

Tendo concluido o curso de habilitação o alumno aspirante a facultativo do ultramar Alexandre Norberto Correia Pinto de Almeida, como porticipou o conselho de saude naval e do ultramar, em officio de 14 de agosto do corrente anno: hei por bem nomear o mesmo Alexandre Norberto Correia Pinto de Almeida, facultativo de 2.ª classe da provincia de Cabo-verde.

O ministro e secretario de estado interino dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 27 de agosto de 1866.—REI.—*Visconde da Praia Grande.*

2.ª *direcção—1.ª repartição*

Sendo uma das maiores necessidades da religião e do estado a devida educação do clero, para o que, pela lei de 12 de agosto de 1856, foram mandados estabelecer seminarios nas dioceses ultramarinas;

Considerando que, pela citada lei, podem os seminarios ecclesiasticos supprir a falta de lyceus, pois que nas suas aulas de estudos preparatorios poderão utilmente aprender os mancebos que, não se destinando ao estado ecclesiastico, desejem comtudo seguir estudos superiores, ou receber uma educação litteraria e scientifica;

Tendo em consideração o que me propoz o reverendo bispo de Cabo-verde, e a consulta do conselho ultramarino de 24 de julho deste anno:

Hei por bem, em virtude do disposto na citada lei, determinar provisoriamente o seguinte:

Artigo 1.º É creado o seminario ecclesiastico da diocese de Cabo-verde, na conformidade da lei de 12 de agosto de 1856.

Art. 2.º O curso geral de estudos do mesmo seminario é dividido em dois:

1.º Estudos preparatorios;

2.º Estudos ecclesiasticos.

Art. 3.º Formam o curso de estudos preparatorios as seguintes disciplinas ensinadas nas respectivas cadeiras:

1.ª cadeira—linguas latina e franceza.

2.ª cadeira—philosophia racional e moral, e principios de direito natural.

3.ª cadeira—rhetorica, geographia, chronologia e historia em curso biennal.

4.ª cadeira—mathematica elementar, e principios de sciencias physicas e historico-naturaes em curso biennal.

Art. 4.º Formam o curso theologico, estudado em quatro aulos, e em dois annos, a historia sagrada e ecclesiastica, a theologia moral, a theologia sacramental, e a theologia dogmatica.

Art. 5.º O curso de estudos preparatorios será ensinado por quatro professores, e o de estudos theologicos por dois.

Além destes professores haverá outro de musica e canto ecclesiastico.

Art. 6.º Serão nomeados de preferencia, para professores do seminario, os capitulares da cathedral de Cabo-verde.

Na nomeação das dignidades e conegos haverá a consideração de que tenham a aptidão necessaria para o magisterio.

Art. 7.º Haverá no seminario duas classes de alumnos:

1.º Dos que se destinam ao estudo ecclesiastico;

2.º Dos que quizerem estudar no mesmo estabelecimento sem se destinarem á vida ecclesiastica. Os alumnos de 1.ª classe serão gratuitamente sustentados pelo seminario.

Os da 2.ª pagarão uma prestação modica, mas que seja sufficiente para indemnisar o cofre do estabelecimento das despezas de sustentação, a qual será annualmente fixada pelo prelado de intelligencia com o governador geral da provincia.

O numero dos alumnos de 1.ª classe será annualmente fixado pelo prelado da diocese com attenção aos meios destinados para este fim; mas além destes poderão ser admittidos mais alumnos ordinandos, pagando uma prestação igualmente fixada pelo prelado.

Art. 8.º Só poderão ser admittidos no seminario como alumnos ordinandos mancebos de quem pela sufficiencia da sua intelligencia, bons costumes e inclinação para o estado ecclesiastico a juizo do prelado, se deva presumir que virão a ser sacerdotes dignos de tão alto ministerio.

Art. 9.º O reverendo prelado de diocese de Cabo-verde será o reitor do seminario, e haverá para o coadjuvar na parte administrativa e disciplinar um vice-reitor e um prefeito, e igualmente os creados que forem inteiramente indispensaveis.

Art. 10.º O prefeito do seminario será o thesoureiro do respectivo cofre.

Art. 11.º Os professores e mais empregados do seminario terão os vencimentos declarados na tabella junta ao presente decreto, e que delle faz parte integrante.

Art. 12.º O prelado da diocese em conformidade com a lei fará os estatutos e regulamentos que são necessarios para a definitiva constituição do seminario, que com as convenientes informações subirão á minha real presença na fórma do disposto no artigo 21.º da lei de 12 de agosto de 1856.

O ministro e secretario de estado interino dos negocios da marinha e ultramar assim o tenho entendido e faça executar. Paço, em 3 de setembro de 1866.—REI.—*Visconde da Praia Grande.*

Tabella a que se refere o artigo 11.º do decreto desta data

Professores de 1.ª, 2.ª e 3.ª cadeiras de preparatorios, e do estudo theologico—uma gratificação, que junta á congrua de conego prefaça a somma de 500$000 ou 520$ réis, sendo dignidade.

Professor da 4.ª cadeira de preparatorios.....	600$000
Professor de musica e canto ecclesiastico.....	120$000
Vice-reitor.....	300$000
Prefeito.....	200$000

Ao vice-reitor e ao perfeito se dará tambem mesa no seminario.

Secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, em 3 de setembro de 1866.—*Visconde da Praia Grande.*

---

3. Plano Orgânico da Instrução Publica de Cabo Verde, 1917

SUPLEMENTO N.º 18
AO N.º 43 DO
BOLETIM OFICIAL
DO
GOVÊRNO DA PROVINCIA DE CABO VERDE
Terça-feira, 30 de Outubro de 1917

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

1.ª Secção

DECRETO N.º 3:435

Sendo necessário reformar a instrução na província de Cabo Verde, por fórma a satisfazer as aspirações da sua população;

Considerando que é muito elevada a percentagem de analfabetos nas ilhas do arquipélago, pois vai de 69 a 93 por cento, excluída, apenas, a ilha de S. Nicolau, onde essa percentagem baixa a 29;

Considerando que o ensino primário é um dos principais factores da educação cívica e deve merecer, portanto, a especial atenção dos poderes públicos;

Considerando que o ensino tem sido ministrado, simultâneamente pelo Govêrno e pelos municípios, sem a unidade e a concordância de esforços indispensáveis ao seu progressivo desenvolvimento;

Considerando que convêm habilitar, devidamente, na colónia, os professores do seu ensino primário;

Considerando que a lei n.º 701, de 13 de Junho do ano corrente, havia criado um liceu para funcionar, provisóriamente, no edificio do extinto seminário, o que revela, já, o intuito de difundir a instrução na província, e de habilitar indivíduos para freqüentarem, fóra dela, cursos superiores;

Considerando que o curso profissional, que se faz mester na colónia e a que alude a citada lei, necessita de maior desenvolvimento e mais prática orientação;

Atendendo ao que propôs o governador da província de Cabo Verde;

Ouvido o Conselho de Ministros e usando da faculdade concedida ao Govêrno pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º. E' aprovado o plano orgânico da instrução pública na província de Cabo Verde e respectivas tabelas que fazem parte integrante dêste decreto e baixam assinadas pelo Ministro das Colónias.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.—Paços do Govêrno da República, 8 de Outubro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

Plano orgânico da instrução pública na Província de Cabo Verde

TÍTULO I

Do ensino em geral

Artigo 1.º O ensino em Cabo Verde compreende:

1.º O ensino primário e o normal;

2.º O ensino secundário;

3.º O ensino profissional.

Art. 2.º A superintendência em todo o serviço de ensino compete ao Govêrno da Colónia, que a exercerá por intermédio do Conselho de Instrução Pública e de inspectores.

TITULO II

Do ensino primário e do normal

CAPÍTULO I

Do ensino primário

Art. 3.º O ensino primário abrange três graus, compreendendo as matérias dos programas do ensino primário elementar, complementar e superior adoptado na metrópole, com a necessária adaptação do ensino agrícola e cívico, e com maior desenvolvimento do da língua portuguesa e da história e da geografia caboverdeanas.

Art. 4.º O ensino primário elementar será ministrado em postos de ensino e em escolas de ensino primário elementar.

Art. 5.º O ensino primário complementar será ministrado, somente em escolas de ensino primário complementar.

Art. 6.º O ensino primário superior será ministrado em escolas de ensino primário superior.

§ único. Haverá duas escolas de ensino primário superior, uma na Praia e outra em S. Nicolau no edificio do extinto seminário.

Art. 7.º Todos os professores primários públicos da província passam a ser considerados oficiais, constituindo um só quadro, com idênticas garantias para os de igual categoria, passando todos a ser também directamente pagos pela Fazenda provincial, seja qual fôr a entidade oficial que tenha criado, ou venha a criar e a dotar as escolas.

§ 1.º Os professores efectivos serão divididos em três classes, com os vencimentos indicados na tabela A. A permanência na 3.ª e na 2.ª classes deve ser, em cada uma, de um mínimo de 5 anos.

§ 2.º As condições especiais dos concursos, a divisão dos professores por classes, as preferências dos candidatos ao provimento das cadeiras vagas e os provimentos interinos serão determinados pelo Conselho de Instrução Pública, de harmonia com o respectivo regulamento.

§ 3.º Os professores interinos receberão dois terços do vencimento de categoria, e a totalidade de exercício e do subsídio de residência correspondente aos de 3.ª classe.

§ 4.º Nos concursos públicos para o magistério primário, abertos nos prazos legais perante o Conselho de Instrução Pública, os candidatos devem estar habilitados com o curso das escolas normais da metrópole ou da província.

§ 5.º O quadro dos professores e mais pessoal das escolas de ensino primário superior e os seus vencimentos vão designados na tabela B.

CAPÍTULO II

Do ensino normal

Art. 8.º É criado na escola de ensino primário superior de S. Nicolau um curso de ensino normal primário.

§ 1.º Este curso compreenderá, além de quaisquer outras disciplinas que o Conselho de Instrução Pública deliberar estabelecer, o aperfeiçoamento das matérias de ensino primário complementar e o estudo da pedagogia.

§ 2.º Este curso durará três anos, devendo o seu primeiro ano ser o de ensino primário superior, e aproveitar-se dos outros dois anos dêste ensino as disciplinas que o regulamento indicar. O último ano é destinado, especialmente, à prática simultânea do ensino nas escolas primárias locais, sob a direcção do professor de pedagogia.

Art. 9.º O quadro dos professores do 2.º e 3.º anos do curso normal primário e seus vencimentos vão indicados na tabela C.

CAPÍTULO III

Da fiscalização e inspecção do ensino primário e normal

Art. 10.º A inspecção directa das escolas é exercida por dois inspectores, um para o círculo de Sotavento, com séde na Praia, e outro para o de Barlavento, com séde em S. Vicente, os quais percorrerão as escolas durante os meses do ano lectivo, fiscalizando, dirigindo e aperfeiçoando os professores, uniformizando os métodos e os processos de ensino, e elevando assim o nível pedagógico das escolas.

§ 1.º O cargo de inspector só poderá recair em inspectores de instrução primária da metrópole, de reconhecida e atestada competência, que tenham o curso das escolas normais de Lisboa, Porto ou Coimbra, com classificação de óptimo ou bom, ou a idade máxima de 40 anos e as aptidões físicas necessárias para poderem exercer o seu mester na província.

§ 2.º Os primeiros inspectores serão contratados nos termos do § antecedente pelo Govêrno da província, e por tempo não inferior a 5 anos, seguindo-se depois por concurso as nomeações dos contractos subsequentes.

§ 3.º Os vencimentos dos inspectores são os da tabela D

TÍTULO III

Do ensino secundário

Art. 11.º O ensino secundário é ministrado no Liceu Nacional criado pela lei n.º 701, de 13 de Junho de 1917, com séde em S. Vicente.

§ único. O curso liceal será a reprodução exacta do curso geral dos liceus metropolitanos, com exclusão do ensino de alemão.

Art. 12.º O quadro e vencimentos dos professores efectivos e mais pessoal do liceu provincial são os indicados na tabela E.

§ 1.º O reitor é eleito pelo Conselho escolar;

§ 2.º Os professores interinos teem apenas o vencimento de exercício.

§ 3.º Um dos professores efectivos exercerá o cargo de secretário.

Art. 13.º Ao concurso dos professores efectivos só serão admitidos os candidatos que possuírem o diploma exigido aos professores dos liceus da metrópole.

TÍTULO IV

Do ensino profissional

Art. 14.º O ensino profissional compreende o da arte marítima, o industrial e o agrícola.

§ 1.º O ensino profissional da arte marítima será ministrado na capitania dos portos, em S. Vicente, em uma escola de pilotagem e em uma escola profissional de aprendizagem da arte marítima e da pesca.

§ 2.º O ensino profissional industrial será ministrado numa escola profissional com séde na Praia.

§ 3.º O ensino profissional agrícola será ministrado em duas escolas práticas móveis, uma para o grupo de ilhas de Sotavento e outra para o de Barlavento.

CAPÍTULO I

Do ensino profissional da arte marítima

Art. 15.º A escola de pilotagem, com organização similiar á das suas congéneres da metrópole, destina-se a formar pilotos da marinha mercante.

§ único. É director e professor desta escola o capitão dos portos da província.

Art. 16.º A escola profissional de aprendizagem da arte marítima e de pesca será criada e organizada pelo Govêrno local, quando os recursos do fundo especial criado pelo artigo 29.º dêste decreto o permitirem.

CAPÍTULO II

Do ensino profissional industrial

Art. 17.º A escola profissional industrial destina-se especialmente a formar bons operários dos ofícios mais úteis á economia de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas da África Ocidental.

Art. 18.º O pessoal da escola e seus vencimentos é o indicado na tabela F.

§ 1.º Todo o pessoal será contratado, devendo o primeiro contracto ser limitado a 5 anos.

§ 2.º O director das obras públicas é o inspector da escola profissional industrial

Art. 19.º O ensino ministrado na escola compreende:

1.º Instrução técnica;

2.º Aprendizagem ou instrução prática dada por pessoal competente em cada uma das seguintes oficinas:

a) Carpintaria e marcenaria mecânicas com uma secção de fabrico de carros;

b) Ferraria e serralharia mecânicas;

c) Correeiro seleiro;

d) Caldeireiro, compreendendo também a arte de funileiro, desenvolvida:

e) Construção e reparação de pequenas embarcações;

f) Cordoaria rudimentar e suas aplicações;

3.º Instrução primária elementar e complementar.

§ 1.º A duração do ensino é de 4 anos, sendo permitido mais um por decisão do Conselho escolar.

§ 2.º O regime da escola é semi-internato recebendo os aprendizes durante o dia, uma ração por ela fornecida.

§ 3.º O trabalho dos aprendizes é retribuído pela escola, não podendo exceder o máximo de 4$00 mensais. Desta retribuição ser-lhes há retida uma terça parte, que só receberão quando sairem da escola com o curso findo, por motivo de doença ou por retirada da província, devidamente fundamentada.

Art. 20.º Na escola funcionará um conselho escolar presidido pelo director e tendo como vogais o professor primário e os mestres das oficinas.

Art. 21.º Será aplicado à construção e instalação da escola o saldo de 7.194$77, que constitui o fundo do projectado «Asilo D. Amélia».

Art. 22.º O pessoal será contratado à medida das necessidades da escola.

CAPÍTULO III

Do ensino profissional agrícola

Art. 23.º As escolas práticas móveis de agricultura serão organizadas sôbre o modêlo da do Barlavento, já criada pelo Govêrno provincial.

§ único. O pessoal contratado destas escolas e os respectivos vencimentos vão indicados na tabela G.

TÍTULO V

Do Conselho de Instrução Pública

Art. 24.º O conselho de Instrução Pública, a quem compete especialmente a direcção e fiscalização de todo o serviço do ensino é constituído por:

—O Governador da província;

—O Secretário geral;

— O director das Obras Públicas;

— O capitão dos portos;

— O chefe da Repartição de Agricultura o Pecuária;
— O inspector de ensino primário e normal de Sotavento;
— Cinco cidadãos de reconhecida competência, residentes na Praia, eleitos, um pelo Conselho do Govêrno, de entre os seus membros não funcionários, um pela Câmara Municipal da Praia, um pela Câmara Municipal de S. Vicente, e os dois restantes, respectivamente, pelos municípios de Sotavento e Barlavento, ainda não representados.

§ 1.º O período de exercício dos cinco vogais eleitos é de três anos.

§ 2.º No impedimento dos vogais funcionários são êstes substituídos por quem suas vezes fizer. Os vogais eleitos são substituídos por suplentes escolhidos pela mesma fórma.

§ 3.º O Conselho terá um secretário privativo, nomeado pelo Governador de entre os oficiais da Secretaria Geral, com a gratificação de 240$00 anuais.

Art. 25.º Serão criadas oportunamente, nos diferentes concelhos da colónia, juntas locais de instrução.

TITULO VI

Das receitas a aplicar ao ensino

Art. 26.º São obrigadas as câmaras municipais a destinar aos encargos de instrução, pelas forças das suas receitas, quantias pelo menos iguais às que actualmente dispendem com o ensino primário, devendo essas quantias ser entregues trimestralmente nas recebedorias de fazenda concelhias, à ordem do Govêrno da província.

§ único. Efectuada a nova divisão administrativa da província, as câmaras municipais dos concelhos cuja área fôr alterada, e bem assim as comissões municipais dos novos concelhos irregulares, são obrigadas a destinar aos encargos de instrução, pelas forças das suas receitas, quantias pelo menos iguais ás que lhe competiriam na divisão das que actualmente dispendem as Câmaras dos concelhos antes de divididos. Estas quantias terão o destino indicado no corpo dêste artigo.

Art. 27.º É criado o imposto de 3 % *ad-valorem* sôbre todas as mercadorias importadas pelas alfândegas de Cabo Verde, com excepção do carvão; e de $00(1) por quilograma sôbre a purgueira exportada pelas mesmas alfândegas.

Art. 28.º E' lançado um imposto de consumo de $10 por litro sôbre a aguardente produzida na colónia ou nela importada.

Art. 29.º Constituem fundo especial com aplicação exclusiva aos serviços de instrução da colónia:

1.º—Uma subvenção a inscrever anualmente no orçamento da província, nunca inferior a 24.000$00;

2.º—Uma subvenção a inscrever anualmente no orçamento da Junta de Melhoramentos de Agricultura e Pecuária, nunca inferior a 5.000$00;

3.º—As receitas provenientes das Câmaras e Comissões municipais, indicadas no artigo 26.º dêste diploma e seu parágrafo único;

4.º—O produto das impostos criados pelos artigos 27.º e 28.º;

5.º—Os saldos do fundo criado por êste artigo e que existam à data de 30 de Junho do ano económico anterior;

6.º—Os donativos de entidades oficiais ou particulares; o produto das propinas; o das multas provenientes da embriaguês e da prática de jogos ilícitos; e o de quaisquer outras fontes especiais de receita que com êsse destino forem criadas.

Art. 30.º O fundo especial criado pelo artigo antecedente será distribuído segundo as necessidades do ensino em orçamento do ano económico, que será elaborado pelo Conselho de Instrução Pública e sujeito à aprovação do Conselho do Govêrno da Colónia.

Art. 31.º E' autorizado o Governador da província, ouvido o Conselho do Govêrno, a contratar com um estabelecimento de crédito português, o com destino a construções escolares, um empréstimo até à quantia de 60:000$ não devendo a taxa de juro exceder 6 %, e o prazo de amortização não ir além de 20 anos.

§ único. Os encargos do empréstimo autorizado por êste artigo serão custeados pelo fundo especial de que trata o artigo 29.º

TITULO VII

Disposições diversas

Art. 32.º Para assistência escolar será destinada anualmente uma verba não inferior a 1.000$.

Art. 33.º Os professores do extinto seminário passarão a professores da escola de ensino primário superior de S. Nicolau e do curso normal, com o vencimento de exercício de 390$.

Art. 34.º Os actuais professores efectivos oficiais e municipais serão todos considerados de 3.ª classe, devendo ser promovidos, desde já, à 2.ª até quinze dos que tenham mais de cinco anos de confirmados, caso satisfaçam às condições gerais de promoção que o regulamento estabelecer.

§ 1.º Os actuais professores diplomados para o ensino primário complementar, pelo anterior Conselho Inspector, podem ser providos, desde já, nas vagas existentes, como professores efectivos de 3.ª classe.

§ 2.º Os actuais professores interinos, quer oficiais quer municipais, serão nomeados efectivos, se, tendo já dois anos de bom e efectivo serviço, se sujeitarem, até 31 de Dezembro de 1917, a provas públicas em exame efectuado na Praia ou em S. Vicente, perante júri nomeado pelo Conselho de Instrução Pública e nesse exame forem aprovados.

§ 3.º Aos actuais professores efectivos, oficiais e municipais, são garantidos os direitos adquiridos, quanto aos vencimentos ordinários que recebem.

§ 4.º Os actuais professores nomeados pela metrópole deverão optar pela renda de casa ou pelo subsídio de residência.

Art. 35.º (Transitório) É permitido aos indivíduos que possuam o actual curso completo do seminário, matricularem-se no último ano do curso normal.

Art. 36.º Todas as nomeações e promoções de professores primários serão feitas em portaria pelo Governador da Província, seguidos os trâmites legais.

Art. 37.º São mantidas as oficinas de S. Vicente criadas pelo decreto de 19 de Julho de 1900.

Art. 38.º O Governador da província, ouvido o Conselho de Instrução Pública e o Conselho de Govêrno, adoptará os regulamentos necessários à execução do presente decreto.

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917.—O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena.*

TABELA A

Quadro e tabela de vencimentos dos professores de ensino primário elementar e complementar

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
1.ª classe — 20 professores	300$	60$	360$
2.ª classe — 40 professores	252$	48$	300$
3.ª classe — número indeterminado	204$	36$	240$
Subsídio de residência:			
Praia ou Mindélo	-$-	-$-	130$
Outras sédes de concelhos regulares	-$-	-$-	75$
Outros locais	-$-	-$-	60$
Aos professores diplomados pelas escolas normais da metrópole	-$-	-$-	210$
Aos professores que rejam mais de uma turma	-$-	120$	120$
Aos professores dos postos de ensino	-$-	180$	180$

Nota — Os professores a quem seja dada residência oficial não receberão o subsídio de residência.

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena.*

TABELA B

Quadro e tabela de vencimentos dos professores e mais pessoal das escolas de ensino primário superior

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
2 Directores	-$-	90$	90$
3 Professores ordinários	510$	360$	870$
4 Professores agregados	360$	360$	720$
2 Secretários	-$-	60$	60$
2 Serventes	-$-	-$-	150$

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

TABELA C

Quadro e tabela de vencimentos dos professores e mais pessoal do 2.º e 3.º anos do curso normal

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
1 Director	-$-	60$	60$
2 Professores ordinários	600$	420$	1:020$
3 Professores agregados	450$	420$	870$
3 Professores dos cursos práticos	450$	270$	720$
1 Secretário	-$-	60$	60$
1 Servente	-$-	-$-	150$

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

TABELA D

Quadro e tabela de vencimentos dos inspectores

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
2 Inspectores	600$	600$	1:200$
Ajudas de custo a 1$20 por dia, durante 280 dias	-$-	-$-	336$

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

TABELA E

Quadro dos professores e mais pessoal do liceu nacional e seus vencimentos

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
1 Reitor	-$-	-$-	-$-
Professores efectivos:			
2 1.º grupo—português e latim	600$	600$	1.200$
1 2.º grupo—português e francês	600$	600$	1.200$
1 3.º grupo—inglês	600$	600$	1.200$
1 4.º grupo—geografia e história	600$	600$	1.200$
1 6.º grupo—sciências naturais	600$	600$	1.200$
1 7.º grupo—sciências físico-químicas	600$	600$	1.200$
1 8.º grupo—matemática	600$	600$	1.200$
1 9.º grupo—desenho e geometria	600$	600$	1.200$
1 Professor de ginástica	600$	300$	900$
1 Secretário	-$-	120$	120$
2 Guardas	150$	150$	300$
3 Serventes	-$-	-$-	180$

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

TABELA F

Quadro do pessoal da Escola Profissional Industrial da Praia e seus vencimentos

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
Director, condutor de obras Públicas de 1.ª ou 2.ª classe	600$	600$	1.200$
1 Professor de instrução primária	204$	(a) 276$	480$
Mestres das oficinas:			
1 Trabalhos em madeira	360$	360$	720$
1 Trabalhos em metal	360$	360$	720$
1 Chauffeur	300$	300$	600$
Operários:			
1 Carpinteiro	300$	300$	600$
1 Ferreiro	300$	300$	600$
1 Caldeireiro-funileiro	300$	300$	600$
Guardas:			
1 Ferramenteiro	150$	150$	300$
2 De policiamento	-$-	-$-	150$
1 Carreiro	-$-	-$-	109$50
2 Serventes	-$-	-$-	109$50
Para retribuição e rações aos aprendizes	-$-	-$-	2.000$

(a) Incluindo 120$ de subsídio de residência e 120$ por reger mais duma turma.

Nota.— Os mestres, operários e aprendizes terão partilha em uma percentágem sôbre as receitas da escola, provenientes de obras na mesma executadas.

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

TABELA G

Quadro e vencimentos do pessoal das escolas práticas móveis de agricultura

Designação	Vencimentos		
	Categoria	Exercício	Total
1 Director	600$	600$	1:200$
2 Práticos	360$	360$	720$

Ministério das Colónias, 8 de Outubro de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.

DECRETO N.º 3:406

Tendo representado o *Governador da província de Cabo Verde* mostrando a necessidade de criar na Ilha de S. Vicente um museu provincial, onde os passageiros dos paquetes que demandam o Pôrto Grande de S. Vicente, e que são em grande número, durante o tempo da tomada do carvão e águas, possam na visita à cidade do Mindêlo, capital da mesma ilha, encontrar um edifício público onde passem com proveito parte dêsse tempo;

Considerando que a cidade do Mindelo não atrai forasteiros, *por lhe faltarem os mais simples entretenimentos* visto que só os arrebaldes da cidade são motivo de rápidas excursões, mas pouco deleitam os visitantes devido à sua aridez;

Considerando que a Câmara Municipal de S. Vicente, no ardente desejo de ver progredir a cidade do Mindêlo, se prontificou a fornecer o edifício e o mobiliário para a instalação do museu;

Ouvido o Conselho de Ministros; e

4. Plano Orgânico da Instrução Publica de Cabo Verde, 1918

SUPLEMENTO N.º 14

AO N.º 52 DO

BOLETIM OFICIAL

DO

GOVÊRNO DA PROVINCIA DE CABO VERDE

Terça-feira, 31 de Dezembro de 1918

SUMÁRIO

GOVÊRNO DA PROVÍNCIA

Secretaria Geral do Govêrno

Portarias provinciais n.os 474, 484 e 465-B, mandando entrar em execução em 1 de Janeiro próximo, para vigorarem nesta colónia: o novo Plano Orgânico da Instrução Pública; a Reorganização dos serviços militares e de policiamento; e a dos Serviços da Contribuição Predial.

Portaria provincial n.º 465-C, determinando várias indicações provisórias a observar no lançamento da contribuição predial referente a 1917.

GOVÊRNO DA PROVÍNCIA

Secretaria Geral do Govêrno

PORTARIAS

N.º 474.—Em observância do determinado na portaria provincial n.º 452, de 6 do corrente, publicada no *Boletim Oficial* n.º 49 da presente série: hei por conveniente publicar, para ter execução a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, o seguinte Plano Orgânico da Instrução Pública desta provincia, o qual, por efeito da mesma portaria e da disposição legal nela invocada, passa a substituir análogo diploma que fôra publicado no Suplemento n.º 18 ao *Boletim Oficial* n.º 43 desta colónia, de 30 de Outubro de 1917.

Pela Direcção dos Serviços de Fazenda são expedidas as instruções necessárias relativamente aos abonos de despesas que sofrem alteração por efeito da remodelação de serviços a que se refere esta portaria.

Cumpra-se.

Residência do Govêrno na cidade da Praia, 27 de Dezembro de 1918.—*Na ausência de Sua Ex.ª o Governador*, *Augusto F. Figueiredo de Barros*, Secretário Geral, Vice-Presidente do Conselho do Govêrno.

Plano Orgânico da Instrução Pública da Província de Cabo Verde

(aprovado em sessão do Conselho do Govêrno de 1 de Maio de 1918)

TÍTULO I

Do ensino em geral

Artigo 1.º O ensino em Cabo Verde compreende:

I — O ensino primário;

II — O ensino secundário e normal primário;

III — O ensino profissional.

Art. 2.º A superintendência em todo o serviço de ensino compete ao Govêrno da Colónia, que a exercerá por intermédio do Conselho de Instrução e de Inspectores.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

Do ensino primario

Art. 3.º O ensino primário abrange dois graus, compreendendo as matérias dos programas de ensino primário elementar e complementar, adoptados na metrópole, com maior desenvolvimento da língua portuguesa e educação cívica.

Art. 4.º O ensino primário elementar que compreende as disciplinas do 1.º grau será ministrado em escolas de ensino primário elementar e em postos de ensino; e o ensino primário complementar será o que compreende as disciplinas de 1.º e 2.º grau ministrado em escolas de ensino primário complementar.

§ único. Sempre que em algum lugar em que não haja uma escola a menos de dois quilómetros de distância, houver algum particular que, por si, tenha ensinado as matérias de instrução primária elementar, terá a gratificação de 3$00 por cada aluno que lhe fôr aprovado no respectivo exame.

Art. 5.º Para o exercício oficial do magistério primário de qualquer categoria é preciso possuir título de habilitação legal conferido pelas escolas normais ou de habilitação para o magistério primário da metrópole ou desta colónia e só na falta absoluta dêstes, se nomearão, depois de aberto concurso público, os indivíduos mais idóneos e que se sujeitem primeiramente a um exame, cujo programa será organizado pelo Conselho de Instrução Pública.

Art. 6.º A primeira nomeação para o magistério primário de todas as categorias é temporária e feita por concurso, nos termos do artigo anterior, podendo tornar-se definitiva depois de um ano de bom e efectivo serviço.

§ único. Verificando-se ao fim dêsse ano que o serviço prestado não é suficiente, depois de ouvidos os professores e do voto afirmativo do Conselho de Instrução Pública, *considera-se vago o respectivo lugar a fim de se abrir concurso.*

Art. 7.º Os professores efectivos de um e outro sexo serão divididos em tres classes, sendo 20 de primeira classe, 40 de segunda classe e 50 de terceira classe, podendo o Conselho de Instrução Pública aumentar êste último número em harmonia com as necessidades do ensino, e terão direito aos vencimentos fixados na tabela anexa.

§ 1.º Os professores temporários terão só vencimento de exercício e subsídio de residência consoante a respectiva tabela, não tendo os professores dos postos direito senão ao vencimento de exercício.

§ 2.º Os professores que à data da publicação dêste diploma, tenham vencimentos superiores aos agora fixados, conservam-os.

§ 3.º Ao Conselho de Instrução Pública compete autorizar quaisquer subsídios a escolas particulares.

Art. 8.º Pertencem à primeira classe, todos os actuais professores dessa designação e os que já tenham vencimentos superiores ou iguais aos fixados agora para os de primeira classe, e bem assim, dos professores da actual segunda classe, o número preciso para completar o quadro respectivo.

Art. 9.º Ficam pertencendo à segunda classe os professores que tenham essa classificação, não abrangidos

pela promoção indicada no artigo anterior, e também os da actual terceira classe no número necessário para preencher o respectivo quadro.

Art. 10.º Todos os demais professores efectivos actualmente em serviço, constituirão a terceira classe, no número preciso para preencher o quadro.

Art. 11.º O provimento definitivo e as promoções de classe serão feitas pelo Govêrno Provincial mediante informação favorável do Inspector de ensino primário e segundo a classificação organizada pelo Conselho de Instrução Pública.

§ 1.º A graduação dos candidatos, far-se há tendo em consideração:

I — Boa classificação de serviço prestado como professor oficial durante 5 anos pelo menos.

II — Classificação final do diploma e maioria de habilitações literárias;

III — Tempo de serviço efectivo como professor de uma escola oficial (incluídas as antigas escolas municipais);

IV — Tempo de serviço temporário como professor de uma escola oficial ou das antigas municipais.

§ 2.º No fim de cada ano lectivo, publicar-se há para êste efeito uma lista dos professores pela ordem da sua antiguidade.

Art. 12.º O Conselho de Instrução Pública indicará quais os povoados onde se hão de estabelecer escolas e postos, em harmonia com os recenseamentos escolares organizados pelo inspector, tendo em atenção a que nestes apenas se ministrará o ensino primário elementar, e que o seu número não deverá ir além de 60.

§ único. Este número poderá ser aumentado se o Govêrno da Província, ouvido o Conselho de Instrução Pública, assim o julgar necessário.

Art. 13.º Em todos os locais onde se estabelecer só uma escola ou pôsto de ensino, será para ambos os sexos.

Art. 14.º Na falta de professores primários efectivos serão nomeados pelo Govêrno da Província, ouvido o inspector escolar, professores interinos, que terão apenas direito a uma gratificação igual ao vencimento de exercício quando tenham outros vencimentos pagos pelo Estado ou outras corporações públicas; e igual ao de exercício e dois terços do de categoria quando não tenham outros vencimentos.

CAPÍTULO II

Da fiscalização e inspecção do ensino primário

Art. 15.º A inspecção directa das escolas é exercida por um inspector, com residência oficial onde o Govêrno indicar, devendo percorrer as escolas durante os meses do ano lectivo, fiscalizando, dirigindo e aperfeiçoando os professores, uniformizando os métodos e processos de ensino e elevando assim o nível pedagógico das escolas.

§ único. Anualmente informará o Inspector do mérito profissional e comportamento do professorado e apresentará um relatório em duplicado dos serviços feitos durante o ano escolar, ao Governador da província por intermédio do Conselho de Instrução Pública que arquivará o duplicado.

Art. 16.º O cargo de inspector será sempre provido por concurso aberto entre os inspectores e professores primários metropolitanos, de reconhecida e atestada competência e aptidão física, com menos de 40 anos de idade, tendo preferência os que tenham os cursos de Lisboa, Pôrto e Coimbra.

§ 1.º Ficará como primeiro inspector um dos dois que já estão na província, ficando o outro a servir como professor de pedagogia no Instituto de Instrução Secundária, sem prejuízo de quaisquer direitos estipulados no seu contracto, tendo por isso além dos vencimentos ordinários dos professores do Instituto a gratificação correspondente a metade das ajudas de custo a que teria direito como Inspector.

§ 2.º Os vencimentos do inspector são os constantes da tabela anexa.

§ 3.º Um regulamento provincial dirá o regime disciplinar dos professores, competência e obrigações do inspector e tudo mais que precise ser regulado em virtude dêste plano orgânico.

TÍTULO III

Do ensino secundário e normal

Art. 17.º O ensino secundário e normal será ministrado no Instituto de Instrução Secundária que por êste diploma é criado.

§ 1.º Este Instituto funcionará provisòriamente e só emquanto a colónia não tenha alojamento próprio noutra ilha, no edifício do extinto Seminário da Ilha de S. Nicolau, aproveitando-se o respectivo material escolar, devendo tambem para lá remeter-se todo o material pertencente ao Liceu Nacional de S. Vicente, que fica extinto por êste diploma.

§ 2.º Neste Instituto poderá ser admitido o número de alunos do sexo masculino, com menos de 15 anos de idade, que comportar o edifício, mediante a mensalidade que o Conselho de Instrução Pública estipular e o pagamento das propinas de abertura e encerramento de matrícula, podendo 25 % dêstes estar gratuitamente internados, desde que sejam comprovadamente pobres e aplicados aos estudos e assim reconhecidos pelo Conselho de Instrução Pública.

§ 3.º Como externos, podem freqüentar o Instituto todos os indivíduos dos dois sexos, mediante o pagamento das respectivas propinas, se não provarem ser pobres.

§ 4.º São condições essenciais para matrícula terem os alunos mais de 10 anos de idade e apresentarem certidão do exame de instrução primária complementar ou do segundo grau da antiga lei.

Art. 18.º O ensino secundário ministrado no Instituto constará das matérias do Curso Geral dos Liceus da metrópole, abrangendo 5 classes, repartidas por duas secções, compreendendo a primeira secção as três primeira classes e a segunda as duas seguintes.

§ único. Nas 2.ª e 3.ª classes haverá, além das disciplinas liceais e em dias alternados, uma cadeira prática de escrituração comercial, cadeira que tambem será ministrada uma vez por semana na 5.ª classe.

Art. 19.º A nomeação dos professores efectivos do curso liceal será feita pelo Govêrno da Província, ouvido o Conselho de Instrução Pública, mediante concurso público aberto no Ministério das Colónias e Secretaria Geral desta colónia, admitindo-se como candidatos todos os indivíduos que possuirem os diplomas exigidos aos professores dos liceus da metrópole, os que tenham qualquer curso superior e ainda na falta dêstes os que independentemente de habilitações oficiais se sujeitem a um concurso cujo programa das matérias será elaborado na província pelo Conselho de Instrução Pública.

§ 1.º Os actuais professores do extinto seminário serão considerados para todos os efeitos professores efectivos, excepto quanto a vencimentos, pois só terão direito aos de exercício, continuando porêm a receber o que lhes pertence em harmonia com a lei de Separação das Egrejas do Estado das colónias.

§ 2.º O professor efectivo da cadeira de escrituração comercial será recrutado em concurso dentre os indivíduos que tenham pelo menos o curso elementar de comércio professado em qualquer escola da metrópole e na sua falta entre os profissionais de reconhecida competência, ficando com os vencimentos e vantagens dos outros professores efectivos do Instituto.

Art. 20.º E' criado no Instituto de Instrução Secundária um curso de ensino normal, que terá o regime de coeducação dos sexos, a fim de preparar nesta colónia candidatos devidamente habilitados ao magistério primário.

§ 1.º Este curso durará dois anos, freqüentando os alunos no primeiro ano uma cadeira de pedagogia geral e história da pedagogia, outra de legislação especialmente escolar e economia política (noções gerais), e outra que será um resumo de conhecimentos adquiridos no

Liceu sôbre história, geografia, gramática e matemáticas e no 2.º ano uma cadeira de pedologia e metodologia do ensino primário e literatura portuguesa, e outra três vezes por semana de psicofisiologia, destinando-se especialmente êste segundo ano à prática simultânea do ensino das escolas primárias locais, sob a direcção do professor de pedagogia.

Art. 21.º Os indivíduos que pretenderem matricular-se nêste curso devem satisfazer às condições seguintes:

I—Terem 15 anos de idade completos;

II—Apresentarem certidão de passagem na terceira classe do curso liceal;

III—Apresentarem atestado, passado por médico, de não sofrerem de moléstia contagiosa e serem vacinados.

§ único. Podem também frequentar o curso normal independentemente da apresentação da certidão de passagem na terceira classe do curso liceal, todos os indivíduos que, sujeitando-se a um exame que versará sôbre tais matérias e principalmente sôbre conhecimento da língua, história e geografia pátrias, ficarem aprovados, podendo também ser admitidos à frequência do 2.º ano os professores interinos e particulares, existentes à data da publicação dêste decreto, que queiram munir-se do respectivo diploma.

Art. 22.º Os programas do curso normal e do exame de admissão a que se refere o § único do artigo 21.º serão estabelecidos pelo Conselho de Instrução Pública, fazendo-se só um exame no fim do curso e representando a certidão de aprovação o respectivo diploma.

Art. 23.º Os alunos pobres são dispensados do pagamento de propina.

Art. 24.º Os professores de tal curso são os do curso liceal, à excepção do de pedagogia, que será recrutado entre os professores das escolas normais metropolitanas e com os mesmos vencimentos e vantagens daqueles.

§ único. O primeiro professor de pedagogia será um dos inspectores dos que estão já na província.

Art. 25.º Na falta dos professores efectivos do instituto serão nomeados pelo Govêrno da Província, ouvido o Conselho de Instrução Pública, professores interinos, que terão apenas uma gratificação igual ao vencimento de exercício quando tenham outros vencimentos pagos pelo Estado ou outras corporações públicas, e igual ao vencimento de exercício e dois terços do de categoria quando não tenham outros vencimentos.

CAPITULO III

Da Inspecção da Instrução Secundária

Art. 26.º O Instituto de Instrução Secundária terá um reitor, nomeado pelo Governador sôbre proposta do Conselho de Instrução Pública e um Secretário também de nomeação do Govêrno sôbre proposta do Reitor.

§ 1.º O Reitor desempenha funções de natureza pedagógica e é o inspector de Instrução Secundária, sendo como tal delegado do Govêrno de quem receberá ordens e instruções ou directamente ou por intermédio do Conselho de Instrução Pública, devendo tal cargo ser sempre desempenhado por um dos professores efectivos.

§ 2.º Os professores são obrigados a ensinar qualquer disciplina do seu grupo nas diferentes classes, sendo o tempo máximo de serviço a que cada um é obrigado, de 24 horas semanais.

§ 3.º A distribuição das lições e demais trabalhos dos alunos e professores pelos dias úteis e o horário são organizados pelo Reitor ouvido o Conselho Escolar, com aprovação do Govêrno da Província.

§ 4.º O Conselho Escolar será composto por todos os professores efectivos do Instituto.

Art. 27.º O ano lectivo começará a 1 de Outubro e terminará a 30 de Junho, sendo feriados os domingos, segunda e terça-feira de Carnaval, os dias assim designados pela lei geral, desde o dia 23 de Dezembro até 6 de Janeiro, e desde domingo de Ramos ao dia de Páscoa.

Art. 28.º Todo o pessoal subalterno do Instituto será nomeado pelo Governador sôbre proposta do Reitor, devendo de regulamentos provinciais o funcionamento das disciplinas, programas e o mais que fôr necessário para o Instituto, em obediência a êste plano orgânico.

TÍTULO IV

Do ensino profissional

Art. 29.º O ensino profissional será gratuito e compreende o da arte marítima, o industrial e o agrícola, devendo ser essencialmente prático e utilitário.

CAPITULO I

Do ensino profissional da arte marítima

Art. 30.º E' mantida na Capitania dos Portos em S. Vicente a actual escola de pilotagem, sob a direcção do capitão dos portos, que será também professor, exercendo também as funções de inspector dêste ensino e sendo como tal delegado do Govêrno, de quem receberá ordens e instruções directamente.

Art. 31.º O curso professado nesta escola será o elementar de pilotagem, em dois anos, devendo reger-se provisòriamente pelo regulamento da Escola Auxiliar de Marinha.

§ único. Também nesta escola se passarão diplomas de mestres de grande e pequena cabotagem a todos os indivíduos que lá se sujeitem a um exame, sendo o programa das respectivas matérias organizado pelo capitão dos portos.

Art. 32.º Em todas as ilhas em que haja algum indivíduo que por si habilite alunos para qualquer dos exames, quer do curso de pilotagem, quer de mestres de cabotagem, receberá por cada um que fique aprovado uma gratificação de 5$00.

CAPITULO II

Do ensino profissional industrial

Art. 33.º As escolas profissionais-industriais destinam-se especialmente a formar bons operários dos ofícios mais úteis à economia da colónia.

Art. 34.º O ensino será ministrado na actual escola da Praia, emquanto não haja outro edifício apropriado e na escola que funcionará na propriedade de S. Jorge dos Orgãos, e compreende:

I—Ensino de noções gerais técnicas;

II—Ensino prático de carpinteiros, marceneiros, ferreiros, serralheiros, canteiros e pedreiros;

III—Ensino primário elementar.

Art. 35.º Exercerá as funções de inspector da escola da Praia o director das Obras Públicas e será seu director um condutor-técnico dos que êstejam em serviço na Direcção das Obras Públicas, com direito a 120$ de gratificação anual.

§ único. O restante pessoal será contractado pelo Govêrno da Província ouvido o Conselho de Instrução Pública, não devendo os contractos ter duração inferior a 6 anos e podendo ser sempre renovados por igual tempo se isso convier ao serviço público e aos interessados, podendo êstes então também optar por ficarem pertencendo ao quadro do funcionalismo público provincial e com as vantagens inerentes a êste.

Art. 36.º A duração do curso será de 3 anos, sendo permitido mais um por decisão do inspector.

Art. 37.º A inspecção da escola de S. Jorge dos Orgãos pertencerá ao chefe dos Serviços Agrícolas, bem como lhe pertence a direcção, regulando-se em tudo mais pela escola da Praia.

Art. 38.º O regime destas escolas é o semi-internato, recebendo os aprendizes durante o dia uma ração fornecida pela escola.

§ 1.º O trabalho dos aprendizes será retribuído a partir do princípio do 2.º ano, sendo à razão de 2$40 mensais no primeiro semestre, a 3$00 no segundo, a 4$00 no primeiro semestre do terceiro ano e 5$00 no segundo semestre.

§ 2.º Estas escolas não poderão ser freqüentadas por mais de 45 alunos cada uma com serviços retribuídos, podendo freqüenta-las, porêm, um número ilimitado dêles que prescindam da ração e retribuição.

Art. 39.º O quadro e os vencimentos do pessoal destas escolas consta da tabela anexa.

CAPITULO III

Do ensino profissional agricola

Art. 40.º Este ensino será ministrado na propriedade de S. Jorge dos Orgãos na Ilha de S. Tiago e em todos os demais lugares onde os Serviços Agricolas venham a montar os seus postos experimentais.

Art. 41.º O ensino será gratuito e essencialmente prático, ministrando-se apenas as noções teóricas indispensáveis à compreensão das diversas operações agrícolas.

§ único. Este ensino será ministrado pelos chefes dos postos sem direito a qualquer retribuição e tendo como auxiliares um prático e um servente agricola, pagos pela Repartição de Agricultura.

Art. 42.º O inspector do ensino profissional agrícola será o chefe dos Serviços Agricolas da colónia.

TÍTULO V

Do ensino particular e doméstico

Art. 43.º É permitido livremente o ensino particular e doméstico, ficando porêm o primeiro sujeito à inspecção escolar.

§ único. Os indivíduos, corporações ou associações, que pretendam estabelecer quaisquer cursos, colégios ou escolas de ensino particular onde se ensinem as matérias professadas no Instituto Secundário podem faze-lo sem qualquer formalidade legal, ficando porem obrigados a enviar até 1 de Junho ao Conselho de Instrução Pública uma nota dos alunos que propõem para exame e enviando até ao dia 30 de Junho à Secretaria do Instituto a sua informação ácêrca do valor intelectual e da habilitação dos seus alunos.

TÍTULO VI

Do Conselho de Instrução Publica

Art. 44.º O Conselho de Instrução Pública, a quem compete especialmente a direcção e fiscalização de todo o serviço de ensino primário, secundário e normal, é constituído por: o Governador da colónia, o vice-presidente do Conselho do Govêrno, o Inspector do ensino primário e dois cidadãos de reconhecida competência residentes na Praia, eleitos trienalmente, um pelas câmaras municipais das ilhas de Sotavento e outro pelas câmaras das ilhas de Barlavento.

§ 1.º Os vogais efectivos do Conselho, a que se refere êste artigo, terão todos um respectivo suplente.

§ 2.º O Conselho de Instrução Pública terá o pessoal de secretaria que fôr necessário, não devendo dispender-se em gratificações anualmente mais de 360$00.

Art. 45.º O Conselho de Instrução Pública terá delegados em todas as ilhas da provincia, escolhidos dentre os propostos pelo inspector de ensino primário.

Art. 46.º Tanto a competência do Conselho como a dos seus delegados será descriminada em regulamento provincial.

TÍTULO VII

Das receitas a aplicar ao ensino

Art. 47.º São obrigadas as câmaras municipais a destinar anualmente aos encargos da Instrução, pelas forças das suas receitas, pelo menos as quantias constantes do orçamento aprovado por portaria n.º 368-B, de 30 de Outubro de 1917, fazendo entrega desses quantias trimensalmente nas recebedorias do concelho.

Art. 48.º São criados os impostos de $02 por litro sôbre o vinho comum e bebidas fermentadas, e de $04 por litro sôbre os vinhos licorosos, espumosos, vêrmutes e champanhe, importados pelas alfândegas da provincia.

Art. 49.º E criado o imposto de 5 % *ad-valorem* sôbre os metais preciosos em obras (excluída a moeda), tabacos e tecidos de sêda.

§ 1.º Subsiste o imposto de 3 % *ad-valorem* criado por decreto de 8 de Outubro de 1917 sôbre todas as mercadorias importadas pelas alfândegas, com excepção das abrangidas pelos artigos anteriores e do milho, feijão, arroz, açúcar, azeite, carvão, lenha e farinhas para panificação.

§ 2.º Também subsistem o imposto de $00,1 por quilo de purgueira exportado e $10 por litro de aguardente produzida na provincia ou das aguardentes simples ou preparadas nela importada, criados por decreto de 8 de Outubro de 1917.

Art. 50.º E' criado o novo imposto de $01 por quilo de café exportado pelas alfândegas.

Art. 51.º Constituem fundo especial com aplicação exclusiva aos serviços da Instrução da colónia:

I—Os saldos do fundo criado pelo artigo 29.º do decreto de 8 de Outubro de 1917 e que existam á data de 30 de Junho do ano económico anterior;

II—As receitas e produto dos impostos a que se referem os artigos 46.º, 47.º, 48.º e 49.º dêste diploma;

III—Os donativos de entidades oficiais ou particulares, o produto das propinas e mensalidades dos alunos, o produto das multas provenientes de condenação por embriaguês e jogos ilicitos e quaisquer outras receitas que por lei sejam ou venham a ser aplicadas a êste fundo.

Art. 52.º O fundo especial de que trata o artigo antecedente será distribuido segundo as necessidades do ensino em orçamento de ano económico, que será elaborado pelo Conselho de Instrução Pública e sujeito à aprovação do Conselho do Govêrno, devendo depois ser publicado em anexo ao orçamento geral da colónia.

Art. 53.º Subsiste a autorização concedida no artigo 31.º do decreto de 8 de Outubro de 1917, nos seus precisos termos e nos do seu § único.

Art. 54.º Das receitas anualmente cobradas para o fundo do Asilo D. Amélia será aplicada à beneficência a quantia de 200$ e o restante destinado ao Fundo da Instrução.

TÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 55.º Para a assistência escolar será destinada anualmente uma verba não inferior a 3.000$, efectuando-se pela distribuição de livros e material escolar aos alunos pobres, pelo sustento e ensino dêstes no Instituto de Instrução Secundária, e pela distribuição de uma ração diária a 90 alunos das escolas profissionais da Praia e S. Jorge dos Orgãos.

Art. 56.º Todos os impostos a que se refere o Título VII dêste diploma serão cobrados pelas estações aduaneiras conjuntamente com os mais direitos alfandegários e entregues semanalmente por meio de guia especial nos cofres das recebedorias dos concelhos, à excepção do lançado sôbre a aguardente que será cobrado de fórma idêntica à que se usa para com o imposto criado pelo decreto de 20 de Julho de 1912.

§ único. A fixação e cobrança de propinas e das mensalidades dos alunos internos no Instituto de Instrução Secundária será feita em conformidade com as instruções que publicar o Conselho de Instrução Pública.

Art. 57.º Todas as nomeações e transferências de professores serão feitas em portaria pelo Govêrno da Provincia depois de ouvido o Conselho de Instrução Pública.

Art. 58.º O Governador da provincia ouvido o Conselho de Instrução Pública e depois da aprovação do Conselho do Govêrno adoptará os regulamentos necessários à execução do presente diploma.

Art. 59.º Ficam extintos todos os estabelecimentos de

instrução a que se referem a lei n.º 701 de 13 de Junho e o decreto de 8 de Outubro, ambos de 1917 e são substituidos pelos criados pelo presente diploma com a organização que nele lhes é dada, passando todo o mobiliário escolar e material de ensino da escola primária superior da Praia para as escolas primárias oficiais.

Art. 60.º Aos alunos das escolas primárias superiores que obtiverem passagem do primeiro ano, é garantida a admissão no 2.º ano do liceu.

Art. 61.º Fica revogada toda a legislação geral e especial em contrário.

Quadro e tabela de vencimentos do inspector do ensino primário e professores

DESIGNAÇÃO	Vencimentos		TOTAL
	Categoria	Exercício	
1 Inspector	600$	600$	1.200$
20 professores de 1.ª classe	300$	84$	384$
40 » » 2.ª »	252$	72$	324$
50 » » 3.ª »	204$	60$	264$
60 » » postos de ensino	-$-	180$	180$
Os professores temporários receberão	-$-	180$	180$
Subsidios de residência:			
Na Praia e Mindêlo	-$-	-$-	120$
Nas sédes dos outros concelhos	-$-	-$-	72$
Nas outras localidades	-$-	-$-	48$
Ajudas de custo ao inspector, a 1$20 por dia, em 280 dias	-$-	-$-	336$

NOTA — Os professores a quem seja dada residência oficial não receberão subsidio de residência.

Quadro e tabela dos vencimentos do pessoal do Instituto de Instrução Secundária

DESIGNAÇÃO	Vencimentos		TOTAL
	Categoria	Exercício	
1 Reitor (um professor)—gratificação	-$-	120$	120$
7 professores efectivos	600$	600$	1.200$
3 » do antigo Seminário	-$-	600$	600$
1 Secretário (um professor)	-$-	120$	120$
2 prefeitos (dois professores com residência e comida)	-$-	-$-	-$-
Pessoal menor	-$-	1.500$	1.500$

Quadro do pessoal das escolas profissionais-industriais

DESIGNAÇÃO	Vencimentos		TOTAL
	Categoria	Exercício	
1 director da escola da Praia (um condutor das Obras Públicas	-$-	120$	120$
1 professor de instrução Primária de 3.ª classe na escola dos Orgãos	204$	60$	264$
Subsidio de residência	-$-	-$-	48$
6 mestres de oficina (3 para cada escola):			
2 mestres carpinteiros	360$	360$	720$
2 » serralheiros-ferreiros	360$	360$	720$
2 » canteiros-pedreiros	360$	360$	720$

NOTA — Os mestres, operários e aprendizes terão percentagem sôbre os trabalhos executados.

Está conforme com o original enviado à Secretaria de Estado das Colónias em 1 de Junho de 1918.

N.º 484.—Em observância do determinado na portaria provincial n.º 452, de 6 do corrente, publicada no *Boletim Oficial* n.º 49 da presente série, hei por conveniente publicar, para ter execução a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, a seguinte Reorganização dos serviços militares e de policiamento na Província de Cabo Verde.

Pela Direcção dos Serviços de Fazenda são expedidas as instruções necessárias relativamente aos abonos de despesas que sofrem alteração por efeito da remodelação de serviços a que se refere esta portaria.

Cumpra-se.

Residência do Govêrno na cidade da Praia, 27 de Dezembro de 1918.—Na ausência de Sua Ex.ª o Governador, *Augusto F. Figueiredo de Barros*, Secretário Geral, Vice-Presidente do Conselho do Govêrno.

Reorganização dos serviços militares e de policiamento na Província de Cabo Verde

(aprovada em sessão do Conselho do Govêrno de 1 de Maio de 1918)

Artigo 1.º São extintos os dois Pelotões de Polícia Rural da Província de Cabo Verde e a Secção de Artilharia Indígena do Mindêlo.

Art. 2.º São extintos os Corpos de Polícia Civil da Cidade da Praia e do Mindêlo, o Corpo de Guardas da Alfândega do Círculo Aduaneiro de Cabo Verde, e o Corpo de Guardas de Saúde da Província de Cabo Verde.

Art. 3.º O Quartel General da Província de Cabo Verde passa a ter a constituição indicado no quadro I

Art. 4.º E' criada na Província de Cabo Verde uma unidade militar, denominada «Corpo de Polícia e Guarnição» cujo efectivo é o indicado no quadro I.

§ único. Êste efectivo poderá ser alterado conforme as necessidades do serviço o indicarem.

Art. 5.º Ficam a cargo da unidade a que se refere o artigo anterior a guarnição do arquipélago de Cabo Verde, todos os serviços de policiamenta urbano, rural, aduaneiro e de sanidade.

Art. 6.º Os vencimentos dos oficiais e praças do Corpo de Polícia e Guarnição da Província de Cabo Verde não especificados no quadro II, são os designados na legislação em vigor nas colónias.

Art. 7.º As multas aplicadas pelo pessoal do Corpo de Polícia e Guarnição por infracções de posturas municipais serão divididas em três partes iguais que pertencerão: uma ao Estado, uma ao Município e uma àquele pessoal.

Art. 8.º Passam a ser receita do Estado, além das percentagens das multas mencionadas no artigo anterior:

a) Os emolumentos e percentagens cobrados pelas praças afectas ao policiamento aduaneiro de Cabo Verde;

b) Os emolumentos e percentagens cobrados pelas praças afectas ao serviço sanitário dos portos de Cabo Verde.

§ único. Destas receitas poderá ser destinada uma parte para gratificações ao pessoal por determinados serviços, para o que se inscreverá no orçamento da colónia uma verba especial.

Art. 9.º O pessoal das unidades extintas em virtude do disposto no artigo 1.º dêste decreto será encorporado no Corpo de Polícia e Guarnição da Província de Cabo Verde.

Art. 10.º Os empregados pertencentes às corporações extintas em virtude do disposto no artigo 2.º dêste decreto que tiverem idade e aptidão física para o serviço do Corpo de Polícia e Guarnição da Província de Cabo Verde poderão ser nele alistados, sendo preferidos para os serviços de policiamento.

§ 1.º São garantidos aos empregados a que se refere êste artigo:

1.º Os vencimentos de categoria e exercício que têm actualmente.

Os indivíduos que não forem colocados no quadro do Corpo de Polícia e Guarnição em lugares a que correspon-

5. Liceu Infante D. Henrique, 1926



Repartição de Cabo Verde e Guiné

1.ª Secção

Diploma legislativo colonial n.º 92

(DECRETO)

Atendendo ao que representaram o governador e o Conselho Superior de Instrução Pública da Província de Cabo Verde;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro das Colónias, que ao Liceu Nacional da referida colónia, criado pela lei n.º 701, de 13 de Junho de 1917, seja dado o nome de Infante D. Henrique.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Govêrno da República, 15 de Janeiro de 1926.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Maria Vieira da Rocha.*

MINISTERIO DAS COLÓNIAS

Decreto n.º 28:114

Sendo necessário dar execução ao reajustamento dos quadros privativos dos liceus coloniais, previsto no corpo dos artigos 48.º e 50.º do decreto-lei n.º 27:084, de 14 de Outubro de 1936, pôsto em vigor no ultramar pelas portarias n.ºs 8:547, de 9 de Novembro de 1936, e 8:602, de 22 de Janeiro de 1937;

Estando naturalmente indicado que o ensino da disciplina de educação moral e cívica seja confiado gratuitamente a padres missionários, onde os houver, ou a eclesiásticos subsidiados pelo Estado onde não haja missionários, pois tanto em um caso como em outro é suficiente para o desempenho dêsse serviço a remuneração que do Estado recebem;

Art. 21.º São extintos o Liceu Central Infante D. Henrique, na cidade do Mindêlo, e a Escola Profissional, na cidade da Praia, da colónia de Cabo Verde.

Art. 22.º Em sua substituição são criadas uma escola prática de agricultura na Ilha de Santiago e uma escola industrial e comercial na Ilha de S. Vicente, da mesma colónia.

Art. 23.º A Escola Prática de Agricultura funcionará em regime de internato de professores e alunos e reger-se á pelo decreto n.º 19:909, de 15 de Junho de 1931, pela legislação posterior que o altere e pelos artigos 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 31.º, 32.º e parágrafos, 33.º, 36.º a 44.º, inclusive, e 46.º a 53.º, inclusive, dêste diploma, com as seguintes ressalvas:

Art. 29.º Na Escola Industrial e Comercial de S. Vicente ministrar-se-ão os ofícios de:

Serralheiro.
Carpinteiro marceneiro.
Costura e bordados.
Curso do comércio.

Art. 30.º O pessoal da Escola fica constituido por:

Pessoal docente:

4 professores efectivos não diplomados.
1 professor efectivo dos grupos 7.º, 8.º ou 9.º do ensino técnico profissional.

Pessoal auxiliar:

3 mestres, dois dos quais serão os mestres de serralharia e de carpintaria da Escola Profissional da Praia.
1 mestra.

Pessoal de secretaria:

1 amanuense dactilógrafo (o da secretaria do liceu).
1 fiel de armazéns.

Pessoal de serventia:

4 guardas assalariados.

§ 1.º Nas vagas que ocorrerem no pessoal docente serão providos professores efectivos do ensino técnico profissional dos grupos em que se verificar mais instante necessidade.

§ 2.º Nos lugares de professor efectivo não diplomados serão providos os actuais professores não diplomados dos grupos 3.º, 4.º, 7.º e 9.º do quadro privativo do liceu extinto pelo presente decreto.

Art. 31.º Os professores das escolas criadas pelo presente decreto são obrigados até vinte e sete tempos semanais de leccionação, sem direito a quaisquer remunerações por horas extraordinárias.

Art. 32.º A Escola Prática de Agricultura será instalada numa propriedade rural do Estado, na Ilha de Santiago, e a Escola Industrial e Comercial no edifício do liceu ora extinto, na Ilha de S. Vicente.

Vencimentos e gratificações anuais na Escola Industrial e Comercial de S. Vicente de Cabo Verde

Pessoal docente:	
5 professores efectivos, a 26.000$	130 000$00
3 mestres, a 16.000$	48.000$00
Pessoal de secretaria:	
1 amanuense (o do liceu)	8 640$00
1 fiel de armazens	4.800$00
Pessoal de serventia (assalariado)	
2 guardas, a 2.956$50	5.913$00
Gratificações:	
Ao professor director	1.200$00
Ao professor secretário	600$00
Despesas com o material:	
(As mesmas rubricas do liceu)	4.050$00
Máquinas e utensílios	5.000$00
Pagamento de serviços:	
(As mesmas rubricas inscritas para o liceu)	1.410$00
Material de consumo corrente:	
Combustível, lubrificantes e sobressalentes	5.000$00
Matérias primas e produtos acabados ou meio acabados para usos industriais	5.000$00
Total	219 613$00

Ministério das Colónias, 26 de Outubro de 1937. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado.*

(*D. G.* — I Série — n.º 249, de 26-10-1937 e rectificação no *D. G.* — I Série — n.º 256, de 3-11-1937).

7. Secção do Liceu Gil Eanes na Praia, 1955

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral do Ensino

Decreto n.º 41 604

As necessidades escolares da provincia de Cabo Verde, pelo que respeita a estudos subsequentes à instrução primária, foram consideradas pelo Decreto n.º 40 198, de 22 de Junho de 1955, o qual criou no ramo do ensino profissional a Escola Técnica Elementar da cidade do Mindelo.

Os alunos que afluíram a este estabelecimento demonstraram que ele veio preencher uma necessidade, cuja total solução será a criação dos cursos profissionais.

Com este objectivo o presente diploma substituirá aquela escola elementar por uma industrial e comercial na mesma cidade.

Nestes termos:

Atendendo ao que representou o Governo da provincia de Cabo Verde;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada na cidade do Mindelo uma escola industrial e comercial, que começará a funcionar no início do ano escolar de 1958 — 1959 e na qual serão ministrados os seguintes cursos:

a) Ciclo preparatório;

b) Industriais: formação de serralheiro, carpinteiro-marceneiro e montador electricista;

c) Comerciais: geral de comércio e formação feminina.

Art. 2.º A Escola Industrial e Comercial do Mindelo terá o seguinte pessoal:

A) Professores dos quadros comuns:

a) Efectivos: um professor de cada um dos seguintes grupos: 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 6.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º;

b) Adjuntos: um professor do 5.º, outro do 8.º e outro do 11.º grupos.

B) Quadro complementar: um professor de Canto Coral, um de Educação Física e outro de Religião e Moral.

C) Quadro privativo: um mestre de trabalhos manuais, um de grafias, um de serralharia, um de carpintaria, um de electricidade, uma mestra de formação feminina e uma auxiliar de trabalhos manuais.

D) Pessoal de secretaria e menor:

a) Um terceiro oficial e um aspirante;

b) Cinco guardas (sendo um feminino).

Art. 3.º A actual Escola Técnica Elementar do Mindelo ficará extinta a partir da entrada em funcionamento da escola industrial e comercial criada por este decreto e nessa mesma data todo o pessoal da primeira, sem mais formalidades e mantendo os seus actuais direitos, e todo o material se integrarão na segunda.

Art. 4.º O pessoal atribuído pelo presente decreto à nova escola industrial e comercial que exceda o que transitar da Escola Técnica Elementar do Mindelo irá sendo descrito no orçamento da provincia sòmente segundo a previsão da sua necessidade.

Art. 5.º Os cursos industriais da Escola Industrial e Comercial do Mindelo serão postos a funcionar logo que se obtenham condições adequadas e regular apetrechamento material das oficinas.

Art. 6.º É autorizado o Governo de Cabo Verde a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente decreto, servindo de contrapartida disponibilidades ou recursos orçamentais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Maio de 1958. — Francisco Higino Craveiro Lopes — *António de Oliveira Salazar* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *R. Ventura*.

b) do quadro complementar:

Professores do Educação Física, Religião e Moral e Canto Coral: 1 para cada uma destas disciplinas.

c) Do quadro privativo:

1 mestre de trabalhos manuais;
1 auxiliar de trabalhos manuais (feminino).

Pessoal de secretaria:

1 terceiro-oficial.

Pessoal menor:

4 guardas (sendo um feminino).

Art. 9.º Os vencimentos do pessoal a que se refere o artigo anterior serão os seguintes:

Professores efectivos e contratados de Canto Coral e Educação Física, respectivamente os dos professores efectivos e contratados daquelas disciplinas do Liceu Gil Eanes:

Professores adjuntos (vencimentos-base):

Categoria	1.995$00	
Exercício	22.041$70	24.036$00

Mestres (vencimentos-base):

Categoria	1.835$80	
Exercício	18.166$20	20.002$00

Auxiliares de trabalhos manuais (vencimentos-base):

Categoria. . . .	1.835$80	
Exercício	12.164$20	14.000$00

Pessoal de secretaria e menor.

Vencimentos idênticos aos das respectivas categorias do pessoal do Liceu Gil Eanes.

§ 1.º O professor de Religião e Moral será abonado nos termos do artigo 5.º deste decreto.

§ 2.º Os vencimentos dos professores avulsos são constituídos por 70 por cento dos que competem aos respectivos professores do quadro.

Art. 10.º A entrada em funcionamento da escola técnica elementar, criada por este decreto, será determinada logo que para esse efeito se disponha de um mínimo de instalações adequadas.

Disposições gerais

Art. 11.º Passa ao 7.º grupo o actual lugar de professor do 6.º ou 7.º do Liceu Gil Eanes.

Art. 12.º É fixada em 3.600$ anuais o vencimento-base de todos os guardas do Liceu.

Art. 13.º Fica o governador da província autorizado a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos especiais necessários para suportar os novos encargos, criados pelo presente decreto, a reforçar as dotações anuais do Liceu Gil Eanes com vista ao cumprimento do artigo 3.º, servindo de contrapartida disponibilidades ou recursos orçamentais.

Paços do Governo da República, 22 de Junho de 1955. — Francisco Higino Craveiro Lopes — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

(*D. G.* — 1 série — n.º 126, de 25-6-1955.)

8. Escola Industrial e Comercial de Mindelo, 1958

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral do Ensino

Decreto n.º 41 604

As necessidades escolares da provincia de Cabo Verde, pelo que respeita a estudos subsequentes á instrução primária, foram consideradas pelo Decreto n.º 40 198, de 22 de Junho de 1955, o qual criou no ramo do ensino profissional a Escola Técnica Elementar da cidade do Mindelo.

Os alunos que afluíram a este estabelecimento demonstraram que ele veio preencher uma necessidade, cuja total solução será a criação dos cursos profissionais.

Com este objectivo o presente diploma substituirá aquela escola elementar por uma industrial e comercial na mesma cidade.

Nestes termos:

Atendendo ao que representou o Governo da provincia de Cabo Verde;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É criada na cidade do Mindelo uma escola industrial e comercial, que começará a funcionar no início do ano escolar de 1958 — 1959 e na qual serão ministrados os seguintes cursos:

a) Ciclo preparatório;

b) Industriais: formação de serralheiro, carpinteiro-marceneiro e montador electricista;

c) Comerciais: geral de comércio e formação feminina.

Art. 2.º A Escola Industrial e Comercial do Mindelo terá o seguinte pessoal:

A) Professores dos quadros comuns:

a) Efectivos: um professor de cada um dos seguintes grupos: 1.º, 2.º, 3.º, 5.º, 6.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º;

b) Adjuntos: um professor do 5.º, outro do 8.º e outro do 11.º grupos.

B) Quadro complementar: um professor de Canto Coral, um de Educação Física e outro de Religião e Moral.

C) Quadro privativo: um mestre de trabalhos manuais, um de grafias, um de serralharia, um de carpintaria, um de electricidade, uma mestra de formação feminina e uma auxiliar de trabalhos manuais.

D) Pessoal de secretaria e menor:

a) Um terceiro oficial e um aspirante;

b) Cinco guardas (sendo um feminino).

Art. 3.º A actual Escola Técnica Elementar do Mindelo ficará extinta a partir da entrada em funcionamento da escola industrial e comercial criada por este decreto e nesse mesma data todo o pessoal da primeira, sem mais formalidades e mantendo os seus actuais direitos, e todo o material se integrarão na segunda.

Art. 4.º O pessoal atribuído pelo presente decreto á nova escola industrial e comercial que exceda o que transitar da Escola Técnica Elementar do Mindelo irá sendo descrito no orçamento da provincia sòmente segundo a previsão da sua necessidade.

Art. 5.º Os cursos industriais da Escola Industrial e Comercial do Mindelo serão postos a funcionar logo que se obtenham condições adequadas e regular apetrechamento material das oficinas.

Art. 6.º É autorizado o Governo de Cabo Verde a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente decreto, servindo de contrapartida disponibilidades ou recursos orçamentais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Maio de 1958. — Francisco Higino Craveiro Lopes — *António de Oliveira Salazar* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Cabo Verde. — *R. Ventura*.

9. Liceu Nacional da Praia, 1960

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral do Ensino

Decreto n.º 43 158

Convindo atender às necessidades da disciplina das secções femininas dos liceus do ultramar com avultada frequência e prover ao modo de designação dos liceus em cujas secretarias se devem guardar os livros de termos de exames e passagens dos institutos cujas habilitações são consideradas oficiais;

Atendendo a que a frequência da secção do Liceu Gil Eanes, da cidade da Praia, ascendeu a cerca de 400 alunos, o que aconselha a sua conversão em liceu;

Tendo em consideração outras necessidades do ensino do ultramar;

Verificando-se, nestes casos, a urgência prevista na alínea *a)* do n.º IV da base X da Lei Orgânica do Ultramar,

juia se reúna de circunstâncias a atender na próxima época de exames de admissão e aptidão e no ano lectivo cujo início se aproxima:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º As secções femininas dos liceus do ultramar de frequência superior a 400 alunas serão uma vice-reitoria, que será directora de um dos ciclos, por inerência, e uma directora para o outro ciclo.

Art. 2.º Compete aos governadores designar os liceus em cujas secretarias deverão ser arrecadados os livros de termos de exames e passagens por média dos alunos dos institutos cujas habilitações são consideradas oficiais, nos termos do n.º 3.º da Portaria n.º 12 238, de 9 de Janeiro de 1948.

Art. 3.º Passa a funcionar como liceu, a partir do ano lectivo de 1960-1961, a secção do Liceu Gil Eanes da cidade da Praia, criada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 40 298, de 22 de Junho de 1955.

Art. 4.º São criados, no quadro comum dos liceus do ultramar, para serviço na província de Cabo Verde, os seguintes novos lugares, que serão dotados sòmente quando se tornarem necessários, para o funcionamento do 3.º ciclo no Liceu da Praia: um do 2.º grupo, dois do 5.º e um do 7.º

Art. 5.º Aos liceus da província de Cabo Verde compete o seguinte pessoal:

Liceu da Praia:

Quadro comum: um professor do 1.º grupo, três do 2.º, dois do 3.º, um do 4.º, um do 5.º, um do 6.º, um do 7.º, dois do 8.º e um do 9.º

Quadro complementar: um professor de Canto Coral, um de Educação Física, uma professora de Lavores Femininos e um professor de Religião e Moral;

Quadro de secretaria (privativo): um segundo-oficial, um aspirante e um escriturário de 2.ª classe.

Liceu Gil Eanes (Mindelo):

Quadro comum: um professor do 1.º grupo, três do 2.º, dois do 3.º, um do 4.º, um do 5.º, um do 6.º, dois do 7.º, dois do 8.º e um do 9.º

Quadro complementar: um professor de Canto Coral, um de Educação Física, uma professora de Lavores Femininos e um professor de Religião e Moral.

Quadro de secretaria (privativo): um segundo-oficial, um aspirante, um escriturário de 2.ª classe e um dactilógrafo.

Art. 6.º São criados quatro lugares de professor de posto escolar na província de Cabo Verde.

Art. 7.º É prorrogada para o ano lectivo de 1960-1961 a faculdade conferida ao governador da província de S. Tomé e Príncipe pela parte final do n.º 1.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 512, de 18 de Setembro de 1959, sobre a admissão à matrícula no Liceu D. João II de alunos internos ou ensino particular no ano findo.

Art. 8.º É aumentado de três serventes de 1.ª classe e cinco de 2.ª o quadro do pessoal assalariado dos serviços de instrução da província de S. Tomé e Príncipe.

Art. 9.º É criado um segundo lugar de professora de Lavores Femininos na secção feminina do Liceu Salazar, de Lourenço Marques.

Art. 10.º São extensivas à cidade de Nova Lisboa, na província de Angola, as disposições dos Decretos n.ºs 39 291, de 24 de Julho de 1953, 39 622, de 26 de Abril de 1954, e 40 290, de 19 de Agosto de 1955, que permitem realizar no ultramar provas de exame de aptidão e de admissão a diversos graus e ramos de ensino.

Art. 11.º Ficam autorizados os governadores das províncias a que se refere o presente decreto a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos especiais necessários para a satisfação dos encargos decorrentes, servindo de contrapartida disponibilidades ou recursos orçamentais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 8 de Setembro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Vasco Lopes Alves.*

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Vasco Lopes Alves*

(*D. G.* — I série — n.º 209, de 8-9-1960).

10. Liceu Adriano Moreira, 1960

Portaria n.º 8 429

Considerando que ao Liceu Nacional da Praia, criado pelo Decreto n.º 43 158, de 8 de Setembro de 1960, não foi atribuído ainda patrono, como acontece com os demais liceus do Ultramar;

Tendo em atenção o especial interesse e cuidado que o ensino de todos os graus e especialidades vem merecendo do actual titular da Pasta do Ultramar, Professor Doutor Adriano José Alves Moreira;

Sendo da mais elementar justiça perpetuar a sua eminente acção neste sector da Administração Pública e indo de encontro ao sentimento da província de Cabo Verde na prestação de homenagem especial ao Ministro que a acaba de honrar com a sua presença através de visita exaustiva a todas as ilhas e concelhos.

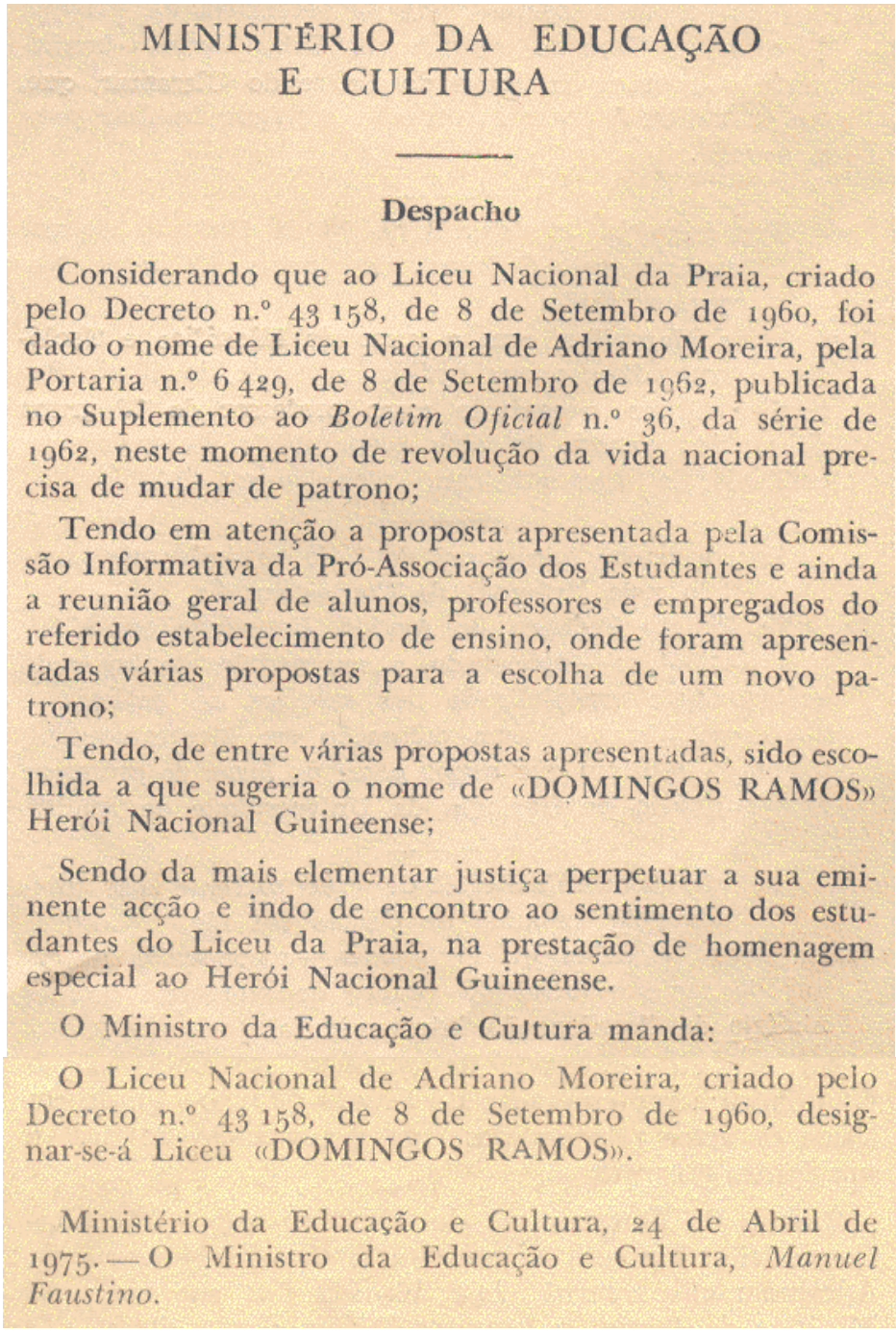
No uso da competência atribuida pelo artigo 155.º da Constituição, o Governador de Cabo Verde manda:

Único. O Liceu Nacional da Praia, criado pelo Decreto n.º 43 158, de 8 de Setembro de 1960, designar-se-á Liceu Adriano Moreira.

Cumpra-se.

Residência do Governo de Cabo Verde, 8 de Setembro de 1962.— O Governador, *Silvino Silvério Marques*, Tenente-coronel C. E. M.

11. Liceu Domingos Ramos, 1975



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CULTURA

Despacho

Considerando que ao Liceu Nacional da Praia, criado pelo Decreto n.º 43 158, de 8 de Setembro de 1960, foi dado o nome de Liceu Nacional de Adriano Moreira, pela Portaria n.º 6 429, de 8 de Setembro de 1962, publicada no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 36, da série de 1962, neste momento de revolução da vida nacional precisa de mudar de patrono;

Tendo em atenção a proposta apresentada pela Comissão Informativa da Pró-Associação dos Estudantes e ainda a reunião geral de alunos, professores e empregados do referido estabelecimento de ensino, onde foram apresentadas várias propostas para a escolha de um novo patrono;

Tendo, de entre várias propostas apresentadas, sido escolhida a que sugeria o nome de «DOMINGOS RAMOS» Herói Nacional Guineense;

Sendo da mais elementar justiça perpetuar a sua eminente acção e indo de encontro ao sentimento dos estudantes do Liceu da Praia, na prestação de homenagem especial ao Herói Nacional Guineense.

O Ministro da Educação e Cultura manda:

O Liceu Nacional de Adriano Moreira, criado pelo Decreto n.º 43 158, de 8 de Setembro de 1960, designar-se-á Liceu «DOMINGOS RAMOS».

Ministério da Educação e Cultura, 24 de Abril de 1975. — O Ministro da Educação e Cultura, *Manuel Faustino*.

12. Liceu Ludgero Lima, 1975

Gabinete do Ministro

Despacho

O actual Liceu de S. Vicente, criado pela Lei n.º 701, de 13 de Junho de 1917, publicado nos *Boletins Oficiais* n.os 27 e 31 de série de 1917, o qual foi extinto pelo Decreto n.º 28 114, de 26 de Outubro de 1937, cujo patrono era o Infante D. Henrique; não chegando, no entanto, a haver interrupção no seu funcionamento, porque foi revogada aquela medida pelo Decreto n.º 28 229, de 24 de Novembro de 1937, mas passando a denominar-se, Liceu Gil Eanes.

Considerando que, neste momento de revolução da vida Nacional precisa de mudar de patrono;

Tendo em atenção a proposta apresentada pelo Conselho Deliberativo do mesmo estabelecimento de ensino;

O Ministro da Educação e Cultura manda:

O Liceu Nacional de Gil Eanes, criado pela Lei n.º 701, de 13 de Junho de 1917, designar-se-á Liceu Nacional «Ludgero Lima».

Ministério da Educação e Cultura, 19 de Maio de 1975. — O Ministro da Educação e Cultura, *Manuel Fautisno*.